SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 188 SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1999 BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR UNICO

MESA

Presidente *Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA* **1º Vice-Presidente** *Geraldo Melo – PSDB – RN* **2º Vice-Presidente** *Ademir Andrade – Bloco – PA* **1º Secretário** *Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB* **2º Secretário** *Carlos Patrocínio – PFL – TO*	**3º Secretário** *Nabor Júnior – PMDB – AC* **4º Secretário** *Casildo Maldaner – PMDB – SC* **Suplentes de Secretário** *1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP* *2º Lúdio Coelho – PSDB – MS* *3º Jonas Pinheiro – PFL – MT* *4º Marluce Pinto – PMDB – RR*
CORREGEDORIA PARLAMENTAR **Corregedor**(1) *Romeu Tuma – PFL – SP* **Corregedores Substitutos**(1) *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Vago* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE* (1) Reeleitos em 2-4-97	**PROCURADORIA PARLAMENTAR** **Procuradores(2)** *Amir Lando – PMDB – RO* *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Alberto Silva – PMDB – PI* *Djalma Bessa – PFL – BA* *Bernardo Cabral – PFL – AM* (2) Designação: 30-6-99

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
José Roberto Arruda

Vice-Líderes
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PFL – 21

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos
Mozarildo Cavalcanti
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PMDB – 26

Líder
Jader Barbalho

Vice-Líderes
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13

Líder
Marina Silva

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PSDB – 13

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Pedro Piva
Romero Jucá
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PPB – 3

Líder
Leomar Quintanilha

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Paulo Hartung

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PTB – 1

Líder
Arlindo Porto

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	*Raimundo Carreiro Silva* Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Claudionor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	*Marcia Maria Correa de Azevedo* Diretora da Subsecretaria de Ata
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial	*Denise Ortega de Baere* Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 30 DE NOVEMBRO, TERÇA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES

Nº 61, de 1999, que autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 20 de janeiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Piauí, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R$250.654.937,41 (duzentos e cinqüenta milhões, seiscentos e cinqüenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos)..... 31743

Nº 62, de 1999, que autoriza o Município de Teresina – PI a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R$3.417.000,00 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil reais), destinada à implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município..... 31744

Nº 63, de 1999, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto Fundescola II..... 31744

Nº 64, de 1999, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM..... 31745

2 – ATA DA 167ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1999

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 1.141, de 1999-CN (nº 1.716/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 18 de novembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$273.454.032,00 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta e quatro mil, trinta e dois reais), para reforçar dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 31747

2.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 344/99, de 23 do corrente, comunicando a aprovação da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, e sua remessa à sanção em 23 de novembro de 1999.. 31747

2.2.3 – Parecer

Nº 1.011, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 1, de Plenário, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999, de autoria do Senador José Agripino, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de Federação de Partidos Políticos, revoga o art. 57, determinando a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997..... 31747

2.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 733, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona. À Mesa para decisão. 31748

2.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 645, de 1999, de autoria do Senador Ney Suassuna, que cria o Banco da Microempresa S.A. – BAMISA. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa..... 31749

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO HARTUNG*, como Líder – Posicionamento equivocado do Governo Federal em face da aprovação do substitutivo da Reforma Tributária na Comissão Especial. 31752

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA* – Registro da posse, amanhã, no Rio de Janeiro, do Diplomata e escritor Afonso Arinos Filho na Academia Brasileira de Letras. Transcurso do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. 31753

SENADOR *CARLOS WILSON* – Críticas aos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no processo de privatização brasileiro. 31757

SENADOR *JORGE BORNHAUSEN* – Apresentação do Código de Defesa do Contribuinte, elaborado pelo Partido da Frente Liberal. 31760

2.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 734, de 1999, de urgência para o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999, de autoria do Senador José Agripino, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de Federação de Partidos Políticos, revoga o art. 57, determinando a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Será votado após a Ordem do Dia. 31766

Nº 735, de 1999, de autoria do Senador Paulo Souto, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997, de autoria do Deputado Aloysio Nunes Ferreira, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, além da Comissão de Assuntos Sociais, constante do despacho inicial, seja o referido projeto, também, examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 31766

2.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. 31766

2.2.9 – Ofícios

Nºs 1.200 a 1.203 e 1.206 a 1.212/99, de 25 do corrente, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.839-10, 1.842-9, 1.845-21, 1.850-10, 1.875-56, 1.881-19, 1.889-28, 1.891-9, 1.900-43, 1.913-8 e 1.914-7, de 1999, respectivamente. 31780

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Resolução nº 119, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Eco-

nômicos como conclusão de seu Parecer nº 990, de 1999, Relator: Senador Luiz Estevão), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Alvaro Dias. À Comissão Diretora para redação final. 31782

Redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1999 **(Parecer nº 1.012, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31783

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1999 (nº 480/99, na Casa de origem), que altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares no Estado de Alagoas. **Aprovado.** À sanção..... 31784

Item 3

Projeto de Resolução nº 118, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 989, de 1999, Relator: Senador Osmar Dias), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto Fundescola II. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 31785

Redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1999 **(Parecer nº 1.013, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31785

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (Substitutivo da Câmara, nº 472-B/97, naquela Casa), tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias). **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em segundo turno. 31786

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Lúcio Alcântara, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. **Não houve oradores** no quarto dia de discussão, em primeiro turno. 31786

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1998 (nº 572/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final..... 31786

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1998 **(Parecer nº 1.014, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31787

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1998 (nº 579/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final..... 31787

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1998 **(Parecer nº 1.015, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31787

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1998 (nº 588/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Emissora Santuário Serafinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final..... 31788

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1998 **(Parecer nº 1.016, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31788

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1998 (nº 590/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final..... 31789

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1998 **(Parecer nº 1.017, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31789

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999 (nº 667/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 31790

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999 **(Parecer nº 1.018, de 1999-CDir). Aprovada**. À promulgação..... 31790

Item 11

Requerimento nº 702, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, com os Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. **Aprovado**. Os projetos vão às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania..... 31790

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 734, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999, constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subseqüente..... 31790

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Homenagem pelos 25 anos de criação da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia..... 31791

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Considerações sobre a lei que criou o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas..... 31794

SENADORA *EMILIA FERNANDES* – Transcurso, hoje, do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher..... 31796

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Omissão do Governo Federal na questão da reforma tributária..... 31798

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Apelo ao Ministério das Relações Exteriores para que estude a criação do cargo de Adido Agrícola nas embaixadas brasileiras..... 31801

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Justificativas ao Requerimento nº 733, de 1999, lido anteriormente, de informações ao Ministro das Comunicações, sobre autorizações de funcionamento das rádios comunitárias..... 31803

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Considerações sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no País..... 31806

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *CARLOS BEZERRA* – Preocupação com o impacto do aumento das tarifas de energia elétrica sobre o índice de inflação..... 31808

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Importância das Santas Casas de Misericórdia no atendimento aos pobres. Necessidade de recuperação do Sistema Único de Saúde..... 31811

SENADOR *GERALDO CÂNDIDO* – Comemoração, hoje, do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher..... 31812

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Homenagem ao ex-político goiano, Dr. Hélio Seixo de Britto..... 31814

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Necessidade de aperfeiçoamento do Programa Brasil Empreendedor, que beneficia as micro e pequenas empresas..... 31815

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Congratulações ao Supremo Tribunal Federal pela iniciativa de disponibilizar ao público o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário..... 31815

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 30, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 31817

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 25-11-1999

4 – EMENDAS

Adicionais às Medidas Provisórias nºs 1.843-10, 1.862-73 e 1.864-8, de 1999..... 31820

5 – ATAS DE COMISSÃO

10ª a 22ª Reuniões da Comissão Mista Especial criada através do Requerimento nº 37, de 1999-CN, destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, realizadas em 23, 28 e 30 de setembro, 5, 7, 11, 13, 14, 19, 21 e 27 de outubro, e 4 e 10 de novembro de 1999, respectivamente..... 31825

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.357, de 1999, referente ao servidor Francisco de Assis Bernardo..... 32197

Nº 2.358, de 1999..... 32198

Nº 2.359, de 1999, referente ao servidor Raulino Wanzeller..... 32199

Nº 2.360 a 2.381, de 1999..... 32199

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1999

Autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 20 de janeiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Piauí, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R$250.654.937,41 (duzentos e cinqüenta milhões, seiscentos e cinqüenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Piauí autorizado a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 20 de janeiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Piauí, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – valor da dívida a ser adquirida pela União: R$250.654.937,41 (duzentos e cinqüenta milhões, seiscentos e cinqüenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos), em 20 de janeiro de 1998. Deste valor será deduzida a parcela de R$10.132.930,61 (dez milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e trinta reais e sessenta e um centavos), correspondente ao subsídio concedido pela União ao Estado do Piauí, nos termos dos §§ 2º a 4º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; sendo refinanciados apenas R$240.522.006,80 (duzentos e quarenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, seis reais e oitenta centavos), correspondente a:

a) R$17.299.802,00 (dezessete milhões, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e dois reais), relativo a contratos com a União ao amparo do Voto CMN nº 212, de 1992;

b) R$10.150.471,18 (dez milhões, cento e cinqüenta mil, quatrocentos e setenta e um reais e dezoito centavos), relativo a contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

c) R$4.645.195,83 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos), relativo a contratos com o Banco Central do Brasil – BACEN;

d) R$208.426.537,79 (duzentos e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos), relativo a contratos com a Caixa Econômica Federal – CEF, concedidos ao amparo do Voto CMN nº 162, de 1995;

II – encargos:

a) juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano);

b) atualização do saldo devedor: mensalmente pelo IGP – DI;

III – prazo: cento e oitenta prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira trinta dias após a data de assinatura do contrato e as demais nos mesmos dias dos meses subseqüentes;

IV – garantia: receitas próprias do Estado, transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V – condições de pagamento:

a) amortização extraordinária: 20% (vinte por cento) do valor do refinanciamento da dívida, correspondente a R$48.104.401,36 (quarenta e oito milhões, cento e quatro mil, quatrocentos e um reais e trinta e seis centavos), a ser amortizada com bens e direitos. O pagamento será efetuado com créditos detidos pelo Estado junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, provenientes de 80% (oitenta por cento) da diferença positiva entre o valor da alienação das ações da Cia. Energética do Piauí – CEPISA, adquiridas pela Eletrobrás e o valor de R$120.003.368,27 (cento e vinte milhões, três mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centa-

vos), devidamente acrescido da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, mais *spread* de 8% a.a. (oito por cento ao ano);

b) amortização: em parcelas mensais, pela tabela **price**, limitadas ao dispêndio mensal de 1/12 (um doze avo) de 13% (treze por cento) da receita líquida real do Estado.

Parágrafo único. O descumprimento pelo Estado do Piauí das obrigações constantes do contrato de refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos no **caput,** por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescido de juros de mora de 1% a.a. (um por cento ao ano), e a elevação do limite de dispêndio mensal para 17% (dezessete por cento) da receita líquida real do Estado.

Art. 3º O prazo para cumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Quarta do Contrato, que se refere ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a ser acordado entre o Estado do Piauí e a União, é prorrogado para a data de entrada em vigor desta resolução.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de novembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1999

Autoriza o Município de Teresina – PI a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R$3.417.000,00 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil reais), destinada à implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Teresina – PI autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R$3.417.000,00 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil reais).

Parágrafo único. Os recursos a serem contratados destinam-se a financiar a implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – valor da operação: R$3.417.000,00 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil reais);

II – encargos financeiros:

a) taxa de juros: de 0,2060% a.m. (dois mil e sessenta décimos de milésimos por cento ao mês), exigível trimestralmente no período de carência e mensalmente durante o período de amortização;

b) índice de atualização: correspondente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;

III – finalidade: modernização da administração tributária do Município;

IV – prazo: trinta e seis parcelas mensais e sucessivas, após vinte e quatro meses de carência;

V – garantia: cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

VI – vencimento: 31 de março de 2004;

VII – liberação dos recursos: até dezoito meses após a formalização da operação de crédito.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto Fundescola II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola – Fundescola/União, a cargo do Ministério da Educação.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério da Educação;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

III – valor total: US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos);

IV – juros: a uma taxa anual igual ao Custo de Empréstimos Qualificados determinado para o semestre precedente, acrescido da margem de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), incidente sobre os valores desembolsados, a partir da data de cada desembolso;

V – comissão de compromisso: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, contada da data de assinatura do Contrato, pagáveis em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;

VI – comissão *Flat*: até US$2,020,300.00 (dois milhões, vinte mil e trezentos dólares norte-americanos), sacados da conta do empréstimo após a assinatura do Contrato;

VII – data de fechamento: 31 de dezembro de 2004;

VIII – condições de pagamento:

a) do principal: em vinte prestações semestrais, consecutivas, vencíveis em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2005 e a última em 15 de agosto de 2014, sendo as dezenove primeiras iguais, no valor de US$10,100,000.00 (dez milhões e cem mil dólares norte-americanos) e a última no valor de US$10,130,000.00 (dez milhões, cento e trinta mil dólares norte-americanos);

b) dos juros: semestralmente vencidos, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;

c) da comissão de compromisso: semestralmente vencida em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e encargos são passíveis de alteração em função da data de assinatura do Contrato.

Art. 3º O Ministério da Educação, previamente à assinatura do Contrato, dará cumprimento às condições estabelecidas na Seção 12.1 das Condições Gerais e na Seção 5.01 do Artigo V, do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 64, DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – executor: Ministério da Fazenda;

IV – valor total: US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo: aproximadamente vinte anos;

VI – carência: aproximadamente quatro anos e seis meses;

VII – juros: vencíveis semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de margem que o Banco fixará periodicamente, de acordo com sua política de taxa de juros. Após cada semestre, o Banco notificará o mutuário a taxa aplicável para o semestre seguinte;

VIII – comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), exigida semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, contada a partir de sessenta dias após a assinatura do Contrato;

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) do valor da operação indicado no inciso IV;

X – prazo para desembolso: quatro anos, contado a partir de sessenta dias da assinatura do Contrato;

XI – condições de pagamento:

a) do principal: em até trinta e duas prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencíveis em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, vencendo-se a primeira parcela seis meses após a data prevista para o final do desembolso do empréstimo, cujo prazo é de quatro anos a partir da assinatura do Contrato, e a última, o mais tardar, em 10 de julho de 2019;

b) dos juros: semestralmente vencidos, em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, o primeiro em 10 de janeiro de 2000;

c) da comissão de crédito: semestralmente vencível em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano;

d) dos recursos para inspeção e supervisão geral: desembolsados do valor do financiamento em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais, ingressando em conta do BID independentemente de solicitação do mutuário.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do Contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente.

Ata da 167ª Sessão Deliberativa Ordinária em 25 de novembro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo Ademir Andrade, Casildo Maldaner e Gilberto Mestrinho

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocinio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Emília Fernandes – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 1.141, de 1999-CN (nº 1.716/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 18 de novembro de 1999, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 273.454.032,00 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta e quatro mil, trinta e dois reais), para reforçar dotações consignadas no vigente orçamento".

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

OFÍCIO

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 344/99, de 23 do corrente, comunicando a aprovação da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 23-11-99.)

PARECER

PARECER Nº 1.011, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 1 de Plenário ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999, de autoria do Senador José Agripino, que "acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de Federação de Partidos Políticos, revoga o art. 57, determinando a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997".

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Na sessão do dia 28-10-99, o eminente Senador José Eduardo Dutra apresentou uma emenda ao

substitutivo ao PLS nº 180/99, propondo a supressão do art. 4º. Em sua justificativa, formulada da Tribuna, afirmou que a emenda "visa a dar uma segunda oportunidade ao Senado de sanar um vício grave de inconstitucionalidade do projeto". Acrescentou ainda que o art. 57, que o projeto revoga, "é o que estabelece a regra de transição na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo gerado inclusive direitos adquiridos".

II – Voto

Examinando a questão, verifico que, no caso particular da proposta de revogação do art. 57 da Lei dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096/95, objeto do PLS nº 180/99, se há que falar em direito adquirido, ele vale para os partidos que se encontrarem em funcionamento na legislatura em curso à época da entrada em vigor da nova norma.

O funcionamento parlamentar de acordo com as regras de transição do art. 57 não constitui um direito adquirido de forma definitiva, mas uma situação jurídica válida para aqueles partidos em funcionamento à época em que as normas forem alteradas.

A revogação, portanto, do art. 57 da lei dos Partidos Políticos não extingue, apenas antecipa, o termo inicial do prazo de transição para a aplicação do disposto no art. 13, quanto ao funcionamento parlamentar de partido político e quanto às regras de distribuição de recursos do fundo partidário e de acesso a rádio e televisão. Tal prazo, pela norma em vigor, abrange o período entre o início de 1999, início da próxima Legislatura, e a proclamação dos resultados das eleições de 2006 para a Câmara dos Deputados.

Assim, a revogação do art. 57 resultará, na prática, na imediata entrada em vigor da norma do art. 13 quanto aos requisitos para a distribuição dos recursos do fundo partidário e do acesso ao rádio e à televisão, mas em sua aplicação apenas na próxima legislatura. O funcionamento parlamentar é determinado no início de uma legislatura, de acordo com as normas em vigor, no caso, as do art. 13 da Lei nº 9.096/95, com a regra de transição do art. 57.

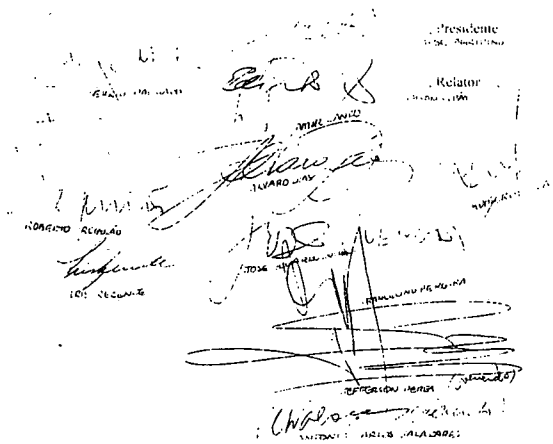
A aprovação das modificações propostas pelo PLS nº 180/99, nos termos do substitutivo, que revoga o art. 57, não interfere no funcionamento parlamentar já determinado, pois as novas regras, ou as regras já estabelecidas do art. 13, só serão aplicadas no início da próxima legislatura, isto é, no início de 2003. Em outras palavras, a modificação no funcionamento parlamentar em decorrência da revogação do art. 57 não atingirá os partidos que já estão com o seu funcionamento parlamentar assegurado pelas regras atuais.

Assim, a mudança, se ocorrer, terá sua vigência imediata, mas só se aplicará à próxima legislatura, ou seja, a partir de 2003. É de se ressaltar ainda que todos os partidos, grandes e pequenos, estarão sujeitos às novas regras de funcionamento parlamentar, se a proposição for transformada em lei.

Por conseqüência, voto contrariamente à Emenda de Plenário nº 1, apresentada pelo nobre Senador José Eduardo Dutra.

É o voto.

Sala da Comissão. 24 de novembro de 1999.



O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 733, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, **a** e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações para esclarecimento dos procedimentos de análise e autorização de funcionamento das emissoras de Rádio Comunitárias, por parte daquele órgão:

1 – Quantas solicitações já foram recebidas pelo Ministério das Comunicações, em Brasília, para instalação de rádios comunitárias e em que período?

2 – Quais são todos os requisitos exigidos para que pessoas interessadas possam pleitear a instalação de uma rádio comunitária e quais os critérios adotados para conceder as autorizações? Objetivamente

que critérios são usados para a escolha entre uma ou outra Associação de Rádio Comunitária que disputem o mesmo espaço?

3 – Como tramita, normalmente um processo de pedido de autorização para funcionamento de emissora de rádio comunitária, do início ao fim, indicando todos os setores por onde é analisado?

4 – Quantas e quais emissoras de rádio comunitária já foram autorizadas a entrar em funcionamento? Indicar Município e UF.

5 – Quantas e quais emissoras de rádio comunitária já foram lacradas em todo o país e em que quantitativo por estado?

6) Quantos pedidos de autorização para funcionamento de rádios comunitárias serão autorizados, em média, por mês?

7 – O Ministério das Comunicações planeja acelerar o processo de autorização de funcionamento das emissoras comunitárias? De que forma?

8 – Especificamente no Estado do Pará, quantos pedidos foram recebidas até hoje pela Anatel e pela Delegacia do Ministérios das Comunicações, quantos foram autorizados e quantas emissoras já foram lacradas?

Justificação

Diariamente recebo reclamações em meu gabinete dando conta da morosidade do Ministério das Comunicações na concessão de autorização para funcionamento de emissoras de rádio comunitária, em todo o país, especialmente no Pará.

As queixas dão conta de uma prodigiosa agilidade dos órgãos responsáveis para lacrar emissora, ao passo em que o atendimento é sempre demorado e difícil, até para a obtenção de informações e orientações claras no sentido da regularização de emissoras deste tipo com este Requerimento de informações, pretendo obter dados que me permitam avaliar todo o processo de concessão dessas autorizações e, assim, identificar os problemas.

Em face do exposto, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Comunicações o presente requerimento.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1999. – Senador **Ademir Andrade**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Na forma do Regimento, o requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 645, DE 1999

Cria o Banco da Microempresa S.A. – BAMISA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar o Banco da Microempresa S.A. – BAMISA, sociedade anônima de economia mista, de caráter cooperativo, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, que operará sob a forma de banco múltiplo, com área de atuação abrangendo todo o território nacional.

§ 1º O Bamisa terá o objetivo precípuo de fomentar o cooperativismo sob todas as formas, em especial mediante suporte financeiro às micro unidades de produção urbanas ou rurais e às famílias consumidoras de seus produtos, e apoiar a criação de emprego e renda no País.

§ 2º O Bamisa será administrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, e atuará exclusivamente com as carteiras comercial, de investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil.

§ 3º Serão beneficiários exclusivos da ação do Bamisa as microempresas urbanas ou rurais e as famílias domiciliadas em sua área de atuação, quando da aquisição de seus produtos.

§ 4º Incluem-se, na categoria de microempresa urbana, os trabalhadores autônomos, e na de microempresa rural, os produtores rurais pessoa física, proprietários de terra, meeiros, arrendatários, colonos e assemelhados.

§ 5º Será indeterminado o prazo de duração das atividades do Bamisa.

Art. 2º Os estatutos do Bamisa obedecerão às diretrizes da presente lei e dependerão de prévia e expressa aprovação do Presidente da República.

Art. 3º O capital do Bamisa será subscrito e integralizado na forma preconizada em seus estatutos, tendo a União como acionista majoritário, e será dividido em ações ordinárias e preferenciais, nominativas, no valor de R$100,00 (cem reais) cada uma.

Parágrafo único. Será de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) o capital mínimo realizado a partir do início das atividades do Bamisa.

Art. 4º As ações ordinárias poderão ser subscritas pelas cooperativas, por livre iniciativa ou compulsoriamente, e serão, nesta hipótese, integralizadas mediante a retenção pelo Bamisa de até 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor dos financiamentos concedidos, até o máximo de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. O critério da participação de cada cooperativa no capital do Bamisa mediante a subscrição compulsória das ações ordinárias ou preferenciais, bem como as vantagens conferidas às ações preferenciais, serão fixados nos estatutos do Banco.

Art. 5º Integralizado o total das ações ordinárias destinadas às cooperativas, continuar-se-á a proceder na forma do disposto no art. 4º, passando as respectivas importâncias a constituir um fundo de reserva especial, a ser convertido em ações ordinárias quando for efetuado aumento de capital.

Art. 6º As ações preferenciais destinadas às cooperativas serão integralizadas com o produto da arrecadação da taxa de cooperação de que trata o art. 11.

Art. 7º Integralizadas totalmente as ações preferenciais, a taxa de cooperação continuará a ser arrecadada, passando as respectivas importâncias a constituir um fundo de reserva especial, a ser convertido em ações preferenciais quando for efetuado aumento de capital.

Art. 8º As microempresas, definidas na forma do § 4º do art. 1º, ainda que não organizadas sob a forma de cooperativa, poderão participar do capital social do Bamisa mediante a aquisição de ações ordinárias ou preferenciais.

Parágrafo único. Os estatutos do Bamisa farão a previsão da parcela máxima do capital social do Banco destinada ao cumprimento do disposto no **caput.**

Art. 9º Os juros, dividendos ou outros proventos auferidos pelas cooperativas como acionistas do Bamisa não constituirão renda tributável, devendo, os mesmos, ser, obrigatoriamente, incorporados ao fundo de reserva das beneficiárias.

Art. 10. Fica criada uma taxa de cooperação que incidirá sobre todas as operações realizadas entre as cooperativas e seus associados, seja em forma de venda, adiantamento sob entrega da produção, empréstimo, financiamento e outras, assim como sobre instrumentos ou contratos firmados pelas cooperativas com terceiros e títulos emitidos diretamente pelas próprias cooperativas ou por seus associados em favor delas.

§ 1º O valor da taxa de cooperação será de 0,2% (dois décimos por cento) sobre os valores das operações a que se refere o **caput.**

§ 2º A arrecadação das importâncias correspondentes à taxa de cooperação será feita diretamente pelo Bamisa.

Art. 11. Constituem recursos do Bamisa:

I – os patrimoniais, inclusive capital social;

II – os resultados operacionais;

III – os depósitos a vista ou a prazo captados de pessoas física ou jurídicas, assim como as aplicações financeiras efetuadas por estas mesmas pessoas nas agências do Banco;

IV – os decorrentes de operações de captação realizadas junto a entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

V – as contribuições relativas às entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986;

VI – outros que lhe sejam atribuídos por entidades públicas ou privadas.

Art. 12. O Bamisa operará com taxas de juros positivas, porém inferiores às utilizadas no mercado financeiro, viabilizando sua atuação mediante adequada seletividade na captação e aplicação de seus recursos.

Art. 13. O Bamisa atuará como agente de seleção dos setores produtivos cujas cooperativas ou microempresas não organizadas sob a forma de cooperativa sejam merecedoras de maior sustentação financeira, e dos respectivos projetos de investimentos a serem financiados, respondendo, ainda, pela assistência ao planejamento e execução de tais projetos.

Art. 14. O Bamisa priorizará o financiamento de projetos de investimento que objetivem a redução dos custos operacionais a partir do aproveitamento de recursos da comunidade.

Art. 15. É vedada ao Bamisa a realização de operações de concessão de empréstimos ou financiamentos aos Governos Federal, Estaduais ou Municipais, suas autarquias, empresas públicas ou fundações.

Art. 16. Para atender às suas finalidades, o Bamisa poderá instalar agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, mediante autorização prévia do Banco Central do Brasil, que levará em conta as peculiaridades do crédito cooperativo e a função específica do Bamisa.

Art. 17. O Bamisa será administrado por:

I – um Conselho de Administração presidido pelo Presidente do Banco, e constituído de um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, um do Ministério da Fazenda e dois das Cooperativas subscritoras de ações ordinárias, eleitos pela Assembléia Geral;

II – uma Diretoria executiva integrada por quatro Diretores, sendo um deles seu Presidente e Presidente do Banco.

§ 1º O presidente do Bamisa será de livre nomeação do Presidente da República, por indicação do Conselho de Administração, em lista tríplice.

§ 2º Os prazos dos mandatos, o modo de investidura e o sistema de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão fixados nos estatutos sociais.

Art. 18. O Poder Executivo adotará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta lei, as providências necessárias à constituição do Bamisa.

§ 1º As atividades do Bamisa terão início no primeiro semestre do ano seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º O Poder Executivo incluirá, na proposta orçamentária para o exercício financeiro do ano seguinte ao da publicação desta lei, dotação especialmente destinada ao custeio da instalação e início das atividades do Bamisa.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ressente-se o País da carência de uma instituição financeira de âmbito nacional cujo objetivo precípuo seja o fomento do cooperativismo sob todas as formas, em especial mediante a sustentação financeira das micro unidades de produção urbanas ou rurais e das famílias consumidoras de seus produtos, e o apoio à criação de emprego e renda no País.

A criação do Banco da Microempresa S.A. – BAMISA constitui importante passo no sentido de que tal lacuna venha a ser sanada. O Bamisa não se limitará à mera função de fornecedor de recursos financeiros. Assumirá, também, o papel de agente responsável pela seleção dos setores produtivos a merecerem sustentação financeira e dos projetos de investimento a serem financiados, assim como de assistente do planejamento e execução de tais projetos.

Sua atuação permitirá, em conseqüência, que se empreenda criteriosa escolha das oportunidades de investimentos e das atividades produtivas a serem financiadas, a luz do objetivo maior da criação de emprego e renda, garantindo continuidade na implementação de projetos de longo prazo de maturação, de modo a elidir os desestimuladores efeitos da alternância na administração pública federal, estadual ou municipal.

A elevação dos níveis de emprego e renda permitirá o acesso de segmento cada vez mais amplos da população brasileira à economia de mercado, abrindo espaço para a retomada do ritmo de crescimento econômico que caracterizou as décadas de 60 e 70, e possibilitando a reversão do quadro de pobreza absoluta que aflige grande parcela da população do País.

O capital mínimo realizado exigido para a execução das atividades do Bamisa, de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), previsto no parágrafo único do art. 3º, atende ao disposto no art. 7º do Regulamento constante do Anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 2.099, de 17-8-94, que "Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente a acesso a Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependência e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central", e no art. 1º, incisos I, II e III e § 1º, do Regulamento constante do Anexo II à mesma Resolução.

Parece-me, por outro lado, essencial que a lei que ora se propõe estabeleça diretrizes básicas para a constituição do capital social do Bamisa, assim como fixe a composição dos órgãos de administração do Banco, tendo em vista prevenir eventuais desvios de finalidade em sua atuação.

Sala dos Sessões, 25 de novembro de 1999 – Senador **Ney Suassuna.**

LEGISLAÇÃO CITADA

.....

DECRETO-LEI Nº 2.318, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Mantida a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse às entidades beneficiárias das contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o Serviço Social da Indústria (SESI), para o serviço Social do Comercio (SESC), ficam revogados:

I – o teto limite a que se refere os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981;

II – o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981.

Art. 2º Fica acrescida de dois e meio pontos percentuais a alíquota da contribuição previdenciária, calculada sobre a folha de salários, devidos pelos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, Caixas Econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e empresas de arrendamento mercantil.

Art. 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdênciária social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário-mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

Art. 4º As empresas deverão admitir, como assistidos, com duração de quatro horas diárias de trabalho e sem vinculação com a previdência social, menores entre doze e dezoito anos de idade que freqüentem escola.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, as empresas que tenham mais de cinco empregados ficam obrigadas a admitir, a título de iniciação ao trabalho, menores assistidos no equivalente a cinco por cento do total de empregados existentes em cada um de seus estabelecimentos.

§ 2º Na hipótese em que o número de empregados no estabelecimento seja superior a cem, no que exceder esse número o percentual taxado no parágrafo anterior reduz-se a um por cento.

§ 3º No cálculo dos percentuais acima estabelecidos, as frações de unidade darão lugar à admissão de um menor.

§ 4º Em relação aos gastos efetuados com os menores assistidos as empresas não estão sujeitas a encargos previdenciários de qualquer natureza inclusive Funrural, nem a recolhimentos a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 5º As demais condições relacionadas com o trabalho do menor assistido serão fixadas em ato do Poder Executivo.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1986; 165º da Independência e 98º da República. – **JOSÉ SARNEY – Raphael de Almeida Magalhães.**

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra como Líder do PPS.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a aprovação do Substitutivo do Deputado Mussa Demes na Comissão Especial de Reforma Tributária, independentemente da qualidade do projeto, que não vou aqui abordar, teve indiscutivelmente um grande mérito: forçou o Governo a explicitar seu posicionamento sobre a reforma tributária – posicionamento, na minha opinião, absolutamente equivocado.

Sr. Presidente, o Governo manifestou seu posicionamento na hora errada e num tom politicamente incorreto, principalmente para quem apostou no desencontro e no desentendimento dentro da própria Comissão Especial. Esse bombardeio repentino, essa irritação apresentada por algumas autoridade federais, entre elas o Ministro da Fazenda, nascem, na minha modesta opinião, da realidade que acabei de descrever.

A impressão que tenho é a de que o Governo está satisfeito com as mudanças que realizou, emergencial e provisoriamente, no Sistema Tributário Nacional; mudanças como a CPMF, como o aumento de alíquota da Cofins e a manutenção por mais quatro anos da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda de pessoas físicas, aprovado por esta Casa no dia de ontem. Tudo isso deixa o Governo satisfeito. O Governo tem comemorado sucessivamente o crescimento da sua receita. Só para que todos tomem conhecimento dessa realidade, temos um dado: a Cofins, que arrecadou algo em torno de R$18 bilhões no ano passado, está arrecadando, este ano, mais de R$38 bilhões.

O Governo está satisfeito, repito, mas é importante falar – e o faço em nome do PPS – que a sociedade não está satisfeita. A sociedade não está satisfeita com esse modelo tributário do nosso País, calcado em um sistema caótico, regressivo, complexo, burocrático, que permite altos índices de sonegação. O próprio Secretário da Receita, em declaração aqui nesta Casa, alertou para o fato de que está sendo sonegado o equivalente a uma outra arrecadação em nosso País anualmente.

Esse sistema tributário, Sr. Presidente, não machuca; esfola o assalariado brasileiro. É um sistema

em que a carga tributária é muito baixa sobre a propriedade e sobre a renda, e é pesadíssima sobre o consumo. É um sistema, Sr. Presidente, que apena a produção nacional. O produto nacional é apenado por esse sistema, com essa estrutura de impostos em cascata, cumulativos, que torna o nosso produto incapaz de competir com produtos de países vizinhos, como a Argentina. Por isso, Sr. Presidente, a visão do PPS é a de que precisamos fazer a reforma tributária. Evidentemente, temos consciência de que, se o Governo não participar, essa reforma não será feita. Por esta razão estou fazendo essa comunicação de Liderança: para dizer que o relatório aprovado, do ponto de vista nacional, foi um passo importante não pela qualidade do projeto, repito, mas pelo fato político que criou. No entanto, é fundamental que as forças políticas do nosso País com representação no Congresso Nacional entendam que é preciso convencer o Governo a mudar seu posicionamento, é preciso envolver o Executivo nessa tarefa, para que se possa realizar uma verdadeira reforma do Sistema Tributário Nacional.

Sei que o Governo se assusta quando se fala em reforma tributária também por outra razão, que faz sentido: além de estar acomodado com essa arrrecadação, que está crescendo, o Governo receia dar um tiro no escuro. Estamos vivendo uma crise fiscal gravíssima. Por isso, Sr. Presidente, entendo que esta Casa tem competência – e quando falo esta Casa refiro-me ao Congresso Nacional, Câmara e Senado –, para formular regras de transição de forma que não coincidam essa crise fiscal conjuntural com a implantação de um novo modelo de reforma tributária no nosso País.

O que não podemos é frustrar a sociedade, frustrar o cidadão, frustrar a opinião pública brasileira, o empresariado nacional, que já vem sofrendo muito nos últimos anos, com a abertura feita de forma atabalhoada e não pensada, com uma estabilidade que acabou apenando certos setores da produção nacional. Por isso, temos um desafio pela frente. Conversar é importante.

Fiquei satisfeito de ver a retomada da conversa na noite de ontem. No entanto, mais do que conversas, Sr. Presidente, precisamos de novas ações parlamentares concretas em relação ao tema.

Já temos crises demais, problemas demais. Está aí o dólar, uma ameaça à conjuntura econômica do País; está aí o repique inflacionário, outra ameaça à nossa economia de final de ano; estão aí o desemprego, violência por toda parte do nosso País, particularmente nos grandes centros urbanos.

Sr. Presidente, o Governo não deveria colaborar para criar mais uma dificuldade de relacionamento entre o Legislativo e o Executivo e uma dificuldade de relacionamento dos Poderes Públicos com a sociedade. Se o Governo, desde o início, se posicionasse contrário à reforma tributária, seus posicionamentos atuais teriam coerência. Mas não foi isso que aconteceu. O Governo, desde o início, criou a expectativa na sociedade, no empresariado, de que essa reforma seria feita. Acho que temos uma tarefa pela frente, e o PPS se coloca à disposição para discutir meios, modos, para que avancemos na reforma tributária e façamos sua implantação, mesmo que gradual, mesmo que calcada em regras de transição, desde que se tenha pelo menos a esperança de um sistema tributário justo, equilibrado, que faça com que o País possa crescer, desenvolver-se, gerar emprego e renda.

Era a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero solicitar minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito e terá a palavra assegurada na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Francelino Pereira, por vinte minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tratar do tema que me trouxe a esta tribuna, comunico a esta Casa que amanhã, sexta-feira, no Rio de Janeiro, tomará posse na Academia Brasileira de Letras o diplomata e escritor Afonso Arinos Filho, filho do estadista Afonso Arinos de Mello Franco, cujas raízes estão plantadas no solo e no sentimento de Minas e cuja família merece, mais uma vez, ser relembrada, pelo desempenho que vem tendo na vida pública deste País e também na cultura nacional.

Estaremos lá, ao lado de Afonso Arinos Filho, para levar o abraço de Minas ao homem ilustre que é o diplomata que amanhã toma posse na Academia, filho de um dos homens públicos mais eminentes e aplaudidos neste País.

Sr. Presidente, ontem, reunimos a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para escolher seu novo

Presidente e seu novo Vice-Presidente. Coube ao PMDB a indicação do candidato a Presidente. A Comissão elegeu o Senador Ramez Tebet. Coube ao PFL, pela palavra do Senador e nosso Líder, Hugo Napoleão, a indicação do Senador pelo Mato Grosso do Sul, Juvêncio da Fonseca, para Vice-Presidente.

Está, assim, cumprida a recomendação do Regimento Interno e também a observação feita pelo Presidente desta Casa, para que a Comissão se organize para responder às questões que, com certeza, vão surgir na política deste País e, particularmente, aqui, no Senado. O Senador por Mato Grosso do Sul é Juvêncio da Fonseca, que assumiu ontem mesmo a Vice-Presidência da Comissão.

Sr. Presidente, estamos comemorando hoje o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, e, ao participar desta comemoração, preciso lembrar, desde logo, o que o Papa João Paulo II disse ontem em Roma: "A mulher pode colaborar com o homem, por ser a perfeita parceira, em perfeita igualdade." E adiantou que as mulheres não foram feitas para servir aos homens.

Hoje, devo fazer uma referência ao quadro social em relação às mulheres e, depois, voltarei a esta tribuna para tratar novamente do avanço que esse contingente imenso da população, no Brasil e no mundo, vem desenvolvendo para ombrear-se na luta a favor do desenvolvimento, ao lado dos homens do mundo inteiro.

Sr. Presidente, o mundo comemora, hoje, o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

É o momento para uma reflexão sobre as responsabilidades de todos nós, em relação aos atentados aos direitos das mulheres.

O panorama mundial da violência contra a mulher entristece a todas as pessoas sensíveis e responsáveis. Nos Estados Unidos, 20% das mulheres sofrem pelo menos um tipo de agressão física. Um terço das internações nas unidades de emergência é conseqüência da violência doméstica.

No Canadá, a violência atinge quase ¼ da população feminina.

Na Finlândia, metade das mulheres que viveram algum tipo de violência em sua relação conjugal sofreu agressão física.

Em Israel, o drama maior é das mulheres árabes, duplamente discriminadas pelo Estado. Estatísticas mostram que, pelo menos uma vez ao ano, 50% das mulheres árabes são espancadas por seus maridos e 25%, uma vez a cada seis meses. Pelo menos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, de 85 a 115 milhões de meninas e mulheres são submetidas a alguma forma de mutilação genital, com graves conseqüências para sua saúde. Estima-se que essa prática atinja cerca de dois milhões de mulheres por ano, a maioria vivendo na África e na Ásia.

Na América Latina e Caribe, 25 a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica; 33% das mulheres sofrem abuso sexual entre os 16 e 49 anos e pelo menos 45% delas são objeto de ameaças, insultos e destruição de bens pessoais.

No México, estatísticas oficiais apontam que 90% dos abusos sexuais são cometidos contra meninas.

Os dados são graves também na Argentina, Venezuela, Paraguai, Nicarágua, Colômbia, República Dominicana e Equador.

Sr. Presidente, não é apenas a violência física, principalmente o espancamento e o estupro, que agride as mulheres. Há uma outra forma de agressão retratada pela educadora americana Mary Susan Miller, em seu livro *Feridas Invisíveis*. Trata-se da violência não-física que define as relações opressoras de homens abusivos com suas companheiras. São formas de abuso psicológico, emocional, social e econômico, tais como impedir a mulher de trabalhar, estudar e visitar familiares; destruir sua propriedade pessoal ou objetos de valor sentimental; insultos, intimidação, ameaça de morte, humilhação diante de familiares e vizinhos; negação de contato verbal, emocional ou sexual e obrigação da mulher prestar contas dos mínimos e indispensáveis gastos com a casa e os filhos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Francelino Pereira?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Pois não, nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Francelino Pereira, faz muito bem V. Exª em promover esta homenagem às mulheres no dia em que, na verdade, lastimam-se as violências que ainda se praticam na face da terra contra a mulher. Diria que a violência, qualquer que ela seja, no trato da pessoa humana, já é algo que atenta contra o admissível. Não deveria haver violência de natureza nenhuma nas relações humanas, mas quando se destina e se dirige à mulher ela se torna uma brutalidade indizível. E a violência, V. Exª já define, não significa apenas o espancamento da mulher. Há diversos tipos de violências que podem ser praticadas contra o ser humano, em especial contra a mulher e contra as crianças também. Penso que a civilização poderia realmente cultivar essa data como um alerta, como uma advertência no sentido de que a prática da violência é até anti-religiosa, atenta contra a própria gênese do ser hu-

mano. Cumprimento V. Exª. Quero dizer que V. Exª, que sempre representa com legitimidade o nosso Partido, nesse episódio o faz mais ainda. Parabéns, Senador Francelino Pereira!

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Agradeço a V. Exª a manifestação espontânea e correta sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo. Nos próximos dias, voltarei à tribuna para mostrar os avanços que a mulher teve na sociedade, na vida econômica, social, cultural e política.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Francelino Pereira, V. Exª me permite um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Concedo o aparte a V. Exª, meu caro Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Francelino Pereira, sou um admirador particular de V. Exª não só pela sua longa experiência, mas pela sua disposição constante, permanente, de, nesta tribuna, sempre defender os mais variados temas. É oportuno quando V. Exª aborda um assunto de tamanha importância. Realmente, o cerne da questão da violência doméstica entre homens e mulheres é justamente a falta de consciência e educação de ambos. Nós, homens, temos até pouco conhecimento do comportamento e da alma da mulher, e essa incompreensão, muitas vezes, dificulta o relacionamento e leva à brutalidade inadmissível do espancamento físico, da censura psicológica, do desrespeito. A mulher é um ser especial, assim como o homem, e V. Exª oportunamente está nesta tribuna abordando um assunto da mais alta relevância. Até a diferença biológica é uma característica a ser considerada, pois o homem não consegue compreender, perceber, algumas manifestações. Estamos nos congratulando agora com V. Exª pelo grande trabalho que vem prestando à Nação há muitos anos, e por abordar esse tema, que considero da maior importância. Realmente, é necessário providências de iniciativa legislativa que possam levar a educação a homens e mulheres, a fim de que haja um melhor conhecimento entre eles para que tais comportamentos desapareçam e tenhamos paz, sucesso e respeito.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Agradeço a V. Exª pela manifestação sobre o tema que estamos abordando.

Na verdade, a mulher não foi feita para servir o homem. Ela existe como parceira e como cidadã e tem direito ao mesmo nível de igualdade que têm os homens, aqui e em todos os países do mundo.

A pesquisa "Violência Doméstica, Questão de Polícia e de Sociedade", coordenada pelas professoras Heleieth Saffiotti e Suely Souza Almeida, traça um panorama nacional da violência doméstica no Brasil a partir dos casos registrados nas delegacias policiais.

Desde 1994, o estudo analisou cento e setenta mil boletins de ocorrência das Delegacias de Defesa da Mulher de vinte e duas capitais e do interior de São Paulo.

Os primeiros resultados dessa pesquisa mostram que as lesões corporais são a principal queixa levada pelas mulheres às delegacias. Mais de 80% dos casos são de lesões corporais dolosas.

Metade das mulheres agredidas têm entre trinta e quarenta anos e 30% entre vinte e trinta anos.

Infelizmente, porém, a pesquisa também revela que 70% dos casos foram arquivado por intervenção direta da própria agredida, que altera seu depoimento diante das promessas do companheiro de mudar de atitude.

A Justiça dá sua contribuição à impunidade: em 21% dos casos estudados os acusados foram absolvidos, numa proporção de dez absolvidos para um condenado.

Pesquisas efetuadas pela professora da USP Maria Jaqueline Pinheiro, especialista em violência doméstica, mostram que a violência tem a sua cartografia. Irado, o agressor primeiro bate no rosto da mulher, atingindo sua auto-estima, sua vaidade, humilhando-a diante do espelho. Depois, procura lugares onde o espancamento não deixa marcas: puxões de cabelo e pancadas na barriga, e, muitas vezes, a vítima carrega no ventre o filho do pai agressor.

Sr. Presidente, a violência sexual praticada contra a mulher é um capítulo à parte. Em apenas dois anos, 1996 e 1997, a Delegacia de Atendimento à Mulher, em Brasília, registrou 60 casos de violência sexual por mês ou dois por dia; a maioria, estupros. Destes, 42,3% foram cometidos por pessoas conhecidas das vítimas. Em 1995, a Secretaria de Segurança Pública do Rio registrou quase dois estupros diários de meninas.

Pesquisas do Unicef sobre a infância brasileira na década de noventa mostra que as meninas sexualmente exploradas têm entre 12 e 16 anos, embora muitas estejam na faixa de 4 a 7 anos.

No Norte, são os garimpos que estimulam a exploração sexual de crianças; no Nordeste, prevalece o chamado turismo sexual, com uma rede organizada de aliciamento; no Centro-Oeste, a exploração é em prostíbulos nas regiões de fronteira e nas rotas do narcotráfico; no Sudeste e no Sul, acentua-se o pornoturismo e a exploração sexual de meninas e meninos de rua, além de prostíbulos de estrada.

Também é prática comum a violência institucional contra a mulher.

Esse tipo de violência, fruto das desigualdades sociais, envolve sobretudo o assédio sexual no local de trabalho e as violências praticadas contra as mulheres presidiárias.

Segundo a Plataforma da Ação Mundial da IV Conferência Internacional sobre a Mulher, da qual o Brasil é signatário, o assédio sexual constitui constrangimento permanente para a mobilidade da mulher, que limita o seu acesso às atividades e aos recursos básicos.

Já a violência contra as mulheres presas é um fenômeno mundial. A Anistia Internacional denunciou violações aos direitos das mulheres nos presídios norte-americanos, especialmente estupros e outros tipos de abuso sexual. Há registro de violências idênticas em presídios latino-americanos, inclusive no Brasil.

Outro tipo de violência institucional praticada contra as mulheres está nos serviços de saúde pública. Não são raros os relatos de casos de curetagem sem anestesia, quando em início de aborto; tratamento preconceituoso e maus-tratos nas situações de aborto provocado; falta de esclarecimentos e orientações adequadas; exames ginecológicos feitos com pouco cuidado; falta de privacidade quando examinadas e até casos de abusos sexuais por parte de médicos.

Apenas uma em cada dez mulheres em situação de violência que procuram atendimento médico é oficialmente reconhecida pelos profissionais de saúde como mulher espancada. Na maioria dos casos, o espancamento é negado ou diminuída sua importância.

Uma análise dos indicadores sociais do País mostra como as mulheres estão ainda em enorme desvantagem.

Dos 167 milhões de brasileiros, 51% são mulheres e 49%, homens; mas, da população economicamente ativa, 60% são homens e apenas 40% são mulheres.

A média salarial brasileira é de 5,3 salários mínimos para as mulheres. Quando se selecionam apenas os negros, o quadro piora: a média é de 2,9 salários mínimos para os homens e 1,7 salário mínimo para as mulheres.

Entre os docentes da universidade, 70% são homens e 30%, mulheres.

Entre as pessoas com nível superior que ganham mais de 20 salários mínimos, 38% são homens e apenas 7% são mulheres.

As mulheres estão ainda em minoria nas casas legislativas e nos postos executivos dos três níveis de governo. Somente neste ano de 1999, uma mulher chegou ao colegiado de um tribunal superior. Mas a Corte Suprema continua inacessível às mulheres.

Sr. Presidente, a legislação constitucional brasileira consigna direitos inalienáveis às mulheres, os quais precisam ser efetivamente exercidos.

Há toda uma estrutura legal, nacional e internacional, que protege os direitos das mulheres.

A Constituição de 1988 estabeleceu, em oito dispositivos, instrumentos de proteção às mulheres e às crianças, tais como a obrigatoriedade de o Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família (art. 226, § 8º); e a determinação para que a lei puna severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (art. 227, § 4º).

Outro fato importante foi o reconhecimento de **status** constitucional aos tratados e convenções internacionais subscritos pelo Governo brasileiro, incluindo os relativos aos direitos humanos das mulheres.

As convenções ratificadas pelo Governo brasileiro têm força de lei no País. Já as Plataformas de Ação aprovadas no Ciclo das Conferências Mundiais das Nações Unidas para a construção de uma agenda social para o século XXI podem ser consideradas um conjunto de princípios gerais de direito e utilizadas na aplicação da lei pelo Poder Judiciário.

Duas das convenções mais importantes ratificadas pelo Brasil, cujas disposições se transformaram em lei em território brasileiro são a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994.

No âmbito do Executivo, tanto federal, como estadual e municipal, há iniciativas destinadas a punir a violência contra a mulher. Destaca-se, no âmbito federal, o Programa Nacional de Combate à Violência Doméstica e Sexual, instituído em 1998 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; no âmbito estadual, a criação das Delegacias Estaduais da Defesa da Mulher; e, no âmbito municipal, a criação das casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, como as existentes em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Contudo, essas iniciativas ainda são incipientes. É importante que haja uma Delegacia da Mulher em cada Município de pelo menos sessenta mil habitantes e várias nas grandes cidades, especialmente

nas capitais. Essas casas-abrigos também devem se multiplicar pelos Municípios brasileiros.

No âmbito do Legislativo, tivemos, na Câmara dos Deputados, duas CPIs, uma tratando da violência contra a mulher e outra da violência contra crianças e adolescentes. Suas conclusões foram enviadas ao Ministério Público.

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, debruça-se sobre a revisão do Código Penal Brasileiro, a partir de um anteprojeto elaborado pela Comissão de Alto Nível nomeada pelo Ministério da Justiça. Esperamos poder incluir no novo Código dispositivos mais severos para punir os crimes contra as mulheres e as crianças. Temas como assédio sexual, aborto, crimes contra a liberdade sexual, pornografia infantil, discriminação ou preconceito devem ter um tratamento especial no novo Código Penal.

Dentro de mais alguns meses, em junho do ano 2000, as Nações Unidas realizarão uma sessão especial para avaliar os resultados da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China em 1995. A oportunidade servirá para uma discussão sobre como se apresenta hoje a questão da violência contra a mulher no Brasil e no mundo.

É preciso identificar avanços e obstáculos que se apresentam à promoção dos direitos das mulheres em todas as partes do mundo e enfrentar os desafios que o novo milênio nos antecipa, na defesa dos direitos das mulheres.

Sr. Presidente, era essa a nossa manifestação. Desejamos convocar a sociedade brasileira, particularmente o Congresso Nacional e as Casas legislativas no País inteiro, para participar cada vez mais do debate sobre o assunto, a fim de que a sociedade brasileira, democraticamente, alcance o nível de igualdade que todos merecem na Terra.

Muito obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito em segundo lugar e terá a sua palavra assegurada na prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a privatização de uma empresa estatal paulista de energia elétrica traz à tona mais uma vez a questão dos vultosos financiamentos que o BNDES vem concedendo, nos anos recentes, às empresas estrangeiras que compram ativos nacionais. Essa é uma prática absurda, incoerente, sem justificativa aceitável e que merece a nossa repulsa e a nossa crítica.

O caso foi fartamente noticiado. Trata-se da privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, formada de um conjunto de onze centrais elétricas, também chamada de Cesp-Tietê, já que é uma das empresas resultantes do desmembramento da antiga Cesp. O leilão de privatização da Cesp-Tietê, realizado no último 27 de outubro, foi ganho, em meio a uma acesa polêmica, pela multinacional AES, com um lance de R$938 milhões. Ela não precisará trazer esse capital todo do exterior, porque o generoso BNDES dispõe-se a emprestar-lhe R$360 milhões para facilitar-lhe a vida.

Como se não bastasse isso, houve nesse caso mudança de regra de última hora, já que havia sido estabelecido que o BNDES só financiaria a operação para grupos brasileiros. Isto é, o BNDES chegou a ficar tentado, dessa vez, a agir com a lógica de um banco de fomento brasileiro: dispunha-se a financiar o vencedor do leilão apenas no caso em que ele fosse um consórcio nacional. Mas, na última hora, com o argumento de que era necessário tornar mais atraente a venda da estatal, a regra foi torcida e invertida, e, pela enésima vez, jorrou dinheiro de poupança brasileira para o caixa de uma multinacional estrangeira. É a torneira generosa do BNDES.

Sr. Presidente, faz sentido isso? Decididamente, não! A lógica de atrair capital estrangeiro para participar de nossa economia é que, efetivamente, seja trazido capital de fora para complementar nossa historicamente baixa poupança nacional. O BNDES recorre a uma contorcida argumentação para justificar os financiamentos que tem oferecido a empresas estrangeiras no programa brasileiro de privatização. Mas são argumentos que não convencem. O que o BNDES tem que fazer é, sempre que houver oportunidade e possibilidade, fortalecer o desenvolvimento do capital nacional, até mesmo porque, vencendo a empresa estrangeira, ela passará a fazer remessas de lucros para o exterior, o que não beneficia as contas públicas nem alavanca novos investimentos para o Brasil.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Concedo o aparte a V. Exª com muito prazer.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Eminente Senador Carlos Wilson, V. Exª é conhecido nesta Casa pela coragem e pela determinação com que aborda temas que muitos preferem desconhecer. Sugiro a V. Exª que tome uma iniciativa, aproveitando a onda e a ebulição em que o País se encontra, com o Brasil sendo passado a limpo. Creio que é este o momento para isso, porque esse BNDES o Norte não o conhece. Não há financiamentos, não há recursos para os projetos de iniciativa dos empresários da Região Norte. E as notícias que recebemos são as de que o BNDES é um antro de corrupção, com a maioria dos recursos e dos financiamentos sendo repassados para o exterior. Assim, sugiro a V. Exª, quem sabe, a constituição de uma nova CPI para verificar lá, nos porões do BNDES, o horror de recursos públicos que são diluídos pelo exterior afora. Portanto, coloco-me à disposição de V. Exª para subscrever o documento, sugerindo a criação da CPI do BNDES. Ali, nos porões, realmente há muito a ser verificado. Congratulo-me com V. Exª por sua coragem e pela oportunidade do seu pronunciamento.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges. V. Exª, como sempre, contribui com os nossos modestos discursos. V. Exª tem razão: a presença do BNDES no Norte e no Nordeste é muito bisonha, muito pequena, quase inexistente.

Na minha opinião, a transparência deve ser a marca principal do BNDES, que, hoje, tem quase o mesmo volume de recursos do Banco Mundial. No BNDES, há quase R$20 bilhões, que deveriam ser investidos em nosso País. Com uma maior transparência, com certeza, o BNDES estará servindo melhor ao País. A própria direção do BNDES deve colocar-se à disposição do Congresso Nacional para prestar essas informações.

Essa CPI que V. Exª sugere pode ser discutida nesta Casa, porque a questão pública tem de ter clareza e transparência para melhor atender às aspirações do povo brasileiro.

O teste de lógica para essa postura deformada do BNDES é muito simples: como agiriam os bancos oficiais de fomento econômico dos países dos quais vêm essas multinacionais por nós financiadas? Será que um banco japonês de fomento financiaria multinacional americana para que ela comprasse empresa japonesa? Ou financiaria multinacional brasileira? Certamente, não. Os dirigentes e técnicos de bancos oficiais de investimento alemães e japoneses, por exemplo, não aderem irresponsavelmente aos modismos ideológicos da era da globalização; os dirigentes desses bancos sabem onde reside o interesse de suas pátrias; os dirigentes desses bancos não são deslumbrados caipiras com PhD!

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o BNDES não é um banco qualquer, é uma potência financeira – como eu disse anteriormente -, um poderoso instrumento de desenvolvimento que poderia estar a serviço do nosso crescimento econômico e social, que tanto sofre com a escassez de crédito. A capacidade de atuação do BNDES tem crescido exponencialmente nos anos recentes. O seu orçamento de desembolsos, que era de R$7,1 bilhões, em 1995, alcança este ano R$20 bilhões, valor que coloca o BNDES praticamente equiparado ao Banco Mundial. Todo esse poderio poderia ser canalizado para objetivos muito mais úteis do que financiar multinacional em uma mera operação de troca de controle acionário, sem a criação de novos empregos, sem a instalação de novas unidades de produção, sem a parceria com empresas brasileiras, sem a perspectiva de gerar exportação.

Pode-se, ademais, indagar por que os financiamentos do BNDES constituem atração para as empresas estrangeiras, já que elas podem obtê-los facilmente no exterior, em condições igualmente ou, talvez, até mais vantajosas. A resposta é simples: primeiro, com isso, a empresa estrangeira como que faz um seguro político, pois, achando-se futuramente prejudicada em seu contrato, explícito ou implícito, com o Poder Público brasileiro, poderá usar como arma de resposta o calote contra o BNDES; segundo, ela adquire com esse financiamento uma proteção contra eventuais mudanças no câmbio, colocando na mesma moeda, o real, a sua receita e a sua dívida. Isto é, endividar-se em dólares lhe traria um risco cambial.

Vê-se, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que está bem servida a empresa estrangeira pelo BNDES. Quanto a ela, pois, não nos preocupemos. Podemos, no entanto, perguntar o que pode o BNDES fazer pelo Brasil. Consideração preliminar à resposta é o conceito de que o Estado é o principal responsável pela indução ao desenvolvimento. Em decorrência, o BNDES, ferramenta do Estado, deve engajar-se na viabilização desse desenvolvimento. Genericamente, um banco de investimento oficial deve prover financiamentos de longo prazo para investimentos produtivos, atividade que o setor financeiro privado não exerce no Brasil.

O BNDES deve ser uma presença infinitamente mais importante para a empresa brasileira do que para a estrangeira. Essas só deveriam ser financia-

das em projetos específicos de parceria com a iniciativa privada nacional. Além de financiar, e antes de fazê-lo, deve o BNDES selecionar os projetos mais proveitosos e sólidos, com maior potencial de aumentar no País a capacidade produtiva, o emprego e as exportações. Para desenhar com clareza a moldura dentro da qual deve atuar uma instituição como o BNDES, é preciso que o Brasil tenha uma agenda de desenvolvimento, um projeto estratégico, prioridades, enfim, uma política industrial, com a definição de setores-chaves a serem estimulados. Nada que signifique uma volta aos anos 70, com seus exagerados subsídios e sua excessiva estatização. E, sim, uma política industrial que leve em conta as duras lições dos sobressaltos de nossa economia nas últimas décadas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil precisa de desenvolvimento com eqüidade social. O BNDES pode exercer importante papel na alavancagem de nossa economia e de nosso desenvolvimento. Considero como meu dever e como dever desta Casa uma postura de atenção ao desempenho desse banco oficial, atenção que deve incluir a crítica firme, sempre que couber, como é o caso do financiamento desnecessário a empresas estrangeiras nos leilões de privatização, em particular, e na compra de ativos nacionais, em geral.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Exª.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Carlos Wilson, congratulo-me com V. Exª por seu discurso, que traz, com grande fundamento, o que é inaceitável pela opinião pública brasileira. A atuação do BNDES vai de encontro, no sentido contrário, ao que deseja o povo brasileiro, que é proporcionar o desenvolvimento. V. Exª disse muito bem que o BNDES tem financiado empresas estrangeiras numa simples troca de controle acionário das empresas que foram privatizadas em nosso País. Somado a isso, lemos hoje, no relatório que a CPI do Senado que investiga o Sistema Financeiro está a concluir, que o Proer deu um prejuízo ao Governo brasileiro – e, conseqüentemente, ao povo brasileiro – da ordem de R$28,8 bilhões. É quase impossível que o Governo consiga trazer de volta esse dinheiro. As denúncias do favorecimento da venda do Bamerindus ao grupo inglês HSBC é outro fato não compreendido pelo povo brasileiro. Há muitos problemas, muitas coisas erradas, e, no entanto, lamentamos que o Congresso Nacional ainda esteja a apoiar todas as atitudes do Governo, como ocorreu ontem, nesta Casa, no caso do aumento da alíquota do Imposto de Renda de 25% para 27,5% por mais quatro anos, a pedido do Presidente da República. Penso que devemos estar atentos aos problemas que estão ocorrendo. O discurso de V. Exª é de excelente qualidade e fornece dados extremamente importantes, mas parece que ninguém ouve ou dá importância. Em um país sério, onde o povo tivesse acesso a instrumentos de participação no poder ou o Poder Judiciário funcionasse com competência, esses erros seriam punidos de maneira drástica. No entanto, como a situação é outra e o Poder Executivo tem poderes absolutos no País, coisas terríveis, como as que V. Exª descreve, continuam a ocorrer, sem que nada mude. Parabenizo V. Exª, mas lamento, de certa forma, a omissão do próprio Congresso Nacional diante de fatos tão graves, como os que V. Exª anuncia.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Muito obrigado, Senador Ademir Andrade. V. Exª sempre teve um comportamento combativo na Câmara dos Deputados e, atualmente, no Senado Federal, denunciando as distorções que ocorrem no País, principalmente na área de investimentos e na área financeira. O BNDES, como instituição principal de fomento do nosso Brasil, deveria ter uma postura mais transparente, mais clara, quanto àquilo que investe.

Há pouco, ouvia também o aparte do Senador Gilvam Borges, que dizia que, no Norte – V. Exª é representante do Pará – e nas regiões mais pobres do País, a presença do BNDES é praticamente inexistente. E, quanto à atuação do BNDES, ainda há outro risco. Nas privatizações que estão sendo feitas nas centrais elétricas dos Estados e nas que ainda se realizarão, está havendo antecipações de recursos por parte do BNDES. Não sabemos, nesse quadro que se apresenta hoje, como se vão processar essas privatizações. Vejo companhias elétricas que ainda não foram privatizadas recebendo do BNDES recursos vultosos para pagar folha de pagamento, 13º salário e rombos de alguns Estados. Essa caixa-preta do BNDES tem que ser aberta.

Estamos acompanhando os trabalhos da CPI do Judiciário, que concluiremos hoje. Como V. Exª disse, estamos quase finalizando o trabalho da CPI dos Bancos, em que o Proer mostrou também ser uma caixa-preta. Vinte e oito bilhões de reais do povo brasileiro, sem explicação, foram desviados pelo Proer.

V. Exª prega, nesta Casa, transparência nas ações públicas, mas o Governo é que deveria interessar-se por isso. O Governo é que deveria ter uma posição mais clara, que pudesse receber o reconheci-

mento do povo brasileiro. Cada vez em que essas instituições ficam mais fechadas, com certeza, quem perde é o Governo brasileiro.

Por isso, encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, na certeza de que o BNDES venha a ter uma posição mais transparente, mais democrática, e possa informar a esta Casa como, na verdade, têm sido aplicados os recursos daquela instituição, que não pertencem a um simples diretor, mas principalmente ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Jorge Bornhausen, por cessão do Senador Carlos Patrocínio.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no início deste ano, a Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal resolveu, em decisão unânime, procurar realizar estudos para apresentação do Código de Defesa do Contribuinte, complementação indispensável à cidadania.

O Partido da Frente Liberal e o Instituto Tancredo Neves convidaram o Professor Torquato Jardim como coordenador e uma equipe de tributaristas formada pelo Professor Roque Carrazza, da PUC, São Paulo; Eduardo Bottallo, da USP; Paulo Barros de Carvalho, da PUC, São Paulo, e da USP; José Souto Maior Borges, da Universidade Federal de Pernambuco; e Ricardo Lobo Torres, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para a realização desse grande trabalho.

Há cerca de 15 dias, o PFL colocou na Internet e apresentou à imprensa um anteprojeto que recebeu mais de 500 sugestões, as quais foram analisadas pela equipe formada, com a colaboração valiosa da Consultoria Jurídica desta Casa.

O Código de Defesa do Contribuinte abre uma nova página na cidadania. O cidadão contribuinte passa a ter uma relação de igualdade com o Fisco: direitos e deveres mútuos. O projeto implica uma revolução cultural na compreensão da Constituição Federal. Trata de construí-la, respondendo às demandas advindas com o tempo.

A Constituição Federal, em capítulo próprio, nos arts. 150 a 152, estabeleceu limitações ao poder de tributar. Agora, o Código de Defesa do Contribuinte, como lei complementar, tem como vetores fundamentais os direitos do contribuinte e a busca da justiça fiscal. O Código é sinônimo da nova cidadania fiscal.

Ingressamos, com ele e com sua discussão, no processo das democracias mais avançadas. Coube aos Estados Unidos da América, em 1986, a aprovação de um primeiro código dessa natureza. Em 1996, o segundo tratado da Declaração dos Direitos do Contribuinte foi, com aprimoramentos, aprovado no Congresso daquele País. A Espanha aprovou, recentemente, em fevereiro de 1998, a sua Lei de Direitos e Garantias dos Contribuintes, saudada como um marco transcendental na segurança jurídica daquela moderna democracia.

O Código que agora apresentamos tem sete capítulos e 53 artigos. No capítulo primeiro, nas Disposições Preliminares, são configurados os fundamentos da lei complementar, estendendo os seus efeitos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Também é definido o conceito de contribuinte na sua acepção mais ampla, abrangendo todas as formas de sujeição passiva tributária. E ainda se estabelece que a instituição de tributos atenderá ao princípio da justiça tributária, considerando a justa tributação aquela que atende aos princípios da isonomia, capacidade contributiva, eqüitativa distribuição da carga tributária, generalidade, progressividade e não-confiscatoriedade.

As normas fundamentais constituem o segundo capítulo:

1. O princípio da legalidade para exigir ou aumentar tributos pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência;

2. Leis que instituidoras de taxas deverão identificar expressamente o serviço prestado ou posto à disposição do cidadão contribuinte;

3. Respeito à anualidade mediante publicidade que se dê dentro do ano civil anterior, é ressaltada, impedindo-se, dessa forma, a circulação de periódicos ou diários oficiais em segunda edição ou ainda para conhecimento do contribuinte após o encerramento do ano civil.

4. Somente lei complementar poderá estabelecer requisitos para a fruição de imunidades tributárias – o que é da maior importância na defesa do cidadão contribuinte;

5. Fornecimento de certidões sem restrições e pleno acesso a informações.

6. Confere estabilidade e respeito à coisa julgada.

7. Veda a interdição de estabelecimentos, a proibição de transacionar com repartições públicas, a instituição de barreiras fiscais e outros meios coercitivos para cobrança extrajudicial dos tributos;

Dessa forma, a partir da aprovação do código, o Cadin se trata de um mero órgão de informação e não de punição.

8. Somente o Poder Judiciário poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade e a desconsideração somente atingirá os sócios que se ocultem atrás da pessoa jurídica;

9. Ninguém será obrigado a atestar ou testemunhar contra si próprio. Atende principalmente o pequeno contribuinte, o mais indefeso, aquele que não tem recursos para contratar grandes tributaristas;

10. Presume-se, portanto, do princípio da boa-fé do contribuinte até prova em contrário.

Mais importante ainda:

11. Nenhum depósito, fiança, caução ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte administrativamente, ou em juízo, como condição à defesa ou recurso do contribuinte, à exceção a garantia de execução fiscal;

Termina-se, assim, a imposição dos 30% que leva o contribuinte o retirar do seu capital de giro recursos fundamentais para o exercício da sua defesa, que é um legítimo direito que lhe pertence.

Eliminam-se, portanto, todos os tipos de coação e estabelece-se justiça tributária, repito, especialmente para o pequeno contribuinte.

Do Cap. III dos Direitos do Contribuinte, destaco como principais elementos:

1. Acesso à identificação do funcionário;

2. Prestação de informações só por escrito;

3. Mesmo plano da Administração Fazendária quanto a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária;

4. Fazer-se assistir por advogado;

5. Publicidade mensal sobre imposto das mercadorias que compõem a cesta básica;

6. Informações sobre valores cadastrais de bens imóveis, móveis e mercadorias em geral, com punição para fixação superior ao valor de mercado;

Nesses casos, atende-se ao cidadão contribuinte pessoa física que, muitas vezes, é levado a pagar um imposto sobre determinado imóvel, por exemplo, cujo valor de mercado é bem inferior ao de transação. Atende-se ao agricultor que, muitas vezes, é obrigado a pagar na pauta do arroz, por exemplo, valor superior ao preço de mercado, sendo sacrificado pelo Fisco de forma a não poder ser ressarcido.

7. Padronização e explicitação – de forma muito clara – do modelo de notificação;

8. Reembolso de fianças e outras garantias de instância judicial;

9. O crédito tributário do contribuinte decidido definitivamente poderá, por opção sua, ser compensado com débitos relativos à mesma Fazenda Pública".

O que hoje não vem ocorrendo até em julgamentos do STJ.

O capítulo referente a consultas fixa:

1. Prazo de 30 dias – para resposta por parte do Fisco – prorrogável por mais 30 dias;

2. Não autuação durante o prazo da consulta – só poderá haver notificação sobre o fato consultado;

3. A ausência de resposta implicará a aceitação da interpretação do contribuinte.

O capítulo referente aos Deveres da Administração Fazendária estabelece:

1. Menos ônus possível ao contribuinte;

2. Parcelamento do débito implica uma inovação – desaparecendo também as diferenças jurisprudenciais hoje existentes;

3. A retenção de documentos, livros, documentos e mercadorias além do tempo será punida.

4. Nenhum elemento do Fisco poder-se-á fazer acompanhar de força policial se não tiver autorização judicial;

5. A ação penal só poderá ser iniciada após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal;

6. Prazo de trinta dias para inscrição do débito em dívida ativa;

Importante aqui:

7. Prazo de noventa dias para ultimar as diligências a partir do início da fiscalização – terá o Fisco noventa dias para proceder à verificação daquilo que foi a razão da sua presença numa empresa -, prorrogável justificadamente por mais noventa dias – terminando, com isso, a coação existente, muitas vezes, numa permanência indefinida da fiscalização numa empresa, perturbando,

de forma vital, o exercício das suas atividades produtivas;

8. Vedada a publicação do nome do contribuinte em débito;

9. Vedada – ratificado o princípio constitucional – a publicidade pública em promoção pessoal – imputando a pena de suspensão dos direitos políticos e da função pública.

A defesa do contribuinte está contida no capítulo VI. A idéia inicial foi a criação do advogado geral dos contribuintes. Todavia, o exame constitucional da matéria trouxe-nos a convicção de que, por intermédio de um processo nascido no Poder Legislativo, não poderíamos criar o cargo nem a despesa.

Evoluímos, procuramos no Código de Defesa do Consumidor uma saída para que pudéssemos manter essa defesa necessária do contribuinte, do pequeno contribuinte, do desassistido, daquele que não tem recursos para contratar tributarista e evitar pagamento de impostos. E lá encontramos a solução de estabelecer não só a defesa individual mas a defesa coletiva e ainda ter o Ministério Público como concorrente, se o contribuinte assim desejar, estabelecendo, dessa forma, um mecanismo idêntico ao Procon e não ferindo os Dispositivos Constitucionais.

O Código certamente teria e terá, se aprovado, que alterar dispositivos do Código Tributário Nacional que são definidos no projeto que ora apresentamos.

Esse projeto, fruto de estudos do Partido da Frente Liberal e do Instituto Tancredo Neves, perde agora a sua paternidade. Queremos que ele seja objeto de grande discussão com a sociedade, com os meios produtivos, mas especialmente com o Parlamento, com todos os partidos políticos, na compreensão que temos de que é indispensável avançar na complementação da cidadania, de que é indispensável darmos condições de tranqüilidade e planejamento àqueles que produzem, para que o País possa realmente avançar, crescer, gerar empregos, de forma a considerar aqueles que trabalham os verdadeiros componentes no processo de desenvolvimento brasileiro.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Concede-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Atendo com muito prazer à solicitação de aparte do eminente Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Jorge Bornhausen, pensei duas vezes se deveria interrompê-lo neste instante. Primeiro, porque esta contribuição de V. Ex.ª é altamente social. V. Exª está prevendo a situação do contribuinte que não dispõe de recursos para contratar advogados de nomeada neste campo – e é um campo sempre muito difícil o tributário, requer uma especialização na advocacia –, e, por outro lado, fazendo justiça ao acabar com aquela coação do depósito, que, sem dúvida nenhuma, invadia os recursos da empresa que já não dispõe de capital de giro. Mais ainda, trazendo à discussão da sociedade este projeto de Código de Defesa do Contribuinte, V. Ex.ª esteja certo de que vai atingir do meu Estado, lá no longínquo Norte, até as fronteiras do Rio Grande do Sul, numa espécie de traço de união na defesa de todo aquele que foi sempre o grande sofredor frente ao Estado: o contribuinte. Cumprimento-o, ainda que seja uma modesta contribuição, permita-me dizer-lhe que é a partir de atitudes como essa que o Senado vive seus grandes momentos. Cumprimento-o, Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador Bernardo Cabral pelo seu incentivo a essa ação que será desenvolvida a partir de agora nesta Casa, na sua grande discussão para que possamos avançar na cidadania, respeitar as pessoas, compreender o cidadão, dar valor a quem produz, a quem trabalha e a quem precisa de paz e tranqüilidade para exercer a sua missão.

O SR. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Concede-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço e permito, com muito prazer, ao eminente Líder, Hugo Napoleão, o uso da palavra.

O Sr. Hugo Napoleão(PFL – PI) – Senador Jorge Bornhausen, eminente Presidente do Partido da Frente Liberal, do Partido a que tenho a honra de pertencer desde o seu nascedouro, tendo sido, inclusive, um de seus presidentes, venho trazer aqui a palavra da Liderança do seu Partido, que, de forma unânime todos os Vice-Líderes, e por que não dizer toda a Bancada, lhe dá apoio neste momento em que verdadeiramente cogita-se da defesa do cidadão no nosso País, às vezes tão espezinhado, às vezes tão maltratado, às vezes tão submisso a uma burocracia confusa e lamentavelmente prejudicial à vida de cada um. Esse é um ponto de alavancagem, de elevação, de respeitabilidade dos direitos do contribuinte no Brasil, às vezes, efetivamente, perseguido e injustiçado. Mas creio que, por intermédio do projeto de V. Exª, que, generosamente, converte em projeto do Partido, porque o Partido o apoiou na medida, tenho certeza absoluta; à semelhança do que já disse em editorial, por exemplo, **O Estado de S.Paulo**, o cidadão contri-

buinte será respeitado pelo Fisco, pela burocracia, pela Administração e pelo Governo.

Meus parabéns a V. Exª.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Líder, que colaborou, aprovou e incentivou, na Direção Nacional do Partido, a elaboração desse projeto, que, definitivamente discutido, vem agora ao Plenário desta Casa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concedo o aparte ao eminente Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Jorge Bornhausen, desculpe-me por interrompê-lo. Estava conversando com o nobre Senador Bernardo Cabral sobre se seria oportuna a interrupção nessa matéria que V. Exª traz ao conhecimento da Casa, por ser inovadora. Por ter passado um período na Receita Federal, sei das dificuldades de relacionamento entre o contribuinte e o Fisco. O objetivo do Fisco, permanentemente, de arrecadar, de aumentar a arrecadação, muitas vezes deixa de considerar algumas parcelas de importância para o contribuinte. E o momento é tão oportuno, Senador Jorge Bornhausen, que vem no barco da discussão da reforma tributária. Por que digo isso? Porque o tema debatido na imprensa entre a posição do Governo e a da Comissão Especial, a grande discussão, o grande tema, visa à perda de arrecadação de Estados, aumento, ou não, de arrecadação de Municípios ou do próprio Poder Executivo Central. Nenhuma palavra sobre o contribuinte, pelo menos, veio à tona na inserção da discussão da reforma tributária. E V. Exª, numa hora oportuna, traz, isoladamente, o Código do Contribuinte, que vai servir, principalmente, para que esse relacionamento seja disciplinado legalmente. Penso que o Senador Bernardo Cabral, como Relator da própria Constituinte, sabe dessas dificuldades. Quero cumprimentá-lo e dizer que terá V. Exª, sem dúvida alguma, não só em seu Partido, mas em todos os membros desta Casa, o apoio para lutar por esse projeto.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador Romeu Tuma, cuja experiência no setor, dirigindo a Receita Federal, nos traz, com oportunidade, uma mensagem de apoio e de continuidade nessa ação de defesa especialmente do pequeno contribuinte.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concedo um aparte ao eminente Senador Francelino Pereira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Jorge Bornhausen, mais do que um político, V. Exª é um homem público. E, por ser um homem público, não é um improvisador. V.Exª raciocina, debate previamente, discute os assuntos de interesse nacional, além mesmo das metas do partido que preside. Traz, neste momento, depois de uma grande divulgação no País inteiro, esse código tão importante para a sociedade brasileira, o Código do Contribuinte. Não estou falando aqui em nome da nossa Bancada, que V. Exª integra, nem em nome da Liderança, porque o nosso Líder, Senador Hugo Napoleão, já expressou o apoio do Partido à iniciativa de V. Exª. Quero falar, aqui, em nome de Minas Gerais, em nome dos mineiros, e dizer a V. Exª que são numerosos os telefonemas e também conversas pelo telefone, fax e **e-mails** que estamos recebendo, manifestando apoio e aplausos à proposta de V. Exª, que traduz o respeito que a sociedade brasileira deve ter ao contribuinte brasileiro, efetivamente aquele cidadão que mais contribui para fortalecer os laços da nacionalidade do País e também projetar à sociedade brasileira uma visão mais ampla. Quero felicitar V. Exª e dizer que Minas Gerais e os mineiros se sentem orgulhosos de o nosso Partido, na pessoa de V. Exª, nesta hora, transmitir, dessa tribuna, essa proposição ao julgamento da sociedade e à discussão e ao voto do Congresso Nacional. Meus parabéns!

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador Francelino Pereira a mensagem que nos traz do glorioso Estado de Minas Gerais e concedo um aparte ao Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Jorge Bornhausen, atrevo-me a interromper o discurso de V. Exª, sem ser do seu Partido, para expressar o meu entusiasmo pelo que acabo de ouvir. Na verdade, V. Exª e o PFL – por seu intermédio – comunicam à Casa que, afinal, começa-se a discutir, com a proposição de um código de defesa do contribuinte, um tema muito mais amplo, que é a própria forma que assumiu, no Brasil, a relação entre o Estado e o cidadão. Uma relação que incorpora um sentimento de superioridade do poder público, que encara o cidadão como um súdito diante do soberano. Este é um País em que o Estado, que dispõe, inclusive, dos recursos da sociedade para ter os seus advogados, tem duplo grau de jurisdição: se perde uma ação em primeira instância, não precisa preocupar-se em recorrer, por-

que o próprio juiz é obrigado a recorrer de sua decisão para a instância seguinte. Este é um País em que o cidadão tem um prazo para se defender, e o Estado tem o dobro, o triplo, o quádruplo, dependendo da situação. Este, portanto, é um País em que o Estado – não este Governo – institui obrigações ou exigências para o cidadão, ou assume com ele obrigações e, na hora de cumprir, inova nas exigências que faz ao cidadão para receber o que lhe é devido. Inova as regras e institui normas que não existiam quando a obrigação se constituiu, o que é uma forma de prorrogar, de procrastinar indefinidamente o cumprimento das obrigações do Estado. O que vejo sendo proposto pelo seu Partido e foi brilhantemente exposto a esta Casa por V. Exª é algo concreto, que permite ao Congresso Nacional iniciar um processo longo e amplo de revisão desse tipo de relação. Se se quer modernizar a sociedade brasileira, o Estado brasileiro, aí está realmente o grande tema da modernização. Meus parabéns a V. Exª. Eu, como Senador, me congratulo com o seu Partido e com V. Exª pelo que está expondo à Casa no momento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador Geraldo Melo, que trouxe exemplos muito claros da desigualdade existente na relação entre contribuinte e fisco, que queremos recuperar, a fim de que haja o sentimento da justiça tributária, com igualdade de deveres e direitos mútuos entre o cidadão contribuinte e o fisco.

O Sr. Artur da Távola (Sem partido – RJ) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Jorge Bornhausen?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Pois não, nobre Senador Artur da Távola.

O Sr. Artur da Távola (Sem partido – RJ) – Senador Jorge Bornhausen, um dos fenômenos menos compreendidos pelo Brasil e mais crescentes e evidentes na sociedade é estar, nos últimos 11 anos – após praticamente a Constituição de 1988 –, ocorrendo uma expansão da sociedade em relação ao Estado. É interessante que a chamada Revolução de 64 veio para impedir que o País caísse nas "garras do comunismo"; este era o pretexto. Pretexto que servia para encobrir interesses ligados à guerra fria e a outros aspectos do capitalismo internacional. E nunca como naquele tempo se fez um Estado tão poderoso, tão forte, tão inchado, tão pleno e tão onipresente. Eu costumava dizer que o Brasil vivia um comunismo capitalista: tinha todas as desvantagens do comunismo, sem nenhuma das vantagens; e tinha todas as vantagens do capitalismo, sem nenhuma das desvantagens. De lá para cá, veja V. Exª, primeiro, foi o Código de Defesa do Consumidor, de cuja elaboração participei, que foi muito mal recebido tão logo aprovado. O Código de Defesa do Consumidor, entre tantos aspectos, trazia um novo: a inserção do cidadão na fiscalização direta, que antes ficava exclusivamente a cargo do Estado, pelas Cofaps, Sunabs, etc. Ao mesmo tempo, um outro estatuto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda que aparentemente não tenha a ver com a ordem econômica, também deu à sociedade, nos conselhos tutelares e nos conselhos municipais, uma presença na questão da defesa do direito da criança e do adolescente, novidade completa na vida brasileira, que custou a entrar em vigor porque as prefeituras não estavam preparadas, o País não estava aberto para isso. E ali, de novo, se inseria a sociedade como elemento fundamental. Passados esses anos, acredito que um dos aspectos positivos do Governo Fernando Henrique Cardoso tem sido o de fortalecer essa tendência na vida brasileira. No caso dele, sem levar a idéia da omissão do Estado, ou de um Estado mínimo, como alguns setores liberais insistem. Por falar em setores liberais, dos quais V. Exª é um dos líderes, também não há que, no Brasil, supor que os setores liberais são necessariamente setores estáticos. Tanto existem os liberais conservadores como existem os liberais modernos, entre os quais se inclui V. Exª e vários quadros do Partido de V. Exª, que são pessoas com uma visão da aplicação do lucro, do capital e do Estado diferente do liberalismo clássico, que muitas vezes é lançado sobre V. Exªs com a alcunha de neoliberalismo, uma palavra que não se sabe bem o que quer dizer, mas sabe-se que tem uma caráter levemente pejorativo, o que é um equívoco técnico e sociológico; é apenas um jargão de natureza política. V. Exª, como muitos quadros do seu Partido, opera num liberalismo moderno, num liberalismo que sabe que, ou se nutre de idéias às vezes oriundas de campos opostos aos liberais e crescerá, ou, aí sim, se estiolará como um movimento ultrapassado, etc. Ao apresentar esse código do contribuinte, creio que V. Exª traz à discussão nacional um novo e importantíssimo passo de fortalecimento – como disse muito bem o Senador Geraldo Melo – da figura do contribuinte diante do Estado todo-poderoso. E por isso mesmo, não mais tendo condições de continuar no aparte; até porque seria muito longo e injusto com V. Exª, quero parabenizá-lo. V. Exª traz à discussão algo que vai encantar os debates desta Casa por muito tempo, sendo um debate positivo. Acredito que as casas políticas não se dão conta de que estão cansando a sociedade ao debater apenas o negativo. Parabéns a V. Exª.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador Artur da Távola esse aparte inteligente, histórico, generoso e amigo. Quero dizer-lhe que compartilho da sua posição de que está na hora de partirmos, definitivamente, para o debate positivo. Precisamos fazer do Congresso Nacional o foro das grandes discussões para avançarmos no sentido de contribuir para a melhoria da cidadania no Brasil. É preciso criar condições de desenvolvimento e geração de empregos.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Exª me concede um aparte, nobre Senador?

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Gostaria de entrar na fila, Senador Jorge Bornhausen. Se for possível!

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Como V. Exª é do Estado de Santa Catarina, sua voz é indispensável.

Eu pediria aos nobres Senadores que aparteassem levando em conta o tempo, que se encontra esgotado, e a Ordem do Dia, que deve começar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eminente Senador Bornhausen, não poderia deixar de oferecer minha participação neste instante em que V. Exª traz ao Senado da República uma preocupação com o contribuinte brasileiro. A rigor, todos os brasileiros somos contribuintes, porque há duas naturezas de impostos: os diretos como, por exemplo, o imposto de renda, que afeta apenas aqueles que contribuem diretamente e as empresas; e os indiretos, que afetam todos os consumidores que pagam, especialmente, o ICMS e o IPI e, no futuro, se vingar esta reforma tributária, os Impostos sobre Valor Agregado – IVA e sobre Vendas a Varejo – IVV. Os contribuintes, então, a rigor, somos todos os 160 milhões de brasileiros. O projeto de V. Exª, na realidade, alcança a população como um todo, porque indiretamente todos somos contribuintes quando compramos até o mais essencial produto, que é o alimento, em cujo preço está presente o imposto indireto. Agora, a grande significação do projeto de V. Exª, pelo que sinto, ainda que não tenha podido assistir a toda explanação feita por V. Exª, mas, pelos apartes e pelo pouco que ouvi do meu gabinete, posso dizer que é a preocupação com a cidadania do contribuinte brasileiro. É preciso que este contribuinte se imbua de seus deveres sempre, para que seja um contribuinte correto para com os cofres públicos; mas é preciso também que ele seja respeitado, e, provavelmente, o seu projeto, que o respeita, faça-o também respeitar aquilo que é de César, já que inclusive o Mestre ensinou: "Dai a César o que é de César". Nós temos de contribuir para com o Estado, para que ele cuide do seu dever, mas é preciso que o cidadão seja respeitado. Por isso, parabenizo V. Exª e o cumprimento por trazer a esta Casa, nesta oportunidade, esse projeto de magna importância.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Exª a valiosa contribuição e apreciação, aproveitando para dizer que, com muita honra, recebi ontem da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais um longo trabalho, que vai, sem dúvida alguma, aprimorar o projeto.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concedo o aparte ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Peço a palavra, Senador Jorge Bornhausen, apenas para congratular-me com a proposta que V. Exª traz ao debate do País inteiro, não só em seu nome, mas em nome do seu Partido e da Fundação Tancredo Neves. E gostaria ainda mais de me congratular com V. Exª por se tratar de uma proposta catarinense, trazendo ao debate nacional algo que vem ao encontro, eu diria, dos contribuintes como um todo, conforme há pouco os colegas afirmaram. E já se vislumbra um respeito aos direitos do contribuinte, para que este não seja esbulhado das suas conquistas, para que ele também tenha um pouco mais de tranqüilidade. Penso que tudo isso deve estar inserido na proposta de V. Exª. Por isso, não poderia eu deixar transcorrer este momento sem trazer o meu regozijo por ver surgir uma proposta catarinense, por intermédio de V. Exª, posta ao debate nacional. Como V. Exª já sentiu aqui entre os colegas, tal proposta despertará um grande interesse e promoverá um debate nacional em torno da matéria. Embora estejamos no início dos debates, valeu V. Exª ter trazido o assunto e anunciar à Nação inteira a proposta que, sem dúvida alguma, interessará a todos nós.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço o aparte do Senador Casildo Maldaner.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento dizendo que escolhi o dia 25 para fazer essa apresentação porque 25 é o número do PFL. Mas, sobretudo – daí a oportunidade da palavra do Senador Casildo Maldaner –, porque 25 de novembro é o dia de Santa Catarina de Alexandria, padroeira do Estado de Santa Catarina, a quem peço que nos ilumine para avançarmos na defesa da cidadania.

Muito obrigado.

(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que e ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

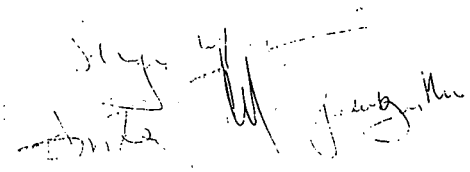
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 734, DE 1999

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1999.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 735, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que além da Comissão de Assuntos Sociais, constante do despacho inicial, o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997, de autoria do Deputado Aloysio Nunes Ferreira, que "revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", seja o referido projeto, também, examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1999. – Senador **Paulo Souto**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 646, DE 1999 – COMPLEMENTAR

Dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º Esta lei complementar estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (artigos 24, inciso I e seu § 1º e 146, incisos II e III da Constituição Federal).

§ 1º São contribuintes para os efeitos desta Lei Complementar e para os das leis federais estaduais, municipais e do Distrito Federal que dela decorram, as pessoas físicas ou jurídicas em qualquer situação de sujeição passiva tributária, inclusive a responsabilidade, a substituição, a solidariedade e a sucessão tributárias além do referido no art. 121, parágrafo único, inciso I do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

§ 2º Estão sujeitos as disposições desta Lei Complementar, também, os agentes da retenção dos tributos os representantes legais ou voluntários e os legalmente obrigados a colaborar com o fisco.

Art. 2º A instituição ou majoração de tributo atenderá aos princípios da justiça tributária.

Parágrafo único. Considera-se justa a tributação que atendeu aos princípios da isonomia, da capacidade contributiva, da eqüitativa distribuição da carga tributária da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade.

Art. 3º Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados na presente Lei serão, reconhecidos pela administração fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

CAPÍTULO II

Das normas fundamentais

Art. 4º A legalidade da instituição do tributo (art. 150, inciso I, da Constituição Federal) pressupõe a

estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, a descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária.

Art. 5º Somente a lei, observado o princípio da anterioridade (art. 150, inciso III alínea **b** e art. 195, § 6º, da Constituição Federal), pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo, a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, bem como a estipulação de requisitos que modifiquem os meios ou modos operacionais de apuração do débito tributário.

Art. 6º As leis instituidora de taxa deverão identificar expressamente o serviço prestado ou posto à disposição do obrigado ou indicar expressamente o exercício do poder de polícia que justificar a medida.

Art. 7º Os impostos atribuído a competência das pessoas políticas de direito constitucional interno terão entre si, fatos geradores e base de cálculo diferentes de tal modo que possam ser objetivamente identificados.

Art. 8º Somente lei complementares poderá estabelecer requisitos para a fruição das imunidades tributáveis previstas nos artigos 150, inciso VI, alínea **c** e 195, § 7º da Constituição Federal.

Art. 9º O jornal oficial, ou o periódico que o substitua deverá, no caso de instituição ou majoração de tributos submetidos ao princípio da anterioridade tributária (art. 150, inciso III, alínea **b**, da Constituição Federal), ter comprovadamente circulado e ficado acessível ao público até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança do tributo.

Parágrafo único. É vedada a tiragem de edição especial ou extraordinária dos órgãos de divulgação mencionados no **caput** quando veiculem lei que institua ou aumente tributo ou qualquer matéria de natureza tributária.

Art. 10. O exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidão em órgãos públicos (art. 5º, inciso XXXIV, alíneas **a** e **b**, da Constituição Federal) independe de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias.

Art. 11. As leis, regulamentos e demais normas jurídicas que modifiquem matéria tributária indicarão, expressamente, as que estejam sendo revogadas ou alteradas, identificando, com clareza, o assunto, a alteração e o objetivo desta.

Art. 12. A Administração Fazendária assegurará aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e à interpretação que oficialmente lhes atribua.

Art. 13. Não será admitida a aplicação de multas ou encargos de índole sancionatória em decorrência do acesso à via judicial por iniciativa do contribuinte.

Art. 14. É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

Parágrafo único. Os regimes especiais de fiscalização, aplicáveis a determinados contribuintes, somente poderão ser instituídos nos estritos termos da lei tributária.

Art. 15. Os efeitos da decisão transitada em julgado, em controle difuso ou em ação direta, proclamando a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, não implicarão exigência de complementação, no âmbito administrativo ou judicial, do valor do crédito tributário extinto anteriormente à vigência da decisão.

Art. 16. Somente o Poder Judiciário poderá desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade, quando, em detrimento da Administração Fazendária, houver comprovado abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

§ 1º A desconsideração da personalidade jurídica por decisão judicial ocorrerá também nos casos de falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da empresa, provocados por má administração.

§ 2º A desconsideração somente pode ser realizada em relação a terceiros que, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), detenham poder de controle sobre a empresa.

§ 3º A desconsideração fica limitada aos sócios da pessoa jurídica e exige prova inequívoca de que a sociedade foi utilizada para acobertamento dos sócios e utilizada como instrumento de fraude.

Art. 17. Presume-se a boa-fé do contribuinte até que a Administração Fazendária comprove o contrário.

Parágrafo único. Ninguém será obrigado a atestar ou testemunhar contra si próprio, considerando-se ilícita a prova assim obtida do contribuinte (art. 5º, inciso LVI, Constituição Federal).

Art. 18. Além dos requisitos de prazo, forma e competência, é vedado à legislação tributária estabe-

lecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa.

§ 1º Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente ou em juízo, como condição para admissibilidade de defesa ou recurso no processo tributário-administrativo ou no processo judicial.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a garantia da execução fiscal, nos termos da lei processual aplicável.

CAPÍTULO III

Dos direitos do contribuinte

Art. 19. São direitos do contribuinte:

I – ser tratado com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II – poder exercer os seus direitos, ter acesso às informações de que necessite e dar cumprimento às suas obrigações;

III – formular alegações e apresentar documentos antes das decisões administrativas, e tê-los considerados por escrito e fundamentadamente;

IV – ter ciência formal da tramitação dos processos administrativo-tributários em que tenha a condição de interessado, deles ter vista e obter as cópias que requeira, e conhecer formalmente as decisões neles proferidas;

V – fazer-se assistir por Advogado;

VI – identificar o servidor de repartição fazendária e conhecer-lhe a função e atribuições do cargo;

VII – receber comprovante pormenorizado dos registros, documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização fazendária ou por ela apreendidos;

VIII – prestar informações apenas por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a 5 (cinco) dias;

IX – ser informado dos prazos para pagamento das prestaçoes a seu encargo, inclusive multas e acessórios, com orientação completa quanto ao procedimento a adotar e à existência de hipóteses de redução do montante exigido;

X – recolher o tributo no órgão competente, sem prejuízo de poder fazê-lo junto à rede bancária autorizada;

XI – obter certidão negativa de débito, ainda que o crédito tributário tenha sido extinto por causa diversa do pagamento, ou se tornado inexigível, sem prejuízo de nela constar a razão determinante da extinção ou da inexigibilidade;

XII – receber, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável justificadamente uma unica vez e por igual período, resposta fundamentada a pleito formulado à Administração Fazendária, inclusive pedido de certidão negativa, sob pena de responsabilização funcional do agente;

XIII – ter preservado, perante a Administração Fazendária, o sigilo de seus negócios, documentos e operações, quando não envolvam os tributos objeto de fiscalização;

XIV – não ser obrigado a exibir documento que já se encontre em poder da administração pública;

XV – receber da Administração Fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária, o mesmo tratamento que esta dispensa ao contribuinte em idênticas situações.

Art. 20. A Administração Fazendária informará, semestralmente, a carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços, inclusive bancários (art. 150, § 5º, da Constituição Federal).

§ 1º Será especialmente informada a carga tributária incidente sobre as mercadorias que compõem a cesta básica.

§ 2º A não-edição de pautas que contenham os valores e informações a que alude este artigo configura infração funcional do responsável.

Art. 21. O contribuinte será informado do valor cadastral dos bens imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, para fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que incidam sobre a propriedade imobiliária e a transmissão dos direitos a ela relativos.

Parágrafo único. Configura excesso de exação a avaliação administrativa do imóvel e valores manifestamente superiores aos de mercado, por ela respondendo solidariamente quem assinar laudo e seu superior imediato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 22. O contribuinte tem direito de, na forma da lei, ser notificado da cobrança de tributo ou multa.

Parágrafo único. Além do disposto no art. 42 desta Lei, a notificação deverá indicar as impugnações cabíveis, o prazo para sua interposição, o órgão competente para julgamento o valor cobrado e seu respectivo cálculo, e, de maneira destacada, o não condicionamento da defesa a qualquer desembolso prévio.

Art. 23. O órgão no qual tramita o processo administrativo tributário determnará a intimação do inte-

ressado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I – a identificação do intimado e o nome do órgão ou entidade administrativa;

II – a finalidade da intimação;

III – a data, hora e local de comparecimento;

IV – informação sobre a necessidade de comparecimento pessoal ou possibilidade de se fazer representar;

V – informação sobre a possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu comparecimento;

VI – a indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto á data de comparecimento.

§ 3º A intimação pdoe ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º No caso de interesados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

§ 6º O comparecimento do contribuinte supre a falta ou a irregularidade da intimação.

Art. 24. Serão objeto de intimação os atos do processo de que resultem, para o interessado, a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direito e atividades, assim como os atos de outra natureza que produzam efeito na relação tributária.

Art. 25. Sem prejuízo dos ônus da sucumbência, o contribuinte será reembolsado do custo das finanças e outras garantias da instância judicial, para a suspensão do crédito tributário, quando este for julgado improcedente.

Art. 26. A existência de processo administrativo ou judicial pendente, em matéria tributária, não impedirá o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de ter acesso a linhas oficiais de crédito e de participar de licitações.

Art. 27. São assegurados, nos processos administrativo fiscal, o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de deliberação.

§ 1º A segunda instância administrativa será organizada como colegiado, no qual terão assento, de forma paritária, representantes da administração e dos contribuintes.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao processo administrativo de consulta nem ao relativo a perdimento de bens.

Art. 28. A autuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 5 (cinco) dias a contar da intimação.

Parágrafo único. A não-apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.

Art. 29. O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, poderá, por opção sua, ser compensado com débitos relativos à mesma Fazenda Pública.

Parágrafo único. Ao crédito tributário do contribuinte, objeto da compensação a que se refere o **caput** deste artigo, aplicam-se os mesmos índices de correção monetária incidentes sobre os débitos fiscais, contados desde o pagamento indevido, bem como juros contados da decisão definitiva que o reconheceu.

Art. 30. Na hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo depósito do seu montante integral, o valor respectivo será aplicado, por ordem do Juízo, em conta remunerada segundo, no mínimo, os índices de atualização e rentabilidade aplicáveis à caderneta de poupança.

CAPÍTULO IV
Das Consultas em Matéria Tributária

Art. 31. Os contribuintes e as entidades que os representam poderão formular consultas à Administração Fazendária acerca da vigência, da interpretação e da aplicação da legislação tributária, observado o seguinte:

I – as consultas deverão ser respondidas por escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período, fundamentadamente sob pena de responsabilização funcional;

II – a pendência da resposta impede a autuação por fato que seja objeto da consulta;

III – a ausência de resposta no prazo previsto no inciso I implicará aceitação, pela Administração Fazendária, da interpretação e do tratamento normativo dado pelo contribuinte à hipótese objeto da consulta.

Parágrafo único. A Administração Fazendária é administrativa e civilmente responsável por dano que a conduta de acordo com a resposta à consulta imponha ao contribuinte.

Art. 32. Os contribuintes têm direito à igualdade entre as soluções a consultas relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica.

§ 1º A diversidade de tratamento administrativo-normativo a hipótses idênticas permite ao contribuinte a adoção do entendimento que lhe seja mais favorável.

§ 2º As respostas às consultas serão publicadas na íntegra no jornal oficial ou periódico que o substitua.

Art. 33. Os princípios que regem o procedimento previsto para a discussão do lançamento tributário são aplicáveis, no que couber, ao direito de consulta do contribuinte.

CAPÍTULO V
Dos deveres da Administração Fazendária

Art. 34. A Administração Fazendária, no desempenho de suas atribuições, pautará sua atuação de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes, assim no procedimento e no processo administrativo, como no processo judicial.

Art. 35. A utilização de técnicas presuntivas depende de publicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, das orientações a serem seguidas e de sua base normativa, para conhecimento do sujeito passivo a fim de que este possa, se for o caso, impugnar sua aplicação.

Parágrafo único. Os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal e na lei complementar.

Art. 36. O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.

Parágrafo único. A Administração Fazendária não poderá recusar a expedição de certidões negativas, nem condicionar sua expedição, à prestação de garantias, quando não exigidas na concessão do parcelamento, salvo na hipótese de inobservância do pagamento nos respectivos prazos.

Art. 37. É vedado à Administração Fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:

I – recusar, em razão da existência de débitos tributários pendentes, autorização para o contribuinte imprimir documentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades;

II – induzir, por qualquer meio, a auto-denúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou prevalecimento da boa-fé, temor ou ignorância;

III – bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte, sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa;

IV – reter, além do tempo estritamente necessário à prática dos atos assecuratórios de seus interesses, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei;

V – fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se com autorização judicial na hipótese de justo receio de resistência ao ato fiscalizatório; e

VI – divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.

Parágrafo único. O direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes restringe-se aos tributos de competência da pessoa política que realizar a fiscalização.

Art. 38. O agente da Administração Fazendária não poderá deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 39. A Administração fazendária obedecerá, dentre outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 40. Nos processos administrativos perante a Administração Fazendária, serão observados, dentre outros critérios, os de:

I – atuação conforme a lei e o Direito;

II – atendimento aos fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização de lei;

III – objetividade no atendimento do interesse jurídico, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV – atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V – divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI – adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse públicos;

VII – indicação dos pressupostos e fundamentos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII – observância das formalidades necessárias, essenciais à garantia dos direitos dos contribuintes;

IX – adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos contribuintes;

X – garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII – impulsão, de ofício, do processo administrativo tributário, sem prejuízo da atuação dos interessados.

Art. 41. É obrigatória a emissão de decisão fundamentada, pela Administração Fazendária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, justificadamente, uma única vez e por igual período.

Art. 42. Os atos administrativos da Administração Fazendária, sob pena de nulidade, serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I – neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II – imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III – decidam recursos administrativo-tributários;

IV – decorram de reexame de ofício;

V – deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; ou

VI – importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo-tributário.

§ 1º A motivação há de ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º É permitida a utilização de meio mecânico para a reprodução de fundamentos da decisão, desde que haja identidade do tema e que não reste prejudicado direito ou garantia do interessado.

§ 3º A motivação das decisões de órgãos, colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

Art. 43. A ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, assim como a ação de quebra de sigilo, só poderão ser propostas após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal.

§ 1º A tramitação do processo administrativo suspende a fluência do lapso prescricional penal.

§ 2º O ajuizamento de ação de quebra de sigilo antes do encerramento do processo administrativo-tributário será admitido somente quando essencial à comprovação da irreglaridade fiscal em apuração.

Art. 44. O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa como sujeito passivo tributário.

§ 1º A execução fiscal em desacordo com o disposto no **caput** deste artigo admite indenização judicial por danos morais, materiais e à imagem.

§ 2º A substituição de certidão de dívida ativa após a oposição de embargos à execução implica sucumbência parcial incidente sobre o montante excluído ou reduzido da certidão anterior.

Art. 45. É obrigatória a inscrição do crédito tributário na dívida ativa no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão.

Art. 46. O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objeto, vinculando a Administração Fazendária.

Parágrafo único. Do termo a que alude o **caput** deverá constar o prazo máximo para a ultimação das diligências, que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, prorrogável justificadamente uma única vez e por igual período.

CAPÍTULO VI
Da Defesa do Contribuinte

Art. 47. A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente ou em juízo, individualmente ou a título coletivo.

§ 1º A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I – interesses ou direitos difusos, a lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II – interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos desta lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III – interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

§ 2º Para os fins do § 1º deste artigo, são legitimados concorrentemente:

I – o Ministério Público; e,

II – as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses, direitos e garantias protegidos por esta lei, dispensada a autorização assemblear.

§ 3º O requisito de pré-constituição a que se refere o § 2º deste artigo pode ser dispensado pelo Juiz quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

§ 4º Nas ações coletivas a que se refere este artigo não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais ou quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

§ 5º Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

Art. 48. Para a defesa dos direitos e garantias protegidos por esta lei são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, observadas as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 49. O parágrafo único e seu inciso I, do art. 174 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 174. (...)

Parágrafo único. A fluência do lapso prescricional tributário interrompe-se:

I – pela decisão interlocutória do Juiz que ordena a citação (art. 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80); (...).!

Art. 50. Ficam revogados:

I – o art. 193 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966);

II – § 3º do art. 6º; o § 3º do art. 11 e os artigos 25, 26, 34 e 38 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980).

Art. 51. O **caput** e o § 3º do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. O Juiz suspenderá o curso da execução enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e, nestes casos, o prazo de prescrição será de 5 (cinco) anos. (...)

§ 3º Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução, observado o prazo do **caput** deste artigo."

Art. 52. Esta lei entará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto de "Código de Defesa do Contribuinte" abre a página de uma nova cidadania. Com ele o cidadão-contribuinte passa a ter uma relação de igualdade jurídica com o Fisco para, mediante co-responsabilidade cívica, tratarem juntos, e com transparência democrática, de origem e da aplicação da arrecadação pública. Os deveres e os direitos são mútuos; nada se presume negativamente contra um ou outro; o quanto se decidir, a favor de um ou outro, será mediante expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito.

2 – A justa compreensão do que aqui se propõe, para daí extrair o quanto a sociedade civil tem o direito de ver e sentir da ação estatal, exige um repensar crítico de métodos e presunções do direito público. O projeto implica, substancialmente, uma revolução cultural na compreensão da Constituição, para nela se ler o quanto em outras sociedades democráticas, mais sólidas e corajosas no reconhecer e tornar eficazes os direitos da cidadania, já o fizeram há séculos ou décadas.

Não se cuida de interpretar nossa Carta Magna, mas de construí-la. Se na interpretação circunscreve-se o aplicador a compreender a norma para torná-la coerente com o sistema positivado no qual se insere, e daí extrair a solução do caso concreto, já na construção seu trabalho é reler a Constituição em face dos novos fatos políticos e das novas demandas sociais para sobre eles projetar os pricípios fundamentais implícitos da Carta e, destarte, dar-lhes solução justa sem ruptura institucional, sem cismas sociais e sem a necessidade de sucessivas e infindáveis emendas.

Mediante construção o legislador, assim como o intérprete e o aplicador da lei, não só reconsubstanciam os e mecanismos de igualdade jurídica concebidos pelo constituinte originário, como também, e mais

fundamentalmente, revivificam os ideais de justiça social da sociedade civil.

Foi esta leitura construtiva da Constituição, como meio de sua renovação constante, que tornou possível, às sociedades libertárias que inspiraram o constitucionalismo moderno, responder às demandas advindas com o tempo. Não se pode admitir, sob pena de confissão de fracasso, que não tenha tido idêntica vontade o constituinte brasileiro de 1988.

De outra parte, há que se ter presente que vive hoje o mundo a era dos direios legislados. A cidadania não se satisfaz mais com meras declarações de direitos-todo direito é. Assim, a Constituição brasileira tornou expresso que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata" (art. 5º, § 1º). Logo está o tempo de ter o cidadão seus direitos fundamentais subordinados à discricionariedade do Estado mediante cláusulas de eficácia contida ou não-auto aplicáveis ou apenas programáticas.

Os regimes de liberdade sempre rejeitaram essa visão positivista radical que caracterizou os regimes autoritários da democracia formal. Não há mais no mundo moderno da cidadania ativa, no qual definitivamente se insere o Brasil, espaço para constituições semânticas, nas quais sobre a cidadania pende a espada de Dâmocles nas mãos dos dirigentes de plantão. Tanto somos parte dessa universalidade dos direitos que em 1988 dispôs o constituinte que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte" (art. 5º, § 2º).

3 – Igualmente indispensável ter presente que o projeto não se limita a reevisitar os direitos e garantias fundamentais plasmados na Constituição, mas, também e principalmente, deles extrair seus consectários necessários para, daí, em passo seguinte, condicionar a interpretação e a jurisprudência do direito tributário. Por isso mesmo, este Código põe fim a rixas doutrinárias e resolve divergências de jurisprudência, harmonizando a aplicação do direito com o objetivo de conferir previsibilidade e estabilidade à relação jurídica do contribuinte com o Fisco.

Nesse espírito, não se ocupa o projeto, salvo o explicitado em suas disposições finais, em revogar ou reescrever disposições do Código Tributário Nacional. Não se pode perder de vista que, concebido embora sob o influxo democrático da Constituição de 1946, o direito tributário brasileiro codificado em 1966, particularmente nas relações do Fisco com o contribüinte, foi implementado sob as condições autocráticas das Cartas de 1967 e 1969. Daí o propósito do Código de Defesa do Contribuinte de interpretar o direito tributário nacional nos moldes libertários da Constituição de 1988 e da jurisprudência dela resultante, cuja sede é a sociedade civil, e cujo objeto maior é harmonizar, sob condições de igualdade jurídica, os interesses individuais e coletivos em face do Estado.

A destinação exata desde projeto, por conseguinte, se põe na forma do art. 2º, § 2º, da Lei Introdução ao Código Civil: "A lei nova, que estabelaça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior." É, pois, um projeto que encerra lei de caráter explicativo, para o fim de submeter o direito vigente, consolidado e expandido em um regime político autocrático, ao sentido democrático e ao espírito libertário da Constituição de 1988. Desta, da evidente prevalência dos direitos humanos e da concepção de uma sociedade civil controladora e legitimadora do Estado, decorre a obrigação do Congresso Nacional de conferir eficácia construtiva ao direito anterior, recepcionado em 1988, mediante exegese compatível com os comandos normativos objeivos da Lei Maior.

II

4 – O presente projeto de lei complementar torna eficaz, na relação do cidadão-contribuinte com o Fisco, a ordem de valores normatizados no sistema constitucional brasileiro.

No que complementa e explica, para tornar substantivamente eficaz, os dispositivos constitucionais sobre a declaração de direitos fundamentais do contribuinte e sobre os princípios de justiça fiscal condicionadores da tributação, põe a sociedade civil em pé de igualdade legal com os gerentes estatais na busca e consecução dos grandes ideais de justiça social e redistribuição da riqueza mediante a tributação. Em outras palavras, cuida de sistematizar e unificar as regras referentes ao estatuto do contribuinte.

5 – Assiste-se, nesta virada de século, a um extraordinário fortalecimento dos direitos fundamentais, seja no plano das legislações internas e dos tratados internacionais, seja no campo da reflexão jurídica e da busca da sua justificativa ética. Nessa perspectiva os direitos fundamentais do contribuinte passam a ter nova relevância. A Constituição de 1988 dedica todo um capítulo (art. 150 a 152) às limitações ao poder de tributar, que consubstanciam os direitos básicos do cidadão frente ao poder fiscal do Estado e que se colocam como contraponto tributário do elenco dos direitos e garantias proclamados e assegurados pelo art. 5º.

As normas constitucionais, contudo, por sua generalidade e abertura, necessitam de complementação na via legislativa a fim de harmonizar os direitos humanos e o ordenamento tributário positivo.

Por outro lado reafirma-se a preocupação com a justiça fiscal, que, sendo especial emanação da idéia de justiça social, necessita de princípios positivados que a instrumentalizem.

Esses dois vetores – os direitos fundamentais do contribuinte e a busca da justiça fiscal, passam a vincular o direito hodierno no plano nacional e no internacional. Alguns tratados, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica – 1969), dispõem sobre os direitos básicos dos contribuintes. Nos Estados Unidos foi aprovada, em 30 de julho de 1996, a Declaração de Direitos do Contribuinte II (Taxpayer Bill of Rights II), que alterou o Código de Rendas Internas de 1986 (Internal Revenue Code) para fortalecer a proteção aos contribuintes.

Na Espanha publicou-se a "Ley de Derechos y Garantias de los Contribuyebtes" – LDGC (nº 1/1998, de 26 de fevereiro), que "regula os direitos e garantias básicas dos contribuintes em suas relações com as Administrações tributárias" e que, segundo sua Exposição de Motivos, constituiu "um marco de inegável transcendência no processo de reforço do princípio da segurança jurídica característico das sociedades democráticas mais avançadas, permitindo, ademais, aprofundar a idéia de equilíbrio das situações jurídicas da Administração tributária e dos contribuintes, com a finalidade de favorecer a estes o melhor cumprimento voluntário das obrigações".

6 – O Código de Defesa do Contribuinte, que ora se propõe, tem, por conseguinte, o objetivo de fortalecer a cidadania fiscal, complementando as normas constitucionais pertinentes e compatibilizando a legislação brasileira com a internacional num momento de globalização e expanção das economias nacionais.

III

7 – Destaque-se, de início, algumas disposições que, no projeto, mais afetam a relação do cidadão-contribuinte com Fisco e mais demandam o repensar de práticas consagradas no nosso direito público.

A cláusula que conceitua justiça tributária como aquela que "atenda aos princípios constitucionais da isonomia, da capacidade contributiva, da eqüitativa distribuição da carga tributária, da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade (art. 2º, parágrafo único). São parâmetros para a validade dos tributos, tanto para o Fisco que o institua, quanto para o contribuinte que o conteste. Sua abstração cederá à eficácia no exame de cada caso concreto, seja no plano administrativo ou no processo judicial.

Tal norma, em combinação com aquelas que dispõem sobre o processo administrativo-tributário e a fundamentação dos atos da Administração Fazendária, abre campo novo à relação do cidadão com o agente estatal.

8 – A explicitação de que o exigir ou aumentar tributo somente se dará mediante lei (Const. Fed., art. 150, inciso I) "pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária" (art. 4º). Mas do que a legalidade formal, também a transparência, a moralidade e a economicidade (Const. Fed., art. 37, **caput**) na relação de direito entre os sjeitos ativo e passivo da relação tributária.

9 – O respeito à anualidade (Const. Fed., art. 150, inciso III, alínea **b**) mediante publicidade que se dê, efetivamente, dentro do ano civil anterior ao da exigibilidade, mediante circulação dos diários oficiais até 31 de dezembro, com acesso aos assinantes e ao público em geral, donde inválidas as ficções de circulação com data retroativa do periódico (arts. 5º e 9º).

10 – A identificação diferenciada dos fatos geradores e das bases de cálculo dos impostos atribuídos à competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de sorte a evidenciar a inexistência, ainda que indireta, da bitributação (art. 7º).

11 – A explicitação do serviço prestado ou posto à disposição do obrigado e do exercício do poder de polícia que justifiquem a criação de taxas (art. 6º).

12 – Crucial à nova cidadania e à construção constitucional é a disposição de que "os efeitos da decisão transitada em julgado, em controle difuso ou em ação direta proclamando a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, não implicarão exigência de complementação, no âmbito administrativo ou judicial, do valor do crédito tributário extinto anteriormente à vigência da decisão" (art. 15.)

Cuida-se de conferir estabilidade e previsibilidade à relação jurídica já consolidada entre o contribuinte e o Fisco. Vale dizer, extinto embora o crédito tributário, ou usufruída uma vantagem fiscal qualquer, estará o contribuinte sujeito a ter que pagar a mais, ou a se desfazer e a compensar monetariamente a vantagem fiscal, se, a qualquer momento, em futuro incerto

e não sabido, vier o Judiciário a declarar inconstitucional a lei vigente ao tempo de consolidação da relação tributária.

Está consagrado na nossa cultura jurídica que a lei declarada inconstitucional, mediante decisão final do Judiciário, é nula desde sua edição, não se convalidando qualquer ato sob ela praticado. Não contempla, a jurisprudência, a hipótese de o Judiciário, particularmente as cortes constitucionais, poderem, caso a caso, mediante juízo de oportunidade política e conveniência social, em face dos valores acolhidos na Constituição mesma, dentre eles, sem dúvida, a estabilidade e previsibilidade da lei e das relações dela legitimamente extraídas, declarar a inconstitucionalidade com efeito para o futuro.

Este o passo de construção constitucional. Por que não acolher o Judiciário brasileiro a experiência de outros sistemas constitucionais, mais antigos, mais estáveis e culturalmente mais prestigiosos, nos quais as cortes constitucionais adotam tal procedimento? São clássicos e inúmeros os precedentes, até mesmo no campo do direito penal e processual penal, e portanto no âmbito crucial da liberdade, nos quais, reconhecida a inconstitucionalidade da lei no caso concreto, e assim anulada a condenação, não se estenderam, genérica e retroativamente, os efeitos da decisão.

Ao valor constitucional supremo de não se admitir como válida a norma contrária à Constituição, sem o que ruiria primado da constituição escrita, se coloca outro valor essencial à ordem jurídica, qual seja, a consolidação imutável da relação contribuinte-Fisco, vale dizer, sociedade civil-Estado, validamente constituída conforme à lei vigente.

Estranho ao sistema valorativo de uma Constituição que cria uma ordem estatal fundada em um sistema de direitos e garantias individuais e face do Estado, vale dizer, de uma ordem estatal que extrai validade legal e legitimidade política da sociedade civil que a gerencia mediante representantes eleitos, estranho será-repita-se, admitir a eterna instabilidade e imprevisibilidade de uma relação jurídica do cidadão-contribuinte validamente constituída com o agente estatal sob a lei.

A norma é central à compreensão dessa nova cidadania, vale dizer, de uma relação entre iguais, no plano das relações obrigacionais do cidadão-contribuinte com o Estado fiscal.

A motivação da norma tem agora reconhecimento formal; sua percepção cultural está acolhida na recentíssima Lei nº 9.868, de 10 de novembro último **DOU** 11.NOV.99), cujo art. 27 dispõe: "ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado".

13 – Outras disposições relevantes desse novo tempo homenageiam o princípio de que ninguém será privado de seus bens e direitos sem o devido processo legal (Const. Fed, art. 5º, inciso LIV e LV).

Assim, fica proibida a interdição de estabelecimentos, a proibição de transacionar com repartições públicas, a instituição de barreiras fiscais e outros meios coercitivos para a cobrança extrajudicial de tributos (arts. 13 e 14).

Da mesma forma, em razão de processo administrativo ou judicial, em matéria tributária, impedir-se o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, ou de ter acesso a linhas oficiais de crédito ou de participar de licitações (art. 26).

É vedado à Administração Fazendária recusar, em razão de débitos tributários pendentes, autorização para o contribuinte imprimir os documentos necessários ao desempenho de suas atividades; ou bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa (art. 37, incisos I e III).

Não menos importante, vedar-se à Administração o uso de força policial na hipótese de justo receio de resistência (art. 37, V).

O direito de defesa ou de recurso, administrativo ou judicial, não poderá ser condicionado a depósito, fiança, caução, aval ou outro ônus qualquer, exceto na execução fiscal, nos termos da lei processual aplicável (art. 18).

14 – Somente ac Judiciário será permitido desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando for ela instrumento de fraude à lei para ocultar sócios ou terceiros que tenham poder de controle, conforme a Lei das Sociedades Anônimas (art. 16).

A desconsideração (disregard of legal entity doctrine) visa punir o abuso de direito e a fraude mediante o uso de personalidade jurídica. O primeiro conceito clássico vem de 1912, e foi lembrado em conferência pelo renomado jurista Rubens Requião: "quando o conceito de pessoa jurídica se emprega para defraudar os credores, para subtrair-se a uma obrigação existente, para desviar a aplicação de uma lei, para constituir ou conservar um monopólio ou para proteger velhacos ou delinqüentes, os tribunais poderão

prescindir da personalidade jurídica e considerar que a sociedade é um conjunto de homens que participam ativamente de tais atos e farão justiça entre pessoas reais" (E.S.D., 2/76).

Já o conceito revela a exclusividade dos tribunais. O que faz o projeto é prevenir a manipulação e o mau uso desse mecanismo de compreensão e análise dos negócios de uma pessoa jurídica pela Administração Fazendária como forma de coagir o contribuinte, no processo administrativo-t tributário, o qual se desenvolve sem o controle e a condução isenta do terceiro imparcial – o Juiz, perante quem os pedidos de requisição de documentos hão de ser justificados e submetidos ao crivo do contraditório.

15 – As técnicas presuntivas são instrumento de eficácia gerencial. O que não admite o projeto é ser o sujeito passivo tomado de surpresa com o ônus da obrigação. Por isso mesmo, a lealdade do Estado com o cidadão-contribuintecidadão-contribuinte demanda a publicidade prévia do ato para ciência dos que por ele afetados para sua impugnação administrativa ou judicial (art. 35).

16 – Parcelado o débito tributário, e se cumprido o acordo, não pode o cidadão-contribuinte continuar sofrer os ônus da inadimplência. O projeto resolve disputa doutrinária de tratamentos administrativos e de jurisprudência ao definir o parcelamento como novação, donde o retorno ao pleno estado de adimplência, inclusive para a obtenção de certidões negativas de débitos fiscais (art. 36).

17 – Relevantes os prazos estabelecidos para as decisões da Administração Fazendária, livrando o cidadão-contribuinte da espera infindável para a solução de suas demandas.

Assim, circunscrita a Administração Fazendária ao objeto lançado no termo de início da fiscalização, tem ela prazo de 90 dias para ultimar as divergências (art. 46).

O prazo máximo para emitir decisão nos processos, nas solicitações ou nas reclamações será de 30 dias (arts. 19, XII e 41).

Nas consultas o prazo é de 30 dias, com a ressalva importante de que, oferecendo o contribuinte sua interpretação, prevalecerá esta se o Fisco não observar o prazo da lei (art. 31).

Visto o equilíbrio entre as partes, a realidade da gerência da Administração Fazendária, e o direito público que rege a matéria, todos os prazos são prorrogáveis uma única vez, por igual período mediante justificação.

18– Os contribuintes passarão a conhecer os impostos incidentes sobre mercadorias, especialmente as que compõem a cesta básica, bem como os incidentes sobre serviços bancários, pela divulgação semestral da carga tributária a eles agregadas (art. 20).

19 – Duas outras disposições reforçam a lealdade que deve reger as relações do cidadão-contribuinte com o Fisco.

A primeira firma que, sem prejuízo da sucumbência, o contribuinte será reembolsado do custo das finanças e outras garantias de instância judicial, para a suspensão do crédito tributário, quando este for julgado improcedente (art. 25). Nas execuções fiscais, em especial, para recorrer judicialmente, vê-se o contribuinte obrigado a afiançar o débito que se lhe impõe, com que arca com o custo financeiro até agora não compensável.

A segunda permite que o contribuinte, credor do Fisco em face de decisão final, administrativa ou fiscal, compense o crédito contra o débito quaisquer que tenha perante a mesma Fazenda Pública (art. 29), com o que o projeto encerra demandas intermináveis nas quais se disputa sobre a natureza coincidente ou não dos tributos que enseja a compensação.

20 – O projeto, dada sua natureza de lei complementar, resolve ainda a compreensão do melhor sentido do quanto disposto nos artigos 150, inciso VI, alínea **c** e 195, § 7º, da Constituição Federal, os quais remetem à lei a criação das exigências e dos requisitos de fruição das imunidades tributárias nela previstas (art. 8º). Cuida-se, conforme a melhor leitura para a eficácia substantiva da Constituição, de lei complementar, nunca de lei ordinária, porquanto, sabiamente, é da lei complementar a competência para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (Const. Fed., art. 146, II). É esta a lição dos autores de maior nomeada.

A relevância social e política dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, justificam que p Congresso Nacional encerre a rixa doutrinária.

O mandamento da lei complementar que o projeto explicita é exatamente aquele acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11 de novembro de 1999, em processo de que relator o Ministro Moreira Alves, quando aquela Corte confirmou medida liminar antes deferida pelo Ministro Marco Aurélio, sustando os efeitos de lei ordinária que pretendera atuar no campo do art. 146, inciso II, da Constituição Federal.

21 – A eficácia desta Lei assegurada mediante ações administrativas ou judiciais, de iniciativa individual ou coletiva, nos moldes do Código de Defesa do Contribuinte (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, art. 81 e seguintes). Destarte, o Ministério Público e as associações civis ficam legitimados para a ação coletiva na defesa dos direitos e garantias explicitados no projeto (art. 47).

IV

22 – O projeto estrutura a lei de Direitos e Garantias do Contribuinte, em sete capítulos, a saber: das disposições preliminares, das normas fundamentais, dos direitos do contribuinte, das consultas em matéria tributária, dos deveres das administração fazendária, da defesa do contribuinte e das disposições finais.

No capítulo inicial estabelece-se o fundamento de validade da lei complementar, estendendo os seus efeitos à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios. Define-se o conceito de contribuinte, que é tomado em sua acepção mais ampla, a abranger todas as formas de sujeição passiva tributária, inclusive responsabilidade, substituição tributária, solidariedade e sucessão tributária. Introduz-se dispositivos de grande alcance para a justificativa ético-jurídica da tributação, determinando-se que a instituição de tributos atenderá ao princípio da justiça tributária, com o corolário de que se considera justa a tributação que atenda aos princípios constitucionais da isonomia, capacidade contributiva das pessoas obrigadas ao pagamento de tributos, eqüitativa distribuição da carga tributária, generalidade, progressividade e não-confiscatoriedade.

Declara-se que os direitos e garantias do contribuinte serão reconhecidos pela Administração Fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos ou implícitos, e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

O projeto, por conseguinte, deixa claro, nas disposições introdutórias, a eficácia nacional da lei, o objetivo de proteger o contribuinte, firmando-lhe o estatuto legal e declarando-lhe os direitos e as garantias, e a preocupação em considerar como integrantes da mesma equação valorativa os princípios relacionados com a sua liberdade e com a justiça fiscal.

23 – O Capítulo II versa sobre as normas fundamentais, estampa as normas gerais estruturantes da relação jurídico-tributário complementa a definição dos princípios constitucionais vinculados à segurança jurídica, baliza os aspectos essenciais à definição do tributo no quadro da legalidade tributária e veda à lei ordinária estabelecer requisitos para a fruição das imunidades tributárias.

O princípio constitucional da anterioridade, freqüentemente objeto de abuso por parte do administrador e do legislador ordinário, é fortalecido, prescrevendo-se que para a cobrança de tributos, no exercício seguinte, o jornal oficial deverá ser distribuído a todos os assinantes e ser acessível ao público em geral até 31 de dezembro do exercício anterior.

De grande alcance para a transparência da legislação tributária é a previsão de as leis e os regulamentos modificadores de normas tributárias relacionarem as que forem revogadas, bem assim as que tiverem sua redação alterada. No mesmo sentido as que obrigam a Administração Fazendária a assegurar aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e da interpretação que oficialmente lhes atribua.

Ratifica-se, por lei, a proibição de sanções políticas, já proclamada pelo Judiciário. Inovação de grande alcance é a norma antielisiva que permite a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento da Administração Fazendária, houver comprovado abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, ou violação dos estatutos ou contrato social.

24 – O Capítulo III estabelece o catálogo dos direitos do contribuinte. Dentre eles os de ter acesso à identificação do funcionário das repartições fazendárias, prestar às autoridades fazendárias informações apenas por escrito, receber em 30 dias resposta a seus pleitos, não exibir documentos já apresentados a outros órgãos da Administração Pública, ser posto no mesmo plano da Administração Fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsados, juros e atualização monetária. Adotam-se diversas medidas de proteção no âmbito da defesa perante as instâncias administrativas e judiciais, inclusive a previsão, constante também do Projeto de Emenda Constitucional 175/95, de que a ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, só poderá ser proposta após o encerramento do processo administrativo, suspendendo-se durante a tramitação do processo administrativo a fluência da prescrição penal.

Na área do processo administrativo-tributário vedam-se a instituição de instância única e a adoção de condições que limitem o direito à interposição de impugnações ou recursos.

O projeto incorpora, ainda, alguns dos princípios centrais estampados na lei geral do processo administrativo federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de

1999) para que se lhe confiram caráter nacional vinculante.

25 – O Capítulo IV dispõe sobre as consultas em matéria tributária, campo no qual ocorrem algumas das violações mais graves aos direitos do contribuinte. Fixa-se o prazo de 30 dias para a resposta da Administração, o que coibirá o abuso freqüentemente praticado de deixar o sujeito passivo sem a orientação do Fisco. Os contribuintes passam a ter direito à igualdade entre as soluções de consultas relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica, com o que estende aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a medida adotada na esfera da União pela Lei nº 9.430 de dezembro de 1996 (art. 48, §§ 5º, 6º, 9º 10 e 11), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

26 – Reserva-se o Capítulo V para os deveres da Administração Fazendária, que hão de ser correspectivos aos direitos dos contribuintes. O princípio geral é o que a Administração Fazendária pautará sua conduta de modo a assegurar o menor ônus possível aos contribuintes, inclusive no que concerne à execução fiscal.

Diversos dispositivos disciplinam as atividades do Fisco no intuito de resguardar a boa-fé do contribuinte e zelar pela moralidade administrativa: obriga-se a inscrição na dívida ativa em 30 dias; proíbi-se que presunções e ficções legais desvinculem a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador; declara-se que o parcelamento do débito implica novação; restringe-se o direito de examinar mercadoria, livros e arquivos aos tributos de competência da pessoa política que realizar a fiscalização; proíbe-se à Administração Fazendária a divulgação, em órgãos de comunicação social, do nome dos contribuintes em débito; prevê-se que o termo de início de fiscalização obrigatoriamente circunscreva seu objeto, vinculando a Administração Fazendária; vedam-se, dentre outras práticas administrativas, o cerceamento de direito dos devedores, de abuso da boa-fé ou ignorância do contribuinte, de constrangimento na cobrança de tributos e de demora no exercício das atividades previstas em lei; proíbe-se o agente da Administração de deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias.

27 – As normas do Capítulo VI cuidam da defesa do contribuinte mediante adoção do modelo de defesa coletiva consagrado no Código de Defesa do Consumidor. Definem-se, por conseguinte, sob os mesmos termos e condições, os interesses ou direitos difusos e os coletivos, assim como os individuais homogêneos, seguida da legitimação do Ministério Público e das associações civis para a ação judicial.

28 – No Capítulo VII, em disposições finais, adaptam-se alguns dispositivos do Código Tributário Nacional e da Lei de Execuções Fiscais à filosofia deste projeto de lei, como também à legislação e jurisprudência supervenientes.

Sala das Sessões 25 de novembro de 1999. – **Jorge Bornhausen,** Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto constitucional de 5 de outubro de 1888, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 22/99, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94.

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

.....

LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

.....

*Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

.....

III – cobrar tributos:

.....

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

.....

VI – instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

.....

*Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

.....

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, **b**.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

.....

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966(*)

Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

.....

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

.....

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

•• Vide Súmula 107 do TFR.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

.....

Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

•• Vide Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, arts, 27, IV e 29 (Lei de Licitações).

.....

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil

.....

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as Sociedades por Ações

.....

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, do consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências.

.....

LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 (*)

Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.

.....

Art. 6º A petição inicial indicará apenas:

I – o juiz a quem é dirigida;

II – o pedido; e

III – o requerimento para a citação.

§ 3º A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.

.....

Art. 11. A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:

I – dinheiro;

II – título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em Bolsa;

III – pedras e metais preciosos;

IV – imóveis;

V – navios e aeronaves;

VI – veículos;

VII – móveis ou semoventes; e

VIII – direitos e ações.

§ 3º O juiz ordenará a remoção do bem penhorado para depósito judicial, particular ou da Fazenda Pública exeqüente, sempre que esta o requerer, em qualquer fase do processo.

Art. 25. Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

• Vide Súmulas 117 e 240 do TFR.

Parágrafo único. A intimação de que trata este artigo poderá ser feita mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretaria.

Art. 26. Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

• Vide Súmula 153 do STJ.

Art. 34. Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á o valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa e juros de mora e demais encargos legais, na data da distribuição.

§ 2º Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo juízo, em petição fundamentada.

§ 3º Ouvido o embargado no prazo de 10 (dez) dias, serão os autos conclusos ao juiz, que, dentro de 20 (vinte) dias, os rejeitará ou reformará a sentença.

Art. 38. A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

Parágrafo único. A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

• Vide Súmulas 247 do TFR e 112 do STJ.

Art. 40. O juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

• Vide Súmula 210 do TFR.

§ 3º Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalães) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 1.200

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Osmânio Pereira passa a participar, na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.939-10, de 21 de outubro de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R$183.000.000,00", em substituição ao Deputado Inaldo Leitão.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.201

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Jurandil Juarez passa a participar; na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.842-9, de 21 de outubro de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R$300.000.000,00", em substituição ao Deputado Antônio Cambraia.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.202

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Múcio Sá passa a participar, na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.845-21, de 21 de outubro de 1999, que "Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, com as ressalvas impostas pela Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998", em substituição ao Deputado Marcelo Castro.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.203

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Armando Monteiro passa a participar, na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.850-10, de 22 de outubro de 1999, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990", em substituição ao Deputado Ricardo Rique.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.206

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Antônio do Valle e Paulo Lima passam a participar, respectivamente, na condição de Titular e Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.875-56, de 22 de outubro de 1999, que "Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real", em substituição aos Deputados Antônio Cambraia e Ricardo Rique.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.207

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Osvaldo Reis passa a participar, na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.881-19, de 22 de outubro de 1999, que "Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE", em substituição ao Deputado Marcelo Castro.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.208

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Waldir Schmidt passa a participar, na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.889-28, de 22 de outubro de 1999, que "Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe", em substituição ao Deputado Marcelo Castro.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.209

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Gastão Vieira passa a participar, na condição de Suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.891-9, de 22 de outubro de 1999, que "Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária", em substituição ao Deputado Ricardo Rique.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.210

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado Hélio Costa passa a participar, na condição de suplente, na Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.900-43, de 26 de outubro de

1999, que "estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras", em substituição ao Deputado Ricardo Rique.

Por oportuno, renovo a V. Exª protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/NE 1.211

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado Olavo Calheiros passa a participar, na condição de titular, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir à Medida Provisória nº 1.913-8, de 26 de outubro de 1999, que "institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados", em substituição ao Deputado Antônio Cambraia.

Por oportuno, renovo a V. Exª protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 1.212

Brasília, 25 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado Renato Vianna passa a participar, na condição de suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.914-7, de 22 de outubro de 1999, que "estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, (Agiotas)", em substituição ao Deputado Antônio Cambraia.

Por oportuno, renovo a V. Exª protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 119, DE 1999
(Em regime de urgência – art. 336, II do Regimento Interno, nos termos do Requerimento n.º 729, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 119, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n.º 990, de 1999, Relator: Senador Luiz Estevão), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

À matéria podem ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a palavra para manifestar apoio a essa iniciativa do Governo Federal. A necessidade de modernização administrativa dos municípios brasileiros é imperiosa. Indubitavelmente, se há crise, e a crise é perversa, assaltando a maioria dos municípios brasileiros, a causa maior talvez seja o conservadorismo das práticas administrativas existentes. Não houve evolução nem reforma. Não foram alcançados os avanços que os novos tempos econômicos estão a exigir da atividade pública no Município, no Estado e na União.

A propósito, é bom dizer que os Governadores reclamam renegociação, repactuação da dívida pública, mas poucos realizaram o ajuste fiscal propugnado e a reforma administrativa. Pouco se conhece de programas de controle dos gastos públicos e de programas com o objetivo de melhorar a arrecadação do Estado.

Esse financiamento tem por objetivo realizar, junto a Municípios, o aperfeiçoamento da gestão municipal no que diz respeito ao ajuste fiscal, auditorias, controle da administração financeira, arrecadação e fiscalização tributária e agilização na cobrança de dívida tributária.

Esse tipo de empréstimo se paga rapidamente. O aumento de receita, a curto prazo, pagará o empréstimo, até mesmo pelas condições: cinco anos de carência e vinte anos, aproximadamente, para pagamento. A nossa preocupação é quanto ao eficiente aproveitamento desses recursos. A nossa preocupação diz respeito à fiscalização da aplicação desses recursos. Sabemos que nem sempre recursos advindos de empréstimos externos chegam ao seu objetivo final. Acabam se perdendo nos desvãos da burocracia e ficam muitas vezes pelos caminhos da desonestida-

de administrativa. Só não temos convicção em relação a esse tipo de programa adotado pelo Governo Federal no que diz respeito ao aprimoramento das práticas administrativas dos Municípios. Só temos dúvida em relação à fiscalização da aplicação desses recursos. Não sabemos se eles serão bem aplicados e não sabemos, portanto, se os resultados advirão desse esforço de organização e de aprimoramento da gestão municipal. De qualquer forma, louva-se a iniciativa.

O Brasil está necessitado de modernização administrativa. Se o setor privado não se moderniza, quebra. Qualquer empresa privada, se não se moderniza diante principalmente da globalização da economia, não compete, não sobrevive. Da mesma forma a administração pública. Ocorre que em relação à administração pública há uma irresponsabilidade. Como a dívida é pública poucos se preocupam com ela. Mas, sem dúvida, se não houver aprimoramento das práticas administrativas do Município, se não houver avanço, modernização não teremos mecanismos capazes de promover o equilíbrio fiscal.

Há hoje uma preocupação central com a reforma tributária. A preocupação é buscar a forma mais eficiente de arrecadar, mas é preciso, também, estabelecer a forma mais eficiente de gastar.

É preciso que as autoridades públicas e o Congresso Nacional, especialmente, se preocupem com mecanismos que possibilitem à opinião pública ter consciência de que o dinheiro do imposto pago com muito sacrifício está sendo convenientemente aplicado, devidamente destinado, levando em conta as prioridades, a aplicação e a relação custo/benefício do investimento realizado. Portanto, modernização administrativa é fundamental. A proposta de US$300 milhões junto ao BID tem por objetivo alavancar um programa nacional de apoio à gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros.

Eu faço questão de justificar o voto favorável, exatamente porque a nossa posição tem sido de cuidado no que diz respeito a empréstimos externos. Este se justifica e tem o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.012, DE 1999

Da Comissão Diretora

Redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1999.

A Comissão Diretora apresentá a redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1999, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, procedendo adequação da ementa ao texto do projeto.

Sala de reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999.

Antonio Carlos Magalhães, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima,** Relator – **Jonas Pinheiro – Lúdio Coelho – Geraldo Melo.**

ANEXO PARECER Nº 1.012, DE 1999

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se a financiar, parcialmente, o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – executor: Ministério da Fazenda;

IV – valor total: US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo: aproximadamente vinte anos;

VI – carência: aproximadamente quatro anos e seis meses;

VII – juros: vencíveis semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Qualificados tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescido de margem que o banco fixará periodicamente, de acordo com sua política de taxa de juros. Após cada semestre, o banco notificará o mutuário a taxa aplicável para o semestre seguinte;

VIII – comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), exigida semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, contada a partir de sessenta dias após a assinatura do contrato;

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: até 1%(um por cento) do valor da operação indicado no inciso IV;

X – prazo para desembolso: quatro anos, contado a partir de sessenta dias da assinatura do contrato;

XI – condições de pagamento:

a) *do principal:* em até trinta e duas prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencíveis em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, vencendo-se a primeira parcela seis meses após a data prevista para o final do desembolso do empréstimo, cujo prazo é de quatro anos a partir da assinatura do contrato, e a última, o mais tardar, em 10 de julho de 2019;

b) *dos juros:* semestralmente vencidos, em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, o primeiro em 10 de janeiro de 2000;

c) *da comissão de crédito:* semestralmente vencível em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano;

d) *dos recursos para inspeção e supervisão geral:* desembolsados do valor do financiamento em prestações trimestrais, tanto quanto possíveis iguais, ingressando em conta do BID independentemente de solicitação do mutuário.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 1999
(Em regime de urgência – art. 336, II, c/c art. 338, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 730, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1999 (nº 480/99, na Casa de origem), que altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares no Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.003, de 1999, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

À matéria podem ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 54 DE 1999
(Nº 480/99, na Casa de origem)

Altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares no Estado de Alogoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Maceió/Campo dos Palmares, no Estado de Alagoas, passa a denominar-se Aeroporto de Maceió/Zumbi dos Palmares.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 3:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118, DE 1999
(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 731, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 118, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 989, de 1999, Relator: Senador Osmar Dias), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto FUNDESCOLA II.

À matéria podem ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.013, DE 1999
Da Comissão Diretora

Redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1999, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202.030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto Fundescola II.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – **Ronaldo Cunha Lima** – Relator – **Jonas Pinheiro** – Geraldo Melo.

ANEXO AO PARECER Nº 1.013, DE 1999

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto Fundescola II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do programa de Fortalecimento da Escola – Fundescola/União, a cargo do Ministério da Educação.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério da Educação;

II – Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird;

III – valor total: US$202,030,000.00 (duzentos e dois milhões e trinta mil dólares norte-americanos);

IV – juros: a uma taxa anual igual ao Custo de Empréstimos Qualificados determinado para o semestre precedente, acrescido da margem de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), incidente sobre os valores desembolsados, a partir da data de cada desembolso;

V – comissão de compromisso: até 0,75% a.a (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o

saldo não desembolsado, contada da data de assinatura do contrato, pagáveis em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;

VI – comissão Flat: até US$2,020,300.00 (dois milhões, vinte mil e trezentos dólares norte-americanos), sacados da conta empréstimo após assinatura do contrato;

VII – data de fechamento: 31 de dezembro de 2004;

VIII – condições de pagamento:

a) do *principal*: em vinte prestações semestrais, consecutivas, vencíveis em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2005 e a última em 15 de agosto de 2014, sendo as dezenove primeiras iguais, no valor de US$10,100,000.00 (dez milhões e cem mil dólares norte-americanos) e a última no valor de US$10,130,000.00 (dez milhões cento e trinta mil dólares norte-americanos);

b) dos *juros:* semestralmente vencidos, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;

c) da *comissão* de compromisso: semestralmente vencida em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e encargos são passíveis de alteração em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º O Ministério da Educação, previamente à assinatura do Contrato, dará cumprimento às condições estabelecidas na Seção 12.1 das Condições Gerais e na Seção 5.01 do Artigo V, do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

> Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995** (Substitutivo da Câmara, nº 472-B/97, naquela Casa), tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias), tendo
>
> Parecer sob nº 955, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a Redação, para o segundo turno, na forma do Substitutivo aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

> Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1999**, tendo como primeiro signatário o Senador Lúcio Alcântara, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades, tendo
>
> Parecer favorável, sob nº 817, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, com abstenção do Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

> Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1998** (nº 572/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo
>
> Parecer favorável, sob nº 416, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.014, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1998 (nº 572, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1998 (nº 572, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente – **Ronaldo Cunha Lima,** Relator – **Jonas Pinheiro – Geraldo Melo – Lúdio Coelho.**

AENXO AO PARECER Nº 1.014, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.251, de 23 de dezembro de 1994, que renova a permissão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de março de 1995, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1998** (nº 579/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 417, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.015, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1998 (nº 579, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1998(nº

579, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999. – Antonio Carlos Magalhães – Presidente – **Ronaldo Cunha Lima** – Relator – **Jonas Pinheiro – Geraldo Melo – Lúdio Coelho.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.015, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de janeiro de 1997, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1998** (nº 588/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Emissora Santuário Serafinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 418, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.016, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1998 (nº 588, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1998 (nº 588, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Emissora Santuário Serafinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente, **Ronaldo Cunha Lima,** Relator – **Jonas Pinheiro – Geraldo Melo – Lúdio Coelho.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.016, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Emissora Santuário Serafinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de dezembro de 1996, que renova por

dez anos, a partir de 25 de junho de 1994, a concessão da Emissora Santuário Serafinense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 9:**

> Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1998** (nº 590/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, tendo
>
> Parecer favorável, sob nº 419, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenções dos Senadores Pedro Simon, Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.017, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1998 (nº 590, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1998 (nº 590, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estância Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – **Ronaldo Cunha Lima** – Relator – **Jonas Pinheiro – Geraldo Melo – Lúdio Coelho.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.017, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estância Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54, de 4 de fevereiro de 1997, que renova a permissão outorgada à Rádio Estância Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de junho de 1994, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999** (nº 667/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 573, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, com abstenções do Senador Pedro Simon e da Senadora Heloísa Helena.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARACER Nº 1.018, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999 (nº 667, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999 (nº 667, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – Ronaldo **cunha lima** – Relator – **Jonas Pinheiro – Geraldo Melo – Lúdio Coelho.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.018, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de setembro de 1997, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 11:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 702, de 1999,** de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, com os Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, passa a tramitar em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999.

As matérias vão a exame das Comissões de Assuntos Socias e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 734, de 1999, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Volta-se à lista de oradores

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, creio que a sociedade brasileira está, finalmente, após longo e secular sono em berço esplêndido, despertando para a busca consciente de seu desenvolvimento sustentado e harmônico.

Estamos começando a sair de um perverso ciclo de nossa história, em que a poucos era dada a perspectiva de sucesso e a muitos outros era destinada a inevitabilidade da miséria, ignorância e marginalidade social.

Parece que, finalmente, acordamos para o fato de que, se não dermos partida e continuidade a alguns projeto essenciais de desenvolvimento, estaremos condenados a ser uma sociedade periférica no mundo do século XXI, condenados à eterna mediocridade de um país de segunda classe.

No campo da tecnologia, temos a possibilidade de nos tornarmos uma das principais potências mundiais no setor agropecuário. Além de contarmos com uma superfície agricultável gigantesca, temos um trunfo que poucos países, mesmo os mais desenvolvidos possuem: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dirigida pelo Presidente Alberto Duque Portugal, cuja atuação no campo de desenvolvimento tecnológico tem sido, sob todos os aspectos, capital para nosso projeto de crescimento.

Sr. Presidente, gostaria de destacar, hoje, uma das mais importantes unidades da Embrapa, cujo 25º aniversário de fundação transcorreu esta semana: a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, chefiada por José Manoel Cabral de Souza Dias. Criada, um ano após a fundação da própria Embrapa, a unidade de pesquisa em recursos genéticos e biotecnologia veio dar concretude a um projeto de domínio da tecnologia de reprodução e de preservação de espécies. Ela foi fundada com a missão de salvaguardar recursos genéticos para o desenvolvimento sustentado da agricultura e da pecuária, visando à segurança alimentar do Brasil.

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia é o exemplo cabal de que quando uma sociedade resolve pôr em prática um projeto de desenvolvimento, no qual os objetivos a alcançar estão claros, o resultado só pode ser o sucesso. No decorrer desses 25 anos, a empresa vem conquistando vitórias sucessivas em suas três grandes áreas de atuação: recursos genéticos, biotecnologia e controle biológico. Hoje, ela ocupa uma posição de destaque no cenário técnico-científico nacional e internacional, sobretudo por ser, até onde é possível saber, a única instituição do gênero, no mundo, que congrega três grandes áreas, trabalhando, simultaneamente, com plantas, animais e microorganismos.

O que a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia desenvolve em matéria de conhecimentos e acumula e conserva em termos de recursos genéticos é estratégico para o Brasil. São as tais base de domínio da tecnologia e da informação que farão as grandes nações do Século XXI, como acabei de afirmar.

Termos conhecimento de que existe no Brasil uma Embrapa, empresa cem por cento nacional, que trabalha em favor de nosso desenvolvimento, serve para nos sinalizar que nem todos os brasileiros estão inertes perante os desafios que temos que vencer neste limiar do novo milênio. Sobretudo em um momento em que ouvimos falar, insistentemente, em exploração de nossos recursos naturais por países estrangeiros e grupos transnacionais, que retiram de modo clandestino nossas matrizes. Sobretudo em um momento em que vozes se fazem ouvir em terras estranhas propugnando pela internacionalização de nossas áreas ricas em biodiversidade, sob o falacioso argumento de nossa incompetência para geri-la e preservá-la. Se nos faltam ação e meios de cunho repressivo para evitar o furto, estamos, pelo menos, trabalhando para garantir nosso domínio sobre nossas fontes biológicas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o exemplo da atuação da Embrapa é a prova de que, se quisermos, podemos traçar os caminhos de nossa autodeterminação e proteção. E sua atuação começa na eficácia de seus serviços de introdução e quarentena, que têm protegido nossa agricultura contra a entrada em território nacional de fungos, vírus e bactérias, na quantidade de mais de 150 condicionantes biológicos.

E continua na conservação de recursos genéticos, que têm garantido o resgate de diversas culturas primitivas, principalmente aquelas cultivadas pelos indígenas. Hoje, a Unidade conta com mais de 85 mil amostras de sementes conservadas e pretende ampliar ainda mais este banco, agindo decisivamente na defesa de nosso patrimônio cultural e natural.

Na área animal, a Fazenda Experimental da Unidade, situada aqui no Distrito Federal, abriga o Banco Brasileiro de Germoplasma Animal, também conhecido como "Arca de Noé". Esse banco tem como principal objetivo preservar o material genético de animais rústicos que, em muitos casos, encontram-se no Brasil desde a época da colonização, e que foram adaptados, ao longo do processo evolutivo, às condições encontradas nos diferentes biomas brasileiros. Esses animais são verdadeiros tesouros genéticos, pois possuem características que podem ser utilizadas em programas de melhoramento genético ou no cruzamento com outras raças mais produtivas.

A "Arca de Noé" mantém congelados mais de 30 mil doses de sêmen e cerca de 250 embriões de raças e animais domésticos ameaçados de extinção. São bovinos, suínos, caprinos e eqüinos cuja preservação, pelos próximos 2.000 anos, é garantia de que nossas espécies animais não serão extintas pela ação predatória das gerações atuais.

Sr. Presidente, desde a década de 80, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia vem investindo no desenvolvimento de pesquisas em biotecnologia, consciente de que é uma das armas mais poderosas da ciência para enfrentar os desafios alimentares que nos apresentam para o próximo milênio. Já se sabe que, só na agricultura, o mercado potencial da biotecnologia é de 30 bilhões de dólares anuais.

Os resultados da aplicação dos conhecimentos obtidos pela Unidade da Embrapa na reprodução animal já são utilizados por nossos produtores rurais, permitindo que de uma única vaca doadora obtenha-se até 40 bezerros.

Na reprodução vegetal, a Unidade lidera as ações para a geração de produtos transgênicos, de grande importância socioeconômica. Assim, já dominamos a tecnologia de transformação genética de plantas como a soja, a batata, o feijão, o algodão, o eucalipto, o mamão, a banana e as pastagens, resistentes a pragas e doenças, tolerantes a herbicidas e com melhor qualidade nutricional. Nossas tecnologias de transformação dessas culturas estão entre as mais eficientes do mundo. No caso da soja e do algodão, as tecnologias desenvolvidas pela Unidade são cinco ou mais vezes mais eficazes do que as aplicadas em outros países.

Sr. Presidente, a Direção e o quadro de pessoal da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, conscientes de seu papel estratégico no desenvolvimento nacional, atuam, também, na educação e na formação de recursos humanos em convênio com a Universidade de Brasília e em colaboração com outras universidades brasileiras. Mais de 100 bolsistas e estagiários, brasileiros e estrangeiros, são treinados anualmente pela Unidade. Tal trabalho fez da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia um centro de referência internacional na área de capacitação de pessoal em recursos genéticos, biotecnologia e controle biológico.

Além disso, a Embrapa desenvolve seus projetos de pesquisa em parceria com 36 instituições espalhadas pelo País, o que permite uma atuação coordenada e que gera resultados mais produtivos para o Brasil. Desse modo, o País pode contar com 146 bancos de germoplasma espalhados por seu território, onde são conservadas mais de 250 mil amostras de plantas, animais e microorganismos, das quais 60% estão nos bancos da própria Embrapa.

No campo do controle biológico, a Unidade produziu bioinseticida capaz de controlar diversas pragas agrícolas, com menos custo e sem danos para o meio ambiente e para a saúde da população. O controle do gafanhoto, gravíssima praga da agricultura brasileira, tem tido idêntico sucesso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, poderia continuar por mais um bom tempo a desfilar as realizações dessa unidade da Embrapa. Poupo-me do risco do enfado, mas não posso concluir meu pronunciamento sem lançar aos quatro cantos do País um repto em favor de nosso amor próprio e de nossa capacidade de autodeterminação.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB-TO) – Nobre Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL-MS) – Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB-TO) – Vejo que V. Exª encaminha-se para a conclusão do importante pronunciamento que faz, destacando a excelência dos serviços prestados ao Brasil pela Embrapa. Gostaria de solidarizar-me com V. Exª nesse propósito e ressaltar a importância que deveremos dar, cada vez mais, ao extraordinário trabalho que a Embrapa vem desenvolvendo. Com o crescimento desordenado da população do Planeta, e de forma acentuada nos países mais pobres, a discussão no Terceiro Milênio, seguramente, terá como enfoque significativo a questão do alimento. A produção de alimentos, no Brasil particularmente, teve um desenvolvimento muito grande graças aos avanços que a ciência e a tecnologia colocaram à disposição da agricultura brasileira. E o mérito é da Embrapa. Assistimos a um permanente êxodo rural. E, mesmo com um quadro adverso

para a agricultura brasileira, notadamente nos últimos dez anos, apesar de não ter-se ampliado nas mesmas proporções a área plantada, vem sendo aumentada nossa produção, graças à contribuição que a Embrapa vem dando ao setor agropastoril brasileiro. E veja, nobre Senador, que está no setor primário a vocação natural da economia brasileira. No meu Estado de Tocantins, um Estado mediterrâneo, não se pode discutir química fina ou siderurgia, se não pensarmos em organizar a economia pelo aproveitamento do enorme potencial agropastoril que lá existe. E isso só poderemos fazer, com bons resultados e eficiência, se contarmos com o apoiamento efetivo dos trabalhos da Embrapa. Portanto, quero associar-me às considerações elogiosas e positivas que V. Exª traz a um dos centros de excelência em trabalhos prestados ao Brasil: a Embrapa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço-lhe o aparte, que enriquece o nosso pronunciamento.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Concedo o aparte ao nobre Senador José Alencar.

O SR. José Alencar (PMDB – MG) – Eminente Senador, eu gostaria de me associar ao pronunciamento de V. Exª. O Senador Juvêncio da Fonseca é meu vizinho e eu me orgulho muito disso. Sua admiração pelo trabalho da Embrapa faz crescer ainda mais o seu prestígio, razão pela qual está aqui representando seu grande Estado. Sou de uma região também de terras boas, porém, de topografia muito acidentada, que é a zona da mata mineira. Ali teve início, há pouco menos de meio século, o trabalho de um grande geneticista brasileiro, chamado Antônio Secundino de São José. Ele inaugurou na minha cidade, Ubá, a primeira unidade da Agroceres no Brasil. Naquele tempo, tomamos conhecimento da importância do milho híbrido. A produtividade por hectare mudou completamente, ainda que a agricultura na região não pudesse ser modernizada, tendo em vista sua topografia. Mas, hoje, há regiões no Brasil que produzem acima de 12 mil quilos de milho por hectare, o que significa um avanço. Naquele tempo, estávamos habituados com propriedades que produziam 1.200 a 1.600 quilos de milho por hectare. É muito importante o trabalho da Embrapa no Brasil. No momento em que ela comemora seu 25º aniversário, nada mais justo que o Senado da República lhe preste esta homenagem de iniciativa de V. Exª. Eminente Senador Juvêncio da Fonseca. Outro exemplo é o algodão. O algodão brasileiro tem duas grandes eras: uma antes e outra depois da Embrapa, em relação não só a produtividade mas também a qualidade. É muito bom que não percamos a oportunidade de engrandecer a Embrapa, o que significa levar o apoio do Estado Nacional à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que precisa crescer e estar presente em todo este Brasil de dimensões continentais e de regiões de características diversificadas e próprias. É preciso que se desenvolva a tecnologia de pesquisa diferenciada, para que, em cada rincão de nosso País, se possa produzir melhor em qualidade e em produtividade. Meus parabéns!

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Muito obrigado, Senador José Alencar. Para mim, compartilhar da vizinhança de V. Exª é um enriquecimento de espírito e de cultura. Foi rico o seu pronunciamento, que incorporo às nossas homenagens à Embrapa.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Ouço com muito prazer o aparte de V. Exª, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Juvêncio da Fonseca, não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para registrar, em nome do Estado de Roraima, em nome da Amazônia – portanto, dos Estados de fronteira agrícola – o excelente trabalho que a Embrapa realiza em todo o Brasil. Em especial, gostaria de salientar este aspecto relevante: indubitavelmente, a Embrapa, com a sua capacidade, seus técnicos, seu esforço, com sua tecnologia, dá condições a que as áreas de fronteira agrícola tenham o desenvolvimento que estão tendo. Lembro-me de que, quando Governador de Roraima, em 1989, junto com a Embrapa, levamos a plantação de soja para Roraima. Levamos, para o lavrado e para o campo do Estado, o experimento da soja, com excelentes resultados. Sem dúvida nenhuma, foi a tecnologia, as sementes preparadas da Embrapa, a adaptação do órgão que permitiram que isso acontecesse. Com esse singelo exemplo, registro a nossa admiração e o quanto deve o Brasil a esse trabalho, muitas vezes silenciosos, não reconhecidos, penosos, pela falta de créditos e de recursos e até pelos cortes e contingenciamentos orçamentários, mas que, sem dúvida nenhuma, tem uma extrema relevância para o desenvolvimento, para o futuro e para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. É o trabalho da Embrapa que vai para a mesa do cidadão, que melhora o preço, que melhora a qualidade e que dá condição para que possamos ser, no futuro, um país agrí-

cola com o potencial de produção que temos. Parabenizo-o pela justa homenagem de reconhecimento à Embrapa de V. Exª e de todos do Senadores. O Brasil precisava apoiar mais esse trabalho anônimo feito pelos técnicos da Embrapa do nosso País. Meus parabéns.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço o aparte do Senador Romero Jucá. É mais um testemunho do relevante serviço prestado pela Embrapa em todo o território nacional.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Juvêncio da Fonseca, no momento em que analisa e avalia a Embrapa e o crescimento científico no campo da produção agropecuária no Brasil, V. Exª, que representa o Mato Grosso do Sul, um Estado produtor, fala pelo Brasil no setor de agronegócios, despertando a atenção para o território nacional. Nós, catarinenses, que temos uma economia diversificada, sentimo-nos inseridos também nesse processo. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento sobre a Embrapa e sobre o crescimento do Brasil no que se refere aos grãos, à carne, enfim, aos agronegócios. Além de abastecermos o País, o mercado interno, há uma preocupação com o mercado externo. Precisamos tentar abrir caminhos no mundo inteiro. Atualmente, em embaixadas que temos em quase todos os países do mundo, há vários adidos – culturais, militares e outros –, mas não temos, em nenhuma delas, o adido agrícola, de agronegócios. Não temos especialistas nessa área nas embaixadas. E o Brasil representa, na questão de agronegócios, mais de um terço do PIB nacional e, entre os negócios da terra e os indiretos, 52% da mão-de-obra, e não temos, nessas embaixadas espalhadas pelo mundo, pessoas especializadas para tentar abrir campos, caminhos para colocarmos o excedente nacional, ou, quem sabe, produzirmos mais e concorrermos no mundo. Essa questão é fundamental. Como catarinense, cumprimento V. Exª pela análise que está a fazer na tribuna desta Casa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço o aparte do eminente Senador Casildo Maldaner, um exemplo de que o todo o Brasil manifesta-se nesta Casa, aplaudindo não só o aniversário da Embrapa, mas todo o seu trabalho, que nos orgulha e nos dá esperança. Os momentos que vivemos são de desesperança, como se a nossa nacionalidade, a nossa autodeterminação e o nosso desenvolvimento estivessem à deriva exatamente por falta de instrumentos como a Empresa para promover o nosso desenvolvimento, alcançando a segurança da nossa autodeterminação. Agradeço aos Senadores que me apartearam, uma vez que seus apartes simbolizaram que o Brasil inteiro aplaude o trabalho da Embrapa.

Aproveito a poderosíssima estrutura de comunicação de massa que o Senado Federal possui, por meio da **TV Senado** e da **Rádio Senado**, para alcançar todos os brasileiros – não só os diretamente ligados à nossa agropecuária, mas os que produzem, para que utilizem e dêem apoio ao incrível trabalho desenvolvido pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Os demais brasileiros devem lutar para que outros projetos similares ajudem-nos a dar um salto para o futuro de que o Brasil precisa.

Ao Estado cabe, como está fazendo nesse caso, a impulsão e mesmo a execução dos programas estratégicos de desenvolvimento científico e tecnológico indispensáveis ao País. A Embrapa Recursos Genéticos Biotecnologia é um exemplo consumado do sucesso de uma política correta, voltada para os legítimos interesses da sociedade nacional em defesa do nosso futuro.

Meus parabéns aos que, há 25 anos, têm contribuído para isso e a todos nós, porque podemos orgulhar-nos do que é legitimamente brasileiro e está tendo êxito. A Embrapa é uma lição de competência e de brasilidade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que e ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, por cessão do Senador Gilvam Borges.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em julho deste ano, quando ainda ocupava a Pasta da Justiça, aprovamos e sancionamos a lei que criou o programa de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas. Naquela oportunidade, anunciamos – ainda para este ano – o remanejamento de R$1,3 milhão para os cinco meses restantes, uma quantia – reconheci na época – modesta para a dimensão do crime no País, mas fundamental para que pudéssemos dar partida ao Programa.

Essa lei, inspirada em exemplos bem-sucedidos de países como Estados Unidos, Inglaterra, Itália e

Holanda, concretizou evoluções significativas em matéria legislativa. Inquestionavelmente, representou um marco jurídico importante para o Brasil no combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Entre outras providências, Sr. Presidente, a lei contemplou segurança na residência e controle de telecomunicações, escolta em deslocamentos, transferência de domicílio, preservação de identidade e imagem, ajuda financeira mensal, suspensão temporária de atividades profissionais, apoio e assistência medico-psicológica, além do sigilo dos atos relativos à proteção.

Apoiei ainda, Srªs e Srs. Senadores, a redução de um a dois terços da pena para condenados que colaborassem com as investigações e o perdão judicial de toda pena em caso de réus primários, desde que estes efetivamente apresentassem elementos para esclarecer o delito, como identificação dos demais participantes, paradeiro de vítimas ou recuperação do produto do crime.

O crime organizado, com tentáculos disseminados pelo País e que gradualmente vão sendo revelados pela CPI do Narcotráfico, tem o princípio da intimidação, da coação, da imposição do medo, do estado de terror às vitimas e da cumplicidade coletiva e passiva. A legislação de proteção às testemunhas e vítimas é o melhor instrumento jurídico para revogarmos uma outra lei que nunca foi votada ou sancionada – a lei do silêncio.

A violência de alguns maus policiais, dos grupos de extermínio, das quadrilhas, do crime organizado, a violência contra adolescentes, crianças, no campo, a carcerária, contra mulheres e índios é um flagelo nacional sistematicamente denunciado pelo organismos mundiais de direitos humanos. A violência e o crime não têm causa única, a origem é multifacetada, mas certamente a impunidade robustece a delinqüência.

A gênese da lei de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas é exatamente esta: acrescentar meios, por intermédio da prova testemunhal, para elucidarmos os crimes, desmantelarmos organizações criminosas e acabarmos com esse sentimento nefasto de impunidade que confere ao País títulos tão vergonhosos. A impunidade deforma o país e desacredita as instituições.

Os criminosos ameaçam, agem impunemente, pressionam e matam. A sociedade emudece, está insegura, impotente. As vítimas e testemunhas ficam desprotegidas, abandonadas e desamparadas. Os corpos vulneráveis curvam-se ao poder ao poder paralelo dos criminosos. Nossos cidadãos transformam-se em mendigos empalidecidos pelo medo.

A eficácia desta lei está subordinada ao grau de prioridade que ela terá do Governo Federal. Não basta termos a lei se não assegurarmos os recursos para sua execução. A parcimônia de verbas para o atendimento às vítimas e testemunhas poderá tornar a lei inócua e até mesmo ridicularizá-la. Não podemos admitir, depois de tantos esforços que fizemos, que esta lei seja uma mera matriz para enredos fictícios. É imperioso que eliminemos a burocracia no acesso e na liberação de recursos para o programa. Só assim realmente a proteção será dada a quem dela necessita.

Igualmente necessária será a ampliação dos recursos previstos para este programa. Deixamos, Sr. Presidente — repito —, R$1,3 milhão para cinco meses, mas as projeções, a partir da experiência do Cajob, em Pernambuco — pioneiro na assistência às vítimas e testemunhas no Brasil —, indicam a necessidade de aumentarmos os recursos para esse fim.

Nos Estados Unidos, a título de exemplo, o programa já existe há 27 anos. O gasto anual é de US$20 milhões, o que equivale, hoje, aproximadamente, a R$40 milhões. Até hoje não houve nenhuma baixa no programa norte-americano. O número de vítimas e testemunhas assistidas gira em torno de 150 ao ano. Convém ressaltar que o programa norte-americano é exclusivamente estatal, portanto distinto do modelo adotado no Brasil.

No Brasil, nos seis Estados onde o programa já foi adotado por meio de convênios do Ministério da Justiça, a curta experiência demonstra que a média de atendimentos será, pelo menos, de 50 pessoas ao ano. Projetando este número para os 27 Estados da federação, haverá, então, cerca de 1.300 pessoas inscritas no programa. Considerando-se o custo mensal mínimo em torno de R$300 para manutenção da assistência a uma família e o custo inicial de inscrição de R$500, haverá, então, a necessidade mínima de algo próximo a R$5,4 milhões, todos os anos. Devemos, obrigatoriamente, comparar este valor com o gasto anual do Brasil em decorrência da violência: R$84 bilhões, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Tenho a honra de ouvir o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Renan Calheiros, pensei, por duas vezes, se apartearia ou não V. Exª, que é um mestre nessa matéria. Ontem, ainda, analisei a questão do armamento no Brasil: cerca de 20 milhões de armas ilegais estão pelo País afora, quer dizer, há a morte gritante, as

pessoas usam armas, pois há falta de fiscalização. E, hoje, V. Exª traz um tema que está muito em pauta: a necessidade de se oferecer mais proteção à testemunha, a implantação desse programa de forma mais acelerada. Se houver a reimplantação de um programa de proteção à testemunha, por certo haverão de ser desbaratas, neste País, quadrilhas de narcotráfico, de banditismo, de roubos, de assaltos. Com certeza, essa cruzada das "mãos limpas" para se implantar algo mais sagrado e puro no Brasil terá êxito, porque aqueles que mexem com isso terão que pensar 10 vezes antes de formar suas quadrilhas. E muito chama a atenção, não só de nós, mas de todo o Brasil, o fato de V. Exª analisar essa questão e trazer exemplos concretos de vários países do mundo, como os Estados Unidos. Além disso, V. Exª é uma autoridade no ramo, uma vez que viveu intensamente no Ministério da Justiça como Ministro. Não é por nada que V. Exª é considerado o Ministro da Cidadania no País. Assim, gostaria de me regozijar e de acompanhar de perto o pronunciamento de V. Exª com relação à proteção mais assegurada e rápida da testemunha no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o aparte do eminente Senador Casildo Maldaner e o incorporo, com muita satisfação, ao meu modesto pronunciamento. Realmente, Senador, se não estimularmos as vítimas e testemunhas, a fim de que falem, colaborem com o esclarecimento dos crimes, sinceramente, não avançaremos no rumo, que pretendemos, do combate eficaz ao crime e ao narcotráfico no Brasil.

Só com este programa, com o combate sistemático à violência e à criminalidade, com a reforma do Judiciário, a mudança da lei de armas e a definição de fontes para segurança pública, inverteremos esta majestade sombria de sermos campeões mundiais de crimes e impunidade. A lei de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas é um de nossos melhores meios legais para combater o crime organizado, os matadores de aluguel, o tráfico de mulheres e crianças, o contrabando e o tráfico de drogas e armas.

O Governo não deve hesitar, um segundo, na viabilização dos recursos para concretizar este programa, até porque, como todos sabem, dispõe dos recursos. Esta lei não pode transformar-se em mais uma esperança infértil, em mais um exemplo de lei que não sai do papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, por permuta com o Senador Tião Viana.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje, os países, as sociedades e as mulheres, de forma especial, estão mobilizados em torno do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. A data foi instituída durante o Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981. O dia 25 de novembro foi escolhido em reverência à memória das irmãs Mirabal, brutalmente assassinadas na República Dominicana, durante o regime do ditador Trujillo, em 1960.

Neste dia, em todo o mundo, as atenções se voltam para a reflexão, denúncia e busca de soluções que apontem para o fim da violência contra as mulheres. Esse debate é importante para avançarmos na compreensão da violência contra a mulher como uma questão de interesse público; também para apontar na direção da vigência de efetivos instrumentos legais e institucionais de defesa e garantia de direitos que impeçam o crescimento da violência. Temos a registrar e a lastimar o assassinato da Deputada Ceci Cunha, em Alagoas e, mais recentemente, da Prefeita Dorcelina Folador, de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul.

A violência contra as mulheres é uma regra em todo o mundo, acentuando-se nas regiões mais pobres, onde ocorrem inclusive outras formas de agressão além da física, sexual e psicológica. No Brasil, por exemplo, à violência doméstica e sexual somam-se outras formas de violação dos direitos, tais como: diferença de remuneração, dificuldade de acesso a serviços de saúde adequados, assédio sexual, entre outras. Tais práticas, sem dúvida, atentam contra a democracia e o avanço da igualdade, afetando o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação, desenvolvimento pessoal e a auto-estima das mulheres.

A presença deste tema na pauta nacional é fundamental, pois esse assunto diz respeito diretamente a mais da metade da população brasileira, situação já agravada pelos números dessa realidade, inclusive em nosso País, onde, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida. Setenta por cento desses casos de violência são praticados dentro dos lares, dos quais 65% são cometidas pelos integrantes do próprio núcleo familiar. Além desses, é grande o número de casos de assédio sexual no trabalho e de outras formas de violência não tão evidentes, na forma de observações maldosas, palavras e gestos que discriminam e agridem a mulher.

Ao longo destes últimos anos, as mulheres têm denunciado as agressões de uma forma mais ampla,

desinibida e rápida. Mas é preciso avançar mais, perder o medo, denunciar; assumir o papel de mulher que exige respeito, da cidadã que cobra do Estado e das organizações sociais o apoio legal, institucional, e, principalmente, a compreensão da sociedade e de sua família de que ela merece um espaço e deve ser valorizada. A luta contra a violência é uma responsabilidade de todos, mas deve ter, nas mulheres, a iniciativa principal.

Srªs e Srs. Senadores, hoje, inegavelmente, como resultado da luta das organizações femininas e de diversos setores da sociedade, podemos contar com leis e instrumentos que fizeram avançar a luta pela valorização das mulheres. Exemplo disso são as Delegacias das Mulheres, que, desde a década de 80, vêm prestando um grande serviço de apoio e de proteção às mulheres vítimas de violência, especialmente nas grandes cidades – mas, a exemplo das Casas de Abrigo, essas instituições são insuficientes e não contam com o apoio e os recursos necessários.

As recentes alterações no Código Civil, outro acontecimento positivo, também fazem parte dos avanços no campo legal e institucional, elas removeram conceitos anacrônicos relativos às mulheres. No entanto, ainda existe uma grande incompatibilidade entre a lei e a prática social e também há necessidade de ampliação dos instrumentos legais de proteção à mulher.

No primeiro caso, é fundamental uma cotidiana, constante e eficaz mobilização das mulheres e dos organismos ligados às questões a elas relacionadas de forma especial, no sentido de transformar em realidade os preceitos legais.

Em relação à legislação, é importante, além da sugestão de novas propostas, a agilização daqueles projetos existentes no Congresso Nacional. Nesse sentido, a Bancada Feminina do Congresso Nacional – formada por Senadoras e Deputadas de vários Estados brasileiros – tem atuado de forma constante e integrada na aprovação de matérias em tramitação.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte, Senadora Emilia Fernandes?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Com muito prazer, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senadora Emilia Fernandes, quero exatamente prestar o depoimento de como esta Bancada, embora ainda pequena, tem atuado extraordinariamente, numa demonstração do valor das mulheres. Elas passaram tantos e tantos séculos sem ter muitas oportunidades, mas, a cada dia, se afirmam mais. Prova viva disso é a atuação da Bancada feminina no Senado e na Câmara. Parabenizo V. Exª, uma das Congressistas mais atuantes dessa Bancada.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo ao meu discurso com muita satisfação e em nome de toda a Bancada.

Ficamos felizes; a nossa luta não tem sido em vão. E não tem sido exatamente porque ela tem mudado a consciência, o coração, a ação e a decisão das mulheres, mas principalmente porque tem atingido os homens que, a exemplo de V. Exª, manifestam-se reconhecendo definitivamente a nossa importância.

Somos apenas 30 Deputadas Federais e 6 Senadoras. Esse percentual é muito pequeno, não atinge 7%, anda em torno de 6%, portanto, precisamos que as mulheres adquiram uma mudança de consciência e que essa luta não seja apenas nossa mas da sociedade, de homens e mulheres com visão aberta, moderna, que reconhecem valores em todas as pessoas, uma ação que realizará grandes transformações. Nessa ação, a sua participação, Senador Ney Suassuna, é, sem dúvida, muito significativa.

No Congresso, temos realizado um trabalho integrado. Temos nos reunido constantemente, abraçado causas da sociedade, acompanhado projetos. Estamos agora integrados ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para que possamos, cada vez mais, fortalecer essa nossa luta. Inclusive, é importante registrar algumas medidas aprovadas recentemente que comprovam o resultado e o compromisso do Congresso Nacional com essa questão. Como exemplo, aprovamos um projeto que define critérios e formas de proteção à mulher no mercado de trabalho, assegurando-lhe condições de igualdade tanto no acesso quanto no exercício profissional. Também foi aprovado projeto que assegura o direito fundamental à cirurgia reparadora a mulheres acometidas de câncer de mama. O serviço público de saúde realizará a cirurgia reparadora, hoje disponível somente para as mulheres que têm condições de pagá-la. É nosso desejo, pois, que, com isso, seja igualada essa conquista em relação a todas as mulheres.

Outra conquista importante – apesar de todo o questionamento – é o projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que autoriza a criação de um número telefônico simplificado, de caráter nacional, para denúncias de violência contra a mulher.

O projeto em questão é de minha autoria. Ele prevê a existência de um número telefônico nacional – único para o País –, gratuito, de três dígitos. De acordo com o projeto, os telefones deveriam ser ope-

rados pelas Delegacias da Mulher ou pelas Delegacias da Polícia Civil onde não exista esse serviço especializado. Dessa forma, abrangeremos mulheres, crianças e adolescentes.

Neste momento, quando a violência está sendo fortemente debatida pela sociedade brasileira, quando acontecimentos estão sendo tão divulgados, esse número telefônico poderia ser transformado num instrumento nacional de denúncia contra a violência utilizado por homens, crianças, jovens, para que pudéssemos realmente combater os agressores, o que seria, indubitavelmente, um instrumento de intimidação às ações covardes que vêm sendo praticadas.

O projeto, sem dúvida, objetiva cumprir – não é uma idéia nossa – a recomendação da Declaração sobre a Violência contra a Mulher, resultante da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada na Áustria, em 1993, e reafirmada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, China, em 1995. Portanto, a sua aprovação significa uma manifestação política do Senado Federal, que por meio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, demonstrou sensibilidade e compromisso com as mulheres, jovens e meninas brasileiras, no combate à violência.

Esperamos que o Executivo, que tem esse poder, não precisando aguardar a tramitação deste projeto no Congresso Nacional, antecipe-se e transforme em realidade o objetivo deste projeto, que seria colocado à disposição da sociedade brasileira.

Dentro desse espírito de trabalho coletivo, é importante destacar a ação conjunta da Bancada Feminina com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ao longo dos anos, e que, principalmente este ano, vem-se aprofundando a partir da posse da nova diretoria da instituição, ocorrida em 19 de outubro. Em substituição à Rosiska Darcy de Oliveira, que desempenhou um excelente trabalho, passou a ocupar a Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a Procuradora-Geral, Dr.ª Solange Bentes. Em sua gestão, a nova Presidente define como necessidade estratégica um trabalho integrado com a sociedade, instituições não-governamentais que tratam da questão de gênero e com a Bancada Feminina, o que já está ocorrendo – e pretendemos fortalecer cada vez mais –, com a realização de reuniões conjuntas e busca de alternativas e ações unitárias.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a violência contra a mulher em todos os seus aspectos é, antes de mais nada, uma agressão aos direitos humanos, à democracia e à vida. A sua erradicação, além do combate específico, exige a superação, de forma mais ampla, das políticas econômicas impostas aos países pobres, que aprofundam a recessão, a concentração de renda e a miséria. A violência, além das questões de gênero, também é fruto da exclusão, do desemprego, da desestruturação familiar e da desesperança que atinge a muitos homens e mulheres.

No momento em que o Brasil e os demais países se preparam para a reunião de avaliação dos cinco anos pós-Beijing, que ocorrerá no ano 2000, é importante que o País apresente um balanço concreto dos avanços alcançados e dos entraves ainda existentes à adoção das decisões sugeridas pela Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995. Uma sociedade que se pretenda humana, desenvolvida, civilizada, não pode aceitar qualquer forma de violência – contra as crianças, contra os jovens e, especialmente, contra as mulheres. Portanto, vamos fazer deste Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher um momento de reafirmação do compromisso da sociedade brasileira com o debate, com a mobilização e, acima de tudo, com o combate à violência contra a mulher, compromisso que deve ser coletivo e diário.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na História da civilização já tivemos inúmeros conflitos para os quais se dá uma razão ou outra. Se nos lembrarmos da Guerra de Tróia, vamos recordar que as razões podiam ser até de ordem pessoal, na História, porque, na realidade, é o fato econômico que gera quase que a totalidade dos conflitos.

Estamos vivendo no Brasil, neste momento, uma guerra na área econômica. Que guerra? – perguntariam as Srªs e os Srs. Senadores. A guerra da reforma tributária. Hoje, do bolo arrecadado, 70% fica com o Governo Federal, 26%, com os Estados que compõem a Federação e 4% com os Municípios.

Sr. Presidente, é muito pequeno o percentual destinado aos Municípios, que são a célula-mãe do País. Se olhássemos de um modo simplicista, o País nada mais é do que o somatório dos seus Municípios. O Brasil tem pouco mais de 5.000 Municípios e, de todo o bolo tributário apenas 4% são destinados aos Municípios.

Os Estados da Federação sofreram uma reforma tributária ao inverso: a cada momento, o Governo Federal arrancou dos seus direitos um pouco mais; foi o FEF, o Fundef, a Lei Kandir, o Fundo de Estabiliza-

ção Fiscal – o antigo FSE tinha uma conotação social, que, aliás, de social nada tinha. Enfim, esses fundos e considerações – de forma inteligente, mas ardilosa – têm tirado dos Estados os seus recursos.

Hoje, toda a Nação mobiliza-se em relação a essa nova reforma tributária. É um momento em que todos os Estados, sem exceção, encontram-se numa situação financeira terrível. Não há Estado que não esteja passando dificuldades – seja São Paulo, com toda a sua potência, ou o menor dessa República. As dívidas que se acumularam durante anos são cobradas – com razão, pois devem ser pagas. Mas o percentual de pagamento dessas dívidas tem sido uma grande penalidade para os Estados da Federação.

Estamos vivendo uma época de muito desconforto para os Governadores. Estados pujantes – como o do meu amigo e nobre Senador Casildo Maldaner – não conseguem honrar a folha de pagamento, estando atrasados há dois meses. Mas há outros com um, seis ou oito meses em atraso. Dos 27 Estados, muitos deles apresentam esse problema com relação às folhas de pagamento do seu funcionalismo.

Quando analisamos as economias dos Estados, vemos que quase todos demonstram resultado primário extremamente negativo. Nós, da Comissão de Economia do Senado da República, começamos a ouvir os Governadores de todos os Estados. Todos vieram a esta Casa – na qual os Estados têm uma representação igualitária – para dizer das dificuldades que estão enfrentando. Não pode haver uma Federação forte com Municípios ou Estados fracos. A resistência de uma corrente é exatamente igual à do elo mais frágil.

Sabemos que a União também está vivendo momentos difíceis, mas, certamente, por termos um país centralizado –, onde existem medidas provisórias e a legislação auxilia sobremaneira o Presidente da República –, é muito mais fácil governar a República do que um Estado com dificuldades.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Estou acompanhando o raciocínio de V. Exª, que é uma autoridade nesse campo, porque preside a Comissão de Economia do Senado, na qual passam todas as questões relacionadas a esse assunto. Comungo da idéia das dificuldades porque passam os Estados e também os Municípios. Com a estabilização, por meio do Plano Real, houve, sem dúvida alguma, em função dos custos, dos juros, um endividamento exorbitante. Tanto a dívida mobiliária quanto a dívida fundada dos Estados e dos Municípios extrapolaram em função do mercado que existiu para controlar a inflação, com isso os juros foram lá para cima. O Brasil, em 1993/1994, conseguiu pelo Plano Brady uma espécie de anistia no campo internacional porque não tinha como enfrentar a sua dívida. Os bancos americanos entenderam que havia "gordura excessiva" decorrente, por exemplo de multas por atraso. Houve, então, entendimento no sentido de, na repactuação, retirar o excesso. As multas por atraso foram anistiadas, assim como os valores agregados previstos nos contratos. No caso do Brasil, isso representou cerca de 30% da dívida externa. Penso, Senador Ney Suassuna, que devia haver um entendimento para buscar algo nesse sentido em relação aos Estados e Municípios, para que eles pudessem respirar. A repactuação com todas as "gorduras", com todos os custos embutidos, não resolve o problema deles; o problema continuará a existir. Este é o momento oportuno para se discutir para os Estados e Municípios algo parecido com o que o Brasil conseguiu em relação ao seu compromisso internacional. Ao lado disso, Senador Ney Suassuna, a proposta do ajuste fiscal, ou melhor, da responsabilidade fiscal dos Estados e dos Municípios, dos setores públicos, dos administradores públicos, deve também ser implantada para que no momento em que estivermos na estaca zero, isto é, com as contas equilibradas, não venham eventualmente alguns irresponsáveis, quer governadores, quer prefeitos, macular todo o saneamento havido e comprometer a situação dos futuros governantes. Concomitantemente ao desenvolvimento da tese que V. Ex.ª defende, da qual comungo, é preciso implantar no Brasil a responsabilidade fiscal. A preocupação de V. Ex.ª é também, sem dúvida alguma, a da Nação inteira.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

V. Exª vai verificar, seguindo meu raciocínio, que comungo inteiramente da sua opinião, mas algumas preocupações paralelas têm de ser bem observadas para que não descubramos um santo para cobrir outro.

Eu dizia que as guerras quase sempre têm conotação econômica. Por trás das mil razões de fachada, estão os motivos econômicos. Estamos vivendo a guerra da reforma tributária que na cabeça de cada um tem uma formatação diferente.

O Governo Federal, com toda a certeza, sonha em ter mais recursos do que os 70% que hoje detém, aliás, hoje ele tem mais do que 70% porque houve

uma reforma tributária informal por intermédio da criação desses fundos.

Os Estados querem a reforma tributária porque sonham em ter um pouco mais dos 26% que têm, e as Prefeituras – esse deve ser o sonho dourado de cada prefeito – querem um pouco mais, ou muito mais, do que os 4% que hoje detêm.

O Governo Federal, de forma incompreensível, Sr. Presidente, deixou a reforma tributária correr de forma inteiramente solta, e ela recebeu 35 votos a 1! De repente, a reforma tributária foi votada com 35 votos a 1! E o Governo, que em nenhum momento tinha acompanhado o andamento dessa reforma, ao perceber que ela poderá ser votada e tornar-se lei se a Câmara Alta assim o determinar, após ela passar pelo Plenário da Câmara, bombardeia completamente tudo o que está acontecendo. Vejam o que aconteceu com o Projeto Mussa Demes na Comissão, de que participam eficientes companheiros nossos, como é o caso do Germano Rigotto, do Eduardo Paes e do Kandir. Não consigo entender, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o Governo deixa toda uma reforma tramitar sem interferir e, de repente, se surpreende, da noite para o dia, e diz: "Mas isso não serve!" Este Governo tem maioria nas duas Casas. Jamais poderia haver uma votação de um assunto tão importante com a derrota do Governo por 35 a 1! E obteve um voto, Srªs e Srs. Senadores, porque o Parlamentar que assim votou queria o Imposto Único; do contrário a votação teria sido unânime. Isso nos deixa muito preocupados. Embora ainda não tenha a reforma tributária chegado ao Senado, nós já nos reunimos – para isso peço o testemunho do Senador Gilberto Mestrinho – com o Secretário da Receita Everardo Maciel e já pautamos, embora em reuniões oficiosas – refiro-me àqueles jantares de que participamos todas as quarta-feiras – o encontro com a Comissão do Deputado Mussa Demes. Já estamos preocupados; a Comissão de Assuntos Econômicos já está vivenciando o problema antes que ele chegue a esta Casa.

Ora, estamos preocupados, e o Governo Federal, que detém a maior parte do bolo – bolo com o qual sonham todos os governadores e todos os prefeitos –, deixa o processo correr inteiramente à vontade e só na última hora, no dia posterior à votação, vem com todo o fôlego, com toda a energia, manifestar-se contra o resultado da votação nessa Comissão.

Então, pergunto aos meus Pares se o meu raciocínio não está correto. A conclusão que tiramos é a de que o Governo não tem nenhuma vontade de mexer nesse item por enquanto.

O Presidente do meu Partido, Senador Jader Barbalho, vai, com toda certeza, convocar os Governadores do PMDB, as Bancadas do PMDB na Câmara e no Senado para que debatamos e tomemos uma posição em relação a isso.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, há três projetos em tramitação – e aí respondo ao nobre Senador Casildo Maldaner. Um reduz o percentual do pagamento da dívida dos Estados, de autoria do nobre Senador mineiro José de Alencar e foi distribuído ao nobre Senador Lúcio Alcântara. O segundo projeto dispõe exatamente sobre o que falou o nobre Senador Casildo Maldaner. É uma proposta semelhante ao Plano Brady, pela qual haveria o perdão de 40% da dívida dos Estados, de autoria do nobre Senador Roberto Saturnino. Outro também propõe que uma parcela da dívida seja diminuída pela redefinição da receita líquida dos Estados. Atualmente, o Estado cobra 13% de tudo o que entra no seu Tesouro, mesmo que seja verba vinculada, verba carimbada, para pagar a Prefeitura. Se entrar no cofre do Estado, paga 13%. E isso não é justo, pois a verba não é do Estado, apenas passa pelo Governo do Estado com o objetivo de pagar a Prefeitura. Como o fato que estou narrando, existem vários outros.

Nós, da Comissão, já debatemos e vamos continuar a debater. Muitos Senadores não gostaram muito quando começamos a chamar os Governadores. Mas a Comissão tomou essa decisão e assim continuará até que todas as regiões do Brasil sejam ouvidas. Esta é a Casa da Federação, é a Casa dos Estados. É claro, e aí complemento meu raciocínio, que temos de olhar também o interesse da República. Essa tem de ser uma equação em que todas as partes estejam satisfeitas. Para isso, deve haver, com certeza, recuos de cada parte. Recuos que, na verdade, serão progressos da convivência de uma República Federativa em que os Estados-Membros devem ter condições, mas que principalmente a célula **mater** da Federação, que são os Municípios, de viver bem.

Se cada cidade brasileira, cada prefeitura, cada comunidade, cada célula da nossa sociedade estiver bem, esta será uma República feliz, e lá serão resolvidos os problemas principais do brasileiro: saúde, educação, assistência social. É lá, no Município, que isso tem que ocorrer.

É preciso, pois, que nos envolvamos – e o Senado da República já o está fazendo –, seja na Comissão, seja no Plenário, seja nos debates informais; é preciso que estejamos debatendo essa reforma tributária.

Com toda certeza, a atitude do Governo Federal não foi correta. Ele não participou da discussão, deixou ocorrer a votação e, no dia seguinte, transformou a proposta do Deputado Mussa Demes numa "Geni", em algo que não serve. Se o Governo tem maioria nas duas Casas, por que não acompanhou a tramitação, para que não tivéssemos os atritos que estamos tendo agora? Isto não cabe na minha cabeça e, tenho certeza, não cabe na cabeça de nenhum brasileiro que tem um pouco de raciocínio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Antes de conceder a palavra ao Senador Casildo Maldaner, gostaria de convidar a assumir a Presidência dos nossos trabalhos o eminente Senador Gilberto Mestrinho.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, farei uma pequena análise, na seqüência do discurso proferido pelo Senador Juvêncio da Fonseca no dia de hoje, quando aqui enalteceu os trabalhos desenvolvidos pela Embrapa, que dizem respeito ao que o País produz na agropecuária e, principalmente, no segmento de agronegócios.

Pretendo, pois, agora, dando seqüência ao debate, manifestar a minha crença em que, além de produzirmos para abastecer o mercado interno, 160 milhões brasileiros, também podemos abrir caminhos para melhor nos posicionarmos nos mercados mundiais. Com o que produzimos, aquelas culturas em que somos especialistas não só pela qualidade da nossa terra, das nossas condições climáticas, mas também pela tecnologia – e aí está a Embrapa –, bem como pela nossa mão-de-obra, podemos ajudar o Brasil a equilibrar sua balança comercial, a exportar mais, a alimentar o mundo. Este é um dos setores que poderá ajudar o País a alcançar o equilíbrio.

Sr. Presidente, em cerca de 100 países, temos embaixadas onde estão lotados adidos culturais e militares, mas não temos quem possa abrir espaço para encaixar o que produzimos, o excedente da produção agrícola nacional; não temos adidos, especialistas ou técnicos para ajudar a discutir a questão. Há, pois, um espaço aberto.

Por oportuno, desejo aqui deixar expresso que esta idéia é também defendida, com profundidade, pelo eminente Senador pelo Paraná, Osmar Dias, o qual, inclusive, em visitas que fez a algumas embaixadas brasileiras no exterior, principalmente na Europa, observou a falha existente no setor.

Em 1953, o Deputado Lacerda Werneck apresentou um projeto de lei dispondo "sobre a designação do Adido Agrícola para servir junto às missões diplomáticas ou de representante, permanente ou não, junto às organizações agrícolas internacionais". Em 1975, o representante do Estado do Rio de Janeiro, o nobre e saudoso Senador Vasconcelos Torres apresentou, nesta Casa, projeto de lei no mesmo sentido. De lá para cá, outros projetos semelhantes foram encaminhados, entre eles os dos Deputados Pacheco Chaves, Denisar Arneiro e Nelson Marquezelli.

Lamentavelmente, todos os projetos foram arquivados e o Brasil continua sem esse especialista em representações diplomáticas, o que nos impede de abrir novas faixas de mercado para produtos agrícolas e pecuários no exterior, como também não conseguimos, a tempo e a hora, obter as informações imprescindíveis que nos orientem na tomada de decisões no setor.

A área de captação de recursos internacionais para o setor agrícola tem tido uma atuação deficiente, e temos perdido bons negócios por falta de técnicos no local e no momento apropriado. A disponibilidade de informações aumenta as possibilidades de sucesso na comercialização de produtos agrícolas. Mas essas informações só podem ser conseguidas por técnicos especializados, capazes de captá-las, analisá-las e avaliá-las em curto espaço de tempo.

Há muitos anos, Estados Unidos, França e Inglaterra mantêm em suas representações diplomáticas técnicos agrícolas, não só para a execução de agronegócios, como também para conhecer a política agrícola executada pelos países em que trabalham. Os Estados Unidos dispõem do controle de informações agrícolas em mais de 70 países, e estão a par desde as condições climáticas até as liberações de recursos para plantio. Veja, Sr. Presidente, dada a importância do setor, que os Estados Unidos possuem técnicos que acompanham este processo e repassam todas as informações. O Brasil se preocupa em ter adidos culturais, adidos militares, mas neste setor não temos ninguém.

O Chile, que há poucos anos criou o cargo de adido agrícola em cerca de 50 países, atingiu resultados surpreendentes. A modernização da política agrícola daquele país iniciou-se em 1991, com a criação do Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa. Graças à visão de suas autoridades, o Chile aumentou consideravelmente suas vendas e hoje lidera a exportação de uvas sem sementes. As importações brasileiras de uvas chilenas com essa característica (não as temos disponíveis na oferta nacional) passaram de 1.300 toneladas, em 1994, para 64.600 tone-

ladas, em 1996. A figura do adido agrícola abriu frente para novos produtores com as características exigidas pelos mercados de produção primária, de hortifrutigranjeiros e de cereais do país.

A Argentina também tem, hoje, em sua representação diplomática no Brasil, um conselheiro e um secretário responsáveis por uma agregadoria agrícola, para facilitar as negociações agropecuárias incentivadas com a criação do Mercosul. E nós continuamos ignorando o assunto, o que não é saudável sem dúvida alguma.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Ministério da Relações Exteriores mantém 92 embaixadas em todo o mundo, mais 43 consulados, 19 vice-consulados, 3 missões especiais, 3 delegações, uma representação, um escritório financeiro e um escritório comercial. Em nenhum deles existe a figura do adido agrícola ou de um técnico em agronegócios, o que faz o Brasil perder negócios vantajosos na área.

Para estimular a integração e a interação entre o nosso setor agropecuário e o dos países com os quais mantemos relações comerciais, precisamos de técnicos competentes que possam desempenhar importantes funções junto às nossas embaixadas. O adido agrícola estaria atento aos eventos, feiras, exposições do setor; estimularia e facilitaria a comercialização internacional de produtos nacionais; forneceria informações estratégicas sobre o setor, entre outras funções que sua formação lhe permite exercer com competência.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, com condições climáticas excepcionais que permitem o cultivo de produtos de clima temperado e tropical. As possibilidades futuras de agronegócios brasileiros são grandes, dependendo, apenas, de pessoas capacitadas no setor.

A agricultura mundial encontra-se em período de inovações: produção de transgênicos, avanços da biologia molecular e da biotecnologia, controle do clima, seleção e melhoramento genético, para citar os principais. O Brasil precisa saber criar oportunidades para participar com sucesso dessa nova abertura agrícola.

O Produto Interno Bruto (PIB) agrícola é aproximadamente de 10% do PIB nacional. Cresceu 30% de 1987 a 1997, enquanto o PIB total brasileiro cresceu 20,8%. Ou seja, os negócios agrícolas cresceram mais do que outros setores do Brasil. O PIB agrícola é de US$81,1 bilhões, mas se considerarmos o restante se considerarmos o restante do agronegócio, com as diversas atividades intensivas de trabalho, chega a US$ 240 bilhões. Da mesma forma, o setor emprega, por exemplo, 18 milhões e 200 mil pessoas, ou seja, 26% da População Economicamente Ativa (PEA). Com o restante do agronegócio, isto é, não só a parte direta da agricultura, pois 26 milhões se referem apenas a essa parte, o setor acaba empregando 30 milhões e 400 mil pessoas ou 52% da PEA.

No atinente à produção de grãos, carnes, implementos agrícolas, insumos, setores relacionados com o agronegócio, na sua produção, vamos atingir US$ 240 bilhões, ultrapassando a terça parte do PIB nacional. Quanto à mão-de-obra no campo do agronegócio, o Brasil emprega 52%. É uma questão fundamental para o País, de primeira linha para o Brasil, certamente.

Sabemos dos esforços desenvolvidos no Ministério da Agricultura e do Abastecimento para incentivar o agronegócio brasileiro. No final do ano passado, o Presidente da República criou, por meio de decreto, o Conselho de Agronegócio, órgão consultivo que "tem como missão a articulação e a negociação entre o poder público e a iniciativa privada, com o objetivo de implementar os mecanismos, as diretrizes e as respectivas estratégias competitivas do agronegócio brasileiro, no médio e longo prazos, a partir das propostas do Fórum Nacional da Agricultura.

Porém, Sr. Presidente, nobres colegas, para perfeita consecução de agronegócios, o Brasil precisa de um adido agrícola em suas representações diplomáticas, pois só ele será capaz de elaborar acordos vantajosos com a comunidade estrangeira. Deixamos aqui o nosso apelo para que haja uma parceria entre os Ministérios da Agricultura e do Abastecimento e das Relações Exteriores na efetivação dessa proposta que trará benefícios incontáveis ao País.

São essas, Sr. Presidente, nobres colegas, as considerações que trago no dia de hoje, preocupado com aquilo que produzimos, com os números expostos aqui. O setor de agronegócios ultrapassa a terça parte do PIB brasileiro e emprega mais de 50% da mão-de-obra brasileira.

Temos condições climáticas para aumentar a produção e, num curto espaço de tempo, teremos condições de abastecer não só o mercado interno, mas também de abrirmos caminhos no mundo. Nos países onde há possibilidades de mercado, nas nossas embaixadas, temos adido cultural, militar e muitos outros, mas não temos alguém que entenda de agronegócios, para participar de feiras e ver as possibilidade de colocação no mercado de, por exemplo, frango ou borracha, ou aquilo que vem da terra, da extração. Não há uma pessoa qualificada, alguém que abra espaços, que faça uma análise do que, por exemplo, está produzindo e/ou precisando a China,

enfim, o que podemos oferecer aos países do Oriente ou de qualquer outro parte do mundo. Essa questão é fundamental. Seria interessante que o Ministério da Agricultura juntamente com o Ministério das Relações Exteriores reunissem esses especialistas para fazer uma avaliação, a fim de analisar o que temos condições de melhorar no Brasil, seja na agricultura, seja na pecuária ou na extração. Isso é importantíssimo, no entanto, estamos parados.

Sr. Presidente, nobres colegas, deixo aqui o meu apelo para que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, sob a orientação do Presidente da República, encontrem o caminho – penso que daria para envolver também o Ministério do Desenvolvimento – a fim de que coloquemos nas embaixadas brasileiras pessoas que tenham uma sensibilidade para essa questão.

Isso é fundamental para produzirmos mais e abrirmos caminhos em outros campos, em outros países e colocarmos no mercado o excedente que temos condições de produzir aqui. Assim ajudaremos na melhoria, na exportação, no equilíbrio e ofereceremos, quem sabe, até mais mão-de-obra, mais emprego para o País. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que e ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Convido o Senador Casildo Maldaner a assumir a Presidência em face de um compromisso que tenho agora com o Procurador da República, que está em meu gabinete.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, tratarei de um assunto extremamente importante. Faço-o em razão de dois documentos que recebi de entidades comunitárias. Trata-se da autorização para o funcionamento de rádios comunitárias e das dificuldades criadas pelo Ministério das Comunicações para a sua instalação.

Tanto a Associação Rádio Comunitária de Altamira, na cidade de Altamira, no Estado do Pará, quanto a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, na Cidade de Pirangi, no Estado de São Paulo, demonstram grande insatisfação e repúdio pela maneira ilegal e antidemocrática que o Governo Fernando Henrique trata essas entidades – apesar de todas as garantias estabelecidas na Constituição de 1988 e dos tratados e convênios internacionais assinados pelo Brasil.

O que vem ocorrendo com as rádios comunitárias neste País não é um fato isolado, tampouco fruto de clientelismo político ou de um mero engavetamento de processo administrativo. Trata-se efetivamente de algo mais sério, de uma filosofia de trabalho e de orientação do próprio Governo Fernando Henrique, que é proteger os ricos e menosprezar os pobres. É impossível a existência real da democracia sem a liberdade de imprensa, sem a liberdade de idéias, sem a livre circulação de jornais, sem o funcionamento de rádios e de televisões – enfim, de todos os meios de comunicação.

O Brasil de hoje vive mais uma de suas enormes incongruências e paradoxos: aparentemente, temos jornais, rádios e televisões livres, no entanto, a grande maioria do povo brasileiro, a grande maioria dos discriminados socialmente também são discriminados por uma estrutura perversa dos meios de comunicação social.

A grande desigualdade existente na distribuição de renda também se reflete na grande desigualdade da informação; não temos mais a censura cruel e violenta, mas ainda temos um instrumento de efeito semelhante: as dificuldades criadas pelo Governo Federal e os obstáculos econômicos que impedem a verdadeira liberdade de informação para aquelas camadas mais pobres da população.

Nosso povo ainda não tem voz nem vez, não há possibilidade de os pequenos se fazerem ouvir, lembrando aquilo que Dom Hélder Câmara tantas vezes procurou fazer: ser a voz dos sem voz.

Os grandes grupos econômicos que controlam a televisão, o rádio e os jornais brasileiros exercem uma enorme e descabida influência, chegando mesmo a controlar os setores governamentais responsáveis pelas telecomunicações, não permitindo uma rápida solução para a instalação das rádios comunitárias.

Enquanto a grande imprensa enriquece cada dia mais, prospera cada vez mais, moderniza-se cada vez mais, as rádios comunitárias das zonas rurais, das favelas, das pequenas comunidades urbanas não dispõem de apoio técnico, financeiro, administrativo e nem mesmo de autorização para funcionamento por parte do Governo.

O Governo Federal, que deveria contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades mais carentes e isoladas, disponibilizando recursos econômicos e prestando assessoramento técnico para a organização de rádios comunitárias, age exatamente no sentido contrário, usando o Poder de Polícia para bloquear iniciativas dessas comunidades em ter as suas emissoras populares, lacrando os

transmissores que com muito sacrifício a população conseguiu comprar, instalar e colocar no ar.

Com essa postura do Governo Fernando Henrique perdem a democracia, as pequenas comunidades, que não podem manter sua identidade e integridade cultural, e o Brasil, que é obrigado a se tornar consumidor passivo de culturas estrangeiras dominantes e a importar valores alienígenas extravagantes, para não falarmos da importação e banalização da violência.

Esse quadro de desinformação, deformação educacional e perversão cultural muito preocupa a todos nós, que temos responsabilidade social e política neste País.

A existência de uma verdadeira estrutura monopolística nos meios de comunicação social impede que o Brasil se transforme, realmente, em uma nação social e economicamente aberta, justa e equânime.

A cruel elite brasileira tem usado amplamente o dinheiro, o poder e a influência junto aos meios de comunicação social para manipular, fraudar e cometer crimes de toda ordem, inclusive os eleitorais, disfarçados em pesquisas e reversões de tendências, como aconteceu nas eleições de 1998.

Em todas as crises recentes ocorridas no Brasil, a elite dominante utiliza os meios de comunicação para a continuidade de sua dominação, empregando métodos e processos variados, sempre mentindo, enganando, sofismando para se manter no poder.

O chamado Governo Collor de Mello representou a deturpação e o uso abusivo de serviços de utilidade pública, como rádio e televisão, e o que existe de pior em termos de comportamento da grande imprensa como parte de um pacto político em detrimento do povo.

Para que o Brasil possa se tornar uma verdadeira democracia, é necessário assegurar a livre circulação de informação, retirando todos os obstáculos para sua difusão ampla e equilibrada, o que atualmente só é assegurado na teoria, em normas legais, infelizmente ainda abstratas.

Uma das melhores formas de fortalecer a democracia no Brasil de hoje é assegurar voz aos favelados, às pequenas comunidades, aos indígenas e aos núcleos urbanos marginalizados, principalmente com a possibilidade de instalação de rádios comunitárias, que contribuem para o seu desenvolvimento social, cultural e educacional.

No dia 27 de julho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou, pasmem os senhores, que iria enviar ao Congresso Nacional um pedido de autorização para funcionamento das primeiras 70 rádios comunitárias do Brasil.

Imagimem, o pedido vai para o Ministério das Comunicações, mas é o Presidente Fernando Henrique que vai mandar ao Congresso Nacional as primeiras 70 rádios comunitárias do País. Ele traz para si a responsabilidade de julgar, analisar e mandar para o Congresso aprovar.

Isso, sem dúvida, é muito pouco para os mais de cinco mil municípios brasileiros, pois o próprio Presidente Fernando Henrique confessa que existem mais de seis mil pedidos de rádios comunitárias nas gavetas do Ministério das Comunicações, que seriam liberados à base de dois lotes de aproximadamente 30 autorizações de funcionamento por mês, a partir do mês de setembro próximo passado.

A política anunciada pelo Presidente Fernando Henrique para as rádios comunitárias levará, certamente, à seguinte situação absurda: mesmo que nenhum novo pedido de instalação de rádio comunitária ingressasse no Ministério das Comunicações, decorreriam cerca de dez anos para que a burocracia do Governo Fernando Henrique liberasse os pedidos atualmente existentes.

Finalmente, gostaria de deixar aqui o meu protesto contra a forma como são tratadas pelo Governo Fernando Henrique as pequenas comunidades que têm o direito assegurado pela Constituição de operar uma rádio comunitária.

É o próprio Presidente Fernando Henrique quem afirmou em seu programa "Palavra do Presidente", do dia 27/07/99: "As entidades interessadas devem procurar a Delegacia do Ministério das Comunicações, em seu Estado, para se candidatar a uma autorização. A sua rádio só pode entrar no ar depois que o Ministério das Comunicações e o Congresso Nacional autorizarem o seu funcionamento." E olhem o que diz o Presidente: "É crime colocar uma emissora em funcionamento antes disso."

Ora, parece que o Presidente ou não conhece a realidade ou não sabe como funciona o seu Ministério das Comunicações. Já estamos tratando disso há muito tempo, e até hoje uma única rádio comunitária não foi liberada no nosso País. Se a norma admite que tem que passar pelo Senado, até hoje o Senado não recebeu um único pedido de autorização dos mais de seis mil pedidos de funcionamento de rádio comunitária que existem em nosso País. O que é, evidentemente, um absurdo. E o Presidente aceita essa situação e ainda ameaça as pessoas que, com muito sacrifício, formaram a sua rádio comunitária e puseram para funcionar por causa da burocracia, da lerdeza com que trabalha o Ministério das Comunicações.

Esse é o critério utilizado pelo Governo Fernando Henrique: tudo para os banqueiros, grandes empresários e grandes especuladores. Basta lembra o caso dos Proer, do Banco Marka, FonteCindam, a farta liberação de verbas para obras fraudulentas do fórum trabalhista de São Paulo, entre outras coisas que agora estão surgindo no relatório da CPI dos Bancos.

Não podemos falar de sensibilidade social de um Governo que usa dois pesos e duas medidas: para os ricos as vantagens da globalização e da desregulamentação, o financiamento estatal amplo – principalmente no caso das privatizações –, geral e irrestrito, inclusive com recursos do próprio trabalhador; para os pobres, a Delegacia do Ministério das Comunicações e aguardar dez anos, com direito a uma passagem pela delegacia de polícia se tentar agilizar as coisas.

Os nossos legisladores elaboraram e aprovaram a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, publicada no **Diário Oficial** da União do dia 20/02/98, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no País. E o Governo a regulamentou pelo Decreto nº 2.615, publicado no Diário Oficial da União de 4 de junho de 1998.

Ora, estamos em novembro de 1999 e, após um ano e meio da regulamentação, uma única rádio comunitária foi licenciada.

Quem se interessar pelo assunto e fizer análise profunda nos 27 artigos que compõem a Lei nº 9.612/98, cujo escopo é instituir o serviço de radiodifusão comunitária, e nos 43 que o regulamentam, ao final, chegará à conclusão de que tais documentos são provas – e vergonhosas – do que é legislar com protecionismo interesseiro em prol de uma plêiade de privilegiados, que possui raízes no Congresso, em detrimento de outras pessoas que, porventura, se interessem por rádio não-comercial, ou seja, rádio comunitária.

Rádio comunitária é "coisa pequena", podem crer! Porém é essencial para uma comunidade, onde há espaço para as pessoas da comunidade, seus recados, atividades, festas. As rádios comunitárias juntam as pessoas da comunidade fazendo algo que não é o papel das rádios comerciais.

E aqui abro um parêntese para dar meu testemunho. Muitas das rádios comunitárias que conheci e nas quais tive oportunidade de dar entrevistas criam, na grande maioria das cidades brasileiras que não têm rádio alguma, um ambiente novo, um ambiente de participação, permitem a manifestação da capacidade criativa dos jovens do interior e empregam pessoas. De repente, trata-se de um estudante que está se transformando num locutor. De repente é um estudante que está aprofundando seu conhecimento em política, em teatro, em artes, em cultura. Tudo isso ocorre numa rádio comunitária. Além disso, há geração de empregos, há a participação da comunidade. É uma cidade que passa a ter uma rádio. Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, talvez apenas 1.000 tenham rádios comerciais. Quatro mil municípios no Brasil, provavelmente, não possuem rádio de espécie alguma.

A rádio une a comunidade na divulgação de seus propósitos, no crescimento de sua cultura e de suas festas tradicionais. Será que o Governo não enxerga isso? Ministro Pimenta da Veiga, um homem tão ilustrado, o que está acontecendo, Ministro? Por que V. Exª atrasa tanto esse processo pelo qual lutamos tanto aqui no Congresso Nacional? Por que o Governo Fernando Henrique tem tanta preocupação na liberação de funcionamento das mais de seis mil rádios comunitárias que a estão solicitando?

Devemos lembrar que as rádios comunitárias fazem aparecer novos talentos. São pessoas que, de repente, têm uma grande oportunidade na vida.

Tenho a firme convicção de que todos os homens de bem do Congresso Nacional darão firme apoio a uma profunda modificação da política de concessão de rádio comunitária em nosso País, para que possamos construir uma sociedade mais justa, mais solidária, mais democrática e mais desenvolvida.

Quero deixar à Mesa, Sr. Presidente, um pedido de informação. Para fazer modificação no processo ou para questionar o decreto que regulamenta a concessão e o funcionamento das rádios comunitárias, preciso de uma informação oficial do Governo a respeito de inúmeras questões.

Estou perguntando ao Ministro – e ele é obrigado a me responder, porque constitucionalmente temos esse direito:

Quantas solicitações já foram recebidas pelo Ministério das Comunicações, em Brasília, para instalação de rádios comunitárias e em que período?

Quais são todos os requisitos exigidos para que pessoas interessadas possam pleitear a instalação de uma rádio comunitária e que critérios são usados para conceder as autorizações? Objetivamente, que critérios são usados para a escolha entre uma ou outra Associação de Rádio Comunitária que disputem o mesmo espaço?

Como tramita, normalmente, um processo de pedido de autorização para funcionamento de emissora de rádio comunitária, do início ao fim, indicando todos os setores por onde é analisado?

Quantas e quais emissoras de rádio comunitária já foram autorizadas a entrar em funcionamento? Indicar Município e Unidade da Federação.

Sei, de antemão, que nenhuma foi autorizada, mas quero que o Ministro oficialmente me informe isso.

Quantas e quais emissoras de rádio comunitária já foram lacradas em todo o País e em que quantitativo por Estado?

Porque são as próprias rádios comerciais, normalmente pertencentes a políticos ou a grandes empresários que financiam determinados políticos, a quase totalidade delas comprometidas com a política governamental, que pressionam o Dentel para intervir na rádio comunitária, roubar os equipamentos – pois eles dão sumiço com esses equipamentos comprados com tanta dificuldade pelo povo –, fechando, lacrando as rádios comunitárias em todo o País.

Portanto, quero saber quantas rádios já foram fechadas no nosso País.

Quantos pedidos de autorização para funcionamento de rádios comunitárias serão autorizados em média por mês?

Porque, se for verdade que serão dois lotes de 30 por mês, levaremos dez anos para liberar as rádios comunitárias que já fizeram solicitação.

Pergunto ainda:

O Ministério das Comunicações planeja acelerar o processo de autorização de funcionamento das emissoras comunitárias? De que forma?

Finalmente:

No caso de meu Estado, Pará, quantos pedidos foram recebidos até hoje pela Anatel e pela Delegacia do Ministério das Comunicações? Quantos foram autorizados? Quantas emissoras já foram lacradas?

Confesso que, pessoalmente, estive com o Ministro Pimenta da Veiga tratando da questão. Levei à S. Exª uma série de solicitações e de pedidos que as rádios comunitárias e as associações de vários Municípios nos fizeram – assim como o fizeram a mim, devem fazer a muitos outros Parlamentares. O Ministro nos assegurou que isso se resolveria rapidamente. Infelizmente, até hoje estamos assistindo a essa morosidade, a essa forma negativa de agir do Ministério das Comunicações.

Espero, do Ministro Pimenta da Veiga, o mais brevemente possível, uma resposta aos meus questionamentos que possibilite a proposição de modificações que entendo necessárias ao processo de concessão e utilização de rádios comunitárias. No meu entendimento, esse assunto é extremamente importante para o processo de educação, compreensão política e até para a criação de oportunidades de emprego.

Era a manifestação que gostaria de fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso o Sr. Ademir Andrade, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência que e ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há tempos, ouvi de um amigo jornalista uma afirmação que não esqueci. Ele me disse que o profissional de imprensa, para ser fiel aos seus compromissos com o leitor, deve ser frio na busca da informação, mas, sem prejuízo da razão, ser apaixonado na transmissão do fatos.

Em Goiânia, temos o exemplo de um jornalista que faz de sua coluna uma declaração diária de paixão pela verdade. Um jornalista que escreve há cerca de 40 anos e que mantém, até hoje, o mesmo ardor polêmico da juventude, a mesma intransigência na condenação do engodo e da mentira, a mesma independência ao expor as vísceras do Poder, a mesma lógica ao abordar os temas que são controversos para a maioria dos mortais.

O nome desse jornalista, que boa parte dos nobre Colegas conhece, graças ao enorme prestígio de que desfruta em toda a Região Centro-Oeste, é Batista Custódio. Segunda-feira, na sua coluna do **Diário da Manhã**, esse brilhante polemista despeja em seu espaço diário o mesmo estilo denso, vigoroso, ferino, irônico, direto e sem afetações, ao abordar com a coragem de sempre a desastrada ameaça de invasão da fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, promovida pelo Movimento dos Sem-Terra.

Meu estilo, Sr. Presidente, é outro, mas tenho uma enorme admiração pelo estilo cortante desse grande quixote da imprensa goiana. Por isso e por concordar com as suas preocupações, no sentido de que ações desse tipo podem desmoralizar a pureza da luta pela reforma agrária, solicito à Mesa que determine a transcrição nos Anais da Casa dessa peça brilhante que deve fazer parte do meu pronunciamento.

Srªs e Srs. Senadores, tenho mantido nesta Casa uma posição permanente de defesa da reforma agrária – e ninguém poderá apontar em meus pronunciamentos um momento de renúncia aos meus princípios sempre favoráveis aos trabalhadores sem terra. Até na análise de certos exageros cometidos nas invasões, tenho sido condescendente, procurando entender que a luta contra a injustiça social tem os seus componentes passionais incontroláveis. A ameaça de invasão da fazenda do Presidente é um episó-

dio superado, e, exatamente por isso, já podemos refletir sobre ele com alguma distância crítica, sem a pressão do noticiário. É por isso e sob a motivação do artigo oportuno e brilhante de Batista Custódio, que trago esse assunto a esta tribuna para uma reflexão da Casa.

Para mim, Srªs e Srs. Senadores, na tentativa de invasão da Fazenda Córrego da Ponte, de propriedade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as lideranças do movimento pecaram por excesso, cometendo um erro estratégico, perigoso. A sociedade brasileira é pacífica, não gosta da violência e, a julgar pelas opiniões que ouvi em meu Estado, o risco de descrédito do movimento é real, se as decisões futuras do MST forem conduzidas por motivações políticas, como analisa com sabedoria o artigo assinado por Batista Custódio.

Segundo o articulista, o fato produzido pelas lideranças "é uma molecagem ideológica contra a própria seriedade do Movimento dos Sem-Terra". Ao defender a reforma agrária como prioridade social, ele afirma que "a terra que está sobrando para a minoria da riqueza é a mesma terra que está faltando para a maioria da pobreza". No caso da invasão da fazenda do Presidente, porém, ele considera que o MST está "transformando o mastro de sua bandeira num porrete para bater em si mesmo", ao praticar a baderna que caracteriza o quadro de insubordinação civil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é preciso ser um Batista Custódio e ter um patrimônio de credibilidade como o dele para assumir as posições corajosas que assumiu em seu artigo. Seu destemor, sua veemência, sua capacidade para reduzir os espaços da contra-argumentação merecem as nossas homenagens. Também sou a favor da reforma agrária, como ele, mas estou de acordo com suas preocupações. A violência não é boa conselheira. As lideranças do Movimento dos Sem-Terra não devem comprometer a causa nobre da reforma agrária, colocando-se contra a maioria da sociedade brasileira, que prefere as vias pacíficas para o resgate de nossa grande dívida social. Promover justiça na distribuição de nossas terras é objetivo prioritário. O Governo tem feito o possível, e em Goiás posso dar meu testemunho do esforço do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Pedir civilidade das partes envolvidas nessa questão não é pedir que se renuncie à luta, que deve continuar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MAURO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

OS PISTOLEIROS IDEOLÓGICOS

Às vezes fico pensando como é que os que nascem cegos vêem o mundo, na forma das coisas, na tonalidade das cores, feição dos bichos, no aspecto da paisagem, na diferença entre o belo e o feio. Mas é quando estou diante de um fato e observo a visão de muitos a respeito dele que me vejo diante de um verdadeiro cego.

O sitiamento e o saque promovidos por um grupo de sem-terra à fazenda Córrego da Ponte, de 1.300 hectares, a 70Km da cidade de Buritis – MG, de 3 propriedade de Fernando Henrique Cardoso, que ali planta milho, soja, café, cria gado e paga os impostos regularmente, não é pois um vasto e ocioso latifúndio devedor do Incra, mas uma média propriedade de terra trabalhada, então o MST está permitindo uma bandidagem contra um cidadão que está produzindo alimentos e uma sacanagem política contra um presidente da República que está realizando milhares de assentamentos rurais. Sobretudo, sem-terra, de vez que age com o objetivo de declarada chantagem política, cuja intenção é coagir o chefe do Executivo para deflagar a reforma agrária à revelia da aprovação pelo Congresso Nacional e ao arrepio do cumprimento das leis pelo Judiciário.

Todos estão de acordo que as terras improdutivas devem ser entregues aos que possuem condições de beneficiá-las.

Disse beneficiar, e beneficiar a terra significa enriquecê-la com a produção sem empobrecê-la com a devastação que está abrindo futuros desertos nos cerrados do Centro-Oeste, onde há mais fazendeiros pastando financiamentos do que, o gado, capim nos campos, por isso a maior produção deles acaba sendo mesmo as dívidas ao Banco do Brasil, cujos juros conseguem devorar mais os lucros das colheitas do que, os insetos, as plantações nas lavouras. Existe muita terra realmente lavada pelo suor dos donos, mas há também muito chão molhado pelas lágrimas do alheio – onde as cercas de determinadas fazendas são maiores que certos países europeus e muito menores que os cordões da fome que se volteiam nas cidades e tecem a malha da miséria rural.

Então, não é justo o contraste da linha social que separa nosso país em duas nações diferentes. A terra que está sobrando para a minoria das riquezas é a mesma terra que está faltando para as maiorias da pobreza.

Mas, no caso da invasão da fazenda Córrego da Ponte, os sem-terra estão transformando o mastro de sua bandeira num porrete para bater em si mesmo. Adotaram uma tática suicida ao prejudicar justamente o homem que pode ajudá-los, e que é seu aliado, mas que não lhe estão dando outra alternativa senão a de reagir e ser obrigado a expulsá-los à força de sua propriedade, sob pena de o Brasil resvalar-se perigosamente para a baderna, pois qual a opção que restaria aos fazendeiros do País, se a fazenda do próprio presidente da República fosse invadida, tomada e ficasse por isso mesmo?! Não ficaria assim.

Estaria aceso o estopim da insubordinação civil.

Assim também já é demais. Ninguém pode ser tão alienado politicamente numa ação revolucionária, ao ponto de alvejar um aliado para entregar a sua munição aos inimigos. Só pode haver a infiltração de um estrategista da UDR no meio desses sem terra, induzindo-os a praticar a pistolagem ideológica do bloqueio à fazenda do homem que possui a arma capaz de dar a vitória à luta deles, que é a caenta do presidente da República que autoriza , ou veta, os assentamentos.

Assim, a sagrada conquista da terra para que os nela trabalhem está sendo usada como instrumentos de uma manifestação política desordeira. Deixa de ser uma questão dos direitos humanos. Passa a ser um problema de Código Penal e da Lei se Segurança Nacional. Pois não querem as terras de Fernando Henrique Cardoso. Querem é que o presidente da República perca a paciência e desça para o confronto da violência bandida, perca o decoro do cargo de chefe soberano da Nação para que o governo perdesse a governabilidade e o presidente da República desça até ao alcance dos golpistas. O grupo dos sem-terra que assaltaram a Fazenda Córrego da Ponte está fazendo do jeito que gostam e querem os golpistas que se dissimulam pedindo a renúncia de FHC e só não lideram um movimento para a sua deposição de medo do povo. Os golpistas do povo. Os golpistas podem iludir os mais bobos do que o normal, mas são atualmente, os heróis das batalhas perdidas.

Os brasileiros, hoje, só vão para a guerra do voto popular, livre e direto. Estão realmente levando no peito o peso de uma política econômica que mata os ricos nos impostos os pobres no desemprego. Mas o povo brasileiro não aceitaria o peso de um ditador nas costas.

Não há maneira decente de os sem-terra serem vitoriosos nesta desfeita pública do MST ao chefe da Nação. Não existe, sequer condição moral para o governo federal desapropriar o Córrego da Ponte para assentar os invasores. É muito suspeito presidente da República fazer negócio com o poder público. Principalmente Sua Excelência vender terra para o Incra tão acusado de promover desapropriação superfaturadas. Seria um escândalo o ministro da Reforma Agrária comprar uma fazenda do presidente da República, produzindo e valorizada, quando há muita oferta de terras improdutivas e baratas em todo o País.

O presidente Fernando Henrique Cardoso não tem, nem mesmo, o direito à generosidade pessoal de doar suas terras aos invasores. Seu gesto não seria de todo visto como despreendimento de sua vocação pelo social. Repercutiria como demagogia política para reerguer sua popularidade. Os redutos conservadores explorariam como um incitamento às invasões a propriedade privada. E seus adversários diriam que a doação teve um preço pago por fora pelos empreiteiros.

A única coisa que os sem-terra estão conseguindo com a teimosia em ocupar a fazenda do presidente da República é colocar muita bala na agulha das armas dos cartéis que conspiram contra a política fundiária do governo para promover assentamentos nas terras improdutivas. Parece um episódio ocasional. Mas é uma subversão apátrida, de provocação calculada com finalidade dirigida e visa tão-somente a desestabilizar um presidente da República aliado das reformas sociais. Não há dúvida de que o cerco à fazenda do chefe da Nação é um bandoleirismo ideológico. Tem todos os sintomas do incidente do cabo Anselmo ao insuflar os sargentos para a insubordinação à hierarquia nos quartéis, até ser tirada a governabilidade do presidente João Goulart para fazer as reformas de base.

O clima em que o Brasil se encontra aturdido pelas explosões de tantos escândalos vergonhosos de corrupção, atingindo a credibilidade de todos os setores da vida pública, é propícia ao desgaste da imagem do chefe da Nação. Mas é preciso ter a honestidade de atender para o fato de que FHC não está envolvido diretamente em nenhum deles. É certo que a corrupção aflorou para a opinião pública em seus dois mandatos, porém estava submersa no mar de almas dos governos passados. Apenas jorrou agora, graças à liberdade de imprensa e a visão histórica de Fernando Henrique Cardoso.

FHC está sendo responsabilizado pelas culpas de muitos que estão pregando a moralização agora. E sofre paciente a crítica pelas privatizações que o capitalismo mundial impôs, pode se dizer, acima da soberania das nações. Ou FHC obedece a globalização econômica, ou o mercado internacional de capitais tira ele e põe outro no governo, até um ditador, se for preciso. Melhor ficar o presidente eleito. Só o fato de o povo brasileiro haver tomado conhecimento da existência de tantos escândalos, o atual governo já valeu a pena. Essa corrupção existia antes de FHC. A diferença é que os outros governos não deixavam a gente ficar sabendo dela.

Batista Custódio

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Os Srs. Senadores Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Geraldo Cândido, Maguito Vilela, Eduardo Siqueira Campos e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a economia e a população estão sendo pesadamente bombardeadas por repetidos aumentos nas tarifas de energia elétrica. A energia elétrica, como ocorre também com os combustíveis líquidos, é uma forma básica de energia, de uso praticamente indispensável, e o aumento exacerbado de seu preço vem impactando negativamente a nossa cadeia produtiva e o bolso dos consumidores residenciais.

Esses lamentáveis aumentos das tarifas de energia elétrica, num momento em que cai o poder aquisitivo dos brasileiros, é efeito da forte desvalorização do real, no início deste ano, mas, principalmente, reflete algumas características imprudentes incorporadas ao processo de privatização do setor elétrico, que vem se desenrolando nos anos recentes. Certos procedimentos adotados para tornar atraentes as empresas a serem privatizadas revelam-se, agora, como verdadeiras armadilhas para o consumidor, a par de ensejar lucros excessivos aos novos controladores privados das empresas de energia elétrica e de pressionar os índices de inflação.

É preciso observar que as linhas gerais do novo desenho do setor elétrico brasileiro, que vem sendo reformado em paralelo às privatizações, contém elementos que introduzem a competição entre as empresas do setor, de modo que o consumidor possa vir a se beneficiar também de quedas de tarifa. Mas essa é uma possibilidade que, por ora, é quase que meramente teórica, pois os mecanismos de concorrência, que têm força legal, só entram em vigor gradualmente, aumentando de intensidade ano a ano. Enquanto isso, as obrigações contratuais de aumentar a tarifa,

assumidas pelo Poder Público com as privatizações, são de efeito imediato e, como estamos vendo, de efeito devastador.

Cabe lembrar que as tarifas de energia elétrica estiveram, por muitos anos, excessivamente baixas; esse período desfavorável para as empresas de energia elétrica, estendeu-se pela década de 80 e até 1993. Em 1993, procedeu-se a uma atualização das tarifas, que cresceram, mês a mês, acima da inflação, promovendo o equilíbrio das concessionárias. Em 1994, as tarifas acompanharam a inflação, que teve forte queda a partir da metade daquele ano. Com a inflação bem reduzida pelo Plano Real, cessaram os reajustes freqüentes das tarifas; mas, para compensar a inflação pequena que se acumulava, houve dois reajustes generalizados: em novembro de 1995 e em abril de 1997.

Portanto, no momento em que se iniciavam as privatizações, que se deram intensamente em 1997 e 1998, a tarifa de energia elétrica estava bem calibrada, estava de bom tamanho, e as empresas se encontravam em equilíbrio econômico. Ora, a iniciativa privada é sabidamente eficiente na gestão empresarial. Nas mãos dos novos controladores privados, que promoveram forte enxugamento de custos, as empresas de energia elétrica, com aquele patamar tarifário, passaram a propiciar lucros altíssimos. Prova é que, após as primeiras privatizações, grupos espanhóis, franceses, portugueses, americanos, e mesmo brasileiros, lançaram-se com grande apetite à disputa de novas compras de estatais. Quem não comprou, queria comprar; quem comprou, queria comprar mais. Os altos ágios oferecidos nos leilões eram sobeja evidência da boa atratividade do negócio.

No entanto, foi excessivamente tímida e atemorizada a postura do Governo ao preparar os contratos padronizados de concessão incorporados em cada edital de privatização. O BNDES, instrumento operacional do Governo nesse processo, deixou-se, ao que parece, convencer de que era preciso acumular atrações sobre atrações nos contratos de concessão. Por exemplo, as empresas ganharam um período de 5 anos, a partir da data de privatização, durante o qual se manterá o nível tarifário inicial, por mais que tenham sido reduzidos os custos do serviço. Só ao cabo dos 5 anos poderá a Aneel promover uma avaliação dos custos reais do serviço e repassar os ganhos de eficiência aos consumidores, favorecendo-os com uma redução de tarifa.

Além de ganharem essa imunidade de 5 anos, as novas controladoras passaram a ter diversos direitos que asseguram que, nesse período, a tarifa só possa subir, jamais baixar. Os custos administrativos das empresas contidos nas tarifas ficaram indexados ao IGPM, um índice muito influenciado pelos preços no atacado. Para se ter uma idéia do que isso significa, o aumento do IGPM deverá ser, este ano, de cerca de 20%, contra 10% da inflação dos preços ao consumidor. Tenham ou não aumentados seus custos administrativos, as empresas de energia elétrica poderão reajustá-los em 20%, no que tange à participação desses custos na fórmula tarifária. Ora, é evidente que um dos principais custos administrativos dessas empresas, o de pessoal, não subirá 20%, nem de longe.

Quanto aos custos que não dependem de sua gestão direta, as empresas distribuidoras têm o direito de repassá-los para o consumidor, na forma de aumento de tarifa. O principal desses custos é a energia a grosso comprada das empresas geradoras. A tarifa de geração estava relativamente baixa no início do processo de privatização, e esses preços de energia a grosso estão seguindo um programa de aumento gradual, ano a ano, para equipará-los ao preço livre do mercado gerador competitivo. Resulta que, até que se dê essa equiparação, a tendência é inevitavelmente altista na energia a grosso comprada pelas distribuidoras, uma alta que elas estão repassando para o consumidor.

É preciso salientar que as tarifas não são estabelecidas pelas empresas, mas pela Aneel. No entanto, no caso de contratos de concessão contendo todas essas defesas em favor das empresas e em desfavor dos consumidores, a Aneel pode apenas fixar os detalhes dos mecanismos dos reajustes automáticos para mais, mas não pode exercer efetivamente suas atribuições de árbitro imparcial entre os interesses de consumidores e de empresas. Outra função da Aneel, a de promover a concorrência entre as usinas geradoras, bem como no fornecimento de energia a grandes consumidores, mesmo se exercitada plenamente desde já, só surtirá efeitos práticos no médio e no longo prazo.

Um dos principais fatores que estão contribuindo para a elevação das tarifas neste ano é a energia elétrica suprida por Itaipu. Por lei, a energia de Itaipu é cotada em dólares. Com a maxidesvalorização do real havida em janeiro, tiveram aumento de tarifa, por conta disso, todas as empresas que compram energia de Itaipu. E são muitas, nas regiões sudeste, sul e centro-oeste; 25% da energia elétrica consumida no Brasil é de Itaipu. Mesmo sendo a absorção desse choque de custos, gradual, ao longo de alguns meses, é forte o efeito desse aumento no bolso do consumidor brasileiro de energia elétrica, e substancial a pressão inflacionária disso resultante.

No futuro, é possível até que sejamos testemunhas do milagre da redução de tarifas de energia elétrica no Brasil; mas, para que essa perspectiva promissora se transforme em realidade, será necessário que coincidam vários processos ainda em curso e de desfecho desconhecido. Primeiro, é preciso que, ao final do período de imunidade, a Aneel faça uma avaliação do equilíbrio econômico das concessionárias e do custo de seu serviço, fixando as correspondentes novas tarifas. Segundo, é necessário que, nos próximos anos, se desenvolvam, como se espera, os dois mecanismos de competição já citados: o de fornecimento a grandes consumidores, favorecendo a cadeia produtiva, e a concorrência entre centrais geradoras, disponibilizando energia a grosso a preços moderados para as distribuidoras. Cogita-se, nesse particular, de criar norma legal que inclua a energia de Itaipu no mercado competitivo de geração.

Haveria ainda uma outra medida que poderia ser adotada pelo Governo. Como vimos, as empresas de energia elétrica, nos anos recentes, privatizadas ou não, beneficiaram-se, simultaneamente, de tarifas favoráveis na venda aos consumidores e de tarifas de energia a grosso bastante baixas. Isto é, as distribuidoras gozaram de margem de lucro excessiva, ganharam um mais do que confortável espaço entre o preço do produto que compram e o preço do produto que vendem. Poderia o Governo brasileiro fazer o que fez o governo trabalhista, de terceira via, do primeiro-ministro Tony Blair: diante dos lucros extraordinários auferidos na Grã-Bretanha pelas empresas estatais privatizadas, nas mãos dos novos controladores privados, em desfavor dos consumidores, aquele governo taxou-as com um imposto novo, também extraordinário. Medida em perfeita consonância com a teoria tributária.

Em nosso caso, poder-se-ia acrescentar uma feição a mais na imposição de um imposto sobre lucros extraordinários: a isenção desse imposto para as empresas que baixassem voluntariamente suas tarifas. Assim, reverteriam a favor dos consumidores de cada empresa, compensatoriamente, os lucros obtidos em uma situação de desequilíbrio injusto entre os legítimos interesses de consumidores e de empresas.

Senhor Presidente, o que certamente não deve ser feito é repetir erros já cometidos. É inconcebível promover aumentos de tarifa de empresas geradoras a serem privatizadas, conforme possibilidade anunciada pelo Ministro de Minas e Energia, para torná-las mais atraentes ao capital privado. Qualquer medida que represente um reforço indevido de pressões inflacionárias, como as que estão decorrendo dos aumentos atuais de tarifas de energia elétrica, deve ser repelida. A favor desse princípio prudente espero que se posicionem, não só o meu partido, o PMDB, como todos os Senadores desta Casa.

Muito Obrigado.

NOTAS ADICIONAIS

1 – Empresas estaduais não privatizadas = Cemig, Copel, Celesc, Ceee (parte), Ceb, Celg, 4 no Nordeste (Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas), 5 no Norte (Amazonas, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia).

2 – Está havendo atualmente relutância de investidores nacionais e internacionais em investir em geração no Brasil. Em geral suas propostas ao Governo implicam altas tarifas, visando a recuperar em poucos anos o investimentos. O melhor investidor no setor elétrico é o que tolera prazos maiores de recuperação do capital por contar com capitais de fundos de pensão (internacionais ou nacionais).

3 – Mato Grosso precisa muito atrair investimentos em geração, pois se encontra na ponta do sistema interligado, pagando transmissão cara e ficando vulnerável a instabilidade elétrica. A Cemat privada (Rede) assumiu compromissos de: passar a atender 24 horas quem tinha energia apenas 6 horas por dia; atender a 18 municípios que não contavam com fornecimento da Cemat.

4 – Algumas tarifas de consumo residencial (novembro 1999, reais por megawatt-hora): Cemat 162,32; Celg 152,19; Celpa 153,24; Coelba 145,09; Light 181,65; Eletropaulo 160,48; Copel 148,17; Celesc 138,85.

5 – Tarifa de geração de Itaipu: cerca de R$80,00 por MWh; média das demais tarifas de geração (usinas existentes) cerca de R$40,00 por MWh; novas usinas: R$55-70/MWh.

6 – O ICMS tem enorme impacto sobre o bolso do consumidor. A chamada alíquota de 25% de ICMS é na verdade 33%. Exemplo: 75 para a concessionária + 25 de ICMS = 100 reais. A alíquota de 30% (MT) é na verdade 43%. Exemplo: 70 para a concessionária + 30 de ICMS = 100 reais.

7 – Outros fatores de aumentos de tarifa este ano: 1) aumento dos combustíveis consumidos nas termelétricas, despesa rateada por todos os consumidores do Brasil. Este ano, consumo alto em especial, devido reservatórios estarem muito baixos. Preço dos combustíveis impactados pela alta do mercado internacional e pela alta do dólar. 2) o PIS/PASEP teve aumentada sua base de incidência, incluindo na base o ICMS.

8 – O mecanismo de aumento gradativo das tarifas de geração é imposto pelos chamados Contratos Iniciais, que repartem eqüitativamente por todas as distribuidoras a energia barata das usinas hidrelétri-

cas mais antigas, já amortizadas. Depois de alguns anos, passarão a pesar mais, no preço médio da geração, os preços mais altos das usinas em construção e a construir. A proposta do Ministro de aumentar tarifas de geração das geradoras a privatizar choca-se com os Contratos Iniciais.

9 – A importação de energia elétrica da Argentina excedente e barata deverá ser, a médio prazo, fator baixista na tarifa média de geração. Na Argentina foram construídas usinas geradoras em excesso, o que vem beneficiando o consumidor, pois a geração tem regime competitivo, como é agora também no Brasil.

10 – Com a desvalorização do real, viram-se em dificuldades os grupos estrangeiros que compraram estatais endividando-se em dólar. Os grupos brasileiros não estão sofrendo esse prejuízo (Rede, VBC).

11 – Empresas privatizadas mais lucrativas: Light, Metropolitana (parte da antiga Eletropaulo). Menos lucrativas: Cosern (passivo trabalhista), Elektra (antiga Cesp distribuidora), Cerj (vai melhorar a partir de agora).

12 – A competição para fornecer a grandes consumidores (prevista em lei de 1995, que os designa como "consumidores livres") só agora começou a deslanchar. Nestes dias foi anunciado um grande contrato de fornecimento firmado entre a Copel e a indústria paulista Carbocloro, terceiro maior consumidor da área de concessão da Metropolitana. As empresas, privatizadas ou não, estão resistindo à implantação dos mecanismos de competição previstos em lei.

13 – O diretor-geral da Aneel, Mário Abdo, declarou aos jornais que tarifas e inflação subiram por igual, desde junho de 1994 (80%).

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em Portugal, no longínquo ano de 1498, Dona Leonor de Lencastre, a "Rainha dos Sofredores e Piedosa", instituiu, na Capela de Nossa Senhora da Piedade, a primeira Irmandade da Misericórdia, nomeando seu provedor Frei Miguel de Contreras, espanhol, membro da Ordem da Santíssima Trindade e seu confessor. A Misericórdia assumiu, imediatamente, a manutenção do Hospital Real de Todos os Santos e foi o inicio de uma das obras filantrópicas mais importantes que o mundo veio a conhecer.

Desde aquela época as Irmandades de Misericórdia, que se disseminaram por Portugal, Brasil, África, Índia, Japão, Arábia, Pérsia, Indochina, China e Indonésia, já exerciam uma ação social que deveria ser responsabilidade do Estado: o cuidado com a saúde dos necessitados.

Da expedição de Martim Afonso de Souza, que aportou ao Brasil em 1532, fazia parte o fidalgo Braz Cubas, neto de Nuno Rodrigues, fundador e mantenedor da Santa Casa de Misericórdia do Porto. Provavelmente por essa razão, resolveu construir no sopé do outeiro de Santa Catarina um hospital que foi inaugurado no dia de Todos os Santos, 1° de novembro de 1543. Chamou-o de Hospital de Todos os Santos. E, em 1551, conseguiu de D. João III, em Almeirim, o alvará real de privilégios.

Logo após essa inauguração, algumas outras Misericórdias foram criadas no Brasil: a da Bahia, de Tomé de Sousa; a do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, de José de Anchieta; a de Olinda, de João Pais Barreto e a de São Paulo. De lá para cá centenas de outras Santas Casas foram construídas no País, quase todas com a finalidade principal de atendimento à população de baixa renda.

Essas Misericórdias fazem parte intrínseca da História do Brasil. Foram os primeiros hospitais a cuidar de nosso povo. Trataram pobres e ricos com a mesma competência e bondade, características que lhes são inerentes. Atenderam a nobres e seus vassalos; a fazendeiros e seus escravos; a desbravadores e condenados e até hoje mantêm o mesmo espírito. Recebem patrões e operários, empregados e desempregados com o mesmo espírito humanitário, sem qualquer distinção.

Durante séculos, as Santas Casas desempenharam papel que cabe ao Estado, garantindo à população excelentes serviços de saúde gratuitos. A assistência que prestam tem caráter público, no exercício de um trabalho permanente, autêntico sacerdócio. Infelizmente, a Constituição de 1988, mesmo ao reconhecer que a saúde é direito de todos e dever do Estado, desconsiderou o trabalho das Santas Casas e demais entidades filantrópicas. Permitiu que elas participassem do sistema de saúde de forma complementar, relegando a plano secundário o trabalho público que essas entidades, mesmo privadas, vinham prestando secularmente ao País. E, desde então teve início a montagem do terrível e vergonhoso quadro de abandono da saúde pública, como se o Estado nada tivesse a ver com ela.

Este intróito foi apenas para lembrar o papel importante que as Santas Casas de Misericórdia vêm desenvolvendo no Brasil, há quase quinhentos anos. Em muitas cidades são o único lugar em que os pobres e excluídos encontram atendimento médico. A crise que assola a saúde pública no Brasil tem repercutido profundamente nessas instituições, algumas das quais viram-se obrigadas a fechar suas portas.

O Sistema Único de Saúde – SUS, introduzido no País na Constituição de 1988, foi tomado como exemplo em vários países do mundo. O tempo, entre-

tanto, está nos mostrando que tal sistema não pode funcionar enquanto o Governo insistir na atuais tabelas de pagamento. É inacreditável que o SUS pague por uma diária hospitalar R$ 3,50 e por uma consulta médica R$ 2,04, enquanto uma diária de presidiário custa R$ 24,00 e a de um menor internado na FEBEM, R$ 57,00.

Urgente, assim, torna-se a recuperação do SUS para atendimento à população que não tem condições de pagar planos de saúde. O reajuste nas tabelas de serviços do SUS é o primeiro passo para que se impeça o fechamento de instituições beneficentes que atuam na área de saúde. Em setembro passado, a justiça gaúcha concedeu a primeira liminar garantindo um aumento imediato da tabela do SUS de 9,56%, fato esse que ainda não foi consumado, porque só agora em novembro são efetuados os pagamentos referentes ao mês de agosto.

A situação dos hospitais filantrópicos deteriorou-se de tal forma que foi lançada no início deste ano a Operação Salva-Vidas, cujo *slogan* é "quem salva vidas está morrendo". O Brasil possui 2.600 hospitais beneficentes com 215 mil leitos, que respondem por 1,2 milhão de consultas médicas e ambulatoriais por mês, realizam 250 mil exames complementares e são responsáveis por 450 mil empregos diretos. Cinqüenta dessas instituições fecharam no último ano, devido a dívidas e muitas outras estão em vias de fazer o mesmo, caso não resolvam seus problemas financeiros.

Sensibilizado pela campanha das Santas Casas, o Ministro da Saúde, José Serra, lançou, no primeiro semestre deste ano, um programa que viria em auxílio desses nosocômios. Seria uma espécie de Proer das Santas Casas, uma operação de socorro financeiro, por meio de uma linha de financiamento. Foi criado então o Programa de Reestruturação Financeira e Modernização Gerencial dos hospitais filantrópicos vinculados ao SUS, que seria implantado pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Seriam R$ 300 milhões destinados a socorrer, ainda este ano, as Santas Casas e hospitais beneficentes que se encontravam mergulhados em dívidas. Dois terços do Programa têm origem no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e o resto vem de dividendos do BNDES, que deveriam ser repassados ao Tesouro Nacional. Os R$ 100 milhões iniciais previstos para liberação ainda não o foram, provavelmente em razão da burocracia que impera em nosso serviço público.

Esses empréstimos previam um ano de carência e até oito anos para o pagamento, com juros de 1% mais 50% da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. O primeiro contrato foi assinado em 21 de junho passado, com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que faria jus a R$ 32 milhões, até hoje não recebidos integralmente pela entidade. Entraves burocráticos não permitiram ainda que outros empréstimos, que estão sendo negociados desde o lançamento do Programa, fossem concluídos. Assim, o Hospital Santa Marcelina, em São Paulo, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e mais dez outros hospitais que pediram inclusão no programa não foram até hoje atendidos.

A situação agravou-se de tal forma que, no dia 21 de setembro passado, donos e empregados de hospitais, vestidos de branco, foram à Esplanada dos Ministérios para tentar a aprovação de duas emendas à Constituição que obriguem União, Estados e Municípios ao repasse de valores equivalentes, anualmente, para o custeio dos serviços de saúde.

Com o apoio do Ministro da Saúde, favorável à vinculação orçamentária para o setor saúde, o Deputado Ursino Queiroz, relator das Emendas apresentadas pelos Deputados Eduardo Jorge e Carlos Mosconi, uniu-as em uma só para apressar a tramitação e a votação. Se aprovada, essa Emenda trará um reforço de caixa considerável para o setor saúde. A elevação dos atuais gastos de R$ 170 para R$ 250 por habitante seria uma conseqüência dessa Emenda.

Recentemente, foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Emenda Constitucional que defendeu a vinculação constitucional do repasse para a saúde de 64% da arrecadação da Cofins e da fonte sobre lucro das empresas. A vinculação será gradativa, iniciando com 47% dessas receitas no ano 2000 até chegar a 64% em 2004. A contrapartida dos Estados e Municípios também varia de 12% a 15% de seus orçamentos, começando com 7%. Esperamos que essa Emenda continue sua tramitação com sucesso, pois se promulgada, será de grande valia para a saúde pública de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, 25 de Novembro é o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. A data foi instituída durante o 1º Encontro Latino-americano e do Caribe (ocorrido em Bogotá, 1981), e reverencia a memória das irmãs Mirabal, brutalmente assassinadas em 1960 por liderarem movimento de oposição ao regime do ditador Rafael Trujillo, que comandou ditadura de trinta e um anos na República Dominicana. Este é conhecido internacionalmente como o dia em que ocorreu o maior ato

de violência já cometido contra mulheres, conhecido como o assassinato das irmãs Mirabal.

Este ano as celebrações traz como tema central a difusão dos direitos da mulher – "Violência Contra a Mulher: Interesse de Toda a Sociedade" – cujo objetivo é "envolver a sociedade na busca de uma relação mais igualitária entre mulheres e homens, a partir da qual se possa erradicar todas as formas de violência".

A violência de gênero é um problema mundial. Atinge mulheres independente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social, afetando, sobretudo, o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e a auto-estima das mulheres.

Historicamente, à violência doméstica e sexual somam-se outras formas de violação dos direitos das mulheres, tais como: diferença de remuneração em relação aos homens; injusta distribuição de renda; tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde ou assédio sexual no local de trabalho. A invisibilidade dessas formas discriminatórias de tratamento dispensado à mulher, agravam os efeitos da violência física, sexual e psicológica.

O Dossiê "Violência Contra a Mulher", elaborado pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e a mim enviado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), demonstra um panorama mundial bastante preocupante. Exemplos: nos Estados Unidos, pesquisas indicam que 20% das mulheres sofrem pelo menos um tipo de agressão física praticada pelo parceiro durante toda sua vida. No Canadá, a violência de gênero atinge quase um quarto da população feminina. Em 1997, 4% das trabalhadoras na comunidade européia foram vítimas de violência física no trabalho e 8% sofreram algum tipo de intimidação. Em Israel, as cidadãs árabes são duplamente discriminadas, pois cerca de 50% das mulheres árabes casadas são espancadas por seus maridos, sendo que a sociedade justifica as ações como defesa da honra dos homens. Na América Latina e Caribe, de 25 a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica.

A preferência por filhos do sexo masculino afeta mulheres de muitos países, particularmente na Ásia. Na Índia, pratica-se a seleção do sexo do bebê, onde cerca de 95% dos abortos voluntários são de fetos do sexo feminino (Fonte: ONU, 1999).

As estatísticas de violência contra a mulher – considerado um "crime menor" pela sociedade – mostram que esse crime cresce a cada dia que passa. Destacamos, aqui, resumo do livro "Primavera já partiu – Retrato dos Homicídios Femininos no Brasil", da professora do Departamento de Sociologia da UnB, Lourdes Bandeira, lançado no ano passado, apontando escalada da violência em todo o país:

+ maioria das agressões acontecem dentro de casa e são cometidas, na maioria dos casos, pelo pai, padrasto ou parceiro.

+ a cada dia as mulheres estão mais conscientes dos seus direitos e denunciam mais os agressores. Mesmo assim, de cada quatro agressões, apenas uma é denunciada.

+ "Os agressores batem porque têm auto-estima baixa e porque se acham depositários do poder. Eles acreditam que é dever deles controlar a mulher. Esse suposto poder masculino está tão enraizado que até as mulheres acreditam nele. As mulheres não recorrem à justiça porque acham que 'a justiça é dos homens, que são eles que controlam tudo".

+ Sessenta por cento das denúncias de estupro são entre pessoas conhecidas.

+ "Não há no Brasil política preventiva para a violência contra a mulher".

"Apesar do índice de violência contra a mulher ser baixo, dentro de casa ela fica mais vulnerável". É senso comum o fato de que os homens morrem na rua e as mulheres em casa. O que permeia a violência doméstica, explica a socióloga Lourdes Bandeira, são as relações homem-mulher que, no geral, interpretam o corpo feminino como um "mercado de desejos masculinos". Assim, casos de estupro seguidos de assassinato, lesões corporais, incestos, não são vistos por muitos homens como práticas de violência. "Ao contrário, fazem parte do débito conjugal".

A violência contra a mulher, muitas vezes, é invisível. São agressões como ameaça de morte, opressão, cárcere privado (quando os familiares impedem a mulher de sair na rua), entre outros. E mais: o medo de expor a vida íntima, de apresentar explicitamente uma família infeliz para a sociedade, impede as mulheres de procurar ajuda nas delegacias e organizações capazes de protegê-las de futuras violências.

As conclusões de outro estudo, publicado pela revista VEJA, de 01/07/98, apontam na seguinte direção:

1 – Quanto mais tempo de casado, maior a chance de haver violência: o direito ao abuso parece consolidar-se.

2 – Quando a mulher tem trabalho remunerado, a violência física mais bruta diminui; porém, a violência psicológica permanece igual.

3 – O agressor costuma estar na idade máxima de produção, entre 25 e 40 anos e recorre à violência quando acha que não está conseguindo cumprir o mandato social de ser o provedor, a autoridade;

4 – A teoria do agressor descontrolado, sob stress intenso, não se sustenta: quanto mais ele brutaliza a mulher, mais diminui seu batimento cardíaco; ele focaliza com frieza a agressão.

5 – Quando o homem bate na própria mãe, a sociedade reprova. Mas quando essa mesma mãe apanha do marido, a sociedade é omissa.

6 – O Banco Mundial estima que um em cada cinco dias de falta ao trabalho feminino decorre da violência doméstica.

7 – Somando-se ao atendimento médico e queda de produtividade, a violência de gênero custa, no Canadá, 1,6 bilhão de dólares por ano. Nos Estados Unidos, entre 10 e 67 bilhões de dólares/ano. No Chile, custa 2% do PIB.

8 – 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica.

9 – Os homens que espancam suas mulheres também são violentos com as crianças da casa. Um terço dessas crianças tende a perpetuar a agressividade quando crescer.

10 – No Rio de Janeiro registram-se 5.098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou 170 por dia. Isso significa que a cada hora há sete mulheres em situação de violência, segundo o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, milhares de mulheres vivem o drama da violência física, psicológica ou sexual. Isto só vai acabar quando for rompida a barreira do medo, da vergonha e da crença na impunidade. As vítimas de violência devem buscar ajuda e denunciar seus agressores. Só assim cairão os números da triste estatística da violência contra a mulher. Se hoje existem leis que avançam no campo dos direitos humanos, outras ainda precisam ser alteradas com urgência. "A incompatibilidade entre a lei e a prática social, assim como os esforços insuficientes dos governos para fazer valer os acordos internacionais nesta questão, constituem-se em negação dos direitos humanos das mulheres".

Se o exercício da cidadania se dá no cotidiano, lutar pelo fim da violência contra a mulher requer um esforço diário, pois a justiça com equidade social só será alcançada se toda a sociedade se comprometer a erradicar a violência e promover a democracia não apenas no espaço público, mas também nas relações privadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, carrego comigo, desde os tempos de adolescente, quando começava a enxergar o mundo com olhos mais críticos e realistas, que em todas as áreas de atuação, seja no mundo empresarial, no esporte, na medicina, no jornalismo, na política ou em qualquer setor, existem os bons e os maus elementos. Acredito mais: existem casos excepcionais em que uma pessoa não se enquadra nem na definição de mau, nem de bom. São os muito bons.

É sobre uma pessoa assim, excepcional, que falo hoje nesta importante tribuna. Hélio Seixo de Britto, ex-Secretário de Educação de Goiás, ex-Deputado e ex-Prefeito de Goiânia que, ao completar 90 anos de idade, recebeu uma justíssima homenagem da sociedade goiana no início deste mês.

Numa missa em ação de graças, reuniram-se políticos de todas as vertentes e de todas as ideologias para homenageá-lo, o que mostra o respeito de que ele goza em seu Estado. De fato, Hélio Seixo de Britto foi o exemplo do homem e do político honrado. Que fez de sua atividade profissional, a medicina, um sacerdócio; e de sua trajetória política um apostolado de competência, dedicação e fidelidade ao povo de seu Estado.

Hélio de Britto nasceu na cidade de Goiás, antiga capital do Estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde estudou e formou-se em medicina em 1930 na Escola Nacional de Medicina, da Praia Vermelha.

Naquela época, consolidando-se como um ótimo profissional, recebeu inúmeros convites para permanecer no Rio. Preferiu, no entanto, voltar à sua terra natal, na época carente de profissionais de medicina. Hélio lembra que a cidade de Goiás, a capital, contava com apenas seis médicos. Sua opção foi patriótica. Voltou para contribuir com o povo de seu Estado.

Um dos fundadores da UDN (União Democrática Nacional), Hélio de Britto ingressou na política ao ocupar a Secretaria Estadual de Educação durante a gestão do Governador Jerônimo Coimbra Bueno. Posteriormente foi eleito Deputado Estadual, mas o auge de sua atuação pública se deu quando foi eleito prefeito de Goiânia.

Britto assumiu o mandato com a disposição de inovar, de dar identidade e independência à Prefeitura, até então fortemente vinculada ao Governo do Estado. Foi a partir de sua gestão que a Prefeitura da nova capital começou a caminhar com suas próprias pernas, implantando serviços essenciais à população e, com isso, melhorando o nível de vida das pessoas ali residentes.

Foi pelas mãos do Doutor Hélio que a capital ganhou os primeiros serviços de limpeza urbana, iluminação pública, asfalto e outras benfeitorias. Os bairros mais afastados, menos nobres, foram integrados à cidade e a sua população ganhou dignidade e amor pelo município. A paixão e o orgulho da comunidade por Goiânia, característica sentida hoje de forma mui-

to vigorosa, começou a ser despertada justamente durante a gestão de Hélio de Britto.

Na celebração de seus 90 anos, amontoaram-se na Matriz de Campinas, a mais tradicional igreja da cidade, políticos de todas as correntes e pessoas de todas as classes. A pluralidade dos presentes retrata muito bem o carinho e o apreço que Goiás tem por esse cidadão realmente ilustre, médico de sucesso e político que deixou saudades.

Como bem definiu o poeta goiano Gabriel Nascente, Hélio Seixo de Britto chega aos 90 anos "com a lucidez de um filósofo, com a saúde de um Aquiles". Acrescento à frase do poeta: Ele chega aos 90 anos também com o prestígio e o respeito de um líder.

Faço questão, senhor presidente, de deixar registrado nos Anais desta respeitada casa política a homenagem de Goiás e dos goianos a um homem que mostrou ser possível administrar o bem público com competência e eficiência, sintonizado com o povo, mas sobretudo com honestidade e honradez.

Também deixo as minhas homenagens pessoais e o meu reconhecimento à história e ao trabalho do Doutor Hélio Seixo de Britto, um goiano ilustre, exemplo digno para essa e para as futuras gerações.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pequenas, médias e microempresas são responsáveis, em nosso País, por pelo menos sessenta por cento dos empregos. Sua importância econômico-social, por conseguinte, é mais do que evidente.

Aliás, essa situação não é apenas brasileira, mas comum a toda a América Latina. Tanto isso é verdade que o próprio Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique V. Iglesias, em artigo que publicou no *O Globo*, edição do último dia 11 de novembro, ressaltou que, no contexto latino-americano, perto de oitenta por cento dos negócios são considerados microempresas, constituindo mais de um milhão de unidades, que empregam dois e meio milhões de trabalhadores.

É essencial, por conseguinte, que as microempresas nacionais, assim como as pequenas e médias empresas, mereçam tratamento especial que as estimule a ampliar suas atividades.

Por isso, todos ficamos entusiasmados com a meta perseguida pelo Programa Brasil Empreendedor, lançado pelo Governo Federal, que previa 1,15 milhão de operações, implicando em recursos da ordem de oito bilhões de reais, em um ano, para capacitação e financiamento das empresas em questão.

No entanto, a expectativa, agora, é a de que apenas quinhentas mil operações sejam efetivadas por intermédio do Sebrae, em todo o Brasil.

É que, além das várias etapas que deve vencer qualquer candidato ao financiamento e capacitação – que, aliás, são necessárias, como curso de capacitação e aprovação em questionário destinado a medir a capacidade empreendedora – as exigências do Refis (Programa de Recuperação Fiscal) estão afugentando interessados.

Tais exigência implicam na necessidade de abertura das contas da empresa para a Receita Federal e a tributação por lucro presumido.

Ora, temos para nós que, sem abdicar dessas exigências, os responsáveis pelo Programa Brasil Empreendedor devem procurar, através de campanha pública, conscientizar os interessados na necessidade de cumprimento desses requisitos, parcelando, em prestações mensais, as importâncias correspondentes ao lucro presumido.

Com a adoção de medidas como as sugeridas, e outras adicionais que venham a ser implementadas, haverá de crescer o número de operações efetuadas pelo aludido Programa, o que redundará em benefício da economia do País e do aumento do nível de emprego, questão de caráter social fundamental no atual momento brasileiro.

É a sugestão que fazemos e que, temos convicção, haverá de encontrar eco por parte das autoridades que operacionalizam o Programa Brasil Empreendedor.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a transparência dos atos da Administração Pública, relativa aos Três Poderes constituídos, é, sem dúvida, uma condição básica para o pleno funcionamento do regime democrático. A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta, é uma das atribuições do Congresso Nacional, tal como define a Constituição, no seu art. 49, inciso X. O Poder Legislativo, por sua vez, está submetido a um controle inerente à sua própria natureza, que consiste no voto popular, crivo pelo qual passam todos os parlamentares que pretendem renovar seus mandatos. Além disso, as atividades dos órgãos legisladores e de seus membros são foco constante das atenções da imprensa, a qual pode até abusar de seu direito de crítica, ao ser irresponsável na obrigação de bem fundamentá-la, mas desempenha, sem dúvida, um importante papel para o aperfeiçoamento de nossas instituições políticas.

Já as atividades do Poder Judiciário, sobretudo por não apresentarem a mesma visibilidade na cena política do País, não costumam ser acompanhadas

pela opinião pública de um modo sistemático. A fiscalização externa a que é submetido o Poder Judiciário, realizada pelo Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal de Contas da União, tem-se mostrado, o que é compreensível, de escopo limitado como meio de avaliar o perfeito funcionamento dos seus órgãos, considerando as suas relevantes atribuições para com a sociedade. A transparência dos atos da Administração Pública é importante, enfim, tanto para identificarmos seus problemas e desvios como para valorizarmos e estimularmos as iniciativas e ações que apresentam resultados positivos.

Por todas essas razões, Senhor Presidente e Nobres Senadores, saudamos a iniciativa do Supremo Tribunal Federal – STF de disponibilizar ao público o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário. Tais dados oferecem uma ampla radiografia das atividades do Poder Judiciário, abrangendo aquelas desenvolvidas pela Justiça Comum, Justiça Federal do Trabalho, Justiça Militar e Justiça Eleitoral, bem como a dos Tribunais Superiores, mostrando as respectivas evoluções históricas.

Os dados que apresentam a série histórica referem-se ao movimento processual nos diversos órgãos do Judiciário, discriminando-se o número de processos distribuídos e julgados. Também é discriminada, para os anos mais recentes, a classe processual. Nos casos pertinentes, como o da Justiça Comum de 1º grau, o movimento processual é especificado por Unidade da Federação.

Temos, além disso, dados relativos aos cargos previstos de juízes bem como aos efetivamente providos por juízes e juízas. Tais dados permitem estabelecer comparações, como a da relação entre número de habitantes e cargos providos de juiz para cada Estado. Assim, a melhor proporção, na Justiça Comum de 1º grau, é aquela encontrada no estado do Amapá, com menos de 9.000 habitantes para cada cargo provido de juiz, seguido do Distrito Federal, com 12.500 habitantes. O Estado do Pará é o que apresenta a relação mais desfavorável, com 42 mil habitantes por juiz efetivo. Por curiosidade, e como que para contrabalançar, o Pará é também o Estado com a maior proporção de juízas, equivalente a 58% dos cargos efetivos; vem em seguida Sergipe, também com maior número de magistrados do sexo feminino. O Estado com menor percentual de juízas é o do Mato Grosso do Sul, onde elas somam apenas 9,28% do total.

É evidente que tais estatísticas não constituem mera curiosidade. Parabenizemos, antes, os responsáveis pela elaboração do Banco de Dados por terem levantado um aspecto aparentemente secundário, como o do gênero dos magistrados, mas que revela sensibilidade para com um aspecto realmente importante da democratização de nossas instituições e da sociedade em geral, qual seja, o do acesso igualitário de ambos os sexos aos cargos públicos mais altos.

Ainda mais relevante, de qualquer modo, para que se possam avaliar as condições adequadas ao bom funcionamento do sistema judiciário é a relação entre número de habitantes e cargos providos de juiz. Constatamos que há grandes disparidades nessas proporções, relativas às várias Unidades da Federação. Ainda assim, elas devem ser consideradas juntamente com a relação entre número de processos e de juízes que os julgam – ou entre o total de habitantes de cada jurisdição e o total de processos a que nela se deu entrada em determinado ano. Tal como se encontram organizados, os dados permitem fazer imediatamente algumas comparações – enquanto que outras comparações devem ser obtidas indiretamente, com base em novos cálculos.

De qualquer modo, consideramos que o conjunto de dados disponibilizados pelo STF seria mais compreensível e mais útil para o público se fosse acompanhado por um certo número de comparações, elucidações e comentários. Teríamos, assim, maior facilidade em identificar onde se situam alguns dos problemas de funcionamento do sistema judiciário.

Resta evidente, desde já, que o número de processos tem crescido em um ritmo acelerado, nos vários órgãos do Poder Judiciário. No Supremo Tribunal, por exemplo, o número de processos que deram entrada cresceu de 18.564 em 1990 para 52.636 em 1998. Na Justiça Comum de 1º Grau, o número de processos entrados em 1990 foi da ordem de 3,61 milhões, alcançando os 7,46 milhões – mais do que dobrando, portanto – em 1998. Ainda que estes dados, referentes ao movimento processual da Justiça Comum de 1º Grau, estejam incompletos, pois alguns estados não enviaram a totalidade dos seus, podemos fazer certas comparações, relevantes para aferir a eficiência do sistema: em 1997, entraram 6.964 mil processos, enquanto 5.472 mil foram julgados, ou seja, um número equivalente a 78,6% dos processos entrados obtiveram julgamento. Em 1998, entretanto, apenas 4.938 mil processos foram julgados, enquanto deu-se entrada a 7.467 mil processos; a proporção entre julgados e entrados caiu, assim, para 66,1%. Essa queda na produtividade tem, certamente, algum tipo de explicação, mas nós, que simplesmente consultamos as tabelas do Banco de Dados, dela nada podemos saber.

Para melhor aferirmos o aumento do volume de trabalho nos órgãos do Poder Judiciário, deveríamos

dispor também da correspondente evolução do número de juízes. Artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 28 de julho deste ano, de autoria do Desembargador Luiz Fernando Carvalho e do Juiz Luís Felipe Salomão, Presidente e Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, informa que "em 1988, ano da promulgação da Constituição, foram ajuizadas 350 mil novas ações judiciais em todos os segmentos do Judiciário brasileiro, número catapultado, em 1997, para cerca de 8,5 milhões, das quais foram julgadas aproximadamente 80%. Nesses nove anos, enquanto o número de processos novos multiplicou-se por 25, o de juízes em atividade pouco mais do que dobrou".

Não há dúvidas de que a redemocratização do País, definitivamente consolidada com a promulgação da nova Carta Constitucional, ampliou, em muito, as possibilidades dos cidadãos, individualmente ou associados, lutarem pela obtenção de seus direitos junto à Justiça. Penso, no que atina à questão do aumento do número de ações judiciais, que há dois importantes aspectos a serem considerados. O primeiro é que o acesso dos cidadãos comuns, principalmente os de baixa renda, à Justiça deve ser incentivado e ampliado em nosso País. Nesse sentido, algumas experiências importantes vêm sendo conduzidas, com destaque para os Juizados Especiais, ditos de Pequenas Causas, previstos no art. 98, inc. I, da Constituição, os quais têm servido efetivamente para aproximar a justiça do povo. De acordo com o Banco Nacional de Dados, tínhamos 2.420 Juizados Especiais Cíveis e Criminais funcionando em 1998, tendo sido neles ajuizadas, no mesmo ano, 2 milhões de demandas e solucionadas 1 milhão e 600 mil delas. Na opinião do Presidente do STF, Ministro Carlos Velloso, expressa em entrevista disponível no "site" do Supremo na Internet, os legisladores devem estar atentos para que estes processos simplificados não se deixem contaminar de formalismo excessivo, impedindo, assim, que os mesmos tenham a solução rápida tão importante para garantir o direito à prestação jurisdicional.

O outro aspecto que devemos ressaltar, Senhor Presidente, refere-se justamente ao excesso de formalismo contido nas normas dos processos judiciais comuns, que permitem um sem número de recursos e adiamentos. A reformulação das normas processuais, resultando em um enxugamento de procedimentos desnecessários e procrastinadores, teria grande impacto sobre a eficiência do sistema judiciário. Medidas como as que vêm sendo discutidas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da Reforma do Judiciário possibilitariam, desde já, a eliminação de grande número de processos que entulham nossos tribunais, sem trazer resultados concretos. O relatório da Deputada Zulaiê Cobra propõe, nesse sentido, a adoção da súmula impeditiva de recurso, assim como o efeito vinculante para as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade e, ainda, a argüição de relevância nos recursos extraordinários e especiais.

Não é este o momento adequado para discutirmos mais a fundo o mérito dessas proposições, nem tampouco o de outras também aventadas no âmbito da reforma do Judiciário. O que é indubitavelmente necessário é que se tomem medidas para reduzir drasticamente o número de processos que permanecem nas várias instâncias e órgãos do Poder Judiciário, sem resultados relevantes ou concretos. Tais medidas não devem desestimular, entretanto, a ampliação do acesso dos cidadãos comuns à justiça – pelo contrário, uma maior eficiência e a agilização do andamento dos processos vai garantir com que o direito à justiça seja mais efetivo para todos os cidadãos.

Lembro ainda outra das medidas discutidas e propostas no âmbito da citada Comissão Especial de Reforma do Judiciário, a qual consiste na criação do Conselho Nacional de Magistratura, a funcionar como instrumento de controle da atuação dos membros do Judiciário. Entendo, Senhoras e Senhores Senadores, que toda essa série de ações e discussões voltadas para questionar e aperfeiçoar o Poder Judiciário reveste-se de imensa importância para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito, devendo resultar em significativos benefícios para nosso povo. O Poder Legislativo, o próprio Poder Judiciário e a sociedade civil como um todo devem assumir o papel de conhecer e avaliar permanentemente o desempenho das relevantes funções de responsabilidade dos órgãos judiciários. O órgão máximo do Poder Judiciário, sob a Presidência do Ministro Carlos Velloso, mostra, com a iniciativa que aqui saudamos, que tem todo o interesse em aumentar a transparência do sistema judiciário, estimulando o diálogo com a sociedade e demais instituições do Estado. Não há dúvida de que tal disposição resultará, certamente, no aperfeiçoamento e no engradecimento do Poder Judiciário, capacitando-o a cumprir, de modo ainda mais eficaz, seu importantíssimo papel no regime democrático.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando as Srªs e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se no próximo dia 30, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Dia 30.11.99, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999 José Agripino	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do § 2º do art. 47, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Parecer nº 836/99-CDIR, Relator: Senador Nabor Júnior, apresentando a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto.	Discussão, em turno suplementar. Em regime de urgência - art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 734, de 1999.
2 Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (Substitutivo da Câmara) (nº 472-B/97, naquela Casa) Esperidião Amin e outros	Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias). Parecer nº 955/99-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a Redação, para o segundo turno, na forma do Substitutivo aprovado em primeiro turno.	Segundo dia de discussão, em segundo turno.
3 Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1999 Lúcio Alcântara e outros	Assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. Parecer nº 817/99-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com abstenção do Senador Lúcio Alcântara.	Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno. (Votação nominal)
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1998 (nº 591/97, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Galáxia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 420/99-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenções dos Senadores Pedro Simon, Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.	Discussão, em turno único.
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 1998 (nº 596/97, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 421/99-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com voto contrário do Senador Pedro Simon e abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.	Discussão, em turno único.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 1998 (nº 608/97, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Trabalhista Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 423/99-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenções dos Senadores Pedro Simon, Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.	Discussão, em turno único.
7 Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 1998 (nº 614/98, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Meridional Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 424/99-CE, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, favorável, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Sebastião Rocha.	Discussão, em turno único.
8 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1999-Complemenar Luiz Estevão	Altera a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal. Parecer nº 954/99-CDir, Relator: Senador Nabor Júnior, oferecendo a redação do vencido.	Discussão, em turno suplementar.
9 Requerimento nº 692, de 1999 Tião Viana	Solicita, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 63 e 99, de 1996.	Votação, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 46 minutos.)

(OS 20200/99)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

25-11-1999
Quinta-Feira

11h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.843-10,** adotada em 18 de novembro de 1999 e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que "Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno,relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências:

CONGRESSISTA	EMENDAS Nºs
Deputado PEDRO WILSON	004, 005.

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.843-10. DE 189 DE NOVEMBRO DE 1999

MP 1.843-10

EMENDA ADITIVA

000004

Adicione-se ao art. 1º o parágrafo único, cuja redação segue abaixo:

"Art. 1º .....

§ único. A União se obriga, com relação à aquisição ou pagamento das obrigações financeiras externas, referidas no *caput*, a cobrir o principal e o montante de juros que seja calculado com base na taxa média de juros vigente no mercado internacional, devendo a diferença ser de responsabilidade da pessoa jurídica de direito público interno responsável pela operação financeira.

JUSTIFICATIVA

Não cabe à União se responsabilizar por operações que tenham sido efetuadas fora dos padrões vigentes do mercado de crédito internacional,

representadas por obrigações com juros muito acima da média. Para resguardar a normalidade das operações e garantir a co-responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público interno envolvidas, propõe-se a presente emenda, separando-se a parcela dos juros a ser coberta pela União e o excedente a ser renegociado pela União com os antigos responsáveis.

Sala das Sessões. 24/11/99

DEP PEDRO WILSON
PT/GO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.843-10, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

EMENDA MODIFICATIVA **MP 1.843-10**

000005

Dê-se ao art. 2º a seguinte redaçã

"Art. 2º A aplicação do disposto no artigo anterior fica condicionada à aprovação do Congresso Nacional, ouvido o Ministro de Estado da Fazenda".

JUSTIFICATIVA

A autorização para a garantia, pela União, das obrigações financeiras das pessoas jurídicas de direito público interno deve ser dada pelo Congresso Nacional, em caráter de urgência, para que se resguarde os princípios de representatividade, impessoalidade e transparência.

Sala das Sessões, 24/11/99

DEP. PEDRO WILSON
PT/GO

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.862-73**, ADOTADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 19 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE OS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL, CONSOLIDANDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR SOBRE A MATÉRIA":

CONGRESSISTA	EMENDAS N.ºS
Deputado PEDRO WILSON.....	005 006.

SACM
EMENDAS CONVALIDADAS: 004
EMENDAS ADICIONADAS: 002
TOTAL DE EMENDAS: 006

MP 1.862-73
000005

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.862-73

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § único do artigo 3º.

JUSTIFICATIVA

O resgate antecipado de títulos federais a critério do Ministro da Fazenda acaba tornando o processo de colocação dos papéis no mercado um ato político que mina a seriedade das operações e a confiança dos investidores, bem como compromete a condução do controle da dívida pública, afetando sobremaneira a administração da política econômica. Por estas razões somos contra a manutenção do dispositivo na nova edição da MP nº 1.763..

Brasília, 23 novembro de 1999

Deputado

DEP. PEDRO WILSON
PT/GO

MP 1.862-73

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.862-73 **000006**

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 4º.

JUSTIFICATIVA

A não cobrança de imposto de renda sobre os juros das NTNs trocadas pelos Bônuses da Dívida Externa Brasileira significa, na prática, a troca de dívida externa pela dívida interna com prejuízos para o controle dessa última dívida, bem como do Orçamento da União, além de favorecimento adicional aos investidores estrangeiros, e mesmo brasileiros, que adquiriram títulos da dívida externa. Não há motivos econômicos que justifiquem tais medidas, razão pela qual somos contrários ao dispositivo.

Brasília, 23 novembro de 1999

Deputado

DEP. PEDRO WILSON PT/GO

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.864-08**, adotada em 18 de novembro de 1999 e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que "Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências:

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputada MARINHA RAUPP	004.

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 001

MP 1.864-8
000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
24/11/1999	MEDIDA PROVISÓRIA 1864-08

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Deputada MARINHA RAUPP	

TIPO
1 ( ) - SUPRESSIVA 2 ( ) - SUBSTITUTIVA 3 ( ) - MODIFICATIVA 4 (x) - ADITIVA 9 ( ) - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
1/1	1º			

TEXTO

Acrescente-se o § 1º e o § 2º ao Art. 1º da MP 1864-08, renumerando-se o atual parágrafo único, que passa a vigir como § 3º . O texto passa a ser o seguinte:

"Art. 1º .....

§ 1º Os recursos para os estados serão distribuídos em função da sua população, ou seja, de modo *per capita.*

§ 2º O Programa será inicialmente aplicado a todas as *Cidades Brasileiras com Centralidades Mais Expressivas*, identificadas em trabalho do IBGE, mais as cidades de Cruzeiro do Sul, Acre e Santana, no Amapá.

§ 3º ....."

JUSTIFICAÇÃO

A metodologia aqui proposta é justa, transparente e clara, não ensejando dúvidas com relação à sua implementação. O que não se pode admitir são critérios abstratos e intangíveis, como aqueles que levaram à uma distribuição bastante discutível efetivada pela Circular 175, de 23.07.99, da Caixa Economica Federal, em que estados como Pernambuco e Bahia, por exemplo, receberam 02(duas) e 03(tres) vezes mais, respectivamente, que toda a Região Norte do Brasil.

Com relação à sua aplicação no importante trabalho elaborado pelo IBGE, procura-se aqui efetivar uma descentralização dos recursos, investindo-se no interior dos estados mas com critérios, ou seja, nas suas grandes cidades, além de desafogar as capitais.As cidades de Cruzeiro do Sul e Santana não constam daquele trabalho, mas são as segundas maiores cidades em seus estados, e com grande influência estadual.

ASSINATURA

Raupp

COMISSÃO MISTA ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 37, de 1999-CN "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

10ª reunião realizada em 23-9-1999

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Marina Silva, Pedro Simon, Marluce Pinto, Agnelo Alves, Maria do Carmo Alves, Geraldo Althoff, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Roberto Brant, Euler de Morais, Rita Camata, José Chaves, Laura Carneiro, Feu Rosa, Maria Abadia, Xico Graziano, Félix Mendonça, Alceu Collares, Luíza Erunidina, Nelson Marchezan e Coriolano Sales membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Presente também, a Senhora Senadora Heloísa Helena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. Não existe expediente a ser lido. A seguir, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos apresentados, sendo todos aprovados pelos membros da Comissão: Requerimento nº 21/99, de autoria do Deputado Roberto Brant, requer, nos termos regimentais, sejam convidados a participarem dos debates da Comissão a Professora Wanda Engel, Secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e um representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; Requerimento nº 22/99, de autoria do Deputado Feu Rosa, solicita convidar os técnicos do IPEA/RJ, Ricardo Paes de Barros, Miguel Fogel, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, para proferirem exposição sobre o estudo em que alegam ser possível erradicar toda a pobreza existente no Brasil. Após, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições dos Professores Rodolfo Hoffmann e Paul Singer, Pesquisadores da UNICAMP e USP, respectivamente, sobre Desigualdade Social e Pobreza, convidando-os a tomarem assentos à mesa de trabalhos e concedendo a palavra inicialmente ao Prof.º Rodolfo Hoffmann e, a seguir, ao Prof.º Paul Singer. Após, a Presidência concede a palavra ao Relator para suas considerações iniciais e, a seguir, aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Alceu Collares, Nelson Marchezan, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Félix Mendonça, Coriolano Sales, Djalma Bessa e Agnelo Alves. A seguir, a Presidência concede a palavra aos expositores para responderem as perguntas que lhes foram feitas. Após, a Presidência concede a palavra aos expositores para suas considerações finais e agradece as presenças dos Professores Rodolfo Hoffmann e Paul Singer pela contribuição dada a esta Comissão. A Presidência comunica aos presentes a agenda da próxima reunião. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

(Não tem início da gravação)

...submeti à Mesa um requerimento que eu pediria que fosse submetido à apreciação do Plenário pedindo que seja convocada para comparecer a esta Comissão, em audiência pública, a professora Vanda Engel, titular da Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência, ex-Secretária de Ação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro e responsável por todos os programas de combate à pobreza mais focados que existem no Brasil.

Tive uma longa entrevista com ela e concluí que o conhecimento e a experiência que ela vem acumulando será útil a todos os membros desta Comissão. Eu próprio já desfrutei dessa longa conversação com ela, mas penso que seria extremamente interessante que S. Sª aqui venha, uma vez que gerencia um programa, unanimemente considerado muito eficaz, de erradicação do trabalho infantil na Zona Canavieira do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Sr. Relator está formalizando o requerimento por escrito. Realmente, penso ser interessante, até porque o Relator entende que é importante o pronunciamento da professora Vanda Engel.

Portanto, submeto o requerimento à apreciação do Plenário.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Já se encontram à mesa os ilustres convidados, prof. Rodolfo Hoffmann e o prof. Paul Singer, pesquisadores da Unicamp e da USP, respectivamente.

Devo dizer que é com muita honra que recebemos V. Sªs.

Em primeiro lugar, fará sua palestra o prof. Rodolfo Hoffmann e, em seguida, o prof. Paul Singer.

Assim, tem a palavra o prof. Rodolfo Hoffmann, da Unicamp.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Boa tarde a todos. A minha idéia é fazer, a título de provocação inicial, uma descrição de alguns dados sobre a distribuição de renda no Brasil com dois enfoques: a distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas, ou seja, a renda que a pessoa recebe no mercado de trabalho, e o outro seria a distribuição de todas as pessoas ordenadas de acordo com a sua renda familiar **per capita**. A base de dados que vou utilizar é fornecida pela IBGE (PNAD, de 1997).

O comentário que gosto de fazer é que o Brasil é relativamente rico em dados estatísticos se comparado com outros países graças ao IBGE, que tem feito um bom trabalho em termos de coleta de informações a respeito de distribuição de renda.

A palavra distribuição tem sentidos um pouco diferentes em Economia. E, como faço análise estatística dos dados, em Estatística ela tem um sentido um pouco diferente. O economista, quando pensa em distribuição, está pensando na produção da riqueza nacional, e, como essa riqueza é repartida entre os membros da sociedade, basicamente, em uma primeira instância, essa riqueza é distribuída entre os que participam da produção. Contudo, no sentido mais puramente estatístico, usamos a palavra distribuição apenas para indicar como a variável flutua, como se distribuem os diferentes valores de uma variável.

Quando estou falando de distribuição de renda, freqüentemente vejo que os dois sentidos se confundem realmente. Em Estatística, por exemplo, eu poderia falar da distribuição das pessoas de acordo com a sua altura, mas não haveria qualquer total que estivesse sendo distribuído entre pessoas. Não é possível imaginar que há um total de altura que está sendo distribuído entre as pessoas, mas a renda, sim, um fenômeno econômico, que mostra como funciona a economia.

Para fazer essa descrição dos dados, vou querer apresentar umas projeções para facilitar.

Esses dados são referentes a pessoas economicamente ativas, de acordo com a ?. de 1997. Graças ao fato de termos uma inflação relativamente baixa, comparado com o passado recente, os números, apesar de se referirem a 97, continuam com um significado, vamos dizer assim. A gente pode pensar em reais mesmo. Apesar de, lógico, ter uma certa inflação, os valores com referência a 97 seriam, hoje, um pouco mais altos.

Trata-se aqui da distribuição das pessoas economicamente ativas conforme a sua renda. Estou falando, no caso do Brasil, de 75 milhões de pessoas economicamente ativas. Existem algumas pessoas não precisam declarar renda, então, tenho que minimizar aqui para 74 milhões de pessoas economicamente ativas, as quais há a amostra (inaudível).

Nada menos do que 18% dessas pessoas economicamente ativas declaram renda. São os casos típicos daqueles trabalhadores (inaudível) agricultura, que é uma pessoa economicamente ativa, mas não está ganhando nada monetariamente. (inaudível) está vivendo com o chefe da família, e este declara renda.

Nesse caso, optei por excluir essas pessoas ...

(Apresentação de projeção – Inaudível)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Não, é o rendimento global. É o rendimento mensal e total declarado pela pessoa. Acontece que, na Pradi, o seu conceito não é o salário, mas o rendimento da pessoa. Existe o rendimento que a pessoa considera como trabalho principal. Por exemplo, ser empresário, é com o IBGE, pois considera como trabalho a atividade principal da pessoa. Isso equivale a mais de 80% do total. Uma característica da Pradi é que ela capta mal as outras rendas. Como é uma pesquisa orientada para o mercado de trabalho, ela capta, principalmente, o rendimento da atividade. Essa atividade poderá ser qualquer coisa. E esse rendimento da atividade principal corresponde a mais de 80% não sei bem ao certo. O rendimento de todos os trabalhos corresponde a mais de 90% o rendimento global.

(inaudível)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Não. Essa conta eu já fiz, com todas as correções possível e dá uns 60%. Não dão 50%; mas, enfim. Eu estou reconhecendo que não cobre e, nesse sentido, que todas as rendas, essas faixas deveriam ter um acréscimo de uns 60% para chegarmos aos 100%... É, não chega a dobrar... Mas, enfim, 70% ou 80% a mais. Pelos dados, os 10% mais ricos seriam aqueles que ganham mais de 1.200. . Pois, bem, fazendo essa correção que, de fato, os 10% mais ricos incluem aqueles

que ganham mais de 2.000 . Mas, não é só quem ganha 50 mil por mês. Isso, não. Minha experiência é a de encontrar muita gente que ganha 3 ou 4 mil que considera que, taxar os ricos, é falar em algum outro mais rico, pois, com aquele valor, o sujeito não está trocando o carro todo o ano. Assim, ele considera que é pobre e que não é ele que será taxado Ele espera até receber.

(inaudível. fora do microfone)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Estão entre os 10% mais ricos, sem dúvida nenhuma. Aliás, estão entre os 5% mais ricos.

(inaudível)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Automaticamente, com uma renda mensal de 4.500,00 e que estará entre os 5% mais ricos.

(inaudível)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Pelos dados... Exato. É uma idéia que tem que ser... Pelos dados, acima de 4.500, você estaria entre os 1% mais ricos. Mas, reconhecendo que esses dados têm imperfeições sérias...

(inaudível)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Não. Aí, se você acreditar que os dados do IBGE estão exatamente corretos. O que não acredito. Eu sei que a comparação que foi feita... É só comparar com o PIB... Está subdeclarado, essas rendas estão subdeclaradas. Mas, digamos, nesses casos mais altos, eu dobraria. Provavelmente, quem ganha mais de 9 mil, por mês, está entre os 1% mais ricos. É uma certa faixa... Se é 9 mil ou 10 mil.

(inaudível)

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Cinco por cento, pelos dados, 2 mil. Percentual de 95. Fazendo a correção.

O SR. – Não estranhe. O Senador Pedro Simon está incluído entre os ricos e está surpreso.

O SR. – Em seminário recente, em que fiz a palestra, ouvi uma queixa, ou melhor, espanto de algumas pessoas que me ouviram, dizendo-me que eu lhes informei que eram ricos. É isso mesmo. É essa a minha intenção. Esse mesmo quadro tem algumas outras comparações... Primeiro, algumas medidas de desigualdade. O famoso índice de Gini , que dá 0,584 no Brasil. Fala-se muito que é o país que tem mais desigualdade em todo o mundo, o que não é, a rigor, a verdade, porque, mesmo no ano em que o índice de Gini no Brasil foi, nos relatórios do Banco Mundial, o que tinha mais desigualdade, a gente tem que levar em consideração o fato de que muitos países não têm informações sobre distribuição de renda. Então, costumo corrigir e dizer: "Olha, mesmo no ano em que, no relatório do Banco Mundial, o Brasil apareceu com a maior desigualdade, a gente tem que dizer que é o país com maior desigualdade entre os que o Banco Mundial considerou que havia informações confiáveis sobre distribuição de renda". Porque há uma porção de países em que aparece um tracinho nessa hora.

Mas isso também acredito que não seja muito consolo, não. Creio que não haja dúvida alguma de que o Brasil esteja entre os países do mundo com uma desigualdade extraordinariamente elevada. Se agora é o campeão, exatamente ou não, isso já é irrelevante.

Há aí a porcentagem da renda, dos 10% mais ricos, que chega perto de 50%. Os 5% mais ricos ficam, aproximadamente – eu costumo guardar esse valor –, com mais ou menos 1/3 da renda total, de acordo com o declarado. Efetivamente, como acredito que as rendas mais altas estejam mais subdeclaradas, creio que essas porcentagens novamente são superiores a isso. Os 5% mais ricos devem ficar com mais de 1/3 da renda.

Os mesmos dados são apresentados para homens e para mulheres. Aí creio que também seja uma coisa bem sabida, que, se você fizer a distribuição separada para homens e mulheres, no mesmo percentil, quer dizer, se a mediana do rendimento é R$273 no geral, para homens é de R$300 reais, e, para mulheres, é de R$220. Em todos os pontos da distribuição, as mulheres sempre têm um rendimento que é mais baixo.

A desigualdade, se você olhar só entre mulheres – não sei se isso faz qualquer sentido econômico, é só um exercício estatístico –, é até menor do que a desigualdade entre homens, que é, em termos de índice de Gini, igual à desigualdade total.

Existe, às vezes, um vício de linguagem que é dizer que uma distribuição de renda com desigualdade menor é uma distribuição melhor. Eu tomaria cuidado com isso. Penso que não haveria dúvida alguma de que, por exemplo, se uma pessoa tem opção de participar da distribuição de renda entre mulheres ou entre homens, prefere a distribuição entre homens, porque, no mesmo percentil, ela estaria sempre ganhando mais, embora a desigualdade seja um pouco menor.

Aquele estatístico inglês que fez um estudo sobre distribuição de renda na Inglaterra, sobre quem eu comentei até que já tinha chamado a atenção para o fato de que as pessoas dificilmente reconhecem a sua posição relativa na distribuição de renda como ri-

cos, fez uma descrição da distribuição de renda na Inglaterra, que ficou conhecida na literatura inglesa como "A parada de Pen". E, aproveitando a descrição que ele fez, eu poderia fazer uma descrição disso no Brasil, fazer a parada de Pen no Brasil.

A parada de Pen é o seguinte: ele imagina que as pessoas fiquem, num passe de mágica, com altura proporcional à sua renda. De maneira que a pessoa que tenha renda média fique com altura média, com altura normal. Então, em termos – recuperando aqui – de Brasil, a pessoa que tivesse um rendimento de R$545, um rendimento médio, ficaria com a altura média.

Agora, imaginem uma grande amostra da população economicamente ativa do Brasil, onde essas pessoas fossem ordenadas do mais pobre para o mais rico, e elas fossem passar aqui numa parada, como a parada de Pen; mas essas pessoas teriam, por um passe de mágica, ficado com a altura proporcional à sua renda, sendo que a pessoa com renda média ficaria com a altura média. Ora, vamos imaginar que essa parada vá durar cem minutos. Durante os dez primeiros minutos, estariam passando pessoas cuja altura é, em relação à média, 95 para 545, é menos de um quinto. Então seriam pessoas que teriam menos de 20 centímetros de altura. Até os vinte minutos seguintes, estariam passando pessoas ainda... Enfim, indo para os cinqüenta minutos, a mediana que é 273 ainda é metade da altura média. Depois de ter passado metade da parada, ainda estariam passando pessoas com 80 centímetros. Só depois de ter passado três quartos da parada chegaríamos num percentil de 75, quando chegaria uma pessoa com altura próxima da média, aquele 550 que é o terceiro quartil — os pontos que dividem a distribuição em quatro partes iguais, 75% ou terceiro quartil. Terceiro quartil é parecido com a média. Só depois de ter passado 75 minutos, três quartos da parada, é que passaria uma pessoa da altura média.

Por causa disso que se chamou esse tipo de parada de parada de anões e alguns gigantes. Depois a altura começa a crescer rapidamente. Quando chegasse lá no limite dos 10% mais ricos, eu estaria com aquele 1.200, que já é mais que duas vezes, já é um gigante, com duas vezes a altura média. De acordo com os dados da Prate, a parada seria encerrada por uma pessoa que teria a altura duzentas vezes a média, um sujeito com altura de arranha-céu. Nos últimos segundos, a altura cresce rapidamente.

A forma dessa parada, vamos dizer assim, representada numa curva estatística isso aqui. Nesse gráfico tenho o seguinte dilema: se eu fizer a escala para aparecer aquele último cuja altura é duzentas vezes a média, essa parte inicial do gráfico fica encostada no eixo, fica sem escala. E se eu fizer, como fiz agora, a curva não está chegando aqui no fim, ela sobe e vai chegar a um ponto que é cem vezes a altura desse gráfico. Esse gráfico iria furar o teto e subir umas cem vezes e incluir a pessoa mais rica de todos.

A distribuição de renda caracteristicamente tem esse tipo de forma, que no caso da parada é caracterizada pelo fato de que durante a maior parte do tempo você teria uma parada de anões e apenas alguns gigantes no fim.

Aquele quadro inicial tinha os dados sobre homens e mulheres, as paradas estão aí. O gráfico não dá uma curva, dá uma escadinha, porque as pessoas tendem a declarar números redondos. Dificilmente, quando questionada, uma pessoa fala que ganha R$1.227,00, fala R$ 1.200,00, ou R$ 1.000,00 logo de uma vez. Então tem uma porção de gente que diz que ganha R$ 1.000,00. Tem um patamar grande aqui que é o salário mínimo de R$ 120,00, em 1997. Essa faixa toda horizontal, primeiro tem um conjunto de homens que ganha um salário mínimo e um conjunto até maior de mulheres na faixa de salário mínimo. Inclusive nesse ponto há um pedacinho que as curvas se superpõem, mas de resto a curva das mulheres sempre fica para baixo da curva dos homens. No mesmo percentil a mulher está ganhando menos que o homem.

Essas características da distribuição de renda se aplicam... Na realidade há vários tipos de análise que podemos fazer. Quando vejo dados publicados sobre distribuição de renda, como sou um especialista no assunto, sempre acho ruim quando a informação não diz que tipo de distribuição. Porque você pode, por exemplo, classificar as pessoas economicamente ativas, de acordo com a sua renda. No caso, está-se analisando a pessoa no mercado de trabalho, o quanto ela ganha, não é? Mas você pode, por exemplo, ter uma pessoa que ganha pouco, um jovem que está começando a trabalhar, ganhando um salário mínimo – às vezes até na empresa do pai, aquela história meio romântica de que o sujeito vai formar-se na empresa do pai, está aprendendo –, e ele vai ser classificado como pobre nesses Estados.

Então a idéia é a de que, quando se quer saber o nível de bem-estar em que a pessoa vive, pode ser mais interessante levar em consideração não a renda pessoal, mas a renda familiar. Pode-se, portanto, analisar também a distribuição das famílias conforme a renda familiar. Mas, nesse caso, há o problema do tamanho da família. Quer dizer, se em uma família de dez pessoas, duas ou três estão trabalhando, essa

pode ser considerada de renda alta. Mas, se, numa outra família, há uma pessoa só ganhando tudo aquilo, não se tem que considerar as duas iguais.

Pega-se a renda familiar e divide pelo número de pessoas da família – isso é possível fazer pelos dados do IBGE – E aí classificam-se as pessoas. Podem-se classificar todas as pessoas, inclusive as crianças, nessa contagem. Você pega os 170 milhões de brasileiros e os ordena, de acordo com a renda familiar **per capita**.

Esses dados, analisados conforme critérios parecidos, estão aqui. Agora, em termos de renda, de pessoas economicamente ativas, o rendimento médio era de 545. Aqui estou, agora, classificando as pessoas, de acordo com o seu rendimento familiar **per capita**. O rendimento médio, no Brasil, familiar **per capita** é 243,7. Digamos, se você tiver uma família, homem, mulher, dois filhos, quatro pessoas, mas só o homem trabalha fora e ganha, o rendimento dele teria que ser quatro vezes isso para, dividido por quatro, dar isso aí. Certo?

E aí há aquelas informações outra vez. Quer dizer, se você pegar os 50% mais pobres, das pessoas classificadas de acordo com esse critério, eles ganham menos do que 120 **per capita**.

Até os 50% aqui. Cento e vinte, não é? Quer dizer, os 50% mais pobres ganham menos que 120 **per capita**. A mediana é R$120, a média é R$243. Os 75% mais pobres ganham menos que R$255 **per capita**. Os 90% mais pobres, menos que R$533. Ou seja, quem, de acordo com os dados, volta aquela conversa: a pessoa que tem um rendimento **per capita** superior a R$533, familiar **per capita**, já está nos 10% mais ricos.

Mas, enfim, os dados aí têm os mesmos defeitos que os outros. Eles têm o mesmo problema de subestimação. Então, ponha 70% a mais nisso. Que seja! Mas, digamos, certamente que quem ganha mais do que o dobro, ou sejam R$1000 mil **per capita,** está nos 10% mais ricos. Sem dúvida alguma. Já estou fazendo uma correção exagerada.

De acordo com os dados, quem ganha mais de R$857 **per capita** já está dentro dos 5% mais ricos nessa distribuição. Novamente ponha uma correção aí de uns 70, 80%, digamos R$1,500. Quem ganha mais que 1.500 **per capita** está entre os 5% mais ricos na distribuição de renda.

O cálculo daquilo que a pessoa recebe **per capita** na sua família é fácil. É só ver, na família, quem ganha, quantos ganham. Soma-se isso e divide-se pelo número de pessoas, incluindo as criança. Essa é a idéia do que é o rendimento familiar **per capita**.

Apesar de ser uma distribuição muito diferente, uma coisa é pegar somente as pessoas economicamente ativas e o rendimento delas, não é? E, nesse outro caso, você está pegando a renda familiar, dividindo pelo número de pessoas. Chega a ser curioso, creio ser interessante, vamos dizer assim, do ponto de vista do estatístico, porque a forma da distribuição é muito parecida. O índice de gine que lá dava 0,58, aqui dá 0,61, até maior aqui. Mas o nível de desigualdade da distribuição é muito parecido. Se eu fizesse – não tenho o gráfico aqui para essas pessoas, para pegar todas as pessoas, todos os brasileiros e ordenar de acordo com a renda familiar **per capita**, mas dá uma coisa muito parecida, a forma de distribuição é muito semelhante, apesar de eu estar olhando a coisa como se fosse de um outro ângulo, uma outra faceta da realidade. As desigualdades são parecidas.

Aqui, fiz uma comparação entre o urbano e o rural. É sistemático também. Na distribuição, o mesmo persistiu sempre para quem mora em área rural, ganha menos do que quem mora em área urbana. É uma comparação complicada porque tem negócio de diferença de custo de vida.

A Sônia Rocha fez uma exposição aqui; quando ela calcula as medidas de pobreza, ela calcula com linhas de pobreza diferenciadas e com base no custo da cesta de alimentos. Na comparação rural/urbano, uma crítica que tenho é a seguinte: quando se compara rural e urbano, os alimentos, sem dúvida nenhuma, são muito mais baratos na área rural, mas todo o resto é muito mais difícil – acesso a serviço médico, condições de água etc. Pode-se dizer que tem um negócio de visão bucólica: é só buscar água na nascente. Mas a nascente, geralmente, vai ser poluída, se é que tem. Então, em termos comparativos, se o sujeito tem uma casa numa área urbana, com anágua encanada, está muito mais bem servido. Embora o alimento possa ser mais barato, em média, na área rural, as outras coisas são mais complicadas. Quando ela faz a compraçãoo com base nas linhas de pobreza, baseada na cesta de alimentos, acho que ela tende um pouco a subestimar a pobreza rural em comparação à urbana. Faço o contrário: radicalizo para o lado oposto. Pego a mesma linha de pobreza, mas aí sei que estou superestimando a pobreza urbana em comparação com a rural. Mas talvez seja bom conhecer...

A SRA. – Nós achamos o meio termo.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Isso, achamos o meio termo.

Para não prolongar demais a minha exposição, vou pular algumas coisas.

Quando se faz análises separadas regionalmente – tem um viés de bairrismo paulista aí que, falando numa casa nacional, me sinto um pouco mais inibido do que se estivesse falando em São Paulo, mas, enfim, as grandes regiões do IBGE são Norte e Nordeste. Sudeste e São Paulo deviam se juntar aí, mas, como paulista, separei ali São Paulo de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, a Região Sul e Centro-Oeste.

As medidas de desigualdade, quando se analisa globalmente e dentro de cada região, são – é sistemático isso – sempre maiores no Nordeste. Pegando aqui o índice de Gini, que no Nordeste é 0,628 – que no Brasil todo é 607, ou 61 –, aqui é mais alto, é mais baixo em São Paulo, e no Sul, no Centro-Oeste e no resto do Sudeste tem uma posição intermediária. Uma coisa interessante é que quando se separa o rural aí se inverte a posição, por exemplo, de São Paulo com o Nordeste. Se separo só o rural, a desigualdade é maior em São Paulo do que no Nordeste. Muita gente associa a maior desigualdade no Nordeste com a parte, vamos dizer, tradicional da economia – o coronel do interior. Não é isso. O fazendeiro de São Paulo é muito mais rico do que o coronel do Nordeste. A desigualdade da distribuição de renda dentro da agricultura paulista é maior do que a de distribuição de renda no interior nordestino. Claro que isso tem problema de classificação. Não sei o quanto; é uma análise que precisaria ter um conhecimento sociológico muito detalhado para saber se os ricos do Nordeste. Na realidade, eles se encontram na área urbana. Quando quero separar por setor de atividade, vamos dizer que o coronel, dono de fazendas, na realidade, tem também atividade no comércio e prefere se declarar como membro do comércio. Então, ele entra na atividade de serviços. Não sei.

Tem problemas de classificação, quando se quer separar a economia em partes, que podem afetar esse tipo de resultado.

A análise da desigualdade da distribuição de renda é um aspecto dela. Um outro aspecto, talvez até mais importante, é a questão de pobreza.

No caso, peguei os dados de rendimento familiar **per capita** e fixei uma linha de pobreza de R$60,00 **per capita**. Nesse sentido, a minha análise, reconheço, é menos sofisticada do que a que já foi apresentada aqui pela Sônia Rocha, que tem realizado trabalhos especificamente sobre pobreza, traçando linhas de pobreza específicas para cada região e também específicas para as áreas urbana e rural.

Aqui fiz, do ponto de vista de quem está fazendo uma análise estatística, a matéria ficar mais fácil. Fixei uma linha de pobreza em R$60,00 **per capita** igual em todas as regiões. Reconheço que isso pode estar trazendo distorções. Por exemplo, a tendência disso seria superestimar a pobreza no Nordeste em comparação com o Sul.

Essa tabela mostra que da população do Brasil, 29% estão no Nordeste. No entanto, quando se pega a proporção de pessoas com rendimentos abaixo dos R$60,00 **per capita**, 53% estão no Nordeste. Da renda total declarada, 15% estão no Nordeste. O Nordeste tem 29% da população, mas 15% da renda. Isso já caracteriza a situação de relativa pobreza.

A insuficiência de renda é, por definição, a diferença entre a renda da pessoa e a linha de pobreza. No caso, a insuficiência de renda é simplesmente a diferença entre a renda que as pessoas têm e os R$60,00 **per capita** que adotei como linha de pobreza. Para as pessoas que ganham menos de R$60,00, posso somar isso. Estou chamando isso de insuficiência de renda.

Da insuficiência de renda total no Brasil, pegando todas as pessoas que ganham menos de R$60,00, verificando quanto falta para atingirem esse valor em termos de renda **per capita** , somando tudo e vendo a distribuição em termos de milhões de reais um bilhão e 174 milhões de reais em termos de distribuição regional, quase 57% dessa insuficiência de renda correspondem a pessoas que moram no Nordeste, calculando-se dessa maneira.

Se pegar essa insuficiência de renda e dividir pela renda total dentro de cada região, obterei os números que estão na última coluna dessa tabela. Então, dentro da região Nordeste, a insuficiência de renda, o quanto falta para todas as pessoas que ganham menos de R$60,00 **per capita** atingirem esse valor, corresponde a 12% da renda total declarada. No Brasil, como um todo, isso corresponde a 3,16%.

Há também medidas de pobreza aqui, mas a proporção de pobres, que é uma medida de pobreza com significado bastante claro, a proporção de pessoas, no caso, que ganham menos de R$60,00 **per capita**, é de 36% no Norte; atinge 52% no Nordeste; 22% no conjunto dos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; menos de 10% em São Paulo; 19% no Sul; e 22,6% no Centro-Oeste.

Enfim, chamo novamente a atenção para essa última coluna: a proporção entre a insuficiência de renda e a renda total. No Brasil, como um todo, esse número é de 3,16%, ou seja, esse número ou algo semelhante, imagino que já tenha sido comentado. Trata-se daquela idéia de que, contabilmente e à primeira vista, parece fácil resolver o problema da pobreza

do País. Se se considerarem pobres aqueles que ganham renda **per capita** inferior a R$60, bastaria redistribuir 3,16% da renda.

Quando leio artigos na imprensa, entendo que, ao se falar na redistribuição da renda daqueles 10% mais ricos, as pessoas sempre pensam que se está fazendo referência a outros e não a elas próprias. Mas, caso se considere que os 10% mais ricos ganham 50% da renda nacional, 3,16% dessa renda corresponderiam a aproximadamente 7% da renda dos referidos 10% mais ricos. Se fosse possível tirar 7% da renda dessa parcela mais rica e redistribuí-la aos pobres, eliminar-se-ia a pobreza relacionada à classe cuja renda está abaixo de 60% **per capita**.

Então, contabilmente, isso parece fácil. Insisto nisso, porque, primeiramente, o processo para distribuir renda envolve custos de transferência. Há o problema da focalização. Deve haver um método mediante o qual a renda a ser distribuída para os mais pobres realmente atinja essa parcela da população e não os outros. O Brasil está cheio de exemplos de políticas destinadas a ajudar os pobres e que acabaram, em grande parte, auxiliando pessoas não tão pobres. Mesmo no caso de programas como a merenda escolar, que é considerada relativamente bem-focalizada, sabe-se que não atingem realmente o extremo da pobreza, porque os mais pobres sequer estão na escola.

Não é fácil pensar em como se retiram 6% ou 7% dos 10% mais ricos e fazer esse montante chegar ao que seria o objetivo. Contabilmente – insisto –, parece fácil. Mas se há uma porção de dificuldades nesse sentido, também não é nada fácil tirar essa porcentagem da referida parcela mais rica da população. Na hora em que esse programa puder ser concretizado, as pessoas sempre lutarão pelos seus interesses.

Os funcionários públicos do Estado de São Paulo têm agora um problema legal, que é a mudança nas leis da Previdência. O Governador Mário Covas enviou projeto que tem recolhimento escalonado, ou seja, quem percebe até R$600 continuaria pagando o mesmo imposto, mas quem ganha acima de R$600 até determinada quantia pagaria um valor maior, que subiria conforme a faixa em que cada um estivesse inserido. Esses funcionários já ingressaram com recursos legais, alegando que esse escalonamento é ilegal, protestando e fazendo manifestações na intenção de que o projeto seja retirado. Não estou dizendo que esse projeto seja o ideal nem é este o meu papel. Mas gostaria de ver os meus colegas funcionários públicos argumentando que o projeto não é o ideal, mas que tem um aspecto interessante, que é o escalonamento, porque contribui para melhorar a distribuição de renda. Esse é, entretanto, um dos pontos mais criticados.

Então, não será tarefa fácil retirar 6% ou 7% dos 10% mais ricos. Falar, em princípio, que os ricos pagarão imposto é tema com o qual todos concordam, porque as pessoas sempre pensam que os ricos são outros e nunca elas próprias. Mas, no momento de se fazer esse procedimento se tornar realidade, a resistência será grande.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Gostaria de seguir a lista dos inscritos. Mas acatarei o que V. Exªs entendem que seja melhor.

Concedo a palavra ao Professor Paul Singer.

O SR. PAUL SINGER – Sr. Presidente, agradeço a Comissão do Congresso brasileiro de combate à pobreza pela oportunidade e pela honra de estar aqui falando aos nossos representantes sobre um tema que é da máxima prioridade há muito tempo no Brasil. Infelizmente, vai continuar sendo por muito tempo.

Farei uma exposição totalmente diferente. Não combinamos complementar, mas eu não vou falar sobre estatística. Acredito que a exposição do Prof. Rodolfo Hoffmann foi ótima, dá uma grande idéia, sobretudo, de quem não é pobre e como se concentra a renda.

Vou começar com um pequeno comentário e, depois, abordarei outra discussão. Sempre discuto com minha mulher sobre esse tema que o Professor Rodolfo acabou de expor. Eu digo a ela que estamos entre os 1% mais ricos. Ela não se conforma com isso. Porém, estamos entre os 1% mais ricos do Brasil; moramos em São Paulo e, em São Paulo, não somos 1%. Ninguém enxerga o que é este País. Então, para conhecer as desigualdades sociais, precisa-se viajar, efetivamente, para as áreas mais pobres, que praticamente são desconhecidas, para encontrar essas diferenças que o Professor Hoffmann nos apontou; mas, como estou acostumado com isso, pois nós dois estamos lidando com esse assunto há uns 30 anos, o que ele está dizendo não me choca mais; chocou da primeira vez que fiquei sabendo.

Porém, o que eu queria discutir com V. Exªs é a causa da pobreza. Como já vimos que uma grande parte da população é pobre, talvez, pudéssemos inverter a pergunta: quais são os pré-requisitos para alguém não ser pobre? Ou seja, alguém estar incluído no sistema brasileiro de produção e de repartição?

Proponho a V. Exªs três pré-requisitos alternativos: ou a pessoa é proprietária, basicamente, de meios de produção, lojas, firmas, ações, e, se não for disso, de riqueza financeira acumulada, como imóveis

etc; ou a pessoa tem uma qualificação profissional demandada pelo mercado que lhe permite ter uma renda razoável – o que, hoje, já está muito ligado à escolaridade elevada; nem sempre, mas em geral costuma ser assim –, ou, ainda, a pessoa tem a sorte de ter um emprego mesmo não tendo qualificação invejável; ainda há aqueles que têm emprego; cada vez menos, mas ainda há.

O fato concreto é que uma parte da população não tem esses pré-requisitos, não tem propriedade alguma e nenhuma qualificação profissional demandada que lhe permite, realmente, ganhar; e uma grande parte, se tinha emprego, perdeu. Temos mais desemprego no Brasil do que em qualquer outra época desde que medimos o fenômeno. Nas nossas áreas metropolitanas está chegando a 20% e isso aumenta, evidentemente, a exclusão social.

Queria chamar a atenção de V. Exªs, primeiramente, para o fato de que uma grande parte dos pobres no Brasil são hereditários, ou seja, a pessoa, desde criança, não teve chance de estudar, porque teve que trabalhar. A família, para manter uma criança na escola, tem que ter recursos – isso é uma coisa que descobrimos, na prática, inclusive, na cidade mais rica do Brasil, que é São Paulo –, por isso há a merenda escolar, que é importantíssima. Teríamos muito menos crianças nas escolas públicas, se não houvesse essa distribuição de comida. Sabemos, por pesquisa, que uma parcela impressionante das crianças só comem a merenda escolar, não comem mais nada. A merenda escolar foi pensada como um complemento de alimentação, e acaba sendo a única alimentação. Foi necessário reforçá-la em termos de conteúdo proteínico, vitamínico, etc., para que essas crianças pudessem acompanhar o ensino.

Então, uma grande parte dos pobres o são porque seus pais, seus avós, etc. foram pobres. Esse é um estudo difícil de fazer, mas temos uma vantagem no Brasil. É só ver a cor das pessoas. A proporção de gente negra pobre é muito maior do que a de brancos, e sabemos por quê. É uma forte demonstração de como a pobreza é herdada. Os ex-escravos do Brasil – graças a Deus, há mais de cem anos, não são mais escravos – continuam sendo, em última análise, mantidos no fundo do caldeirão da distribuição ou da estrutura social brasileira. A esses se somam os novos pobres.

Tivemos 20 anos de crescimento frustrado, pois houve uma enorme recessão no começo da década de 80 e uma segunda no fim da década; uma outra imensa que começou com o Collor e que se prolongou por três anos pelo menos, no começo da década de 90, e, agora, temos recessão há quase dois anos. Essas recessões provocam novos pobres. Há pessoas que perderam o emprego, pessoas que perderam a empresa e que ficaram inadimplentes.

Acredito que um dos grandes fatores da nova pobreza chama-se taxa de juros. Temos comprovadamente praticado a mais alta taxa de juros do mundo há muitos anos. Mesmo descontando aquela imensa inflação ocorrida anteriormente, a taxa de juros real brasileira é, em geral, a primeira ou a segunda do mundo. O nosso índice de gini? também é um dos maiores do mundo. Concordo com a restrição que ele fez.

Dos países sobre os quais há informação, na realidade quem nos pisa os calcanhares ou, talvez, até nos ultrapasse é um país muito semelhante ao Brasil em termos relativos de desenvolvimento. Um país semidesenvolvido chamado África do Sul. É o único tão desigual quanto o Brasil. Só que lá é mais fácil entender isso, em face do **apartheid** que, há apenas nove anos, deixou de vigorar.

Enfim, quero dizer que a taxa de juros extremamente elevada é causa ativa de empobrecimento. Pequenos empresários quebram de forma incrível, porque as dívidas tornam-se muito rapidamente impagáveis, e pessoas relativamente pobres nem sempre têm culpa.

Algumas vezes os pobres são levianos ou não conseguem prever direito suas disponibilidades financeiras, pois, otimistas demais, endividam-se e passam o resto do tempo pagando juros sobre juros. Mas é importante lembrar que, muitas vezes, pessoas são vítimas, e os pobres têm pouca resistência aos infortúnios da vida. Uma doença arruína uma família inteira. É preciso tirar os filhos da escola e aí torna-se hereditário o infortúnio.

Isso é importante para lembrar a relevância do chamado estado de bem-estar social. A existência de redes de ensino público, de saúde pública é que salva. Assim como a taxa de juros imensa vigente arruína e empobrece, a existência de uma série de redes de segurança, de alguma forma, impede pelo menos os que estão incluídos nessas redes de submergir de uma vez, desde o seguro-desemprego, do salário mínimo, etc.. Isso é um contra-senso.

Neste primeiro momento, quero deixar bem claro que as causas da pobreza são, de um lado, hereditárias. Temos e tivemos muitos pobres, e não conseguimos combater a pobreza no passado, e a isso soma-se uma nova pobreza, particularmente chocante, hoje, no Brasil. Uma parte grande da classe trabalhadora brasileira, assalariado com carteira de trabalho,

industrial, simplesmente foi defenestrada do ponto de vista social, foi jogada pela janela, e uma grande parte dela efetivamente empobreceu, situação agravada pelas taxas de juros, que tornam trágicas situações precárias.

Esta análise que, evidentemente, é muito superficial, não vou poder aprofundá-la aqui, agora – talvez num debate possamos entrar em mais pormenores –, tende a indicar que é absurdo culpar os pobres pela sua pobreza. Então, quem faz isso? O pensamento econômico dominante, aquilo que sou obrigado a ensinar nos meus cursos de Economia, ou seja, a idéia de que numa sociedade livre e democrática todo mundo tem a sua oportunidade e os que se saem mal, em última análise, é porque se saem mal, são menos empenhados, menos inteligentes, menos hábeis, até menos sortudos, quem sabe. Mas, de alguma forma, essa visão liberal dominante é de que não só os pobres são, em última análise, muito responsáveis pelos seus destinos, como os ricos também têm muito mérito pelo fato de serem ricos.

Eu nego essa tese! Eu diria que os pobres são pobres, em grande medida, porque os pais, os avós já foram pobres – no nosso caso, escravos, bisavós, etc. –, ou então porque, em algum momento, foram vítimas de recessões. Essa minha profunda convicção de que as recessões são empobrecedoras de uma forma incrível aparece numa obra literária, na qual tomei conhecimento. Mexi com isso durante mais de trinta anos, com o Rodolfo e vários outros, mas as estatísticas não somente não sangram, mas também não choram; muito frio.

Talvez tenham lido um livro chamado *O resumo de Ana*, modesto, que conta a história verídica da avó e de um tio dele. Não vou contar a história inteira, mas é óbvio que são duas histórias de vida em que recessões, crises – uma, nos anos 30, outra, nos anos 70 –, jogam na pobreza famílias que, antes, estavam exatamente na classe média, estavam sobrevivendo decentemente. A literatura é rica nesse sentido de nos mostrar como realmente esses processos ocorrem.

Combater pobreza significa, em última análise, redistribuir pré-requisitos, quer dizer, dar aos que não os têm os pré-requisitos para poderem se integrar ao mundo econômico da produção, da repartição e do consumo. Só para ilustrar isso – depois, vou explorar um pouco mais: quando fazemos um programa, como, hoje, dezenas de Municípios já fazem, de garantia de renda mínima a famílias que têm crianças em idade escolar e exigimos que essas crianças não trabalhem, freqüentem a escola e passem de ano, estamos exatamente dando pré-requisitos; estamos, de alguma maneira, dando uma alta probabilidade para que essas crianças se tornem menos pobres, principalmente não pobres. Portanto, esse tipo de programa tem grande eficiência, deveria ser devidamente apreciado. Nós, na universidade, deveríamos estar avaliando esses programas, saber o que aconteceu com essas famílias, com essas crianças, cinco ou dez anos depois, para mostrar à sociedade brasileira que esse é o tipo de gasto altamente produtivo, em termos sociais e também econômicos.

Vou abrir um parêntese: a pobreza é um desperdício humano chocante. O pobre não somente não consome, mas não produz. Não é culpa dele. Ele é marginalizado, é pobre e, basicamente, não tem chance de conseguir um emprego, de entrar na divisão social do trabalho. Portanto, ao dar essas chances aos pobres nós estamos aumentando a produção social. Nós não estamos tirando do rico para dar ao pobre, nós estamos emprestando, em última análise. Esta idéia do empréstimo provavelmente é muito importante.

Existem várias formas de redistribuir os pré-requisitos, eu diria que um óbvio, mas que não pode ser esquecido, é exatamente educação e saúde pública, é de uma importância incrível, eu gostaria de sublinhar isso. Pobre que não tem acesso à saúde pública morre mais cedo ou fica permanentemente, cronicamente, inabilitado e inválido, portanto outros pobres, parentes e amigos os sustentam, é uma socialização da miséria. A presença de um sistema minimamente eficiente de acesso à saúde é um enorme benefício só para manter as pessoas fisicamente sãs, em condições de eventualmente ganhar algum dinheiro. A doença é uma maldição para as famílias que estão numa certa faixa à beira da pobreza. Portanto deveríamos investir, mas muito, no acesso universal aos serviços de saúde gratuitos, inclusive em remédios e assim por diante. Isso tem um retorno social importante.

Educação. Educação pública de boa qualidade é absolutamente essencial e é um processo redistributivo. Aumentar impostos para garantir esse tipo de ensino a todos é uma forma de redistribuição de renda e é altamente significativo – não pode ser negligenciado. Uma forma importante de redistribuição de renda é de propriedade; um dos pré-requisitos é ter propriedade.

Reforma agrária. Eu sei que está na Constituição, portanto em tese a sociedade brasileira está de acordo. É um processo que eu sigo com enorme interesse. Infelizmente a reforma agrária no Brasil se dá apenas com terras pouco aproveitáveis. Obviamente

são as piores, não são as melhores, não são nem as médias. Então se põe gente pobre, provavelmente não muito habilitada para fazer agricultura, em terra de má qualidade. O que se espera? Eu tenho por mim que a atividade agropecuária exige mais, mas muito mais, conhecimento do que a atividade industrial ou até a comercial. Não é fácil fazer agricultura, não é fácil cuidar de seres vivos, vegetais ou animais. Portanto, o fato de que nos assentamentos na reforma agrária persistem os que conquistaram com enormes lutas esses lotes, e consigam estar lá, eu diria que é quase um milagre. Por que estou insistindo nisso? Porque além de acelerar o processo redistributivo, que seria urgentíssimo, deveríamos criar com muito carinho mais condições para que essas pessoas tenham êxito em desenvolver uma atividade agropecuária exitosa. Não se pode deixar apenas ao esforço e iniciativa deles, embora, é claro, que eles serão os principais responsáveis. Dar-lhes crédito, dar-lhes conhecimentos, extensão, etc., etc., etc., é absolutamente essencial. Se a reforma agrária falhar, se muitos assentamentos forem abandonados, a culpa certamente não será dos tais beneficiários. Será nossa, e o prejuízo será da sociedade brasileira como um todo. Hoje de manhã discuti na Câmara, que é ao lado, microcrédito. Eu não vou voltar a discutir tudo isso, mas quero chamar a atenção de que um dos grandes fatores de desigualdade e pobreza no Brasil é esse paradoxo: pobre não entra em banco, banco público, Banco do Brasil, não entra para conseguir empréstimo, não consegue nem ser depositante, para ter conta, para ter cheque. Eu adoraria se houvesse um projeto de lei aprovado neste Congresso e sancionado pelo Presidente da República que colocasse como um direito de qualquer adulto brasileiro ter conta em banco. Isso é fundamental, até para as pessoas poderem fazer um plano de poupança. Poupança é importante para o pobre, sobretudo.

Li sobre isso. Como é que pobre poupa, já que não pode entrar em banco? Jogando no bicho. Vocês vão dizer que isso é loucura. Mas não é. Se você jogar, sistematicamente, um pouquinho de dinheiro, em certos intervalos você ganha. Essa é sua poupança; é irracional, mas é uma forma, já que não há nenhum plano pelo sistema financeiro que inclua os pobres. Fazer consórcios financeiros entre amigos e parentes, fazer bolão para sena e loterias entre colegas de trabalho. É assim que se poupa. São formas onerosas, difíceis de poupança.

Portanto, criar um sistema financeiro dirigido a essa população excluída do sistema financeiro, tal qual ele hoje está, seria uma forma muito importante para aliviar a pobreza, aumentar a probabilidade de as pessoas alçarem sozinhas para acima da linha de pobreza.

Mais importante do que isso, porém, é redistribuir capital. É absolutamente essencial criar linhas de crédito a juros baixos para microprodutores e também para produtores associados.

Para microprodutores estamos começando o Brasil está engatinhando. Uma série de municípios já têm o chamado banco do povo. Há coisas mínimas, mas já é um começo. O BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil e uma série de entidades estão agora procurando alcançar os pequenos produtores.

Acontece que a pequena produção é, hoje, muito menos rendosa do que foi no passado, por causa do desemprego. Todos os desempregados viraram microprodutores, auto-empregados, autônomos. Quase não dá para andar pelas ruas das nossas grandes cidades tantos são os vendedores de rua, que, segundo pesquisas, são ex-empregados em diferentes momentos. Mas há outras situações.

Ou seja, na economia há alguns poucos mercados em que se pode trabalhar sozinho: táxi, prestação de serviço de alguma natureza, pequeno comércio, pequena agricultura, artesanato. Todos esses mercados estão saturados por causa da crise. Quer dizer, há gente demais e compradores de menos.

O que está acontecendo hoje essa é a razão principal por que eu gostaria de falar aqui é que os trabalhadores excluídos, os pobres, ou em perigo de empobrecer estão-se unindo em formas que chamo de economia solidária, para saírem juntos, para gerar trabalho e renda juntos, associados, em cooperativas e associações.

Essa é a grande mudança que está acontecendo hoje e, para minha surpresa, de Norte a Sul do Brasil: no Nordeste, na Amazônia, no sul do Brasil, no Centro-Oeste e em todos os Estados. Está acontecendo de forma silenciosa.

Finalmente agora, depois de muitos anos, estamos começamos a tirar o véu, estamos destampando isso, o que está aparecendo em proporção muito maior.

As universidades descobriram isso e estão criando incubadoras de cooperativas populares que, a meu ver, é uma inovação social interessantíssima. O brasileiro é realmente inventivo.

Houve, recentemente, uma conferência internacional no Canadá não estive lá, mas colegas estiveram , em que se discutiu exatamente a relação entre a universidade e cooperativas. Só o Brasil tinha incubadoras. Provavelmente, outros países vão ter em bre-

ve. Essa é uma grande idéia. A universidade tem um manancial, uma reserva de recursos humano riquíssima, professores de tudo quanto é espécie, pesquisadores de tudo quanto é lado: na área tecnológica, na área administrativa, na área econômica, na área de psicologia, educação e etc. Todos esses recursos valem para viabilizar associações de gente sem capital, que se possa auto erguer acima da linha da pobreza.

Hoje temos, no Brasil, treze incubadoras formalmente constituídas e, pelo menos, uma dezena em vias de constituição. Essa é só uma parte da história. Essas formas coletivas de luta contra a pobreza não têm nenhum amparo legal – acho importante assinalar isso para vocês. A lei ignora isso, assim como a opinião pública ignorava e ainda o faz.

Há vários exemplos: os programas de microcrédito não servem para as cooperativas, porque R$500,00 é muito dinheiro para um microprodutor, mas não serve para nada para uma cooperativa de cem pequenos. Elas precisam de outros limites de crédito. Não existe nada, absolutamente nada, fora um pequeno fundo no BNDES.

Cada vez mais, no Brasil, trabalhadores em empresas falidas ou em vias de falir se habilitam a ficar com o patrimônio da empresa. Hoje existe uma associação nacional no Brasil, algo que é uma invenção brasileira; tentei descobrir se havia algo semelhante em outros países, mas não há, nem nos Estados Unidos. No Brasil existe uma associação que se chama ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Auto-Geridas. Essa associação está crescendo muito rapidamente por causa da crise e tem cinqüenta e sete empresas cooperativas atualmente com dezessete mil empregos preservados.

Ela cuida de empresas que iriam fechar – algumas são massas falidas. Essas empresas funcionam, pagam os impostos e pagam aos seus cooperados algo semelhante ao que ganhavam antes. Não é fácil explicar como isso acontece e não pretendo fazê-lo agora, porque também não tenho todas as respostas. Obviamente que a mais importante é que, quando o trabalhador virá proprietário, ele põe um outro coração, uma outra alma no seu trabalho e há visíveis ganhos de produtividade, de cuidado, de qualidade no produto e assim por diante.

Chamo a atenção para o fato de que não há nada na legislação brasileira que facilite isso – mas tem tudo para dificultar. Vou dar um exemplo. Essas empresas carregam enormes dívidas junto ao fisco. Qualquer empresa grande – são empresas grandes – que entra no processo falimentar passa anos sem pagar os seus impostos, as contribuições arrecadadas de seus trabalhadores mas não repassadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ao INSS etc. Pois bem, não se espantem: as cooperativas dos trabalhadores tungados, que substituem os antigos patrões, carregam essas dívidas, que são de maior valor que o patrimônio. Essas empresas estão, portanto, falidas e nunca vão poder pagar suas dívidas. Elas não têm direito a nenhum tipo de crédito em banco oficial por causa dessas dívidas. Temos casos – e não são poucos – de empresas que acabaram sendo fechadas após já terem sido viabilizadas por seus trabalhadores por causa de dívidas que não foram feitas por eles.

É preciso criar uma legislação. Eu diria que cada operação dessas, em que uma empresa com 500, 600 ou 700 pessoas permanece produzindo, não é apenas uma proeza na luta contra o empobrecimento: essa operação também aumenta a renda nacional. Só há ganhos, não há perdas. Quando uma empresa fecha, ela perde 80% do seu valor patrimonial. O que sobra depois que ela fechou é sucata. Enquanto está produzindo, ela vale cem e, quando fecha, se muito, vale vinte.

Deveríamos ter, na legislação falimentar brasileira, aberturas para que os trabalhadores, se quiserem assumir o risco, tenham condições de ficar com o seu patrimônio, preservar seus postos de trabalho, assumir coletivamente o papel de empresários e tentar. O pior que pode acontecer é fracassarem. Eles estarão investindo com o seu próprio esforço, no início eles não ganham nada. Conheço uma cooperativa que conseguiu se salvar sobrevivendo com cesta básica fornecida pela prefeitura. Alguma vezes são iniciativas de igrejas.

Chamo a atenção para essa que é uma frente de luta contra a pobreza e que poderia ser reforçada sem perda para ninguém. Não é preciso entrar dinheiro, como o Professor Rodolfo falou, de nós, que estamos entre os cinco ou dez por cento mais ricos. Também acho que deveríamos tirar. Sou favorável à redistribuição dos que têm mais do que precisam nesta situação brasileira. Mas há coisas que se pode fazer, que é simplesmente não impedir que aqueles que se querem auto-ajudar se auto-ajudem.

Vou dar outro exemplo e, com isto, encerrar essa minha intervenção, para podermos passar ao debate. Já havia, no Brasil, um sistema, eu diria, bastante interessante de cooperativas de crédito, que, unidas, formavam cooperativas de segundo grau, que eram bancos cooperativos, absolutamente importantes para financiar cooperativas de produção, de trabalho, de serviços, e assim por diante. Eles foram liquidados durante o regime militar. Hoje, o Ban-

co Central praticamente tolera cooperativas de crédito que são pequenas ações entre amigos. Tem que ser membros da mesma empresa, o que não significa nada.

Precisamos abrir o campo das cooperativas de crédito, que são extremamente importantes não para dar os pré-requisitos aos que já são pobres — e para isso a cooperativa de crédito não serve —, mas para impedir o empobrecimento de quem está em perigo iminente de ficar pobre: o pequeno agricultor, o pequeno comerciante, o pequeno artesão, e assim por diante. Hoje existem alguns sobreviventes da época em que as cooperativas de crédito tiveram força, tiveram um papel importante em nossa economia. É preciso voltar a criar uma legislação que encoraje as cooperativas de crédito, que não são a mesma coisa que empresa de sociedade civil autorizada a dar microcrédito. São outra coisa. Essas sociedades não podem receber depósitos. É essencial que os pequenos tenham onde depositar seu dinheiro, já que os bancos nem permitem que abram contas. É preciso abrir aqui no Brasil. É preciso criar aqui no País um processo de crédito autogerido pelos próprios pobres. Essa é a experiência de Bangladesh, que tem três milhões de mulheres camponesas, dos quais dois terços ultrapassaram a linha de pobreza.

Para quem não tem idéia do que é Bangladesh, isto é quase um milagre. Mas ele pode ser reproduzido. Um colega do qual me orgulho muito, professor de economia, descobriu que é possível fazer um banco para pobre viável, e que o nível de inadimplência é menor do que os bancos comerciais, e que paga salários profissionais aos seus agentes de crédito. Não têm guichês, não têm agências, são pessoas, lideranças comunitárias que pegam o emprego e que criam um grupo solidário de crédito em que o aval mútuo é a garantia. E essa gente usa o crédito para melhorar de vida, repaga, devolve tudo com juros acima dos juros mínimos de mercado. Se pode funcionar na Bolívia, se pode funcionar na Guatemala, sem falar de Bangladesh, etc, não vejo porque não possa funcionar no Brasil. Estamos nos enganando. Está-se fazendo muita coisa que leva o nome de banco do povo, mas são iniciativas caritativas, subsidiadas, que são de se tirar o chapéu, mas não têm nenhum fôlego no sentido de abranger uma grande massa de gente que precisa ser atingida.

A grande vantagem, a grande beleza do projeto é que ele se auto-sustenta, não há um tostão de dinheiro público ou externo para fundamentá-lo. É preciso criar as condições legais e institucionais para algo dessa natureza. Confio na sociedade civil brasileira. Temos um alto nível de solidariedade que os pobres praticam. O ponto de apoio da alavanca é a solidariedade tradicional que pobres praticam entre si, alavancado de forma a criar um sistema financeiro amplo, o que, portanto, aumenta o rendimento financeiro dessa solidariedade que já é praticada entre eles.

Estou com muito medo de me estender demais, mas quero falar de outra coisa que acho que o Congresso brasileiro poderia ser de grande ajuda aos que lutam na prática para não empobrecer. Estou-me referindo às cooperativas de trabalho. Sei que o assunto é muito controverso, pois há um processo de empobrecimento chamado terceirização, que está acontecendo de forma brutal em várias cidades e Estados brasileiros, sobretudo nas empresas públicas recém privatizadas, onde equipes inteiras, centenas de trabalhadores estão sendo despedidos para serem encaminhados a cooperativas falsas, adrede preparadas, para que toda parte do salário indireto seja roubada deles.

Ao lado disso, existe a formação autêntica de cooperativas de trabalho, formadas por pessoas pobres que querem trabalhar com outras pessoas. Na verdade, não é uma cooperativa que agencia mão-de-obra, mas pessoas que se juntam, se treinam e se qualificam profissionalmente para cuidar de hospitais, escolas, jardins, enfim, fazer o que for.

A primeira cooperativa que encubamos na Universidade de São Paulo adotou como lema "o que vier nós traça", pois eles aceitam qualquer serviço. O primeiro contrato que eles conseguiram foi para cuidar dos jardins da Escola Politécnica, uma grande escola de engenharia, com vários prédios e muitos jardins. Poucos tinham experiência de jardinagem, talvez nenhum. São moradores de uma favela perto da Universidade, que fizeram um curso de jardinagem dado pela prefeitura da cidade universitária, juntaram seus próprios cobres, compraram instrumentos, uniformes e cumpriram o contrato e estão trabalhando.

É fundamental não confundir a falsa cooperativa, feita para roubar os trabalhadores, daquela formada por pelos próprios trabalhadores, que é democrática, é deles e é uma forma de sobrevivência, de não caírem na miséria. A lei não faz essa distinção; logo, é preciso criar uma legislação.

A cooperativa de trabalho autêntica é aquela que contrata um trabalho e não fornece mão-de-obra. Isso eu já estou vendo concretamente em um caso que estamos encubando. O ex-empregador quer escolher as pessoas que ele quer que trabalhe. Isso não é cooperativa. A cooperativa tem que ter um contrato

para cumprir determinada função e realizar um trabalho com mão-de-obra própria, que deve ser paga por meio de uma negociação normal de um contrato que deve ser cumprido. Quando se diz que os trabalhadores serão despedidos no final do mês – estou falando de um caso real – mas que podem continuar trabalhando, porque serão contratados por uma cooperativa já existente, com estatuto e diretoria eleita por quatro anos, que ao entrarem na cooperativa continuarão trabalhando e recebendo o líqüido anteriormente recebido, é outra coisa.

Gostaria de apelar aos nobres Deputados e Senadores para que essas questões – resultado de um tratado de norma e não estou fazendo crítica a ninguém, mas hoje ela é uma das frentes de luta contra a pobreza mais importantes neste País – mereçam o cuidado, a atenção e o apoio legislativo que, a meu ver, elas merecem.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Relator para suas considerações e perguntas.

O SR. ALCEU COLLARES – Sr. Presidente, integrantes da Mesa, eminentes palestrantes Rodolpho Hoffmann e Paul Singer, no início desta reunião, tive a impressão de que talvez pudéssemos perder tempo, durante os 90 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, ouvindo todas as informações, não apenas no campo econômico e estatístico, e todos os dados que nos estão fornecendo. Mas, na medida em que estou ouvindo, estou-me convencendo da importância dessas audiências e acredito que precisamos desse aprendizado. Talvez, pretensiosamente, achasse que sabia tudo, porque sou leitor de Paul Singer e hoje, sem dúvida alguma, fiquei bastante entusiasmado porque vivi, como criatura humana, essas fases todas, de vendedor de laranja. Elas são muito reais, muito verdadeiras, mas só escapam desse desastre, do fracasso, em cada 30, 40 mil, um ou dois. Os fatores que fazem com que isso aconteça, não sabemos. É possível que seja coincidência, casualidade, não acredito que seja Deus, senão Ele é injusto com os outros 40 mil.

Parece-me, Senador, que esta Comissão talvez não tenha que ser provisória, talvez ela tenha que ser permanente para tratar deste fato que angustia a humanidade, que é a pobreza.

Hoje vi, estatisticamente, mas também o eminente Professor falando sobre microeconomia, sobre economia e crédito, e as economias sobrevivem com as dificuldades. Como Prefeito em Porto Alegre, tive experiência de criar uma cooperativa de trabalho dos coletadores de lixo, que o PT mantém ampliando um grande número de trabalhadores. Um amigo meu era dono de um açougue e deixou de trabalhar nesse ramo porque estava ganhando mais na cooperativa, porque a cooperativa obriga a que os direitos sociais sejam respeitados, diferentemente dessas de vigaristas que utilizam esse instrumento.

Gostaria de ouvir o Professor Rodolfo sobre a macroeconomia, sobre a nossa dependência, sobre a possibilidade de surgir essa ascensão social vinda da pobreza em um País que está vivenciando essa hora tão diferente. Não sou um pessimista, vejo no horizonte da economia globalizada muitas advertências que estão vindo de organismos que ontem mandavam que os países fizessem recessão e hoje se deram conta que a globalização não reduziu a pobreza. No mundo, a globalização foi o fator de aumento da pobreza de 1 bilhão e 200 milhões para 1 bilhão e 500 milhões.

Em um outro debate, se achava que as classe dominantes ou as elites estão sensíveis, não, elas não estão sensíveis. Elas estão apavoradas, há um medo tomando conta do mundo, há um medo que todos nós estamos tendo porque não temos mais possibilidade de sair às ruas. Os assaltantes, muitos deles, outro dia eu vi, dizem que foram assaltar para dar comida para o filho porque estavam desempregados.

Gostaria de ouvir do Dr. Paulo e do Rodolfo, quem sabe, que caminhos vamos tomar, não apenas para cumprir os objetivos desta, que é combater e erradicar. Erradicar acho que é uma enorme pretensão, mas minimizar, reduzir, suavizar um pouco a tragédia da pobreza. Acho que é possível fazê-lo. Sobre esse momento importante da história da humanidade em que os grandes estão se dando conta de que o caminho que eles ensinavam não era o correto, tem que percorrer outras vias.

O fator essencial, que não pude ouvir de V. Exª e outro dia ouvi de um dos debatedores, é que o crescimento não gera redução de pobreza. De acordo com o conhecimento que tenho nesses meus 60 anos de atividade, sempre o crescimento foi o fator de geração não apenas de emprego, mas talvez até de redução das desigualdades sociais porque possibilita a ascensão social.

Não me demoro mais e estou fazendo uma espécie de **mea-culpa**, absolutamente convencido de que nos 90 dias desta Comissão nós poderemos passar somente ouvindo os grandes e extraordinários ensinamentos daqueles que aqui nos dão a honra da sua presença.

Temos que acudir os pobres imediatamente porque a fome, só quem passou sabe como ela corrói a alma, não é o físico, ela corrói, ela desespera, ela leva ao pânica, à descrença total e pode levar ao crime, ao assassinato, ao seqüestro.

Creio que, num determinado momento, teremos que criar alguns instrumentos porque é a finalidade desta Comissão. Quem sabe, ir ao Presidente e pedir a S. Exª para dizer a esses homens que eles devem R$100 bilhões de juros por ano é o que estamos pagando , pedir para não pagarmos R$20 e dar R$5 para a agricultura, R$5 para a saúde, R$5 para a segurança, quem sabe, R$5 para outros setores também importantes. Mas precisamos de um projeto emergencial, porque a fome não espera e ela não é boa conselheira.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao professor Paulo e ao professor Rodolfo, concedo a palavra ao Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – Serei bastante breve.

Minhas palavras são de agradecimento ao professor Rodolfo Hoffmann.

Já tivemos aqui oportunidade de tomar conhecimento de outras medições de desigualdade da população brasileira, bem como da seleção de alguns linhas ou de pobreza ou de indigência. Já ouvimos aqui equipe do Ipea, ouvimos também a professora Sônia Rocha e, agora, estamos tendo conhecimento, ao vivo, da reflexão do professor Rodolfo Hoffmann, que eu, pessoalmente, já conhecia.

Realmente precisamos ouvir várias perspectivas de mensuração da pobreza, porque é um fenômeno complexo. Mas, para efeito legislativo, vamos ter que escolher alguns indicadores porque o ponto de partida desta Comissão é o de que devemos conceber algumas estratégias de ação que sejam devidamente focalizadas para essas camadas mais pobres da população, principalmente aquelas que estão enquadradas abaixo da chamada linha de indigência.

Então, agradeço muito ao professor Rodolfo Hoffmann.

Acredito que, com os três depoimentos que já tivemos aqui, nós, Relator e Comissão, estamos bem familiarizados com os grandes marcos do problema da desigualdade e da pobreza no Brasil.

Concordo inteiramente com o professor Paul Singer quando diz que o problema do combate à pobreza é basicamente um problema de dar aos excluídos aos pré-riquisitos para que eles ingressem na economia e na sociedade modernas. Esse problema é cada dia mais crítico, porque os pobres brasileiros não estão sequer preparados para ingressar competitivamente na sociedade industrial, que estamos deixando atrás da nova era do conhecimento e da informação. Então, o nosso desafio é quase saltar um século, é o de pegar essas pessoas que estão ainda numa economia quase pré-capitalista e dotá-las, num horizonte de tempo razoável, para que elas possam inserir-se competitivamente na sociedade de informação. Esse é o grande desafio de combate à pobreza. Não é apenas minorar a situação estática dessas pessoas, mas prepará-las para que possam realmente deixar essa condição estrutural de pobre.

Concordo inteiramente com o professor. A pobreza brasileira é uma pobreza basicamente herdada, não é um problema de competição. Os princípios da economia liberal só têm sentido quando as pessoas estão na mesma posição. Só podem disputar nas mesmas condições. O pobre que sequer tem acesso à escola, ou quando o tem, não exerce nenhuma atividade educativa fora da escola, ou dentro da família, não vai competir com um garoto da classe média que sai da escola, vai à aula de inglês, vai à aula de computador, pratica esporte. Esse é o grande desafio do Brasil.

Hoje estou muito mais tranqüilo do que quando esta Comissão se constituiu porque estou vendo que essa questão está se inserindo na agenda política do Brasil. Creio que esse é o primeiro mérito desta Comissão. Evidentemente não somos uma fábrica de soluções milagrosas, mas somos, por exemplo, capazes de amplificar esses problemas e fixar isso de maneira indelével na agenda política do País.

De nossa parte, o nosso desafio é construir aqui um consenso político mediante o qual possamos destacar recursos orçamentários de grande vulto eu diria numa escala bilionária para que recursos possam estar disponíveis para financiar programas dessa natureza, especialmente executados na ponta onde estão as pessoas e, basicamente, por entidades da sociedade civil, não pelo aparelho formal do Estado.

Já há algumas experiências feitas em Belo Horizonte, em Brasília e em Campinas. O próprio Governo Federal, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, está obtendo alguns êxitos numa área específica de atuação.

Creio que temos de universalizar o instrumento conhecido hoje como Bolsa-Escola, no sentido de que todas as crianças e adolescentes integrantes das famílias que estão pelo menos abaixo da linha de indigência – algo perto de 20% a 25% da população brasileira – devem ter um cuidado todo especial por parte

da sociedade e do Estado. É evidente que o País precisa aprimorar e ampliar muito as suas chamadas políticas universais: o aceso à saúde e à educação para todos. Mas essas crianças e esses adolescentes que pertencem a famílias que estão abaixo do nível da indigência precisam de um esforço suplementar, muito especial e muito focalizado, senão não poderão competir em igualdade de condições.

Quanto aos programas de microcrédito, por exemplo, o Comunidade Solidária hoje está virando o enfoque para o que ele chama de desenvolvimento local: trata-se de fomentar iniciativas produtivas em nível local. Mesmo que Bangladesh, por exemplo, não conte com recursos públicos, penso que o Brasil poderia perfeitamente contar com recursos públicos que fossem emprestados por organizações civis que fariam esse papel. E algo na área de segurança alimentar, certamente não podemos negligenciar.

Estamos começando a construir rapidamente uma estrutura capaz de permitir que esta Comissão possa, num prazo relativamente curto, propor à sociedade esse destaque de recursos e uma estratégia de ação focalizada nessa parcela da população. Devemos agora aproveitar a oportunidade e propor que o Governo seja obrigado a montar um sistema de avaliação dos indicadores sociais do País.

Todos os anos, ao propor o Orçamento Anual ou os Programas Plurianuais de Investimentos, o Governo deveria estar informando ao Congresso e, por meio dele, à sociedade a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano do País, porque a eficácia de uma gestão governamental não se mede apenas pelos índices de crescimento, nem tampouco pelos quilômetros de estrada ou pelo volume de concreto em pontes, etc. A verdadeira avaliação do Governo está na evolução dos índices sociais: da mortalidade infantil, do acesso à escola, da igualdade dos gêneros.

Se conseguirmos fazer isso, teremos avançado bastante e teremos dado aquele cunho de permanência a que o Governador Alceu Collares se referiu. Penso, inclusive, que talvez tenhamos de caminhar no sentido de que o programa que sugerirmos aqui seja encravado na Constituição brasileira, exatamente para que ele tenha essa permanência e para que possamos mudar um pouco o enfoque e a mentalidade dos governos.

O SR. ALCEU COLLARES – Não leve a mal: o SUS da pobreza! Na saúde, não há isso.

O SR. ROBERTO BRANT – Sim. Deve haver um sistema permanente e focalizado. Quanto mais refletimos sobre essa questão e quanto mais passamos os olhos sobre os dados, percebemos que a indigência brasileira é tão mais injusta porque ela é absolutamente desnecessária.

Em Bangladesh, na Índia ou em outros países há uma grande parte da população que ainda está abaixo dessa linha, e, mesmo que a renda média desses países fosse totalmente distribuída, com o índice de Gini igual a zero, ainda haveria uma parcela muito grande de pobres. No Brasil, com uma renda **per capita** de mais de R$4,5 mil, não pode haver populações com uma renda familiar abaixo de R$50,00 ou R$60,00, o que significa menos de US$1 por dia para cada habitante.

Esta Comissão já preencheu um papel. Lentamente, essa questão está se inserindo na agenda nacional. Hoje, durante uma hora, dei uma entrevista a um repórter da revista **Exame** sobre a questão da pobreza. Será a primeira vez em que a revista **Exame** falará de pobreza como uma preocupação nacional. Há poucos dias, o ex-Ministro Reis Veloso introduziu a questão da pobreza no famoso fórum anual que ele organiza. Creio que essa já é uma vitória da Comissão.

O SR. ALCEU COLLARES – Eminente Relator, sem ironia nenhuma, o Banco Mundial também está preocupado.

O SR. ROBERTO BRANT – Li o relatório do Banco Mundial. Na verdade, os jornais fizeram uma síntese muito inteligente. O Banco Mundial não fala que as políticas sociais no mundo fracassaram; pelo contrário, ele diz que há avanços nos indicadores sociais inegavelmente. O que ele está dizendo é o que o ritmo de diminuição da pobreza é extremamente lento e que, do ponto de vista da desigualdade, ela realmente está se ampliando.

Penso que aqui falamos menos da desigualdade. O Professor Hoffmann abordou a questão de uma maneira muito interessante: é preferível ser mais desigual e menos pobre a ser mais igual e mais pobre. A desigualdade me causa repugnância, abomino inteiramente os padrões de distribuição de renda do País, mas o esforço de alterar a desigualdade se realiza a longo prazo. Penso que o combate à pobreza tem de começar no exercício fiscal do ano 2000.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Professor Paulo Singer, para responder ao Deputado Alceu Colares.

O SR. PAUL SINGER – Pois não. Não toquei na questão que V. Exª levantou, porque temia estar fugindo do assunto específico, mas V. Exª fez bem. Na realidade, tudo o que pudermos fazer quanto ao que mencionei aqui serão ser muito pouco, não vão redu-

zir a quantidade de pobres no Brasil, se não voltarmos a fazer a economia crescer.

Essa é uma questão absolutamente central. O crescimento da economia, mesmo no período do regime militar o milagre econômico , em que a tendência era concentradora, inclusive porque não havia nenhuma possibilidade de reivindicação, de organização coletiva, de negociação, mesmo no milagre econômico, ela reduziu a pobreza absoluta de uma forma muito grande.

Fiz um estudo, à época, para mostrar que não aconteceu e os dados me desmentiram. Aprendemos muito quando, de repente, descobrimos que não é o que pensamos.

O milagre econômico foi a última vez que a economia brasileira cresceu sustentadamente por um longo período. Nessa época, aumentou incrivelmente a desigualdade no País, quer dizer, a desigualdade ficou maior, a pobreza absoluta diminuiu pela metade, algo como pela metade.

No início dos anos 60, mais da metade dos brasileiros eram pobres. No fim do milagre eram mais ou menos um quarto um pouco mais. Esses dois fatos não são contraditórios; pelo contrário, o que aconteceu no milagre é que a riqueza dos que já estavam bem aumentou muito do que a riqueza ou o ganho ou que for dos que estavam lá embaixo, mas que também aumentou.

Queremos agora que o País volte a crescer sem essa tendência, sem esse viés concentrador. É sabemos como se faz isso; não há nenhum milagre. É preciso reduzir a taxa de juros, ampliar o crédito, fazer o Governo liderar o processo de investimento, com grandes inversões sociais e econômicas ou, enfim, promover o investimento, e, com isso, a economia cresce.

O grande problema para isso não acontecer não é que falte vontade política ao Governo; é que simplesmente isso é incompatível com o grau de dependência do capital global externo na qual nos metemos, dependência essa que, a meu ver, é absolutamente desejada politicamente, ou seja, ela não é uma imposição, não é que todo mundo precisa ser dependente. Nós nos endividamos demais, portanto, a dependência tornou-se ainda muito pior e, como sempre acontece, os detentores de riqueza financeira o que mais temem é a chamada inflação e o calote público. Então, as prioridades dos investidores são opostas à prioridade do resto da sociedade, para a qual, no caso brasileiro, crescer é vital.

Infelizmente, os nossos credores, tanto os que residem aqui como os que residem fora, seria injusto dizer que só os estrangeiros, inclusive os nossos, ensaiam uma fuga de capitais tão logo a economia brasileira comece a deslanchar. Aconteceu três vezes nos últimos anos, deixando a minha resposta o mais claro que posso deixar, é absolutamente essencial reformular a inserção brasileira na economia global; não romper com a economia global, simplesmente fechar o guichê. O Brasil não é banco. Banco tem o guichê aberto e aceita qualquer quantia que se queira aplicar nele, porque tem, na outra ponta, onde aplicar esse dinheiro. Nós não temos a outra ponta. Então, deixar a economia aberta a quem queira aplicar no Brasil a curto prazo, colhendo juros altos, é um contra-senso. E estamos praticando esse contra-senso há anos, com os piores resultados. Está na hora de parar.

É preciso dizer que aceitamos capital externo claro que sim , mas capital de longo prazo, investimento direto, que cria capacidade produtiva. Po outro lado, não nos interessa capital que entra aqui para alimentar a ciranda financeira, que em última análise causa o déficit público, cuja solução não há ajuste fiscal que alcance. Isso não é agressão nem ao investidor estrangeiro nem ao brasileiro; trata-se simplesmente de colocar as prioridades do próprio crescimento e/ou da redistribuição da renda antes dos direitos dos credores, que nem assim precisariam ser frontalmente feridos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Eu gostaria de saber se o Dr. Hoffmann concorda ou se tem alguma coisa a acrescentar na pergunta que foi feita aos dois, salvo engano.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Concordo em que, quanto ao crescimento brasileiro, é preciso considerar uma perspectiva de mais longo prazo, considerando-se as últimas décadas. Sem dúvida, apesar de ter aumentado a desigualdade na distribuição de renda, o crescimento foi acompanhado por redução da pobreza, o que se constata nos dados sobre renda.

Falando em dados sobre renda, existe um problema muito grande nas comparações feitas ao longo do tempo: a mudança de moeda. Os índices de inflação sempre são muito sujeitos a erro, são discutíveis. Contudo, existem informações de outra natureza que costumam ser usadas para avaliar a pobreza: esperança de vida, mortalidade infantil, etc. O pessoal de nutrição e saúde pública usa muito um indicador baseado no crescimento das crianças: diz-se que a estatura de uma criança com três, quatro ou até cinco anos de idade é muito sensível às condições em que a criança está crescendo. O crescimento não é só

questão de nutrição; a criança pode estar recebendo alimentos em quantidade adequada, mas, se suas condições higiênicas são desfavoráveis, vive com disenteria, não cresce direito. Então, existe o chamado "z" de altura para a idade, utilizado pelo pessoal da nutrição pública. A proporção de crianças com altura para a idade abaixo do "z" em dois pontos pode ser encarada como medida de pobreza.

Existe uma série de trabalhos do Professor Carlos Augusto Monteiro sobre esse assunto. Quando o IPEA escreveu um trabalho falando sobre o mapa da fome, ele ironicamente chamou o trabalho dele de mapa da pobreza, porque o que o IPEA estava realmente fazendo era um mapa da pobreza, mas resolveram chamá-lo de mapa da fome; ele decidiu fazer o contrário: fez o mapa da fome, mas chamou-o de mapa da pobreza. É que os dois fenômenos estão muito associados.

Enfim, os indicadores desse tipo mostram que, quando se consideram várias décadas, nas últimas há um claro limite do progresso no Brasil, há uma tendência de diminuição da pobreza, de melhoria dessas condições. Aliás, no que se refere à saúde pública, existem melhoras até mesmo no que alguns economistas chamam de a década perdida, ou seja, mesmo durante a década de 80, apesar de que a renda **per capita** não cresceu e a distribuição de renda também não melhorou, houve progressos; não graças ao Governo, mas são progressos da medicina no âmbito mundial. É um fenômeno que atingiu e atinge toda a América Latina: vacinas, melhorias até com baixos custos nos sistemas de saúde pública, que diminuíram a mortalidade infantil e aumentaram a esperança de vida.

Por isso, não sou pessimista de jeito nenhum. Minha expectativa é de que este País continue crescendo e que isso contribua para a diminuição da pobreza, sim. No entanto, pode ser um processo muito demorado; depende do objetivo que se queira; se o objetivo é diminuir a pobreza a curto prazo, é necessário, sim, o processo de redistribuição e diminuição da desigualdade.

Eu não me atreveria, de forma alguma, a dar um palpite sobre o que deve ser feito para diminuir a pobreza. Penso que deve ser algo permanente e para tudo. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário teriam de preocupar-se em analisar todas as medidas e que implicações teriam em termos de desigualdade e redistribuição e como atingiriam os pobres. Há muitas medidas. A maneira de financiar a Previdência Social tem implicações na redistribuição de renda. Existem projetos e idéias mais específicos para combater e minorar a pobreza, como o caso da merenda escolar, conhecido como um exemplo exitoso e uma política que deve ser mantida, assim como os crescentes programas de bolsa-escola ou renda mínima. Tudo dependeria da ampliação dessas políticas e de onde serão tirados recursos para isso.

Quando estava terminando minha exposição, perguntaram-me o que eu considerava salário-mínimo ideal. Não sei. Se o salário-mínimo fosse o salário mínimo do mercado de trabalho, ele teria de ser aumentado. Embora não tenha estudado particularmente o assunto, já ouvi falar das implicações que o salário-mínimo tem em diversas áreas. Há juízes que estabelecem em sentenças o pagamento em salários-mínimos. Isso ocorre porque o salário-mínimo passou a ser usado como um indexador geral de valores monetários na época da inflação alta. Se, por exemplo, dobrarmos o salário-mínimo, afetaremos até sentenças judiciais. Seria esse um caso extremo. Enfim, houve uma distorção. Não sei nem as possibilidades legislativas e legais de se separar, talvez um decreto que mudasse o salário-mínimo enquanto salário mínimo de mercado de trabalho e que o mantivesse para outras finalidades. O salário-mínimo, então, no Brasil virou um cipoal de implicações.

O Deputado abordou ainda a história da ascensão social. A ascensão social está associada à desigualdade de distribuição de renda, mas de uma maneira complicada. Gosto desse tema. Há tempos, procuro entender o porquê dessa ascensão social. Nos últimos 50 anos, o Brasil teve um processo de ascensão social muito grande. Concordo totalmente que a pobreza tem seu aspecto hereditário. Mas não é o caso de castas. Este País não é fechado. Podia ser pior. Não existem castas sociais, como na Índia.

Quando a ascensão social dá-se individualmente, para alguns e a maioria fica para trás, ela pode contribuir bastante para aumentar a desigualdade de distribuição de renda. A peça de Chico Buarque e de outro autor chamada "Gota D'Água" conta a história de um sujeito que fez um samba e progride. Em um monólogo do personagem Jasão, ele fala da ascensão social, dizendo que a elite é muito esperta, pega o sujeito com bons dentes – lenha da boa – e coloca-o para queimar na fogueira deles. E o mundo fica mais frio e escuro. Enfim, é um texto poético que eu não saberia reproduzir, mas dá a idéia de que a ascensão social pode ser ótima para quem ascendeu. Mas, para os que ficaram para trás, ela é triste.

É um problema sério a ascensão social. Eu mesmo sou um caso desse tipo. Posso declarar aqui que meu avô era trabalhador rural, camponês. Sou

professor universitário e penso que qualquer sociólogo consideraria esse um caso típico de ascensão social baseado na educação novamente. Conforme se discutiu aqui, a educação básica é fundamental. É preciso associar programas renda mínima à educação. Estamos todos de acordo em relação a isso. A ascensão social que ocorre no Brasil não é contraditória com o fato de ter sido, em certo sentido, bastante seletiva. É bom que ela continue existindo, mas é fundamental também que sejam aumentadas as oportunidades de ascensão social. É preciso que isso seja um processo mais coletivo e menos individual.

Como fazer isso? Eu acho que não existe uma receita, uma medida legislativa para se fazer isso. Essa é uma preocupação que tem que ser permanente. E quase todas as medidas legislativas têm alguma implicação com distribuição de renda e seus componentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan, que inverteu sua posição com o Senador Eduardo Suplicy.

Volto a lembrar que o tempo é de cinco minutos para cada orador. O Deputado Alceu Collares obedeceu rigorosamente a esse tempo de cinco minutos. Gostaria que todos fizessem o mesmo.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, Srs. conferencistas, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela sua delicadeza. Devo ir ao plenário da Câmara para relatar dois projetos da área do trabalho. Por isso, devo retirar-me, mas não queria fazê-lo sem antes registrar o agrado com que ouvi as exposições dos Professores Rodolfo Hoffmann e Paul Singer. Aliás, eu disse ao Dr. Paul Singer que nos havíamos privado de ouvi-lo na Comissão de Educação, quando estávamos fazendo um debate sobre o Plano Nacional de Educação. Sou o Relator, e queríamos ouvi-lo exatamente falar sobre a educação como fator de distribuição de riqueza e de redução da pobreza. No entanto, hoje estou nesta Comissão e estou tendo prazer de ouvi-los.

Eu queria dizer que evidentemente não tenho nenhuma observação no sentido da discordância do que foi dito. Talvez, se tivesse tempo, eu teria alguns esclarecimentos a mais a fazer. Acentuo a identidade que tenho com a idéia de que a educação é um instrumento de eliminação da pobreza, de ascensão social, de promoção, enfim, de repartição e melhor distribuição da riqueza do País. Tenho participado, há anos, quando Secretário de Trabalho e Ação Social do Rio Grande, dessa idéia de associar . Penso que foi disso que surgiu a merenda escolar. Na década de 75, fiz a CPI da Criança Carente na Câmara. Foi nessa época que o então Presidente Geisel determinou que a merenda escolar fosse universalidada. Essa CPI, no meu entender, prestou um bom trabalho. Eu sentia, em Porto Alegre, que as crianças se evadiam da escola porque não tinham comida.

Depois, passei a acreditar, Professor, que não é suficiente a merenda escolar para algumas pessoas. Ocorre-me dizer que, quando queremos construir uma sociedade com igualdade de oportunidades, temos que tratar diferentemente os desiguais. É isso que a nossa escola, de modo geral, não fez ao longo do tempo; a nossa escola, não, as nossas políticas sociais. As nossas escolas normalmente se encarregavam de abrir as matrículas e não se ligavam ao social, ao assistencialismo. De modo geral, em muitas regiões, vivemos isso muito estanquemente. Eu penso que, hoje, com os programas de renda mínima, de bolsa-escola. Estamos avançando fortemente na idéia de construir uma escola que possibilite os que não têm condições de berço ou que são carenciados economicamente, educacionalmente ou socialmente, que não têm condições de acompanhar a escola. A exclusão social, a exclusão da escola se dá em grande parte por aí, e o trabalho evidentemente. Por isso, hoje, temos dois ou três milhões que não estão na escola e talvez tenhamos cinco ou seis que freqüentam a escola, mas não a aproveitam e repetem. Então, são milhões que estão indo para a exclusão social e não vamos erradicar nenhuma pobreza, não vamos distribuir nada se não fizermos isso.

Eu queria acentuar a minha identidade com essas afirmativas feitas aqui nesse caminho, e esperar que a possamos avançar exatamente com alguns bilhões nessa matéria.

Daí, gostaria de fazer duas perguntas muito sucintas. Onde ficaríamos na linha da pobreza? Somos todos pobres ou qual seria a linha de pobreza? Qual seria o salário, mais ou menos, que determinaria abaixo dessa linha? Sei que os professores dirão que em São Paulo é um salário; lá no interior do Rio Grande é outro. Se a família tem filhos na escola é uma situação. Se ela já não os tem mais é outra situação.

A segunda questão: gostaria de ouvir a apreciação do ensino brasileiro pelos dois professores. Tenho profunda admiração pela universidade pública, pelo ensino público, que está melhorando enormemente, a saúde e a educação brasileira estão melhorando muito, mas ainda falta muito a fazer. Como poderíamos acabar com a exclusão no ensino fundamental, no ensino médio e no próprio ensino universitário? Muita gente não consegue acessar as universi-

dades porque o Crédito Educativo não chega ou porque não há universidade pública.

Deixo essas duas questões e peço escusas se eu tiver que sair antes de ouvir a resposta. Parabenizo o Sr. Presidente e esta Comissão pela conferência que acabou de ouvir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com relação à sua primeira pergunta, V. Exª se referiu ao salário mínimo para estabelecer a linha de pobreza?

O SR. NELSON MARCHEZAN – Não, é sobre a linha de pobreza. Qual seria a renda **per capita** abaixo da qual consideraríamos linha de pobreza e em que escalas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Professor Paul Singer.

O SR. PAUL SINGER – Sou entusiasta do trabalho da professora Sônia Rocha, que os senhores já ouviram, e não tenho muito a acrescentar. Ela e a equipe do IPEA desenvolveram uma metodologia que começa por avaliar a satisfação das necessidades básicas das pessoas, ou seja, quanto custa satisfazer essas necessidades que basicamente são: alimentação, habitação, vestuário, educação. Essa é uma forma correta de abordagem.

Pobre é a pessoa ou a família que não tem recursos para satisfazer aquilo que socialmente é considerado necessidade básica, não biologicamente, mas socialmente, mas os custos da satisfação dessas necessidades básicas são muito variados.

Numa cidade como São Paulo, o custo do transporte público e o custo do aluguel são mortais. Numa cidade pequena, não muito longe de lá, são infinitamente menores. Então, supor que a linha de pobreza possa ser idêntica em um país tão diverso como o Brasil não me parece ter base.

Pela metodologia que ela usou, há variações profundas entre, digamos, a linha de pobreza, representada por um certo número de reais de renda per capita mensal, no interior do Nordeste, para pegar um extremo, e no Rio de Janeiro e em São Paulo, num outro extremo, pode ser mais de duas vezes. E me parece que, como critério, é o único que se pode aceitar. Não saberia dizer no momento qual é o número, mas são muitos os números. O que queria urgir a nós todos é que façamos mais pesquisas sobre orçamento familiar, que é essencial para conhecermos as condições sociais deste País; sem pesquisas freqüentes de orçamentos familiares, essas linhas de pobreza vão significar cada vez menos.

É importante lembrar de que há um processo de expansão de necessidades básicas. Darei um exemplo simples. Ter televisão não era, certamente, necessidade básica há vinte anos; naquela época, era ligado ao movimento sindical, e discutíamos que isso era um luxo do luxo. Diria hoje que não ter televisão, pelo menos na área urbana brasileira, está faltando alguma coisa de comunicação, de inserção cultural muito essencial. Está mudando, penso que deveríamos estar coletando o máximo de informações para que a nossa definição monetária de linha da pobreza tenha realmente correspondente na realidade.

A outra questão a respeito de educação. Pelo que leio, entendo que nem educação superior hoje basta. No mundo desenvolvido, nos Estados Unidos – que certamente é o modelo para nós, não dá para evitar – o que chamam de trabalhador qualificado, possui no mínimo um diploma universitário. O fato de que há ainda uma enorme quantidade de pessoas que não têm sequer o primário, de oito anos completo, significa que há um déficit de escolaridade relativamente muito grande.

Mais importante que isso, a meu ver, é a reformulação curricular, a qualidade desse ensino. E aí existe uma enorme discussão, não pretendo fazê-la aqui, porque não quero me alongar demais. Basicamente a escola brasileira do primário até universitário forma assalariados. É estranho isso, mas fui professor a vida inteira. Estou convicto de que treinamos as pessoas para obedecer ordens, manter disciplina e fazer coisas chatas. Desde os bancos escolares até o pós-graduação. Decorar, cumprir tarefa, baixar a cabeça, ser obediente etc.

A mudança no mundo do trabalho é tão profunda hoje que temos que formar gente capaz de tomar iniciativas, mesmo que seja um pouco rebelde, no mínimo não aceite tudo que lhe dizem, tenha uma máxima capacidade de questionamento etc. Penso que isso exige uma revolução no conteúdo da escolaridade, o que, evidentemente, é um problema nosso como educadores, mas de toda a sociedade ao mesmo tempo, não o faríamos sozinhos.

Precisamos, cada vez mais, de criar as pessoas com uma enorme capacidade de usar sua improvisação, criatividade, inteligência, coisa que estamos fazendo hoje com os mais pobres e menos escolarizados nas incubadoras e cooperativas populares. Estou falando por causa disso. Quer dizer, vemos despertar nessas pessoas de repente potencialidades que ninguém imaginava que tivessem. Ficam muito criativos e hábeis, bons empreendedores.

Diria que, nessa direção, precisaríamos marchar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Professor Rodolfo Hoffmann.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Essa linha de pobreza depende da finalidade. Fiquei preocupado com a pergunta no início porque pensei que fosse fixar aquele nível mínimo de renda abaixo do qual a pessoa passa a ter direito à renda mínima ou bolsa-escola. Esse problema envolve um nível razoável, mas, ao mesmo tempo, tem se que levar em consideração quanto será gasto com o programa, quanto se pode gastar com o programa. Claro, quanto mais alto o nível melhor, mas, por outro lado, tem-se que levar em consideração os custos.

Se a finalidade é análise, que é o que faço, comparar, quero saber se a pobreza diminuiu de 1995 para 1997, em São Paulo. Posso fazer essa análise considerando 3, 4 diferentes linhas de pobreza. Essa linha de pobreza não precisa ter uma fundamentação teórica. Posso fazer uma análise considerando inclusive um valor real igual a um salário mínimo de uma época, duas vezes o valor do salário mínimo e assim por diante e fazer as comparações. Com as facilidades computacionais modernas, podemos fazer a distribuição inteira e fazer as duas curvas. Usando os gráficos que mostrei, podemos ver se a curva de um está a cima da curva do outro. Isso significa, qualquer que seja a linha de pobreza, que a pobreza diminuiu ou aumentou; se uma curva ficar em cima da outra, se as curvas se cruzarem, poderemos ver que, com esta, a pobreza está diminuindo; com aquela outra, a pobreza aumentou. Dá para fazer esse tipo de análise sem problema.

Então há a idéia de que eu preciso determinar, estabelecer uma "linha de pobreza" para fins de análise, de comparação da pobreza ao longo do tempo. Isso não é necessário. É o meu argumento.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Vou pedir escusas aos dois ex-colegas, porque agora estou sendo chamado ao plenário e devo ir lá, Professor. Sou-lhe muito grato pela delicadeza de responder às minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – A outra pergunta era sobre educação. A respeito da educação eu não sei. Há alguns problemas. A fala do Professor Paul Singer me deixou um pouco preocupado com uma coisa. Estou dando aula em uma universidade e não consegui deixar de me sentir incomodado com a idéia de que os alunos possam ser rebeldes. Vejo exatamente o contrário. Parece-me que dou aula para poucos alunos. Isso é ineficiente. Nas salas poderia haver mais alunos. É uma questão de economia, economia de escala. É triste ver um professor universitário dando aula para dez alunos porque são os repetentes e no meio da aula eles se levantam e saem. Penso que seria muito mais eficiente dar aula para um grupo de 30 ou 40 alunos. É claro que eles não poderiam entrar e sair a hora que quisessem. Feriu-me a idéia de que uma sociedade livre é uma sociedade indisciplinada. Sei que o senhor não está querendo dizer isso, mas me deu essa impressão. Os alunos, pelo menos nas universidades públicas, gratuitas, do Estado de São Paulo – estamos falando de USP e Unicamp –, na minha opinião, não estão com liberdade de menos nem precisam de estímulo à sua iniciativa. A minha tendência é achar o contrário: que os recursos não estão sendo usados da maneira mais eficiente possível. Alguns podem dizer que sou... Por causa dessa cara de alemão, já fui chamado de nazista. Entendo que se precisa de disciplina para ser eficiente. Uma pessoa que estuda também deve aprender isso na escola. O fato de os alunos saírem da sala já me causou muita preocupação. Eu me perguntava: devo proibir os alunos de levantar e sair? Fui falar com um professor de cursinho – sei que é uma idéia meio neoliberal, mas, enfim, estou admitindo que o cursinho pelo menos tem o objetivo, bem definido, de preparar o aluno para fazer o vestibular – para saber como eles agem. Deixam o aluno entrar e sair da aula do cursinho na hora que eles querem? Não deixam. O meu amigo professor de cursinho explicou que não. O professor começa a aula, cinco minutos depois ele abre a porta e deixa os retardatários entrarem, fecha a porta e acabou. Aluno não fica entrando e saindo, porque isso tira a atenção do professor e dos alunos no meio da aula. Mas na universidade em que dou aula, na UNICAMP, é meio tradição, acho que se eu levar uma chave e fechar a porta, vão considerar... (Risos) Mas no cursinho fazem isso. Por que no cursinho fazem isso? Não estou querendo dizer que devemos imitar em tudo o cursinho, que tem um objetivo diferente, mas há esse aspecto de eficiência, que tem de ser levado em consideração.

Quanto ao outro problema, gostaria de dizer que não sou especialista no assunto. Tenho uma desconfiança, vamos dizer assim – ouço o pessoal do IPEA dizer isso, acho que já vieram aqui – de que mereceria um estudo a redistribuição dos recursos totais da educação no Brasil. Parece ser um fato incontestável que nas universidades públicas não há nenhum pobre. Pobre mesmo, desses que estão abaixo da linha de pobreza, de 60, não há nenhum.

O ensino primário teria que receber mais recursos. Se os recursos nacionais para a educação forem limitados ao que são, não tenho certeza desta informação, mas se estiverem limitados mereceria uma

atenção no sentido de se fazer uma redistribuição a favor da educação básica. Agora, se os recursos para a educação puderem ser aumentados, a conversa é outra; não seria necessário retirar de um e passar para o outro. Claro que, do ponto de vista de um professor, o ideal é isto mesmo, mas a atenção principal teria que ser para aumentar recursos para a educação básica.

Como disse o prof. Paul Singer, nem os oitos anos básicos de ensino a população brasileira tem garantidos – ensino de boa qualidade. É necessário melhorar a qualidade desse ensino para que o aluno, que passa pela escola gratuita de ensino básico, tenha, depois, condições de competir com os filhos da classe média ou rica que fizeram escola particular.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Sr. Relator, Deputado Roberto Brant e quero cumprimentar a excepcional contribuição dos profs. Rodolfo Hoffmann e Paul Singer.

Conforme o Deputado Roberto Brant nos relatou quanto à radiografia da distribuição da renda e com as contribuições dos depoimentos de Roberto Borges Martins, Ricardo Paes de Barros, Sônia Rocha e agora Rodolfo Hoffmann, temos um quadro muito completo sobre esta questão da distribuição.

Fico feliz de o prof. Rodolfo Hoffmann ter podido atender ao nosso chamado, pois S. Sª é o professor de econometria que, no Brasil, reconhecidamente, desde os anos sessenta, setenta, mais tem realizado estudos consistentes relativamente a este ponto. Por outro lado, o prof. Paul Singer nos deu uma contribuição extraordinária do ponto de vista do exame das causas da pobreza e as diversas sugestões de como enfrentá-las com determinação.

Quero fazer uma primeira pergunta a ambos; porém, antes, vou lembrar um debate ocorrido em 1973 quando o prof. Rodolfo Hoffmann atendeu a um convite para participar, na Fundação Getúlio Vargas, juntamente com o prof. Carlos Geraldo Langoni e comigo – o Professor Paul Singer não estava nesta noite, mas certamente se lembrará.

Em 1973 – e vou situar o ano porque penso que seria muito importante se ambos pudessem contribuir com a sua reflexão, recordando o debate do início dos anos setenta e a situação presente –, estávamos em meio ao Governo Médici, se não me engano, quando saiu o livro do prof. Carlos Geraldo Langoni sobre crescimento e distribuição da renda, onde ele comentava a evolução da distruição durante os anos sessenta. Foi em dezembro de 1971 que o prof. Albert Fishlow, na cidade de New Orleans, no Congresso da Associação Americana de Economistas, divulgou pela primeira vez os dados que o IBGE havia coletado sobre como havia se dado a concentração a renda ao longo dos anos sessenta.

Para o Governo, aquilo foi um choque. A oposição dizia que estava crescendo, mas o crescimento era com muitas pessoas muito pobres e que se concentrava a renda... O Governo não reconhecia este fato até que o IBGE, que demorou a divulgar os dados, tendo em vista o regime em que vivíamos, e foi então o Professor Albert, que havia colaborado no acordo com o governo americano, que divulgou os dados. Eu, por acaso, estava lá e fiquei impressionado com a apresentação.

O governo se esmerou em logo procurar responder e solicitou a um jovem economista que tinha retornado de Chicago que fizesse um estudo. Então, Carlos Geraldo Langoni fez um estudo econométrico sobre as causas da distribuição da renda no Brasil. Procurou explicar que era natural que tivesse havido um processo de concentração numa fase de crescimento. Em muitos países, numa fase de crescimento acelerado, dependendo da fase de desenvolvimento, poderia ocorrer uma concentração, mas que naturalmente se poderia esperar a melhoria da questão da eqüidade. Ele também procurou mostrar, econometricamente, que a educação tinha muito a ver com a questão da distribuição. Mas não tanto a política econômica, na questão relativa a como é que sindicatos não podiam se organizar. Os diversos dados estavam a indicar que, embora os salários crescessem, não teriam crescido tanto quanto a produtividade.

À luz do que ocorreu, não apenas nos anos 60, 70, 80 e 90, aquele diagnóstico então apresentado confirmou-se ou não? As críticas que ambos fizeram àqueles argumentos procediam? E por que razão, se assim o consideram, precisamos ter um empenho dramático, um senso extraordinário de urgência para efetivamente atacar o problema da pobreza e da distribuição da renda? Senão o fizermos, as coisas poderão ainda piorar muito mais.

A primeira questão refere-se a uma perspectiva histórica que gostaria de ter, até lembrando que o debate naquela noite na Fundação Getúlio Vargas foi de grande tensão, emoção, dramático e interessante, com um auditório lotado. O Professor Rodolfo Hoffmann ali estava.

Na visão de ambos, é o efeito sobre a distribuição da renda estarmos pagando neste ano, segundo os dados oficiais do Banco Central e do Orçamento da União, R$50,1 bilhões de juros e encargos – se-

gundo o orçamento da União, juros reais e encargos serão da ordem 50,1 bilhões de reais, e, para o ano 2000, R$78,1 bilhões. Poderíamos fazer um reflexão: ainda que os dados da PNAD não façam essa distinção, quem será que recebe essa parte da renda nacional, a que é paga na forma de juros? Provavelmente os portadores de títulos ou os que têm juros a receber.

No espectro da população brasileira, esses juros e encargos registrados no Orçamento serão pagos a quem? A razão dessa pergunta é porque avalio que precisamos estar conscientes dessa questão. Se nós queremos destinar um certo valor para a erradicação da pobreza absoluta, da miséria, da indigência, daquilo que definirmos que precisa ser erradicado, é importante termos uma idéia de como, em 96/97, pagamos 2,6% do PIB; em 98, 5 e pouco por cento; neste ano está previsto pagarmos 7,5%, uma proporção considerável. É possível que no ano que vem esse valor diminua, mas isso é algo que precisa ser visto.

A terceira questão é um exercício de imaginação feito sobre a nossa História – e gostaria de convidar os membros da Comissão Mista e o próprio Relator, Deputado Roberto Brant, um mineiro da área em que o Brasil certa vez teve enorme riqueza em ouro e pedras preciosas e minerais, a participarem. Vamos imaginar que nós tivéssemos, pelo menos desde o início dos 500 anos da História do Brasil – porque, antes, a propriedade era comum, era dos índios que aqui viviam –, separado uma parte da riqueza criada ao tempo em que a nossa economia baseava-se sobretudo no pau-brasil, depois no ouro, na cana-de-açúcar, posteriormente no café, na soja, nos automóveis, nos computadores, nos televisores, no petróleo. (O Governo acabou de anunciar que há uma enorme reserva petrolífera junto ao litoral de Santos; mais uma vez é possível que se tenha ali uma fonte de riqueza.) Imaginemos que tivéssemos separado uma parte da riqueza criada no Brasil para um fundo que, uma vez acumulado, pudesse render um dividendo para cada um dos habitantes do Brasil. Seria este um mecanismo adequado?

Recentemente, houve uma iniciativa do Presidente Antonio Carlos Magalhães para se criar um fundo, que, segundo S. Exª, poderia ser oriundo de diversas fontes. Mas todas as fontes, se formos examinar, resultam de parcela da riqueza criada.

Ora, será que não seria razoável criarmos um fundo permanente, para destinarmos um dividendo a todas as pessoas? Na verdade, o Brasil já faz isso, mas não tão bem, porque não criou um fundo suficiente para prover um dividendo aos cento e sessenta e tantos milhões, uma renda mínima a todos.

Ainda nesta semana, o Governo está anunciando os que serão beneficiários de um salário mínimo decorrente do FAT. Alguns milhões vão ser receptores de um salário mínimo anual, proveniente do FAT. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço também é um outro fundo da riqueza criada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, lamento informar a V. Exª que o tempo de V. Exª já está esgotado; aliás, foi ultrapassado em 5 minutos. E ambos os professores estão com viagem de retorno marcada. Gostaria que V. Exª formulasse as perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito bem.

O que eu gostaria de indagar é, relacionado a essa reflexão, se não fizemos ainda bem feito, poderemos fazer daqui para a frente, e, se o fizermos, destinarmos uma renda suficiente para todos os cidadãos, como um direito à cidadania, qual seria o melhor desenho desse projeto? Poder-se-á, relacionando à educação, às famílias cujas rendas não alcancem o patamar de renda definido como linha de pobreza nesse estudo de Rodolfo Hoffmann, que é de meio salário mínimo **per capita**. Mas, levando-se em consideração a necessidade de termos as crianças não trabalhando precocemente, freqüentando, de fato, escola, de criar empregos, de se estar possibilitando a todas as pessoas o direito de trabalhar, mas o direito também de ter uma renda, qual o melhor desenho desse programa que deveríamos ter. Gostaria só de assinalar uma informação: como o professor Paul Singer nos diz que será importante que o Congresso Nacional pense na melhor legislação sobre cooperativas de trabalho e formas cooperativas, que o nosso companheiro de Bancada, Senador Geraldo Cândido, inclusive, propôs uma audiência pública, que se realizará proximamente no Senado, de duas audiências públicas exatamente sobre esse tema. Então, queria só dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Bem, como o Professor Rodolfo Hoffmann tem que sair primeiro, gostaria que ele respondesse. Depois, o professor Paul Singer.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Vou tentar responder a primeira pergunta e deixar as outras duas, que são muito mais difíceis, para o professor Paul Singer.

O SR. PAUL SINGER – Tudo bem.

O SR. RODOLFO HOFFMANN – Não, mas a primeira pergunta é mais uma questão de história. Como é que é? É o debate de 72 a 73, que se prolon-

gou, depois, de vários anos, sobre a interpretação do grande crescimento da desigualdade da distribuição de renda no Brasil entre 60 e 70. O índice Gini em 1960 era da ordem de 0,5, de acordo com dados do Censo de 60, e o índice Gini, de acordo com os dados do Censo de 70 tinha subido para 0,58. O 0,58 está aí ainda, não mudou muito. De 70 a 80, cresceu mais um pouco, de 80 a 90, mais estável. Mas, enfim, não mudou muito. A mudança principal, de acordo com os dados, foi de 60 a 70, quando tivemos o chamado golpe militar, e houve o começo, no fim da década de 60, do milagre do Delfim Netto, período de crescimento rápido. A interpretação do Langone para esse grande crescimento da desigualdade, que ele reconheceu — eu acho que o Langone é um pesquisador sério — e procurou fazer uma interpretação econométrica relativamente sofisticada, digamos, mas nada tão ... enfim, interpretando a questão como uma decorrência do mercado de trabalho, do fato de o crescimento econômico rápido aumentar a demanda por mão-de-obra especializada. E a mão-de-obra não qualificada era abundante. Então, lembro-me de que ele usou a expressão "naturalmente aumentou a desigualdade" — "naturalmente", em termos econômicos. Lembrei-me de que, num momento de mais braveza, escrevi alguma coisa dizendo que "bom, esse negócio de usar 'natural' não quer dizer nada. Quando a gente não sabe explicar, a gente diz que é 'natural". Para um canibal, é natural que alguns comam e outros sejam comidos, não é? Mas, enfim, o pessoal de Oposição considerava que não, que o problema do aumento da desigualdade da distribuição de renda tinha sido mais uma conseqüência da ditadura militar, da falta de liberdade. Foi sistemática a coisa. Quando foram presas pessoas em Piracicaba, para contar uma história pessoal, que eu fui preso também como estudante subversivo, estavam na cadeia os líderes dos principais sindicatos da cidade. Era automático. Eram os metalúrgicos, ... Então, a repressão tinha sido contra os trabalhadores, e é claro que isso quebrava o poder de barganha dos trabalhadores e contribuía para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. O livro do Langoni é extraordinário porque ele não se refere a esses fenômenos sociais e policiais; faz toda a interpretação em termos econômicos apenas, e considera isso natural da economia.

Agora, com essa perspectiva histórica, dá para dizer que estavam todos errados, porque, se a interpretação de quem fazia oposição inclusive eu estivesse certa, terminada a ditadura, a distribuição de renda deveria ter diminuído a desigualdade, e não diminuiu. Se a interpretação do Langoni estivesse certa – o principal era o problema do mercado de trabalho, etc. –, com o aumento da oferta de pessoas com título universitário, mais treinadas, dando tempo ao tempo e, no fim das contas, isso era 1972; já estamos 20 anos depois, o mercado já devia ter-se adaptado , também já devia ter diminuído a desigualdade.

Então, na minha interpretação atual, pelas interpretações da época, estavam todos errados. O fenômeno da desigualdade se manteve, mostrou uma persistência que, penso, as pessoas que faziam interpretação naquela época não previam. Claro, **a posteriori**, você pode inventar explicações. Quer dizer, depois que se criou a desigualdade, com algumas pessoas ganhando bem, em situação privilegiada, e outros numa outra situação, isso tende a se reproduzir dentro da economia. Então, não é tão fácil voltar atrás.

Se a ditadura contribuiu para aumentar a desigualdade, o fato simplesmente de a ditadura ter desaparecido e estarmos numa sociedade com liberdades democráticas fundamentais não reverte automaticamente a situação, porque agora já foi criado um conjunto de interesses estabelecidos para manter o **status quo** e estabelecer uma resistência. Então, realmente, é mais difícil diminuir a desigualdade do que simplesmente retirar as condições que contribuíram para a sua criação.

Vou parar por aqui. Confesso que teria muito pouco a dizer sobre a sua pergunta de qual o programa ideal para fazer renda mínima. Não tenho uma proposta pronta para isso.

Desculpem-me, mas darei aula amanhã cedo em Campinas e realmente preciso me retirar. Obrigado pelo convite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Nós é que agradecemos ao Professor Rodolfo Hoffman, desejando-lhe boa viagem. O Secretário acompanhará S. Sª até a saída.

Concedo a palavra ao Professor Paul Singer para responder as duas perguntas restantes do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me apenas fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Professor Eduardo Bueno, em seu terceiro livro, *Capitães do Brasil,* da seqüência que fez sobre a História do Brasil, ressalta uma das formas como se estimulavam o crescimento. Lá pela época de 1530 a 1550, houve a distribuição das capitanias hereditárias: "Para cada pessoa que escolheu, o rei destinou, mercê de irrevogá-

vel doação, área superior à área de Portugal, valedora desse dia para todo o sempre de juro e herdade para ele e todos os filhos, netos e herdeiros".

É uma coisa tão incrível! Justamente a partir daí, até porque esses capitães do Brasil começaram a escravizar os índios, é que começaram os conflitos. Mas, desde então, a nossa história tem sido de promover o crescimento dando àqueles que já têm muito algo extraordinariamente grande. Então, a minha proposta é um pouco no sentido de inverter inteiramente esses costumes.

Eu queria só fazer essa introdução em complementação a minha pergunta, já que o Professor Paul Singer falou de tantas causas do passado importantes para compreendermos o fenômeno da distribuição e da pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Professor Paulo Singer.

O SR. PAUL SINGER – Como fui dispensado de discutir a primeira pergunta que o Professor Rodolfo Hoffman abordou, posso me restringir às duas seguintes, que também são importantes e complicadas.

A pergunta: quem é que recebe os juros? Como eu disse antes, os juros são extremamente elevados no Brasil somos campeões mundiais de taxas de juros reais e isso representa, a meu ver, uma imensa concentração de renda. Os juros são distribuídos, em última análise, em proporção à riqueza financeira de cada um. E todos participam. Se se pensar na dívida pública, ela, na verdade, está nos bancos que pagam nossas aplicações. Então, da classe média para cima, porque os pobres não podem entrar em banco, todos nós recebemos juros. Só que de uma forma extremamente desigual. Então, o fato dos juros serem tão altos é um processo de redistribuição de renda. E é um processo perverso de distribuição de renda, porque o Governo, na verdade, paga com a arrecadação de impostos, que são indiretos no Brasil, majoritariamente. Então, as pessoas que não têm dinheiro em banco e, portanto, não estão recebendo juros, não estão financiando a dívida pública estão pagando impostos quando compram pão, leite, um par de sapatos, quando pagam a conta de luz, de telefone. Em tudo isso, há uma incidência grande de impostos de toda a natureza, indiretos. Esses recursos, via Tesouro federal, municipal e estadual, vão para as famílias que acumularam riqueza financeira grande, ou seja, têm grandes recursos aplicados no sistema financeiro.

É isso que dá para dizer. Que eu saiba, não temos estatísticas, mas, nos países em que as estatísticas existem, em todos eles conheço mais os Estados Unidos , a concentração da riqueza é maior que a concentração da renda. No nosso caso, os 10% das famílias ou das pessoas mais ricas se apoderam de um pouco menos da metade da renda familiar ou pessoal nacional. Indiscutivelmente, eles têm muito mais que a metade da riqueza financeira do País e, consequentemente, também recebem muito mais que a metade do pagamento do serviço das dívidas públicas do País.

Eu poderia lembrar que, entre essas pessoas, existe também um número avultado de pessoas jurídicas. Não se trata apenas de famílias e pessoas. Há um grande número de empresas que também fazem reservas financeiras e, consequentemente, também usufruem do pagamento dos juros. Mais uma vez, os donos das empresas são, sem dúvida alguma, parcela da elite capitalista do País.

Não sei se eu respondi, mas é o que consigo deduzir.

Uma das conclusões a tirar dessa minha resposta é que seria altamente interessante se pudéssemos ter uma estatística não só da distribuição da renda, mas também da riqueza mobiliária e imobiliária do País. Os antigos censos agrícolas nos davam, mas agora deixaram de fazê-los, pelo menos da terra agricultável do País. As declarações do imposto de renda permitiriam fazer uma estatística da distribuição dos patrimônios individuais constantes das declarações anuais feitas ao imposto de renda.

Quanto à outra idéia do Fundo, eu queria dizer o seguinte: sou inteiramente favorável a haver uma renda cidadã, ou seja, uma renda mínima entregue a todos os residentes do País, sem nenhuma condição. Pode-se dizer, à primeira vista, que é um absurdo. Por que dar renda a quem não precisa dela? Porque, na realidade, o fato de se dar uma renda a quem precisa e a quem não precisa é uma tremenda economia para o erário público. Qualquer distribuição de renda mínima condicional existem expressões inglesas para isso, **minus condition**, que significa "só damos a quem precisa", exige um gasto de recursos públicos para aferir quem merece e quem não merece, que quase sempre é maior do que o que se distribui. É muito difícil desenhar-se um programa de renda mínima em que se acompanhe milhares ou milhões de famílias. E há que se pagar esse acompanhamento para se tirar ou incluir na lista quem já arranjou emprego, quem saiu do emprego, quem foi promovido, quem perdeu, etc.. Menos gastaríamos se déssemos um valor uniforme a todos, recolhendo através do imposto de renda novamente daqueles que não precisam. Há uma racionalidade funcional nesse raciocínio.

O meu amigo Eduardo Suplicy, inspirado no caso do Alasca e talvez em outros casos, tem insistido na idéia do fundo. Não sou contra o fundo, mas acredito que não fará diferença alguma. Chamando ou não isso de fundo, será retirado do trabalho social corrente. Está certo? Se redistribuíssemos sob a forma de renda cidadã 5% do produto nacional, significaria que 1/5 da riqueza social criada pelo trabalho dos brasileiros seria redistribuída. Se essa redistribuição tem ou não alguma relação com uma coisa jurídica chamada fundo, a meu ver não faz diferença, mas pode ser que, para outras partes da sociedade – e isso depende dos valores – faça muita diferença. Talvez a idéia do fundo garanta que ninguém mexa nesse recurso, ao passo que, se tiver que ser aprovado cada ano no Orçamento, poderá haver mais...

Entendo que há argumentos a favor do fundo. Não sou contra. Não estou argumentando que não deva haver. Estou dizendo que o essencial é o resultado do fundo, ou seja, se tivéssemos uma renda cidadã decente no País, eliminaríamos não só parte da indigência no Brasil, mas grande parte da violência criminosa urbana nesse País. Pelo menos, não haveria ninguém que necessitasse assaltar para alimentar os filhos no dia seguinte. Se pensarmos no que se gasta com segurança – não só o Estado brasileiro, mas as famílias de classe média, veríamos que são custos altos. Falo por mim. Gasto, posso dar o número para os senhores, R$150 por mês para vigilância do prédio onde moro. O prédio foi assaltado, e decidimos coletivamente contratar segurança, guardas privados. Isso é comum hoje no Brasil. Se, em vez de pagarmos os guardas, pagássemos a todos, diminuindo a motivação para esse tipo de crime, seria melhor. Acredito que uma parte – não é o todo, evidentemente, não quero ser ingênuo –, uma grande parte desse crescimento incrível de violência, latrocínios, seqüestros que está acontecendo no País relaciona-se com o empobrecimento maciço que ocorreu para uma grande parcela das pessoas. Se pudéssemos agir contra isso preventivamente, e não curativamente, pagando guardas, instalando porteiros eletrônicos etc., seria uma coisa inteligente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, permita-me apenas assinalar que o Professor Paul Singer...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Só quero assinalar que há mais sete inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Serão apenas trinta segundos.

O Professor Paul Singer é o primeiro dos deponentes que aqui defende com clareza a idéia de uma renda cidadã, de uma renda de cidadania para o Brasil. Gostaria apenas de dizer da importância de levarmos em consideração essa proposição. Inclusive eu gostaria aqui de propor que mais economistas que tenham percebido e estudado essa idéia não apenas no Brasil, mas internacionalmente, possam ser ouvidos por essa Comissão. Vou empenhar-me nesse sentido, inclusive junto ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sem dúvida alguma.

Com a palavra o ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, quero dizer da satisfação que tenho aqui em ver a figura do Professor Paulo Singer. E já que o Senador Eduardo Suplicy fez referência à década do ano de 1972, quando, na Fundação Getúlio Vargas, havia reuniões com Lideranças como a de V. Exª.

Já que o Senador Eduardo Suplicy falou que, na década do ano de 1972, V. Exª estava lá na Fundação, debatendo abertamente os problemas da economia, lembro da década dos anos de 1973 e 1974, quando V. Exª e uma série de jovens economistas, entre os quais o atual Presidente da República, iam à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, nos seminários que lá organizávamos, alguns mais complicados, Senador Eduardo Suplicy. Lembro-me da palestra de V. Exª, com a Praça da Matriz cercada por tropas do Exército, que queriam proibir, como aliás proibiram, a realização do seminário, com nomes como o de V. Exª, Fernando Henrique Cardoso era considerado verdadeiramente impossível que esses cidadãos entrassem no ressinto da Assembléia Legislativa.

Lembro-me dos debates que foram feitos naquela ocasião por V. Exª, por Fernando Henrique, pelo atual Ministro da Cultura, por Moisés e por tantas pessoas que, vou ser sincero, alguns dos quais depois creio que não V. Exª, ou sim; não sei participaram daquele célebre documento do MDB, "Esperança e Mudança". Para nós ele parecia um documento fantástico, porque lendo-o, assistindo às palestras de V. Exª e do Dr. Fernando Henrique até agora ele mandou esquecer; mas eu o li e não consigo esquecer , vendo os debates, parecia que as coisas do Delfim e companhia eram tão absurdamente erradas, tão absurdamente equivocadas. As propostas que víamos no "Esperança e Mudança" eram tão objetivas, claras e precisas, que me parecia que eles estavam cometendo um crime e que, no momento em que chegássemos lá, as coisas mudariam profundamente, porque o caminho era aquele.

Eu, na época, um jovem Deputado, Presidente do Partido, achava que valia a pena aquilo, sofrer. E em função daquelas coisas tivemos várias levas de cassações no Rio Grande do Sul. Lá, pagamos um preço muito caro, pois quando elas não existiam em outros Estados continuavam ocorrendo no Rio Grande do Sul. Por três vezes cassaram Parlamentares nossos, porque, mesmo pelo método da Revolução eleição indireta , tínhamos Parlamentares para eleger o Governador e não o fizemos, porque, na véspera, cassavam os nossos Parlamentares.

A primeira desilusão eu tive quando, no Governo Sarney e quero fazer justiça ao Sarney, embora tenha morrido o nosso homem, Dr. Tancredo Neves, e as nossas esperanças estavam depositadas no Presidente Tancredo Neves, penso que o Sarney enfrentou um drama, uma dificuldade muito grande; ele não estava preparado, não pensava em ser Presidente da República, não tinha confiabilidade para ser Presidente, era o Presidente da Arena, ou seja, veio preencher um vazio e, de repente, ficou com uma causa da qual não foi culpado ou responsável. Mas, mesmo no Governo Sarney, durante muito tempo, quem presidiu a área econômica e financeira do Governo Sarney, vamos fazer justiça, foram os foram os nossos técnicos daquela época. Está lá o Sr. Belluzzo, João Manoel, a turma que escreveu Esperança e Mudança, que participou daquela orientação de que aquilo tudo estava errado e que as coisas eram diferentes. O que deu errado com o Sarney e, cá entre nós, com os oito anos do Dr. Fernando Henrique Cardoso? Que acha V. Exª? No quadro que V. Exª fez foi perfeito. V. Exª salientou um aspecto que naquela época a gente não conhecia: que no "Milagre Brasileiro" houve distribuição de renda, embora os que fossem mais ricos ficassem mais ricos, mas os pobres, e esse dado me surpreende, ficaram menos pobres, um aspecto que a gente tem que reconhecer que é positivo. O que aconteceu? O que fez com que o nosso Fernando Henrique pensasse de uma maneira tão diferente, entrasse num esquema tão disperso daquilo que V. Exª ouviu, que eu ouvi e a gente esteja vivendo esse quadro hoje? Não sei. Eu falo de coração: não sei. Olha, nós estamos vivendo uma situação tão complicada, que estamos aqui por causa do Sr. Antonio Carlos Magalhães. Ele é que está preocupado com o problema da miséria. E a situação é tão complicada, que o Sr. Antonio Carlos Magalhães vai ser o convidado de honra que vai orientar o PT, no seminário do PT, para ver para onde o PT vai para resolver os problemas da pobreza. O que houve?

E com todo o carinho que eu tenho, desde aquela época, eu também, como o Collares, sou um leitor permanente, tenho recortado todos os seus artigos, porque acho que são excepcionais, pela sinceridade, pela pureza, pelo conteúdo. Independentemente de ser ou não ser um político, ter ou não ter as suas idéias, o seu pronunciamento é o de um cientista buscando esclarecer. O que há?

O SR. PAUL SINGER – Eu gostaria, antes de mais nada, de dizer que me sinto extremamente lisonjeado pelo seu pronunciamento a meu respeito. Saber que o senhor recorta os meus artigos me deixa com uma responsabilidade ainda maior.

Eu não sei responder a pergunta. E ela me é feia muitas vezes. Sou amigo pessoal do atual Presidente da República há 40 anos, 41 anos para ser exato, e uma grande parte da vida passamos juntos no CEBRAP, na universidade. O que eu poderia aduzir a título não de resposta, mas de consideração, é que a mudança que sem dúvida ocorreu...

O SR. PEDRO SIMON – O senhor me desculpe, pelo amor de Deus. É que eu acredito na sinceridade do Presidente. Eu não acho que ele esteja envolvido com corrupção nem com imoralidade. Eu vejo bons propósitos nele, mas que deu tudo errado, deu.

O SR. PAUL SINGER – Pois é, compartilho da sua convicção. Não acredito que a mudança de convicções de Fernando Henrique Cardoso tenha sido por motivos menores. Mas, mais do que isto, ele não foi o único. Esse talvez seja o ponto importante a se observar. Uma parte muito grande de economistas e sociólogos, cientistas políticos, críticos do sistema militar, alguns perseguidos, alguns aposentados da universidade etc., resistentes de todos os pontos de vista, particularmente depois do fracasso do Plano Cruzado, mudaram de posição. E eu diria, a mudança, pelo menos em Fernando Henrique Cardoso, foi visível bem mais tarde. Não sei qual é o processo precisamente.

O SR. PEDRO SIMON – Foi tão mais tarde, que ele foi Ministro da Fazenda do Itamar, eu era Líder do Governo e não notei nada.

O SR. PAUL SINGER – Posso concordar com V. Exª dizendo que quando eu soube, e foi por acaso, quando eu soube que ele foi nomeado Ministro, foi convidado, ele estava em Nova Iorque, eu ia ao CEBRAP e lá estava inclusive a atual Primeira Dama, estavam todos infelicíssimos. Não sei se estou revelando algum segredo.

O SR. PEDRO SIMON – Não.

O SR. PAUL SINGER – Estavam muito infelizes. O único contente era eu, achando que ele conse-

guiria – estávamos no grande problema de como estabilizar sem arrebentar o País – que ele poderia conduzir por um outro lado.

O SR. PEDRO SIMON – E foi um grande Ministro da Fazenda.

O SR. PAUL SINGER – Não a meu ver. Acho que, tão logo ele constituiu a equipe e fez o Plano Real ficou claro para mim que ele havia mudado muito de posição.

O SR. PEDRO SIMON – No Plano Real?

O SR. PAUL SINGER – Sim, no Plano Real, embora o Plano Real tenha dado certo, contrário às minhas expectativas – pensei que iria dar errado, deu certo e estou felicíssimo por ter errado.

O SR. PEDRO SIMON – E veja V. Exª quando, então, entrou o Lula para dizer que estava errado – ele entrou no lugar errado.

O SR. PAUL SINGER – Sem dúvida. Não fui eu sozinho. Eu fui um e assumo. O Sr. George Soros – e recomendo o seu último livro, *A Crise do Capitalismo,* que é um belo livro – diz o seguinte: "O importante não é o que se acerta. O importante é o que você erra". É com os erros que se aprende e eu me convenci de que ele tem toda razão. Eu estava errado. Imaginava que o Plano Real fracassaria antes do fim de 1994 como fracassaram os cinco planos anteriores. Errei e não estou propriamente envergonhado porque muita gente errou comigo, mas o que interessa – e, com isso, dou este depoimento – é que a idéia básica de combater a inflação sem enfrentar os conflitos distributivos que estavam por baixo da inflação exigia não só a âncora cambial, mas também exigia uma política repressiva ao desenvolvimento necessário. Isso já era visível em 1994, embora em 1994 a economia tivesse crescido lindamente. Foi o melhor ano. No ano de 1995, cresceu até abril e, logo depois, começou o primeiro torniquete – como todo mundo lembra – e assim sucessivamente. Então, o que posso dizer é que há uma parte extremamente grande de economistas críticos – estou falando em base de economistas. O Senhor Fernando Henrique Cardoso não é economista mas, enfim, eu sou economista e convivo mais de perto com o Edmar Bacha, com o Pérsio Arida, com o André Lara Rezende e com um grande número de colegas e companheiros...

O SR. PEDRO SIMON – Com toda essa gente, V. Exª não entrou em nenhuma privatização?

O SR. PAUL SINGER – Como?

O SR. PEDRO SIMON – E sendo amigo de toda essa gente, V. Exª não entrou em nenhuma privatização.

O SR. PAUL SINGER – Pois é. Enfim, o que quero dizer é que eles abjuraram não o marxismo mas o ensinamento keynesiano. Essa foi a questão básica. Todos nós entendíamos que era possível e necessário priorizar o desenvolvimento, a redistribuição da renda e o pleno emprego. E continuamos pensando dessa forma até hoje. Isso implica um outro papel no Estado.

O SR. PEDRO SIMON – Mas nem todos. O Edmar Bacha, por exemplo, foi a favor do Real.

O SR. PAUL SINGER – Sem dúvida, e continua sendo favorável à política posta em prática até hoje.

O SR. PEDRO SIMON – E o Pérsio Arida também.

O SR. PAUL SINGER – Eu, evidentemente, não sei dizer os motivos de cada um e nem pretendo.

O SR. PEDRO SIMON – Perdão. Desculpe-me.

O SR. PAUL SINGER – O que estou dizendo é que houve um bloco importante de pensadores políticos e econômicos juntos que mudaram de posição teórica e não só concretamente, em relação a aqui e agora.

O SR. PEDRO SIMON – A convicção dele, então, foi profunda – privatizar a Vale do Rio Doce está certo; esse é o caminho, e foi uma convicção de consciência ideológica?

O SR. PAUL SINGER – Eu não sei se é ou não profunda. Como os conheço e, particularmente o Presidente, suponho que sim. Até que provem o contrário... Todo mundo merece crédito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, dada a observação do nobre Senador Pedro Simon sobre o Presidente de Honra do PT, gostaria de esclarecer os fatos.

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva é Presidente do Instituto de Cidadania e, juntamente com as Emissoras Associadas e com a revista **IstoÉ,** resolveu promover um debate sobre a questão da pobreza, como nós aqui estamos fazendo. E não foi no sentido de que o PT tivesse decidido convidar o Presidente Antonio Carlos Magalhães para ver como se fazer isso, mas até em respeito às mais diversas proposições que pudessem ser examinadas pelo, no caso, Instituto de Cidadania, inclusive as proposições do PT.

O SR. PEDRO SIMON – Nobre Senador, quero esclarecer, invocando o meu amigo Lula, que encaro essa atitude como muito positiva. Penso que nós estamos tendo um avanço. Independentemente das

idéias e dos pensamentos, devemos debater, discutir e analisar – sempre fui favorável a isso; era e continuo sendo. Algumas pessoas pensavam que não. Há pouco tempo, quem imaginaria o Lula pegar o telefone para ligar para o Antonio Carlos e convidá-lo para dar uma chegadinha aqui, vais ser nosso convidado para fazer uma palestra sobre a pobreza". Este é um fato novo que significa um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. conferencista, companheiros, Dr. Paul Singer, a primeira pergunta para entrar no contexto é se não houve um certo ganho para as classes mais desfavorecidas com o advento do Plano Real.

O SR. PAUL SINGER – Esta foi uma pergunta direta, claríssima e espero poder responder. S. Exª perguntou se as classes pobres foram favorecidas pelo Plano Real.

Sem dúvida a estabilização provocada pelo Plano Real criou uma condição de redistribuição de renda favorável a determinados setores muito desfavorecidos da sociedade brasileira.

Fiz uma análise e pude observar que é muito mais complicado do que parecia. Não é só porque os preços deixaram de subir daquela forma maluca; houve um processo importante de preços relativos, os serviços aumentaram de preço e os produtos que eram importados, não. Houve uma redistribuição complexa, mas não há dúvida de que pessoas muito pobres que não têm acesso a banco, pessoas que prestavam serviços, empregadas domésticas, por exemplo, e uma séria de atividades dessa natureza melhoraram substancialmente os seus ganhos. Além disso, o restabelecimento do crédito, praticamente inviável antes da estabilização, permitiu que uma grande parte das pessoas se endividassem, o que antes não era possível. Infelizmente, depois que os juros subiram muito, houve uma rasteira, como os senhores sabem, e um aumento de inadimplência de consumidores muito grande.

Para ser completo na resposta, eu diria que esta redistribuição de renda, de acordo com os dados das PNADs se estende por cerca de dois anos, na de 95 e de 96. Ela já começa a ser revertida na PNAD de 97 porque aí houve a abertura do mercado, a desindustrialização, o desassalariamento, a terceirização, ou seja, houve um processo de empobrecimento de quem não era pobre, a meu ver, em proporções extremamente semelhantes àquele primeiro processo. Enfim, para resumir minha resposta, os dados estatísticos que conheço dão a entender que cerca de 12 milhões de brasileiros foram alçados acima da linha de pobreza pelo êxito da estabilização no Plano Real e um número possivelmente semelhante – não há um dado tão claro – foi lançado abaixo pela continuação das políticas de sobrevalorização da moeda brasileira, abertura de mercado, desindustrialização e recessão.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Estou satisfeito com a resposta. De fato tínhamos a consciência de que na verdade o Plano Real foi um plano vitorioso do Governo.

Eu queria comentar com V. Sª um fato importante. Há uma diferença entre os juros que são cobrados às firmas e os juros pagos aos aplicadores. O Senador Eduardo Suplicy havia perguntado quem hoje tinha o recurso. Quem toma o dinheiro hoje é o Governo. Na verdade é o particular que toma o dinheiro nas mãos dos bancos e as aplicações feitas por quem tenha o mínimo de capital são tão baixas, uma vez que há os compulsórios, levando a que hoje quase ninguém aplica diretamente, uma vez que aplicam na bolsa de valores e em outros setores, não existindo praticamente qualquer aplicação de capitalista que se imagina haver no Brasil. De fato hoje isso não ocorre. Eu tinha impressão de que o Senador Eduardo Suplicy perguntou quem paga esses juros, referindo-se ao Governo como pagador de juros. Tenho a impressão de que ele se referia mais ao Governo – creio que é quem paga esses juros – e aos aplicadores externos.

Quero parabenizar V. Exª em relação àqueles aplicadores do capital espoliativo que existem no mundo. Há até um movimento para conter a voracidade desses capitais, que criaram, digamos assim, uma espécie de garroteamento do mundo e até de domínio. Sem dúvida, esses capitais não devem ser bem-vindos, contrariamente daqueles que queiram aplicar e construir riqueza em nosso País, como tantos que já vieram.

Esta Comissão tem um mérito muito grande: trazer o debate. Foi Antonio Carlos Magalhães que a constituiu, abrindo, aliás, para que todos pudessem contribuir. Fico até surpreso quando vejo o Senador Pedro Simon dizer que foi Antonio Carlos quem fez a Comissão da Pobreza. Na verdade, Antonio Carlos Magalhães não seria o Líder que é, na Bahia – e atualmente no Brasil – se não tivesse tratado desse problema. Cito como exemplo a Cesta do Povo, que é um dos programas mais vitoriosos que temos no Brasil. Os economistas do IPEA demonstraram isso, com uma universalidade de atendimento, como é o projeto do Senador Eduardo Suplicy.

Sempre brinco com o Senador Suplicy, no sentido de que o seu projeto foi aplicado em Roma pelos irmãos Graco: Caio e Tibério – aliás, pela ordem, Tibério e Caio Graco. Eles fizeram esse programa de distribuição. Em Roma, todos os impostos eram indiretos, e a distribuição era feita a todos os cidadãos romanos. Esse programa não tinha consistência, daí ter caído o governo. Quando César assumiu, ele fez o mesmo programa, mas distribuindo apenas para aqueles que mais necessitavam. Foi um programa vitorioso.

Na verdade, creio que já identificamos aqui os níveis de pobreza. V. Exª fez uma classificação; o IPEA fez um outro, mais pelo número de calorias consumidas. Enfim, houve vários conceitos, mas todos identificando o nível de pobreza brasileiro. Trata-se de um País relativamente rico com um nível de pobreza grande.

Já identificamos até algumas soluções, como, por exemplo, coerência na aplicação dos programas existentes – não significa unificação, mas coerência – para que identifiquemos quem já recebe e possamos complementar. Qual seria a legislação que o Relator, o Presidente e esta Comissão poderiam aprovar; quais os caminhos para que se conduzisse essa riqueza brasileira – com relação aos índices de riqueza, não estamos entre os mais pobres do mundo; estamos caminhando para nos tornarmos um dos mais desenvolvidos do mundo. Nessa condição, teríamos que identificar as posições emergenciais, para que incluíssemos no relatório desta Comissão – e aprovássemos – uma lei que atendesse emergencialmente aqueles que não foram atendidos.

Penso que essa é uma posição muito clara do que estamos precisando. A contribuição do senhor nesta Comissão foi muito benéfica. Já o conhecemos e sabemos da sua formação marxista, da qual divirjo completamente. Não sou um socialista; ao contrário, estou mais para o lado de Nietzsche, quando diz que ao se entregar tudo ao Estado, cria-se o Estado cesáreo, massacra-se as liberdades individuais, enfim, desestimula-se aquilo de que V. Exª falou com tanta ênfase e inteligência, que é o estímulo que deve ser dado ao aluno, professor universitário que o senhor é. Fui professor e os meninos diziam: "Quando Félix diz que vem à aula e não vem, felizmente". Portanto, sou um professor desses que não prosseguiram na sua carreira. Sou engenheiro e sou pela livre empresa, porque acho que a contribuição do Estado é muito grande, mas a sociedade como um todo pode contribuir bem. Exatamente (trecho sem gravação) mesmo de sempre, mas estimule a inteligência e a imaginação para que possamos criar uma geração de pessoas imaginosas, criativas, cheias de energia para construir um Brasil novo.

Tenho dezessete irmãos, quatorze têm nível universitário, nascemos na roça, na fazenda. A educação promove de fato, e promove muito, por isso é que lá na Bahia o Governador César Borges contratou, agora, os educadores de Israel, que têm um programa de estímulo à inteligência e à criatividade que está sendo exercitado no nosso Estado e deve ser massificado, porque é um programa de Governo. Acho que, nesse ponto, o conferencista tem toda razão e o brilho de S. Exª ajudou e iluminou a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Vou conceder a palavra ao Deputado Coriolano e, logo em seguida ... (fora do microfone).

V. Exª tem a palavra para responder ao Deputado.

O SR. CORIOLANO SALES – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu poderia deixar para responder logo após a minha pergunta? Talvez essa metodologia seja mais interessante, inclusive no comando dos trabalhos, de uma maneira geral.

A minha intervenção, professor, dá-se exatamente na questão da poupança, uma vez que V. Sª discorreu sobre cooperativismo de crédito, instituições comunitárias de crédito. Parece-me que falta ao Governo do Brasil uma visão de combate à pobreza endereçada para essa linha, que é a formação do crédito popular no Brasil. Talvez isso seja muito mais eficaz do que várias medidas que o Governo adota, hoje, no sentido da chamada política assistencialista.

Hoje, temos mil e duzentas cooperativas de crédito educativo. V. Sª falou em cooperativa só de empregados. A lei permite a criação de cooperativas de crédito de empregados e de não empregados, na chamada área econômica. O problema do cooperativismo de crédito, no Brasil, é exatamente o de ter uma lei fechada, que só permite a criação de cooperativas de crédito por segmento. Essa é a miséria da lei no Brasil, porque não foi assim na Alemanha, nem na França. A Alemanha possui três mil e poucas cooperativas com vinte mil agências bancárias, cooperativas com mais de US$800 bilhões de ativos financeiros. Por que eles cresceram tanto na Alemanha, na França, nos Estados Unidos, no Japão, que são os quatro grandes; no Canadá, com US$75 bilhões, que não é um dos grandes, mas é um dos maiores; na Holanda, que tem US$200 bilhões nessa área em ativos financeiros? Por que ficamos tão atrasados, embora tenha chegado ao Brasil há muito tempo, em 1902, no

Rio Grande do Sul, em Nova Petrópolis, a primeira cooperativa de crédito? O estatuto dessa cooperativa foi feito em alemão. Um padre suíço, Padre Amistad, veio e fundou essa cooperativa para as correntes migratórias alemãs, que chegavam em abundância no Rio Grande do Sul.

Avançamos muito no Brasil, chegamos a duas mil cooperativas de crédito, mas não havia um sistema verticalizado. O Governo brasileiro atual tem até se interessado, que se diga a verdade. O Presidente Fernando Henrique tem-se interessado, mas é pena que Sua Excelência não seja orientado corretamente para criar um sistema de crédito popular no País. O Presidente constantemente está sendo enganado sobre esta questão. Por quê? Esta é uma questão fundamental para desenvolver o Brasil, pois não é fazendo grandes empresas que vamos nos desenvolver. O Brasil tem hoje quase 2.000 municípios sem agência bancária. E a lei não permite que se crie uma cooperativa de crédito aberta em município que não tenha agência bancária. Aí é a miséria da lei. E o Governo não vê isso. Então o desenvolvimento econômico e social dessas pequenas comunidades fica para trás.

O Governo, recentemente, mandou baixar uma resolução no Banco Central institucionalizando a criação das instituições comunitárias de crédito, que é o Banco do Povo, copiando-se o que se fez em Bangladesh. Mas, o Banco Central colocou lá um patrimônio líquido, para começar a instituição comunitária de crédito, o valor de R$100 mil. Um absurdo! Nos Estados Unidos da América, cria-se uma cooperativa de crédito com US$50. Dez pessoas criam uma cooperativa com esse valor. E são 12 mil cooperativas de crédito, naquele país, com mais de 380 bilhões de dólares só de ativos financeiros nas cooperativas de crédito urbano. Queria dizer-lhe que fiquei muito satisfeito com a sua percepção, porquanto não é ligado ao sistema cooperativo e, como economista, teve a percepção de que esta coisa está errada. E está errada mesmo! E poderia ser um instrumento extraordinário de combate à pobreza no Brasil, digo daquela mais miserável, porquanto foi assim que os alemães fizeram, a partir de 1850, quando começaram a criar as primeiras cooperativas de crédito. Em 1900, a Alemanha já tinha 9.000 cooperativas de crédito. Em 1859, esse país possuía 111 cooperativas de crédito popular e que hoje formam o sistema do **VolksBank**. Esses dois sistemas têm, hoje, mais de US$850 bilhões de ativos financeiros.

Eu fico pasmo de ver que o Congresso Nacional não enxerga essas coisas! Fico indignado que o Congresso Nacional, com tantos homens competentes, e o Governo não enxergue essas coisas para trazê-lo ao Brasil e implantá-lo para combater, efetivamente, a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Professor Paul.

O SR. PAUL SINGER – Só posso concordar com V. Sª e acredito, pois confirmo os dados referidos, apesar de não conhecer outros. Um dado recente, pois estou agora dando um curso de economia solidária na faculdade um curso de pós-graduação. No material, aparece essa coisa curiosa. No início do século, as cooperativas que tinham mais associados eram as de consumo. Mais adiante, em meados dos séculos, as cooperativas agrícolas; e, hoje, são as de crédito. E há uma outra forma cada vez mais difundida no mundo inteiro que são as cooperativas de propósitos múltiplos, pois são de crédito, de comercialização e podem ser de consumo. A forma cooperativa é muito plástica e pode atingir quase todas essas atividades.

Estou concordando com V. Sª e muito contente de ouvi-lo. Creio que é uma demonstração de que está nascendo no Congresso uma consciência de que é possível abrir um caminho legal para que os próprios interessados se ajudem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Professor Paul, a economia ensina que há fatores de produção, e aí entram o capital, o trabalho, os recursos naturais, a tecnologia. E, pelo o que tenho ouvido e aprendido, há também fatores contra a pobreza, que são a educação, a saúde, o saneamento, a habitação, o transporte e ainda outros.

Veja bem: na economia, esses fatores de produção, sozinhos, não resolvem nada. É preciso que sempre um esteja associado a outro ou aos outros. Nos fatores contra a pobreza, é idêntica a situação, porque a educação sozinha, por si, teórica, ideal, sem estar adaptada à nossa realidade, significa pouco. Ela há de ser uma educação amoldada à nossa realidade e voltada para a profissão, uma educação profissionalizante.

Isso nos leva a concluir que a erradicação da pobreza há de ser combatida levando-se em conta diversas variáveis, diversos fatores que hão de atuar interligando-se, sem qualquer compartimento estanque.

Então, o Professor fez referência a diversas variáveis dessas e mencionou juros como um obstáculo, uma barreira. Professor, mas como o Governo leva esses juros a um patamar tão alto? Por quê? Há de se

dizer que a dívida é grande e que leva a pagar juros elevados e praticamente inacessíveis.

E a razão da dívida? Por que o Governo tem-se endividado tanto e por que continua-se endividando? Aonde haveremos de chegar com os juros tão altos, tão elevados, crescendo, impedindo, portanto, não só o progresso, o desenvolvimento, mas, com isso, em conseqüência, aumentando a pobreza e o nível de pobreza do nosso País?

Sabe o Sr. Professor que há no Orçamento várias dotações são centenas de projetos destinados à área social e, salvo engano, parece que o Ipea fez a conta de 50 projetos que levam a importância de R$3,3 bilhões. O senhor tem, porventura, algum estudo em que se fizesse a avaliação desses programas? Qual o nível de aproveitamento? Nessa política do Governo que vem sendo adotada, enriquecendo o Orçamento com recursos e dotações destinadas à área social, nessas dezenas de projetos, tem surtido algum efeito, algum resultado, algum proveito?

Ademais, desejaria também mencionar o que acredito seja até o óbvio: é preciso que se empreste, é preciso que haja recurso, é preciso que o pequeno empresário e o microempresário se desenvolvam na base da assistência que o Governo lhe vai proporcionar. Agora mesmo, o Congresso acaba de votar uma lei sobre as micro e pequenas empresas. Mas, Professor, não é necessário também que habilite o pequeno empresário, que habilite o microempresário a exercer adequadamente o seu trabalho e a sua produção? Porque, se não for assim, penso eu modestamente, o recurso não será aplicado, não será investido e ele, com a maior boa-fé, é capaz de trabalhar até excessivamente, mas não vai ter uma rentabilidade e um lucro adequados que lhe permitam uma melhor situação social e financeira.

V. Sª se referiu também – e com justa razão – àqueles pobres que se confessam pobres, se julgam pobres, mas não têm uma visão maior para sair da pobreza. É claro que esse é um fenômeno cultural, mas tem-se a impressão de que não se está olhando este problema, que realmente é muito grave, pois invalida a ascensão social. Não seria o caso de dar assistência a essa gente? Uma assistência social ou psicológica ou qualquer outro tipo de assistência que lhe faça ver que, embora tenha nascido pobre, tenha nascido indigente, pode ir mais longe, pode alcançar uma linha melhor da pobreza, pode sair da indigência? É preciso dar-lhe essa noção, essa convicção de que pode subir e se desenvolver, de que não está ilhada, presa àquela situação que encontrou junto a seus pais e que não lhe permite olhar mais para frente e mais para o alto?

V. Sª disse, com justa razão, que a recessão leva à pobreza. Mas parece que a recíproca não é verdadeira, pois o crescimento não leva ao desenvolvimento social, não leva à redução da pobreza. Ainda, por outro lado, fez uma referência aos anos do milagre econômico, quando o crescimento do País levou a uma situação melhor para a pobreza. V. Sª por certo estudou, examinou tudo isso e chegou a essa conclusão, até achando que, depois do estudo, teve uma outra impressão do milagre econômico. Mas teria sido somente o crescimento econômico, professor Paulo Cintra? Não houve outra medida, outra providência? Que outra variável, que outra causa levou a essa situação de melhoria da pobreza, reduzindo os seus índices? Foi só o crescimento? Essa é a minha dúvida e consulto V. Sª para ver o que nos pode dizer sobre isso.

Ainda queria acrescentar algo, professor Paulo Cintra. A alfabetização é necessária, é imprescindível e não se pode negar que deva ser feita. Mas o que ocorre? O jovem ou o adulto é alfabetizado e pronto. Fica aí. Não seria necessário acompanhar o aproveitamento desse jovem ou desse adulto alfabetizado para lhe proporcionar melhores condições? Outro exemplo: a bolsa-escola. A criança recebe a bolsa-escola e a família é assistida. Tudo bem, mas até onde vai chegar isso? Ela faz o seu curso elementar, vai para o fundamental, vai para o médio, vai para o superior? Ou simples, pura e exclusivamente termina o curso elementar e é tida e havida como já adaptada a uma situação melhor?

A minha observação e a minha dúvida: deve ou não haver um acompanhamento, uma avaliação?

Era a observação que queria fazer. Agradeço a sua aula e registro a satisfação e o privilégio que tivemos não só de ouvi-lo, mas de conhecê-lo pessoalmente.

O SR. PAUL SINGER – Agradeço as suas considerações e considero suas indagações extremamente perspicazes e de difícil resposta.

Por exemplo, a respeito da diminuição da pobreza, que ocorreu claramente na década de 70, deve-se ao grande crescimento do milagre econômico ou a outros fatores?

E acredito que a pergunta seja muito perspicaz. Não tenho resposta, porque não há uma relação direta. Uma coisa que posso, digamos, indicar como defesa da minha hipótese, mas não respondo sua questão por inteiro, houve uma grande transformação em termos de classe social. Ou seja, nesse período do

milagre econômico, a proporção de pessoas que conseguiu trabalho assalariado formal aumentou muito. Isso, sem dúvida, estava ligado à grande expansão da indústria. O que mais cresceu, no período do milagre econômico, foi a indústria brasileira. Inclusive a gente se tornou exportadores.

Então creio que dá para, concluir, não, mas, pelo menos, acreditar ser provável que, essa grande expansão no emprego industrial ajudou a reduzir a pobreza absoluta, no Brasil. Pode ter havido outros fatores que eu, no momento, não saberia dizer quais são.

Realmente nenhum desses estudos de caráter estatístico e tal é inteiramente conclusivo. Talvez a única resposta correta que eu possa dar a sua pergunta é a seguinte: quando uma acentuada redução de pobreza, isso se deve provavelmente a vários fatores. Outros. Quer dizer, o crescimento econômico, ao meu ver, foi um fator essencial. Talvez não tenha sido suficiente. Talvez a expansão da própria educação e outras coisas também tenham contribuído para tanto. Eu sinceramente não lhe saberia dizer, mas creio que a pergunta vale a pena, e isso indicará novas direções da pesquisa.

À sua segunda pergunta eu tenho uma resposta, e a resposta é dizer: "Sim, o senhor tem inteiramente a razão." Um programa como o Bolsa-Escola tem o mesmo efeito de qualquer programa preventivo. Preventivo de pobreza. Se nós não fizermos a Bolsa-Escola, essas crianças que, desde tenra idade, vão ter que trabalhar para se sustentar, ao invés de ir para a escola, eu diria quase certamente que ficarão pobres e vão gerar uma nova geração também de pobres.

Agora, se nós tirarmos esses jovens do trabalho, e, por meio de um programa de renda mínima garantido às suas famílias, fizermo-los estudar, é bem possível que eles continuem pobres também. Não há nada garantido, mas não é tão certo. Mas claro, quer dizer, uma série de medidas dessa natureza são probabilísticas. É uma probabilidade de que, se fizerem oito anos de escola, queiram continuar estudando, tenham outras oportunidades. Mas estou inteiramente de acordo com você de que supor, e eu ouvi tanto falar de educação dos senhores, agora, em resposta ao que falei, que gostaria de aproveitar a sua pergunta para deixar muito claro: educação, em si, não elimina pobreza. Ela abre possibilidades para que as pessoas saiam da pobreza, mas são só possibilidades.

Há uma espécie de idolatria, agora. Pôr mais crianças na escola, criar mais escolas etc que a pobreza desaparece. Isso é um grave erro. Um programa de expansão da educação, de elevação da escolaridade, ligado ao programa de crescimento vigoroso da economia brasileira, acredito que essas duas coisas juntas transformam a possibilidade em probabilidade. É bem provável que, aí, sim, nós vamos novamente assistir a uma redução importante da pobreza absoluta e da miséria no Brasil. Eu acredito nisso. Se nós conseguirmos fazer com que esse crescimento econômico de que a gente precisa, ao meu ver, tenha um viés redistributivo, favoreça mais aos que mais precisam, estou muito crente em que isso vai ajudar a reduzir a pobreza. Mas continuo afirmando que nenhuma dessas coisas tem uma certeza científica: faz isso que acontece aquilo. Há muitas outras variáveis interferindo, de caráter individual, psicológico etc. De modo que, na medida em que essas medidas foram formuladas, dou-lhes os parabéns, acredito que elas sejam importantes como lembrança, inclusive para a gente não acreditar mais nas coisas que a gente propõe.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o nobre Senador Agnelo Alves.

O SR. AGNELO ALVES – Sr. Presidente, a pobreza para ser erradicada necessita de tempoÉ preciso tempo para erradicar a pobreza. Segundo, é preciso que o Estado brasileiro volte a ser investidor, pois hoje é apenas um excelente cliente da agiotagem internacional. Terceiro, não é a educação pura e simplesmente, como entendemos, mas uma educação que leve o aluno à sua profissionalização, que ele saia da escola, no 1º, no 2º, ou no 3º grau, profissionalizado. Por último, que as atividades do Estado se voltem para as áreas onde o desequilíbrio econômico e social é mais grave.

Dou dois exemplos a V. Exª: primeiro, o Brasil é um grande importador de leite em pó. Por que, se temos áreas imensas para criar gado leiteiro? No entanto, vamos gerar emprego na Austrália, na Argentina, nos Estados Unidos e em outros países de onde importamos o leite em pó. Que a atividade privada, o empresariado faça isso e bote o produto nas prateleiras, tudo bem, nada contra, mas o Governo? Este deveria privilegiar o leite que é tirado do curral, que gera mão-de-obra desde a porteira do curral até a usinagem e a distribuição. Dou como exemplo o Programa do Leite, em Goiás, executado pelo então Governador Maguito Vilela, e no Rio Grande do Norte, executado pelo Governador Garibaldi Alves Filho.

Para que escola pública universal e gratuita em todos os graus? Por que a minha pergunta? Porque os meus filhos, para chegarem à universidade, estudaram nas melhores escolas privadas, de melhor en-

sino de minha cidade. Achei pouco. À época do vestibular, freqüentaram cursinhos caríssimos. Achei pouco. Contratei professores particulares. Para eles concorrerem com quem? Com alunos que vieram de uma escola pública mal tratada, desbaratada, sem currículo, sem nada. Quem leva a vantagem? Fiz essa pergunta ao Professor Cristóvam Buarque, na suposição de que estou querendo opiniões para apresentar um projeto em que o aluno oriundo da escola pública tenha o seu ingresso e o seu curso na escola superior totalmente gratuito, recebendo, inclusive, livros e equipamentos necessários para montar o seu escritório ou o seu consultório, quando se tornar um profissional. Mas o aluno que pode pagar, que leva todas as vantagens de ter estudado em escola privada caríssima, de ter tido professores particulares, de ter estudado em cursinhos pré-vestibular, esses devem pagar. É porque está-se exigindo do Estado brasileiro, que deixou de ser investidor para se pagador de juros à agiotagem internacional, que faça o milagre de multiplicar os poucos reais que restam, no chamados saldos primários. Festeja-se isso, mas não sei o porquê, já que se faz com base em contingências de verbas e não porque se deixou de pagar juros. Eu festejaria o saldo, se os juros desaparecessem ou fossem desaparecendo, se pagassem menos, e não com contingência de verbas que vêm e são ou foram destinadas à melhoria dos serviços públicos.

Gostaria de saber a opinião de V. Sª sobre essa amplitude da universidade gratuita, que privilegia quem pode pagar e penaliza quem não pode. Há ainda um agravante: muitos alunos, quando já estão aposentados, se dão ao diletantismo de voltar a estudar porque não têm mais o que fazer e não querem ficar em casa batendo panela. Fazem o vestibular, passam, sabe-se que não exercerão mais a profissão, mas têm garantida a universidade gratuita para acrescentar-lhes mais um título, em detrimento de quem está começando ou quer começar a vida e precisava ingressar na universidade, mas não encontra mais a vaga.

São dezenas, centenas de casos de alunos que chegam à universidade pública gratuita de carro do ano, não raro estrangeiros, enquanto que o aluno da escola pública, que vem de lá debaixo, fica só contemplando, talvez com o direito apenas de lavar o carro do seu colega rico.

Faço essa observação a V. Exª, pedindo a sua opinião.

O SR. PAUL SINGER – Pois não. Pessoalmente, tenho sustentado que o ensino público deveria ser pago pelos alunos que podem pagar.

Fui professor de escola pública a vida inteira. Estudei em escola pública gratuita, em uma época em que certamente a minha família não poderia pagar.

Tenho bastante consciência de que isso teria de estar muito bem escalonado, porque seria uma injustiça que pessoas vindas de famílias pobres, que conseguiram superar esses enormes obstáculos, fossem obstadas por causa do pagamento do ensino público que costuma ser muito caro.

Acredito que, no Brasil, o ensino público poderia ser pago, mas seria moderado e insignificante no que se refere à cobertura de custos. É bom não imaginar que isso resolva a crise da universidade pública. Não acredito nisso. Precisamos fazer com que a universidade pública multiplique as suas vagas isso é fundamental para dar mais oportunidade de estudo superior de boa qualidade a jovens no Brasil, pagando ou não pagando, tanto faz.

Só queria terminar, discordando de V. Exª no que se refere aos alunos que voltam à universidade em idades mais avançadas. Conheço casos, sobretudo de senhoras que criaram os filhos e voltaram à universidade. Isso é formidável, ao contrário...

O SR. – Desde que pagassem ou fossem exercer a profissão.

O SR. – Já estamos de acordo, se entendi, quanto ao pagamento. Se pudessem pagar, pagariam; se não pudessem, não pagariam. A regra deveria ser, a meu ver, totalmente neutra quanto à idade do aluno.

O fundamental é que esses alunos mais velhos dão uma grande contribuição à diversidade e à qualidade do ensino. São pessoas que têm experiência de vida. As pessoas que conheço exerceram depois a profissão.

Portanto, lembro que temos uma vida mais longa e também uma vida produtiva mais longa. Podemos trabalhar além dos 70 anos. Já poderia ter-me aposentado há 9 anos, mas não o fiz. Cairei na aposentadoria compulsória e lamento saber que me aposentarei daqui a três anos. Se pudesse, continuaria mais.

Nessas condições, penso que uma pessoa de 60 anos começar uma nova carreira e exercer, por mais 10 ou 15 anos, uma nova profissão é muito bom não só para ela como para o público. Um engenheiro que vira filósofo, um matemático que vira músico, todos trazem muito da bagagem anterior, não havendo apenas a nova bagagem. Tenho tido oportunidade de ver isso ocorrer.

Na minha universidade e em outras também, estamos abrindo cursos para a terceira idade. Ape-

nas lamento que esses cursos sejam separados dos demais. A presença simultânea de jovens e de menos jovens é altamente positiva para ambos.

Pelo visto, mais uma vez, estamos de acordo com isso – alguns de nós pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Consulto o Plenário se há mais alguma ponderação, considerando que ainda temos cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Primeiramente, darei um testemunho de que estamos diante de uma pessoa cuja vida é um exemplo. Como professor – apesar de estar há três anos aposentado compulsoriamente –, ele está sempre se dedicando a inovar e a criar, estimulando as pessoas.

No sábado passado, em São Paulo, visitei a Vila Brasilândia – o bairro que ultrapassou o Jardim Ângela em relação ao índice de criminalidade, que está muito alto –, onde se iniciaram, há algum tempo, experiências de economia solidária. As pessoas que estão lá são aquelas orientadas pelo professor Paul Singer. Presenciei um desses exemplos. Vi 15 mulheres – e homens – fazendo brinquedos, tecelagem e outras atividades – todas nesse espírito de economia solidária. O início desse programa foi há 13 anos, mas nesses dois últimos anos, começaram a definir estatutos nessa direção. Trata-se de experiências de criação de oportunidades de sobrevivência, emprego e trabalho. Estão vendendo brinquedos nas melhores lojas de São Paulo. Então, é um exemplo prático daquilo que o Professor Paul Singer menciona.

O Deputado Félix Mendonça fez, primeiramente, uma ponderação sobre quem efetivamente recebe juros. Complementando as reflexões já feitas pelo Professor Paul Singer e pelo referido Deputado, a minha preocupação é a seguinte: estamos cientes de que as pessoas que recebem juros, ou seja, as portadoras de títulos, são as instituições financeiras, as empresas – que, por sua vez, têm acionistas – ou os fundos que recolhem poupanças de todos os brasileiros. Mas normalmente quem pode recolher poupança para os fundos, adquirindo os títulos do Governo e recebendo isso são principalmente as pessoas que pertencem àquele extrato mais alto de renda. Então, se o Governo brasileiro está podendo pagar US$50 bilhões a US$78 bilhões de juros nesse ano e no próximo, sejam brasileiros ou aqueles que estão no exterior, são pessoas que fazem parte da camada mais alta de renda. É importante termos consciência disso.

No que diz respeito ao conhecimento da história universal e à importância da experiência de Roma quando os irmãos Graco tentaram estabelecer um programa de distribuição de pão ou de algum tipo de rendimento para todos, universalmente – e isso foi feito de maneira inconsistente, de modo com que Cesar, depois, assumisse o poder –, é possível, prezado Deputado Félix Mendonça, realizar esse programa consistentemente ou não.

Acredito que devemos estudar o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, como o projeto que apresentei do Fundo Brasil de Cidadania. Mas, de qualquer maneira, deverá ser uma forma consistente. Há um debate enorme a respeito de qual o melhor desenho a ser adotado – e é por isso que pergunto a todos os depoentes que aqui chegam –, de qual a melhor maneira de se prover as pessoas com um mínimo de renda, de qual a melhor maneira de não atrapalhar o funcionamento da economia de mercado.

Por essa razão é que, por vezes, tenho-me referido ao Crédito Fiscal por Remuneração Recebida. Inclusive, Sr. Presidente, passo às mãos de V. Exª e às do Professor Paul Singer – eu havia prometido isso a ele – um estudo bastante completo feito pelo **Central Emboged and Police Priorities**, que fala dos achados das últimas pesquisas sobre os efeitos do **EITC** nos Estados Unidos. Passo-o às mãos do Professor e às mãos dos membros que por ele se interessarem.

Gostaria de ressaltar ao Deputado Félix Mendonça que poderei, em outra oportunidade – não hoje, porque o prazo está encerrado –, explicar-lhe como é possível estabelecer um fundo ou uma maneira consistente de se prover a todos uma renda cidadã, com muita eficiência na economia, garantindo condições de sobrevivência em muito maior segurança e liberdade a todos os seres em uma sociedade que a instituir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço, em nome da Comissão, ao Professor Paul Singer, que, com muita paciência e com muita competência, brindou-nos com essa belíssima exposição.

Agradeço também a todos os Srs. Deputados e Senadores.

Informo ao Dr. Paulo Singer que a sua palestra chegará ao gabinete de todos os Deputados Federais e de todos os Senadores da República, para que S. Exªs também possam ter o privilégio de conhecer o seu pensamento.

Declaro encerrada a presente reunião e convoco a próxima reunião para o dia 28, terça-feira, às 9 horas e 30 minutos, quando ouviremos a Vereadora

Aldaíza Sposati, de São Paulo, e a Professora Sônia Miriam Draíbe, pesquisadora da USP.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h40min.)

11ª reunião realizada em 28-9-1999

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às nove horas e cinquenta minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Marina Silva, Pedro Simon, Roberto Requião, Paulo Souto, Maria do Carmo Alves, Geraldo Althoff, Eduardo Suplicy e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Roberto Brant, Nelson Marchezan, Euler de Morais, Rita Camata, Aloízio Mercadante, Romel Anízio, Félix Mendonça e Eduardo Barbosa, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. Não existe expediente a ser lido. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição da Vereadora Aldaíza Sposati, de São Paulo sobre Desigualdade Social e Pobreza, convidando-a a sentar-se à mesa de trabalhos e concedendo-lhe a palavra para dar início a sua exposição. Antes de conceder a palavra ao Relator, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senador Pedro Simon que pediu para apresentar uma proposta e, a seguir, ao Deputado Aloízio Mercandante que também pediu a palavra. Após a Presidência concede a palavra à Vice-Presidente, Senadora Marina Silva, para falar sobre a proposta do Senador Pedro Simon. Prosseguindo, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Relator para suas considerações iniciais e indagações e, a seguir, aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Djalma Bessa, Fátima Pelaes, Félix Mendonça, Aloízio Mercadante, Marina Silva e Euler Morais. Após, a Presidência concede a palavra à expositora para responder as perguntas que lhes foram feitas, sendo respondidas a cada bloco de 3 Parlamentares. A seguir, a Presidência concede a palavra à expositora para suas considerações finais e agradece a presença da Vereadora Aldaíza Sposati pela colaboração dada a esta Comissão. Após, a Presidência comunica a agenda da próxima reunião dia 30/09 (quinta-feira). Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Estamos dando início à décima primeira reunião da Comissão Mista Especial.

Indago dos Srs. Senadores se há necessidade da leitura da Ata ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Aprovada, portanto, a Ata.

Não há expediente a ser lido.

A presente reunião destina-se a ouvir a exposição da Srª Aldaíza Sposati, da Cidade de São Paulo. S. Sª é Professora titular da PUC, a quem convido, com muita honra, para sentar-se ao lado do Relator e proferir a sua palestra.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Dou o meu bom-dia a todos que aqui estão.

Sr. Presidente e Sr. Relator, agradeço o convite para estar nesta Comissão.

Primeiramente, até para que se entenda o que vim apresentar, esclareço que sou Professora titular da PUC de São Paulo e coordenei um trabalho da construção do mapa da inclusão e da exclusão social da referida cidade. Esse trabalho – que está sendo inclusive objeto de debate em várias cidades brasileiras e estrangeiras, com implantação dessa metodologia de análise das discrepâncias das condições de vida – é que fundamenta a minha presença nesta Comissão, a fim de trazer a V. Exªs a leitura da questão da pobreza, primeiro, a partir de uma metrópole. Essa é uma primeira questão.

Um segundo ponto – que também entendo justificar a possibilidade desse debate – é que, como Professora da área do serviço social, coordeno o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Seguridade e Assistência Social. Esse setor de assistência social tem-se dedicado principalmente aos programas e à atenção à população com maior vulnerabilidade.

A partir dessas experiências, adquiridas com pesquisas que tenho feito e acompanhado nessas duas áreas, pretendo trazer algumas reflexões a esta Comissão.

Evidentemente, em primeiro lugar, cabe-me assinalar a importância desse debate no Congresso Nacional. Apesar de podermos até afirmar que a pobreza é uma questão do Brasil-Colônia – esse tema foi

inclusive objeto de uma análise que fiz da relação riqueza e pobreza na Cidade de São Paulo desde que ela foi fundada –, estamos agora olhando a questão sob o ótica desse início do terceiro milênio. Isso nos dá, seguramente, um outro escopo de compromisso.

Usarei o retroprojetor para dar algumas informações, razão pela qual vou-me permitir ficar de pé para facilitar.

Pensei em organizar a minha exposição em três grandes tópicos. O primeiro refere-se a considerações gerais sobre a pobreza; o segundo diz respeito à questão do método desenvolvido na Cidade de São Paulo – que acabei de citar – para construir essa relação da inclusão e da exclusão social; e, em terceiro lugar, farei uma breve análise daquilo que falei a respeito dos programas de enfrentamento à pobreza.

Iniciando, realmente, a questão da concepção de pobreza, entendo que não há como pensarmos, para o Brasil, num programa de erradicação que não se confronte estruturalmente com um modelo concentrador. Devemos sempre compreender com clareza que, na verdade, o Brasil permanece um País onde a divisão, a concentração da riqueza tenha uma relação intensa. Então, digamos, os 10% mais pobres têm um salário de cerca de R$58,00 – portanto, 48% do salário mínimo –, enquanto que os 10% mais ricos concentram cerca de vinte a mais salários mínimos, com salário médio de R$2.463,00. Portanto, inicialmente, o importante é sempre termos essa perspectiva de que qualquer programa para a erradicação da pobreza passa, necessariamente, por uma alteração do nosso modelo persistente e concentrador. Os dados mostram que, apesar de até termos, hoje, condições melhores da pobreza, pode-se dizer assim, do ponto de vista educacional, redução de analfabetismo, ainda que em situações pontuais, o índice de distribuição de renda permanece concentrador. Então, o índice de 39,66, em 1960, incide em 48,69, em 1990. Portanto, acho que essa é uma primeira questão, ou seja, que não há como se pensar em programas se não houver, diríamos assim, um estancamento do modelo concentrador. Isso significa a adoção de modelo redistributivo, que, claro, vai passar por uma reforma tributária, por uma reforma salarial e por uma reforma fundiária.

Normalmente, o que se analisa é que as propostas redistributivas têm três vias principais: a via salarial, portanto, um novo poder aquisitivo dos salários; a via fiscal, incidindo na questão da regressividade do nosso processo de tributação, e a via da provisão de necessidades básicas por políticas sociais públicas. É evidente que não vou-me dedicar, aqui, nem à via salarial, nem à via fiscal, do âmbito seguramente de economistas, de outros que já estiveram ou estarão nesta Comissão. Vou-me dedicar mais à questão da via de provisão das necessidades básicas, mas não poderia, digamos, acentuá-la se antes não fizesse esta consideração, lembrando, por exemplo, mais uma vez, que em nosso País, em relação aos demais países ou a um elenco de países, dentre os 10% mais ricos por países, os 10% mais ricos têm uma concentração de 50% do total da renda, em comparação com outros países de desenvolvimento tardio. São dados do IPEA, que estamos trazendo aqui para rememorar.

Bem, acho que a grande questão que se vai colocar num programa de erradicação da pobreza, parece-me, é a pergunta: quem são os pobres? Parece incrível isso, mas quem são os pobres? Acho que uma das constatações que se faz é que não há um consenso sobre a linha divisória entre os pobres e os não pobres.

Então, temos, realmente, o que denominamos de uma visão heterogênea da linha da pobreza. Para alguns, a linha da pobreza é definida em função de um dado valor da renda, de um salário mínimo, ou, por exemplo, do poder aquisitivo dessa renda em relação, via de regra, à cesta básica.

Um outro conceito, a meu juízo, o qual temos de entender é que relacionar pobreza com renda acaba sendo uma visão limitada da concepção de pobreza, porque a vida não é feita concretamente só por meio da renda, mas por um conjunto de condições objetivas de acessos que se tem, inclusive no todo dia desde o acesso, digamos, à saúde, à moradia. Então, a questão da pobreza não pode ser reduzida somente à análise da capacidade de aquisição de uma cesta básica.

Enfim, o que eu gostaria de deixar claro é que partimos de um valor heterogêneo da pobreza, e que, portanto, entendo que um dos desafios desta Comissão será definir qual é a concepção de pobreza a ser adotada, diríamos, para o nosso País.

Do ponto de vista governamental – creio que é interessante –, tomei como base o benefício de prestação continuada. O benefício de prestação continuada é aquele substitutivo da renda mensal vitalícia, criado pela Lei Orgânica da Assistência Social, que é atribuído a todos aquelas cuja renda **per capita** familiar não chega até um quarto do salário mínimo, portanto, que a renda **per capita** familiar bate em 33,99.

Desse ponto de vista, eu poderia aqui dizer que um dos conceitos vigentes hoje no Brasil, tomando como base esse benefício – porque é um benefício de

uma renda atribuída sem uma prestação contributiva –, seria esse de que a linha de pobreza bateria em 33,99. Isto é, seriam pobres aqueles que estão abaixo desse valor, e, portanto, os demais, em outras incidências.

Todavia, sei que técnicos do IPEA já passaram por aqui. Por exemplo, o Professor Marcelo Nery faz uma distinção interessante, e que eu gostaria de usar como pano de fundo, porque, ao vamos discutirmos a questão da pobreza, podemos estar usando um critério reducionista, isto é, tomando como pobre os mais pobres dentre os pobres: os indigentes ou os miseráveis. Então, o que estou querendo colocar aqui é que o critério que se utiliza para dar esse marco diferencial pode ser mais excludente, ou pode ser mais focal das piores condições de vida, ou mais abrangente. E aqui insisto outra vez na direção de erradicação da pobreza, a respeito de um critério limitador às piores situações. Entendo que é um pobre padrão para definição da pobreza.

O Professor Nery, por exemplo, analisa dois valores: um primeiro em que considera que a indigência definiríamos a partir do valor da cesta básica. E ele fez um cálculo da cesta básica baseada no Decreto de 38 – aliás, ele não é do Decreto de 38, é do padrão da OMS, o valor calórico da OMS –, e, para julho de 1999, essa cesta tem um custo **per capita** de R$73,66, isto é, à base, mais ou menos, de US$38,06. Esta seria, no caso, para a cidade de São Paulo – há um diferencial do valor, conforme a cidade, mas usei aqui o referencial da cidade de São Paulo –, este número seria o divisor, quando a questão da linha da pobreza estaria apensada na indigência, no valor de uma cesta básica.

É evidente também – depois, eu queria colocar alguma coisa – que o próprio conceito da cesta básica será variável. Hoje mesmo, as notícias falam da cesta básica para as frentes rurais, no valor de R$10,00. Portanto, vamos também ter aqui, vamos dizer assim, um próprio conceito diferenciado do conteúdo dessa cesta básica. Em relação ao conceito de pobreza, o Prof. Neri, do IPEA, vai usar referenciais mais ampliados, juntando outras necessidades, chegando a atingir uma **per capita**/mês de R$148,98 em São Paulo. Então, de acordo com esse estudo do Prof. Neri, o valor do salário mínimo estaria abaixo da linha de corte da pobreza. Logo, o valor cheio **per capita** de R$136,00, não o percentual, configura digamos assim um valor de incidência da linha de corte da pobreza, isto é, US$78.

Nesse estudo, referi-me a cidadão **per capita**/mês.

Para perceber a inter-relação, Senador, veja que a linha de indigência em R$73,00 vai bater em R$2,45/dia para o cidadão, e a linha de pobreza, que é a mais alta, em **per capita**/dia de R$4,96, R$5,00, que é um padrão de vida. Aquele é um padrão de vida de cerca de R$2,50, aproximadamente 50%.

A Prof.ª Lena Lavinas, que também já esteve aqui eu trouxe isso, porque é importante somarmos essas reflexões , apesar de considerar que o valor calórico de uma cesta básica deve ser de 2.200 calorias/dia, ou seja, 1.000 calorias/refeição, propõe para o corte da indigência 1.650 calorias/dia, isto é, um valor da linha de corte de R$47,73. Atentem bem para o fato de que se trata realmente de um diferencial significativo em relação à linha do Prof. Marcelo Nery. Veja que a Prof.ª Lena estabelece uma proposta de que as refeições seriam de aproximadamente 800 calorias. Na verdade, sabemos que se trata de um valor de **spa**. Oitocentas calorias é uma incidência reduzida do valor calórico. E a linha de carência alimentar, esta, sim, com 2.200 calorias, a preços de São Paulo, seria de R$63,65. Então, já estou levantando aqui para V. Exªs que, se nós, do ponto de vista da heterogeneidade, considerarmos somente a linha de pobreza sob o prisma do poder aquisitivo da cesta básica, ela vai depender, como eu havia dito, do que estamos entendendo como o teor calórico e a composição de ingredientes dessa cesta básica, e se ela está referindo-se ao cidadão ou à família. De acordo com o Decreto de 38, a cesta básica para o custo de São Paulo estaria por volta de R$64,00.

O que nos parece interessante desse ponto de vista é dizer da distância da operação dos nossos programas. O BPC, tomando como linha básica, opera R$33,99; o IPEA, R$73,36, e a Prof.ª Lavinas, também do IPEA, R$47,73. Portanto, já vai haver aqui uma diferença de duas vezes ou de praticamente uma vez e meia em relação a esse padrão operado pelo benefício de prestação continuada. Se vamos tomar um conceito mais abrangente de pobreza, essa linha se multiplicaria para um pouco mais de quatro vezes.

Uma segunda questão que gostaria também de aqui referendar com os senhores seria onde estão os pobres. Além da nossa dificuldade para estabelecer qual a linha que vamos adotar, a segunda questão é: onde estão os pobres?

A partir do estudo de São Paulo, que vou mostrar-lhes em seguida, fica claro que não podemos basear qualquer decisão no pressuposto de que os pobres estão localizados numa dada região do País ou que é localizável o bolsão de pobreza aqui ou acolá. A

nossa situação de desigualdade é extensiva: é observada desde o pequeno município até a grande metrópole. Portanto, precisamos criar propostas que sejam heterogêneas para podermos alcançar as características diferenciadas dos conglomerados populacionais que temos no Brasil.

Este mapa do Brasil nos apresenta a percentagem de pessoas com renda insuficiente – este estudo caracterizou como renda insuficiente o ganho abaixo de dois salários-mínimos mensais. De acordo com este mapa, a maior incidência – de 60% a 80% – está localizada em parte do Norte e Sudeste; depois, de 40% a 60%, toda a região Norte, Centro-Oeste, pegando ainda Minas Gerais, no Sudeste; depois, a incidência de 20% a 40% vai ser encontrada no Sul.

O Estado de São Paulo aparece aqui como aquele que menos concentração de renda insuficiente tem. No entanto – isso é muito interessante –, verifica-se que, se na média o Estado de São Paulo está bem, com base nesse mesmo parâmetro (pessoas com renda insuficiente), vamos identificar uma distribuição heterogênea dentro do Estado de São Paulo. Ou seja, há municípios paulistas onde se observa incidência tão precária quanto a daqueles estados brasileiros em pior situação, numa variação em todas as modalidades.

Apresento esses dados para dizer o seguinte: não dá para examinar a questão com base em cálculos médios. É sempre aquela história: toda vez que se faz uma média entre o cidadão que comeu um frango e um que não comeu nada, dá meio frango para cada um, mas um morreu de fome. Portanto, insistimos na necessidade da "territorialização" dos dados.

Ainda com relação ao mesmo parâmetro anteriormente mencionado: na cidade de São Paulo, à exceção da última escala – de 60% a 80% –, vamos encontrar também a distribuição da renda insuficiente até o patamar de 60%.

A nossa distribuição dos municípios é bastante heterogênea. Vou apresentar um gráfico síntese sobre o assunto. Temos que 44% dos municípios têm menos de dez mil habitantes e 46% têm de dez a cinqüenta mil habitantes. Portanto, isso já nos coloca uma questão de fundo: não há como propor um programa para o Brasil de uma maneira homogênea, sem levar em conta essa realidade.

Eu não pude trazer para os senhores era a minha vontade os números exatos de habitantes, o que seria muito interessante. Eu só consegui das regiões metropolitanas, mas penso que seria importante sabermos quantos habitantes vivem nesses pequenos Municípios e quantos vivem, realmente, nas metrópoles, porque, no Brasil, praticamente 33% da população vive em região metropolitana. O que também gostaríamos de acentuar é que é necessário pensar a questão do ponto de vista da concentração das regiões metropolitanas para a construção de uma modalidade de programa.

Considerada essa questão, gostaria de trazer os seguintes aspectos a V. Exªs: há uma heterogeneidade do conceito da linha de pobreza e uma diferença territorial, portanto, o que traríamos agora é a nossa experiência na construção desse trabalho da territorialização da relação de inclusão e exclusão social, ainda que o conceito de exclusão seja um conceito diferente do de pobreza, porque exclusão social envolve não só a incapacidade, a carência, o não-dispor, a ausência de, mas também uma série de processos culturais de discriminação. São as interdições. O excluído é o apartado. Pode ser por etnia, por sexo, enfim, uma série de motivos, e também pode ser pela própria situação de pobreza.

A proposta que trago para reflexão de V. Exªs é a questão da associação entre pobreza e território. Temos desenvolvido estudos usando o georreferenciamento. Agora mesmo estamos numa parceria com o INP, do ITA, de São José dos Campos, para usarmos outro programa de sintonia mais fina para esse geoprocessamento. Partimos também de uma questão: o lugar faz a diferença, isto é, não é só o que se ganha, mas o conjunto de condições que se têm naquele espaço fará a diferença em termos dessa renda. Então, há de se associarem as condições concretas dessa infra-estrutura, pois, infelizmente, um dos padrões das cidades brasileiras é o padrão de desenvolvimento, utilizando urbanismo de risco, aquele que não gera um conjunto de seguranças, principalmente para a população em pior condição de renda, porque ela vai ocupar os piores territórios da cidade, seja por invasões, favelas, vai ocupar beiras de córregos, morros, locais de situação insalubre, sujeita, portanto, a enchentes, desabamentos e a doenças, contaminação. E sabemos que temos, efetivamente, um déficit de oferta habitacional, somos um País de uma explosão de concentração urbana, e as cidades brasileiras não foram capazes de promover o assentamento dessa massa urbana em quantidade compatível com o que tem recebido da população que ali se situa, principalmente no caso das grandes metrópoles.

Chamo a atenção para isso porque qualquer programa, entendo eu, tem que ser associado a um programa de geração de outra infra-estrutura, um programa realmente de contenção do risco de afiançar a segurança urbana. O território é um agente ativo

na qualidade de vida. Todas as pesquisas têm mostrado isso. A propósito, estamos nas comemorações do Dia da Terceira Idade, e é interessante – e detectamos isso em São Paulo também – que a população é mais longeva nos territórios que têm mais infra-estrutura. Isso está comprovado em várias análise de cidades mundiais. Quer dizer, há uma correlação entre a condição de viver mais anos e a infra-estrutura gerada no território. Conseguimos detectar isso também em São Paulo, onde os jovens que vivem nos distritos com maior incidência de homicídio juvenil terão menos chance de viver mais anos. Então, tudo é mais difícil para quem menos tem, aumentando a pobreza e também a idéia – Amartya Sen levanta sempre isso – de que as políticas públicas têm grande impacto para os mais pobres.

Gostaria de abordar outro ponto polêmico. Quando se discute uma proposta de erradicação da pobreza é, de certo modo, um contra-censo definir como linha de corte e, portanto, linha de inclusão nesse programa, a linha de pobreza. Por quê? Evidentemente, a linha de pobreza mantém o cidadão na situação de pobre.

Quero propor, até para discussão – e o nosso estudo seguiu esse rumo –, que para o enfrentamento das situações de exclusão, das situações de pobreza definamos uma linha de inclusão, uma linha de não-pobreza. Não é uma linha de riqueza, mas de não-pobreza. Isto é, quais são as condições básicas para se dizer que esse cidadão superou a condição de pobreza e que, portanto, está caminhando na sua autonomia? É evidente que é uma linha-meta...

O SR PEDRO SIMON – *(Inaudível)*

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Não, nem precisa chegar a tanto Senador. Acho que é um conjunto. Digamos assim, será que R$33,00 per capita é uma linha de dignidade? Qual seria uma linha de dignidade? É um fato, nós sabemos, que, apesar de a nossa Constituição estabelecer o mínimo de oito anos de estudo para o cidadão, falta muito para a população brasileira alcançar essa meta. Talvez a linha de dignidade nem seja – vou ousar dizer isto aqui – os oito anos concretamente, talvez quatro anos. Ainda não conseguimos completar no Brasil o ciclo da universalização dos quatro anos de estudo, o antigo primário. Não estou fazendo concessões ao que determina a Constituição, mas dizendo que teríamos que definir – o Senador interpretou muito bem – um padrão de dignidade, que estou chamando de padrão de inclusão.

Na verdade, para fazer essa análise, construímos o que chamamos de uma utopia de inclusão. Então, essa é também uma sugestão. Quando a gente diz "vamos erradicar a pobreza", faz-nos pensar o que é a não-pobreza e não só o que é a pobreza. Para fazer esse estudo em São Paulo – e agora vou me referenciar ao estudo de São Paulo –, para discutir a exclusão, tivemos definir o que era a inclusão. Do ponto de vista da utopia da inclusão, construímos a seguinte idéia: incluído é aquele cidadão que tem um "x" padrão de autonomia, quer dizer, uma capacidade de viver com certo padrão salarial, expor suas idéias, um certo padrão de qualidade de vida, com infra-estrutura, acesso à saúde, à educação e aos serviços básicos de desenvolvimento humano, envolvendo a questão da não violência, um dado padrão de educação, um dado padrão de esperança de vida e a questão da eqüidade, uma das questões chaves.

Os estudos da Unicef demostram que há mais fragilidade em lares em que há crianças de até seis anos conduzidos por mulheres, mães analfabetas, sem infra-estrutura, com ganho baixo e com dificuldade de inserção no mercado de trabalho terão mais risco de vida.

O nosso estudo trabalhou na idéia de criar o que chamamos de "padrão de inclusão". Aquele que procedemos na cidade de São Paulo avaliou 49 variáveis em cada um dos 96 distritos da cidade. No "padrão de inclusão", temos a linha em amarelo e estudamos os indicadores de discrepância.

Chamo a atenção dos Senhores em relação ao dado 1.227. Em termos dos domicílios precariamente servidos por esgotos, para cada um cidadão no distrito de Consolação vamos ter 1.127 cidadãos que moram em Marsilac. Essa é uma medida de discrepância da cidade de São Paulo.

Analisemos outra: para cada cidadão da região da Sé precariamente servido por coleta de lixo, vamos ter também 6.583 cidadãos da região de Marsilac Assim, fizemos uma medição inicial da discrepância. Para a questão da concentração de favela há o contraponto: Marsilac não tem infra-estrutura, todavia, a questão habitacional que não é tão precária, para cada 109 cidadãos de Vila Andrade que vivem em favelas vou ter um em Marsilac.

Gostaríamos de demonstrar que o estudo permitiu analisar a medida da discrepância. A questão da desigualdade vai fluir em um território nas condições objetivas. Há também os padrões básicos. Por exemplo, na nossa linha de corte um padrão de inclusão ficou entre três a cinco salários e há as várias alternativas. Marsilac é no sul do Município, uma região que faz divisa com Itanhaém, fica abaixo da área dos mananciais, é muito pouco conhecida e, no Morro da Sa-

udade que ainda vive um grupo indígena na sua forma tradicional.

Usamos todas essas variáveis mostrando a discrepância em todos os territórios da cidade. Agora, vou-me utilizar de um complicador para que possam entender. A primeira medida utilizada foi a da discrepância das condições de vida Portanto, separamos a pior e a melhor situação e construímos um padrão básico de inclusão e insisto no fato de termos como um padrão de referência uma linha de não-pobreza ou uma linha de inclusão.

A população foi separada. Vou demostrar pelos mapas que esse não é um ponto médio e, sim, um ponto que definimos como uma linha de inclusão. A população foi separada, em cada distrito, entre aqueles que tinham condições de vida acima desse padrão e abaixo desse padrão. E foram estabelecidas notas pela concentração da população entre positivas e negativas, e isso nos permitiu construir o chamado "índice de exclusão".

A grande novidade desse estudo foi ter partido dessa análise territorial, examinado a discrepância, construído uma linha de referência a partir das condições do território e produzido, aí sim, uma leitura das condições de vida da população dos distritos da cidade ou das condições de exclusão social a partir de uma classificação dos distritos.

Para os senhores que conhecem bem São Paulo, aquela região em verde está abrangendo a região de Altos de Pinheiros, Pinheiros. Essa seria a região chamada Sudoeste, que é a região onde São Paulo concentra o maior volume tanto de ofertas culturais, de ofertas de tecnologia de ponta, os melhores **shoppings**, as melhores casas, os melhores prédios, num contraste, portanto, com outras regiões da cidade onde se atingiu maior índice de exclusão.

Se trocarmos esse mapa, por exemplo, por uma análise... Aqui, no caso, essa é só uma análise do rendimento dos chefes de família. Quero mostrar para os senhores o seguinte: cada linha dessa é um os 96 distritos. Nós, aqui, então, colocamos, pela renda do chefe de família, as melhores situações, que são aqueles que ganham acima de 20 salários mínimos, e detectamos, na cidade de São Paulo, que, para cada chefe de família na cidade de Tiradentes, na zona leste, que recebe 20 salários mínimos mensais, vamos ter 260 chefes de família no Morumbi. É a medida de desigualdade de concentração que detectamos na cidade.

Vejam que interessante: enquanto a concentração é uma curva, que percebemos ser quase nada — e ela aqui se solidifica, cria um maciço —, a exclusão tem, evidentemente, um crescimento maior. Mas ela está presente num bom índice em todas as regiões da cidade. Ela vai atingir, portanto, aqui, mais de 40%. E, no caso, essa linha, a linha dos 20%, é quase que uma linha permanente em todos os distritos da cidade.

Essa linha azul seria a dos chefes de família com renda de 3 a 5 salários mínimos, que consideramos, para esse estudo, o padrão de inclusão. É renda do chefe de família, não é renda do cidadão. Para a cidade de São Paulo, calcula-se que a renda do chefe de família, em 63% das famílias, que são, em média, de 4.3 pessoas, corresponde à renda total. Se estamos aqui operando com R$650,00, isso seria uma renda **per capita**, que iria até os R$160,00, como um padrão **per capita**, como um padrão do ponto de vista do cidadão. Portanto, não está discrepante daqueles estudos aqui apresentados pelo Prof. Nery, aos quais eu há pouco me referia. Então, isso nos dá essa visão. Tomando, por exemplo, os distritos mais excluídos, vejam que os distritos que tenham uma exclusão que está acima de 33% são em número de 18. Isso indica que, na cidade de São Paulo, temos uma população de 2 milhões e 700 mil em situação de exclusão, das piores condições de exclusão, isto é, 27.5% da população da cidade.

Os indicadores finais do mapa vão-nos mostrar que, como eu dizia aos senhores, para construir, a noção de exclusão/inclusão, nós trabalhamos com quatro topias: autonomia, que é esta cor rosada e pink; a qualidade de vida, que é o amarelinho; o verdinho é o desenvolvimento humano; o vermelho é a equidade; e o indicador da exclusão/inclusão está na linha azul. Isso está mostrando também as variações dos indicadores. É interessante perceber que, do ponto de vista da autonomia, que envolve principalmente renda, a linha da cidade de São Paulo tem uma tendência maior para exclusão, com picos aqui para a inclusão. Isso como indicador final.

Tento mostrar com esse estudo que, quando discutimos um programa de erradicação, ele tem um assentamento diferenciado no território. Então, no caso, por exemplo, da cidade de São Paulo, nós teríamos que, necessariamente, desenvolver um programa diferenciado para esses 2,7 milhões habitantes que estão em distritos com maior índice de exclusão. Então, não dá para pensar em um programa para a cidade de São Paulo. Não! Mesmo no caso de uma cidade – claro que estamos falando de uma metrópole – há que se identificar essas situações.

Nós não usamos só a cesta básica. Aliás, nem foi um critério. Nós usamos várias variáveis: condi-

ções habitacionais, número de banheiros por casa, número de habitante/banheiro, cômodo/habitante, infra-estrutura, esperança de vida.

Medimos também o que chamamos de APVP – Anos Potenciais de Vida Perdidos – isto é, se a nossa esperança de vida é 65, quais os anos que esta população deixou de viver por morte prematura antes de 65. Esse é o indicador também de morte precoce. O ideal é que a condição de uma esperança de vida atinja o maior número de pessoas possível. Existem vários cálculos para medir a condição de vida.

Gostaria de fazer um último recorte que diz respeito aos programas sociais. E vou deter-me nos programas ligados à assistência social, que é a área que eu pesquiso e acompanho.

É importante relembrar que a aposentadoria é o mais importante programa do Governo na área social, pelo volume de recursos e, pela abrangência. Só que sabemos também que o Brasil é um país em que a incidência da chamada "carteira assinada" "do vínculo contributivo à Previdência" ainda não é absolutamente universal, tem uma área de abrangência limitada.

Então, embora o programa tenha absorvido cerca de 48% dos recursos governamentais na área social, de fato, a população mais pobre é a mais subempregada, com menos vínculos com a Previdência, é aquela que tem mais inserção informal no mercado de trabalho. Portanto, não podemos considerar que, pela Previdência Social, estaremos dando cobertura a essas piores situações. Creio que estamos mais trabalhando com um programa que se liga a um correto direito ao trabalho mas que é contributivo. Então, somados ao custo do pagamento das aposentadorias do setor público e dos benefícios ao funcionalismo, chega-se aproximadamente a 70% do dinheiro aplicado na área social. Na verdade, ao mencionarmos os programas sociais, falaremos de 30% do recursos do montante aplicado. E os dados demonstram, estudos também do IPEA, que 20% dos mais pobres ficam com apenas 7% do dinheiro da aposentadoria mesmo. A aposentadoria atinge 20% dos mais pobres.

Dados colhidos pelo IPEA indicam que 40% dos brasileiros mais pobres se apropriam de apenas 19% desses recursos. Creio que o Professor José Márcio Camargo, que tem realizado vários estudos e análises, estará aqui no dia 30. Temos aqui discutido sobre mínimos sociais, mínimos de cidadania.

O SR. – *(Fora do microfone.)*

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – É. Dezenove por cento.

O SR. – *(Fora do microfone.)*

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Não, não trouxe. Porque teríamos que ter a planilha da Previdência Social, a distribuição. Seguramente...

O SR. – *(Fora do microfone.)*

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Seguramente, as aposentadorias mais altas, Senador.

O que queremos dizer é que 60% dos recursos públicos aplicados na área social, em todas as esferas do Governo, são apropriados pela metade da população, que detém acima de dois salários mínimos. Trouxemos estes dados porque aquela população, se usamos aquele corte de um quarto do salário mínimo, 33,99, que é o corte do BPC, notaremos que esse segmento da população é o que recebe a menor fatia de gastos sociais. Então podemos afirmar que há uma regressão também na aplicação dos gastos sociais para os mais pobres. Evidentemente que um programa de erradicação da pobreza tem que reverter esse quadro. Isso é mais ou menos óbvio. E reverter esse quadro supõe, a nosso juízo, não apenas a abrangência do ponto de vista da quantidade, mas uma revisão quanto à qualidade dos programas.

Quero afirmar que temos culturalmente no Brasil uma leitura de que para o pobre qualquer coisa serve. Há um mecanismo de 'precarização' das respostas quando se trata de construirmos uma proposta para os que menos possuem. Por exemplo, falando de cesta básica, à esquerda temos o padrão do Decreto-Lei nº 399/38, que ainda é usado como referência, que produz um padrão de alimentação para São Paulo e o Sul do País. Esse conjunto de alimentos produz 2.200 calorias/dia para um cidadão. Ou seja, esse volume de alimentos por mês produz para o cidadão 2.200 calorias/dia. E a cesta básica do Prodea atualmente produz 555 calorias/dia. Mais ainda: gostaria de dizer que, muitas vezes, a cesta básica não é entregue para cada membro de uma família. É uma cesta para a família. Ou seja, foi cortado o macarrão, em conseqüência do custo do trigo, está sendo também cortado o arroz, parece que vai ser reduzido o volume da farinha de mandioca.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Essas 2.200 calorias é considerado o mínimo necessário?

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – É. Por dia.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Duas mil e duzentas calorias é um padrão internacional?

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – É. É um padrão referido. Vamos lembrar que um café da manhã magro tem 250 calorias. Uma refeição de **spa** tem 800 calorias, para emagrecer. Assim, 2.200 calorias/dia é um padrão sem gordura. Observem, este é um dado do jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 14 de setembro,

referente ao conteúdo de cada cesta: 5kg de arroz; 5kg de feijão; 5kg de mandioca e 5kg de flocos de milho. Notem que, já nesta cesta de setembro, o arroz passou de 10kg para 5kg, e o macarrão também já evaporou. E houve ainda a substituição de duas latas de óleo por lata de sardinha. Isso mostra que o padrão da cesta alimentar vem sofrendo uma redução. Já houve um momento de pico, em 1994, quando correspondia a 32kg.

Percebi que V. Exªs vão conversar, no próximo dia 30, com Dom Mauro Morelli, que coordenou o Conselho de Segurança Alimentar, posteriormente à campanha do Betinho, Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Vemos uma grande heterogeneidade na quantidade e na qualidade dos alimentos de uma cesta básica. Se usamos o valor de uma cesta básica para definir a linha de pobreza, que cesta básica é essa? Se usamos a cesta básica para o confronto da situação de miséria, qual a capacidade nutriente dessa cesta? Se vamos dividi-la entre as pessoas, fica reduzido o seu poder nutritivo. Há, por exemplo, aquele escândalo da mãe que fazia suco de pasta de dente recebida numa campanha de higiene para oferecer às crianças, pela ausência de alimento.

Proponho a V. Exªs uma discussão acerca dos benefícios de prestação continuada. A partir de 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, a Constituição de 1988 passou a estabelecer que todo cidadão idoso e portador de deficiência teriam acesso a um salário mínimo, independentemente da contribuição. A partir da Constituição, inclusive, separaram-se os benefícios assistenciais dos benefícios previdenciários. A renda mensal vitalícia cessou, e iniciou, portanto, o Benefício de Prestação Continuada.

Embora a Constituição tenha estabelecido esse programa em 1988 e a Lei Orgânica o tenha regulamentado em 1993, ele iniciou apenas em janeiro de 1996. Isso demonstra a dificuldade de se implementarem programas de cobertura àqueles que menos renda têm.

Em julho de 1996, o Benefício de Prestação Continuada iniciou no Brasil com 19.980 pessoas. O Benefício de Prestação Continuada é a entrega de um salário mínimo mediante a comprovação de que aquele cidadão, na sua família, não tem uma renda per capita que ultrapasse um quarto de salário mínimo. É um benefício que tem uma distinção muito grande da Renda Mensal Vitalícia, que estabelecia o salário mínimo de acesso ao cidadão.

O Benefício de Prestação Continuada submete a renda do cidadão à renda da família, e estão sendo adotadas atitudes mais regressivas, porque estão estendendo o conceito de família, que não é mais somente mononuclear. Portanto, o alcance do programa tem-se reduzido. Essa é uma questão.

Pela legislação aprovada em 1993, seria o idoso a partir de 70; depois de três anos, a partir de 67; e após dois anos, a partir de 65 anos. Foi cortado também, por medida provisória, o alcance a partir de 65 anos. Então, o máximo que se conseguiu, a partir de agosto de 1998, foi o alcance a partir de 67 anos.

Então, tenho aqui uma progressão para V. Exªs — para quem se interessar tenho as planilhas: em agosto de 1998, já a cobertura do benefício estava em 161.924 pessoas idosas. Há um crescimento de 810 vezes, de julho de 1996 para agosto de 1998. De agosto de 1998 para agosto de 1999, houve o impacto da demanda acima dos 67 anos; houve um crescimento de 72% ao ano, que corresponde a 117.021. Portanto, temos cerca de 278.945 beneficiados no Brasil do benefício de prestação continuada. Daqui a pouco, V. Exªs verão que realmente não é um número significativo, embora seja importante do ponto de vista da cobertura.

O benefício à pessoa portadora de deficiência foi, inicialmente, a grande novidade; teve um grande alcance, porque, se antes existia a renda mensal vitalícia, não havia nenhuma cobertura à pessoa portadora de deficiência, que, no caso, foi instituída. Então, haverá um crescimento inicial, de julho de 1996 a agosto, de 542%; depois, de 14,5%. A notícia que temos é a de que estão sendo utilizadas medidas restritivas, principalmente na seleção da condição de deficiência. Tem-se que mostrar efetivamente a incapacidade plena.

Mas queria dizer a V. Exªs que há uma ação de inconstitucionalidade em tramitação, porque a aplicação desse benefício entendo que tem sido feita de modo perverso; tenho detectado isso na prática. É o seguinte: no caso de uma família que tenha duas crianças portadoras de deficiência, se uma delas recebe o benefício, este passa a ser computado como renda e não como benefício, o que é um equívoco. Então, a segunda criança não tem acesso, porque cresce a renda familiar, ultrapassa-se o **per capita** de 33,99. Há situações assim. Já detectei, às vezes, problemas familiares em que se incide mais de uma criança com patologia. E este critério nos parece extremamente perverso do ponto de vista dessa condição de vida.

Bem, possivelmente muitos de V. Exªs acompanharam mais de perto a grande aquisição que foi, na

vida da população dos trabalhadores e dos rurais, a renda mensal vitalícia. Existem duas modalidades da renda mensal vitalícia: por invalidez e por idade. Lembro a V. Exªs que não existe mais a inscrição de novos beneficiários para a renda mensal. Só para termos uma idéia da progressão, em agosto de 1998, eram 402 mil beneficiários; em 1999, 374 mil. A renda mensal vitalícia está-se reduzindo em uma média de 7% ao ano. Podemos fazer a previsão de que, por exemplo, daqui a 14 anos, possivelmente não haverá mais renda mensal por invalidez, porque as pessoas terão morrido. E, em relação à renda mensal vitalícia por idade, também há um decréscimo, que é um pouco menor, mas isso também vai dizer-nos que há uma redução — perdão, é menor em número, mas não em número relativo, em percentual — de 10% ao ano. Isso significa que aproximadamente, dentro de 10 anos, também não teremos mais renda mensal vitalícia por idade. Esses são números interessantes.

Do ponto de vista da atenção, os programas se fazem diretamente pela transferência. O BPC, Benefício de Prestação Continuada, é uma renda mensal. Além dessas transferências de renda, há também os chamados serviços continuados, que são destinados à população em maior risco.

De acordo com dados do IPEA, temos, no Brasil, na faixa de 0 a 6 anos, 9 milhões de crianças com renda de até meio salário mínimo **per capita**. Até um quarto do salário mínimo, são 50%, 4.600 milhões. E sem renda, 1.446 milhão. Dessas crianças, de 0 a 3 anos é, mais ou menos, uma faixa de 60%.

O programa voltado às crianças em vulnerabilidade está tendo um cobertura de 14%: 1.432 mil crianças. Isso significa que o programa de transferência de recursos para o atendimento de crianças entre 0 e 6 anos tem uma dívida social acumulada de 86%, considerando a cobertura de um programa para crianças até 6 anos de idade, de baixa renda. Se fizermos a conta, foram gastos, em 1998, 241 milhões com este programa para atender 1.432 milhão. Isso significa que foi gasto um **per capita**/ano de R$168,00 por criança, o que dá um **per capita**/mês de R$14,00, o que dá um **per capita**/dia imaginando um atendimento de 22 dias de R$0,63. Assim, o padrão de atendimento para a criança é de R$0,63. Os padrões de convênio têm as variações dos convênios. O recurso é passado por meio dos convênios. É claro que são valores que, por mês, vão eqüivaler aos 14. Isso já nos dá uma idéia de qual é o padrão do ponto de vista de um suporte nutricional, de desenvolvimento da criança. Se temos essa capacidade, além de cobrir 14%, podemos operar na base de R$0,60 por dia. Podemos pensar nesse reducionismo.

Um outro programa diz respeito ao idoso. Temos, no País, 1.208 191 milhão com renda até meio salário mínimo. Até um quarto de salário mínimo, são 344 mil, que seriam os demandatários do programa do BPC, porque abrange até um quarto do salário mínimo. Sem renda, 128 mil. Atendidos pelo programa, 264 mil, isto é, 22% da demanda. Há uma dívida social com os idosos de 78%. Em relação ao BPC, podemos dizer que a cobertura está bem. O benefício está cobrindo, aproximadamente, 80% da demanda. Temos um dado bastante interessante do ponto de vista do Benefício Prestação Continuada. Não existem vínculos programáticos entre um e outro atendimento. Com quanto se atende a um idoso? Foi gasto, em 1998, nessa atenção ao idoso, R$26,946 milhões, para atender a 264.999 idosos. Isso dá um **per capita**/ano de R$101 e um **per capita**/mês de R$8,47, um **per capita**/dia de R$0,38.

Na verdade, os valores dos **per capita** operados estão dos novos **per capita** propostos.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Essas instituições que cuidam de idosos recebem a aposentadoria que eles recebem. Hoje não há quase nenhum idoso que não tenha ou invalidez ou velhice ou Previdência. Assim, todos eles estão cobertos.

A SRª ALDAÍZA SPOSATI – É o que eu mostrei; ou seja, uma cobertura de 80%, 81%. Eu mostrei esses dados aqui. Mas mesmo assim, Deputado, V. Exª há de convir que o valor é reduzido mesmo.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Talvez nem chegue lá para eles e fique no caminho uma boa parte.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Sim, essa é outra questão.

Em relação ao portador de deficiência, foram gastos R$64 milhões, para 120 mil portadores de deficiência, o que nos dá um **per capita**/ano de R$534, um **per capita**/mês de R$44 e um **per capita**/dia de R$1,48. Realmente o atendimento aos portadores de deficiência é um dos mais caros. Aí nós estamos apresentando alguns valores. Só que há loas, digamos. Além de operar esses serviços, eu diria que nesse padrão infelizmente, ela já promoveu – penso que muitos dos senhores acompanham isso – um processo de organização nacional dos conselhos municipais, estaduais e o Conselho Nacional.

Isto aqui é uma tabela. No caso, a do Estado de São Paulo – perdoem-me, mas esse era o dado que eu tinha – é estadual mas é brasileira.

Nós temos ali, por região , o número da lei, dos conselhos estaduais, a data da criação. Por que trouxe essa informação? Percebi que a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães propõe a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional. Há todo um suporte paritário de mobilização da sociedade civil. Estive há uns quinze dias na Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, lá estavam 1400 delegados da sociedade civil. Lá se discutiu as necessidades dos bairros, a divisão dos recursos municipais.

Assinalo esse fato a V. Exªs para verificarmos se não seria o caso de pensarmos realmente em toda essa mobilização que já vem sendo criada em conferências; ou seja, uma proposta de se criar uma outra base de articulação. Temos um dado que me parece importante. Queria deixar isso à ponderação de V. Exªs.

Finalmente, gostaria de acentuar com todas essas reflexões é que nos parece que uma questão fundamental é essa que abordei: estabelecermos uma linha de pobreza que seja efetivamente inclusiva. Esse é um dado que manifestei aos Senhores e que gostaria de deixar registrado aqui. Outra questão, que também é clara para nós, é a de que precisa haver um pacto de cidadania envolvendo a sociedade civil. Podemos nessa reflexão decidir qual é o padrão de dignidade, de igualdade que se quer atingir. Eu indago: qual é a "pobreza" aceitável – eu diria assim – nesse processo de desenvolvimento? Acho que se não passarmos por isso, isto é, pela construção de um pacto dessa ordem, em que a sociedade brasileira sinta a indignação da precariedade das condições de vida, certamente será muito difícil mudarmos nossa situação. Falei aos senhores de nossa convicção de que precisamos realmente de mudanças de fundo, de alterações estruturais. Falei da reforma fundiária, da reforma tributária, da reforma salarial e da geração de emprego e renda, mas acentuaria que temos de repensar esses programas sociais, avaliando o alcance e a incidência deles nos municípios. Não vejo como construir uma proposta de erradicação sem combinar as três instâncias de gestão – nacional, estadual, municipal –, sem ter realmente projetos de inclusão de base municipal, porque é ali que as situações concretas ocorrem, é ali que temos de instituir programas de reversão objetiva da exclusão social. Insisto também em que se tem de olhar de outro modo a aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social, para que esses programas ganhem uma condição, digamos, de operação.

Outro dado importante – acho que não fui clara – é que os programas sociais têm tido sucessivos cortes e qualquer proposta que objetive confrontar esse quadro de miserabilidade precisa ter um patamar de recursos que se mantenha e progrida para manter um conjunto de respostas. Claro que agora teríamos que abordar, além da definição da linha de pobreza, a natureza dos programas. Vamos ter os programas de transferência de rendas, os programas de transferência de serviços e esses programas de que falamos. Portanto, temos de construir condições de inclusão na infra-estrutura onde as pessoas estão situadas. Do ponto de vista da transferência de renda há essas experiências gerais para o País do BPC, que entendo restritivas. Há ainda a experiência em curso, que é muito pontual em relação à questão da renda mínima, também restritiva a alguns municípios, e há propostas, está aqui o Senador Suplicy, da extensão dessa concepção de renda mínima. Existe uma polêmica: alguns consideram que a atribuição da cesta básica é um assistencialismo e que deveria ocorrer a transferência de renda e não a doação de cesta básica. Concluindo, eu diria que o trabalhador tem direito, como parte do salário, à cesta básica. Fiz um trabalho pela ONU, na Nicarágua, mesmo sob o Governo Chamorro, onde todos tinham direito à canastra básica. Ela era universal, um certo número de quilos de açúcar e de arroz por mês. Portanto, penso que o acesso à cesta básica não é necessariamente um assistencialismo. Um programa de segurança alimentar, não o entendo como assistencialismo. A cesta básica é direito do trabalhador. Quando temos uma cesta básica restrita, de 500 calorias, cujo processo da chegada é muito mais caro do que o ser valor calórico ou conteúdo. Efetivamente, passa a ser um desserviço e não um serviço. Assim, devemos ter um conjunto de propostas articuladas para poder responder a essa situação de miserabilidade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos à Professora Aldaiza.

O SR PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, formulo, nessa questão de ordem, duas proposições. A primeira – insisto no que já venho dizendo – é que estamos perdendo um tempo muito importante não publicando ou distribuindo, pelo menos entre nós, as palestras que estão sendo proferidas. Por exemplo, a Professora fez uma série de reposições a palestras anteriores. Se tivéssemos aqui a publicação já faria-

mos a comparação. Na minha opinião pessoal, a Comissão deve publicar todas as palestras.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Já está publicada, inclusive o gabinete de V. Exª já recebeu a última palestra.

O SR. PEDRO SIMON – Agora, é importante fazermos isso.

Invoco ainda uma segunda questão de ordem. A Professora fez aqui uma afirmação muito grave, da qual já sabíamos mais ou menos. Explicou o que é a cesta básica, o que é o mínimo de alimento necessário, o mínimo de calorias, de acordo com o Decreto de 1938. Mas, e o que está acontecendo hoje? Nem aquelas 600 calorias estão sendo distribuídas. É um corte absurdo. Acho que deveríamos aprovar uma moção contra o Governo. Acho que seria a primeira moção, a primeira ação desta Comissão. Em primeiro lugar, um lamento; em segundo, uma exigência de tomada de posição, para que reponha os alimentos. Essa cesta básica é um absurdo! O Ministro da Fazenda diz que a culpa é do Ministro da Agricultura, que ele não pediu. É um absurdo total. O macarrão desapareceu.

Nós, que queremos aperfeiçoar, deveríamos ter como primeiro ato aprovar uma moção dirigida ao Presidente da República, dizendo que imediatamente encontre verba, baixe uma medida provisória determinando que aquele mínimo que era distribuído na cesta básica volte a vigorar. É a proposta que faço. Acho que seria uma atitude positiva, concreta e deveria ser imediata. Vão pensar em coisas futuras enquanto está acontecendo uma desgraça dessas?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sem dúvida nenhuma, vamos acatar a sugestão de V. Exª, colocando naturalmente em discussão a proposta.

Concedo a palavra à Vice-Presidente Marina Silva para suas considerações.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, ainda é uma questão de ordem. Concordo com o Senador Pedro Simon. O processo está em curso e não podemos ficar aguardando o relatório da Comissão para tomarmos medidas. Acho que seria uma manifestação política da Comissão e teríamos até que buscar apoio de pessoas que nem estão na Comissão, de Deputados e Senadores. Está ocorrendo outro problema, somado a esse, ou seja, o fato de o Governo ter cortado milhões de aposentadorias nesses dados que acabam de ser assinalados.

No meu Estado, tive a oportunidade de visitar Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Rio Branco, milhares de pessoas, velhinhos, vieram dizer que não tinham mais o benefício, a partir deste mês, sem nenhuma justificativa. Então, acho que, como o benefício se constitui numa das formas de distribuir renda nesses lugares, não podemos admitir que essas pessoas fiquem sem ele. É uma situação de calamidade total. Essas pessoas só têm dispõe da aposentadoria como forma de sobrevivência. O Governo passou a exigir que eles apresentem documentos, notas fiscais de dez anos atrás. Ora, nos seringais da Amazônia ainda prevalece praticamente o escambo. Como essas pessoas vão apresentar notas fiscais de dez anos atrás?

Então, estou acrescentando algo que possa se somar a essa manifestação, pela gravidade que representa o corte desse benefício.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Entendo que devemos tomar essas providências, e até em função do próprio Senado, o Plenário do Senado pedir informações a respeito desses acontecimentos e adotarmos um posicionamento. Foi uma questão de V. Exª extremamente oportuna.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Roberto Brant.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Ainda sobre esse assunto, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pois não, com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vou na linha do Senador Pedro Simon. Penso que ele foi muito feliz na intervenção e os dados que Aldaíza apresenta mostram que temos um trabalho a fazer, na Comissão, de aprofundamento do diagnóstico dos programas de prestação continuada, de levantamento dos indicadores, enfim, de proposição de políticas alternativas.

O direito a uma alimentação mínima, precária – porque é disso que se trata –, daqueles que não têm sequer esse direito, é uma questão absolutamente prioritária, urgente e efetiva.

Esta Comissão não pode passar a idéia de lentidão dos poderes instituídos para encaminhar os episódios. Essa denúncia já é antiga, pública há algum tempo, e não tivemos, por parte do Congresso Nacional, nenhuma ação concreta.

Reforço a proposta de que aprovemos uma moção desta Comissão, que a Presidência da Comissão a encaminhe imediatamente ao Presidente da República, que se dê publicidade à nossa preocupação e à nossa inquietação e à disposição da Comissão de colaborar com todos os poderes constituídos para estabelecer respostas emergenciais.

Isso não significa esvaziar o relator nem o relatório nem as propostas. O nosso problema é muito mais amplo. Estamos tratando de uma questão emergencial, específica, precisa e urgente. Acredito que é uma forma de a Comissão, inclusive, assumir a sua presença no debate público. Se jogar a matéria para o Plenário do Senado, da Câmara, a Comissão novamente sai da cena da discussão, como tem saído. Temos que entrar na cena, inclusive para colocar a pobreza no debate nacional.

Penso que é uma grande iniciativa, que daria vida à Comissão, presença à Comissão, e mostraria que temos urgência, que estamos dispostos e unificados em torno de algumas políticas decisivas de combate à pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Perfeitamente, vamos determinar as providências.

Vou conceder a palavra ao Relator, mas antes vou passar a Presidência à Senadora Marina Silva por alguns instantes.

O SR. ROBERTO BRANT – Nossa primeira manifestação é de agradecimento à Professora Aldaíza Sposati pela instigante exposição com que brindou esta Comissão Mista, reunida para diagnosticar as causas e as condições da pobreza no Brasil e examinar alternativas para sua erradicação.

O primeiro ponto que eu teria a destacar na dissertação da professora é exatamente a ênfase que colocou sobre a complexidade do problema da pobreza, que não pode ser simplistamente comparado apenas à insuficiência de renda. A pobreza, na verdade, tem outros ingredientes. Cuba, por exemplo, seria um caso modelar. Num padrão internacional de pobreza, praticamente toda a população estaria abaixo da linha de pobreza. No entanto, em Cuba a população tem acesso a uma série de condições da vida civilizada. Há naquele país uma clara insuficiência de renda e não há uma situação clara de pobreza.

Já tivemos outras exposições, nesta Comissão, que ajudaram a despertar em nós próprios a consciência dessa questão. E não é questão puramente acadêmica ou teórica, porque diz respeito aos remédios e às soluções que vamos propor.

Outro ponto que ela introduz no debate, que penso absolutamente importante, é exatamente a perspectiva da inclusão. Uma política apenas para cobrir a insuficiência de renda certamente reproduziria, não na sua totalidade, mas uma grande parte da pobreza. Já programas que têm como perspectiva retirar as pessoas de uma situação de exclusão para encaminhá-las, progressivamente, a uma situação de inclusão definem inclusive os conteúdos dos programas que podemos imaginar como destinados ao problema da erradicação da pobreza.

A nossa Comissão caminha sobre um terreno extremamente vago e impreciso. Não podemos cair na tentação de estabelecermos aqui um modelo ou um receituário para combater as diversas formas de pobreza. A nossa função é menos do que isso e é mais do que isso. Nós temos de criar, por exemplo, essas duas questões levantadas aqui agora sobre o problema da interrupção de benefícios de prestação continuada e o problema de interrupção do fornecimento de cestas básicas. Esta Comissão, se for bem sucedida, tem que caminhar no sentido de nós institucionalizarmos, talvez até em nível constitucional, uma espécie de orçamento de erradicação da pobreza em que destacaríamos recursos fiscais bilionários para essa finalidade, porque a experiência orçamentária brasileira, essas indas e vindas dos desequilíbrios fiscais que afetam os três entes federativos estabelecem uma evolução muito errática no financiamento desses programas. Nós temos que tratar a pobreza como um problema a parte dentro do conjunto dos problemas do país e encará-los com muita determinação, para que possamos ter constância, e isso é fundamental nesse programa de inclusão, porque eles mais do que de combate à pobreza, o problema de inclusão tem que ser necessariamente constante, não pode ser interrompido no meio do caminho sob pena de se perder tudo o que se fez antes. Então temos realmente hoje, cada dia mais me convenço que temos que caminhar para uma solução tipo constitucional, com o destaque constitucional de recurso, inclusive isso é uma exigência constitucional não podemos vincular recurso, esses recursos têm que ser bilionários, e eles têm que ter claramente a perspectiva da inclusão. Sem esquecer, é claro, essas soluções compensatórias. Todo mundo fala dos defeitos e qualidades da cesta básica, mas, num país pobre como o nosso, a cesta básica é, muitas vezes, um maná, sem o qual a população nem sobrevive. Evidentemente que nenhum feitio de programa deveria privilegiar a cesta básica, mas não podemos deixá-la de lado. Então o formato que estamos querendo caminhar é numa solução global.

Outra questão fundamental, a da territorialidade, também nos remete a isso, pois não podemos chegar no detalhe das questões de combate à pobreza, porque há tanta pobreza e ela é tão diferente, que tem que ter um tratamento diverso no Brasil. Os dois pólos de pobreza é o Nordeste rural e as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, quer dizer, onde concentra os maiores contingentes. Essas

populações estão a reclamar soluções que não têm nenhum ponto de contato. Inclusive o esforço financeiro tem que ser diferente, porque o que é linha de pobreza na São Paulo metropolitana não tem nada a ver com o que é linha de pobreza no sertão do Rio Grande do Norte. Nós vivemos com alguns mitos como o que o salário mínimo é igual para todo o Brasil. O salário de professor é igual em todo o Brasil. Esses mitos querem preservar a fachada de uma unidade. Nós não somos uma unidade social e econômica, nós temos diferenças territoriais marcantes, e a vida de cada um é muito diferente de cada circunstância, nós temos que enfrentar esse problema.

Outro aspecto que eu teria a destacar é que a professora Aldaísa, ao mostrar algumas informações sobre a evolução dos gastos sociais no Brasil marcou os dois últimos governos da República, por exemplo. É correto, mas acredito que equivocadamente temos encarado esse problema da erradicação da pobreza como questão federal. Não estou fazendo crítica à exposição, estou querendo agregar um ingrediente novo. Há realmente a consciência de que todas essas questões que não têm dono são federais. Na verdade, isso deve ser verdade para os municípios e para os estados cuja receita fiscal **per capita,** por exemplo, esteja abaixo de uma linha média nacional, mas não pode ser verdade para Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio Janeiro, Minas Gerais, etc. Nós temos aqui o desafio de envolver e de integrar outros entes federativos quando eles têm capacidade fiscal para isso. E a determinação da capacidade fiscal é muito simples, estabelecer uma linha da média da receita **per capita** municipal, quem está acima tem uma capacidade de participar do programa, mesmo que seja uma capacidade diferenciada, e o estado também. O combate à pobreza tem de envolver necessariamente todo mundo. E por fim , não vou fazer nenhuma questão, estou apenas fazendo os comentários, fiquei bastante impressionado com o grau de profundidade da exposição, se nós pudermos inclusive dispor desse material, que é extremamente enriquecedor, aquela questão que 70% dos gastos chamados sociais no Brasil são com a previdência. Isso é uma deformação brutal! O IPEA diz que gastamos 136 bilhões na área social. Não é verdade, porque 70% estão no sistema de previdência pública, que reproduz de uma maneira assombrosa e multiplicadora as desigualdades que existem na sociedade brasileira.

No meu Estado, por exemplo, um terço de toda a receita fiscal é destinado ao pagamento de benefícios de pensão e aposentadoria para 135 mil pessoas, e Minas Gerais está chegando a 20 milhões de habitantes agora. Então, o Estado está realmente impotente, não pode fazer política social, não pode fazer nada. É uma situação estrutural, está na nossa legislação.

Sou otimista em relação a esse problema, mas numa perspectiva de longo prazo. Penso que, dentro de dez ou 15 anos, fazendo reformas a cada dois anos, vamos começar a encontrar um pouco de eqüidade no sistema. Mas isso mostra, acima de tudo, que a parcela que efetivamente é gasta com a área social, que pode ser direcionada, focalizada para as populações carentes, na verdade, é muito pequena.

Acredito que esta Comissão foi formada numa hora interessante, porque prenunciou movimentos no pensamento internacional que agora estão se manifestando. Hoje, recebi um convite do BID para participar de um seminário em Washington, nos dias 8 e 9 de novembro, sobre o problema da pobreza. Há uma consciência se formando no mundo e penso que deveria se formar prioritariamente aqui, porque o Brasil é o País mais desigual do mundo. Temos uma pobreza absolutamente desnecessária, considerando o nosso nível médio de renda. E isso é muito mais vergonhoso para as elites e para as classes dirigentes do País.

Penso que podemos, nesta Comissão, chegar a um consenso multipartidário sobre o que estou dizendo, um orçamento permanente de combate à pobreza que tenha um horizonte de pelo menos dez anos, porque é num prazo desses que as coisas começam a se mover. Temos recursos bilionários à nossa disposição. Que possamos integrar nesse esforço Estados e Municípios, e que não criemos nada, como V. Sª disse com muita precisão.

O projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães é uma chama que funcionou como a ignição para o debate. Tive oportunidade de conversar com S. Exª, pois, como Presidente do Senado, o seu projeto deve ser examinado com algum cuidado. Na verdade, o Senador Antonio Carlos Magalhães não faz questão das formulações ali contidas, mas sim da inspiração que pode ter produzido.

Na verdade, não podemos criar nada. Temos o Comunidade Solidária, formado por uma parcela da sociedade civil, que pode participar como órgão de cúpula desse programa, ou, pelo menos, desse orçamento social e de seu controle. Além disso, temos toda a estrutura da LOAS. Uns funcionam e outros não, mas é o exercício que fará com que funcionem melhor, e muitos não funcionam porque não têm recursos.

São essas as colocações que gostaria de fazer. No mais, gostaria de agradecer, porque V. Sª. se aprofundou em várias questões, com uma visão bastante abrangente. Inclusive foi o primeiro testemunho que tivemos de alguém que focalizou uma situação que temos que levar em consideração, que é a situação das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte, de Curitiba, etc., que certamente demandam um tratamento absolutamente próprio. Acredito que, com a sua exposição, isso ficou bem enraizado na consciência de todos.

Muito obrigado.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Temos uma lista de sete inscritos e o Senador Suplicy, ao sair, pediu-me que colocasse o seu nome nesta lista. Com a palavra o Senador Djalma Bessa.

A sugestão que me faz o Relator é que utilizemos o processo de falarem três inscritos e, em seguida, a Vereadora Aldaíza responderia. Apelo para que sejamos todos sucintos nas nossas exposições, mediante o critério de que, no momento adequado, possamos debater as nossas idéias internamente na Comissão e colhermos o máximo das pessoas que aqui vêm fazer exposições.

Quero parabenizar a minha colega Deputada Fátima Pelaes, do Amapá, pelo convite que fez à Vereadora Aldaíza, porque se o Senador Suplicy, o Deputado Mercadante ou eu a tivéssemos convidado, poderíamos ter suscitado questionamentos do tipo: Estão chamando uma vereadora do PT, o que vem fazer aqui uma vereadora do PT?

Foi muito feliz, Deputada, a iniciativa de V. Exª. E fico satisfeita pelo fato de o convite ter partido de V. Exª, uma Deputada de um outro partido, que conhece o trabalho da Odaíza e sabe o quanto é profundo o seu compromisso com a pobreza e com o estudo.

Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Srª Senadora que está presidindo esta reunião, Sr. Relator, Deputado Alberto Branco e Srª Vereadora Aldaíza Sposati, desejo inicialmente, até me referindo à declaração da Senadora Marina Silva, dizer que esta Comissão está acima dos Partidos. A Vereadora Aldaíza comparece aqui por ser do PT – aliás, compareceria também se fosse de outro Partido, até pelas condições intelectuais que tem, de professora emérita, que tem realizado um trabalho realmente exemplar em nosso País.

Inicialmente, permito-me dizer o óbvio – inclusive na ementa do requerimento de criação da Comissão consta a expressão "erradicar a pobreza"; os expositores, inclusive a Vereadora Aldaíza, também a usaram -: devemos lembrar que, numa definição restrita e limitada, pode-se imaginar que não esteja sendo dado o realce adequado para aqueles que estão abaixo da linha da pobreza, que são os indigentes, para usar uma expressão mais delicada. Mas se tivermos que ser mais autênticos, embora seja uma expressão meio dura, podemos dizer os miseráveis. Claro que nessa erradicação da pobreza está incluída a erradicação dos indigentes e dos miseráveis.

A exposição da Vereadora, que é também professora – é possível que esteja aqui mais como professora do que como vereadora – realmente nos trouxe um quadro que chega até a nos entristecer. Por outro lado, teve o aspecto altamente positivo de trazer a realidade ao nosso conhecimento. Para isso, basta que se atente para um dos gráficos apresentados, em que se constata que os mais pobres são os que menos participam dos custos sociais. Isso realmente é de uma falta de eqüidade absoluta, quando o certo, o correto, seria os mais necessitados receberem mais. É possível até que a idéia seja essa, mas a realidade prova o contrário: os que mais necessitam são os que menos recebem.

O tema que V. Sª debateu é altamente conveniente porque examina a conjuntura, o quadro atual, a política social adotada. O que ocorre? São várias políticas sociais, vários programas: o da renda mensal vitalícia, o do benefício de proteção continuada, em que cada um é examinado. Constatamos que, no mínimo, estamos muito aquém do que seria necessário. Há, portanto, uma defasagem muito grande entre o que está sendo feito e o que necessitaria ser feito. Ademais, considere-se o que V. Sª dissertou sobre a dívida social. Atente, professora, que são milhões de reais gastos, somas altas, elevadas. E, ao se constatar isso, imagina-se que está praticamente resolvido esse problema, que essa área está contemplada. Mas, quando se chega à análise de cada item da dívida social, que alcança o idoso, alcança a criança, alcança o deficiente, ficamos abatidos. Por quê? Porque a quantidade de pessoas atendidas está muito abaixo da das pessoas necessitadas. O que isso significa isso? Significa que há a necessidade urgente da reformulação dessas políticas. Realmente, elas foram implantadas para solucionar esses problemas. Mas não resolveu, numa evidência de que é necessário até substituí-las, ou, no mínimo, modificá-las para que atenda a um maior número de necessitados.

Veja bem, por qualquer conceito de pobreza, qualquer conceito, seja da renda, seja das calorias que se consome, é realmente um quadro que em nada honra o nosso País. Quando se compara com

outros países – e países até emergentes como o Brasil – verifica-se que há uma defasagem muito grande.

Eu não poderia deixar de parabenizá-la pelas informações que trouxe, pelo volume dessas informações que, por certo, vão servir de base para a nossa observação. Congratulo-me, portanto, com a professora pelo trabalho. Ela, como mestre, soube expor didaticamente os problemas. É claro que não devemos nos desestimular. Pelo contrário, os dados negativos que a senhora apresentou tão objetivamente vão servir de respaldo para o nosso estudo, para a nossa reflexão e para a nossa meditação. Obrigado, professora Maísa.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra, então, o Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Srª Presidente, eu poderia declinar da palavra, deixando-a para um outro inscrito. Preciso resolver um assunto um pouquinho urgente numa ligação, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Deputado Nelson Marchezan. O Senador Pedro Simon me pediu que justificasse que, em função da exposição do Zeca, do PT, na Comissão de Assuntos Econômicos, teve que se ausentar. Mas voltará a fazer as suas perguntas, nas mesmas condições em que o Suplicy. Então, agora com a palavra a Deputada Fátima Pelaes, autora do requerimento.

A SRA. FÁTIMA PELAES – Obrigada, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Professora e Vereadora Aldaíza Sposati. Primeiramente gostaria de parabenizá-la pela brilhante exposição, pela contribuição que traz a esta Comissão. Tive a oportunidade de conhecê-la há mais de dez anos, e queria deixar registrado nesta comissão, quando se estava fazendo um trabalho social na LBA. Ela foi até o Amapá, e lá comecei a conhecer o trabalho que vinha sendo desenvolvido por essa pesquisadora, que hoje coordena também um grupo de trabalho na seguridade social da PUC. Tenho aqui dados que são impressionantes. Eu não gostaria de fazer pergunta alguma, mas apenas algumas colocações, sobre a grande contribuição que V. Sª vem dando todos esses anos para que possamos avançar.

V. Sª mostrou, naquela época mesmo, a necessidade de extinguirmos os programas que estavam sendo feitos pela LBA, a forma pela qual vinham sendo implementados, uma forma até desrespeitosa, em que se levavam programas para a comunidade sem antes consultá-la, enfim, sem que o próprio gestor do município ficasse sabendo. Isso tudo avançou.

Houve também, por parte dessa pesquisadora, a contribuição para que pudéssemos aprovar a Lei Orgânica de Assistência Social. Foi uma grande luta no Brasil, uma grande mobilização, que hoje persiste. Ainda há pouco se falou que no encontro de Belo Horizonte essa luta foi abordada. Também temos acompanhado um pouco no Amapá e em alguns Estados do Brasil.

Primeiro, quero falar sobre a questão de políticas públicas, que tem grande impacto para os mais pobres. E, logo em seguida, apresenta que 60% dos recursos com políticas públicas na área social são apropriados pela população que recebe mais que dois salários mínimos. Então são duas colocações sérias que precisamos reverter.

Na semana que passou, tivemos no Amapá a Drª Vanda Engels, que levou a proposta de fazer um pacto social, para que o Governo Federal, o governo estadual, os municipais e também a sociedade pudessem ver qual o impacto desses programas na população, de que forma estamos trabalhando? Hoje, percebemos que ainda há uma pulverização de recursos e não vemos qualidade de vida nessa população mais pobre.

Hoje, já se coloca a possibilidade de se trabalhar com esses programas que temos, como por exemplo o do idoso, o do deficiente, e de que se possa, também, dentro da Secretaria de Assistência Social, saber quem são os beneficiários. Será que esse deficiente que hoje recebe esse salário mínimo está também incluído no programa de reabilitação? Ou será que ele não está incluído nesse programa de reabilitação? Porque aí se começa a mudar, pois não há a necessidade de que esse deficiente permaneça, mas que ele possa sair dessa condição de beneficiário desse programa.

Então, trabalha-se numa perspectiva, agora, como foi colocado pela Drª Wanda Ingrid, de que se começa a perceber os indicadores sociais – como a questão da mortalidade materna –, enfim, verifica-se quem é que está sendo beneficiário dos programas que estão na Secretaria de Assistência, nos programas que também estão sendo desenvolvidos na Secretaria de Saúde, enfim, dentro dessa visão, colocada ainda há pouco por V. Sª.

A pesquisa trazida aqui em relação à questão de São Paulo, que tive oportunidade de conhecer um pouquinho no Amapá, foi o que me motivou, quando estivemos lá, naquele encontro do PT, tratando da questão da exclusão social, onde tive oportunidade de falar um pouco mais sobre essa pesquisa, para que pudéssemos trazer essa contribuição à Comissão.

Eu gostaria de ouvir um pouquinho mais sobre essas variáveis que foram colocadas nessa pesquisa, que, de certa forma, modificam um pouco a forma como estamos hoje trabalhando, para que se veja o índice de pobreza. O IDH seria isso, quer dizer, como seria essa questão, hoje, que a gente vem trabalhando? A partir do momento que se coloca regiões como São Paulo, como foi colocado, que tem um índice alto de pobreza, tem-se que colocar a questão da heterogeneidade e a questão da territorialidade. Então, como seria essa diferença aí? Eu gostaria que fosse explicitado um pouco mais.

Enfim, uma outra colocação sobre a qual também gostaria de ouvir é em relação ao fato de que há maior fragilidade nas famílias com crianças que têm mães analfabetas; esses dados são apresentados pela ONU. Mas, eu gostaria que se pudesse explicitar um pouquinho mais aqui para a Comissão.

Enfim, gostaria, mais uma vez, da agradecer à Drª Aldaíza Sposati pela participação. Tenho certeza de que as colocações aqui apresentadas são de grande importância para o resultado final desta Comissão.

Há um outro item, sobre o qual eu gostaria também de falar, em relação ao que foi apresentado aqui pelo Senador Pedro Simon. Aprovo a proposta de S. Exª. E, como foi terminada a exposição em cima da colocação de quanto se gasta, hoje, nessa cesta básica, seria interessante que se apresentassem os dados – não sei se ela dispõe desses dados – de quanto se gasta, para que essa cesta básica chegue até a população. E quanto que se gasta, no valor real da cesta básica. Se ela não dispuser dos dados, seria bom que a Comissão pudesse tê-los, para que pudéssemos encaminhar ao órgão responsável pela entrega das cestas básicas a informação de quanto gastamos hoje, para que se chegue até a população.

Muito obrigada, Srª. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – O IPEA tem esses dados; é só uma questão fazermos réplicas para distribuí-las aos Membros da Comissão.

Então, desse primeiro bloco, o último inscrito, é o Deputado Félix Mendonça. E, depois, pelo rearranjo institucional que fizemos aqui falaria o Deputado Aloízio Mercadante, em seguida, eu e o Euler, se não chegarem os que haviam declinado primeiro que V. Exª.

Então, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Srª. Presidente, Sr. Relator, Srª. Conferencista Aldaíza Sposati. Repare só: eu estava vendo aqui uma linha de pobreza determinada. Há uma coerência do que a senhora expôs com todos os outros expositores do IPEA e mesmo outros economistas que aqui estiveram. O que quer dizer? Diagnosticar onde está e qual é o nível de pobreza do Brasil, há mais ou menos, quase que um consenso. Sobre onde está a pobreza, até a senhora trouxe aqui novas contribuições para determinar: geralmente na periferia dos grandes centros ou, então, em regiões castigadas com a seca, no Nordeste. Aliás, defendo aqui sempre que o problema populacional é importantíssimo para isso. Houve, nessa década, um deslocamento grande das populações para as grandes periferias, e, se criássemos pólos de desenvolvimento em torno das áreas agrícolas – esse deslocamento é inexorável, aconteceu no mundo inteiro, os Estados Unidos está com 3% morando no campo, na atividade nº 28 – criar-se-ia um anteparo para que essas populações não migrassem para os grandes centros — são 7 grandes metrópoles que acolhem –, e Brasília é um exemplo disso. Os economistas acharam que era um grande erro, e, na verdade, ela acolheu uma população de quase 2 milhões de habitantes, que estaria hoje distribuída entre São Paulo, Rio, Salvador, Recife, entre os grandes centros. Então, a população é algo de grande importância. E é importante, como a senhora mesma disse, porque elas vão alocar-se na periferia das cidades, onde não há condição, geralmente perto de zonas alagadas, de regiões que têm pouco acesso ao transporte de massa, não têm o saneamento básico, enfim, tudo isso que constitui também contribuições para que se eleve o nível das populações. E vi que, na linha de pobreza estabelecida – eu diria que seria mais uma faixa, porque é tão fácil sair e entrar na linha de pobreza, nessa fragilidade da linha –, se você, por exemplo, tiver o pleno emprego, nesse instante estaríamos puxando grande parte da população para cima dessa linha, como se tivéssemos também a desoneração na folha de pagamento dos empregados, que é algo que pode estar não nessa legislação, mas na legislação da reforma tributária. Quando se faz a desoneração, o empregado recebe mais, ele também sobe nessa linha de pobreza. Também, considerando que algumas posições da legislação, algumas inserções na legislação, como, por exemplo, a obrigatoriedade de se dar o café e o almoço aos operários que estão trabalhando, isso é importante, porque, na verdade, ele tem uma contribuição que aumenta o consumo de calorias. Vejo isso nas obras, nas fábricas; e é obrigatório. Isso tudo contribui. O importante é que a senhora aqui reafirmou que precisa de coerência nesse programa, na aplicação desses recursos, e definiu até onde de-

veriam ser aplicados, o que é uma contribuição. O Relator falou que não só a União – porque vimos as aplicações dos recursos sob o prima da União –, mas os Estados e os Municípios já fazem essas aplicações, e até entidades filantrópicas contribuem para melhorar esse nível de pobreza. É importante que nós tenhamos em vista que esses programas todos tenham realmente esse conjunto de propostas que estão sendo feitas aqui, que eles sejam inseridos na legislação, que é uma legislação emergencial, mas que muitas delas podem ser feitas de imediato, e não só incluída no relatório e na lei que vamos produzir, mas recomendados como é o caso de cuidar de exoneração na folha de pagamentos para que possamos melhorar o nível de pobreza e, que nessa faixa, que saímos e entramos, pudéssemos elevar a posição dessa linha, subir para o nível além dos R$33,00 por pessoa aqui preconizados, que pudesse ser até mais. No programa do Senador Eduardo Suplicy, de R$20,00 por pessoa para todos, indistintamente, porque dá universalidade, e estaríamos atingindo a todos. Mas penso sempre que se pudermos pontuar, quer dizer, dirigir para as classes mais desfavorecidas, como V. Sª demonstrou aqui, que se está encaminhando para que eles tenham além dos dois salários mínimos, quando, na verdade, deveriam estar abaixo desse nível.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer dentro de uma visão pragmática do que ocorre, fora um pouco das estatísticas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Registrando que tanto a Deputada Fátima Pelaes quanto o Senador Djalma Bessa e o Deputado Félix foram disciplinados com o tempo de cinco minutos.

Concedo a palavra à Aldaíza.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Eu queria, inicialmente, agradecer à Fátima pelo convite e a acolhida desta Comissão. Da exposição do Sr. Relator, faço um breve comentário. A Lei Orgânica da Assistência Social diz que a assistência social deve prover os mínimos sociais, e não temos o conceito de mínimos sociais. Uma contribuição que me parece fundamental é o que seriam esses mínimos sociais. Isso realmente vale para o País, de certo modo, um conceito de mínimos sociais.

O SR. DJALMA BESSA – Eu poderia interromper só um minuto?

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Pois não.

O SR. DJALMA BESSA – Desculpe-me, não faço isso nunca, mas realmente esqueci-me disso. Acredito que temos de sair desta Comissão e temos de colocar para o Estado brasileiro o conceito de avaliação dos indicadores sociais como medida de desempenho de Governo. Pretendo, no relatório, sugerir a estruturação desse sistema. Quando, anualmente, o Governo se dirigir ao Congresso Nacional para apresentar o Orçamento anual, deveria dar conta da evolução dos indicadores sociais e, certamente, referidos a uns mínimos que deveríamos ter, ou como utopia ou como meta.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Como disse o Senador Pedro Simon, um padrão de dignidade. Nós não temos. O elenco de programas mostrou que cada um tem um referencial. Então, o que é bom, o que consideramos digno, básico?. Essa é uma questão, parece-me, de fundo.

Em continuação ao que estou dizendo, Senador Djalma Bessa, o que nos assusta é esse valor precário dos programas quando vão atender à necessidade do cidadão. Quando vamos operar o Orçamento, vemos, por exemplo, R$333 milhões. Não, mas isso é muito dinheiro! Mas, na verdade, para a Secretaria Nacional de Assistência Social, um valor desses é quase nada diante da demanda, que vimos aqui, de 9 milhões de crianças. Então é preciso, realmente, ter esse raciocínio do quanto chega, qual é o padrão do que deve chegar; senão aprovamos um número esvaído do resultado. Acredito que é isso que o Sr. Relator falava.

Na área social, principalmente para os que menos têm, parece que importa mais dizer: tem uma ação tal ou qual mas não o resultado dessa ação. Não temos por hábito isto: não, tem um projeto aqui... Agora, se efetivamente modifica, não sabemos. A Deputada Fátima Pelaes levantava, por exemplo, algumas questões em relação ao BPC – Benefício de Prestação Continuada, que, apesar do período, não temos nenhuma investigação sobre o impacto desse benefício. Penso que seria interessantíssimo. Ainda não consegui montar uma pesquisa a respeito, mas tenho vontade, de poder estudar o impacto desse benefício e até também como ela afirmou, creio que se pensarmos sempre numa articulação de programas isso seria o necessário, mas como o BPC é operado diretamente pelo INSS, numa outra burocracia, não há um diálogo de uma burocracia com a outra burocracia, se operam os programas em fechados e cada um dentro da sua lógica institucional. Então isso que tentei acentuar, que acho que é preciso ter um corte territorial nesses programas, algum grau de gestão territorial, para que possa haver a convergência dessas situações concretamente, quer dizer, esse cidadão, essa criança, enfim, esse idoso, esse adulto, essa mulher estão situados num território, e se associamos mes-

mo que o lugar faz a diferença, a incidência desses programas com uma gestão local é que pode proporcionar realmente um controle da mudança de resultado, da qualidade, do grau de autonomia que vai sendo conquistado.

Realmente quero aqui voltar a referendar essa necessidade de existir uma forma de gestão interinstitucional, conforme acentuou o Relator, o Deputado Roberto, que é preciso mesmo termos esse sistema gerencial inter-setorial, quebrar isso, senão dificilmente conseguimos esse produto mais integrado em relação aos projetos. Lembro que esses milhões de reais terminam sendo pouco perante a demanda, não é verdade? Somos muitos no Brasil e somos muitos que têm pouco. Acredito que quando o Deputado Félix Mendonça acentuava que essa linha termina sendo, digamos, uma flexibilidade, isso é uma esperança também, porque podemos mexer nessa linha, ela é móvel, ela é uma construção nossa, portanto, ela é móvel, e a nossa proposta que vai configurar essa linha. Portanto, quando o senhor diz: Bem um pleno emprego, uma oferta realmente, uma geração de emprego e renda, mexe, é evidente que mexe, e para melhor, ainda que não só renda vá poder resultar. Mas nisso tudo estamos dizendo o seguinte: uma política redistributiva é evidente que mexe com esse quadro, é evidente que os números serão menores, como a outra política redistributiva, tributária, salarial e tal.

E uma questão que gostaria também de acentuar na sua fala, Deputado Félix, é a idéia da responsabilidade social. Acho que é extremamente importante isso que o senhor traz porque às vezes se resvala pela idéia de uma responsabilidade individual. Vou me fazer mais clara: acho que todas as análises dos programas de transferência de renda mostram que eles precisam ser associados a outros programas de desenvolvimento, porque o programa de transferência de renda tem um olhar direto com a relação do mercado, a relação de consumidor, mas essa relação de consumidor, imediatamente, não altera a situação. São importantes os programas de transferência de renda, mas combinados com outros programas realmente de desenvolvimento, de crescimento das condições de vida, educacionais e tal. Quer dizer, acho que não é possível termos esse olhar restrito só a essa condição de consumidor, entendendo que o mercado vai ser capaz de alterar essa condição de vida. Então, acho que não dá para a gente colocar a questão num patamar da responsabilidade individual. Acho que é preciso trabalhar efetivamente essa social, que volta àquele primeiro ponto, esse conceito de uma condição de dignidade tem que ser mais universal na nossa sociedade.

E ainda dentro do que o senhor colocava, acho que acabei falando pouco disso, mas acho que difundimos muito um conceito de compensatório. Acho que às vezes o conceito de compensatório é muito referido a nossa relação de mercado, isto é, quem não tem renda própria para consumir e que tem que ter a satisfação das suas necessidades mediadas por um programa público de proteção social. Eu digo isso, porque acho que sempre construímos uma concepção pejorativa de compensatório, o que fragiliza uma noção de proteção social. Temos pouco ou quase nada de proteção social no Brasil, por exemplo diferentemente da França ou de outros países que têm uma cobertura de vulnerabilidades. A nossa noção de proteção social está muito fechada na idéia de Previdência Social, e a Previdência Social, embora absorva muitos recursos, atende a um segmento da população.

Tenho, então, às vezes colocado uma questão que acho que precisamos trazer um pouco a idéia de indenizatório para algumas situações, digamos para poder entender não só do ângulo por vezes pejorativo do compensatório. E aquilo que digo se a cesta básica faz parte do salário do trabalhador e não é assistencialista, como o salário do trabalhador, então o trabalhador informal, aquele que não tem o vínculo, ter o acesso à cesta básica não é necessariamente assistencialismo. Não acho que isso seja, quer dizer, um programa de segurança alimentar não supõe que isso seja um assistencialismo. O modo pelo qual aí podemos entrar com outras variáveis, mas eu acho que garantir que essas crianças tenham um padrão de nutrição, afiançando um futuro, isso é investir no futuro. Isso não é assistencialismo. Só é assistencialismo se a nossa noção é de uma responsabilidade individual. Mas se temos um conceito de nação, de responsabilidade social, garantir a vida dessas crianças para garantir o futuro da Nação, não endividar o futuro, como diz sempre o Deputado Aloizio Mercadante, mas sim promover a condição do futuro, acho que ela é fundamental.

Em relação às questões só da Fátima e concluindo, acho que algumas já tentei responder, e acho que essa questão do impacto para os mais pobres, essa proposta precisa realmente reverter. Concordo plenamente com V. Exª, não temos uma análise da avaliação do resultado da aplicação do PPC e não há essa interligação com outros programas. São programas fragmentados. Concordo que precisamos construir indicadores sociais, só que esses indicadores

devem estar atrelados a um padrão de dignidade. Se vamos continuar construindo indicadores para um valor **per capita** de R$60 por criança, vamos ter a falácia que estamos vivendo corretamente. Tenho dito isso em outros foros, e não vou deixar de dizer aqui, da questão da certidão de nascimento gratuita. Temos acompanhado essa situação nos cartórios. Os cartórios emitem a certidão gratuita em um papel jornal, que com o suor da mão se dissolve, mas o fato dela ser gratuita lhes dá essa condição de obedecer à lei dessa forma precária. Então esse cidadão que não tem os R$30 ou R$40 para pagar a certidão de nascimento, e faz parte da população os que não têm a certidão, sofre com a precariedade deste papel que se dissolve na mão. Então não adianta só colocar o termo da lei se não disser o padrão de qualidade pelo qual a lei tem que ser obedecida, porque parece que há sempre uma noção de precarizar. Acho que esse ensinamento, infelizmente, a sociedade nos dá, e temos que ensinar a ter outra civilidade com os mais pobres.

Acho que esse nosso estudo realmente da cidade de São Paulo vai na direção mais da construção da idéia da pobreza relativa, de uma combinação que eu dizia das 49 variáveis. É mesmo, vamos dizer, uma referência de um indicador do desenvolvimento humano, portanto se amarra em uma idéia de desenvolvimento humano, não do grau de precarização, mas do grau realmente da possibilidade de desenvolvimento. Entendo que temos que ter uma direção dessa para poder, ainda que seja uma utopia, mas acho que temos que ter uma direção dessa para poder referenciar nos indicadores uma outra qualidade, e não a reprodução do precário. São idéias que me surgem.

A SRA. FÁTIMA PELAES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Tem a palavra V. Sª.

A SRA. FÁTIMA PELAES – A Vereadora Aldaíza disse que não foi feita até o momento nenhuma pesquisa para verificar o impacto do BPC. Nós discutimos, semana passada, na frente parlamentar da assistência o orçamento deste ano. Temos hoje para a auditoria do BPC mais de dez milhões. Deixaria como sugestão que a Comissão encaminhasse ao Ministério da Previdência e Assistência Social solicitação para que pudéssemos avançar, verificando o impacto do BPC no beneficiário e não nos restringíssemos somente à auditoria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE – Em primeiro lugar, gostaria de dizer da minha satisfação ao ver aqui, hoje, a Vereadora Odaísa. Eu que venho acompanhando sua vida pública e intelectual há tantos anos e, cada vez mais, surpreende pela sua competência, seu brilhantismo, sua seriedade e consistência.

Parece-me que este foi o sentimento geral da Comissão em um tema tão relevante para o País, mas que tem tão poucos intelectuais verdadeiramente dedicados à questão.

Os profissionais de assistência social e serviço social no Brasil são talvez o último elo entre a sociedade organizada e os excluídos e têm um papel muito importante nessa reflexão e na construção de novas alternativas. Identifico-me muito com tudo o que S. Sª afirmou e somente queria explorar algumas possibilidades.

Compartilho que a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil é um tema tão chocante que se transforma em um objetivo comum, suprapartidário e, dentro disso, podemos evoluir com políticas emergenciais e alternativas. Para onde vamos evoluir? Devíamos nos aprofundar no assunto. Apresentarei um texto do trabalho que venho fazendo sobre o tema e espero apresentá-lo à Comissão dentro de duas semanas, mas adianto algumas preocupações. A primeira é que estamos construindo políticas que vão todas na direção de se criar o bem-estar social do País.

Essa foi a experiência européia, especialmente no período pós-Keynesianismo, pós-guerra, em que a idéia central é de o Estado expropriar parte da renda, da receita da sociedade, apropriando-se do excedente econômico por meio das medidas tributárias – está em discussão uma reforma tributária no País – e repassa esses recursos com mecanismo de transferência de renda e de serviços públicos.

Coloco dois problemas sobre essa estratégia. É verdade que nunca tivemos um estado de bem-estar social no Brasil e todo avanço nessa direção é positivo e bem-vindo. A pergunta mais profunda que faço é se esse caminho é eficaz para resolver o problema da pobreza e da desigualdade no Brasil? Acho que não. Não estou dizendo que não deva ser feito, mas que é insuficiente. Em primeiro lugar é insuficiente porque o estado de bem-estar social está em crise em nos países que o construíram, por questões muito profundas. Em primeiro luar, pelo problema do aumento do tempo de idade média das pessoas, pela sobrevida e o impacto disso na Previdência Social, que já é um pro-

blema nosso. Segundo, pela precarização do mercado de trabalho e a redução do recolhimento dos recursos, que agrava o problema previdenciário no caso brasileiro. E, terceiro, porque a nossa dívida social é grande demais por excedente econômico que se pode expropriar através de política fiscal.

Finalmente, porque o endividamento do Brasil é de tal ordem que a capacidade de gasto público está profundamente comprometida no futuro. Não podemos construir políticas que se reduzam a essa perspectiva. Vamos ter que ir além e repensar a relação Estado/sociedade civil e pensar em novos instrumentos. Estou trabalhando muito a idéia do terceiro setor, não na linha de reduzir a participação do Estado, mas na de ampliar as funções públicas e com parceria da sociedade civil com novas formas de prestação de serviços, de financiamentos e de adoção de políticas.

O que você avalia um pouco dessa discussão que está sendo feita? Gostaria que você desenvolvesse a idéia do que entende por transferência de renda vinculado a programas alternativos, porque tenho um total vinculação a essa idéia. Sou contra oficializar uma esmola nacional. Creio que esse é o pior caminho. E vejo uma adesão tanto de intelectuais de Direita como de Esquerda nessa perspectiva e penso que não é esse o caminho de combate à pobreza. Prefiro programas de transferência de renda que se vincule ao combate à exclusão; quer dizer, à perspectiva de inclusão. Eu, por exemplo, elegeria a bolsa-escola como programa número um entre as políticas sociais de transferência de renda. Por quê? Porque você dá. Na transferência de renda, você está assegurando uma transferência de direito; e de um direito que é fundamental para erradicar o problema da pobreza, que é o acesso à educação e à cultura.

Precisamos explorar um pouco mais a sua reflexão nesse sentido. Quer dizer, o que S. Sª vê como transferência de renda na transferência de serviços.

O senhor mencionou outros mecanismos que poderiam ser incorporados. Quais são esses outros e como é que V. Sª os analisa?

Por último, chegamos à conclusão – que já considero um avanço muito grande – de que a pobreza no Brasil é fundamentalmente produto da desigualdade. Ela é a expressão da desigualdade; ela é a manifestação da desigualdade. Tem-se a concentração de um lado, a exclusão social de outro e a pobreza do outro. Quais são os determinantes da desigualdade? Essa é outra questão. O que a determina? Se não afrontarmos o que determina a desigualdade, não vamos resolver o problema da pobreza.

Eu vim agora da Conferência Internacional da ONU, chamada "ONU dos Povos", na Itália. Na análise, 102 países estão mais pobres e com o maior nível de pobreza hoje, inclusive com queda de renda **per capita**, do que há quinze anos. Quer dizer, estamos falando de um problema que está ligado ao modelo de desenvolvimento. Se não discutimos modelo de desenvolvimento no País, não vamos superar o problema das desigualdades. Creio que esse é o ponto mais difícil e mais importante. A democracia de mercado que está aí não é capaz de resolver o problema da exclusão social e não sabe como transferir, como recuperar a agenda pública no sentido de colocar a questão da desigualdade e da pobreza.

Termino parabenizando-o, porque creio que o senhor deu uma contribuição muito importante para o trabalho futuro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a ilustre Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão.

A SRA. MARINA SILVA – Bem, vou apenas reiterar o que havia dito.

Aldaísa e eu já nos encontramos, não é, Aldaísa? Em vários pontos do nosso País. Discutimos essa questão do Amapá a São Paulo.

É motivo de alegria tê-la aqui conosco, dando essa contribuição aos trabalhos da Comissão, como já foi do reconhecimento de todos os colegas que me antecederam.

Creio que temos que pensar um pouco, até a luz do que a senhora colocou, em fazer uma inversão da forma como tratamos os investimentos para a área social. Costumamos dizer que o Governo tem um custo social muito grande do ponto de vista daquilo que seria necessário para o combate à pobreza e do ponto de vista do que é disponibilizado. Mesmo que insuficiente, ainda se diz que é um custo social alto.

Tive uma experiência muito positiva há mais ou menos três anos, quando levamos uma proposta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a criação de um subsídio para as populações tradicionais da Amazônia. Só no Acre, são mais de 20 mil famílias vivendo da atividade do extrativismo. Se contarmos a Amazônia toda, são cerca de 100 mil famílias que vivem ainda desse atividade. Essa atividade apresentava problemas muito grandes, porque a borracha, ao custo de 30 centavos o quilo ao ano, dava uma renda anual de R$500. Se não fosse a pesca, se não fosse a caça de subsistência e a agricultura de subsistência, não haveria como essas pessoas viverem, porque, nos seringais da Amazônia, o custo de uma lata de óleo é o equivalente a cinco quilos de borracha.

Então, seria impraticável a sobrevivência dessas famílias.

Levamos a proposta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente disse: "Olha, falar nesse momento em subsídio, vai ser muito difícil convencer a área econômica".

Então, colocamos o seguinte: vamos chamar isso de investimento ambiental. A idéia é de um custo ambiental de investimento, porque são essas populações que em última instância tomam conta da Amazônia e que têm um resultado social, ambiental, cultural inestimável. No Estado do Amazonas, com toda aquela área que todo mundo conhece, há apenas oito fiscais para tomar conta. Podemos disponibilizar 30 mil famílias para trabalhar de graça para o Governo, tomando conta de áreas que são muito importantes.

Fazendo essa inversão, nós aprovamos no Congresso Nacional, por unanimidade, a criação desse subsídio e, infelizmente, da forma como foi aprovado – está sendo mudado agora –, beneficiou-se mais o cultivo do que os extrativistas, mas a mudança já está sendo processada.

Nós criamos, também, um programa adicional, chamado Amazônia Solidária, do qual, infelizmente, o Governo não coloca os recursos no Orçamento e, a cada ano, tem que se brigar para se fazer uma suplementação de verba, que será aprovada, agora, no valor de 11 milhões. Nós estamos fazendo um levantamento da repercussão desses 11 milhões na Amazônia, aprovados, já quase no final do ano, e o resultado é altamente significativo. É apenas para se ter uma idéia de que mesmo com as populações mais pobres, mesmo com as populações com menos informação, é possível fazer-se um programa de inclusão que não seja apenas o de distribuir cestas ou de dar um benefício de forma assistencialista. A assistência é correta, é indiscutível, mas o seu mecanismo é que deve ser inclusivo.

Eu estou citando essa experiência porque eu ouvi que o nosso Relator, a partir da exposição que tivemos aqui, do Cristovam, está assumindo uma coisa que acho muito positiva, que é a idéia de termos um orçamento social. Esse orçamento social nos possibilitará fazer com que, dentro do Orçamento do Governo, de acordo com as prioridades estabelecidas na relação com a sociedade e com os mais diferentes órgãos do Governo, nós possamos ter recursos que serão destinados para as aposentadorias que já contam como orçamento social. Nesse caso, parece que são quinze milhões os beneficiados com essas aposentadorias. Prevalecendo esse processo, será um caos neste País. E há os programas da natureza como acabei de citar.

Eu fico muito otimista com o trabalho da Comissão porque eu acho que a grande qualidade que ela terá será em dois sentidos: o primeiro é o de que haja uma nova mobilização da sociedade e das instituições para encarar o problema da pobreza como o Cristovam falou. Vamos tratar do problema da pobreza como há anos, há séculos nós tratamos o problema da abolição da escravatura. Vamos tratar o problema da pobreza dando uma demonstração concreta dessa unanimidade que nos une a todos, porque todos nós queremos combater a pobreza.

O segundo resultado, eu acho, tem que ser algo muito concreto, muito concreto mesmo, porque a Comissão do Congresso Nacional não pode se reunir para discutir o problema da pobreza, fazer um relatório, pegar as contribuições da sociedade e tudo continuar do mesmo jeito, na mão do Governo, com políticas pulverizadas, ainda que muitas delas sejam importantes e não possamos abrir mão delas. No entanto, é preciso que se crie uma nova qualidade, um programa de combate à pobreza que tenha um terreno no qual possamos investir em parcerias. Eu repito: a sociedade não sabe como ser parceira porque o Governo não sabe para onde vai na sua área social.

Então, eu acho que essa é a contribuição de qualidade, em termos de que tencionarmos ter uma política social, onde os programas se encontrem, é fundamental. Segundo: que não fiquemos apenas nas diretrizes e nos encaminhamentos. É fundamental colocarmos a questão dos recursos como uma das prioridades.

Eu, por exemplo, estou ouvindo dizer o tempo todo, os meios de comunicação estão informando que a avaliação que está sendo feita pela ONU é a de que os países que fizeram – uma comissão técnica, não me lembro do nome do instituto, os programas de abertura econômica realmente estão numa situação de mais dificuldade, ainda. Ora, nós compramos gato por lebre e estamos pagando o mesmo preço por um produto que compramos e que não resolveu o nosso programa. O Cristovam viajou, agora, para trocar dívida externa por bolsa-escola. Eu acho que nós podemos ter ações dessa natureza, que nos darão recursos adicionais para fazermos o nosso programa social.

Eu quero concluir fazendo uma pergunta. V. Sª colocou a seguinte questão: as diversas ações que V. Sª apresentou vão muito sentido de fazer essa territorialização da pobreza, de dar uma cara, uma fotografia para a pobreza, e não de a tratarmos como bolsões, como generalidades. Então, o que eu queria sa-

ber de V. Sª é se tem em mente quais seriam mais ou menos os valores, os investimentos, mesmo que seja uma realidade demonstrativa, para tratarmos dentro desse recorte que a senhora está sugerindo.

Um outro aspecto da sua fala que considerei muito importante é que uma linha de pobreza pressupõe continuar deixando a pobreza e a senhora propõe a linha de inclusão. Penso que os dois aspectos se fazem necessários, porque, primeiro, para chegar a uma linha de inclusão precisamos ter um padrão de referência para determinarmos que a partir daquele ponto as pessoas já estão sendo incluídas. Uma sugestão que faço é no sentido de que a sociedade, o governo, possa ter mecanismos de controle e de avaliação dos programas sociais.

Quais seriam esses mecanismos de controle e avaliação? Dentro da idéia da contrapartida, dentro das ações que são aplicadas e replicadas no País inteiro, que se passe a ter uma avaliação do desempenho dessas atividades, pois muitas delas passam a ser apenas letra morta, não têm capacidade de fazer essa inclusão. Com esse processo de avaliação e acompanhamento podemos ir tendo gradativamente esse resultado que apontaria numa linha de inclusão constante da sua sugestão, que julguei muito interessante e o seu estudo, até porque penso que estamos vivendo um momento, repito aqui a fala do ex-Governador Cristovam Buarque, em que precisamos começar a trabalhar para evitarmos os custos da nossa omissão, ou seja, o endividamento no futuro, como a senhora mencionou o Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Ouviremos o terceiro inscrito; depois passaremos a palavra à Professora para ela responda.

Com a palavra o nobre Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Gostaria de cumprimentar a Mesa, nosso Presidente, Senador Maguito Vilela; nossa vice-Presidente, Senadora Marina Silva; nosso Relator, Deputado Roberto Brant, e também, e com muita alegria, à nossa expositora, Vereadora Aldaíza Sposati e os demais integrantes desta Comissão.

Sinto-me gratificado em estar aqui e perceber que, ao longo das audiências que estão ocorrendo, podemos verificar que já existe uma convergência no que tange ao diagnóstico, como bem disse aqui o Deputado Félix Mendonça. Creio que já temos uma noção da gravidade e da grandeza do problema da pobreza; creio que já começamos a nos encaminhar para a cronologia da busca de propostas e soluções. Já verificamos que os programas governamentais são falhos, inconstantes, não atingem o necessário público alvo, ainda que significativas parcelas de recursos estejam sendo aplicadas. Conforme bem disse a Senadora Marina Silva, a questão do social tem sido vista muito mais como gasto do que como investimento. E eu queria aqui fazer uma ponderação, à luz do que o Deputado Aloízio Mercadante também disse. Temos indicadores econômicos para tudo, e sabemos avaliar décimos de variação na nossa inflação e alguns outros indicadores, mas não temos, de fato, nem controle dos gastos, nem indicadores sociais, tampouco avaliação na melhoria de qualidade de vida e o impacto que representam esses recursos aplicados. Se não superarmos esse problema, evidentemente não teremos condições de ter perspectiva de solução dos problemas da pobreza.

Vejo, na fala do nosso Relator, que, a cada momento que sucintamente S. Exª faz aqui suas abordagens, já se consegue visualizar a linha do Relatório de S. Exª. Primeiro, a falta de receio de propormos também medidas compensatórias emergenciais, urgentes. A questão é muito mais a forma de implementá-las. Essa questão da cesta, por exemplo, quando é mencionada, ainda suscita, às vezes, aparentemente, alguns preconceitos.

V. Sª colocou com muita clareza que temos condições de recorrer a esses mecanismos emergenciais num País que passa fome. A questão é a forma. Veja bem: em Goiás, o programa do leite e do pão está sendo avaliado pela Unicef, que, talvez, pela primeira vez, montou todos os indicadores de avaliação de impacto na melhoria de qualidade de vida. Só com a redução de doenças, como disenteria e outras que afetavam as nossas crianças, acredito que tenhamos pagado o programa, porque isso ficou evidente em todos os hospitais do interior do nosso Estado.

Entregar a cesta como o Prodea faz hoje é um equívoco, não tem compromisso. No entanto, a cesta vinculada ao cartão de vacinação, a um cartão de matrícula e freqüência escolar, dá resultados visíveis, como aconteceu em Goiás. De 19 mil e tantas crianças fora das salas de aula, recolocamos 17 mil e poucas, e com os melhores desempenhos escolares. Quer dizer, precisamos, de fato, definir formas.

Queria, portanto, Sr. Relator, sugerir algo e creio que a nossa expositora poderia ajudar-nos nesse sentido. Em primeiro lugar, acredito que a colaboração do ex-Governador Cristovam Buarque foi extremamente importante, quando ele veio defender que tenhamos um orçamento específico para a área social, particularmente para atacar o problema da pobreza e da fome. Sou favorável, mas isso não é orçamento para um go-

verno; acho que isso é compromisso para 20 anos e deve ser institucionalizado. Deve haver um compromisso de todos os partidos, definindo um elenco de programas que tenham controles e avaliação. Do contrário, a cada governo serão modificados os programas, não haverá continuidade, e, conseqüentemente, vamos perdendo o parâmetro de avaliação realmente.

Então, creio que esta Comissão tem um papel muito importante. Pode não resolver todos os problemas é claro , mas pode elencar um conjunto de medidas que transcendam inclusive à ação político-partidária. Deve ser um compromisso do Governo Federal, dos governos estaduais, dos governos municipais e, inclusive, da sociedade civil, no sentido de cooperar para que esses programas tenham transparência e sejam bem avaliados, ajudando na solução dos problemas.

Não sei se foi V. Sª quem falou, mas acho que precisamos ter um pacto para a solução do problema social, passando por um orçamento, pelo elenco de programas de caráter emergencial e estrutural.

Só para concluir a minha abordagem, quero dizer que tenho um pouco de receio e vejo que V. Sª explorou muito o material do IPEA. Ainda hoje de manhã, em viagem com o Senador Maguito Vilela, disse que vivíamos um período em que se dizia que tínhamos de crescer para depois distribuir o bolo; agora, a colocação está sendo a seguinte: não é necessário haver crescimento, mas distribuição. Acho que estamos partindo para outra falácia.

Gostaria de reafirmar que precisamos crescer urgentemente e, evidentemente, distribuir. Então, não podemos ficar submetidos a esse enfoque que sobretudo o IPEA trouxe, no sentido de que crescer não necessariamente significa resolver o problema da pobreza. Num País como o nosso, não há como deixar de crescer. É preciso crescer e também fazer a distribuição de renda.

Creio que não devemos deixar carimbos, especialmente no momento em que toda a ênfase deste País destina-se apenas à estabilização da moeda, que virou fim e não meio. Temos que, realmente, todos, nos esforçar para retomar o crescimento, mas um crescimento que traga compromisso com a distribuição e com a solução dos problemas mais emergenciais, até chegarmos a uma situação em que possamos dizer que saímos da indigência, que já estamos superando a pobreza e assegurando condições mais condizentes para a população do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à professora Aldaíza.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Primeiramente, gostaria de me referir às colocações do Deputado Aloizio Mercadante e, ao fazê-lo, agradecer a menção ao nosso trabalho. A sua questão é também para mim uma grande preocupação: que rumo damos às políticas sociais do Brasil?

Falamos até no plural – políticas sociais –, pois no Brasil cada uma nasce de um jeito e elas vão se somando. Nunca passamos por um pacto social que estabelecesse uma universalidade para a cidadania. Não temos isso no Brasil. Precisamos ter, mas ainda temos uma visão muito discriminatória da cidadania.

Concordo que o modelo do **welfare state** dificilmente será adotado novamente. A realidade mundial não o permite, são outras as condições que hoje estão colocadas. De qualquer modo, dificilmente ele será adotado no Brasil. No entanto, ele trouxe uma contribuição ao enfatizar a responsabilidade pública. Agora, o modo pelo qual construiremos essa responsabilidade pública é que é a equação a resolver, porque hoje temos uma ação paralela entre os governos federal, estadual e municipal.

Por exemplo: os três governos operam subsídios para creche, mas um dá R$0,60, outro dá uma outra quantia e o outro, um outro valor. Ao final, ninguém sabe o que soma com o quê e qual é o padrão da creche. Não seria mais adequado que fosse acordado entre as três instâncias quem é responsável por que e que padrão será adotado? Poder-se-ia estabelecer, por exemplo, que o atendimento à criança seja tripartite: o município financiaria 1/3, o estado 1/3 e a União 1/3. Mas como romper em vários programas sociais o que chamo de múltiplo estado e múltiplas orientações? O padrão do governo do município nem sempre é o mesmo do estado, nem sempre é o mesmo da União – aliás, democraticamente, também não deve ser.

Mas se esse padrão chega a interferir na qualidade do que vai ser construído para a população, temos que interferir. Não se pode admitir que um governo possa, por exemplo, tomar a atitude de restringir uma cesta básica, porque isso é tirando uma condição objetiva, concreta da população. Como nós não temos isso definido na sociedade, fica fácil a sua manipulação: um acha que podem ser 25 quilos; outro, 30; outro, 19 e fica esse jogo. Não é, efetivamente, fixado um padrão necessário.

Concordo também com o **?:** muitos programas de renda mínima são esmolas institucionais, porque estabelecem-se fórmulas complicadíssimas para, ao final, entregar R$20, R$30 por cidadão. Precisamos de algo na direção da bolsa escola, que é o forneci-

mento de um salário-mínimo cheio para a família, independentemente do número de filhos. Essa é realmente uma questão de fundo.

Penso que talvez nós tenhamos – eu até tinha anotado aqui – estudado pouco as propostas do chamado comunitarismo social. A gestão social tem que ter um padrão partilhado. Já estamos indo nessa direção. A saúde tem os conselhos, a educação tem os conselhos, a assistência social tem os conselhos, criança e adolescente, idoso e tal. Só que esse conselhos não conversam entre si. Mais ainda, os municipais não conversam com o estadual, e os estaduais não conversam com o federal.

O que estou dizendo é que o modelo que estamos construindo de gestão paritária, ainda que correto, do ponto de vista paritário, para possibilitar a relação sociedade civil/Estado, ainda está muito segmentado, porque não temos, insisto naquilo, propostas articuladoras das três instâncias. Penso que falta essa possibilidade. E falta aquilo que o Deputado Euler coloca, que são os indicadores. Então, é aquilo que eu dizia, as ações são feitas, mas sem ter a referência do pano de fundo.

Portanto, quando construímos o mapa da exclusão, até nessa direção de viabilizar mínimos sociais, temos que saber qual é o perfil da situação em que estamos para podermos medir o que estamos fazendo e, assim, podermos alterar.

Temos uma carência profunda. Não somos apenas miseráveis do conjunto de miserabilidade, mas de indicadores sociais, até porque, quando se vai construir, a referência é bastante restrita. Por exemplo, em relação à sua menção da questão dos dados do IPEA: vali-me do IPEA porque é um centro produtor de dados, um dos poucos que temos, mas tentei me valer dos seus dados, ou seja, não do conceito, mas do número, porque também concordo que é preciso crescer e distribuir. Não é deixar o bolo crescer e depois... É crescer e distribuir.

Temos um índice de crescimento que não está sendo distribuído. Não partilho, por exemplo, de uma solução apresentada pelo IPEA, mostrando que a cesta básica de 2.200 calorias indica que 32 milhões de brasileiros não têm uma renda capaz de consumir ou produzir esse consumo por pessoa.

O SR. EULER MORAES – São 54, segundo dados do IPEA.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Este, aqui, é o dado baseado em 2.200 calorias. Não sei se este é por valor.

Mas há uma solução. A Lena diz o seguinte: "Vamos reduzir a cesta para 1.650 calorias." Mas deixaríamos de cobrir 32 milhões, cobrindo apenas 21 milhões.

Se V. Exªs me permitem, creio que esse raciocínio é equivocado, porque 2.200 calorias é um padrão bom, adequado. Mas reduzindo o padrão para 1.650 calorias, estaríamos atingimos menos pessoas. Portanto, se formos pensar em futuro, em erradicar a pobreza, esse raciocínio me parece complexo.

Em relação ao que foi colocado pela Senadora Marina Silva, que, inclusive, me ajuda na resposta à proposta do Deputado Aloizio Mercadante sobre a direção das políticas sociais no Brasil, concordo. Creio que as políticas sociais, no Brasil, não podem ser geridas de maneira centralizada pela Federação, mas têm que ter um grau de descentralização efetiva. O exemplo das 100 mil famílias ligadas ao extrativismo mostra como é importante aquilo que eu disse: o território faz a diferença. Essa amarração territorial é necessária. Essa gestão em cima da responsabilidade social, da partilha, é necessária.

Estou investindo um pouco no projeto de estímulo ao balanço social, no sentido de que as empresas também reflitam isso, para poderem investir no social. Talvez o IBGE, que nos mostra os dados somente em números, pudesse passar a adotar os georeferenciamentos, quer dizer, o mapa da exclusão, essa localização dos dados, georeferenciar os setores censitários, construir plantas.

Estamos, agora, aproximando-nos do pessoal do ITA, onde estamos tentando construir programas de sintonia mais fina, para melhorar este georeferenciamento que começamos aqui no mapa da exclusão. Não mostrei para os senhores em transparência, mas conseguimos chegar aos bairros, do ponto de vista dos distritos, das condições de vida, do ponto de vista da exclusão.

Este mesmo trabalho produz esta informação. Então, é possível. Há tecnologia, que não é complexa, para se fazer uma coisa dessas. Se foi possível fazer para São Paulo, com dez milhões de habitantes, o que é fazer para um Município de dez mil, como é a maioria dos Municípios brasileiros? É quase nada.

Então, de fato, a qualidade da produção dos dados precisa mudar e ser georeferenciado. Não é um custo absurdo. Existem os dados censitários produzidos. É uma questão de haver um compromisso com os indicadores sociais e associar, penso eu, a questão do geoprocessamento ao IBGE. Penso que isso ajudaria muito para termos essas propostas. Talvez a idéia do comunitarismo social, juntando cidadania, democracia e gestão paritária com a produção integrada de serviços.

Em relação às questões sobre renda básica e outras alianças, acho que muitos programas vão nascer da situação concreta. Não acredito muito que haja programas que sirvam ao Brasil do Oiapoque ao Chuí. O programa da sopa da LBA, por exemplo, foi um sucesso no Rio Grande do Sul, mas um azar no Norte, onde ninguém queria tomar a sopa. Portanto, não se pode padronizar determinados programas.

Lembro aos senhores que a Lei Orgânica da Assistência Social, em um dos seus artigos, autoriza a existência de projetos de enfrentamento da pobreza, até projetos que incluem a infra-estrutura. No entanto, não tem havido aplicação de recursos e orientação técnica para isso. Então há possibilidades, mas precisa haver a definição e o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Indago se há alguma pergunta a ser feita pelos Srs. Senadores ou Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, quero, em nome de toda a Comissão, agradecer à professora Aldaísa Esposati, que nos trouxe uma contribuição muito grande. Tenho absoluta convicção disso. Agradecemos à nossa Vice-Presidente, Senadora Marina Silva, ao nosso Relator, Deputado Roberto Brant, a todos os Srs. Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que participaram desta reunião.

Quero lembrá-los que dia 30, quinta-feira, às 14 horas, estaremos ouvindo as exposições de Dom Mauro Morelli e do Dr. José Márcio Camargo, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradecendo a todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

12ª reunião realizada em 30-9-1999

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e trinta minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Marina Silva, Pedro Simon, Agnelo Alves, Paulo Souto, Juvêncio da Fonseca, Maria do Carmo Alves, Geraldo Melo, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Roberto Brant, Euler de Moraes, Gastão Vieira, Rita Camata, Marcondes Gadelha, Félix Mendonça, Alceu Collares, Luíza Erundina, Eduardo Barbosa e Nelson Marchezam, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" Presente também o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães.Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. A Presidência procede a leitura de expedientes recebidos. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições do D. Mauro Morelli e do Profº José Márcio Camargo, Pesquisador da UFRJ sobre Desigualdade Social e Pobreza, convidando-os a tomarem assentos à mesa de trabalhos e concedendo a palavra inicialmente ao D. Mauro Moreli para dar início a sua exposição. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado para fazer suas considerações e, a seguir, ao D. Mauro Morelli para responder. A Presidência agradece a presença honrosa do Senhor Presidente Antônio Carlos Magalhães. A seguir, o senhor Presidente concede a palavra ao Relator para suas considerações iniciais e indagações e, a após, ao D. Mauro Morelli para responder. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os senhores Parlamentares Alceu Collares, Pedro Simon e Marina Silva e, após, ao D. Mauro Morelli para responder as perguntas que lhe foram feitas. Após, a Presidência agradece a presença de D. Mauro Morelli pela participação e colaboração a esta Comissão. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao 2º expositor, Profº José Márcio Camargo para iniciar sua exposição e, a após, ao Relator para suas considerações e perguntas. A seguir, a Presidência concede a palavra aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavras os senhores Parlamentares Eduardo Suplicy, Djalma Bessa, Félix Mendonça, Euler Moraes, Juvêncio da Fonseca e Marcondes Gadelha. A Presidência concede a palavra ao expositor para responder as perguntas, sendo respondidas a cada bloco de 3 Parlamentares. Após, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. José Márcio Camargo pela contribuição a esta Comissão e comunica aos presentes a agenda das reuniões dos dias 05 e 07 de outubro. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Declaro aberto os trabalhos da 12ª reunião desta Comis-

são Mista Especial. Convido a Vice-Presidente, Senadora Marina Silva para ser a Relatora **ad hoc,** em função de o Relator titular ainda não se encontrar presente.

Indago dos Srs. Senadores e Srs. Deputados se há necessidade da leitura da Ata para a sua aprovação, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Aprovada.

Existem alguns expedientes que os encaminho à Secretaria para as devidas providências do Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do Bloco/PL-PST-PMN-PSL-PSD, indicando o ilustre Deputado Eduardo Campos, do PSB-PE, para integrarem esta Comissão, e do Senador Lúcio Alcântara justificando a sua ausência.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu sugeriria a V. Exª para informar da programação das viagens previstas para os dias 10, 11 e 12, de tal maneira que todos os Senadores e Deputados que se interessarem em participar, possam acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, nós já fizemos chegar esta programação a todos os Deputados e Senadores, inclusive já tem inscritos que já comunicaram o desejo de integrar a comitiva. Todas as providências já foram tomadas, inclusive o avião terá vagas suficientes, e vamos continuar comunicando e insistindo para que um número grande de Senadores e Deputados possam se deslocar até a Zona da Mata, em Pernambuco, e as cidades programadas em Alagoas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, estive viajando na semana passada participando da III Conferência da ONU dos Povos na Itália e não recebi essa informação. Eu solicitaria à assessoria se pudesse me encaminhar, para que eu possa tentar viabilizar a minha presença nessa importante delegação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Nesse momento farei chegar às mãos de V. Exª toda a programação.

Anuncio aqui a honrosa presença de Dom Mauro Morelli e do Professor José Márcio Camargo. Vamos iniciar os nossos trabalhos, concedendo a palavra ao nosso querido Dom Mauro Morelli.

O SR. MAURO MORELLI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, agradeço a oportunidade de poder participar desse diálogo sobre o combate à fome, à pobreza e à miséria em nosso País. Devo inicialmente apresentar escusas por não ter podido atender a uma convocação anterior, e também por alguma limitação de tempo nesta tarde, pois tenho uma audiência com o Ministro da Reforma Agrária às 16 horas e 30 minutos, de forma que não teria condições de permanecer muito além desse horário.

Creio que nos debates que ocorreram nesta Comissão, um consenso deve ter crescido, e entendido que, sem dúvida, a estabilidade da nossa moeda contribuiu para elevar o quadro da qualidade de vida de muitos brasileiros, e é inquestionável até que ao final de 66 esses benefícios foram verificados. Mas a partir de 97, nós podemos ir verificando os sinais inequívocos de perdas que vão atingindo como sempre os mais pobres e os assalariados em geral no nosso País. A própria alimentação a partir de 97 começa a sofrer o impacto daquele processo que nos conduziu agora a essa situação de desvalorização cambial.

Eu creio que nesta Comissão deve ter ficado muito bem evidenciado que há questões polêmicas em relação ao modelo de desenvolvimento – eu até diria com uma certa malícia, até a falta de um modelo de desenvolvimento –, do que consegui entender, nós temos um plano de estabilidade da moeda, mas não consegui perceber até hoje que houvesse uma definição clara de um objetivo para o desenvolvimento do País.

Em relação ao Fundo Monetário Internacional, sem dúvida as posições são bastante diversificadas, e creio que caminhamos por posições antagônicas e bastante radicais na compreensão dessa instituição da ordem econômica internacional. De forma que eu não quero usar o meu tempo e nem a sua paciência repisando nos consensos, nem entrando nas questões polêmicas de natureza mais teóricas, mas que incidem concretamente sobre a vida da nossa gente. Imediatamente, gostaria de trazer aqui o sentimento que eu vou colhendo na minha vivência.

Não sou um teórico. Não sou um economista. Não sou nem mesmo um sociólogo. Sou um pastor. Nesse ano, completo 25 anos de bispo, e os passei nas periferias de duas grandes cidades: na cidade de São Paulo, durante 6 anos e meio, e na Baixada Fluminense, há mais de 18 anos. Tenho dito que aprendi a apreciar o mundo, a história a partir desse mundo onde a Providência Divina me colocou. Não contemplo o Rio de Janeiro do alto do Corcovado. Contemplo o Rio de Janeiro exatamente da Baixada Fluminense. Tive a honra de acompanhar o Senador Eduardo Suplicy a uma visita em uma de nossas favelas. E gostaria de lembrar que em 1994 fizemos um projeto de ci-

dadania para aquela favela. Um projeto muito bonito envolvendo várias igrejas, batista e principalmente católica, movimento popular, o Poder Público em vários níveis, universidades e só agora que me parece que o projeto será encaminhado.

Dou até um testemunho público, Senador Eduardo Suplicy, que observei atentamente a sua visita e fiquei muito impressionado com a sua atitude de profundo respeito e nenhuma curiosidade para com aquelas pessoas que vivem em uma condição aviltante, indigna de um ser humano.

Aprendi a ler a história, a ler os jornais desse lugar. O lugar social que ocupamos é decisivo. Não vivo em um mundo de fantasias e ajo muito sem dúvida, mas cada noite que estou na Baixada Fluminense estou em uma comunidade. Às 18 horas eu saio e volto às 23 horas ou 23 horas e 30 minutos. Não tenho motorista. Freqüentemente às 22 horas e 30 minutos ando em ruas dos bairros da Baixada, visitando inclusive doentes. Então com essa visão, com essa atitude, com essa perspectiva, com esses olhos e com esse coração, gostaria de dar o meu depoimento aqui. Não pretendo acrescentar nada às discussões teóricas, mas, talvez, trazer muito ao vivo aquilo que estou sentindo. E, de imediato, digo que noto quatro coisas no sentimento. A primeira, é de grande aflição. Eu diria, chega ao desespero. O Bispo de Volta Redonda, que todos conhecem muito, respeitam e admiram, D. Valdir Calheiros, tem me dito constantemente: "Mais um caso de suicídio por causa de desemprego".

O nosso povo vive realmente uma aflição de perder a esperança. Uma das coisas que considero mais vergonhosas e mais criminosas na condução da ordem econômica é quando o desastre dessa condução tira do povo a esperança. O que mais aprendi na minha caminhada de pastor é que o povo é profundamente teimoso e caminha, conforme o lema do meu mestre Paulo Evaristo, citando a Escritura, o Apóstolo Paulo, "de esperança em esperança".

O que aprendi, no meu noviciado de Bispo, em 1975, na periferia de São Paulo, é que o nosso povo tem uma capacidade de rir da desgraça. Essa capacidade reflete uma afirmação de que se consideram muito maiores e mais dignos do que aquela miséria. Vi gente rindo das enchentes. Vi gente, naquele período, contando estórias e rindo de cacetadas da polícia em manifestações que se faziam naquele momento. O povo tem um profundo senso de humor. E o que me preocupa hoje é que o povo está perdendo esse senso de humor. O senso de humor é afirmação da sua grandeza: sou maior do que a enchente, maior do que a polícia, maior do que a miséria, maior do que a desgraça. E hoje sentimos que o povo está perdendo essa capacidade de vibrar e de afirmar a sua própria dignidade. É um aviltamento terrível.

Expresso aqui essa atitude do nosso povo. E o faço com simplicidade e esperança mas, certamente, impactado. Considero-me uma pessoa muito privilegiada, muito abençoada. Costumo dizer que Deus tem me amado muito e devo ter sido muito bem amamentado para estar razoavelmente bem nessa altura da vida, apesar de ter vivido 25 anos de grandes tensões, como um pastor em periferia. Mas, naquela região, mesmo os mais fortes missionários que vêm da Europa, talvez com condições ainda muito melhores do que as nossas, os privilegiados deste País, também não agüentam o baque. Sentimos um desmoronamento das pessoas. Há um processo terrível de corrosão da própria esperança. E, de vez em quando, é um, é outro que vai se afastando, desencantado e sem condições de permanecer no campo de luta pela dignidade humana.

Creio que há um outro sentimento ao lado do desespero, que é um crescente ceticismo. E esse ceticismo é muito perigoso para o País. O ceticismo solapa a esperança, turva o brilho dos olhos, inviabiliza, eu diria, a solidariedade e a própria cidadania. E isso cresce no País, em conseqüência de um modelo de desenvolvimento – se é que existe –, ou de um projeto econômico, que certamente existe, e que nos conduziu a um grau de aviltamento e humilhação, talvez como nunca.

Mais grave ainda, sinto que começa a aflorar em certos lábios e, quem sabe, até no nível em que V. Exªs se situam, no mundo da política, de pessoas que desencantadas, cépticas, começam a chegar ao estágio do cinismo, que é a capacidade de rir da desgraça do indigente.

Faço uma observação: sem solidariedade, nenhuma sociedade consegue escapar do cinismo e deixa de escorregar no ceticismo . Uma das belezas da campanha do Betinho ou, mais corretamente, "Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria pela Vida" foi exatamente a de ajudar o Brasil a crescer em humanidade com a solidariedade que marcou aquele momento e que, teimosamente, continua por muitas ruas, estradas, becos e bairros do nosso País.

A solidariedade é uma virtude que nos humaniza. Eu não me refiro à Comunidade Solidária. Aliás, eu não consigo entender como o Governo, dentro de seu território, possa fazer solidariedade. O governo coleta imposto e deve aplicar imposto para promover a cidadania. Não cabe a governo, dentro do território,

promover a solidariedade. A pessoa, a família, a comunidade, nós fazemos solidariedade. Cabe, sim, numa situação de calamidade ou numa situação de insolvência como na Nicarágua, o Governo brasileiro, em nosso nome, fazer um gesto solidário de perdoar a dívida. Aí, sim, mas, dentro do nosso território, eu não vejo Governo algum fazendo solidariedade. Nós o fazemos e, freqüentemente, não só para pagar os nossos pecados mas também para reparar os desmandos do poder público.

Quero trazer aqui, ao lado desse sentimento, um sentimento de urgência. A urgência a que me refiro se prende às crianças do nosso País. Queria trazer essa urgência para esta Comissão. Criança de zero a 59 meses pode mas não deve passar fome. A desnutrição da criança, como os senhores sabem, perfeitamente, causa lesões cerebrais. E criança com lesão cerebral, não há remédio nem médico que as cure. Usando a linguagem da fé cristã, só lhes resta o carinho da solidariedade no caminhar da história e a dimensão da ressurreição da carne. Não há mais possibilidade de a criança com lesão cerebral atingir a dimensão de humanidade, "atingir com a benção da vida". Não vai ser uma pessoa que atinge o desenvolvimento humano – que é a sua vocação. Vai ser lesada em tudo aquilo que ela é. E nos somos lesados nas suas lesões, privados da sua cidadania.

Então, a nossa conversa no combate à pobreza, há a urgência maior centrada no quadro calamitoso da desnutrição infantil.

Tenho em mão e entrego ao Sr. Presidente desta Comissão. No momento, colaboro com o Governo Itamar Franco no Conselho de Segurança Alimentar de Minas, como fiz na época da Presidência, na parceria do "Movimento pela Ética e a Presidência da República". Um das primeiras providências que nós tomamos – e a estamos tomando agora – é saber a verdade, no Estado de Minas, sobre a nutrição ou desnutrição infantil. Nos 853 municípios do Estado – se não me falha a memória – dispomos de informação sobre mais de 500 municípios. Até dezembro, nós teremos informações completas.

Ainda ontem eu dizia a jornalistas que, se alguém duvidar das nossas informações, iremos convidar a pessoa a visitar o município mais distante, vamos lhe dar o nome da criança, a filiação da criança e o endereço. Nosso trabalho é feito dentro desses rigores. É um trabalho técnico, feito por um organismo técnico, o Sisvam, ligado à Secretaria de Saúde, e estamos tendo as folhas completas com nome, filiação e endereço de cada criança. Não trabalhamos pela estatística. Esta é importante para que a Constituição se cumpra, para que se possam tomar as medidas pertinentes que a ordem jurídica recomenda que se tomem. Mas a estatística para nós tem rosto, nome e endereço. E temos tudo isso das crianças Município por Município. Não temos da zona rural, o que agrava o quadro.

Sabemos pelos dados levantados pelo IPEA, que chegam até 1996, publicação de 1998 e 1999, sabemos que 22% da população brasileira se encontra na zona rural e que 44% desta população está na indigência. Então se conseguirmos chegar à zona rural para verificar o grau de nutrição ou desnutrição das crianças, o quadro de desnutrição será ainda mais grave.

Em Minas Gerais, em pouco mais de 500 Municípios, admitindo e fazendo a ressalva que são crianças pesadas nos postos de saúde pelo Sisvam, sabendo que faltam ainda as crianças da zona rural, em 500 mil crianças 100 mil se encontram abaixo do peso e com seu desenvolvimento humano comprometido. Verificamos que o percentual chega, na média do Estado, a 18,6%. A Organização Mundial de Saúde considera aceitável, tolerável até 10%. Acima de 10%, usando a linguagem que faz parte da minha vida, é crime ou blasfêmia. E estamos, no Estado de Minas Gerais, com crianças nesse grau de desnutrição.

Sr. Presidente, passo às mãos de V. Exª esta prova documental da desnutrição de crianças num Estado da Federação e aproveito para fazer um apelo à Comissão. Que o Governo Federal tome as medidas que lhe cabe tomar para que o estado de calamidade decretado pelos Municípios e pelo Governador seja reconhecido urgentemente pelo Governo Federal, de forma que os recursos previstos para a circunstância de calamidade cheguem àquela região da seca em Minas Gerais também, independentemente de qualquer pendência em outros termos administrativos e políticos que possa haver entre a Federação e o Estado de Minas Gerais. As crianças daquele Estado não podem ficar sujeitas a qualquer desentendimento entre os Governantes. Há 30 dias, o Governador assinou o decreto de calamidade pública e estamos aguardando medida semelhante do Governo Federal, e essa medida não chega.

Não gostaria de entrar em outras áreas da realidade sobre a pobreza. Creio que rapidamente passei a mensagem do sentimento que trago de um mundo ou submundo como a Baixada Fluminense. Espero ter acenado, embora rapidamente, para esse mundo, mas de forma que os senhores e as senhoras possam ter percebido quanto isso atinge uma pessoa. Nesses

cerca de 19 anos, na Baixada Fluminense, vi com meus olhos muitos cadáveres. Fiz contagem de dados estatísticos até 1989, depois achei que não devia continuar fazendo, e entreguei ao Papa, quando de sua visita de 1985, um dossiê sobre morte no Brasil. Segundo a minha estimativa, baseada no ano de 1989 reconhecendo que houve ligeiro declínio, mas que voltamos de novo ao acirramento de mortes na nossa região , no território de Duque de Caxias e São João de Meriti, de cerca de 500 quilômetros quadrados, houve 1.100 mortes violentas. Em 18 anos, V. Exªs podem calcular que certamente, naquela região, fruto da guerra econômica que vivemos no País, de 15 a 20 mil pessoas foram exterminadas. No ano passado, em setembro, ainda fui testemunha ocular involuntária do homicídio de um travesti na porta de um hotel por onde eu passava, vindo de uma visita pastoral.

O que eu queria observar aqui em termos de realidade que me perturba acima de tudo, baseado no que vejo na minha região e nos dados que tenho de um Estado grande da federação, é exatamente a situação da criança, que deve demandar urgência urgentíssima, representando a prioridade das prioridades no nosso compromisso de combater a pobreza, a fome, a indigência, o aviltamento da pessoa humana e a não-cidadania.

Não poderia deixar também de fazer alusão especial aos pobres do campo, como fiz há pouco, fornecendo os dados que espelham o número vergonhoso de brasileiros que vivem na indigência. Somam 22% da nossa população aqueles que moram no campo, admitindo-se que o Brasil tenha 160 milhões de habitantes. Pessoalmente acho que tem muito mais, pois os dados do IBGE demonstram em Duque de Caxias pouco mais de 600 mil pessoas, no entanto somos 500 mil eleitores, e confio que o nosso colégio eleitoral não seja tão fantasma assim, uma vez que tivemos um recadastramento há pouco tempo. Então, pelo Município onde resido, imagino como seja a verdade estatística do Brasil a respeito do número de brasileiros. Certamente temos no Brasil brasileiros que nem estatisticamente existem, por conveniências políticas e econômicas.

No campo teríamos uma população de 32 milhões; 44% seriam mais ou menos 15 milhões de pessoas na indigência. Em qualquer lugar do mundo, quem garante a comida com que nos alimentamos no dia-a-dia 50%, 60%, 70%, 80%, conforme o produto são os pequenos produtores, a agricultura familiar. No ano passado a FAO, no dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, colocava a mulher como protagonista da segurança alimentar: a mulher contra a fome. Este ano será a juventude. As informações que chegavam de todo lugar eram de que a mulher, decididamente, é uma grande produtora de alimentos na Índia, na China e em outros lugares do mundo. A segurança alimentar passa pela agricultura familiar, pelo pequeno agricultor. Se queremos combater a fome, sem dúvida o quadro de indigência na zona rural tem que ser revertido. Então, colocaria na minha urgência a infância e o mundo rural.

Senhoras e senhores, creio que é importante fazer um breve aceno à causa primeira da não cidadania em nosso País. As Srªs e os Srs. sabem como eu qual foi o processo histórico de formação do Estado brasileiro. Participei ativamente do movimento constituinte. Fui o redator do manifesto nacional constituinte assinado por tantos, a base de uma grande movimentação nacional.

Lembro-me de estar presente, ao lado de Dom Luciano, fazendo entrega, no rol de entrada, de 12 milhões de petições ou de proposições devidamente autenticadas com indicação do título eleitoral, uma contribuição dos debates do País para a nova Constituição.

Percorri o Brasil naquele momento. Estive pelo menos em quinze Estados participando de debates sobre o momento constituinte e a Constituição que sonhávamos. Inclusive, trago a lembrança da minha pregação naquele momento da nossa história na coleção Voz e Base, Como Fazer. Publiquei um desses livretos, *Como Fazer Nova República,* onde coloco a minha visão – que não é minha, mas a verdade da história. O Estado brasileiro não é fruto de uma nação que se formou, constituiu estado e elegeu governantes. O Estado brasileiro foi e continua sendo um projeto sempre de natureza econômica, que pertenceu – e eu diria ainda pertence – a poucos.

Creio que não somos mais de 30% os brasileiros que temos cidadania reconhecida, garantida. O nosso Estados, as suas leis, os orçamentos existem para reconhecer, venerar, priorizar, fortalecer a cidadania de quem é cidadão. Volto a dizer que não somos mais de 30% aqueles que neste País somos respeitados em nossa cidadania – embora, às vezes, tenho muita dúvida de quanto realmente somos respeitados.

O Ministro Sepúlveda honrou-me com uma citação num encontro no Nordeste. A própria natureza da lei tem sido feita para garantir a cidadania de uns em detrimento da cidadania de outros. Cheguei a organizar na minha diocese um treinamento para formação de agentes populares de justiça. Perguntaram-me por

quê, e eu dizia para muitas coisas. Temos que conhecer a lei para dela se defender, para tentar aplicá-la em nosso favor e para mudá-la, porque, sem dúvida, ela precisa ser mudada.

A razão do movimento constituinte, tão grande e intensamente participado, tinha essa justificativa. Queríamos um país pensado, discutido, constituído para 100% dos brasileiros. Recordo-me de que o saudoso Presidente Tancredo Neves fez uma afirmação que provocou uma reação da coordenação nacional do movimento constituinte. O Presidente Tancredo Neves dizia: "vamos fazer a Constituição para 70% do povo brasileiro". Evidentemente, a nossa obrigação era reagir e dizer: "vamos fazer para 100%". Mas tanto nós quanto o Presidente sabíamos que, se déssemos esse pulo de realmente ter um Brasil funcionando para 70%, seria um avanço muito grande. Até as leis nos códigos existentes – o Código Civil e o Código Penal — insisto nisso — refletem exatamente o mundo da cidadania e o da não-cidadania. O Código Civil é feito para garantir cidadania para quem é, para quem sabe e para quem tem. E o Código Penal é feito para perseguir e punir quem não é, quem não sabe e quem não tem.

Quando discutimos, com alguma esperança, a recuperação dos organismos de Polícia, constatamos que se trata de um problema de DNA. Esse instrumento não é criado para implementar a cidadania, mas para aplicar o Código Penal em quem não é, não sabe e não tem.

Creio que é importante percebermos nessa conversa o desafio que cabe a todos nós, cidadãs e cidadãos do Brasil, de lutar de forma permanente em favor da cidadania de quem não é. Cidadania não é uma concessão, exceto nessas homenagens que recebemos nas andanças da vida — que, suponho, são homenagens mais a causas do que a pessoas. A cidadania se proclama e se conquista. Este é um grande desafio, quando falamos de combate à fome: estamos falando em cidadania ou não-cidadania em nosso País.

Não seria pouco hipócrita da minha parte não fazer uma alusão à contribuição do elemento religioso a essa ordem, que nós vivemos na desordem. A nossa ordem e progresso, sem dúvida, tem uma cultura que os sustenta, e, certamente, a religião foi uma base importante de sustentação, como pode ser de transformação e de mudança. O atrelamento, no caso da Igreja católica, aos 400 ou 500 anos. Quatrocentos, porque, com a Proclamação da República, fomos muito beneficiados. Deixamos de ser uma Igreja tutelada pelo Estado. Naquele momento, só havia 12 dioceses no Brasil e 15 bispos. A República nos aliviou, fez-nos livres. Hoje somos 300 bispos na ativa e quase 260 dioceses.

Aliás, uma das maiores desgraças do povo brasileiro foi ter vivido o Golpe de Estado de 64. Para a Igreja, foi uma bênção. O Golpe de Estado de 64, que alguns querem que seja reconhecido como revolução, empurrou a Igreja para o lugar onde ela deve estar e do qual jamais deve afastar-se: o compromisso com que não é, com quem não sabe, com quem não tem. Fomos profundamente beneficiados. Sessenta e oito marca, para a Igreja católica, uma linha de divisão. Jamais voltaremos a ter relacionamentos com o Estado como tínhamos até aquela ocasião. Podemos perceber saudades, sentir tentativas, mas, Deus seja louvado, nunca mais voltaremos, como Igreja, a ter o mesmo relacionamento. E este Governo comprova perfeitamente como são lindos os nossos tensos relacionamentos. Quantos mais tensos, melhor. Todavia, não gostaria de deixar de dizer que a minha Igreja tem uma cota muito grande naquilo que o Brasil é. E espero que ela dê uma grande contribuição também para fazer que aquele Brasil que não é seja.

Fico preocupado com que muitos irmãos e irmãs que não aceitam que eu os chame assim, "de fé em Cristo", ocupem desastradamente o nosso lugar na parceria indecorosa com o poder.

Gostaria, sem me alongar demais, para não prejudicar o meu companheiro de mesa, de retomar alguns pressupostos que, certamente, já foram colocados por outros, inclusive Flávio Valente, que, aqui, esteve e que se encontra presente falando como integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que foi parceira no Governo Itamar e criou o Conselho de Segurança Alimentar. Este Conselho realizou algumas coisas importantes, entre elas, a mais importante, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 94, precedida de 26 grandes encontros regionais. Mil e oitocentos delegados estivemos aqui, em Brasília, e ousamos propor ao País um caminho de desenvolvimento que teria como um dos eixos principais garantir comida de boa qualidade em todas as mesas. Lamentavelmente, o Presidente Fernando Henrique nos desapontou desfazendo, unilateralmente, a parceria, sem a devida cordialidade que mereceria, ou até o respeito, por decreto, sem nenhum diálogo. Ele simplesmente extinguiu, nos primeiros dias de seu Governo, essa experiência que significou alguma coisa, sim, e muitas das suas heranças foram assumidas e se tornaram, de alguma forma, glória do Comunidade Solidária.

Continuamos a trabalhar. Hoje, existem algumas redes; uma rede latino-americana e caribenha de segurança alimentar. Estamos articulados em 80 países do mundo com a rede global, e a Secretaria Executiva está aqui, em Brasília. Criamos um Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, onde estamos cerca de 80 entidades dedicadas a essa causa. Então, falando como integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, entendemos que fome, pobreza, exclusão são realmente questões muito complexas. Não queremos jogar sobre os senhores fantasias nossas e nem cobrar soluções mirabolantes ou milagrosas.

Entendemos, também, que é preciso fazer uma diferenciação no encaminhamento das soluções. Temos a profunda convicção de que Governo sozinho não consegue atingir objetivo de promover cidadania, combater fome, erradicar miséria. Acreditamos que, sem a parceria da sociedade civil, o Governo não chega lá. Até ousamos dizer que os melhores governos sem uma participação cidadã se corrompem, e os corruptos, então, não há nada que os detenha.

Lembramos exatamente que a experiência do Consea* foi de que não apenas o cidadão elege o seu governante como também senta com ele, discute políticas públicas, assume as parcerias e faz com que elas aconteçam. Penso que o Consea foi uma experiência vivida nessa direção.

Creio que, para que esta Comissão atinja os seus benefícios, deverá centrar esforços para dar ao País uma garantia, eu ousaria dizer, constitucional, de avaliação das medidas econômicas. O que nós temos no País é exatamente o inverso. A economia é que é o critério decisivo para toda a responsabilidade do Estado frente à questão social. Nós queremos propor o oposto à Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é a negação da nossa cidadania; é a reafirmação da primazia da economia sobre a política, quando a justa, correta e esperada ordem de valores seria economia submetida à política e política submetida à ética.

Eu creio que hoje nada e paira soberana sobre o mundo a economia. E no nosso País também. O "Ordem e Progresso" da nossa bandeira se consubstancia exatamente na economia, que conduz os destinos do nosso País para desgraça de uma grande maioria de brasileiros. Então, a nossa proposta é que esta Comissão faça caminhar neste Congresso – não sei se é emenda constitucional, não é meu campo – um instrumento legal que obrigue as medidas econômicas a serem avaliadas sobre o impacto que elas causam na fome, na pobreza, na exclusão.

Quanto aos custos sociais dessas medidas, exatamente o que estamos trazendo de proposta é que – me permita dizer, começo a falar em nome de uma articulação recente, com essas raízes históricas do Movimento para a Ética, da Ação da Cidadania, nós começamos convocados pela CNBB, estou autorizado a falar, daqui para a frente, em nome das entidades que estão passando por este novo momento de cidadania – surja, como fruto desta Comissão, uma nova lei que se oponha à Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos inverter. Não podemos mais imaginar, solucionar problema de fome e de miséria no País, com recursos, com programas secundários, com programas solidários. Nós teremos que conseguir atingir esse objetivo, caminhando pelo caminho inverso da Lei da Responsabilidade Fiscal. É o bem-estar, é o bem comum que deve ser o critério decisivo para as medidas econômicas em nosso País.

Gostaríamos de que a referência de toda proposta de combate à fome, à miséria e à pobreza fosse colocada dentro do quadro dos direitos humanos. E nós não queremos departamentalizar os direitos humanos. Nós queremos que eles sejam vistos como um todo orgânico: os direitos civis, os direitos culturais, os direitos econômicos, os direitos políticos e os direitos sociais. Nós esperamos que a revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos... Eu sou um dos auditores independentes, embora desempregado, porque há mais de um ano os auditores não são convocados para apreciar o Plano de Direitos Humanos. Não pedi para ser auditor, segui a orientação de dois bispos amigos, de posições políticas diferentes, Cardeal Dom Eugênio Araújo Salles e Dom Valdyr Calheiros, os dois me recomendaram que eu o fosse, e, há mais de um ano, esse grupo de auditores não é convocado para fazer auditagem, que é importante dentro e fora do País para a credibilidade de um plano desse porte.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Dom Mauro, com as minhas escusas, só para registrar a presença do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita honra.

O SR. MAURO MORELLI – Aproveito a oportunidade para agradecê-lo e saudá-lo, Senador. V. Exª, com a sua bravura, recolocou o que era uma conquista nossa na agenda política, o grande mérito daquele que se chamava Betinho, a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida; foi ter colocado na agenda política, não como uma questão secundária que cabe a uma secretaria de bem-estar social, mas ao Governo, como um todo, enfrentar essa questão. V. Exª nos prestou esse grande serviço e nos consolou, voltou à

agenda política, em primeira instância, aquilo que foi uma luta muito grande da cidadania brasileira.

O Presidente Kennedy, em 1963, no primeiro Congresso Mundial de Alimentação, afirmou que tinham recursos, tecnologia, que só faltava decisão política para acabar com a fome do mundo. A decisão política não foi tomada, e continua não sendo tomada. Evidentemente que uma política iluminada, fundamentada, motivada pela ética. Essa é a nossa visão desse momento que V. Exª provocou. Pessoalmente lhe fico grato por esse serviço ao País. Mas gostaria de resgatar que tínhamos colocado essa prioridade no seu lugar, foi um fruto da cidadania. Acho que a posição de V. Exª deve ser, entendo, reflexo de sensibilidade, de respeito e homenagem à ação da cidadania no Brasil.

A decisão política não foi tomada, dizia Presidente Kennedy, quando a FAO havia sido criada, ela foi criada para isso.

Lamentavelmente, permita-me voltar um passo atrás, em 1996, em Roma, realizou-se a Cúpula Mundial da Alimentação. Teimosamente, procuramos ajudar o Governo brasileiro, os membros que integravam os movimentos sociais ligados a essa causa, ajudar o Governo brasileiro a que tivesse uma posição coerente. O Brasil é solução para fome no mundo. Lamentavelmente, o nosso Presidente não entendeu a importância do Brasil nem a missão de um estadista nesta hora, e não compareceu. O Papa abriu aquele encontro; Fidel Castro roubou o **show,** e o nosso Presidente ficou em casa, mandando em seu lugar o Ministro da Agricultura. Ninguém soube que ele esteve lá. Esta Casa não ouviu nenhum relato do Ministro da Agricultura voltando de Roma, não sabe do acordo feito pelo Brasil naquela ocasião. Exatamente o acordo que considero medíocre e cínico, diante de dados irrefutáveis de fome crescente no mundo.

V. Exas se recordam, no fim do ano passado e mais recentemente, os organismos internacionais estão deixando claro que cresce a miséria no mundo, que cresce a fome e até o FMI manifesta uma compunção, que me parece hipócrita e farisaica, conforme podemos voltar a demonstrar pelo nosso orçamento, o que o FMI manda fazer no nosso orçamento.

Naquela reunião, colocamos na mesa dos chefes de Estado do Governo que estavam lá dados irrefutáveis, que, em 2010, cerca de um bilhão de seres humanos estarão morrendo de fome. Volto a dizer que, na minha compreensão, o Brasil é solução para esse problema. Este País tem oxigênio, tem água, tem terra; ele pode ser uma grande solução para a questão número um da família humana que é o alimento, alimento em todas as dimensões.

Comprometemo-nos a tudo fazer para reduzir pela metade o número dos que vão morrer de fome em 2010, 2015. Acho que é uma postura, na minha opinião, medíocre, cínica. Era melhor que calassem a boca. Os organismos internacionais, a FAO entre outros, alertaram no fim do ano passado que essas metas não serão atendidas. Sabem por quê?: Em geral, quando os governantes dizem que farão tudo, sai de perto, porque dificilmente vão fazer coisa alguma. Dizem que farão tudo e não estão fazendo...

Desculpe-me pelo entusiasmo que V. Exª me causou com a sua presença e com a sua posição política. Mas gostaria de retomar, falando em nome de um fórum inicial que tem a sua matriz no movimento pela ética e na ação da cidadania, um movimento que se articula em trazer a esta Comissão a nossa colocação contundente e exigente.

Não aceitaremos retrocessos nos direitos sociais garantidos na Constituição, lamentavelmente precários na sua regulamentação, e, segundo a nossa visão, em parte desfigurados ou negados por emendas que já ocorreram. A nossa Constituição cidadã não conseguiu garantir cidadania a 100% dos brasileiros, mas sentimos que sofremos retrocessos.

Creio que nós, cidadãos e cidadãs do Brasil, temos um defeito: nós nos enchermos de esperança, de brios, nós nos articulamos, conseguimos uma vitória e, depois, dispersamo-nos. Assim foi com o movimento pelas Diretas Já. Passivamente aceitamos o Colégio Eleitoral; assim foi com a Constituinte. Nós a queríamos livre, soberana, exclusiva, e não a tivemos. O movimento em prol dessa Constituinte se dispersou e não estivemos atentos para ajudar esta Casa a regulamentar a nossa querida Constituição. Muita coisa ainda não foi regulamentada e alguma coisa já foi desfigurada.

Colocamos, com a ousadia da cidadania, esta palavra para esta Comissão e para este Congresso, que respeitamos e consideramos importantíssimo. Queremos, sim, uma harmonia entre os Poderes; queremos um Congresso que tenha tanto poder quanto o Executivo, para o bem do País e da democracia. Que o Congresso seja Congresso, autônomo e capaz de exercer a crítica que lhe cabe e a vigilância que lhe é dada pelo nosso mandato.

Gostaríamos que, em decorrência do quadro de referência que é a política dos direitos humanos, fizéssemos prevalecer o atendimento às garantias constitucionais e às exigências da cidadania.

Sem dúvida, sabemos que o mundo não começou nem acaba conosco, mas vemos a passagem do século como o início e não o fim de coisa alguma. O início de uma nova civilização, porque a nossa está com os dias contados, mas não a humanidade.

Temos que buscar uma nova civilização. São evidentes os sinais e a demonstração está presente: a energia fóssil está com seus dias contados; mais trezentos anos e não haverá nada. Estamos com seis bilhões de seres humanos, dos quais um bilhão na exclusão e na miséria. Que futuro tem o mundo nesse rumo? Estamos com um quadro de degredação ambiental terrível. Então, temos, repito, que buscar uma nova civilização.

Imaginaria que, com o Presidente que temos, com a formação que tem, a essa altura do seu segundo mandato, estivesse Sua Excelência, como estadista, em uma grande missão, ajudando os povos do mundo a não se submeterem à ordem econômica transnacionalizada do modelo neoliberal, mas discutindo uma nova civilização para o Planeta. Penso que Sua Excelência teria elementos, como bom sociólogo, para gastar sua energia andando pelo mundo em missão de paz, e não se submetendo ao arbítrio do poder econômico. É uma vocação bonita a construção da paz. Eu me desapontei. Imaginei que o nosso Presidente seria o grande estadista da paz. Até que o Brasil tem alguma experiência na ordem internacional.

Eu tive oportunidade de ter muitos relacionamentos com brasileiros no Itamaraty e fiquei impressionado com o respeito que eles têm no exterior e a capacidade para algumas missões. Fazem bonito no exterior. Fiz algumas viagens oficiais e me orgulhei da nossa diplomacia. Acho que há um caminho a ser percorrido.

Sabendo que o mundo não começa conosco e não pedindo a V. Exªs milagres, recomendamos que se intensifique um conjunto de políticas públicas que estão em andamento. Por exemplo, a política de reforma agrária – vou inclusive me encontrar logo depois com o Ministro. Que o orçamento reflita a verdade da reforma agrária como um caminho de democratização do País. A democratização da terra é a base da democratização do País. A promoção do desenvolvimento local integrado sustentável, essencial para a reversão das causas básicas das desigualdades sociais, políticas de renda mínima, aí incluindo a bolsa-escola, o programa de erradicação do trabalho infantil, a aposentadoria rural, erradicação do analfabetismo e manutenção de toda criança na escola, com redução dos anos perdidos, que tudo isso seja implementado.

Uma das minhas frustrações, como bispo em Caxias, é termos um excelente programa de alfabetização de adultos e muita dificuldade para encontrar os recursos para esse serviço de primeira grandeza, que mereceu uma carta quaresmal de João Paulo II nos últimos anos. Sua Santidade dedicou uma ao analfabetismo e uma outra à fome no mundo.

Gostaria de dizer como a sociedade civil acompanha esta Comissão. Falo em nome da nova articulação da Ética na Política e da Ação na Cidadania, que me pediu para falar em seu nome. Consideramos, sim, positiva a restauração no devido lugar do combate à fome e a miséria na agenda política. Não queremos ofender as senhoras e os senhores, mas temos um grau de ceticismo sobre o desfecho do trabalho desta Comissão. Espero que aquele que causou esta proposta, com a força que tem, ajude a que esse desfecho seja uma alegria e esperança para o povo brasileiro. Temos um certo grau de ceticismo baseado na discussão do próprio Orçamento. Até que esta Comissão encontre os mecanismos para participar diretamente na discussão do Orçamento e do PPA, qualquer recomendação que saia daqui será inócua. É fundamental, na nossa visão, que esta Comissão descubra os caminhos, os mecanismos para que possa discutir na Comissão de Orçamento, e vice-versa. Estamos pensando que este é o caminho número um para atingir os objetivos que, certamente, os senhores e as senhoras desejam e nós também esperamos: que esta Comissão crie diretrizes que orientem o trabalho legislativo para garantir os direitos sociais. Referimo-nos a direitos mínimos, não estamos fazendo alusão a direitos corporativos. Não queremos entrar nessa área. Que esta Comissão crie diretrizes para orientar os trabalhos legislativos de forma que sejam garantidos os direitos sociais e incorporados na ordenação jurídica vigente e incorporar novas demandas para atender o pagamento da dívida social acumulada.

Sem dúvida, é grande e respeitável a missão desta Comissão. Creio que todos que aceitamos vir aqui, fazêmo-lo com respeito, embora diga, com honestidade, sempre com um grau um pouco cético, eu nem tanto, pois sou um homem de esperança e acredito nas pessoas. Se um pastor não acredita nas pessoas não tem mais nada a fazer, já perdeu tudo. Então, acreditamos nas pessoas muito mais na categoria em que elas se situam. Colocamos esperança exatamente nas pessoas humanas que integram esta Comissão para que dêem essas diretrizes, que con-

duzam esse Congresso para garantir o que já é uma conquista e incorporar aquilo que é novo. A sociedade civil foi honrada com a possibilidade de no dia 6 termos uma sessão aqui comemorando o dia mundial da alimentação, que ocorre no dia 16, mas esta Casa nos possibilitou uma sessão às 14h30min no dia 6 e espero estar aqui. Faremos questão de, naquela data, entregar em mão ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente desta Comissão as propostas dessa articulação que se procede convocada pela CNBB. V. Exªs podem ter certeza de que nos empenharemos de corpo e alma se sua proposta de realmente abrir estrada para a vida com dignidade e esperança. Certamente encontrarão nossa resistência e nossa militância se ficarem aquém daquilo que sua humanidade e a minha pedem e exigem na solidariedade com o ser humano. Porque a desnutrição de crianças e a indigência do povo não apenas negam a dignidade das pessoas que estão sofrendo, mas atingem nossa própria dignidade e nossa própria honra. Permitam-me concluir com ousadia. Neste pequeno e ousado livrinho *Como Fazer Nova República,* esgotou a segunda edição, mas posso oferecer-lhe. Em meu sonho eu propunha em 1985 que não fôssemos monarquia nem república, que fôssemos os quilombos unidos do Brasil. O quilombo era exatamente a sociedade igualitária, que nasceu da reação à escravidão, comprometida com a liberdade, ciosa de liberdade, e o que o Brasil mais precisa é de liberdade. Estamos estrangulados por uma ordem econômica, um modelo que nos humilha, que cassa a cidadania, que exclui 1 bilhão de pessoas. Tive a honra de ter um professor da Escola de Economia de Londres, me defendendo num discurso que fiz em Estambul no ano retrasado, concordando comigo em gênero, número e grau, que nunca houve um modelo econômico tão competente para gerar riquezas como esse modelo, mas também nunca houve um que degradasse tanto o meio ambiente e gerasse tanta exclusão quanto esse. Parece-me que os próprios organismos internacionais estão recuando, não sei se com arrependimento sincero ou se com lágrimas de crocodilo essa mesma compreensão. Celebraremos 500 anos. Como cristão, são 500 anos no ano do jubileu de Jesus. Que nos unamos para que nenhuma criança, nessa fase do seu desenvolvimento até 59º mês, passe fome no País. Propus ontem ao Governador Itamar que no Estado de Minas, e espero no dia 18 conversar com todos os líderes partidários, para declararmos a prioridade das prioridades: o combate à fome e à desnutrição das crianças de 0 a 59 meses. Penso que o ano 2.000 deveria ser o ano, lembrando o saudoso D. Hélder Câmara, que pedia isso. As crianças não podem esperar. Daqui a sete anos elas já estarão bem ou estarão definitivamente mal.

Não podem esperar nenhuma recomendação econômica. Elas têm que encontrar em todos nós o carinho, o pão e o leite. Temos que pensar num grande programa brasileiro para resgatar a vida e a cidadania da criança até os cinco anos. Se não dá para fazer tudo, façamos isso. É o meu apelo apaixonado a esta Comissão, dentro das questões maiores que estamos propondo. Creio que está na hora de refundar o Brasil. Não podemos entrar no novo milênio com um Brasil constituído apenas para 30% como nós – e aí me incluo –, privilegiados, que temos oportunidades na vida, somos abençoados com o acesso à universidade e comemos. Há um fosso que separa os que somos, os que temos e os que comemos daqueles que não são, não têm e não comem. Não interessa a diferença partidária, a diferença ideológica. A grande diferença é exatamente esta. Estou disposto a fazer parceria com qualquer pessoa que queira ajudar a cruzar esse fosso, que é o maior que temos. Do lado de lá estão os que não são, não têm e não comem. E do lado de cá estão os que somos, os que temos e os que comemos. Acredito que ninguém nesta sala está excluído deste lado.

Agradeço a paciência. Se quiserem ser mais ousados, quem sabe, convoquem, atendendo ao que o povo pedia, uma nova Assembléia Constituinte e soberana exclusiva. Sou capaz de me candidatar a deputado constituinte. Muito obrigado e que Deus ilumine o caminho de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Antes de conceder a palavra ao Relator, concedo a palavra ao Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Relator, meus colegas Parlamentares, fiz questão de participar desta reunião – também porque tenho compromissos inadiáveis, não posso me demorar mais – e de dizer uma palavra ao eminente Bispo Dom Mauro Morelli. Conheço bastante da sua sinceridade, da sua capacidade e do seu amor às causas que abraça. E abraça sempre as causas justas. E abraça sempre com todo fervor que a sua condição de Bispo lhe dá, e sobretudo a sua condição de homem. Esses dois pontos são muito importantes na vida de V. Exª Daí por que compreendemos o entusiasmo das suas palavras e sobretudo a sinceridade das mesmas. Nem por isso poderemos concordar algumas vezes com a adjetivação, que é fruto também do seu amor à defe-

sa dessas grandes causas. Daí por que quero dizer a V. Exª que o seu ceticismo, a dúvida que tem, nos é estimulante. Pois vamos ficar mais estimulados para não decepcionar o povo brasileiro e inclusive V. Exª Vamos tratar do assunto com seriedade, com decisão, e vamos não erradicar mas diminuir a pobreza e, se possível, erradicar a indigência que é bem maior ainda do que a pobreza no País.

Tenho certeza que todos os que aqui se encontram e mais os parlamentares das duas Casas do Congresso estão perfeitamente conscientizados que não há tempo a perder. Até porque a decepção que já causou a muitos, inclusive a V. Exª não desejaremos que prossiga ou que venha a causar novo ambiente de tristeza e sobretudo de descrença. Nós nos engajamos nesse processo. A Comissão está lutando para isso. E vamos dar ainda este ano, resultados satisfatórios. Não é um problema ideológico e muito menos partidário, é um problema da nossa crença de que esse mal tem que diminuir, se não for possível acabar.

A sua luta não tem sido em vão. V. Exª tem pregado muito, em todas as partes, com a sua palavra realmente credenciada e com a sua autoridade, mas não tem conseguido o seu desejo.

Nós, do Congresso Nacional, vamos ajudá-lo na sua tarefa, que, hoje, também é nossa. Nós colocamos este assunto na ordem política do País para uma solução política. Vamos buscar, custe o que custar, os recursos para essa luta; e, porque não será partidária, ela será gerida pelos homens de boa vontade de todo o País, e não pelos políticos, justamente para que tenha mais força na base e que possamos resolver mais rapidamente esse problema.

Sou muito feliz. V. Exª, que é um homem de Deus, veio até aqui fazer a sua pregação, que, como viu, pelas palmas que foram dadas – isso não é fácil, aqui –, ecoou bastante na consciência dos Parlamentares. Mas o que é importante que lhe diga, neste instante, é que V. Exª não vai ter decepção. Nós trabalharemos intensamente e teremos soluções práticas e decisivas. Queiram ou não as pessoas que não desejam que tenhamos êxito, vamos obter; e vamos obter porque essa é uma necessidade imperiosa do País. Não podemos viver num mundo onde há privilegiados e onde os desgraçados perdem até a voz.

Por isso, até mesmo os americanos, que sempre fizeram algo contra, hoje querem ouvir o grito dos pobres. Hoje, o grito dos pobres ecoa no mundo inteiro, e ai daqueles que não abrirem os seus ouvidos para saber que a hora é esta e que não pode passar de agora.

Quero agradecer a V. Exª por ter vindo a esta Comissão e ter trazido um depoimento tão perfeito aos nossos colegas. Muito obrigado a V. Exª.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra Dom Mauro Morelli e, posteriormente, o Sr. Relator.

O SR. MAURO MORELLI – Como o Senador Antonio Carlos Magalhães deve se retirar, gostaria de agradecer a V. Exª a bondade de suas palavras sobre a minha pessoa e aquele depoimento que V. Exª dá, que me reanima, a respeito da seriedade do caminho que esta Comissão vai empreender.

V. Exª deve ter estado, em 1980, em Salvador, quando o Papa João Paulo II falou aos construtores da sociedade. Já naquele tempo ele dizia: "A América Latina se defronta com a necessidade urgente de solucionar o problema da miséria, da negação da dignidade humana. Ou o fará por esse caminho democrático ou o fará pelo caminho da violência, com o dano de todos". Então, agradeço a V. Exª. A minha esperança é essa, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos a participação honrosa do Presidente da Casa e, naturalmente, agradecemos muito a Dom Mauro Morelli, inclusive pedindo a ele permissão para reproduzir Como Fazer Nova República, para que eu possa fornecer a todos os Deputados e Senadores da Comissão e àqueles que desejarem também conhecer esse trabalho.

O SR. MAURO MORELLI – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pois não.

O SR. MAURO MORELLI – Eu contribuí para um livro publicado pelo Congresso, que o Senador lançou: *O Livro da Profecia*. No primeiro volume, tenho lá umas dez páginas sobre essa temática, com o título: *O Pão Nosso de Cada Dia*.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Ótimo. De forma que estará aí, nos próximos dias, à disposição de todos, o trabalho *Como Fazer Nova República*, de Dom Mauro Morelli, aqui nesta Comissão; ou eu farei chegar aos gabinetes de todos os Deputados e Senadores.

Gostaria de saber de Dom Mauro Morelli se ainda tem tempo para ouvir o nosso Relator.

O SR. MAURO MORELLI – Sim, Sr. Presidente. Estou disponível até às 16 horas e15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – Vou me cingir apenas às questões levantadas, que dizem respeito ao objetivo estrito da nossa Comissão, como é do meu dever e da minha competência.

Dr. Mauro, nós já estamos reunidos há algumas semanas, ouvindo várias personalidades do meio acadêmico, políticos e estamos lentamente construindo alguns consensos em relação ao produto do nosso trabalho.

Para a sua tranqüilidade, embora eu não tenha ainda sequer alinhavado o relatório final, mas a convivência quase permanente aqui vai estabelecendo entre nós alguns consensos. Certamente a idéia de um esforço radical em relação à desnutrição infantil será um dos dois ou três programas prioritários que iremos conceber. A idéia básica é constituirmos um fundo de natureza constitucional, inclusive como está sugerido em suas palavras, que é a única maneira de garantirmos a constância e a permanência desse programa ao longo do tempo, porque esse é um programa que só dará resultados se ele durar no tempo e certamente as nossas prioridades se centrarão em alguma coisa parecida com a bolsa-escola, ligada à educação e a reagregação da família, centrada na mãe. A segunda linha de prioridade se dará na área da nutrição e nos cuidados da primeira infância, porque a nossa preocupação maior, Dom Mauro, é criarmos condições, não tanto para combater os efeitos da miséria – e isso é importante –, mas, para que a miséria não se reproduza através das crianças e dos adolescentes de hoje, ou seja, prepará-los para que tenham alguma chance de inclusão na sociedade que vem pela frente.

Certamente a nossa proposta será ousada, em termos das realidades fiscais do Brasil de hoje, a nossa proposta estará muito além das estimativas mais céticas que ouvimos. Estamos negociando algumas coisas com o Governo e estamos caminhando. Essa mudança de ânimo internacional sem dúvida é um ingrediente que irá favorecer o êxito do nosso esforço.

Outro ponto que V. Revmª colocou e que também é consenso entre nós: o Governo sozinho não alcança o objetivo de erradicar a miséria ou de solucionar o problema da exclusão. Pretendemos fixar grandemente a nossa estratégia de ação em termos da sociedade civil, seja quem deve gerir, aprovar o orçamento anual de erradicação da miséria deve ser um conselho composto basicamente por integrantes da sociedade, quer dizer, à margem do aparelho formal do Estado e os braços, os instrumentos da execução também devem ser prioritariamente, a não ser quando elas não existam, organizações não-governamentais, sediadas onde se encontra o problema. A nossa prioridade serão as crianças, os adolescentes, serão basicamente, em primeiro lugar, as pessoas situadas abaixo do nível de indigência, que é aquela situação em que as pessoas se encontram e que é incompatível com o grau relativo de crescimento econômico que o Brasil já atingiu.

Finalmente, o senhor colocou o problema da avaliação da eficácia dos governos em função dos indicadores sociais. Pretendemos emplacar no texto constitucional um sistema nacional de avaliação de indicadores sociais que possa servir de indicadores pelos quais os diversos governos, na esfera federal, estadual e municipal possam gradativamente serem avaliados. Pretendemos que o Governo apresente anualmente ao Congresso Nacional um relatório sobre a evolução dos indicadores sociais, porque hoje os governos são avaliados em função de obras físicas, de estradas, de pontes e até de taxa de crescimento econômico. Isso é uma coisa fortemente alicerçada na cultura do País e da sociedade. Então, nós vamos começar a introduzir, talvez, uma mudança radical nesta postura, não se dará da noite para o dia, mas estamos atentos a isso e já consta da nossa vontade de criar esse Sistema Nacional de Avaliação de Indicadores Sociais e fazer o Governo apresentá-los a cada exercício à Nação.

Apenas uma observação de quase tudo o que eu concordei com V. Exª, apenas fazer um ligeiro convite a uma nova reflexão. V. Revmª foi muito duro com a proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal enviada pelo Governo e ora em tramitação na Casa. O senhor vê nessa lei a fixação do definitivo primado do econômico sobre o social. Sob esse ponto de vista, acho que nenhum de nós apreciaria essa lei. Mas acho que a lei vai mais além. Ela estabelece a transparência do gasto público e certos mecanismos de controle para que uma administração não degrade o aparelho estadual, as municipal, não degrade os governos para as gerações seguintes. Certamente o combate à pobreza requer uma elevação muito grande dos gastos sociais. Então, requer capacidade de o Governo gastar e gastar bem. Penso que a Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo na forma como foi proposta.... Claro que deve conter defeitos, como obra humana que é. Devemos nos aprofundar nisso, porque quem convive com o aparelho estadual sabe quantas vezes o administrador é irresponsável. Mesmo que não seja desonesto e nem corrupto, ele degrada a máquina pública e a torna impotente para os exercícios seguintes.

V. Exª, mesmo hoje, colabora com o Governo de Minas, sabendo que no momento o Governo de Minas está praticamente impotente dado o grau de desequilíbrio das finanças estaduais. Esse foi apenas um parêntese não para contestar sua preocupação, mas para pedir que reavaliemos a tese da responsabilidade fiscal, porque creio que, ao lado de tudo isso, há algo importante. Não substitui nosso esforço aqui, mas é uma tentativa que não deve ser negligenciada.

No mais, muito obrigado pela atenção de V. Exª. Enriqueceu-nos muito, vai melhorar muito o resultado final do nosso trabalho.

O SR. MAURO MORELLI – Agradeço ao Relator. Mas, dada a dimensão polêmica, essa lei, sem dúvida, tem elementos preciosos. Concordo com V. Exª. Mas a gênese dela nos parece que está vinculada às exigências do Fundo Monetário Internacional que, na prática, produz o segundo resultado. O Orçamento Fiscal do Segurado Social líquido vai chegar a R$360,6 bilhões. É do que vamos dispor: desses R$360,6 bilhões. Uma parte, R$152,1 bilhões serão usados para pagamento de juros e encargos. Cinqüenta por cento para juros e encargos. Então, de R$360 bilhões, já vamos reduzir, vamos tirar R$152, descendo a um patamar bastante insignificante, considerando que toda a estrutura do Poder Público será custeada desse remanescente. E os investimentos sociais?

Achamos que há matéria, ilustre Relator, para um fórum, um debate. É mais amplo. A própria Comissão poderia nos convidar, convidar a sociedade civil não para uma sessão, mas, quem sabe, para um fórum, para discutirmos um pouco mais sobre essa lei, que – concordo com V. Exª – tem elementos importantes e positivos. Mas, na sua origem, parece-me que ela prejudica e traz um pecado original – para usar a linguagem religiosa –, e esse pecado original tem que ser redimido.

Agradeço a compreensão e a simpatia com que V. Exª acolheu a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Federal Alceu Collares, ex-Governador do Rio Grande do Sul.

O SR. ALCEU COLLARES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores, tivemos um depoimento hoje muito forte sobre a vivência no meio da miséria, na exclusão social. Não ouvi nenhum outro depoimento eivado de tanta sinceridade, de tanta autenticidade.

Concordo com tudo o que o senhor disse e com tudo o que o senhor vai dizer a respeito do tema. Estou, portanto, dando minha confiança de pessoa humana ao que o senhor venha a dizer, porque a sua linha de comportamento foi construída ao longo de uma luta muito grande, na lida permanente com a pobreza e com a miséria.

V. Exª teve a sinceridade de dizer que não vem de lá; que foi para lá. Eu venho de lá; tenho **PhD** em miséria; fui formado em pobreza. Eu dormia numa casa de madeira, cujos buracos, com o frio, tinham de ser tapados com tecidos, com um pouco de roupa. Havia dias em que a mãe dizia: "Não há comida." Além desses aspectos dolorosos e tristes, a vida nos ensinou que a única coisa que não se pode perder é a esperança. Se perdermos a esperança, tudo está perdido. Essa foi a frase que o senhor usou.

Não me demoraria mais na avaliação feita porque V. Sª disse tudo. Foi o mais forte depoimento porque trouxe os farrapos da miséria, todos os valores que poderíamos oferecer e não estamos oferecendo.

Há 50, 40, 30 anos, estamos tratando da pobreza. Os Partidos populares, no Brasil, e segmentos como a Igreja, a CNBB e outros há muito vêm tocando no problema. Mas, agora ele ganhou uma relevância diferente. Não são aqueles preocupados, permanente e coerentemente, com os pobres. São os ricos que estão preocupados com os pobres.

Não estou dizendo o Senador, que apresenta a emenda constitucional. Tenho vontade de que S. Exª passe uma tarde inteira conosco para nos dizer, em primeiro lugar, de onde vamos tirar os recursos para financiar essa belíssima idéia, esse desejo, essa aspiração. Segundo, quem sabe, S. Exª tenha alguns projetos, programas para a emergencialidade da miséria.

Tudo o que estamos fazendo tem valor. Os depoimentos foram, sem dúvida alguma, extremamente úteis e eficazes. Mas, na parte prática, temos de sair daqui com algo para levar aonde está o pobre, e ele dizer: "Pela primeira vez, lembram-se de mim. Pela primeira vez, começaram a se lembrar de que, amanhã, se eu tiver condições, eu posso chegar à condição de cidadão, posso chegar aos 30%" que V. Exª corretamente estava colocando. Mas eu também tenho cinismo, ou melhor, ceticismo. O cinismo é uma dose muito grande de muita gente. Aqui, não. No Congresso, não há. Se aqui existe a dose é mínima. Há Parlamentares com experiência, sem experiência, com posições as mais diferenciadas, mas com vontade de encontrar acertos, com vontade de encontrar condições capazes de resolver o problema.

Mas estou vendo um momento diferente, eminente Bispo: os ricos estão se preocupando com a pobreza. O Michel Camdessus disse que se deixar-

mos para o próximo ano será tarde demais. É tempo de ação. A necessidade está aí. O outro Presidente do BIRD disse que a experiência feita com a globalização fracassou, porque não se reduziu o número de pobres no mundo, que de 1.200.000.000 passou para 1.500.000.000. Ele também informa que se precisa humanizar a globalização. Esse é um bom dado. A primeira reação do Ministro Pedro Malan aos 182 Ministros de Fazenda foi a de que o FMI não tinha de tratar da pobreza, mas apenas da situação financeira, do modelo econômico a que V. Exª se referiu tantas vezes. Depois, ele ratificou, porque todos os 180 Ministros de Fazenda concordaram com essa angústia que, de uma hora para outra, tomou conta dos grandes ricos dos mundo e dos instrumentos deles.

V. Exª colocou com muita propriedade que esses instrumentos que estão sendo usados, evidentemente, só se dirigem a fazer o bem estar dos que estão por cima, dos que são cidadãos. Nick Polansas fez um estudo a respeito da crise do Estado, dizendo que são aparelhos ideológicos as universidades, que é aparelho de repressão, o Exército, aparelhos econômicos grande parte das estatais que estiveram aí não se destinaram a resolver o problema da pobreza no mundo. É evidente que nós não podíamos esperar que esses aparelhos ideológicos – a burguesia, o capitalismo – fossem preocupar-se a não ser com eles mesmos. A preocupação é correta. Parece-me que as massas, ao despertar com o toque que temos condições de dar – e podemos bater à porta –, começam a despertar não apenas a sensibilidade, eminente Ministro, mas também o medo. Agora os ricos estão começando a ter medo das massas famintas. Há 20 anos, dizia-se que os ricos são insensíveis e insensatos e que iriam sofrer uma nova invasão de bárbaros tocados pela miséria, pela fome, pela exclusão social da África, da Ásia e da América. Isso está acontecendo, e não está acontecendo apenas nos países ricos. Está acontecendo nos centros urbanos. Quem é que pode andar com segurança em determinadas cidades do Brasil? Isso não é possível.

Estou preocupado com a nossa Comissão porque estou céptico. Nós todos estamos cheios de boa vontade. Talvez pudéssemos até buscar, concreta, objetiva e materialmente, algumas propostas que amanhã pudéssemos levar ao pobre. Fome é uma coisa de hoje. A fome não pode esperar. Louvo e aplaudo V. Exª, mas, além da criança, a fome no adulto é uma tragédia. A fome no adulto desperta a sua consciência: ele vai para a rua e faz violência, vai para a rua e comete crime, vai para a rua e assalta. Isso porque ele vê o seu filho, de manhã, pedindo comida e a mãe dizendo-lhe: não tem comida, não tem café, meu filho.

Em minha casa, quantas vezes eu tinha que tomar café preto com farinha, quando tinha farinha e quando tinha café, porque muitas vezes não tinha isso. Trago na alma as marcas profundas da miséria e da fome. Mas tenho sido impotente na minha luta, na luta de tantos, como o senhor e todos que estão aqui. Nossa impotência está sem dúvida alguma na estrutura do modelo econômico que está aí e que vai ficar por muito tempo, a menos que despertemos a consciência do nosso imperador, do nosso Presidente Fernando Henrique, a menos que peguemos um conjunto de medidas emergenciais. Está aí a votação do orçamento e se vamos esperar para alterar a Constituição, vamos ficar discutindo, como a Comissão de Saúde está discutindo há quase 10 anos a saúde para todos. O SUS é o mais avançado programa de saúde no campo teórico e o mais fracassado de todos no campo prático. Quantos irmãos nossos ficam com as vísceras de fora na porta dos corredores dos hospitais! Quantas e quantas crianças morrem porque não são atendidas nas UTIs ou nos hospitais?

Sr. Presidente, estou fazendo um requerimento para concretamente trazermos, por exemplo, o Dr. Antonio Carlos Magalhães, a fim de que possa dizer de onde vamos tirar recursos. Não vou desconfiar do grau de autenticidade, de lealdade e de sinceridade do Senador. Mas eu quero ver de onde vem isso. Eu quero sentir. S. Exª tem condições. E isso servirá pelo menos para que todos os partidos apóiem a emenda do Senador e coloquem em cheque o grau de sinceridade do Governo ou do partido – quem sabe? –, na hora em que formos votar a emenda.

Penso que nós devemos fazer aqui o que o PT e o Genoíno fizeram com o Caiado: junta-se a Direita e a Esquerda e as duas caminham unidas em cima de uma tema que está acima dos partidos. Na Comissão de Saúde estamos fazendo isso. Lá não há "a", "b" ou "c", direita, centro ou esquerda. Há só um problema: a saúde pública deste País. Nós já estamos conseguindo alguma coisa. Que bom seria se pudéssemos conseguir aqui também!

Estou do seu lado. Vou marchar atrás do senhor como um grande céptico da República. Isso não vai dar – eu ia dizer um nome feio, mas não vou fazer isso em respeito a V. Exª e à Casa – em nada. Nós vamos ficar aqui conversando, conversando, fazendo discursos para nós mesmos e o pobre vai continuar de boca aberta esperando que pelo menos um dia que o Senado da República, que os Senadores e os Deputados possam tomar algumas medidas capazes de,

emergencialmente, chegar em algumas lugares da Baixada Fluminense e dizer: aqui quem está são os homens públicos, que agora mudaram totalmente a sua postura e vão trazer um pouco daquilo que é direito sagrado: a comida, a alimentação. É direito sagrado. Vamos ter na Constituição, provavelmente, um princípio em que o Judiciário deva aplicar para implantar a justiça no País. Com lei ou sem lei. Toda vez que um faminto for lá ele vai determinar a requisição da comida necessária para que ele possa sobreviver, atribuindo ao município, ao Estado, à União, a conta a ser paga. Em nome de quem? Em nome da sociedade. Isso, um dia vai acontecer em nosso País. Mas, agora, nesta Comissão, estou exatamente como os Senhores: extremamente cético.

Vou encaminhar o requerimento a V. Exª e vou encaminhar também esses dados. Pode ser que essa gente do Fundo Monetário esteja mentindo, mas eles estão falando uma linguagem diferente. Eles estão até dizendo que tem que humanizar a globalização, estão dizendo que as finanças sólidas envolvem claramente instrumentos de sofisticados padrões e mercados que funcionem de forma tranqüila, mas, no fundo, finanças e mercados têm a ver com as pessoas. São para as pessoas, disse ele, acrescentando, de forma surpreendente, que o FMI e o Governo precisam ouvir o grito dos pobres. Vamos, quem sabe, dar um grau de confiança para que essas elites, talvez tocadas mais pelo medo do que pela sensibilidade, possam abrir a mão e dar possibilidade aos pobres que tenham um pouco de alento. Não quero mais, não venho mais, vai ser a última vez que venho a esta Comissão fazer discurso. Venho ouvir. Agora, se ela não partir, vou para a rua denunciar o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra a Dom Mauro Morelli.

O SR. MAURO MORELLI – Deputado Collares, lembro-me, em 1980, de fazer uma declaração na TV Bandeirantes. Ainda vai chegar o dia em que se não repartirmos por fraternidade, vamos ter que repartir para salvar a própria pele. Acho que é possível fazer um plano de ação, a sociedade tem vivência disso. Agora mesmo vamos apresentar ao Ministro da Reforma Agrária um projeto que estamos chamando "a porteira para fora". É todo o treinamento e capacitação do pequeno agricultor para entrar no mercado. Acho que capacidade a sociedade tem, vivência de apresentar planos. Na Conferência dos Bispos, há três anos, fui o redator, fizemos uma proposta de um pequeno pacto social, em torno de três coisas básicas: investir pesado em educação de base, inclusive na erradicação do analfabetismo, eu associaria inclusive alimentação, como fez o Governador Brizola com os CIEPS, acho que depois da Casa...

O SR. ALCEU COLLARES – Eu queria dizer que no Rio Grande eu também fiz CIEPS. Não foi só o Governador Brizola. Fomos nós dois.

O SR. MAURO MORELLI – Desculpe-me a omissão. É que estou morando no Rio.

O SR. ALCEU COLLARES – A omissão foi minha, que não comuniquei.

O SR. MAURO MORELLI – Eu também sabia. É que agora me localizei no Rio, mas peço desculpas a V. Exª. Creio que a escola, depois da casa, é o melhor espaço para trabalharmos a questão da alimentação, da nutrição, que é um problema também da educação, um desafio cultural. Então, eu faria uma sugestão de um programa, um plano de ação que contemplasse educação de base, garantisse a nutrição das crianças, a erradicação do analfabetismo, um grande mutirão de habitação popular – porque sem casa para morar, como V. Exª recordou, não dá para viver com dignidade – e produção de alimentos. Acho que não há outra saída. É apoiar a pequena agricultura, valorizá-la, dar condição. O Brasil sai do atoleiro com um plano de ação, um grande mutirão centrado nessas três prioridades. Agradeço também as palavras de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Senador Pedro Simon, também ex-governador do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão aos demais Colegas. Que ouvíssemos o Professor José Márcio Camargo e depois fizéssemos as intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Dr. Mauro tem que sair dentro de 15 minutos e gostaríamos de aproveitá-lo. O Professor já disse que tem tempo suficiente e o Dr. Mauro nos disse que tem apenas 15 minutos e gostaríamos de aproveitar mais esses 15 minutos de V. Revmª.

Com a palavra o ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – D. Mauro, Dr. José, Prezado Sr. Presidente, Prezado Sr. Relator, Prezada Srª Vice-Presidente, assisti, com muita emoção, ao seu pronunciamento, e o que me chama a atenção é que no Brasil, no campo tecnológico, da indústria e das realizações materiais, temos grande desenvolvimento, mas no campo social, lamentavelmente, somos uma soma de fracassos de planos sociais – plano da moradia, da alimentação, da educação, da saú-

de. Praticamente é uma sucessão de equívocos que fizemos.

E o que V. Revmª apresentou – eu só falo para ver até que grau é possível recuperar alguma coisa – é que houve um determinado momento que tivemos um grande avanço na sociedade brasileira, quando houve um entendimento, um diálogo da sociedade com o Governo. E é interessante salientar que a iniciativa foi de um líder popular, candidato a Presidente da República – que não se elegeu, que, no caso foi o Lula – fez uma proposta. O Presidente, à época, o Dr. Itamar aceitou a sua proposta e se organizou o trabalho nesse diálogo, onde a figura do Betinho e basicamente a figura de V. Revmª levaram adiante um plano altamente positivo. Mas, o mais importante, era um plano baseado na sociedade, onde a presença de V. Revmª, do Betinho, a presença dos membros que compunham o Conselho, o debate onde Forças Armadas, de um lado, o Banco do Brasil do outro, sob a coordenação da sociedade. Um plano onde em cada município tem um Conselho Municipal composto do prefeito, das entidades religiosas, políticas e oposição e de várias organizações. Isso foi feito, isso aconteceu.

O plano levantou mais de mil municípios e tinha tudo para ir adiante. Pela experiência que tinha tido de ser um plano onde o Governo fazia parceria com a sociedade, mas a primazia, o comando, a chefia era da sociedade. E com duas pessoas imparciais, o Betinho, com o seu nome e sua biografia, e V. Revmª, com o seu nome e sua biografia, mas com a parte física, porque V. Revmª era o Presidente, foi quem coordenou, levou adiante essa questão.

Também lamento que isso tenha desaparecido, e eu, como V. Revmª, que estava dentro da questão, era Líder do Governo, também fiquei sabendo sem saber, porque na opinião continuaria com V. Revmª no comando. A única presença nova que teria, e eu até na hora manifestei com simpatia, seria a Primeira-Dama, porque acreditava que até ajudava. E contei o caso de V. Revmª que quantas vezes tinha que correr em busca de dinheiro, para falar com o Presidente, para que Sua Excelência pudesse fazer o auxílio necessário, que, às vezes, algum ministro era menos cioso das suas responsabilidades, e que a Primeira-Dama estando ali faria esse papel e essa ligação.

Nunca imaginei que V. Revmª seria afastado, que não estaria nem no Conselho e que se criaria um Conselho composto na base do Governo, uma organização governamental e que ficasse nisso que está aí, numa distribuição de cestas básicas. Cá entre nós, penso que vamos aprovar. O apelo, não sei se V. Revmª sabe –, inclusive por falta de verbas não houve a devida atenção. Eles estão hoje distribuindo menos da metade do que distribuíram normalmente com a determinação das 600 calorias.

O SR. MAURO MORELLI – Permita-me um aparte. A previsão só dava para cinco meses do que a previsão orçamentária.

O SR. PEDRO SIMON – É verdade!

Então, o que me machuca é que não entendi por que isso aconteceu. Não entendi. Muita gente não entendeu por que V. Exª Revmª e o Betinho aceitaram participar disso. A queda da sociedade organizada – vamos ser claros! – até com uma ideologia definida, uma posição independente e, de repente, entraram num plano governamental, dando cobertura ao governo.

Lembro-me que muita gente cobrou do Betinho, V. Exª Revmª sabe disso; lembro-me que muita gente da Igreja também cobrou. Mas, no entanto, por outro lado, houve o gesto do Presidente Itamar, um gesto de grandeza de fazer como foi feito. Lembro-me que, na hora de lançar o programa, quem falou foi o Betinho, foi V. Exª. O Presidente não quis falar absolutamente. Foi a primeira vez na vida que isso aconteceu; quer dizer, em cadeia nacional, para o Brasil inteiro. Um programa convocado pelo Presidente da República, um plano com o dinheiro do Presidente da República. Mas falou a sociedade, falou o Betinho, falou V. Exª Revmª – duas vezes isso aconteceu.

Machuca-me o retrocesso. Chegamos ali, e o recuo que foi feito é que me parece inconcebível. Inclusive a Senadora Marina Silva tem uma proposta que é da maior importância: o plano de aproximadamente um trilhão. Mas deve-se criar, dentro do Orçamento, o orçamento social; meio deslocado dentro do Orçamento, porque o negócio cai no vazio. No Brasil, o Orçamento é autorizativo; não vale dois mil réis. Não estando no Orçamento, não vale nada. Mas estando no Orçamento, também não vale. Depende de o cara topar ou não.

Portanto a idéia da Senadora Marina é da maior importância; é criar um orçamento. Dentro do orçamento, destacar o social; e, dentro do possível, no social, haver uma espécie de comunidade, onde haja uma série de pessoas que vão fiscalizar a execução, verificar como é feito. Se eu fosse presidente, penso que a primeira coisa que um presidente deveria querer seria uma fiscalização, para garantir a ele que as coisas estão sendo feitas; para fiscalizar, para distribuir a responsabilidade para que as coisas efetivamente fossem feitas.

Vejo com um respeito muito grande o trabalho que V. Exª está fazendo com o Governador de Minas Gerais. E digo mais: V. Exª o está fazendo, por meio do seu trabalho, com o Governo de todos os Estados. Aquilo que V. Exª fazia na Presidência da República com o Consea nacional, V. Exª está fazendo agora com Conseas estaduais, reunindo todos e criando um nacional, à margem do Governo Federal, que, de certa forma, se ilhou e se isolou desse trabalho.

Até que ponto podemos ajudar? Até que ponto existe a chance de se tentar refazer o Consea, no sentido de que a sociedade participe? Até que ponto podemos ir ao Presidente Fernando Henrique para explicar que foi vítima e que cometeu um tremendo equívoco no momento em que extinguiu o Consea e que criou esta entidade que está aí, que, na verdade, perdeu a credibilidade, porque passou a ser um órgão do Governo?

Lá no Município, por melhor e por mais bem-intencionado que seja o prefeito, uma coisa é o órgão municipal, como o que V. Exª criou, com a participação da sociedade; e outra coisa é um prefeito agir sozinho. Por melhor intenção, por mais boa vontade que tenha, não pode substituir a sociedade no seu conjunto.

Há alguma chance de recuperarmos esse tipo de ação? Fecho com o seu pronunciamento, fecho com o do Governador Alceu Collares; os dois são altamente positivos.

V. Exª repare que, não sei quanto tempo faz, o José de Cássio dizia: "Há os que não dormem porque têm fome e os que não dormem porque têm medo dos que não dormem porque têm fome". O mundo está por aí. Quem diria! Estamos vivendo coisas novas.

O Collares leu a manifestação do Fundo. Quer dizer, nós, aqui, estamos à direita do Fundo, que está nos dizendo: "O que vocês estão fazendo aí? Vocês devem olhar para o social, para a gente de vocês." Quem diria, mas, de repente, está lá o Presidente dos Estados Unidos dizendo que vão zerar a dívida dos trinta países mais pobres do mundo. Eles vão perdoar a dívida desses países. Já é um fato. V. Exª disse que pode ser por hipocrisia. Acredito que não, penso que é por medo mesmo. Eles estão sentindo que a situação está de tal maneira deteriorada, que alguma coisa deve ser feita. Aliás, não é por outra razão que estamos aqui. O Sr. Antonio Carlos Magalhães convocando, nós todos aqui presentes, por quê? Por que, de repente, o assunto andou e durante anos e anos ele não conseguiu andar? Por causa do momento que estamos vivendo e, dentro deste momento, diria que não há chance de avançarmos no sentido de, até para não cairmos no ceticismo da preocupação correta de V. Exª, fazermos alguns avanços com o próprio Executivo, para que ele altere alguns dos seus equívocos e possamos mudar no futuro.

O SR. MAURO MORELLI – Agradeço o amigo, velho companheiro, Senador Simon.

Quanto eu sei, a Casa Civil está disposta a rever a questão da política de segurança alimentar numa dimensão mais abrangente, como o Fórum Brasileiro e o Fórum Global entendem. Creio, Senador, que voltaremos a ter um Consea Federal, só que esse caminho não será uma concessão, nós o estamos construindo.

Hoje, com os Governadores Covas, Olívio, Zeca, Garotinho, Itamar, Viana, Capiberibe, Lessa e Roriz, entre outras indicações, estamos dialogando e fazendo implementação de projetos. Vamos fazer a primeira reunião nacional, já agora em outubro, com representantes desses Estados e da sociedade. Nós estamos voltando. O que não conseguimos fazer, por interrupção do processo, foi a Conferência Nacional de Segurança Alimentar voltar às universidades e regiões para planos regionais de segurança alimentar. Temos uma proposta alternativa. O Fórum Brasileiro acredita que segurança alimentar é uma proposta nutricional sustentável, é um eixo importante de desenvolvimento, engloba toda ação de Governo, passa e perpassa qualquer Ministério, qualquer Secretaria, não é um assunto setorial.

Temos uma evolução teórica e experimental e estamos construindo. E voltaremos, não sei se neste Governo, ou em que Governo, mas voltaremos a colocar na pauta dos Governos, como estamos fazendo, e queremos descer aos Municípios, já temos até proposta nesse sentido. Eu, pessoalmente, me considero abençoado por ter sido tirado do Palácio do Planalto. Somente soube por decreto, não fui convidado para nada, não me comunicaram coisa alguma e, como eu não tinha vínculo, não recebia salário, fiz um ofício e entreguei o que pertencia ao Consea à Casa Civil. O ex-ministro Clóvis não se dignou a me receber e, inclusive, ele disse a Dom Luciano: como é que ele, Ministro, iria me receber, a mim, um infeliz que ia ser demitido de um organismo que seria extinto? Eu até disse para Dom Luciano: "O senhor deveria ter dito a ele que, como ele se diz católico, deveria ter-me pedido em confissão, pois não haveria protocolo, haveria sigilo."(Risos.)

Acredito que o caminho está aberto. Até andei pensando como confundem muito o Consea como sendo um instrumento do Executivo. Ele não o é. Ele é um laboratório de políticas públicas, de parcerias;

ele é crítico, mas é co-responsável, até poderia nascer ligado ao Congresso Nacional, dentro dessa proposta de combate à pobreza e à fome. Estamos abertos a dialogar e a colaborar.

O SR. PEDRO SIMON – Acredito que nós também, não é Presidente? Respondendo ao Bispo, também estamos abertos ao diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente, sem dúvida alguma.

Vou encerrar este primeiro momento concedendo a palavra à Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão.

A SRA. MARINA SILVA – Sei que Dom Mauro já está atrasado, a sua assessoria já nos comunicou que o seu tempo está esgotado e respeito a sua agenda. Queria apenas agradecer a sua presença, as contribuições que nos trouxe e eu diria que V. Sª, com sua pequena dose de ceticismo, que a entendo como uma provocação a esta Comissão e ao Congresso Nacional, porque, aos homens de bem, na sua essência, não nos é permitido decepcioná-los muitas vezes, sob pena de a ira de Deus descer sobre nós, acredito nisso. Então, se V. Sª já foi no início decepcionado, inclusive pela forma como foi tratado, como V. Exª acaba de relatar – o Senador Pedro Simon inúmeras vezes aqui tem dito –, acredito que o Congresso Nacional não tem o direito de, novamente, decepcionar, não apenas o senhor, mas a sociedade brasileira, que espera uma resposta.

Sr. Presidente, para concluir, rapidamente gostaria de dizer que talvez os ricos estejam com medo de ficar pobres. Não pobres de dinheiro, mas pobres de humanidade. É possível que alguns ainda tenham medo de ficar pobres de humanidade, porque, se somos apenas 30% de incluídos, o que faremos com os 70% de excluídos quando em horas famintas eles tentarem atacar os incluídos? Vamos simplesmente eliminá-los, desconhecê-los ou ignorá-los? O mundo começa a pensar sobre esse problema, que ainda é uma centelha de que há alguma riqueza naqueles que se desvincularam do seu viés principal, que é o seu criador. Temos uma base única de criação. A conquista da civilização foi esta: acabar com a escravidão e criar uma base única da condição humana. Essa base única está sendo rompida pela exclusão e pelo alheamento. Sou uma daquelas que tem muita esperança, até porque não tenho o direito de não tê-la, por ser o seu retrato vivo – se formos fazer um concurso de pobres entre eu, Collares e a Erundina, não sabemos quem ganhará. Mas penso que queremos fazer um concurso daqueles que são ricos em esperança, em mostrar que é possível mudar este País e dar dignidade ao nosso povo.

É com esse propósito que estou nesta Comissão, que sei que é uma comissão suprapartidária, fico muito feliz e concluo dizendo: seja bem-vinda a sociedade dentro desta Comissão na pessoa de D. Mauro Morelli.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me, pela ordem, Sr. Presidente, fazer uma sugestão à Comissão na presença de D. Mauro Morelli.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como ficamos de ouvir o Economista Celso Furtado lá no Rio de Janeiro, gostaria de fazer uma proposição, na medida em que D. Mauro Morelli* tanto nos disse da importância de estarmos dialogando com aqueles que estão sofrendo das condições de indigência, ao Economista Celso Furtado, que nos disse que, se quisermos ir a sua residência ou onde for, lá no Rio de Janeiro, ele estaria disposto, já que não pode viajar.

Quem sabe possamos fazer essa audiência com Celso Furtado na comunidade, a qual tive a oportunidade de visitar, na paróquia de D. Mauro Morelli. Poderíamos até contar com a participação de S. Exª Revmª, na audiência pública, no diálogo com a comunidade que tão bem conhece, dos que moram ali perto, nas favelas.

É a sugestão que encaminho à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Oportunamente, iremos discuti-la, e o Plenário decidirá.

Quero também, em nome da Comissão, agradecer profundamente a gentileza de D. Mauro Morelli ter vindo aqui, aceitando o nosso convite, e transmitindo ensinamentos, trazendo tantas palavras importantes aqui para todos nós. Ao agradecer, pediria à Vice-Presidente, Senadora Marina Silva, que acompanhe D. Mauro Morelli.

Em seguida, passo a palavra ao professor José Márcio. (Pausa.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Boa-tarde, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados. Para mim, é um enorme prazer. Quero agradecer o convite para estar aqui nesta Comissão. V. Exªs certamente não imaginam o grande prazer que é, para mim, estar aqui, porque há quinze ou vinte anos venho estudando pobreza no Brasil. E estudar pobreza no Brasil não é exatamente a coisa mais valorizada neste País. E é uma honra, então, um enorme prazer estar aqui numa Comissão do Senado Federal, cujo objetivo é exatamente estudar medidas estruturais para resolver ou

minorar o problema da pobreza no País, da distribuição de renda.

Vou tentar falar pouco. Acho que não vou ter muito o que falar, pois muitas das coisas que gostaria de falar já foram, de alguma forma, ditas nesta Comissão por outras pessoas. Entretanto, na medida do possível, vou tentar olhar um pouco pelo lado de soluções, apesar de estar também olhando pelo lado de diagnósticos. Então, vou começar com um pouquinho de diagnóstico; depois, vou tentar propor algumas coisas, quer dizer, coisas que já estão sendo mais ou menos implementadas em alguns lugares, coisas que tenho acompanhado e de que, de alguma forma, participei da criação no passado.

Basicamente, as pessoas são pobres por algumas razões importantes. É importante saber por que as pessoas são pobres, pois, sabendo porque elas são pobres, pode-se atuar para resolver o problema da pobreza, está certo?

Fundamentalmente, vou falar aqui de pobreza como ausência de renda, por ser economista e por ter uma boa parte da minha vida estudado pobreza segundo esse aspecto. Existem outros aspectos da pobreza, e eu não gostaria de me alongar sobre esses outros aspectos, porque realmente o pouco que sei sobre esse assunto está relacionado com essa idéia de pobreza, com o fato de a pessoa não ter renda para sua própria sobrevivência.

Desse ponto de vista, isto é, da idéia de pobreza como ausência de renda, a pessoa pode ser pobre por uma de cinco razões, fundamentalmente. Ela pode ser pobre porque a máquina com a qual ele trabalha tem uma produtividade muito baixa, ou seja, dispõe de pouco capital físico. Como tem pouco capital físico, sua produtividade é muito baixa; como produz pouco, consegue gerar pouca renda; como consegue gerar pouca renda, é pobre. A renda dessa pessoa vai ser baixa, porque ela simplesmente não consegue gerar renda, porque o capital físico que está alocado para o seu trabalho é um capital físico muito pouco produtivo. Por exemplo: um trabalhador rural que trabalha com uma enxada. Essa pessoa é pobre, porque a sua produtividade é muito baixa; ela não tem como gerar muita renda. Ela vai ser necessariamente pobre.

Um outro caso seria o da pessoa que tem um capital físico muito bom, muito alto, é extremamente produtivo, mas o produto que ela produz tem baixo valor agregado, ou seja, o preço ao qual ela pode vender aquele produto é muito baixo. Como o preço ao qual ela pode vender aquele produto é muito baixo, a renda que ela pode gerar é muito pequena e por isso ela não consegue sair da pobreza. Um exemplo desse tipo de situação seria o que acontece com a economia cubana, que gera um produto com valor agregado muito baixo e, conseqüentemente, não consegue gerar renda suficiente para sair de um nível de renda relativamente baixo.

Um terceiro fator que pode gerar pobreza: a utilização do fator trabalho ser muito baixa, ou seja, uma elevada taxa de desemprego. Com uma taxa de desemprego muito elevada, as pessoas não conseguem trabalhar; como elas não conseguem trabalhar, elas não conseguem gerar renda; como elas não conseguem gerar renda, elas acabam, eventualmente, virando pobres.

Um quarto fator importante responsável pela geração de pobreza é um baixo poder de barganha do trabalhador. Quer dizer, a pessoa pode estar trabalhando numa fábrica com muito capital, estar gerando um produto com um elevado valor adicionado e que vai ser vendido no mercado a um preço muito alto, mas como ela tem um baixo poder de barganha – isto é, consegue apropriar-se de uma parte muito pequena daquilo que foi gerado –, ela acaba sendo pobre. Então, o baixo poder de barganha é também um fator que pode gerar pobreza.

Finalmente, um último fator que é um grande gerador de pobreza é a pouca educação – ou, falando de uma outra forma, de uma forma que economista gosta: pouco investimento em capital humano. Pouco investimento em capital humano faz com que as pessoas sejam pouco produtivas, ainda que trabalhando em máquinas extremamente sofisticadas, ainda que produzindo produtos com elevado valor adicionado, ainda que não estando desempregadas etc. Como pessoas com baixo grau de instrução têm baixa produtividade, elas não conseguem gerar um valor de produção muito alto; como eles não conseguem gerar um valor de produção elevado, elas acabam ganhando muito pouco e acabam sendo pobres.

Então, em linhas gerais, essas são as razões mais importantes pelas quais uma pessoa pode ser pobre.

O Brasil é um país que tem um número, uma porcentagem relativamente grande de pobres, dado o nível de renda per capita deste País. Estamos, claramente, fora do padrão internacional. Em termos absolutos, pode-se dizer que temos mais pobres porque a população brasileira é muito maior, por exemplo, do que a da Costa Rica. Mas o problema é que, também em termos percentuais, temos duas vezes mais pobres do que a Costa Rica. Isso é um problema.

Qual dessas razões é a mais importante para que este País tenha tanta pobreza? Será que o Brasil tem pouco investimento em capital físico em relação a outros países com níveis de desenvolvimento comparáveis? Será que este País produz um produto de valor agregado relativamente baixo? Será que este País tem uma taxa de desemprego muito alta? Será que o poder de barganha dos trabalhadores deste País é muito baixo? Ou será que este País tem pouco investimento em capital humano?

Quando você olha as estatísticas, fica muito claro que o que diferencia este País dos outros países, principalmente dos da América Latina, exceto dois ou três que vou nomear daqui a pouco, é o fato de que este País tem um valor de investimento em capital humano muito menor do que países, inclusive, muito mais pobres. O Brasil só não tem menos investimento em capital humano do que Honduras e Guatemala, na América Latina. Todos os outros países latino-americanos têm um nível educacional médio maior do que o da população brasileira.

Aí, há que se perguntar exatamente o que está acontecendo com este País. Então, desse ponto de vista, aparentemente, um fator fundamental, se você quer resolver a pobreza neste País, é tentar, de alguma forma, investir em capital humano. Se você olhar todos os outros indicadores, o Brasil tem mais investimento em capital físico do que a média da América Latina, possui um produto de valor agregado mais alto do que a média da América Latina; nossa indústria é muito maior e muito mais diversificada do que a média da América Latina; temos uma taxa de desemprego menor do que a média da América Latina; poucos países da América Latina têm uma taxa de desemprego menor do que a do Brasil; e o poder de barganha do trabalhador brasileiro é, em geral, maior do que a média da América Latina. O único fator desses aqui que o Brasil tem claramente pior do que a média da América Latina é investimento em capital humano.

Ora, se esses aqui são os grandes geradores de pobreza, e se temos uma porcentagem de pobres muito maior do que a média da América Latina, e o que temos de pior em relação à média da América Latina é exatamente o nível educacional, então, temos que estar atentos para o fato de que existe algo errado com essa questão do nível educacional brasileiro.

Esse é um primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção de V. Exªs.

O segundo ponto é o fato de que, ao contrário do que muita gente imagina, o Brasil não é um país que gasta pouco nos setores sociais. Se considerarmos como setores sociais educação, saúde, previdência social, assistência social e trabalho, digo para V. Exªs que o Brasil gasta R$130 bilhões todos os anos nesses cinco setores. Isso significa 20% do PIB. O Brasil é o país da América Latina que mais gasta em setores sociais.

Então, temos aqui um outro paradoxo curioso: o Brasil é o país da América Latina que tem uma das maiores porcentagens de pobres, é um dos países da América Latina que tem um dos piores níveis educacionais na sua população e, ao mesmo tempo, é um dos países da América Latina que gasta mais nos chamados setores sociais.

Desse ponto de vista, temos que nos perguntar o que está acontecendo. O mais curioso é que, se fizermos direito a conta, se quisermos efetivamente acabar com a pobreza, simplesmente transferindo renda para os pobres, devemos determinar uma linha de pobreza – de R$ 75 **per capita** – e gastar 5% do PIB. No entanto, o País gasta 20% do PIB com os setores sociais e tem 30% da sua população abaixo dessa linha de pobreza.

Então, há alguma coisa que precisávamos olhar para ver o que exatamente está acontecendo com este País.

Isso, por outro lado, permite-nos ficar um pouco mais otimistas, pois se é verdade que com 5% do PIB poder-se-ia resolver o problema da pobreza e são gastos 20% do PIB nos setores sociais, então, se se retirasse ¼ desses 20% para ser dedicado exclusivamente ao combate da pobreza, resolver-se-ia o problema, sem prejudicar o chamado ajuste fiscal.

Vou repetir: se o País gasta 20% do PIB nos setores sociais e é preciso apenas 5% do PIB para acabar com a pobreza neste País, retirando-se ¼ dos 20% que se gastam hoje nos setores sociais para serem dedicados a um programa cujo objetivo é única e exclusivamente acabar com a pobreza no País, acaba-se com a pobreza no País. E sem gastar um tostão a mais do orçamento público.

Se, por um lado, a situação é deprimente, por outro, pode deixar-nos um pouco otimistas, porque se pode afirmar que, aparentemente, existe espaço para se fazer um programa direcionado especificamente à eliminação da pobreza, com apenas ¼ do que gastamos em programas sociais.

E o que está ocorrendo? Se gastamos 20% do PIB com programas sociais e precisamos de apenas 5% para acabar com a pobreza mas há tantos pobres, alguma coisa deve estar ocorrendo. Fundamentalmente, de todos esses gastos sociais, mais da metade é direcionado para os 40% mais ricos da população. Esse é o problema, e é generalizado. Não se tra-

ta de um problema localizado em um programa ou em um ou outro setor. Não está localizado na educação, ou na saúde, ou na previdência, ou no trabalho. É um problema generalizado em todos os gastos sociais deste País.

Vou dar alguns dados depois vou apresentar dados de acesso de porcentagens de gastos públicos que vão para os 40% mais ricos da população. Por exemplo, porcentagem dos gastos públicos com educação secundária que é apropriada pelos 40% mais ricos da população: 43%; porcentagem dos gastos públicos em universidade que é apropriada pelos 40% mais ricos da população: 91%. Esses 40% mais ricos se apropriam de mais de 80% da renda gerada no País!

Mais um outro dado: do total gasto com bolsas de estudo no Brasil, 79% são apropriados pelos 20% mais ricos; 85% são apropriados pelos 40% mais ricos. Do total gasto com aposentadoria neste País, 82% são apropriados pelos 40% mais ricos.

Há dois tipos de programas sociais. Temos programas sociais que são gastos utilizados para financiar serviços sociais para a população, como educação e saúde, fundamentalmente. São serviços que o Estado presta à população, serviços esses que vão ser importantes para aumentar o bem-estar dessa mesma população e a sua produtividade, de tal forma que ela possa ganhar melhor no futuro e, conseqüentemente, deixar de ser pobre, porque são mais educados ou porque têm mais saúde.

Em geral, quando se investe em serviços sociais, está-se fazendo um investimento na população, porque, no presente, ela ganha muito pouco com aquela quantidade de dinheiro que está se gastando nela. A pessoa está na escola, está estudando e não está produzindo nada para ela. Na verdade, ela está pior do que poderia estar, porque ela poderia estar trabalhando, gerando alguma renda no mercado de mercado e, conseqüentemente, aumentando a renda familiar dela. Mas, não, como a pessoa está na escola, ela não ganha nada. Como ela não ganha nada, a renda familiar dela é menor que poderia ser se estivesse trabalhando naquele momento. Desse ponto-de-vista, há um custo de se estar na escola. O investimento em educação tem um custo para a pessoa que está fazendo aquele investimento. Esse custo é tão maior quanto mais pobre é o indivíduo, porque é mais difícil, para aquele indivíduo, abrir mão daquela renda que ele ganharia no mercado de trabalho, que, por sinal, é muito mais parecida com a renda do pai dele, se o pai dele for pouco educado. Se o pai dele tiver universidade, a renda do pai vai ser muito maior que a renda que o filho poderia obter se empregando como jovem, que a renda de um jovem cujo pai é um analfabeto. Nós, economistas, chamamos isso de custo de oportunidade. O custo de oportunidade de estar numa escola, para um pobre, é muito alto. Esse é um problema fundamental.

Então, isso é um investimento. Quando o Estado coloca dinheiro na educação, ele está fazendo um investimento na população; quando o Estado coloca dinheiro na saúde, ele está fazendo um investimento na população.

Outro tipo de programa social que temos, comum, são os programas de transferência de renda ou de produtos. São transferências que melhoram a vida da família que recebe aquela transferência no presente, mas têm muito pouco efeito para o futuro. Não são investimentos na população. Um exemplo típico é quando se diz o seguinte: vamos dar R$100 para cada família. Isso não é um investimento na população. É muito bom, porque melhora a vida da pessoa naquele momento. Ganhar R$100, para um pobre, é ótimo, melhora a vida dele naquele momento. Mas isso só vai se transformar num investimento se, por acaso, aquela folga obtida com aqueles R$100 for utilizada, por exemplo, para a pessoa se educar mais ou ter mais saúde. A transferência, por si só, não é um investimento, embora ela possa até aumentar a capacidade que o pobre tem de investir nele mesmo.

Há vários programas de transferência. Aposentadoria é um programa de transferência; seguro-desemprego é um programa de transferência de recursos monetários; tíquetes, vale-transporte são programas de transferências; temos um programa de transferência de leite, doação de leite, para as famílias com crianças; merenda escolar é um programa de transferência. Esses são os cinco mais importantes programas de transferência que temos no Brasil.

Basicamente podemos investir... Os problemas sociais podem ser de dois tipos: de investimento na população ou de transferência de renda. O investimento é direto na população. O investimento significa o seguinte: ele tem um custo no presente para conseguir um benefício no futuro. É nesse sentido o investimento. A transferência tem o benefício no presente, mas o benefício futuro, se a transferência acabar, ele vai voltar a ser pobre.

Colocarei ali agora "acesso". Citei exemplos de estrutura de gasto. Quanto gasta este País com programas sociais e quanto vai para cada perfil e para cada fatia de renda. Mostrarei agora a questão do acesso das pessoas de diferentes níveis de renda.

Essa primeira tabela mostra como está distribuído o acesso das pessoas por faixa de renda nas escolas públicas. Esses aqui são os 20% mais pobres; aqueles, os 20% seguintes; e os 40% mais ricos da população são esses aqui. Essa coluna aqui está dizendo que o acesso ao ensino público primário no Brasil está distribuído da seguinte forma.

O SR. ROBERTO BRANT – O senhor está chamando de ensino primário de 1ª à 4ª séries?

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Não, de 1ª à 8ª séries.

O SR. ROBERTO BRANT – Sim. E Secundário, o 2º grau?

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – O 2º grau.

O SR. ROBERTO BRANT – Obrigado.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Desculpe, ainda sou do tempo em que se chamava ensino primário e não 1º e 2º grau.

Se V. Exªs olharem bem, 26% do total de estudantes do primário estão entre os 20% mais pobres; 26,6% estão nos 20% seguintes. Mas se V. Exªs olharem aqui, nas escolas públicas, há 23%, 24% que estão entre os 40% mais ricos. Até aí, está legal. O primário, o ensino público deveria ser universal, para todos. Não há o menor problema. Mas vejam, no caso das universidades: 93% dos estudantes das universidades estão entre os 40% mais ricos; os 40% mais pobres colocam 0% nas universidades. O número não está errado, é 0%. Os 40% mais pobres colocam 0%. É claro que deve ter dois ou três, porque isso é uma amostra, pesquisa de padrão de vida do IBGE. Na amostra, não há nenhum número significativo, ou seja, todo o gasto com as universidades públicas neste País vai para os 60% mais ricos, sendo que 93% vai para os 40% mais ricos. Da mesma forma, se V. Exªs olharem o 2º grau, verão que o acesso é crescente até esse nível educacional; apenas nos 20% mais ricos é que ele passa a ser decrescente em termos de porcentagem.

A tabela seguinte mostra exatamente o mesmo dado, só que para diferentes tipos de dependências hospitalares. Do total de dependências públicas hospitalares, de todo o pessoal que utiliza essas dependências, 16,3% estão entre os 20% mais pobres; 19,5% vêm dos seguintes; 22% vêm dos seguintes; 23% vêm dos que estão entre os 40% mais ricos, e 18,6% estão entre os 40% mais... Ou seja, se somarmos essas duas aqui, veremos que 42% do total das pessoas atendidas pelo sistema público de saúde brasileiro são os 40% mais ricos.

E há uma coisa estranhamente curiosa aqui: os mais ricos são atendidos pelos hospitais do SUS e os mais pobres são atendidos pelos hospitais públicos. E a razão é simples: os mais ricos vão para os hospitais públicos quando têm doenças caras e crônicas, enquanto os mais pobres vão de qualquer forma.

Então, a idéia é de que na medida em que se está disposto a financiar, com dinheiro público, tratamento gratuito para as pessoas em geral com doenças caras e crônicas, concentra-se os recursos nos 40% mais ricos.

Observe as clínicas e os hospitais do SUS. Há uma distribuição bastante desigual de atendimento de saúde. A tabela seguinte mostra como são distribuídos os programas de transferência, acesso. Aqui é acesso – porcentagem de pessoas. Existem dois programas de transferência relativamente bem localizados: merenda escolar e distribuição de leite. Todos os outros programas de transferência, inclusive o seguro-desemprego, são extremamente mal focalizados. Vejam: 40% das pessoas que recebem seguro-desemprego neste País estão entre os 20% mais ricos. Vou repetir: 40% das pessoas que recebem seguro-desemprego neste País estão entre os 20% mais ricos da população. Isso não está errado, está correto, por incrível que possa parecer.

Tíquete-transporte: 50% das pessoas que recebem tíquete-transporte neste País estão entre os 40% mais ricos da população.

Com esses dados, eu queria mostrar aos senhores que este País gasta uma quantidade relativamente grande de dinheiro nos setores sociais: saúde, educação, previdência, trabalho e assistência social. O problema é que uma parte muito grande desse dinheiro, dadas as necessidades de gasto para a resolução do problema da pobreza, simplesmente é apropriada pelos ricos.

Então, vou propor aos senhores agora, dado o diagnóstico, falar mais cinco minutos sobre soluções.

Ora, se se está gastando mais do que 50% do seu gasto social com os 40% mais ricos, na verdade, está-se transferindo renda de pobre para rico.

Esse padrão de gasto social caracteriza uma transferência de renda de pobre para rico, uma transferência de renda extremamente perversa. Se estamos querendo fazer uma transferência de renda minimamente progressiva pelo gasto social, eu proponho fazer um estudo, retirando, de cada programa desses, metade do que os 40% se apropriam. Retiramos a metade do que os 40% mais ricos se apropriam, por mudança no programa, dando menos acesso. Redesenhamos os programas de tal forma a que não se dê acesso. Darei um exemplo: em vez de dar universidade pública gratuita para os 93% para os 40% mais ri-

cos, cobra-se 50% do custo dos estudantes das universidades públicas gratuitas. Com esse dinheiro, cobra-se 50%. Retira-se metade desse subsídio que se está dando para os 40% mais ricos e constitui um fundo.

Ora, metade de 50% são 25%. Precisamos de 5% para resolver o problema da pobreza. Vou fazer um fundo com esse dinheiro. Como ele gastava 20% do PIB com programas sociais, esse fundo vai ter, na verdade, 25% de 20%. Vinte e cinco por cento de 20% são 5%. É o que preciso resolver o problema da pobreza. Assim conseguimos os recursos e de uma forma extremamente realista. Sem ter que brigar com a área econômica, com o Fundo Monetário Internacional, sem ter que ficar dizendo que o neo-liberalismo é isso e aquilo. Conseguimos recursos dentro da Casa, com as nossas armas, sem brigar com ninguém. Fazemos uma reforma da previdência social, do sistema de saúde e do sistema educacional que gerem uma parte desse dinheiro. Pegamos esses 25%, esses 5% do PIB, fazemos um fundo. Agora teremos que desenhar um programa para usar esse fundo. E tenho uma sugestão. Teremos que fazer a conta direitinho, mas a lógica é a seguinte: qual é o grande problema social brasileiro? Estamos favorecendo os mais ricos e os mais velhos. Para resolver o problema da pobreza, temos que favorecer os mais pobres e as crianças, os mais jovens. Ao mesmo tempo, para favorecer as crianças, tenho que investir nas crianças, mas acabei de falar que investir nas crianças, na verdade, no curto prazo, é um custo. Então a família pode ficar até mais pobre do que ela estava porque, por exemplo, quer-se colocar a criança na escola, se ela trabalhava, vai tirá-la do trabalho para colocar na escola, vai deixar de ganhar dinheiro, conseqüentemente a família vai ficar mais pobre no presente, ainda que no futuro, quando ela estiver formada, educada, ela vai ganhar mais dinheiro para ajudar o pai dela lá.

A proposta é a seguinte: vamos criar um programa de bolsa-escola de verdade, com as seguintes características: o programa terá que dar uma certa quantidade de renda para toda família que mantiver todos os seus filhos, entre seis e dezoito anos, em escolas públicas, começando pelas regiões mais pobres do País e pelos bairros mais pobres das regiões mais ricas do País. Dessa forma, vamos focalizando o gasto por região, de alguma forma, e utilizando a escola pública como uma forma de investir na criança. Isso significa que, no curto prazo, estou melhorando a vida da família, porque estou fazendo uma transferência de renda para aquela família. Quer dizer, estou pegando um dinheiro e entregando para a família. Agora, a família tem um compromisso com a sociedade. Essa renda não é de graça. Eu não estou entregando o dinheiro para essa família porque sou bonzinho. Não estou entregando dinheiro para essa família porque penso que ela precisa de R$50,00 ou R$100,00 a mais. Estou entregando dinheiro para essa família porque ela tem de ter um compromisso com a sociedade de manter seus filhos na escola, de tal forma que eliminemos a pobreza neste País nos próximos 30 anos. Vamos investir pesadamente no capital humano, nas crianças que serão os adultos do futuro e que conseqüentemente serão mais produtivos.

Como já temos capital suficientemente grande, já produzimos um produto com um valor agregado suficientemente alto, o que teremos agora será uma mão-de-obra com alta produtividade, com um poder de barganha para extrair parte dessa oportunidade para ela. No futuro, deixaremos de ter pobres, e no presente diminuiremos em muito a nossa pobreza, porque estamos transferindo renda para as famílias. Provavelmente, não vamos conseguir resolver totalmente o problema da pobreza a curto prazo, mas vamos poder diminuí-la substancialmente a curto prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Relator, o nobre Deputado Roberto Brant.

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Professor José Márcio Camargo, não é surpresa para mim o brilho e o alto interesse da sua exposição. Quero fazer apenas alguns comentários a respeito.

Todos estamos de acordo em que é extremamente ruim a focalização dos gastos sociais no País. E isso é tão mais verdade se imaginarmos que quase 70% dos gastos sociais, ou que poderiam ser enquadrados nessa rubrica, correspondem aos recursos do sistema de previdência em geral, mais o sistema de previdência pública. Outra demonstração cabal da má focalização são exatamente os recursos federais destinados à educação, dos quais mais de 70% destinam-se exclusivamente ao ensino superior.

Eu concordo que, em tese, a operação adequada seja transferir parte desses recursos para programas que sejam verdadeiramente focalizados. No entanto, como Parlamentar que desde o início do Governo Fernando Henrique Cardoso está se envolvendo na tentativa de fazer as reformas, registro que o Congresso Nacional não vai fazer esse remanejamento de recursos. Ele já demonstrou que vê esses números, mas na prática não concorda com eles. Já

fizemos inúmeras tentativas de mudar o sistema de previdência, mas sempre esbarramos exatamente na defesa não vou chamar nem de privilégio, porque esta é uma palavra carregada de conotação ideológica daquela parcela da população que não merece a proteção que o Congresso está lhe dando.

Agora mesmo, há duas horas, na Comissão de Finanças, acabamos de aprovar uma pequena alteração no sistema de cálculo de benefícios do sistema geral de previdência. Na minha intervenção, usei dados utilizados aqui pela Professora Aldeísa Spozatti, que além de ser Professora da PUC de São Paulo é Vereadora do PT. S. Exª diz que 70% dos gastos sociais são da Previdência, sendo que os 40% mais pobres da população só absorvem 19% desses gastos, e os 20% mais pobres, os verdadeiros indigentes, só respondem por 7% desses gastos. Os outros exemplos de focalização são ainda mais chocantes é a primeira vez que tomo contato com eles , principalmente as clínicas do SUS, hospitais conveniados do SUS, etc.

A mesma coisa ocorre no ensino superior quando falamos, quando pensamos em voz alta em estabelecer algum tipo de contrapartida para o ensino pago. Ocorre uma das situações mais injustas: o estudante pobre que à noite cursa o segundo grau, estudando em dois horários e andando de ônibus, não passa no vestibular da universidade federal e vai para a escola privada de má qualidade e de alta mensalidade. Estamos oferecendo a esse estudante hoje um crédito educativo. Ele vai tomar esse crédito educativo, se custear e, quando se formar, vai ficar cerca de oito anos pagando. Se quisermos estabelecer o mesmo regime para o estudante da universidade federal – que ele não pague mensalidade, mas que pague depois de formado –, o tumulto vai-se estabelecer no plenário e não vamos conseguir consenso nisso. Esse é um direito fundamental da cidadania.

Sou absolutamente descrente, porque a chamada elite, acusada de defender os interesses das camadas superiores da população, não está muito disposta a fazer essa transferência, mas os Partidos que representam a base da sociedade lutam até com mais ferocidade para defender esse atual status quo dos programas sociais.

Estou calejado pela minha experiência no Congresso e observo que, quando as pessoas estão fora dele, na universidade, têm um discurso bastante racional. Mas quando a questão passa para o campo político, essa racionalidade praticamente se esvai. Não tenho, então, qualquer esperança de que, num breve espaço de tempo – a não ser que uma crise gravíssima se abata sobre o País –, tenhamos sucesso nisso, embora devamos continuar tentando. Todos os anos devemos tentar uma reforma da Previdência, um novo modelo da educação superior. Vamos continuar tentando, porque o político é a única pessoa na sociedade que não pode deixar de ter esperança.

Quanto à cunhagem dos programas, estou 500% de acordo. É exatamente isso que está em nossas cabeças. Podemos destacar, mas não criar uma nova carga tributária para a sociedade. Não podemos mexer tanto na área do gasto; ou talvez possamos mexer indiretamente. Se subtraio os recursos que financiam esses programas, de alguma maneira vou acabar forçando uma realocação, uma transferência.

Devemos conseguir uma identificação e um destaque constitucional de uma massa bilionária de recursos que seja capaz de dar uma universalização da bolsa-escola para exatamente os mais pobres. Devemos, de preferência, atender os 20% mais pobres. Depois, seriam atendidos os demais e as crianças de seis a dezessete anos. Este é o caminho para a inclusão social. Este é o esforço fundamental. Como falou Dom Mauro Morelli, deve haver um programa de emergência para atender as crianças de zero a cinco anos. Para eles chegarem aos seis anos e terem capacidade de ingressar nesse sistema, devem ter, no mínimo, comida.

Reforçando os laços da família, centrados na mulher, está-se estabelecendo nesta Comissão e na sociedade um consenso. Precisamos universalizar o programa de bolsa-escola – priorizando pelo menos os 20% mais pobres –, um programa de cobertura nutricional para as crianças de zero a cinco anos e algo na área de habitação popular, ou seja, três ou quatro linhas de ação. Uma vez definidos os recursos, precisamos criar um fundo de combate à indigência e à miséria, que ficaria encarregado de fazer um orçamento anual dos programas. A estratégia deve ter parceria com a sociedade civil. Precisamos de uma emenda constitucional para dar pelo menos uma garantia de estabilidade, para que os programas não se percam nas idas e vindas dos desequilíbrios fiscais que vez por outra afetam a economia.

Vamos tentar uma saída por aí. O correto, o revolucionário seria fazer na direção que V. Sª apontou. Mas vamos ter de fazer por caminhos invertidos. À medida em que se assegura que cerca de seis milhões de recursos estarão destinados a isso, de uma forma ou de outra, o financiamento dos outros programas vai se acomodar, embora tenhamos experiência para saber que exatamente os beneficiários, aqueles que estão nas altas faixas de renda, têm muito mais

poder para defender seus benefícios, as suas rendas e as suas transferências que o conjunto da sociedade.

Sua exposição foi extremamente instigante e reforça muito a justeza das linhas que estamos imaginando e sobre as quais estamos tentando fazer um projeto multipartidário para impor à sociedade, se possível com a colaboração do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. De antemão, esclareço que haverá blocos de três inscritos, e nosso expositor dará as respostas.

Faço um breve apelo aos Colegas para que possamos ser um pouco mais sucintos em relação ao tempo.

Indago ao Sr. José Márcio se deseja fazer alguma explanação.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Apenas quero dizer o seguinte: eu tenho que pegar o avião, hoje, para o Rio; devo sair daqui às 17h45min, no mais tardar. Então, temos uma meia hora, pois não posso perder o avião.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Essa observação feita pelo nosso expositor, com certeza, diminui bastante a nossa capacidade de intervenção.

Para permitir que outras pessoas se manifestem, está feito o apelo, porque há, pelo menos, 10 inscritos.

A sugestão de tempo — indaga-me o Deputado — é de cinco minutos para cada um; e vou fazer a admoestação aos quatro minutos. A admoestação é exatamente esta: (Faz soar a campainha.).

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Srª Presidente, Senadora Marina Silva; Professor José Márcio Camargo, às suas observações sobre como o Estado destina recursos sobretudo à camada mais rica, pergunto se não gostaria, também, de acrescentar outro aspecto, que é de extraordinária importância na avaliação que tenho feito: ao longo das últimas décadas, e não apenas neste Governo, uma enorme parcela dos recursos públicos, sobretudo os de natureza financeira, tem sido destinada principalmente àqueles que estão na camada efetivamente mais rica e de maior propriedade do capital — a exemplo do que tem acontecido na destinação de recursos de instituições oficiais de crédito, seja do BNDES, do próprio Banco do Brasil ou de outras instituições oficiais, e na própria maneira como também se destinam os incentivos fiscais creditícios.

Então, como V. Sª não fez referência a esses aspectos, que são de grande importância no orçamento, bem como à forma, por vezes, indireta de destinar os recursos, mas que acabam tendo efeito sobre o orçamento, inclusive em programas como o Proer e o Proes, seria importante que isso fosse objeto de análise. O próprio processo de privatização, segundo o qual o Governo destinou recursos das instituições oficiais para certos grupos privados adquirirem o patrimônio que antes era, pelo menos em tese, da sociedade — patrimônio público — também se constituiu em uma das maneiras de destinar recursos para a camada mais rica.

Porém, gostaria de aproveitar esta oportunidade para, levando em conta a sua sugestão de instituirmos um programa bolsa-escola para valer, indagar sobre qual seria o melhor desenho de um programa de bolsa-escola ou de renda mínima associado à educação.

Como V. Sª conhece a idéia há muito tempo, até porque interagiu na formulação de proposições que hoje estão em prática, avalio que se faz necessário, levando-se em consideração as suas preocupações, destinar recursos sobretudo para aqueles que estão em um patamar de indigência ou de baixíssima renda.

Foi 75 o valor que V. Sª mencionou? Não entendi se foi 75 ou 65.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Sessenta e cinco.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, V. Sª mencionou um valor de meio salário mínimo, aproximadamente, per capita; um valor semelhante ao que, por exemplo, o Professor Rodolfo Hoffman, na semana passada, aqui expôs, quando, usando os dados do PNAD, de 1997, estimou que há 28,4% da população brasileira – então de 153 milhões –, correspondendo a cerca de 44 milhões de brasileiros que estariam vivendo abaixo de meio salário mínimo per capita. Então, na estimativa que ele nos trouxe seria necessário um valor ligeiramente menor para cobrir o hiato, da ordem de 3,16% – estou citando o econometrista para...

Se estimarmos para o ano 2000, pensando no Orçamento do ano que vem, e levando em consideração que o próprio Governo Federal colocou para o Orçamento do ano que vem a soma de um trilhão e setenta e poucos bilhões de reais, isso corresponderia a algo como trinta e quatro bilhões de reais, um valor que é próximo da própria meta que o Governo está tentando realizar este ano, desse superávit primário, algo que, portanto, está perfeitamente ao alcance da sociedade brasileira.

Se o Governo é capaz de gerar um superávit primário desse valor, por que não gerar o suficiente para

exatamente evitar que haja qualquer criança subnutrida, qualquer pessoa que esteja em condições de tanta pobreza?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Temos um minuto ainda, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – De acordo com o combinado, já se passaram quatro minutos, e temos um minuto para conclusão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Levando em consideração os objetivos de erradicar o trabalho infantil, colocar todas as crianças na escola, erradicar a pobreza, para valer, no sentido como o que acabo de mencionar, de pelo menos definirmos uma linha, como de meio salário mínimo, como uma primeira meta para a sociedade no curto prazo, e ainda o objetivo de se multiplicarem oportunidades de emprego na economia, qual o melhor desenho, levando-se em consideração as experiências já havidas aqui no Brasil, seja do Programa de Renda Mínima relacionado à educação de Campinas, do Distrito Federal, de Belém, de Belo Horizonte, de mais de 30 programas em prática, que V. Sª conhece; levando em consideração as experiências de Renda Mínima existentes na Europa, com diversos desenhos, que V. Sª conhece; considerando, também, os desenhos de programas de imposto de renda negativo, como o Earned Income Tax Credit, nos Estados Unidos; levando-se em consideração os objetivos de evitar-se a armadilha da pobreza, a armadilha do desemprego, qual é, na sua avaliação, o melhor desenho?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Está com a palavra, então, o Senador Roberto Saturnino.

Na ausência do mesmo, passo a palavra ao Senador Djalma Bessa, dizendo que o Senador Suplicy foi exemplar a todos nós.

O SR. DJALMA BESSA – Dr. Camargo, o senhor fez realmente uma exposição que deu uma idéia de que há condição, há perspectiva, há modelo para se alcançar, não digo a erradicação, mas a redução sobremodo da pobreza e erradicar a indigência.

Foi, portanto, uma exposição clara e que nos deixou, vamos dizer, animados, quanto à viabilidade.

Veja bem, essa observação que o senhor fez referiu-se expressamente à criação de um fundo. É verdade que é um exemplo. Mas estou frisando e dando relevância a essa sugestão porque qual seria a outra fonte, a orçamentária, que é uma base instável, insegura e que não pode, vamos dizer, determinar uma perspectiva maior de aplicação desses recursos? Sabemos que essas dotações orçamentárias, sobretudo da despesa, estão sujeitas à decisão do Executivo quanto a alterá-las, reduzi-las ou mesmo não as pagar.

De maneira que o primeiro enfoque seria este: se o senhor tem alguma idéia, a não ser o fundo e essa do orçamento, que acho inteiramente inviável, para a cobertura desses recursos.

Depois, veja bem, não sou economista – essa é a minha observação – e o que tem de objetivo é ouvir a sua explicação e a sua orientação. O senhor fez referência a uma variável e deu o exemplo da educação. Realmente, um exemplo muito claro para se entender. Mas o que acontece dentro do quadro atual? Os de curso superior estão tomando os postos de trabalho dos que têm curso médio, e esses dos que têm o curso fundamental. O que está havendo aí? Uma transferência. Um cidadão desses, porque tem uma qualificação maior, toma o emprego daquele que não tem uma qualificação igual à dele. Então, esse trabalho, essa sua sugestão envolve, portanto, a criação de empregos e mais postos de trabalho para abrigar essa gente qualificada. Qual é o setor que mais emprega em relação à aplicação de recursos e ao investimento? É a agricultura, não há dúvida nenhuma, depois, a construção civil, e ainda podem-se alcançar outros setores como o setor de serviços ou turismo e tantos outros. De maneira que haveria, assim, uma certa prioridade para esses setores, como impulsioná-los – vou mais longe – sem o recurso financeiro para desenvolvê-los. Seria, portanto, uma segunda observação.

Essa transferência que o senhor sugeriu, além dessa criação – no caso a que me referi, acredito que se encontre a fórmula –, é uma fórmula viável, mas que não será tão fácil ser adotada. Logo assim, à primeira vista, preliminarmente, o que é que vai se exigir para que um cidadão que se dirija a um hospital desses do SUS seja atendido? Qual será o critério para saber se o atende ou se não o atende? Haveria, portanto, uma certa dificuldade, um obstáculo, e estou certo de que, ligeiramente examinado, vai encontrar a sua solução. Vale a pena ressaltar isso, e o senhor que já examinou isso, tem condições de nos orientar melhor.

Essa referência que o senhor fez às crianças, aos jovens e aos adolescentes, não tem dúvida nenhuma de que é inteiramente válida. E o D. Morelli fez aqui a referência para salvar, sobretudo, as crianças até seis anos. Agora, além dessa situação, veja bem, na parte da família, a família recebe um determinado recurso para manter os seus filhos na educação. É, portanto, uma solução inteligente, porque dá o recurso à família, que por sua vez com esse recurso vai ter

oportunidade de dar aos seus filhos e aos seus dependentes uma maior instrução, uma maior educação.

No que diz respeito a família, qual seria a fórmula para lhe dar cobertura, considerando que talvez esse recurso financeiro que receba não lhe dá melhores condições para alcançar um grau maior de qualidade de vida. Ademais, quero apenas congratular-me e agradecer a sua exposição, que foi, sobremodo, lúcida, didática e altamente compreensível, criativa e inteligente.

O SR PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Professor José Márcio Camargo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Deputado Roberto Brant, espero que V. Exª não tenha razão. Espero que, efetivamente, consigamos, de alguma forma, deslocar recursos para fazer um programa direcionado, efetivamente, para os pobres neste País. Sei que tem tido várias tentativas mas acho que a cada dia esta Casa, este Congresso se torna mais consciente; primeiro da necessidade de resolver o problema da pobreza. Segundo, dessa má alocação de recursos públicos nas áreas sociais. Acho que existe uma dificuldade em resolver o problema, mas espero que o Congresso consiga sair desse impasse e o Governo também consiga criar fórmulas mais palatáveis para a sociedade.

Senador Suplicy, devo dizer a V. Exª que que existem duas coisas importantes na primeira pergunta. Realmente o Brasil gasta muito dinheiro com juros da dívida pública, mas o Brasil gasta muito dinheiro com juros da dívida pública porque se endividou no passado, gastou mais do que arrecadou durante décadas e fez um calote no começo dos anos 90 e voltou a gastar mais do que arrecadou ao longo do tempo, e fez com que a relação dívida/PIB, hoje da ordem de 52%, se tornasse um risco aceitar emprestar dinheiro para o Governo brasileiro. Quando é arriscado emprestar para algum tomador de empréstimo a taxa de juros cobrada pelo emprestador tende a ser muito alta.

Aí é um problema saber exatamente o que se quer fazer. O ponto fundamental que quero chamar a atenção é o seguinte: realmente gastamos muito com juros, esses recursos são recursos dos poupadores. Vou chamar a atenção para o seguinte fato: o pagamento de juros da dívida pública brasileira é pago não aos bancos, mas aos grupos de renda, aos 40% mais ricos que estavam aqui em cima. São exatamente esses 40% mais ricos que se apropriam dos juros que o Governo paga pela dívida pública do País. Os bancos fazem intermediação, eles vão ganhar dinheiro com juros altos. Na verdade os bancos ganham mais com taxa de juros baixos do que com juros altos, porque eles não conseguem repassar todo o custo da capitação por taxa de juro lá na frente. Quando a taxa de juros é muito alta o custo de capitação é muito alto, eles têm que pagar uma taxa de juros muito alta para o "cara" colocar o dinheiro no banco; conseqüentemente, ele não consegue repassar tudo isso para o consumidor. Se a taxa de juros é baixa, a proporção que ele consegue repassar para os consumidores é muito maior do que quando a taxa de juros é alta. Então, do ponto de vista do banco é melhor ter taxa de juros baixa do que alta, ao contrário do que as pessoas normalmente pensam. Mas o ponto fundamental, aqui, é o seguinte: não pagar os juros significa não pagar os 40% mais ricos novamente, não tem nada a ver com os bancos. Este é que é o ponto fundamental, tem até a ver com os donos dos bancos como pessoas físicas, mas não com os bancos como pessoas jurídicas. Este é um ponto que, em geral, gera confusão.

O segundo ponto dessa questão, que é importante, é o caso dos bancos oficiais. Penso que os bancos oficiais deste País são um escândalo, são usados para transferir renda de pobre para rico. Se essa é a sugestão que V. Exª, está dando, Senador, concordo, em grande parte, com V. Exª, os bancos oficiais, no passado –, hoje, não sei dizer, não vou dizer que continuam sendo usados –, em grande parte, foram utilizados para transferir renda de pobre para rico neste País. Então, deve-se parar de dar crédito subsidiado para rico, por exemplo, é uma coisa muito importante, porque isso é uma transferência de renda de pobre para rico. Vou dar um exemplo que é claro: o BNDES dá crédito subsidiado à indústria; esse dinheiro é um dinheiro de impostos, em parte, porque é dinheiro do FATT. Na verdade, o BNDES, quando faz isso, ele está distribuindo renda ao contrário, de pobre que paga imposto para rico que vai lá, pega o dinheiro subsidiado e investe. Esta é uma outra fonte de transferência de renda de pobre para rico. Então, se é para acabar com o crédito subsidiado, vamos arranjar uma forma de acabar com o crédito subsidiado. Não entrei nesses pormenores porque acho que isso é tão mais difícil. Mas novamente vamos estar tirando os 40% mais ricos, quero chamar a atenção de V. Exª para isso, novamente, vamos estar tirando os 40% mais ricos. Da mesma forma, o Proer, a privatização, os incentivos fiscais e creditícios. Quero chamar atenção para o seguinte, só para encerrar esse ponto: toda transferência de renda nesses casos que V. Exª citou são transferências de renda para os 40% mais ricos, toda ela, sem exceção.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E a dificuldade em mudar, Professor José Camargo, é que...

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – São enormes as dificuldades de mudar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – ... ela existe, muito provavelmente são destinados aos 10%, se não a 1%, mais ricos, aqueles que, efetivamente, detêm o capital, detêm o patrimônio na forma do capital, a propriedade sobre o capital produtivo e financeiro no Brasil.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Sem dúvida, vamos discutir isso também. Estou inteiramente aberto, se V. Exª quiser discutir formas de resolver esse problema da transferência de renda. Estou citando os gastos sociais, devo dizer que é um exemplo. Todos esses exemplos que V. Exª citou aqui são exemplos claros de transferências equivocadas de renda.

A segunda pergunta é qual seria o melhor desenho de Programa de Bolsa-Escola. Não sei qual seria o melhor desenho, seria uma pretensão da minha parte ter uma resposta para esta pergunta. Contudo, tenho algumas características de um desenho que pode ser razoavelmente efetivo de um Programa de Bolsa-Escola. Eu acho que se deveria transferir renda para a família e não para a criança. A renda deveria ser transferida através da mãe e não do pai, deve ser transferido renda e não bens, renda efetiva e não produtos porque é mais barato transferir renda efetiva, é mais barato do que custo administrativo. Não deve ser um programa caro, porque, se for caro, é inviável, então, por isso essa coisa do 65..... Dá exatamente isso, Senador, 3,2% do PIB, aí, acrescentei um custo adicional de administrar o Programa, o que vai me dar algo em torno de 5% do PIB.

Não há de ser um programa caro. Algo que seja manejável, do ponto de vista fiscal, creio que é fundamental.

Terceiro. Uma discussão que temos tido há muitos anos: eu tentaria evitar focalizar pela renda da família. Eu tentaria focalizar por algum indicador que apontasse que aquela família é pobre, mas não por quanto ela ganha; não para ela dizer: "eu ganho tanto". Porque, se permitirmos que a família declare quanto ganha para receber aquela renda, ela terá o maior incentivo para declarar que ganha menos do que efetivamente ganha; e o programa ficará mais caro e menos focalizado.

Tenho tentado pensar em formas alternativas de descobrir algum indicador de pobreza que não seja a renda. Tem melhorado devagar. Em algum momento, creio que vou descobrir algo melhor. Mas, por enquanto, a única coisa que posso dizer é que sejam em regiões pobres, tanto das regiões desenvolvidas quanto das não desenvolvidas; que sejam as regiões pobres do País das regiões não desenvolvidas e das regiões pobres das desenvolvidas. Localizar essas regiões e que sejam direcionadas às escolas públicas dessas regiões. De tal forma que ainda que se pegue alguém que não seja pobre será pouco, porque, em geral, rico não mora em região pobre, em 99% dos casos. Então, não vai colocar seu filho numa escola pública de uma região pobre. Você vai pegar, em grande parte, só famílias pobres.

Essas são as características, Senador, que imagino sejam o melhor programa; a melhor forma de focalizar.

Senador Djalma Bessa, realmente não tenho uma alternativa para a criação de um fundo desse tipo. Penso que isso, na verdade, não é um fundo, é um recurso fiscal. O que estou propondo é um recurso fiscal, tirar de uma parte do orçamento e alocar, de alguma forma, diretamente no combate à pobreza. É difícil, podemos pensar em alternativas, mas, realmente, não cheguei a pensar em alternativas desse tipo.

Quanto à questão do emprego universitário, é muito curiosa essa questão, porque educação é algo que aumenta a produtividade das pessoas. Não porque elas sabem fazer bem aquilo que aprenderam, mas porque sabem fazer melhor tudo o que fizerem. Esse é um ponto fundamental. A educação é importante não porque a pessoa aprende a fazer bem aquilo que ela está aprendendo na escola. Aprende a ser médico, não só por isso que é importante. A educação é importante porque o médico faz melhor quase tudo o que faz uma pessoa que só tem o curso secundário. O médico é melhor motorista do que uma pessoa que não freqüentou uma universidade. O economista a mesma coisa. Não é porque ele é economista, médico; é porque ele teve mais educação, tem mais contato com a educação. Conseqüentemente, acaba adquirindo uma capacidade maior de atender ao público em geral. É por isso que a educação é um princípio que se chama de capital humano; é por isso que é importante a educação.

V. Exª deve conhecer os países nórdicos. Lembro-me que quando estive na Finlândia, em Alcinque, a garota que atendia no hotel tinha nível universitário. Ela achava ótimo atender no hotel e ganhava relativamente bem. Porém, ela era uma atendente, uma empregada exemplar, fantástica, de uma educação impressionante. Ela atendia bem, sabia tudo o que esta-

va acontecendo. Sabia como se fazia tudo, como tudo funcionava. Era possível conversar com ela.

Esse é o exemplo de um país nórdico. Mas posso dar um exemplo de um país mais próximo do nosso: Cuba. É um país muito interessante nesse sentido. Uma grande parte das pessoas tem curso universitário, pessoas que estão fazendo trabalhos supostamente menos nobres, exatamente porque não há muita geração de emprego. O que acontece? Às vezes você está no rol do hotel e encontra uma pessoa, com curso universitário, que está te atendendo de forma extremamente eficiente, agradável e interessante. Realmente, é uma coisa interessante. Então, educação é isso. Educação é basicamente isso, ou seja, que as pessoas aprendam a fazer tudo melhor, quanto mais educadas forem. Isso não significa que elas são melhores ou piores do que as menos educadas. Elas têm apenas mais capital humano.

Eu não sei responder como focalizar a saúde. Eu teria que trabalhar melhor isso. Eu teria que perguntar a algumas pessoas, trabalhar melhor esse problema, mas estou certo de que existem formas de focalização do sistema de saúde. Eu acho que é importante ter claro que a idéia de universalizar os serviços públicos é cada vez mais equivocada, não porque não se quer, mas porque é insustentável. É insustentável financiar todos os serviços universalizados. Acho que esse é o problema fundamental. (Pausa)

Eu estou quase na minha hora.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O senhor pode ficar aqui até que hora, professor?

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Eu tenho que estar lá às 18 horas e 35 minutos. Na verdade, eu tenho que estar lá antes, porque o meu vôo sai às 18 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Temos ainda inscritos os Deputados Félix Mendonça, Euler Morais, Marcondes Gadelha e o Senador Juvêncio.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Vamos combinar o seguinte: vou sair daqui faltando dez minutos para as seis horas.

Eu consigo táxi facilmente, aqui?

O SR. PRESIDENTE – (Maguito Vilela) – Não, não, nós determinamos um carro para levá-lo rapidamente.

Concedo a palavra ao Deputado Félix Mendonça.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Mas aos dez minutos para as seis horas. Teremos meia hora para chegarmos ao aeroporto.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – O Dr. Márcio, além de teórico, como economista é extremamente prático. Ele fez um diagnóstico simples, quer dizer, países com indicadores econômicos de países ricos e que têm um grau de pobreza elevado. Ele coloca isso muito bem. Além disso, diz que nós gastamos muito e que temos um volume de recursos significativo para aplicação na área social. Ele fez uma referência à bolsa-escola e já dá uma solução prática, ou seja, que, por meio da bolsa-escola, destinem-se, também, recursos para a família dos pobres. Isso quer dizer que é difícil atingir-se somente o pobre, seja nas regiões periféricas, seja nas regiões pobres do Nordeste. É uma solução interessante. Aliás, o projeto busca exatamente encontrar uma solução prática, pragmática, que seja imediata e que atinja a pobreza. Tenho a impressão de que o Dr. Márcio atingiu exatamente o que nós queríamos e mostrou como é que os recursos vão para os mais ricos. Eles até são também mais ricos por isso mesmo.

Uma coisa que me intrigou foi o senhor dizer que 40% daqueles que recebem seguro-desemprego estão entre os 40% mais ricos.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Entre os 20% mais ricos.

O SR FÉLIX MENDONÇA – Entre os 20% mais ricos, está bom. O percentual de 20% já é mais palatável .

O SR. JOÉ MÁRCIO CAMARGO – Quarenta por cento das pessoas que recebem seguro-desemprego estão entre os 20% mais ricos da população.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Mais ricos da população. Isso é a metade praticamente.

Eram estas as considerações que desejava fazer.

Quero parabenizá-lo pela praticidade com que apresentou o tema e pela solução que trouxe, contribuindo muito para com os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Meus cumprimentos à Mesa, ao Senador Maguito Vilela, á Senadora Marina, ao nosso expositor, Prof. José Camargo.

Creio que nos enriqueceu bastante a sua palestra muito objetiva e didática. Creio que V. Sª mais uma vez confirma a direção dos diagnósticos que estão sendo apresentados ao longo das audiências que temos tido aqui. O senhor, basicamente, restringiu sua proposta à questão do investimento no capital humano. Sem dúvida, esse é um caminho que os países asiáticos mostraram – o Japão , Taiwan, os chamados Tigres Asiáticos – investimento na educação. Evi-

dentemente, uma solução de médio e de longo prazo, e também demonstrou a distorção nos gastos sociais. A questão é: como corrigir? Professor, não podemos correr o risco de estigmatizar, porque quando se gasta no social, normalmente, gasta-se mal e não vale à pena. Em geral, muitos programas foram criados no nosso País e pela pequena distorção em que incorreram, foram extintos, evidentemente deixando de cumprir o seu papel. Penso que devemos corrigir, mas, ao mesmo tempo, não podemos estigmatizar que vale a pena investir no social. Essa é a questão.

Sr. Presidente, gostaria de propor algumas sugestões para a nossa Comissão. Em primeiro lugar, vejo que estamos caminhando com certa ansiedades para ter algumas ações práticas. Dia 27 passado, foi o Dia do Idoso, dia 12 será o Dia da Criança, dia 16 será o Dia Mundial da Alimentação, e o Dom Morelli nos fez um desafio, qual seja, o de começarmos um processo de conscientização, de mobilização de toda a sociedade para que os resultados desta Comissão não fiquem apenas em um documento ou apenas em uma discussão interna. Infelizmente, o nosso Relator não está aqui, mas quem sabe pudéssemos, até o dia 10, ter uma pequena súmula do diagnóstico que fizemos até agora, das principais razões da pobreza e algumas linhas alternativas que já estão sendo propostas para que possamos falar uma só linguagem e aproveitarmos quem sabe o dia 16, Dia Mundial da Alimentação, para começarmos, cada um em seu Estado, a proferir palestras, debates, etc. Esta a minha sugestão.

Sr. Presidente, convido V. Exªs, tendo em vista que dia 21, quinta-feira, prestaremos uma homenagem póstuma ao Betinho, penso que a Comissão poderia, quem sabe, pensar também em alguma coisa que pudéssemos fazer nesse sentido, já que ele sempre lutou pelo combate à pobreza e à fome. E, nesta homenagem, em que o Senador Maguito Vilela e eu estaremos no Rio de Janeiro, aliás, primeira homenagem póstuma, o slogan diz o seguinte: "Agora, é com vocês".

Sr. Presidente, para concluir, ratifico o convite ao Dr. Mengani, entendendo que o momento é extremamente oportuno, principalmente por que Banco Mundial e o FMI estão falando na questão da pobreza.

Finalmente, gostaria que esta Comissão pudesse focar doravante um pouco mais os expositores em propostas, e, se possível, pudéssemos nos debruçar em algumas propostas que já estão aqui, no Congresso. O Senador Maguito Vilela já tem uma proposta de 5% da arrecadação para o combate à pobreza; o Senador Eduardo Suplicy tem a sua proposta de Renda Mínima; há a proposta da Bolsa-Escola, mas ninguém sabe como operacionalizar o orçamento social que o Cristovam Buarque propôs aqui, enfim, como realizarmos um cadastro efetivo do espólio para dirigir uma ação.

Então, faço essas sugestões para que, daqui para frente, a nossa Comissão possa montar uma programação ainda mais objetiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – As sugestões de V. Exª já estão anotadas. Mas, peço a V. Exª que, na próxima reunião, as fizesse por escrito.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO FONSECA – Dr. José Camargo, com alegria o recebemos nesta Comissão que ilustra a questão social brasileira.

Dr. José Camargo, sem quebrar a coluna vertebral de todo o argumento, que entendo espetacular, trouxe-nos muitos subsídios, tanto no diagnóstico quanto na proposta, todas as pessoas, geralmente, não sei se esquecem ou se não levam em consideração a eficiência do Estado em arrecadar.

Fui Prefeito de Campo Grande. Hoje, aquela prefeitura, creio que no seu terceiro ano, não tem preocupação com folha de pagamento. Ela tem vida financeira autônoma, portanto, uma das prefeituras fortes deste País. Conseguimos aumentar em 300% o IPTU; 300% do ISS. Não se cobrava dívida ativa; hoje, cobra-se com aumento de praticamente 500% mensais sobre o que se cobrava anteriormente.

E verificamos que todo mundo fala, é público e notório que há uma sonegação ou elisão de receita no País de um por um. Só aí, já são 100% acima. Reduzindo-se para 25%, para 40 ou 50% é um grande ganho. Das 500 maiores empresas brasileiras, menos de 50% pagam imposto de renda. Dos maiores contribuintes da CPMF hoje, 52% dessas pessoas nunca pagaram imposto de renda.

Então, penso que é preciso colocar o foco também em cima dessa questão da eficiência do Estado, em busca de uma melhor receita. Fazer propostas objetivas, para que possa o Estado, na verdade, buscar recursos, porque sem recursos não se faz nada. Tirar de uma atividade social para outra, tenho a impressão de que, na execução orçamentária, é muito difícil acontecer. Tirar da saúde e da educação para colocar no social mais premente é um pouco difícil. Será que existe aqui uma conivência absoluta, absurda dos ricos e do Estado?

E nós que estamos aqui, políticos, técnicos e homens que estão sensibilizados pela pobreza, temos alguma sugestão boa, objetiva para que acabe, não totalmente, mas que permita alcançar algo contra a sonegação e a elisão?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o último orador, Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, vou ser muito rápido, porque creio que não há tempo para muita elucubração.

Quero cumprimentar o Professor, que apresentou uma linha da qual não vamos poder fugir muito. Mesmo discordando de alguns pontos, acredito que o essencial, o caminho que vamos ter de seguir é, mais ou menos, por aí.

Professor, há um ponto que temos de refocalizar: a questão da saúde. V. Sª deu um nó cego na consciência de todos nós, e vamos ter de desatá-lo agora. Estou aqui com a nossa proposta de emenda à Constituição, em que estamos aumentando os recursos para a área de saúde, especificamente para a área do SUS. Dentro da sua linha de raciocínio, estaremos transferindo mais recursos de pobres para ricos, e vamos votar isso na quarta-feira.

Penso que os seus dados precisam ser objeto de mais reflexão, porque, em primeiro lugar, achamos que o Brasil gasta muito pouco com saúde, ao contrário do que diz V. Sª. Gastamos R$130,00 per capita com saúde. Não vou comparar com países ricos, mas comparando com o Paraguai, com os nossos vizinhos, perdemos por uma diferença brutal.

E a proposta da Comissão de Seguridade Social e de Saúde da Câmara é aumentar esses R$130,00 per capita para R$180,00 ou R$200,00, o que estaria indo contra a linha do seu raciocínio. Para nós, na área de saúde, pobre não se divide em 20%, mais 20%, mais 20%. Pobre para nós, na área de saúde, é todo aquele que não pode pagar um plano de saúde, e, dentro dessa área, estão 130 milhões de brasileiros. Apenas 25% da população podem pagar um plano de saúde, o que corresponde a 40 milhões de habitantes. Cento e trinta milhões, ou seja, 75% são pobres para nós, quer estejam acima da linha de pobreza, quer estejam abaixo da linha de pobreza, porque não podem pagar um plano de saúde. E não pagam um plano de saúde porque não queiram. Em saúde, ninguém discute. Todos, se podem pagar, procuram sempre o melhor. É claro que a assistência médica pelo plano de saúde é infinitamente melhor do que aquela pelo SUS.

Então, estamos tentando dar uma linha de atendimento mínima, condigna, para criar um seguro de saúde para esses 130 milhões que não podem pagar o plano de saúde, e esse é exatamente o SUS. O SUS, nesse momento, está pagando R$7,00 por uma diária hospitalar, R$2,50 por uma consulta médica, situações absolutamente surrealistas.

Assim, penso que é preciso uma reflexão um pouco melhor sobre esse assunto, mas creio que isso não me tira da linha de raciocínio de V. Sª, com a qual concordo inteiramente. Há apenas essa discussão à parte na área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Professor José Márcio.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – A questão do seguro-desemprego é simples. A estrutura do seguro-desemprego é tal que, para se ter acesso a ele, é preciso ter mais de sete meses ininterruptos de carteira assinada e não ter sido demitido no último ano. Só rico. Esquecem-se dos pobres. Os pobres não têm carteira assinada e não têm emprego durante sete meses. Então, não é tão surpreendente assim ser...

O SR. MARCONDES GADELHA – A bolsa-escola quer transferência e, ao mesmo tempo, investimento.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – A questão de não se estigmatizar: pelo contrário, não estou estigmatizando gasto social. A única coisa que quero é que, em vez de se gastar 50% desse dinheiro com os 40% mais ricos, que se gaste 25% desse dinheiro com os 40% mais ricos e que se pegue os outros 25% e se direcione para os 40% mais pobres. É só isso que quero.

Não é uma estigmatização. Vale à pena ter gastos sociais? Sim, vale à pena. Só que quero pegar uma parte dos 40% e distribuir para baixo.

Quanto à questão de arrecadar mais, o problema é o seguinte, Deputado Juvêncio Fonseca: o Brasil é o país da América Latina que tem a maior carga tributária, 32% do PIB. É verdade que há muita sonegação, mas arrecada-se 32% do PIB todo ano; é o país que mais arrecada na América Latina e essa arrecadação equipara-se à arrecadação da economia americana, só é inferior às economias européias, que arrecadam entre 40% e 50% do PIB, que são economias muito taxadas. Na Europa, a propósito, estão até diminuindo o nível de taxação, porque a população não agüenta.

Se de cada um arrecadado um é sonegado, teríamos que arrecadar 60% do PIB. V. Exª pode ter certeza de que a economia não funcionaria. E não funcionaria mesmo que fosse só 50%. Suponhamos

que se aumente a eficiência da arrecadação em 50%: iria para 47% do PIB!. Isso é nível Suécia. Ainda bem que a Receita não consegue arrecadar isso. Ainda bem que ela tem essa ineficiência, porque se ela for eficiente desse jeito, o país não funcionará. Isso é um ponto fundamental.

O problema aqui é que a qualidade dos impostos é muito ruim. Por isso, inclusive, é que há uma reforma tributária tramitando no Congresso. A qualidade, a forma como se tributa é muito ruim do ponto de vista econômico; gera ineficiência, queda de produtividade e outras inúmeras coisas que não discutiremos agora, porque não há tempo. Esse é um ponto fundamental.

A terceira coisa é a questão do SUS. Na verdade não estou propondo acabar com o SUS nem estou propondo tirar dinheiro do SUS. Estou propondo tentarmos fazer com que o SUS contemple mais os pobres. Pode-se até aumentar o dinheiro do SUS. Não sou contra aumentar o dinheiro do SUS, mas que os pobres sejam mais contemplados. Que os 40% mais ricos paguem uma parte daquilo que estão recebendo como serviço. É uma contribuição deles para a sociedade.

O grande problema, deputado, é que quando se dá universidade de graça ou saúde de graça, quem poderia poupar para pagar universidade para o seu filho ou fazer uma reserva para o final da vida, vai à Europa e gasta em Paris esse dinheiro. Ou, se a pessoa não é tão rica, vai para uma estação de águas aqui na esquina e gasta lá esse dinheiro. Se o Estado não presta esses serviços de graça, se a pessoa sabe que para seu filho entrar na universidade ela tem que pagar uma certa quantidade de dinheiro, poupará, porque vai querer que seu filho vá à universidade. Se por serviços como esse nada se cobra, incentiva-se esses 40% mais ricos a não pouparem.

A idéia não é que eles não tenham dinheiro. Eles devem ter dinheiro para ir ao cinema, para jantar fora, para fazer uma viagem de férias de vez em quando etc. É assim que acontece nos Estados Unidos, exatamente assim. Quando as pessoas têm filhos, desde o começo, começam a poupar para pagar a educação dos filhos. É assim que funciona, sabe por quê? Porque eles sabem que se não tiverem o dinheiro para pagar depois do ensino fundamental, já que o ensino fundamental é gratuito para todo mundo, o filho não vai continuar. Conseqüentemente, ele poupa. Toda a sociedade americana, do mais pobre ao mais rico, poupa para poder pagar a universidade do filho. O Senador Suplicy, que morou tantos anos nos Estados Unidos, sabe disso tanto quanto eu. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, vou garantir a chegada dele no aeroporto. Só queria dizer uma coisa ao professor José Márcio: que não tenha tanto preconceito assim sobre a disposição das pessoas que, efetivamente, eventualmente, venham a ter uma renda "x" por mês. Mesmo ali e no único lugar onde há uma renda dessa natureza, as pessoas mais ricas que a recebem normalmente a poupam para os filhos. Esse é o resultado da experiência do Fundo Permanente do Alasca.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Não, Senador, não tenho nenhum preconceito. V. Exª me perguntou qual era a minha opinião sobre o melhor programa, e acho que o melhor programa é aquele que...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos muito, Prof. José Márcio Camargo, pesquisador da PUC, do Rio de Janeiro, que contribuiu muito para com esta Comissão.

Declaramos encerrada a presente reunião, convocando outra para terça-feira, dia 5, quando ouviremos o Ministro Raul Jungmann; e, no dia 7, a secretária Vanda Engel* e a professora Estrela Roda, da UNICEF.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 18h03min.)

13ª reunião, realizada em 5-10-1999

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às nove horas e cinquenta minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Pedro Simon, Alberto Silva, Juvêncio da Fonseca, Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma, Osmar Dias, Sérgio Machado, Eduardo Suplicy, Marina Silva e os Senhores Deputados Euler de Morais, Gastão Vieira, Rita Camata, Laura Carneiro, Marcondes Gadelha, Paulo Marinho, Roberto Brant, Maria Abadia, Xico Graziano, Félix Mendonça, João Henrique, Cláudio Cajado, Fátima Pelaes e Nelson Marchezan, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Foi nomeado Relator **Ad Hoc** o Deputado Euler de Morais. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. A Presidência procede a leitura de expedientes recebidos. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Drº Raul Jungmann, Ministro Extraordinário de Política Fundiária sobre Po-

breza e Reforma Agrária, convidando-o a sentar-se à mesa de trabalhos e concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Roberto Brant, para suas considerações iniciais e, a seguir, ao expositor para responder. Após a Presidência concede a palavra aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Osmar Dias, Juvêncio da Fonseca, Nelson Marchezan, Eduardo Suplicy, Gastão Vieira, Rita Camata, Laura Carneiro, Marina Silva, Maria do Carmo Alves, Félix Mendonça, Pedro Simon, Euler de Morais, Marcondes Gadelha, Romeu Tuma, Paulo Marinho e Xico Graziano. Foi levantada questão de ordem pelo Senador Romeu Tuma para apresentar o Ofício aonde requer seja encaminhado ao Ministro Raul Jungmann. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao expositor para responder as perguntas que lhe foram dirigidas pelos Parlamentares. Após, a Presidência agradece a presença do Ministro Raul Jungmann pela contribuição a esta Comissão e comunica aos presentes a agenda da próxima reunião do dia 07 (quinta-feira). Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Havendo número legal, declaro aberta a 13ª reunião desta Comissão Mista Especial.

Indago os Srs. Senadores e Deputados Federais se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada?

Aprovada.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos.

São lidos os seguintes

(Presidente da Câmara dos Deputados encaminha ofício audiência pública em Fortaleza, CE. O outro ofício é de autoria do Deputado Alceu Collares)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Os ofícios lidos serão colocados em votação no final desta reunião.

Os demais expedientes de rotina já foram à Secretaria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Convido o Deputado Euler Morais para secretariar, como Relator **ad hoc,** os nossos trabalhos.

Tenho a honra e uma satisfação muito grande de passar a palavra ao nosso Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Srª Senadora Marina Silva, meu caro Deputado, a quem aqui tenho o prazer e a honra de rever, Srªs. e Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, vou falar sobre a questão da reforma agrária, tema que, sem sombra de dúvida, tem uma relação muito estreita com a questão da pobreza. E, se o Sr. Presidente me permitir, gostaria de estender algumas considerações a respeito da agricultura familiar, à medida que o tema é extremamente relevante, não apenas para a compreensão da própria reforma agrária como também da questão do emprego, pela questão da pobreza, que é de altíssima significação para todos nós.

Entendo, Sr. Presidente, que este meu depoimento foi antecedido por muitos outros colhidos por esta Comissão, e que o tema da pobreza foi abrangentemente abordado, debatido e discutido, de tal sorte que vou procurar reservar o tempo de que disponho para enfocar a contribuição da reforma agrária ao tema, sem procurar repetir, até porque não teria a competência, a informação e, seguramente, o brilho de boa parte dos meus antecessores, a respeito do tema da pobreza, de um modo geral, no Brasil, porque acredito que, pelo próprio ordenamento dos depoimentos a que tive oportunidade de assistir, já foi objeto de exposição aqui nesta mesma Comissão.

Entretanto, antes de iniciar a minha exposição, gostaria de dizer que considero esta Comissão, Srs. Senadores e Srs. Deputados, da maior importância não apenas para a questão da pobreza em nosso País, mas para o nosso País, para a Nação e para a maioria da população brasileira. De tal forma que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, todas as Srªs. e todos os Srs. estão de parabéns por essa iniciativa. Tenho certeza de que a expectativa que repousa, e a expectativa que temos a respeito do sucesso de todo o seu resultado, ela, sem sombra de dúvida, não será frustrada. Aqui, vamos colher um conjunto de contribuições da maior importância, da maior relevância, para que se aborde, se minimize e até se vislumbre a possibilidade de equacionamento desse problema.

Sr. Presidente, iniciando o tema, em que pese ser um conhecimento geral, é interessante dizer algumas palavras iniciais referentes à origem do problema no Brasil.

O problema da reforma agrária, no Brasil, se inicia a partir da nossa inserção na qualidade de colô-

nia, naquilo que muitos denominam como capitalismo mercantilista que vigia, então, nos quadros do século XVI. O Brasil se insere, de uma forma subordinada, na condição de colônia, e dentro de uma estrutura voltada, basicamente, para a produção de mercadorias a serem exportadas e que implicarão, da parte do país que então surgia, o Brasil, ainda não uma nação, na estruturação da produção, de tal sorte que teremos três elementos centrais.

Esses elementos associados definem nossa inserção. Em primeiro lugar, como eu aqui já disse, a produção de mercadorias para os países centrais, sobretudo para a Europa mormente estamos falando aqui do ciclo do açúcar, mas também do ciclo do ouro e do ciclo do café; em segundo lugar, temos a grande extensão de terra; e o terceiro elemento é exatamente o trabalho escravo.

Esses três elementos se configuram naquilo que se chamou de sistema "plantation" e vão definir em boa medida a questão agrária no Brasil. Por quê? Porque, desde o início, seja no regime das capitanias hereditárias, seja no regime de sesmarias, o Brasil vai-se caracterizar por uma minoria que tem a propriedade da terra, que, então, era pública, porque pertencia à Coroa, ao Estado e uma vasta maioria de excluídos, em especial, exatamente, a mão-de-obra escrava.

Essa situação, Sr. Presidente, não se vai alterar mesmo quando ocorrem uma série de mudanças políticas e institucionais no Brasil. Ela permanecerá, atravessará o Brasil-Colônia, alcançará o Brasil-Império e, mesmo na Independência, a relação agrária não sofre mudanças no Brasil.

É fundamental chamar a atenção para o fato de que, na nossa transição muito importante de nação subordinada, de colônia, para nação independente, haver um marco, no que diz respeito à questão da terra. É a chamada Lei de Terras, Lei nº 601, de 1850. Por meio dessa lei, busca-se modificar o conjunto de relações que vão subordinar a posse, a tenência e a propriedade da terra no Brasil. Por uma iniciativa, inclusive, de um conjunto de liberais, propõe-se, mais ou menos em 1836, aquilo que, em 1850, se chamaria de Lei de Terras ou a Lei nº 601.

Como se originou essa lei? Aproximadamente em 1822, tendo caducado o instituto da sesmaria, tem-se uma espécie de vácuo institucional que só será preenchido em 1850. E o que acontece em 1850? A terra, que até então pertencia à Coroa e, portanto, ao Estado, torna-se passível de ser detida, de ser propriedade de terceiros, ou seja, é a primeira grande privatização no Brasil.

Como é feito isso? Institui-se um recadastramento geral de terras e, a partir de então, é possível àqueles que têm posse adquirir a terra. Isso tem a ver com a mudança da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, e uma mudança na base de todo o sistema ou de todo o aparato produtivo nacional. Na verdade, vedava-se o acesso da mão-de-obra que iniciava o processo de imigração ao Brasil à terra livre, contrariando, por exemplo, o que os Estados Unidos fazem em 1862 quando, através do **Homestead Act**, abrem as suas fronteiras, sobretudo as do Oeste, para que aquele que chegasse primeiro pudesse ter um pedaço de terra. No Brasil, a posição é exatamente inversa: fecha-se o acesso à terra, o acesso às fronteiras e, portanto, mantém-se o **status quo**. Quer dizer, troca-se a base produtiva, a mão-de-obra, mas não há liberalização da terra para que o homem a possa trabalhar livremente.

Esta aí, em boa medida, o nó que carregamos até hoje. Porque, de lá para cá, com a República, a Revolução de 30, uma série de fatos se sucedem, mas pouco muda a situação fundiária brasileira.

O segundo momento de inflexão importante que vamos ter nesse assunto se dá no fim dos anos 50 e no início dos anos 60, e seu momento máximo se dá logo após cinco meses do chamado regime militar de 1964, por meio do Estatuto da Terra. Então, pela primeira vez, a questão da terra é chamada a fazer parte das preocupações, é chamada a se inserir no contexto da legislação, que, de certa forma, leva o Estado a intervir em determinada situação. Estou me referindo ao Estatuto da Terra, de 1964, quando, pela primeira vez, houve possibilidade de realizar uma reforma agrária, seja porque se criou o mecanismo do pagamento mediante títulos da dívida agrária, seja porque, por esse mecanismo de financiamento, foi criada a possibilidade de a desapropriação ocorrer a partir do Estado, seja porque havia todo um conjunto legislativo ao redor do tema da reforma agrária e o desenvolvimento rural se corporifica por meio desse diploma.

Chegando até os dias atuais, eu diria que hoje a nossa situação é mais ou menos a seguinte: há uma legislação que nos possibilita intervir na questão da terra, há uma disponibilidade razoável de recursos para promover a reforma agrária, entretanto, não temos uma reforma agrária clássica ou pelo menos aquela reforma agrária que encontramos nos clássicos, se assim se pode dizer. A reforma agrária tida como tradicionalmente exposta, debatida e que motiva, em boa medida, todo corpus teórico que envolve o tema, é a reforma agrária que, sobretudo, se centraliza na Europa, mas vamos encontrá-la também em to-

das aquelas áreas que foram objeto de expansão colonial européia com variações, regimes os mais diversos , em que o trabalhador tem a posse, mas não tem a propriedade da terra. As grandes revoltas camponesas, as grandes mudanças nos sistemas agrários estão sempre relacionados com essa situação: há certa posse, mas não há propriedade. E essa contradição, na medida em que a propriedade permanece em poucas mãos, vai levar a uma tensão progressiva para a mudança e a tentativa, portanto, de transformar essa apropriação em algo reconhecido no plano legal e no plano do direito.

No Brasil, sobretudo nos anos 70 e 80, houve redução dessa relação de posse, houve um desenraizamento, um processo intenso de migração urbana, que nos anos 50 e 60 caracterizou a relação fundiária brasileira. Hoje, ao contrário, há muito menos uma questão fundiária clássica, por assim dizer, e muito mais uma questão de pobreza rural. O Brasil tem aproximadamente 34 milhões de pessoas no campo e uma PEA de aproximadamente 18 milhões de pessoas. No interior dessa PEA de 18 milhões de pessoas há aproximadamente 8 milhões que sobrevivem ou sem ocupação ou com uma ocupação precária, muitas vezes, sem uma renda monetária ao redor disso. Portanto, há uma característica muito forte, que eu chamaria de pobreza rural, que é acompanhada no Brasil de déficit educacionais, e déficit de saúde e outros mais, configurando, portanto, o campo brasileiro como um locus de desigualdade social, de pobreza e de tensões relacionadas com a necessidade de desenvolvimento. Quando a isso se associa a concentração de terra, então, evidentemente, se tem a dimensão, a razão e o porquê dos movimentos sociais que eclodem no Brasil nos dias de hoje.

É importante dizer, Sr. Presidente, que a reforma agrária no Brasil consegue criar, a um custo relativamente baixo, empregos. Além disso, pelos dados que temos a partir de pesquisas realizadas pela FAO, ela vai conseguir a proeza de manter a renda média do assentado acima da renda média do trabalhador rural brasileiro seja ele assalariado ou não, o que quer dizer que tanto sob o aspecto de geração de emprego como do de geração de renda a reforma agrária é uma estratégia eu diria positiva, interessante no sentido de reduzir a pobreza rural no Brasil.

Associa-se a isso dois problemas que são mais contemporâneos, o do emprego e o da globalização. Sr. Presidente, considero importante trazer esse tema ao debate, em conjunto com a questão agrária e da pobreza rural. Ficam evidentes as vantagens comparativas, seja da reforma agrária, seja da agricultura familiar. Por quê? Em primeiro lugar, porque o custo da geração de emprego no setor formal da economia brasileira supera, em muitas e muitas vezes, o custo da geração de emprego seja no setor da agricultura familiar, seja na reforma agrária. Além disso, como todos sabemos, estamos vivendo os impactos do desemprego estrutural, do desemprego tecnológico em vários setores brasileiros.

Além disso, onde não se verifica o desemprego estrutural, que em algumas regiões pode ainda ser friccional, em outros nem tanto, sobretudo na região Sudeste, mormente no Estado de São Paulo e seu entorno, é também muito claro que hoje as exigências para que se dê a geração do emprego, aquilo que se chama de "empregabilidade", estão mudando com muita velocidade. Isso causa a nós, uma Nação jovem com déficit educacional, em especial concentrado no setor urbano e na pobreza rural, problemas gravíssimos.

Esclareço: uma certa parte do equilíbrio que tivemos na oferta e na geração de emprego no Brasil está relacionada à expansão do setor serviços e do setor industrial no Brasil, que são setores dominantemente urbanos. A expansão de subsetores desses setores, como é o caso específico da construção civil e de outros mais, demandava, e continua demandando em boa medida, uma mão-de-obra semiqualificada, com grau de instrução relativamente baixo ou quase nenhum. Hoje, vemos um mudança nessa relação. Há, cada vez mais, uma exigência de uma mão-de-obra qualificada e com capacidade de operar formalmente o conhecimento.

As populações rurais, como aqui eu já disse, têm um déficit educacional, cultural, de instrução formal muito elevado. Então, essa população, que, nos anos 50, 60, 70 e mesmo 80, migrou e foi, em primeiro lugar, capaz de encontrar emprego nos grandes centros urbanos, já não encontra essa disponibilidade de emprego. Ao que tudo indica, essa relação não tende a se reverter, sobretudo naqueles centros urbanos que são ou que foram mais dinâmicos no passado. Isso porque o processo de intensificação de mudança tecnológica, como também de intensificação de investimento ou maior intensidade de unidade de capital para cada emprego criado, tem, como subproduto, a exigência de uma mão-de-obra mais qualificada. Hoje, a mão-de-obra que migra do campo para a cidade porque ela ainda migra, embora não na intensidade de décadas passadas é exatamente a menos equipada e aparelhada.

Então, de um lado, tem-se a redução da capacidade de absorção, de geração de empregos nos se-

tores urbanos; de outra parte, continuam 23% da população hoje no meio rural brasileiro, ou seja, 34 milhões de pessoas, que, somadas às populações das micro e pequenas cidades, alcançam aproximadamente 50 milhões de pessoas. Isto quer dizer o seguinte: no futuro próximo, a população rural brasileira não vai continuar do jeito que está. Esse é um dos problemas centrais em que se é preciso pensar numa Comissão como esta.

Se se verificam as trajetórias de todos os países capitalistas que seguiram uma certa trajetória, desenvolvendo-se, vai se ver claramente que um dos fenômenos-chave desse processo é a redução da população rural e a ampliação da população urbana. Só que isso vai se dar, nos Estados Unidos e na Europa, em promédios do início do século. Nos Estados Unidos, o grande momento se deu nas décadas de 1910, 1920, 1930, em que se tem o grande processo migratório em direção às cidades, e exatamente quando se tem a explosão da manufatura, a explosão fabril. Não vivemos mais isso; não vamos viver mais isso.

De outra parte, volto a bater muito forte nessa tecla: se essa população migrar e continuar migrando por favor, entendam-me , é um "desastre". Primeiro, porque ela não vai conseguir encontrar emprego aqui; segundo, paulatinamente, haverá menos e menos empregos disponíveis para ela, dadas as exigências em termos da geração desse emprego e dadas, ao mesmo tempo, as condições que ela tem para obter e alcançar esse emprego.

Então, fica claro que, se pensarmos em repetir, por exemplo, a trajetória da Europa com 6% da população empregada no campo, ou 2%, como é o caso dos Estados Unidos, imaginar em repetir essa trajetória, que foi o que se pensou no passado, está fora de cogitação. Temos que ter capacidade de fixar, de gerar empregos, de transformar o meio rural brasileiro em uma fronteira dinâmica de ocupação, que é uma outra questão. Não podemos pensar apenas em termos de emprego. É preciso pensar com largueza, mas pensar também em geração de ocupação no meio rural brasileiro. E aí fica claro que a estratégia da agricultura familiar, que a estratégia da reforma agrária tem uma funcionalidade com a modernidade e com o desafio da globalização. Eu não conheço uma outra alternativa. É claro que a Previdência rural cumpre, sobretudo no Nordeste, um aspecto fundamental e outras estratégias podem ser pensadas. Os números, todavia, são eloqüentes: 34 milhões de brasileiros, 23% da população.

Quando observamos que a agricultura familiar brasileira tem aproximadamente 4,5 milhões de famílias envolvidas, que gira em torno de 25 milhões de pessoas, fica evidente que o "pau da barraca" de qualquer política voltada para geração de emprego e renda no Brasil no meio rural tem que passar, não exclusivamente, pela agricultura familiar. E na medida em que, pelo menos para mim, a reforma agrária é uma espécie de departamento da agricultura familiar, ou seja, a reforma agrária tem a função de ser uma fábrica de agricultores familiares, está claro que uma política pública que contemple o setor de agricultura familiar, e entendendo a reforma agrária como parte desse subsetor, é absolutamente central em uma política de combate à pobreza, em uma política de redução da pobreza, em uma política de geração de emprego e renda para essas massas que aí se encontram, a baixo custo. Não há possivelmente – eu pelo menos desconheço no horizonte – para essa massa da população brasileira outras alternativas que possam vir a ser buscadas.

Esse é o aspecto central, Srs. Senadores e Deputados, daquilo que eu entendo pelo esforço ou pela importância, seja da agricultura familiar, seja da reforma agrária. Acho que a partir daí é preciso pensar alguns problemas, que dividi em dois grupos. Um deles é a necessidade da elevação cultural dessas populações. Por que cultural? Porque é no sentido educacional amplo. Não é apenas o saber ler, escrever e contar. É bem mais. É a apropriação de instrumentos, seja tecnológico, seja de capacitação, seja de gerenciamento, seja de assistência técnica, que possibilitem a esse conjunto ou a esse subconjunto da nossa população elevar os seus níveis culturais e, obviamente, seja permanecendo no campo, ter a capacidade de se inserir em uma cadeia produtiva de forma sustentável e estabilizada, seja migrando para a cidade, porque também não vão ficar todos aí, não resta a menor sombra de dúvida, tendo capacidade de se empregar, capacidade de disputar e competir empregos. Ou seja, ao mesmo tempo em que é fundamental fortalecer economicamente o setor agricultura familiar – sempre entendendo que quando estou falando em agricultura familiar estou me referindo também à reforma agrária –, há uma necessidade de se elevar o nível de informação, de educação, o nível, portanto, cultural dessas massas que se encontram no campo. É fundamental uma política que articule um conjunto de intervenções que hoje se encontram desarticuladas.

Muito se fala no Brasil em projeto de desenvolvimento urbano. Muito se fala no Brasil em reforma urbana. Não se ouve falar em reforma rural. É um tema que não habita, que, de certa forma, não faz parte das

discussões. Mas diria que é preciso também uma intervenção articulada e uma reforma no meio rural brasileiro, ou seja, é preciso que se encontre, como mecanismo de alavancagem a isso, tanto da permanência, com a consolidação de um setor agrícola-familiar, de negócios familiares brasileiros, e aí reforço a questão da reforma agrária. O processo para que façamos não só esse **desideratum**, como também a melhoria dos seus padrões culturais implica uma reforma no meio rural brasileiro. Essa reforma significa, sobretudo, a articulação de pelo menos quatro políticas: a política da agricultura familiar, isso entendida a reforma agrária, a Previdência rural precisa ser devidamente articulada nas suas áreas de intervenção, aquilo que ela representa, o volume que ela alcançou até hoje, inclusive alternativamente, começando a criar políticas de agricultura familiar, por meio de investimento, crédito e infra-estrutura, que podem e devem ser dados, pesquisa e extensão, a determinado município, algo que o Pronaf – a que vou me referir daqui a pouco – já faz. Mas, ao mesmo tempo, alternativamente, para determinados conjuntos, a previdência rural como rede de sustentação, como rede do **welfare** básico, é fundamental. E isso não está claro hoje, isso não é feito com clareza.

Além disso, é preciso pensar em modular a intervenção tanto da saúde como da educação, que, primeiro, devem e precisam ser articuladas no bojo de uma política mais geral. Em segundo lugar, é preciso pensar, sim, ou voltar a pensar, numa educação voltada para o meio rural e, também, em uma saúde que tenha como característica os requerimentos do meio rural brasileiro.

A agricultura familiar hoje é, de certa forma, o vetor dinâmico daquilo que consideramos de importância na intervenção no meio rural brasileiro. Isso não significa desconsiderar – ao contrário – a grande agricultura, a agricultura empresarial, voltada para a exportação, que cumpre, no Brasil, um papel – eu diria – essencial, seja a geração de emprego e renda, seja a capacidade de exportar e, obviamente, de gerar divisas para o País, seja também como fronteira científica e tecnológica. E temos, efetivamente, hoje, grandes complexos agroindustriais perfeitamente integrados, com altíssima capacidade gerencial, e que têm dado uma demonstração cotidiana da sua resistência às crises, da capacidade de ultrapassá-las e de levar à melhoria da integração do Brasil no contexto internacional.

Mas, afora esse circuito, ou seja, afora especificamente esse bloco e o que ele representa, todo o demais efetivamente tem, na agricultura familiar, nos 25 milhões de pessoas que gravitam em torno da agricultura familiar, o seu grande pólo, a atrair e a convocar o conjunto das ações, da intervenção do Estado brasileiro. E quando falo em Estado brasileiro, também gostaria de reforçar a necessidade da descentralização e da integração dessas políticas, em especial no caso da reforma agrária, que permanece integralmente centralizada.

A reforma agrária, quando concebida, em novembro de 1964, no bojo da doutrina de segurança nacional, ficou inteiramente acometida ao Governo Federal. Isso, obviamente, tem que mudar. E para mudar há necessidade não apenas de fazer transferência de obrigações para Estados e municípios, o que é polêmico, mas também de rever as fontes de financiamento público e de, também, prescrever uma alteração na distribuição e na alocação desses fundos, sem o que, efetivamente, a tarefa como um todo fica prejudicada. É mais uma operação desmonte, é mais colocar na ponta uma tarefa como essa.

Muito bem, após esta rápida exposição, Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar fazendo algumas sugestões tanto no âmbito da reforma agrária como no âmbito da agricultura familiar. No âmbito da reforma agrária, considero fundamental, se queremos chegar ao início do próximo milênio tendo, se não resolvido, pelo menos mantido o atual impulso e avançado na direção de assentar o número de famílias efetivamente possível e desejável de ser assentado, dar algumas sugestões a esta Comissão.

A primeira coisa que me parece relevante é que a reforma agrária foi uma política que absorveu, mais ou menos até 1994, 1995, pouco dos cofres públicos. A verdade é essa. Estudo que nós contratamos ao IPEA – e eu o coloco à disposição desta Comissão –, para levantar todos os gastos públicos brasileiros de 30 anos para cá em reforma agrária, dizem-nos que aproximadamente US$4 bilhões, a preço de 1990, 1992, foram gastos na reforma agrária de 1964 a 1994. Na verdade, US$3,9 bilhões, que vamos arredondar para US$4 bilhões. De 1995 a 1998, temos dados consolidados, foram gastos aproximadamente US$7,3 bilhões.

Ora, isso quer dizer que houve, portanto, um incremento exponencial nos últimos anos, que houve um crescimento, em gasto público, com a reforma agrária, muito grande. E aí "o bicho pega". Aí, realmente, você começa a perceber que o conflito distributivo no âmbito da seguridade social, que tem as suas fontes em boa medida, apesar de todas as dificuldades aos assegurados, seja porque as tem de fato, seja porque tem força, tem capacidade de pres-

são. A reforma agrária é uma política do conhecimento geral, mas alcança um subgrupo pequeno de brasileiros. Então esse é um dos dramas. As pessoas dizem que desconhecem a reforma agrária, que não sabem como é a reforma agrária. Mas é claro. A quem compete e a quem toca a reforma agrária? A dois milhões e meio, no máximo três milhões de brasileiros.

Agora, se formos perguntar quem recebe serviço de saúde, vamos para a casa de dezenas de milhões. Então, o entendimento do que é um SUS é muito mais fácil do que é um Procera, por exemplo, que alcança um subgrupo, apesar do crescimento pequeno. Da mesma forma, em relação à educação: 96% das crianças estão no ensino fundamental. Mas, quantas crianças estão, por exemplo, envolvidas pela reforma agrária? Então, isso gera essa disjuntiva de um tema que todo mundo conhece, e conhece sobretudo pelo lado do conflito, que é aquele que aparece, mas não tem o conhecimento, fica como que velado o conjunto dos mecanismos, os produtos e os serviços que aí estão envolvidos.

O que vai acontecer? A política fundiária, nos últimos quatro, cinco anos, vai se configurar como uma política já de escopo intermediário. Não é educação, não é saúde, mas também não está mais no limbo, como estava no passado. Na medida em que ela consegue uma média, nos últimos quatro ou cinco anos, ao redor de 1,8 bilhão, chegando a 2 bilhões e alguma coisa, 1,5 bilhão. Então ela já se configura com um certo porte e passa a ter um peso sobre o Tesouro e os gastos. Neste instante, é preciso pensar em fontes que possam dar conta dessa questão. Porque se não, pela não consolidação do processo de reforma e também pelas nossas vulnerabilidades externas, vamos ter problemas e contrações que são um tanto quanto complicados.

Nesse sentido, vem a minha primeira sugestão: transformar o Imposto Territorial Rural numa contribuição; criar seja um fundo nacional ou sejam fundos estaduais; estabelecer uma vinculação, sei que isso é palavrão para fiscalistas – também os que viram ultimamente o trabalho que muitas vezes se teve de alterar, esse engessamento com o qual nós convivemos e que se tornou abusivo nos últimos anos –, mas a necessidade, dado inclusive o fato de que o Imposto Territorial Rural, que aqui estou propondo transformar em contribuição, foi criado no bojo do Estatuto da Terra e tem uma parafiscalidade enorme – o Secretário Everardo Maciel chega a dizer que aquilo não é imposto coisa nenhuma –, mas dado que a grande, a precípua função dele é restringir ou pelo menos tornar, inverter o mecanismo de concentração de terra ou torná-lo pesado, quer dizer, que o processo de carregar terras improdutivas para especulação se torne pesado. Eu acho que se pode pensar na possibilidade de transformar numa contribuição, que ela possa ser vinculada a um fundo, esse fundo sendo um fundo estadual ou um fundo nacional, do qual estaríamos redistribuindo, e que a arrecadação, a fiscalização e o lançamento fosse estadualizado, fosse tirado das mãos da União.

Hoje, posso dizer, com alguma certeza, que temos uma excelente lei, no caso do ITR, volto a dizer isso, mas, ao mesmo tempo, a União, o Governo Federal, não tem dado demonstração de capacidade de tornar efetivo esse imposto o quanto poderia sê-lo. Seja por conta das atribuições que nós temos em outras atividades, seja pelo fato de que a capacidade arrecadatória de um fiscal da Receita numa grande empresa estruturada é cem, enquanto que numa propriedade rural perdida nessa imensidão do País afora, o tempo que vai tomar, etc. etc. Tirar um fiscal de Brasília, cuja formação não foi voltada para isso... Sei que é uma discussão, sei que há aqueles que defendem inclusive a municipalização do imposto. Eu estou propondo justamente uma instância intermediária, uma maneira inclusive de melhorar a cobrança, a fiscalização, o lançamento desse tributo. Só para dar um exemplo, no caso de Minas há estudos, não são meus, são do Estado de Minas, que hoje arrecada aproximadamente 8 milhões e que se diz capaz de arrecadar 80 milhões. Discute-se se é 48, se é 80, se é 58. Não é inclusive do atual Governo, é do Governo anterior, para deixar isso bem claro, embora seja esposado pelo atual Governo. Esta, então, era uma alternativa. Agora, vinculando esses recursos, a infra-estrutura e a melhoria nos projetos de assentamento, porque você também criaria uma demanda e uma própria pressão sobre a cobrança desse tributo que é importante na dinâmica da alocação da cobrança e da fiscalização do recurso. Esta, então, poderia ser uma alternativa a ser pensada. Entretanto, para assim fazê-lo e para dar a necessária distribuição que nós gostaríamos de dar, seria, também, preciso rever a Constituição. Hoje, a Constituição tem uma certa linearidade, tem uma distribuição que tem uma certa perversidade. Esclareço. O imposto arrecadado, hoje, 50% fica com a União e cai no Cofre do Tesouro e, portanto, cai no conflito distributivo e, ao mesmo tempo, de outra parte, 50% é distribuído na proporção em que ele é arrecado num determinado município. Ora, a arrecadação de determinado município pode não corresponder ao assentamento, à reforma agrá-

ria naquele mesmo município. Então, há que se encontrar alguma paridade ou alguma relação, seja no processo redistributivo, para não penalizar o município em 100%, ou seja de que outra forma for. Eu, então, considero muito importante porque a transformação da contribuição em estadualização é uma estratégia fundamental na direção da descentralização. Essa é outra coisa que considero absolutamente fundamental. O programa permanece, hoje, unitário, a reforma agrária é unitária. O País é federativo. Nós estamos, aí, discutindo e não deixa de ser uma discussão sobre reforma tributária em termos de discussão federativa e a reforma agrária permanece inteiramente unitária.

No meu ponto de vista, é preciso que se reveja essa redistribuição. Eu acho que à União caberia, basicamente, três coisas: em primeiro lugar, seria a formulação das políticas no bojo nacional e acho que a isto não se tem que abrir mão até para um País de dimensões continentais; em segundo lugar, a questão da terra no que diz respeito à desapropriação. Esse tema deveria permanecer em mãos da União até porque, hoje, se identifica em alguns Estados até uma capacidade de promover, até a capacidade de levar adiante um processo desapropriatório e em outros eu não identifico não apenas as condições políticas mas, também, institucionais. Eu, então, acho que o tema da terra, no que diz respeito à desapropriação – o instituto da desapropriação permanece em mãos da União. E o terceiro item seria o crédito, e, mesmo assim, com ampla flexibilidade. Afora isso, tudo o demais – o que diz respeito à infra-estrutura social e física – deveria passar para Estados e Municípios. Agora, passar para Estados e Municípios tudo o que diz respeito à infra-estrutura implica, obviamente, em rever os fundos públicos e rever a distribuição, alocação, o gerenciamento e a tomada de decisão sobre os fundos porque senão não vale; é, na verdade, dar encargos para governos estaduais que já estão em situação muito difícil. Esta, então, seria a maneira de levar adiante um processo de centralização que é urgente, necessário e inadiável no que diz respeito a um programa nacional de reforma agrária.

A outra sugestão que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, diz respeito à questão dos fundos constitucionais. Os fundos constitucionais, hoje, aplicam, aproximadamente, por média, 10% em termos de reforma agrária. A sugestão que faço é que se dobre esse percentual para 20%. Isto, também, no nosso ponto de vista, é extraordinariamente importante porque os fundos constitucionais se encontram naquelas regiões aonde a demanda por reforma agrária é maior e tende a crescer – no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É aí aonde nós temos, aproximadamente, 80% da reforma agrária, não só em termos históricos mas, sobretudo, em termos presentes. Há uma necessidade, quer dizer, hoje, você cresceu, seja no Norte, no Nordeste ou no Centro-Oeste, de uma maneira, por assim dizer, exponencial e ela tende a crescer. Por quê? Porque são zonas de fronteira, porque é lá aonde estão as grandes áreas, é lá aonde existe atratibilidade e assim por diante. Temos um óbice, sobretudo na Amazônia que é preciso se considerar que é a questão ambiental. É fundamental pensar nisto.

Sr. Presidente, permita-me fazer um pequeno desvio aqui para um comentário. Muito se fala na questão da concentração de terras no Brasil, mas é preciso pensar numa coisa. A concentração de terra, hoje, no Brasil, na verdade, está, claramente, em três regiões. O senhor tem as Regiões Sul e Sudeste em cujas divisões de terras são feitas em padrões internacionais aceitáveis. Santa Catarina tem um índice de Gini 0.48, só para dar um exemplo, e 80 ou 90% de suas propriedades pequenas são pequenas e médias.

Paraná não é distante assim, Rio Grande do Sul, idem. E mesmo que subamos para São Paulo e até Minas Gerais, embora o quadro já seja diferenciado, já seja um quadro de transição, a verdade é que hoje para ser desapropriada uma área em Santa Catarina, por exemplo, é preciso fazer cerca de 15 vistorias. No Pará, faço uma e obtenho 10 áreas enquanto que em Santa Catarina para obter uma área faço 10 vistorias. Por quê? Porque ali há um processo de divisão de craqueamento e temos que começar a pensar em outros instrumentos de acesso à terra e não apenas a desapropriação. Ou seja, dadas as dimensões e as características da estrutura fundiária brasileira, cada vez mais pensar em novas formas de acesso à terra, como arrendamento, crédito fundiário, licitação, leilão, **leasing** com opção de compra, enfim, o que houver que signifique acesso que possa ser bancado, possa ser financiado e reduza a pobreza rural vale. Não há por que ter este apego que, de certa forma, muitas vezes identifico na esquerda – e sou alguém que pertence exatamente a essa corrente de pensamento –, estritamente a questão da desapropriação, até porque ela tem hoje alguns problemas, que tenho inclusive buscado aqui denunciar, que são extremamente complicados em termos de recursos públicos.

Mas, se olhamos o País, vamos perceber que o oposto da Região Sul e da Sudeste é exatamente a Região Norte e a Centro-Oeste, onde há megaáreas, ou seja, áreas de 500 mil, 1 milhão de caracteres e assim por diante.

É preciso dizer com coragem que essas áreas são fraudes e não existem. Essa concentração fundiária que temos na Amazônia é uma fraude jurídica e não existe de verdade. Duvido que exista uma área sustentável em termos de cadeia dominial lá em cima superior a 200, 300, 400 mil hectares. Isto não existe. Não é que ela não exista – perceba –, ela existe juridicamente, mas, de fato, não existe. Ela é um esbulho e se formos a fundo vamos ver claramente a ilegalidade do processo daquela área que lá se vê.

Como isso é apreendido pelos cadastros brasileiros, então simplesmente explodimos em termos de concentração de terra porque quando vamos observar o Amazonas é de 0,91, ou seja, de 0,48 vai para 0,91. Mas o que aconteceu? É que recentemente cancelamos 18 milhões de hectares só na Amazônia. E por que se cancelamos? Por uma razão muito simples: o cidadão hoje pega cerca de 2 mil hectares, vai ao cartório e registra como 10 mil, ninguém vai ver. Ele tira 2 ou 3 posseiros, o objeto do conflito, que vamos saber pelos jornais mais adiante, não contente com isso, ele alastra para 100, 150, 200 e registra no cartório. O que é que ele vai fazer? Ele começa um processo de busca de reconhecimento legal daquela área. Como ele faz isso? Através dos cadastros declaratórios, porque no Brasil os cadastros com os quais trabalhamos e dão os índices de Gini que temos aí, em boa medida refletem essa distorção. Então o que ele faz? Ele registra lá que tem 1 milhão de hectares e ele fazia antes com o próprio ITR. Hoje ninguém declara 1 milhão de hectares no ITR, ninguém é maluco para fazer algo assim.

Então hoje já há uma discrepância muito grande entre as bases de dados que atestam exatamente essa questão. Agora o que é que fundamental? De um lado haver uma mudança, muito importante que seja feita, na correção e na fiscalização – sobre o que tenho insistido – nos cartórios de registros de imóveis. É aí onde começa esse processo todo. Mas de outra parte dizer que em boa medida essas estatísticas relativas sobretudo à Região Norte e à Centro-Oeste são ficção. São 139 milhões de hectares, pelo menos, calculo, que têm uma apropriação juridicamente nula. E isso tem o efeito de elevar os níveis de concentração de terra do Brasil efetivamente para o espaço e nos colocar na condição de um dos países de maior concentração. Não é verdade.

Mas ao mesmo tempo é preciso aqui problematizar a questão ambiental. Se vamos querer dividir a propriedade na Amazônia significa aumentar a sua ocupação. E aqui pergunto à Senadora Marina Silva: dá para fazer isso? Dá para sair de 16, 18 milhões para 60,70, 80? Dá para repetir: há sustentabilidade naquela região? Para fazer o perfil de ocupação do Sudeste e do Sul, para que façamos a redução dos índices de Gini como previsto? Como é que vai ser essa parada?

O SR. – *(fora do microfone)*

O SR. RAUL JUNGMANN – Sim, é uma questão central que tem que ser vista. Então, na verdade, primeiro – era isso que queria dizer, fechando essa digressão – esta realidade é juridicamente nula, falsa e se reflete como estratégia em que aquele que busca através do processo ampliar suas áreas e através dos cadastros públicos, ter o reconhecimento legal e dizer: eu tenho, estou aqui. Tudo falso, em grande medida.

O segundo aspecto é a redução dessas áreas. Ou seja, para que se melhore a relação entre concentração de terra e ocupação, deve-se tomar uma decisão a respeito da Amazônia. Gostaria de compartir essa magna decisão com esta Comissão que aqui se encontra. E ainda há um espaço intermediário, que é o Nordeste, onde se encontrará, em faixas litorâneas sobretudo, próximas à costa, zona da mata etc., um processo que lembrará, nas suas tendências, o que há no Sul e no Sudeste, ou seja, uma certa divisão da propriedade, seja natural, seja decorrente da crise, como acontece no presente. Quando se caminha para o sertão, há não só uma concentração hídrica perversa, secular, excludente, como também a concentração de terra, que se reproduz através de seus mecanismos, que é o mecanismo do sertão, da grande propriedade, que vêm com a penetração da pecuária, decorrente do próprio modelo existente há 300 ou 400 anos.

Concluo, Sr. Presidente, colocando mais algumas idéias, mas reforçaria o papel e a importância dos fundos constitucionais. Vou levantar um outro tema...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Ministro, permita-me apenas uma observação. Esses fundos estão inviabilizados hoje. Todos aqueles que tiveram ou estão tendo acesso aos fundos não estão dando conta de pagá-los. É um problema seríssimo que temos que enfrentar no momento, principalmente o FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

O SR. RAUL JUNGMANN – Como, no nosso caso específico, o acesso a esse recurso passa pela equalização, não posso imaginar que um tomador pequeno vá pegar um fundo desse "na veia", então ele vai ter que ter equalização do Tesouro. Mantenho a minha proposta, embora entendendo as dificuldades

e os óbices que foram aqui colocados pelo nobre Senador Maguito Vilela.

Um outro aspecto que é preciso pensar para determinadas regiões ou em determinadas condições, sobretudo voltado para a Região Norte, é a questão de haver novos prazos para resgate de títulos da dívida agrária. Talvez fosse a hora de se pensar no alongamento desses títulos, primeiro porque o peso desses títulos sobre o Tesouro já é ponderável, fruto dos mais de oito milhões de hectares que já foram desapropriados, é preciso pensar nisso também, e a sociedade tem que refletir num **trade off**, se quer mais reforma agrária, e vamos ter uma expansão significativa em termos de recursos, ou se vamos ter que baratear essa mesma reforma agrária.

Uma das alternativas – eu sei – é polêmica, não é fácil, é estabelecer a possibilidade de resgate de 30, 40 ou até 50 anos para determinados títulos das megapropriedades, aquelas que existem. Para deixar bem claro o que estou falando, são aquelas propriedades que existem, algumas delas, acima de 100, 150, 200 mil. Para se trabalhar com uma área como essa e com TDA de resgate de 10, 15 ou 20 anos, não sei se é o caso, sobretudo dada a dimensão que há hoje em termos de reforma agrária.

Quanto à descentralização, já me referi e citaria, para concluir, a necessidade de novas formas de acesso. Isso é muito importante, porque em algumas regiões a funcionalidade da desapropriação tende a reduzir. Sempre lembro o seguinte: a desapropriação é um mecanismo em que em aproximadamente 90% dela temos o controle administrativo, mas em 10% não temos o controle. É mais ou menos um semicírculo. Esse pedaço é eminentemente judicial, o Estado não tem controle, e é preciso dizer que é muito difícil uma avaliação de terras judicial não redundar nesses problemas que estamos enfrentando, é muito difícil, por causa dos planos, dos expurgos inflacionários, das taxas moratórias, dos juros compensatórios. Mais uma vez, faço o pedido de que o projeto de conversão da Medida Provisória nº 1.901 possa ser o quanto antes resolvido e equacionado.

A isso, evidentemente, soma-se a necessidade de associar a terra à educação. Diria que é absolutamente decisivo que todo o processo distributivo... E estamos procurando fazer isso, Sr. Presidente, através de um projeto, que é a menina dos nossos olhos, que é o "Nossa Terra, Nossa Escola".

Durante 30 anos de reforma agrária, foram distribuídos no Brasil aproximadamente 20 milhões de hectares, alguns falam em 30 milhões de hectares. Essa terra é um crédito, uma antecipação, porque deve ser paga. A verdade é que poucas pessoas se dão conta de que a reforma agrária no Brasil nunca foi uma doação, mas também nunca foi cobrada. Nunca se cobrou um centavo. Estamos querendo resgatar essa questão de contratualidade. Não se constrói cidadania com esmola e doação. Qualquer categoria, por mais vulnerável que seja, pode ter a condição de conquistar as suas possibilidades reprodutivas. E os sem-terra, evidentemente, devidamente apoiados, também poderão, até porque esse é o mandamento legal. O que imaginamos? Toda a família que mantiver seus filhos, de 7 a 14 anos, na escola terá um abatimento de 50% sobre o valor da terra. Assim: manteve na escola, pegou o diploma, tem 50% de abatimento. É uma forma de dizer que – e o custo global dessas terras fica em torno de US$8 bilhões ao longo de 30 anos houve uma distribuição de renda e um estímulo à redução do déficit educacional a que me referi aqui no início. Isso já está vigendo e, inclusive, na medida provisória em apreciação neste Congresso.

Passando à agricultura familiar, queria destacar um único aspecto, apesar de haver muito mais e eu já ter me excedido no tempo. Qual é o problema da agricultura familiar? Tem um programa muito bem desenhado, sobre o qual tenho muitos dados, que é o Pronaf. O Pronaf não é uma linha de crédito, mas uma estratégia de desenvolvimento. O Pronaf começou com 30 a 40 mil operações, chegará neste ano a 1,2 milhão de operações. O Pronaf gera uma ocupação ou mantém, melhor dizendo, uma ocupação por R$775. Cada operação do Pronaf gera, aproximadamente, 0,58 ocupação. É, para dar uma idéia, um dos raros programas voltados para um público focado que alcança uma relação com esse público, pois 88% dos beneficiários do Pronaf têm até 50 hectares. É uma medida que exemplifica como ele vai fundo. Mas, não vamos aprofundar as características do Pronaf, pois isso poderia ficar mais à frente, como também os seus problemas. Qual é o problema do Pronaf? Seu problema é a sua dependência do FAT. Aproximadamente 80% dos recursos do Pronaf são do FAT. No momento em que você tem um processo de desaceleração econômica, evidentemente, que se começa a haver um conflito – e há o Planfor, o Projer, o Projer Rural, o Projer Urbano –, começa-se a perceber dois tipos de limites: um é aquele tipo do ciclo, ligado à crise. O outro é que para que se possa estabilizar e dar segurança a esse público da agricultura familiar, início de toda a minha conversa o Pronaf deveria ser multiplicado por 2 e até por 3. E, aí, é preciso dizer que não temos fontes, hoje, disponíveis. O FAT não é o espaço que você possa canalizar esses recursos,

espelhando, inclusive, a própria crise que temos e a necessidade de retomar esse desenvolvimento. A questão de recursos para financiamento do FAT, diria, são da maior importância e urgência, de tal forma que me coloco à disposição, evidentemente, para participar desta discussão.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em linha geral e com desculpa pela extensão do tempo que ocupei , essa é a contribuição que gostaria de dar a esta Comissão que considero muito importante na minha área. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos a explanação do Sr. Ministro. Concederei a palavra ao Relator, Deputado Roberto Brant, e, posteriormente, ao Senador Osmar Dias.

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs e Senhores Deputados, Sr. Ministro Raul Jungmann.

Essa exposição de V. Exª me confortou, para ser sincero. A minha intimidade com a questão reforma agrária vem, exatamente, da sua colocação na agenda política brasileira. E, da forma como é colocada, sempre a considerei uma espécie de anacronismo, pois a questão fundiária foi resolvida nos Países hoje industrializados há mais de 100 anos como bem colocou V. Exª. E a questão importante não é o tempo decorrido, mas as transformações ocorridas na estrutura das economias. Nos Estados Unidos, por exemplo, a repartição da terra ocorreu concomitantemente à ocupação do País. Na Europa, isso ocorreu mais tarde. Mas, em um momento em que a agricultura representava. Como parcela do PIB, tinha uma contribuição extremamente elevada, e o volume de população ocupada no campo também era muito elevado. Situação que, absolutamente, não ocorre mais. Manter no campo esses percentuais elevadíssimos de população, sabendo claramente que a agricultura e o campo representarão, cada vez menos, na formação da renda nacional, penso que seja algo que esteja ocorrendo fora de tempo.

De outra parte, como V. Exª bem colocou, no Brasil real, quer dizer, o Brasil que produz, não há uma concentração absolutamente extravagante de terras. Em relação ao Sul, Sudeste e a zona litorânea do Nordeste, V. Exª apenas confirmou que a gente tinha o pressentimento de que uma concentração é compatível com o padrão da agricultura do mundo, descontadas as diferenças tecnológicas.

Agora, como V. Exª colocou o problema da reforma não como uma questão fundiária, mas como uma questão de pobreza rural, é nessa linha que me sinto absolutamente confortado. Eu tinha muitas dúvidas sobre o programa de reforma agrária exatamente por isso. Porque creio que a questão fundiária é uma falsa questão no Brasil e como uma tentativa de colocar todas as pessoas no campo também é uma falsa questão. Porque nós não vamos manter no campo 30 milhões de pessoas, em primeiro lugar.

Segundo lugar, a agricultura moderna é uma agricultura extremamente sofisticada. O Professor Paul Singer? disse aqui, acredito que ele não disse uma coisa absurda, que, sob certos aspectos, o emprego, na agricultura moderna, é mais complexo que até na indústria. Por quê? Porque o agricultor familiar tem de ser não apenas o operador das atividades produtivas, mas tem de ser o empresário, tem de ter decisões de que produzir, onde vender, que tipo de nível tecnológico adotar.

Então, V. Exª também colocou bem o problema do aprofundamento cultural da população do campo. Não é apenas educação formal. Colocar as pessoas em lotes de terra, até elas alfabetizarem, estão condenadas a reproduzir a miséria anterior. Só que há um certo custo para o Estado. Mas, como uma estratégia de combate à pobreza rural, evidentemente que não poderíamos estar mais de acordo com V. Exª, e creio que o Governo, inclusive nessa perspectiva, devia multiplicar muito o seu esforço.

O que tem atrapalhado um pouco é exatamente a questão política, porque ela joga muita neblina sobre a questão. Essas marchas dos sem-terra, engrossar essas listas dos sem-terra com desempregados urbanos, são atitudes absurdas, porque não há como reverter essas populações da cidade para o campo.

Então a politização da questão da reforma agrária acaba sendo um obstáculo. É evidente que ela é um obstáculo para ampliação e multiplicação dos recursos, porque a população acaba vendo isso como uma solução de um conflito político, quando, na verdade, deveria ser a solução de um conflito social de grande importância, para o qual, num prazo curto e médio, nós não temos outras alternativas.

Então, sob esse ponto de vista, dentro da perspectiva de combate, de reivindicação da pobreza rural, claro que a reforma agrária seja, talvez, a estratégia mais à mão de que dispomos. Agora, eu gosto de vê-la incluída na perspectiva mais ampla da agricultura familiar, porque, para quem tem convívio com a agricultura brasileira, e eu tenho na dupla condição de pessoa que sou votado nas zonas rurais de Minas Gerais e sou também produtor de café, estamos vendo o desmoronamento do pequeno proprietário, de um modo geral. Apesar do Pronaf, o que nós estamos vendo, nos últimos anos, talvez seja até uma recon-

centração da renda, nas minhas áreas, que são aqui no sul e sudeste de Minas, o que nós estamos vendo é a perda de viabilidade econômica para o pequeno empreendimento, para a pequena unidade agrícola. E isso, realmente, para mim, é muito mais preocupante do que as outras questões sociais que vemos com referência a terra. Porque essas pessoas vão acabar deixando ali e vão viver em condições muito piores nas cidades, e as cidades não têm condições de absorvê-las, porque as exigências da empregabilidade moderna exclui essa população, pelo menos durante uma geração, absolutamente do mercado de trabalho.

Gostei de ver o enfoque e a perspectiva com que V. Exª está colocando o problema da reforma agrária. E eu, até este momento, não tinha, inclusive, considerado, com seriedade, o problema da reforma agrária, no âmbito de um programa nacional de combate à pobreza. E, a partir dessa exposição, não vejo como nós possamos fugir do tema.

Nessa perspectiva mais ampla, considerando a agricultura familiar, como um todo, quer dizer, a reforma agrária é importantíssima dentro disso. E isso envolve realmente uma revisão inclusive da prioridade de recursos do governo, porque V. Exª diz que a reforma agrária nesses últimos anos absorveu recursos vultosos. Mas suponho que esses recursos, grande parte deles, sejam destinados à compra das terras, ou seja, sejam destinados para títulos de dívida que serão pagos ao longo do tempo. Ou seja, recursos correntes gastos em infra-estrutura, educação. Uma ação mais maciça não temos podido fazer, dadas as restrições fiscais óbvias por que vive o país.

Acredito que, tirando o problema do alongamento da dívida, principalmente em relação às grandes propriedades – ninguém poderá ser contra isso – seria preciso ter mais recursos para gerenciar, desenvolver e operar os programas, sejam assentamentos ou não. É impossível, a partir dessas colocações, excluirmos o problema da agricultura familiar da questão da pobreza rural. Temos sabido aqui nos diversos diagnósticos que nos tem chegado que cerca de quase 40% dos indigentes brasileiros estão na zona rural, basicamente na zona rural do Nordeste, mas uma parte dela, por incrível que pareça, até na zona rural do Sudeste.

Temos refletido bastante como atingir essas pessoas, porque nas cidades, por menores que elas sejam, temos organizações não-governamentais, podemos introduzir programas de bolsa-escola, podemos fazer programas de educação integral, passando renda para as famílias, quer dizer, essas famílias têm o mecanismo, a forma pela qual chegar até elas é mais ou menos simples. Agora, chegar numa população do campo, que é uma população por natureza dispersa, onde não há instituições da sociedade civil presentes, onde não há uma tradição dos governos municipais de agir, aí há realmente o desafio muito mais poderoso, muito mais intrigante.

Nesse ponto, ações voltadas seja para a reforma agrária seja de apoio à agricultura familiar seria um caminho. Porque essa população realmente é um desafio. Se formos atacar a pobreza e esquecermos a pobreza rural não teremos nem tocado no problema. Talvez essa seja a forma mais aguda de pobreza que exista no Brasil.

E não saio daqui com muitas respostas, mas, pelo menos, cresceram bastante as minhas dúvidas. Agora estou convencido de que sem incluirmos a reforma agrária dentro dessa perspectiva que V. Exª colocou aqui, acho que tinha que ser mais colocado para o país, porque para nós, que somos parlamentares não ligados diretamente ao termo a reforma agrária, parece muito com uma expressão desses conflitos de natureza mais ideológica até do que política, quanto mais para o conjunto da sociedade. Acho que se tirarmos esse falso véu que encobre a verdadeira realidade, quer dizer, estamos lutando contra a pobreza rural, não estamos respondendo a um **slogan** anacrônico, estamos respondendo à pobreza rural, aí ganharíamos uma compreensão muito maior do tema.

Não vou propriamente fazer questões a V. Exª, vou apenas fazer esses registros apenas com a indicação de que saio dessa audiência pública realmente com uma visão inteiramente diferente de como abordar a questão da pobreza rural e das intervenções da reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Sr. Ministro Raul Jungmann, Srªs e Srs. Senadores, primeiro gostaria de comunicar que hoje no plenário do Senado será votado projeto de minha autoria, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que cria a possibilidade de os Municípios e Estados concederem aval para operações de crédito para pequenos agricultores e pequenos empresários.

Creio, Ministro Jungmann, que este é um instrumento que se soma a outros no sentido de dar mais capilaridade, atingir mais o pequeno proprietário. Esses créditos estão muitas vezes disponíveis, mas,

às vezes, há uma grande dificuldade em "enxergar" o público beneficiário.

Ao fazer essa comunicação, gostaria de fazer uma reflexão sobre o avanço na gestão de V. Exª que tivemos nesse processo de desenvolvimento rural. V. Exª disse bem que o programa de reforma agrária não pode ser visto apenas como um programa fundiário, muito longe disso, mas deve ser visto como um programa de desenvolvimento rural. Talvez isso justifique até a junção do programa de agricultura familiar ao Ministério de V. Exª, porque ambos são complementares. Deve ser tratado realmente o problema da reforma agrária no País como um programa de desenvolvimento rural, onde o aspecto social é importante, mas não podemos, de forma alguma, desprezar o aspecto econômico, da viabilidade econômica e técnica.

Nesse sentido, quero dizer que sou bastante confiante em estudos que a FAO realizou já há algum tempo, onde concluiu que um condomínio vivendo na zona rural, ou seja, uma família vivendo na zona rural tem um custo para o Governo de cerca de US$2.800 por ano, ou seja, aquela família vai custar para o Governo US$2.800. Se esta mesma família deixar de viver no campo, como muitas têm deixado de viver no campo, e vier para a cidade, vai custar ao próprio Governo US$7.800 ou US$8.000,00, o que significa quase três vezes mais o custo que ela teria para o Governo se continuasse no campo. Não estou nem falando aqui do custo de um jovem da Febem ou de um presidiário, estou falando, realmente, das famílias que deixam o campo para viver na cidade.

Nesse sentido, é preciso reconhecer e enaltecer o trabalho de V. Exª pela importância que ele tem, no presente, para o País, porque V. Exª conseguiu provar que quando o Ministro daquela área quer, a legislação avança no Congresso Nacional e até podemos, aí, parar com essa discussão de quem é o culpado, porque todos nós somos responsáveis pelo avanço da legislação pertinente àquele setor. V. Exª conseguiu um avanço significativo na legislação agrária do País. Depois que estou aqui, votamos vários dispositivos legais, e destaco o rito sumário, que têm permitido um avanço considerável na distribuição da terra e, sobretudo, na democratização da terra no País.

Também quero destacar que V. Exª tem conseguido, com competência, impor uma linha diferente na reforma agrária no País; onde menos importante do que debater números tem sido debater linhas e idéias, as grandes linhas que conduzem os programas que V. Exª gerencia do seu Ministério, e devo reconhecer, porque estudo bastante esse assunto, que houve um avanço significativo na modernização dos instrumentos e das políticas públicas que estão em vigor, hoje, no País. As proposta de V. Exª vão modernizar um pouco mais no sentido de descentralizar a reforma agrária, mas com o cuidado de não descentralizar apenas a tarefa.

Com todo esse esforço, tivemos, ainda, uma realidade dura. Tenho um dado anotado aqui: de 1985 a 1996, novecentas e cinqüenta mil unidades produtivas deixaram de existir no País. Setenta por cento dessas novecentas e cinqüenta mil unidades produtivas tinham área menor do que dez hectares, portanto é praticamente aquela reforma agrária que estamos fazendo numa direção que está sendo feita na outra direção, ou seja, às avessas. É evidente que se não houvesse essa política hoje gerenciada por V. Exª, não teríamos nem como fazer uma conta, só teríamos um número para um lado: novecentas e cinqüenta mil famílias que deixaram de ser proprietárias rurais e passaram a ser ou candidatos a um emprego no centro urbano, ou candidatos a outro pedaço de terra lá mesmo, na fila da reforma agrária.

Desta forma, Sr. Ministro, acho que todo o esforço que o Governo vem fazendo deve ser louvado, mas deve-se reconhecer que ele tem sido insuficiente para conter o êxodo rural, a desertificação rural no sentido mais amplo da palavra, porque estamos falando da inviabilidade da pequena propriedade, a respeito da qual V. Exª citou o número de quatro e meio milhões, e que podemos considerar que apenas 20% desses quatro e meio milhões são propriedades consolidadas. As outras propriedades, ou seja, a maioria delas, poderíamos dividir em três grupos, onde o grupo de 1/3 poderia ser colocado como propriedades passíveis de serem consolidadas com pequenos investimentos; um outro grupo intermediário que necessitaria de um investimento maior e um outro grupo que acho que são candidatas a seguir o caminho das novecentas e cinqüenta mil propriedades que deixaram de existir e foram incorporadas por outros. Desta forma, acho que, ao lado desta política de distribuição de terras, de viabilização de unidades produtivas pequenas em todo o País, considero muito importante, Sr. Ministro, a preocupação com aquilo que a FAO, hoje, denomina desafio do combate à fome, abordando, neste ano, o tema "Juventude Contra a Fome".

No que tange à última grande safra de jovens do País, todos os dados apontam que o crescimento demográfico nas décadas de 60 e de 70 era muito maior. Havia uma média de seis filhos por família; hoje, baixou para 2,5 filhos. Isso significa que há um grande potencial de jovens à disposição do mercado de

trabalho no limiar do Século XXI, que são, no entanto, também candidatos a uma vaga na escola e no circuito do cidadão – o que torna muito maior a responsabilidade do Governo nesse momento.

Uma vez que não há nenhum Ministério que tenha hoje o poder de gerar empregos como o de V. Exª, que tem sido competente na condução dessa Pasta – repito –, se está depositada nos seus ombros a maior responsabilidade de geração de empregos neste País, sugiro, somando às importantes propostas de V. Exª, uma outra proposta. A realidade do ingresso de jovens no mercado de trabalho indica que há, sobretudo, um êxodo mais intenso nessa faixa de 15 a 25 anos – considerada a faixa etária jovem –, a ponto de haver hoje um déficit de mulheres na zona rural. Atualmente, o abandono mais significativo é o de mulheres – meio milhão a menos na mencionada faixa de idade. Então, muitos jovens deixarão o campo não por opção de emprego, mas até para ter a chance de encontrar uma companheira, porque elas estão deixando a zona rural em busca de outras oportunidades. Assim, Sr. Ministro, entendo relevante que o Ministério de V. Exª tenha algum programa específico que viabilize a permanência desses jovens no campo. Existe um Município no Paraná que implantou essa experiência. V. Exª o conhece e está apoiando. Trata-se do Município de Iretama*, que está criando um programa de assentamento de jovens. Sugiro a V. Exª que faça uma análise do Programa de Casa Familiar Rural, introduzido na França, na década de 30, o qual empreendemos também no Paraná quando fui Secretário da Agricultura. É uma casa familiar – evidentemente numa propriedade pública – na qual os jovens aprendem as técnicas durante uma semana e, na outra semana, transferem o que assimilaram para a sua família. Mas, o que vale nisso não é só fixar as técnicas para aumentar a produtividade e sim o convívio e principalmente o fato de se aprender a vocação rural, isto é, voltar a gostar de viver no campo. Parece-me que, há algum tempo, passou a ser até uma humilhação o jovem lá ficar. Lembro-me de que, quando jovem, morava no campo e tinha vergonha de ir à escola, porque tinha muitos calos nas mãos, os quais me deixavam constrangido. Inclusive eu as escondia quando estava na escola. Tenho a impressão de que se observa novamente esse hábito, qual seja, o de sentir vergonha de viver no campo. Precisamos acabar com isso por meio dessas escolas, que considero importantes no sentido de dar vocação e gosto com relação à atividade rural. Portanto, ao fazer esta proposta a V. Exª, quero dar uma outra sugestão também.

Sr. Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais, que presido, está havendo, hoje, um grande debate, levado a público, até pelo Bloco da Oposição, que fez um requerimento para que o Governo explique o empréstimo de US$2.200 bilhões concedido pelo BID, recurso que deveria ser aplicado para a Rede de Proteção Social, segundo o contrato – ou a carta de intenções – que se assinou com o Banco. Entretanto, na mensagem enviada ao Congresso – ao Senado –, a autorização pedida refere-se à utilização desse dinheiro para pagamento da dívida. Como, reconhecidamente, o Governo já não precisa mais desse montante para aquela finalidade, já que outros recursos estão sendo utilizados para aquilo.

E, como o próprio Ministro Pedro Parente reconhecera, na época, que esse dinheiro poderia até ser aplicado na área social sem prejuízo do objetivo principal do empréstimo, que seria a recomposição das reservas, faço uma proposta concreta: se há um reconhecimento de que não vamos combater a pobreza se não começarmos a combater a pobreza no campo, onde 44% da população vive abaixo da linha de miséria – são 15 milhões, portanto, que vivem abaixo da linha de miséria – e se há o reconhecimento de V. Exª de que o Pronaf poderia aplicar 2 ou 3 vezes mais para encontrar um ponto ideal, faço uma proposta: que esses R$2bilhões e 200 sejam colocados para o ministério de V. Exª diretamente para o Pronaf, para investimentos e não para custeio, para modernização das pequenas propriedades, formando um fundo rotativo, porque ele tem prazo de 20 anos para ser pago, e poderíamos, nesses 20 anos, portanto, ter esse dinheiro girando várias vezes pelo retorno do pagamento desse empréstimo.

Essa é a proposta que faço a V. Exª e, ao mesmo tempo, faço a pergunta se V. Exª concorda em levarmos essa proposta ao Ministro do Planejamento, de Orçamento e Gestão, com quem estarei, hoje, às 18horas e 30minutos. Se V. Exª concordar, levo hoje mesmo e acredito que a Comissão inteira vai aprovar essa idéia, principalmente o Bloco de Oposição, que é autor do requerimento.

São essas as minhas palavras e gostaria de ouvir do Ministro, apenas, alguma consideração a respeito disso.

O SR. RAUL JUNGMANN – Iniciando pelo comentário do Relator Roberto Brant, quero agradecer as suas palavras e posso lhe dizer que uma das coisas que vou levar daqui, com muita felicidade, é a expressão que V. Exª usou no sentido da compreensão ou de uma certa recompreensão, se é que posso criar esse neologismo da coisa.

Quero lhe dizer que o mesmo aconteceu comigo; a trajetória é a mesma de recompreender e, de certa forma, procurar entender a especificidade como isso fica. E queria agregar mais algumas coisas a esse respeito.

A rigor, Deputado – e aí eu queria chamar muito a atenção do Plenário –, temos um problema – vou situá-lo de outra forma, que chamaria de uma transição demográfica. Temos uma queda na taxa de crescimento da população brasileira muito significativa se consideramos os anos 70 até os anos 90. Isso caiu de 2,5%, mais ou menos, algo em 1.3 ou 1.4, se não me falha a memória. Mas, se isso é uma alvíssara, considerando as nossas necessidades que temos, obviamente, de atender a esse conjunto da população, é bom não esquecer que aquelas coortes – esse é o grande problema, nos anos 80 –, agora estão entrando com a taxa lá de trás.

A nossa transição demográfica, ou seja, quando é que essa brecha entre uma taxa declinante da população e o conjunto da população que cresce por conta, exatamente, do crescimento anterior vai se encontrar ao redor de 2.015, mais ou menos, 2.010, 2.015, mais seguramente 2.020. Então, a diferença será muito pouca. Seremos uma Nação madura – para não chamar de velha, porque não fica bem –, mas seremos uma nação madura. Até lá temos um problema de gerar ao ano um milhão e alguma coisa a mais de emprego. Gostaria até que essa alguma coisa a mais fosse bem mais.

Então, o que acontece? Qual é a estratégia? Desafio esta Comissão a refletir sobre isso. Qual é a estratégia nessa transição? V. Exªs agora seriam um misto de presidente da República, ministro do Orçamento e ministro da Fazenda. Então, imagino o seguinte: que decisão, por exemplo, tomar no sentido da geração desse conjunto de emprego? Reivindico desta Comissão uma compreensão no seguinte sentido, que é fundamental. Não fomos nós que vamos determinar, a rigor, porque isso são forças estruturantes no processo de apropriação de expansão do sistema capitalista que vão determinar: não vai vir, ou vamos ficar com 23%. Não somos nós, essa força, não temos como. Agora, o que eu creio que, quando se dá um número: olha, manter uma preocupação, via Pronaf, a 775 penso que se trata de um dado absolutamente concreto.

Há outra coisa importantíssima que eu gostaria de aduzir, Deputado. Hoje, o Sul e o Sudeste vivem no campo aquilo que se chama de pluriatividade, um nome bonitinho, interessante, mas para dizer o seguinte: hoje, de cada três brasileiros que estão no campo, um está gerando renda na agricultura e fora da agricultura, embora esteja lá. Isso abre um espectro para desenho de política pública que não é brinquedo.

Traduzindo: hoje, desses 25 milhões – vamo-nos deter neles –, que são os agricultores familiares, uma parte da família tira renda da terra; outra parte está fazendo artesanato, está trabalhando com "pesque e pague", está prestando serviço na prefeitura, está prestando serviço educacional...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – V. Exª está considerando a pequena cidade como uma expansão da agricultura, da zona rural.

O SR. RAUL JUNGMANN – Isso, exatamente. Quer dizer, hoje temos isso com a maior clareza. Na verdade, isso reflete o que Gilberto Freire, tempos atrás, chamou de fenômeno "rurbano" ou da "rurbanização", que, na verdade, é um processo de urbanização do campo. Traduzindo de outra forma: hoje, se alguém vai a várias regiões deste País afora, vai encontrar serviços de telefonia, serviços de telemática, estradas, energia, **Internet**, telefones, que são típicos do mundo urbano. Eles chegaram lá. Com isso, há um processo tipicamente de diversificação, que, lá nos Estados Unidos, chamam **part time farmer**. Então, são alvíssaras. Portanto, hoje não é preciso fazer mais uma reforma agrária essencialmente agrícola – daí vem o nome.

(Intervenção fora do microfone.)

Pode fazê-la. Então, o que se pode fazer? Hoje trata-se, portanto, essa intensa heterogeneidade. Quando se fala em agricultura familiar, o Deputado Marcondes Gadelha traduz, por exemplo, o nosso sertão, a enxada. Aquilo é agricultura familiar de subsistência. Aquele homem com aquela enxada, plantando a sua mandioca, fazendo a sua farinha, é. Mas, ao mesmo tempo, é também, no interior, em Ribeirão Preto, o sujeito com **Internet** cuidando de **escargots**, fazendo javali, fazendo "pesque e pague", fazendo ecoturismo de albergue. Assim, é essa extraordinária diversidade, heterogeneidade que envolve 25 milhões de pessoas. E há de haver uma estratégia que se acople a isso. E, aí, a questão levantada aqui, que é a questão da renda, passa por aí, nesse meio rural.

Eu só queria dar alguns números, também, para reforçar o que estou dizendo. A agricultura familiar responde por 87% da mandioca, 66% do algodão, 69% do milho, 46% – pasmem – da soja, 26% do rebanho bovino, 37% do arroz e 79% do feijão. A fonte desses dados, basicamente, é o IBGE.

A agricultura familiar responde por aproximadamente 35% de toda a produção agropecuária, quer di-

zer, do PIB agropecuário, e ocupa, aproximadamente, algo ao redor de 40 ou 50% da área total.

O SR. ROMEU TUMA – Na agricultura familiar, as propriedades são de até quantos hectares?

O SR. RAUL JUNGMANN – Da área, Senador. Estou falando da área.

A SRA. MARINA SILVA – Ele está-se referindo à área agricultável do País.

O SR. RAUL JUNGMANN – Ah, não. Da área agricultável do País? Não, não. Aí é menor.

O SR. ROBERTO BRANT – Quero saber até quanto é considerado agricultura familiar?

O SR. RAUL JUNGMANN – Até quanto?

O SR. ROBERTO BRANT – Por obséquio, essa agricultura familiar a que V. Exª se refere corresponde a quantos hectares? V. Exª falou em tantos por cento da área. E quantas pessoas estão envolvidas na agricultura familiar?

O SR. RAUL JUNGMANN – Envolvidas, aproximadamente, 25 milhões de pessoas.

O SR. ROBERTO BRANT – Vinte e cinco milhões de pessoas. E a área?

O SR. RAUL JUNGMANN – Em termos da área agricultável...

O SR. ROBERTO BRANT – Não, a área ocupada pelos 25 milhões.

O SR. RAUL JUNGMANN – A área ocupada por esses 25 milhões? Alguma coisa em torno de 150 milhões de hectares.

O SR. ROBERTO BRANT – Cento e cinqüenta milhões de hectares.

O SR. RAUL JUNGMANN – Do total de 450 milhões de hectares agricultáveis no Brasil, que tem 850 milhões de hectares.

O SR. ROBERTO BRANT – Isso envolve o Brasil todo?

O SR. RAUL JUNGMANN – O Brasil todo. Nós respondemos por aproximadamente isso.

E, ao mesmo tempo, de cada cinco empregos, quatro são de agricultura familiar. Isso é um detalhe importante. De cada cinco empregos, quatro são de agricultura familiar; ou seja, respondemos por 75%.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Ministro, permita-me V. Exª uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Só um minuto. O Ministro está respondendo ao relator e ao Senador Osmar Dias. Gostaria que S. Exª concluísse para, então, os outros formularem perguntas.

O SR. OSMAR DIAS – Apenas para que esses dados não fiquem como reais, gostaria de fazer um esclarecimento. O Ministro está assumindo a agricultura familiar agora. Há alguns dados, evidentemente, que não estão de acordo com a realidade.

Há no Brasil entre 450 e 470 milhões de hectares agricultáveis, dos quais aproveita-se para a pecuária e para a agricultura algo em torno de 150 milhões de hectares – 40 milhões de hectares destinam-se ao plantio de grãos. O resto é relativo a pecuária e culturas permanentes.

Se formos fazer um estudo sobre a agricultura familiar, verificaremos que a área que ela abrange não chega a 20% da área total ocupada. Gostaria de apresentar esses dados, que são do IBGE mesmo. Há uma um número significativo de produtores – atinge 4,5 milhões num universo de 5,2 milhões –, no entanto, se somada a área desses 4,5 milhões, não chega a 20% da área plantada do País.

O SR. ROBERTO BRANT – E quanto é que produz?

O SR. RAUL JUNGMANN – Em torno de 35% do PIB da agropecuária.

O SR. ROBERTO BRANT – Considera-se agricultura familiar propriedades até quantos hectares? 50? 60? 70?

O SR. RAUL JUNGMANN – Varia de acordo com a região, de acordo com o módulo familiar. Pode-se chegar, em algumas regiões, a 100 ou a mais de 100. Oscila entre 50 e 100.

Gostaria de concluir a questão da pluriatividade, que diz respeito à possibilidade de se ter uma estratégia hoje já existente no Pronaf – hoje o Pronaf financia artesanato, pesca, projeto de ecoturismo e também micro e pequenas agroindústrias, visando a uma certa integração.

Passo agora às questões do Senador Osmar Dias. Agradeço-lhe muito, Senador, a generosidade das suas palavras, que condizem com a sua personalidade, o seu jeito de ser. Quero lhe dizer que a iniciativa do Fundo de Aval é decisiva, é fundamental, porque uma grande parcela desses agricultores não tem como dar garantias e fica fora do sistema. Então, ter o Fundo de Aval, encontrar alternativas para o Fundo de Aval é fundamental.

Há pouco, fruto de uma iniciativa do Governo do Estado do Mato Grosso e do Banco do Brasil, criou-se um fundo de aval. A idéia é conseguir estender iniciativa desse tipo para outros estados. Trata-se, no entanto, de um instrumento precário, não é um instrumento que tem a força, por exemplo, da lei.

V. Exª tem razão quanto à questão legal que mencionou. Ou seja, afora os períodos que eu chamaria excepcionais – o Regime Militar e a Constituinte –, nunca um Congresso avançou tanto e aprovou

tanto como de 1997, basicamente, para cá. Aprovou-se o rito sumário, o ITR, a nova lei agrária, a participação do Ministério Público e assim por diante. Essa pletora de iniciativas nos permite dizer o seguinte: o problema não está na terra, o problema é o investimento sobre a terra. Essa é outra coisa para a qual eu gostaria de chamar atenção.

Se todos os recursos que temos hoje disponíveis fossem utilizados na aquisição de terra, teríamos de importar sem-terra, Presidente. É verdade, teríamos que importá-los! Se tomarmos como base o custo médio e, como ele tem caído infelizmente, não vai ser possível exibir aqui, mas o custo médio caiu aproximadamente, de 1994 para cá, 60%...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A queda?

O SR. RAUL JUNGMANN – A queda. São dados da Fundação Getúlio Vargas. Então, o que acontece? Caiu 60%. Assim, hoje, poder-se-ia adquirir uma enormidade de terra. Mas uma enormidade! Quer dizer, o problema não é a terra. O problema é exatamente o investimento sobre a terra. É a escola, o posto de saúde, a eletrificação, a rodovia etc. etc. O problema é esse. O que de novo desloca aquela percepção histórica que se tem quanto à reforma agrária.

Se transformo todos os recursos disponíveis volto a dizer em terra, eu estaria assentando um milhão de famílias, por exemplo, no período anterior. Basicamente um milhão, porque a terra responde por 25 a 30% do custo total imobilizado com relação a isso. Então, bastaria tomar esse valor de 25, multiplicá-lo por quatro: com 300 mil famílias, vou a um milhão. Estaria resolvida a parada, mas o problema mais grave não é esse.

O SR. ROBERTO BRANT – Daria para assentar até aqueles que estão em frente ao Palácio do Paraná.

O SR. RAUL JUNGMANN – Também. Sem a menor sombra de dúvida. Nesse sentido, não tenha dúvida.

Com relação à idéia da Casa Rural: eu a apóio. Inclusive, o desenvolvimento de valores ou a valoração do rural é hoje um imperativo, e isso passa pela cultura e pela educação, para que não aconteça aquilo que V. Exª falou, isto é, a percepção e a valoração daquilo que é rural se impõe no sentido da própria dignificação da vida dessas famílias.

E com relação à idéia do fundo rotativo, em linhas gerais, topo, mas queria conversar com o Senador **a latere**, para discutir a questão, se possível ainda hoje.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

Vamos ouvir três Senadores ou Deputados, naturalmente, e o Ministro responderá de três em três.

O SR. RAUL JUNGMANN – Tudo bem..

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, a questão da reforma agrária tem em V. Exª um esteio principal, e a Nação brasileira tem confiança em V. Exª. Há um apoio irrestrito de todo povo e de toda classe política para que se faça a reforma agrária. Ela é, na verdade, o instrumento do nosso desenvolvimento, da nossa justiça social. A solidariedade do Estado passa por aí. Mas a reforma agrária está em um estágio de grande preocupação para todos nós. Falo, e gostaria que V. Exª entendesse que é sob o ponto de vista de um sul-mato-grossense, principalmente em razão de minha vivência no meu Estado.

Quando colocamos a desapropriação como a questão central da reforma agrária, sabendo-se que para a desapropriação não falta recurso, mas também que a questão maior é a infra-estrutura que se coloca na terra para que ela seja trabalhada e produza riqueza, aí é que penso que está o grande desencontro, porque a visão daqueles que estão acampados ou aqueles que querem ir para a terra é uma visão de que há terra para todos e que o INCRA, o Estado vão lhe dar terra, tanto é assim que acampam nas estradas de maneira definitiva. Inclusive, poderia dizer até que já estamos vivendo uma geração nova de excluídos no País: a geração dos acampamentos das estradas nas faixas de domínio do nosso País. É um espetáculo triste, desolador, de irmãos nossos quase sempre passando fome e alimentados com a utopia de promessa de terra e de que, na verdade, possa alcançar uma geração de riqueza para si e para a sua família. Mas, na verdade, não é bem assim.

Há ausência de recursos para se fazer a reforma agrária completa: terra e infra-estrutura para o trabalho. Em a visão de que a terra chegará em breve e de que se poderá dar tranqüilidade à família gera os acampamentos e também uma impaciência, pois o trabalhador deseja a terra, deseja solução imediata para o seu problema existencial. Assim, acontece aquilo que V. Exª e todos conhecemos, que é a geração da violência no campo. Mato Grosso do Sul não tem mais paz; é iminente o conflito dos Sem-Terra com proprietários rurais, e V. Exª sabe disso. Essa iminência de violência está fazendo, inclusive, com que haja uma evasão de pessoas, de investidores do

campo em Mato Grosso do Sul, diminuindo a população do Estado.

Sei disso não apenas em razão dos acampamentos ou dessa iminência de violência. Na verdade, esse é um fator que também é preponderante para esse desequilíbrio que está acontecendo no nosso Estado. E quando se faz um assentamento, Sr. Ministro, na minha visão de Mato Grosso do Sul, não se implanta escola, posto de saúde, acesso, às vezes falta energia, às vezes falta água. Quantos lugares existem em que não se pode plantar no quintal porque nem água tem. E a prefeitura, aquela mais pobre, a órfã desta República, é que acaba sendo penalizada por tudo isso, pois tem que investir mais em educação, em saúde, fazer acesso, e a demanda social está crescendo. A prefeitura, que já é pobre, empobrece-se cada vez mais. Os que estão assentados estão também desesperados, porque não há uma solução viável para a produção, e os assentados têm a expectativa de tomar posse de uma área que possa, na verdade, dar-lhes solução de vida.

Então, este conflito me preocupa muito. Se há recursos para compra de tanta terra – e parece que há falta de recursos para infra-estrutura, porque ela não vem sendo feita a contento – seria preferível que fossem assentadas pessoas vocacionadas para o trabalho na terra, mesmo que não haja infra-estrutura, como ocorre em grande parte, porque aliviaria a tensão nas estradas, na sociedade, no campo.

Quando me refiro à tensão no campo, Sr. Ministro, baseio-me na realidade que estou vivendo todos os dias. Viajo pelo Estado do Mato Grosso inteiro, durante três, quatro meses. Passo por estradas onde existem pedágio de mulheres e crianças. Elas pedem dinheiro, porque estão acampadas nas estradas, não têm acesso à cesta básica, nem a assistência social. E esse é apenas um exemplo. De Campo Grande a Rio Negro, que são apenas 150km, há mais de cinco acampamentos. Por onde você transita, há o pedágio.

As invasões de terras produtivas – V. Ex.ª receberá hoje, se não me engano, uma delegação de Mato Grosso do Sul – são cada vez mais freqüentes. As pessoas estão acampadas nas estradas na expectativa de receberem terra. E elas querem terra produtiva e não terra improdutiva. Isso é muito ruim, justamente em razão da expectativa de que receberão a terra. E as lideranças dos sem-terra, seja da Fetac, seja do MST, disseram, em Mato Grosso do Sul: "Nós não estamos contendo, nem vamos conter essas invasões, porque condicionamos a mediação entre os sem-terra e o Estado, para desocupação das terras invadidas, a novos laudos de avaliação da terra – se ela é produtiva ou não – e o Estado não aceitou a proposta".

Portanto, o trabalhador rural sem-terra quer a terra produtiva. Não é mais a busca da terra, mas sim a busca do conflito, porque invadir uma terra produtiva contraria a Constituição Federal e afronta as pessoas que trabalham naquela terra, cumprindo sua função social.

Esse conflito é muito sério, pois as famílias estão preocupadas e o Mato Grosso do Sul está dando um passo atrás no desenvolvimento rural. O Estado é eminentemente agrícola e pecuário, a sua riqueza vem da terra, pois ainda não viramos a página da industrialização. E esta, quando chegar, será essencialmente a agroindústria. Como controlar esses conflitos iminentes?

Há proprietários rurais que vão a minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, com as minhas escusas, gostaria que V. Ex.ª formulasse a pergunta, uma vez que há quinze Senadores e Deputados inscritos, e cada um dispõe de cinco minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Terminarei rapidamente a minha exposição para fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) -Obrigado, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA DONSECA – Portanto, é iminente a violência. Recebo proprietários rurais em minha casa, em Campo Grande, desmontados emocionalmente, pois suas famílias estão há até cinqüenta anos trabalhando na área rural, os sem-terra estão invadindo a propriedade produtiva e o Estado, às vezes, não quer fazer nem reintegração de posse, nem restabelecer o direito de propriedade.

Farei uma proposta a V. Ex.ª, inclusive ratificando a do Senador Osmar Dias, que é muito boa. Por que é que não se elabora uma legislação, uma fórmula para que o ITR seja compensado por arrendamento ou comodato de terras rurais? Quem der 10%, 20%, 30% das suas terras não-produtivas ou produtivas – seja de que natureza forem –, para fins de reforma agrária, para produção familiar, será isentado de pagar o ITR ou terá um desconto.

Eu acho que avançaria bastante, porque o proprietário hoje não faz arrendamento – acabaram os arrendamentos – não faz comodatos – acabaram os comodatos – por medo do usucapião e da invasão em sua terra. Portanto, entendo que se deve dar alguma proteção àquele que fizer o arrendamento ou comodato para aqueles que procuram, realmente, se acer-

tar na terra, isentando a terra e dando-lhe garantia de que a sua propriedade será inteiramente ressalvada de qualquer outra invasão.

Ao mesmo tempo, para acrescentar algum coisa a mais – não sei se tem –, considero que deve haver um cadastro local dos sem-terra, porque o superintendente do INCRA de Mato Grosso do Sul – esse é um exemplo que trago da Cidade de e uma certa região desse Estado –, mesmo tendo um número suficiente de famílias para ser assentada, queria trazer mais 30% ou 20% de fora para misturar com aqueles, excluindo, inclusive, as algumas famílias locais. Isso é muito ruim, traz um conflito generalizado no campo.

Então, são essas as duas propostas que trago, inclusive radicando a proposta do nosso Senador Osmar Dias, que considero também muito importante para a solução do problema. Agradeço a atenção de V. Exª e digo mais uma vez que a sua presença à frente do Ministério traz-nos bastante tranqüilidade, pelo fato de V. Exª sempre dialogar e conversar aberta e francamente conosco. Sua atitude, inspira-nos um forte sentimento de confiança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra o ilustre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr. Presidente, Srªs e Srs Congressistas, Sr. Ministro, em primeiro lugar não preciso dizer da minha alegria em ouvi-lo mais uma vez, tendo em vista a sua capacidade, o brilhantismo da sua exposição e o conhecimento que V. Exª tem da matéria, Sr. Ministro.

Como meu tempo é contado, não vou me perder muito em elogios. Peço escusas por ter-me ausentado. Estava-se fazendo uma homenagem ao **Correio do Povo** lá na Câmara, e, dado o mérito que tem o **Correio do Povo** na imprensa brasileira, tive que me fazer presente lá.

Sr. Ministro, quero fazer minhas as palavras do Senador Osmar Dias sobre o Pronaf. Acho que o Pronaf é o grande instrumento de introdução de tecnologia e de diversificação de culturas. Creio que foi a coisa mais importante que aconteceu nos últimos tempos e entendo que esse mecanismo deva ser ampliado e aperfeiçoado. Acrescento apenas que é preciso profunda atuação na comunidade local dos municípios. Onde há municípios atuante, onde há estrutura já funcionando se operam verdadeiras transformações. Porque, hoje, se o mais importante é não distribuir terra, seguramente o mais difícil não é produzir, o mais difícil é comercializar. Então, é preciso haver uma produção com mercado certo, com integralização, porque a tecnologia hoje numa cidade de pequeno porte, se uma família decide produzir pepinos com tecnologia, ela inunda o mercado. Se duas famílias resolvem produzir tomate com tecnologia, com plasticultura, o tomate sobra e vai para os porcos. Então, é preciso que haja identificação do produto e sua integralização. É por isso que no Sul, por exemplo, a avicultura funcionou bem na medida em que se integralizou. Enquanto não se integralizava não havia avicultura. Com relação à suinocultura, é a mesma coisa. Por quê? Porque são produtos que na tradição são de safra e na safra eles abarrotavam as indústrias, o preço ia ao chão e se formava todo um ciclo facilmente imaginável. Portanto, entendo que o Pronaf deve estar profundamente ligado a esta idéia de ter o mercado e a integralização. Isso facilita grandemente, e onde ele está operando ele funciona.

Essa é a primeira observação que queria colocar, a qual pode passar desapercebido, mas para nós, que conhecemos e percorremos o Estado, que somos filhos de agricultores, isso é visual, é facilmente apreensível.

Segunda observação, baseado na intervenção de V. Exª de que a terra não é mais importante, é preciso a escola, cooperativa, etc., queria dar uma notícia a V. Exª, a qual recebeu seu apoio. Domingo, se inaugurou um assentamento de 80 famílias em Bagé, ao lado da colônia nova, que já tinha cooperativa, igreja e escolas. Comprou-se a terra por R$ 800 o hectare, bem mais barato do que as terras compradas pelo INCRA, segundo o seu livro branco, que tive a honra de folhear.

Então veja, a segunda sugestão é sobre a possibilidade de – tenho a visão do meu Estado, onde há centenas de cooperativas – acoplar a elas projetos de assentamentos de legítimos filhos de agricultores, aproveitando a estrutura das cooperativas, das escolas, da igreja, da comunidade e do hospital, como ocorre na cidade de Bagé.

O Milton Seligman esteve lá a seu tempo, combinado com V. Exª. Podemos verificar agora que o que idealizamos está implantado e, quando o Governo do Rio Grande do Sul completar com a fruticultura irrigada por gotejamento, teremos um modelo para toda aquela fronteira.

A terceira observação, Ministro, é a seguinte: no Rio Grande do Sul, sou favorável à reforma agrária por compra, por desapropriação e tudo o mais. Mas, no Rio Grande do Sul, há alguns assentamentos próximos a Porto Alegre, terras excelentes que as pessoas já venderam duas, três ou quatro vezes. Alguns assentamentos no Rio Grande do Sul não ocasionaram melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas

e não se estruturou a produção. O que fazer com isso, Ministro?

Não seria possível tentar melhorar um pouco os assentamentos para que eles pudessem realmente representar um ganho para essas famílias? Muitas delas – não sei se foram mal selecionadas, se estiveram muito tempo fora do setor agrícola, se viveram muito tempo em área urbana, se não se montou um projeto do que produzir, para quem vender – são formadas por pessoas que aparentemente não ficaram mais felizes, não estão ganhando ou vivendo melhor, apesar dos gastos que estão sendo feitos. O que fazer nesse projeto?

Sou totalmente a favor da mudança na estrutura agrária. Registro que a tributação do Governo, o PRONAF e outras medidas, no meu entender, representam um conjunto que está ajudando a melhorar a estrutura agrária do Brasil.

Desejo a V. Exª muito sucesso, porque sei que é isso que o Brasil deseja da reforma agrária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos ao Deputado Nelson Marchezan, que atendeu ao prazo estipulado.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Depois, o Sr. Ministro responderá as perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Srª Vice-Presidente, Senadora Marina Silva, Sr. Ministro Raul Jungmann, V. Exª iniciou a sua exposição com o histórico da estrutura fundiária brasileira desde os primórdios do descobrimento, salientando como ela foi tão concentrada por fatores históricos desde, por exemplo, o episódio das capitanias hereditárias, a lei de terras de 1850, e assim por diante.

V. Exª reconheceu que tivemos uma estrutura fundiária extraordinariamente concentrada em função de tantos problemas que caracterizaram esses fatos, inclusive o processo de escravidão. O que podemos observar é que a reforma agrária, ao longo desses 500 anos, foi feita principalmente no sentido inverso, ou seja, naquele de se concentrar a propriedade, ou até mesmo de primeiro definir a instituição da propriedade privada, em um lugar onde antes havia a propriedade comum dos que habitavam o Brasil há quinhentos anos.

Precisamos analisar o ritmo de realização de reforma agrária nessa perspectiva. Assim, quando por vezes o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso tem mencionado que nunca se fez tanta reforma agrária como no período recente, com um número acelerado de assentamentos em relação ao passado, o que precisa ser considerado é que quase nada foi feito anteriormente. Podemos recordar que, desde que começou a haver presidentes eleitos, após o regime militar, pouco se fez. Embora o Presidente Fernando Collor houvesse colocado como sua meta assentar 500 mil famílias em cinco anos, na verdade, pouco fez nos dois anos e dez meses em que governou, com a justificativa de que o Congresso ainda não havia regulamentado o que estava na Constituição. A sua saída praticamente coincidiu com a regulamentação da lei referente à desapropriação.

Durante o Governo Itamar Franco, houve algumas dezenas de milhares de assentamentos. O Governo Fernando Henrique, ao ter assentado cerca de 280 mil famílias em quatro anos, na verdade, iniciou o processo depois de um longuíssimo período em que nada foi feito. Tendo assentado cerca de 80 mil famílias por ano nos primeiros quatro anos, observamos que, em 1999, pela informação que V. Exª tem divulgado, uma desaceleração dos assentamentos.

V. Exª, outro dia, enviou-me um telegrama e eu respondi que eu havia estado no seu gabinete e prestado a informação correta que V. Exª me transmitiu. Até 15 de setembro – e eu gostaria de saber hoje – havia o Governo, neste ano, assentado 30 mil ou 31 mil famílias, sendo a meta para este ano – e o Governo tenciona realizá-la – assentar cerca de 85 mil.

Gostaria de assinalar que, ainda que V. Exª expresse que o início do ano é, normalmente, um período mais difícil de reorganização, tenho uma pergunta. Seria próprio, se fosse um novo Governo, que houvesse um período de adaptação, de reorganização, de atraso no ritmo de assentamentos. Por que razão, sendo este o quinto ano do Governo Fernando Henrique, sendo V. Exª o mesmo Ministro que prossegue a administração, houve essa desaceleração, de forma a termos, em 1999, um número de assentamentos bem menor do que o realizado no ano passado? Efetivamente, vai ser possível ao Governo atingir sua meta, que eu considero modesta dada a estrutura fundiária existente?

V. Exª explicou os ajustes de informação com respeito às três áreas: Sudeste e Sul, Centro-Oeste e o Norte e o Nordeste, com diferentes níveis de concentração. O último atlas fundiário que o INCRA publicou, de 1996, com base se nos dados de 1992, indica que 2,5% dos maiores proprietários de terra detinham aproximadamente 57% da área agricultável do País. Foi um dado que muito impressionou a todos. Desde então, o que aconteceu? Conforme informações de que dispomos do IBGE, nesta década houve um deslocamento de mais de um milhão de pessoas da agricultura e para a área urbana.

Certo dia, quando, saindo da posição de Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, o professor Guilherme Dias havia mencionado que, durante o período em que ele ficou no Governo Fernando Henrique Cardoso – à época em que era Ministro José Eduardo Andrade Vieira –, haviam saído da agricultura cerca de 400 mil pequenos proprietários.

Eu gostaria de saber, primeiro, qual é a efetiva saída de pequenos proprietários do campo, no período Fernando Henrique Cardoso. E, levando em consideração a saída de tantos pequenos proprietários das áreas rurais e, por outro lado, os assentamentos, qual seria hoje o diagnóstico mais próximo possível da realidade com respeito à estrutura fundiária real do Brasil? Tem o INCRA*, tem o Ministério de Assuntos Fundiários uma informação razoável? Que evolução tivemos, desde 1992 para 1999? Qual é o dado mais atualizado que o Governo tem com respeito ao estágio atual da estrutura fundiária?

Gostaria de perguntar também relativamente à evolução, não apenas do ritmo de assentamentos, mas de gastos efetivos que o Governo vem realizando na questão da reforma agrária, porque, se examinarmos aquilo que o Governo divulga na Secretaria do Tesouro Nacional, o resultado primário do Governo central, a evolução de gastos, por exemplo, de abril a dezembro de 1998, é que, para desapropriação, foi evoluindo: 32,7, 26,1, 44,5, 16,2, 40,7, 84,2 em setembro; 85,1 em outubro; 97,7 em novembro, e 96 em dezembro de 1998. Note, Sr. Ministro, que há uma evolução constante.

Isso coincide com o período em que o Governo Fernando Henrique, por ocasião das eleições, dos anúncios que fazia, estava indicando que iria acelerar a realização da reforma agrária, mas: janeiro, 33,2 milhões de reais; fevereiro, 21,4...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, com as minhas escusas, o tempo de V. Exª já se esgotou há cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – ...Uma desaceleração.

A última pergunta, se me permite o Presidente, refere-se à questão do Imposto Territorial Rural.

Sr. Presidente, eu agradeceria se o Ministro puder comentar, já que S. Exª disse estar satisfeito com a tributação do Imposto Territorial Rural, em que medida, por que V. Exª se diz contente quando esse imposto...

(Intervenção fora do microfone.)

Perdão.

(Intervenção fora do microfone.)

Ah, disse o contrário. Então, quero...

(Intervenção fora do microfone.)

Insatisfeito. Pois bem. Então, eu, que também avalio que o Imposto Territorial Rural está muito aquém do que poderia ser, em relação aos seus objetivos, inclusive de promover maior justiça, gostaria de pedir o seu comentário sobre a evolução do mesmo, uma vez que, em 1996, correspondeu a 14 milhões 962 mil, em 1997...

(Intervenção fora do microfone.)

Foram 14,9 bilhões; em 1997, dezesseis e trezentos; 15 bilhões e 600, em 1998; 15,9 em 1999; uma revisão do orçamento de 16,7 e, para o ano que vem, um crescimento modesto para 19,3, correspondendo, Sr. Ministro, a uma participação decrescente em relação ao total de receitas correntes, porque era 1% em 1996, aproximadamente, e vai decrescendo se examinarmos 1999... Por exemplo, em 1999, considerada a revisão do orçamento, corresponde a 16,7% sobre R$226 bilhões do total de receitas. Peço a V. Exª que analise por que está muito aquém do que poderia ser o ITR no cumprimento de funções inclusive de realização de justiça fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN – Em primeiro lugar, agradeço as palavras gentis do Senador Juvêncio da Fonseca. Não devemos afirmar a respeito de um terceiro aquilo que não conhecemos. Credito à sua generosidade as suas palavras. O seu Estado teve, ao longo deste ano, quarenta invasões de terra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Oitenta e uma até agora.

O SR. RAUL JUNGMANN – Tenho um sistema que está à disposição de V. Exª. O Mato Grosso do Sul aparece, atrás do Paraná, mais ou menos no mesmo nível de São Paulo e de Minas Gerais, atrás de Pernambuco, meu Estado, e de Alagoas, que são os que lideram. Em princípio, estaria entre o quarto e o quinto lugar. Há quarenta aqui. Trata-se de dados consolidados. Nos últimos seis meses, temos tido o menor número de invasões de terra dos últimos quatro anos, considerando por região. Devo divulgar esses dados oportunamente. Em toda a Região Centro-Oeste, houve cinco invasões de terra em setembro. Evidentemente, os dados podem ser outros. Existe um sistema de acompanhamento. Particularmente, durante o primeiro trimestre, houve um grande acumulado de ocupações de terra, entre janeiro, fevereiro e março. Em seguida, há uma queda absolutamente exponencial, talvez a maior, inclusive, o ponto em que o gráfico mostra o ano de 1999 como o mais baixo do quadriênio.

Entretanto, V. Exª nos formula duas questões que gostaria de responder de pronto. A primeira refere-se à possibilidade de uma relação entre ITR, arrendamento e comodato. É interessante. Gostaria de vê-la desenvolvida sob a forma de um projeto. Tenho defendido sempre a necessidade de se pensar em todas as formas e buscar a máxima flexibilidade no que diz respeito ao acesso à terra. A imagem de que a desapropriação pune é algo absolutamente desfocada. É o inverso. A desapropriação não está punindo. Pode existir um ou outro caso, mas, na grande maioria, não há relação alguma. Em grande parte, é um privilégio, e o Ministro Extraordinário de Política Fundiária o confirma. Sei que existem casos em que ocorre punição, não estou negando. Na verdade, gostaria de tornar disponíveis os números. Inclusive, elaborei um livro branco que aborda a questão, que é muito mais abrangente.

Sou favorável a qualquer forma que signifique acesso e que seja do interesse dos movimentos sociais, que devem ser sempre ouvidos por serem parte do processo e porque terão de pagar por ele. Evidentemente, uma parte deve ser sustentada pelo Erário. Afora isso, estamos juntos. A idéia parece-me muito interessante.

No que diz respeito ao cadastramento local, amanhã o Presidente da República instalará o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, exatamente a consolidação do que disse no início sobre a necessidade de uma política voltada para a reforma do meio rural. O Conselho, que será presidido por nós, deverá agregar o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Saúde, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério do Orçamento e Gestão. A partir daí, encaminharemos um conjunto de políticas. Já amanhã o Presidente deverá fazer o anúncio de várias delas. Além disso, esse importante Conselho conta com grande participação da sociedade civil. Lá, estarão representados os agricultores sem terra, os pequenos e médios agricultores, a organização das Cooperativas Brasileiras. Os Estados e Municípios estarão representados lá dentro de uma forma paritária. Isso é não só o reconhecimento do papel que representam a agricultura familiar e a reforma agrária, mas também de que temos uma interlocução hoje muito desenvolvida nessa área e de que é fundamental trazê-los para serem partícipes, reconhecer exatamente a existência dos produtores, etc, para podermos sentar, discutir e traçar uma política voltada para esse segmento. E, amanhã, o Senhor Presidente da República estará, portanto, fazendo isso.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural será a cumeeira de um sistema de conselhos, apoiado nos Conselhos Estaduais e nos Conselhos Municipais, inclusive na experiência bem-sucedida do Pronaf. De tal sorte que isso que V. Exª está abordando, mais cedo ou mais tarde, vai-se transformar em uma realidade, porque toda a política voltada para a agricultura familiar e reforma agrária vai-se apoiar em um sistema de conselhos. Inclusive, um plano municipal vai ser feito. Vai ser discutido o que é melhor para a agricultura familiar: arrendamento, reforma agrária, Pronaf ou aquilo que realmente o é; também com a participação paritária da sociedade ao longo de toda a cadeia de tomada de decisão.

Mais uma vez, recordo os bons momentos que tivemos juntos, caro Deputado Nelson Marchezan, quando da ida ao seu Estado, Rio Grande do Sul, que espero que se renove a partir de um novo convite. Com relação à observação de S. Exª a respeito da colônia nova, penso que tem tudo a ver, como diz meu filho. Se existem projetos, vamos passar das palavras ao ato. Se V. Exª faz o desafio, compramos e ainda damos um passo adiante. Penso que tem tudo a ver a integração em cooperativas, jovens produtores e a necessidade de ampliação de terras; não tenho a menor sombra de dúvida.

Volto a dizer que não há que ter dogmatismo na questão, se há a satisfação de pelo menos três aspectos basilares. Se o projeto possibilita o acesso à terra; se conta com a participação dos movimentos sociais, por seu entendimento; se é algo que se justifica no custo benefício, não tenho qualquer tipo de restrição e aguardo V. Exª para que possamos discutir. A idéia me parece ótima!

Amanhã, estaremos assinando com a Abras – Associação Brasileira de Supermercados um protocolo que visa exatamente a fazer com que a rede de supermercados, que responde por 85% do escoamento dos hortifrutigranjeiros, comece a se preocupar em voltar a abrir espaços e estabelecer parcerias com a agricultura familiar, com o projeto de assentamento, o que seria de grande significação para o comércio. As cooperativas também têm tudo a ver.

Com relação aos projetos de assentamento que se encontram nessa situação que V. Exª falou, gostaria de obter informações mais precisas para que haja uma estratégia; entretanto, diria duas coisas. Em primeiro lugar, a reforma agrária é como uma pirâmide. O topo da pirâmide está integrado ao agronegócio, e tem até gente exportando. A base da pirâmide é sub-

sistência e muito frágil; nela existe um déficit histórico que precisa ser suprido. Vamos encontrar esse tipo de problema não apenas no Rio Grande do Sul, mas em outros lugares, em especial onde não existe um mercado estruturado, como nas Regiões Norte e Centro-Oeste; nesse caso, não há como fazer mercado, embora até a infra-estrutura seja possível fazer.

A reforma agrária tem um aspecto interessante. Podemos encontrar, por exemplo, o sujeito que está produzindo melão e exportando, ou uma experiência belíssima como o Projeto Casulo, em Tanque D'arca, Alagoas, onde estão exportando flores em conjunto com a Holambra. Essa é a idéia da integração referida aqui, que é muito interessante e tem tudo a ver. E há muitas outras experiências mais interessantes.

O projeto em Tanque D'arca é muito interessante, porque a Prefeita doou um pedaço de terra, e fizemos o investimento; o casulo é assim. E era muito interessante, porque a cultura masculina não aceitava produzir flores. Homens, no Nordeste, produzindo flores, imaginem! E as mulheres, de outra parte, diziam: "Esse negócio de flor só vi em casamento e em defunto. O que nós vamos fazer com isso?" E a verdade é que eles se integraram com a Holambra e estão exportando; estão dando um **show** em um projeto que é muito interessante. Penso que também é por aí.

Tenho apenas uma observação sobre o que disse o Senador Suplicy. A regulamentação demorou um pouco mais, Senador. Não foi no Governo Collor, mas em 1993, que o Congresso Nacional regulamentou, pela Lei nº 8.629, o capítulo fundiário no que diz respeito. Então, foram cinco anos que não tivemos regulamentação. Boa parte dos conflitos que temos hoje que desatar têm a ver com esse período de 1988 a 1993, em que não tínhamos uma Lei Agrária no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas eu mencionei que no Governo Collor não foi feita.

O SR. RAUL JUINMANN – V. Exª disse que no finzinho foi feito. Bom, mas é um ano a mais, um ano a menos. Sem qualquer problema.

O SR. EDUARDO SUPLICY – No início do Governo Itamar Franco.

O SR. RUL JUNGMANN – Sem problema. V. Exª coloca a questão, em seguida, da desaceleração.

Infelizmente, Senador, vou ter que discordar. A rigor, o ciclo da reforma agrária se repete ano a ano desde 1995. Por quê? Porque se tem o primeiro trimestre, ao longo do qual não se tem o orçamento, com o pessoal de férias, etc. Um segundo semestre, ao longo do qual, tem-se todo o volume de terra que está entrando. É nessa hora que se começa a fazer, efetivamente, a vistoria, depois da vistoria, tem a cadeia dominial, depois da cadeia dominial, envia-se para decreto, depois que se envia para decreto, emite-se a TDA , depois que se faz a TDA, entra-se na fase... Então, não existe terra que não passa seis meses.

Perceba que se durante os três primeiros meses eu estou paralisado, é evidente que nos seis meses seguintes, que chega a nove, dez, eu estou processando para chegar lá. E eu não tenho como inverter isso, não há como.

Eu me angustio como o senhor com isso. Eu brigo, dou canelada lá dentro, faço o que fizer, mas o que eu quero dizer é o seguinte, Senador, ...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Só não entendi uma coisa.

O período de férias, como assim? O Ministério de Assuntos Fundiários tem um período de férias? Não entendi.

O SR. RAUL JUNGMANN – O INCRA tem um período de férias ao longo de janeiro. Boa parte de seu corpo funcional tira férias.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E por essa razão é que ...

O SR. RAUL JUNGMANN – Não, desculpe, não falei isso, Senador. Eu quis dizer aqui simplesmente que nos três primeiros meses eu não tenho o orçamento, porque há um processo de votação, de aprovação, de QDD, trabalha-se com duodécimos.

Todos aqui, acredito, sabem que durante os 90 primeiros dias trabalhamos com duodécimos. Então, não tenho a disponibilidade, a embocadura de recursos para fazer o programa como eu gostaria. E mesmo que quisesse, a terra que hoje eu desapropriei do senhor, eu vou levar seis a sete meses para chegar na ponta. Isso eu não tenho como modificar, porque tal é o processo e o conjunto, são trinta e dois passos até você chegar lá, que não existe essa terra.

Agora, hoje eu já posso lhe dizer que já tenho toda a terra da meta deste ano e alguma para o ano já está dentro de casa. O que me permite lhe dizer o seguinte: vamos alcançar e vamos superar. Infelizmente, esse ciclo – gostaria até de receber contribuições -não tenho, não consigo mudá-lo.

Todos os anos, temos um primeiro semestre que é extremamente discreto. Quando entra no segundo semestre, ele eleva, quando entra nos últimos 90 dias, é uma loucura, porque aí temos que fazer o fechamento da imissão de posse, passando pela Justiça, colocando gente em avião, tirando, correndo, este é o ciclo. E apesar de todos os pesares, infelizmente, é assim que ele se dá.

E temos chegado. Posso lhe assegurar hoje, com toda certeza, que ultrapassamos a meta de 85 mil famílias, sem qualquer problema. Posso disponibilizar para os senhores informações fundiárias em que asseguro o seguinte: no que diz respeito à terra não tenho problema. O meu problema agora está de decretação para a frente, imissão para a frente, de tudo isso. Então, eu não tenho qualquer problema em cumprir. Agora, tem o problema do ciclo que se repete ano a ano, em face exatamente do aspecto de que 80% do processo é administrativo e 20% dele é judicial ou 10%, sobre o qual eu não tenho controle, embora também não tenha queixa, porque a Justiça, na média, tem sido bastante ágil, sobretudo após a Lei do rito sumário.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, gostaria de fazer um aparte nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pois não, o Senador Romeu Tuma quer fazer uma interferência.

O SR. ROMEU TUMA – Desculpe-me, Ministro, mas talvez seja oportuno V. Exª estar tratando da desapropriação. Fiz um requerimento à Comissão, em que o Presidente, com muita singeleza e amizade, encaminhou a V. Exª. Acredito que seria oportuno cumprimentá-lo pela sua coragem e pela decisão que tomou nesse caso, em que a **Folha de S. Paulo** fez uma publicação, de que V. Exª está tentando anular o processo de desapropriação pela super-valorização da terra.

Como sabemos e temos certeza de que a reforma agrária é um dos grandes objetivos para a diminuição da pobreza, é o que V. Exª vem desenvolvendo e aqui está explicando todas essas parcerias que descobre e põe realmente em execução, com muita coragem, enfrentando às vezes posições demagógicas, e com coragem e com objetivos definidos. Porque o objetivo da Comissão provavelmente não seja esse, mas não podemos passar ao largo de denúncias de corrupção numa área tão delicada, tão sensível e tão importante para a sociedade menos favorecida.

Solicitei, em requerimento, uma investigação da Comissão. O Presidente esclareceu-me que realmente o objetivo é termos projetos que efetivamente diminuam a pobreza, mas que encaminharia a investigação para que não fosse perdido o conteúdo dela.

Então, creio que a esta Comissão tem toda a vontade e força para apoiar V. Exª nessas discussões sobre a supervalorização, não só anulação mas alguma coisa que retome a terra sem pagar. Porque acho que quem tem a coragem de roubar tem que ter a responsabilidade de perder.

Esse é um exemplo claro e vivo. Penso que, com essas desapropriações, o segredo está em pagar o preço justo, para que V. Exª possa cada vez mais aumentar a área de distribuição de terra.

Peço desculpa por essa interferência, mas creio que é importante investigarmos a corrupção e contarmos com a colaboração desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Senador, o requerimento de V. Exª foi encaminhado ao ilustre Ministro, que, tenho certeza absoluta, fará a investigação desejada, em função desta Comissão não ter esse poder, a não ser para investigar as causas da fome, da pobreza, da miséria no nosso País. Mas já o encaminhamos ao Senhor Ministro.

O SR. ROMEU TUMA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RAUL JUNGMANN – Antes de mais nada, agradecendo as palavras do Senador Romeu Tuma, ao final farei uma consideração sobre a questão da superindenização, respondendo ao Senador.

Prosseguindo. Atlas fundiário. Qual é o problema? É o problema que aqui coloquei. Temos descoberto, Senador, que, sendo declaratório, o atlas, a base do dado é declaratória. Então, para se obter esse dado, ter-se-ia que se fazer um censo, teria que ir a campo para isso, para atestar cartório a cartório a juridicidade dessa declaração, inclusive, fazendo uma vistoria **in loco**, o que, em termos do montante de recursos necessários para fazê-lo, desde logo, quero dizer a V. Exª que seria de um montante realmente extraordinário.

Um outro caminho que estamos trilhando para fazer isso e que vai dar resultado a esse respeito, e digo com muito orgulho, é que hoje o INCRA tem o segundo maior conjunto de plataformas fixas de GPS do mundo. Esclareço: o GPS é exatamente um sistema de georeferenciamento através de satélite. A partir de pontos magnéticos, sabe-se exatamente qual é o perímetro de uma área, por exemplo. E isso é crucial para que se determine em definitivo e sem contradições se aquela área está ou não numa certa latitude, numa certa longitude. A margem de erro é de centímetros.

Pois bem, hoje, tirando os Estados Unidos – digo Estados Unidos, não uma empresa ou outra –, o segundo maior sistema de base fixa de GPS – Global Position System – do mundo é do INCRA. O que quer dizer que, muito em breve, teremos capacidade inclusive para responder a esse problema. Por quê? Porque é através de um processo que evidentemente vai demorar alguns anos, vai-se fixando um conjunto de pontos de referência e de áreas, como fizemos, por

exemplo, no Pontal de Paranapanema, que não vai permitir dúvida, superposição e também não vai permitir a fraude. Mas, até lá, convivemos com a realidade de que a base de dados do atlas fundiário serviu, durante muito tempo, como estratégia ilegítima para buscar, firmar a propriedade sobre uma área.

Portanto, sobretudo as famosas megaáreas brasileiras – repito o que eu já disse aqui – são fraudes. Essas grandes áreas são fraudes. Agora, elas feitas a partir sobretudo de áreas de fronteiras e áreas distantes. Se V. Exª prestar atenção, o Estado do Amazonas tem um grau de concentração de 0,91; se o senhor tirar as megaáreas que há no norte do centro-oeste, a média da concentração fundiária brasileira irá para padrões, senão aceitáveis, seguramente, muitas e muitas vezes, inferiores ao que temos hoje. Por exemplo, no Estado do Amazonas, no meio da floresta, há 2, 3, 5 milhões de hectares onde pode haver uma tribo. O que vai acontecer? Isso vai para a lua. Está correto denunciar que temos uma concentração absurda, nada mudou dentro do processo – a base de que o Estado dispõe é essa –, mas é uma inverdade. Asseguro-lhe que há no cadastro uma área de quase um milhão de hectares no Estado de São Paulo, mas ela não existe. O Deputado Xico Graziano* já denunciou que não existe um milhão de hectares. Na Bahia, onde é diferente a estrutura fundiária, há milhões e milhões de hectares, lá existem grandes extensões; mas não há nada comparável a isso. Tal fato nos leva a tratar a concentração fundiária brasileira de maneira distorcida. Isso precisa mudar. É distorcido em 80% dos casos nas zonas de fronteira, no norte e no centro-oeste. Dos 450 milhões de hectares reconhecidos, apropriados, 139 milhões estão nessa situação sobretudo no Acre, em Rondônia, no Amazonas e no Pará. Infelizmente, essa é a base e é assim que estamos procurando superar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – De 1992 para cá refiro-me ao atlas de 1996 , pode-se dizer com relativa segurança se houve maior concentração? Os coeficientes de Gini*, que V. Exª mencionou 0,91 no Amazonas e 0,48 , são de que ano? A informação mais recente de que o Ministério de Assuntos Fundiários dispõe indica que cresceu ou decresceu, concentrou-se mais ou não a estrutura fundiária do País, tendo em consideração o número tão grande de pequenos agricultores que deixaram a lavoura e o processo de assentamentos das famílias que o Governo efetuou? Ou o Ministério não tem essa informação?

O SR. RAUL JUNGMANN – Há três bases de dados: o cadastro do INCRA, o do IBGE e o Imposto Territorial Rural, que é importantíssimo, cujos últimos dados estou utilizando. Quatro milhões de proprietários declararam pelo ITR a extensão da sua propriedade. Como ele não poderia brincar em relação a isso ou tinha de ter mais cuidado, pois há uma forte conexão com a Receita, dou uma boa factibilidade a esses dados. Pelos dados da Receita há uma queda na concentração da propriedade de terra no Brasil. Terei prazer em colocá-los à disposição de V. Exª. Às vezes, isso entra em conflito com o IBGE, em que há uma estabilidade. Entre 1985 e 1996 a data do último censo agropecuário , ele se mantém estável, mas, para a Receita, considerando o último levantamento e o que se tem, há uma queda discreta na concentração; não é grande, mas existe queda.

Eu gostaria de apresentar mais alguns dados: desapropriamos, de 1995 a 1998, quase oito milhões de hectares; compramos 631 mil hectares; arrecadamos 2.043 milhões hectares; discriminamos 270 mil hectares não estou apresentando números quebrados ; reconhecemos a posse de 220 mil hectares. Tais números dão um total de 11.000.288 hectares em quatro anos. Tomando por base o Rio de Janeiro, que tem mais de quatro milhões de hectares, seria quase, portanto, três vezes a área do Rio de Janeiro. Neste ano, vão fazer mais 2.730 milhões. Portanto, chegará perto de 13 milhões de hectares. Para um país com 850 milhões de hectares, é pouco, mas, ao mesmo tempo, gostaria de chamar a atenção de V. Exªs para as dimensões do que estamos mencionando. É preciso entender o impacto e o que isso representa, Senador, em termos das dimensões continentais que o Brasil ostenta.

Com relação à questão da saída de proprietários, aqui me parece haver outra grande confusão. E não sei se o Guilherme ajudou nessa direção. Quanto ele fala em quatrocentos mil, ele não está falando no período do Governo Fernando Henrique; ele está falando nos dados preliminares que ele possuía em termos de 96/97, no Censo Agropecuário, em relação a 1985. Isso gerou muita confusão, porque, em 1985, o Censo Agropecuário foi feito dentro do ano, vamos dizer assim, do calendário gregoriano; enquanto que o censo feito em 1996 foi realizado tendo por base o calendário agrícola. Não há como comparar ou quase não há como comparar. Assim, ao se falar em perda de quatrocentos mil agricultores de lá para cá, **modus in rebus**, é preciso ter muito cuidado. Vou procurar até obter essa informação com o Guilherme, porque, em quatro anos, uma perda de quatrocentos mil seria um hecatombe realmente de proporções incríveis, porque estaríamos falando de dois milhões de pesso-

as, só no campo. Com relação a isso é preciso ter a devida atenção.

Com relação á evolução do ITR, eu queria repetir exatamente o que eu disse aqui. Penso que temos uma boa lei e todos aqui contribuíram para que se tivesse uma boa lei. Entretanto, a União não arrecada bem. É preciso ser franco com relação a determinados problemas. Seja por estrutura, seja por formação, não estou satisfeito com a arrecadação que aí está. Ela representou um avanço, mas, a meu juízo... E daí eu ter trazido aqui a proposta da contribuição e estadualização para haver um ITR melhor cobrado, para falar com absoluta franqueza. Inclusive, V. Exª expressou a mesma posição a esse respeito. É preciso aproveitar a boa legislação que temos. E, a meu ver, a melhoria disso é passar para o Estado e fazer melhor. Eu não perderia tempo com tecnicismos. Se está evidente que fica aqui, então vamos botar onde se possa fazer melhor. Eu pelo menos quero ver essa coisa acontecer.

Senador Romeu Tuma, o esclarecimento que eu queria dar é que a grande alternativa que este Congresso tem à mão é a Medida Provisória n.º 1.901. Há um projeto de conversão. Se, votado, ele for aprovado, eu lhe asseguro que vamos reduzir, senão eliminar, a chaga da superindenização. Ele está para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Relator é o Senador José Fogaça.

O SR. RAUL JUNGMANN – O Relator é o Deputado Carlos Melles. Ela trata basicamente de modificações na Lei Agrária, de n.º 8.629.

O SR. ROMEU TUMA – Nó poderíamos pedir urgência...

O SR. RAUL JUNGMANN – Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Vamos acatar a sugestão de V. Exª.

Passo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, sou de um Estado em que a angústia do conflito agrário foi muito forte, até há pouco tempo. Venho do Maranhão, e V. Exª conhece bem isso. Nós conseguimos, em nosso Estado, um ambiente político extremamente favorável para que a ação do Ministério de V. Exª tenha todo o êxito. Quero referir-me a isso porque desejo voltar ao tema da pobreza, que é o que nos interessa.

Em meu Estado, temos pequenos conflitos localizados; a área de assentamento tem se expandido muito; a Bancada federal do Estado faz emendas ao Orçamento, entrega os recursos ao INCRA, sem nenhuma interferência da bancada federal; a Srª Governadora do Estado, compreendendo que o problema do Maranhão é grave, porque 75% da nossa produção está no meio rural, tomou recursos do PAP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, que S. Exª mesma tomou emprestado junto ao Banco Mundial e repassou ao INCRA; o Instituto de Terras do Estado age de comum acordo com o INCRA; o Banco do Nordeste tem uma presença extraordinariamente importante com o Farol do Desenvolvimento, chegando aos assentamentos; as prefeituras do Maranhão, na sua quase totalidade, bancam o fundo de aval; enfim, há todo um ambiente político extremamente favorável para que a ação do Ministério de V. Exª dê resultado.

O que me preocupa – e esta, a razão da minha observação – é saber o que os assentamentos estão produzindo, como vão produzir e com que assistência técnica. O que se espera desses assentamentos depois de o Governo Federal investir, há quase três anos, valiosos recursos na montagem de uma infra-estrutura?

Quero até chamar a atenção de V. Exª para o fato de que algumas escolas que estão sendo construídas nos assentamentos estão fechadas porque a prefeitura disse não ter como fazer o seu custeio. Esta é apenas uma observação a fim de que se busque uma alternativa de construir a escola e de colocá-la em funcionamento. Algumas não entraram em funcionamento porque a prefeitura disse que não tem FUNDEF, que só poderá colocar em funcionamento no ano que vem. O que me preocupa é o que eles vão produzir e o que isso pode significar de melhoria para a economia do meu Estado. Estão produzindo o quê, vendendo para quem? Enfim, onde está esse mapa, quem é que nos pode detalhar que o esforço que se faz, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista de infra-estrutura, vai trazer um resultado em que os assentados vão produzir, vender, ter renda e emprego e, consequentemente, vão melhorar substancialmente a economia do Estado do Maranhão?

Quero dizer a V. Exª que algumas experiências têm dado certo. Existem quebradeiras de coco, em Lago da Pedra, que faturaram 200 mil dólares no ano passado exportando sabonete, usando como matéria-prima o coco babaçu. Em alguns lugares, a produção de arroz dobrou com o Fundo de Aval do Banco do Nordeste, bancado o aval pela Prefeitura.

Preocupa-me muito, dentro do tema da nossa Comissão, Sr. Ministro, saber se o Ministério está acompanhando, se sabe quem vai produzir em cada assentamento, quando vai produzir e se há alguma

preocupação com a assistência técnica e com a própria comercialização desse produto.

Sr. Ministro, espero que V. Ex. se alie nessa luta. Os assentamentos deveriam ser os vendedores prioritários da merenda escolar. Na medida em que se escolariza a merenda e o dinheiro vai direto para a escola, a diretora tem todas as condições de comprar a produção dos assentamentos, mas na verdade há uma burocracia que impede, com a exigência de nota fiscal, com a exigência disso e daquilo. Só no meu Estado, este ano, 45 milhões de reais estão destinados para a compra de merenda escolar. Essa é a pergunta que quero fazer a V. Exª. Está tudo indo bem, a infra-estrutura sendo colocada. Quero saber é o que eles vão produzir, se o Ministério tem conhecimento do que está sendo produzido, quanto se espera obter dessa produção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a nobre Deputada Rita Camata.

A SRA. RITA CAMATA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais Companheiros da Comissão, eu queria, Sr. Ministro, começando da afirmação de que terra não é problema, mas sim investimento, fazer algumas considerações. V. Exª diz com muita ênfase da importância, até dentro de uma proposta preventiva, de investir em agricultura familiar. Concordamos com essa afirmação que V. Exª, até porque quem está na agricultura, muitas vezes, tem vocação. Venho de uma família de pequenos agricultores. E é uma coisa curiosa a cultura de quem está na roça. Se há uma seca e se pergunta como vai ser a produção, eles dizem: olha, este ano não vai ser bom por causa da seca, mas o ano que vem vai ser melhor. Quer dizer, já há uma maior vocação para esse tipo de atividade e de que sempre o amanhã vai ser melhor do que o hoje.

Acho fundamental garantir investimentos de fato na área da agricultura, dentro da economia familiar, na sua visão integral, não só em termos de tecnologia, da escola, da oportunidade aos jovens de se prepararem. V. Exª assinala essa vinculação, a escola na questão da Reforma Agrária, de 0 a 7 anos, ter "o benefício dos 50%". Eu queria dizer de uma preocupação dentro do PRONAF. Houve uma denúncia de que, há poucos tempo, em vez de estarmos promovendo culturalmente o setor, estamos tirando crianças da escola por não ter essa vinculação. Isso é muito sério. A pesquisa e a denúncia comprovavam que mais de 700 mil crianças que deveriam estar na sala de aula estavam fora delas porque os seus familiares, recebendo recursos do PRONAF, tiravam as crianças na hora da colheita, da produção, para poder utilizá-las como mão-de-obra e ajuda nessa economia familiar. Inclusive apelamos ao FAT para que pudesse ser fiscal e impedisse isso. Penso que é extremamente importante e necessário garantirmos a informação, o conhecimento e o saber para esses jovens. Esse era um ponto que eu queria abordar.

Amanhã estará sendo constituído um conselho de desenvolvimento rural. Ele é bem-vindo. Quando falamos em integralização, não pensamos somente em fixar o homem na terra. Ele tem que ter instrumentos tecnológicos que lhe permitam permanecer na terra, instrumentos de políticas básicas que permitam aos seus filhos ter oportunidade de estar num processo tecnológico e moderno, e tem também que poder comercializar. Portanto, na questão da cooperativa temos experiências extremamente bem sucedidas. É muito importante, isso é fundamental. É um instrumento, é uma garantia de que essa família permanecerá lá.

Eu queria fazer uma outra colocação. Estamos hoje discutindo a regulamentação da Previdência e parece que ela vem na contramão com a preocupação de fixação. O Senador Osmar Dias disse que as mulheres são em número mais reduzido na área rural. Tivemos, em 84, assegurado o benefício do salário-maternidade à mulher trabalhadora rural. E na regulamentação estamos penalizando a mulher que vive na área rural, não só pela carência exigida para obtenção do salário-maternidade, mas, o que acho muito mais grave, pelo cálculo, que fala em um doze avos da última contribuição que a trabalhadora rural fez à Previdência Social. Quer dizer, se eu contribuir com um salário mínimo, vou receber R$11,33 como benefício do salário-maternidade.

Penso que é importante haver a integração de ações do Governo Federal para que, de fato, possamos garantir a permanência das famílias no interior. Senão a cada dia vão inchar mais as periferias urbanas. E esse é um processo extremamente deplorável, porque o homem que tem o hábito da vida agrícola não sabe conviver com as dificuldades da periferia, que são muito distintas. Este é um aspecto.

Um outro ponto sobre o qual eu queria falar é a titularização da terra no ato da reforma agrária. Foi uma luta grande nossa assegurar esse direito tanto ao homem quanto à mulher. E sabemos que a mulher, devido à sua prole, tem amor, zelo – não há aqui nenhum processo de discriminação do homem. Queremos os homens parceiros, comprometidos com a paternidade, responsáveis pela formação dos filhos. Mas a mulher, histórica e culturalmente, tem esse

zelo. Não é só uma questão biológica, mas da própria cultura.

Então, hoje estendemos à mulher também a titulação. Eu perguntaria: por que não assegurar a titulação da terra ao homem e à mulher, a sua companheira? Há o problema que o Marchezan colocou aqui: muitos vendem, passam daqui para lá. Com esse processo, de certa forma, vamos ter um instrumento de proteção à família, não só de fixação dela. Esta é uma outra colocação que gostaria de fazer para V. Exª. Se V. Exª compreender oportuna, seria importante que fosse incorporada também.

E há uma outra. O INCRA tem um planejamento do assentamento. Há a preocupação de garantir ao jovem a oportunidade e não só a permanência; de garantir que a cada dia ele se aperfeiçoe – ele não tem nem lazer, pois o lazer, no interior, é um boteco, é a igreja, um outro ponto sobre o qual vamos ter que pensar largamente numa sociedade em que um terço da população é jovem. As famílias, ao serem assentadas, teriam, então, garantida a matrícula nas escolas, de preferência nas escolas com vocação agrícola, escolas técnicas. Não seria reserva de vagas, mas a certeza de que estaria indo para uma região em que o filho vai ter oportunidade de estudar – este é um outro problema muito sério que enfrentamos –, e dentro da atividade em que já atua a família. É extremamente importante que esses jovens possam ter essa garantia. Eu queria fazer essas considerações ao Ministro, sabendo dos esforços de S. Exª, mas nós queremos sempre um mínimo de dignidade a quem quer ter um pedacinho de terra, e com essa terra prover a sua família e as suas condições mínimas. Infelizmente muitas famílias não têm essa oportunidade.

Finalizando, Sr. Ministro, gostaria de saber qual é o déficit na área da reforma agrária do nosso País. Se V. Exª tem como precisar o número de pessoas que tem a expectativa, o anseio de ter um pedaço de terra e ainda não o tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, por permuta com a Senadora Marina Silva.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Primeiro, gostaria de agradecer à Senadora Marina Silva pela permuta e pedir desculpas ao Presidente, ao Relator e ao Ministro Jungmann, mas o avião do Rio atrasou um pouco e só consegui chegar há poucos minutos na audiência.

Vou ser muito breve. Com certeza, a Deputada Rita Camata levantou a questão específica da mulher trabalhadora, e essa não é uma questão apenas rural, é também urbana, com idéias da maior importância e da maior relevância na medida em que sabemos que a mulher tem, até pela sua natureza, muito mais necessidade de preservar o patrimônio dos seus filhos do que o próprio homem.

Essa não é uma área em que trabalho, mesmo porque no Rio de Janeiro existem muito poucos assentamentos. Na região de Cachoeira, isso funciona muito bem, o INCRA tem feito um belo trabalho, os projetos são quase que autofinanciáveis, quer dizer, o Estado do Rio de Janeiro está bem nesse aspecto. Tivemos uma ou outra complicação na região noroeste, mas foi resolvida.

A pergunta principal é a seguinte: fui convidada, ontem, para assistir a uma peça no Rio de Janeiro. Pensei que ia relaxar, mas saí de lá arrasada, acabada. Duas horas de peça, que se chama "Companheiros", de um grupo independente. Eles contam a história de Carajás, Brasilândia, com as fotos, uma peça muito pesada. E eles me falam de uma empresa chamada Manasa, no Amazonas, que seria detentora de 5% do território. Eu fiquei tão assustada, que disse que tinha que perguntar isso para alguém. Quando olhei para V. Exª, pensei: é ele. E eles deram um outro dado – a luz apagada, peguei a caneta e anotei: o número de trabalhadores rurais ainda não assentados é de cinco milhões. O que quer dizer que, com o programa do Governo, ao qual pertencemos, de 280 mil famílias assentadas por ano, seriam necessários 70 anos para o assentamento das famílias – isso foi o que ouvi. Agora quero ouvir do Sr. Ministro o número real de trabalhadores rurais sem assentamento, o que vamos programar, o que temos programado no PPA em termos de assentamentos rurais para os próximos quatro anos, o que o Ministério conseguiu incluir no PPA para isso e se essa empresa Manasa é efetivamente dona de 5% do território no Amazonas. Eu quase desmaiei vendo a peça.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Sr. Ministro, para responder as perguntas formuladas pelos Deputados Gastão Vieira, Rita Camata e Laura Carneiro.

O SR. RAUL JUNGMANN – Com a delicadeza que lhe é usual, o Presidente me recordou que ainda há dez inscritos. O Ministro passa a buscar, tanto quanto possível, maior objetividade nas respostas, e, ao mesmo tempo, antecipadamente, pede desculpas se não se detiver muito tempo naquilo que deveria se deter, mas, evidentemente, é importantíssimo ouvir a todos.

Deputado Gastão Vieira, prazer em reencontrá-lo e muito obrigado por suas palavras. Respondo-lhe a respeito do Maranhão dizendo que no início

do Governo Roseana Sarney, e é importante que se reconheça isto, o Maranhão ocupava o segundo lugar entre os Estados com maior número de conflitos. O último número de que ouvi falar era que o Estado ocupava o 14º, mas pode estar até mais atrás nesse processo todo. O que atesta exatamente o que V. Exª disse. Não posso deixar de parabenizar a Governadora, que deu prioridade, investiu, arregaçou as mangas e em poucos outros lugares há uma integração como a que é vista lá.

A idéia da merenda escolar, o que chamo de mercado institucional, aí não vale porque V. Exª adivinhou que estamos usinando algumas medidas nessa área. Chamamos de mercado institucional e não apenas em termos municipais e estaduais, mas também em termos federais, e acredito que se não for amanhã no CNDER, será em breve a divulgação de medidas. A idéia é sensacional, existe um belo espaço, mas o tempo não me permite falar de outras iniciativas. Com o Sebrae, por exemplo, vamos estar fazendo mesas de negociação em todos os Estados, entre oferta e demanda, inclusive com a participação da ABRA, de empresariado, etc, mas isto apresentaremos no seu devido tempo.

Sobre a questão da escola, o Ministro Paulo Renato me ligou na semana passada dando a boa notícia de que há mais R$12 milhões para construção de escolas, este ano, em projetos de assentamentos, o que é um boa notícia e responde em parte as questões feitas pela Deputada Rita Camata.

Peço a V. Exªs que compreendam, e mais uma vez vou repetir, um pedaço da reforma agrária é um programa de renda mínima voltado para a subsistência, cuja distribuição do ativo-terra é aquilo que substitui um pouco a idéia do Senador Eduardo Suplicy, ou seja, é verdade, Srªs e Srs. Congressistas, que em boa parte do País reforma agrária é um programa de renda mínima. Pedir que se agregue ao mercado, que se consiga a participação de um cidadão que muitas vezes não possui nenhum equipamento, não que ele não tenha lutado, mas que o pai dele não teve, o avô não teve, o bisavô não teve e em linha direta vamos chegar até o período da escravidão, e querer que ele consiga se gerenciar, gerenciar fatores, se inserir inclusive em regiões onde não há mercado, ou o mercado é desarticulado, não há como. O cidadão chegou lá, houve um conflito, fomos atrás e criamos algumas condições. Existem lugares onde a evasão é maior, o que é outra conversa, então é para isto que quero chamar a atenção.

Isto, entretanto, Deputado Gastão, não elide a nossa responsabilidade de fazer com que um número maior se integre e se reduza essa questão, porque do contrário seria um desastre. O cidadão lá na base da pirâmide, vivendo basicamente de subsídios, sem nenhuma alternativa para evoluir, está morto na parada também. É isto que atesta a crítica que se faz à social-democracia e ao **welfare state**, na Europa, que é este tipo de distorção. Infelizmente estamos longe desse processo, apesar dos seus desvios e da sua morbidez. Mas a verdade é que é preciso levar isso em conta.

Passando à pergunta da Deputada Rita Camata, e agradecendo a referência ao esforço que temos feito. É verdade, temos uma denúncia com relação ao Pronaf, só queria precisar este fato que é pouquinho mais complexo. Essas 230 mil crianças são crianças que em boa medida estão tendo, sim, escola, o problema é que elas estão numa idade em que não deveriam estar trabalhando. Escola até que elas têm, são 230 mil crianças, mas a unidade familiar recruta a mão-de-obra infantil. O nosso problema é que possivelmente estão sacrificando, possivelmente vão deixar e possivelmente é um grande problema. Mas é também de direito e justiça, informar a V. Exªs que não é o Pronaf que induziu isto, talvez fosse pior, com certeza seria muito pior; o que não quer dizer que não estejamos dentro o problema.

O Programa Nossa Terra, Nossa Escola não é voltado para a agricultura familiar, o Programa, vou repetir, durante 30 anos, no Brasil, foi dada terra, não se titulou ninguém e criou-se uma situação da mais absoluta, se me permitem, perversidade.

Por exemplo, temos um assentado que trabalha há 20 anos. Quando ele morre o título reverte para quem? Para a mulher dele? Não, volta para o Estado. É verdade, porque nunca se titulou. Esse é o problema de um programa que atende a um grupo e não atende a todos, porque não conhecemos.

Quando o Estatuto da Terra foi criado, em 1964 – na verdade, é um programa de crédito fundiário para – deixa claro – uma família pobre, porém produtiva, que passará a ter um débito, um passivo com o Poder Público. Esse débito deverá ser pago, mas nunca se regulamentou. Está regulamentado na Medida Provisória nº 1.901. Pela primeira vez, 37 anos depois, regulamentou-se: tem 20 anos para pagar. Senão, a situação jurídica é um absurdo. Agora não, tudo é mandado pelo correio. Depois de 2 ou 3 anos, ele recebe o título, é proprietário de direito e pode, inclusive, alavancar empréstimo. Ele só não pode vender, mas tem um título de concessão de direito real de uso. A partir daí, ele é proprietário reconhecido para valer. Tem 20 anos para pagar e 3 anos de carência.

O que estamos dizendo nesse caso é o seguinte: mantenha seu filho na escola, traga o diploma e 50% de tudo está abatido, sai pela metade. Então o bolsa-escola é claramente um salário indireto para evitar o que está acontecendo no Pronaf, embora não seja induzido, Deputada, pelo Pronaf. Essa é a diferença. É por isto que esse Programa Nossa Terra, Nossa Escola é decisivo: porque representa a possibilidade do incentivo direto para que a família se retire do trabalho duro.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Entendi que o Programa Nossa Terra, Nossa Escola é para assentamento. Isso é importante isso. Mas V. Exª traz a questão de não se ter o título da terra. Tenho exemplos no Espírito Santo de famílias que venderam a terra.

O SR. RAUL JUNGMANN – Então, elas caíram na ilegalidade, é um caso da Justiça.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Por isso penso ser importante ter isso definido.

Quanto ao outro aspecto, o Pronaf não pode estar condicionado à escola? Ou o Estado não tem como oferecer esse déficit que existe na área de educação? Isso também é importante, porque vejo que a única maneira de resolvermos a situação – e temos aqui depoimentos comprovados, com estudos – é garantindo a educação. Assim, garantiremos uma menor disparidade de concentração de renda neste País. O Pronaf não pode também estar condicionado à educação, à permanência da criança na escola? Desde que o Estado ofereça, é claro, porque não podemos apenar duas vezes as famílias que têm sua economia baseada na agricultura.

Gostaria de fazer essas duas considerações, Ministro.

O SR. RAUL JUNGMANN – Tomamos conhecimento desses dados do Pronaf há 30 ou 60 dias. O número é grande: ¼ de milhão de crianças. Elas estão na escola; grande parte delas, porque no Sul e no Sudeste elas têm escola. Lembro-me do Sr. Pedro Ferronato, lá no Mato Grosso. Ele é um sujeito que tem 250 mil sacas, colheitadeiras; ele e outros fizeram uma cooperativa e estão trabalhando muito bem.

Gostaria de dizer três coisas, Exª. Primeiro, tomamos conhecimento há muito pouco tempo para darmos uma resposta em termos de política pública; segundo, o problema está colocado e, terceiro, temos que buscar uma solução. Em suma, estou querendo dizer que não estamos rechaçando a preocupação, mas que temos que buscar uma solução para esse problema. Estamos juntos. Da mesma forma que buscamos lá, vamos buscar aqui. No entanto, essa realidade exige que nos aprofundemos, que conheçamos melhor o assunto, que saibamos melhor os mecanismos com os quais vamos tratar para resolver o problema, porque é preciso que essas crianças não fiquem com uma jornada difícil que evidentemente reduza sua capacidade de aprendizagem, tirando-as da escola.

Portanto, estamos juntos. Eu até gostaria de sentar, conversar e ver como poderíamos encontrar alternativas para essa questão.

Quanto ao problema da Previdência, penso que pode ser amenizado no bojo do Conselho, discutindo-se inclusive a questão referente à mulher. Quanto à questão da titulação, a mulher já é contemplada: é a cabeça do casal para fins de titulação, por meio da Medida Provisória nº 1.901, repito. Quanto à questão do INCRA, à matricula assegurada, o que estamos garantindo é que, se ele mantiver o filho na escola, terá um abatimento de 50%. Veremos onde está faltando escola para assegurar que isso aconteça. Quanto à questão do déficit, vejamos os números. Aproveitando, respondo a questão feita pela Deputada Laura Carneiro.

A SRA. RITA CAMATA – Sr. Ministro.

O SR. RAUL JUNGMANN – Pois não.

A SRA. RITA CAMATA – Desculpe-me, a questão da titularidade da terra sei que pode segurar tanto o homem quanto a mulher, gostaria que fosse ao homem e à mulher, para garantir que isso vai ser uma coisa para a família.

A SRA. MARINA SILVA – Já é, Rita, as duas coisas, com comunhão de bens, só para o homem e só para a mulher.

A SRA. RITA CAMATA – Mas, na prática, é só companheiro, situações às vezes não tão definidas institucionalmente, e isso acaba sendo ao homem.

O SR. RAUL JUNGMANN – Bom, vamos aos números agora. Aproveito para responder sobe a questão do déficit também à Senadora Laura Carneiro.

Então, a questão do déficit, passando à essa questão, olha só, temos uma PEA de 18 milhões de pessoas, aproximadamente, em números redondos. Temos não-remunerados cinco milhões; alto consumo, três milhões. Vamos supor que esse fosse o público privilegiado, para que se trabalhasse uma reforma agrária. Estou falando a grosso modo. Então, tenho aproximadamente oito milhões de pessoas, está certo? São 5 milhões, em 1998; 3 milhões. Por quê? Porque 4.784 milhões são empregados, estão empregados, dentro de um regime, portanto, reconheço,

esse é o pessoal que está no mercado formal; 4.514 milhões estão por conta própria, é o agricultor familiar; os empregadores são 530 mil; então, sobra 5 e 3 milhões, num total de 8 milhões. Isso quer dizer o quê? Aproximadamente 800, 900 mil famílias. Esse seria o público real de uma reforma agrária, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Ou seja, cinco milhões de pessoas, não é?

O SR. RAUL JUNGMANN – Se você quiser, entre um piso de 5 e o máximo de 8. O que quer dizer também aqui, colocando em número de famílias...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Um milhão....

O SR. RAUL JUNGMANN – Não, não, menos, porque o módulo familiar são cinco pessoas.

Então, você teria entre um milhão – isso colocando o máximo, está certo – e duzentas mil famílias. Não é esse número de cinco milhões de famílias.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, falei em cinco milhões trabalhadores.

O SR. RAUL JUNGMANN – Ah! trabalhadores? Trabalhadores tudo bem. Mas olha...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Dei o dado exatamente como ouvi, está aqui escrito: cinco milhões de trabalhadores.

O SR. RAUL JUNGMANN – Mas hoje, na reforma agrária, já temos aproximadamente três milhões de pessoas, dentro da reforma agrária, nos programas, no âmbito federal e estadual, inclusive municipal, já há três milhões.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então, chegaria a um milhão de famílias.

O SR. RAUL JUNGMANN – Mais ou menos isso. Se você trabalhar com um milhão de famílias, que é um número factível, vamos fazer e já aproveitando para responder, mais ou menos, no PPA, mais 300 mil famílias, em números redondos. Fizemos 287, ou seja, 297 mil famílias. Então isso dá um promédio de quase, aproximadamente, 600 mil famílias ao longo desse período. Evidentemente que você teria que manter e assegurar a continuidade. Aí é onde entra, Deputado, o problema da agricultura familiar, porque só estabilizo, estou falando de um número de um milhão de famílias, se eu mantiver a agricultura familiar funcionando, se não houver um desmanche aí, porque senão ela migra e naturalmente. Esse é o **trade off,** e é isso que a Comissão tem que ter centralmente como necessidade.

Então, eu diria que você está num ritmo que não é o ritmo da reforma agrária já, mas também não é a reforma agrária que foi feita durante 30 anos neste País. E eu diria que superado o grande problema, que é o problema das reformas, concluído ele, saneado, acredito que você liberará um conjunto de recursos para que você caminhe inclusive com mais velocidade. Os fundamentos, as bases da reforma agrária estão aí, como nunca estiveram.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Quer dizer, no PPA teríamos, então, para os próximos quatro anos, 300 mil famílias a serem assentadas.

O SR. RAUL JUNGMANN – Duzentas e noventa aproximadamente, mas acho que é possível fazer mais. Há mecanismos que permitem fazer mais. Sou otimista. A relação da Manasa, conheço esse nome, e isso é uma fraude, é uma das centenas de fraudes, talvez das milhares de fraudes que você tem lá na região de fronteira, na região mais distante da Amazônia, ou seja, isso não existe, isso é uma fraude, isso está aí etc. etc., mas isso não existe, é algo para se cancelar, entrar no cartório, abrir inquérito e cancelar essa maluquice.

A SRA. LAURA CARNEIRO – É verdade que essa empresa tem isso?

O SR. RAUL JUNGMANN – Não, isso não é verdade, ela declara, ela tentou, ela declara ter. Primeiro, é preciso saber se a própria empresa existe. Primeiro é preciso saber se ela existe.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sim. Mas a pergunta é: Quais são as ações? O Ministério da Reforma encaminhou isso ao Ministério Público, quer dizer, pensa em encaminhar?

O SR. RAUL JUNGMANN – Depois do livro branco das superindenizações, nós vamos ter – aliás, está aqui o Dr. Francisco Grazziano, que em entrevista à **Veja**, nas páginas amarelas, foi um dos primeiros a denunciar isso –, quer dizer, como em outras áreas, não tem nada a ver. Pediria até um depoimento do Chico a esse respeito.

O SR. FRANCISCO GRAZZIANO -Foi minha tese de doutorado na Fundação Getúlio Vargas. Depois lhe dou uma entrevista.

O SR RAUL JUNGMANN – Então, o que acontece? Nós sabemos que não tem essa correlação. Essa área não existe, mas ela é computada, o que não quer dizer, note bem, que não há concentração de terra, que não há latifúndio no Brasil. Pelo amor de Deus, seria o último a negar isso. Mas a questão não é essa.

A SRA. LAURA CARNEIRO – A título de sugestão, Ministro, até porque V. Exª responde a todas as perguntas, seria interessante que o setor jurídico do Ministério pudesse encaminhar ao Ministério Público Federal, para que as medidas judiciais fossem tomadas no sentido de que empresas como essa te-

nham que provar sua propriedade e, quem sabe, não será preciso desapropriar por acharmos um monte de terras para assentamento.

O SR. RAUL JUNGMANN – De novo, vou fazer uma sugestão, aproveitando os eminentes Congressistas que aqui se encontram. Revejam as leis, montem uma Comissão de Sindicância e vão conhecer de perto a realidade dos Cartórios de Registro de Títulos de Imóveis nas regiões de fronteira, nas regiões distantes. Vão ver isso **in loco;** é um pedido que eu faço.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, está feito o requerimento, creio que de todos os membros desta CPI, principalmente do Ministro.

O SR. RAUL JUNGMANN – E mais ainda: vejam, também, os Processos de Fiscalização, de Correição, as Corregedorias como atuam e como é feito esse processo de registro. Creio que seria uma grande ajuda que se daria nesse terreno, para reduzir esse tipo de problema. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Ministro Raul Jungmann, primeiro V. Exª fez algumas provocações bastantes positivas. Pois, sinto-me desafiada a tentar responder a, pelo menos, algumas delas com relação à reforma agrária na Amazônia. Mas, primeiro, gostaria de fazer algumas colocações que considero importantes. Realmente, nosso País é um País que vive trabalhando em cima de demandas reprimidas. Claro que a reforma agrária é uma demanda reprimida, desde o período em que ela era estrutural ao processo de industrialização do País.

Concordo, inteiramente, que hoje a reforma agrária tem que ser vista do ponto de vista de uma perspectiva social, inclusive foi o IPEA, que é um órgão do Governo, que veio a esta Comissão e disse que os dois elementos mais importantes de inclusão social vêm em primeiro lugar: a educação e a reforma agrária. Portanto, quando se fala em reforma agrária, tem que se pensar na sua dimensão social. Por isso, V. Exª está aqui nesta Comissão da Pobreza, falando sobre reforma agrária.

Outro aspecto interessante é que o próprio Governo tem dito que a reforma agrária, em governos passados, vinha a passos de jabuti. E hoje, talvez, a passos de um outro animal que ande um pouco mais depressa. Não vou dizer que é de tatu; porque é um bichinho que corre bastante, embora maneje bastante a terra. Agora, a reforma agrária, sendo uma questão social e sendo também considerado pelo próprio Governo que ela está andando com um pouco mais de pressa do que anteriormente, reflete uma decisão política. Trata-se de uma decisão política.

Ora, sendo uma decisão política, nós temos que ter muito cuidado quando falamos que não podemos politizar a reforma agrária. Temos que politizar, sim, a reforma agrária, pois se trata de uma decisão política. Talvez não seja por acaso que, neste momento, neste período, a reforma agrária tenha conseguido ter visibilidade na sociedade, passou a fazer parte da compreensão do povo brasileiro de que ela é importante, passou a ser vista não como um bicho-papão, ideologizado no mau sentido, de que se tratava de uma bandeira subversiva, comunista, mas a sociedade toda passou a compreendê-la como um importante instrumento de inclusão social. Então, a politização feita da reforma agrária, eu a considero positiva. Porque, se não fosse a pressão social que tivemos em função da reforma agrária, com certeza, hoje esse tema não seria tratado e priorizado da forma como era, até porque não acredito que as coisas caem assim, espontaneamente, na cabeça dos dirigentes. Até mesmo esta Comissão é fruto de um instrumento de pressão da sociedade, em que todos nós, o Congresso, a sociedade, o FMI, percebendo que a situação está de completo caos, no que se refere à questão social, hoje todos se mobilizam para discutir a pobreza. Então, as questões podem e devem ser analisadas politicamente. Concordo que não podemos ficar ideologizando sobre se é de direita ou de esquerda. É uma necessidade do País e tem que ser respondida como uma necessidade do País. Um outro aspecto que considero importante e aí já vou entrando nas perguntas propriamente ditas: V. Exª falou que já foram assentados em 11 milhões de hectares, e que isso é pouco, comparando à quantidade do que temos em nosso País. A primeira pergunta que faço, para que possamos ter uma idéia de onde está havendo concentração de terras demarcadas recentemente, é: percentualmente falando, esses 11 milhões recaem sobre quais Regiões do nosso País? Quanto às questões que foram levantadas no que se refere à Amazônia, eu concordo que, na Amazônia, não se pode ter uma reforma agrária nos moldes tradicionais do que acontece nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; na Amazônia, a reforma agrária é diferente. Aliás, se os governos sucessivos tivessem prestado atenção no que vem sendo dito na Amazônia, não por todos, mas por uma parte, de que a reforma agrária, na Amazônia, deve ser específica, desde a década de 70, desde quando Chico Mendes, ainda era vivo, colocou, na primeira tese da CUT, uma frase que dizia "reforma agrária específica para a Amazô-

nia". Lembro que, naquele momento, até a CUT teve dificuldade em compreender o que Chico Mendes estava querendo dizer. E ele falava de assentamentos extrativistas, de reserva extrativista, de que os lotes não poderiam ser quadrados, nessa lógica que tem a reforma agrária em outras Regiões do País, de que, na Amazônia, a reforma agrária deveria respeitar critérios que foram depois, teoricamente, estruturados e, na prática, realizados, que são as reservas extrativistas, os assentamentos extrativistas, a criação dos sistemas agroflorestais e um reordenamento da economia na Amazônia, voltado para um modelo que chamamos "agroextrativista". O que é esse agroextrativismo? É a combinação de elementos que não podem, em hipótese nenhuma, negligenciar a alta tecnologia, o crédito acessível e os investimentos em termos de infra-estrutura. Porque, para realizarmos reforma agrária na Amazônia, não é só colocarmos os assentados em campos de concentração, numa região em que chove, que tem malária, que tem uma série de problemas, e esses agricultores ficam lá, jogados, sem as mínimas condições de vender os seus produtos. Reforma agrária na Amazônia significa estradas vicinais, crédito, significa, inclusive, que o FNO possa ser liberado, significa assistência técnica, significa a possibilidade de vender esses produtos de uma forma diferente. Reforma agrária na Amazônia também não significa a base tradicional de se ficar plantando grãos. Não temos como concorrer principalmente com a Região Centro-Oeste em termos de produção de grãos, à exceção do Estado do Pará, onde temos uma realidade diferente. Na maior parte das regiões da Amazônia, o que acontece? É plantar arroz, feijão, milho e mandioca. Isso está adequado do ponto de vista da subsistência. Do ponto de vista de uma economia eficiente, voltada para o comércio, não tem como competir, não tem como competir, não tem competitividade. E o que podemos fazer? Mudar a base de desenvolvimento econômico da Amazônia a partir da sua própria vocação. É por isso que no Acre, hoje, queremos ser um exemplo, sim. Estamos fazendo o zoneamento ecológico e econômico. Passaram 15 anos tentando fazê-lo, agora, no final deste mês vamos entregar a primeira versão do zoneamento ecológico e econômico.

Nesse zoneamento, estamos propondo uma compatibilização da pecuária com tecnologia. O que é isso? É o que já vem sendo feito pela Embrapa. A Embrapa já tem técnica que nos dá a possibilidade de dobrar o nosso rebanho sem derrubar mais um pé de árvore. O que ocorre na Amazônia é que se derruba a floresta para garimpar nutriente, porque não temos apoio para a implementação das tecnologias que já estão disponíveis. Na Amazônia hoje, não se trabalha com uma base de desenvolvimento voltada para uma cultura perene, como é o caso da experiência que V. Exª conhece do Projeto RECA, onde se tem culturas permanente de pupunha, cacau, cupuaçu, acerola, guaraná eu poderia ficar citando várias delas e, com isso, consegue-se variar a produção, tem-se menos incidência sobre floresta e não se precisa, todo ano, ficar derrubando hectares e hectares de floresta.

Agora se eu perguntar se isso está ocorrendo nos projetos de assentamento da Amazônia, desconheço. Conheço algumas experiências-piloto que estão sendo realizadas, mas me sinto bastante desafiada para dar essa contribuição, porque, em primeiro lugar, acredito nela, e em segundo lugar, penso que deve ser um esforço do Governo Federal, dos Governos Estaduais, que devem ter uma zoneamento ecológico e econômico, e de propostas que passem necessariamente por qualificar os nossos agricultores. Discordo que tenhamos de abrir mão, vergar a coluna dizendo que não tem jeito de os pequenos aprenderem alguma coisa.

Quando V. Exª foi em Assis Brasil, colocação preguiça, junto comigo, boa parte das pessoas não puderam ir para a reunião porque não tinham roupas. O PDA fez um projeto de R$80 mil incorporando 20 famílias. Essas 20 famílias, naquela época, derrubavam uma árvore de mogno e vendia por R$20,00. Uma árvore de mogno dá 8 m^3 de madeira; cada metro cúbico de madeira chega ao Porto Paranaguá por R$800,00; cada metro cúbico de madeira dá para fazer no mínimo dez a oito camas; cada cama de mogno custa na Europa U$3 mil. Essa exploração, pelo menos com essas 20 famílias do PDA, acabou. Sabe o que ele fazem? Agora eles coletam a semente, estão vendendo para uma empresa de reflorestamento e, no caso do mogno, chegam a ganhar, por ano, R$500,00 coletando apenas as sementes graças ao treinamento que foi feito para que eles coletassem sementes. Então experiências, na Amazônia, para se fazer reforma agrária, não faltam; temos muitas. O que precisamos é transformar essas experiências pontuais, pulverizadas em políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, inclusive no que se refere à reforma agrária.

Para concluir, V. Exª quem fez o desafio, eu gostaria muito de saber do Governo com relação aos cortes que foram feitos no Orçamento para a reforma agrária. A média que temos é de R$1 bilhão de investimentos para a reforma agrária por ano. Temos informações de que, para até o ano 2000, temos cortes,

segundo projeções orçamentárias, de mais ou menos 28% nos orçamentos de reforma agrária.

Estou aqui com uma revista, Ministro, que me deixou completamente escandalizada. Ora, se temos um investimento de R$1 bilhão por ano, na média, tem aqui um cidadão que conseguiu no Banco do Brasil dar um calote de R$500 milhões sem nenhuma dificuldade. Olhe o que ocorre com os recursos do nosso País, do contribuinte. Enquanto para essa magnânima proposta de reforma agrária temos por ano R$1bilhão, temos aqui um cidadão que conseguiu no Banco do Brasil R$500 milhões de empréstimo, que não vai pagá-lo e que talvez nem seja punido por isso. Mas essa, infelizmente, é a realidade do nosso País em que ocorre esse tipo de coisa.

Para concluir, eu diria reforma agrária é, sim, uma decisão política, assim como é uma decisão política colocarmos recursos para o Proer e para a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra, a ilustre Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, vou ser breve, diante do adiantado da hora.

Entendo, Ministro, que o Pronaf, assunto pertinente à sua visita, entra num momento novo quando vai para o seu Ministério. Ele era de um Ministério e foi para o de V. Exª por ser o programa que pode chegar àquele que está precisando, realmente, de uma intervenção articulada, que envolva, por exemplo, artesanato, como V. Exª falou, e várias formas de produção da família, mas não somente para a sua sobrevivência, porque é importante que ela consiga ter uma economia de sustentação.

Tenho muitas esperanças com o Pronaf no seu Ministério, porque conheço a forma como V. Exª trabalha, mas, em relação à formação desse conselho, que deverá ser anunciado amanhã e que ficará sob a sua Presidência, vou usar um termo que V. Exª empregou aqui: que V. Exª tenha coragem de dar as caneladas que forem necessárias, porque é um conselho formado por vários Ministérios e, se o Presidente realmente não tiver coragem de dar as caneladas foi V. Exª quem usou o termo, estou apenas repetindo , para haver essa intervenção articulada, ficaremos fazendo, de um lado, um pedaço e, de outro, outro pedaço, superpondo-se projetos e recursos. E, aqui, estaremos discutindo que não há recursos para a reforma agrária.

Eu gostaria de saber os montantes de investimentos do Pronaf para o Nordeste, os que já foram aplicados. Finalizando, eu gostaria de dizer que V. Exª cometeu um equívoco quando falou que o Governador Dante de Oliveira, anteontem, levou para o seu Estado o fundo de aval, numa experiência inovadora. Eu já conheço essa experiência no meu Estado, no Município de Poço Verde, com o Prefeito José Everaldo, exatamente nos mesmos moldes inclusive, o Prefeito estava junto com o Governador Dante de Oliveira e com muito êxito. Então, realmente, é uma esperança esse fundo de aval que o Governador leva para o Estado, mas que já foi testada no meu Estado, Sergipe, no Município de Poço Verde.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra, o nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Sr. Relator, já conhecemos a atuação do Ministro Jungmann, não só junto aos Parlamentares, mas também no seu Ministério, agindo com justiça. Por exemplo, houve a invasão de uma fazenda que tinha alta tecnologia, completamente informatizada, com transferência de embrião. Foi feito o decreto de desapropriação e S. Exª fez voltar, agindo com muita segurança nesse ponto. Invadir fazendas como essa é o mesmo que se invadir uma casa e assaltá-la; e foi feita a justiça. A forma como ele age também com relação ao superfaturamento de fazendas, que ele já deu o grito, dizendo que não concordar com isso. No entanto, ele disse algo muito importante. Sabemos que o homem que está no campo, hoje, em grande parte tem uma atividade também da cidade. Em cada quatro, um deles tem renda da cidade, compondo a renda familiar.

Nos Estados Unidos, para exemplificar, 3% moram no campo, e 28% vivem da atividade agrícola. Ou seja, a tendência, sem dúvida, é a de o homem trabalhar no campo, mas morar na cidade. Isso aconteceu em todo o mundo. Somos uma espécie gregária. A tendência é ocuparmos a cidade, pois lá há festas, igreja, emprego, saúde, educação, portanto, maiores condição para o homem viver.

Então, Sr. Presidente, se implantarmos essas pequenas comunidades agrícolas em torno das médias e pequenas cidades, dando-lhes condições básicas, também elas serão, digamos assim, o primeiro anteparo para que as populações não saiam do campo, como se preocupa aqui o nosso Senador. Na verdade, essas populações vão migrar inexoravelmente do campo para ocupar as cidades. Esse m processo aconteceu, é uma constatação no mundo inteiro.

A casa escola, no que diz respeito à educação, segundo comentou o Senador Osmar Dias, é importantíssima. A casa escola é realmente um incentivo importante para reavivarmos a vocação agrícola. Por-

tanto, é nisso que quero centrar a minha posição. Há no campo uma infinidade de pequenos agricultores, que não são sem terra, e a maioria deles sem terra, mas que trabalham nas fazendas. Esse o apoio que se tem que dar a essa gente que já trabalha e ocupa o campo, equipando tanto essas pequenas vilas próximas aos centros médios como também os centros médios, para que possam acolher os filhos desses agricultores desde a escola até à universidade.

Brasília é um bom exemplo. Brasília, economicamente, foi bastante criticada, mas, na verdade, acolheu uma população de 2 milhões de habitantes em torno dela, tendo, com isso, um grande avanço não só da agricultura familiar, mas também à grande produção agrícola, porque essa também não pode ser abandonada, pois o feijão que vai para a panela do operário é o mesmo feijão produzido pelo pequeno ou pelo grande agricultor.

É preciso termos a idéia de que o sistema produtivo é essencial.

Sugiro, portanto, para que possamos diminuir a pobreza, que essas pequenas comunidades tenham equipamentos necessários, evitando-se, assim, por um longo período, o êxodo rural.

É necessário deixar que o campo seja trabalhado por homens que vão morar nas comunidades próximas ao seu trabalho, como já ocorre sobretudo no mundo desenvolvido.

Nesse sentido, apoio, vamos dizer assim, a ação do Ministério que V. Exª conduz com tanta competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Ministro, já foram tantas as vezes em que tive a oportunidade de participar de uma mesa redonda com V. Exª que vou pedir que faça parte do meu discurso todos os elogios que fiz a V. Exª nas vezes anteriores, redobrados, porque V. Exª merece todos eles, acrescentados da competência e da seriedade, manifestadas por V. Exª.

O SR. RAUL JULGAMANN – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Eu, às vezes, me pergunto por que a fé, a dedicação, o esforço, a garra de V. Exª nem sempre são correspondidos com resultados do outro lado? Por que um Governo não pega uma pessoa como V. Exª, que tenha vontade, disposição, que está no caminho certo, e não dá os instrumentos necessários para que ele possa chegar lá?

Na campanha política, eu apoiei o candidato Fernando Henrique, e em Pelotas eu disse: Presidente, o senhor tem uma página a sua frente. Nos tempos de Juscelino, quando ele foi candidato a Presidente, ele disse que faria o Brasil crescer 50 anos em 5, e de certa forma fez. Mas quando ele queria voltar a ser candidato em 65, JK 65, ele dizia: "Eu tenho de voltar a ser candidato, porque tenho uma dívida muito grande com o Brasil. Olhei para o Brasil, o País cresceu muito, mas esqueci da agricultura. A agricultura pagou um preço muito caro. E quero voltar a ser Presidente, porque vou fazer a agricultura crescer 50 anos em 5".

Ele não voltou, não deixaram ele voltar. Mas ninguém fez nada pela agricultura depois dele. Estamos hoje na mesma situação.

Eu dizia ao Presidente Fernando Henrique: Vossa Excelência, Sr. Presidente, se quer fazer algo de concreto, o primeiro passo é a agricultura. Sob qualquer ângulo que Vossa Excelência analisar, o primeiro passo é a agricultura. Eu disse com todas as letras: o senhor teve a coragem de, em uma sexta-feira, de madrugada, sem ouvir ninguém, de repente assinou o Proer, por causa de meia dúzia de bancos falidos, envolvendo até um dos bancos em que estava a sua nora? Por que Vossa Excelência não tem a coragem de fazer a mesma coisa com a agricultura? De ter um plano de impacto, real, concreto, com relação à agricultura? Acho que está faltando isso.

As pessoas falam, inclusive quando V. Exª esteve lá no Rio Grande do Sul, nas caneladas que V. Exª deu, mas não contam das caneladas que V. Exª recebe. E V. Exª, infelizmente, tem um ilustre Presidente, que é muito ilustre, mas não sabe dizer não. Aí será o contrário, V. Exª é que terá de dizer o não ou o sim. Bater na mesa para dizer não ou sim, não é a especialidade do Presidente. Mas que ele, pelo menos, diga sim para o Ministro da Fazenda, com relação a ele dar a V. Exª a cobertura que merece.

Vou ser muito sincero: não gostei da reforma do Presidente. Penso que tirar a agricultura familiar e colocar no seu Ministério da Reforma Agrária foi um erro, porque o Ministério da Reforma Agrária é extraordinário. Fui Ministro da Agricultura e acreditei. Olha, eu vivi por 6 meses uma euforia fantástica, porque, criado o Ministério da Reforma Agrária, o Presidente José Sarney foi ali no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, onde havia reunido 8 a 9 mil agricultores sem terra do Brasil inteiro. Eu nunca vi alguém fazer uma defesa da reforma agrária como o Presidente José Sarney fez: "A reforma agrária vai sair, eu garanto". Ele foi aplaudido de pé, em delírio.

Eu saí correndo, peguei o Ministro da Reforma Agrária, o Nelson Ribeiro, e disse: precisamos correr atrás para ver o que fazer, porque ele não tinha estru-

tura alguma, e o Ministério da Agricultura tinha. E nós criamos, se V. Exª for ver em seu Ministério, há uma portaria assinada pelos dois Ministros, e fizemos, durante dois meses, reuniões conjuntas dos dois Ministérios, porque o Ministério da Reforma Agrária assentava, mas e depois? É o que V. Exª diz, o que há de mais fácil é pegar as terras e assentar as pessoas, mas e depois? Então fizemos um movimento conjunto, o Ministro Nelson Ribeiro e eu, com as nossas equipes, para estudar o depois, onde a EMATER, os órgãos todos – a estrutura do Ministério – poderiam ser colocados a serviço dos assentamentos.

Agora, de repente o que faz o Presidente? Cria um programa espetacular. Creio que será divulgado hoje à tarde ou amanhã. Parece que vamos ter uma grande notícia, pela qual realmente estou esperando com muita expectativa, que é uma verba vultosa para esse setor. Que bom!

Mas, de repente, esse setor é colocado no Ministério da Reforma Agrária. V. Exª sabe melhor do que eu que o Ministério da Reforma Agrária tem V. Exª, com seu entusiasmo, e certa estrutura que não dá nem para resolver os problemas de desapropriação de terra, como é feito, como não é feito... Hoje nós não sabemos, Ministro e V. Exª sabe melhor do que eu quando a invasão de terra é feita pelos sem terra, que estão invadindo porque querem a terra, ou quando a invasão é feita pelos proprietários da terra, que conseguem alguém para invadir porque querem vender e porque fazem um bom negócio na venda.

Com toda a sinceridade, quando fui Ministro da Agricultura, ficava muito irritado ao ver que café, cana-de-açúcar, cacau e esses grandes produtos não eram da minha alçada. Achava que deveriam vir para o Ministério da Agricultura. É o que aconteceu agora: foram, mas, em compensação, saem a água e a agricultura familiar. Eu não sei! O que eu sinto, de certa forma, é que não se fez a alteração correta. Acho que V. Exª deveria ser, então, Ministro da Agricultura e Reforma Agrária. Que V. Exª fosse para esse Ministério, e o meu querido amigo Pratini, que é brilhante, ficasse com os Ministérios relacionados à exportação e coisas semelhantes.

Venho de uma região onde há reforma agrária e onde mais importante do que reforma agrária é o pequeno produtor. Olha, essa é uma situação dramática. Eu vejo essa novela que está passando, Terra Nostra, e sei que o meu amigo Eduardo Suplicy, quando não pode assistir, manda gravá-la. Essa novela relata um fato verdadeiro, mas muito diferente do que aconteceu no Rio Grande do Sul. Ali, quando vieram os italianos, eles tiveram de brigar com os proprietários da terra, tiveram de lutar para conseguir um emprego. No Rio Grande do Sul, foi feita uma reforma agrária. No Rio Grande do Sul, foi ocupada uma área que não tinha proprietário. É verdade que era uma área inóspita, mas foram dados 25 hectares para cada cidadão. Foram dados uma pá, uma enxada, um punhado de sementes, e eles fizeram um trabalho fantástico, uma revolução. Parou agora no final, porque não temos uma política agrária e não tivemos a visão de ver o próximo passo que eles deveriam dar.

Eu não sei, mas acho que são duas políticas diferentes: a da reforma agrária e a do pequeno produtor. Acho um crime o que aconteceu. Milhares de pequenos produtores... Olha, no Rio Grande do Sul, foi caso de polícia. Nós tivemos um Ministro da Agricultura, há muito tempo nem me lembro quanto tempo faz , que criou uma cooperativa para pegar os agricultores do Rio Grande do Sul e levá-los para o Amazonas, para o Norte, porque achava que era gente demais e que não havia o que fazer com eles no Rio Grande do Sul. E lançaram os cidadãos no meio da Floresta Amazônica. Eu dizia: "Meu Deus do Céu, se a Itália, com uma terra do tamanho do Rio Grande do Sul, tem 50 milhões; se o Japão, com uma terra do tamanho do Rio Grande do Sul, tem 70 milhões, essa gente é a nossa melhor matéria-prima!". Era o agricultor filho de colono. O avô trabalhou na terra, o pai trabalhou na terra, ele trabalhou na terra e entende de tudo. No entanto, foram enviados. E fizeram. A história desse final de século vai mostrar o que esses gaúchos que saíram do Rio Grande do Sul fizeram pelo Brasil inteiro em termos de desenvolvimento e progresso. Mas, na verdade, para nós do Rio Grande não somou. E na Bahia inclusive.

Em primeiro lugar, eu não estou, para minha cabeça, conseguindo entender como o seu Ministério ainda é Ministério Extraordinário da Reforma Agrária? Ou mudou o nome?

O SR. RAUL JUNGMANN – Não. Não mudou.

O SR. PEDRO SIMON – Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, e está dentro do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária a propriedade familiar. Quer dizer, alguma coisa está errada. Então, que vá para o seu Ministério a estrutura que tem lá que conheço e sei que é fraca. A gente diz que o Ministério da Agricultura tem uns 50 anos de atraso na sua estrutura, mas é a que nós temos.

Então, creio, primeiro, que o Governo tinha de ter uma posição mais clara com relação a isso. Se é para V. Exª ficar com a agricultura familiar e a estrutura que está lá, o Ministério da Agricultura ficará para quê? Para os grandes proprietários – para café, para

cacau, para açúcar, para soja –, para os grandes produtores? Parece-me que essa gente não precisa nem da estrutura. O que eles querem é preço – é um outro estilo de atividade se comparada àquela que o Ministério da Agricultura está acostumado a formar.

Com toda a sinceridade – e gostaria muito de ouvir o pensamento de V. Exª –, acho que nós deveríamos estudar essa estrutura e criar algo definitivo. Acho que largaram uma bomba na sua mão, quer dizer, de repente, toda a agricultura familiar está com o Ministro Jungmann, mas a estrutura a sua disposição é zero. Quer dizer, ele já não tinha uma estrutura para reforma agrária e, agora, preciso tratar da reforma agrária e da agricultura familiar. Deveria ser feita uma restruturação nesse sentido. Eu prefiro ver a agricultura familiar junto com a reforma agrária do que a agricultura familiar misturada com toda a agricultura em geral, pois senão pode acontecer o que aconteceu aqui: vem o pessoal ligado à agricultura, berra, grita, dizendo "nós queremos porque queremos a reforma das nossas dívidas" e a resposta do Governo é única: "Não, porque 80% das propriedades são responsáveis por 20% da dívida e 3% dos grandes proprietários são responsáveis por 80% da dívida". Mas, que coisa! Por que não se faz essa divisão? Por que não se faz, no papel, a discriminação dos devedores? Para os pequenos, para os humildes – responsáveis por 20% da dívida –, um tratamento. Para os outros, outras condições para a rolagem da dívida. Por que não se faz essa separação?

É o que acontece com a reforma agrária. Com todo o respeito que tenho pelos sem-terra – acho que é um movimento que merece a nossa confiança e a nossa credibilidade –, acho que o Governo tinha que ter o seu movimento. O Governo teria fazer uma discriminação por município, teria que ter um cadastro próprio, pois não pode viver em função do que está do lado de lá. O Governo deveria fazer um levantamento para, na hora de tomar as decisões, ter os seus números para confrontar com os que forem apresentados.

Eu sou seu admirador, acho que o senhor é um dos grandes nomes desse Ministério, tem grandes propósitos mas, sinceramente, se eu fosse o Presidente, eu iria aproveitá-lo melhor.

Além disso, acho que deveríamos estudar essa reforma com mais profundidade, porque acho que ela foi feita às pressas. É um absurdo fazer-se uma reforma dessa maneira. Nós não temos uma política real de reforma agrária, nós não temos uma estrutura do Ministério voltada para a agricultura e, de repente, baixa-se uma medida provisória, muda-se tudo e nós não entendemos mais nada. A agricultura familiar não está mais aqui, está lá na reforma agrária; o café e a cana-de-açúcar estão aqui – é Ministério da Agricultura e Exportação. Eu acho que o setor de exportação é da maior importância, mas os assuntos não devem ser misturados.

Não gostei quando vi a ênfase dada à posse do Ministro – não dele, mas do Presidente: "Não, porque agora nós vamos ter um novo Ministério, vamos ter exportação, vamos dar dinheiro e vamos dobrar a exportação". Que bom, mas primeiro precisamos produzir. Vamos dobrar a mão-de-obra, porque há trinta milhões de brasileiros que passam fome. Acho que se começa por aí.

Sr. Ministro, na minha opinião, o primeiro item a ser levado em conta para se terminar com o desemprego é a agricultura familiar – é o primeiro item. Eu não vejo onde nós, que estamos aqui discutindo numa Comissão da Pobreza, vamos conseguir uma proposta mais clara e mais objetiva, mais real para diminuir o desemprego do que a pequena propriedade, principalmente hoje.

As pessoas saíram lá da minha Caxias, da minha região, e foram embora. Os gringos, em 25 hectares, plantavam, colhiam. De repente, a terra ficou improdutiva e eles não dispunham da tecnologia que existe hoje. Eu sou de um tempo em que, diante de uma macieira, nós ficávamos na expectativa – este ano vai dar, no ano que vem não vai dar; uma maçã é desse tamanho, a outra é pequena; a outra é bonita e a outra é não sei o que. Não é como hoje, porque hoje a agricultura é uma fábrica: quando se planta um pé de maçã, colhem-se milhares de maçãs, todas iguais, onde a tecnologia avançou.

Quando fui Governador existia algo muito singelo: um plano de irrigação com um tubo pequeno, tipo Índia, uma questão de plasticultura e alguns açudes... O Rio Grande do Sul, que importava 90% dos seus produtos hortifrutigranjeiros de São Paulo, baixou para 60%. E, hoje, a minha terra, Caxias do Sul, que não tinha nada, é uma grande exportadora de hortifrutigranjeiros.

Em Brasília, visito um cidadão que está produzindo e exportando pimentão em apenas três hectares, empregando 27 pessoas. Tem um restaurante e a produção de pimentão conseguida em três hectares é exportada para o mundo inteiro.

Nessas condições, penso que não há outra perspectiva de se dar emprego e condições senão através da agricultura familiar, que, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná é algo importante, ainda mais porque já existe a infra-estrutura, a

casa, o terreno, a cerca, o colégio, o posto de saúde, enfim, tudo. Temos, na Região Sul, uma infinidade de pequenas propriedades que se transformaram em asilos de velhos, porque os jovens saíram em busca de emprego, deixando suas terras porque não tinham condições de trabalhar. São os 40 mil desempregados que existem em Caxias do Sul. E para que retornem não é necessário que se compre terra, porque eles já a têm, mas apenas um estímulo para que possam produzir.

De resto, Sr. Presidente, agradeço a gentileza e tenha o meu carinho de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Ministro, como há ainda quatro oradores inscritos Deputado Marcondes Gadelha, Deputado Euler Morais, Deputado Paulo Marinho e Francisco Graziano* , gostaria de saber de V. Exª se poderíamos ouvir as perguntas dos quatros inscritos, tendo em vista que o Senador Pedro Simon não formulou perguntas, e aí V. Exª responderia a todas.

Consulto se há problema para V. Exª.

O SR. RAUL JUNGMANN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Não havendo problema para o Sr. Ministro, passo a palavra ao Deputado Euler Morais, lembrando que dento de uma hora iniciaremos...

O SR. EULER MORAIS – Meus cumprimentos à Mesa, ao Senador Maguito Vilela, nosso Presidente, à Senadora Marina Silva, nossa Vice-Presidente, ao Deputado Roberto Brant, nosso Relator, e também ao nosso Ministro Raul Jungmann pela sua exposição extremamente importante para a nossa Comissão.

Creio que o Senador Pedro Simon expressou muito do que eu iria aqui abordar, até porque tive o privilégio de assessorá-lo no Ministério da Agricultura, pois sou servidor da Embrapa desde 1974, tendo tido a oportunidade de trabalhar no Ministério da Agricultura até 1990, com uma passagem rápida pelo Ministério da Reforma Agrária.

Mas gostaria de começar, Sr. Ministro, por dois pontos. O primeiro ponto diz respeito à frase de que a desapropriação hoje, no Brasil, é um privilégio e não uma penalização. Essa é uma afirmação extremamente grave, porque mostra...

O SR. RAUL JUNGMANN – V. Exª me permite? Eu disse "em muitos casos". É importante dizer isso, em muitos casos.

O SR. EULER MORAIS – Mas hoje a impressão generalizada é quase esta: infelizmente, para a agricultura familiar, vender a propriedade, na verdade, é uma penalização, é a falta de alternativa daquele que já tem a terra e a vocação e, muitas vezes, não consegue sobreviver e acaba tendo que vender a sua pequena propriedade, ir para a cidade, inchá-la, aumentando ainda mais os problemas urbanos.

Fico feliz em saber do anúncio de amanhã da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. Ao mesmo tempo, fico perplexo porque desde 1986 e seguintes, quando eu estava no Ministério da Agricultura, já discutíamos a necessidade de termos uma política de desenvolvimento rural no País, que significa termos uma política agrícola e uma política agrária integrada. Sem isso, não temos condições de desenvolver o caso. Vejo agora, quantos anos depois, que falamos na criação de um conselho nacional de desenvolvimento rural.

Na verdade, Ministro, infelizmente, não temos política agrícola ainda. Esse é o mal do nosso País. Depois da década de 30, 40, temos adotado um modelo de desenvolvimento do nosso País que não é nem um modelo econômico, é uma religião urbano-industrial, só pensamos na cidade. Evidentemente, todos estão conscientes da penalização, da discriminação pela qual o setor rural passa em nosso País. Suga-se, tira-se do campo e investe-se na cidade. Não temos, de fato, uma política agrícola consistente, permanente. Tivemos um período de crédito rural, dito subsidiado, com uma série de distorções e, em função delas, acabou-se com todo tipo de subsídio, quando em todo o mundo a agricultura tem algum tipo de incentivo, de subsídio. Se a terra não for rentável, vai valer à pena colocá-la para desapropriação, porque ela não tem utilidade. E o agricultor é tão empresário e racional quanto qualquer empresário da cidade. Se a terra der lucro, ele a explora, produz. Então o que está ocorrendo? Não temos, de fato, uma política agrícola concreta no nosso País e, infelizmente, a nossa política agrária tem sido concentrada especialmente na questão da distribuição da terra; falta infra-estrutura, condições para que o homem possa explorar a terra.

Quero esclarecer duas questões básicas, Sr. Ministro. Primeiro, o ponto que o Senador Pedro Simon colocou tão bem. Compartilho a preocupação dele quanto à transferência do Pronaf para o Ministério da Reforma Agrária. V. Exª disse que seria necessário um multiplicador de dois ou três para que pudéssemos chegar ao ponto ideal, a fim de atender a demanda do Pronaf.

Veja bem, os pequenos agricultores familiares não têm organização. Hoje o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra talvez seja muito mais organizado, e o Ministério da Reforma Agrária tem a cultura de procurar atender o trabalhador rural sem

terra. Evidentemente, vai haver uma disputa. Quem vai ter mais acesso: o assentado ou o agricultor familiar? Quem vai se beneficiar mais desses recursos?

Não sei se também passou o Pronaf Agroindústria para o Ministério da Reforma Agrária, mas a impressão que tenho, pela cultura criada, é que, se brincar, o agricultor familiar vai ser discriminado, penalizado, até pela pressão que o Movimento dos Sem Terra já conseguiu impor pela sua organização. Isso me preocupa muito.

O segundo ponto, Sr. Ministro, é a questão da descentralização do processo de reforma agrária, sobre a qual também escutamos há anos. Reforma agrária feita de Brasília realmente não funciona. Sem envolvimento dos Estados, dos Municípios, da própria sociedade, realmente não avança. Desde o início do Governo Fernando Henrique Cardoso tenho ouvido: vamos descentralizar. Sei que V. Exª se preocupa, que tem todo o interesse, mas não sei onde está o entrave, porque os Estados não conseguem ter uma participação mais efetiva no processo de reforma agrária, quando teriam condições, com os Municípios, de executar muitas obras. Infelizmente, as desapropriações são decididas muito mais em Brasília do que no Município ou no próprio Estado. Como conseqüência, muitas vezes compra-se terra que não tem realmente utilidade para a reforma agrária. Então, tenho dúvidas: qual é, de fato, o modelo que se pretende adotar para o processo de descentralização da reforma agrária? Sem a descentralização, não acredito no avanço da reforma agrária.

Vou parar por aqui, para não tomar muito tempo, mas louvo a iniciativa de se criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário, desde que ele seja funcional, prático, porque não existe política de desenvolvimento rural no nosso País até agora. É preciso conjugar muito mais os esforços de uma política agrícola para uma política agrária, do contrário, vamos viver essas dicotomias. Até diria a V. Exª que me causou satisfação ver que grande parcela da produção de soja no Brasil é feita por pequenos agricultores. Disseminou-se a idéia de que pequeno produtor só produzia para a sua subsistência, como se gostasse de fazer aquilo. Na verdade, ele é obrigado e induzido pela sua sobrevivência. Como disse o Senador Pedro Simon, se ele tiver um pedaço de chão de 2 ou 3 hectares, mas com tecnologia e com conhecimento, será capaz de ter alta produtividade e ter retorno. O problema não é extensão de terra. Creio ser preciso equacionar essa questão rapidamente. Era essa a minha intervenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro pelo desempenho brilhante que está tendo no Ministério da Reforma Agrária. Devo dizer que, ao longo de toda minha vida pública, nunca vi esforço mais consistente e desenvolvido com tanta determinação, com tanta perseverança e constância em favor da reforma agrária como o que estamos presenciando na atual quadra administrativa deste País. Infelizmente, perdi a parte expositiva do Ministro, porque estava na reunião da Comissão de Seguridade Social, tratando a questão da Previdência que, por sinal, está recomeçando. Assim, me penitencio por isso.

De qualquer forma, há dois pontos que quero colocar muito rapidamente. Primeiro, fazer coro com o Deputado Félix Mendonça em defesa da Casa Familiar Rural. Pedir mais atenção à Casa Familiar Rural. Não apenas pelo sucesso que essa instituição teve no exterior, na França, sobretudo, que tem uma agricultura relativamente forte, mas, porque essa Casa Familiar Rural é um paradigma de focalização em favor da pobreza, sobretudo se vier casada com um programa de bolsa-estudo. Primeiro, estamos atingindo um alvo que diria triplo, pois estaríamos investindo na agricultura, que é o grande bolsão de pobreza, estaríamos investindo em educação um instrumento de emancipação , e estaríamos investindo no jovem, o que têm pedido todos os especialistas nesse campo. Ainda mais considerando que o objetivo da Casa Familiar Rural não é apenas treinar trabalhadores rurais, mas empresários rurais. Ou seja, transformar o filho do agricultor em um micro empresário rural, dando-lhe o sentido de emancipação, que é o grande calo da política de reforma agrária. A questão da emancipação **versus** dependência é um problema com o qual o Ministério deve estar se debatendo e vai se debater por muito tempo. A Casa Familiar Rural é um modelo excelente de refocalização de recursos em favor da pobreza, o que é o objetivo desta Comissão.

No segundo ponto, Sr. Ministro, quero discordar, frontalmente, da posição do Senador Pedro Simon e do Deputado Euler, com relação à transferência do Pronaf para o Ministério da Reforma Agrária. Acho que foi uma atitude acertadíssima, talvez das mais brilhantes e corajosas posições tomadas por este Governo, e vou dizer por quê. O Programa Nacional de Agricultura Familiar teve uma concepção brilhante. O seu objetivo era estimular a agricultura familiar e desenvolvê-la, sobretudo onde mais fraca, defi-

ciente e mais primária. Tinha um sentido de justiça social, de igualitarismo e se fez conjugar com o Comunidade Solidária, exatamente com esse propósito. Então, essa concepção brilhante do Pronaf, infelizmente, na parte operacional, na execução, aconteceu exatamente o inverso, pois se tornou um instrumento perverso de agravamento das disparidades sociais e regionais dentro do segmento agricultura. Por quê? O grosso dos recursos do Pronaf, recursos de longo prazo, a custo baixo, e que estão entre as melhores linhas de crédito do mundo, esses recursos foram integralmente apropriados, ou na quase totalidade, mais de 80%, por quatro Estados da Federação: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, sobretudo, e Minas Gerais, em grande parte.

Os outros Estados ficaram a ver navios. Aqueles onde estão os grandes bolsões de pobreza, onde a agricultura é mais fraca e mais pobre, não tiveram qualquer acesso ao Pronaf, pelo menos até onde acompanhei, que foi o final do ano de 1997. Não sei se houve algum milagre em 1998, e não acredito que tenha acontecido.

Mas, regiões como a da Senadora Marina, alguns Estados como o Amapá, por exemplo, não receberam um centavo – não é dizer mil reais –, um centavo para todo o Estado do Amapá, onde estão agricultores pobres. Com certeza, aconteceu o mesmo com o Estado do Amazonas; com o Nordeste, igualmente.

Apropriaram-se dos recursos os agricultores que tinham um nível de conhecimento e de renda maiores do que os daquela região, ou seja, houve uma desfocalização muito característica das injustiças deste País. Os recursos que deveriam ir para agricultores pobres acabaram indo para regiões onde não há pobres na agricultura. Então, no Estado de Santa Catarina, por exemplo, houve uma facilidade muito grande de apropriação de recursos, porque a maioria dos agricultores, naquela região, são integrados com grandes empresas que lhes davam aval perante o banco. Então, Sadia, Perdigão etc avalizavam esses agricultores, enquanto que agricultores, lá na minha região, no Nordeste, por exemplo, não tinham nenhum acesso a esse crédito. Simplesmente o gerente dizia que não podia repassar, porque exigia aval, garantias reais, uma série de condições absolutamente inaceitáveis.

Foi por isso que um Prefeito do interior de Sergipe, aqui citado pela Senadora Maria do Carmo Alves, resolveu criar um fundo de aval para ver se melhorava um pouco a situação. Mas, na verdade, o que aconteceu foi uma desfocalização contra os propósitos de se resolver a questão da pobreza no campo. Houve um inverso: transferência de recursos para regiões mais bem servidas, em todos os sentidos, dos pontos de vista tecnológico, do capital, de nível social e de nível educacional também desses agricultores.

A única maneira menos traumática e politicamente passível de uma condução para promover uma refocalização do recurso do Pronaf foi essa que o Governo encontrou, de passar para a reforma agrária, porque, na reforma agrária, todos os assentados são iguais, todos os assentados são igualmente pobres. Quer dizer, um sem-terra do Paraná suponho que esteja mais ou menos na mesma situação de um sem-terra do Amazonas, ou de um sem-terra da Paraíba, ou de um sem-terra de outra região qualquer.

Então haverá uma refocalização em favor dos que realmente são pobres, dentro de um segmento onde há bolsões incomensuráveis de pobreza, mas em que haja alguns que são remediados. E , se nós estamos aqui, nesta Comissão, atentos a essa questão da refocalização, temos que aceitar que, desse ponto de vista, a posição do Governo foi absolutamente irretocável.

Para finalizar, seguindo a linha da Senadora Marina Silva, apenas citarei que – pois não haverá tempo suficiente – também em alguns Estados do Nordeste, por exemplo, a reforma agrária tem que ser bastante específica e tem que ser casada com a política de recursos hídricos. Não adianta jogar o cidadão lá, se não há água. A agricultura já é pequena, a terra já é pouca, não é possível produzir grãos no semi-árido, sobretudo do Nordeste, é preciso produzir frutas, por exemplo. Isso demanda investimentos altíssimos em irrigação, em máquinas, em equipamento, em técnicas de comercialização, de embalagem etc. Então, atenção para essa questão de que também lá a reforma agrária deve ter características muito específicas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, ouvi atentamente a exposição dos outros colegas, e algumas coisas me chamaram a atenção. Por exemplo, creio que, nesta Comissão, que tem um papel importante, as discussões, com a presença do Ministro da Reforma Agrária, deveriam necessariamente ser voltadas para a compatibilização do que a reforma agrária pode efetivamente contribuir para minorar a pobreza do País.

Sou de uma outra região. Sou de uma outra Caxias. O Senador Pedro Simon é de Caxias do Sul; eu sou de Caxias do Maranhão. Na minha cidade, exis-

tem algumas antigas áreas de assentamento. Posso, assim, dar um testemunho bem real de que a reforma agrária serviu tão-somente para favelizar a zona rural. Não houve nenhum tipo de incremento, de mudança, de melhoria na qualidade de vida das pessoas assentadas. Fui prefeito da minha cidade e conheço muito bem a realidade dessas comunidades. Por que não houve melhoria? Porque essas comunidades sempre foram usadas. Depois que houve uma mudança – e sentimos isso depois que V. Exª chegou ao Ministério – começa a haver um certo controle sobre os recursos direcionados a essas comunidades, o que não havia antes.

Então, havia, na verdade, um grande desperdício de recursos públicos que não eram aplicados nas comunidades rurais. O Maranhão tem um problema seríssimo: a questão do babaçu. O Estado tem boa parte do seu território coberto pela palmeira do babaçu. Existem comunidades que são quebradeiras de coco. São mulheres, por exemplo, que vivem do extrativismo, mas não têm acesso à terra. A terra geralmente pertence a grandes latifundiários que exploram essas mulheres. Via de regra são mulheres. Os maridos ficam em casa e as mulheres vão para o campo quebrar coco. Eles exploram as mulheres e cobram uma renda. Existe uma espécie de conluio. Elas acham que estão bem, porque recebem o dinheiro do coco; e o dono da terra se dá muito bem porque explora a atividade das quebradeiras de coco. E não há nenhuma ação de reforma agrária nessas áreas.

De forma que essas pessoas levam uma vida muito difícil há muitos anos e a situação não muda. E o que é pior: como não têm a terra, as mulheres não conseguem se capacitar, não têm acesso ao Pronaf, não têm acesso a nenhum financiamento e não há como melhorar a qualidade de vida. Por outro lado, não há conflito. Não há nenhum tipo de problema, porque o dono da terra explora a quebradeira de coco porque tem a renda que ela paga em função do coco que ela quebra. Essa é a situação de mais ou menos 20 mil mulheres no Maranhão. Isso é uma realidade, mas pouca gente fala disso, Sr. Ministro.

Pois bem, tenho uma pergunta em cima desse problema! O que o INCRA, o que o Ministério da Reforma Agrária, pode fazer para resolver a questão dessas mulheres que na verdade são sem terra e são exploradas pelos proprietários que cobram renda?

A segunda questão está diretamente ligada ao INCRA. Nós os Parlamentares do Maranhão colocamos as nossas emendas para o INCRA, para que os recursos fossem direcionados para as comunidades de assentamento do Maranhão. O que aconteceu? Criou-se no Estado uma verdadeira indústria de associação – é uma outra realidade – que explora as comunidades de assentamento.

A partir daí, o que acontece? O recursos são, por exemplo, para construir 6km de energia trifásica, mas fazem monofásica. Não há por parte do Ministério da Reforma Agrária nenhum tipo de acompanhamento eficaz da aplicação dos recursos públicos nas áreas de assentamento?

Isso se pode testemunhar visitando as comunidades. Não há nenhum controle. Quando se fala, por exemplo, em projetos produtivos, sentimos que as comunidades de assentados não têm condição de receber os projetos produtivos porque não são capacitadas e não há por parte do Ministério da Reforma Agrária ou do INCRA, quando assentam as comunidades, uma política eficaz de capacitação das comunidades. É um problema sério que enfrentamos no Maranhão. E posso falar de cátedra, porque conheço de muito próximo as comunidades de assentados da minha cidade, da minha região.

Há um problema muito mais sério. Na minha região, onde fui votado, existem alguns projetos da Sudene. Sei que V. Exª, salvo engano, é oriundo do Estado de Pernambuco e conhece bem o que é Sudene. E, por mera coincidência, são quase todos tocados por empresários pernambucanos. São áreas enormes, grandes latifúndios, onde foi plantado capim. Agora, para a nossa surpresa, estão sendo desapropriados pelo Ministério da Reforma Agrária para assentar pessoas que não têm terra e que não têm nenhum tipo de condição de fazer lavoura naquele capim. E o que é pior: são áreas financiadas com recurso público, com o dinheiro do Finor. Queria saber do Ministro como pode ser feito isso. Imagine uma área que é um projeto Sudene, que recebe incentivos do Finor e que está sendo desapropriada, e esse sujeito que já enricou, que construiu hotéis em Pernambuco, às custas dessa terra, agora está-se beneficiando de novo recebendo TDAs e dinheiro por conta de uma desapropriação de uma área que pertence e que foi financiada pela Sudene. Como é que o INCRA e o Ministério da Reforma Agrária vêem esse tipo de problema? Não é uma área apenas não; são muitas áreas. Diria que são cerca de oito projetos só na minha região. Por quê? Porque esse pessoal, que recebeu dinheiro da Sudene, já vendeu o gado, já não tem mais o dinheiro para comprar o gado para colocar em cima do capim e, agora, encontraram uma boa válvula de escape que é armar um esquema e, com isso, vender a terra para reforma agrária. E aí existe aquela forma de manipular associações. Se o cara está sem

nenhum pedaço de terra, se alguém chega e lhe oferece um pedaço de terra, mesmo que seja de capim, ele não quer saber: ele vai lá e recebe a terra. E aí se organizam associações, criam-se as condições, inclusive junto ao próprio INCRA, para que essas áreas sejam desapropriadas. Isso é sério. São mais de 200 mil hectares, Sr. Ministro, só em Caxias, no Maranhão, Buriti Bravo e aquela região em volta de Caxias, e todos são projetos tocados por empresários pernambucanos.

Quanto a essa questão do Pronaf, existe um problema muito sério nesse órgão. No Nordeste, principalmente no Maranhão, o Banco do Brasil cria muita dificuldade para o pequeno lavrador, para o pequeno produtor. O banco, ao invés de ser instrumento de favorecimento do acesso ao crédito, na verdade, dificulta, pois exige uma série de coisas que o pequeno produtor não tem como atender e, com isso, ele acaba não tendo acesso ao crédito. Quando não, ele limita o número de financiamentos a uma pequena minoria. Isso precisa ser visto, já que agora essa incumbência está muito bem entregue ao seu ministério.

Eram essas as perguntas que eu queria fazer. Gostaria também de saber se o senhor não vai, por intermédio do Pronaf, procurar investir na capacitação dos assentados. Pode ser por aí, quem sabe, o caminho de modificar essa situação de pobreza que é uma realidade nos assentamentos que conheço, pelo menos na minha região.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Passo a palavra ao último inscrito, Deputado Xico Graziano, lembrando que, dentro de poucos minutos, teremos a sessão do Senado e não podemos trabalhar paralelamente. Assim, o Ministro naturalmente terá que responder a todos.

O SR. XICO GRAZIANO – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Ministro e Srs. Congressistas, primeiro quero desculpar-me com o Ministro. Fui autor do requerimento que o convidou para estar nessa Comissão, mas, por uma infeliz ou feliz coincidência, o fato é que o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, estava em São Paulo agora pela manhã, e eu o acompanhava. Isso foi uma agenda anterior do Ministro Pratini de Moraes. Não tive o privilégio de escutar a sua exposição. Quero desculpar-me perante os meus Pares aqui da Comissão por esta falha.

Vou procurar contribuir com a Comissão nossa. Tenho conversado com o eminente Relator sobre isso, discutindo a eficiência ou a eficácia do processo da reforma agrária. Não tenho nenhuma dúvida, até porque a minha história de vida é ligada à reforma agrária, de que realmente terra é fundamental para combater a pobreza. Agora, o próprio Dr. Ricardo, do IPEA, que disse aqui para nós que educação e terra eram fundamentais, disse que dependia um pouco também de quanto custa fazer as coisas. E eu, que sou um estudioso dessa matéria, sei que hoje, para fazermos essa reforma agrária que está sendo feita, estamos gastando uma média de R$30 mil por família assentada, o que daria como se fosse um salário-desemprego a essas famílias, durante vinte anos, na base de um salário mínimo.

De forma que quero ajudar a nossa Comissão a ver como alternativas de reforma agrária poderiam ser feitas no sentido de reduzir os custos para que realmente pudéssemos combater a pobreza, e não apenas distribuí-la espacialmente, que é o que está acontecendo em muitos casos. Sinto que a reforma agrária hoje está totalmente aprisionada a um conceito do Estatuto da Terra chamado módulo rural. Quando se distribui terra, se imagina que se tem que distribuir 20, 25 hectares para uma família, quando hoje aqui já foi dito por quem entende da matéria que, às vezes, podemos distribuir menos áreas e gerar muito mais empregos com o mesmo recurso, desde que façamos projetos integrados, irrigados, etc.

Por meio da agricultura e da reforma agrária, será possível não necessariamente distribuir terra para as pessoas, mas emprego. Projetos realizados mediante processos de redistribuição de terras para cooperativas, por exemplo, poderiam gerar milhares de empregos no campo, sem precisar adotar aquela idéia – desculpem-me dizer – burguesa e atrasada de dar 25 hectares para cada um.

Evidentemente, não há como, neste momento, discutir essas questões. Mas, nessa linha, procurando alternativas de reforma agrária, tentarei contribuir com a nossa Comissão, com a Mesa e com o Relator. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra, para responder e concluir sua palestra, ao ilustre Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN – Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Félix Mendonça fez uma consideração muito importante relativa ao incentivo às vocações agrícolas. Para isso, é fundamental que a Educação se preocupe em ter essa sua modulação, essa sua valoração, esse seu currículo e essa sua estruturação voltados para a questão rural e ambiental. Estou de pleno acordo com esse tema. Agradeço as palavras com que S. Sª me brindou.

Com relação ao Senador Pedro Simon, que talvez tenha falado com aquela ênfase usual sobre sua preocupação com a vinda do Ministério Extraordinário

de Política Fundiária para o Ministério do Pronaf, esclareço que quem coordena o Pronaf são 30 pessoas. Trata-se de um Programa totalmente centralizado, que pode funcionar em qualquer lugar. O Pronaf chama-se "centralização mais FAT". Não há o que discutir.

O Pronaf não tem nenhum empregado além das 30 pessoas – e pelo menos 20 são terceirizadas. Está ótimo, embora haja muito a melhorar. O fato de o Pronaf estar num lugar ou noutro é uma questão política que pode e deve ser discutida. Mas não tenham dúvida de que não haverá solução de continuidade e de que a situação não vai piorar. Isso não ocorrerá.

O Pronaf é estruturado em conselhos municipais e estaduais; os secretários executivos estaduais são indicados pelo Governo do Estado. Não pagamos ninguém. O Pronaf é uma linha de crédito de custeio diretamente decidido pela equipe econômica juntamente conosco. O recurso do FAT passa por normatização, por resolução e pelo Conselho Monetário Nacional. Dos R$3.460 bilhões, aproximadamente R$300 milhões vão para infra-estrutura, pesquisa, etc. Esse, sim, é OGU.

Há questões que devem ser corrigidas. Mas tenham a certeza de que não haverá qualquer tipo de solução de continuidade, porque o programa é assim. Todas as 30 pessoas do Pronaf – até o motorista – já estão desse lado. Não há qualquer problema.

Para mim, reforma agrária é subdepartamento, é conteúdo e não continente. Mais importante é a agricultura familiar. Na verdade, hoje o Ministério é da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, podendo até vir a chamar-se Ministério do Desenvolvimento Rural ou Ministério da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Mas a verdade é essa. Fez-se uma opção, que foi como dizer que a questão é tão importante, séria e grande – são 25 milhões de pessoas – que merece um destaque. Além disso, o Ministério deve ordinarizar-se – talvez, nos próximos dias, deixará de ser extraordinário para ser ordinário.

Outro problema é a absoluta segregação. O Incra não toca na questão da agricultura familiar, mas cuida das suas funções. Há seis mil funcionários para isso, e dará conta do seu modelo, tanto que a idéia que se discute é sobre se deverá haver uma secretaria de agricultura familiar. Hoje, o Pronaf é ligado à minha, a mais ninguém – a mais ninguém, por favor, entendam-me; estou querendo reforçar que isso está absolutamente segregado. Mas, ao mesmo tempo, é de todo evidente que o sem-terra de ontem, assentado hoje, é o agricultor familiar de amanhã. E havia um problema sério no sistema, porque não havia progressão. Durante 30 anos – sabe o Dr. Francisco Graziano –, não se emancipou ninguém. Emancipou, Dr. Francisco Graziano? Então, a questão é esta: está-se começando a criar as condições para que o sujeito se transforme, efetivamente, em alguém que tem um negócio familiar. E, se não se fizer essa integração, tchau.

Outra coisa, o Procera foi extinto e se transformou na Linha A. Hoje, o Pronaf tem quatro degraus: as Linhas A, B, C, D e E. A Linha A são os assentados do antigo Procera. Por quê? O Procera, do jeito como era, começou, em 1993, com 20, 30 milhões. No ano passado, estava com mais de 300 ou 400 milhões. Que fonte ia dar suporte a isso? E a base do programa crescia. Então, levá-lo para ser a Linha A, juntamente com os fundos constitucionais, foi uma estratégia gradual. Inclusive, eliminamos um dos grandes problemas que se tinha, como foi levantado. Não há mais emancipação. Acabou. Não há mais emancipação, inclusive, porque ela nunca foi algo da reforma agrária, mas, sim, da colonização. Sequer havia uma legislação pertinente à reforma agrária, quando o sujeito saía. Então, a reforma agrária era uma grande UTI, para onde o sujeito ia em uma situação muito difícil. Era ótimo, sim, mas o sujeito não saía nunca; era como um hospital em que um parente entra e do qual sai 30 ou 40 anos depois. O que é isso que se está gerando? O que é isso que se está fazendo? Então, é exatamente a criação. Ele, de lá, pode passar; ele tem um processo gradual pelo qual deve passar. Há ajuste e dificuldades. Este ano foi o primeiro e não foi fácil, mas essa é a estratégia. No momento em que se pensa que há um órgão institucional, o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural; que se descentraliza esse processo; que se vai tratar de tudo sozinho, criando-se, inclusive, no âmbito municipal o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável Rural e determinando-se o que se vai fazer lá dentro, o que se vai estudar... Só este ano vamos treinar 12 mil conselheiros; o edital está lançado na rua, com US$4 milhões. São 12 mil conselheiros no País inteiro. Lá, no Município, aonde quero chegar. Que maluquice é essa que se está fazendo? Se o SUS está lá, descentralizado; se a educação é descentralizada, por que a reforma agrária não pode ser? Por que não pode ser construída a partir de um processo de tomada de decisão, lá dentro?

Então, há uma concepção; quando se fala no chamado novo mundo rural, estou dizendo o seguinte: certo ou errado? Isso pode-se discutir, mas há toda uma concepção. Não é pegar lá e me dar cá ou colocar isso do lado de cá. Claramente, a agricultura

familiar envolve um montante de pessoas, tem uma implicação social, traz o cunho de uma reforma para o meio rural, de tal sorte que se diz o seguinte: vou atender isso; dar-lhe atenção e primazia. É isso o que está aí; é exclusivamente isso e nada mais, embora entenda que se possa fazer uma crítica.

Eu fiquei preocupado, quando o Senador disse que o Presidente poderia fazer um melhor aproveitamento de mim. Como eu evoluí: cuidava do orçamento e das estatais, passei ao Ibama e, depois, passei para o INCRA, não sei até onde vai a minha testa de fogo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ministro, apenas um esclarecimento. Quando V. Exª menciona a agricultura familiar, está considerando as formas cooperativas da agricultura familiar? V. Exª teria uma idéia, dentro de todo o aspecto do apoio à agricultura familiar, da proporção que cabe às cooperativas e ao INCRA? O Ministério de Assuntos Fundiários tem uma política de estímulo às fórmulas cooperativas para os agricultores familiares?

O SR. RAUL JUNGMANN – Há, basicamente, duas formas. Novamente, o que eu queria pedir – sei que é difícil – é que nunca se faça relação entre o INCRA e a agricultura familiar. Não há qualquer problema, mas a estrutura de atendimento é outra: uma está para lá, e outra, para cá. Agora, a cooperativa é estimulada por meio dos chamados créditos adicionais que se dão; quem se organiza em cooperativa tem um teto, um crédito, uma segunda possibilidade e, no âmbito do Pronaf, é amplamente incentivado nas suas mais diversas linhas. Eu teria prazer, depois, em poder especificar.

O Deputado Euler Morais abordou a questão. O que estou tentando dizer aqui, o que estou querendo debater, sobretudo com aqueles mais próximos da minha grei, é o seguinte: pelo amor de Deus, não tomem, como no passado, que você desapropria e está punindo alguém. Para isso é que quero chamar a atenção. Até porque, volto a dizer, o grande problema é que não se tem um controle sobre um pedaço do processo. Quer dizer, quando se chama o perito judicial, e a coisa corre no tempo, a sociedade não vê mais, o que foi que aconteceu? O que aconteceu foi que 17 mil hectares em promissão no interior de São Paulo – calculávamos 25 – dão R$1 bilhão. Ele sabe muito bem o que... Eu tive que ir para dentro de um Tribunal para poder iluminar aquela cena, para ver o que ia acontecer. Um bilhão de reais é praticamente tudo o que vou... Quase o meu programa todo por um ano. Por 17 mil hectares? Só o risco de se correr o risco devia levar a gente a parar e pensar. Tenho pendente sobre a nossa cabeça o quê? Dez, quinze bilhões? Mas e aí, como é que fica? Quer dizer, que punição danada é essa? Está certo? Quando... Por exemplo, Olacyr de Moraes, do Itamarati, me propõe trocar a jóia da coroa nacional, na área da soja, por TDA? Ele é maluco? Ele está querendo ser punido? De repente, agora, baixou que... E ele resolveu... Os pecados ele vai expiar através de troca... Não vai.

Outra coisa impressionante: no caso de promissão, a expectativa da indenização já fez com que fosse comprado de terceiro; estava a Companhia Siderúrgica Tubarão, já como litisconsorte, o que não tem nada a ver com o processo, já na expectativa de pegar.

(Intervenção fora do microfone.)

Não, não. Na expectativa de ter ganho de causa. Sim, ter ganho de causa, e ele pegaria aquilo ali; ele comprou de terceiros, ele já comprou...

(Intervenção fora do microfone.)

Não, não perdemos, não. Pelo contrário, ganhamos de nove a um. Conseguimos inverter e vamos continuar recorrendo.

Mas sobre coisas como essa é preciso parar e refletir, para dar uma olhada com relação a essa coisa... Dizendo sempre o seguinte: mas também é funcional, em vários aspectos. A desapropriação também tem sua funcionalidade. Não vou negar aqui, nem estou querendo abrir mão disso. Estou apenas querendo chamar atenção para que isso não é uma panacéia, e que tampouco vão-se conseguir resolver todos os problemas por aí.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Relacionado a isso, Sr. Ministro, o INCRA, em algum momento, se utiliza do valor declarado à Receita Federal pelo proprietário para a realização do depósito judicial, para efeito de desapropriação?

O SR. RAUL JUNGMANN – Utiliza-se. O problema está na parte judicial. Quero dizer, inclusive, o seguinte: todas as médias do INCRA estão abaixo – e terei imenso prazer em enviar –, as avaliações do INCRA, em média, estão abaixo do FGV. De todos os índices. V. Exª escolhe o índice, V. Exª vai me dizer o índice, e as minhas avaliações estão abaixo. E depois, multiplique por cinco.

O problema é que, quando entra no processo judicial, vamos para o espaço. E aí, um deles faz com que eu vá por água abaixo. Então, o processo é esse, porque o sujeito recebeu 100, põe 80 no bolso, deixa 20 lá, contesta, e daqui a quatro, cinco anos, juros de moratória, juros compensatórios, expurgo disso, expurgo daquilo, não sei o quê, correção, vamos para o

espaço. Então, o problema não está aí, o problema está nesse instante em que ocorre essa situação.

Bom, a questão, rapidamente... O Deputado Euler Morais... A questão... Fica clara a questão do privilégio.

O Deputado Marcondes Gadelha reforça a questão da casa de família, que creio que é uma coisa interessante. A emancipação é algo que já não existe mais, não está posta, é uma coisa muito complicada.

E a questão da concentração dos recursos do Pronaf, isso efetivamente, Senador, atende àquilo que lhe disse. Por exemplo: no Sul, o mecanismo do aval é respondido, em boa medida, pelo processo de integração das empresas. No Nordeste, no Norte, não existe. Então, o que você tem que fazer? Não é punir o lado de cá; é desenvolver mecanismos alternativos de garantia do lado de lá. E aí chegamos lá.

O Deputado Paulo Marinho nos coloca a questão da "favelização". É verdade. Acredito que temos, hoje inclusive, a rigor, e falando sério, teríamos que fazer, a exemplo do que foi feito no passado – o termo não é bom –, mas um programa de erradicação de alguns projetos de assentamento, a rigor, porque foram no lugar errado, a escolha foi errada, os recursos naturais estão errados e tem que ser revisto. Penso que há que se ter coragem, inclusive, para rever.

Agora, só chamo de novo a atenção para o fato de que isso, para mim, é exceção, não é a regra, porque, para se ter uma idéia, o assentado, hoje, na média, consegue ter uma vida melhor...

O SR. PAULO MARINHO – Ministro, vou somente dar um exemplo concreto que vi ontem. O INCRA, no Maranhão, está destinando recursos para melhorias habitacionais. Então, ele entrega ao assentado um dinheiro para que ele faça uma casa de telha, uma casa melhor. Ele mora em uma casa de palha, coberta de palha. O senhor vai ver, ele faz a casa de telha e, do lado, continua a casa de palha. Não melhorou nada.

O SR. RAUL JUNGMANN – Prosseguindo a quebradeira, para a qual também me chamou a atenção aqui a Senadora Marina Silva, temos condições de atendê-la no âmbito seja do lado de cá, da linha "a", seja do lado de lá. Então, quanto a esse problema dos 11 milhões, à quebradeira, é sentar e ver o que fazer.

Gostaria de dar uma notícia muito interessante a respeito de obras de infra-estrutura, das quais aqui se falou, inclusive de desvios, etc., etc. Todos os contratos, seja do Pronaf, seja da Reforma Agrária, dão-se por meio da Caixa Econômica Federal. Há 4 mil engenheiros contratados para fiscalizar. Logo, a respeito dessa história de que há desvio, não se fiscalizou, não se cumpriu quero saber, quero saber porque vou em cima. Pode ter havido até no passado. Mas, doravante, inclusive a partir deste ano, tudo é mediante a Caixa Econômica Federal. Ou seja, o convênio é feito entre a Prefeitura e a Caixa. Há fiscalização. Há uma taxa de fiscalização. Há um engenheiro para ir atrás. Há um cumprimento, e o dinheiro só sai em razão daquilo que foi feito. Se isso não está acontecendo, digam-me pelo (0800)78-7000, um telefone que temos 24h, sete dias por semana, para recolher todo tipo de crítica.

O SR. PAULO MARINHO – E quando o convênio é feito com a comunidade?

O SR. RAUL JUNGMANN – Não tem jeito. Isso pode ter sido no passado. A partir deste ano, é Caixa Econômica Federal ponto. Não há acordo. Se isso está acontecendo, por favor, digam-me.

Só um instantinho, Senadora, para eu concluir. Os créditos produtivos. V. Ex.ª expôs a questão da capacitação. Temos o Projeto Lumiar, hoje com 1.340 técnicos trabalhando lá e atendendo a 120 mil famílias. Portanto, falta bastante para dar cobertura. Mas, na verdade, hoje há um programa voltado para a capacitação, embora deva melhorar.

Quanto à desapropriação de área de capim por pernambucanos, queria dizer basicamente o seguinte: primeiro, o Finor não financiou a terra, mas o investimento sobre a terra. Eu não tenho como juridicamente penalizar, se a terra é dele. O que posso ver é se está ocorrendo alguma maracutaia. Quero o nome. Desde já peço a relação de todos eles, para instaurar uma sindicância e ver o que acontece.

O que estou querendo esclarecer é, note bem, que a terra é dele. Está certo? A terra não foi financiada pelo Finor. Se ele está inadimplente com o Finor, é um problema que ele tem de resolver lá com o Finor. Eu não posso cruzar essa relação. Está certo? Pode-nos revoltar e até parecer uma coisa absurda, mas eu não tenho como fazer isso. Se a terra é dele legalmente e se há uma pressão sobre aquela terra, que pode ser utilizada, é uma questão que eu tenho...

O SR. PAULO MARINHO – Mas, Ministro, como V. Ex.ª vai desapropriar uma área pertencente a uma empresa que é uma sociedade anônima a qual demandou recursos do Finor, cujas ações já foram vendidas no País inteiro e, de repente, o sujeito vai vender a terra para assentados? Geralmente, o investimento está feito na terra. Pasto, benfeitorias etc., e o sujeito vai receber duas vezes, da Sudene e do Ministério da Reforma Agrária?!

O SR. RAUL JUNGMANN – O mesmo critério. Eu não desapropriava ninguém que recebesse do Banco do Brasil e estivesse inadimplente. Eu não faço uma reforma agrária no Brasil, porque quase todos devem ao Banco do Brasil. Portanto, eu não posso fazer o cruzamento. É a mesma coisa. O Finor e o Banco do Brasil. Meu Deus do céu! O dinheiro é público!

O SR. PAULO MARINHO – Permita-me dizer, Ministro, que o Banco do Brasil tem garantia real. O Finor, não, é diferente.

O SR. RAUL JUNGMANN – Desculpe-me. Estou querendo dizer que, se a terra juridicamente e outra coisa: a desapropriação é um ato originário. Se eu desapropriar, acabou. Está certo? Pode disputar na Justiça para quem vai o dinheiro. Agora, o que lhe posso dizer, desculpe-me, é que esta é a regra do jogo. Peço até o depoimento de quem está aqui. Não tem jeito. Só se eu mudar a legislação.

O que é grave para mim? O que é grava para mim é o seguinte: se a terra é agronomicamente inutilizável, aí não, vamos pegar pesado. É caso de Justiça, de polícia, de cadeia! Eu não discuto isso. Eu não discuto isso.

O SR. XICO GRAZIANO – Talvez fosse até o caso de notificar à Sudene, porque se houver irregularidade na execução do projeto, a Sudene poderia bloquear esses recursos na Justiça.

O SR. RAUL JUNGMANN – Por isso mesmo estou solicitando exatamente...

O SR. PAULO MARINHO – É um quadro final. Todos os projetos são um quadro final. Depois que recebe tudo da Sudene, vende tudo para o INCRA.

O SR. RAUL JUNGMANN – Volto a dizer que, infelizmente, se ele legalmente possui a terra e se ela é agronomicamente utilizável, repito se ela é agronomicamente utilizável, eu não tenho saída, desde que haja uma demanda. Eu não tenho como, está certo? Inclusive porque o valor da desapropriação se contestado pela Sudene, fica na Justiça, até que decida. A Sudene tem que entrar aí como parte, se é que tem alguma coisa a ver. Mas eu gostaria de saber as áreas para tomar providências.

Quanto ao aspecto do Banco do Brasil e do Pronaf, estamos criando o sistema de acompanhamento tempo-real. Aonde vai o dinheiro, quanto é, para onde vai. E vamos montar uma comissão de acompanhamento para isso, inclusive com os beneficiários, por quê? Porque o dinheiro é do FAT, o gestor somos nós e o Banco do Brasil, o que é indissociável do programa, sem a menor sombra de dúvida, e tem de efetivamente prover essas informações. Todavia, para acessar aquele no fundo do tacho, é preciso outras formas: cooperativa de crédito, sistema cooperativo, não sei o quê, que possam ajudar nesse sentido.

A questão que o Xico coloca, para concluir tudo aqui...

A SRA. MARINA SILVA – Perguntei se esses 11 milhões de hectares desapropriados foram distribuídos por região.

O SR. RAUL JUNGMANN – Em grande maioria no norte e no centro-oeste. Em primeiro lugar, porque lá o próprio módulo é muitas vezes maior. Existe aquele problema da camisa-de-força do módulo. Por exemplo, aqui é possível assentar em vinte hectares, mas lá isso não pode ser feito com menos de noventa. Em segundo lugar, existe o problema da disponibilidade de terra, que hoje existe lá e não existe cá. Em terceiro lugar – por favor, preste atenção aqueles que são envolvidos com a questão – hoje há cada vez menos desapropriações nas Regiões Sul e Sudeste. Isso ocorre por que o grande latifúndio, pelas regras, pelo sistema de produtividade, de aferição, é residual nessa área. Aí existe um problema gravíssimo. Por quê? O que acontece com a pequena e a média propriedades? Vamos supor, por exemplo, que o Deputado. Xico Graziano seja pai de uma prole de cinco filhos, que são agricultores, e tenha vinte hectares, o que ele vai fazer, como todos lá? Ele não tem o que fazer. Veja bem, este é um problema gravíssimo. As tensões no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocorrem exatamente por isso.

A SRA. MARINA SILVA – Essa pressão resolvida no norte significa pressão na amazônia, na mesma base.

O SR. RAUL JUNGMANN – Aí, tudo bem. Fecho com isso: vamos sentar – movimento social, movimento ambiental e Governo – para discutir essa questão.. Uma das coisas que se diz é o seguinte: a reforma agrária está levando:.. A reforma agrária não leva homem para canto nenhum; a reforma agrária vai atrás do conflito para que não ocorra mortes. Está certo? Então, há o problema da agressão ao ambiente? Sim, onde há miséria, pobreza, há agressão ambiental. E não é nossa culpa, necessariamente, porque há os projetos extrativistas e outras formas de ocupação daquele solo. Não pode, por exemplo, dizer que nós estamos propiciando isso. Eu fui atrás do conflito, entrei lá guiado pelo conflito de fronteira, que aqui procurei relatar. Se a decisão for no sentido de não fazer, então, vamos assumi-la em conjunto e vamos procurar alternativa porque toda essa pressão rebate para cá. Então, é preciso ter muita clareza com a dimensão daquilo de que estamos tratando.

O Xico falou da camisa-de-força do módulo rural. Concordo com ele: vamos estudar essa questão. Penso que isso precisa ser revisto.

Quanto ao custo, lembro ao Xico que uma parte dele é reembolsável, mas, efetivamente, o custo continua muito elevado. Precisamos de outras formas de acesso à terra. Temos uma grande preocupação, seja no caso da agricultura familiar, seja no caso da reforma agrária, com uma coisa que se tem repetido muitas vezes. Começa aqui uma discussão sobre a concentração de terra, que é um indicador. Lembro que em outros países na América do Sul há uma concentração de terra maior do que a nossa, mas não existe a pobreza que existe aqui. Então, cuidado para não fazer a correlação concentração de terra exclusive com a questão necessariamente da pobreza. Óbvio que países desenvolvidos, também é importante dizer isso, têm, efetivamente, uma distribuição de terra muito melhor. Mas eles fizeram o dever de casa completo: industrializaram-se, cuidaram da educação. Há um processo de distribuição de terra e crédito fácil para tocar as coisas.

Era só para isso que eu queria chamar atenção. Agradeço, mais uma vez, a atenção e peço desculpas pelas nossas limitações.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Presidência recebeu ofício encaminhado pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, dando conta da ausência de S. Exª no próximo dia 7 de outubro, em virtude de palestra que fará na Colômbia. Queremos desejar-lhe êxito. Está plenamente justificada a ausência de S. Exª no próximo dia 7.

Recebemos também ofício do Deputado Sérgio Benevides, do Ceará, Líder do PMDB, que pretende uma audiência pública em Fortaleza. Tendo em vista que a Comissão vai a Pernambuco, à Zona da Mata e também a Alagoas, eu gostaria de pedir permissão ao Plenário, para que estudássemos a possibilidade – isso não quer dizer que vamos fazer – de estender a nossa viagem até Fortaleza, se houver realmente tempo e a Comissão tiver condições.

A Presidência, então, gostaria de submeter a questão à consideração do Plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, pela ordem. Está na pendência também dos trabalhos de quarta-feira no Senado, Sr. Presidente, porque, se houver aqui sessão com votação...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente; mas só quero a autorização, a aprovação para que possamos estudar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se formos, teremos que compatibilizar com os trabalhos no Senado, porque não sei ainda qual a pauta. Não sei como será na Câmara também, mas se...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Certamente, por isso temos que discutir.

Agora, sem colocar em votação no plenário, não vou, naturalmente, sequer discutir. Se o Plenário aprovar, terei, então, juntamente com os demais integrantes da Mesa...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, penso que pode ser aprovado na pendência da viabilidade, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente, porque, de repente...

O SR. – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exato.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Aprovado com essa compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Perfeitamente.

Agradeço muito a todos os Srs. Senadores e Deputados; agradeço também ao Sr. Ministro Raul Jungmann, que, realmente, veio aqui com muita paciência, ouviu todos os questionamentos, todas as perguntas, respondendo-as uma a uma, com muita competência, com muita sabedoria, com muito conhecimento de causa.

Assim, agradecendo muito ao Sr. Ministro, reafirmamos aquilo que os nossos colegas já disseram: V. Exª está, realmente, conduzindo este Ministério com muita competência, com muita sabedoria, com muito discernimento, o que é motivo de orgulho para todos nós.

A contribuição de V. Exª, naturalmente, aos trabalhos desta Comissão é inestimável.

O SR. RAUL JUNGMANN – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria de dizer que vou precisar muito do compromisso de V. Exªs quanto ao resultado desse relatório, para me ajudarem. Vou precisar enormemente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Conte conosco, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h15min.)

14ª reunião, realizada em 7-10-1999

Aos sete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e quarenta minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Pedro Simon, Alberto Silva, Marluce Pinto, Agnelo Alves, Juvêncio da Fonseca, Maria do Carmo Alves, Geraldo Althoff, Osmar Dias, Sérgio Machado, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy e Ma-

rina Silva e os Senhores Deputados Gastão Vieira, Marcondes Gadelha, Paulo Marinho, Roberto Brant, Maria Abadia, Paulo Paim, Romel Anízio, Félix Mendonça, Alceu Collares, Luíza Erundina, Cláudio Cajado e Nelson Marchezan, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Foi nomeado Relator Ad Hoc o Deputado Félix Mendonça. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. Não há leitura de expediente recebido. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições do Drº Valdi de Araújo Dantas, da FENAPE e da Drª Wanda Engel, Secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência Social sobre Pobreza e Desigualdade, convidando-os a tomarem assentos à mesa de trabalhos. Antes de conceder a palavra aos expositores, o Senhor Presidente comunica que atendendo a solicitação do nobre Senador Alberto Silva, membro titular desta Comissão, fará a exibição de um vídeo educativo com o tema "Redenção da Seca – A Nova Rota", convidando-o a sentar-se à mesa e concedendo-lhe a palavra para iniciar a apresentação. Após, o Senhor Presidente concede inicialmente a palavra ao Dr. Valdi Araújo Dantas para dar inicio a sua exposição e, a seguir, ao Relator, Deputado Roberto Brant, para suas considerações iniciais. Após a Presidência concede a palavra aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Nelson Marchezan, Roberto Saturnino, Félix Mendonça, Pedro Simon, Cláudio Cajado e Paulo Marinho. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao expositor para responder as perguntas que lhe foram formuladas, sendo respondidas a cada bloco de 3 Parlamentares. A Presidência agradece a presença do Dr. Valdi de Araújo Dantas pela contribuição a esta Comissão. Foi levantada questão de ordem pelo Senador Eduardo Suplicy para apresentar uma proposta, aonde convida o Ministro Pedro Malan para acompanhar a Comissão em visita ao Nordeste. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra à Drª Wanda Engel para dar início a sua exposição e, a seguir, aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Eduardo Suplicy, Paulo Marinho, Gastão Vieira, Maria do Carmo Alves, Roberto Saturnino, Marcondes Gadelha, Alceu Collares e Maria Abadia. A seguir, a Presidência concede a palavra à expositora para responder as perguntas. Após serem respondidas as perguntas dos 3 primeiros oradores inscritos, o Relator usou da palavra para fazer suas considerações e indagações. Dando continuidade a lista de inscrição, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos demais oradores inscritos e à expositora para responder as perguntas. A seguir, a Presidência agradece a presença da Dra. Wanda Engel pela contribuição dada a esta Comissão e comunica aos presentes o Roteiro de Viagem da Comissão para os Estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará, no período de 10 a 14 de outubro, onde farão visitas e audiências públicas. Informou, ainda, a agenda da Reunião do dia 19/10 (terça-feira), às 09:30 para ouvir o Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato de Souza. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Boa-tarde a todos. Declaro abertos os trabalhos da 14ª Reunião desta Comissão Mista Especial destinada a debater e construir propostas de erradicação da pobreza.

Indago aos presentes se há necessidade da leitura da ata. (Pausa.)

Considera-se aprovada a ata da reunião anterior.

Hoje, esta reunião tem por objetivo ouvir a exposição do Dr. Valdir de Araújo Dantas, representante da Associação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendedores e da Dr.ª Wanda Engel, Secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência Social.

Chamamos, então, o representante da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendedores, Dr. Araújo Dantas, para que componha a nossa Mesa.

A Dr.ª Wanda estará chegando logo mais. Ela já nos avisou que tem um problema de horário.

O nosso Relator nos comunicou que está na Casa e estará chegando em pouco à sala de reunião. Convidamos, então, o Deputado Félix Mendonça, para que assuma os trabalhos de relatoria até que o Deputado Roberto Brant aqui compareça.

Antes, teremos uma exposição feita pelo Senador Alberto Silva, em que serão usados recursos também visuais como um vídeo, não é isso?

O SR. ALBERTO SILVA – Primeiro, faria uma rápida exposição e, depois, passaríamos o vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Srª Presidente, Senadora Marina Silva, senhores convidados, nobres companheiros Senadores, imprensa presente, assumi um compromisso com o Senador Maguito Vilela no sentido de fazer uma exposição o mais rapidamente que pudesse, porque, dedicando-se esta Comissão a tratar do problema da pobreza, quero apresentar esse relato mais como um documentário, oferecendo uma sugestão, em face do que foi possível fazer quando fui Governador do Piauí.

Naquela época, houve uma seca semelhante a essa que está ocorrendo outra vez, assolando o Nordeste, criando problemas para a sociedade brasileira e para o Governo Federal. Lá está, outra vez, o drama instalado. Há anos e anos, milhões de brasileiros que moram no semi-árido nordestino passam por esse vexame de não poder conviver com a chamada seca.

Então, quando eu estava no Governo do Estado pela segunda vez, aconteceu a seca. Fui até a Sudene já pela segunda vez eu era governador e era membro nato da instituição e perguntei o que eles iriam fazer. Eles disseram que iriam adotar o sistema de frentes de emergência, com as necessárias providências de dinheiro para pagar os homens que nela trabalhassem. As famílias ficariam lá, recebendo o dinheiro à medida que o Governo Federal fosse despachando as importâncias possíveis.

Resolvi não aderir à frente de emergência e criei um caso dentro da Sudene. Eu disse que não queria tirar as famílias piauienses do campo, tirar o marido de lá e levar para uma frente de emergência que provavelmente é bem distante, em outras áreas, e deixar a mulher no campo sozinha com os filhos, esperando o dinheiro que custa a vir. E o problema da água é grave, é sério. Nesse caso, a minha preocupação maior é não desmanchar a estrutura da família rural. Porque o marido sai de lá, vai para a frente de emergência, geralmente em uma cidade maior, vê outras coisas, o dinheiro que ele recebe às vezes chega muito atrasado, ele precisa do dinheiro, gasta na cidade, e o que acaba indo para a família é muito pouco. Ela, por sua vez, não agüenta, sai com os filhos, vai para a primeira cidade e começa aquela inchação e aquele desespero. A Nação inteira se comove e manda cobertores, alimentos e os carros pipas apanhando água de açudes que não têm mais água, água barrenta. Enfim, o drama se repete.

Propus, então, algo ao Governo Federal, tendo à frente, à época, o Presidente José Sarney. Disse a ele: "Vou-lhe fazer uma proposta: não se tira ninguém do campo no Piauí. São 200 mil lavradores que estão lá cadastrados. Então você faz isso: o Banco do Brasil empresta a cada lavrador, sem avalista, vamos dizer que o Governo do Estado Piauí é o avalista, com a minha Secretaria da Agricultura, e vocês dão meio salário-mínimo por mês à cada família daquela, para que fique convivendo lá no campo, com um pouco de dinheiro na mão, comprando os alimentos nas cidades e cuidando da sua roça, que é a roça do próximo ano".

Como é que eles fazem a roça? Eles trabalham no período de julho a dezembro, justamente o chamado período da seca, quando não tem água. Estamos vendo aí na televisão. Então agora lá vai carro pipa, tudo isso... Com aquele meio salário ele se arrumaria de toda forma, até água ele compraria na cidade para as suas necessidades. A proposta era que esse dinheiro valesse até chover, que sempre chove. Aí ele plantaria a roça, que já estava pronta, e teria o dinheiro para pagar o empréstimo.

Senhores, por incrível que pareça, sou testemunha disso, podem perguntar ao Banco do Brasil, o Banco do Brasil emprestou R$1 bilhão a 200 mil lavradores e deu um prazo de dois anos de carência e quatro para pagar. E os lavradores pagaram todo o dinheiro. O Banco do Brasil disse que a inadimplência foi de 10%. Isso é milagre que não acontece nos empréstimos do Banco do Brasil, principalmente na zona rural.

Mas a partir daí vou usar uma expressão fiquei invocado com essa história de 400 mm de chuva. Isso é muita água ou é pouca água? Vamos colocar isso em equação. Sou engenheiro, Roberto Saturnino também é, fomos companheiros aqui no Senado, sabemos como se lida com números. Perguntei então: "O que são 400 mm de chuva em um hectare? São quatro milhões de litros que caem num hectare num período de quatro meses".

Onde é que está o drama? Está no fato de que cai uma chuva de 30 mm hoje e aí leva 20 dias, 30 dias, 40 dias para cair uma segunda chuva. Não tem lavoura que se aprume, o lavrador fica desesperado e ainda espera uma segunda chuva. E há o Dia de São José, o dia limite, o 19 de março: se não chover no Dia de São José está todo mundo perdido. Aí vem o drama que está lá. No Piauí, estou sabendo, já são 80 Municípios desesperados, sem água. Resolvi, então, entrar nessa seqüência, imaginando uma forma de resolver o problema.

Se V. Exªs me permitem, darei uma referência. Suponhamos que eu tenha um terreno de um hectare ou 10 mil metros quadrados. Uma chuva de 30 milímetros, que é uma chuvinha de nada, cai sobre essa

terra. São 300 mil litros de água – é muita água. No entanto, para um metro quadrado são apenas 30 litros, que, em cima de um metro quadrado, são evaporados em dois dias. A evaporação da água é proporcional diretamente à superfície exposta ao sol. Então, podemos imaginar: vamos tapear o sol, não colocando à sua disposição uma superfície aberta. A idéia é fechar a superfície. Vamos pegar esse metro quadrado que tem 1 metro por 1 metro por 1 metro e fazer de outra maneira: 3 metros por 30 centímetros. É uma pequena diferença. Têm-se 1 metro quadrado, mas a superfície exposta ao sol não é mais de 1 metro, mas de 30 centímetros.

E o que fazer mais? Como é que se planta uma roça? Planta-se uma fileira e depois a outra. Aliás, a máquina também faz isso; porém, o lavrador o faz a mão. Então, faremos isso sob uma forma de vala com 30 centímetros de profundidade e 30 centímetros de largura. Vamos dividir os 30 milímetros de chuva que dão 30 litros por metro quadrado: 10 litros no primeiro metro, 10 litros no segundo e 10 litros no terceiro. Estão, aqui, os 30 litros de uma chuva de 30 milímetros. Mas entre uma vala e outra são 100 valas – imaginemos assim.

E essa terra de ninguém, que fica entre as duas valas, não poderia contribuir para aumentar a quantidade de água dentro da vala? O que faremos? Faremos um quebra-mola aqui. Isto tem mais ou menos 60 centímetros e a chuva de 30 milímetros que cair sobre essa nova conformação joga mais 10 litros para cá por cada metro aqui. Então, se aqui caía 10 litros, com esta contribuição de mais 10 para cá e mais 10 para este lado, passo a ter 30 litros aqui e mais 30 litros e mais 30 litros – são 3 pedaços. Este pedaço de terra que no plantio comum é mato e a água se infiltra – e eu perdi essa água – neste caso, então, fiz um captador de água. Essa água vem para dentro da vala. Joguei 90 litros de água numa chuva de 30mm dentro de um metro quadrado. Só que esse é linear, longitudinal. Então, ao longo de toda vala, vou plantar 33 metros, plantando o mesmo metro quadrado, com a mesma chuva e a mesma água.

Agora, como segurar a água dentro dessa vala para que não evapore, para agüentar 30 dias? Usamos inicialmente um produto chamado vermiculita, que tem a capacidade absorver cinco vezes o seu peso em água, testamos com 30, 40 e 50%, mas o preço é muito elevado para um hectare. Então, resolvemos fazer de outra forma: selamos o fundo da vala com um plástico até a altura de 10cm, porque, no caso de uma chuva maior, se eu selar, vai derramar e, digamos assim, encharcar a vala.

Então, há um pedaço de infiltração para cada lado e, na cabeça da vala, um dreno para o excesso de água sair, mas os 30mm de água que cai nessa conformação física, geométrica, é uma revolução, porque aqui dentro colocamos a terra vegetal e o adubo. O milagre é que, com os 90 litros d'água, de uma chuva de 30mm, que é uma chuva de seca – o sol não dá nem importância a uma chuva dessa –, esse feijão nasce, vai para cima, dentro de 30 dias, sem se colocar uma gota d'água a mais. É isso que acontece. Pode-se esperar 30 dias e poucos dias, não se afetando a produção, porque há água guardada aqui dentro, pelo fato de ter transformado um hectare em 3 mil metros de plantio e 7 mil de captador d'água.

Querem ver? Aqui só tem 30cm; aqui tem 60cm. Isso aqui é um terço. Dos 10 mil metros quadrados, vou plantar 3 mil e captar água em 7 mil metros quadrados, caindo e empurrando água para um lado e para outro, enchendo as valas com 90 litros por cada metro quadrado.

Senhores, um hectare desse está sendo montado em Teresina, na Embrapa, e estou fazendo questão de dizê-lo porque estamos plantando e fazendo chuva artificial com o esquema de irrigação. Vamos dar uma chuva de 30mm, com o sistema de irrigação controlado pelo pluviômetros, pelos tensiômetros que medem a umidade dentro das valas, provando algo fora do comum em qualquer país do mundo. Tenho uma chuva de 30mm e passo um mês sem dar outra. Dou uma chuva de 30mm, com 60 dias, o feijão já está quase colocando as suas vagens de fora. Quando eu der a terceira chuva de 30mm, já percorri 3 meses de elevação do plantio.

Então, como a Embrapa tem pesquisa de todos os tipos e de qualquer natureza – rendo as minhas homenagens a eles, porque têm o milho de 90 dias –, agora os Senhores podem perguntar-me: Vocês vão plantar em um hectare milho e feijão para comer? Se fizermos isso, o lavrador está perdido. Não vamos plantar nem milho, nem feijão para comer. Vamos plantar milho e feijão de semente.

Sabe quanto é que dá em um hectare? Vamos ver aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, lamento informar que o tempo pedido por V. Exª está esgotado.

O SR. ALBERTO SILVA – Se V. Exª me der permissão, vou revelar para o Brasil, por intermédio de V. Exª e dos companheiros, como se tem uma safra de feijão e milho com 90 milímetros de chuva. Quero perguntar quem já viu isso em algum lugar. Só quero lhe dar os números, Senador Maguito Vilela. V.

Exª é de um Estado agrícola que não precisa disso, porque planta a máquina, e isso aqui é para ser plantado a mão. É para o lavrador que está morrendo de fome. Vou resumir rapidamente.

Sabem qual é a renda dele? Ele planta milho de semente e feijão de semente, e sua renda é de R$11 mil/ano. Se dividirmos isso por 12, dá quase R$1.000 por mês de renda. Então, ele pode pedir dinheiro emprestado para plantar. Sabem quanto custa isso? Isso custa ao todo...

V. Sªs perguntam: "E a água para ele beber?" Fizemos um barracão com a cumeeira. Aqui, pega-se água com as calhas. Com um total de 300 milímetros, estamos arrecadando, dentro desse barracão, 50 mil litros de água, que serão colocados num saco plástico que desenhei, e a Sansuy produziu. É como se fosse uma lona dobrada. A água da calha desce no saco, de um lado e de outro, e reúnem-se 50 mil litros de água dentro desse barracão, que é aproveitado como casa do lavrador. Não é uma casa da Cohab, de 28 metros quadrados, mas de 70 metros quadrados, uma casa decente para o lavrador, movida a energia solar, com um armazém atrás e os dois sacos plásticos dentro. Na descida da água, Senador Maguito Vilela, coloca-se um dosador de cloro à medida que a chuva vai batendo, vai entrando cloro , e um dosador de flúor, para que os filhos dos lavradores do semi-árido nordestino tenham flúor na sua água e comecem a ter dentes fortes.

Assim, proximamente, daqui a uns três meses, convidaria os companheiros da Comissão destinada a tratar da pobreza, porque quem vai ganhar quase seis salários mínimos por mês com isso poderá pagar empréstimo ao banco, não vai pedir dinheiro emprestado, nem cesta básica, nem tampouco aquele dinheiro que a Nação despende aos milhões.

Sabem quanto custa tudo isso? Isso custa R$18 mil. Um homem que tem uma renda de R$11 mil/ano pode perfeitamente pagar isso com uma carência de três anos e um prazo de pagamento de cinco anos.

Nunca se fez isso no País, muito menos no Nordeste. Essa é a contribuição do Engenheiro Alberto Silva faço questão , com o título de Senador da República pela segunda vez, trabalhando em benefício do País e dos pobres. Só no Piauí, são 150 mil. Caso se faça isso, serão 150 mil pobres ricos. Seis salários mínimos por mês já valem a pena.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Muito bem, além de Senador e engenheiro, também ex-Governador do Piauí. Agradecemos muito a contribuição de V. Exª. Peço que posteriormente nos forneça tudo, para que possamos ter aqui nos anais desta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON – Eu gostaria que mandasse uma cópia para a Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exato. E parece-me que a experiência também está sendo feita na capital do Piauí, pela Embrapa que, sem dúvida nenhuma, é uma grande contribuição a esta Comissão.

Agora, vamos passar um vídeo.

(Procede-se à projeção do vídeo.)

Agradecemos mais uma vez ao Senador Alberto Silva pela sua contribuição. Ele me diz agora que essa experiência está sendo feita em meio hectare e naturalmente depois terá outros desdobramentos. Desejo que essa criatividade realmente seja exitosa. Com os nossos cumprimentos, agradecemos a contribuição.

Convidamos para sentar-se à mesa o Dr. Valdir de Araújo Dantas para proferir a sua palestra. E naturalmente depois da exposição, teremos aqui os debates. A lista de inscrição já se encontra à disposição dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Com a palavra o Professor Valdir de Araújo Dantas.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito boa-tarde.

Agradeço inicialmente pelo convite para a Fenape Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, que é uma ONG e trabalha com o que chamamos de Rede Ceap. São treze organizações não-governamentais em doze Estados da Federação e no Distrito Federal, executando um programa de microcrédito em apoio aos pequenos empreendimentos familiares. Estou na esperança de resolver um problema técnico com o **power point** que tem traçado o roteiro da apresentação nesse esquema.

Esse é um programa de criação, de geração de emprego e renda a partir de dar acesso a crédito e orientação gerencial ao pequeno empreendedor. Ou seja, homem ou mulher de baixa renda que, por não ter tido oportunidade de ingressar no mercado de trabalho formal ou por dele ter sido expulso em época de crise e de restruturação da economia, instalaram, construíram uma atividade por conta própria como estratégia de sobrevivência. São atividades econômicas dos mais variados ramos – comércio, produção, serviços –, de natureza informal, comumente conhecidas como empresa de fundo de quintal, gerenciadas por trabalhadores por conta própria.

O que fazem os Ceaps junto as essas empresas familiares? Eles dão acesso a crédito, abrindo uma li-

nha de crédito para esse pequeno empreendedor, linha de crédito esta que se vai realizando aos poucos, ao longo de três a cinco anos, com créditos inicialmente para capital de giro e, num segundo momento, para ativos fixos, para pequenos equipamentos e para melhorias de instalação.

A experiência de rede Ceap, Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, iniciou-se em 1986 com um projeto piloto, em três vilas de Porto Alegre. No ano seguinte, foi institucionalizado o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, mais conhecido como Centro Ana Terra. A partir dessa experiência, suas atividades estenderam-se por vários Estados da Federação, principalmente no Nordeste, atingindo hoje todos os Estados.

Os técnicos da entidade, além de permitirem o acesso ao crédito, dão uma orientação e uma capacitação gerencial a esse pequeno empreendedor. O acesso ao crédito e a orientação gerencial causam um impacto extremamente significativo no crescimento e no desenvolvimento dessa pequena atividade econômica e, em conseqüência, na melhoria das condições de vida da família que está em torno desse pequeno negócio.

Para se ter uma idéia desse universo, pela primeira vez no Brasil o IBGE publicou uma pesquisa sobre a economia informal urbana, identificando cerca de 9,5 milhões desses pequenos empreendimentos, que ocupam aproximadamente 2,5 a 3 pessoas cada um, quase sempre mão-de-obra familiar.

Ora, trata-se de cerca de 25 milhões de pessoas que têm, nessas pequenas atividades informais, sua fonte de trabalho e renda e, quando apoiados, sua fonte de melhoria das condições de vida.

Essa experiência, iniciada em 1986 e 1987, foi, durante praticamente os dez primeiros anos, apoiada pelo Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, entidade que, a partir de outros países, havia identificado o melhor caminho para melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes: aumentar a renda dos pais, dos adultos que compõem as famílias. Diversas avaliações de impacto feitas junto aos usuários, aos clientes, aos beneficiários desse programa têm constatado precisamente que o aumento da renda melhora as condições de habitação, de saúde, aumenta a possibilidade de retirar o filho do trabalho nas ruas – para complementar a renda familiar –, aumenta a presença de crianças na escola. Tudo isso se dá pelo fortalecimento e desenvolvimento dessa pequena atividade econômica. A nossa experiência internacional, também com o microcrédito, é a de que, com cerca de US$1,5 mil de investimento nesses pequenos negócios, cria-se ou fortalece-se um posto de trabalho. Portanto, é uma política extremamente econômica para se criarem postos de trabalho e melhorar nível de renda. Nesses 12 ou 13 anos, a rede Ceap, essa rede de ONGs, emprestou cerca de US$140 milhões em créditos, cujo valor médio é de R$1 mil. No ano passado, essas organizações emprestaram cerca de R$45 milhões, e, hoje, há uma carteira de projetos, vale dizer, de 25 mil pequenos negócios apoiados, com crédito e orientação gerencial.

É interessante notar que, nos primeiros anos, o apoio a essa atividade foi basicamente de organismos internacionais; como falei antes, do Unicef, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de fundações, como a Fundação Ford e a Fundação Interamericana. Nessa primeira década, o Governo brasileiro foi um ausente nessa atividade, quer pensando políticas, quer apoiando com recursos financeiros. Mais recentemente, e estou falando por volta de 1993, 1995, o Governo brasileiro começou a apoiar essa atividade, a pôr o que hoje é conhecido como microcrédito na pauta, na agenda de discussão. Houve um trabalho importante por meio do Conselho do Comunidade Solidária, e o BNDS e o Sebrae passaram a apoiar essas atividades; o BNDS, abrindo uma linha de crédito para organizações não-governamentais que trabalham com o microcrédito.

É interessante notar que, na realidade, o que essas instituições estão fazendo é criar uma rede de organizações comunitárias de crédito que, efetivamente, faça chegar recursos financeiros produtivos a pessoas mais pobres, a pessoas de baixa renda. Evidentemente, esses negócios são constituídos de fato, mas estão à margem do sistema formal de crédito, como estão à margem de qualquer sistema de apoio tecnológico e de capacitação gerencial. E essas organizações, por intermédio do agente de crédito, vão às comunidades, às periferias, às favelas, identificam esses pequenos negócios de porta em porta e oferecem o crédito e a capacitação gerencial. Então, essas organizações estão dando acesso, fazendo chegar aos mais pobres economicamente ativos crédito e capacitação, e, com isso, fortalecermos essas atividades econômicas, gerando renda e melhorando as condições de vida dessas famílias.

Vou-me reportar agora a uma exposição um pouco mais ilustrativa. Vamos prosseguir; a tecnologia às vezes falha.

Quais são os impactos gerados, além desse impacto da renda familiar, pela criação de postos de trabalho, ao se apoiar essas pequenas atividades eco-

nômicas? Eles são extremamente importantes no dinamismo das economias locais.

Hoje, os Ceap, que geralmente se iniciaram na área metropolitana das capitais, estão se espalhando por médias e pequenas cidades, pelo interior desses Estados, causando mudanças na economia local dessas pequenas e médias cidades.

A demanda que esses créditos criam para equipamentos simples e máquinas é extremamente significativa, do ponto de vista de dinamizar também esse setor da economia formal.

À medida que esse trabalho possa ser efetivamente ampliado, tanto no sentido territorial, como e sobretudo no sentido de atingir um número cada vez maior cerca de 25 milhões de pessoas dependem dessa atividade econômica , certamente o País estará dando um grande passo para modernizar e integrar esse setor da economia que hoje vive marginalizado, à margem dos benefícios e, evidentemente, dos deveres, das obrigações e das contribuições.

O sistema financeiro formal e bancário, evidentemente, pode chegar a um certo nível de pequena e microempresa, mas, dificilmente, atingirá esses negócios familiares de fundo de quintal, das pessoas mais pobres, que hoje estão sem acesso ao crédito.

Por isso, é importante favorecer e possibilitar a criação dessa rede de entidades comunitárias de créditos que, efetivamente, desenvolveram uma metodologia e uma forma de trabalho capazes de alcançar os economicamente ativos mais pobres.

Um apoio mais amplo a esse setor da economia seria promover, juntamente com o crédito, o acesso também à tecnologia adequada para esses pequenos negócios. Muitas vezes, esse é um auxílio simples. Tive uma experiência em 1980 ou em 1981, quando trabalhava na primeira organização não-governamental que iniciou programas de microcrédito no Brasil, a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. Meu trabalho era na região do agreste setentrional de Pernambuco, e tivemos um convênio da UNO, que dava o crédito e a orientação gerencial, em conjunto com o ITEP, Instituto de Tecnologia de Pernambuco, que tinha uma equipe de tecnólogos – ou seja, pessoas saídas de escolas técnicas – que, sob a coordenação de um engenheiro do referido Instituto, elegeu os ramos de atividade mais significativos desses pequenos negócios – que, na época, foram madeira, barro e confecções. Eles trabalharam desenvolvendo uma tecnologia adequada a esses setores de atividade produtiva, que, naquele período, muitas vezes, significava ensinar como utilizar bem determinado equipamento, como colocar uma etiqueta numa confecção para valorizar sua venda, como fazer um forno que diminuísse a quebra do tijolo e da telha produzidos artesanalmente nas olarias ao longo do Rio Una, que corta Bezerros e Caruaru. Com pequenas adaptações de tecnologia, agregou-se um grande valor de produtividade a esses ramos de atividade econômica. Há universidades, institutos de pesquisa e escolas técnicas que poderiam muito bem ser mobilizadas para prestar esses serviços de tecnologia adequada a pequenos negócios desse tipo.

Um outro aspecto a ser considerado e conjugado com o crédito para potencializar esses benefícios deve ser a capacitação, o apoio gerencial a esses pequenos negócios. Trata-se de transformar pessoas que iniciaram uma atividade econômica às vezes extremamente simples, como fazer um doce caseiro ou costurar com máquina doméstica, permitindo, com apoio gerencial e creditício, que essas pessoas passem de uma atividade meramente de sobrevivência para trabalhos empresariais que gerem emprego e renda. Isso é efetivamente possível e viável. Temos realizado esse empreendimento ao longo desses 13 anos.

Naturalmente, esse setor informal da economia é heterogêneo e tem espécies de atividade que costumamos classificar em níveis de sobrevivência. Há, por exemplo, o caso de uma pessoa cuja atividade econômica é tão diminuta que só consegue tirar dali o salário para sobreviver, isto é, para a sua manutenção. É como se a empresa pagasse um salário ao seu proprietário – isso é tudo o que ela consegue fazer, mas é a sua fonte de sobrevivência. Há empresas que já são mais estruturadas, de acumulação simples ou ampliada para aqueles que já são capazes, que trabalham com ativo fixo maior, que têm maior dinamismo e capacidade de gerar postos de trabalho.

A metodologia do microcrédito trabalha com esses segmentos – dos mais pobres aos que são um pouco mais estruturados, mas que estão ainda na informalidade – e dá crédito orientado, que vai, hoje, de R$100 a R$8 mil ou R$10 mil.

Porém, esse processo de crédito é gradativo; temos exemplos de vários empreendedores que começaram com crédito de R$300, R$500 e, hoje, estão com crédito de R$3 mil, R$4 mil ou R$5 mil, devido ao crescimento ao longo de dois ou três anos da sua atividade econômica.

Esse é o grande segredo desse crédito, quer dizer, ele inicia financiando, inicialmente, capital de giro a curto prazo, porque o giro dessas atividades econômicas é muito rápido. Então os créditos de noventa dias são automaticamente renováveis se o cliente

paga o crédito anterior e são crescentes, à medida que seu negócio, a sua atividade econômica, responde e vai necessitando de maior crédito.

Porém, isso não pode ser feito, simplesmente, por uma financeira, porque, junto com esse crédito, é necessário que o agente de crédito faça a orientação gerencial desse pequeno empreendedor.

Eu queria, então, fazer essa exposição geral sobre essa experiência, a qual tem 13 anos, que trouxe para o Brasil a metodologia do crédito solidário e introduziu aqui o sistema do grupo solidário, da fiança solidária. A grande pergunta que agências internacionais de crédito se fizeram na década de setenta, quando começaram essas primeiras experiências, foi exatamente esta: como dar crédito? E trata-se de dar crédito, ou seja, trata-se de emprestar um dinheiro e recebê-lo de volta, de romper com toda uma visão assistencialista e paternalista; de quebrar mitos de que o pobre que tem uma atividade econômica não pode pagar e demonstrar que, ao contrário, ele pode pagar, é lucrativo, é um excelente pagador. A recuperação é quase 100%. O nível de perda é muito pequeno nesses créditos.

Então, tratava-se de saber como fazer e como estimular para chegar às pessoas que não têm garantias reais e dar-lhes crédito. Uma das maneiras encontradas foi exatamente desenvolver o que se chamou de grupo solidário, de fiança solidária, ou seja, o crédito é feito a grupos de três a cinco pessoas, que têm uma pequena atividade econômica. Eles trocam aval entre si. O grupo se responsabiliza total do crédito e da parcela de cada um. Então, isso cria uma sinergia de cumprimento extremamente significativa, extremamente importante, porque o grupo passa a depender do crédito de cada um. Mas se abriu também, na medida em que não é fácil fazer a opção pelo crédito solidário. Aqueles que não buscam, que não constituem o Grupo Solidário podem ter o chamado crédito individual com o avalista, que é mais moral do que real. Todavia, a experiência no Brasil e em outras partes da América Latina é de que o pobre é um bom pagador e, uma vez assumindo o compromisso com a instituição que deixa claras as políticas, faz com que a nossa recuperação seja excelente.

Do ponto de vista dos fundos para esse trabalho, citei o Unicef, o principal colaborador durante a primeira década desse trabalho, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, várias fundações internacionais e, nos últimos dois anos, as linhas de crédito do BNDES e do Sebrae, apoiando mais a parte de capacitação tanto do pequeno empreendedor como das organizações executoras do programa.

Coloco-me à disposição de V. Exªs para esclarecimentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Sr. Relator, para suas considerações e perguntas, caso haja necessidade.

O SR. ROBERTO BRANT – Vou ser muito breve. Agradeço o Sr. Valdir de Araújo Dantas pela exposição que nos trouxe. É uma experiência interessante. Qualquer esforço de combate à pobreza deve ter em mente criar as condições permanentes para que o cidadão saia definitivamente da condição de pobreza. E, principalmente na zona rural e nas pequenas cidades, esse é realmente um mecanismo de permitir que as pessoas pobres possam ter acesso a ativos produtivos, que lhes assegurarão um fluxo permanente de renda para o seu sustento e desenvolvimento humano. É, de fato, bastante interessante.

Não tenho praticamente perguntas a fazer, mas, indubitavelmente, quero dizer que, no nosso relatório, tentaremos contemplar alguma atividade, pois, como V. Sª disse muito bem, esse setor vem se desenvolvendo quase que por iniciativa própria, sem praticamente apoio ou ação governamental nos últimos anos. É algo que nasceu na base da sociedade. O que cabe ao Estado, agora, e a nós, congressistas, representantes de um segmento do Estado, é colher essa experiência no estádio em que se encontra e apoiá-la para que se amplie, multiplique-se, diversifique-se etc.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Passemos à lista dos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan, primeiro inscrito.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Srªs e Srs. Parlamentares, não tenho dúvida da importância desse tipo de financiamento. Na linha do micro e pequeno empresário, do Estatuto da Empresa e do Sebrae, está-se caminhando um pouco nesse rumo, embora esse seja destinado ainda a pessoas menores. Acredito que um dos fatores do seu retorno seja também a seleção das pessoas, quer dizer, uma profunda seleção daquelas pessoas que demonstrem vocação, já estejam na atividade e recebem como uma costureira. Reconhecemos que, muitas vezes, a máquina de costura não é dela, e ela precisa de um ateliê. Mas ela demonstrou sua vocação, então acho que isso é de uma prioridade total.

A pergunta que faço ao ilustre expoente, a quem felicito pela exposição, é a seguinte: qual o custo da aplicação desse dinheiro? Quem paga os técnicos que acompanham o crédito?

Veja, numa escala bem menor, situo isso como o Banco do Brasil do passado. O Banco do Brasil do passado tinha veterinário, agrônomo e o funcionário treinado que fazia até o projeto para o agricultor, que acompanhava a compra da semente, do fertilizante, do trator, que via os tratos da terra. O resultado era excepcional, não havia praticamente nenhuma evasão, só que o custo era enorme. Depois esse custo saiu, foi para a Emater, para a Embrapa, para outros organismos, para as Secretarias de Agricultura dos Municípios, e o Banco ficou sem dar o dinheiro. Como houve o descasamento entre quem dá o dinheiro e quem fiscaliza, evidentemente por esse ralo foram desviados muitos recursos. Então, o Ceap não está cometendo esse defeito das políticas de crédito do Brasil, e talvez até tivéssemos que repensar isso.

Mas pergunto: qual é o custo? Aqui, vi que é de R$0,14 por real aplicado. Isso é debitado ao tomador do dinheiro? Os técnicos, as equipes que fazem o custo do dinheiro que vem do BNDES, por exemplo, que vem de organismos, fazem parte deste R$0,14 ou não?

Eram essas as perguntas que eu queria fazer, para saber que tipo de subsídio embutido há, sem que esta pergunta signifique negar o valor social do empreendimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Por gentileza, o Dr. Valdir vai anotar a pergunta, vou ouvir três perguntas e, posteriormente, o senhor as responderá.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, para as suas perguntas ou considerações.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, eu só teria realmente uma pergunta que está muito na linha da pergunta do Deputado Nelson Marchezan. Gostaria de fazer uma observação muito breve. Nas duas exposições de hoje – a do Senador Alberto Silva e, agora, a do Dr. Valdir – tivemos uma mostra do que é um desenvolvimento tecnológico adequado ao País. É muito comum, virou modismo o desenvolvimento tecnológico, a tecnologia. É preciso aplicar, desenvolver, mas precisamos distinguir a grande tecnologia, a tecnologia sofisticada, que é muito importante mas nem sempre é conveniente à economia do país. Há muitos exemplos de um avanço tecnológico que gera desemprego em massa, que contribui para aumentar a pobreza. A microtecnologia ou a tecnologia eminentemente da realidade brasileira, o caso dos dispositivos que estão sendo criados sob a coordenação do Senador Alberto Silva e do trabalho da rede Ceap, esse é um avanço tecnológico que, seguramente, produz resultados e interessa ao País e não é extremamente caro, embora isso tenha um custo, sim. Recoloco a pergunta do Deputado Marchezan. Precisamos ter uma avaliação do custo, para transformar, por exemplo, esse trabalho da Ceap num programa de governo que pudéssemos avalizar. Por exemplo, para passar de 25 mil empreendimentos atendidos para 2,5 milhões, decuplicar isso, que seria um quarto dos 10 milhões de pequenos negócios existentes no país. Sabemos que é uma atividade que tem um custo, o custo da própria orientação do tomador, como o custo da formação do agente de crédito, que é uma peça fundamental nesse sistema, e a sua formação envolve um custo. Então, eu perguntaria: como é que podemos avaliar esse custo que envolve uma ação de promoção por parte do Governo? Isto não é uma operação que o sistema financeiro ou comercial vá fazer. Ele não faz exatamente porque há o custo de promoção. É uma atividade desenvolvimentista, é uma atividade de promoção do desenvolvimento, que, por conseguinte, envolve um custo que não é meramente financeiro, mas promocional. Não quero me alongar nisso, mas não posso deixar de escorregar uma pergunta: por que não há um Ceap no Estado do Rio de Janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, para as suas perguntas ou considerações, dentro, naturalmente, dos cinco minutos estipulados para cada um.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, assistimos antes à exposição do Senador Alberto Silva. S. Exª fez uma demonstração prática de como reter a água no campo. É uma coisa interessantíssima, porque o que acontece no Nordeste é o seguinte: chove, planta-se, passa um mês sem chover e a plântula morre. Chove de novo, planta-se de novo. Se passar mais um mês sem chover, ela torna a morrer.

A retenção que S. Exª projetou aqui é uma solução prática, que retém a água no solo de tal forma que, vencida essa etapa, a plântula pode esperar por nova chuva e continuar a viver. É um processo – que, aliás, S. Exª não citou – revolucionário na, digamos assim, forma de plantar do sertanejo, que ele, com experiência de engenheiro nordestino, aqui nos trouxe. Ajuda muito, sem dúvida, a pobreza, porque produz mais e dá renda melhor ao agricultor.

Quanto ao Dr. Valdir de Araújo Dantas, eu só tenho uma pergunta a fazer. Eu vi aqui que na Bahia e em Recife já há; lá nós já temos as cooperativas de crédito disseminadas em vários, em muitos municípi-

os, e algumas pessoas que são entusiastas desse trabalho.

Mas como é formada essa associação? Como é que, em uma cidade onde ela não existe ainda, ela se forma, para que se tenha acesso ao crédito, para que se organize a estrutura? Era somente esta a pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor, porque o processo é, sem dúvida, dos melhores para estimular a microempresa no setor familiar e nas pequenas cidades.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Dr. Valdir de Araújo Dantas, para responder às três perguntas formuladas.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Eu vou começar pela última colocação do Deputado Félix Mendonça. São ONGs, associações civis sem fins lucrativos. O processo de formação tem sido a partir da mobilização de entidades empresariais em cada Estado, entidades de classe, federação das indústrias, federação do comércio, clube de diretores lojistas e, em alguns Estados, Sebrae, etc. A partir do interesse de um grupo local ligado a essas instituições...

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Mas é uma cooperativa?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Não. Não é uma cooperativa, é uma associação civil sem fins lucrativos, uma ONG. É interessante, pois quando começou, há dez, doze anos, a atividade do microcrédito era ilegal, irregular, não existia um estatuto jurídico que a amparasse. Agora, recentemente – nisso eu destaco o trabalho do Conselho do Comunidade Solidária –; criaram-se duas alternativas, dois marcos legais para isso: um é a Lei das Acips, das Associações Civis Privadas de Interesse Público, e a outra é uma resolução através do Banco Central, que são as associações de microcrédito, já com fins lucrativos, constituídas como sociedades anônimas fechadas.

Essa legislação é deste ano, de março e agosto; são muito recentes. Em todo caso, pode-se continuar agora a praticar o microcrédito no País com esses dois amparos legais ou continuar com uma associação civil, sem fins lucrativos, só que com o Estatuto, de interesse público, porque uma medida provisória permitiu que essas entidades emprestem dinheiro e não estejam sujeitas à Lei da Usura, do 1% ao mês. A outra modalidade de que eu falava diz respeito às associações de microcrédito, constituindo-se como sociedades anônimas, com fins lucrativos.

No nosso caso, que somos ONGs, somos associações civis, é necessário, para se formar no Estado, um interesse local em torno dessas associações, de classes, de entidades que dêem apoio local, e esse apoio tem sido mais institucional, de infra-estrutura, etc. E, na outra ponta, que se encontrem recursos. Recursos para quê? Para o Fundo de Crédito e para a operação da entidade, para o trabalho do agente de crédito que irá às comunidades, para a capacitação desse pessoal.

Um aspecto desse trabalho, que não é uma característica só nossa, é que, apesar de serem entidades sem fins lucrativos, que, portanto, têm um conselho deliberativo ou um diretor, formado por voluntários, representantes dessas associações de classe, devem ter necessariamente um corpo profissional muito profissionalizado, desde o agente do crédito, uma figura central nessa atividade, que precisa ter características de formação econômica e também uma sensibilidade social grande, de empatia com essa população e com esse trabalho, até os gerentes dessas entidades, porque elas crescem.

Temos, hoje, por exemplo, em Pernambuco, um Ceap que tem uma carteira de R$5 milhões, com dez pontos de atendimento no Estado. Desse modo, é necessário também formar gerentes intermediários para dirigir essa organização.

Esse é o processo de formação. É importante destacar esse caráter. Não é uma atividade que pode ser exercida de forma amadora. É preciso haver profissionais capacitados, formados, dedicados 24 horas a isso.

É necessário também afastar qualquer política assistencialista. Uma meta dessas entidades é a auto-sustentabilidade ao longo da sua existência, de modo a que esse programa se mantenha e se desenvolva. Foram feitas muitas experiências de microcrédito ao redor do mundo, na década de 60, mas com um caráter muito de subsídio ao tomador final, ao pequeno empreendedor, com caráter de projetos, e que, simplesmente, deu resultados enquanto havia dinheiro subsidiado. Depois, não foi mais capaz de se manter por conta de uma visão equivocada.

No nosso caso, nos primeiros anos, os recursos foram doados, principalmente pela Unicef, tanto para o Fundo de Crédito como para a Formação e Operações.. Hoje, essas entidades trabalham com linhas de crédito do BNDES, em que o Ceap as remunera com a TJLP.

Estamos emprestando ao pequeno empreendedor final a 5% ao mês.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Cinco por cento ao mês?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – V. Exª falava, recorrendo ao crédito...

O SR. PEDRO SIMON – Só uma pergunta: o ex-Governador de Brasília, Sr. Cristovam Buarque, o dinheiro que emprestava era a quantos por cento ao mês?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – O BRB Trabalho? Talvez entre 2,5% a 3%, Senador. Algo assim.

Mas, deixa eu falar uma coisa. Primeiro, vamos olhar do ponto de vista do cliente, do pequeno empreendedor. Ninguém trabalha sem crédito. De alguma forma, um empresário tem crédito, inclusive o empresário informal. Qual é o crédito desse empresário? Ele tem basicamente duas fontes: agiotas, pagando 15% ou 20% ao mês; ou fornecedores. Isso se dá na praça aqui de Brasília: pagam 15% a agiotas empreendedores aqui da Capital Federal – essa é uma realidade do mundo todo, não é somente nossa – ou pelo sistema de fornecedores, onde o crédito também é muito alto, em torno de 8% a 10%. Então, o crédito de 5% ao mês é um benefício financeiro real. Tanto que ele pagam em dia, desenvolvem-se e crescem.

Do ponto de vista da instituição, ela precisa manter seus custos, o que é caro, porque se concede, em média, um crédito de R$800 mil que é altamente pulverizado. Há clientes em que se vai na cada dele e que se acompanha. Não é dado um crédito sem que o agente de crédito faça uma visita à empresa do cidadão ou cidadã, que geralmente é a sua casa, o seu fundo de quintal ou a garagem. Isso significa um custo operacional alto.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Ele não paga só os juros. Na verdade, paga os serviços prestados.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – A assistência técnica que recebe, evidentemente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Agora, o desenvolvimento do cliente, essa taxa de juros não pode baixar um pouco para aquele cliente antigo ou é a mesma taxa para todo mundo?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Hoje é a mesma taxa, mas é evidente que pode baixar.

O SR. PEDRO SIMON – O Governo do Distrito Federal, o crédito era mais barato?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – A parte operacional era feita através da Secretaria do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Atenção, Srs. Senadores e Srs. Deputados: vamos limitar as respostas às perguntas feitas.

O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Simon, que terá a oportunidade de falar.

O senhor tem que responder às perguntas dos Deputados Nelson Marchezan e Félix Mendonça e do Senador Roberto Saturnino. Posteriormente, aos outros. Senão, não vamos conseguir concluir porque há muitas pessoas inscritas e temos que objetivar as perguntas e respostas.

Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon para suas perguntas e considerações.

O SR. PEDRO SIMON – Dentro do problema desemprego, venho apresentando ao longo do tempo três propostas que o Governo deveria pegar com as duas mãos: agricultura familiar, é a construção de moradias populares na forma de mutirão. O Governo está anunciando agora, novamente, crédito que a Caixa Econômica vai dar para as empreiteiras, etc. Eu acho que tinha que ser na forma de mutirão. A Prefeitura entra com o terreno, o Estado entra com a infra-estrutura, e o Governo Federal dá o dinheiro para compra do material. E a sociedade e as pessoas constróem as suas casas. E esse microcrédito.

Eu estou com estudo enorme da questão do que aconteceu com Bangladesh, que foi realmente uma experiência impressionante, onde milhões de pessoas partiram do zero, conseguiram uma atividade. Eu acho que essas experiências que já existem... o Rio Grande do Sul fez.

O ex-Governador de Brasília, Cristóvam Buarque, me contava coisas mais singelas: pessoas que criavam galinha, tinham ovos, mas não tinham o que fazer com os ovos. De repente, um aparelho ultra-singelo que garante ou não que o ovo está podre e o Governo do Distrito Federal entrou fornecendo caixas para fazer o armazenamento e o carimbo de qualidade e estão sendo vendidos nos supermercados. O Governador de São Paulo, Mário Covas, tem algumas experiências exatamente neste sentido: que é a partir do zero.

Na minha cidade Caxias do Sul. Quando eu saí de Caxias nós não tínhamos nenhum desempregado. Hoje, são quarenta mil, são pessoas que vieram de outras regiões em busca de trabalho. São pequenos produtores que, por falta de orientação, sairam... Nós temos uma infinidade de pessoas que se lhes fossem dado uma chance de fazer alguma coisa, eles fariam essa chance. São milhares de pessoas que se lhes fossem dado a chance de produzir alguma coisa, eles fariam isso. Aliás, tem sido feito. Muitas empresas pegam essas pessoas e fazem por conta delas. Ela dá uma máquina semi-industrial para uma senhora, ensina ela costurar, ela fica na casa dela, costura, e entrega na empresa no fim de semana o fruto do trabalho dela e vai descontando aos poucos a máquina que passa a ser dela.

Então, essas fórmulas são tão intensas que é evidente que faltam algumas questões. A primeira é a organização. Não adianta, porque é quando é devagar é um, é dois, é três, pode até dar certo. Mas daqui a pouco se você fizer uma avalanche disso, crédito á vontade, milhares e milhões de pessoas, se você não tiver uma organização, acontece, como aconteceu com o Plano Cruzado. O Plano Cruzado que fez o milagre de, no dia seguinte, congelar todos os preços e o que surgiu de microempresa foi uma coisa fantástica. Quer dizer, para tudo que é canto surgiu uma microempresa, só que logo depois implodiu tudo porque não houve estímulo, não houve orientação, nem determinação. Conheço pessoas que venderam inclusive o carrinho que tinham, um pequeno apartamento que tinham para investir e, depois, perderam tudo.

Então, eu acho que é da maior importância a experiência, principalmente a de V. Exª que é uma experiência não-governamental e que tem a preocupação nesse sentido. Que eu acho que é uma das questões, meu Presidente, que a nossa Comissão, à margem do que vai fazer até os 160 ou 120 dias, deveria tomar quase que como uma orientação para mais adiante, no futuro, não apenas legislar, mas levar adiante a fiscalização, com ação, com orientação e das maneiras mais variadas. Vejo que as fórmulas são as mais diferentes, estou sentindo isso. O senhor é uma entidade não-governamental, quer dizer... Agora, o senhor me falou – até já fiquei meio tonto – de sociedade anônima. Quer dizer, são sociedades anônimas que se formam com o fins de lucro...

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Apenas um esclarecimento. Recentemente, em dois de agosto, o Banco Central criou essa legislação.

O SR. PEDRO SIMON – Sim, é isso que estou dizendo.

O SR VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – É uma opção trabalhar como sociedade anônima.

O SR. PEDRO SIMON – Sim, mas o que é uma sociedade anônima? É uma sociedade anônima que se organiza para obter lucro, dando dinheiro para microempréstimos. É isso?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – É.

O SR. PEDRO SIMON – Não consigo entender de onde o Banco Central tirou essa. Quem é o patriota que vai dar dinheiro para microempresa? Honestamente, não entendi. Agora, eu gostaria de saber o seguinte...

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Não, no Brasil, não. Fora do Brasil, sim.

O SR. PEDRO SIMON – Juro por Deus que essa do Governo eu não consegui entender. Fiquei meio tonto. Quer dizer, sociedade anônima que vai dar microempréstimo. Se V. Exª cobra 5% – o que me deixou assustado –, quanto é que essas pessoas vão cobrar?

Não consigo ver diferença. Perdoe-me, Sr. Presidente, por estar meio atabalhoado, mas eu gostaria de dizer o seguinte: primeiro, como é que funciona o negócio tipo Cristovam, tipo o que o Covas fez, tipo... parece que lá no Rio Grande do Sul se criou o Pôr do Sol, que é...

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Fizemos também na Prefeitura de São Paulo, na minha época.

O SR. PEDRO SIMON – Porto Alegre, com dinheiro também do Governo do Rio Grande do Sul. O Governo, o Estado e a Prefeitura.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Banco do Povo, também, em Santo André, cujo prefeito hoje é o Celso Damião.

O SR. PEDRO SIMON – Essas entidades funcionam por conta da prefeitura? E a prefeitura, então, coloca a estrutura; com isso, pode oferecer juros insignificantes. Pode ainda disponibilizar um dinheiro a juros eu não diria zero, mas a quase, porque tem essa infra-estrutura. Essa é uma questão.

A segunda: como é que é a Comunidade Solidária? Onde é que entra a Comunidade Solidária? O que ela tem feito? Qual é a proposta que ela está apresentando?

O SR. EDUARDO SUPLICY *(Fora do microfone)* ....renda mínima. É nesse sentido.

O SR. PEDRO SIMON – Sim, é exatamente. O que a Comunidade Solidária quer fazer? O que ela pretende fazer? Qual é, efetivamente, o objetivo dela?

E se V. Exª conhece essa experiência de Bangladesh, qual é a diferença de lá para cá? Lá foi um banco, se não me engano, foi de Londres.

O SR. EDUARDO SUPLICY – *(Fora do microfone)* – A tradução é Banco do Vilarejo.

O SR. PEDRO SIMON – Sim, mas é uma associação inglesa que resolveu aplicar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – *(Fora do microfone)* Não é do Estado?

O SR. PEDRO SIMON – Não, o dinheiro veio de fora, veio de um banco inglês.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, foi um professor...

O SR. PEDRO SIMON – E, de fruto de tudo isso – V. Exª expôs o caso em si –, qual é a orientação que o senhor nos dá, de tudo isso? Por exemplo: "Olha, o conselho que dou a vocês é que estudem esse caminho aqui". O que os senhores acreditam que deveria-

mos fazer no sentido de repetir essa experiência fantástica que V. Exª está fazendo – é uma experiência em massa – de conseguir realmente ter uma explosão no número de pessoas com esse atendimento?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, também pelo prazo de cinco minutos, para formular as perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, tenho uma viagem nesta tarde para a Colômbia, onde para proferir palestra. No entanto, eu gostaria muito de poder ouvir a Drª Wanda Engel. Por isso, abro mão... Vou fazer uma palestra na Colômbia amanhã. Vou sair daqui a instantes, mas quero ouvir a Drª Wanda. Então, vou deixar de formular perguntas.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr. Presidente, na linha do pensamento do Senador, quem sabe protelaríamos o debate?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Só falta um inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu gostaria de deixar minha inscrição para depois da palestra da Drª Wanda. Se o Dr. Valdir permanecer, eu faria perguntas para ambos, para não prejudicar a exposição da Drª Wanda, a qual quero ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Cajado, para formular suas perguntas.

O SR. CLÁUDIO CAJADO – Pois não, Sr. Presidente. Quero saudar V. Exª, o ilustre Relator, Deputado Roberto Brant, Drª Wanda, Dr. Valdir.

Tenho algumas colocações a fazer ao Dr. Valdir. Estamos aqui nesta Comissão para elaborar uma legislação que venha efetivamente erradicar ou melhorar o problema da pobreza e da miséria no nosso País. Então, quero, pragmaticamente, Dr. Waldir, fazer algumas colocações ao senhor, mais com o intuito de enriquecer nosso debate.

Hoje, quais seriam as fontes de recursos do órgão pelo qual se financia os pequenos empresários ou as atividades produtivas, as microatividades produtivas?

Em geral, qual o valor do financiamento médio, tirando uma média, principalmente no que se refere à Região Nordeste? Em média, quanto o Ceap concede em financiamentos? Solicito sempre em termos de Nordeste.

O senhor falou que há um Ceap – não sei em que Estado – que detém cinco milhões em carteira. Eu gostaria de saber, em âmbito nacional, qual o volume de recursos hoje disponíveis para concessão de crédito de financiamento.

Não sei se o senhor tem esta informação, mas seria interessante sabermos, desses empréstimos concedidos, qual seria o percentual de financiados que dão continuidade à sua atividade produtiva? Ou seja, em cada empréstimo concedido, quais os que recebem os recursos e não dão continuidade à atividade produtiva ou quais os que, recebendo esse empréstimo, desenvolvem sua atividade e obtêm sucesso, digamos assim, no que se propõem a desenvolver?

Não sei se o senhor registrou todas as perguntas. A última pergunta é a seguinte: Temos, por intermédio de órgãos do Estado, programas de geração de emprego e renda, com recursos inclusive do FAT. Essa atividade que o Ceap desenvolve é similar ao que o Governo tem desenvolvido nesses programas de geração de emprego e renda, principalmente junto às Secretarias de Ação Social e do Trabalho dos Governos Estaduais e, de igual forma, aos programas de crédito concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil? Ou seja, eles são iguais, são da mesma vertente ou existem diferenças particularizadas entre seu organismo, que é uma entidade não-governamental, e essas entidades oficiais?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Dr. Valdir, para as respostas.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Começando um pouco mais, em geral, pelas colocações do Senador Pedro Simon.

De fato, Senador, eu dizia: O que se trata na verdade? O que é fundamental para o desenvolvimento do País? Integrar esses milhares e milhares de pessoas de pequenas atividades econômicas ao setor normal da economia, integrar essas atividades do ponto de vista do mercado, do acesso a recursos que possam fortalecer o mercado interno. Como o Senador Roberto Saturino falou, é evidente que o País tem que desenvolver tecnologia de ponta, mas ele não pode continuar convivendo com um segmento, que dá trabalho e renda para milhares e milhares de famílias, tão atrasado e tão excluído. E esses programas, se massificados, permitem a inclusão dessas... É uma experiência exitosa que massificou o microcrédito em Bangladesh. Mohamed Yunes iniciou essa experiência em 76. É interessante que no Brasil, em 73, se constituiu a primeira ONG, Organização Não-Governamental, especializada em microcrédito, que atuou em Pernambuco e Bahia, chamada União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, que fez as primeiras experiências de microcrédito no setor informal.

A experiência da rede Ceap começou na sua terra, Porto Alegre, em 87. Até esse ano não existia marco legal para essa atividade. Em relação a países da América Latina, o Brasil ficou um pouco atrás na experiência do microcrédito. Somos ONGs, entidades sem fins lucrativos, mas damos crédito. Fomos saber qual era a posição do Banco Central, que nos disse: "Vocês não fazem captação de público, não fazem intermediação financeira. Não temos lugar para vocês."

O papel do Comunidade Solidária foi trazer esse tema para a agenda pública e trabalhar no sentido de estabelecer um marco legal para essa atividade, institucionalizá-la no País.

Hoje existem duas possibilidades. Pode-se continuar trabalhando como ONG, sem fim lucrativo, essa é a nossa opção, ou pode-se constituir uma microfinanceira, aí, sim, uma sociedade anônima com fins financeiros. A experiência internacional tem mostrado Colômbia, Bolívia, Peru que essa atividade que começou como organização não-governamental chega ao ponto de ter 50 mil clientes, com US$10 milhões de carteira. De onde vem o **funding** para crescer? Só há pacto se se massifica. Foi quando essas ONGs abriram o caminho para começar a ter contato com o mercado financeiro, buscar linhas de crédito direto no mercado. Essa experiência demonstrou que esse é um negócio rentável e que quem quiser desenvolvê-lo como negócio rentável e lucrativo pode desenvolver. Isso deu lugar à criação de bancos na América Latina, por exemplo, o Banco Solidário, na Bolívia, o Mi Banco, no Peru; constituíram-se como entidades financeiras, reguladas, formais, mas para isso foi necessário que os bancos centrais modificassem a legislação, criassem uma legislação específica para esse tipo de entidade financeira dedicada ao microcrédito.

Ele deu um passo nesse sentido porque, nesses países, ao serem criados os bancos, ele permite a operação completa de crédito, ou seja, esses bancos podem captar dinheiro do público, podem captar poupança etc. No caso de nossa financeira, que foi criada a partir de agosto, não é possível, não se pode captar dinheiro. As operações financeiras estão limitadas ao lado ativo da operação. Isso foi um passo nesse sentido e foi estabelecido um capital inicial baixo – R$100 mil.

No caso das organizações não governamentais é interessante destacar duas experiências. Está comprovado que o Governo não é um bom agente para esse tipo de programa. As experiências de programas dessa natureza em área de governo mostram que os fracassos são enormes. Isso ocorre aqui e em vários outros países. Isso ocorre por várias razões. Por exemplo, a descontinuidade administrativa. Nós estamos falando de um programa de Cristovam, que teve êxito e que acabou. A sabedoria do Porto Sol, em Porto Alegre, foi criar uma ONG, chamada ONG mista, em que a prefeitura entrou como um agente promotor da iniciativa e foi criada uma organização fora da estrutura do governo municipal com organizações da sociedade civil, no mesmo modelo que nós havíamos criado o Centro Ana Terra e as ONGs anteriormente. Ou seja, da ONG do Porto Sol participam a prefeitura, a Federação do Comércio, a Federação da Indústria e o Sebrae. Ela garante uma instituição fora da injunção da atividade pública e permite a continuidade. Naturalmente com um apoio maior do setor público, ao contrário do nosso caso, pois não temos nenhum órgão público como constituidor, mas entidades privadas.

Ainda é pequena a rede de microcrédito no Brasil. O que é preciso? É preciso que existam recursos. É preciso que existam recursos a fundo perdido para incentivar a criação. Há o lado da capacitação gerencial, institucional, organizacional e não dá, nos primeiros anos, para essas entidades arcarem com isso. Para se manter esse trabalho nesse grau de profissionalismo em que ele é desenvolvido é necessária uma capacitação constante de parte do pessoal das entidades. Mas se nós não construirmos essa rede de organizações especializadas, profissionalizadas, não vamos dar o acesso ao crédito à maioria dessas pessoas que dele estão necessitando para desenvolver suas atividades econômicas.

Hoje é possível o recurso para FUND. Temos, por exemplo, a linha do BNDES, nós pagamos, operamos essa linha e podemos fazer isso. Existem também os recursos de custo inicial, de implantação dessas entidades e sobretudo de capacitação permanente desse corpo de funcionários. Para esse trabalho ainda é necessário recursos subsidiados. Existe uma metodologia consolidada. Hoje nós sabemos fazer isso no País. Pode-se a curto prazo, em 90 dias, ir para um novo Estado, para uma nova cidade, implantar uma instituição como essa e começar a operar o crédito.

Assim, existem os recursos organizacionais e metodológicos para se ampliar essa rede.

Com relação às perguntas do Deputado, o crédito médio, hoje, na rede, no País, está em torno de R$1 mil. No Rio Grande do Sul ele é de R$1,5 mil; na Paraíba e em Sergipe ele é de 500 reais. A Comissão conta com a presença, com a participação da Sena-

dora Maria do Carmo, que foi uma das pessoas que tomou a iniciativa de levar essa experiência para Sergipe, é uma das fundadoras do Ceap de Sergipe, que hoje tem grande desenvolvimento, e tem acompanhado de perto essa atividade. Hoje, em Sergipe, na Paraíba, o crédito médio é de 500, 600 reais.

A maioria é comércio, mas também tem produção. O comércio é em todas as áreas. Mercearias, quitandas, venda de bolo, venda de cafezinho, o carrinho da pipoca, do cachorro-quente, como também a pequena sapataria, a pequena costureira, o pequeno marceneiro do bairro. Agora, não é que 300 reais modifiquem a vida da empresa. O valores de 300, 500, 600, 1.000, 1.500, 2.000 continuados ao longo de três anos, fazem uma diferença enorme, cresce, e depois começa-se a financiar os ativos fixos, a dar pequenos equipamentos, e esse pequeno negócio. O que era uma empresa de uma só pessoa, começa a empregar pessoas. Inicialmente da família, mas depois vai buscar mão de obra fora da família. Há o crescimento, o desenvolvimento. A cidadania que isso promove é impressionante. A auto-estima dessas pessoas aumenta. Os depoimentos que nós temos são extremamente significativos do ponto de vista de pessoas que passam a acreditar porque vêem um horizonte concretamente, encontram uma possibilidade de integração na sociedade, de tirar o filho que estava vendendo limão no semáforo e colocá-lo na escola. E ouvimos diversos comentários no sentido de que fomos a primeira organização que confiou nas pessoas. E essas pessoas prezam esse fato com uma fidelidade enorme. Observamos o comportamento delas quando chegam pela primeira vez para solicitar um crédito e a postura que assumem três, seis meses depois ao voltar a essa organização. Quer dizer, de fato, está-se promovendo cidadania, integração, inclusão. Não sei, Deputado, se respondi as suas perguntas.

O SR. CLAUDIO CAJADO – Elaborei quatro perguntas, na verdade.

Na linha do que o senhor respondeu agora, eu perguntaria qual seria o índice de inadimplência.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Atualmente, está em 4%.

O SR. CLAUDIO CAJADO – E eu perguntaria o seguinte: o percentual dos que recebem o crédito, desenvolvem sua atividade, dão continuidade à mesma.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Quase 100%.

O SR. CLAUDIO CAJADO – O índice de existência é muito pequeno.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Há um mito que existe. De acordo com o nosso cadastro, observamos que a quantidade, a maioria dessas pessoas vivem de pequenos negócios. Cinco, dez, quinze, vinte anos sobrevivendo na economia formal. Ele é um grande gerente, um grande empreendedor. Ele muda de atividade, mas ele está sempre com um pequeno negócio, e esse pequeno negócio, uma vez apoiado, o índice de sobrevivência dele é de quase 100%. Elimina-se essa mortalidade do pequeno negócio.

O SR. CLAUDIO CAJADO – E o índice de fracasso não existe praticamente em termos dos que recebem o benefício.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Dos que participam, é praticamente nulo.

O SR. CLAUDIO CAJADO – Está bom.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Porque os depoimentos , em época de crise, de fracasso dessas atividades econômicas... próximo a 1%. Esse trabalho tem 13 anos, portanto, passamos pela época da hiperinflação e depois pela estabilidade econômica. Nas épocas de crise, o depoimento de pessoas que chegam nos Ceaps e dizem que se não fosse esse crédito não tinham sobrevivido. Mas com o crédito e com a orientação ele supera essas crises, sobrevive. E quando a economia se estabiliza, cria condições, começa a crescer, a se desenvolver.

O SR. CLAUDIO CAJADO – É a última pergunta, Sr. Presidente, sei que temos que acelerar para ouvir a Drª Wanda. Mas fiz uma pergunta que considero fundamental: é a diferença entre esse tipo de financiamento, que V. Sª faz através desse órgão, essa ONG, e os programas do Governo Federal, a exemplo desenvolvido pelo Banco do Nordeste do Brasil, e de programas como o Projeto de Geração de Emprego e Renda desenvolvido por alguns Estados da Federação, qual a diferença, se existe?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Existe, o Banco do Nordeste, hoje, criou o Crediamigo. O Crediamigo opera basicamente com essa metodologia. É interessante que quando começamos em 86, essa metodologia do microcrédito, grupo solidário, apanhamos a partir de uma organização norte-americana, **Action International**, que é uma ONG que trabalha na América Latina toda com essa mentalidade que, na época e durante cinco anos representei aqui no Brasil.

Hoje, ao iniciar o Crediamigo, o Banco do Nordeste contratou essa mesma ONG como consultora para aprender essa tecnologia. Aprendeu e está desenvolvendo bem, é um sucesso, porque o Banco do Nordeste tirou o Crediamigo de dentro da estrutura do banco. Tem agentes de créditos que são contratados

por outras fontes, por agências de desenvolvimento, etc, mas está aplicando a mesma metodologia e desenvolvendo o programa com sucesso.

O que não dá certo, o que fracassa são os organismos governamentais diretamente executarem esse programa. Nesse caso é complicado, porque entram muitas injunções e, quase sempre, não tem continuidade. O papel do Governo nisso deve ser de apoio, de estímulo, de financiamento, mas de execução direta....

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com respeito às taxas cobradas pelo BRB Trabalho, o Deputado Pedro Celso, que foi Secretário do Trabalho durante o Governo Cristovam Buarque, informou que as taxas eram de 3,5%, mas quando era para investimento de 1,5%. Portanto, consistente com a informação que V. Sª nos deu.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Deve ser isso 3,5 a 4%, que o Porto Sol está cobrando também em Porto Alegre.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Também, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos as palavras do Dr. Valdir de Araújo Dantas, e queremos indagar dele se pode continuar conosco, se ainda tem tempo disponível para, se necessário, responder alguma outra pergunta.

O SR. PAULO MRINHO – Sr. Presidente, pela ordem. Estou inscrito para fazer um pequeno questionamento. Parece que o meu nome é o último.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente, Deputado. Desculpe-me.

Com a palavra V. Exª para suas perguntas.

O SR. PAULO MARINHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Srs. Palestrantes, primeiro queria confessar aqui a minha ignorância. A primeira coisa que fiz quando peguei esse negócio aqui foi querer saber o que era Fenap, que eu não sabia – e não me considero uma pessoa ignorante, muito menos uma pessoa mal informada. Então, isso tem, que ter algum significado. A segunda surpresa foi saber que no meu Estado isso existe e que tem endereço.

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Qual o seu Estado?

O SR. PAULO MARANHÃO – Maranhão.

E terceiro foi saber que isso cuida de microcrédito, eu fui prefeito, e uma das questões que me preocuparam foi exatamente atender a essa demanda, a maior do Nordeste, que é a desse pequeno empreendedor, que, via de regra, não tem como obter financiamentos porque não tem como dar garantias. É um cliente, eu diria, que não tem acesso à rede de bancos.

Eu gostaria de dizer, em rápidas palavras, que qualquer experiência que vise a atender a essa demanda que existe no País inteiro é bem-vinda. Com essas palavras iniciais, eu não quis, de forma alguma, diminuir ou denegrir o trabalho prestado pela rede Ceap.

Observei, embora rapidamente, que os senhores têm inclusive um trabalho de parceria com o Sebrae. Sentimos que boa parte da demanda que existe via de regra não é atendida porque não tem capacitação. Existem as pessoas que, por exemplo, têm vontade de montar uma pequena padaria, mas não sabem fazer pão, embora haja, na comunidade, a necessidade de se comprar o pão.

Então, a minha pergunta é a seguinte: qual é a interação que existe? Porque me parece, pelo pouco que li, que o Sebrae procura atender também a esse tipo de clientela. Mesmo que não empreste dinheiro, ele a encaminha para os bancos.

Essa linha do Banco do Nordeste, por exemplo, é um sucesso, embora também não atenda à demanda que existe. No meu Estado, por exemplo, algumas cidades têm apenas a carteira do crediamigo. Muitas cidades não a têm. É um sucesso. O Banco do Nordeste hoje atende ao pequenininho. Inclusive é pago, tem retorno. Sabemos que a inadimplência é muito pequena, porque o pequenininho não gosta de ficar devendo.

A minha pergunta, portanto, é a seguinte: como se dá essa interação entre Fenap e Sebrae? E, de concreto, o que os senhores estão fazendo no Maranhão, por exemplo, no interior do Nordeste?

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – O Ceap do Maranhão, de fato, é um dos primeiros. Foi fundado em 1989. Hoje é um Ceap grande, que deve ter cerca de três mil pequenos clientes ativos, apoiando três mil pequenos negócios.

No início, na primeira fase, os recursos eram muito limitados. Geralmente começamos com doações de US$50 mil do Unicef. Então, durante muito tempo, a atividade ficou muito restrita e mais nas capitais. Mas, hoje, o Ceap do Maranhão está muito espalhado no interior. Deve estar atendendo acerca de 25 cidades pelo menos e tem ido para o interior em convênios com o Sebrae também, que tem dado um apoio de infra-estrutura institucional para que o Ceap do Maranhão se interiorize. Atualmente temos vários postos em muitas cidades do Maranhão.

A parceira com o Sebrae começou a partir de 1985, quando o Sebrae disponibilizou recursos para

os Ceaps capacitarem o pequeno empreendedor. Como todos sabemos, o Governo ultimamente tem investido muito nessa linha, e esperamos que o Sebrae seja um parceiro muito mais ativo e muito mais significativo na expansão do microcrédito a partir deste e do próximo ano.

O SR. – *(Fora do microfone).*

O SR. VALDIR DE ARAÚJO DANTAS – Não. Nessa parceira não. Ele repassou recursos para a rede Ceap para subsidiar a capacitação aos pequenos empreendedores.

Agradeço o interesse dos senhores.

Peço desculpas por não poder continuar, pois estou com uma reunião marcada para as 5h com a direção da Caixa Econômica, que está interessada ultimamente no microcrédito. Eu gostaria muito de ouvir a Drª Wanda, mas realmente preciso sair. Estarei à inteira disposição desta Comissão e dos senhores para voltar e para qualquer contato.

Muito obrigado e desejo muitos êxitos aos trabalhos de V. Exªs.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sem fazer perguntas, quero apenas expressar que considero o microcrédito um dos principais instrumentos que devemos expandir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sem dúvida alguma.

Agradecemos muito a exposição do Dr. Valdir de Araújo Dantas, representando a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendedores, Fenape, desejando-lhe muitos sucessos à frente da instituição.

Peço ao Relator que acompanhe o Dr. Valdir.

Encontra-se presente à mesa a professora Wanda Engel, Secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, a quem passaremos a palavra para que possa fazer a sua exposição e, em seguida, responder as perguntas das Srªs e Srs. Congressistas.

Antes, se me permite, professora, gostaria de noticiar à Comissão que delegamos ao Senador Eduardo Suplicy a missão de convidar o Ministro Pedro Malan para participar de uma das reuniões que a Comissão realizará no Nordeste brasileiro, nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Ceará. Estamos aguardando a resposta do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e agradecemos o Senador Eduardo Suplicy por ter sido tão diligente nessa missão.

Com a palavra, a professora Wanda Engel.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, permita-me apenas informar que V. Exª havia previsto que o Ministro dificilmente poderia aceitar o convite, dada a sua agenda de tantos compromissos, mas como a nossa estada em Alagoas se dará num feriado, na próxima terça-feira, dia 12, e sendo esse justamente o dia em que visitaremos a cidade com maior índice de mortalidade, São José da Tapera, em Alagoas, além de outras cidades, quem sabe possa o Ministro da Fazenda comparecer. Também tomando conhecimento de que irão pelo menos quatro Senadores e dez Deputados federais dos mais diversos Partidos, que mostram seu interesse de realizar um trabalho sério, e como o Ministro Pedro Malan é a principal autoridade econômica do País, numa demonstração de que está também interessado na resolução dos problemas que esta Comissão está examinando, como a erradicação da pobreza e a melhoria da distribuição da renda no País, espero que S. Exª possa comparecer, aproveitando o feriado, e até convidando a sua senhora para acompanhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Seria, realmente, muito importante, Senador, que S. Exª pudesse comparecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não estou exagerando porque o Ministro Pedro Malan, quando S. Exª dialogou conosco sobre o assunto, informou-nos que ela, aqui em Brasília, trabalha na periferia – o Senador Pedro Simon é testemunha desse diálogo. Então, quem sabe ela tenha até interesse e estimulará o Ministro a realizar a visita junto com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Entendi perfeitamente e seria importantíssima a presença do Ministro, principalmente em São José da Tapera.

Penso que todos os Ministros brasileiros, principalmente os da área econômica, precisam conhecer mais o interior do País, como o Nordeste. Penso que foi muito oportuno o convite feito pela Comissão por intermédio de V. Exª.

Pois não, Senadora Maria do Carmo, V. Exª tem a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Ouvi a palavra do Senador Suplicy, a quem respeito muito, quando S. Exª fala em resolver seriamente. Acredito que todos nós estamos aqui para resolver e trabalhar seriamente. Eu mesma não vou a São José da Tapera porque conheço a pobreza de Alagoas, que não é diferente da pobreza do meu Estado. O Rio São Francisco nos separa, onde estão os nossos maiores bolsões de pobreza. Evidentemente que não vou lá em função disso, mas estou aqui para fazer um trabalho extremamente sério para encontrarmos um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – Sem dúvida nenhuma, esse é o objetivo de toda a comissão.

Com a palavra a Professora Wanda Engel.

A SRA. WANDA ENGEL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, gostaria de informar que um grupo de técnicos da Secretaria de Assistência Social está começando, no dia 13 de outubro um trabalho de uma comissão técnica em São José de Tapera, que tem um dos maiores índices de mortalidade do mundo, 195.88 por mil. É um trabalho emergencial que reúne os três níveis de governo, para ter um plano de ação, inclusive com recursos alocados para essa situação, que é absolutamente emergencial e inadiável.

Estou há 9 meses à frente da Secretaria de Estado de Assistência Social, quer dizer, só para termos noção, era a ex-LBA, que foi transformada em Secretaria de Assistência Social, e a partir do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique elevada à categoria de secretaria de Estado, com uma clara sinalização da importância que essa questão toma no governo nesse segundo mandato.

A secretaria de Estado tem a função, e por isso é mais uma razão de eu agradecer muito a possiblidade de estar aqui dialogando com os senhores, porque ela tem uma missão precípua justamente de luta contra a pobreza, contra a exclusão, contra a marginalização neste País. Se cada setor, se cada organização, governamental ou não governamental, quer dizer, cada setor de política social, ela tem a questão da pobreza quase que uma focalização, a assistência social, o cliente dela, quer dizer o sujeito de ação dela é exatamente as famílias mais pobres. Portanto, a missão básica dessa secretaria é a missão básica desta Comissão, que é pensar, sugerir e realizar ações, programas, políticas etc. de combate à pobreza. Sem dúvida nenhuma temos, nós, na secretaria, e os senhores aqui nesta Comissão, uma missão absolutamente árdua, quer dizer, estamos falando em reverter um processo de exclusão num país chamado Brasil, que tem 400 anos de sociedade escravocrata e apenas 100 anos de sociedade, eu diria, com maior mobilidade social. Talvez nos países de pior distribuição de renda do mundo, quer dizer, de renda, de terra, de tudo, no momento exato que o início do processo de globalização faz com que se aprofundem os fatores de exclusão – aumento do desemprego no mundo inteiro –, no momento inclusive em que temos uma crise de Estado instalada, uma crise previdenciária, crise fiscal nos três níveis.

Temos, então, uma história de exclusão, um momento em que o Estado tem cada vez menor condição de responder as demandas sociais e um aumento crescente das demandas sociais. Sem dúvida, é uma situação que exige uma ação mais direta e um esforço concentrado. Aliás, no último discurso, o Presidente disse que essa questão exigia três coisas: urgência, convergência e competência. Urgência, porque cada minuto que se perde no processo é mais uma criança que morre, é mais alguém que é estuprado e vitimado por esse processo. Convergência e competência talvez sejam as duas palavras mais importantes neste momento. Para início de conversa, queria dizer que trabalhamos com a idéia de que a pobreza não é somente uma questão de renda.

A pobreza é renda, sim falta de acesso aos bens e produtos da sociedade , mas é também falta de acesso aos serviços garantidores do direito. Há um componente, um reflexo disso na maneira e na forma de se ver e pensar o mundo, quase que numa cultura, uma forma de ver a si próprio e ao mundo, que faz parte desse caudal, que é o processo da pobreza e os seus resultantes. Ou seja, há uma questão de renda, mas há uma questão de direito e uma questão cultural.

Trabalhamos com a idéia de que uma política voltada para combater a pobreza deve ser basicamente uma política de promoção humana. Quer dizer, é preciso que, a par de ações voltadas para renda e a par de ações voltadas para serviços públicos, haja um processo quase que de promoção pessoal do sujeito pobre. Seria como um "empoderamento", quer dizer, ele sentir-se capaz de superar sua própria contingência, de ser o promotor do seu próprio desenvolvimento.

Então, nesse sentido, quando se discute a pobreza, percebe-se que vários caminhos são apontados. Há um caminho, em que acho que nenhum de nós aqui acredita, de que o simples desenvolvimento econômico produza um desenvolvimento social: cresce o bolo e o bolo se divide. Ou seja, a idéia de que basta voltarmos todos os esforços para o desenvolvimento econômico para acabar com a pobreza.

Há uma segunda tese de que políticas redistribuitivas podem dar conta da pobreza. Então, basta que se distribuam recursos para os pobres, que se garantam recursos para os pobres, para, com isso, terminarmos com a pobreza. Também não acreditamos nisso. Acreditamos, sim, que o Programa de Renda Mínima e os programas redistributivos são fundamentais como um primeiro patamar. Mas, se essas pessoas, essas famílias não tiverem um programa de promoção, elas se tornam eternos clientes desses programas redistributivos, que ficam cada vez solapando mais recursos e criando um clientela eterna desses programas.

Uma terceira visão é que existe um programa salvador. Quer dizer, acabamos com a pobreza com o microcrédito; ou acabamos coma pobreza com a Bolsa-Escola; ou acabamos com a pobreza com creches e pré-escolas.

Concretamente, acreditamos que existe praticamente um ciclo produtivo da pobreza, e que é preciso, não um ou outro programa, mas uma verdadeira política, um conjunto de serviços e programas, quase uma engenharia social, que pegue desde antes de o pobre nascer, na sua própria concepção, e vá atacando os diferentes fatores de pobreza que o vitimam no decorrer da sua vida. Então, defendemos a idéia da existência de uma política, de um conjunto de programas organicamente estruturados, para que se possa dar conta do processo como um todo, e não daquele pedacinho do processo.

Existe, hoje, no País, fruto inclusive de uma luta árdua dos militantes, dos profissionais de assistência social, a Política Nacional de Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social diz o seguinte: o centro é a família. Quer dizer, a família tem de ser o foco da promoção, porque é o foco básico de proteção do ser humano. Aliás, um cientista político um futurólogo que diz que a instituição mais importante no mundo globalizado, no terceiro milênio, será a família. O trabalho é esporádico, periódico, tudo é volátil. A única coisa que vai dar segurança para o indivíduo vai ser a família. Então, trabalhos que visem a promoção e a manutenção do núcleo familiar, tendo a família como um foco, são programas que estão efetivando o fortalecimento desse núcleo básico.

Se focalizarmos a idéia de que haja um conjunto de programas que sirvam como se fossem um dique de contenção dos fatores de exclusão, para cada uma das faixas etárias: zero a 6 anos, por exemplo, então, seria fundamental que, neste País, primeiro, universalizássemos o pré-natal em todas as mulheres de famílias de baixa renda, identificando os casos de gravidez de risco. Seria fundamental, neste País, que todas as crianças que nascessem tivessem seu registro de nascimento, é a primeira porta de cidadania. Parece que hoje existem 12 milhões de brasileiros que não tem a certidão de nascimento. É como se fosse o início do processo de exclusão. Seria fundamental que os meninos mais frágeis, aqueles de famílias mais pobres, os mais desnutridos, tivessem como um carimbo "vip" da sociedade, do Governo, e, se houvesse uma creche em cada comunidade, que aquela creche fosse prioritária para os desnutridos, para os que sofrem violência doméstica, os de família de indigentes, porque se pega a criança no início da sua formação, você pega o pobre antes que os fatores da pobreza o marquem definitivamente.

Hoje, todos os estudos mostram que se constrói 75% das suas ligações neurológicas até três anos. Quer dizer, 75% das conexões de neurônios estão formadas até os três anos. Então, se não tivermos todo um trabalho voltado para essa faixa, nas seguintes podem haver conseqüências já sem condições de reversão. Há estudos, inclusive, que mostram que cada R$1 que se coloca nessa faixa rende ao País R$7. E rende pelo seguinte: o menino que tem um atendimento precoce tende a, entrando na escola, não repetir. O que se gasta neste País, hoje, com repetência é uma coisa inimaginável. Só no Estado do Espírito Santo, por exemplo, R$65 milhões/ano são gastos com repetência. E não é nem uma rede de muita repetência. Enfim, ele tende a não repetir, e a família pode produzir mais riqueza. Quer dizer, uma família que tem um bebê pequeno e que não pode ter um atendimento a esse bebê é uma família que tem poucas condições de os adultos trabalharem. E aí vai. Se ele entra no caminho da escola, da produção, etc, torna-se um ser economicamente produtivo, um ser contribuinte para a sociedade. Se ele sai da escola, não existe nenhum programa para menino de rua que custe menos de R$300 mil **per capita**/menino. Se ele entra na infração, as FEBEM da vida gastam R$1,7 mil/menino, e um atendimento em creche ou pré-escola custa R$30 a R$40 por menino/mês. As conseqüências retardadas da pobreza é um custo que aumenta o custo Brasil loucamente.

Depois vou dar os números do que se gasta hoje com cada uma dessas faixas etárias. No momento, estou apenas dando a idéia da organicidade dos programas. A faixa etária de 7 a 14 anos é fundamental, porque se o menino sai da escola nessa faixa, daqui a pouco estaremos chorando pela população economicamente ativa com baixa escolaridade, pelo menino que está na rua, na infração, pela gravidez precoce, etc.

Aqui estão os programas de bolsa-escola, renda mínima, etc, que tendem a manter a criança na escola. A Secretaria tem dois programas: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI, para o trabalho infantil rural e penoso, e o Brasil Criança Cidadã, para o trabalho urbano e penoso. Os dois programas serão reunidos e, no Orçamento de 2000, estamos pedindo um empréstimo do Banco Mundial da ordem de R$250 milhões para, em três anos, atender ao total de 860 mil crianças envolvidas em trabalhos penosos identificados pelos serviços de pesquisa, tais como, PNAD e IBGE.

Quanto aos jovens, concretamente, não existe neste País uma política para a juventude. Vemos crescer o número de jovens envolvidos em descaminhos, marginalidade, droga, violência, gravidez, uso de tóxicos, etc. Mas esse jovem pode ser o grande agente de melhoria, de promoção da sua família e do seu entorno. Estamos lançando dois programas para a juventude. Essa é uma área nova, pois a assistência social não tinha programa algum para a juventude. Um dos programas se chama "Os Centros da Juventude", que seriam os locais de referência para os jovens.

A Unesco mostra que existem serviços e programas voltados para o jovens, mas os que mais precisam não têm conhecimento desses serviços e programas. Esperamos inaugurar 60 centos até o final do ano, onde, por exemplo, o jovem cuja namorada está grávida poderá receber informações sobre o posto de saúde que atende a gravidez precoce, que poderá ajudá-lo, etc.

Esses Centros da Juventude têm sempre atividades esportivas e de lazer, estão ligados entre si por **Internet**, uma rede da juventude, e tentam oferecer opções dentro dessa situação de falta de futuro e projeto que afeta os nossos jovens pobres.

O segundo projeto se chama "Agente Jovem", que atenderá a faixa de 15 e 16 anos, adolescentes obrigados a freqüentar a escola e que ainda não podem entrar no mercado de trabalho na verdade, podem fazê-lo a partir dos 16 anos. O programa visa transformar esses jovens em agentes de desenvolvimento social e humano das suas comunidades. O programa tem uma faixa de capacitação de seis meses e faixa de atuação de seis meses renováveis e atua nas áreas de saúde, junto com o agente comunitário de saúde, voltado para a saúde dos menores de 0 a 6 anos.

Assim, o jovem é informado sobre questões como gravidez, paternidade e maternidade com responsabilidade, cuidados com crianças. Ele pode ser agente jovem de meio ambiente, agente jovem de cidadania e assim por diante. É um programa que custa R$1.000,00/ano/criança. As crianças têm uma bolsa de meio salário mínimo. E o programa está atraindo empresários para financiá-lo.

Há um programa para idosos, porque o idoso é, na verdade, um agente que consome muito a renda da família com remédios e outros itens e, às vezes, impede alguém da família de trabalhar para cuidar dele. São programas predominantemente de centros de convivência, atendimento doméstico.

Temos programas para portadores de deficiência e programas para situação de alto risco.

Mas o maior programa dessa Secretaria se chama benefício de prestação continuada. É o chamado LOAS também e é um programa tipicamente redistributivo. É um programa voltado para idosos e portadores de deficiências que ganham um salário mínimo mensal, não contributivo, através do INSS. Como é através do INSS, é visto como pensão, mas, na verdade, é um programa de renda mínima que hoje atende a mais de 1 milhão de idosos e portadores de deficiência. Hoje estamos gastando R$1,3 bilhão nesse programa de benefício de prestação continuada.

Só para os senhores terem uma idéia dos números, temos um orçamento hoje de R$1,8 bilhão, sendo R$1,33 bilhão para os benefícios de prestação continuada, R$27 milhões para o apoio aos idosos e R$218 milhões para creches e manutenção. Esses são os valores. Só para os senhores terem uma idéia dos percentuais, 68% dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social vão para esse programa redistributivo, para esse programa de renda mínima para idosos e portadores de deficiências físicas. Então os programas de promoção são justamente os que têm menor quantidade de recursos, sobra para eles a menor quantidade dos recursos. Onde está escrito o vermelho abrange criança, idoso e portador de deficiência. Enfim, é uma distribuição que, na verdade, está privilegiando mais programas simplesmente redistributivos.

Estamos hoje fazendo todo um trabalho para que esses idosos e portadores de deficiência, ou as suas famílias, sejam priorizados nos programas de reabilitação, capacitação profissional, encaminhamento para emprego para que possam sair disso pela porta da frente da promoção.

Em termos de números, são 3,151 milhões pessoas atendidas, porque só o benefício de prestação continuada atende a 974 mil pessoas através desse salário mínimo mensal. O benefício de prestação atende bem mais o portador de deficiência do que o idoso. O percentual do primeiro atinge mais de 60% desses beneficiados.

Essa política prevê também formas de implantação.

Na linha de convergência, uma das diretrizes da política é uma integração dos diferentes níveis de Governo. Nessa integração, a lei estabelece que quem faz é o Município. Quer dizer, quem deve oferecer os serviços, quem deve ser o responsável pela política de assistência social é o Município, onde cai o papel, onde mora o cidadão. Então o Governo Federal esta-

belece as diretrizes, Governo Estadual apóia, coordena, não deveria executar, mas executa, e o Governo Municipal é quem deveria, na realidade, executar. Há o princípio do cofinanciamento dos três níveis, mas normalmente o Governo Federal financia, o governo estadual mais executa programas diretos do que financia e o governo municipal entra com uma parte dos recursos uma parte até substantiva.

Hoje, estamos lutando com a implantação de novos critérios de distribuição desses recursos federais. Até este ano, estamos usando a chamada "Série Histórica", ou seja, quem recebia da LBA, em um certo quantitativo, continua recebendo. A lei diz que deveríamos ter novos critérios. Foi encomendado estudo para o IPEA, que desenhou novos critérios de distribuição. Estamos implantando esses novos critérios em 2000. Muda totalmente o panorama, quer dizer, têm maior percentual os Estados do Norte e Nordeste, diminuem o seu percentual os Estados do Sul e do Sudeste, mas estamos querendo entrar só em 15% dessa nova lógica e tentar uma nova suplementação orçamentária para que nenhum Estado perca, porque isso pode representar desfazer redes de serviços já existentes.

Essa é uma briga grande, mas vai aproximar a participação do Governo Federal a uma demanda real por serviços, porque são Estados onde se verifica maior percentual de domicílios com a renda **per capita** baixa...

Além da integração dos três níveis, propõe-se como fundamental a integração dentro dos governos. É preciso que a política de assistência social seja basicamente intersetorial. Todo o conjunto de ações do campo social, ou não, sejam voltadas para o combate à pobreza e à exclusão.

Esse intersetorialidade, para os senhores terem uma idéia de como ela é necessária, quando fomos levantar no Governo Federal programas existentes para a faixa de 7 a 14 anos de idade, identificamos 33 programas diferentes em cinco ministérios com o mesmo objetivo: manter os meninos na escola.

E se esses programas não convergirem, não dialogarem, não se integrarem vai haver uma enorme fragmentação. Em muitos Estados e Municípios, vemos a criação de espaços de integração ou são gerências aqui é a Câmara de Políticas Setoriais. Enfim, é preciso haver mecanismos para que todos conversem a respeito de como combater a pobreza e de como juntar recursos de todos os setores.

Um terceiro nível de integração é a chamada publicização da área social, ou seja, é preciso que Governo, sociedade civil, empresariado, cidadão, todos estejam mobilizados e envolvidos nessa luta.

A Lei Orgânica já criou os conselhos, ou seja, hoje temos fundos nacionais, estaduais e municipais, que têm uma gestão partilhada. Então, temos um controle social sobre esses recursos que são colocados na área social. Com todos os destemperos que existem nessa área, existem esses fundos criados na maioria dos Municípios, com gestão dos conselhos que são paritários. Isto é, já temos um caminho estabelecido para o fluxo dos recursos e para o seu controle social.

Já está estabelecida uma política de parceria. Eu, inclusive, escrevi um artigos chamado "Deuses e Monstros", em que tento desmistificar um pouco a idéia de que as ONG's são uma substituição à omissão do Estado. Só com recursos do contribuinte federal, estamos subsidiando o trabalho de 15 mil ONG's neste País. É difícil, tenho a impressão de que na área social talvez na área ambiental também 90% do trabalho das ONG's são hoje financiados com recursos públicos. Penso, inclusive, que devemos ter algum tipo de controle desses recursos públicos, porque muitas dessas ONG's recebem de "n" fontes. O controle de transparência desses recursos não está bem, vamos dizer, sistematizado. .

Estamos vendo crescer a participação do empresariado e do voluntariado. Estudos – parece-me que do BID – demonstram que os municípios de maior IDH são exatamente aqueles que têm maior participação de trabalho voluntário – Índice de Desenvolvimento Humano. Quer dizer, os que têm os melhores índices são aqueles que conseguem mobilizar todos os setores no combate à pobreza e à exclusão.

Há uma tentativa de desburocratizar o controle e torná-lo social, quer dizer, anunciar a ida dos recursos e quem está recebendo e criar um 0800 – já está até criado – para receber denúncias. Nessa linha de integração, estamos trabalhando na Agenda Social. Queria comunicar aos Srs. Senadores e Srs. Deputados que talvez pudessem nos ajudar muito nisso, independente da Comissão.

Estou visitando cada um dos 27 Estados da Federação e propondo que cada Estado tenha uma Agenda Social para o Ano 2.000. Quer dizer, todo mundo tem seus planos plurianuais etc.. Mas a proposta é: vamos escolher um, dois, três, no máximo quatro indicadores sociais, desses que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano ou algum outro. Por exemplo: mortalidade infantil, desnutrição, meninos na escola, meninos envolvidos em trabalho precoce. Vamos escolher três desses e fazer desses três

a agenda de todos nós, uma agenda suprapartidária, supra-ideológica, supra-segmento. Vamos fazer dessa agenda alguma coisa que, primeiro, permita convergência das ações. Como educação, saúde, trabalho, habitação, saneamento, contribuem, por exemplo, para a diminuição da desnutrição? Como é que o empresariado pode estar ajudando nisso? E o voluntariado? E os estudantes de universidades?

Meu antecessor falou da importância de universitários contribuírem nesse mutirão contra o processo de pobreza e exclusão. O nosso País há a universidade é pública e gratuita. Alguns jovens têm toda sua formação garantida por recursos públicos. Eles têm portanto uma dívida pública. E essa dívida pública poderia muito bem ser paga com trabalho social de todos os setores. O estudante de Arquitetura, em vez de fazer Casa Cor, faria Creche Cor, Abrigo Cor. Todos podem contribuir.

Estamos pedindo a participação dos Congressistas dos Estados para que, em vez de fazerem emendas individuais, façam uma emenda coletiva do Estado para a Agenda Social do seu Estado. Pretende-se que, em 2.001, possamos ter parte dos recursos que vão para aqueles Estados que conseguiram efetivamente cumprir a sua Agenda Social. Seria uma forma de estar privilegiando a competência no uso dos recursos, o poder de mobilização.

A Agenda Social é um mecanismo de racionalização dos recursos existentes. Sem dúvida nenhuma, nós precisamos de fontes de novos recursos para a área social; fonte de novos recursos para combate à pobreza e à exclusão.

A área de assistência não tem fonte própria de recursos nem percentual definido de Orçamento. Ocorre que os percentuais voltados para essa área não ultrapassam 1.2%, 1.7% do Orçamento dos Estados e dos Municípios, e assim mesmo, sujeitos a chuvas e trovoadas. Quer dizer, se há um problema de reajuste, os programas estão ameaçados, o Orçamento está também ameaçado de ter um reajuste. Então, definir fontes próprias de recursos ou definir percentual de Orçamento para isso seriam desafios importantes. O grande desafio, sem dúvida, é conseguirmos convergência e competência no trato dessa questão, quer dizer, não dá mais para a área social não ter preocupação com efetividade, com o custo/benefício e, principalmente, com a porta de saída para os programas sociais.

Penso que todos os programas sociais têm a sua porta de entrada, mas qual é a porta de saída? Os programas têm que ter prazo, cobrança e responsabilidade dos beneficiados de se autopromoverem para sair do programa. Então, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, hoje, está desenhado assim: a família tem dois anos para estar no Programa. Nesses dois anos, ela é prioritária nos programas do FAT de capacitação, de organização de cooperativas, acesso a crédito, etc., mas, dentro de dois anos, ela terá que mostrar que se promoveu e só se a questão for realmente muito séria é que se darão mais dois anos. Enfim, prazos, propostas de promoção, ações voltadas para as famílias. Essas ações voltadas para as famílias têm todo um conjunto de ações, de geração de trabalho e renda e promoção de renda em que se inclui o microcrédito.

Há uma história interessante sobre microcrédito: alguém me contava que um dos financiamentos pedidos para microcrédito foi o de uma mulher que pedia o financiamento para comprar uma dentadura porque ela tinha feito um curso de cabeleireiro e não podia ser a promotora da beleza sem dente. Aí ela pediu o crédito para dentadura.

Microcrédito, capacitação profissional, cooperativas e microempresas são fundamentais, mas é também fundamental o trabalho sócio-educativo com essa família para que instituamos uma nova cultura, uma cultura de promoção, de valorização de trabalho, de valorização da educação, um programa de auto-responsabilidade com o seu próprio crescimento. Esse é desafio que vimos enfrentando além, evidentemente, do desafio da falta de recurso, etc., que são desafios pertinentes a este momento.

Eu me coloco à disposição para qualquer pergunta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos à Professora Wanda Engel e vamos passar ao primeiro orador.

Consultei ao Sr. Deputado Paulo Marinho e S. Exª concordou que o Sr. Senador Eduardo Suplicy fizesse as suas perguntas, em primeiro lugar, tendo em vista a sua viagem para a Colômbia.

Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Relator e gostaria de cumprimentar a Drª Wanda Engel pela forma com que se tem dedicado à questão da promoção humana e da cidadania no Brasil. Tenho acompanhado o seu esforço, antes mesmo de ser Secretária da área social.

A minha primeira pergunta refere-se a uma das preocupações ditas por ela, qual seja a referente à integração dos programas.

Temos hoje diversos programas de renda mínima conforme acentuado com benefício continuado

para as famílias onde há idosos, onde há deficientes e onde a renda **per capita** seja menor que um quarto de salário mínimo. Isso é muito pouco. O Governo tem considerado promover este patamar para algo mais, para meio salário-mínimo **per capita**, por exemplo?

Quando da observação do Deputado Félix Medonça sobre o fato de os idosos que recebem aposentadoria serem beneficiários do programa, V. Sª esclareceu que o programa caberia sobretudo para aquelas pessoas que não tinham direito à aposentadoria. Se há um idoso aposentado, que more com uma família relativamente grande e que não tenha outras fontes de renda ou que, em outras fontes, ainda receba pouco, de tal maneira que a família – de sete, oito ou dez pessoas – não atinja um quarto de salário-mínimo **per capita**, esse idoso não terá o direito a um salário mínimo? Essa situação ocorre com freqüência no Nordeste. Visitei famílias em que havia um aposentado recebendo um salário-mínimo, e, embora outras pessoas na família tinham rendimento, de repente, com a seca, a renda familiar abaixa extraordinariamente, ficando toda a família – às vezes, oito pessoas – vivendo do salário-mínimo do aposentado. O que ocorre numa situação como essa? A família recebe aquele direito? E se essa variação na renda ocorrer por um período por exemplo de três ou quatro meses de aprofundamento da seca, melhorando em seguida? O que acontece quando há essa variação para esses casos?

Na experiência de alguns anos, desde a implantação da LOAS, relativa aos programas de erradicação do trabalho infantil administrados pela Secretaria do Assistência Social, como se dá a averiguação do rendimento da família, seja nos programas para os carvoeiros do Mato Grosso do Sul, seja para os que trabalham na soja na Bahia, na cana-de-açúcar de Pernambuco ou outros lugares? Observa-se o rendimento da família. Se ele não atingir o patamar, por exemplo, de meio salário-mínimo **per capita**, havendo crianças trabalhando, há o provimento de algo que tem variado em torno de R$35 a R$50 de auxílio ao mês por criança que está indo à escola, para que não esteja na carvoaria ou na colheita da soja. E se o rendimento da família variar? Como se dá a administração do programa nesse caso?

Quanto à integração dos programas, o Ministro do Trabalho Francisco Dornelles tem dialogado com V. Sª, com o Ministro da Previdência e com o Ministro da Educação sobre os diversos programas, que, conforme mencionado, chegam a 30, destinados a erradicar o trabalho infantil, a manter as crianças na escola? Por que o Governo não coordenou melhor isso? Por que criou o Programa de Renda Mínima, o Criança Cidadã, que tem um nome em cada Estado, depois o Projeto de Lei nº 9.533, Renda Mínima Associada à Educação? Por que um programa provê R$35 ou R$50 por mês à criança em um desenho e outro programa tem o seguinte desenho: R$15 vezes o número de crianças menos metade da renda familiar **per capita**? Por que o direito de uma família que trabalha nas carvoarias é de R$50 por criança e o direito de algumas crianças e famílias em alguns dos municípios mais pobres é diferente? Afinal, são brasileiros. Por que o desenho de um programa difere do outro?

Como Secretária da Assistência Social, V. Sª bateu na mesa e disse: "Presidente, que raio de direito à cidadania é esse que, para um lugar, se adota um programa e, para outro, um diferente, no mesmo Brasil?" Por que o pobre de uma cidade do interior, em São José da Tapera, estaria recebendo o direito de maneira diferente de outro, que mora em Mato Grosso do Sul e que faz parte das famílias de carvoeiros?

E o Ministro do Trabalho já conversou com V. Sª sobre quais os melhores desenhos dos Programas de Renda Mínima e Criança Cidadã? Quais os seus efeitos sobre o mercado de trabalho? Qual o desenho de um Programa de Renda Mínima que, ao mesmo tempo, promoveria a erradicação da pobreza, a eliminação do trabalho infantil, a presença de todas as crianças na escola, o estímulo ao trabalho, promovendo o emprego num País com tanto desemprego?

Estou cada vez mais convencido de que chegaremos em breve à instituição de uma renda com direito à cidadania universal. Em cada uma dessas discussões, percebo que as pessoas que têm vindo aqui, inclusive os economistas do IPEA, parecem não se ter debruçado sobre a questão. Parece que eles não a consideram importante. Recomendaram ao Congresso Nacional uma fórmula, mas não houve uma pessoa ainda que aprove o benefício desenhado como R$15 vezes o número de crianças menos metade da renda familiar **per capita** como algo que atenda ao bom senso.

Se V. Sª pudesse decidir e recomendar a esta Comissão e ao Presidente da República, qual seria o melhor desenho de um programa de renda mínima que atendesse simultaneamente todos esses objetivos?

Já estou convencido de que deveremos ter uma renda básica universal no próximo século neste Brasil. Mas gostaria de ouvir a sua opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Marinho. Vamos ouvir três Parlamentares e, depois, a Professora responderá às perguntas.

O SR. PAULO MARINHO – Sr. Presidente, Drª Wanda, temos sido tratados de forma simpática todas as vezes em que vamos a sua Secretaria. Isso é algo que nos faz acreditar que existirá um compromisso com os Parlamentares e com este País.

Para nós, que somos do Nordeste, é realmente preocupante a situação das crianças; os bolsões de miséria grassam pelo País.

Sabemos que o Governo hoje tem-se preocupado muito com programas, alguns dos quais considero estanques, porque têm uma clientela específica e visam um objetivo.

Esta Comissão tem uma missão grandiosa: oferecer ao País propostas concretas que possam mudar o atual perfil social. Todas as pessoas que vieram aqui e fizeram explanações, até agora não vi nada concreto. Minha pergunta é a seguinte: qual a efetiva contribuição que, na sua opinião, a Secretaria de Assistência Social, que cuida de políticas específicas do Governo, pode dar para combater a pobreza?

Uma das questões que nos preocupa é a continuidade nos programas de Governo. Mudam as pessoas e modificam-se os programas. Nós, os políticos, que estamos sempre atentos a isso, vemos que esse fato na base tem um reflexo muito importante. Às vezes, não se consegue dar seqüência a um planejamento ou a uma programação. Essa sobreposição de programas é uma realidade.

V. Exª falou na questão do jovem e no centro da juventude. Sei que, no Ministério da Saúde, há um programa de atendimento ao adolescente, ao qual assistem alguns pontos do tema exposto por V. Exª – a orientação do jovem, a gravidez prematura, etc. No que tange ao centro da juventude, por exemplo, que V. Exª ressaltou, não acredito que se possa cuidar de exclusão social sem algo chamado educação, seja onde for, Drª Wanda – no campo, na cidade ou na periferia.

Não adianta querer interagir programas setorizados se não se atacar o cerne do problema, que é a educação. A criança só precisa da bolsa-escola. Ela está trabalhando na rua, na carvoaria ou na cerâmica apenas por não ter como ficar na escola, porque o pai não pode sustentá-la enquanto ela estuda. Então, a criança tem que buscar uma renda fora às vezes para ajudar a própria família. Essa é uma realidade existente no Maranhão e no Piauí. Na minha região, próximo a Caxias, essa é uma verdade nua e crua.

Também existe um fenômeno que muitos não conhecem. No período da roça, por exemplo, que é exatamente este, há a broca, que ocorre – talvez V. Exª não saiba – quando se queima a terra. É necessário brocar para plantar, porque não há trator, grade nem arado. É o que chamamos de agricultura no toco. Nesse momento, existe uma grande evasão escolar, porque as crianças são obrigadas pelos pais a ir para o campo brocar a roça, como falamos – e quase nunca voltam. Essas crianças não são atendidas por nenhum desses programas. Os programas atuais do Governo cuidam de situações bem conhecidas e já identificadas por pesquisa. Então, é preciso que esses programas se interajam e que o problema seja atacado no seu efetivo cerne.

Há um fato que me preocupa e gostaria de fazer uma pergunta a V. Exª. Esses valores fixados obedecem a critérios orçamentários ou à real necessidade da criança – no que diz respeito às rendas **per capita** destinadas a esses atendimentos nos programas que a sua Secretaria desenvolve? Quase sempre a realidade de uma criança do Rio Grande do Sul, por exemplo, não corresponde àquela de uma criança do Maranhão, muito menos a renda de uma família gaúcha é igual à renda de uma família maranhense. Atenho-me a essas perguntas e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira para fazer suas perguntas.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Drª Wanda, primeiramente, dou-lhe parabéns pela explanação clara e objetiva. Fico preocupado com essa mania neoliberal que há no Brasil de reduzir tudo a uma questão econômica – aplicar, por exemplo, R$1 quando se tem R$7 e o menino de rua custa R$300. Realmente, não aceito muito discutir nesse nível.

Sou do Maranhão, como o Deputado Paulo Marinho. Domingo, lendo a coluna do Elio Gaspari, vi uma notícia sobre o meu Estado que me deixou profundamente satisfeito, porque o Maranhão é sempre colocado, nos indicadores sociais brasileiros, numa posição muito ruim. O referido jornalista dizia que, no Brasil, os índices de mortalidade infantil haviam caído significativamente e que o Maranhão merecia receber os parabéns, porque foi o Estado que obtivera redução maior. Ele fornecia o número: 11,6%. Mais surpreso fiquei ainda quando ele afirmou na coluna que aqueles dados estatísticos não eram do Ministério da Saúde, mas da Pastoral da Criança. De acordo com os trabalhos normais do citado Ministério, o Maranhão tem uma posição muito ruim em termos de mortalidade infantil. Mas, medindo o trabalho da Pastoral

da Criança, essa posição melhora de uma forma extremamente significativa.

Quando ouço uma pessoa do Governo, nesta Comissão, falar, fico perguntando-me por que nós temos 30 milhões de indigentes. Porque os programas estão muito bem delineados, as coisas são muito bem colocadas, os recursos existem etc.

Tenho pensado muito, Drª Wanda, que a questão é institucional. Quando a senhora diz que quer colocar o recurso para que o Município administre, fico perguntando-me se não se tem a consciência de que, muitas vezes, o prefeito não tem nenhuma motivação para executar um programa do Governo Federal. E este pensa que cumpriu sua missão. Desculpem! Estou exagerando, é apenas para colocar melhor o meu raciocínio. Se ele descentraliza a responsabilidade, coloca na mão do Município.

Quando o prefeito é bom, os resultados, de certa forma, são bem melhores. Vi um centro de múltiplo uso, num Município do Maranhão, chamado Cantanhede. Nele, havia 25 computadores, e os meninos trabalhavam nos computadores, aprendendo uma profissão. Havia também um auditório, aula de balé, enfim, fiquei maravilhado. Mas, se o prefeito não é bom, esse recurso se perde. Ele não consegue atingir os seus objetivos.

Então gostaria de perguntar à senhora o seguinte: Esses programas não deveriam ser acompanhados de um treinamento institucional em que o Governo Federal treinasse, no local? O Roberto é da área da Fazenda, como eu. O Governo Federal, à época do Delfim, se não estou enganado, tinha na Subsecretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda um programa chamado Ciata. O que era o Ciata? Treinava a administração municipal a trabalhar com as questões tributárias.

Hoje, o Governo Federal manda o recurso e pronto! E fica na dependência de o prefeito ser bom ou de o prefeito ser ruim. E eu venho do Nordeste, tenho minha estrutura política baseada em prefeitos, não nego isso, mas vejo que, muitas vezes, o grau de compromisso deles com aquele programa não chega nem a 10% da emoção com que a senhora fez a transcrição dos programas e da sua visão do combate à pobreza.

Portanto, essa é a observação que eu gostaria de fazer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a professora Engel, para as respostas, e, posteriormente, concederei a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY– Permita-me só uma observação: há uma questão muito importante para todos, porque é do dia de hoje, uma vez que o Ministro Pedro Malan anunciou, hoje, um corte significativo, possivelmente da ordem de R$1,2 bilhão ou algo assim.

Nós não sabemos ainda o conteúdo. Então, se a senhora nos puder dizer se porventura a Secretaria de Assuntos de Assistência Social foi objeto de consulta, se houve cortes na sua área, ou seja, se já souber e nos puder transmitir, já ficaremos sabendo, porque ainda não temos informações.

A SRA. WANDA ENGEL – Senador, que eu saiba, não. Estou até bastante segura quanto a isso, porque todos os programas da Secretaria fazem parte da rede de proteção especial, da rede de proteção social. Então são programas que estão com seu orçamento garantido, inclusive com seu fluxo de recursos garantido. Creio que, mesmo nessa situação em que se cortam mais recursos, os programas da Secretaria estão preservados. Queira Deus!

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não será surpreendida.

A SRA. WANDA ENGEL – Quanto à questão do benefício de prestação continuada. O benefício de prestação continuada é para idosos e portadores de deficiência com renda familiar **per capita** de até ¼ de salário mínimo. Quer dizer, efetivamente, se ele tiver uma aposentadoria, mas a renda familiar **per capita** for abaixo de ¼ de salário mínimo, ele faria jus a esse recurso.

Agora, creio que o grande problema nosso é que a medição de renda neste País é algo absolutamente difícil, sua aferição, pelo número de pessoas envolvidas no mercado informal que não têm nenhuma forma de comprovação de renda. Então, na verdade, nós estamos começando, agora, a fazer uma revisão desse benefício de prestação continuada, porque a lei nos obriga, sabiamente, a fazer essa revisão de dois em dois anos. Esse é um tipo de recurso que nunca é visto como um programa de renda mínima, porque, como é o INSS que paga o recurso, as pessoas o consideram simbolicamente, como se fosse uma aposentadoria, uma pensão, um direito. É um direito, mas é alguma coisa que se afigura ser, e na verdade o é, originário do Fundo Nacional de Assistência Social.

Então, ele é um programa social, um programa assistencial. O fato é que só o INSS fazia a parte de revisão médica, e os Municípios e os Estados não têm muita noção de quem são essas pessoas. Na verdade, eles não participam do cadastramento dessas pessoas e não sabem quem são elas. Portanto, em suas ações não podiam priorizar essas famílias

que vivem em situação de indigência e, além disso, têm membros idosos e portadores de deficiência.

Vamos começar agora uma ação conjunta de auditoria e de visita a essas pessoas, da qual participarão o governo do Estado e os governos municipais. Os governos municipais vão receber a relação dos seus beneficiários. Estamos repassando recursos para que se façam visitas domiciliares, a fim de que, não por meio de renda, mas por meio da avaliação das condições de vida dessas pessoas, seja comprovada a insuficiência de sua renda, a sua situação de pobreza absoluta. Com isso pretendemos envolver os Estados e os Municípios.

Muitas vezes chego para fazer agenda social nos Estados e digo, por exemplo: no Ceará 52 milhões vão só para o benefício de prestação continuada. E o governador diz: como? Cinqüenta e dois milhões? Quer dizer, não se tem nem a clareza de que é um programa assistencial nem os governantes sabem quanto vai para o seu próprio Estado, para o seu próprio Município.

Aí vem a questão da integração. Considero a desarticulação das ações um dos piores males do combate à pobreza e à exclusão. Tenho viajado nesse País todo e visto muitas ações, programas e serviços voltados para combater a pobreza. Não entendo por que, apesar de programas são tão bons, ainda há trinta milhões de indigentes. Como é possível que tanta gente esteja nessa situação apesar de todos esses esforços, todas essas ações, todos esses serviços, todos esses programas?

Hoje há muitas pessoas vivendo às custas desses programas, mas acredito que podia concentrar glórias. A idéia da agenda é a seguinte: todo mundo tem seus programas, mas o que todos podem fazer para contribuir para a diminuição de tal indicador ou desse outro indicador? O que estamos propondo é que os indicadores sejam os grandes pontos de convergência. Então está certo. Pode haver trinta e três programas só no Governo Federal voltados para a manutenção dos meninos na escola, mas como é que esses programas se articulam lá no município? Há programa de renda mínima lá? Há erradicação do trabalho infantil? A erradicação do trabalho infantil pode ficar voltada especificamente para as famílias cujas crianças já executam trabalho penoso, e programa de renda mínima pode ficar voltado para a contenção do fluxo. Pode fazer o trabalho preventivo.

A articulação desses programas, penso, é a melhor estratégica. Quer dizer, podemos ter os programas que quisermos, as políticas que quisermos se não houver convergência. A quantidade de dinheiro que vai ralo V. Exªs não imaginam. Dinheiro, esforço, competência... É necessário haver essa conjugação de esforços e mais, conjugação de esforços com compromisso com resultado.

Hoje não temos uma base de dados. Quer dizer, quando V. Exª compara os dados do Ministério da Saúde com os dados da Pastoral vê que há discrepância. Os dados da Pastoral se referem àqueles Municípios onde a Pastoral atuou e não aos Municípios do Estado, enquanto os dados do Ministério da Saúde dão essa visão mais geral. Tenho certeza de que quando tivermos dados mais consistentes. E o último senso foi de 1991; o resto é amostragem, o resto é PNAD – pesquisa de amostra domiciliar urbana, frise-se, não pega nem a área rural.

Tenho a impressão de que, em 2000, vamos ter uma imagem de País diferente, e penso que para melhor. Mas, enfim, a idéia da agenda também é isso: vamos chegar ao final do ano 2000 e veremos qual o Estado que realmente conseguiu avançar, conseguiu fazer com que esse conjunto de programas tenha uma conseqüência no indicador, pois é o indicador que dirá como está a qualidade de vida da população.

Não adianta termos uma meta, por exemplo, atender a 50.899 crianças em creches se não sabemos em que isso está contribuindo para diminuir os índices de desnutrição infantil, em que isso está contribuindo para diminuir a mortalidade, em que isso está contribuindo para diminuir a repetência no nível de alfabetização. Então, compromisso com o resultado é fundamental, porque, do contrário, teremos apenas metas programáticas. Vamos mais para meta programática etc.

Então, Senador, quanto à pulverização, esse é um fato. Ela existe no Governo Federal, existe nos governos municipais, estaduais etc.

Já há, hoje, uma certa sensibilidade. E por quê? Porque é crédito. Cada um quer ter o seu programa, quer ter a sua invenção, o seu modelo etc. Penso que, hoje, a situação é tão complexa que a tendência é diminuir, eu diria, as carreiras solo, ou ainda, a tendência é no sentido de que se integrem todos os esforços porque a situação exige uma ação pouco mais efetiva.

O que estamos fazendo? Solicitamos à Casa Civil que se formassem grupos de trabalho para cada uma das faixas etárias. Então, temos, hoje, um grupo de trabalho de todos os Ministérios que atuam na faixa de zero a seis anos; e estamos identificando todos os programas, vendo pontos de intercessão, localizando-os geograficamente, etc. Fazemos o mesmo

com a faixa de sete a quatorze, daí descobrimos que existem trinta e três programas!

Quanto aos jovens, isso também está bem articulado. Quer dizer, o programa dos Centros da Juventude, na verdade, é uma tentativa de oferecer ao usuário esse conjunto de programas existentes. No Centro da Juventude vai ter o cardápio. Ou seja: ele nem é um ofertador de serviço; ele é uma referência. Vale dizer: ali tem a ação do Ministério da Saúde, a ação do Ministério do Trabalho, a ação do Sistema "AJS", ou seja, é um conjunto de informações absolutamente crucial para o jovem, porque a questão da informação é básica. Não adianta você ter belos programas se o usuário desses programas não tem acesso a eles. Então, essa, a idéia do Centro da Juventude: é ser o centro de referência com informações sobre o conjunto dos programas. Inclusive, há a possibilidade de se formar uma rede jovem.

Na questão da juventude, a tentativa é sairmos da idéia de simples oferta de serviços e tornarmos os jovens protagonistas da sua ação. Então, o Agente Jovem de Saúde está sendo feito junto com o Ministério da Saúde, porque utiliza todo o mecanismo do agente comunitário de saúde. O agente jovem trabalha com o agente comunitário de saúde. O de meio ambiente está sendo feito com o Ministério do Meio Ambiente; o de cultura, com o Ministério da Cultura.

Então, há uma tentativa... E eu não bati a mão na mesa não, Senador. Estou tentando vender a todos a idéia da integração; estou tentando fazer ver a todos que um trabalho integrado pode ser muito mais eficiente, eficaz, efetivo etc.

Nesse sentido, a questão do custo é importante. Sempre achei que o mais importante era o lado humano da questão – estou aqui por isso, pois tenho uma história de vida voltada para isso. Enfim, é fundamental que percebamos que com "X" vamos poder atender a um público "Y", com a estratégia "Z". Todavia, pode haver uma outra estratégia com tanto impacto, tão boa etc., mas mais barata, que me permite atingir a um número maior de pessoas.

Quanto à questão do investimento, hoje estou convencida de que toda a área econômica precisava perceber que a área social é um verdadeiro investimento, não é custo. Não acredito que haja desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social correlato. Os jornais mostram que se gastam neste País R$84 bilhões nos efeitos de um desenvolvimento social não realizado, que são a violência, a insegurança. O desenvolvimento social não feito gera uma deseconomia terrível em termos, inclusive, internacionais de competição. Então é preciso que percebamos que a área social é investimento, e não gasto. Por isso, entendemos todos esses indicadores, daí a necessidade de nos esforçarmos por tê-los inclusive.

Para mim, o melhor desenho de um programa de manutenção dos meninos na escola, principalmente em situação de família da alta pobreza, envolvidos em trabalho danoso, tem quatro vetores, quatro eixos de atuação: primeiro, botar o menino na escola em qualquer época do ano, em qualquer condição. Também considero, Srs. Senadores e Deputados, que não há nada mais promocional do que a escola. Bota na escola, depois até melhore essa escola. Não adianta ficar esperando que a escola seja ótima; lugar de menino é na escola. Segundo, não adianta botar na escola o menino que esteve fora dela e achar que ele vai se dar muito bem e que vai querer ficar lá. É preciso que haja uma escola com horário integral, ou seja, que haja uma complementação da jornada para esse menino querer ficar nessa escola, se dar bem nela, se desenvolver. Considero fundamental nesse tipo de trabalho a jornada complementar. Terceiro, recursos para renda sacrificada, que têm valores variáveis. Cada programa tem um valor. Considero que em cada local esse recurso representa coisas diferentes. Quer dizer, R$25,00 no interior no Nordeste tem muito mais poder de transformação do que R$25,00 na grande São Paulo. Até o tipo de atividade que o menino exerce e a rentabilidade dele vai variar. O fato é que recursos que possam substituir a renda sacrificada são fundamentais. Bolsa escola é fundamental, assim como um trabalho com a família. Era preciso que essas famílias fossem as prioritárias do FAT, do Projer, do Pronaf, de todos os prós da vida, para que tivessem um trabalho de promoção de renda e não precisassem ficar rezando para o menino não fazer 15 anos e sair do programa; que saísse pela porta da promoção, e não desesperada porque acabou a faixa etária de o menino ser atendido pelo programa.

A questão da municipalização é importante. A lei orgânica prevê que o responsável pela oferta de serviços para a população mais pobre, os serviços da área de assistência social, deva ser o município. Evidentemente que há gestões e gestões municipais. Há o papel do Estado de ser o apoiador, às vezes o próprio gestor dos recursos, e tem também um trabalho de controle social a respeito do uso desses recursos. É como se tivéssemos uma premissa básica, que é o município, o executor; precisamos também de adaptações de acordo com a realidade. Temos hoje muitos municípios que recebem, quer dizer, é o Estado que recebe o recurso e é o seu gestor.

Quanto a serem programas de Governo Federal, na verdade, um programa de creche é um programa dos três níveis. E aí vem a questão do **per capita**. O que acontece é o seguinte: o Governo Federal contribui com **per capita** de X para oferta de serviço por pessoa. Agora, os Estados e os Municípios têm a obrigação legal do co-financiamento. Evidentemente não se atende um menino em creche por... Quanto estamos passando **per capita**? (Pausa.)

Dezessete.

Ninguém atende um menino em uma creche por dezessete. Mas essa é a contribuição do Governo Federal. Somam-se a ela as contribuições dos Governos estadual e municipal e da própria comunidade, que contribui com isso e aquilo. Não se trata de um **per capita** que dê conta de toda a despesa; é a contribuição federal.

Sem dúvida nenhuma, a base é orçamentária e não a das necessidades. Não chegamos a dizer: "Este é o universo a ser atendido, custa tanto e este é o orçamento". Tudo é feito nos seguintes termos: "Este é o nosso orçamento; o que dá para atender com ele e quais são as prioridades de atendimento?" E assim vai-se abaixando cada vez mais o universo em termos da renda.

Esse programa de renda mínima não está na minha Secretaria. O recurso está e compõe o Fundo Nacional de Assistência Social. No entanto, a operacionalização desses recursos é feita pelo Ministério da Educação.

O SR. CLAUDIO CAJADO – A senhora falou aqui: "Vamos colocar a criança na escola e depois melhoramos a escola."

A SRA. WANDA ENGEL – Junto. Não devemos esperar a escola melhorar para colocar a criança lá dentro.

O SR. CLAUDIO CAJADO – Fui Secretário de Educação no meu Estado e tenho indicadores que mostram que, quando a escola é ruim, a própria família tira o aluno da escola. Ou seja, aquela idéia que nos acompanhou durante muito tempo, de que a família opta ou por deixar o filho trabalhando ou na escola não é verdadeira. A família tira a criança da escola quando ela não presta, avaliando que é melhor a criança ajudar na renda familiar do que ficar na escola.

Esse programa de renda mínima, que dá um recurso para o filho e que tem um volume bastante significativo, está basicamente voltado para a zona rural. Mas ninguém quer saber que escola receberá aquele aluno de renda mínima.

Sabemos que a maioria das escolas da zona rural do Nordeste temos aqui Senadores e Deputados dessa região que podem comprovar esse fato não passa de um barracão em que uma professora leiga, porque só tem o segundo ano do primeiro grau, sem livro, sem caderno, sem borracha, tenta ensinar uma classe multiseriada. Essa é a realidade da grande maioria das escolas rurais. Entretanto, quando o Governo dá R$15 por família, não quer saber se aquela escola é capaz ou não de ensinar aquele aluno. O próprio Governo tem um programa na zona rural, chamado Escola Ativa, baseado em uma experiência da Colômbia. Por que não vincular?

A SRA. WANDA ENGEL – Acredito que ficar discutindo quem veio primeiro, se o ovo ou a galinha, é complicado. Coloca-se o menino lá dentro e, junto com isso, melhora-se a escola. Penso que o Fundef vem melhorando muito a situação das escolas neste País. Há muito por caminhar.

Queria falar ainda sobre a questão dos recursos humanos. Sem dúvida nenhuma, o grande desafio que temos hoje é a capacitação de gestores municipais e estaduais para essa política de combate à pobreza. Temos avançado nesse assunto com a série "Diálogo", realizada por meio da **TV Escola**, que vem atingindo um número considerável de gestores municipais e estaduais, de conselheiros, etc. Considero que há realmente a necessidade de investirmos muito na capacitação, porque a gestão depende de pessoas. Não adianta ter boas idéias, boas concepções, se lá, na base da execução, não temos recursos humanos para executar os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Brant) – Vou acumular a Presidência e a Relatoria por alguns instantes. Como não me foi dada a palavra, não me prolongarei muito para não prejudicar os Senadores e os Deputados. Farei apenas três ou quatro perguntas rápidas, porque hoje até o Senador Eduardo Suplicy foi rápido.

Já estamos concluindo a etapa de audiências públicas desta Comissão Mista. Hoje praticamente estamos fazendo a última audiência pública. Reservamos uma data, qualquer dia da próxima semana, para ouvir o Ministro Paulo Renato, mas isso não atrasará o calendário dos trabalhos. Já estou trabalhando no relatório final, e agora estamos começando a desenhar a arquitetura que submeteremos ao exame dos Srs. Deputados e Senadores. Espero fazer isso talvez até o final da próxima semana. Estamos lutando muito com o Governo para conseguir recursos da ordem de alguns bilhões de reais. É possível que haja uma reunião quase decisiva amanhã na

Casa Civil. Estamos caminhando bastante. Espero ter em breve notícias muito boas para começarmos a trabalhar em propostas concretas em dez dias aproximadamente.

Na arquitetura que imaginamos até agora, a nossa filosofia de combate à pobreza – pelo menos aquela que submeterei ao exame e à deliberação da Comissão – é voltada principalmente para a inclusão social. Então, queremos impedir essa perversidade da transmissão da pobreza, ou seja, o pobre que cria novos pobres. A nossa prioridade são as crianças até 17 anos, que dividimos em três grandes categorias. Para aquelas de sete a 14 anos, há praticamente o Programa Bolsa-Escola, que tentaremos universalizar para toda a população indigente do País. Já sabemos inclusive quanto custa isso, dispomos dos valores financeiros necessários para atingir toda a população de sete a 14 anos na faixa de indigência – aquela cuja renda **per capita** familiar é R$60.

Há duas etapas anteriores referentes às crianças até três anos. Nos termos mesmos do candente pronunciamento do Dom Mauro Morelli, se não tratarmos da criança nessa faixa etária, aos sete anos, ela estará perdida para a nova sociedade que surgirá. Então, estamos pensando em introduzir um programa maciço de alimentação infantil voltado à creche, além de um bônus, que é um fato novo, pois, no que tange à população indigente, aquilo que não incluir um pagamento à mãe ou uma bolsa não funcionará. Todo os meses, quando a mãe for pesar a criança, receberá uma quantia, porque, se ela e o marido estiverem passando fome, a criança também passará.

Creche relaciona-se à Secretaria de Assistência Social. O nosso relatório será composto de dois elementos: a criação de um fundo com recursos próprios para programas específicos e recomendações e relações políticas gerais. Não podemos fazer remissão a todas as políticas sociais nesse programa. Senão, qualquer montante que obtivermos não valerá nada. Essa questão é muito focada. Precisamos universalizar o tema relativo à creche. Nesse contexto, pergunto: de quanto necessitará esse programa, uma vez que faremos uma recomendação e esta Comissão terá um certo peso político? Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto refere-se à criança de três a seis anos, que diz respeito à pré-escola. Para essa classe, também haverá um bônus, isto é, uma espécie de bolsa-escola, embora seja de custo menor. Mas a criança tem de estar numa instituição, começando a adquirir cultura. As pessoas ricas e as da classe média fazem assim. Precisamos universalizar a pré-escola, mesmo que seja uma obrigação do Município. Devemos então saber quanto custará isso.

É necessário fazer uma recomendação veemente para alcançarmos a criança até 17 anos, porque, na verdade, o deficiente e o idoso já estão cobertos, bem ou mal, por esses programas. Então, teremos de gastar 90% dos nossos recursos – que, por maiores que forem, serão sempre insuficientes – para atender a essa população. Em dez anos, que é o período de duração do programa, eles não mais serão pobres. Evidentemente, haverá ainda alguma situação emergencial, frentes de trabalho, etc, mas não pode representar mais de 10% do geral –incluiremos isso na Constituição. O teto máximo será de 10%, com frentes de trabalho nas zonas rural e metropolitana, utilizando-se a mão-de-obra para criar infra-estrutura comunitária. É esse o detalhe.

Faço as perguntas ou V. Sªs podem estudar o tema e passar os dados para mim, a fim de que universalizemos a creche nas populações indigentes, ou seja, de super baixa renda. Sabemos que, em Santa Catarina, há um excessivo número de creches – que devem faltar no Piauí ou na Paraíba. A questão da pré-escola talvez V. Sªs desconheçam. Possivelmente, o assunto será tratado pelo Ministério da Educação, mas precisamos realmente universalizar a pré-escola para atender a essa faixa de população.

A última pergunta que farei é a seguinte: se aumentarmos de um quarto do salário mínimo para meio salário mínimo o requisito de renda familiar **per capita** para os benefícios de prestação continuada, o que isso custaria? Na verdade, um quarto de salário mínimo por renda familiar significa menos da metade da linha de indigência calculada por qualquer critério – geralmente, adota-se um cálculo de R$50 a R$60 para a linha de indigência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo; depois, o Deputado Marcondes Gadelha e, em seguida, o Deputado Alceu Collares.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Drª Wanda. Ouvi, com muita atenção, a explanação de V. Sª e fiquei com muitas esperanças pela apresentação do primeiro gráfico, que colocou a família no ponto focal. Isso é muito importante, porque – exatamente como está ali – toda a problemática que estamos estudando aqui está centrada na família.

Então, é evidente que é fundamental termos ações intersetoriais interligadas, voltadas para a renda, para a orientação gerencial, psicológica e para a

educação, enfim, porque a orientação gerencial é educação; para gerir o meu negócio, tenho que ter educação de gestão de negócios. Então, todas essas ações englobam o vetor educação. E V. Sª mostrou isso muito bem no quadro da família.

Porém, Drª Wanda, há uma questão que gostaria que V. Sª analisasse. Trata-se dessa agenda social que está sendo proposta no Brasil inteiro. Inclusive, na semana passada, V. Sª esteve no meu Estado – a sua Secretaria fez a delicadeza de me dizer, mas só me avisou no dia – e acompanhei os trabalhos por meio de amigos que estavam lá, de técnicos que estavam lá trabalhando. Eu gostaria que essa agenda social tivesse uma visão para dez anos. V. Sª falou da questão da LBA. A LBA tinha toda uma estrutura, evidentemente criada para um fim específico, e, depois, abriu seu leque. Acredito que tinha suas mazelas, que precisava se modernizar, precisava entrar em outro mundo, que não era aquele mundo de quando ela foi criada. Acabou-se a LBA, veio o Comunidade Solidária, que começou do zero, o que dificultou mais, porque não tinha as referências que a LBA já tinha. Então, essa agenda social de que V. Sª fala, baseada em indicadores, é corretíssima, filosoficamente, estatisticamente, é corretíssima; não se pode dizer o contrário. Quero parabenizá-la por essa agenda social que, acredito, é uma fórmula certíssima.

Porém, ela vai funcionar por três anos apenas, e aí vem outro governo – tanto estadual, como municipal e federal – e muda tudo, vai fazer um outro trabalho baseado não sei em quê. Então, por que não se fazer uma agenda social, criar um mecanismo para que ela seja uma agenda social criada para dez anos, que é um prazo razoável para o Brasil erradicar sua pobreza?

Então, queria deixar aqui essa sugestão, que é uma sugestão que creio que é procedente. E estou citando esse exemplo da LBA, porque V. Sª fez referência a esse órgão, ao qual outros se sucederam. Então, o exemplo está aí: a descontinuidade administrativa, que tem levado tantos males a este País. Um governo assume, acaba tudo porque o outro fez tudo errado e vai começar do zero, sem referências Não temos uma tradição de termos uma base estatística correta; mas o País não a tem ainda. Prova disso é que o IPEA fornece um dado, e a Pastoral e o IBGE, outro. Não temos uma base estatística cientificamente correta ainda. Vamos tê-la, porque o País está progredindo e evoluindo. Vamos tê-la, mas não a temos ainda! Prova disso são esses indicadores que a senhora cita, que são divergentes. Então, deixo essa sugestão da agenda social, que é importante para dez ou vinte anos, porém, com um mecanismo para que ele não possa ser mudada.

Da questão do investimento e do recurso que a senhora fala eu também discordo um pouco, porque o nosso problema não é de recurso, pois, Drª Wanda, não temos o hábito de avaliar os resultados dos investimentos na área social. Fazemos um gasto, mas gasto é gasto. Não é investimento. Mas, quando a senhora fala em investimento, é preciso avaliar os resultados. Porque de qualquer investimento em qualquer área tem-se de avaliar os resultados. Portanto, discordo com relação a esses recursos gerados por programas como o Comunidade Solidária, outros ministérios, FAT, que se vão superpondo, e não estão chegando ao foco que almejamos combater.

Gostaria também de fazer outra sugestão à senhora. No documento que distribuiu aqui não lembro se a senhora falou na sua palestra , a senhora fala do pré-natal, também um dos fatores importantes não só para a baixa renda, pois há mulheres que, mesmo tendo renda, não têm cultura. Todavia, confundimos pré-natal, Drª Wanda, com uma coisa. Hoje a Unicamp já tem estudos sobre o cuidado da criança no ventre materno, que não se trata do pré-natal, o qual é outra coisa. Existe até um estudo visando à prevenção da cárie da criança no ventre da mãe ao longo dos nove meses, para quê? Para que, ela, ao nascer, seja saudável. Dessa forma, o Governo não vai precisar investir nada, tendo de mudar a cultura desse trabalho, pois já há todos os mecanismos destinados a esse fim no Ministério da Saúde. Temos de tratar da criança não no dia em que ela nasce, mas no dia em que é gerada, com formas modernas, às quais a mãe pobre e carente também tenha acesso. Há toda uma máquina do SUS, que, ao mudar sua cultura de atendimento, vai, então, chegar à conclusão de que, se a criança nascer saudável e, para tanto, a mãe não precisa, de forma nenhuma, comer caviar; ao contrário, a mãe tem de comer coisas simplíssimas, mas se baseando nos indicadores de nutrição. No Nordeste, por exemplo, é o cuscuz, que não é caro. O Ministério da Saúde inclusive tem um programa riquíssimo de alimentação alternativa, que vem mudar toda uma filosofia de alimentação.

A SRA. WANDA ENGEL – Inclusive sendo grande transformador dos índices de desnutrição do País.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Exatamente. Mas ainda com muita timidez, porque se acredita que, para a alimentação ser boa, tem que ser cara. Não é. A alimentação é boa para pobres e ricos. Ela não é diferente, até porque os estômagos de po-

bres e ricos não são diferentes. O Ministério da Saúde tem esse programa que precisa ser alavancado. E não é um programa novo. É antigo até, mas sem alcance no Brasil inteiro, como um programa realmente de Governo.

Era isso que eu gostaria de deixar aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Drª Wanda, a senhora falou, e repetiu, que não há desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social. Isso é uma verdade, é um consenso, é uma unanimidade, em termos de pensamento brasileiro. Mas não era. Até há não muito tempo atrás, não era. Participei disso, em 56. Eu, jovem, ingressei no BNDES, no primeiro concurso, e já encontrei essa discussão instalada. O BNDES foi a principal agência do projeto desenvolvimentista brasileiro que deu certo sob o ponto de vista econômico. Foi um êxito retumbante, inquestionável, mas discutia-se naquela época, e a opinião prevalecente, inclusive a minha, jovem funcionário do BNDES, era de que tínhamos que promover o desenvolvimento. O social viria por gravidade, como conseqüência, inclusive, a educação. Foi um erro clamoroso da concepção do projeto? Tudo bem, foi um erro. Essa é uma polêmica que não pertence mais a nós, mas aos historiadores, aos cientistas. Teria sido possível promover o crescimento econômico que o Brasil conseguiu sem essa visão, enfim, que privilegiava o econômico? Ou estaríamos na condição dos demais países latino-americanos, cujas dificuldades... Somos campeões de injustiça social, sim, porque promovemos um desenvolvimento que puxou uma pequena minoria, mas essa construiu uma base econômica, industrial, que os demais países do chamado Terceiro Mundo não têm e o Brasil tem.

Isso nos possibilita mais do que a eles, agora, resolver o problema social, porém, temos que buscar os recursos naqueles patrimônios que foram engordados pela política desenvolvimentista concentradora de riquezas. E isso, neste País, parece que é um obstáculo intransponível. Quando se fala em buscar recursos, vão buscar de funcionários, de aposentados. E fica essa guerra infindável, mas ninguém fala em buscar os recursos de quem pode e deve pagar, que são esses brasileiros que usufruíram. Mas esse é um comentário paralelo. Hoje, felizmente, esse consenso existe; no passado, não existia. Isso nos possibilita, agora, traçar esses objetivos. Porque temos uma economia que, se não acabar de ser destroçada por essa política neoliberal – até já deu uma guinada, na medida em que o câmbio encontrou uma base mais realista – nos permite dizer que temos uma base econômica muito ampla e sólida para promover.

Agora, a senhora falou em recursos firmes. Eu queria que a senhora nos desse uma ordem de grandeza. Se fosse possível, por um prazo de 10 anos, estabelecer um limite mínimo de orçamento, isso iria mais ou menos a quanto, em termos de percentual? Na sua avaliação, pela sua experiência, pelo que tem hoje, pelo que sente em relação às nossas necessidades, quanto seria? Porque precisávamos ter um certo balizamento mínimo, caso venhamos a propor. Isso é extremamente polêmico, entram logo os gritos: não se pode engessar o orçamento. Mas, por outro lado, sem uma base mínima, mínima, mínima de recursos firmes fica muito difícil estabelecer uma programação. Então, eu queria lhe pedir isso, uma estimativa, muito por alto, mas em termos de percentual de orçamento, não quero o ideal não, quero o mínimo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Professora Wanda Engel, estou vendo aqui no texto que a senhora distribuiu que o Governo Federal disponibiliza R$1,820 bilhão para o entendimento de 3 milhões e 151 mil pessoas, a grosso modo, o que dá, em termos **per capita**, algo como R$600. Isso parece pouco, mas, na verdade, se comparamos com outros gastos na área social, acaba ficando uma cifra elevada, para as condições do Brasil evidentemente. Porque, por exemplo, na área de saúde estamos fazendo um esforço muito grande para ver se elevamos o gasto **per capita** com todas as ações de saúde para R$180/ano. Atualmente, o gasto é de R$134. Estamos numa guerra com a área econômica, com a Equipe Econômica, que quer baixar a proposta de R$180 para R$150, então é uma disputa, assim, por essas fatias, uma espécie de missa de pobreza extremamente difícil de superar. Isso está amarrando, inclusive, a votação. Bom, de qualquer forma, passa a ser um número respeitável, R$600 **per capita.**

A nossa preocupação aqui, nesta Comissão, é muito mais com a questão da focalização e do controle social, com a eficácia do gasto, naturalmente. No que diz respeito à focalização, há uma preocupação com os gastos com creche, por exemplo. O foi dito aqui, creio que pelo IPEA – aliás, foi dado um número um pouquinho maior, não sei; deve haver outras fontes; R$253 milhões, aqui são R$218 milhões –, que o essencial desses recursos está sendo aplicado em Santa Catarina, por exemplo, onde tecnicamente não

há pobres. Quer dizer, os pobres estariam em outro **locus** geográfico e social, não em Santa Catarina, Paraná etc. Tecnicamente, à luz de definições, ou, pelo menos, onde a faixa de pobreza é relativamente pequena. Então, isto configuraria, do ponto de vista do IPEA – não sei quem falou isso aqui, não sei se foi, realmente, o IPEA – um erro brutal de focalização de recursos que teoricamente deveriam ir para os pobres e, na verdade, não estão adequadamente direcionados.

Gostaria, primeiro, de saber se a senhora confirma isso, essa concentração e, se possível, que percentual desses recursos de creche ficam em Santa Catarina.

O segundo e último ponto é o seguinte: a senhora disse que há 15 mil ONGs financiadas com recursos públicos no Brasil

A SRA. WANDA ENGEL – Só pelo Governo Federal.

O SR. MARCONDES GADELHA – Só pelo Governo Federal. Isso passa a ser uma coisa importante e interessante para nós aqui. Eu perguntaria se a senhora tem idéia de qual é o volume de recursos envolvido com essas 15 mil ONGs, ou pelo menos a ordem de grandeza das cifras, em média. Se pensássemos em R$500 mil por ano, isso daria R$7,5 bilhões, mais do que suficientes para resolver todos os problemas da saúde, principalmente do SUS, porque falei aqui do gasto com saúde R$134 **per capita**, mas com o SUS, que é o atendimento médico-hospitalar, e que deveria ser para os pobres são gastos apenas R$60. Com isso aqui resolveríamos mil problemas, e no caso teríamos que examinar a eficácia das ações de promoção social e humana e de enfrentamento da pobreza que essas ONGs desenvolvem.

A senhora disse que ainda há outros tantos na área estadual e possivelmente municipal; enfim, isso passou a ser uma questão importante para nós. Eu queria pedir à senhora, se fosse possível, para detalhar ou pelo menos dizer que fonte deveríamos buscar para termos mais informações sobre esses gastos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Federal Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES – Sr. Presidente, nobre Relator, quando Dom Mauro Morelli veio aqui, eu disse que estava num ceticismo muito grande. Hoje reduziu muito pouco, mas já melhorou. O entusiasmo da Secretária Wanda é indiscutivelmente contagiante, pois ela tem R$1,8 bilhão para atender os pobres e um entusiasmo monumental. Isto é o que, às vezes, faz com que as criaturas humanas realizem milagres. É indiscutível que – e nisto estou com o Senador Roberto Saturnino – o crescimento econômico pode não realizar muito pela pobreza, mas a recessão mata os pobres, e a recessão que este País está vivendo está matando o pobre. Não está criando pobreza, está matando pobres, uma vez que a fome anda rondando por aí, e talvez seja uma das causas dessa onda de crimes em São Paulo, no Rio, em Belo Horizonte.

Vejo um bom sinal no horizonte internacional, que é essa preocupação tardia – depois de 50 anos, depois de o Senador Roberto Saturnino já ter-se aposentado no banco – com os pobres. Algo está acontecendo, porque nunca se preocuparam com os pobres e tinham convicção de que resolvendo o lado econômico, de que tendo crescimento econômico, assim mais ou menos como defendia essa figura talentosa e inteligente que é Delfim Netto, na época da ditadura, pregando que temos que fazer crescer o bolo primeiro, para depois distribuí-lo. Aí o bolo cresceu, e os pobres não puderam chegar perto do bolo, nem sentiram o cheiro do bolo.

Guardadas as devidas proporções, o Governo atual vai pelo mesmo caminho. Eu me perguntaria: mas o que será que o FMI ou o BIRD estão pensando? Eles estão dizendo que a globalização não resultou em redução da pobreza no mundo e que ela tem que ser humanizada. O FMI e Michel Camdessus estão dizendo que é preciso ouvir o grito dos pobres. Tenho a impressão de que os governos que estão na dependência desses organismos tinham que também dar uma olhada, perguntar o que os patrões estão pensando, o que querem realmente, pois nunca falaram em pobre e agora estão falando. Estamos nessa condição em decorrência das políticas que eles implementaram na América Latina, na Ásia e na África e estamos vivendo uma situação de geração de pobreza permanente e de exclusão social.

Eu perguntaria: a Secretaria de V. Sª tem competência para a coordenação no campo social sobre todos os outros ministérios ou não? Porque essa tentativa de integração é antiga – há mais de 20 anos, eu estava aqui como Deputado Federal –, e já naquela época havia essa preocupação da integração, pois se gastava demais sem aquilo que a Senadora está dizendo, sem conhecer os resultados. Era dinheiro para todo lado, era LBA. É claro que ficava um pouco no bolso dos intermediários sem chegar ao pobre. Esta é uma das ponderações que faço em relação cesta básica.

O nosso Relator está caminhando para o rumo correto. Nada de cesta porque ela deprime. Cesta

empobrece quem a recebe, a cesta é indignificante porque o cidadão entra na fila como um mendigo para esperá-la. Quem sabe a sua idéia do bônus, a de o cidadão chegar a um banco e retirar um recurso e poder dizer assim: "o Estado, em nome da sociedade, está socorrendo-me." Isto para que ele se sinta cidadão e não mendigo. Assim, estamos avançando.

Gostaria, ilustre Relator, antes de qualquer programação ou elaboração de projetos, de ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex.ª apresentou uma emenda, tem um grupo de técnicos, de assessores e creio que o Presidente do Senado é um homem extremamente leal e sincero. Não fez aquilo com intenção política, de aproveitar o momento político, de fazer uma tirada política ou uma jogada demagógica. Não. Creio que S. Exª é um homem bem intencionado e quero ouvi-lo.

Quem sabe se S. Exª nos orienta de que os dados que estão na emenda são factíveis, de onde tivemos as fontes para o financiamento não apenas da seguridade social no campo da assistência, mas dos miseráveis, dos famintos. Encaminhei um requerimento.

Temos também que ouvir o outro Senador que vem teimando com a renda mínima. O outro, o Paim e eu, lutamos há anos e anos contra o salário mínimo que é uma fonte de desnutrição permanente. O salário mínimo do Getúlio Vargas era 855. Hoje, é R$136. Como é que alguém pode atender aos valores de alimentação, educação, vestuário, higiene, transporte e previdência com R$136?

Está aí uma fonte que leva a um processo permanente de desnutrição. A quantidade de filas da nossa Previdência tem como decorrência a desnutrição provocada pelo Estado. Se tinha que pagar R$850 e paga R$136, alguém está ficando com a parte do mínimo que deveria receber o pobre do trabalhador.

Roosevelt, em 1933, seguindo uma orientação do Keynes, triplicou o salário, deu um cataclisma na estrutura econômica e, seis meses depois, estava criado o mais poderoso mercado interno de consumo do mundo que se manteve não apenas em decorrência disso, mas da espoliação a que submete os países pobres.

Encantei-me com todas as suas colocações e quero deixar uma colaboração. A senhora, na comunicação, tem todas as condições para ser uma grande comunicadora, a expressão corporal, a gesticulação, o jogo fisionômico que transmite muita emoção está sendo perturbado por uma disfunção respiratória – dou esta colaboração porque tento há 40 anos ser orador – e até hoje não consegui. Treino todos os dias o meu aparelho fonador, a minha voz, canto no banheiro, certamente não chegarei a nada, mas estou fazendo aquela parte.

Aqui uma vez vi um grande Secretário de Planejamento que veio fazer uma exposição de três horas de cultura, de conhecimento e de experiência, mas na hora da comunicação tinha um defeito que se chama "o berro do cabrito". Cada vez que ia sair de um pensamento para outro fazia: "Heeeeeee, hum, heeeeee". Essa é a dificuldade que temos.

A senhora só tem o problema respiratório. Vou lhe dar um dado: Reinaldo Polito, um técnico de fonoaudiologia que com dois toques ainda vou ter o encantamento de vê-la nos convencendo com mais facilidade.

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Relator deseja fazer uma observação. Vou conceder a palavra a S. Exª e posteriormente a V. Exª.

O SR. ROBERTO BRANT – A observação é a respeito de uma colocação do Deputado Alceu Collares quando diz que gostaria de ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães falar sobre as fontes de recursos para formação desse fundo.

Tenho a informar que uma das tarefas do Relator, evidentemente, talvez a mais importante delas é identificar fontes viáveis de financiamento para um programa de combate à pobreza. Estou trabalhando nisso desde o instante em que fui designado.

Em um certo momento tive que examinar a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães e observei vários inconvenientes. Percebi que não tinha necessidade arrecadatória para um programa desse tipo e, além disso, criava várias novas figuras tributárias que em um momento de recessão não seriam bem-vindas.

Procurei o Senador e fiz as ponderações e lhe disse que estava procurando uma alternativa. Transmitir a S. Ex.ª qual a alternativa – peço desculpas por não transmiti-la – porque ele, imediatamente, a comprou e estamos trabalhando com o Governo. Ela arrecadaria recursos importantes, algo em torno de R$4 bilhões. Não cria nenhuma carga tributária nova sobre a economia brasileira. Aproveita o sistema tributário existente e, nem sequer, mexe nas alíquotas. Não é nenhum milagre, mas reservo-me a falar do assunto.

Estamos trabalhando e não conseguimos a concordância total do Governo e, sim, a parcial. Eles designaram um grupo de trabalho com o qual estou ten-

do reunião uma vez por semana. Se fracassar e, isto pode ocorrer, teremos que fazer novas opções. Mas, a que está em jogo não criaria nova carga tributária sobre a economia brasileira.

Por isto é que disse que, nestas circunstâncias, a vinda do Senador Antonio Carlos Magalhães para explicar a parte de recursos de sua proposta não teria sentido porque preferiu adotar a opção que foi encontrada e não pela mágica do meu cérebro, mas por várias pessoas. Na verdade, nesta Comissão, há duas. É uma Comissão visível que se reúne com mandato e existe uma outra Comissão. Temos atualmente mais de vinte pessoas, no Ipea, na Assessoria do Senado, no Governo Federal, no Ministério da Educação envolvidas neste trabalho.

Temos inclusive reuniões com a Professora Wanda e, quanto à questão do recurso, está com reservas pois, do contrário, se perderia. Se fracassar, seria a oportunidade de o Senador vir falar. S. Ex.ª elencou seis ou sete novos tributos. Eu, que sempre lidei nessa área, não entendi como boa a proposta, tive a liberdade de dizer e o Senador confiou na minha sugestão.

Este é o esclarecimento que V. Ex.ª merece de minha parte

O SR. ALCEU COLLARES – Ilustre Relator, gostaria de fazer apenas algumas considerações, com a maior tranqüilidade. Creia que não tem maldade alguma no que vou dizer.

V. Ex.ª, individualmente, está tomando a decisão que pode. Ocorre que temos uma Comissão e sou um Deputado Federal. Posso não ser o mais expressivo, mas gostaria que todas as medidas e providências constassem com este coletivo principalmente – sou da Oposição – porque eu quero ver até onde vai o grau de sinceridade do Senador quando apresenta para a Nação brasileira uma emenda para erradicar a pobreza.

V. Ex.ª não pode nos impedir de fazer isso. Gostaria que viesse aqui para dizer "estou jogando politicamente". No momento em que V. Ex.ª se convence de que não é teatro e conversa com ele, não tem a transparência que preciso. Não tem a transparência que preciso e, mais, tenho direito, tenho legitimidade para buscar esta transparência.

O outro ponto é que tenho uma séria rejeição à metodologia de fazer tudo isso com setores do Governo que está no segundo mandato e não conseguiu fazer. Não é agora que vai. Temos que dispensar, em parte, a não ser alguns que vieram e trouxeram algumas contribuições, no meu entendimento como homem de oposição, coloco algumas dúvidas a respeito da possibilidade de que com esses Assessores possamos ter alguma coisa depois de cinco anos de Governo.

O SR. ROBERTO BRANT – Perfeito, Senador.

Agora, eu sou um Deputado da base governista, vou trabalhar com o Governo. Também tenho compromisso com os resultados e não com o discurso. E quem vai aprovar isso não serei eu, quem vai aprovar são os Membros da Comissão.

Para o meu relatório, tenho que procurar as fontes que considero mais convenientes. Caberá á Comissão rejeitá-lo **in totum**, designar um outro Relator e procurar outra alternativa. Mas creio que não chegaremos a isso porque estou tendo o cuidado de conciliar todas as observações que ouço aqui, não apenas das pessoas que fazem conferências, mas também de todos os questionamentos. Ou seja, pretendo, ao final, que o relatório prenuncie mais ou menos um consenso. Evidentemente, será objeto do exame, de investigação e de debate, o que aceitarei com a maior humildade possível.

O SR. ALCEU COLLARES – Mas essa decisão que V. Exª tomou com relação à emenda foi individual.

O SR. ROBERTO BRANT – Não, não tomei decisão. Como estou estudando as fontes de recursos, decidi não considerar a proposta do Senador e comuniquei a S. Exª. Quando eu apresentar a minha proposta...

O SR. ALCEU COLLARES – Estou requerendo a vinda de S. Exª.

O SR. ROBERTO BRANT – Ah, tudo bem!

O SR. ALCEU COLLARES – V. Exª pode me derrotar no voto, mas tem que colocar aqui.

O SR. ROBERTO BRANT – A minha intenção não era essa. A minha intenção era outra completamente diferente. Eu queria prestar um esclarecimento a V. Exª.

O SR. ALCEU COLLARES – É o segundo requerimento que já fiz. Fiz dois requerimentos: um no início e outro agora. Se colocarem um voto e derrotarem, sou um homem democrata, eu me submeto ao voto da maioria. Mas não posso aceitar que V. Exª tenha conversado com ele, dado orientação, não aceitou por isso, e fica assim. A Nação precisa saber se o Senador quer, se pode e se estava sendo sincero com a questão da pobreza brasileira.

O SR. ROBERTO BRANT – Não sou porta-voz do Senador, mas apenas quis prestar um esclarecimento a V. Exª. Mas vejo que estamos falando línguas muito diferentes.

O SR. ALCEU COLLARES – Muito bom para mim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O requerimento do Deputado será colocado, no momento oportuno, à apreciação do Plenário, tendo em vista que a pauta está totalmente lotada. Não temos data, agora. Mas é lógico que será apreciado e, se aprovado, o Presidente será convidado. Todos os demais requerimentos que já foram colocados e todos que forem apresentados serão naturalmente objeto de discussão e votação pelo Plenário da Comissão.

Com a palavra a Deputada Maria Abadia.

A SRA. MARIA ABADIA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, não me inscrevi para falar, mas não gostaria de sair desta Comissão sem fazer algumas observações.

Fiquei muito feliz quando ouvi a professora falar sobre a importância da escola, da complementação da jornada, dos recursos para a renda sacrificada e a Bolsa Escola mais o trabalho com a família.

Aqui, no Distrito Federal, tivemos o privilégio de ver implantada a Bolsa Escola pelo Governador Cristovam Buarque. Fiquei sabendo agora que está se fazendo uma pesquisa parece-me que por uma universidade do Rio de Janeiro e uma universidade de Brasília sobre os resultados da implantação do programa. Fiquei preocupada porque, pelo que eles já fizeram agora, já detectaram algumas coisas interessantes. Uma delas é que foi importantíssimo para tirar a criança da rua. A questão, por exemplo, da freqüência é uma maravilha. Agora, o estudo feito da produtividade do aluno é o pior possível. Há também a questão da utilização dessa renda pela família. Os resultados não são bons. Então, o trabalho ainda não está terminado. Mas pedi o resultado dessas pesquisas porque quero deixar registrado nesta Comissão. Creio que é o momento do aperfeiçoamento desse grande programa, que necessitará de um aperfeiçoamento a partir dessa avaliação.

Quando a senhora se refere à necessidade da Bolsa-Escola, que tem que haver um programa para a família, do acompanhamento de como essa família está utilizando essa bolsa escola, e o que isso realmente está revertendo para o desenvolvimento, o crescimento e a proteção daquela criança, creio que é fundamental. Fiquei muito feliz com a preocupação da senhora. Assim que eu tiver o resultado dessa pesquisa, quero mostrá-lo a esta comissão.

A senhora disse algo que quero sugerir ao nosso relator e ao nosso Presidente que coloquem no nosso relatório. Trata-se da questão da qualificação e requalificação da capacitação dos gestores de programas sociais.

Quero deixar aqui um testemunho. Sou assistente social, trabalhei a vida inteira em favelas no Distrito Federal. Um dia desses, a mãe me fez a seguinte pergunta: "Maria de Lourdes, o que é que eu faço? Saio às 6h para trabalhar e retorno às 8h, 8h30 da noite. Ganho o salário mínimo. Meu filho de 11 anos chegou hoje e me disse o seguinte: "Mamãe, a senhora passa o mês inteiro para ganhar um salário mínimo. Hoje fui levar um pacote de Planaltina a Ceilândia e ganhei R$350". E ela perguntou: "O que é que você foi levar?" Ele disse: "Cocaína. Em um ônibus". E ela perguntou: "O que é que eu faço? Entrego o filho para a polícia? Amarro-o, tranco-o dentro de casa – porque creio que também não vai adiantar mais? Não tenho lugar para deixar essa criança"!

Fiquei, de certa forma, desesperada, porque, imaginem: sou uma Deputada Federal. Na Constituinte, atuei na área social. Participei do primeiro Congresso aqui dentro para discutir a Lei Orgânica da Assistência Social. Não tive nenhuma resposta para dar a essa mãe.

Estou vendo em relação à violência nas escolas, o quê? Surgir algo no que diz respeito aos excluídos, principalmente aos pobres, nas comunidades da periferia urbana, que é a questão da droga. Não estamos preparados para isso. Vejam o problema das Febens ou do Caje*, no Distrito Federal!

Então, ganhei o meu dia, quando vi a preocupação da nossa Secretária da Assistência Social com a qualificação – e podemos dizer – e com a requalificação de quem vai atuar na área social. Os diretores de escola, os professores não sabem lidar com a questão da droga hoje dentro das escolas. Já fui testemunha disso, de diretor desesperado, vendo aluno distribuir droga e não saber o que fazer, porque, se chama a polícia, ele morre. Ele não tem nenhum poder e nem sabe como abordar o assunto.

Portanto, quero somar a minha preocupação à da senhora e oferecer, em meio às sugestões de programas, essa qualificação dos gestores da ação social.

Foi abordada também pelos companheiros a questão da integração dos programas sociais, porque, meu Deus! Dinheiro há – a nossa Senadora colocou muito bem a questão. Todos que lidamos com a área social, os ex-Governadores, como o senhor; os prefeitos, Senadores e Deputados sabemos que dinheiro existe. Há programas orçamentários, mas o projeto não chega ao fim. Fica no meio. E não existe uma coordenação nacional.

Acredito na municipalização, na descentralização. Isso tem que ser feito, porque tem de haver um acompanhamento. Temos que mostrar o resultado

dessa aplicação desses recursos, mas penso que seria importante para a nossa comissão a questão da integração das ações sociais. Deve haver uma Secretaria que seja, algo que coordene os programas sociais, porque essa história de cada Ministério, cada Secretaria, o Governo, o Estado e o Município terem programas e, no final, as famílias receberem dois, sem termos um resultado, acho que poderíamos ser mais eficazes, mais eficientes na condução disso.

Era só esta observação. Senti não poder ter assistido à reunião, porque hoje tivemos três reuniões ao mesmo tempo aqui, do Centro-Oeste, da Bancada do Distrito Federal e para discutir o Orçamento, e fiquei lá e cá. Mas quero também me colocar à disposição.

Foi um dos melhores depoimentos, e é de quem sabe, de quem conhece a área, é muito importante. E com o pé no chão, porque é: "Ah, não, se tiver dinheiro vamos resolver o problema social." Mas não tem dinheiro! Tem-se que mudar a estrutura. Bom, mas o que vamos fazer para mudar. E até mudar, como é que faz? E a senhora, quando coloca: "Olha, vamos botar esse menino na escola, seja de que jeito for." Mas ele tem que ter uma professora, orientação, tem que estar sendo ocupado. E é por aí.

Então, também me coloco à disposição e gostaria muito que a senhora nos desse sugestões, porque acho que é um momento muito rico este que estamos vivendo e, pelo menos, acho que esta Comissão tem o compromisso de ver alguma coisa sendo feita, que supere o discurso e a boa intenção. Que, realmente, seja feita alguma coisa pelo social, pelo combate à pobreza no nosso País.

Parabéns. Fiquei feliz, mesmo, por ter ouvido as colocações da senhora.

O SR. ALCEU COLLARES – Professora Wanda, qual é o nome da casa de jovens? Como é que se chama?

A SR. WANDA ENGEL – Centros da Juventude.

O SR. ALCEU COLLARES – Se puder, passe aí para os Governadores, para acabar com a FEBEM e construir um Centro da Juventude. Quem sabe o Presidente da República faz, ainda que não seja assim, um espalhafato? Mas não pode mais existir a Febem. Não pode!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a professora, para, naturalmente, responder as perguntas formuladas.

A SRA. WANDA ENGEL – Bom, não sei se vou pela ordem ou se pego o assunto de forma mais genérica.

A sugestão da agenda social por dez anos, quer dizer, qual era a idéia da agenda social? Os Governos têm seus planos plurianuais. A idéia era fazermos uma agenda mesmo, a curto prazo. Vamos tentar a Agenda 2000. O sucesso da Agenda 2000 vai-nos possibilitar fazer planos estratégicos maiores, mas eu precisava instaurar um processo de alguma coisa que juntasse convergência com compromisso, com resultado, com acompanhamento e avaliação. Então, creio que, realmente, uma agenda social não pode ter um ano, mas ela foi uma estratégia para que tivéssemos um pequeno "milagrinho" e aí, acreditando na estratégia, pudéssemos estendê-la para um plano mais estratégico.

A Senadora também levanta a questão da família. Penso, também como sugestão, que seria muito importante que pensássemos num programa socioeducativo para famílias, usando mídia, sistema de comunicação, porque existem conhecimentos, valores, significados importantes para serem passados para as famílias, para as famílias dos pequetitos, para as famílias dos meninos na fase dos 11 anos, que ganham R$300 sendo mula, enquanto a mãe ganha R$100. Quer dizer, há orientações que são fundamentais que sejam passadas. Temos rede nacional, de Rádio Nacional, que vai nos rincões da Região Norte. Penso em algum recurso com que pudéssemos entrar não só na capacitação dos gestores, mas num programa socioeducativo que usasse os meios de comunicação; em que discutíssemos com as mães que danoninho não vale um bifinho – entendeu? – e que, possivelmente, uma farinha nutritiva que ela possa encontrar lá, em tal lugar, tem muito mais poder de nutrientes do que o danoninho. É importante para ela e para a criança que se converse com as crianças. Enfim, há uma série de conhecimentos, que podíamos estar socializando, que podem ser importantíssimos para fazer com que a família tenha mais condições de ser, efetivamente, o ambiente de desenvolvimento humano e social e não ser mais um fator negativo para o crescimento das crianças e para os idosos. Quais são os direitos dos idosos? Quais os cuidados de uma casa de idosos? Podíamos pensar num grande programa sócio-educativo, usando os meios de comunicação, para o que é simples. Efetivamente essa informação não está à disposição e podia fazer com que as famílias fossem os elementos positivos e não negativos no desenvolvimento.

Quanto à questão do percentual de orçamento, passamos ao Relator da Comissão alguns dados a respeito de quanto seria necessário para universalizar o atendimento a crianças de 0 a 6 anos, pegando

todas as famílias de até meio salário mínimo; quanto necessitaria para se baixar o corte para um quarto. Esses nós trouxemos, mas os outros eu não saberia de cor. Comprometo-me a enviar para sabermos qual é o universo e quanto custa isso.

Quanto aos valores 600 anuais, o que dá R$50,00/mês/pessoa para atendimento de assistência , é preciso que levemos em consideração que 68% do orçamento vai para os benefícios de prestação continuada, que são um salário mínimo mensal, o que dá, em 12 meses, algo em torno de R$1.500,00. Isso eleva o valor **per capita** do atendimento. Se analisarmos o atendimento mesmo, os valores são muito baixos, principalmente em programas que dão apoio à família, que mantêm o idoso, o portador de doença, a criança na família. São programas bem mais baratos do que os da área de saúde, mas eles ficam mascarados porque o grande volume de atendimento fica muito caro porque é um salário mínimo vezes doze. O que compromete 68% do orçamento.

Quanto à coordenação, o órgão do Governo Federal encarregado da coordenação de todos os ministérios é a Casa Civil, que se tem colocado absolutamente à disposição para criar grupos de trabalho, para promover a integração. Temos enfatizado muito com os gestores que o combate à pobreza deve ficar com a específica Secretaria de Assistência Social, mas que vire agenda de Governo, caso contrário é muito difícil conseguir-se a colaboração de todos os setores. Deveria haver uma delegação de poderes do prefeito, do governador e etc para a área de assistência com força de uma política ou ação de governo.

É fundamental que percebamos que a luta contra a pobreza e a exclusão hoje tem novos elementos. Ou se leva em consideração o tráfico de entorpecentes ou está-se falando no mundo de 10, 20 anos atrás. Combate a pobreza há 10, 20 anos tinha uma conotação; hoje tem outra. Não é só nos grandes centros. Analisando a rota da droga, sem dúvida nenhuma, hoje o mercado marginal do tráfico de entorpecentes é o grande concorrente dos programas sociais. Isso é preciso levar-se em consideração. Já está baixando a faixa etária de influência. Hoje já há meninos de 11 anos envolvidos no tráfico e no uso de entorpecentes. Para início de conversa, o atendimento a infratores usa o modelo errado. Grande atendimento para tudo já mostrou que não leva a nada. Grandes unidades de atendimento 1.000 idosos atendidos. Está claro, hoje, que para se ter um mínimo efetividade é preciso ter pequenos grupos, casas-dia, atendimentos de, no máximo, 10, 15; de preferência o mais próximo possível do formato de uma família. A lei preconiza que esse atendimento seja feito em pequenas unidades, que seja descentralizado. É uma explosão do sistema das Febems.

Além disso, conta hoje com o envolvimento desses meninos com o tráfico e uso de drogas. Isso é seríssimo. No Rio de Janeiro, tínhamos um programa de meninos de rua, "Vem Prá Casa", com um abrigo no Leblon que era um ponto de tráfico. Hoje, uma das grandes causas de famílias estarem nas ruas dos grandes centros é a guerra do tráfico de entorpecentes nas áreas mais pobres. Essa é uma questão séria e estratégica que devemos analisar em suas conseqüências, enfrentando-a. Não é só uma questão de falta de recursos, de falta de acesso à escola, etc.

No que se refere ao combate à pobreza na área social, na área preventiva, acho que precisaríamos ter um caminho. Por exemplo, de zero a três anos é creche. A faixa de sete a quatorze precisava crescer em termos do contraturno jornada ampliada, escola em horário integral , principalmente para essas crianças em situação de vulnerabilidade. É preciso avançar, ou nessa questão da escola de horário integral, ou da jornada ampliada. Enfim, é preciso que a criança tenha oportunidade de estar num ambiente educativo na maior parte do seu tempo. Podemos ter, por exemplo, a jornada ampliada para crianças de sete a quatorze anos para fazer com que o menino permaneça na escola e saia bem da escola. Nós estamos trabalhando da seguinte forma: para aqueles que estão na faixa de 15 a 16 anos, é oferecida a possibilidade de entrarem no mundo do trabalho e no mundo da cidadania, fazendo deles os agentes jovens de transformação do seu entorno. Eles trabalham no seu entorno, transformando, sendo agentes de transformação do seu entorno. Para aqueles que estão na faixa de 17 a 18 anos, poderíamos ter o serviço civil ou o serviço militar. Como alternativa ao serviço militar, teríamos o serviço civil. A partir daí, uma política de primeiro emprego que pusesse o menino no mercado de trabalho. Precisamos pensar essa seqüência para não ficarmos em coisas estanques.

Hoje, o menino está, por exemplo, no programa de erradicação do trabalho infantil ou no bolsa-escola. Quando ele completa 15 anos, fica perdido no mundo. Quer dizer, não existe uma ação voltada para ele, que continue fazendo esse trabalho de incluí-lo no mundo. Esse é o nosso grande desafio.

Finalmente, acho que, não só a questão da capacitação deve merecer atenção específica, mas também a questão do sistema de monitoramento e avaliação. É fundamental que se instaure isso. Hoje, existem famílias superbeneficiadas por programas.

Vamos ver quem recebe benefícios de prestação continuada. Possivelmente, eles recebem esse salário, ainda estão em abrigos que nós pagamos, subsidiados, etc. Enfim, há superposição de atenção para uns, enquanto outros estão sem nenhum atendimento.

Assim, precisamos de um sistema de acompanhamento em que possamos ter dados precisos sobre esse atendimento; precisamos ter certa organização na área social. A área de saúde e a área da educação já avançaram bastante aí. Eu acho que esse é outro desafio, a fim de que tenhamos noção de impacto, de resultado, de quem são esses beneficiários.

Eu não sei se respondi a todas as questões. Espero ter atendido...

Eu queria dizer também ao Deputado Alceu Collares que agradeço muito a sua contribuição Vou procurar o Reinaldo Polipo rapidamente. Muito obrigada.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pois não, Deputado...

O SR. MARCONDES GADELHA – Pedi à professora duas informações. Não sei se ela esqueceu de falar a respeito ou se não tem os dados no momento sobre a questão do volume de recursos envolvidos com as 15 mil ONG's, recursos federais e, se possível, estaduais e municipais, e a questão da eventual concentração de recursos em creches em Santa Catarina em detrimento de outros Estados.

A SRA. WANDA ENGEL – Com certeza, esqueci das duas coisas. Em primeiro lugar, se formos analisar os dados que apresentei, principalmente os recursos voltados aos serviços de prestação continuada, daria um total de R$309 milhões. Esses, com certeza, em sua grande maioria, vão para as ONG's, porque são trabalhos executados por entidades não-governamentais; passam pela prefeitura, mas são conveniadas com entidades não-governamentais. Então, eu diria que os recursos federais estão mais ou menos nessa ordem, ou seja, R$300 milhões estão indo para as ONG's. É incrível, porque isso nunca é revelado. As ONG's sempre se colocam como ocupando o espaço vazio da ação governamental, quando a ação delas é meritória, é importante, porque muitas vezes são grupos que têm efetiva penetração junto à pobreza, têm histórico de atendimento. No entanto, é preciso que se revele que é o dinheiro do contribuinte que está permitindo essa ação.

Quanto à distribuição, havia me referido a isso. Temos um sistema de distribuição chamado "Série Histórica", onde os Estados recebem, hoje, o mesmo quantitativo de recursos que recebiam da LBA há alguns anos atrás. O estudo do IPEA mostrou que esses recursos em Santa Catarina atingem até famílias de renda **per capita** alta, enquanto na Bahia, em Alagoas, atingem apenas pessoas de famílias de renda **per capita**, às vezes, de R$8,00.

Esse estudo foi solicitado pela Secretaria para que tivéssemos outros critérios de distribuição de recursos baseados na verdadeira demanda por serviços sociais, por conta de renda domiciliar **per capita**, população em geral, escolaridade dos pais, etc. Esse estudo, portanto, foi feito, houve uma proposta, e, já no ano 2000, pretendemos entrar nessa nova lógica de distribuição. Mas tem que ser aos poucos, porque o recurso alocado hoje em Santa Catarina está oferecendo um serviço e a sua retirada poderia deixar crianças de famílias com uma renda não tão baixa, que efetivamente estão tendo um atendimento, sem esse atendimento. Então, a proposta é de que em quatro anos cheguemos aos indicadores do IPEA, mas que se chegue devagar, para que as pessoas se...

O SR. MARCONDES GADELHA – Na verdade, não estamos sugerindo que sejam retirados esses recursos. Estou querendo apenas ter conhecimento do fato para avaliar o grau de desfocalização que está acontecendo, porque não é só nessa área de creche, mas aqui foi falado na educação, enfim, em uma série de outros segmentos sociais que não estão na faixa de pobreza e onde está havendo uma concentração muito grande.

A SRA. WANDA ENGEL – Eu poderia mandar para o senhor o estudo do IPEA, o quadro comparativo de como está o percentual atual de distribuição e qual seria, na visão do IPEA, a tabela ideal, sendo que esse estudo do IPEA foi feito com base nos dados existentes. Em termos universais, o censo é de 1991. A proposta, portanto, é que se entre nisso, mas assim que tivermos os dados do novo censo, vamos rever os critérios para que eles estejam sempre o mais próximo possível da demanda por serviços sociais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Não sei se a pergunta do Deputado foi totalmente respondida, mas do que entendi com relação a Santa Catarina, que é a sua preocupação, é que aquele Estado se organizou melhor para receber esses recursos.

A SRA. WANDA ENGEL – Deixe-me esclarecer. Os recursos que iam da LBA para os Estados subsidiavam a rede de serviços existente. Logo, os Estados com maior rede de serviços eram aqueles que mais recebiam recursos. A lógica era a existência do serviço. Porém, os Estados mais pobres não tinham essa rede de serviços e, portanto, não recebi-

am os recursos. Isso gerava um círculo vicioso e agora estamos querendo formar um círculo virtual.

O SR. MARCONDES GADELHA – Essa questão chama atenção para um outro ponto – não sei se esta Comissão está bem atenta –, que é o custo adicional da pobreza. Existe um custo adicional por ser pobre. Além de não ter dinheiro, recursos, conforto, acesso às benesses da civilização, existe um custo adicional: a perda de oportunidades.

Como Santa Catarina é um Estado com uma boa distribuição de renda e com elevação de nível social e de renda **per capita** aceitável, o governo estadual tem mais condição de se apropriar das oportunidades.

O que está ocorrendo com as creches ocorre também com os recursos do Pronaf. Quase todos os recursos do Pronaf foram apropriados pelos agricultores de Santa Catarina, em detrimento dos outros, porque aqueles são mais qualificados, estão mais articulados e têm mais acesso a aval, inclusive de grandes empresas. Então, os trabalhadores de Santa Catarina levam uma vantagem adicional por não serem pobres.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço à professora Wanda Engel...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – A Deputada Luiza Erundina não pôde ficar até o fim desta reunião e pediu-me que apresentasse um requerimento de sua autoria, no qual solicita informações ao Ministro do Planejamento sobre o acordo do Governo brasileiro com o BID, referente a um empréstimo internacional de ajuda de US$4.5 bilhões destinados a programas sociais.

Portanto, quero formalizar a apresentação do requerimento da Deputada Luiza Erundina.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sem dúvida alguma, o requerimento será discutido e votado na próxima reunião.

Quero agradecer, em nome de toda a Comissão, à professora Wanda Engel, que nos trouxe uma contribuição valiosíssima devido a sua experiência, competência e vivência nesta área. Esperamos, se necessário, poder desfrutar novamente de seus conhecimentos durante o transcorrer desta Comissão.

Agradecemos ao Relator e a todos os Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Informo, ainda, que de 10 a 14 de outubro esta Comissão, por intermédio de alguns representantes, tanto Deputados quanto Senadores, estará se deslocando para os Estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará, onde serão realizadas audiências publicas. No dia 19, ouviremos o Ministro da Educação Paulo Renato e, possivelmente, o Governador do Distrito Federal.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h22min.)

15ª reunião, realizada em 11-10-1999

Aos onze dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dezoito horas e cinco minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Estadual Lula Cabral, Presidente da Assembléia do Estado de Pernambuco, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Marina Silva e Eduardo Suplicy e os Senhores Deputados Euler Morais, Gastão Vieira, Laura Carneiro, Paulo Marinho, Feu Rosa, Luíza Erundina, José Chaves e Eduardo Campos, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Foi nomeado Relator **Ad Hoc** o Deputado Euler Morais, informando a Presidência que a presente reunião destinava-se a uma audiência pública no Estado de Pernambuco, a requerimento dos Deputados Eduardo Campos e Luíza Erundina. Após a Presidência concede a palavra aos seguintes oradores: José Rodrigues, Presidente da FETAPE; Manoel Brandão Farias, Superintendente do Banco do Nordeste; Gerson Carneiro Leão, do Sindicato dos Cultivadores de Cana; Antônio Ferreira Guilhermino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e do Álcool; José Jorge Peres, Presidente da CUVE; Francinézio Araújo, Presidente da Associação Terra Prometida e José Amaro da Costa, da mesma Associação; Antônio Nascimento Filho, Secretário da Associação dos Pescadores e José Ranulfo Queiroz Neto, Diretor do Sindicato dos Produtores do Açúcar. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Eduardo Suplicy, Gastão Vieira, José Chaves, Euler Morais, Laura Carneiro, Paulo Marinho, Luíza Erundina, Feu Rosa, Eduardo Campos, Marina Silva e Maguito Vilela, Presidente da Comissão que explanou sobre as finalidades da Comissão, bem como do que já havia acontecido em outras audiências já realizadas pela Comissão, agradecendo a presença de todos. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comis-

são, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

Gurgel, Eldo Magalhães, Jorge Gomes e João Paulo.

Convido o Sr. José Rodrigues, representante da Fetap, para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ RODRIGUES – Sr. Presidente da Comissão; Srªs e Srs. Deputados Federais e Estaduais; entidades aqui presentes; sindicatos dos trabalhadores rurais; representantes patronais de todas as sociedades, vou falar em nome da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco, que representa 170 sindicatos de Pernambuco, com 700 mil filiados em todo o Estado. Essa Federação é fillada à Confederação Nacional dos Trabalhadores – Contag – e à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Nessa região nordestina, em Pernambuco, a Federação representa os trabalhadores assalariados, posseiros, meeiros, trabalhadores sem terra. Tem sido bandeira de luta do movimento sindical a questão dos trabalhadores, da reforma agrária, da política agrícola para o pequeno produtor e também a questão dos assalariados. Vivemos nessa região desde o início da década e, juntamente com os trabalhadores dessa região, temos enfrentado as dificuldades ali existentes.

Hoje V. Exªs puderam observar, nessa caminhada pela região, a situação por que passam os trabalhadores: uma situação de fome, de miséria, que, na verdade, tem sido crescente a cada ano. Tudo isso se deu quando se ampliou o Proálcool nesse Estado, o que aumentou a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade, para as áreas urbanas. Podemos dizer que hoje dois terços dos trabalhadores que viviam no campo vivem nas áreas urbanas. Isso influiu muito na situação por que passam os trabalhadores, fazendo aumentar a fome e a miséria nessa região. A região tem um solo rico, mas, enquanto isso, os trabalhadores são pobres.

É preciso desenvolver essa região. Entendemos que o desenvolvimento da região canavieira não passa simplesmente pelo desenvolvimento da agroindústria, mas sim pela resolução da questão da saúde e da educação. Em todo o Estado de Pernambuco, essa é a região onde há mais analfabetos e onde a saúde é a mais precária.

Portanto, Srs. Parlamentares desta Comissão, é preciso que se analise a questão da zona canavieira como um todo. É preciso observar não apenas o melhoramento do setor açucareiro, mas também o melhoramento da região canavieira de Pernambuco, conhecida como Região da Mata, quando sabemos que, na verdade, já não se pode falar em mata, porque não existe mata. A cana também está se acabando.

É preciso que haja uma reestruturação nessa região para melhorar a situação como um todo, por meio da diversificação de cultura. Os trabalhadores teriam que viver como assalariados. E aqueles que não puderem viver dessa forma, teriam de ter outra maneira de sobreviver, porque existem milhares de trabalhadores excluídos que não têm salário para viver porque a região já não comporta os assalariados da região, e não têm terra para trabalhar. É preciso que haja uma reestruturação total dessa região.

A Fetap tem proposta para desenvolver essa região, a qual passo à mão do Sr. Presidente desta Comissão. Trata-se de uma proposta global, que propõe mudança, reestruturação de toda região canavieira, não simplesmente de um setor da agroindústria. Sabemos que só melhorando a agroindústria canavieira não resolveremos o problema geral. Há um problema crônico que tem que passar por reestruturação, por mudanças significativas, para que possamos um dia ter condições de continuar vivendo como assalariado ou com uma opção de emprego em outro setor.

A Federação e os trabalhadores confiam que esta Comissão leve propostas, dê sugestões ao Governo, para melhorar a questão do desenvolvimento da região como um todo da zona canavieira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Com a palavra o Sr. Manoel Brandão.

Informo a cada orador que ainda temos 15 pessoas inscritas. Assim, o tempo disponível para cada um é de três minutos na tribuna.

O SR. MANOEL BRANDÃO – Deputado Lula Cabral, que preside esta reunião, Senador Maguito Vilela, Presidente da Comissão, em nome de quem saúdo todos os Parlamentares aqui presentes, Secretários José Arlindo e Gabriel Maciel, do Governo do Estado, meus senhores, minhas senhoras, o Banco do Nordeste, como empresa de desenvolvimento, tem buscado, caros amigos, exercer uma atuação diferenciada na Região Nordeste. E essa atuação se processou a partir de 1995, com a adoção de algumas políticas estruturadoras na atuação do Banco sempre voltadas para o agente produtivo, em especial, para os pequenos empreendedores rural e urbano.

A primeira atuação do Banco diz respeito à criação da figura do agente de desenvolvimento, que é

um profissional do Banco do Nordeste, capacitado, e que atua nas pequenas comunidades rurais, não com o objetivo de fazer crédito, mas com o objetivo de buscar a integração dos diversos elos da cadeia produtiva, buscar as melhores opções de capacitação, de treinamento, organização de associações e cooperativas, enfim, buscar estruturar as atividades econômicas nas pequenas comunidades e, se for necessário, também fará a colocação das linhas de crédito do Banco do Nordeste.

Uma outra atuação do Banco diz respeito ao programa denominado Banco do Nordeste/PNUD, um órgão das Nações Unidas voltado para a capacitação. E nós, aqui, em Pernambuco, executamos dois projetos pilotos na Zona da Mata, um em Catende, e outro, em Timbaúba, envolvendo pequenos produtores, pequenos empreendedores urbanos dentro da ótica de que essas pessoas devem ser, na realidade, protagonistas do seu destino.

Em seu discurso, o Superintendente da Sudene disse que nenhum programa de ação terá sentido se não levar em conta o capital humano. Com este programa, o Banco do Nordeste parte da premissa de que o desenvolvimento só terá efeito se resgatar a figura do homem. O Programa do Banco do Nordeste PNUD busca, pela capacitação, resgatar o homem, dar consciência da importância do seu papel e do seu poder de influenciar o próprio destino.

Outra atuação do banco diz respeito a agências itinerantes. O Banco do Nordeste tem, em todo o Estado de Pernambuco, 19 agências. Nos demais Municípios, criamos uma agência itinerante que funciona uma vez por semana, com o objetivo de evitar que o pequeno produtor se desloque em busca de uma agência, muitas vezes durante o dia inteiro, atrás de uma pequena informação que poderia ser obtida na sede de seu Município.

Finalmente, criamos neste ano o farol do desenvolvimento, ambiência onde as forças vivas de cada comunidade vão discutir o seu destino, descobrir suas potencialidades, suas dificuldades e deficiências. Mais do que isso, de que modo poderão superá-las. Na realidade, ali se discute não só o processo de desenvolvimento do ponto de vista acadêmico, mas questões mais práticas para resolver o que está atravancando o processo de desenvolvimento dessas comunidades.

Enfim, buscamos parcerias, pois entendemos que o banco isoladamente, por mais bem preparados que sejam seus quadros, não poderá executar sua missão de maneira adequada. Essas parcerias foram desenvolvidas a partir da própria liderança dos prefeitos. E aqui saúdo o Dr. Jaime, representante da Famup e Prefeito do Município de Nazaré da Mata. Com essas parcerias, visamos à promoção do desenvolvimento de cada Município, de cada comunidade.

Também fizemos parcerias com o Governo do Estado. Temos inúmeros protocolos que são atuações pontuais do Banco do Nordeste, respeitadas as peculiaridades de cada região, de cada Município.

No início de 1998, o Banco do Nordeste lançou mais um programa, que busca resgatar uma parcela expressiva da comunidade e da sociedade. Refiro-me ao pequeno empreendedor informal, aquele que está na base da pirâmide, que nunca teve acesso a uma agência bancária nem sequer teve condições de possuir talão de cheques. O Banco do Nordeste acessa esse pequeno empreendedor, capacitando-o e levando a capacitação ao seu empreendimento. Em vez de ele procurar o banco, este é que vai procurá-lo. Fazemos operações que partem de R$100,00 até R$ 3.000,00. Atingimos a fatia da população que representa a economia informal, cuja importância na oxigenação das atividades econômicas formais todos nós conhecemos.

Temos tido grande sucesso com esse pequeno empreendedor, que diga-se de passagem tem capacidade de resposta absolutamente elogiável, sob todos os pontos de vista. Tanto que gostaria de destacar alguns números de nossa atuação na Zona da Mata, principal razão de ser desta audiência pública. Em 1998, o banco injetou R$109 milhões na Zona da Mata de Pernambuco, que produziram cerca de 21.756 oportunidades de emprego naquela região. Não me refiro apenas ao emprego formal, mas também à ocupação estável, que permite muitas vezes ao pequeno empreendedor ou ao pequeno produtor rural sair da posição abaixo da linha da pobreza e conseguir emergir, inserindo-se na sociedade produtiva e tendo a dignidade de seu trabalho reconhecida e remunerada.

Finalmente, gostaria de dizer que o Banco, embora banco – entende não ser possível o financiamento isoladamente por não fazer com que essa inserção ocorra.

Em todas as suas operações, em todos os segmentos e localidades deste Estado, o banco alia o recurso financeiro com a necessidade e a oportunidade de capacitação, capacitação esta que se dá nos mais diversos níveis, desde o pequeno empreendedor, muitas vezes analfabeto, até os médios empreendedores. O banco tem dado tanta importância à capacitação quanto aos recursos financeiros que emprestamos no Estado.

Agradeço, em nome de todos os que fazem parte do Banco do Nordeste, a oportunidade de discutir esse assunto, para que possamos refletir sobre essas questões e sobre todos os números e depoimentos que foram e que serão relatados. Mas devemos também daqui sair com algumas medidas, ações que permitam, após a reflexão, de forma amadurecida, trazermos e fazermos chegar à sociedade respostas e propostas a respeito desse assunto tão aflitivo que é a pobreza na Zona da Mata. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Gerson Carneiro Leão.

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, Srs. trabalhadores, cultivadores de cana, senhoras e senhores, a decadência da região da mata, principalmente do cultivador da cana, veio há dez anos, com a alta dos juros bancários nos bancos oficiais. O nosso sindicato representa mais de nove mil associados, e a maioria – 85% – são pequenos parceleiros, pequenos cultivadores de cana – muitos estão presentes.

Pela falta de preço do nosso produto, pelo preço rebaixado nos governos passados, pela falta de crédito, de uma ajuda do Governo para o setor que mais emprega no Nordeste, os cultivadores de cana que já empregaram no passado aproximadamente 80 a 100mil trabalhadores hoje devem estar empregando 30 a 40 mil.

O Governo Collor – como falou o nosso representante Gregório Maranhão – acabou com o IAA, deixando o setor sucroalcooleiro, principalmente do Nordeste, órfão de pai e mãe. Ficamos sem rumo, sem condições; os bancos oficiais aumentaram os seus juros, e até hoje o pequeno agricultor, o pequeno plantador de cana, o parceleiro que tira empréstimo no banco não tem condições de pagá-los, por serem impagáveis.

Portanto, a situação da Zona da Mata é crítica; é de miséria – como disse o Prefeito de Nazaré da Mata, situação de miséria porque os cultivadores de cana não têm condições de dar, de gerar o emprego que geravam antigamente, quando existia a tutela, o IAA, que ajudava o setor contra as intempéries do tempo.

Há uma seca que vem assolando não só a zona norte, como parte da zona sul, a região de Catende, Maraial, Quipapá e adjacências. Por causa dessa seca, o representante da Sudene diz que a quebra é de 60%, mas temos dados segundo os quais ela chega a 75% ou 80% na zona norte do Estado.

Então, queria mais uma vez parabenizar os Deputados da Comissão aqui presentes, principalmente o Deputado de Pernambuco, Eduardo Campos, por ter trazido V. Exª ao nosso Estado, à Zona da Mata, para verem de perto o quadro de miséria em que se encontra o nosso trabalhador, em que se encontram os nossos cultivadores e os fornecedores de cana também. A situação é grave e tende a piorar, se o Governo Federal não tomar algumas providências que já deveriam ser tomadas.

Como disse anteriormente, há dez anos, esse setor vem em decadência, e nada de concreto foi feito para que soerguesse.

Quero dizer a V. Exª que várias experiências já foram feitas para diversificar a Zona da Mata. A seringueira e várias outras experiências já foram feitas, e até agora não foi comprovada uma substituição para a cana-de-açúcar que gere emprego e traga a rentabilidade tanto para o cultivador pequeno, como para o grande.

Há o caso da Usina Catende, que, hoje, é uma demonstração de que o setor tem condições de soerguer. Em Catende — V. Exª estiveram lá —, foi feita uma cooperativa fundada pelo Governo anterior, pelos trabalhadores da indústria e do campo, que está gerando emprego e riqueza na região. Se não fosse essa intervenção do Governo passado *(falha na gravação.)*

(Inaudível) Quero dizer a V. Exª que estamos prontos para gerar mais empregos na nossa cidade, desde que o Governo Federal olhe para o setor e procure ajudar os cultivadores de cana, não dando esmolas, mas ajudando a fazer a agrilcutura. Todos fazem agricultura, havendo subsídio e crédito para todos os setores. Para a cana-de-açúcar, em Pernambuco, no Brasil, não há subsídio.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. – *(Inaudível)* na Comissão Pastoral da Terra.

Sr. Presidente e prezados membros do Congresso Nacional, estou aqui para apresentar ao Senador Vilela um documento da Comissão Pastoral da Terra, no qual colocamos nossa gota de sangue sobre o ato de miséria da Zona da Mata de Pernambuco e também encaminhamos dados e propostas. Hoje, nas cidades da região, ouvimos somente os comentários, propostas, documentos.

Penso que chegou o momento histórico, importante, de repensar o desenvolvimento da região pela chamada Restruturação da Região da Mata. Chegou o momento de passar da irracionalidade para a racionalidade. O sistema da pouca cultura se tornou laten-

te, absurdo e irracional. É urgente uma mudança, é urgente uma reforma agrária, é urgente a participação da população.

Os investimentos dos proprietários, dos usinarias foram grandes, também os subsídios, os incentivos fiscais, mas a miséria é muito grande e, o que é pior, parece que esse sistema de monocultura impediu a criação de uma economia própria, autônoma. A região não tem nenhuma autonomia econômica. Então, parece-me que o quadro é muito grave, e quem sofre mais é a população, os trabalhadores.

É bom lembrar que a população da Zona da Mata conheceu a escravidão, conheceu o cambão e hoje conhece a exclusão. Os bóia-frias, sem emprego, são um nada. Os senhores viram hoje os trabalhadores passando com a esposa, com os filhos, meio amedrontados, naquela procissão. Agora, estão em casa, não são mais nem bóia-frias, são os excluídos.

O professor Nefron Chaves detectou em sua pesquisa o surgimento de uma humanidade nanica. Os senhores se lembram de uma reportagem da revista **Veja**, anos atrás, sobre o homem gabiru. O senhor Severino de Amaragi, trabalhador da Usina Pedrosa, tinha um metro e trinta centímetros de estatura física e oito filhos. Ele não estava doente, normal. Um metro e trinta é a sua estatura, uma humanidade nanica. Esse é o fruto e o quadro de um sistema irracional da monocultura.

A violência se abateu também sobre os trabalhadores nesses últimos. Foram destruídas milhares de casas, lavouras, sítios. Conheço casos de tortura de trabalhadores, por reclamaram seus direitos foram assassinados. Nós da Pastoral, da Diocese de Palmares, tivemos o José assinado. Agente da pastoral da Diocese de Palmares, por incomodar com o seu trabalho pastoral, foi assassinado.

Estão chegando propostas para revitalizar a região, para recuperar a agroindústria, para dar um salto de qualidade nessa região. Elas me preocupam porque são elaboradas sem consultar a população, as organizações dos trabalhadores. Quando se vê propostas de reflorestamento com eucaliptos, de incentivo à produção do álcool., com o pretexto de dar emprego a muita gente. Com esse pretexto, vai-se de novo beneficiar os donos da terra; os antigos beneficiários vão receber novos incentivos, novos subsídios, e a população fica na mesma situação de hoje. Então, preocupa-me essa situação, minha satisfação é ver a Comissão Mista disposta a trabalhar para erradicar a pobreza. Nós temos outras políticas, temos outras propostas: Banco da terra, sede da terra, propostas que pretendem erradicar a pobreza. Acho que é preciso uma postura mais ética e séria com relação a essa situação, em relação à população que vemos hoje na Zona da Mata, de acabar mesmo com a pobreza, de erradicar totalmente a pobreza, não só com o simples alívio da pobreza; reforma agrária para acabar com a pobreza, erradicar de vez a miséria nessa região.

Muito obrigado (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Concedo a palavra ao representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Álcool de Pernambuco.

Volto a afirmar que cada orador tem três minutos, porque a Comissão Parlamentar que aqui se encontra viajará hoje, às 10 horas, para Alagoas, onde inaudível o trabalho. Portanto, é preciso que se use apenas os 3 minutos e, assim, os oradores inscritos terem tempo para falar.

O SR. – Sr. Presidente, agradeço em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e do Álcool, em nome da SDS, sindicato nosso, a oportunidade de podermos fazer um esclarecimento sobre a situação dos trabalhadores do açúcar e do álcool em Pernambuco.

Esta Comissão ao iniciar seus trabalhos, escolheu, diante de tantos nichos de pobreza do nosso País, fazer um trabalho no Estado de Pernambuco. Isso sinaliza que a busca de soluções para diminuir as desigualdades sociais no Brasil passa necessariamente por duas questões principais: garantir emprego e renda para as populações, garantir que o resultado dos impostos comuns da sociedade, a arrecadação tributária seja justa, de acordo com a realidade. Achamos que... distribuindo essa mesma arrecadação, direcionando o País para o desenvolvimento, que gere qualidade de vida e de todos.....

Eu não vou ler o resto do que está aqui. Vou passar á Comissão as propostas do nosso Sindicato, dos trabalhadores da indústria.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu já vi esse filme. Em 95, quando nós estávamos à frente do Sindicato dos Trabalhadores, tivemos uma reunião para resolver a questão da Zona da Mata. Nosso sindicato fazia parte dessa comissão. Depois houve uma reunião da Assembléia Legislativa de Pernambuco, lá em Palmares, para discutir a questão dos trabalhadores. E por aí vai, de comissão em comissão. Nós, trabalhadores rurais, trabalhadores das indústria, estamos cansados e esperamos que desta vez esta Comissão funcione, trabalhe e traga para o povo de Pernambuco e para o povo brasileiro uma solução. Isso porque vai chegar o dia em que não estaremos discu-

tindo a questão do trabalhador porque não vai existir mais trabalhador. Para que os senhores tenham uma idéia, de 89 para cá, foram fechadas vinte usinas em Pernambuco. Eu estou vendo ali escrito: "O mel da cana é doce, mas a nossa vida é amarga. Nós não somos contra a reforma agrária. Nós somos a favor da reforma agrária. Indago: onde é que nós, trabalhadores da indústria, vamos ficar? Desculpem-me, não estou querendo desmerecer a Comissão; muito pelo contrário, estou muito satisfeito com o convite que recebi. Sei que a Comissão é de qualidade e, com a ajuda dos trabalhadores, da sociedade, do grupo organizado, vai dar uma resposta aos pernambucanos. Por enquanto, quero dizer que nós, trabalhadores, não agüentamos mais. É preciso que esta Comissão aja de imediato, aja para ontem, porque senão, V. Exªs não precisarão voltar aqui, porque se o fizerem não encontrarão nenhum trabalhador no setor açucareiro de Pernambuco.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Com a palavra o Sr. José Jorge Péres.

O SR. JOSÉ JORGE PÉRES – Deputado Aldir Cabral, Senador Maguito Vilela, Senadora Marina Silva, demais membros da Comissão Mista, Srs. Deputados, lideranças empresariais, dirigentes sindicais, autoridades, creio que o momento é bastante oportuno para levantar as questões da miséria, da pobreza, da fome. A Comissão teve a oportunidade de presenciar esse quadro na Zona da Mata, mas teve a oportunidade também de ver uma resistência dos trabalhadores contra esse quadro. O exemplo da Usina, citado aqui, deve ser bastante lembrado como uma resistência dos trabalhadores. Eles não se entregam. Porém, dentro da situação toda, é importante que se registre – é em nome da Central Única dos Trabalhadores que quero fazê-lo – que esse quadro, que se agrava a cada dia, é acompanhado de um fato que é causado, curiosamente, também pelo distanciamento, cada vez maior, do Estado, do povo brasileiro, da sociedade.

V. Exªs tiveram oportunidade de conhecer não simplesmente a miséria, mas também a completa ausência do Estado e da ação do Governo nessas regiões. Essa é uma das questões mais importantes que levantar ao realizar o trabalho da erradicação da miséria e da fome. V. Exªs que estão aqui representando o Congresso Nacional têm uma tarefa importantíssima ao levantar esse quadro, ao conhecer as experiências de resistência, que á de sacudir o Congresso e retomar uma discussão que a sociedade já está fazendo, isto é, que já não é possível continuar essa política econômico-financeira do país. Não é possível erradicar a miséria e a pobreza com essa política. (Palmas) Não é possível construir uma nação com essa política.

Um dado que estamos levantando agora, que é bastante significativo, é o da ausência do Estado além da ação dessa política destruidora do Estado. Na história de Pernambuco, da reforma agrária, foram assentados cerca de 9 mil trabalhadores. Nos últimos anos, na região da Zona da Mata, no setor canavieiro 150 mil empregos foram destruídos. Esse é o exemplo mais concreto da ausência do Estado. Precisamos reconstruir o Estado, e a política que está sendo adotada é a de destruição do Estado, de distanciamento do Estado da sociedade, daqueles que mais precisam do Estado, que é o trabalhador pobre, que é o excluído, que é o trabalhador desempregado.

Então, faço este registro: entre todas as denúncias, a experiência que V. Exªs presenciaram, não só aqui mas também em outros Estados, mostra um quadro que existe no Brasil todo. É preciso sacudir este país, recompor a nação. É preciso trazer o Governo para dentro do país e fazer com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso governar para o povo brasileiro. Nós precisamos de um governo para esse povo reconstruir a Nação, reconstruir o País, que foi destruído nos últimos anos.

Espero que a Comissão consiga retratar esses fatos e sacudir o Congresso Nacional com essa discussão.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Convido o Sr. Sinésio Araújo e o Sr. José Amaro da Costa, Presidente da Associação Terra Prometida, que irá apresentar um dossiê como Projeto de Combate à Miséria e à Pobreza. Ambos são da cidade de Sirinhaém.

O SR. SINÉSIO ARAÚJO – Primeiro, quero dizer que é uma grande satisfação, uma grande alegria estar aqui, mas é também uma grande decepção. Alegria por ver os senhores, pessoas de renome na política nacional, estarem aqui no nosso Estado pata tentar resolver o problema que aflige a Zona da Mata. Minha decepção se deve ao fato de que, na cidade de Sirinhaém, tínhamos uma área de 14 hectares, a qual doamos para os trabalhadores plantarem. Estão aqui o Presidente da Associação Terra Prometida e o fruto do trabalho desses camponeses na terra a atestar isso. Aqueles 14 hectares matam a fome de 60 famílias, o que, somando, dá um total de mais de 300 pes-

soas. Trata-se, pois, de uma experiência de combate à miséria e à pobreza em Sirinhaém.

Ocorre que, ultimamente, o Prefeito do município, o Sr. Ildo Marques está querendo construir um matadouro nessa região que produz alimentos. Vejam bem: o Município de Sirinhaém é tão grande, com tanta terra, e ele escolhe justamente essa área de educação agrária, uma experiência que está dando certo, está matando a fome do povo.

Estamos com uma pendência na Justiça; está aqui o dossiê. Ele entrou na Justiça, e estamos respondendo.

Faço um pedido aqui ao Presidente da Comissão, Senador Maguito Vilela, que mande um fax para o Juiz para que ele não autorize o Prefeito a construir esse matadouro lá. Eu peço até pelo amor de Deus! Que ele construa esse matadouro em outro local do Município de Sirinhaém. Está aqui o fruto da terra e o Presidente da Associação Terra Prometida.

Outra coisa que quero dizer é que Sirinhaém é um município onde o povo é muito perseguido, tanto os pescadores como os trabalhadores. É muito difícil trabalhar em Sirinhaém. A Usina Trapiche está querendo expulsar os pescadores dos manguezais. Se essas pessoas forem expulsas de lá, irão passar fome. É outra denúncia que faço; está aqui o dossiê de parte dos pescadores que também querem seus empregos.

Peço, pois, a interferência desta Comissão, Senador Maguito Vilela, no sentido de que envie um fax para o Juiz para que ele não autorize a construção desse matadouro. Se ele fizer isso, esse matadouro vai matar é a experiência de combate à fome e à miséria. Peço encarecidamente.

Está aqui o Presidente da Associação a quem passo a palavra para que nos fale a respeito por pelo menos um minuto.

O SR. JOSÉ AMARO DA COSTA – Peço encarecidamente aos Srs. Deputados e Senadores, como Presidente da Associação Terra Prometida, um apoio e solidariedade a esse apelo faço: enviem esses documentos ao Promotor do Município de Sirinhaém, para que esse caso não aconteça, para que aquelas famílias não passem fome. Como aquela área que os Franciscanos nos doaram no Município de Sirinhaém não se encontra outra igual na região para a agricultura.

Então, como o companheiro..... que a Comissão pudesse ter chegado lá e visitado a área para ver o povo do município. Os que foram expulsos dos engenhos, hoje, não têm onde plantar. Só os Franciscanos tiveram dó desse povo sofrido e carente, doando suas terras. Há dez anos plantamos nelas, e, hoje, um prefeito decide fazer uma calamidade dessas, uma injustiça contra os trabalhadores rurais. É preciso que a gente tenha um programa, a consciência de que devemos tomar essa providência. Eu também faço parte do sindicato, represento os trabalhadores rurais. Só estou conseguindo porque sou lutador e defensor dos trabalhadores rurais. (Palmas) Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Com a palavra o Sr. Antonio Nascimento Filho, Secretário Regional do Conselho Pastoral dos Pescadores.

O SR. ANTONIO NASCIMENTO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. empresários, trabalhadores, companheiros de luta, defensores dos oprimidos aqui no Estado de Pernambuco, em nome do Conselho Pastoral dos Pescadores, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Conselho este que completa este ano 30 anos de luta, de solidariedade e de compromisso com os pescadores, essa classe que, não de agora, mas há 500 anos, vem sofrendo a opressão no Brasil; pescadores que têm como ancestrais os índios e vêm sofrendo, nesses 500 anos, opressão e humilhação das mais variadas e não foram incluídos nos projetos de desenvolvimento desta nação, e não estão sendo incluídos ainda hoje.

Nós temos aqui um dossiê que apresenta a situação dos pescadores das ilhas, pescadores, pescadoras, trabalhadores e agricultores que moram nessas ilhas há mais 40 anos e, a partir de janeiro de 1998, vêm sendo ameaçados pela instituição Trapiche, de um grupo de Alagoas. Estão sendo ameaçados de extinção, sendo humilhados e perseguidos desde o ano passado.

Nós, do Conselho Nacional dos Pescadores, atentos aos anseios e às necessidades desses trabalhadores, pescadores e pescadoras, estamos colocados junto a eles, nos dispondo, como é obrigação de quem se diz cristão, obrigação dos que assumem a causa do Cristo, a lutar por esses que ainda hoje estão sendo crucificados – crucificados no campo, no sertão, no agreste e no litoral.

Gostaríamos de entregar esse dossiê como resultado da denúncia, resultado de uma perspectiva inclusive para que esses trabalhadores continuem ali – são terras de marinha – e continuem pescando, continuem plantando, continuem existindo, acima de tudo.

Como disse o companheiro que me antecedeu há uns minutos, daqui a alguns dias não teremos

mais trabalhadores, não teremos mais gente para criarmos condições de vida para esse povo.

Espero que esta Comissão esteja disposta a mudar a face desse Nordeste tão sofrido, para que aqui não se fale mais apenas nos versos do saudoso João Cabral de Melo Neto, que dizia que trabalhador só ganha terra quando morre. (...) Para que essa terra seja dividida ainda em vida aos trabalhadores, não na morte; para que essa terra seja mãe verdadeira desse povo, seja irmã, seja companheira; para que essa terra seja vista não apenas como fonte de luta, de exploração, mas de vida e compromisso, de fraternidade e existência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato da Indústrias do Açúcar e do Álcool, Sr. José Canofo Queiroz Melo.

O SR. JOSÉ CANOFO QUEIROZ MELO – Exmº Sr. Deputado, Presidente desta Assembléia, desta audiência pública; Senador Maguito Vilela, Presidente da Comissão; Sr. Secretário e demais autoridades aqui presentes, ... de cana, trabalhadores ....., na região da mata... e falar em cana é falar do povo. Quem trabalha com cana obrigatoriamente trabalha com muita gente. E isso tem levado Pernambuco e o povo de Pernambuco, em 14 anos, a ver reduzir a sua safra de 26 milhões de toneladas para 12 milhões, a ver reduzir enormemente a oferta de mão-de-obra nessa região. Uma região que agregava não somente o povo da Zona da Mata, mas o povo do Agreste e parte do povo do Sertão, na safra, para cortar cana.

Isso teve um reflexo enorme na região, não só na Zona da Mata mas em todas as regiões, inclusive na Zona Metropolitana, aumentando a insegurança, o desemprego, a miséria e a fome. Tudo isso em função de vários fatores. A seca foi um deles, mas o Nordeste açucareiro sempre teve uma vocação atlântica, uma vocação de exportação. Produzimos mais do que consumimos, então temos que exportar. Desde o início da colonização o açúcar foi um produto de exportação, uma **commodity.**

E temos enfrentado, no mundo inteiro, enorme dificuldade para vender o nosso açúcar. As barreiras tarifárias são verdadeiras dificuldades para atingirmos o mercado onde tentamos vender o produto. No mercado americano, infelizmente, existem cotas, que a cada ano são reduzidas. Ao mercado europeu infelizmente não temos acesso em hipótese alguma. Ao contrário, a Europa, além de produzir, exporta. No Mercosul, é visível na imprensa que o açúcar é uma exceção na pauta comercial. O Pacto Andino também não dá espaço ao produto brasileiro.

Resta-nos então o quê? Restam-nos a África, a Rússia e alguns países no Oriente. Isso leva a uma dificuldade enorme para obter resultado para o produto. Alguns anos atrás, a minha empresa exportou um barco de açúcar para o Sri Lanka, açúcar branco. E o exportador, o comprador era um empresário na Alemanha e, por acaso, ele me convidou a visitá-lo. Eu estava lá e fui visitá-lo. E vendi esse barco por US$200. Cheguei lá e perguntei quanto custava uma tonelada de açúcar lá. E ele respondeu que eles pagavam US$819 a tonelada. E ele perguntou: "Por que você não trouxe esse açúcar para cá e não para o Sri Lanka? Aqui temos os nossos agricultores no campo. É por isso que moro nesta casa e durmo com a janela aberta." E eu disse: "E nós, lá?" Ele disse: "Vocês são pobres e vão continuar sendo por muitos anos."

Então existem, por trás da dificuldade do negócio em si, várias barreiras nos países adiantados, nos países desenvolvidos; o chamado Primeiro Mundo protege, de uma maneira cruel para nós, os seus agricultores. Nós temos dificuldade enorme de continuar a atividade, porque a globalização nos leva a isso.

Estou dizendo isso aqui porque em três minutos não dá para falar o que eu queria falar. Como, na democracia, tudo passa pelo Congresso, estou dando apenas um exemplo de por que isso é importante. As negociações nas rodadas da OMC são importantes para preservar não só o açúcar, mas inúmeros outros produtos que agregam mão-de-obra para poder competir nesse mercado dito globalizado. Temos visto o Governo dar proteção ao Mercosul. A nossa vocação é o Atlântico Norte. No Nordeste sempre a tivemos. Então, a nossa vocação seria qual..... *Intervenção fora do microfone* dizendo que tinha uma missão de implantar o Bolsa-Escola em Pernambuco. E hoje nós temos 72 mil alunos. Isso é muito bom, mas tem que ser melhor, porque a sociedade é dinâmica. A sociedade cobra. Esse programa tem um alcance muito grande, pode ajudar, e muito, na erradicação da miséria e do analfabetismo, porque país nenhum vai para frente com analfabetismo. Temos que realizar parcerias (Inaudível) uma parceria grande. Eles acreditam que temos como recuperá-la. Não ser a salvação da miséria, mas podemos ser uma parte da solução, não toda. Mas estamos dispostos a ajudar a Comissão aqui e trazer... (Inaudível. Fora do microfone.)

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Prezado Presidente desta Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Presidente Maguito

Vilela, Senador que preside a Comissão Mista que examina as causas da pobreza e as possíveis soluções, Senadora Marina da Silva, gostaria de cumprimentar a todos os Senadores, Deputados Federais e Estaduais presentes, e a todos aqueles que nos transmitiram informações tão importantes, mudando o diagnóstico da nossa Comissão a respeito do que é a situação de pobreza e propondo soluções para resgatarmos o direito à cidadania de todos os brasileiros deste Estado e do Brasil.

Foi muito importante a proposição da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Eduardo Campos de estarmos percorrendo o Nordeste, colocando os pés no chão do interior de Pernambuco, na Zona da Mata. Amanhã estaremos percorrendo Alagoas e, depois de amanhã, o Ceará.

Mas tivemos hoje a possibilidade de sentir nos Municípios de (Inaudível), Escada, Água Preta, algumas coisas fundamentais. Como, por exemplo, pessoas que receberam incentivos fiscais e creditícios por longos anos, para investirem em suas enormes usinas de açúcar e de álcool, e, de repente, tudo isso se transformou em sucata, ficando os trabalhadores daquela região e de outras usinas em uma condição extremamente difícil e precária.

Como foi importante para nós vermos ali justamente a possibilidade de esperança, porque trabalhadores resolveram se organizar e ponderar junto à Justiça que teriam condição de, num extraordinário esforço, inclusive administrativo, mas com o apoio da sociedade e sobretudo deles mesmos, poder formar uma companhia agrícola. Baseados sobretudo no seu próprio esforço, no esforço cooperativo, mostraram ser possível dar continuidade, evitando que aquela usina se transformasse também em sucata.

Tivemos, ao visitar o povoado de Água Preta, a oportunidade de ver famílias, crianças, pessoas em alto grau de miséria, de pobreza absoluta, totalmente inaceitável ao final deste século. Tenho impressão de que, se fôssemos uma comissão visitando há 110 ou 120 anos o Nordeste brasileiro, ainda com a presença ou a existência da escravidão, talvez não tivéssemos visto cenas tão degradantes quanto hoje. E conforme nos alertou o Superintendente da Sudene, Marcos Formiga, e a mensagem de Celso Furtado a ele por ocasião de sua posse, nós temos que entrar no Século XXI com o senso de urgência de que nos falou Celso Furtado e, efetivamente, dar direito a todos de não sofrerem fome, dar direito a todos para que partilhem da riqueza desta Nação.

As experiências que nós observamos e sobre as quais o Secretário de Governo, José (?) , nos falou e também agora o representante do Sindicato (?), relativamente ao Programa de Erradicação da Pobreza, das formas de bolsa-escola, nos diz que este pode se o caminho. Mas um dos depoimentos aqui nos chamou atenção, porque ao mencionar que esta compensação é boa, mas deveria ser uma compensação em relação ao que as famílias já recebem, e de repente passaram a receber apenas esta compensação. Não era para ser bem assim. E isto faz lembrar uma das análises importantes sobre os diversos aspectos da lei da pobreza, eu me refiro às leis de assistência aos pobres, quando o próprio Karl Marx, em "O Capital", observando um período de vinte anos na Grã-Bretenha – com aquela lei de assistência aos pobres e com a remuneração que recebiam – constatou que o grau de remuneração naquela fase passou a ser tão grave e a crise aumentou de tal maneira, que com a soma dos dois a remuneração que era dada fazia com que as pessoas mal conseguissem vegetar.

Então, eu que tenho proposto, desde 1.991 que se garanta a todas as pessoas do Brasil o direito a uma renda mínima, venho lhes dizer, sobretudo aos meus colegas do Congresso Nacional aqui presentes, aos Deputados e aos representantes de todas as entidades, que nós precisamos pensar realmente em ter um desenho que seja de programa de bolsa-escola, de Renda Mínima associada à educação, um programa que garanta a possibilidade de todos terem o suficiente para suas necessidades vitais para se desenvolver, mas que seja um desenho tal que sempre permita o progresso, que haja o estímulo para as pessoas estarem trabalhando, que haja meios de se evitar determinadas armadilhas da pobreza, armadilhas do desemprego. Que sempre haja a preocupação, sim, de as crianças estarem numa escola, de erradicar o trabalho infantil. E é até importante para o mercado de trabalho que as crianças indo à escola e não mais estando no mercado de trabalho, se aumente a demanda por trabalhadores adultos no mercado de trabalho. Mas é preciso que isso se dê de maneira a garantir progresso, a melhoria das oportunidades de emprego, melhoria da distribuição e o direito à vida de todos. E não é fácil chegarmos a isso.

Eu mesmo, Presidente Maguito Vilela, tenho sempre perguntado a cada um dos economistas que têm ido lá na Comissão qual seria o melhor desenho. E poucos têm se debruçado sobre esta reflexão, mesmo aqueles que no Governo propuseram caminhos nessa direção. Mas eu acho que é nossa responsabilidade, sim, pensarmos a respeito.

Agora, gostaria de dizer, assim, olho no olho, aos empresário que aqui nos colocaram as suas pro-

posições. Nós, como brasileiros, temos que ter uma preocupação. Temos uma história em que se tentava estimular o crescimento da economia e das oportunidades de emprego, quase sempre, pelas mãos, em primeiro lugar, daqueles que detém grandes recursos e patrimônios. Não é apenas uma coisa dos anos 90, 80, 70, 60, 50 ou 40. Podemos ir lá para trás. Tão interessante é o que o historiador Eduardo Bueno escreveu, rememorando a História das capitanias hereditárias, que, quando D. Manoel escolheu 12 amigos ou pessoas para homenagear distribuindo a cada um uma área superior à de Portugal – de 1530 a 1550 foi o período das capitanias hereditárias e aos capitães do Brasil foram designadas áreas extraordinárias – as pessoas tinham que ter recursos de pelo menos 40 mil cruzados, na época o suficiente para comprar um navio e colocar pelo menos 200 pessoas com comida, mantimentos. Sabemos que não deu muito certo, salvo justamente aqui em Pernambuco, que foi um dos lugares onde até houve progresso. Mas em muitos outros não houve.

Será que essa história de estarmos procurando dinamizar a economia pelas mãos daqueles que detém grande patrimônio, será que, do ponto de vista até dos empresários, é o mais saudável e o mais justo? Será que não é hora de revertermos esse procedimento e procurarmos canalizar, em primeiro lugar, recursos da sociedade para aqueles que pouco ou nada têm? E canalizarmos e seguirmos, já, a orientação de um economista nascido na Paraíba, o Sr. Celso Furtado? Houve pessoas como o Sr. Nelson Borges que já identificou que, justamente na zona da mata, houve uma civilização de pessoas com apenas 1,20m. Será que não é a hora de pensarmos, então, em como garantir que cada pessoa tenha o direito inalienável de ter um mínimo de renda e ter uma participação nas decisões de como é feita a produção? Não é hora de acelerarmos a reforma agrária, estimulando as formas cooperativas de produção e tentarmos desenvolver os microcréditos.

Gostaria de transmitir que perguntei ao Banco do Nordeste do Brasil como estava o microcrédito. Fui informado de que na Convenção de 1998 houve um novo empreendimento, um novo esforço, sim, importante – R$70 milhões já foram destinados num total de quanto? Três bilhões e 200 milhões desembolsados pelo Banco do Nordeste do Brasil. É um pequeno primeiro passo – R$70 milhões para o microcrédito. No BNDES também estão dando os primeiros pequenos passos na direção do microcrédito.

Sr. Presidente Maguito Vilela, eu gostaria de dizer que esse é um dos principais capítulos da nossa Comissão. Gostaria de transmitir que quero até me dispor, Sr. Presidente, a vir aqui um dia para discutir em profundidade qual é o melhor desenho para um programa de garantia de renda mínima. Disponho-me a vir aqui, gostaria de lhes dizer tantas histórias que me fazem sentir que mais e mais estou convencido a amadurecer o meu pensamento de que será o caso de iniciarmos o Século XXI com o Brasil à frente, dentre todas as nações que irão garantir a todos os 160 milhões e poucos de brasileiros uma renda mínima de tal forma que a ninguém será negado o direito de participar da riqueza de nosso Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira, Deputado Federal pelo Estado do Maranhão.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, através de quem saúdo todas as pessoas que estão aqui presentes na Comissão, Senador Maguito Vilela, meus Colegas de Comissão, fiz uma extraordinária força para participar desta Comissão. Exercendo meu segundo mandato, já que o primeiro sacrifiquei para ser Secretário de Educação do meu Estado, vi nesta comissão muito menos que uma projeção política, mas muito mais uma satisfação pessoal de devolver para o povo e tornar claro o fato diante da.....político que consegue se emocionar diante da pobreza e das dificuldades por que passam milhares de cidadãos no Brasil, no Nordeste e no meu Estado, Maranhão.

Mas venho com a consciência extremamente clara de não podermos gerar expectativas que sejam superiores à nossa capacidade de resposta.

Prezado amigo Eduardo, vim aqui nesta viagem ?? um pouco pelas longas conversas que temos no plenário da Câmara. Mas há algo que preciso dizer: este ??? de que nos fala o Senador Eduardo Suplicy, essa sua luta incessante ??? para que possamos entrar no próximo século com uma proposta mais clara capaz de reduzir essa diferença que existe entre determinados cidadãos brasileiros. Enquanto ele não vem, creio que temos em mãos alguns instrumentos que podem ser colocados em prática. Quando ouço uma pessoa do Governo – e aqui ouvi com toda atenção o Superintendente do Banco do Nordeste falando sobre as ações do banco, quando vejo na Comissão o pessoal da Secretaria de Ação Social do Governo e outras entidades governamentais, fico me perguntando: Meu Deus, por que se tem tantos instrumentos à mão e não se avança? É preciso que cada administrador público saiba que o importante nessa questão é fazer o que se deve e não o que se pode.

Hoje, encontrei uma menina de 14 anos na primeira série do primeiro grau. Ela vai chegar à 8ª série com 26 anos, porque no Brasil, ao invés de oito anos, se conclui o primeiro grau com 12 anos. Olhei para o prefeito e quis perguntar: Prefeito, isto está a seu alcance, isto pode ser combatido imediatamente. Por que não fazer? Por que esperar sempre que o Fundef venha do Governo Federal para resolver todas as questões educacionais? Onde está a nossa participação? E onde está nossa consciência de somar esforços no sentido de resolver o problema que é crucial e que permeia todos os outros problemas? Não posso aceitar – graças a Deus minha cabeça evoluiu – que se culpem apenas os empresários pela falência dos diversos modelos econômicos que tivemos no Nordeste. Ou será que eles não têm também as mesmas dificuldades que os trabalhadores têm? Será que não são circunstâncias macroeconômicas que determinam que o produto brasileiro não tenha mercado? Ou será que vão exigir que abramos um guarda-chuva diante de uma trovoada, de um endividamento, de uma política de juros que não permite que o Governo brasileiro, por melhores que sejam suas intenções, de colocar um pouco mais de dinheiro na educação e na saúde? Será que esse nó do nosso endividamento externo e interno não precisa ser combatido no mesmo momento em que buscamos o melhor desenho de combate à pobreza?

Creio que esta Comissão tem uma importância fundamental não pelo que ela pode fazer. Creio que, nesta Casa, muitos discursos foram feitos adotando o mesmo tom que hoje ouvimos aqui. E muitos se perderam rio Capibaribe. Não importa. Foram idéias, foram intenções que se perderam. O importante desta Comissão é que ela é a síntese do sentimento nacional que não dá mais para conviver com tanta pobreza e com tanta desigualdade social. Esta talvez seja a tarefa mais importante, e eu quero deixar aqui um recado: enquanto se busca o desenho, se todos os homens públicos, administradores, usarem os programas que o Governo Federal tem e os aplicarem corretamente em benefício das pessoas, tenho absoluta certeza de que essa espera será gratificante, será uma espera que vai ajudar a combater minimamente uma série de questões, que não combatemos porque, muitas vezes, os homens públicos fazem o que podem, mas não fazem o que devem. Essa é a questão. Vamos aproveitar esses programas todos que tem o Governo Federal e os governos estaduais, vamos aplicá-los corretamente para que eles possam trazer conseqüências. A espera será muito mais agradável para nossa consciência de homens públicos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Com a palavra o Deputado José Chaves.

O SR. JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente da Assembléia, Presidente da nossa Comissão de Combate à Pobreza, Senador Maguito Vilela, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Deputados Estaduais, representante do nosso Governo, José Arlindo, representante do Banco do Nordeste, representantes dos diversos sindicatos, associações patronais e de empregados, minhas senhoras e meus senhores, serei breve porque o tempo exige. Queria fazer apenas duas colocações, talvez repetindo um pouco o que falei hoje em Água Preta.

É um momento de extrema gratificação para aqueles que fazem a vida pública com espírito público participarem de uma Comissão de Combate à Pobreza. Para mim, tem sido de extrema gratificação, assim como, tenho certeza, para todos. Não digo que é a maior comissão, mas talvez o assunto mais importante dentro do Congresso hoje seja o combate à miséria, que afeta, certamente, um terço da nossa população. Não é a pobreza, mas sim a fome que envergonha toda a elite dirigente do País, seja política, seja econômica, são as lideranças que realmente detêm o poder.

Do alto de minha satisfação de participar desta Comissão, gostaria de dizer, com absoluta certeza, que ela é suprapartidária. Isso é algo que pretendo pregar sempre, todo dia, o dia todo. Esta Comissão junta um requerimento do nobre companheiro Eduardo Campos, com a Deputada Erundina, com o apoio de todos nós, para iniciar visita numa das regiões mais difíceis do nosso País, a grande Zona da Mata, de 500 anos de monocultura, porque ali está estabelecido, talvez, o maior bolsão de pobreza, senão o maior, um dos maiores. Mas quero dizer que esse requerimento é aprovado imediatamente. A Comissão se dá as mãos; é o PT, o PSB, o PSDB, o PFL, o PTB, o PDT de Alceu Collares, o PFL do ex-Governador da Bahia, o PMBD do nosso grande Presidente Maguito Vilela, o meu PMDB. Estamos todos juntos na certeza absoluta de que a vida sempre tem partido e posições. Não existe política sem ideologias, sem partidos. Essa ingenuidade, eu não terei.

Mas este momento que o País atravessa, em que baixa sua cabeça para a sua vergonha maior, que é a fome e a miséria que assola um terço da população, temos que ter a competência e o desprendimento de chamar esta Comissão de suprapartidária, porque a causa é maior. A fome é maior que as nossas divergências de âmbito partidário, político e, diria, ideológico. Não acredito numa solução ideológica

para resolver a questão da fome. Senador Eduardo Suplicy, olhando olho a olho, não acredito que em todo esse tempo tivemos somente a riqueza na mão dos poderosos. A riqueza circulou pelo Estado, Estado patronal, Estado incompetente que não soube gerar a riqueza em favor da maioria. A riqueza circulou em parte pela maioria privilegiada que não pagou os impostos, não pagou os empréstimos, e muitos desses casos são meramente casos de polícia. E o povo? Foram lhes passado os recursos? Certamente que não. Haveremos de encontrar uma solução, Senador. Haveremos de encontrar um caminho no qual o povo esteja em primeiro lugar. Não temos o privilégio, e nem aceito de ninguém a patente de que tem um caminho certo. O caminho certo é uma posição ideológica já pressuposta.

Vamos discutir, tratar esta Comissão no âmbito maior, na certeza absoluta de que, com o apelo do povo, teremos a solução para a fome. É preciso ter a coragem, desta tribuna, dizer que não temos soluções messiânicas. Não existe Messias aqui, nem o Presidente, nem Senador, nem Deputado, nem o Presidente da Associação do Sindicato, nem da Pastoral; nenhum desses tem solução messiânica aqui. A solução se dará com trabalho, com a maioria, uma política de maioria, jamais para beneficiar uma minoria. Com trabalho produtivo; é preciso que o Estado volte a fiscalizar, a participar, mas jamais que o Estado volte a produzir o que ele mostrou no decorrer do tempo, no nosso País e fora dele, que não foi a melhor política para a população.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, na certeza absoluta de que cumpro a minha obrigação. Quero fazer um apelo ao Presidente da nossa Comissão, ex-Governador e Senador, que tão bem a conduz, que continue democraticamente com o pulso firme em favor da maioria, para que, dentro de pouco tempo, tenhamos realmente um documento político – porque a solução é política, ninguém se iluda.

Vemos aqueles trabalhadores reclamando, com justa razão, da posição de miséria em que se encontram. Mas tenho certeza, Sr. Presidente, de que, com sua mão firme e forte, e sobretudo democrática, vamos continuar a discutir, a fim de entregarmos ao Governo uma posição política da Câmara e do Senado. Juntos, no Congresso Nacional, vamos insistir numa solução para a pobreza que envergonha a nossa elite, a nossa elite político-econômica. O povo nos chamou, o povo é a consequência responsável pelo..... Vamos procurar uma saída acima dos partidos e acima das questões ideológicas.....

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Com a palavra o nobre Deputado Euler Morais, de Goiás.....

O SR. EULER MORAIS – Nobre Deputado Lula Cabral, Presidente desta sessão; meus cumprimentos ao Senador Maguito Vilela, Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional; à nossa Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão; meus cumprimentos a todos os demais integrantes desta Comissão, Deputadas e Deputados; Deputados Estaduais; Prefeitos; Lideranças empresariais, de trabalhadores, enfim, aos mais diversos segmentos da sociedade organizados neste Estado.

A minha primeira palavra é de cumprimento a Pernambuco, por ter o privilégio de ter três Deputados Federais compondo esta Comissão especial nas pessoas do Deputado Eduardo Campos, José Charles e Salatiel Carvalho; em segundo lugar pela iniciativa tanto do Deputado Eduardo Campos quanto da Deputada Luiza Erundina no sentido de solicitar à nossa comissão que pudesse vir, hoje, aqui para conhecer mais de perto a realidade da fome, da miséria e da pobreza, que, infelizmente, não é uma realidade apenas em Pernambuco, mas em todo Brasil.

E quando falamos em pobreza, não estamos falando apenas de falta de recursos financeiros ou materiais; estamos falando da coisa mais valiosa que existe sobre a face da terra: o ser humano – o jovem, a mulher, o homem, o idoso, o deficiente.

Cinqüenta e quatro milhões de brasileiros são considerados pobres abaixo da linha da pobreza. Isso é um tremendo desafio para todos nós. E, hoje, não é apenas o Congresso Nacional, não é apenas as instituições nacionais mas o mundo todo, FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, o próprio papa e tantas outras autoridades e presidentes de vários países estão falando na necessidade, no final deste milênio e deste século, de não corrermos, não nos intimidarmos, mas nos defrontarmos com essa dura realidade que é a fome e a pobreza em todo mundo, especialmente nos países mais pobres e em desenvolvimento, como é o caso do nosso País, o Brasil, o pior em distribuição de renda em todo mundo. Um País com tanto potencial, com tantos recursos naturais e o segundo maior importador de alimentos do mundo.

Portanto, esta Comissão tem uma responsabilidade histórica, não apenas daqui a alguns dias de apresentar um relatório e considerar a sua missão cumprida. Não, temos que ser perseverantes, determinados obstinados para não nos acostumarmos à vergonha de andarmos pelas ruas das nossas cida-

des e vermos crianças dormindo na sarjeta, pessoas como se não fossem serem humanos.

Portanto, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Maguito Vilela, estou feliz por ter sido desafiado a participar desta Comissão, tendo como Presidente V. Exª, um ex-Governador de Goiás, que mostrou para o Brasil que, quando há decisão política, é possível acabar com a fome, como fez em Goiás. Quando vejo uma senadora como a Senadora Marina, forjada lá nas seringais do Acre, que é realmente guerreira, mostrando a determinação em conduzir essa luta; quando vejo um senador como Suplicy, já há 10 ou 11 anos, defendendo que este País precisa, no mínimo, de assegurar uma renda básica para que o cidadão tenha uma vida condigna.

Digo aos senhores, ao lembrar que, amanhã, dia 12 de outubro, celebramos o Dia da Criança, que, no dia 16, celebraremos o Dia Mundial da Alimentação.

Recordo-me, quando fiz uma visita, em Atlanta, ao Museu em memória de Martin Luther King, do seu famoso discurso "I have a dream" – Eu tenho um sonho.

Posso dizer hoje, nesta primeira visita à Comissão Especial fora de Brasília, depois de termos ouvido tantas autoridades e de reconhecermos basicamente o diagnóstico, as causas principais da pobreza, da miséria, da fome neste nosso País, que muitas propostas, certamente, estarão no relatório desta Comissão. Posso dizer: eu tenho um sonho de ver que as crianças, amanhã, terão o seu dia comemorado. Se Deus quiser, daqui a 10 anos, elas poderão dizer: "eu vivo num país onde não há mais fome, onde tenho oportunidade de acesso à escola, eu tenho futuro". Espero, realmente, viver esse tempo de pensar que, no Brasil, não temos brasileiros morrendo de fome, como se fosse algo natural.

Por isso, Sr. Presidente da nossa Comissão, desta reunião, a hora é de perseverança, é de determinação. Creio que o nosso trabalho está apenas começando, e não vamos nos contentar em ver apenas um documento. Temos que ter o compromisso de todos: Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, sociedade civil organizada, indignada, incomodada, diante da miséria e da fome neste País, até que possamos ver realmente um país que todos sonhamos, com mais dignidade e com sentimento ao ser humano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à nobre Deputada do Rio de Janeiro.

A SRA. ( ) – Nobre Deputado (?), companheiro de partido do PFL; Sr. Presidente Maguito Vilela; Senadora Marina Silva, não só autora do requerimento da formação desta Comissão, mas, sem dúvida, como disse o Deputado Euler, uma guerreira das causas populares em defesa do trabalhador brasileiro; Eduardo, esse pernambucano que nos mostrou a outra parte do Brasil; Erundina, autora desse requerimento; amigos que, hoje, na Assembléia, esperam uma resposta desses Deputados que compõem a CPI, não sei se seremos capazes de dar alguma resposta. Eu diria que o Secretário do Desenvolvimento Social da cidade do Rio de Janeiro, talvez, lá, não tenhamos problemas iguais aos dos senhores, mas temos muito parecidos.

Temos, na cidade do Rio de Janeiro, 680 favelas. Temos também problemas de trabalho infantil. Lá também as crianças sofrem, o que os senhores vão ver.

Essa não é uma realidade apenas do Nordeste. Na Comissão de Orçamento, temos discutido isso. E uma das grandes transformações que têm que ser feitas é começarmos a pensar este Brasil. Eu sei que, com isso, vou estar prejudicando o meu Estado, vou estar prejudicando São Paulo, prejudicando o Rio. Mas creio que prejudicando por um lado; por outro lado, não vou chegar a maior favela da América Latina, que é a Rocinha e só encontrar nordestinos, o porque eles vão estar aqui, na sua região, com suas famílias, sem precisarem bater na porta de alguém, sem precisarem bater na porta da Secretaria de Desenvolvimento Social para pedir uma passagem para ver a mãe, o pai ou o filho, ficando anos, anos, anos e anos sem ter a chance de vê-los.

Fiquei indignada, e faço questão de dar o nome: o Sr. juiz Claúdio Ornela de Viana Júnior não concedeu a falência. Fico imaginando que País é este, que não concede a um conselho flagrante de.... Onde é que está o dinheiro dos roubos? Será que foi feito seqüestro desses bens? Será que esses trabalhadores vão receber os seus 15 milhões de indenização algum dia?

Vamos mais para frente. Recebi uma lição de cidadania, a prova de que a organização popular é muito mais forte. (Palmas) A prova de que, mesmo sem incentivos ou com poucos incentivos conseguidos no Governo passado, eles estão na quinta imagem.....; a prova de que o desenvolvimento sustentável se faz com a participação popular, com a participação do Governo, mas, principalmente, com vontade de permitir que as coisas aconteçam.

Só vocês, trabalhadores rurais, só vocês sabem quanto lhes custa, quantos calos têm nas mãos e como é difícil, para vocês, sobreviver num País absolutamente injusto como é o nosso.

Quando eu era Secretária, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro tinha 10% do Orçamento do Município do Rio de Janeiro. A minha Secretaria, que era chamada de Secretaria dos Pobres, tinha 1,7 do Orçamento. Tínhamos poucas pessoas com as lideranças comunitárias mas fizemos, em um ano, 90 km de saneamento básico. Sabem por que era possível? Porque tínhamos a sociedade civil e o Governo Municipal engajados.

Andamos mais, e até fico triste quando falamos nesse projeto importante, para crianças entre quatorze e dezesseis anos, chamado Projeto Criança Livre. Fico imaginando: o que será que foi feito daquela cidade?

O meu partido, o nosso partido, Presidente, é passar primeiro o projeto de estrada, não tem outro lugar para isso.

Já sei que tenho um minuto para concluir. (Risos.)

Os senhores precisam dar uma deixinha, porque há só três mulheres presentes. (Palmas.)

Ouvi, hoje, uma declaração em que um prefeito informa: "Um matadouro só necessita de 300 m2 da terra, em Socorro." E ouvi de um Deputado Estadual, do meu Partido, PFL: "Mas lá tem mais de mil hectares!"

Será, Presidente Maguito, que precisa passar 300m numa área de mais de mil hectares para prejudicar um projeto? Acho que não precisa.

Um companheiro da CPI do Narcotráfico pediu que parássemos e conversássemos sobre um projeto de reciclagem de lixo. Aí, Sr. Presidente, gostaria de publicamente pedir para que lembrem-se do projeto de reciclagem de lixo que a Deputada Luíza Erundina, quando Prefeita de São Paulo, fez naquele Estado, que pode modificar, que cuida do meio ambiente e que custará R$320mil. Está lá há dois anos parado e não adianta vermos coisas novas quando as coisas já existem. Vamos tentar fazer com que as coisas aconteçam.

Os dados dizem que em Pernambuco 53% da população ganha menos de R$73,00, portanto, abaixo da linha da miséria, e 30 % da população brasileira vive abaixo da linha da miséria. Vou pegar a palavra do Presidente da CUT, do Deputado Euler: Essa indignação deve fazer parte da agenda política do Congresso Nacional, para que um dia possamos dizer não o que disse o Presidente da Associação dos Pescadores, de que os trabalhadores não agüentam mais. Quero ouvir, tenho certeza que esta Comissão, da qual participamos, vai fazer com que possamos ouvir um dia todos os Deputados e Senadores, no Congresso Nacional, dizerem que têm vergonha do País em que vivem e que também não agüentam mais.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Marinho, Deputado Federal do Maranhão.

O SR. PAULO MARINHO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Federais e Estaduais, minhas senhoras e meus senhores, serei breve e farei algumas considerações. Eu estava lendo rapidamente um documento que a Sudene nos passou – pena que o superintendente já tenha saído daqui. Todos nós buscamos com este trabalho – e é bom as pessoas tenham consciência disso, é bom que não se crie, principalmente em Pernambuco – uma falsa expectativa de que esta Comissão vai resolver problemas pontuais, que estão presentes neste País inteiro, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. O documento é muito importante e vejam o que fala o item 2: "Se todos os fatores, o problema da pobreza no Nordeste está relacionado às seguintes causas: estrutura fundiária concentradora de terra e renda centrada na monocultura." Como acabamos de ver, não tenho nenhuma dúvida disso. Sou de uma cidade do Maranhão chamada Caxias, de onde fui prefeito inclusive. Na minha cidade, no início deste século, tínhamos o maior parque têxtil do Brasil, tínhamos os maiores plantios de algodão do Brasil. Hoje não existem mais. Não temos mais nenhuma indústria têxtil, não temos mais nenhuma indústria têxtil ou pequenas lavouras de algodão apenas. Por que isso mudou? Mudou porque mudaram os tempos e as atividades dos trabalhadores.

E eu diria que o que vi em Pernambuco hoje, na Zona da Mata, não me encantou nem um pouco. Não me encantou, porque eu vi usinas falidas, que já consumiram mais de R$1,4 bilhões, dinheiro suficiente, Senador Eduardo Suplicy, para garantir o seu Programa de Renda Mínima. Tenho certeza de que, se esses recursos tivessem sido entregues àquelas famílias abandonadas, como aquele senhor que visitamos naquele casebre, dentro daquela usina, nós teríamos hoje a situação do campo em Pernambuco mudada. E eu posso dizer que, cada vez que ouço o Senador Eduardo Suplicy falar do Programa de Renda Mínima, mais entusiasmado fico com ele, apesar de ser do PFL. Isso demonstra que não precisamos ter posi-

ções ideológicas diferentes para proteger as coisas que são boas para este País.

Eu diria que o modelo que acabamos de ver é, de fato, um modelo falido, e precisa mudar mesmo. Eu vi aqui um cidadão que representa as usinas dizer que tem dialogado com os trabalhadores da sua região dele, que tem buscado alternativas, e que as alternativas são difíceis. Mas voltamos àquele início, quando se diz que não podemos pensar em mudar nada se não investirmos maciçamente em educação. E, se investirmos na educação, vai mudar a situação de pobreza e miséria e vai mudar também a forma de pensar do povo; vai mudar a monocultura e vão aparecer outras culturas disponíveis a agroindústria está em Goiás, por exemplo.

Tenho certeza de que esta Comissão, nessa pequena visita que fez aqui, vai tirar muitas lições tão proveitosas, lições de que não se deve pensar em concentração de renda nas mãos de uns poucos em detrimento de muitos; lições de que precisamos investir mais também na capacitação das pessoas; lições de que o Banco do Nordeste, que veio aqui e ouviu o superintendente falar que existe aí o *(inaudível)*, e ouviu o Senador dizer que apenas R$70 milhões estão investidos no microcrédito.

E há coisas muito mais graves, por exemplo, como a exigência de garantias de pessoas que não têm garantia para dar. O pequeno agricultor que não tem terra, por exemplo, como pode levantar o crédito? É uma pergunta que gostaria de deixar para o superintendente do Banco. Numa região em que as áreas estão entregues aos grandes latifundiários, como financiar o pequeno agricultor se ele não tem a terra para ser financiada? Qual a solução que o Banco dá para esses casos: se o produtor não tem a garantia para dar ao banco, e o banco só libera o crédito se tiver garantia. Se nós pensarmos assim, vamos continuar com a velha política da concentração de renda: o dinheiro é emprestado para quem tem a terra e garantia para dar; e dinheiro negado para quem não tem como levantar o crédito. Se pensarmos, assim, não vamos ver esse Governo mudado, não vamos ver o País crescendo. Vamos ver a miséria depois de um ano, as pessoas vivendo às custas do político e o País aí à mercê da boa vontade de alguns.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. – *(INAUDÍVEL)* pelo Estado de São Paulo.

A SRA. – Sr. Presidente, Deputado Lula Cabral, minhas companheiras e meus companheiros comunitários, meus companheiros trabalhadores, Srs. Empresários, meus senhores e minhas senhoras, falar por último tem uma vantagem e uma desvantagem. Tem uma vantagem que é não precisar dizer muito, porque muitos já se disse nas falas que se seguiram. E tem a desvantagem de não ter muito de novo a acrescentar.

Eu talvez possa acrescentar discorrendo sobre o impacto que essa visita provocou em mim, talvez mais do que em todos os outros parlamentares da Comissão. Estivemos juntos visitando aquela região da mata. Como nordestina, do sertão da Paraíba, filha de camponeses sem terra que emigravam todas as vezes em que havia a seca – em cada emigração ficava com um pedaço da família em algum Estado deste País.

Sempre que volto ao Nordeste – e o tenho feito com uma certa freqüência – fico estarrecida ao perceber que não só os problemas não se resolveram, mas, muito pelo contrário, esses problemas se agravaram, e muito.

Há alguns meses percorri o sertão e o agreste de Pernambuco e fiquei assustada com o flagelo da seca e com a miséria que se abatia sobre aquele povo sofrido daquela região pernambucana.

Acabo de chegar da Paraíba e recebo denúncias sobre a distribuição de alimentos estragados das cestas do Comunidade Solidária, denúncias fundamentadas em análises do Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal da Paraíba, que encontrou insetos e mofo no feijão e no fubá da cesta do Comunidade Solidária. O feijão não conseguiu passar no teste do cozimento – feijão que nem porco conseguia comer, de tão duro que era aquele feijão. (Palmas).

Senhores e Senhoras, enquanto percorríamos a Zona da Mata, fazia uma reflexão sobre essa minha trajetória de vida, saindo do Nordeste, indo para São Paulo, indo trabalhar nas favelas e nos cortiços daquela grande cidade como assistente social. Refletia nos seguintes termos: os problemas – como já dizia a Deputada Laura Carneiro – de pobreza, de miséria e de fome aqui do Nordeste são os mesmos problemas de miséria, pobreza e fome na periferia dos grandes centros urbanos. Por quê? Porque a raiz desse problema é uma só; na raiz desse problema está a estrutura fundiária da terra, da propriedade e da terra neste País.

Quando eu saí do Nordeste, no início da década de 70, expulsa pela ditadura militar porque eu trabalhava junto aos trabalhadores rurais sem terra e isso era subversivo demais para os militares, que estavam se sucedendo como ditadores à frente dos destinos deste País, eu saí amargurada. Quando tive que fugir

do Nordeste para não ser presa, não sumir do mapa, como muitos companheiros e companheiras desapareceram ou foram exterminados, eu ia amargurada, imaginando ter deixado a luta para trás. Quando cheguei em São Paulo, fui trabalhar nas favelas e nos cortiços. E quem eu fui encontrar nas favelas e nos cortiços de São Paulo? Exatamente os meus irmãos nordestinos expulsos pelo latifúndio.

Então, a raiz do problema é uma só. Ou se arranca essa raiz ou não há solução para o problema da fome e da miséria neste País. (Palmas). Ou se faz a reforma agrária ou não há solução para o problema da pobreza. Não é mais possível conviver com a fome e com a pobreza, com essa apropriação injusta, perversa, irracional da terra neste País. 50% das terras cultivadas estão nas mãos, srs. empresários, de 2% de proprietários.(Palmas). Isso não apenas não é justo: isso não é racional, isso não é inteligente, não serve sequer ao modelo capitalista, que pelo menos assegura a racionalidade a um bem que seja fundamental para o desenvolvimento de um povo, de uma nação, de um país.

Quando o nordestino chega em São Paulo, expulso da terra que não é dele, embora seja dele, ...

A SRA. – ...da CUT e da CPP. No ano passado, em 1998, 160 trabalhadores foram expulsos da Usina São José, em São Lourenço da Mata, sem direito de defesa nem de indenização.

Semana passada, um sítio de um pequeno trabalhador, um sítio de 3,5 hectares, foi destruído. Um crime ecológico e um crime contra a pessoa humana. Estão aqui os companheiros da FETAC, da CUT, da CGT, para dar detalhes desse grave crime cometido contra a natureza, contra a vida e contra os trabalhadores nessa região da Mata.

Esta Comissão poderia fazer o encaminhamento dessa questão e dar uma resposta, esperada desde 1998, a esses trabalhadores, vítimas de injustiças e de opressão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Tem a palavra o Deputado Feu Rosa, do Espírito Santo.

O SR. FEU ROSA – Sr. Presidente, Deputado Lula Cabral, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores, viemos aqui, em nome da CUT, em nome da FETAC, em nome da Comissão Pastoral da Terra e em nome do trabalhador Zé Diabo, de quem tenho orgulho de ser advogado, apresentar uma denúncia, uma violência por ele sofrida na destruição do seu sítio, da sua lavoura, praticada pela Usina São José, associada a um juiz, Dr. Alexandre Sena, da 2ª Vara Cível de São Lourenço da Mata.

E antes de marcar a violência praticada contra ele, lembro a V. Exªs que o que ocorreu com o Zé Diabo ocorreu, nas últimas décadas, com dezenas de milhares de trabalhadores da Zona da Mata que foram expulsos dos seus sítios, tiveram suas lavouras destruídas e suas casas derrubadas, perderam seus postos de trabalho, gerando o quadro que V. Exªs viram na Zona da Mata: 67% de população urbana, 62% de casas de taipa, 91% de residências sem saneamento – uma Zona da Mata sem mais nada.

No ano passado ou neste ano ou neste dia, V. Exªs viram, nas favelas de Cabo Frio, nas favelas de Ribeirão, nas favelas por onde passaram, os "Zé Diabos", pessoas como o "Zé Diabo", excluídas e sem oportunidade.

Em 1998, a Usina Pernambuco, junto com esse juiz, retirou dos seus sítios 180 trabalhadores sem direito de defesa, sem citação, sem indenização de benfeitorias e, na semana passada, derrubou o sítio de Zé Diabo, sem citá-lo, sem que ele se defendesse, sem indenizá-lo por uma lavoura avaliada pela FETAC por R$ 99 mil – o trabalho de 46 anos de posse daquela terra; o trabalho de 65 anos de vida.

Nós, essas entidades, esse trabalhador, iremos às últimas instâncias buscar o direito de Zé Diabo, seja no Ibama, seja na Corregedoria de Justiça, por perdas e danos. Mas também cabe à Comissão preservar os últimos..... de mata e os últimos sítios da Zona da Mata. Essa é uma medida, Sr. Maguito Vilela, que poderá integrar o projeto de lei que será proposto pela Comissão da Pobreza.

Encerrando, Sr. Presidente, lembro aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados, que, infelizmente, Zé Diabo e mais 160 trabalhadores da Usina São José não podem trazer essas lavouras que foram trazidas da Usina Trapiche. Provem fotos dos sítios destruídos. Provem uma fita, Senador, a entregar a V. Exª. Para quem tem consciência, indigna; para quem tem coração, fere. Tenho certeza de que vai indignar e ferir também os membros da Comissão da Erradicação da Pobreza.

Muito obrigado.

O SR. – Sr. Presidente, Srs. Deputados da Assembléia Legislativa de Pernambuco; Sr. Presidente da nossa Comissão, Maguito Vilela; membros da Comissão, Senadores e Deputados; meus senhores e minhas senhoras da sociedade civil e instituições públicas e privadas, eu estava pensando em um enfoque na nossa reunião que era mais para nos restringir a só pedir ao Presidente Maguito Vilela para falar (inaudível) meus colegas todos se manifestaram.

Mas eu queria dizer o seguinte, eu me envolvo com esse problema de fome há alguns anos como acadêmico na universidade e eu teria algumas informações para, principalmente, colocar ao Presidente do BNT e ao diretor da SUDENE e geral, porque isso não foi colocado em muitos discursos proferidos. Não entraram alguns pontos e cada um dentro da sua cultura e da sua cabeça estabelece ??? modelo de combate à fome e modelo de trabalhar as questões macro e micro econômicas visando a diminuir a miséria absoluta, bem como o sistema da economia sustentada no Brasil.

Na década de 30, antes da 2ª Guerra Mundial, isso diante de estabelecer uma.... na Inglaterra no entre guerras. O melhor investimento que qualquer governo pode fazer é colocar leite na boca das crianças. Isso na década de 30. Em 1990, houve uma pesquisa da FAO, que caraterizou uma coisa muito curiosa, quando a FAO liberava recursos para países do tipo Brasil, essa economia, que.....em torno de cem, só para traduzir em percentagem, só chegava no pobre – A FAO gerenciava cem em nível de..... – entre cinco..... É uma fase que vocês devem estar lembrados daquele programa chamado Alimentos para Paz, de 1980, do governo americano.

Hoje presenciamos um fato muito curioso. Uma usina gerenciada pelos trabalhadores, e nesse gerenciamento o valor da usina toda é de 62 milhões, e a .... mais de 600 milhões. O que quero dizer contando isso? Já faz vinte anos, a dado da FAO de 1990 e hoje º.... esse.... do esquema que ocorreu.... de tantos atravancamentos para resolver esse problema de.....

Quero dizer o seguinte, vamos lembrar pelo meio..... que esse..... todos aqui conhecem, um das figuras mais ilustres, que chega ao nível de Joaquim Nabuco, ... Há mais de 50 anos ele foi Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco e asseverando da tribuna da Câmara dos Deputados que a elite brasileira, isso foi na década de 50, ele se elegeu parece que no mesmo período de Jorge Amado, a elite brasileira era composta de mentais, débeis mentais, ... pessoas que não tinham nada a ver com o povo. Eu li esse discurso, tive esse discurso na minha mão, li todo a obra de Josué, Biografia da Fome.

Mas uma coisa muito curiosa também é que quando eu estava na Inglaterra em 1989, fazendo meu doutorado ao longo... eu processei um filme de um engenho de Pernambuco. Precisei ir à Inglaterra para ver isso, uma coisa curiosa. Esse filme foi apresentado por um professor, que é casado com uma pernambucana creio que alguns aqui o conhecem. Nesse filme, vi uma das cenas que mais me envergonharam na vida, a de um engenho, uma usina de açúcar, um canavial, caracterizando bem os donos e os peões do canavial, e uma entrevista dos donos da refinaria dizendo que aquele povo que trabalhava ali não era gente. Nada me envergonhou tanto na minha vida quanto aquela cena que daquele filme mostrado para todos os estudantes estrangeiros do maior... Então, observem os senhores esses dados em que juntamos a área macroeconômica, por exemplo, precisamos de políticas macroeconômica sadias, com estabilidade, com baixa inflação, para podermos, segundo a voz do último ou dos últimos Prêmio Nobel, o Dr. Lucas, caracterizar um desenvolvimento sustentável macroeconômico. Mas precisamos também ter uma consideração microeconômica em nível de cristianismo, em nível pessoal, e, principalmente, temos uma missão para a nossa Comissão, Sr. Presidente, uma missão inalienável, que é a de caracterizar quando os nossos compatriotas quiserem não resistir às tentações, conforme todos os dias rezamos ao nosso Criador, pelo menos não exagerem. Por exemplo, se a usina vale R$62 milhões, segundo avaliação Meu Deus do Céu, podia muito bem ao invés de se ter um débito de R$600 milhões, pelo menos uns R$100 milhões seria razoável. Mas as nossas instituições são depauperadas. Precisamos que o novo Presidente do BNB, que o novo Presidente da SUDENE, não vamos citar o detalhamento microeconômico, para onde vão essas verbas da Sudene... Isso tudo pode ser resumido em uma frase estonteante: é preciso que alimentemos as crianças. Há outro padrão que precisamos colocar na cabeça das pessoas que tratam a economia. Que padrão é esse? Há mais de 30 anos, por intermédio do Unicef, da FAO, da Organização Mundial da Saúde, ficou caracterizada uma declaração que diz que o desenvolvimento econômico só ocorre no país que acaba com a desnutrição infantil, e não o contrário; não é o desenvolvimento econômico que acaba com a desnutrição infantil. Tivemos um longo período de avanço no nosso crescimento, no nosso PIB, a nossa mania é falar em PIB. Quero dizer, Sr. Presidente, neste lindo palácio da Assembléia Legislativa, sob a inspiração das deusas que nos rodeiam aqui, que o que nós, da Comissão, estamos fazendo, percorrendo todo o Brasil, é o relatório que será o início de um processo de melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Mas principalmente é bom caracterizar que Jesus disse que os pobres sempre existirão, mas Ele não disse que os miseráveis absolutos sempre existirão, e essa responsabilidade, Sr. Presidente, é do Congresso Nacional, segundo a nossa Co-

missão, e também de todas as assembléias, de todos os parlamentos, porque o início da democracia só vai ocorrer quando tivermos um pouco de vergonha na cara, conforme o doutor falou na sua Constituição de artigo único, e chegarmos à conclusão de que não será possível este País chegar ao Primeiro Mundo se não acabarmos com a miséria mais execrável de todas: a miséria das crianças que nascem desnutridas, sem nenhuma perspectiva de vida. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Campos, que foi o Deputado mais votado do Estado de Pernambuco.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Sr. Presidente desta Casa, Deputado Lula Cabral; Sr. Presidente da Comissão, Senador Maguito Vilela, em nome de quem cumprimento todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes; Sr. Representante do Governo do meu Estado, Secretário José Arlindo; Sr. Superintendente da Sudene e do Banco do Nordeste; Srs. representantes das entidades não-governamentais aqui presentes e do Sindicato dos Trabalhadores; Srs. empresários; meus amigos e minhas amigas, acredito que minhas primeiras palavras devem ser de agradecimento ao conjunto da Comissão que aprovou o requerimento subscrito por mim e apoiado pelos pernambucanos com assento naquela Casa, Deputado José Chaves e o Deputado Salatiel Carvalho.

Agradeço também às entidades que aqui compareceram a convite do Senador Maguito Vilela, como também a todos os trabalhadores, prefeitos, vereadores e sindicatos que nos acolheram durante toda a manhã e parte da tarde, na caminhada rápida pela zona da mata sul pernambucana.

Tentamos construir um certo consenso neste dia de trabalho, de ausculta rápida, mas eficaz. Está ficando claro para todos nós que não é só o mundo que começa a compreender que o Consenso de Washington, proposto para países como o Brasil durante esses últimos dez anos, começa a agredir as consciências das pessoas. Não mais só aqueles habilidosos economistas informados da opinião pública mundial compreendem isso. E se esgotou aquele receituário que ficamos ouvindo durante dez anos: reduz o Estado, reduz o déficit público, baixa o juros, que a gente privatiza e resolve os problemas deste País! Daí se reduziu o Estado brasileiro – 70 bilhões de patrimônio foram vendidos –, aumentou-se o déficit público, aumentou-se o que o Estado deve e se aumentou o custo do dinheiro.

Não só no Brasil, como também fora do Brasil, esgotou-se esse discurso contra também a mais cruel das faces, que é o desconhecimento do efeito dessas políticas nos setores tradicionais da economia. O que acontece na zona da mata canavieira também acontece na Bahia no setor do cacau e também acontece no setor têxtil, tão falado no Brasil, e com outros setores da indústria metal, mecânica e metalúrgica deste País.

O fato é que alguns tiveram direito a uma política de reestruturação dentro da política geral. Os bancos tiveram direito ao Proer, a US$26 bilhões, para se adaptarem ao novo momento econômico. A indústria automobilística teve direito a uma política para o setor com redução de tributos, mas não se conseguiu formular políticas setoriais dentro dessa política geral que viessem a reduzir os efeitos de todo o conjunto de medidas internas e externas a que estavam submetidos alguns setores, como o setor sucroalcooleiro.

Por que isso ocorreu? Porque as contradições, os equívocos, a radicalização do quadro, em grande parte, historicamente, é preciso registrar o equívoco das elites que deixaram marcas no setor sucroalcooleiro deste País, que até os legítimos representantes, se assim podemos dizer, desse setor passaram a perder as condições políticas e fazer a sua defesa. E hoje se é fácil juntar os trabalhadores sem terra, os trabalhadores com alguma terra, os trabalhadores na indústria, os empresários, os proprietários de terra, é porque a situação os levou a tal medida de sofrimento que é preciso também ter a largueza para afirmar que nessa situação já não cabe a construção da falsa unidade nem a construção da contradição pela contradição. É importante construir dentro das contradições que alimentam a história a unidade importante para construir saídas e perspectivas para milhares de crianças que vimos hoje e imaginemos, nós, como se fôssemos uma delas, para imaginar o futuro pela frente. Só a bolsa-escola até 14 anos de idade é muito pouco. Não podemos imaginar que há uma solução mágica; não podemos imaginar que há, por um lado, 70 mil crianças com direito à bolsa-escola. Por outro lado, algum subsídio para que circule algum dinheiro na mão dos empresários via Sudene; resolver algumas desapropriações de terras ao bel-prazer da decisão do Incra, que vamos..... esgotamento econômico e social junto à zona da mata. Não. O que vimos é que não há uma solução única. A que nós assistimos é que é preciso uma radical solução para o problema social. Enfrentá-lo com a coragem de enfrentar emergencialmente, mas ter a coragem de construir a unidade de todos esses agentes e a unidade política em

Pernambuco, às vezes amesquinhada pela atitude de alguns, mas que possa ser construído em torno de projetos como o Pronab, construir a unidade em cada bancada do Congresso Nacional. Que o Senado Federal possa rever critérios para discussão. E seria muito bom que o Ministro da Fazenda, Senador Suplicy, tivesse atendido o seu convite, para conhecer o que é a realidade do trabalhador, para, quando se sentar com os tecnocratas .... nacionalidade brasileira, para dizer..... revistos os critérios da social neste País, para que não tome dinheiro emprestado em 12 anos, 4 bilhões e meio ao..... depois do que houve com o câmbio no final no início deste ano para pagar juros. Custaria ..... que foi.... com os..... 130 bilhões em 3 anos, ... o Governador Jarbas Vasconcelos ver as condições dos..... de seus trabalhadores, empresários e prefeitos fazer uma grande obra de infra-estrutura básica para resgatar o sofrimento de milhares de brasileiros pernambucanos que estão na zona da mata.

É preciso compreender também que a solução é única. O problema não vai ser solucionado simplesmente com a reforma agrária na zona da mata. É importante prestar solidariedade à bandeira da reforma agrária, para o sem-terra. A reforma agrária.....Com essa forma truculenta e violenta... Eu queria dizer que o advogado Ribeiro não revelou, mas, no exercício da sua profissão, foi preso pela polícia por tentar negociar uma saída para alguém que, durante 46 anos, esteve no cultivo da terra a 30km da cidade de Recife. Agora, construir a saída para a região com a reforma agrária, sim; com pesquisa de ponta, sim, para o setor sucroalcoleiro, que foi desmantelado pelo....., construído..... não vai dar para ver mais 48 usinas, não, mas é preciso saber que .... da agroindústria para a agricultura familiar. E outras empresas privadas que têm gestão, que é possível a indústria aqui concorrer, desde que o Governo brasileiro não tenha vergonha de defender a ampliação da cota americana de açúcar, não tenha vergonha de defender nossos interesses na mesa do Mercosul e no gabinete do Mercosul aqui na Sudene. O Governo não tem posição na mesa do Mercosul para o assunto ou, quando tem, é para outros **lobbies** de setores menos importantes socialmente do que o açúcar na geração de emprego em Alagoas, em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

É necessário trabalhar com as colônias de pescadores, com a piscicultura. Lutar pela proteção da natureza é fundamental, porque não há mais matas e quase não havia mais rios. É importante registrar que isso foi uma luta também dos trabalhadores. O José Francisco, como velho batalhador, lembra-se de quanto poluíram nossos rios com o vinhoto.

Senador Maguito Vilela, nosso pólo turístico na mata sul-litorânea, chamada Costa Dourada, com muitos recursos a serem investidos, não florescerá se forem encontradas aquelas crianças tossindo a 30 quilômetros dos hotéis de cinco estrelas, como as encontramos. O investimento será politicamente insustentável.

Temos de compreender que este País está agredido, e que não é vergonha defender a Zona da Mata. Defendê-la não é defender o usineiro, não é defender quem deu calote em banco, mas, sim, defender a vida! Temos de ter a coragem de unir Pernambuco para defender a vida da Zona da Mata! Essa coragem não deve faltar a nenhum pernambucano de nenhum Partido político. Podemos construir pontos importantes de consenso, para que esta Assembléia Legislativa, para que este Estado se una diante de suas contradições em nome da vida na Zona da Mata. Aquelas crianças que vimos querem de nós muito mais do que discursos: querem ações concretas. Ou se muda a política econômica ou tudo o mais será compensatório e sairá pelo ralo. Precisamos lutar, e esta Comissão terá que discutir a alteração da política econômica.

A proposta da Senadora Marina Silva do Orçamento Social é a tentativa prática de se discutirem os gastos sociais, para que estes não venham depois das amortizações, dos juros e do pagamento do principal da dívida. E tenho certeza de que os companheiros da Comissão demonstrarão essa coragem neste mês de novembro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Registro também a presença do representante da comunidade de Cabugi, Dr. Ipiranga.

Tenho a honra de passar a palavra à Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão Mista Especial.

A SRA. MARINA SILVA – Boa-noite a todos.

Primeiramente, expresso minha satisfação pelo desafio em estar fazendo esta visita ao Estado de Pernambuco, na Zona da Mata. Como autora do requerimento que criou esta Comissão, eu sabia o quão ela era importante para que a discussão das medidas de erradicação da pobreza fosse fruto de um trabalho coletivo, partilhado por pessoas, pelas entidades, pelos Partidos e pela sociedade, para que não fosse obra de ninguém, mas, sim, do povo brasileiro, como exigem as grandes soluções para os difíceis problemas.

Outro aspecto fundamental a ser considerado aqui é o fato de que este País abriga muitas contradições. É um País onde observamos no Município uma usina que está claramente falida. Aquela usina não presta para nada do jeito que está. No entanto, um juiz decidiu que não pode ser decretada sua falência. Por outro lado, há outra contradição: lá em Catende, os trabalhadores de uma usina, a custos muito altos, conseguiram viabilizá-la, transformando-a num exemplo de que, quando as coisas são tratadas com respeito, honestidade e competência, os frutos são produzidos mesmo em situação de dificuldades. No entanto, o que aconteceu com aquele esforço? Uma CPI para investigar os que estão dando certo, e nenhuma CPI para investigar os que não estão dando certo. e nenhuma CPI para investigar os que não estão dando certo. Eu penso: "Meu Deus, como é que a gente pode falar em resolver o problema do povo sofrido numa situação como essa?

Eu vi também aqui que os franciscanos deram uma terrinha para esse companheiro plantar mandioca, plantar alface, plantar mamão e aí o Prefeito com mil hectares do lado, ele quer montar o açougue dentro da terrinha dos companheiros.

Eu vi aqui também a grande realidade em que um Juiz permitiu, permitiu que o sítio daquele companheiro, o Sr. José Tiago, fosse destruído com uma liminar

Agora contradição, tem tanta contradição assim porque a gente não tem memória. A gente não tem memória. E a gente procura fazer com que..., aqui tem uma companheira que me contou uma história. Ela disse que aqui no Nordeste tem uma história que: foi um rapaz que fez isso. Foi um Fulano que fez isso; ninguém fez. Ninguém fez. Eu tive a oportunidade de conviver, nos Estados Unidos, quando recebemos um prêmio, 25 mulheres que lutam pela defesa da humanidade que estavam lá sendo premiadas, e tinha uma senhora do Estado de Israel que falou uma história que achei muito interessante. Ela é uma bióloga, uma senhora bem pequenina, baixinha, ela disse que tinha uma fábrica de produtos químicos e essa fábrica poluiu o rio, poluiu a terra, estava acabando com tudo. Mas aí, toda a movimentação era feita em nome da fábrica. Era um nome esquisito, eu não decorrei. Certo dia, eles mudaram a estratégia deles e resolveram pegar o nome do dono da fábrica, o nome da mulher do dono da fábrica, dos filhos do dono da fábrica, das noras, dos genros, de todo mundo e fazer um documento, espalhar a fotografia deles por toda a cidade. "Quem está fazendo isso não é essa fábrica abstrata; é esse Fulano, essa Fulana.", que as pessoas viam nas colunas sociais, nas páginas dos jornais como pessoas muito chiques e muito importantes.

Talvez para acabar com a contradição, a pobreza e a miséria a gente tenha que ter memória. Mas para ter memória o povo precisa aprender o que memorizar. (Palmas) Quem foi que deu a liminar para destruir o sítio do Sr. José Tiago? Quem é que aqui sabe? Quem deu a liminar foi o Sr. Alexandre Lucena, Juiz. Permitiu que uma posse de 40 anos, que o direito do usucapião, o direito consuetudinário, todas essas coisas que os advogados sabem, não permite que se destrua uma terra com 40 anos de posse. Não permite. Foi esse Sr. Alexandre Lucena. Era bom que o povo todo procurasse na foto do sítio como era antes, do sítio como está agora e a fotografia do Juiz que deu a liminar.

Era bom também que tivesse a fotografia do proprietário que permitiu o seu filho, que hoje é herdeiro, que é o Sr. Paulo, distribuísse a fotografia desse cidadão como destruidor do sítio do companheiro. (Palmas) ..... para que a gente como o interesse a cara do cidadão que fez isso.

Agora tem uma outra coisa que tem que ser memorizada. Não é para fazer mudança, não. É para que a gente saiba quem são aqueles que realmente estão dando prejuízo a este País. Fico muito triste quando no meu Estado, na minha região, um trabalhador com o chapéu amassado entra numa agência do Banco do Brasil e tenta fazer um empréstimo de R$500,00, R$600,00, de R$1.000,00. Ele senta em várias cadeiras, passa por várias filas até chegar para conseguir um pequeno empréstimo como este.

Agora, eu vi aqui que pessoas que têm um patrimônio de R$60 mil, R$70 mil, conseguem se endividar em R$500 milhões. Como é que pode isso acontecer, minha gente?! É preciso que a gente diga o nome do gerente que fez isso. É preciso que a gente diga o nome do funcionário que fez isso (Palmas.), para que este País tenha memória acontece;

Faço parte de uma luta, lá no Estado do Amazonas, no Acre, aonde ainda temos, digo com muito orgulho, 90% de floresta. Há 20 anos, chegaram madeireiros, usineiros, pessoas que queriam criar gado e que diziam *(inaudível)* o Acre e aquele progresso. Prometeram um progresso danado, e Chico Mendes, Marina Silva, Jorge Viana e tantas pessoas hoje podem contar história. Os projetos, a usina de álcool *(inaudível)* não produziu uma gota de álcool, mas pegou R$25 milhões do Banco do Brasil naquele Estado pobre. E o usineiro que fez isto eu sei quem é; chama-se José Alves e está em Portugal, com o dinheiro do povo brasileiro, do povo acreano.(Palmas..)

Meus companheiros, digo isso porque hoje não permitimos nem às fazendas. Há fazendas, sim, mas não do jeito que queriam: acabando com a Mata Atlântica. E há também a exploração de madeira e outras práticas econômicas, mas descobrimos que a formação da economia da Amazônia é agroflorestal. Devemos aproveitar os nossos produtos, valorizar a nossa floresta e a nossa biodiversidade, Hoje, até mesmo aqueles que pensavam que a saída era derrubar uma árvore com dois metros de diâmetro para plantar capim já começaram a compreender que a saída é explorar a nossa pupunha, o nosso cupuaçu, o nosso cacau, o nosso guaraná, a nossa acerola e conquistar o mercado de Taiwan e dos Estados Unidos, porque só nós temos esses produtos.

Se não tivéssemos instrumentos, se não houvesse os seringueiros para dizer "não vamos destruir essa mata", talvez só tivéssemos *(inaudível)* e não teríamos como competir com o gado da Argentina, que hoje está aí para dizer que aquele projeto é um fracasso.

É em nome dessa luta que esta Comissão vem aqui, não para colocar o dedo na cara de ninguém, mas para construir a memória e a dignidade deste País. Nós precisamos de recursos para *(inaudível)*, de projetos, de tudo isso, mas aquilo de que mais precisamos é uma coisa chamada ética, respeito, consciência. Quem *(inaudível)* R$500 milhões ou R$600 milhões e consegue dormir em paz, ou deixa lá no *(inaudível)* e vai abrir outro em Mato Grosso? Esse só tem um lugar para ficar: na cadeia. A cadeia é para esses, porque os empresários que realmente querem investir e usam corretamente os recursos públicos não podem ser apenados por aqueles que os malversaram. Eu fico muito triste, quando alguém diz "Todo político é safado", porque nem todos o são. Não se pode dizer que todos os empresários são caloteiros, porque nem todos o são. Nós devemos separar o joio do trigo; no dia em que fizermos isso, começaremos a mudar este País.

Fico feliz por ter visto esta realidade, que é muito parecida com a minha. Agora, graças a Deus, sou movida pela fé e não quero ver para crer. Eu creio para ver e acredito que, se fizermos um grande esforço para mudar o País, colocando no Orçamento social recursos para a saúde, educação e reforma agrária, para a geração de emprego e renda, para a diversificação e modernização da economia do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, as grandes e pequenas propriedades não terão nenhum problema.

Nós podemos acabar com a pobreza do nosso País. É uma questão de vontade política, mas a política se subordina à ética. Sem ética, a política vira isto que aí está. Sem ética e respeito, as instituições não funcionam e sempre se arranjará uma desculpa para que a pobreza seja responsabilidade de outrem. Neste momento, a pobreza é responsabilidade de todos nós, seja pelos compromissos, seja pelo *(inaudível)*, mas é com este objetivo que esta Comissão vai tentar colocar o Orçamento social: para que se mude a história deste País em que, a cada Orçamento, é destinada uma migalha para os pobres e a maior parte não se sabe para quem.

Muito obrigada.

E que possamos batalhar juntos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lula Cabral) – Antes de passar a palavra ao ex-Governador do Estado de Goiás Maguito Vilela, Presidente da Comissão Parlamentar Mista, quero agradecer, em nome de todos os Deputados Estaduais de Pernambuco e em nome de todos os pernambucanos, a visita desta comissão. Vamos aqui, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, ficar torcendo para que com este relatório, a realidade que V. Exªs viram em Pernambuco, possa ajudar ao nosso povo sofrido deste Estado.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Erradicação da Pobreza.

O SR. MAGUITO VILELA – Mesmo não estando presente, eu gostaria de cumprimentar o Governador do Estado e agradecer-lhe pelo apoio logístico dado a esta Comissão, para que pudesse deslocar-se e desincumbir-se de suas funções, aos Senadores deste Estado: Roberto Freire, Carlos Wilson e José Jorge, Deputados Federais e Estaduais, aos Deputados Federais, os nossos cumprimentos, Eduardo Campos, nossos agradecimentos, o autor do requerimento para que esta Comissão pudesse deslocar-se até a Zona da Mata, o sul pernambucano, agradecer aos Deputados Estaduais na pessoa do Presidente Lula, que tão bem presidiu e preside esta audiência pública, agradecer ao Superintendente da Sudene e cumprimentá-lo, ao Superintendente do Banco do Nordeste, cumprimentar os Secretários de Estado que aqui compareceram, Prefeitos, agradecemos aos líderes classistas, aos trabalhadores, enfim, agradecer a cada um dos senhores e a cada uma das senhoras que vieram aqui trazer a sua colaboração a esta audiência pública.

Para que possamos passar um pouco o que temos na memória, para que possamos cultivar na nossa memória, vivificar a nossa memória, eu gostaria de acrescentar muito pouco ao que já foi dito. Concordo em gênero, número e grau com tudo aquilo que já

foi dito aqui. Mas eu gostaria de acrescentar alguns indicadores sociais realmente assustadores, e vou fazer uso desses indicadores até para que possamos ter realmente na memória:

– analfabetismo. Somos um país com um dos maiores índices de analfabetos do mundo;

– desemprego. Os nossos índices já beiram os maiores do mundo.

– violência;

– criminalidade;

– impunidade. Nesse item nosso País é um dos recordistas mundiais;

– distribuição de renda. Dentre os mais de 180 países do mundo, o nosso é o segundo pior distribuidor de renda;

– desigualdades sociais. Talvez seja o Brasil o país mais desigual do mundo, onde os ricos se tornam cada vez mais ricos na mesma velocidade em que os pobres se tornam cada vez mais pobres;

O País, infelizmente, desde o início, é voltado para os ricos. Os bancos servem aos ricos, a Justiça serve aos ricos, as denúncias feitas aqui indicam que a Justiça no Brasil é para os ricos, para os poderosos. Aqueles que devem bilhões nada sofrem, aqueles que roubam para matar a fome de sua família vão para a cadeia. É bom que falemos sobre isso porque está em discussão a reforma do Poder Judiciário e, se tivermos, como pretendemos ter, o controle do Poder Judiciário, juízes como esses não ficarão impunes, os que negam uma falência àqueles que autorizam a destruição de um sítio, como foi denunciado aqui, e tantos outros. O Poder Judiciário não pode estar acima do bem e do mal, ele precisa de um controle externo. Quero ver se o Congresso Nacional vai realmente instituir o controle externo para evitar essas aberrações, para evitar que juízes e desembargadores cometam as piores injustiças.

Por que o Brasil chegou à condição em que está hoje? É lógico que isso começou com as capitanias hereditárias, mas, num passado bem mais recente, os planos econômicos mal-sucedidos, a inflação galopante na década de 80, a má distribuição de renda, enfim, tudo isso contribuiu para que o Brasil, um país continental, riquíssimo, de muitas potencialidades, se tornasse também um país milionário em pobres. Hoje a grande maioria do povo brasileiro é constituída de pobres e de 25 milhões, aproximadamente, de indigentes. É importante que frisemos esses números até para que possamos despertar a consciência do povo brasileiro para mudar esses dados.

Não digo isso por pessimismo; pelo contrário, sou um otimista. Nosso país é rico, tem potencialidades, é um país continental, e não é possível que aqui haja tantas injustiças. A imagem do Brasil no exterior é a pior possível, é o país da violência, da criminalidade, do assassínio de crianças, da prostituição infantil, enfim, tem os piores indicadores sociais do mundo. Não é esse o Brasil que nós queremos! Queremos um Brasil com mais justiça, mais solidário, com uma sociedade mais humana. É isso que realmente queremos, mas não podemos deixar essa tarefa para as futuras gerações; nós mesmos devemos começar a mudar "a cara" deste país, para que se torne mais justo.

Já ouvimos cientistas políticos, professores, pesquisadores, sociólogos, economistas. Esta Comissão já ouviu praticamente todos os **experts** dessa área social. Vamos ouvir, no dia 19, o Ministro da Educação; no dia 21, possivelmente, o Ministro da Fazenda; Paulo Renato e Pedro Malan respectivamente, e a Comissão estará apta a produzir um relatório sugerindo ao Governo Federal medidas capazes de acabar com a fome, porque com a fome é possível acabar, mas com a pobreza não. É possível reduzirmos a pobreza, torná-la aceitável e digna. É possível acabar com a fome, basta que analisemos alguns números. Por exemplo: o Brasil gasta muito com programas sociais, mas gasta mal. São gastos R$130 bilhões na área social. Para acabar com a fome, basta gastar R$35 bilhões. Com esses recursos seremos capazes de acabar com a fome em nosso país. O Brasil gasta R$65 bilhões com juros da dívida externa; com a metade disso seremos capazes de acabar com a fome.

Por que insisto em acabar com a fome? Porque a fome é o pior mal que existe para a humanidade. A fome humilha. A fome envergonha. A fome é uma praga. A fome come a vida das pessoas. Não existe morte mais indigna, não existe morte mais humilhante que a morte pela fome. Temos que acabar com esse mal custe o que custar. Temos que lutar por isso. Temos que erradicar de vez a fome. Com as medidas estruturais, com as medidas de curto, médio e longo prazo, vamos minimizando também o problema da pobreza em nosso país.

Isso é possível, basta decisão política. Basta querer fazer as coisas, e quero crer que o momento é propício. Todos discutem a fome e a miséria em nosso país: a CNBB, os Lyons, os Rotarys, os trabalhadores, enfim, toda a sociedade organizada está discutindo o problema da fome. Até o FMI está condoído com a fome em nosso país. Os bancos BID e BIRD, o Presidente dos Estados Unidos , Bill Clinton, também está preocupado em perdoar as dívidas dos países

pobres. O Brasil não é um país pobre, mas é um país de muitos pobres, o que precisa também ser enxergado pelo Presidente do Estados Unidos.

Acredito muito que, com muita perseverança, com muita obstinação, com muita determinação, seremos capazes de desafiar a fome e vencê-la. Seremos capazes de desafiar a miséria, a indigência, a pobreza absoluta e vencê-la. Basta que tomemos essa decisão política. Quero deixar claro no extraordinário Estado de Pernambuco que esta Comissão é composta de Senadoras e Senadores, de Deputadas e Deputados altamente responsáveis, que têm uma história neste País, pessoas que vieram das camadas mais sofridas e que trazem na pele, no coração e na alma, o sofrimento do povo brasileiro. Por isso esta Comissão tem autoridade para discutir o problema e propor medidas capazes de suavizar esse sofrimento dos povos, dos humildes, dos excluídos, dos desassistidos de nossa sociedade.

Agradeço, mais um vez, a todos aqueles que enriqueceram esta audiência com as suas presenças, pedindo a Deus que continue derramando bênçãos sobre esse Estado e sobre esse magnífico povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

final md191

(Levanta-se a reunião às

16ª reunião, realizada em 13-10-1999

Aos treze dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às nove horas e quarenta minutos, no Auditório da Escola Técnica Federal do Estado de Alagoas, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Marina Silva e Eduardo Suplicy e os Senhores Deputados Euler Morais, Paulo Marinho, Feu Rosa, Luíza Erundina, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Presente também a Senadora Heloísa Helena. Foi nomeado Relator Ad Hoc o Deputado Euler Morais, informando a Presidência que a presente reunião destinava-se a uma audiência pública no Estado de Alagoas, por sugestão da Senadora Heloísa Helena. Após a Presidência concede a palavra aos seguintes oradores: Dra. Amália Amorim, Secretária de Saúde; Dr. Murilo Marinho, Secretário de Recursos Hidrícos; Dr. Mário Agra, Secretário de Agricultura; Dr. Joaquim Brito, Secretário de Trabalho e Assistência Social; Dra. Ana Willowait, do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente; Governador Ronaldo Lessa; Sra. Janilce Bonfim, do Conselho Municipal da Condição Feminina; Deputada Ziane Costa, Presidente da Assembléia Legislativa; Prefeito Avânio Feitosa, de Belo Monte e Presidente da AMA; Deputado Petrúcio Bandeira, Deputado Francisco Carvalho, Prefeita de Maceió, Kátia Born. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Eduardo Suplicy, Euler Morais, Paulo Marinho, Luíza Erundina, Feu Rosa, Marina Silva e Heloísa Helena. Usou da palavra ainda o Presidente da Comissão que explanou sobre as finalidades da Comissão, bem como do que já havia acontecido em outras audiências já realizadas pela Comissão, agradecendo a presença de todos. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

nos trazem bons fluidos.

Em primeiro lugar, nasci em 1954 e, em 1960, o meu avô, um daqueles comunistas velhos, foi preso cinqüenta vezes... Teotônio Vilela que era de Viçosa também e para quem meu avô fazia cela, o meu avô ia preso e o Senador Teotônio Vilela ia tirá-lo da cadeia.

Ele dizia, há quarenta anos passados, quanto eu tinha cinco anos de idade: " Se não houver reforma agrária, não adianta tanta política de Governo. Estou eu, Prefeita da cidade de Maceió, todos os meses, com o Mário Agra , recebendo os sem-terra naquela cidade. Vou recebê-los na porta da cidade porque não podemos esconder a questão dos trabalhadores rurais.

A elite alagoana tem que agüentar em Maceió os sem-terra nas praças e nas ruas porque se escondermos essa miséria, o que é que acontece? Fica parecendo que está tudo bem. Maceió atualmente é o primeiro destino turístico do País. De janeiro até setembro, a Embratur divulgou que somos a cidade do Brasil que mais tivemos ocupação hoteleiro naquele período. Mas, somos uma das cidades que tem o maior nível de concentração de pobreza.

Estou entregando o relatório a esta Comissão. Terminamos um trabalho de nove meses junto com a Universidade Federal de Alagoas em que concluímos o relatório. Cinqüenta por cento da população de Maceió tem um nível de pobreza abaixo do salário mínimo. Isto não pode existir em uma cidade que tem o melhor perfil turístico do País.

Como é que podemos discutir com esta Comissão? Eu e Mário Agra fazemos um apelo. A questão da reforma agrária ... Tem dez usinas fechadas. Vamos aproveitar esta Comissão e vamos sugerir ao Ministro da Reforma Agrária que desaproprie e, com o dinheiro do subsídio da cana-de-açúçar, vamos fazer os assentamentos. (Palmas.)

Vamos fazer, está na hora e esta Comissão poderia fortalecer este ponto. Temos mais de dez assentamentos precisando de caminhões para fazermos um sistema cooperativado, caminhões para que vendam na Ceasa que é nossa, do Governo do Estado. Quanto é que essa Ceasa recebe do interior do Estado? Quase nada porque não tem caminhões para fazermos o sistema cooperativado, abastecermos a cidade inteira e até exportarmos o material

Outra coisa que temos que deixar claro é que temos em Maceió, atualmente, somente na beira da Lagoa, dois mil trabalhadores que vieram do interior do Estado. A Lagoa Mundaú e Manguaba, a qual defendo e dedico minha vida, há vinte anos, alimentava um milhão e trezentas mil famílias diretamente e indiretamente. Atualmente, alimenta duzentos e cinqüenta mil famílias. É muito pouco. À beira da Lagoa temos dois mil trabalhadores sem terras impedindo a pesca, poluindo a lagoa, em época de chuvas em área de risco.

Comprei um terreno por um milhão e duzentos. Não terminei de pagar porque não tenho condições de fazer a infra-estrutura e nem de concluir a obra. Além dos dois mil trabalhadores, há mais mil em área de risco. Há três mil trabalhadores sem terra em Maceió que estão há mais de três anos e precisamos assentar. Não tenho condições de fazê-lo porque o orçamento da Prefeitura por mês é de R$12,5 milhões.

Sabe quanto é que pago de dívida externa e de dívida interna, embora o Senado tenha aprovado o rolamento da dívida dos Municípios, mas alguns itens deixaram de entrar principalmente esse que a gente paga. Só tem a questão do BID, mas o resto da dívida não entra. Pago R$2 milhões dos R$12,5 milhões é para pagar as dívidas externa e interna. A folha é de R$8 milhões, ou seja, 59% do meu orçamento. A Lei Camata diz que é 60%, estamos abaixo. Mas, se pago 59% e mais 20% de dívida externa e interna isso corresponde a quase 80%. Há a limpeza da cidade, R$1 milhão para a Câmara e até agora não foi regulamentado o percentual para passar para as Câmaras. E o que sobra não dá para manter a cidade, e eu entro no orçamento do mês seguinte todos os meses. Mas, mesmo assim, Maceió hoje ganhou o prêmio de cidade mais iluminada do País, porque a população paga R$3,00 da Taxa de Iluminação Pública. Algumas pessoas entraram na Justiça. Se Maceió acabar com isso, apagamos a cidade, que vocês agora estão regulamentando na nova reforma tributária.

Outro apelo que fazemos é em relação ao programa do leite e do óleo. Foi reduzido o valor. É preciso que no Nordeste aumente esse percentual, porque atendemos, mensalmente, 19 mil mulheres e crianças desnutridas. É preciso aumentar isso, porque a cidade de Maceió cresceu. Se o nível de pobreza que a Drª Genilda Leão levantou é de 50% da população, não podemos paralisar o programa do leite e do óleo. Muito pelo contrário. Se a cidade cresceu, precisamos ampliar esse programa do leite e do óleo não só na cidade de Maceió, mas na maioria dos 101 Municípios do Estado de Alagoas.

Precisamos, urgentemente, que esta Comissão dedique um pouco de seu tempo para o Programa de Geração de Emprego e Renda.

Já preparamos quase 440 cooperativas na cidade de Maceió para o Programa de Geração de Emprego e Renda. O que está faltando? O Governo Federal diz que o BNB financia, mas ainda não temos dinheiro para colocar no fundo, porque tudo é prioridade. Tem que ter recurso, Senadora Heloisa Helena, pela Secretaria Estadual de Assistência Social, que permita que produzamos, porque, como é a cidade de Maceió, que estou vivendo praticamente do turismo e não tenho o que vender, recuperei a renda do Pontal, preparamos mais de cem mulheres rendeiras, mas não tem o financiamento para que elas produzam. Todo nosso artesanato está sendo preparado.

A SRA. MARINA SILVA – De quanto é o financiamento das mulheres rendeiras?

A SRA. – Acho que com trezentos ou quatrocentos mil reais seríamos o maior pólo de filé do Brasil, porque o filé se acabou durante um período, porque aquelas mulheres não tinham como preparar seus filhos, porque tinham que ter uma outra fonte de renda, e não tinham material. Hoje, temos cem mulheres rendeiras preparadas e não tenho financiamento para isso. Fizemos um curso de quatro meses junto com a Fundação Teotônio Vilela, mas não tenho como financiar isso.

Temos questões mínimas e simples para a cidade de Maceió. Agora, como prioridade primeira é a questão da reforma agrária. Se não tivermos reforma agrária no Estado de Alagoas, não adianta fazermos tudo isso em Maceió, porque, cada vez que Maceió vai melhorando, o pessoal do interior vem para Maceió achando que aqui está tudo bem.

Agradeço a presença de todos vocês e tenho certeza de que, a partir deste momento histórico, Senadora Heloisa Helena — e nosso agradecimento a V. Exª por ter contribuído para que esta Comissão tivesse vindo a Alagoas — viveremos novos momentos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o primeiro inscrito da Comissão, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Srª Vice-Presidente, Senadora Marina Silva, Senadora Heloisa Helena, que teve a iniciativa de nos levar a visitar Alagoas, Deputada Luíza Erundina, Deputado Euler Morais, Deputado Paulo Barbosa, Deputado Feu Rosa, prezada Prefeita Kátia Born, Presidente Avânio Feitosa, da Associação dos Municípios de Alagoas, Srs. Prefeitos, Secretários, senhores cidadãos de Alagoas, é com grande satisfação, senso de dever e de responsabilidade que estamos aqui com uma missão que avaliamos seja fundamental para um dos propósitos mais importantes de quem quer que esteja na vida pública, nos três níveis de governo. Erradicar a pobreza constitui prioridade absoluta, e é importante que mais e mais vozes estejam sendo colocadas nessa direção.

Algumas pessoas avaliaram que não precisaria a Comissão que avalia as causas da pobreza percorrer alguns lugares do Brasil. Mas, Sr. Presidente Maguito Vilela, a partir do contato direto com uma realidade que todos nós, em função da nossa própria vida e do interesse pela vida política, temos tido, tenho a certeza de que quem realmente quer levar os propósitos desta Comissão efetivamente avante, para valer, precisa estar colocando os pés no chão onde há o problema, dialogar com os potenciais beneficiários das ações desta Comissão e com os agentes que mais de perto estão trabalhando com o problema, como, no caso, os prefeitos, vereadores, deputados estaduais e representantes no Executivo.

O Prefeito Avânio Faitosa me disse que, depois de termos dialogado bastante ontem, ele se convenceu da importância de se instituir um Programa de Renda Mínima. Gostaria de dizer que estou mais e mais convicto, a partir inclusive desta viagem, da necessidade de se acelerar a reforma agrária, como a Prefeita Kátia Born inclusive ressaltou . Precisamos dar toda a força a fim de que não haja qualquer demora no assentamento dos trabalhadores sem terra, e, sobretudo, estimular as formas cooperativas de produção, seja dos trabalhadores rurais, seja das mulheres rendeiras e de todos os tipos de atividade. Em relação às grandes empresas privadas, precisamos acelerar e impulsionar a democratização das relações entre trabalhadores e empresários, fazendo com que os trabalhadores tenham muito maior acesso às decisões e à maneira de distribuir a riqueza criada por todos.

Ao lado da prática do orçamento participativo, que precisamos expandir para todos, ao lado da expansão do microcrédito, do crédito à pequena e microempresa, tenho a convicção da importância de instituirmos o direito de todas as pessoas partilharem da riqueza da Nação como algo inalienável, o direito a um mínimo de renda. Gostaria de aqui rememorar algo que estava ontem falando com o Deputado Feu Rosa, que estudou na Inglaterra e fez seu doutoramento na London School of Economics e em outras universidades daquele país, conforme ele me relatou. Nos últimos 500 anos, filósofos, pensadores e cientistas sociais, como Thomas Moore, Thomas Pen, Karl Marx, Bertrand Russell e outros, estiveram verificando como se poderia resolver o problema da erradicação da pobreza. Mas, ao longo deste século, houve um economista, que recebeu o prêmio Nobel em 1977, e disse de sua longa busca por utopia. Ele resolveu fazer uma viagem em busca de um lugar perfeito, para encontrar Utopia. Por mais que navegasse, entretanto, não conseguiu achá-la.

Em seu caminho de volta, deparou-se com um lugar que lhe chamou demasiada atenção. Ali, conversando com as pessoas, encontrou um economista que lhe disse: Olha, nós aqui estamos em Agatutopia, que, em grego, quer dizer "um bom lugar". Os agatutopianos sabem onde fica Utopia, mas não vão lhe contar, porque eles têm uma extraordinária diferença com os utopianos que, afinal de contas, são seres humanos perfeitos e, portanto, construíram um lugar perfeito. Mas, aqui em Agatutopia, conseguimos construir um bom lugar para seres humanos imperfeitos, seres humanos que, por vezes, cometem bobagens, perfídias.

Perguntou quais seriam as características, os instrumentos e, estudando com se organizava a economia, saiu de lá convencido de que eram os melhores instrumentos. Então, ele resolveu propor ao seu partido e a todas aquelas pessoas – era o Partido Trabalhista inglês – que, se quisessem chegar aos objetivos que a humanidade e os economistas há tanto procuram, ou seja, a liberdade de as pessoas poderem escolher em que trabalhar, a sua profissão, em que gastar o que recebem naquilo que bem entendem, de maior igualdade, no sentido de não haver tantas disparidades de renda e de riqueza – como

aqui temos no Brasil -, mas também de eficiência, no sentido de alocar os recursos de forma a alcançar um melhor padrão de vida, levando em consideração os recursos existentes e a tecnologia disponível, deveriam – e ali estavam sendo aplicados – colocar em prática três instrumentos fundamentais:

Poderia haver flexibilidade de preços e salários, até para que a economia organizasse a alocação dos recursos com muita eficiência. Deveria haver muita cooperação entre trabalho e capital, trabalho e empresários. Então, ele propôs a existência de formas cooperativas de produção, em que os trabalhadores tivessem cotas de participação.

Os trabalhadores deveriam ser contratados em parte por salário, mas também em cotas de participação, o que, obviamente, dá o acesso às informações do que se passa em cada unidade produtivas.

Como um instrumento fundamental, deveria haver também uma renda de cidadania, uma renda garantida a todas pessoas, até porque, se vamos estabelecer uma certa flexibilidade para que salários e preços variem de acordo com os problemas, com a oferta que cresce e diminui, a demanda que aumenta e diminui, por fenômenos naturais os mais diversos, e também porque mesmo as empresas cooperativas, por vezes, podem sofrer com desastres climáticos ou variações extraordinárias, internacionais ou nacionais, podem levar uma empresa e seus trabalhadores a terem uma remuneração muito pequena, dever-se-ia ter como um instrumento fundamental uma renda como um direito à cidadania. Essa renda, se possível, deveria ser incondicional, não importando a origem, a raça, o sexo, a condição civil, sócio-econômica, a todas as pessoas dever-se-ia pagar um mínimo de renda suficiente para a sua sobrevivência.

Como pela sua própria experiência ele sabe que é difícil se instituir uma coisa como essa de uma dia para o outro, ele recomendou que se fizesse por etapas. Um possível caminho é através de um imposto de renda negativo; é, por exemplo, relacionar o direito à renda mínima à família carente, para que as suas crianças vão à escola. São caminhos na direção de se instituir isso.

Ainda para consolidar essa idéia, Sr. Presidente, eu gostaria de aqui relatar uma história verídica para ilustrar como foi possível se instituir algo assim e por que é perfeitamente possível no Brasil nós introduzirmos algo nessa direção. A história brasileira mostra que há 500 anos se procura promover o desenvolvimento destinando-se grandes recursos de toda a sociedade para algumas pessoas. Acreditou-se por muito tempo que essas pessoas, por terem patrimônio e serem empresárias, ao receberem grandes subsídios fiscais e creditícios, realizariam investimentos, criariam empregos e, assim, se promoveria o crescimento. Isso vem ocorrendo desde quando Dom Manuel escolheu doze pessoas para entre elas distribuir áreas maiores até do que a de Portugal. Cada uma dessas pessoas tinha que arrumar um navio – custava quarenta mil cruzados – e nele colocar duzentas pessoas para então virem para cá. Chegando aqui, escravizaram os índios, depois os negros e começaram essa história que continua a resultar em desigualdades fantásticas.

O Brasil é o campeão mundial da desigualdade pelo fato de estarmos sempre querendo estimular o desenvolvimento, primeiro, pelas mãos dos que já detêm grande patrimônio. Por que não revertermos isso? Será que não é possível?

Estão aqui alguns prefeitos e eu gostaria de me dirigir especialmente a eles. Certo dia, o prefeito de uma pequena vila de pescadores observou que de lá saía uma grande riqueza. A história desse prefeito poderia ser a de qualquer prefeito de uma cidade que tem pescadores, que tem enorme beleza, que recebe turistas do Brasil e do mundo inteiro. Será que um prefeito ou uma prefeita não poderia ter a percepção que esse prefeito teve?

O prefeito observou: "Por que não criamos um imposto de 3% sobre o valor da pesca e constituímos um fundo que a todos pertencerá para prover uma renda, pelo menos, igual para todos? Ele enfrentou enorme resistência para que essa idéia fosse aprovada. Cinco anos depois, ele conseguiu. Disse aos proprietários: "Olha, eu até vou diminuir um pouco o imposto sobre a propriedade, mas vocês aceitam isso". Acabou ficando com os dois. Acabou tendo sucesso.

Dez anos depois, ele se tornou governador do seu estado, onde foi descoberta enorme reserva de riquezas naturais. Então, ele disse: "Olha, nós precisamos levar em consideração não apenas a geração presente, mas também a geração futura. Vamos reservar 25% dos **royalties** decorrentes da exploração desses recursos para um fundo que a todos pertencerá". A sugestão foi aprovada na assembléia legislativa como uma emenda à Constituição e, ainda, por referendo popular na proporção de dois para um.

No entanto, por quatro anos eles discutiram: "Mas como é que vai ser administrado esse fundo?" Alguns propuseram: "Vamos criar um banco de desenvolvimento" – como o nosso BNDES. Outros disseram: "Ah, mas isso poderá ser uma maneira de distribuir recursos em larga escala para empresários que já têm grande patrimônio. Isso vai concentrar riqueza.

Façamos mais democraticamente, igual para todos. É assim foi feito. Em 1980, institui-se um fundo permanente com 50% dos **royalties** decorrentes da exploração dos recursos naturais. E o fundo foi crescendo: US$1 bilhão em 1980, e US$23 bilhões no ano passado. Aos poucos, foi-se pagando a cada pessoa residente naquele Estado. Primeiro, US$300; depois, US$400; depois, US$500,00; e, no ano passado, US$1.540 por pessoa. Neste ano, certamente, mais de US$1.600 serão pagos, exatamente nesta segunda semana de outubro.

Prefeita Katia Born, isso é perfeitamente possível e poderia ser feito em Alagoas, em Maceió, em Belo Monte, em Jaramantaia, em Campo Grande, em São José da Tapera, em cada um dos lugares, inclusive ali há a possibilidade não apenas da exploração do turismo, mas de recursos naturais, como o calcário e outros produtos. Bastaria pensar numa maneira de agir.

Qual o melhor desenho? Acabo de relatar o que aconteceu no Estado do Alasca, onde cada pessoa hoje tem esse direito inalienável de receber uma certa quantia. Poderíamos iniciar o Programa de Renda Mínima por meio de um imposto de renda negativo e caminhar na direção de a ninguém ser negada uma certa renda.

Presidente Maguito Vilela, gostaria de encerrar, porque, cada vez que V. Exª me proporciona a oportunidade de falar, conto um pouco mais de uma história, para tentar convencer os meus colegas da Comissão Mista de que esta é uma boa proposição. Companheiras como a Deputada Luiza Erundina e as Senadoras Marina Silva e Heloisa Helena sabem dessas histórias, que há tanto tempo venho contando, pelo convívio mais de perto que temos tido nesses anos. Mas os demais companheiros, aos poucos, estão tendo um diálogo.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que os que resolveram atender ao convite de V. Exª para participar desta Comissão estão formulando algo que tem mais e mais um consenso. Poderemos trocar idéias e aperfeiçoá-las, aprendendo um com o outro e também com aqueles que, aqui em Alagoas, nos transmitiram as suas experiências e a sua realidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Federal do Maranhão Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO – Sr. Presidente Maguito Vilela; Sr. Deputado Beltrão, grande amigo que Alagoas emprestou ao Maranhão e depois trouxe de volta, em nome de quem saúdo todos os Deputados, Senadores, Deputados Estaduais, Prefeitos e demais participantes desta audiência pública.

Como diz a nossa querida Deputada Erundina, depois desta viagem, estaremos todos convertidos à proposta do Senador Suplicy na questão da Renda Mínima. Sem dúvida! Até porque, depois do que temos visto por onde andamos, ficamos cada dia mais ciosos de que este País precisa olhar com outros olhos a questão da pobreza. Esta Comissão, portanto, não tem o objetivo de vir a Alagoas e prometer que resolverá todas as questões inerentes à causa alagoana, mas, com certeza, a partir do que ela tem presenciado, estaremos preparados para apresentar ao País – digo ao País e não apenas ao Governo – propostas concretas que possam minorar a questão da pobreza e acabar com a fome, que é um dos problemas mais graves que temos no País.

Na nossa visita a Pernambuco e também a Alagoas, chamou minha atenção a questão da concentração de terras e das usinas. Ouvi aqui, como ouvi Pernambuco, defensores e críticos das usinas, mas não consigo entender como existe tanta terra boa nas mãos de tão poucos e como há tanta terra ruim nas mãos de muitos. Para mim, aí reside a grande questão da miséria do Nordeste e da migração para Maceió e para outras cidades.

Sou do PFL, é bom que os senhores saibam disso, não sou do PT. Vejam os senhores o seguinte: ontem li num jornal de Alagoas que os usineiros estavam cobrando uma dívida do Governo Federal de R$25 milhões, que diz respeito à equalização de preços. E ouvi o Senador Suplicy dar o exemplo do Alasca, de um fundo, e ouvi também o Senador Suplicy falar sobre a contribuição que cada um deveria dar para aqueles que nada tem possam passar a ter alguma coisa e possam pelo menos sobreviver com dignidade.

Perguntava-me ali, ouvindo o Senador, essa equalização corresponde a quê? A um delta, a um diferencial que é pago aos usineiros por preço de tonelada de cana? Isso tem tudo a ver com a questão da produtividade, porque o pessoal lá de São Paulo não recebe esse valor. E quem banca isso? Quem banca é o Tesouro, são os impostos, o Governo Federal. Quem recebe esse dinheiro? São os usineiros. Será que R$25 milhões não serviriam para dar uma ajuda substancial àquele pessoal daquelas cidades que visitamos? Será que não resolveria a questão da água, por exemplo?

Por exemplo, São José da Tapera é um lugar com muitos córregos, onde passa água. Coincidentemente chegamos e estava chovendo. Sei, por exem-

plo, que um açude, de média proporção, gasta 200 horas para ser construído. Sei que um açude atende a pequenas comunidades, a pequenas propriedades. Imaginei que com 25 milhões podiam ser construídos dois mil açudes e atendidas duas mil pequenas propriedades rurais. Isso já mudaria substancialmente um quadro de falta de água e de necessidade de produção que existe naquela região.

O povo não é tão preguiçoso não, as pequenas propriedades têm cinco, dez, vinte vaquinhas. Entrei em uma casa com o Senador Suplicy, a primeira coisa que me chamou a atenção é que no fogão havia uma panela com leite, apesar de o chão úmido estar minando água. E leite é uma fonte protéica considerável. Ouvi a Secretária de Saúde aqui dizer que boa parte da questão da desnutrição ela tem combatido com lei e o óleo. E digo isso porque já fui prefeito da segunda maior cidade do Maranhão e encontrei uma mortalidade infantil de 125 por 1.000 e deixei com 14 por 1.000. E não foi com muita coisa, não; foi com pequenas coisas, como, por exemplo, esse programa do leite, não do leite em pó, fonte de corrupção neste País, mas do leite do pequeno produtor, desse povo que tem a pequena vacaria, que tem dez, vinte vaquinhas. Sou um dos radicais contra a essa questão do leite em pó, porque é misturado com água contaminada e servido às crianças, renovando as doenças a cada dia que é servido.

Pois bem, uma das minhas propostas à Comissão é que cuidemos dessa questão dos subsídios que é dado a essas usinas. Isso tem que acabar, eles precisam que aprender a produzir com eficiência, precisam ter produtividade. Não sou contra as usinas, mas eles não têm direito de receber do Tesouro, da União e dos impostos que todos pagamos valores consideráveis, que poderiam estar sendo direcionados para outros fins.

Ouvi a prefeita falar da questão do artesanato, por exemplo. Lembro-me de que ouvi anteontem, em Recife, o Superintende do Banco do Nordeste falando que o Banco do Nordeste, que administra um Fundo, que é oriundo dos impostos que todos nós pagamos, que é o Fundo Constitucional, dizer que o banco tem um programa interessante, que é o Crediamigo, que atende exatamente essa clientela, pessoas que não têm nenhuma renda, ou que financia de R$100 até cerca de R$3 mil. E me disse ainda o superintendente que até R$11 mil o banco não exige garantia, embora eu saiba que esse recurso, esse crédito ainda é extremamente burocratizado.

Então, uma das coisas que esta Comissão com certeza vai cuidar é da questão da desburocratização do crédito, principalmente desse recurso que não é do banco. O banco só administra, não é o dono, mas que ele usa. Aliás, financia até sua própria estrutura bancária, com recursos que são do povo, é dinheiro dos impostos que constituem o Fundo Constitucional do Nordeste, que não chega – pelo o que ouvi da prefeita – ao seu fim, que é atender a essa demanda de pequenos produtores, pequenos artesãos e até mesmo de pequenos proprietários ou de sem-terra que podem usar esse recurso para começar a produzir.

De forma, companheiros, que saio – vou ao Ceará hoje com a Comissão – bem cioso de que esta Comissão que está aqui hoje tem um papel muito importante na história deste País, que é contribuir para que possamos, de fato, mudar essa realidade cruel que assola o Nordeste e todo o País.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE(Maguito Vilela) – Com a palavra a ilustre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Bom dia a todos e, em nome da nossa querida Senadora Heloisa Helena, quero cumprimentar todos vocês e dizer ao nosso Presidente Maguito Vilela que esta viagem aqui foi muito importante. Mas muito importante mesmo, até pela brincadeira que estão fazendo com a gente, dizendo trouxemos a chuva, a água. Eu até ousaria dizer que fizemos uma grande troca. Vamos imaginar que trouxemos a chuva, mas trocamos essa chuva pelo sal, porque vocês nos estão dando o sal para levar de volta aos demais membros da Comissão, aos demais membros do Congresso Nacional. Eu gostaria muito que esse sal pudesse salgar também o sabor do Presidente da República, do pessoal do Ministério do Planejamento, da Fazenda, enfim, todos aqueles que infelizmente não tiveram a oportunidade que tivemos de, lá em São José dos Campos e nos demais municípios, entrarem naquelas casas. Entrei na casa de uma senhora, parece-me que o nome dela é Hilda – anotei o nome, mas não estou com ele aqui, está lá no hotel –, e naquela casa havia uma criancinha bem novinha – vocês conhecem isso mais do que eu – numa cama. Quando choveu, a lama passou por baixo da cama, por dentro da casa e saiu pela porta. Quem vê um quadro como aquele volta com uma outra visão para falar de pobreza dentro de uma Comissão que está lidando com essa problemática.

Eu estive lá na Zona da Mata e agora na realidade aqui de Alagoas, junto com os demais colegas. E olhem, é muito difícil ver aquela pequena casa, aquela pequena choupana, aquela mulher chorando, beijando a minha mão, rezando pelos Senadores, pelos Deputados, pelo Presidente. Meu Deus! Com toda

aquela desgraça, ela ainda reza, ainda chora, ainda se emociona! E observamos que o Banco do Brasil tem uma facilidade muito grande em dar recursos para usineiros – não digo todos – que são maus gestores, que são incompetentes, que se comportam como verdadeiros senhores feudais, colocando a mão no dinheiro público. E ainda têm a coragem de dizer que o Governo Federal, o Congresso Nacional, tem que dar mais apoio, mais subsídio, mais recursos, para que eles possam engordar suas gordas contas bancárias e não gerar emprego ou então deixar lá a sucata, como deixaram lá em Escada, e depois ir para Mato Grosso montar uma outra falcatrua, para se dar bem em detrimento do nosso povo. Esse dinheiro desses maus gestores poderia fazer aquelas casinhas do Prefeito Barreto, de R$4 mil, que tirariam aquelas pessoas da lama. Esse dinheiro poderia ser utilizado também no projeto, da nossa prefeita, de geração de emprego com as mulheres rendeiras, que precisa de apenas R$300 mil. Esse dinheiro serviria para multiplicar tantas ações neste País, que dão resposta ao cotidiano daqueles que precisam de muito pouco e pedem também muito pouco.

Precisamos desse sal que dá sabor a uma luta não-exclusivista, capaz de unir PMDB, PSDB, PFL, PT, partidos diferentes, para ter o sabor de grandes realizações em parceria.

Aprendi que, em cima de princípios éticos e morais duradouros, podemos até fazer alianças passageiras e pontuais. Há muito tempo, no Estado do Acre, fizemos uma aliança com doze partidos, inclusive com o do Presidente da República. O PT e o PSDB tiveram coragem. Sabem por quê? Porque sabíamos que, no dia em que pessoas de bem ganhassem aquele governo, os "hildebrandos", os assassinos da vida não teriam mais vez naquele Estado. Esse é o apelo que Alagoas precisa fazer.

Em cima de princípios maiores, unimo-nos em alguns momentos por realizações grandiosas. Não preciso concordar com o Deputado Chicão em absolutamente tudo. Mas em um ponto concordamos: queremos acabar com a pobreza. Então, minha gente, trabalhemos juntos nesse ponto. Eu não preciso concordar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em tudo aliás, concordo com muito pouco , mas, quanto à Amazônia, se Sua Excelência disser: Marina, ajude-me a fazer o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia para acabar com as queimadas, eu estou lá para ajudar. Assim como foi minha proposta, do Jorge Viana, da Oposição, do Conselho Nacional de Seringueiros, que criou o Prodex, a primeira linha de crédito para o extrativista da Amazônia. São cem anos de extrativismo na Amazônia.

A riqueza daquela região se deu graças a duas plantas: seringa e castanha. Representamos 40% das exportações deste País. No entanto, os seringueiros e castanheiros vivem nas piores condições de pobreza.

Eu, Senadora de Oposição, tive a coragem de levar ao Presidente da República um projeto: Está aqui, Senhor Presidente: crie uma linha de crédito especial no Banco da Amazônia para esse povo sofrido, que há cem anos produz riqueza e que hoje está abandonado. Eles concordaram. Criaram a linha de crédito a juros baixos. Só no meu Estado, o Acre, hoje, há milhares de famílias que já usaram o crédito três vezes. Há alguns dias, estava em uma reunião, em Cruzeiro do Sul, quando uma senhora bateu em meu ombro e disse: "Senadora, o Prodex está uma beleza. Meu guaraná já deu três vezes. Plantamos o guaraná, já pagamos duas vezes o empréstimo e vamos pagar a terceira". Podemos fazer parceria. Não estou sendo otimista, boba, não! Isso é possível porque existem coisas maiores do que nós.

Na discussão da reforma agrária, eu e o Senador Eduardo Suplicy batalhamos pela aprovação de algumas propostas. Não conseguimos. Quem nos ajudou foi o Senador Josaphat Marinho, do PFL da Bahia, um homem de partido conservador, que foi à tribuna, defendeu a proposta e conseguimos aprovar aquele projeto tão importante. Não só por ele, mas ele nos deu grande contribuição.

Pessoas de bem existem em todos os partidos, em todos os lugares. O importante é juntarmos essas pessoas de bem de todos os partidos e fazermos um grande mutirão para acabar com a fome, o desemprego e a miséria no Nordeste. Volto ao Senado com esse propósito.

A água que trouxemos é a que precisa lavar o descaso das autoridades que dão dinheiro aos usineiros incompetentes não digo todos. É a água que pode se juntar a esse sal para cozinhar uma nova comida, com novo tempero: solidariedade e respeito pela vida das pessoas. Nós podemos fazer isso.

Com muita alegria, peço a todos presentes que sejamos um pouco esse sal, algo que não aparece para dar o sabor. Quem é que encontra um pedacinho de sal no tempero? Ninguém encontra. Ele nem aparece, mas todo mundo sente. É por isso que essa nova proposta não pode ser da cabeça da Marina, do Maguito, do Supliy ou de quem quer que seja. Ela tem que ser uma espécie de sal para acabar com a pobreza neste País, porque isso é uma vergonha. Um País

tão rico como este pode até ter pessoas humildes, mas não pode ter miseráveis. Esse direito nós não temos.

Estamos batalhando para criar um orçamento social. O levantamento que fizemos dá conta de que com R$35 bilhões acabaríamos com a pobreza neste nosso País. Isso parece muito dinheiro mas não é. É só vermos quanto pagamos de juros da dívida, é só vermos quanto nós já pagamos com esses empreendimentos falidos – usinas, grandes projetos pecuários e madeireiros na Amazônia e tantos outros. É só ver isso e constataremos que é quase nada para se acabar com uma coisa que é tão terrível e uma chaga tão grave neste nosso País.

Vamos lutar pelo orçamento social. Talvez ele não seja ainda de R$35 bilhões, mas se fosse de R$15 ou de R$20 bilhões eu já ficaria feliz. Vamos criar um fórum nacional de gestão paritário – governo e sociedade – para implementar essas políticas públicas. Vamos priorizar os investimentos no emergencial de geração de emprego e renda, de saúde, de educação e de reforma agrária, para acabarmos com a pobreza no Brasil. Não haveria nenhum problema em nós, da Oposição, com a CNBB, as entidades e o Congresso Nacional chegarmos ao Presidente da República e dizermos: é disso que o Brasil precisa. Vocês não tiveram coragem de fazer sozinhos o Proer para salvar os banqueiros? Então, vamos ter a coragem de, unidos, todos nós, fazermos o Proer dos pobres para acabar com a miséria e o desemprego neste nosso País.

Eu, graças a Deus, vou voltando com esse duplo sal, que já tenho lá da minha região, que também tem muitos pobres, que vocês estão nos dando de presente, para salgar os corações, para encher de sabor os corações dos Deputados, dos Senadores, das autoridades com que pudermos contar, digamos assim; para contagiar com esse nosso entusiasmo, a fim de que possamos aprovar esse orçamento social, a fim de que esta Comissão não acabe após o dia 10 do mês que vem, a fim de que ela se transforme numa comissão permanente de acompanhamento desse orçamento social; para que possamos continuar, não fazendo turismo, mas verificando quem é o prefeito que está aplicando adequadamente as verbas, verificando qual o governo do Estado que está fazendo parceria com os prefeitos, que não está discriminando pelo fato de ele ser de outro partido.

Vamos transformar esta Comissão num momento de criação de um novo produto e esse produto se chama sociedade brasileira decidida a acabar com a fome e com a miséria.

Cristovam disse que há cem anos fizemos algo que parecia impossível: acabar com a escravidão. Acabamos com a escravidão, que era mais difícil do que acabar com a pobreza. Sabem por quê? Porque não havia concordância em acabar com a escravidão. Os senhores de engenho eram contra, uma parte dos políticos era contra e uma minoria era a favor. Mesmo assim, conseguimos. Hoje, de Marina Silva a Antonio Carlos, de vocês ao Presidente da República, ninguém tem coragem de dizer que é a favor da continuação da pobreza no País. Ora, se somos unanimidade contra a pobreza, por que não tomamos a decisão de viabilizar na prática os recursos, as políticas e as parcerias para acabar com a ela ?

Está de parabéns o povo sofrido de Alagoas, que é um povo lutador e que com dignidade é capaz de nos dar toda a motivação necessária para acabar com aquilo que aqui acontece – violência e miséria – e também em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Deputado pelo Espírito Santo, Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA – Sr. Presidente Maguito Vilela, Srª Senadora Heloísa Helena, para simplificar, saúdo V. Exª, que representa a classe política de Alagoas, Srªs Deputadas, Sr. Senador Eduardo Suplicy, Srs. Deputados, autoridades presentes, Deputados estaduais, minhas senhoras e meus senhores, eu queria, pelo tom do que foi falado na proposta do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Marina Silva.

A Comissão não é composta de pessoas comuns. Apesar de haver tantos interesses, tantos empresários e tantas tentações no Congresso, conseguiu-se instalar a Comissão de Combate à Miséria e à Fome acima de todos os partidos e acima de qualquer interesse.

Eu vim do Região Sudeste, do Espírito Santo. O nosso Governador tem alguma coisa parecida com o Governador Ronaldo Lessa* – é uma outra versão do rei da sucata. O nosso Estado está sucateado: quatro a cinco meses de atraso; índices de violência; a máfia impera, o que chamamos de **hall** o conluio das elites, do Judiciário, do Executivo, do Legislativo, da Polícia Civil e Militar. Temos um quadro meio parecido e também temos muita pobreza. Poucos sabem, mas um noticiário da **Globo** já mostrou alguns lixões da Grande Vitória, onde crianças, urubus, ratos e porcos disputavam a comida.

Vim de um Estado com tradição pesada, com tanta marca na história do Brasil, para informar-me melhor – o que já estou fazendo. Pedi aos secretários que nos acompanharam tão gentilmente na viagem

de ontem ao interior que me trouxessem mais informações, que serão passadas, se é que já não o foram, para os outros membros da Comissão. Dessa forma, o Relator e o Sub-Relator Elder terão mais subsídios para elaboração do relatório que, conforme mencionado numa bela idéia de outra mulher extraordinária que pertence a nossa Comissão, a ex-Prefeita Luiza Erundina, será o início de um processo para implementação do orçamento social da Senadora Marina Silva.

Quero também dizer que existem algumas situações semelhantes. Na semana passada, estive no Estado das Flandres, na Bélgica, tratando de alguns interesses de nosso Estado, que é portuário. O Estado das Flandres é meio parecido com o Alasca, pois os seus moradores têm o direito de receber 20 mil francos belgas, ou seja US$800, por mês, para viver lá. O Senador falou sobre as criações dos fundos no Alasca. Medidas como essas estão sendo tomadas a nível mundial.

Num País onde há miseráveis, o que é inadmissível, pois o nosso País é rico; num país em que, de um lado, há a seca do interior do sertão das Alagoas e do Nordeste e, de outro lado, há o Acre, onde chove freqüentemente – somos uma mistura de Bangladesh, um Estado com 110 milhões de habitantes numa área pouco superior ao dobro de Alagoas, e o Chade, um Estado, no Sael oriental da África, no qual quase não chove -, damo-nos ao luxo de ter um banco oficial, o famoso Banco do Brasil, que, nos últimos cinco anos, simplesmente deu um prejuízo de mais de US$30 bilhões ao Estado brasileiro, à população brasileira. E temos uma Caixa Econômica Federal que, nos últimos 10 anos, vem surrupiando o dinheiro da população, pois somente no ano passado ela teve balanço azul. Nos últimos 11 anos, mais de 50 bilhões... Quem é que está sustentando o Banco do Brasil? Quem é que está sustentando a Caixa Econômica Federal? Instituições oficiais. A prefeita e o Governador falaram quanto é que pagam por mês ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Num país em que temos, pela terceira vez consecutiva, os maiores índices de concentração de renda do mundo. Se misturarmos, de um lado, os 5% que mais ganham no Brasil e, de outro, os 5% que menos ganham, a diferença entre um e outro é da ordem de 26 vezes. Passou, este ano, no último relatório de desenvolvimento humano, para 27 vezes. Só temos um país no mundo que bate o Brasil nessa questão. É um país próximo do Xá?? de Botsuana*; no centro da África. Então, onde é que estamos?

Uma outra curiosidade do Brasil é que temos de bater forte na tecla da desnutrição infantil, alimentação e educação.

O nosso País, há dois anos, foi vice-campeão em ignorância! Não sei de todos viram. A notícia saiu dois dias na grande imprensa nacional e acabou. A média do brasileiro não sabe a diferença entre mil, um milhão e um bilhão. É por isso que, quando dizemos que uma usina está devendo 600 milhões e ela vale 60 milhões, ninguém entende direito. O grosso da população não entende. Por quê? Porque simplesmente temos o segundo pior índice de conhecimento de números, de aritmética e de matemática do mundo. Estamos somente atrás do país de Língua Portuguesa chamado Moçambique.

Mas não é isso o que viemos falar aqui. Idéias, viemos pegar de vocês. E caracterizar muito claramente: esta comissão não deverá parar.

Também quero enfatizar que o nosso Presidente Maguito Vilela, Senador da República pelo Estado de Goiás, no período em que foi Governador, extinguiu a miséria do Estado. S. Exª simplesmente erradicou a desnutrição infantil no Estado de Goiás.

São indicadores do nosso Presidente, que tem a responsabilidade de carregar os **follow up,** os seguidores desta comissão. Com essa grande força que vem da sua experiência executiva, não devemos decepcioná-lo. Acima de tudo, que tenhamos humildade de ouvir mais do que falar; de nos informarmos mais do que querer informar, porque não somos reis nem rainhas da "cocada preta". E aqui, no Estado das Alagoas, saber da tragédia que ocorreu no Estado – e que ainda ocorre – tem muito a contribuir para a solução dos mais profundos problemas nacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a ilustre Deputada Luiza Erundina*.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, minhas companheiras, meus companheiros Parlamentares, minhas senhoras e meus senhores do Governo, quero contar um pouco o que foi para mim pessoalmente esses três dias de jornada por essas cidades do interior do Nordeste. Causou-me um impacto. Sou nordestina, paraibana do sertão, filha de uma família de camponeses, que viveu, quando criança, o problema da seca, do flagelo e da migração forçada, pelas condições que enfrentávamos naquele sertão, naquele interior da Paraíba.

Sexta-feira passada, estive em Campina Grande. Fui visitar o Bispo de lá, D. Luiz Alberto – que também é de Uiraúna*, como eu. Ele me contou uma história – e enquanto ele contava, ele chorava e me fazia

chorar. Contou-me que recebeu a visita de um jornalista, que fora com uma equipe da televisão para registrar, numa cidadezinha do interior da Paraíba, a situação de uma família vítima da seca e submetida às condições difíceis que todos conhecemos, daquelas famílias pobres daquela região. Quando o jornalista terminou a entrevista era hora do almoço, e aquela senhora o chamou para dentro do seu casebre e disse: o senhor aceita um chazinho? Bom, aceito. E ele entrou no casebre e ela disse: olha, eu só tenho aqui um capim santo e um pouco de açúcar que resta, e vou fazer um chazinho para o senhor, se o senhor quiser. E ele viu que também tinha três pequeninas crianças sentadas num canto da parede, caladinhas, paradas, de olho grande, barriga grande. Ela disse eu vou fazer um chazinho e distribuiu uma canequinha de chá para o jornalista, para ela mesma e para as três crianças e disse: esse é o único alimento que tenho hoje para mim e para as minhas crianças. E ofereceu o chá de capim– santo, com um pouquinho de açúcar que restava na sua casa, para mostrar o carinho e a forma como o povo pobre age quando recebe uma visita. E aquele jornalista, não se contendo, procurou o bispo para contar o que vivenciara. O bispo e o jornalista choravam ao mesmo tempo. Foi, de uma certa forma, isso que vimos reproduzido numa escala aumentada nessas cidades que visitamos.

Mas acredito que essa visita serviu mais para nós do que para a população dessas cidades e a população do Nordeste. Serviu, porque nos converteu – o Paulo falava disso. Converteu-nos. Não seremos mais os mesmos ao voltarmos ao Congresso Nacional, depois do que vimos e vivemos nesses dias de visita a esses três Estados do Nordeste.

E eu, particularmente, senti-me dividida e ao mesmo tempo reflexiva sobre o meu papel como nordestina, filha de camponeses sem terra, hoje no Congresso Nacional, representando o Estado mais rico da Federação, mas também onde convivem situações de pobreza, miséria, exclusão e de violência, como é na periferia de São Paulo, assim como na periferia das grandes cidades deste País. E aí me vi voltando no tempo e vivendo a minha infância de nordestina, migrante por causa da seca, e vi-me também hoje em São Paulo, depois de ter administrado aquela cidade e como me senti nessa situação, e vi que eu estava paulista no Nordeste e quando estou em São Paulo sinto-me nordestina em São Paulo.

E os problemas que enfrentei aqui pelos os quais fui forçada a migrar para São Paulo, não por causa da seca, como os meus irmãos nordestinos, mas por causa da violência política que se dava no final da década de 60 e início da década de 70. Fui para São Paulo, como assistente social, trabalhando nas favelas e cortiços daquela grande cidade. E embora tenha ido magoada, com a sensação de haver deixado a luta para trás, cheguei em São Paulo e vi que Deus escreve certo por linhas tortas. Ele me mandou para a periferia e para as favelas de São Paulo porque lá fui encontrar exatamente os meus irmãos nordestinos, expulsos pela seca e pelo latifúndio, lutando pelo direito a uma moradia, a um pedaço de chão na cidade, assim como lutou e foi expulso da terra que não é dele, porque não se fez ainda neste País a reforma agrária e não se fez ainda neste País a reforma urbana.

E eu refletia, junto às conversas que tivemos com as famílias, com as pessoas, ouvindo as autoridades nessas sessões públicas da Comissão, ouvindo os meus companheiros de Comissão, e foi se passando um processo dentro de mim, e eu lembrava dos meus irmãos nordestinos, já no Jardim Ângelo de São Paulo, a região mais violenta deste País, onde todo final de semana são exterminadas dezenas de pessoas, entre elas crianças e adolescentes, sem perspectiva, sem futuro, sem garantia e sua existência plena nessa sociedade injusta, nessa sociedade perversa.

Lembrava-me dos meus irmãos nordestinos da periferia da Zona Leste de São Paulo, e encontrei muitos parentes deles por onde andamos, que manifestavam a sua vontade de serem lembrados por aquelas pessoas, e muitos deles acabavam de chegar de São Paulo, e também São Paulo não é mais alternativa para o migrante e para o flagelado da seca, porque lá não tem mais emprego, lá não tem mais salário, lá não tem mais possibilidade de sobrevivência por conta das conseqüências perversas dessa política econômica que lamentavelmente esse Governo não se interessa em modificar, mudando seus rumos. E eu diria também que, se ele tivesse vindo nessa trajetória, se ele tivesse vindo pessoalmente ver a situação que vivemos, ele também se converteria, porque é impossível sentir pessoalmente esse quadro e não se converter, não se sensibilizar e não se tocar da gravidade do que este Governo está realizando e provocando na vida da maioria do nosso povo aqui no Nordeste e lá em São Paulo, onde tem desemprego e onde tem pessoas sem alternativas de sobrevivência.

Nós nos convertemos e iniciamos uma revolução cultural dentro de nós. Já não olho mais o Fel(???), o Paulo e os outros companheiros do PTB, do PFL e do PMDB como via antes, como adversários, como pessoas incondicionalmente adesistas às propostas e às decisões do Governo; eu os vi como

pessoas sensíveis, pessoas ligadas aos problemas do País, pessoas frustradas porque não conseguem influir em nenhum nível de Governo para alterar esse quadro e essa realidade. Eu os vi comungando conosco da mesma dor e das mesmas esperanças do nosso povo sofrido do Nordeste, comprometendo-se, ao sair daqui, em não serem mais os mesmos, atuando como base de sustentação do Governo. Nós vamos nos rebelar contra essa política, contra essas iniciativas e contra a forma como o Governo está agindo frente à realidade perversa que vemos aqui.

Portanto, houve um início de revolução cultural dentro de nós, e tenho certeza de que as frustrações que vivemos quotidianamente naquele Congresso, pois não podemos alterar quase nada daquilo que lá se faz, são também, em parte, das bases do Governo, orientadas por uma meia dúzia de lideranças, que, provavelmente, não conhecem a realidade desse povo. Também eles me disseram que não conseguem influir na medida do que precisavam influir, mesmo sendo maioria no Congresso, para que as coisas não se dêem da forma como se dão. Portanto, fizemos mais do que trocar água por sal, como disse a sabedoria dessa mulher fantástica do Acre que é Marina Silva; nós fizemos mais do que atrair a chuva para o chão seco dessas cidades. A água banhou nossa mente, nossa alma e nosso coração. Não somos mais os mesmos. Insisto que, depois que sairmos daqui, vamos exigir medidas concretas do Governo no sentido de dar mais rentabilidade aos investimentos que eles repassam de forma atrasada para os programas que se aplicam aqui no Nordeste.

É preciso mais integração, mais articulação e mais controle e fiscalização dos recursos públicos que se transferem para essa região por meio desses diferentes órgãos e programas.

Não nos satisfazemos apenas em fazer um relatório completo e credenciado, porque nós vamos relatar aquilo que vimos, aquilo que sentimos, aquilo que ouvimos; nós vamos também procurar interferir imediatamente, não só criando uma comissão permanente para percorrer os órgãos públicos e exigir o acompanhamento e a fiscalização das ações de Governo, bem como vamos sugerir ao nosso Presidente que nos organize para irmos aos Ministérios, aos órgãos públicos para exigir soluções imediatas para os vários problemas. Só falta o Governo conhecer a realidade e tomar a decisão de agir para resolver esses pequenos, mas tão importantes problemas da população dessas várias regiões.

Portanto, Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares, meu povo de Maceió, de Alagoas, do Nordeste, obrigado a vocês pela lição que estão nos dando, lição de resistência, lição de fé na vida, lição de esperança e lição, sobretudo, de unidade. Nós não somos o Sul contra o Norte, ou o Norte contra o Sul, somos brasileiros que queremos um futuro melhor para este País; nós queremos um País mais justo e solidário, um País em que a cidadania seja assegurada para todos, o que é possível já. Não é preciso nenhum grande plano de Governo para que aconteça. Basta que haja vontade política, parceria com a sociedade civil, consciência da força que temos quando nos unimos e decidimos lutar por aquilo que nos une.

Meus irmãos, minhas irmãs, meus colegas parlamentares, saio daqui fortalecida e animada na minha fé e na minha esperança e muito grata ao povo da região nordestina, minha região, que mais uma vez me energiza e me dá coragem para continuar a luta pelo Nordeste e pelo Brasil, em São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Deputado Federal por Goiás Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Meus cumprimentos ao Presidente desta Comissão Especial do Congresso que tem o desafio de enfrentar o problema da fome, da miséria, da pobreza em nosso País, Senador Maguito Vilela, ex-Governador do Estado de Goiás. Quero cumprimentar todos os demais integrantes da Mesa na pessoa da nossa anfitriã e autora do requerimento para a vinda da Comissão a este Estado, a Senadora Heloisa Helena, e dizer da alegria de estar aqui na presença da Senadora Marina, Vice-Presidente desta Comissão, da mulher– guerreira que é a Deputada Luiza Erundina, do Senador Eduardo Suplicy, um Senador determinado, dos meus companheiro Paulo Marinho, Feu Rosa e na presença de todos vocês, deputados estaduais e da Prefeita desta cidade.

A minha primeira palavra é de agradecimento pelo privilégio de estar participando desta viagem. Já estivemos no Estado de Pernambuco, agora estamos em Alagoas e amanhã estaremos no Ceará, na condição de relator adjunto, uma vez que o Deputado Roberto Brant, relator oficial da Comissão, teve de permanecer em Brasília adiantando os trabalhos para que possamos cumprir o cronograma estabelecido e, se possível, no dia 9 de novembro, apresentar o relatório da Comissão.

Quero apenas salientar que o que temos ouvido e visto, em Brasília, em várias audiências públicas com autoridades as mais representativas do País, e também nesta primeira viagem, que deverá ser segui-

da de algumas visitas à região do Entorno de Brasília, é realmente a realidade, é o quadro dramático da fome, da miséria e da pobreza. Verificamos que as estatísticas nos assustam quando descobrimos que não somos, como até pouco atrás se divulgava, 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza. Hoje, o próprio órgão oficial, o IPEA, afirma que são 54 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, pessoas que vivem no Nordeste do Brasil, que vivem na zona rural, mulheres e negros formando a grande maioria dos que foram excluídos e não tiveram oportunidades num País que, como disse o Deputado Feu, tem tantos recursos naturais, tantas potencialidades, mas que adotou um modelo urbano-industrial perverso, concentrador de renda, que, infelizmente, ao longo das últimas décadas, tem nos trazido a vergonha de ser considerados o primeiro ou o segundo País que mais concentra a renda no mundo.

Diante desse fato não podemos nos acomodar jamais. É preciso ter indignação. Não revolta, mas indignação, perplexidade. É preciso que isso, em vez de nos acomodar ante o enorme desafio, nos pressione para frente para buscarmos soluções para os graves problemas que os nossos irmãos brasileiros que estão enfrentando em todas as regiões deste País. Não é apenas no Nordeste, não é apenas nas grandes metrópoles, mas também até mesmo nas pequenas cidades, onde as pessoas não têm o básico, o alimento, não têm acesso à saúde, não têm acesso à educação, não têm acesso à terra, não têm acesso a emprego, a oportunidade de renda.

Queria me perguntar aqui: Depois do que temos visto, há esperança para o Brasil que termina o século XX e que entra no terceiro milênio? Eu diria: Há esperança. Jamais poderemos nos acomodar e nos aquietar ante essa realidade. É mais do que nunca o momento propício para o Brasil se despertar. O mundo está se despertando por todo esse processo de acumulação de renda e de riqueza. FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, presidentes de vários países estão incomodados em ver que as próprias medidas recomendadas pelo FMI, de aperto aos países que têm que recorrer a este Fundo Monetário Internacional, estão acabando por prejudicar as populações e aumentar a pobreza. É preciso rever o modelo.

Queria, aqui, apenas, concluindo as minhas rápidas observações, já chegamos a um diagnóstico básico, o relatório deverá trazer uma série de observações sobre a realidade, mas também de propostas de medidas para enfrentar esse problema; medidas de caráter emergencial, medidas de caráter compensatório, para resolver a urgência, mas também medida de médio e de longo alcance. Tenho certeza que a nossa missão não se encerra talvez no dia 9 de novembro, ao entregarmos o relatório desta comissão, apenas começa. E não apenas os Parlamentares, mas toda a sociedade civil brasileira, desde o Poder Federal, estadual, municipal, a sociedade civil, porque essa não é a causa de alguns, é a causa de todos, de realmente enfrentarmos com ousadia, com convicção que poderemos acabar com a fome, que poderemos reduzir a pobreza, se assim o quisermos. E temos exemplos, temos exemplos. Acho que, no mínimo, a nossa Comissão, que espero que seja inclusive permanente, no Congresso Nacional, pelo menos durante 10 anos como meta, para poder mostrar, não só para nós próprios brasileiros que temos condições, mas para o mundo, de que teremos a alegria de dizer: Não há mais fome no Brasil, não há mais crianças desnutridas, não há mais trabalho infantil nas nossas cidades, nos nossos municípios. De que o cidadão de fato vai ter acesso à educação, à saúde, à terra para trabalhar, à oportunidade de emprego.

Queria concluir, portanto, a minha fala, como disse a Marina, Luiza Erundina, todos os demais. Saímos daqui, em lugar de chocados, perplexos, sei que saímos daqui revigorados, ainda muito mais dispostos, porque o caráter desta comissão é realmente suprapartidário, aqui, estamos aprendendo que temos um objetivo muito mais grandioso do que partidos: o ser humano, que é a coisa mais valiosa na face da terra e que precisa ser olhado com olhos de misericórdia, de bondade, de amor. Do contrário, nos tornaremos insensíveis e andaremos nas ruas das nossas cidades tropeçando em criancinhas, em pessoas que foram excluídas por nós mesmos que compomos essa sociedade.

Concluindo eu queria dizer que, realmente, essa missão exige perseverança, determinação e, diria mais, obstinação para que possamos ver os resultados. É preciso criarmos um verdadeiro sentimento de solidariedade nacional, para enfrentarmos este problema. Creio que ele está nascendo aqui. Eu queria lembrar – se V.Exª me permitir, Sr. Presidente, que quando esse homem, governador do Estado de Goiás, o qual tive oportunidade de auxiliar na campanha, chegou, em minha casa, e me convidou para ocupar um posto, um cargo no seu governo – fui o primeiro auxiliar a ser convidado – ele me disse: Euler, escolha qual a área que você quer colaborar comigo, qual a Secretaria. Talvez, pela minha formação, eu

pudesse dizer: quero ser o Secretário da Fazenda ou do Planejamento, porque eu já sei o que fazer.

Mas, ele disse: Euler, posso industrializar o Estado, posso consolidar a infra-estrutura de estradas e energia, mas se eu não implementar o programa social ao qual eu me comprometi com Deus, com o povo e comigo mesmo, eu não terei a menor satisfação. E ele me desafiou a que aceitasse o compromisso de ajudá-lo a implementar um dos maiores programas sociais. Passei 4 dias numa tormenta, dizendo à minha esposa que estava em crise e encrencado. E ela: Por quê? Porque, não sei a decisão que vou tomar. Se eu disser que desejo ser o Secretário da Fazenda, vai parecer que estou buscando interesse próprio ou comodidade.

Mas, se eu disser que topo implementar este programa que eu não sei como, ainda, que é para acabar com a fome, com a pobreza e ajudar àqueles que precisam de fato do Governo, talvez eu possa decepcioná-lo e eu, até, quem sabe, daqui a 6 meses, estar fora do processo, porque às vezes, serei um incompetente? Preciso ter convicção. No quarto dia, o dia em que ele pediu a minha resposta, pois não queria que eu demorasse porque tinha necessidade de constituir o seu Governo, às 7 horas da manhã, antes de sair de casa, abri a minha Bíblia, com a minha esposa, como faço, normalmente, todos os dias. E, ali, a minha esposa começou a ler aquele Texto da Multiplicação dos Pães.

Na medida em que a minha esposa ia lendo, eu via que a voz dela ficava embargada e lágrimas desciam dos seus olhos. Ao terminar aquela leitura, que eu já lera tantas vezes, na minha vida, ela virou para mim, e disse: Euler, você já sabe a resposta que vai dar ao Maguito Vilela? Eu disse: Agora, sei. Mas, por quê? Eu disse para ela: Porque, realmente, o que esse texto nos mostra, é que deve haver solidariedade . A multidão que acompanhava Jesus, estava com fome. E Jesus pediu: Alimente esse povo! Mas, não havia supemercado, não havia nada que pudesse atendê-lo. Mas, no meio do povo, encontraram apenas alguns pequenos pães e peixinhos. Jesus fez, ali, uma demonstração. E, realmente, é um exemplo para nós, hoje, de que quando damos um pouquinho do que nós temos, Ele faz o resto, Ele multiplica.

Eu disse à minha esposa: Por causa desse Texto da Bíblia, porque a palavra de Deus diz, que quando o justo governa, o povo se alegra. Porque quando o governante olha para os mais pobres e para os mais humildes, ele multiplica os recursos, o pão e a as possibilidades, eu vou aceitar. E assim, pela primeira vez, expressei a palavra solidariedade que veio a ser o nome da Secretaria que o Senador Maguito Vilela criou em Goiás, para combater a fome e a pobreza. É possível fazer a multiplicação dos pães, no Brasil, se cada um der a sua parcela de contribuição, se der o seu pãozinho se der o seu peixinho. Não podemos esperar que a responsabilidade seja, apenas, dos Governos Federal, Estadual, Municipal ou das entidades. Todos nós temos uma responsabilidade.

Por isso, Sr. Presidente, eu concluo aqui, a minha palavra, mais uma vez lembrando um texto bíblico que, mais do que nunca, deve ser motivador das nossas ações, porque toca a nossa sensibilidade e o nosso coração; o versículo está no livro de Colossenses 3:17 e diz assim: "Em tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em ação, fazei-o como para o Senhor Deus, dando a Ele graças em tudo." Que possa ser esse o espírito da nossa Comissão e de todos aqueles que aqui vieram participar desta audiência pública. Acima de Partidos, acima de Governos, fazendo com determinação, como para Deus, tenho certeza de que Ele vai nos dar a alegria de, em 10 anos, vermos a fome erradicada, as nossas crianças nas escolas, e este País sendo o país da alegria que todos queremos.

Muito obrigado de coração.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Quero saudar todos os companheiros e companheiras que integram a Comissão Mista, todas as personalidades políticas presentes, os Secretários Estaduais e Municipais, as entidades não-governamentais, as entidades que integram as forças vivas da sociedade, que se encontram conosco discutindo.

Senador Maguito Vilela, quando chegamos hoje ao plenário, um companheiro integrante dos meios de comunicação olhou para mim e, sorrindo muito, perguntava-me: "Como os Deputados e os Senadores se saíram no turismo da miséria?" Eu disse: "Com certeza, mais tristes e mais angustiados do que você e muito mais comprometidos nesse esforço coletivo, que é obrigação de todos nós, representantes do povo brasileiro, para possibilitar ao menos opções que minimizem, que diminuam a angústia, o sofrimento, a fome, o desemprego, a miséria de milhões de brasileiros e, muito especialmente, de milhares de alagoanos."

Fizemos a visita ontem o dia todo, com chuva. Impressionante, porque com chuva. Os Deputados e Senadores brincavam comigo e diziam: "Heloisa, você passou esse tempo todo dizendo que fazia dois anos que não chovia em Alagoas; como você explica

que agora está chovendo? Vamos começar a questionar quando você estiver falando da seca." E aí muitos diziam: "São os bons ventos, os bons espíritos que a Comissão está trazendo."

E ontem, meu companheiro Eloísio, lá em Água Branca, uma senhora me abraçava e dizia: "Já pensou, Heloisa, chuva neste momento!? Sabe o que é essa chuva? É o nosso choro, são as nossas lágrimas, as lágrimas do povo pobre do sertão, que talvez esteja sinalizando para a Comissão o significado dela".

Nós, nordestinos, não precisamos de esmolas. Nós, nordestinos, Deputada Luiza Erundina, estamos cansados de ser tratados como aqueles pobrezinhos miseráveis que, simplesmente, usufruem supostamente dos recursos da Nação brasileira. Nós não queremos ser os miseráveis, não somos mendigos, não queremos viver toda a nossa vida pedindo esmolas ao Governo Federal, não queremos simplesmente a esmola da cesta básica, a esmola do carro-pipa, a esmola da frente de emergência. Somos cidadãos brasileiros e queremos ser respeitados como cidadãos brasileiros. Em muitos momentos, queremos as esmolas, porque as pessoas não podem sobreviver sem a gota d'água, sem o copo d'água, sem a cesta básica. (Aplausos.)

É por isso que lutamos para isso, mas não queremos ser mendigos a vida toda. Queremos ser respeitados, e o Nordeste é a Região mais desrespeitada no Plano Plurianual, no Orçamento, não simplesmente pelos percentuais que são definidos – quando se faz a dança dos percentuais, nós até temos muito –, mas comparando-se com a **per capita**, com o número de nordestinos, com os indicadores sociais, com todas as frias estatísticas oficiais que escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas. É exatamente por isso que essa lição de solidariedade, de busca de alternativas que a Comissão traz, é muito importante.

Eu lembrava, há um mês, no Senado, um belo exemplo de solidariedade que uma das milhares de crianças de rua da nossa cidade de Maceió nos dá. Na Praça dos Martírios, onde fica o Palácio do Governo, uma criança de rua, faminta, mal vestida, suja, cheirando a cola, abraçou-me e me disse: "Heloisa, você tá morando em Brasília?" Eu disso: "Estou". Perguntou: "Você mora perto do Presidente da República?" Aí, eu brinquei e respondi: "Mais ou menos". Ele disse: "Olha, Heloisa, peça para o Presidente da República mandar comida para o povo do sertão, porque eles estão morrendo de fome." Aquela criança que, como as outras, estava morrendo de fome, que não tem casa para morar, que não tem a família para dar-lhe carinho, que não tem o seu próprio alimento, dava o mais belo gesto de solidariedade, porque mandava que eu pedisse ao Presidente da República que olhasse para aqueles que ele via pela televisão da loja da esquina e que estavam morrendo de fome, tanto quanto ela. Se aquela criança teve esse gesto de solidariedade, como vamos aceitar que a elite política e econômica desse país simplesmente feche os olhos diante de tanta angústia cotidiana, de tanto sofrimento da população brasileira e da população nordestina?

Queremos lembrar essa situação agora, no momento em que se discute o Orçamento. A maior tarefa da Comissão da Pobreza logo agora é dizer não ao superávit primário construído pela fome, pelo desemprego e pela miséria da população brasileira. Temos que dizer não ao contingenciamento das políticas sociais, das políticas públicas. Nós, Senadores, temos de dizer não a esse tipo de política perversa agora, pois, no Senado, vai ser votado um empréstimo de U$2 bilhões, que sequer pode ser convertido em reais para investir nas áreas relacionadas com a pobreza. Nós, Senadores, temos a obrigação de nos unir aos Deputados Federais, que também podem fazer pressão nas representações políticas dos seus Partidos no Senado, para mudar a situação. O Governo Federal vai se endividar em U$2 bilhões, quantia que vai ficar no caixa do Tesouro simplesmente para pagar os juros e os serviços da dívida externa e continuar seduzindo a agiotagem internacional. A Comissão da Pobreza tem o compromisso de, na próxima semana, quando o empréstimo vai ser votado, dizer, em alto e bom som, ao Governo Federal e ao Senado, que, se o Brasil vai se endividar em U$2 bilhões, deve pegar um montante correspondente a R$4 bilhões, e possibilitar a entrada de oito milhões de famílias brasileiras no Programa de Garantia Renda Mínima.

Podemos começar a fazer isso logo agora, na discussão do Plano Plurianual. O Governo faz um jogo de marketing e diz que tem R$1 trilhão de investimentos, mas todos os Deputados e Senadores sabem que são apenas R$50 bilhões. O Fundo Monetário Internacional faz o discurso favorável à pobreza, mas continua impondo ao nosso País regras perversas que podem destruir a nação brasileira.

É exatamente por isso que fizemos um esforço grande. Eu sei que não estão aqui todos os Deputados e Senadores da Bancada Federal de Alagoas, mas espero que todos eles estejam juntos com a Comissão da Pobreza para que possamos discutir alternati-

vas concretas, ágeis e eficazes para minimizar os problemas de Alagoas.

Quando eu encontrava algumas pessoas, elas diziam: "Heloisa, por que você trouxe essa Comissão para ver justamente a nossa pobreza, a nossa miséria? Leve-os para olhar a praia maravilhosa." Eu sei que temos belezas naturais maravilhosas, mas, até para que possamos explorar o turismo, não podemos fazer isso sem infra-estrutura, sem abastecimento de água, sem abastecimento de energia, sem estradas. Todos eles já conhecem as nossas praias belíssimas. Quando passam por esta região, no avião, vêem o abraço de Deus em nossas praias, vêem o nosso maravilhoso e belíssimo rio São Francisco. Do avião vêem as nossas matas, frias, mas absolutamente aconchegantes. Eles já conhecem as belezas naturais de Alagoas e estão aqui para fazer um gesto de solidariedade ao povo alagoano, mas, acima de tudo, para assumir um compromisso com Alagoas para possibilitar a criação de novos e melhores caminhos para a nossa querida terra, esta terra em que nós que estamos aqui nascemos, esta terra cujas dificuldades conhecemos, porque não tenho dúvida de que a auto-estima de nenhuma outra família deste País sofreu tanto, de que nenhuma família sofreu tanto com as miserabilidades como a nossa querida Alagoas.

O Prefeito Avânio sabe disso, e o disse muito bem na sua fala. Não são apenas os Municípios que visitamos que estão em crise. Nas periferias de Maceió existem crianças que estão sendo comidas, beliscadas à noite por tapurus, crianças que vêem as chuvas não com o romantismo que vemos, devido ao cheiro de terra molhada, mas crianças que na chuva não podem se deitar senão os ratos as beliscam. Existem situações gravíssimas em nosso Estado.

Sabemos que a Comissão não poderá resolver tudo. Não exigiremos que a Comissão se comporte como vendedora e mercadora de ilusões. Sabemos que ela não poderá resolver tudo, mas com certeza temos esperança que a Comissão que esteve aqui e que conhece parte dos problemas de Alagoas poderá nos ajudar a criar novos e melhores caminhos para esta terra que amamos, para esta terra que defendemos, para esta terra de mulheres e de homens de bem e de paz e que merecem ser respeitados pelo Governador, pelo Presidente da República e por todas as forças políticas e econômicas deste País.

O meu mais profundo agradecimento a todos os Deputados Federais, a todos os Senadores, à equipe de assessores e de servidores do Senado que nos acompanha e que viu de perto toda a problemática de nosso Estado, às lideranças políticas, aos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários, às várias lideranças que nos acompanharam e que, sem dúvida alguma, ajudaram muito a Comissão, que terá a grande oportunidade de ajudar a nossa querida Alagoas.

Um abraço muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Gostaria, antes de encerrar e de fazer algumas considerações finais, de agradecer muito a todos os que vieram prestigiar esta audiência pública, os já citados e nominados e mais o Dr. Saulo Cruz, Dr. Jorge Brizendo, Dr. Jaci Quintela, Dr. Tomás Beltrão, Drª Amália Abreu, Drª Genilda Leão, Srª Conceição Carvalho, Sr. Pedro Verdino, Sr. Guilherme Soares, o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, José Antônio de Almeida, Dr. Geraldo Mota, Sr. José Gomes de Araújo, Sr. Jerônimo Ferreira, Sr. Jaime Correia, Sr. Josenal dos Santos, Srª Severina Morais, Sr. Pedro Lúcio, todos representando as suas entidades, os seus órgãos, enfim, todos os líderes aqui citados e também os amigos do MT que estão aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Srª Presidente, Senadora Marina Silva, Sr. Senador Eduardo Suplicy, Srª Senadora Heloisa Helena, Srª Deputada Federal Luiza Erundina, Sr. Deputado Federal Euler Morais, Sr. Deputado Federal Paulo Marinho, Sr. Deputado Federal Feu Rosa, Sr. Prefeito Municipal, Presidente da AMA, Dr. Avânio, Srs. Prefeitos Municipais aqui presentes, autoridades, companheiros e companheiras, vou usar aqui os 10 minutos que cada um dos Srs. Senadores e Deputados Federais usaram para falar da minha impressão desta Comissão, o que ela está fazendo, o que ela pensa em propor, qual será a sua atuação doravante; enfim, o que ela tem feito e o que fará, e naturalmente algumas outras considerações a respeito das desigualdades sociais no nosso País.

Esta Comissão Mista Especial é integrada por 19 Deputados Federais e 19 Senadores da República. Nós nos reunimos às terças e quintas-feiras na Sala de Comissões, em Brasília. Às terças, no período da manhã e, às quintas, à tarde.

Por que duas reuniões semanais? Justamente para ouvirmos as pessoas que têm experiência nessa área: os sociólogos, professores, economistas. Já ouvimos, enfim, governadores, prefeitos, quase todos os líderes que, ao longo do tempo, têm-se envolvido nos estudos dos problemas sociais do Brasil. Ouvimos o IPEA, vamos ouvir agora o Ministro da Educação, já ouvimos o Ministro da Reforma Agrária, Raul Julgamann*. Vamos ouvir por fim o Ministro Pedro Malan, que é o Ministro da Fazenda.

Depois esta Comissão irá produzir um relatório que naturalmente irá mostrar tudo o que vimos, inclusive as experiências exitosas que também temos no Brasil em algumas cidades e Estados. O relatório vai enumerar tudo isso e fazer sugestões ao Governo Federal, como, por exemplo, a renda mínima do Senador Eduardo Suplicy; a sugestão do orçamento social, da Senadora Marina Silva, e muitas outras, porque temos mais de 50 propostas tramitando no Senado e na Câmara, todas elas visando minimizar os problemas da pobreza e acabar com a fome no Brasil.

Então, estamos estudando todas as propostas e vamos sugerir algumas medidas bem práticas, porque estamos discutindo e completará 90 dias de existência desta Comissão. Isso será o suficiente para sugerirmos as medidas interessantes e importantes para o País. Não podemos continuar discutindo indefinidamente os problemas, enquanto há vítimas em todas as cidades brasileiras.

Vamos também propor a formação de uma comissão permanente para o acompanhamento dessas medidas e de programas sociais em um período mínimo de dez anos. É importante termos uma comissão de Senadores e de Deputados Federais acompanhando as medidas sugeridas, o orçamento social, todas as medidas que visem realmente minimizar o sofrimento do povo brasileiro.

Quero crer que os Ministros da área econômica e o próprio Presidente da República terão sensibilidade para nos atender. Será muito bom para o Brasil e não será sacrificante para o País.

Tive uma experiência – e farei rapidamente um relato a respeito – quando ainda era Governador do Estado.

Venho também de família humilde e pobre, oriunda da zona rural. Assim, sempre soube o que é o sofrimento do pobre, do humilde e do trabalhador. Fui eleito Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador, Governador e Senador da República seguidamente. Já tenho 24 anos de vida pública. Mas quando cheguei ao Governo de Goiás, quis me testar: Vamos ver se é ou não possível acabar com a fome neste Estado. Vamos ver se é ou não possível ajudar os pobres, os famintos, os excluídos, os desassistidos, aqueles que mais necessitam do Governo. Foi assim que criamos, antes de assumir o Governo, a Secretaria Especial da Solidariedade Humana. Solicitei à Assembléia que a aprovasse, e isso aconteceu.

O que discutimos com a sociedade organizada do nosso Estado? Quantos milhões serão necessários para acabar com a fome neste Estado? Então houve reuniões, discussões e chegou-se à conclusão de que 5% do orçamento do Estado, R$ 6 milhões na época, serão capazes, serão suficientes para acabar com a fome aqui no Estado de Goiás. Era em torno de 135 a 140 mil famílias. Eu disse: "– Olha, pode faltar..." Isso é interessante viu, Senador, porque depois vou falar sobre a proposta da Marina Silva. Eu disse: "– Olha, pode faltar recurso aqui para o Palácio das Esmeraldas, pode faltar recurso para o Poder Judiciário, pode faltar recurso para Assembléia Legislativa, pode faltar recurso para qualquer secretaria, mas 6 milhões são intocáveis. Sr. Secretário da Fazenda, todos os meses 6 milhões o senhor separa. Esses são dos pobres, dos famintos, das criancinhas abandonadas deste Estado. Nesse ninguém vai tocar." E foi assim que fizemos. Com 6 milhões, todos os meses nós distribuíamos 145 mil cestas de alimentos para os pobres de Goiás. E não é essa cesta do Governo Federal, não. É uma cesta de 28 quilos de alimentos de primeiríssima qualidade. Todos os meses as 147 mil famílias que estavam no fundo do poço, que não tinham emprego, que não tinham o que comer, recebiam essas cestas. As suas crianças recebiam todos os dias, todos os dias, infalivelmente, nós distribuíamos 92 mil litros de leite pasteurizado e 92 mil pães vitaminados para 92 mil criancinhas no nossos Estado. Está lá para quem quiser ver: leite pasteurizado e pão vitaminado.

Essas 147 mil famílias, oscilava de 145 a 147 mil famílias, nunca pagaram água e energia elétrica no meu Governo. Podem ir lá atestar. Nunca, nem uma pagou energia e água; as companhias se viravam. As companhias se viravam.

Além desses programas sociais, nós construímos um Condomínio da Solidariedade para os aidéticos, com médicos, com psicólogo, com dentistas, com acompanhamento total. E com alas separadas para crianças, para adultos, para homens e para mulheres. Criamos esse Condomínio da Solidariedade Humana para cuidar só dos aidéticos. E fizemos uma série de outros programas sociais, por exemplo: muitas pessoas idosas que nunca tinham ido a um oftalmologista, foram examinados e receberam um óculos de graça também do nosso Governo. Não ficou, e tenho orgulho de dizer isso, não ficou um deficiente físico em Goiás sem uma cadeira de rodas. O nosso Governo criou uma indústria de cadeira de rodas, do próprio Governo, para distribuir aos paraplégicos, aos deficientes físicos. Todos, todos, todos!

Bem, os Senhores podem dizer: tudo isso com 6 milhões por mês? Tudo isso com 6 milhões por mês e ainda construímos 20 mil casas. Vinte mil casas espalhadas por todos os Municípios.

Agora, um dado interessante, Goiás tem 242 cidades e os programas, todos esses programas foram feitos nas 242 cidades. Não ficou uma cidade discriminada, que fosse governada pelo PFL, pelo PT, pelo PMDB

ou por qualquer partido. Não. Não existia isso lá no nosso Governo. Todas as cidades foram contempladas. Quando o Sol começava a brilhar no horizonte as criancinhas estavam recebendo o seu leite e o seu pão.

Bem, por isso, Marina Silva, que eu digo: não é possível acabar com a pobreza. É lógico que nós vamos continuar tendo pobreza no mundo inteiro, mas é preciso que nós tenhamos uma pobreza digna. Uma pobreza com uma casa para morar, com alimentos suficientes, aí com as 2.200 calorias que cada ser humano precisa alimentar todos os dias, no mínimo de 2.200 calorias. É preciso que tenha água tratada. É preciso que tenha energia elétrica. É preciso que tenha saneamento básico. Se nós dermos isso às famílias e proporcionar a elas a oportunidade de emprego teremos cumprido o nosso papel.

Agora, a fome não. A fome é possível acabar sim. Não tenho dúvida nenhuma disso. Alguém já disse – e é verdade – que a fome no Brasil é capaz de ser erradicada com R$35 bilhões. O IPEA já fez esses levantamentos. Sabem quanto pagamos de dívida externa? Pagamos R$60 bilhões. Se somos capazes de pagar R$60 bilhões em juros, seremos capaz de matar a fome com a metade disso, com R$30 bilhões. É uma questão de vontade e de decisão política do governante. Por que ele não corta R$30 bilhões dos juros e investe para matar a fome do seu povo? Se pode pagar aos países ricos, por que não pode pagar a maior dívida, que é a dívida com os pobres deste País, a dívida social? Essa é a grande, a enorme dívida, a que temos de considerar impagável.

Se pagamos juros de R$60 bilhões, temos que tomar a decisão de separar a metade desse dinheiro e de chamar os países ricos e o FMI para renegociar a outra metade. Com isso, vamos acabar com a fome, porque a fome come a vida. A fome é o que mais humilha o ser humano, é o que mais envergonha e o que mais diminui, é o que mais deprime o ser humano. A morte pela fome é a morte indigna e humilhante que pode existir na face da terra. Ora, se temos o maior mal do mundo neste País, que é a fome, por que não vamos juntar os nossos esforços e tentar acabar com esse mal terrível que ainda existe em nosso País?

Essa é uma questão de decisão política. Não vou votar o Orçamento da União. Não vou votar matéria alguma que envolva recursos para financiamentos, para as instituições, se não se colocar no Orçamento os R$30 bilhões para erradicar a fome no nosso País. Não votarei mais nada, nem o Orçamento e nenhum projeto, nem para a construção de obra faraônica de Tribunais de Justiça, de Fóruns, de Assembléias Legislativas, de Palácios da Justiça. Não votarei mais nada enquanto não se colocar no Orçamento Social R$30 bilhões para acabar com a maior vergonha deste País, que se chama fome.

Aliás, poderíamos sugerir ao Senado e à Câmara Federal, por intermédio da Comissão, um projeto de lei que proibisse a construção de obras faraônicas. Enquanto não se erradicar a fome, não se construirá obra alguma neste País. Enquanto não se acabar com a fome, banqueiro algum ficará cobrando juros altíssimos. Enquanto não se matar a fome do povo, usineiro algum terá financiamento megalomaníaco para as suas usinas. Enquanto não se acabar a fome, não aprovamos nada. Em primeiro lugar, a vida humana, o combate à fome. Depois, vamos olhar as outras questões.

Fizemos isso no Estado de Goiás. Briguei com a Justiça. Tive problemas com a Justiça. Foi pedida intervenção no Estado pelo Poder Judiciário. Tive problemas com a Assembléia. Tive problemas com meio mundo, mas com o povo mais necessitado eu não tive problema. Saí do Governo com a minha consciência tranqüila, com o meu coração aberto, tendo certeza absoluta de que cumpri o papel de governante. O governante existe para atender os pequenos, os pobres, os humildes, os que precisam. Governante não existe para atender banqueiros, usineiros e latifundiários, e estes são atendidos. É importante observarmos isso.

De vez em quando, ouço alguém falar que não pode dar esmola a quem está passando fome. Não é esmola. É um direito que o ser humano tem de se alimentar. Ele tem o direito à cesta de alimentos. Isso não é dar esmola, mas é dar dignidade ao ser humano. É acudir o ser humano na sua maior necessidade, que é a de se alimentar. Ora, não damos "esmolas" para os pobres, mas damos um "esmolão" para os usineiros, damos um "esmolão" para os banqueiros, damos um "esmolão" para a corrupção de poderes.

Então, se fizermos essa opção, em primeiro lugar figurará o orçamento social, acabar com a fome, reduzir a pobreza, dar dignidade à pobreza e, depois, procurar resolver os outros problemas.

Penso que isso é importante. Pór isso essa viagem tem sido extraordinária. Fomos a Pernambuco e visitamos a Zona da Mata, visitamos os lugares mais pobres. Não ficamos conhecendo as praias do Recife, viemos para cá pela mesma razão. Fomos à São José da Tapera, Jaramataia, Campo Grande e povoados e não fomos conhecer as praias de Alagoas. Por quê? Por uma questão de prioridade. Esta Comissão prioriza o ser humano, o humilde, o pobre, o necessitado e tem um objetivo muito sublime, muito sagrado.

Precisamos, pois, dar conseqüência a isso, precisamos nos convencer – e penso que o Senado e a Câmara dos Deputados vão ficar convencidos – de que precisamos tomar medidas diferentes a partir deste Orçamento da União. E acredito muito nesta Comissão. Aqui estão Senadores e Deputados que têm história em favor deste País e em favor de seus Estados e têm história de luta em favor dos pobres, dos humildes, dos trabalhadores, dos excluídos, dos assentados. Ninguém duvida da história dessas pessoas que integram esta Comissão. De forma que temos que eliminar os males que afligem este País. Quais são? A pobreza, a prostituição infantil - nada há de mais vergonhoso para um país figurar nas estatísticas, como figura o Brasil perante o mundo, como um país que tem prostituição infantil em larga escala, que tem chacinas de crianças, que tem violência, mortalidade infantil e analfabetismo ocupando um dos primeiros lugares do mundo. Não se assustem: dos 186 países do mundo, o Brasil é o segundo pior distribuidor de renda. Há 184 países no mundo que distribuem a sua renda melhor do que o Brasil; 10% dos ricos brasileiros consomem a metade de toda a riqueza deste País e 90%, o restante. Que país é este? Que fórmula de distribuir renda é esta? Por isso, hoje somos um país rico em pobres; na mesma velocidade em que os ricos ficam mais ricos os pobres ficam mais pobres. Então, temos que corrigir essas distorções no nosso País, quer dizer, as estatísticas são vergonhosas e empanam e enodoam a imagem do país perante o mundo. E somos nós, desta geração, que temos que começar a dar exemplos exigindo mudanças realmente por parte do Presidente da República, por parte dos Ministros da área econômica, que são frios e só enxergam os números, não tendo sensibilidade para a questão. Inclusive o Senador Eduardo Suplicy sugeriu e convidamos o Ministro Pedro Malan para nos acompanhar nessa visita. Infelizmente, ele não pôde, mas, por certo, vai ver o que vimos aqui, por meio de uma fita que está sendo gravada pela TV Senado. Ele vai conhecer Jaramataia, São José da Tapera, Campo Grande, vai conhecer a casa de taipa, hospedeira do barbeiro, que pica, provocando a doença de Chagas e que mata as pessoas mais cedo.

De forma que foi muito importante esta viagem. Quero dizer que todos nós, os Deputados Federais, a Deputada Federal, os Senadores e Senadoras, estamos constantemente ocupando a tribuna do Senado e da Câmara para lutar em favor daqueles que mais precisam de todos nós.

Agradeço muito a todos que colaboraram com a nossa Comissão, aos prefeitos que nos acompanharam, os Secretários de Estado, o apoio logístico dado pelo Governador em todas as áreas – já tive inclusive oportunidade de fazer esse agradecimento.

Agradeço, em nome de toda a Comissão, todos os senhores e a todas as senhoras que, como nós, acreditam em um Brasil melhor, mais justo, humano, solidário. Agradeço aos Deputados e às Senadoras, sobretudo à Senadora Heloisa Helena.

Os senhores e as senhoras mandaram para lá uma Senadora aguerrida, brava, corajosa, justa, humana, patriótica, uma Senadora que, quando pega no microfone, lá do Senado, faz aquela Casa tremer e parar para ouvi-la, porque ela é a voz realmente de quem tem amor, é solidária e conhece a pobreza no coração e na alma. De fato, ela é uma Senadora fantástica; todos nos orgulhamos muito dela. Ela tem contribuído para o Brasil com os seus pronunciamentos, com as suas ações e com os seus projetos.

De forma que, em nome da Comissão, rendo a V. Exª, Senadora Heloisa Helena, as mais profundas, sinceras e justas homenagens desta Comissão. Que Deus continue a abençoar este Estado e este digno povo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Passo, então, a palavra ao companheiro para que ele possa, em rápidas palavras, dizer os objetivos do documento que ele entrega nas mãos do Senador Maguito Vilela.

O SR. – Boa-tarde, companheiros. Este documento que queremos protocolar é todo um relato da violência no campo, sobretudo em uma fazenda que ocupamos, no ano passado, com 350 trabalhadores, denominada Fazenda Belo Horizonte, conhecida como Onça na Cidade de Novo Lino. Os 350 trabalhadores foram recebidos a bala por 50 capangas, o que também envolve o Prefeito da cidade, policiais militares e civis e outras autoridades da região.

Há todo um documentário aqui, e gostaríamos que ele fosse avaliado. Também queremos que dêem encaminhamento aos documentos em Brasília. Quatrocentos trabalhadores estão na porta do Incra, porque a fazenda foi vistoriada e, até agora, o Incra não nos deu o resultado e está-se negando a fazê-lo. Estamos até desconfiando de que essa fazenda faz parte de uma caixa de campanha para os Srs. Abreu Cordeiro e Vitório. Essa fazenda foi vistoriada quatro vezes por quatro anos consecutivos e foi tida como produtiva – e lá não tem nada.

Nesta última vez, estamos querendo encaminhar essas denúncias, para que seja dividida rapidamente entre os trabalhadores, que a ocuparam em junho e estão querendo essa fazenda para produzir alimentos e sair da miséria que tanto foi falada aqui.

Obrigado.

17ª Reunião, realizada em 14-10-1999

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e dez minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Marina Silva, Eduardo Suplicy, Sérgio Machado e Marluce Pinto e os Senhores Deputados Paulo Marinho, Feu Rosa e Luíza Erundina, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Presente também o Senador Luiz Pontes. Foi nomeado Relator Ad Hoc o Deputado Paulo Marinho, informando a Presidência que a presente reunião destinava-se a uma audiência pública no Estado do Ceará, a requerimento do Deputado Estadual Sérgio Benevides, do Ceará. Após a Presidência concede a palavra aos seguintes oradores: Deputado Welington Landim, Presidente da Assembléia Local; Deputado Sérgio Benevides, Deputado Inácio Arruda, Deputado Artur Bruno, Dep. Ariosto Holanda, Dep. João Alfredo, Dep. José Pimentel, Dep. Chico Lopes, Dep. Osmar Baquit, Dep. Moésio Loiola, Dep. Fernando Hugo, Dep. Paulo Linhares, Dep. Sérgio Novaes, Dep. Geovane Sampaio, Dep. Patrícia Gomes, Dep. Fabíola Alencar, Vereador Durval Ferraz, Vereador Hamilton Gomes. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Eduardo Suplicy, Paulo Marinho, Luíza Erundina, Feu Rosa, Marina Silva, Sérgio Machado e Marluce Pinto. Usou da palavra ainda o Presidente da Comissão, Senador Maguito Vilela, que explanou sobre as finalidades da Comissão, bem como do que já havia acontecido em outras audiências já realizadas pela Comissão, agradecendo a presença de todos. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

Eduardo Coutinho, de Água Preta, Sr. Otacílio, de Catende, Sr. Sérgio Miranda, de Panelas, Presidente da Amup, vários vereadores da região, José Alves, Prefeito de Escada, os sindicatos da região e várias lideranças, a Fetap, a CUT, na presença do Sr. Jorge Péres.

Gostaríamos de pedir às pessoas que ainda não se sentaram, que o façam, já que nosso tempo é pouco. Das lideranças que vieram à Comissão, confesso que não conheço todos e peço que se apresentem à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sou Maguito Vilela, Senador por Goiás e Presidente da Comissão.

A SRA. MARINA SILVA – Sou Marina Silva, Senadora pelo Estado do Acre e Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PAULO MARINHO – Sou Paulo Marinho, Deputado Federal pelo Estado do Maranhão.

A SR. LAURA CARNEIRO – Sou Laura Carneiro, Deputada Federal pelo Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sou Fernando Ferro, PT de Pernambuco.

O SR. JOÃO PAULO – Sou João Paulo, PT de Pernambuco.

O SR. LULA CABRAL – Sou Lula Cabral, Deputado de Pernambuco.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Sou Gastão Vieira, Deputado pelo Estado do Maranhão.

O SR. JOSÉ CHAVES – Sou José Chaves, Deputado Federal pelo PMDB de Pernambuco.

O SR. ....GOMES – Sou .....Gomes, Deputado estadual por Pernambuco.

O SR. GARIBALDO RUGEL – Sou Garibaldo Rugel, Deputado estadual por Pernambuco.

O SR. .... MAGALHÃES – Sou (?) Magalhães, Deputado estadual por Pernambuco.

O SR. FEU ROSA – Sou Feu Rosa, Deputado Federal pelo Espírito Santo.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Sou Luiza Erundina, Deputada por São Paulo, PSB.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilelal) – Penso que todos da Comissão se apresentaram.

Há algumas entidades que têm documentos que gostariam de entregar. Gostaria de chamar.....

O SR. – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, representantes desta Comissão, e entidades aqui presentes, estamos apresentando a Articulação de Entidades da Mata Sul, que é um fórum de entidade da sociedade civil que basicamente tem como linha central a discussão sobre o desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco.

Estamos entregando um documento com a análise da região e sobretudo propondo algumas medidas, entre as quais que se canalizem recursos do BNDES para financiar o desenvolvimento desta região sob o novo paradigma, que é o da sustentabilidade do desenvolvimento.

Outra medida que estamos propondo é que recursos do Prodep, Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, ou seja, incentivos, venham a implementar não só as grandes empresas, o que é importante, mas também a agricultura familiar e outras linhas de desenvolvimento, entre as quais este projeto aqui dos trabalhadores da Catende, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para financiar a capacitação técnica e alfabetização dos assalariados... da cana.

São algumas medidas – mas não vou em estender muito diante do adiantado da hora , que estamos apresentando à Comissão do Congresso no sentido de contribuir com este debate sobre a Zona da Mata e sobre a construção de um novo modelo de construção de desenvolvimento para a nossa região.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Padre André, Secretário de Educação do Município de Catende.

O SR..... ANDRÉ – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, todos que fazem parte da Comissão e todos os outros presentes, Srs. Prefeitos, nós, de última hora, fizemos um pequeno relatório. Considerarei três partes dele: uma pequena história do povo do campo do Município de Catende e que se aplica também a muitas outras cidades vizinhas.

O desenvolvimento atual, pela ação socializante do PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil , veio para erradicar apenas o trabalho infantil pesado no campo, mas tornou-se para nós, para o Município, o principal instrumento de desenvolvimento da região, principalmente provocando a emancipação do nosso povo do campo.

Em terceiro lugar, há um pequeno trecho que trata da futura estruturação política exigida para garantir a contínua emancipação do povo, por intermédio do PETI, programa instrumental, como já disse. Gostaria muito que os Srs. Senadores e Deputados considerassem essa parte. O PETI, para nós, é um instrumento de desenvolvimento, um instrumento talvez dado por Deus. Não digo isso porque sou padre, mas porque acredito no futuro do nosso povo do campo, que há 500 anos não tem sido considerado, mas que hoje em dia se considera e se emancipa graças ao programa instituído, que leva o povo ao desenvolvimento sustentável e à relativa prosperidade auto-sustentável. Acredito que possamos conseguir isso com o aval dos senhores aqui presentes.

Muito obrigado.

(Muito bem!) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Gostaríamos também de convidar o prefeito de Catende, Dr. Darcílio, para falar em nome dos prefeitos.

O SR. DARCÍLIO – Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Prefeitos, Srs. Secretários, Srs. Vice-Prefeitos, Srs. Vereadores, senhores presidentes de associações, como prefeito desta cidade, recebo esta Comissão com muito carinho, com muita satisfação. Até gostaria que ela viesse sempre a Catende para verificar nossa região, como os senhores estão fazendo.

Catende passou uma fase de tristeza muito grande, de muita fome, como já foi apresentado, mas o ex-governador Miguel Arraes deu um apoio muito grande. Quero até agradecer à Dório Campo, que sustentou a Usina de Catende, porque, se ela estivesse fechada, não só a cidade iria sofrer, mas as 150 mil pessoas que dependem da usina. Graças à força dos homens, ela está em pé. Mário Borba sempre tem dado uma força muito grande, e graças a Deus ela vai à frente.

Gostaria que as Srªs e Srs. Senadores, como também as Srªs e Srs. Deputados, sempre levassem a Usina Catende ao conhecimento do Presidente da República, para que Sua Excelência olhasse sempre para ela. A usina não pode ser fechada, porque 150 mil pessoas dependem dela. Enquanto as outras usinas fecharam, Catende está em funcionamento. É isso que queria dizer aos senhores que estão aqui com esta Comissão.

Agradecemos muitíssimo ao Governo Federal pelo apoio concedido a esta região, pelo qual se tirou o menino do campo. A criança começava a trabalhar com 7 anos, até o fim da vida; hoje, com o PETI, o menino não trabalha, está estudando, tem sua alimentação sadia.

Agradeço a todos os presentes. Muito obrigado. E venham sempre a Catende, num dia assim mais adequado, para almoçarmos juntos, mostramos nossas fontes de riquezas. Por sinal, é a cidade das águas. Enquanto o Brasil e o mundo passam por crise de falta de água, temos uma bacia d'água atendendo a cidade das águas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Convido o Prefeito de Panelas, Sérgio Miranda, para, em nome dos Prefeitos, fazer os seu agradecimento, uma vez que é Presidente da AMUP.

O SR. – Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Prefeitos, representantes da FETAP, representantes dos trabalhadores, demais pessoas presentes, a visita desta Comissão a Pernambuco, à Zona da Mata, é muito importante porque vem mostrar a nossa pobre-

za, a situação pela qual a Zona da Mata de Pernambuco passa no momento.

Esta Comissão veio ver como está a situação hoje, como outras já o fizeram no passado. Sempre que vier uma Comissão a Pernambuco, à Zona da Mata e ao Nordeste como um todo, agreste ou sertão, vai-nos encontrar mais pobres, porque, a cada dia que passa, a nossa situação fica mais difícil. Existem soluções, alternativas, mas precisamos de recursos porque precisamos começar a mudar essa situação que prejudica não apenas o Nordeste e nós, pernambucanos, como o Sul e o País inteiro, para onde vai o nosso povo, depois que abandona a cidade em que vive. Começou saindo do sertão, do agreste. Hoje, deixa a Mata para buscar trabalho em outras regiões porque não oferecemos mais condições de ele permanecer na cidade onde nasceu.

Nós, Prefeitos, temos feito um esforço muito grande para compensar essas dificuldades, atendendo muitas vezes o nosso povo com ações que nem sempre são da nossa responsabilidade, mas dos governos estaduais e federal, sobretudo quanto ao desenvolvimento. As cada vez maiores atribuições que recebemos como municípios faz com que nossos orçamentos fiquem cada vez mais apertados. E vimos com muita tristeza o povo nas nossas portas, batendo, precisando às vezes até comer, sem ter condições.

Srs. Senadores e Deputados – sei que aqui há Senadores de locais muito pobres –, se V. Exªs nos quiserem visitar, sejam bem-vindos, mas tenham a consciência de que a Zona da Mata sempre foi citada de forma um pouco equivocada. A questão da cana, tão criticada, tão perseguida, não veio acompanhada das alternativas ditas necessárias. Criticavam a monocultura, mas não trouxeram as alternativas que deveriam ter vindo quando se começou destruir a lavoura canavieira. Por isso, estamos assistindo à atual situação. Era ruim com a cana, mas é muito pior sem ela.

É preciso urgentemente que esta Comissão faça chegar ao Governo Federal, ao Brasil inteiro a necessidade de se começarem mudanças. Há o exemplo da Usina Catende, que, como muitas outras, deve ser implantada de imediato, mas sempre levando em consideração o poder e a comunidade locais, porque só localmente se conhecem os problemas e se criam condições de trazer soluções definitivas e permanentes.

Precisamos não de esmolas – como tenho dito sempre nas lutas que temos travado –, mas de investimentos. Precisamos conversar com quem está convivendo com o problema, para que, aos poucos, possamos implementar ações estruturadoras e permanentes e solucionarmos a grave situação por que passamos não apenas na Mata. A Mata Norte, inclusive, encontra-se hoje em pior situação: usinas que sempre foram bem administradas, de uma hora para outra, atingidas pela seca, também foram à falência. Estamos hoje pobres e cada vez mais pobres.

Espero que esta Comissão não seja mais uma das que nos vêm visitar, para que, depois, o problema continue como sempre, trazendo descrédito para a classe política, da qual também faço parte. Não gostaria que isso fosse repetido.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Presidência convida o Dr. Mário Borba, síndico da massa falida que administra em nome da Justiça, que, em poucas palavras, fará a sua participação.

O SR. MÁRIO BORBA – Srs. Deputados, membros desta Comissão, quero dar-lhes as boas-vindas à região da Zona da Mata de Pernambuco. Sei da grande responsabilidade que recai sobre V. Exªs de fazer uma avaliação sobre o estado de pobreza com que convivemos.

Na condição de síndico da massa falida, aqui chegando em 1995, encontramos uma empresa totalmente destruída. O campo e a usina estavam em estado deplorável, os trabalhadores da indústria e do campo não se encontravam em um caminho que levasse à recuperação dessa empresa. As dificuldades eram enormes, e houve uma força muito grande por parte deles para que se unissem e, juntos, traçassem um caminho de recuperação.

O que, em 1975, era total falta de esperança hoje é a total credibilidade para que esse projeto avance e se constitua em um dos pontos de reestruturação da Zona da Mata de Pernambuco. Essa região precisa buscar um modelo, porque o que existe atualmente demonstra que se está chegando a situações muito difíceis. Hoje, em Pernambuco, na Zona da Mata, há apenas 18 usinas em funcionamento; na década de 60, eram 57. E não há outra alternativa, no momento, que não seja a cana-de-açúcar, para se dar emprego. É a única atividade, na Zona da Mata, que ainda emprega o trabalhador. Não existem outras alternativas, mas precisamos buscá-las.

O projeto de Catende visualiza-se, hoje, em um programa em que a diversificação é uma questão básica para a recuperação dessa empresa. Hoje, além do açúcar, produzimos ração animal, que abastece o agreste; futuramente se desenvolverá um programa de pecuária na Zona da Mata de Pernambuco. Esta-

mos também com o projeto alternativo de buscar, na fibra do bagaço da cana, a produção de aglomerado, para, cada vez mais, diversificar os produtos na região da Zona da Mata de Pernambuco. Na lavoura de subsistência, temos buscado, com o apoio do trabalhador, a industrialização de alguns produtos, como a mandioca, outra alternativa básica para alimentação dessa região que precisa ser desenvolvida, para que possa haver desempenho.

Então, Srs. Deputados, acredito na vinda de V. Exªs no seu objetivo de fazer uma análise e, cada dia mais, juntar documentação que denuncie os problemas sérios que nessa região existem, como o de educação, saúde e segurança. Há pessoas que não visualizam outra coisa a não ser impedir que determinados projetos que recuperem essa região caminhem. Então, V. Exªs precisam ter consciência e conhecimento profundo dessa região, para apresentar os caminhos necessários para o novo projeto da região da Zona da Mata.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. – Encerrada essa parte de participação dos trabalhadores, gostaríamos de convidar os representantes da companhia Agrícola Harmonia: Marivaldo, presidente do conselho; Natanael, membro do conselho; Amário Jovino e José Joaquim, sindicalistas e membros do conselho. Venham aqui, por favor.

Marivaldo fará a entrega de um documento, em nome do movimento sindical, das entidades presentes, das associações, das ONGs, da CUT, da Fetap; não dá para todos. Então, em nome de todos esses, , ele estará fazendo a apresentação desse documento, juntamente com os membros do Conselho de Administração da Companhia agrícola Harmonia, a empresa dos trabalhadores.

O SR. – Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Estaduais, Lideranças comunitárias, Presidentes de associações, trabalhadores e trabalhadoras, penso na importância para nós do Conselho da Harmonia e para toda a população de Catende a vinda dessa Comissão hoje para a Zona da Mata. Penso que esta Comissão poderá constatar de perto os problemas agudos da Zona da Mata, que hoje nem é zona de cana nem é zona da mata. Na verdade, a cana está escassa e a mata está, todos sabem, devastada, desmatada, como ocorre em toda a região.

Esta Comissão é muito importante porque os vários representantes da Federação brasileira vão constatar a realidade, para fazer uma análise da situação. Para nós, também tem sido muito difícil. Um dos problemas é o êxodo rural, como a ex-Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina* deve saber, pois recebeu muitos nordestinos, e acredito que muitos deles saíram dessa região de Catende. Esse é um problema que recai sobre os ombros de todos os Parlamentares dos diversos Estados, a migração das pessoas que saem daqui e de toda parte, a procura de oportunidades.

Com esse objetivo, hoje que os trabalhadores de Catende têm feito esforços para que essa empresa, de uma forma diferente do que foi construído há 400 anos, possa ser gerida com a participação dos trabalhadores. Por isso, tem sido muito difícil. O trabalhador tem passado dificuldade nas entressafras, trabalhando sem salário, mas tem acreditado nesse projeto e no futuro de sua família. Acreditamos que se trata de um projeto novo, um modelo muito forte, a partir da Zona da Mata, a partir de Catende, um modelo diferente, que tem sido construído pelas mãos dos trabalhadores.

É com esse espírito, em nome de todos os trabalhadores, que gostaríamos de entregar ao Presidente desta Comissão, Senador Maguito Vilela, um documento, uma fita de vídeo com os pontos principais do que tem sido esse processo de falência.

Entrego ao Senador Maguito Vilela, para que leve ao conhecimento do Senado, da Câmara dos Deputados e do Brasil. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Queremos dizer que de nossa parte agüentamos mais tempo, agora da parte dos companheiros e das companheiras que vieram, eles têm uma questão de tempo.

Então, para o encerramento, passamos a palavra para os membros da Comissão, começando com a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Marina Silva do PT do Acre. (Aplausos)

A SRA. MARINA SILVA – Boa tarde a todos!

Quero dizer que, como autora do requerimento que criou esta Comissão para debater e apresentar propostas de erradicação da pobreza, sinto-me gratificada em poder estar aqui nesta região, que contrasta tanto dinheiro investido com tanta pobreza e falência dos investimentos públicos *(falha na gravação)*

Nós acreanos, da Amazônia, costumamos discursar contando histórias. Sou de uma região que tem uma floresta muito bonita. No meu Estado apenas 9% foi destruído; 90% de floresta ainda está exuberante. Mas aqui nem sei se ainda há 7% de floresta, porque a maioria foi destruída para plantar cana, que agora está falindo também. Quero comparar a resistência de Catende com a história que vou contar:

Diz-se que um homem fez muito mal na vida, talvez um desses usineiros que cavaram aqui e estão

devendo mais de R$2bilhões em função de dívidas trabalhistas, empréstimos no Banco do Brasil, INSS, FGTS, ICMS, enfim, toda essa dívida que eles têm.

Talvez seja comparável a esse homem que fez um mal muito grande. Ele chegou ao Céu, e Deus disse: "Não, aqui, você não entra, não entra, porque você foi um homem muito mau. Volte lá para a Terra." Ele voltou, mas disse: "E se eu tiver feito alguma coisa boa na minha vida?" Aí, Ele disse: "Então, pode subir que conversamos." O homem, quando estava se preparando para descer, chegando ao chão, viu que ia pisar em cima de uma aranha. Disse: "Não vou matar essa aranha, não." Desviou da aranha. Aí, Deus o chamou, automaticamente. Então, começou um fio de aranha a subir até o Céu e ele foi subindo e subindo. Quando chegou lá em cima, bem na porta do Céu, teve a curiosidade de olhar para trás e pensou: "Agora, eu quero que caiam todos aqueles usineiros que roubaram o dinheiro do Banco do Brasil, que acabaram com o dinheiro dos trabalhadores. Vou subir sozinho." Aí, am vez de entrar e cortar o fio depois, ele cortou o fio em cima e caiu junto.

Penso que o exemplo daqui é no sentido contrário; é mostrar que esse projeto é viável do ponto de vista legal, é se articular com os prefeitos, com o Governo, fazer um programa de desenvolvimento sustentável, diversificando essa economia, buscando a vocação agrícola dessa região. Aí, sim, vamos ajudar os senhores a viabilizar os recursos. Se é tão fácil para um usineiro pegar um empréstimo, por que não é fácil também para os trabalhadores, para fazerem suas culturas, plantarem as frutas que aqui podem ser industrializadas, trabalhando com o princípio da agroindústria, gerando emprego, agregando valor? Acredito nisso. É o que estamos fazendo no Acre, na amazônia.

É para isso que esta Comissão está aqui: conseguir recursos para apoiar propostas que não se destinem a encher o bolso dos usineiros, mas para viabilizar, economica e socialmente, os trabalhadores.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT, de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Prezado Presidente, Senador Maguito Vilela, Senadora Marina Silva, Deputados, Prefeito de Catende e dos Municípios vizinhos, prezados trabalhadores, quero inicialmente saudar aqueles que começaram essa história tão importante da Companhia Agrícola Harmonia e que nos dão hoje lições muito significativas. É bom ver que os trabalhadores se organizam para influenciar melhor as decisões sobre a forma de produzir a riqueza. Na medida em que os trabalhadores tiverem acesso às informações terão a possibilidade de discutir como melhor produzir e diversificar, não apenas cultivando a cana-de-açúcar, mas também diversos outros tipos de produtos agrícolas, como o exemplo que os senhores estão dando hoje aqui. Poderão também discutir como cada trabalhador vai fazer jus a sua participação na criação de riquezas. Tudo isso é um exemplo para o Brasil. O empenho dos senhores em se organizar mostra um dos caminhos mais importantes.

Esta Comissão tem a responsabilidade de apresentar, dentro de algumas semanas, conclusões a respeito das melhores e mais eficazes maneiras de erradicar a pobreza em nosso País. O apoio às formas cooperativas de produção, em que os trabalhadores estejam participando, constitui certamente uma das recomendações que faremos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, de aproveitar o encontro com os Prefeitos e os trabalhadores locais, porque noto, a partir do próprio documento, que o Prefeito Otacílio Alves Cordeiro e o Padre André Kupman, Secretário de Educação de Catende, nos encaminham um histórico da implantação do programa de erradicação do trabalho infantil.

Na Comissão, entre as proposições, estamos analisando vários trabalhos para ver qual é o melhor esboço de um programa de erradicação do trabalho infantil, de um programa de garantia de renda mínima, de um programa de bolsa-escola. Como aqui há uma experiência nesse sentido e como existe a Lei nº 9.533, que define a autorização do Governo Federal para colocar 50% dos recursos para que cada município possa adotar um programa de renda mínima associado à educação, ainda que em termos muito restritos, e como há também da parte do Governo do Estado um programa que se chama Mão Amiga, seria importante sabermos como andam esses programas.

Gostaria, em primeiro lugar, de encaminhar a cada um dos prefeitos esse histórico do Programa de Garantia de Renda Mínima. Já dei uma cópia dele ao prefeito José Alves e também ao prefeito de Xexéu, Marcos Gonçalves; ao prefeito de Água Preta, Eduardo Coutinho; ao prefeito de Panelas, Sérgio Miranda, e também ao prefeito de Catende, Otacílio Alves Cordeiro.

Vou pegar mais livretos para dá-los aos prefeitos de Rio Formoso e de Palmares.

Coloco-me à disposição de todos.

Gostaria de ouvir a opinião de V. Sªs para saber qual seria o melhor esboço.

Gostaria de lhes perguntar se, nos cinco municípios aqui representados, toda criança, ou pelo menos as que estão na faixa do ensino fundamental, está efetivamente freqüentando a escola. Toda família cuja renda **per capita** não alcança pelo menos meio salário mínimo está tendo a possibilidade de receber isso como um direito à cidadania? Qualquer família pode se inscrever nesse programa. Esse é um direito universal, como o é, por exemplo, o direito à aposentadoria. Por acaso, esse direito está sendo negado a alguma família? E pergunto mais: esse direito está sendo conferido não como uma dádiva do prefeito, do governador, mas como um direito que deve ser considerado, na medida em que a nossa proposição – acredito que também é a desta Comissão – é a de que esse direito é algo que deve ser concedido universalmente? A ninguém deve ser negado o direito de partilhar da riqueza da Nação, o direito de receber pelo menos o mínimo para sua sobrevivência.

É nessa direção que acredito que precisamos caminhar no próximo século. Se o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, temos de ingressar no próximo século como um país onde a ninguém deve ser negado o direito de participar da riqueza desta Nação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Sr. Eduardo quer um aparte.

S. Sª tem a palavra.

O SR. EDUARDO – Queria aproveitar a oportunidade em que a Comissão está conhecendo experiências como essa de Catende para sugerir a inclusão no seu roteiro, no retorno a Recife, de uma visita para conhecer uma iniciativa de trabalhadores que estão com um projeto praticamente concluído, de uma usina de reciclagem de lixo aqui nessa região, que tem papel importantíssimo e que está necessitando de algo em torno de R$200 ou R$300 mil do Banco do Nordeste para concluir os trabalhos. Estão aqui esses trabalhadores, que estão conduzindo, que constituem um contingente de desempregados, que tomaram essa iniciativa que tem uma repercussão ambiental importantíssima para a região, e estão esperando o recurso. E essa iniciativa pode se incorporar, agregar-se a uma série de oportunidades para a região.

Eu gostaria de deixar isso como sugestão: na estrada para Recife, após Ribeirão, fica a Cooperativa de Reciclagem de Lixo, com minhocário, com a produção de insumos para os cultivos da região e que pode ser tomado como experiência viável e que mostra claramente o desencontro entre a facilidade de financiamento para os ricos e para os pobres neste Estado, neste País. São pessoas que estão batalhando às duras penas e não conseguem... Temos tentado, de todas as maneiras, viabilizar esse processo de discussão com o Banco do Nordeste, mas há uma dificuldade imensa.

Então, eu gostaria que esta Comissão pudesse se aproximar dessa iniciativa. Eu pediria, agora, inclusive, que os companheiros da Cooperativa, que estão aqui perto, levantassem a mão. Eles podem dar mais detalhes para vocês, pois penso ser essa experiência interessantíssima, porque ela pode ser utilizada aqui na Zona da Mata.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. EDUARDO CAMPOS Rapidamente, eu gostaria de agradecer aos companheiros Senadores e Senadoras, Deputados de outros Estados, em meu nome, em nome de Ferro, em nome de José Chaves, que vêm, por uma iniciativa da bancada de Pernambuco, visitar a nossa Zona da Mata. Eu gostaria também de agradecer à Associação dos Prefeitos, a Amupe, através de Sérgio Miranda, que tem participado de todos os atos e irá participar, hoje à tarde, na Assembléia Legislativa, do ato que ali se fará realizar, garantindo que seja de natureza suprapartidária, com a participação de todos os prefeitos, independente das siglas partidárias.

Eu gostaria, ainda, de agradecer à Assembléia Legislativa, que aqui se faz representar por uma comissão formada de cinco Deputados estaduais, designados pelo Presidente da Assembléia; eu gostaria de agradecer às entidades: à CUT, à FASE, à CPT, a FETAP, aos companheiros da Contag aqui presentes, que têm proporcionado, nesta manhã, uma rápida visita dos companheiros da Comissão para que tenham a compreensão do desafio que tem Pernambuco, como tem a Paraíba, Alagoas e o Rio Grande do Norte, de refazer toda essa região da Zona da Mata canavieira. Trata-se de um desafio muito grande, e a grande resposta, parece-me, está sendo dada pelos trabalhadores, pela sua unidade sobre tanto sofrimento, procurando alternativas, como esta que se tenta desenhar aqui em Catende com muito esforço.

Eu gostaria de agradecer, enfim, a todos vocês por essa recepção, dizendo que estamos passando muito rápido, pois temos apenas um dia. Essa programação seria feita em dois dias e meio, mas a Comissão vai a Alagoas e tem de ir também a Fortaleza. Assim, digo que, com certeza, a Comissão leva daqui um bom exemplo de fé, de luta e de esperança na construção da cidadania de milhares de companhei-

ros que estão na luta pelo trabalho de soerguimento sócio-econômico da região da Zona da Mata.

Muito obrigado.

Vamos ouvir o nosso Presidente, Senador Maguito Vilela.

(Aplausos.)

O SR. – Eu gostaria de fazer uma pequena observação. Talvez pelo fato de eu já haver sido prefeito, de eu ver aqui os prefeitos ansiosos e de ter ouvido também a palavra de um prefeito da região, devo dizer que gostei muito do que disse a Senadora Marina Silva: "Vocês não esperem que a Comissão tenha vindo aqui para ser a salvadora da Pátria". Muito pelo contrário, nosso papel será exercido com a experiência que estamos adquirindo a partir da nossa presença, convivendo e presenciando a luta de todos vocês.

Sou um daqueles que não acredita que se possa conseguir algo sem educação. Para mim, não se pode combater a pobreza ou a miséria, em nenhum lugar do mundo, se não houver investimentos em educação.

Fica aqui uma sugestão se não for para as gerações atuais, que seja para as futuras: que vocês invistam maciçamente em educação; só assim poderão ser realmente vitoriosos. Não tenho a menor dúvida de que essa experiência irá dar certo. Quero até dar um testemunho: próxima a minha cidade há uma usina onde a população não deixou chegar ao ponto de algumas que nós acabamos de ver agora em vídeo. Já existe um trabalho dos fornecedores da região, tentando fazer uma experiência parecida com a dos senhores aqui, que já se tornou notória onde existem usinas com esse problema.

Fui ao Banco do Brasil, em Brasília, onde existe um setor específico cuidando do setor sucroalcooleiro. Lá, um burocrata do Banco do Brasil me falou dessa companhia que os senhores fundaram aqui e das dificuldades que haveria em função de o Governo não querer entrar com aporte de capital. Quero dizer aos senhores o seguinte: vão em frente com a luta, não se deixem desestimular, de forma alguma, se algum burocrata de Brasília ou algum bancário, algum banqueiro, ou algum representante de usineiro, essas pessoas que conseguiram desviar 664 milhões, tentarem dificultar.

Eu estava ali pensando: o que fazer com R$664 milhões? É muito dinheiro, meus amigos, o equivalente a dez usinas dessas, segundo avaliação que foi feita da usina. De forma que continuem na luta e obterão sucesso.

Eram essas as considerações.(Palmas)

O SR. – Tem a palavra o Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, PMDB – GO.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Srª Senadora Marina Silva, Srs. Senadores, Srªs Deputadas Luiza Erundina, Laura Ramos e Laura Carneiro, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Prefeitos Municipais, vice-Prefeitos, Vereadores, Primeiras-Damas, Srs. Presidentes e integrantes de entidades de classes aqui representadas, senhores trabalhadores, senhores da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, estamos aqui hoje, naturalmente, em função de um requerimento feito pelo Deputado Eduardo Campos e pela Deputada Luiza Erundina, naturalmente avalizado pelos Deputados José Chaves, Salatiel Carvalho e outros.

Estamos aqui para conhecer, avaliar a situação desta região tão importante do Brasil, a Zona da Mata, conhecida e respeitada em todo o Brasil. É lógico que a Zona da Mata, por ser uma importante região do nosso País, sempre foi muito falada. Eu próprio constatei essa importância. É uma região de terras férteis indiscutivelmente, com muita água, luminosidade ideal para a produção de alimento e uma região de um povo trabalhador, ordeiro, idealista, mas que passa por muitas dificuldades.

Sabemos do quadro dantesco pelo qual passa hoje a região, mas os índices de criminalidade e violência podem ser considerados baixos hoje, diante da média nacional. De forma que eu saio daqui animado, porque aquela região tem terras boas – repito –, água, luminosidade, enfim, todas as condições para prosperar. Bastam políticas corretas, sérias, dinâmicas, tanto por parte dos municípios que integram a região quanto por parte do Governo do Estado e do Governo Federal.

Conversei ontem à noite com alguns técnicos e percebi que existe um programa muito bom no BID, que possivelmente vai depender do Senado da República. E, no que depender do Senado, a região terá o nosso apoio para conseguir o empréstimo para o PROMATA – Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco, em tramitação no BID. Trata-se de um projeto realmente viável, que pode ser a redenção dessa região, aliado naturalmente a outros projetos.

Saio daqui animado porque fiz contato com alguns prefeitos, principalmente com o Prefeito José Alves, e vi que ele está investindo maciçamente na educação. A educação é, sem dúvida, o principal fator para a erradicação da pobreza. A educação é o principal fator e eu vi com o Prefeito – e, por certo, deve ser o exemplo dos demais prefeitos – investi-

mentos substanciais na área da educação e também na área social. O Prefeito José Alves, com quem eu dialoguei por mais tempo, dizia-me que ele distribui em torno de 1.200 cestas para os mais necessitados. Está existindo política social, ainda que assistencialista, mas necessária neste momento de desemprego, neste momento de dificuldades.

Eu sei que a região, aqui, sofre um mal que todo o Brasil sofre: a centralização de recursos. No Brasil, os recursos sempre estiveram concentrados nas mãos de poucos, tanto é que 1% dos ricos do Brasil detêm quase 50% do PIB nacional. A concentração de recursos acontece em todo o País e não apenas na Zona da Mata.

(Cont. o Sr. Wellington Landim)

Combate à pobreza.

Formamos, aqui, uma comissão com os seguintes Deputados: Sérgio Benevides, Arthur Bruno, Goretti Pereira, Patrícia Gomes e Fabíola Alencar para conduzirem os Srs. Deputados Federais e os Srs. Senadores até o plenário.

Convidamos para comporem a Mesa os Exmºs Srs. Senadores: Sérgio Machado, Luiz Pontes, Marluce Pinto e Marina Silva.

Srs. Deputados, queiram tomar assento em seus lugares.

Gostaria de ressaltar a presença dos Srs. Deputados Federais Feu Rosa, Luiza Erundina, Paulo Marinho, Inácio Arruda, Chiquinho Feitosa, Sérgio Novais, José Pimentel; dos Srs. Vereadores José Maria Couto, Nascíbio Andrade, Idalmi Feitosa, Demétrio Carneiro; do Secretário de Estado, Sr. Ariosto Holanda; do Secretário Municipal, Sr. Marcos Pinho; do Deputado Federal Marcelo Teixeira; do Vereador Paulo Medelo e do Secretário Municipal, Sr. Pedro Gurgel.

Exmº Sr. Senador da República Maguito Vilela, Presidente da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais; Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy; Exmª Srª Senadora Marluce Pinto; Exmº Sr. Senador Luiz Pontes; Exmº Sr. Senador Sérgio Machado; Exmª Srª Senadora Marina Silva; Srs. Deputados Federais, Srªs e Srs. Deputados Estaduais, Srs. Secretários de Estado, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Câmara, José Maria Couto, em nome de quem saúdo a todos aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, esta audiência pública, destinada a estudar as causas estruturais e apresentar soluções para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, vem ao encontro de uma das preocupações desta Casa.

Para estreitar a relação entre este Parlamento e a sociedade, também na busca de soluções para problemas desta magnitude, desenvolvemos o ciclo de debates **Utopia XXI: O Estado e a Sociedade que Queremos**. No ciclo de debates, já havia sido pautado como um dos temas a serem discutidos a "radiografia socioeconômica do Brasil e do Nordeste", com a participação inclusive do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

É notório que, na virada do século, a humanidade não conseguiu erradicar um dos problemas que mais envergonham os Governantes: a pobreza, pobreza esta traduzida em fome e desigualdades. Lamentavelmente, a desigualdade tem se desenvolvido entre os países ricos e pobres. Para que os senhores tenham uma idéia, o hiato de rendimento entre o quinto da população mundial que vive nos países mais ricos e o quinto que vive nos países mais pobres era de 30:1, em 1960, e, hoje, é de 72:1, isto é, mais que duplicou a desigualdade. Vejam outros dados mais estarrecedores, minhas senhoras e meus senhores, o quinto da população mundial que vivem nos países de rendimentos mais elevados detém 80% do PIB do mundo, segundo o relatório deste ano da ONU. Vejam mais: as duzentas pessoas mais ricas do mundo mais que duplicaram a sua riqueza líquida. Os ativos dos três primeiros multimilionários são superiores ao Produto Nacional Bruto conjunto de todos os países menos desenvolvidos e seus 600 milhões de habitantes. Cerca de 1 bilhão e 300 milhões de pessoas vivem com menos de US$1/dia e um bilhão não podem satisfazer suas necessidades de consumo básico. Essa chaga persiste não somente além-fronteira, mas também no Brasil e no Nordeste.

Os estudos mostram que o Brasil é um dos países que apresentam maiores indicadores de desigualdades de pobreza. Os últimos estudos estimam que há 54 milhões de pobres no Brasil, dos quais 24 milhões são indigentes. Quarenta e cinco por cento dos pobres vivem no Nordeste. Para complementar essas tristes estatísticas, o Brasil ocupa a 79º posição mundial no relatório de Índice de Desenvolvimento Humano, atrás de Colômbia, Chile, Equador, México, Argentina e Cuba. O Brasil faz parte do grupo de países considerados de médio desenvolvimento humano.

O Brasil é um país de baixíssimos salários. Quem ganha cinco salários mínimos, hoje, ganha igual a quem recebia um salário mínimo na década de 40. E mais: os 10% das pessoas mais ricas do Brasil detêm 50% do PIB nacional, o que faz com que o nosso País seja o campeão da desigualdade.

Onze por cento da população correm o risco de não superar a casa dos 40 anos de idade; 24% não têm acesso a água potável; 30%, ao saneamento básico, 6% das crianças com menos de cinco anos estão abaixo do peso estabelecido pela Organização Nacional de Saúde.

No Nordeste brasileiro, a situação é ainda mais grave. Segundo a Sudene, ¼ das crianças com menos de cinco anos de idade sofre de desnutrição crônica. Do total da população nordestina, com mais de 10 anos de idade, 44% são analfabetas, outras 54% têm menos de 3 anos de estudo. O Ceará também faz parte desse contexto caracterizado por desigualdade e pobreza, apesar do esforço gigantesco do Governo do Estado nos últimos anos.

Somos sabedores de que a questão da pobreza não será solucionada apenas com medidas paliativas e populistas. A pobreza é uma questão complexa, de difícil solução a curto prazo, como já constato o estudo realizado pelo ex-Senador e atual Vice-Governador do Ceará Beni Veras.

A resolução dessa questão que macula a história do nosso País implica necessariamente a democratização da informação e do conhecimento; a desconcentração de renda patrimonial, pessoal e regional; a valorização da mão-de-obra brasileira; o incentivo às políticas de geração de emprego em nível local; um maior investimento e uma melhor aplicação de recursos na área social, notadamente, na educação, saúde e habitação; o fortalecimento da participação do cidadão na elaboração, implementação e controle das políticas públicas; a estabilidade da moeda; a implementação de um modelo de desenvolvimento que privilegia o mercado interno, a geração de emprego e renda e o crescimento econômico com eqüidade social.

Minas senhoras, meus senhores, para concluirmos, enfatizamos que nós, brasileiros, não iremos erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sem ações políticas eficazes e investimentos contínuos de infra-estruturas físicas, especialmente, no desenvolvimento do capital humano. O desafio é reverter a lógica do desenvolvimento que privilegia os que têm mais. Para isto, é necessário que ações estratégicas de caráter estrutural sejam implementadas.

Srs. Deputados Federais e Senadores, V. Exªs podem contribuir para minimizar o quadro sócio-econômico que nos envergonha, engajando-se na luta pela implementação de um grande projeto estratégico para o Nordeste, que é a transposição de águas do rio São Francisco. Estamos, há 3 anos, discutindo nesta Casa essa questão.

O Ceará partiu na frente numa luta no Nordeste inteiro, para que os Deputados Federais e Senadores encampassem essa idéia conjuntamente. A responsabilidade é de todos nós, e sabemos que há a necessidade de uma decisão política. Daí a importância do apoio de V. Exªs. 350 milhões de empregos serão gerados, mais de 300 mil hectares de terras serão irrigados no Nordeste, beneficiando mais de 200 municípios serão beneficiados. Então, está aí um caminho lógico, fácil, porque só com duas secas daria para construir a obra de transposição de águas do rio São Francisco. Ressaltamos que projetos de transposição de águas já foram executados noutros países com muito sucesso.

Todos nós, Parlamentares e sociedade civil organizada do Ceará, estamos dispostos a fazer a nossa parte, mas só conseguiremos mudar tudo se todos os brasileiros mudarem coletivamente suas atitudes e assumirem a responsabilidade individual de que é possível mudar essa realidade ao proporcionar aos excluídos uma oportunidade de vida mais digna. Que as melhores propostas aqui discutidas sejam, efetivamente, colocadas em prática.

Muito obrigado.

Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Landim) – Dando boas-vindas a todos os Senadores e Deputados Federais, passo a palavra e a Presidência dos trabalhos desta Comissão ao Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Queremos, inicialmente, agradecer a V. Exª e a todos os Srs. Deputados Estaduais por terem cedido o espaço da Assembléia Legislativa, para realizarmos esta audiência pública.

Havendo número regimental e de acordo com o Regimento do Congresso Nacional, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Mista destinada a erradicar a pobreza no Brasil.

Esta Comissão é presidida por quem vos fala, a Vice-Presidente é a Senadora Marina Silva, o Relator **ad hoc** é o Deputado Paulo Marinho, do Maranhão, o Relator titular é o Deputado Roberto Brant, de Minas Gerais, impossibilitado de comparecer, e os membros presentes aqui hoje são o Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo, Senador Sérgio Machado, do Ceará, Senadora Marluce Pinto, de Roraima, Deputada Luiza Erundina, de São Paulo, Deputado Feu Rosa, Espírito Santo. A dúvida sobre a Senadora Marluce Pinto é que S. Ex.ª é cearense e exerce o mandato pelo Estado de Roraima.

Dando início aos nossos trabalhos, vamos ao primeiro inscrito, Deputado Sérgio Benevides, a

quem rendemos também as nossas homenagens por ter sido autor do requerimento que trouxe a Comissão a esta Capital.

Com a palavra o Deputado Sérgio Benevides, Líder do PMDB na Assembléia Legislativa do Ceará.

O SR. SÉRGIO BENEVIDES – Exmº Sr. Senador Maguito Vilela, que preside esta sessão, Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, meu amigo Wellington Landim, Exmª Srª Senadora Marluce Pinto, em nome de quem saúdo as demais autoridades presentes neste recinto, senhores funcionários, senhores membros da imprensa, lideranças sindicais, meus amigos, esta é uma manhã de muita alegria para todos nós, por podermos receber essa Comissão com a qual tive a grata satisfação de poder estar em Brasília, quando buscava recursos para os municípios onde fui votado.

No gabinete do Deputado Federal Marcelo Teixeira e, em seguida, quando fui fazer uma visita ao meu grande amigo Deputado Federal Eunício Oliveira, comentava-se que estava sendo constituída uma comissão especial mista que estudaria os problemas da pobreza, do bolsão de miséria que existe no País. E mais do que rapidamente estive com o Deputado Federal, meu grande amigo, Paulo Marinho. Chegando ali, eu disse: "Paulo, eu sou filho do interior do Ceará e conheço, palmo a palmo, o sertão do meu Estado. Andando ultimamente nos distritos, nunca vi tanto abandono, desilusão e desesperança no homem do campo. Como é que eu levaria isso a essa Comissão para que nós pudéssemos, numa reunião de alto nível, discutir os problemas que afligem o Ceará? Há algo errado, porque se fala tanto em mudanças, se fala tanto num Governo que ia erradicar a pobreza e a miséria e, treze anos depois, andando no interior, vi nos distritos abandonados e na cidade interiorana onde nasci, a minha Itapipoca, no sertão central, nascendo e começando a se amontoar favelas. E eu pensava que favela fosse privilégio da Capital, onde a cada dia nasce mais uma.

Chegando a este plenário, no dia seguinte, fiz um requerimento e queria agradecer ao Presidente da Assembléia, aos meus amigos, companheiros de plenário, nossos Deputados, que o aprovaram por unanimidade.

Inicialmente, queremos externar nossos agradecimentos aos parlamentares federais que ora nos visitam, seja para nos dar a conhecer como está se desenvolvendo o seu trabalho, seja para amiudar o contato com a nossa realidade, ou para ouvir nossas dificuldades, experiências e proposições.

Ao apresentar requerimento propondo a vinda da douta Comissão Especial, criada com objetivo de estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções que visam erradicar a pobreza, o fim ciente dos benefícios que poderão advir para nosso Estado, fruto dos debates e depoimentos que serão colhidos nesta audiência.

A dura realidade social do Ceará impõe a conjugação de forças voltadas para a implementação de novas políticas e programas que sejam decisivos para mudar seu perfil sócio econômico, infelizmente, marcado por tristes indicadores sociais.

Dos 6,8 milhões de cearenses 49% encontram-se na faixa de pobreza, comparados a 23% do Brasil, temos apenas o dobro, 9% do Sudeste e 48% no Nordeste global.

De acordo com dados do IBGE, a renda média per capita do Ceará é de R$1.739,00, contra R$ 5.574,00 do Sudeste, R$ 4.149,00 da média do País.

Segundo estudos do Banco Mundial, atualmente 60% dos pobres do Ceará moram no ambiente rural e cerca de 350 mil membros de família não recebem qualquer renda pelo que realizam.

Se o Brasil tem uma das piores distribuição renda do mundo, senão a pior, o Ceará exibe a pior distribuição de renda do País.

Com 10% da população detendo 52% da riqueza de todo o Estado, não é de se admirar que o Ceará ocupe o 22º lugar no índice nacional de desenvolvimento humano.

Srs. Parlamentares, os indicadores acima delineados, por si só já justificam a presença da comissão nesse poder. O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Governo Estadual, voltado precipuamente para a industrialização merece ser analisado e revisto.

A opção de substituir investimentos do setor agrícola, que é uma vocação natural do Estado pelo setor industrial não conseguiu gerar os efeitos desejados na qualidade de vida da população, o papel da indústria como gerador de emprego continua limitado.

Atraídas por um programa de concessões, incentivos fiscais criado pelo Governo estadual, bem como por um oferta excessiva de mão-de-obra barata, dezenas de indústrias instalaram-se no Ceará, de acordo com dado inserido no relatório do Banco Mundial, num período de três anos e meio de janeiro de 1995, a junho a de 1998, esse programa aprovou investimento da ordem de R$ 3,3 bilhões.

Apesar desse volumoso montante de recursos destinados à indústria, não foi esse setor o que mais

gerou emprego na nossa economia. Quem afirma isso é o próprio relatório do Banco Mundial.

A maioria dos empregos tem sido gerado pela estagnada agricultura, com produtividade extremamente baixa, vindo em seguida o comércio e os serviços.

A indústria não tem aparecido aparecido nem mesmo entre os principais setores em termos de geração de emprego.

O relatório do Banco Mundial, Srs. Parlamentares, Srs. Líderes Classistas, é conclusivo, a política de desenvolvimento industrial não tem trazido nenhuma contribuição significativa à geração de novos postos de trabalho.

Acrescenta ainda o documento que: as grandes empresas foram as que mais se beneficiaram com o programa de incentivos fiscais, o que é para o Banco Mundial uma grande distorção, considerando que são as pequenas empresas que mais geram empregos. A industrialização, sem dúvida, é importante, mas não pode ser realizada a qualquer preço. E é, no mínimo, um grande equívoco pensar que ela, por si só, pode resolver o problema do desemprego e da pobreza.

Deseja-se um empreendimento em indústrias que tenham relação com a realidade, com a cultura, com a nossa capacidade de produzir. Não adianta instalar modernas indústrias que exijam, cada vez mais, qualificação profissional e conhecimentos técnicos específicos se não dispomos de uma política educacional que qualifique nosso contingente de trabalhadores.

O resultado é que, sem a devida qualificação, o trabalhador cearense, não atendendo a um pré-requisito, não obtém colocação. Setenta e dois mil e setecentos e trinta e quatro trabalhadores, de janeiro a abril deste ano, procuraram os postos de trabalho do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT – em busca de emprego. Entretanto, a média é de quatro meses para se conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

Admite-se que houve um crescimento industrial, mas ele ocorreu sem aumento de emprego. Com efeito, o índice de desemprego atingiu o elevado percentual de 12,47%. Então, crescimento industrial para quê? Para favorecer a quem?

É questionável o fato de que as empresas genuinamente cearenses não têm recebido o mesmo tratamento incentivador, concedido àquelas de fora. Para citar apenas um exemplo, a indústria de beneficiamento do algodão, que se destacava em décadas passadas com cem usinas operando, hoje conta apenas com três usinas.

Quando se gerava uma indústria de beneficiamento de algodão, por trás de cada usina dessas, existia a mão-de-obra de toda a família que trabalhava, do pai, do filho e da mãe. Fechamos 97 indústrias de algodão no Ceará. E os empregos foram transferidos para onde? Para onde foram? O que as indústrias que levam milhões e milhões do cearense estão trazendo para ocupar esse lugar?

É discutível, portanto, o modelo de desenvolvimento que prioriza e atrai indústria com incentivos fiscais, mas que não contribui significativamente para reduzir a pobreza final.

Como bem salientou o Banco Mundial, as políticas de incentivo industrial do Estado são moderadamente caras e introduziram algumas distorções no desenvolvimento econômico do Estado. Essas políticas atraíram relativamente investimentos de capital intensivo e, por isso, tiveram limitados efeitos em relação ao emprego e à redução da pobreza. Não sou eu quem digo isso, mas sim o relatório do Banco Mundial.

Precisa-se buscar um novo modelo de desenvolvimento que tire o Ceará da situação de pobreza em que se encontra. É preciso, para tanto, investir em setores nos quais o Ceará tem uma vantagem competitiva óbvia, uma vocação natural, tais como a agroindústria, a agricultura de valor agregado e o setor de serviços.

É público e notório que a agroindústria e a agricultura em geral, no Ceará, têm sido relegadas a um plano secundário pelo modelo econômico vigente no Estado.

Não faz muito tempo, o Ceará produzia algodão de excelente qualidade e milho para exportação, produzia também arroz, feijão, mandioca, couros, peles e cera de carnaúba. A agroindústria do caju e a pesca sempre foram dois fortes pilares da economia cearense. Tínhamos uma fruticultura de alta qualidade, com excelentes níveis de produtividade. Atualmente, é lamentável dizer que importamos até castanha de caju. E não adianta culpar o fenônemo da seca por essa situação. O que falta mesmo é uma política de investimento direcionado para o setor agrícola, porque ela não existe no Ceará. O modelo de industrialização do atual Governo não priorizou a agroindústria nem observou os ciclos naturais e tradicionais das culturas cearenses. Com os devidos investimentos, o tradicional ciclo das culturas agrícolas poderia ter sido utilizado para fixar o homem no campo, evitando o êxodo rural e o aumento da pobreza, fatores que contribuem para desencadear o aumento da violência urbana. A vigen-

te política econômica do Estado agravou significativamente as condições de vida do homem do campo.

Recorremos, mais uma vez, ao relatório do Banco Mundial. A taxa anual de crescimento do PIB agrícola caiu de 8%, no período de 1981 a 1986, para 1,3%, entre 1987 e 1997. De uma participação de 17% na renda interna do Estado, a agricultura hoje reduziu essa participação para tão-somente 5,7% do PIB estadual. Apesar desse quadro desolador, a agricultura continua sendo o setor que mais emprega na economia cearense. Segundo dados apresentados pelo relatório do Banco Mundial, ela absorve, atualmente, 46% da força de trabalho do Estado. Não obstante a deliberada falta de vontade política para diversificar a produção e aumentar o emprego agrícola, a agricultura resiste e mostra sua importância na economia cearense.

Por que razão, senhores, não se investe nesse setor, que, como já dissemos, é vocação natural do nosso Estado? O próprio Banco Mundial admite que somente o crescimento industrial não conduzirá à absorção de um número suficiente de pobres. Uma estratégia que igualmente encoraja o crescimento da indústria, do setor de serviços, como o turismo, e da agricultura é mais provável ter efeitos maiores na redução da pobreza. Por que motivos buscam-se recursos para as novas obras... (Inaudível. Defeito no som) ...importância do Castanhão, que impulsionaria a nossa agricultura através de projeto de irrigação.

Eu pediria licença aos senhores para lembrar aqui um companheiro de Partido, alguém por quem tenho profundo respeito e admiração, o ex-Deputado Federal, ex-Presidente da Câmara, meu companheiro e amigo Paes de Andrade, que, quando assumia, interinamente, a Presidência da República, viabilizava a magnífica obra, que seria o Castanhão, para o povo do Estado do Ceará.

Por que motivo, Srs. Membros da Comissão, a pobreza no Ceará permanece severa e profunda, resultante de baixos níveis de educação, da concentração de renda, do desemprego, da falta de investimentos no setor agrícola, e outros setores vitais da sociedade, como educação e saúde, recrudescem, sobretudo pela absurda concentração de renda, sob o olhar complacente dos Poderes Públicos, que apenas ajudam a agravar esse quadro pela passividade e pela não-intervenção? Essa dura realidade obrigou o próprio Banco Mundial a reconhecer que uma característica notável do padrão de despesa do Estado é a pequena proporção da despesa com o que pode ser considerado como funções essenciais do Estado.

Srs. Parlamentares, temos que fazer algo muito imediato e muito concreto, e esta é uma oportunidade para começarmos. Meus senhores, minhas senhoras, quero lembrar uma frase sempre dita por meu pai, que nos deixou há pouco mais de dois anos. Eu o visitava sempre, normalmente à noite – hoje, continuo a visitar a minha mãe – , e quando lá chegava, ele dizia: "Meu filho, no Ceará o rico está mais rico e o pobre mais miserável". Ele dizia isso com uma insistência enorme. Parece-me que o meu pai, naquele momento, já preconizava e sabia o que o Banco Mundial iria colocar no relatório, há mais de três anos.

Por isso, pequenos como somos, Líder da Bancada do PMDB, gostaria de dizer para a Bancada governista que sempre se fala e é um dito popular: "Aquele que ouve apenas um lado, com certeza erra duas vezes."

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Presentes também os Deputados Federais Inácio Arruda, Chiquinho Feitosa, Sérgio Morais e José Pimentel.

Concedo, com satisfação, a palavra ao nobre Deputado Federal Inácio Arruda.

Com profundo respeito, advirto a todos os Srs. Deputados Federais que há hoje 25 inscritos e, portanto, deveremos usar a tribuna por três minutos cada um dos senhores.

O SR. INACIO ARRUDA – *(Fora do microfone)* na assembléia, Deputado Wellington Landim, Exmº Sr. Senador Maguito Vilela, Deputado Sérgio Benevides, autor do requerimento que permite que esta comissão possa vir à Assembléia Legislativa do Ceará e ouvir de cada um de nós a opinião a respeito das razões que levam o Brasil a ser um dos campeões de pobreza do mundo e o Ceará, dentro do Brasil, a ser um dos campeões de miséria da nossa terra e do nosso País.

Gostaria de levantar algumas questões breves, porque V. Exª já advertiu sobre o tempo limitado que dispomos.

A primeira, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Srs. Convidados, o nosso Estado do Ceará, a par das adversidades do semi-árido, das dificuldades, tenho imaginado que o problema central não é efetivamente este. O renomado economista, autor da Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado, já havia dito, há algumas décadas, que um dos problemas básicos do Nordeste seria não a falta de água, mas, o problema da água contaminada que era servida ao povo, que acabava contraindo doenças.

Celso Furtado tratou de dar diretrizes, luzes para que a Sudene, que ele ajudara a criar, encontrasse mecanismos de fortalecer a distribuição de

água tratada de qualidade para o povo nordestino, porque só isso melhoraria a qualidade de vida do nosso povo.

Então, quero localizar o problema da nossa miséria, da nossa dificuldade, da nossa pobreza e a par da publicidade intensa que é dada de combate a esses males, ela recrudesce. Ao invés de efetivamente ceder ela ocupa espaço não somente – e bem disse o autor do requerimento – no Ceará como um todo, ela cresce na principal cidade do Estado, que é a cidade de Fortaleza. Um dos maiores bolsões de dificuldade e de miséria é exatamente a nossa cidade, é a nossa periferia, a periferia de Fortaleza, que é largada, abandonada.

Então, onde está o problema? Onde ele se localiza? Ele se localiza exatamente no corpo dirigente do nosso Estado, nas elites atrasadas do Estado do Ceará, que dominaram e dominam o nosso território, das elites atrasadas nordestinas, que não compreenderam que, mesmo nessas condições adversas, era possível, sim, produzir riqueza, produzir inteligência e, produzindo inteligência, ampliar as possibilidades de qualidade de vida do nosso povo.

Cito exemplos mais do que simplórios, Senador Maguito Vilela. Agora mesmo, em um desses territórios do nosso Estado que são ocupados pelos tucanos do Ceará, mais precisamente Quixaramubim: em 96, saímos da produção de cinco mil arrobas de algodão para 200 mil arrobas de algodão. O algodão fornece a matéria-prima básica para uma das indústrias que se montou no Ceará e que é considerada uma das mais importantes do País, que é a indústria têxtil.

Por que se abandonou o algodão? Por acaso foi o bicudo que liquidou o algodão no nosso Estado? Por que não se tomou essa questão como séria e se decidiu investir nela? Temos uma indústria de exportação chamada indústria da castanha de caju, que tem a capacidade de beneficiar até 400 mil toneladas de castanha de caju. Sabe-se que não se vão beneficiar nem 150 mil toneladas, não chegarão a beneficiar essa quantidade.

A nossa safra caiu. A nossa agricultura na base do caju também está sendo apenada. Cito esses dois exemplos para demonstrar a viabilidade: é possível produzir riqueza a partir da produção agrícola até chegar na indústria, na universidade, na Embrapa, na tecnologia. Até a tecnologia de ponta é possível chegar-se, partindo da produção primária.

Temos, lá e aqui, a indústria da pesca, também navegando em ondas remotas, difíceis, para demonstrar que tudo isso é possível. É possível levar recursos para lá e distribuir riquezas; é possível aumentar a produção do nosso Estado, por exemplo, ou de um município como Fortaleza, se não entregássemos ao Governo Federal, como fez o município de Fortaleza somente nos últimos quatro anos, R$25 milhões para o tal Fundo de Estabilização Fiscal. Esse dinheiro vai parar nas mãos de outro Fundo, que não está aqui no Brasil, que é o tal Fundo Monetário Internacional, a grande praga da miséria e da pobreza do nosso País. (Palmas)

Quero finalizar, Senador Maguito Vilela, com a convicção de que talvez esta Comissão chegue de volta ao Senado da República, à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, com a visão de um outro Senador, um Senador que percorreu o Brasil na época da ditadura militar, quando se discutia a anistia em nosso país. Os militares, àquela época, equivocados, com certeza, diziam que não havia tortura, não havia problema, que só haviam prendido alguns meninos. O Senador Teotônio Vilela voltou ao Congresso Nacional convencido da necessidade da anistia e de que nos porões da ditadura tinha uma podridão. Esse foi o convencimento daquela comissão que ia junto com o Senador Teotônio Vilela. Qual é o paralelo? O paralelo é de que, ao confirmar o diagnóstico que já é fácil no nosso País de onde estão efetivamente as razões da pobreza e da miséria em nosso País, possamos chegar ao Congresso e dizer para ao Senador Antonio Carlos Magalhães: Senador Antonio Carlos Magalhães, a razão da pobreza e da miséria do nosso País é a direção de rumos que foi dada até hoje na nossa pátria, é esse acordo imoral com o Fundo Monetário Internacional, que manda vender empresas, que manda liquidar empregos, que impõe juros fabulosos nas costas dos pequenos e médio produtores, que inviabiliza a agricultura, que obriga os agricultores a entregarem tratores, entregarem suas máquinas de produção, porque não podem pagar os juros. Aí estão as razões da pobreza e das desigualdades.

Era o que tinha dizer, caro Senador. Parabéns pela visita da Comissão ao nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Artur Bruno.

Mais uma vez, gostaria de pedir a colaboração de todos. É lógico que todos querem prestar um depoimento, é importante que possamos obedecer ao prazo estipulado, porque senão, uns darão depoimento, e outros ficarão impedidos, talvez, de também prestar depoimento.

O SR. ARTUR BRUNO – Senador Maguito Vilela, que tão bem preside esta audiência pública, Srs. Senadores, Srs. Deputados, sejam bem-vindos ao

Estado do Ceará, Colegas Deputados Estaduais, Vereadores, lideranças sindicais, lideranças empresariais aqui presentes, vou ser fiel aos três minutos, Senador, até porque fui bastante contemplado pelas palavras sábias, experientes do Deputado Federal Inácio Arruda.

Penso que temos que basear esse nosso estudo, esse nosso debate não apenas no relatório do Banco Mundial. O relatório do Banco Mundial é um instrumento importante para o estudo desta Comissão, mas há outros relatórios – há o relatório da ONU, da Unicef – e há estudos que as universidades do Estado do Ceará já fizeram e continuam fazendo sobre a concentração de renda, a má distribuição da riqueza que existe no nosso Ceará.

Se é verdade que o Estado do Ceará cresceu economicamente nos últimos anos, é também verdade que é o Estado de maior concentração de renda do nosso País e é também o Estado que, lamentavelmente, não distribuiu essa riqueza obtida nos últimos anos pelos planos econômicos.

Necessitamos aqui, no Ceará, assim como todo o Brasil, de uma política que distribua renda. E para distribuir renda, Sr. Presidente, precisamos retirar o Estado do Ceará dos indigentes índices sociais. O Estado do Ceará, lamentavelmente, ainda tem 30% da sua população acima de 15 anos analfabeta. É um índice elevadíssimo para um Estado que cresceu tão forte economicamente nos últimos anos.

Fortaleza, esta metrópole com dois milhões de habitantes, tem mais de 600 favelas. Esta cidade, hoje, tem bolsões de miséria em sua periferia. E é fundamental que esta Comissão não apenas debata com os Parlamentares, mas conheça a periferia de Fortaleza, porque cada bairro desta cidade reflete os municípios do interior do nosso Estado.

Portanto, é um desafio para todos nós buscar não apenas políticas de desenvolvimento econômico – acho que, nos últimos anos, os governos fizeram -, mas sobretudo agora é fundamental esta Comissão refletir quais são as políticas necessárias para distribuir renda.

E, aqui, faço um desafio, sobretudo aos Parlamentares do Centro-Sul. Não há solução apenas local, apenas regional, é preciso também desconcentrar recursos e investimentos que continuam prioritariamente sendo feitos no Centro-Sul. Não se admite uma população nordestina, que tem 29% da população total do País, não ter investimentos equivalentes ao tamanho da população. Portanto, aqui é um grande desafio para os Deputados do Ceará, para os Deputados nordestinos no sentido de lutarem conjuntamente, com o apoio dos Deputados do Centro-Sul, para que, no Orçamento Federal, esses recursos sejam proporcionalmente investidos de acordo com o tamanho da nossa população e da nossa importância política.

Portanto, concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados – até porque gostaria de ouvir os Parlamentares que vêm de Brasília -, não há saída se não houver, primeiro, investimentos maciços em Educação, em Ciência, em Tecnologia. E não há saída para a desigualdade se não investirmos proporcionalmente ao tamanho da nossa população. E, aqui, vários Deputados desta Casa deram contribuições importantes para a mudança desse perfil social do Estado do Ceará, como o Projeto Bolsa-Escola, como o Projeto de Renda Mínima, que o Senador Eduardo Suplicy divulga, com esse trabalho apostolar que S. Exª faz em todo o País. Precisamos de políticas assim como essas para mudar o perfil de desigualdade social que, lamentavelmente, ainda existe no Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o nobre Deputado Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA – Senador Maguito Vilela, em seu nome, eu gostaria de saudar todos os membros da Comissão; Parlamentares presentes; minhas senhoras e meus senhores: a minha preocupação, neste momento, é externar aquela frase que diz: "Esse filme eu já vi!" A começar pelo primeiro imperador que aqui chegou e disse que venderia a última jóia da Coroa; de presidentes que aqui estiveram e choraram, vendo o quadro de miséria no Ceará; de comissões que aqui se sucederam e relatórios e mais relatórios de que o Congresso Nacional está cheio; de depoimentos e de diagnósticos. A minha preocupação, Senador, é que venhamos a fazer mais um plano-livro, um relatório, e a minha proposta é que façamos o plano-trabalho.

Neste momento, eu queria dar conhecimento aos senhores de que a Bancada Federal do Nordeste, reunida em maio de 1998, elaborou esse documento, que quero considerar mais como plano de referência, um plano-trabalho, e não como um plano-livro para enfeitar uma prateleira.

Essa é uma ação suprapartidária, porque, no nosso modo de ver, a pobreza não tem partido, não tem cor, não tem credo; ela aí está, e temos que atacá-la de frente. Então, nesse trabalho da Bancada Federal do Nordeste, contemplamos ações consistentes voltadas para as áreas de obras hídricas. Levantamos todas as obras hídricas que estão em projetos no DNOCS, na Codevasf, de todos os Estados, colocando o seu orçamento, o valor da obra e a que

se destina. Identificamos todos os planos e projetos de irrigação do Brasil em Ação e partimos para uma política que tenha o homem como ponto de partida e não como ponto de chegada da esmola que hoje ele recebe: a esmola da cesta básica; a esmola do carro-pipa; a esmola do vale transporte; do vale isso e vale aquilo; como se o povo não valesse nada.

Aqui estão projetos voltados para a capacitação do homem no estágio de conhecimento em que ele se encontra. Estamos apontando aqui ações na área da ciência e da tecnologia, porque a solução dos problemas passa pela ciência e tecnologia e passa pela educação.

Aqui também apontamos a transposição do rio São Francisco como fundamental para suprir o déficit de recursos hídricos que teremos em 2010, no Nordeste. É uma conta fácil de fazermos. As bacias hidrográficas têm uma limitação. A média de precipitação é estabelecida durante anos. Então, como a população cresce, chegaremos a um ponto em que ou importamos água ou exportaremos nordestinos; então temos que brigar pela transposição do Rio São Francisco.

No dia 20, no Congresso Nacional, na Sala de Cultura da Câmara dos Deputados, o Presidente Michel Temer lançará esse projeto-trabalho, para apontarmos ações consistentes de convivência com a seca que tenham o homem como ponto de partida.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação sobre as palavras do Deputado Sérgio Benevides, quando S. Exª fundamentou toda a sua exposição em cima do relatório do Mundial.

Perguntaria ao Deputado Sérgio Benevides: o Governo do Estado, dentro das nossas limitações, dentro da nossa pobreza, está fazendo a sua parte, o Banco Mundial está fazendo a dele? O Banco Mundial, ao praticar essa política neoliberal de mercado, como carro-chefe, que só tem o aprofundamento da pobreza, está fazendo a dele? O FMI está fazendo a dele? Então, é preciso fazer uma reflexão em cima do relatório do Banco Mundial, cobrando do Banco Mundial o papel que está desenvolvendo.

É muito fácil criticar, mas enquanto tivermos essa política de abertura total da economia, sem o papel regulador do Estado neste processo, continuaremos a assistir a isso que aí está: a quebradeira das nossas empresas, a quebradeira das nossas micro e pequenas empresas, porque não temos tecnologia para competir numa abertura total da economia.

Isso, o Banco Mundial não fala. Então, o Banco Mundial abriu a economia, a sua política tem como carro-chefe o mercado, então, a tendência é aprofundar, cada vez mais, a nossa pobreza.

Fica aqui, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o convite da Bancada Federal do Nordeste, para, no dia 20, lá na Sala de Exposição da Câmara, proceder ao lançamento desse livro e pedir à Comissão que leve em conta essas propostas dos Deputados, porque aqui não se trata de um relatório, mas de um conjunto de projetos que têm começo, meio e fim, com um valor bem definido.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALFREDO – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Deputada Federal Luiza Erundina, Srs. Deputado Federais, Estaduais e Vereadores, sinto falta do povo nesta audiência pública para discutir o problema da pobreza no Ceará.

Entendo, da maior importância, não quero aqui desmerecer nem o requerimento do Deputado Sérgio Benevides, nem tampouco a presença de tão ilustre Comissão aqui na Casa do Povo da Assembléia Legislativa.

Mas enquanto nós estamos fazendo esse debate aqui, noticiam os jornais que Choró e Quixeramobim, segundo o **Diário do Nordeste,** e Tauá, segundo o jornal **O Povo**, estão sendo ocupadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais por fome e por sede.

Penso que a primeira questão que tinha que ser colocada neste momento é que esta Comissão – permitam-me sugerir, já que aqui estamos num debate aberto – saia daqui e vá para Tauá e vá para Quixeramobim e vá para Choró e vá ver e ouvir o povo sofrido do interior do Estado do Ceará, que não tem comida, que não tem emprego, que não tem água para beber e que está bebendo água barrenta de barreiros que ainda sobraram neste período da seca.

Temos, em alguns casos, o caminhão-pipa, mas na maioria do interior do Estado, Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, é o jegue-pipa mesmo. Essa é a situação que encontramos hoje no interior do Estado do Ceará.

Estive com uma comissão de trabalhadores e trabalhadoras de Independência, com o Coordenador da Defesa Civil e é a própria política da escassez, Sr. Presidente, restringindo a 30%, 40% da população dos Municípios o chamado alistamento para pagar uma bolsa que não é nem meio salário mínimo, porque o Governo Federal, Deputada Luiza Erundina – V. Exª que é da Paraíba -, está destinando, segundo as informações que nos foram dadas pela Defesa Civil, R$58,00. Então, isso é para perpetuar a situação de miséria, porque esse mesmo estudo do Banco Mundial que o Deputado Sérgio Benevides leu coloca

que 77% da população rural do Ceará percebem abaixo de meio salário mínimo. Quando chega então a frente de serviço, a frente de emergência, é para manter essa situação, para que as pessoas continuem percebendo a metade de um salário mínimo, como se está pagando no interior aos que têm a sorte, Sr. Presidente, de serem alistados. No caso de Independência, os trabalhadores rurais da sede do Município não estavam colocados nessa área, e são só 49 municípios.

Então, a primeira questão que os Srs. Parlamentares deveriam considerar permitam-me observar isso é a do alistamento da Sudene, para que na verdade se possa alistar todo o povo necessitado. E que se pague pelo menos um salário mínimo a esse trabalhador e a essa trabalhadora. No interior do Estado e quem é de lá sabe disso , se não fosse a Previdência Rural, o antigo Funrural, esse Ceará não existiria mais naquela região, porque as famílias são sustentadas pelos velhinhos do Funrural, como dizem os interioranos. A feira acontece nos dias de pagamento da aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Então, creio que essa é a primeira questão a ser analisada neste momento. (Palmas.

É muito bom estarmos aqui na Assembléia Legislativa somos representantes do povo , mas era preciso que esta Comissão se deslocasse para o interior.

Sr. Presidente, o Estado do Ceará, segundo dados mais moderados, já tem 17% de sua área agrícola em processo de desertificação. Isso segundo dados moderados, porque alguns já situam o índice de desertificação em torno de 40% a 50%. Se os senhores forem a Uçuba, verão o deserto que hoje existe lá. E não é longe, ela fica a 200 quilômetros daqui. Os senhores verão o que é um deserto, uma área inaproveitada para a agricultura.

E eu perguntava ao Superintendente da Semace(?), Dr. Renato Aragão:

— Onde está o Plano Estadual de Combate à Desertificação do Estado do Ceará, que estava sendo discutido?

– Está parado ele respondeu.

– Está parado, por quê?

– Por falta de verbas do Governo Federal.

Senador Suplicy, o Plano Estadual de Combate à Desertificação está parado por falta de verbas do Governo federal, que não destina aos Estados um tostão, principalmente a Estados como os do Nordeste, que estão com esse tipo de problema.

– E quantos recursos há no orçamento do Estado? eu perguntava ao Dr. Renato Aragão, Superintendente da Semace(?).

– Nenhum tostão.

Está parado o Plano Estadual de Combate à Desertificação! O que existe são iniciativas da sociedade civil, como a do Ispla(?), na região de Tauá, como a do Cepema(?), aqui na Meruoca e outras regiões, de atendimento na área orgânica, que surtem efeito, porque o algodão orgânico é vendido aqui e lá em Tauá por produtores a preço melhor do que o do algodão local.

Finalmente, para concluir, falarei sobre o problema do Plano de Ordenamento da Pesca. Aqui temos uma seca no mar quando se está no período defeso, porque os pescadores não podem pescar. E está certo, mas não há alternativa. Há anos que se discute no Ministério do Meio Ambiente e no Ibama um plano de ordenamento pesqueiro para o Estado do Ceará.

Então, são essas as situações que eu gostaria de debater neste momento. Que fossem apresentadas aqui, de forma emergencial, propostas para atender ao pessoal que está passando fome e sede no interior, levando-se em conta o alistamento, a construção de poços e de adutoras, o combate à desertificação e o ordenamento da pesca.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecemos as sugestões do nobre Deputado, mas temos de informá-lo que estamos percorrendo todas as cidades mais pobres do Brasil. E estamos verificando, **in loco**, toda essa situação a que V. Exª se referiu.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente desta reunião, Senador Maguito Vilela, em nome de quem quero saudar os vários integrantes desta reunião e em especial os vários representantes da sociedade, começo registrando que, ao lado dos vários dados apresentados, é preciso consignar que, das obras constantes no Plano Brasil em Ação, no primeiro PPA do Governo Fernando Henrique para a Região Nordeste, nenhuma foi concluída. São oito obras, nenhuma delas concluída. Enquanto isso, o mesmo Plano para as outras regiões do País teve grande parte de suas obras terminada. Isso nos deixa claro que há concentração de investimentos em algumas partes do País em detrimento de outras, em especial a Região Nordeste.

Esse dado se repete no PPA do Ano 2000/2003. O Banco do Nordeste, ao participar de sessão na Câ-

mara Federal na última semana, deixava claro para nós que, se o Plano Plurianual para o ano 2000/2003 fosse cumprido em sua globalidade, ao término de quatro anos, a região Nordeste será pobre 0,2% com relação à realidade de hoje. Ou seja, o nosso Produto Interno Bruto, que hoje é da ordem de 6,5%, cairá para 6,3%, caso o PPA seja cumprido na sua globalidade. Todos declaram que dificilmente aquele plano será cumprido.

Se analisarmos o índice de pobreza e de miséria na região Nordeste, constataremos que a situação é gravíssima. Enquanto há 48% da nossa população com renda inferior a meio salário mínimo, nas regiões Sul e Sudeste, há 9%; e no âmbito nacional, há 23%. Se analisarmos o tratamento dado aos organismos federais públicos na região, veremos que quase todos eles estão sendo fechados ou sucateados. O exemplo maior é o nosso DNOCS, que, depois de 89 anos de história, no primeiro dia de 1999, assistimos à sua extinção. Depois de uma longa luta de vários cidadãos da região Nordeste, em especial Cássio Borges e outros, conseguimos reverter aquele quadro. E, antes de transformar a medida provisória em lei, assistimos a uma briga descabida para saber quem ficará com a chave do cofre do DNOCS e não o que será feito daquele órgão. São questões que nos deixam muito preocupados para não dizer até envergonhados.

A questão do Nordeste é política. Enquanto as regiões Sul e Sudeste lutam para que seus pleitos, suas reivindicações sejam atendidos, grande parte dos políticos do Nordeste lutam para acomodar um parente seu ou alguém por ele apadrinhado nos órgãos públicos e não no desenvolvimento da região.

O endividamento público está muito claro para nós. Para termos idéia da dívida das 27 capitais brasileiras, da ordem de R$19.700 bilhões, 83% dessa dívida está em duas capitais: São Paulo e Rio de Janeiro. Quando se analisa a dívida dos 26 Estados da Federação, da ordem de R$225 bilhões, 69% dessa dívida está em quatro Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Se não pararmos para refletir sobre essa realidade, o quadro de miséria, de sofrimento da região Nordeste, do Estado do Ceará por ter a maior extensão do seu território na região semi-árida não vai mudar. Nesse Estado como muito bem aqui já se colocou , 77% da população que vive na área rural tem renda inferior a R$65; enquanto essa realidade, nas regiões Sul e Sudeste, é da ordem de 9%, para que possamos ter clareza da distância entre a ação política e a realidade em nossa região. Esse Estado é um dos que têm apresentado um dos maiores índices de crescimento da nossa economia. Mas esta realidade não se tem refletido na vida do nosso povo.

Portanto, parabenizo a iniciativa desta Comissão Mista em vir ao Estado do Ceará, um dos maiores espelhos do Nordeste, onde há uma região que cresce muito a grande Fortaleza e outra que empobrece bastante o interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Senador Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES – Exmº Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, senhores integrantes da Mesa, senhores convidados, estou feliz porque, nesta manhã, chegamos à conclusão de que temos de discutir sobre a pobreza.

Com meus cinqüentas anos e lá vai fumaça, sempre vi pobres neste País. Não havia os excluídos, os desgraçados, os miseráveis que atualmente há. Imaginem os senhores que, num orçamento de R$1 trilhão, 64% é de rolagem da dívida. O que dizem os senhores representantes do PMDB, PSDB, PPB, PPL que apóiam este Governo? Com a concentração brutal de renda do nosso País, dada por uma política que os senhores adotaram do FMI, creio que é interessante esta preocupação nacional, quando mesmo o Congresso Nacional é responsável pela política que acontece no nosso País.

Portanto, meus senhores, a política do Ceará não é diferente da do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Não é diferente porque o número de pobres, de miseráveis que temos no Ceará se deve à concentração de renda brutal, a uma industrialização que não distribui renda, a uma agricultura que não é privilegiada pelo Orçamento do Governo do Estado. Daí o analfabetismo, que envergonha qualquer cearense. Mas é só no Ceará? Pois bem, o baixo nível educacional aqui é: 51% da população de quinze anos têm menos de quatro anos de estudo. Esses são dados do Governo estadual, não fui buscá-los em canto algum. São insatisfatórios o desempenho escolar de 12,3%, a evasão de 12,5%, e a repetência.

Isso ocorre no campo da educação. Se formos para o da saúde, verificaremos que o nosso PPA reduziu. Por exemplo, em 1998, tivemos uma redução de investimentos da ordem de 7,2%. Não sabemos o percentual deste ano, mas se ocorreu acréscimo foi muito pouco. Déficit de leitos hospitalares, concentração de atendimento no hospital da Capital e falta de medicamentos.

Nós sabemos que tudo isso tem a ver com a política nacional. Quando nós pegamos 64% de 1 trilhão e mandamos para o exterior, vai sobrar o quê? O Go-

verno, lá, faz opção por essa política e o Congresso concorda. O daqui faz opção pela mesma política e a Casa aprova, como agora acabamos de votar uma lei que cria dificuldades para o funcionário público municipal. Não é preciso ser economista para verificar que uma das maneiras de se instituir renda ainda é por meio de salários, ainda é por meio das políticas públicas, que são um salário indireto. Mas você ganha o salário e tem que arcar com educação, saúde e até segurança particular para a classe média. E ainda querem falar em distribuição e em acabar com a pobreza!

Ainda há quem diga que a pobreza não é uma questão de Partido. E é de quê? É de quê? Quando os Partidos estão no poder, quando estão lá em cima, na mídia, lá em cima, no IBGE, nós, de Esquerda, nós, de Oposição, atrapalhamos, somos baderneiros, etc e tal. Quando eles estão fracassados, essa questão se torna suprapartidária. Não é suprapartidária. Enquanto o Brasil não mudar essa política neoliberal, enquanto o Brasil não investir internamente, enquanto o Brasil não recuperar a sua soberania nacional, nós vamos ter isso constantemente.

Sr. Senador, nós temos mais dados concretos. Nós procuramos pesquisar direitinho. Nós nascemos e nos criamos nesta terra e a conhecemos perfeitamente. Para V. Exª ter uma idéia, a indústria teve um crescimento de 3,6. Isso é bom. Isso é bom. Agora, pergunte-se como é que se faz a distribuição dessa riqueza, a quanto é que sai cada emprego desses para nós, onde está a legislação trabalhista, onde está o retorno social dos empregos dessas indústrias, sem falar nos investimentos públicos nessas indústrias, que não dão o retorno social esperado!

Encerrando, temos 208 novas empresas; isto é, foram criados 43.043 empregos, uma média de 206,93 empregos, mas se consideramos o alto custo público, a infra-estrutura e os investimentos fiscais, houve um retorno pouco significativo.

Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, ou nós mudamos a política deste País, ou seguimos a direção que outros países já tomaram. Vejam o próprio Japão, que está investindo na criação de novos empregos, tanto na área pública quanto na área privada. Aqui, o Congresso Nacional está tentando, de novo, tirar dinheiro dos aposentados.

Por isso, vamos falar de pobreza, mas vamos fazer uma autocrítica, se queremos realmente mudar este País!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra, o Vereador Durval Ferrraz.

O SR. DURVAL FERRAZ – Gostaria de, por intermédio do Senador Maguito Vilela e da Senadora Marina Silva, homem e mulher, cumprimentar toda a Comissão Especial que nos visita neste dia de hoje, e parabenizar o Deputado Sérgio Benevides pela iniciativa de propor esse debate aqui no Ceará.

Concordo com as várias observações e colocações feitas pelos Deputados que me antecederam. A minha falação será bem rápida, em cima de uma pergunta que para mim é fundamental. Eu gostaria que essa pergunta fosse aprofundada por esta Comissão, já que ela tem como objetivo estudar as causas estruturais e conjunturais da pobreza. A pergunta é a seguinte, Senador e Senadora e todos os membros da Comissão. Fernando Henrique Cardoso é considerado um fracasso administrativo neste País, a pior administração que esta República já teve em todos os tempos. Esta administração produziu miséria, desemprego e uma desigualdade campeã no mundo inteiro. Primeira colocação. A segunda colocação é de que o Governo Tasso Jereissati, do Ceará, é considerado como uma administração modelo para o Brasil. Inclusive, na última pesquisa, essa administração foi colocada como a melhor, empatando com o Governador do Rio de Janeiro, Garotinho. Então, na última pesquisa da **DataFolha,** foram considerados os melhores administradores deste País. A administração do Ceará, hoje, é referência para o Brasil e para o mundo e a administração de Fernando Henrique é um desastre para o Brasil e para o mundo.

Mas como se explica que em ambas as administrações, tanto no fracasso do Fernando Henrique quanto no sucesso do Tasso a miséria é a mesma, a desigualdade é a mesma e tanto o Estado do Ceará como o Brasil são campeões em miséria e desigualdade social. Como se explica uma administração que está dando certo e uma outra que está fracassando terem o mesmo resultado em relação à pobreza? Essa pergunta eu gostaria que fosse aprofundada pela Comissão, já que ela vai estudar as causas. O que está por trás dessas duas administrações tão diferentes, com resultados tão diferentes, mas que, com relação à pobreza, têm o mesmo resultado, porque o aumento da desigualdade é o mesmo. Não entendo. Que modelo, que mecanismo gere a administração Tasso e a administração Fernando Henrique em que a produção da miséria e da desigualdade é a mesma.

Quero que essa questão seja esclarecida para que esta Comissão possa fazer um trabalho sério, senão vai ficar apenas nas conseqüências, e conseqüências não resolvem o problema. Temos que ir às causas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A pergunta de V. Exª será respondida oportunamente. Com a palavra o nobre Deputado Osmar Baquit.

O SR. OSMAR BAQUIT – Senador Maguito Vilela, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores que aqui vieram prestigiar esse evento. Queria lembrar, Senador Maguito Vilela – ontem estivemos juntos, por ocasião de um jantar, para que pudéssemos aprofundar e estreitar essa convivência pacífica e democrática -, a V. Exª e aos demais Senadores que o Deputado Sérgio Benevides, autor desse requerimento, deveria ter começado o seu pronunciamento realmente dizendo que o Estado do Ceará é um Estado pobre, mas é um Estado que, como S. Exª falou, há treze anos é governado por um grupo que encontrou esse mesmo Estado em atraso com o pagamento do funcionalismo público, encontrou-o sucateado, encontrou-o loteado, e que através de administrações sérias tem colocado, por diversos programas, como é o caso dos agentes de saúde, do Projeto São José, que prevê que até o ano 2001 nenhuma casa do interior do Estado do Ceará ficará sem energia elétrica. V. Exª deveria ter dito, Deputado, que o Estado do Ceará, mesmo pobre, tem tentado honrar e dignificar essa gente, diferente da prefeitura de Fortaleza, em que o seu sogro é o prefeito, que não tem política educacional, que fecha creches. V. Exª disse uma coisa com que concordo: pobre cada vez mais pobre, rico cada vez mais rico. Mas, na Prefeitura, com as licitações de lixo fraudulentas, temos visto pobres ficarem milionários, porque essa política da Prefeitura de Fortaleza não erradica a pobreza e não contribui com o lado social que o Estado do Ceará está tentando fazer. V. Exª deveria dizer que nesse momento deveríamos, Deputado João Alfredo, levar essa Comissão à Deputada Luiza Erundina, que é do interior, que é da Paraíba; ao Deputado Sérgio Novaes, que muitas vezes esteve em Quixadá trabalhando, ajudando, e dizer que lá existem programas. O programa dos agentes de saúde é verdadeiramente novo, melhora e contribui.

Senador Maguito Vilela, antigamente um carpinteiro, um homem do campo, um leiteiro não tinha acesso ao projeto São José e ao associativismo. Com o Governo Ciro Gomes, com o Governo Tasso Jereissati, hoje, um vaqueiro é presidente da associação e ele mesmo escolhe com a comunidade que projeto ele quer para a sua região. E ele tem acesso, depositado na conta em banco, com a licitação acompanhada de um promotor, a R$50 mil, R$60 mil para levar o açude, a água e, acima de tudo, o trabalho.

Deputados e Senadores, perdoem-me. Estou falando isso porque achei, Deputado Sérgio Benevides, que seu discurso poderia contribuir com o engrandecimento desta Comissão nas visitas e nas sugestões e não somente atacar o Governo do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O nobre Deputado Moésio Loiola.

O SR. MOÉSIO LOIOLA – Gostaria, em primeiro lugar, de lamentar profundamente o discurso infeliz do Deputado Sérgio Benevides. Discurso de paulista burguês, discurso de paulista besta. Não é o caso do Senador Eduardo Suplicy, que para mim é um das melhores coisas que o Congresso Nacional tem. É preciso mudar mesmo a postura, essa é a verdade.

Digo que é feliz o povo do Estado do Ceará por ter um Pimentel como representante, até nessa mistura de ideologia. Ele fez um levantamento: das oito obras criadas pelo Brasil em Ação, oito não foram terminadas. Parece-me que falta cobrança desta Comissão, do PMDB e de alguns nordestinos que se esconderam, por exemplo, no sul do País e até se elegeram Deputados e Senadores, mas que não tiveram por essa terra a mesma atenção ou a mesma devoção.

Acho que esta Comissão marca, sem sombra de dúvida, um grande gol. Mas, Senador Maguito Vilela, V. Exª foi Governador lá no seu Goiás, onde se vende boi por minuto, onde se exporta, por exemplo, a agricultura, porque a natureza também é muito benevolente e bondosa com a sua região, e sabe que aqui a adversidade é diferente. Quando se tem oportunidade de discutir a adversidade, vem-se com compostura e o comportamento como o do Deputado Sérgio Benevides. É lamentável. O Governo que está aí pode não ter feito nada, mas se V. Exª pegar desde o começo da sua história, esse Governo, em 12, 13 anos, praticamente duplicou a capacidade de armazenagem de água no Estado do Ceará. Toda a chuva, toda a média pluviométrica do Estado do Ceará seria de aproximadamente 12 bilhões de metros cúbicos de água.

Quando o Governador Tasso Jereissati foi eleito a primeira vez, o Estado do Ceará armazenava apenas 12 bilhões, e teríamos capacidade para 70 bilhões. Hoje, já evoluímos a ponto de, mesmo sem os açudes e os reservatórios, já temos praticamente o dobro armazenado.

O Deputado Sérgio Benevides esqueceu-se de dizer que o grande problema, principalmente o problema do Estado do Ceará, está na pobreza de Fortaleza, onde o sogro dele, que é prefeito, tem uma rejeição tão grande que só perde para o Presidente Fernando Henrique Cardoso. A rejeição ao prefeito de Fortaleza, hoje, é tão grande, tão acentuada, tão pa-

tenteada quanto a rejeição, em nível nacional, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Temos é que acabar com esse tipo de gol contra. Temos que levá-los, como falou o Deputado João Alfredo, para conhecer as adversidades da seca, para enfrentar as dificuldades da seca. Mas o que temos que cobrar, principalmente, Deputada Erundina – à frente da prefeitura, exemplo de austeridade -, é uma mudança de conduta administrativa. Isso é importantíssimo. Há pouco o Deputado Inácio falou de Quixeramobim, numa postura de Cirilo, e recuperou, por exemplo, o algodão. É preciso criar parceiras.

Eu fui lá para São Caetano no último domingo. Em São Caetano não se vê mendigo nas ruas. Deve ser decorrência de algum critério administrativo. Foi diferente a administração da senhora: mesmo diante de dificuldades, foi diferente da farra do Paulo Maluf, do descalabro administrativo que está em São Paulo hoje com o Sr. Pitta da corrupção, da safadeza e da ladroagem.

A implementação do plano de renovação do Estado do Ceará enfrenta muitas dificuldades e adversidades – diria que ainda tem muito atraso -, mas já tem coisa positivada.

O Deputado Sérgio Benevides vem aqui criticar a mudança de postura do Governo. Isso era um mote do Governador Virgílio Távora, que há trinta, quarenta anos, já dizia que ou se mudava o perfil econômico do Ceará ou ele se acabava, se extinguia definitivamente.

Fico refletindo: se não fossem feitas as tentativas, o que seria do Estado do Ceará?

Pediria a V. Exªs que mudassem de postura. Quando o dinheiro é para São Paulo, para o Paraná ou para o Rio Grande do Sul, vê-se nisso uma obrigação do administrador federal, mas quando o dinheiro é para o Nordeste, apesar de se tratar de brasileiros também, ou quando é para uma região mais pobre, pensa-se em caridade.

Graças a Deus que a nossa bancada federal – senadores e deputados federais – já mudou de postura. Enfrentávamos também um complexo ao enfrentar essa realidade.

Queria pedir ao Senador de Goiás que desse o mesmo tratamento justo ao Estado do Ceará e aos nordestinos. Que o Senador de São Paulo dê ao nordestino o mesmo tratamento que recebe, que não pense, Sr. Maguito Vilela, que quando o dinheiro vai para São Paulo é uma obrigação e quando o dinheiro vai para o Nordeste é apenas uma caridade ou bondade do governo. Temos que mudar esse enfoque.

Foi infeliz o querido Deputado Sérgio Benevides. Ele fez um gol, mas um gol contra o Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O nobre Deputado Fernando Hugo.

O SR. – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, sem citar nomes, gostaria de fazer um apelo para que nos ativéssemos aos objetivos desta audiência pública. Estamos buscando as reais causas da pobreza, por isso queremos contribuições nesse sentido. Estamos dispostos, inclusive, a sugerir medidas ao Governo Federal que venham minimizar o sofrimento dos mais pobres, dos humildes, dos excluídos.

De forma que gostaria que nós nos ativéssemos mais aos objetivos desta reunião.

Asseguro a palavra ao nobre Deputado Fernando Hugo.

O SR. FERNANDO HUGO – Srs. Parlamentares – em nome dos quais abraçaria o Senador Sérgio Machado e o Senador Luiz Pontes, representantes no Senado Federal do Estado do Ceará -, vereadores, deputados, lideranças, infelizmente começo a minha fala neste momento de inquietude por que passa este plenário. Obedeço religiosa e rigorosamente a vossa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Gostaria de pedir a compreensão de todos para que pudéssemos dar seqüência à nossa audiência pública.

Asseguro a palavra a V. Exª.

O SR. FERNANDO HUGO – ...religiosa e rigorosamente, o encaminhamento feito por V. Exª. Não vou citar nomes, mas começo por lhe dizer uma coisa: nascido aqui na capital, tenho 46 anos de idade, de cearencidade pura. Em muitas e muitas ocasiões, fui testemunha viva da chegada de comissões, de acompanhamentos presidenciais, mas lhes garanto que, nesses últimos nove anos, nunca vibramos tanto como agora, com a chegada dos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão Especial Mista do Congresso. Mesmo, antecipadamente, sem prejulgamentos, sem pitonisar nada, mas repetindo aquilo que o Deputado Ariosto Holanda disse há pouco: será que é mais uma visita? Será que esse filme já passou? E nós sabemos quantas e quantas vezes esses filmes já passaram pelo nosso Ceará.

É preciso que tornemos bem viva a proposta do Deputado João Alfredo. Sei que muitos de V. Exªs, com o coração abismante cheio de boa vontade de sair ponteando, passo a passo, cidade a cidade, este Brasil, não conhecem o horror infernal da seca que

nos assola mesmo neste mês de outubro, que não é o pico de fome e miséria e de carência d'água no sertão cearense e no sertão do Nordeste como um todo. É importante a proposta do Deputado João Alfredo, meu contínuo adversário político nesta Casa. É preciso que se entenda que esta Comissão, que nos alegra com sua visita, tem que ser tratada suprapartidariamente, sem a politicagem de pontinha de rua, sem a discussão chula e bestial ocorrida no intróito desta sessão plenária, provocada pelo infelicitado Deputado. Peço a V. Exªs que não levem do Parlamento cearense essa idéia bestial e unilateral de pensar, mas, sim, a enorme alegria em tê-los aqui.

Seqüenciando esse aproveitamento que fiz de múltiplas falas, não poderíamos, de forma alguma, esquecer o quão importante é esse relatório que há de ser mostrado em Brasília. O relatório revela, de forma simples, as desigualdades sociais com as quais nos habituamos a conviver, os dois brasis, como foi descrito no livro histórico de Jacques Lambert há mais de 30 anos, e que é tão vivo, tão presente, tão atual. Senador, V. Exª e os demais Pares de Brasília, com certeza, receberam aquele tratado de desigualdade social Norte e Nordeste contra Sul, Centro-Oeste e Sudeste. É por meio dele que deve ser feito o encaminhamento primário e, certa e seguramente, fundamental para que se equacione uma solução prática.

Graças a Deus, o Ceará não é de forma alguma um Estado desinserido da linha de miséria, porque o tempo de uma reforma e de uma reformulação sócio-econômica como essa, em qualquer nação do mundo, principalmente em áreas de climas tropicais, requer tempo. E os processos de mudanças administrativas de valorização do Ceará – sei que, hoje, V. Exª, no Senado, tem uma visão diferente deste Ceará pobre, miserável e sofrido, mas caracteristicamente possuidor de gente organizada, que ama esses 148 mil quilômetros quadrados de território, com quase 7 milhões de pessoas. Acreditamos que esta Comissão não é apenas mais uma que nos visita para levar uma idéia, mas é uma Comissão que, para resolver o problema da agricultura e da pecuária no sertão nordestino, obrigatoriamente passa, Deputada Luiza Erundina, pela transposição de águas do rio São Francisco, tão pouco quantitativamente em termos de orçamento, e tão muito para concretizar esse sonho de ter o açude cheio, o rio correndo. A transposição das águas em aqui chegando, teremos certa e seguramente um deserto de Negev, ali onde foi citado a Iraussuba, ali onde foram citados os iamuns.

É essa a solicitação do Líder do PSDB, que confia que esse pleito, prioritariamente para os Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e até áreas do Piauí, trará um amanhecer diferente, não o Nordeste rico, sonhador, como o daquelas criancinhas da favela, mas o Nordeste que todos nós desejamos.

Senador, perdoe a falta de elegância de alguns parlamentares que, infelizes no proceder, trazem a infelicidade para este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedemos a palavra ao nobre Deputado Paulo Linhares.

O SR. PAULO LINHARES – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, queria fazer uma pequena reflexão sobre a questão a partir dos dados do Ceará e que são tratados, geralmente, com uma certa ligeireza, sem um aprofundamento e uma leitura mais fecunda. A relação que gostaria de fazer seria desses dados do Ceará com o Nordeste e com o Brasil.

Sr. Presidente, preocupa-me, nessa discussão sobre a pobreza, exatamente uma postura generalizante e a não preocupação em avaliar corretamente as políticas públicas e quais estão realmente mudando e melhorando a situação de pobreza no Ceará, no Nordeste e no Brasil.

Essas generalizações sobre a pobreza contribuem para aumentar a pobreza no Brasil. Um grande especialista, talvez um dos mais maiores teóricos sobre políticas sociais do mundo, Albert Hirschman, disse que há três modelos para se impedir a mudança social. Uma dessas teses refere-se à futilidade. O argumento é que qualquer tentativa de diminuir a pobreza, de acabar com a miséria é fútil, não atinge o cerne da mudança. Acredito que os dados que temos hoje no Ceará devem ser analisados fazendo-se uma relação com o Nordeste e o Brasil com uma certa profundidade.

Temos um estudo, talvez o único contendo dados do Ceará, que leva em consideração os anos de 1985 a 1996, portanto, onze anos, estudo feito pela pesquisadora Sônia Rocha, talvez uma das cinco pesquisadoras mais importantes do País sobre a pobreza; autora e co-autora de livros importantes, e esse estudo vem mostrar que há uma redução real da pobreza no Ceará nos últimos onze anos, os anos estudados pela pesquisadora Sônia Rocha.

O estudo mostra que o percentual de pessoas pobres no Ceará, no ano de 1985, era de 45%, em 1990 cai para 33%, a partir do ajuste fiscal, a partir de definição de políticas públicas sérias para o Ceará, e a partir de 1995 temos o menor número com relação à redução da pobreza, atingindo 21%, a partir de 1996, há novamente um crescimento da pobreza, 22,6%. Esses dados mostram que houve uma efetiva redu-

ção da pobreza no Ceará nesses quatro últimos governos, mas que essa redução, em determinados momentos, se torna muito frágil, e frágil também é a capacidade de o Poder local reagir diante da crise nacional que se instala.

A partir do final do crescimento, quando foi feito um esforço com o ajuste fiscal e a implementação de políticas públicas no Estado do Ceará, houve realmente uma redução da pobreza, mas a crise nacional veio aumentar, principalmente a partir de 1996, o número de pobres no Ceará. Isso demonstra que a discussão sobre a pobreza deve levar em conta não o ponto de vista da futilidade política, mas um ponto de vista de maior profundidade e também essa inter-relação do poder local com o poder regional e com o poder nacional, porque sem uma política nacional para o País que leve em consideração as desigualdades regionais e políticas definidas para a redução dessas desigualdades a partir do esforço do Governo Federal, nem o Ceará nem o Nordeste conseguirão reduzir a pobreza definitivamente.

Portanto, o meu apelo é para que façamos, nesse aspecto de pobreza, uma discussão mais consistente, uma discussão que leve em consideração as políticas públicas e não uma demagógica e superficial opinião geral sobre a miséria do Brasil, do Ceará e do Nordeste, que não contribui e que não engrandece o debate político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Federal Sérgio Novais.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Srªs e Srs. Senadores, Deputada Luiza Erundina, Líder do PSB, Deputados Federais, Estaduais, Vereadores, Lideranças Comunitárias Sindicais, quero dizer que é importante que esta Comissão leve para Brasília o modelo de um Estado onde temos um grande impacto da industrialização, com a renúncia fiscal talvez a maior do Brasil esteja concentrada aqui no Ceará , onde grandes empresas estão chegando sem pagar impostos, sem assinar carteira de trabalhadores, onde temos um setor turístico e grandes projetos de irrigação bastante incentivados, onde temos um processo de privatização profundo privatizaram a maior empresa do Ceará, aqui por esta Assembléia, sem nenhuma discussão com o povo, uma demissão coletiva de mais de dois mil trabalhadores na principal empresa de energia , onde tivemos aqui uma perseguição de servidores, que se alastra todos os dias aqui. Hoje temos exemplos de extinção de órgãos. Temos um Estado também onde há o desmantelamento do Estado mínimo, aproximando-se desse estado mínimo aqui do Ceará, onde temos o Banco do Nordeste que privilegia somente os grandes grupos econômicos do Ceará. Portanto, esse Estado aumentou a concentração de renda, como foi dito nos diversos discursos, e sem entrar nessa querela de PSDB com PMDB, na querela do Governador com o Prefeito; queremos, sim, analisar esse modelo que está posto aqui no Ceará, que é profundamente injusto com o nosso povo. É isso que precisa ser dito e isso que precisa ser analisado por esta Comissão. Não basta ter política de industrialização, não basta ter projetos de grande irrigação para resolver descer às raízes de nossos problemas sociais, que são gravíssimos.

Faço duas sugestões somente: que esta Comissão trate a questão da água como uma questão fundamental. A água não pode ser tratada como ainda hoje no Ceará: quem tem água tem voto, quem tem água tem poder, quem tem água manda. Isso é inadmissível, Senador Maguito Vilela. Assistimos a um programa de televisão de um apresentador que faz o papel do Estado nos rincões do Nordeste. Isso é uma coisa deplorável para um país da potencialidade e da riqueza deste país. Ligamos a televisão e assistimos àquelas cenas. Isso é uma ausência de Estado, uma ausência de auto-estima impressionante desses governantes, desrespeitar seus irmãos que estão lá a beber água, como disse o Deputado João. Aquilo não é água, Deputado. Aquilo é uma lama com muitas matérias orgânicas, com muitas algas, isso, sim, que não teríamos coragem de oferecer aos nossos filhos, aos nossos amigos.

Essa questão da água é fundamental. Que esta Comissão peça a liberação do fundo de garantia, que está contingenciado, 1 bilhão e meio, que poderia ser investido na água, no setor de saneamento, está contingenciado a mando do FMI. É isso que temos que desdobrar dentro dentro desta Comissão, ou seja, ações efetivas na questão da água do Brasil.

E, finalmente, há a questão da agricultura familiar. Não adiantam os megaprojetos. Está aí o Projeto de Acaraú, enorme; mais de 4 anos já se passaram e o projeto não está concluído. Mais dinheiro é jogado todo dia lá dentro e não se conclui, e quando se conclui, vai para os grandes, não vai descer para a pequena agricultura familiar.

Então, são essas duas questões fundamentais: a da água e a da agricultura familiar, para que enfrentemos a pobreza no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o nobre Vereador Hamilton Gomes.

O SR. HAMILTON GOMES– Exmº Sr. Senador Maguito Vilela, Presidente da Mesa, Srs. Deputados Federais e Estaduais, estou perplexo e decepcionado, porque pensei que iria usar este tempo para dar a saída para a problemática do Nordeste, principalmente do Ceará. Mas todos sabem, todos falaram, todos estão cientes.

Vou fazer uma analogia com a Medicina. É muito difícil diagnosticar o "carcinoma **in sito**". O que é isso? É o carcinoma que só pode ser identificado como câncer pela patologia do microscópio.

É muito fácil identificar um tumor bucal que chega até o peito. Até o pipoqueiro da faculdade diz: "Isto é um câncer". Todos que falaram sabem da problemática. Ontem, quando o Deputado Sérgio Benevides esteve na Câmara, eu fui o primeiro a rebater – talvez o único. A propósito, Deputada Erundina, eu citei seu nome. Disse: "A Deputada é de Antenor Navarro". Não é isso? Uraúna – vizinho da terra da minha mãe, que é de Cajazeiras ou Joaquim Costa, que é nosso primo. "Será que ela não sabe a problemática do Nordeste?" Citei todos os nomes.

Eu não viria a esta reunião. Mas, como falei, eu não gosto de me acovardar. Eu gosto de falar cara a cara . Eu queria, entre todos os depoimentos, enveredar pelo depoimento do Deputado M. Loyola e do Deputado Ariosto. Holanda.

É muito fácil dizer que o povo está morrendo de fome. Já foi dito por um secretário, quando eu morava em Santarém do Pará – e tive vergonha na época – que o povo nordestino pode comer rato, pode comer lagartixa. Há muita demagogia. E fico triste. O plenário está quase vazio; a galeria está quase vazia, porque ela esperava que V.Exªs viessem aqui e apresentassem a solução: "Esta é a solução; daqui para a frente vamos praticá-la para acabar com a fome do povo nordestino".

Mas o que estou vendo é redundância, são falácias. E acho que ainda vai continuar. Tanto é que eu trouxe esta apostila grande, porque eu pensei que eu iria ser o salvador da Pátria. Mas todos falaram a mesma coisa e com bastante oportunidade. O mais inocente, o mais imbecil ou o mais ardoroso vai dizer que o povo nordestino passa fome.

Depois do jantar de ontem, eu queria estender o convite aos Senadores e Deputados que estão em Fortaleza. Eu queria que depois aceitassem o convite deste humilde vereador para conhecer um pouco de Fortaleza.

Nós sairíamos pela Tancredo Neves, depois Largamar, São Cristovão; .Palmeiras. Depois pegaríamos a Perimetral Vila Velha, Pirambu. Depois daríamos uma parada naquela catinga. Sempre digo na Câmara que, quando passo pela Leste/Oeste com um turista no carro fechado, ele olha pra mim e eu olho pra ele. Não! Tenho de explicar que é catinga mesmo.

Tomaríamos um banho na Praia de Formosa, que fica nas imediações da Santa Casa. Depois, iríamos comer aquele caranguejo e tomar uma cervejinha gelada aqui na Praia do Futuro. Infelizmente, há intempéries: o Nordeste sofre pela seca, pela fome, miséria. Ainda é como se fosse o cajado de maus políticos e de um Presidente que deveria dar um bilhão e novecentos e dá dez vezes mais aos seus amigos, pelo PROER, a bancos falidos. Acho que a solução é essa aí. Não queremos esmolas, não queremos complacência, queremos apenas água. Que V. Exªs briguem pela nossa água, perenizem o Jaguaribe, no Ceará, através do São Francisco. Então, era isso que eu queria falar. Não tenho nenhuma solução, porque infelizmente já deram. Eu queria dar, queria ser o dono da verdade, mas, infelizmente, V. Exªs roubaram e frustraram a minha idéia de dizer: "eu vou salvar e vou mostrar para os deputados que eu sei a fórmula, e que a fórmula está aqui". Deixei até na bancada o meu livro, porque não vale absolutamente nada. Não queremos perdão; queremos só trabalho e dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Estadual Geovani Sampaio.

O SR. GEOVANI SAMPAIO – Senador Maguito Vilela, saúdo toda a Mesa, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, de antemão, queria aqui começar discordando do Vereador que ocupou a tribuna agora, porque não podemos trazer uma solução imediata de um problema que se alastra por mais de um século. Temos que respeitar as pessoas que vieram aqui e saíram dos seus Estados para discutir a problemática do Nordeste e trazer soluções a curto e a longo prazo, e não somente podemos resolver tudo de uma vez só, porque, até como foi citado aqui, Sr. Vereador, o carcinomicit? não se faz o tratamento imediatamente, e sim a longo prazo também, para a melhoria da vida de quem o possui. Mas quero dizer aqui apenas contribuir com a Comissão e sugerir que passe a licitação das cestas básicas e dos carros-pipa ao controle do Estado, porque sou de uma região pobre, da região do Cariri, da pequena cidade de Jardim, fronteira com Pernambuco. Não quero citar o nome de cidades, mas o que acontece no Nordeste como um todo — e não é diferente aqui, no Ceará — é a troca de votos pela cesta básica, pela água. Isso podemos diagnos-

ticar, já tivemos uma reunião aqui com o Deputado Bosco, na sua comissão aqui, na Assembléia, e alguns prefeitos — posso citar o nome do Prefeito de Tamboril, irmão do Deputado Pedro Timbó, que foi um dos prefeitos que também concordou e disse que não queria que a Prefeitura dele fosse a responsável pela distribuição da cesta e pelo alistamento das frentes de emergência. Porque — e muito acontece, Senador — nas prefeituras do interior, está lá, no Município e no Distrito, o Vereador com a lista dos seus eleitores para serem inscritos na frente de emergência, como se a Oposição não tivesse fome nem sede. Então, eu gostaria que fizéssemos cesta básica — que já é tão pouca, que não é a solução, mas que não podemos deixá-la de lado, porque quem está com fome hoje quer uma solução hoje — até que possamos trazer as medidas definitivas. Então, a Comissão deveria ter cuidado, porque muitos dos prefeitos que aí estão se perpetuam, trocando a cesta básica pelo voto. Isso não podemos admitir, porque quem já pede a cesta básica, pede o carro-pipa, pede humilhado, ainda mais em condicionamento ao seu voto e ao voto da sua família. Então, a minha sugestão imediata é que as cestas básicas fossem distribuídas pelas entidades não-governamentais, pelo Exército e pelas igrejas católica e evangélicas. Então, essa é a proposta que tenho a fazer, que é simples, mas é o que acontece hoje não só no Estado do Ceará, mas em todo o Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Patrícia Gomes.

A SRª PATRÍCIA GOMES – Senador Maguito Vilela, Senadores e Senadoras aqui presentes, Deputados Federais, Deputada Federal Luiza Erundina, Deputados Estaduais, colegas Vereadores aqui presentes, cidadãos, homens e mulheres do Ceará, que vieram prestigiar certamente um momento muito especial para todos nós, cearenses, e o povo nordestino, em que paramos um pouco para refletir sobre um problema que é tão crucial para cada um de nós, homens e mulheres que acreditamos e que sonhamos viver num lugar muito melhor do que este em que vivemos hoje.

Falar da seca, falar da pobreza é um assunto que, já há muito, vem tomando as nossas mentes e os nossos corações. Eu estava lendo e anotei a data que a primeira notícia da seca no Nordeste data de 1552 e apenas em 1909, ou seja, 357 anos depois, o Governo Federal tomou alguma iniciativa no combate permanente à seca, criando o IOCS, o DNOCS e, depois, o Banco do Nordeste e todas essas agências que tentavam fazer um trabalho para combater a seca no Nordeste. Mas é incontestável que, mesmo com todos esses órgãos que foram criados, sendo que muitos deles, infelizmente, foram desvirtuados do seu principal objetivo, a seca no Nordeste ainda não teve a sua solução. Entramos praticamente no ano 2000 e ainda temos de presenciar o triste espetáculo, todo ano, dos carros-pipas, das cestas básicas, enfim de todo o clientelismo que sempre aconteceu. Isso é certamente fruto da falta de determinação, da falta de decisão, da falta de vontade política para que esse problema secular possa realmente ser resolvido.

Eu também não posso deixar de parabenizar por esse momento que estamos vivendo, que é especial, porque homens e mulheres, Parlamentares, que aqui estão, juntam-se e unem-se numa reunião suprapartidária para discutir esse problema. Já sabemos que, para esse problema, já temos soluções, publicações, seminários, encontros, mas nunca é demais que possamos refletir sobre a questão que aflige a grande maioria dos brasileiros, dos nordestinos, a fome.

Eu voltaria a dizer que tudo isso é fruto de um país desmantelado, de um país que reverte as suas prioridades, de um país que tem um Governo irresponsável, de um País que tem um governante que traiu o povo brasileiro, que traiu as nossas esperanças e a boa-fé dos homens e mulheres que hoje não estão aqui, nesta assembléia legislativa, porque humilham-se, batendo de porta em porta, atrás de um emprego. São esses homens e mulheres que se humilham, porque sequer têm um prato de comida para seus filhos. São esses mesmos homens e mulheres que sequer têm uma casa para morar. São esses mesmos homens e mulheres que vivem se lamentando, sofrendo e se humilhando. Desses homens e mulheres, das nossas crianças, daqueles segmentos da nossa sociedade ainda tão marginalizados, como as mulheres, os índios, os negros, os homossexuais, os pobres, os miseráveis, que temos a responsabilidade de aqui cuidar e tratar. Temos de ter uma responsabilidade cada vez maior de reafirmar o nosso compromisso de acreditar e de sonhar que é possível viver numa sociedade mais justa, melhor e com liberdade, se homens e mulheres forem capazes de ter trabalho, saúde, educação, de poder educar seus filhos e suas famílias.

É nesse país que queremos viver, mas esse País se começa a construir agora, no presente. É preciso pensar agora, é preciso brigar agora pelos nossos filhos, pelas nossas crianças que estão se prostituindo nas ruas, que estão usando drogas, que estão

também se humilhando. É preciso que as mentes, os intelectuais, os sindicatos, a sociedade civil e, acima de tudo, este Governo, que tem traído tanto o nosso povo, possam, de uma vez por todas, acreditar que é possível viver melhor neste País e tomar a decisão de fazer com que cada um de nós, políticos, possamos ser, sim, um instrumento de luta para melhorar a vida de todos os brasileiros.

Por isso, eu gostaria de, na pessoa do Senador Maguito Vilela, parabenizar a esta Comissão que nos dá a honra e o privilégio da sua visita no Ceará. Que, deste encontro, possamos ter atitudes, soluções para um problema que aflige todos nós, nordestinos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à Deputada Fabiola Alencar.

A SRª FABIOLA ALENCAR – Sr. Presidente, componentes da Mesa, representantes desta Comissão, Srªs Deputadas e Senadoras, cumprimento-os pela boa vontade e pela disposição principalmente que nós, mulheres, poderemos ter no sentido de oferecer a nossa contribuição à sociedade brasileira. Louvo a iniciativa desta Comissão do Congresso Nacional por ter-se deslocado até o Ceará para discutir conjuntamente a problemática da pobreza e as conseqüentes desigualdades regionais.

Muito oportuna a iniciativa do Senado e da Câmara Federal em criar uma Comissão para estudar as causas da miséria no Brasil, suas implicações e principalmente as suas soluções. O tema não é novo, mas muito antigo, e o envolvimento do Poder Legislativo na sua discussão é de grande valia, uma vez que, conscientes que somos, poderemos fazer parte dessa discussão e não ficar alheios a uma realidade bastante preocupante.

Acredito que uma das preocupações que pautará os trabalhos desta Comissão e de todos os Deputados e Senadores presentes será, a partir desse instante, encontrar meios para contribuir com essa questão, a fim de que consigamos que o nordestino possa realmente viver e conviver com a seca, sem o medo apocalíptico da fome, da sede e da morte.

Como bem sabem os ilustres integrantes da Comissão do Congresso Nacional presentes, solucionar esse problema será o primeiro passo para erradicarmos as desigualdades regionais. É impossível prosperar qualquer solução de combate à desigualdade regional, de combate a essa grande miséria, tratando-se principalmente de Nordeste, sem uma equação para resolver o problema da convivência com a seca. Algumas soluções têm sido discutidas e encaminhadas por diversas autoridades – inclusive pelo nosso atual Presidente. A principal, referente à transposição do Rio São Francisco, virou uma bandeira comum entre os nordestinos, notadamente entre nós, cearenses, pernambucanos, piauienses e rio-grandenses-do-norte.

Nos idos de 1847, a idéia da transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe teve a sua primeira manifestação atribuída ao então intendente do Município de Crato – a minha querida cidade do interior do Ceará, esse cratinho de açúcar. O intendente, o então Deputado provincial na época, Dr. Marcos Antônio de Macedo, já discutia a transposição do Rio São Francisco. É bem verdade que já se passaram vários anos – um século e meio – e essa continua sendo a discussão, a prioridade, a solução da nossa grande questão.

Regionalizando a discussão, no Ceará, a taxa de pobreza é inegavelmente alarmante. Segundo dados do relatório do Banco Mundial, sua estimativa é de 49%, uma média quase análoga a toda a estatística do Nordeste, que é de 48%. Preocupa-nos muito essa taxa de pobreza, principalmente nas áreas rurais, quando ela passa para 77%.

É alarmante essa questão, ela dói em nossa consciência. Nós mulheres saímos de nossas casas para resolver abraçar essa bandeira de luta em defesa desses desiguais, pois sabemos que temos o equilíbrio entre o coração e a razão, temos consciência de que é mantendo esse homem no campo que podemos mudar substancialmente essa questão da desigualdade.

O Governo do Estado tem dado passos importantíssimos, tem direcionado até mesmo programas importantes de relevância para o nosso interior. Tem realmente repercutido, com mudança substancial no interior do Ceará. Aqui digo que, com o enfoque e efetivação desses programas, o nosso problema de desemprego, fixando o trabalho do homem no campo no seu hábitat, tem realmente mudado crucialmente.

As críticas devem ser feitas, que sejam feitas, a esse processo de industrialização exaltado sempre considerado no Ceará. Não se pode negar as suas contribuições na redução da pobreza, fato cientificamente diagnosticado pelo relatório do Banco Mundial, no seu capítulo 7, sob o subtítulo "Desempenho e Opções Estratégicas", quando diz "a combinação da boa administração pública e a gestão fiscal adequada com a produção industrial e o aumento do investimento público adotado pelo Ceará, tem sido em geral bem sucedida, gerou um grande crescimento na indústria e produziu uma redução significativa da pobreza".

Sabemos que esse relatório questiona uma parcela maior do grande contingente da pobreza, quando enfatiza que simplesmente existe tanta pobreza que é preciso mais tempo, é preciso uma dose maior das pessoas e dos homens públicos para reduzir a taxa de pobreza em nosso Estado.

Acredito que com esse grande encontro, esta Casa possa dar também a sua contribuição aos trabalhos que vem sendo realizados por esta Comissão do Congresso Nacional, cooperando no estudo dos diagnósticos e soluções efetivas, para que realmente possamos ter um relatório final, um raio x da pobreza em nosso Estado, acompanhado de sugestões das bancadas, em um grande trabalho suprapartidário. Aí sim acredito que, inclusive, seja efetivado o grande e único problema que temos que é o da desigualdade regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Passamos a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Luiz Pontes, representante deste Estado.

O SR LUIZ PONTES – Sr. Presidente, Welington Landim, Senador Maguito Vilela, Senador Eduardo Suplicy, Senador Sérgio Machado, Senadora Marina Silva, Senadora Marluce Pinto, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, especialmente meus colegas de Assembléia Legislativa, na última década, o Ceará surgiu entre os Estados do Nordeste do Brasil como um dos modelos de bom desempenho econômico e fiscal e de boa administração pública. Com uma taxa média anual de crescimento do PIB, o Ceará cresceu um pouco mais do que o País e mais do que o Nordeste.

Uma combinação de boa administração pública e gestão fiscal adequada, promoção industrial e aumento do investimento público adotado pelo Ceará tem sido, em geral, bem sucedida. Gerou um grande crescimento da indústria e produziu uma redução significativa da pobreza.

Uma opção é fortalecer a concentração atual do desenvolvimento industrial, inclusive, em um esforço para atrair indústrias pesadas, como as de metais e petroquímicos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, esses são trechos do relatório do Banco Mundial que o nobre Deputado Sérgio Benevides leu. Tenho certeza de que S. Exª não o leu todo; pontuou alguns assuntos do descalabro administrativo que há em nosso Estado, para o conhecimento daqueles Parlamentares que estão chegando do nosso Estado.

É bem verdade que a partir de 87, quando o Governador Tasso Jereissat assumiu o Governo do Ceará – digo isso porque desde o primeiro momento eu participei desse grupo que lutou e luta para melhorar as condições de vida do povo cearense -, a interiorização da indústria no Estado do Ceará tem um peso marcante na geração de emprego e renda e na diminuição da pobreza do nosso Estado. Pobreza ainda existe, problemas sérios ainda existem muitos, principalmente no Nordeste, aqui no Ceará, pelo problema da água, pelo problema da chuva.

Mas não só interiorização da indústria, como o Deputado Sérgio Benevides falou, concentra . Eu respeito o ponto de vista de S. Exª, mas não é essa a prática adotada na política da Prefeitura de Fortaleza na geração de emprego e rendas. Nós entendemos que para você diminuir a pobreza, tem de haver um incentivo forte na questão do emprego, na questão da renda, sem esquecer de passar pela questão da educação.

É fundamental um trabalho forte na diminuição do analfabetismo, de colocar as nossas crianças nas salas de aulas. Temos dados interessantes: em 86, no Estado, mais de 50% das crianças cearenses, entre 7 e 14 anos, não estavam na sala de aula. O índice de analfabetos em nosso Estado, de 15 a 29 anos, ultrapassava a barreira de 40%; e, de 15 a 39 anos, passava de 52%. Hoje, esses índices estão sendo diminuídos e 97% das nossas crianças de 7 a 14 anos estão na sala de aula, um índice de analfabetismo de 3%. Quanto ao jovem de 15 a 29 anos, temos ainda hoje 18% analfabetos no nosso Estado. A meta do Governo até 2003 é acabar de uma vez por todas com a analfabetismo nessa faixa de 15 a 29 anos. Na faixa entre 15 e 39, ainda encontramos 29%, e é meta do Governo chegar ao ano 2.003 com índice de 18%.

Entendemos que tudo isso é uma maneira do Estado trabalhar e fortalecer o homem do campo, principalmente o do interior do nosso Estado, onde as oportunidades de trabalho são mínimas. A agricultura vive, como sempre viveu no Nordeste, de bons invernos, e, infelizmente, não temos tido bons invernos. O Nordeste brasileiro tem sofrido.

Lamento que aqui tenhamos tido debates como: o que é o Ceará? Do que o Ceará não fez? Do que fez? Na realidade, deveríamos estar aqui discutindo propostas mais concretas, para que nós possamos erradicar, diminuir a pobreza em nosso País. E essa pobreza se concentra mais no Nordeste.

Particularmente, creio que esta Comissão trará um resultado muito importante, porque estão visitando, conhecendo e discutindo. Aqui, o nobre Deputado João Alfredo falou da importância de uma visita ao interior cearense. Eu sei, mas o tempo....! E sabemos

que o interior cearense não é diferente do interior de Pernambuco, não é diferente do interior de Alagoas, muito menos da Paraíba.

No meu ponto de vista, precisamos de uma força política, de uma ação política. Se hoje o Nordeste vive nessa miséria, nessa indigência, é em função do desequilíbrio regional. As desigualdades regionais aumentam dia-a-dia. Se olharmos para o que o Governo Federal – e digo isso com muita tranqüilidade, o Governo deu apoio ao Fernando Henrique -, veremos que, ao longo do tempo, ele vem privilegiando sempre o Sul e o Sudeste.

Quanto ao recurso na área da educação, sabemos que o maior índice de analfabetismo, o maior índice de crianças fora da sala de aula pertence ao Nordeste, mas os recursos estão equilibrados nacionalmente, quando nós precisávamos, sim, ter no Nordeste recursos. Não que queiramos ter um ponto em relação ao Sul e ao Nordeste, não. Mas não se pode a questão do Fundef linearmente. Se há problemas no Ceará, não se pode comparar a educação do Estado do Ceará e do Nordeste com a do Rio Grande do Sul, com a do Estado de São Paulo e com a do Estado de Minas Gerais. Aí está o grande problema da pobreza do nosso Estado. Penso que um imposto não resolverá o problema da pobreza do nosso País, mas a vontade política de acabar com esses desequilíbrios que tanto têm prejudicado o nosso Estado.

Quando se fala em trazer um recurso para o Estado do Ceará, para o Nordeste, é com muita dificuldade e com muito sacrifício que conseguimos esse recurso. É custoso para nós, Parlamentares do Nordeste, estarmos reunidos e trabalhar não para que o Nordeste tenha mais, e sim para acabar com as desigualdades regionais.

Na próxima semana, iremos enfrentar o problema do corte no Orçamento do ano 2000, a ser anunciado pelo Governo. E, quando vejo a Comissão percorrendo o interior cearense, percebo que ela desempenha um papel importantíssimo, não só por fazer essa visita mas principalmente por conhecer os problemas dessa região. E, no momento em que se falar em redução orçamentária, poderá a Comissão empregar sua força política e desaprovar um corte linear no Orçamento do nosso País. Se ocorrer esse corte linear, a própria Comissão cairá no vazio, porque aumentará e piorará as desigualdades regionais. Nós temos que diferenciar o Norte do Sul para que nós possamos ter um Brasil só e não dois Brasis como ainda hoje existe.

Quero dizer da alegria em receber os representantes da Comissão em nosso Estado.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exmº Sr. Presidente, Sr. Senador Maguito Vilela, Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão Mista que examina as causas da pobreza e as soluções para erradicá-la e promover justiça em nosso País, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Welington Landim, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs Deputados, prezados Deputadas e Deputados Estaduais, Sras e Srs. Vereadores:

Foi muito feliz a iniciativa do Sr. Deputado Sérgio Benevides no sentido de que aqui pudéssemos dialogar, ouvi-los e, sobretudo, colocar também as proposições que estamos considerando para, com a maior eficácia possível, resolvermos os problemas da pobreza.

É dos campeões do impossível, muito mais do que dos escravos do possível que a evolução obtém a sua força criativa.

Sr. Presidente, nobre Senador Maguito Vilela, como Governador do Estado de Goiás, procurou, ali, realizar algo que muitos consideravam impossível: erradicar a fome. Estou convicto de que será possível, sim, nós erradicarmos a pobreza absoluta no Brasil. Considerando que sempre haverá algumas diferenças, haverá relativamente alguns mais ricos e outros mais pobres. Todavia, está perfeitamente ao alcance de humanidade a erradicação da fome, da miséria e da pobreza absoluta.

Economistas do Ipea e outros colocaram, nas últimas semanas, que no Brasil aproximadamente 29% de brasileiros vivem com menos do que meio salário mínimo, correspondendo a um número pouco superior a 45 milhões e que seria perfeitamente possível transferirmos 3,2% do Produto Interno Bruto para que essas pessoas tivessem o suficiente para sua sobrevivência. Isso está perfeitamente ao nosso alcance e num prazo relativamente curto outros países já o fizeram.

O conhecimento de filósofos, de economistas, de pensadores mostra, primeiro, que essa é a maior preocupação da história da humanidade e foram tantas as pessoas que já colocaram a proposição de se garantir esse mínimo, por exemplo, no próprio ano em que Karl Marx e Engels escreviam e publicavam o Manifesto Comunista, em 1848, o advogado Joseph Charlier, em 1848, fez uma das primeiras proposições de uma renda mínima, uma renda de cidadania incondicional, que a todos deveria ser paga em cada país. Mas os fundamentos disso vêm de longe, pode-

ríamos dizer, desde o início da história da humanidade com Aristóteles dizendo que a política tem por objetivo o bem comum e se quisermos efetivá-la, precisamos primeiro alcançar a justiça política, mas, para se alcançar a justiça política, é primeiro necessário alcançarmos a justiça distributiva.

Poderíamos examinar no Antigo Testamento as inúmeras vezes em que está lá registrada a expressão "dissedacá", que quer dizer justiça na sociedade, ou, no Novo Testamento, quando São Paulo diz aos Coríntios que para que haja igualdade, para que haja justiça é preciso que todo aquele que colheu de mais, uma safra abundante não tenha tanto e aquele que colheu pouco não tenha de menos. E poderíamos ir ao Alcorão e ouvir o que disse um dos cinco califas que sucederam Maomé, Omã, que diz que é necessário, para aquele que tem um grande patrimônio, destinar uma parcela desse patrimônio para os que pouco ou nada têm. Poderíamos seguir mais adiante na história e ver aquilo que Thomas More observou, em 1516, em **Utopia**, ao discutir que a pena de morte não havia contribuído para diminuir a criminalidade, os assassinatos, os roubos na Grã-Bretanha pelos idos de 1500.

Então Raphael Etlodeu, viajante português, observou que, muito mais eficaz do que infligir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa senão de primeiro se tornar um ladrão para depois ser transformado em cadáver, é assegurar-se a sobrevivência das pessoas. E então, Juan Luis Vives, que havia sido enviado pelo Rei de Espanha aos Países Baixos, observou, num ensaio para o prefeito da cidade de Bruges, que se deveria garantir um mínimo de renda para todos. Em 1526, na cidade flamenga de Hipres, ali se adotou pela primeira vez na história, uma renda mínima.

Mas os economistas clássicos como Davi Ricardo, Adam Smith, Thomas Malthus e, numa outra perspectiva, Karl Marx, foram muito críticos das diversas leis de assistência aos pobres, **poor laws**, entretanto, o historiador Mark Blower observou que, não fosse essa lei de assistência aos pobres, não teria havido o grande desenvolvimento da Grã-Bretanha e da Revolução Industrial e é perfeitamente possível se ter uma legislação sobre como garantir um mínimo de rendas às pessoas que não implique problemas como os analisados com severidade por Karl Marx em **O Capital,** quando observou que ao se prover um subsídio aos mais pobres durante um período de 20 anos, que ele analisou, a remuneração, somado o subsídio e aquilo que pagavam os capitalistas aos trabalhadores, mal dava para que os trabalhadores vegetassem. Mais e mais isso foi objeto da reflexão de filósofos e economistas e o próprio Karl Marx mencionou, em 1875, na **Crítica ao Programa de Gotha**, que os homens, quando estiverem mais amadurecidos, irão poder inscrever, como lema da bandeira de sua sociedade: "a cada um de acordo com sua capacidade; a cada um de acordo com a sua necessidade".

Bertrand Russel, em 1918, observou que o seu plano era exatamente o de que cada pessoa tivesse o suficiente para a sua sobrevivência e, daí para frente, cada um iria obter aquilo que conseguisse por seu esforço, talento, criatividade e assim por diante.

Ao longo deste século, inclusive John Maynard Keynes, o maior economista deste século, numa época de crise para a Grã-Bretanha, para o Reino Unido, em um ensaio clássico de persuasão, escrito em **The Times**, em 1939, observou que era necessário que o Reino Unido se preparasse para a defesa, para a guerra; era necessário que se destinassem os recursos suficientes para enfrentar os países do eixo. Entretanto, em virtude da crise que iria haver, das dificuldades, fazia-se necessário destinar, então, £100 milhões, de um total de £5 bilhões, para a finalidade de se prover uma renda básica a todos os habitantes do Reino Unido.

Sr. Presidente, e foram tantos aqueles que colocaram a importância de se prover esse mínimo, como James Edward Meade, Prêmio Nobel de Economia. E mais e mais. Os economistas, hoje, colocam a importância de se instituir uma sistemática que guarde as características de simplicidade, transparência, eqüidade, universalidade.

Ao lado de acelerarmos a reforma agrária, pois é preciso que se ande muito mais depressa com relação ao número de assentamentos que o Governo vem realizando; ao lado da expansão das oportunidades de acesso ao microcrédito, que o Governo vem considerando importantes, anunciando medidas, mas precisa andar muito mais depressa na direção de se prover aos micro, pequenos e médios empresários crédito para que possam expandir as suas atividades e seus investimentos; ao lado de estimularmos as experiências de formas cooperativas de produção; ao lado de estimularmos a maior democratização nas relações entre empresários e trabalhadores, para que estes possam estar participando das decisões a respeito do que é feito a respeito da riqueza criada, precisamos instituir para valer um programa de garantia de renda mínima.

Mais e mais, este programa deve ser olhado como algo que não pode ser apenas para alguns, de algumas cidades, de alguns municípios. O Governo

Fernando Henrique colocou, até agora, que se trata de uma boa idéia, mas fez aprovar a Lei n.º 9.533, que restringe a alguns municípios e fornece um direito extremamente limitado, de tal forma que, conforme ouvimos de inúmeros prefeitos, no interior dos Estados de Alagoas e de Pernambuco: como esperar que os pobres de uma cidade, de um município, possam ter direitos que aos outros estão sendo negados? Muitos dos Deputados e Vereadores, que aqui falaram sobre os critérios de distribuição de cesta básica, de carros-pipa, de frentes de trabalho e tantas alternativas, observaram que é preciso que este direito, para que todas as pessoas possam, inalienavelmente, participar da riqueza da Nação, seja universal, a ninguém deve ser negado.

Sr. Presidente, a Senadora Marina Silva tem tido o propósito de assegurar que venhamos a ter um espírito de solidariedade nesta Comissão; que todos os Deputados e Senadores desta Comissão cheguem juntos. Ela vai relatar a história de como pensam, para que se possa garantir solidariedade neste País. Solidariedade também entre aqueles que querem ter o objetivo comum de erradicar a pobreza, mas, para isso, claro, faz-se necessário que cada um de nós pense a respeito de cada uma das soluções, dos instrumentos que estamos pensando em recomendar, dialogando com aqueles que estão em Lagamar, em Pirambu, em Bom Jardim, em todas as cidades, não apenas de Fortaleza, mas nos locais de dificuldade no interior do Ceará.

Relembro a lenda do homem que vivia nas montanhas do norte da China, aquele que certo dia resolveu remover a montanha, e todos os dias ia lá com a sua enxada e começava a cavoucar e remover as montanhas. E o velho, seu vizinho, seu amigo, lhe disse:

– Mas, o que é que você está fazendo?

– Você não vê? Eu estou aqui removendo a montanha.

– Mas, como? Você não vê que isto é impossível?

– Ah, mas eu virei aqui todos os dias trabalhar, e virei com meus filhos e virei depois com meus netos, e inevitavelmente nós iremos conseguir remover essa montanha. E tanto ele continuou a trabalhar, que certo dia vieram os anjos do céu e removeram essa montanha. Essa era uma das histórias que Mao Tsé-Tung contava pouco antes de convencer os seus partidários a realizar a revolução popular – comemorada há poucos dias – há cinqüenta anos atrás. E ele dizia então aos seus companheiros de partido que se trabalhassem com a fé daquele velho que removia as montanhas, inevitavelmente o povo iria lhes ajudar a remover as grandes montanhas que impediam o desenvolvimento da China. No caso, ele se referia ao feudalismo, ao imperialismo e ao capitalismo.

Ora, Sr. Presidente, vamos agir juntos solidariamente, mas com a fé de remover montanhas, para acabar de vez com a pobreza absoluta, e mesmo ali onde falta água, onde há tanta água, vamos fazer com que a água chegue a todas as pessoas. Vamos reverter o procedimento da história de 500 anos do Brasil, segundo a qual os primeiros e os últimos que procuraram desenvolver a nossa terra, faziam-no antes pelas mãos dos que detinham um grande patrimônio e grande poder. Desde D. Manuel, distribuiu-se essa terra para doze grandes capitães, e até hoje tantas vezes se distribuem recursos para os que, através de incentivos fiscais, creditícios, detêm muito maior riqueza.

É perfeitamente possível chegarmos a uma solução racional. E é por esta razão que eu gostaria até de recomendar ao Relator Senador Luiz Pontes um projeto que define uma linha oficial de pobreza, que ele efetivamente coloque isto para ser votado o quanto antes, ali no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, se assim o fizermos, estaremos mais próximos do dia colocado e visto como o mencionado pelo seu colega em Goiás, Euler Morais, que infelizmente hoje não está, mas ele se tocou quando foi visitar Atlanta e nos disse há poucos dias que era perfeitamente possível seguir a fé que tinha Martin Luther King quando, em 28 de agosto de 1963, expressou que ele tinha um sonho de que em breve todas as crianças de Deus iriam se dar as mãos, todas as pessoas, não importasse sua origem, raça, sexo, todas as pessoas brancas, amarelas, negras, vermelhas, iam se dar as mãos para cantar aquele velho hino espiritual negro: "Finalmente, a liberdade, finalmente a liberdade. Graças a Deus Todo-Poderoso, hoje somos livres, totalmente livres." Isso está a nosso alcance. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Bom-dia a todos. Na pessoa de nosso Presidente Maguito Vilela e nossas Deputadas Luísa Erundina e Patrícia Gomes, quero cumprimentar a todos os senhores e senhoras que estão nesta audiência pública.

Como Vice-Presidente desta Comissão, como autora do requerimento que a criou, quero dizer da minha satisfação de podermos estar aqui, no Estado do Ceará, discutindo os problemas da pobreza. Como

falaram alguns colegas que me antecederam, essa discussão vem sendo repetida durante toda a história de nosso País, a partir das datas que nossa Deputada Patrícia Gomes acabou de nos relembrar.

Não é nenhuma novidade discutir a pobreza. O relatório que sair desta Comissão não será, talvez, mais competente, mais criativo que os estudos que temos e foram citados por alguns dos senhores Deputados. Talvez a novidade do que está acontecendo neste momento seja o produto que estamos gestando agora neste debate. Não que seja uma primeira gestação. A política social, o problema da pobreza em nosso País é uma longa gestação. Poderíamos pegar o seu momento antes do Betinho, antes da Campanha pela Cidadania. Era uma assistência social feita pelo Estado, por algumas entidades filantrópicas, por prefeitos, por pessoas. Essa política social teve o seu esgotamento com o agravamento da pobreza, pois não havia mais como dar essas respostas.

Lembro-me de que, no meu Estado, teve um adversário político que ganhou a eleição para Deputado Federal, em 1986, fazendo assistencialismo. Distribuía cesta, telhas, tábuas etc. Ganhou a eleição como o Deputado Federal constituinte mais votado. Naquela época, ainda muito jovem, eu também fui candidata a Deputada. Não consegui me eleger. O povo votava e considerava que aquela era uma forma boa, pois era um político bom que ajudava a pobreza.

Em 1994, concorremos novamente às eleições. Ele, novamente com muito dinheiro; eu, no Diap, com um orçamento de campanha – está para os senhores verem de 15 a 20 mil reais, para ganhar este mandato de Senadora. Agora, meus amigos e amigas, aquela política da assistência, nos termos em que foi posta e que citei o exemplo, não ganhou dessa vez. Foi uma política que faliu. Aí, veio um novo produto. Qual foi? A campanha do Betinho, que mobilizou a sociedade, que chamou para a solidariedade. Todos abriram mão, porque não adiantava fazer política pelo assistencialismo, porquanto ela não estava mais rendendo.

A sociedade se mobilizou; criaram-se conselhos; criou-se solidariedade. E é disso que, hoje, estamos alimentando a política social em nosso País. Agora, esse modelo está esgotado. Não pela sociedade, mas porque o Estado não foi capaz de dar o passo de qualidade necessário para gestar as políticas públicas, para corresponder à parceria que a sociedade quer dar. Quando não se sabe para onde se quer ir, não há como pedir apoio, como pedir ajuda. É esse o desafio que o Estado brasileiro está vivendo.

Talvez, o produto que esta Comissão poderá fazer seja diferente. Esta Comissão, não; mas o Brasil, o Congresso, o Governo Federal, os Governos Estaduais, os Prefeitos, as ONGs, a CNBB, a ABI, a OAB, todos nós.

Vamos diluir este debate porque ele não pode ser fruto da vontade iluminada do Presidente da República, do Congresso Nacional ou de quem quer que seja. Aquilo que é grandioso, ou é de todo o mundo ou não acontece. E o problema da miséria, da fome e do desemprego é algo tão grandioso e desafiador que tem que ser um esforço de todo o povo brasileiro.

Aqui, quem fala é a Senadora do Partido dos Trabalhadores. Aqui, quem fala é a Líder do Bloco de Oposição no Senado. Talvez para mim fosse muito mais fácil dizer que tudo é culpa do Governo. Talvez para mim fosse mais fácil dizer que tudo é culpa dos usineiros falidos que tive oportunidade de visitar na Zona da Mata. São usinas que têm um patrimônio de R$60, R$70 milhões e que conseguiram empréstimos, no Banco do Brasil, de R$500 milhões, R$600 milhões, para gerar emprego, para ajudar a pobreza. No entanto, estão lá os cemitérios das usinas falidas, os pobres no entorno, sem saber para onde ir. E eles sequer permitem que seja decretada falência, para que seja feito o ressarcimento dos investimentos faraônicos que fizeram. Alguns deles se mudaram para Mato Grosso, para montar novos investimentos que serão falidos no futuro.

Poderíamos dizer isso, mas talvez esse seja o caminho mais fácil, o caminho mais simples. Proponho, portanto, o seguinte: que assinalemos, na testa de quem cometeu os erros, o mal que fizeram, para que possamos nos livrar deles e que deixemos anônimos aqueles que fizeram o bem, para que, por preconceito, não evitemos estar na companhia deles.

Esse debate surgiu agora, novamente, com o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu, o Eduardo Suplicy e tantos outros aqui estamos discutindo o pobre desde pequenininhos. Eu, porque sou pobre, e a Deputada Luiza Erundina, desde pequeninhas. Isto não é novidade. A novidade é que uma pessoa da base de sustentação do Governo, um político forte e poderoso, que esteve em todos os governos que nós conhecemos, reconheceu que a situação é drástica, é grave e que não dá mais para esconder o discurso da pobreza.

Qual seria o caminho mais fácil para nós da oposição? "Não! O Senador Antonio Carlos Magalhães não tem legitimidade para falar de pobre, quem tem legitimidade somos nós!" Mas o caminho correto, do meu ponto de vista, era tirarmos a discussão da situa-

ção projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães **versus** projeto do meu querido Senador Eduardo Suplicy – que, há nove anos, discute renda mínima neste País –, e dizer: "Vamos criar uma comissão. Vamos chamar aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, sim, o Senador Eduardo Suplicy! Vamos chamar todos os que têm proposta para acabar com a pobreza, e o Congresso Nacional, para discutir esse problema! Mas de forma suprapartidária. Não vamos utilizar esse debate para as nossas disputas políticas, sejam elas locais ou nacionais. Vamos fazer esse debate com o espírito de que essa é uma questão grande, que não pode, de jeito algum, ser aviltada em nome das nossas disputas particularizadas."

Compreendo muito bem que temos que dar nomes aos bois nos erros que foram praticados, mas, nesta questão, vamos buscar uma parceria.

O Senador Eduardo Suplicy me instigou a contar uma estória que contei em Alagoas, visitando os municípios mais pobres deste País. Aqui deve haver também outros mais pobres. E aí o Senador Maguito Vilela me dizia: "Marina, conte aquela estória da água." Em todo canto, no Nordeste, as pessoas falam de água: "Meu Deus, se houver água, acaba-se a pobreza!" Venho de uma região pobre, miserável também, que é o Norte. Só que lá nós passamos fome tendo água. A Amazônia tem 12% da água doce do planeta. E lá também há pobre, lá também há miserável, há pessoas que não têm roupa. E não é porque são índios não! Não é opção. É porque o modelo está errado. Alguma coisa está errada neste nosso País.

E é em nome da pobreza dos que são pobres na região seca e dos que são pobres em região com de água que nós precisamos criar um novo produto para mudar a realidade política deste País. Que significa um ponto que deveria subordinar todas as nossas ações. O ponto que deve subordinar as nossas ações chama-se ética. Se nós tivermos ética com os pobres, vamos ser capazes de gestar políticas públicas baseadas numa visão de política que seja generosa, que seja solidária naquilo que é possível ser solidário.

Não preciso concordar com tudo o que o Senador Sérgio Machado fala. Não preciso! Até divergimos muito. Mas, se, neste momento, nós pudermos convergir para o combate à pobreza, vamos convergir e vamos estar juntos. Eu não preciso concordar, mesmo sendo de esquerda, com tudo o que pensa a minha querida Deputada Luiza Erundina, mas, naquilo que é possível, não nos vamos separar. É sempre possível criar um consenso. E, nessa questão, vi, no Estado de Alagoas, a minha querida Senadora Heloisa Helena, que enfrenta ali o pão que o diabo amassou, na audiência pública que tivemos de mãos dadas com todos aqueles que queriam combater a pobreza, esquecendo as divergências locais. Vi na zona da mata a mesma coisa. E acredito que aqui também vamos criar esse produto, porque o Ceará representa no Brasil um símbolo do Nordeste. E eu sou filha de cearense que nasceu ali em Mecejana, o meu pai, o meu avô no Paracuru, a minha avó lá pelas bandas de Cratos, então eu me sinto um pouco também cearense, e o desafio é colocado para mim pelas minhas origens.

E essa solidariedade talvez seja semelhante, e vou pedir desculpas aos Colegas, porque já contei essa história, a uma olimpíada que foi organizada para deficientes físicos, pessoas que tinham síndrome de down e deficiências físicas. E estavam na cabeça da pista nove crianças com deficiência, e elas saíram correndo quando dado o grito de largada. Eis que, de repente, uma delas caiu e ficou chorando na pista. Uma que percebeu que ela havia caído, voltou, pegou-a pelo braço e colocou-a de pé, deu um beijo no machucado do braço e disse: "sarou?" E ela, com os olhos cheios de lágrimas, disse: "sarou". Os demais que já estavam na metade da pista perceberam que os dois estavam lá parados, voltaram todos, deram-se as mãos e foram correndo até romperem a fita da linha de chegada. A moral da história é que aquelas crianças com deficiência físico-mental poderiam não entender nada de competição, mas entendiam tudo de solidariedade.

Talvez romper a fita da pobreza significa sermos capazes de dar as mãos neste momento para enfrentarmos algo que é maior que cada um de nós. E os nossos Partidos poderem dizer ao final do trabalho, não desta Comissão, mas do trabalho que o Brasil precisa realizar, que fomos um pouco daquilo que Cristo nos recomendou que fôssemos, que fôssemos o sal da terra. Você não encontra o tempero do sal em nenhum prato. Vocês já viram um pedaço de sal? Se viram é porque a comida estava mal feita. Você encontra um pedaço de tomate, um pedaço de pimentão, a gente que é pobre encontra um pouquinho de coentro, chicória e cebola enfeitando lá, mas o sal não aparece. O sal dá o sabor, mas não aparece.

E a solidariedade que nos é exigida neste momento é para darmos o sabor nesse processo de transformação, porque daqui a alguns anos eu gostaria muito que pensássemos o seguinte: quando o Brasil resolveu enfrentar o problema da pobreza, naquela época em que até o FMI já estava dizendo que existe pobre no mundo, naquela época em que até a Organi-

nha que cuidar dos problemas dos pobres, quando até o Banco Mundial já diz que nos programas de estabilização econômica tem que se preocupar com os problemas sociais, o Brasil deu um novo salto. Como deu Betinho, quando se propôs a articular a solidariedade.

Esse produto acredito que vamos gerar, até porque acho que seria um grande desperdício sermos convidados para um banquete e nos conformarmos em comer as migalhas. Porque nós podemos mudar.

Para concluir, Sr. Presidente Maguito Vilela, Sr. Senador Suplicy, minha querida Senadora Marluce Pinto, Senador Sérgio Machado, todos os Senhores que estão aqui, queria contar uma pequena história, lá no Acre tudo é contado por histórias, a maioria do nosso povo é analfabeta, eu mesma fui analfabeta até os 16 anos de idade. Diz-se que havia um rapaz que era muito esperto e certo dia ele resolveu tapear um sábio que tinha resposta para tudo. Combinou com um colega dele o seguinte: "Vamos pegar um pequeno passarinho beija-flor, vamos levar na nossa mão e ir até a montanha do sábio e vamos perguntar: sábio, o passarinho que está na minha mão é vivo ou morto? Se o sábio disser que é vivo, aperto a minha mão e mato o passarinho e ele perde. Se ele disser morto, abro a mão, o passarinho sai voando e ele perde, não tem saída para aquele velho." Então foram até a montanha. Chegando lá, o sábio estava fazendo as suas contemplações. Eles fizeram o combinado e perguntaram: "Sábio, o passarinho que está na minha mão é vivo ou morto? Ele olhou para o rapaz com toda a ternura e respondeu: meu filho, a resposta está em suas mãos". É a resposta sempre está em nossas mãos. Nós é que, às vezes, transferimos a responsabilidade para um terceiro, mas aquilo que nos compete fazer, ninguém pode fazê-lo. Agora, não vamos utilizar de algumas coisas que são maiores do que nós, que são maiores do que o nosso tempo, para subordiná-las, muitas vezes, ao nosso interesse imediato. Vamos projetar no futuro aquilo que pode ser a transformação!

Sempre penso que, se Chico Mendes não tivesse ido além do seu tempo, talvez hoje a Amazônia estivesse como está a Mata Atlântica, onde só há 8% de área de floresta. No meu Acre, há 90% de área de floresta. Naquela época, Chico Mendes era atrasado, era contra o progresso e foi assassinado por isso. Hoje, até os maiores empresários perceberam que a maior riqueza é a biodiversidade, que a maior riqueza da nossa Amazônia são as nossas águas, são os nossos animais, a nossa floresta e os nossos insetos.

Ai se, naquela época, não houvesse o Chico Mendes atrasado para ir além do seu tempo e acenar para o tempo futuro! Vamos além do nosso tempo e acenar para o tempo futuro de mãos dadas nessa questão! Nas outras, a gente pode divergir.

Se há um século foi decretado o final da escravatura, mesmo não havendo tanta convergência, mesmo havendo uma grande oposição ao fim da escravidão, por que não seremos capazes de tornar essa convergência de palavra – de Marina a Antonio Carlos, de Erundina a Sérgio Machado, de Suplicy ao FMI – em realidade concreta, fazendo aquilo que é fundamental fazer, ou seja, colocar no Orçamento deste País o orçamento social?

Segundo estudos do professor e economista, ex-Governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, o orçamento social teria de ser de R$35 bilhões. Para este ano de 2000, não será preciso nem de R$35 bilhões! Eu me conformo com R$15 bilhões ou R$20 bilhões.

Vamos criar um fórum nacional paritário da sociedade, do Governo Federal, para implementar as políticas sociais! Vamos transformar esta Comissão em comissão permanente para ver quem está implementando bem as políticas e usando bem os recursos! Vamos acabar com a pobreza, essa pobreza que avilta não só aos pobres, mas, acima de tudo, a nós enquanto seres humanos!

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado, digno representante deste Estado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela; Srª Vice-Presidente Marina Silva, em nome de quem saúdo todos os membros da Comissão; Sr. Deputado Vasco Lanigue, que está presidindo os nossos trabalhos e em nome de quem saúdo todos os Deputados aqui presentes, gostaria, minha amiga, Senadora Marina Silva, de dizer que V. Exª tomou o meu discurso. V. Exª abordou aquele que penso ser o ponto crucial dessa questão.

Não podemos fazer um concurso de quem tem o melhor diagnóstico da pobreza, de quem sabe mais o que é a pobreza, de quem é mais pobre, de quem é menos pobre. Essa é uma questão puramente irrelevante. A questão fundamental é que há mais de um bilhão de pobres no mundo e que há 44 milhões de pobres no Brasil. Temos de enfrentar essa questão não como uma bandeira do Partido A, B ou C, porque, enquanto estivermos disputando de quem é o estandarte, de quem é a bandeira, o pobre vai continuar a ser pobre.

É hora de haver solidariedade, e penso que esse é o papel primordial desta Comissão. Pela pri-

meira vez, vamos deixar de discutir uma questão particular – minha, sua ou de outro -, para apresentarmos uma visão geral. Como disse o Senador Eduardo Suplicy, podemos finalmente ter um sonho: que todos nós, independente de cor partidária, teremos coragem de, juntos, começar a construir. Como naquela história do passarinho que queria apagar o incêndio: ele ia ao rio, pegava uma gotinha d'água e jogava no incêndio; passou pela coruja, que disse: "Passarinho, você não está vendo que não conseguirá apagar o incêndio com essa pouca quantidade de água?". Ele respondeu: "Se cada um fizer o seu papel, com certeza conseguiremos apagar o incêndio".

Se cada um de nós assumirmos corajosamente o nosso papel, se cada um colocar o seu tijolo, pensando no coletivo, com solidariedade e não com outros interesses, com certeza começaremos a longa viagem, a longa estrada, que é o que todos nós queremos.

Veja V. Exª , que é de origem cearense, como somos: para nós, é uma grande vergonha estarmos, a cada ano, convivendo ainda com a seca, vendo pessoas ficarem sem água, sem termos ainda conseguido resolver um problema tão elementar. Para isso, precisamos de uma solidariedade geral; para isso, temos de fazer um trabalho coletivo; para isso, não podemos discutir, como agora, um projeto fundamental para o Estado do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, que é a questão da transposição das águas do rio São Francisco, questionando quem ficará com mais água e quem ficará com menos. Essa é uma questão menor.

Enquanto não tivermos coragem de enfrentar essas questões cruciais, continuaremos a fazer discursos muito bonitos sobre a pobreza, mas não resolveremos a questão das pessoas. Devemos nos preocupar em fazer com que pessoas deixem de ser pobres, saiam da linha de pobreza, para que possamos avançar em busca desse sonho, que tem de ser de todos nós.

Neste ponto está o papel mais importante desta Comissão: que possamos deixar de lado as bandeiras políticas e passemos todos nós, de comum acordo, a ver não aquilo que nos faz diferentes, mas aquilo que nos faz convergentes. E que essa convergência represente o nosso avanço, degrau por degrau, passo por passo, visando a esse objetivo comum, de uma vez por todas, de banir da nossa sociedade essa pobreza.

Sei que essa é uma bandeira de todos nós. Cada um tem uma visão diferente, mas não podemos ficar duelando, apenas porque temos pensamentos muitas vezes divergentes no primeiro tempo, quando temos de pensar no interesse geral.

Fico muito contente por assistir, na Assembléia do meu Estado, a esse debate e ver que há poucas diferenças no diagnóstico. As pessoas concordam com o diagnóstico em geral. As soluções estão um pouco diferentes, mas agora é a hora de aproveitarmos esta Comissão, este fórum, para fazer uma proposta que represente a vontade política de todos os partidos, a vontade política de todos nós, para podermos cumprir esse ideal comum. Como poderemos resolver a questão da pobreza se não tivermos uma educação de qualidade, se não tivermos ciência e tecnologia, se não pudermos levar água para o interior?

Veja que nós, nordestinos, Deputada Luiza Erundina, somos atavicamente partidários de armazenar água, porque já vimos muitas pessoas morrerem. No entanto, o que muda a vida das pessoas não é o armazenamento de água, e, sim, a sua utilização. A partir disso é que faremos as grandes mudanças estruturais de que precisamos. Vamos verificar quais são os segmentos onde poderemos produzir emprego, gerar uma política compensatória; onde poderemos aplicar melhor os recursos para termos um melhor retorno social.

Em torno dessas bandeiras, nós, tranqüilamente, poderemos chegar a um consenso, que é exatamente a solidariedade a que a Senadora Marina Silva fez referência. Penso que isso deve ser a grande marca, o grande avanço desta Comissão, porque já teremos cumprido um papel fundamental nessa questão da pobreza se pudermos chegar a uma política de combate à seca no Nordeste com uma visão comum a todos os partidos; afinal de contas, queremos a melhoria de vida do conjunto da população.

Dentro dessa visão, dentro desse espírito, estou aqui hoje na Assembléia, para darmos as mãos e esquecermos as divergências passadas, porque quem atira pedra no passado perde o presente e o futuro. O passado cuidou de si e o futuro depende de nós. Então, essa luta pela solução do problema da pobreza dependerá de uma ação de todos nós. Baseada nisso, a Comissão pode fazer uma grande conclamação. Vamo-nos dar as mãos e resolver esse problema secular do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa, Srª Presidenta em exercício, Marina Silva, Senadores Sérgio Machado e Eduardo Suplicy, em nome da Deputada Luiza

Erundina, saúdo todos os Deputados Federais presentes e, em nome de Patrícia Gomes, todos os Deputados Estaduais, Srªs e Srs. Vereadores e público presente, ao iniciar o meu discurso para aqueles que ainda continuam na Assembléia, esclareço que represento o Estado de Roraima no Senado da República, mas nasci no Ceará. Aqui me criei e vivi até os idos de 1979, quando fui para Roraima e, a partir de 1986, fui eleita Deputada Federal Constituinte. Já estou no meu segundo mandato como Senadora.

Então, quanto a todas as ponderações feitas nesta tribuna, conheço as dificuldades do Ceará. Sabemos que a seca há muitos anos assola não só esse Estado como toda a Região Nordeste. Na minha época de criança, lembro muito bem que se dizia: "Este ano é seco, no próximo ano haverá enchente". As enchentes passaram e as secas continuam. Fiquei ouvindo da mesa todos os pronunciamentos, questionamentos e lamentações e cheguei à conclusão de que, realmente, no Nordeste, o que atrapalha é a seca – muito embora a minha grande amiga Marina haja questionado desta tribuna que, na nossa Região Norte, é diferente: temos muita água e a pobreza continua.

O que ocorre de fato é o modelo errado da Administração Pública do nosso País. Se aqui existe pobreza em virtude da seca e, no Norte, há a mesma pobreza com tanta água, o que há na Amazônia é inconcebível, talvez seja até – pelo menos classifico – muito pior do que o que se passa no Nordeste. Lá, existem riquezas incalculáveis. Trata-se de uma região muito rica. Os cientistas americanos, chineses e japoneses até consideram que a Região Amazônica é a mais rica do mundo.

Então, por que um povo tão pobre vive sobre um solo tão rico e passa fome? As dificuldades são inúmeras, porque lá é muito mais insalubre do que o nosso Nordeste, com toda as suas secas e enchentes do passado. Mas é proibido fazer tudo. Ainda lembro que, nos idos de 1979, fui ao ex-território de Roraima. Naquela época, os territórios eram administrados pela Forças Armadas e a Aeronáutica sempre fora responsável pelo território de Roraima. Não havia pedintes, que não eram vistos em lugar algum – nem na periferia da cidade muito menos no centro. Ninguém pedia esmolas, porque naquela época as pessoas exportavam muita madeira para a Venezuela.

Naquela área, havia também o trabalho nos garimpos, que sabemos que é condenado em razão da poluição. Mas, se fosse realizado como ficou determinado na Constituição – ou seja, um garimpo ordenado e administrado por meio de cooperativas –, seria possível retirar a riqueza do solo para matar a fome de muitos brasileiros. O garimpo é proibido e realmente não eleva a situação econômica do próprio Estado de onde está sendo extraído o minério, porque a extração é desordenada. Migram pessoas de fora para o local, e o dinheiro, muitas vezes, nem circula no Brasil, vai para o exterior.

Porém, as coisas estariam melhores se houvesse uma política de responsabilidade, se a Caixa Econômica pudesse ficar, ali, administrando, se houvesse uma fiscalização e se madeira pudesse ser exportada sem que para isso fossem destruídas as matas, como mencionou a Senadora Marina. Tudo é feito sem ordenamento, sem uma programação, sem responsabilidade, sem principalmente honestidade; logo nada pode produzir um efeito satisfatório.

No entanto, se fizéssemos as coisas com responsabilidade, tenho certeza de que aquela região, além de contribuir para o desenvolvimento e o progresso do nosso País, contribuiria também para pagar a dívida externa que é tão grande, como todos sabemos, como foi dito hoje aqui. Temos a convicção de que 64% de R$1 trilhão do Orçamento da União vai ser repassado para pagamento dos juros.

Nasci em uma cidade próxima daqui, Jaquaruana, onde a indústria da rede de dormir imperava. Toda a população da minha cidade tinha uma situação financeira bastante viável. Hoje, aquela cidade onde nasci, que parecia tão próspera, é inviável, é uma cidade de gente pobre. Pessoas de famílias que conheci na minha infância, que mandavam até os filhos para estudar fora, hoje mal têm a subsistência.

Então, minha gente, por tudo o que ouvimos aqui – somos Senadores, vamos para Brasília –, só vejo uma solução para se melhorar a situação do Norte e do Nordeste: a sensibilidade de que falou a nossa amiga Marina. E essa sensibilidade tem que partir principalmente dos Parlamentares do Sul, do Sudeste e até do Centro-Oeste. Nos momentos em que estivermos em Brasília, principalmente na Comissão de Orçamento, à cata de recursos para levarmos para essas regiões tão pobres, deve haver sensibilidade por parte dos 513 Deputados e dos 85 Senadores. Tudo isso é Brasil. Devemos acabar com o desequilíbrio regional, porque, se onde há seca há pobreza e onde há bastante água também há pobreza, então, o que falta é o investimento. Deve haver mais investimento nessas regiões, principalmente na região amazônica, onde há um enorme vazio demográfico. Trata-se de uma região que, num futuro não tão próximo, mas um pouco distante, podemos perder. Fala-se muito na internacionalização da Amazônia. Sabemos

que o nosso País é admirado pelos países do Primeiro Mundo.

Estive na China na época do Congresso das Mulheres: 197 países estavam ali representados. Formávamos aquelas comissões e, quando íamos discutir com o Grupo dos Sete, que são os sete países do Primeiro Mundo, não se falava em direito das mulheres, nem em progresso ou vida ativa ou pública da mulher. Falava-se apenas nos índios, nos minérios e na região amazônica, que é uma região cobiçada, que Deus deu de presente ao nosso País, com todas as riquezas naturais para serem exploradas. E até hoje nós, políticos, não tivemos a audácia, a força e a coragem de mostrar ao povo dos países do Primeiro Mundo que o Brasil sabe governar as suas riquezas, sabe quais são as prioridades para erradicar a pobreza, porque, discursos, pequenas verbas, cestas básicas e outras doações são um paliativo. Cada vez mais, os pobres vão ficando mais pobres. Cada vez mais, resume-se o número dos ricos, daqueles que são mais corajosos talvez ou que têm mais oportunidade. Mas os ricos também têm um problema muito sério, porque, em São Paulo, se não saírem com carros blindados, estão sujeitos a nem retornar ao seu lar no final da noite.

Então, minha gente, é preciso solidariedade, despertar para as prioridades. É preciso que todo político e todo aquele com situação econômica viável cheguem à conclusão de que têm de trabalhar pelo Brasil, e não só por uma determinada região.

Já estou me excedendo no horário, mas digo para os cearenses que aqui estão que estou muito feliz de hoje estar aqui, porque sou uma cearense convicta de que, há 20 anos no Estado de Roraima, amo aquela terra como se lá houvesse nascido, mas não me esqueço nunca do torrão natal, que é o meu torrão do Estado do Ceará. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Alerto que ainda vão se pronunciar sobre o tema a Deputada Luiza Erundina e os Deputados Feu Rosa, Paulo Marinho e que o nosso tempo está-se exaurindo. Portanto, gostaria que nos ativéssemos aos cinco minutos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Federal Paulo Marinho, do Estado do Maranhão, Relator **ad hoc** desta audiência.

O SR. PAULO MARINHO – Sr. Presidentes, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais, Srªs e Srs. Deputados Estaduais, em primeiro lugar, gostaria de dizer da satisfação de estarmos aqui no Ceará, dando continuidade a este trabalho, que tem sido muito profícuo.

Tudo o que disse aqui a Senadora Marina Silva reflete o espírito que tomou conta desta Comissão. Realmente, a presença da Comissão nos Estados nordestinos de Alagoas, Pernambuco e na capital cearense, Fortaleza, com certeza, vai servir para que possamos apresentar ao País e aos reclamos da Nação uma proposta consistente que, de fato, contribua para minorar esse grande flagelo que é a pobreza e a miséria, que grassa País afora.

Começo dizendo aos senhores e às senhoras que pobreza e miséria, neste Brasil, não é privilégio de ninguém. É uma realidade presente por onde se anda e aonde se vai, do Sul ao Norte, do Nordeste ao Centro-Oeste. Esse não é um "privilégio" de nenhum Estado. Portanto, a presença desta Comissão em Fortaleza certamente não deveria causar nenhum tipo de constrangimento.

Perguntava-me, ouvindo alguns Parlamentares aqui do Ceará, Deputados Estaduais e anotando aqui tudo o que me falavam, em face da missão que me foi outorgada de relatar esta reunião, e começava a me questionar sobre a seca, que foi, sem dúvida, o tema mais abrangido nesta reunião. E, há dois dias, voltei ao tempo, quando um Prefeito lá em Alagoas, cuja cidade fica às margens do rio São Francisco, dizer que, segundo a opinião dele, o grande problema não era a falta d'água. Recordo-me que, há alguns meses, me dirigia ao Estado da Paraíba, vindo do Maranhão e sobrevoei um açude enorme, muito grande, com uma imensidão d'água, e procurava lá em baixo plantações, projetos, irrigação, e vi uma quantidade enorme de água sem quase nada nas margens daquele imenso açude salvo engano, o de Orós. E hoje, ao ouvir os Parlamentares do Ceará questionar esse problema da água, comecei a entender que, realmente, o que se deve buscar neste País é atacar não apenas as causas mais paliativas, mas as causas estruturais.

Eu me recordo que o eminente Economista Celso Furtado encaminhou uma carta ao novo Superintendente da Sudene com algumas propostas concretas, que, segundo a sua ótica, seriam importantes para combater a questão da pobreza. Uma delas seria a necessidade do aproveitamento integral das áreas úmidas com o respectivo povoamento dessas áreas. Seria quase como se pudéssemos atender a essa demanda que existe hoje, de pessoas sem terra para plantar, mas que sabem plantar; sem condições de trabalhar porque não têm água e que migram para a periferia das grandes cidades. Seriam colocadas perto da água, fazendo uma reforma agrária, o que é, sem dúvida, uma das soluções para que se possa acabar com a miséria e com a pobreza neste País.

Fala aqui um Deputado do PFL, que é o Partido que dá sustentação ao Governo, que entende que sem reforma agrária não se avança no processo de combate à miséria.

Está muito claro isso quando se visita as imensas e vastas plantações de cana-de-açúcar que existem em Alagoas e em Pernambuco. Vê-se a miséria na periferia desses plantios de cana, quando se observa o desperdício das verbas públicas entregues a uma minoria neste País: os usineiros, por exemplo, que devem milhões, quase R$2 bilhões, ao Banco do Brasil; quando se vê, por exemplo, os usineiros buscando subsídios de mais de R$45 milhões para atender a uma equalização de preços que premia a falta de produtividade; quando se vê a falta de uma política consistente, que cria os meios e os mecanismos que possam, de fato, acabar com a pobreza e com a miséria.

Fica certo que esta Comissão, Sr. Presidente, vai contribuir, sim, a despeito de muitos que pensam que este é apenas mais um trabalho, mais uma Comissão que se constitui neste Parlamento. Mas esta Comissão, com o seu trabalho, vai colaborar para que a situação mude.

Nós, ao longo do trabalho desta Comissão, temos ouvido uma pregação do Senador Suplicy, quase que uma pregação sacerdotal. Defende o Senador, sempre com muita propriedade, a questão da renda mínima. Também entendemos que essa questão deve ser discutida, sim, amplamente com a sociedade. Até lamentei com uma Colega, que foi Deputada, ex-Prefeita daqui, a ausência neste debate, por exemplo, da sociedade civil organizada, que poderia contribuir com esta Comissão com muito subsídio. Não vimos aqui o que vimos em Alagoas ou em Pernambuco. Penso que poderemos, sem dúvida nenhuma, receber uma contribuição da Igreja, por exemplo, dos sindicatos, daquelas pessoas que lidam no dia-a-dia com a pobreza e com a miséria, não obstante sabermos que também os Parlamentares têm, sem dúvida nenhuma, esse papel e esse contato.

Temos ouvido, Sr. Presidente, a defesa intransigente de um orçamento social para este País. Esse orçamento social, Senadora Marina, que tanto V. Exª defende, também terá a nossa defesa. Entendemos que não se pode, depois de tudo o que vimos neste País, por exemplo, atacar e propor soluções concretas sem que haja recursos e um direcionamento orçamentário para atender às demandas que estão à mercê da boa vontade de alguns políticos.

Temos uma proposta concreta, Sr. Presidente – inclusive queremos pedir aos Colegas que ela seja incorporada ao relatório que será feito.

Sabemos que a miséria, a pobreza resultam da questão da educação. Não se pode pensar em transformar este País sem que se dê condições ao povo de se educar.

Hoje, a presença dos recursos do Fundef, nos Municípios, sem dúvida nenhuma – não se pode deixar de enxergar isto -, tem servido para mudar o quadro da educação do País. E temos uma proposta ainda mais avançada. Precisamos inverter, de forma concreta, os parâmetros que são levados na questão da distribuição do Fundef, tal qual se faz no FTM. Aqueles Municípios, aqueles Estados que são mais ricos, que necessitam menos dos recursos desses fundos, devem receber menos. E aqueles Estados, aqueles Municípios onde a questão do analfabetismo é presente devem receber mais. Então, precisamos modificar a Lei, ter coragem e ousadia para modificar os parâmetros de distribuição do Fundef, porque, sem dúvida, esse Fundo é um fator presente na mudança de que este País precisa e que opera. Portanto, agradecendo, sem dúvida, a receptividade que aqui tivemos, reconhecendo a importância dessa convivência que tivemos durante esses dias em que andamos Nordeste afora e sabedores de que esta Comissão vai contribuir efetivamente para que se opere uma mudança neste País inteiro, quero, Sr. Presidente, expressar a satisfação de compartilhar a amizade de todos os Deputados e Senadores que, durante esses dias, conviveram conosco. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradecendo ao Relator **ad hoc**, Paulo Marinho, concedo a palavra à penúltima oradora, a Deputada Federal Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Colegas Parlamentares, Deputados, Deputada, Vereadores, Deputados Estaduais, permitam-me saudar a todos os senhores e senhoras numa pessoa fantástica e numa guerreira que governou esta cidade, a primeira mulher prefeita de Fortaleza, Maria Luiza. (Palmas) Só quando o seu papel for História é que se poderá ter a justa medida da sua contribuição, sobretudo para o avanço do espaço e da participação política de nós, mulheres, neste País. Aproveito, portanto, para homenageá-la e dizer-lhe o quanto a respeito e o quanto ela representa para nós, mulheres, na luta pelo nosso direito como sujeitos políticos que têm direito ao poder.

Até pensei, Sr. Presidente, em não usar a palavra, porque me deu a sensação de que é chover no molhado falar, para os que ficaram aqui, sobre fome, miséria, pobreza, os problemas do Nordeste, as soluções necessárias, a omissão dos sucessivos Gover-

nos nos três níveis, nessas décadas, senão séculos, em relação a esse problema. Mas não posso deixar de falar sobre a minha frustração. Permitam-me dizer que, em geral, na minha vida, sou muito franca. Não costumo falar aquilo que não sinto, em que não acredito, mesmo que isso não seja politicamente correto.

Sinto-me frustrada, até porque vivenciei, nestes três dias, com os meus outros companheiros de Comissão, uma experiência absolutamente diversa da que vivemos aqui. Nós, de fato, tivemos um contato direto, uma relação pessoal diria até íntima com a dor e o sofrimento do nosso povo nesta Região. Isso foi tão forte que eu dizia, em alguns pronunciamentos que fiz, que essa experiência converteu-nos a todos, da Comissão, por percebermos que o problema da fome, da seca e da pobreza no Nordeste não é oriundo da falta de chuva, da falta de água.

Campo Grande, uma cidade do interior de Alagoas que visitamos, está a 12km do rio São Francisco e, até hoje, o Governo não investiu na construção de um canal do sertão para matar a sede e a fome dos nordestinos do interior de Alagoas. Então, o problema não é falta d'água. Há água acumulada que não foi distribuída, ainda, neste Nordeste e neste País.

Não poderia deixar de falar, também, sobre a minha preocupação com a imagem que esta reunião possa ter deixado para o trabalho desta Comissão. Sei que há, sempre, uma dúvida, uma descrença, um ceticismo em coisas como essas. Eu também sou cética em relação a comissões de estudos e diagnósticos que nunca terminam e a propostas que não têm conseqüência. Eu também sou cética em relação a isso! No entanto, preocupo-me com o esforço que esta Comissão está fazendo que se acompanha de um compromisso político dos que a compõem , pois pode-se ter passado, nesta audiência pública, a idéia de ser esta mais uma comissão, de ser este mais um turismo da pobreza, como nos assacaram em um certo local por onde passamos. Fiquei preocupada com a imagem que esta audiência pública possa ter deixado em relação ao trabalho da Comissão, não por nós que a compomos, mas por aquilo que vislumbramos: a viabilidade de, pela primeira vez, conseguirmos dar passos efetivos na direção de soluções e de saídas que devem-se construir ao longo do tempo – não em um ano, em um mês, mas em décadas -, para que, um dia, consigamos eliminar, de uma vez por todas, essas chagas que são a miséria, a fome e a pobreza em nosso País.

Também vivi, nesta sessão, um certo incômodo, uma certa ambigüidade, uma certa dúvida do que sou. Sempre volto ao Nordeste. V. Exªs sabem que sou daqui. Sou pobre, como a maioria dos pobres desta região. Nasci no sertão seco da Paraíba. Cada vez que havia seca, minha família migrava para um outro local e essa realidade conscientizou-me, desde muito criança, de que as coisas não estavam certas no sertão do Nordeste e que alguns não precisavam fugir porque havia seca. A maioria tinha de sair, fugir, para um dia voltar, logo que chovesse, porque havia a seca. Então, o problema não era a falta de chuva, e, sim, as terras que estavam concentradas nas mãos de poucos, os quais, quando chovia, acumulavam bens para sobreviverem a tantas secas quantas se dessem. Seguidos os anos, naquela pequenina cidade de Uiraúna, foram esses os fatos que me deram consciência social, consciência de justiça e uma vontade de lutar por isso a vida toda, até o último dia da minha existência!

Para terminar, Sr. Presidente, queria dizer que, realmente, poderíamos ter feito algo melhor nesta manhã. Poderíamos ter trazido aqui o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como vimos nas outras cidades; poderíamos ter ouvido as igrejas, que têm realizado um trabalho sério no combate à fome; poderíamos ter ouvido os produtores rurais, que até estiveram aqui e não falaram. Perdemos tempo nesta reunião, desculpem-me a franqueza, e não é a isso que esta Comissão se propõe. Encontros oficiais não resolvem problemas como os da fome e da pobreza; ou trazemos o povo para nos ensinar quais são as saídas e as soluções, ou não haverá saída possível. Nós, Deputados e Senadores, não temos a solução para o povo. Quem tem a solução para o povo é o próprio povo. Dom Balduíno disse: "O novo é o povo que cria", e se o povo não cria, nada de novo se cria na face da Terra.

Estou nesta Comissão porque acredito em figuras como a da Marina Silva, a do Suplicy, a do Maguito e a de todos aqueles que não estão nesta Comissão, porque sei do compromisso de vida dessas pessoas. Não estamos aqui fazendo turismo em torno da pobreza; estamos aqui colocando a nossa gota d'água para evitar o incêndio na floresta.

Srs. Deputados, Srs. Senadores e senhores políticos do Ceará, há um outro assunto que quero abordar: a disputa São Paulo-Nordeste é uma falsa questão. É um atraso imaginar que São Paulo está contra o Nordeste e vice-versa. Isso é uma falsa questão!

Governei São Paulo, que tem metade da sua população de nordestinos, passando fome, amontoados nas favelas e nos cortiços. Então, isso não significa que fugi da luta. Quando saí do Nordeste, no início da década de 70, expulsa pela repressão política, fui

para São Paulo imaginando ter deixado a luta para trás. Quando cheguei em São Paulo, fui trabalhar nas favelas e nos cortiços, onde os meus irmãos nordestinos estavam amontoados e ainda estão até hoje! Por quê? Porque ainda não se fez a reforma agrária neste País. E por que eles estão nas favelas? Porque o problema da terra também está lá. Não se divide a terra urbana, que é cara e serve de especulação para aumentar a riqueza da minoria rica das grandes cidades e do Nordeste. Um usineiro que deve mais de US$600 milhões ao Governo e tem uma propriedade que vale 60 milhões, ao acabar com sua usina acaba também com a sobrevivência de alguns trabalhadores. Então, não me venham dizer que o problema é uma questão apenas de vontade política num tempo curto. Isso é uma decisão política que supõe uma mudança de forças neste País e da correlação de forças da sociedade, uma determinação daquele a quem interessa essa modificação. Ao contrário, não haverá mudança possível. Pobreza existe em São Paulo, no Ceará, na Paraíba, no Centro-Oeste, no Sudeste; enfim, aonde quer que se vá, neste País, há pobres, miseráveis, fome e exclusão social. Portanto, o problema não é uma questão de São Paulo contra o Nordeste nem do Nordeste contra São Paulo. É uma questão do País, que precisa encontrar-se com a sua dignidade, com a sua cidadania, com a sua soberania e dizer "basta" a essa política, a essas injunções externas que impedem que o Brasil seja uma Nação. Se o Brasil não for uma Nação, não há possibilidade de se atender à cidadania plena de nordestinos e paulistas, que são todos brasileiros, subordinados à maioria! Trata-se de uma política perversa, injusta e excludente, que absolutamente não interessa ao presente e ao futuro do nosso País.

Obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pretendo fazer algumas considerações a respeito desta Comissão e do problema da fome e da miséria no País. Gostaria de contar com a paciência de V. Exªs por mais dez minutos: cinco minutos para o próximo orador e cinco minutos para este Presidente.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Feu Rosa, que é o último inscrito.

O SR. FEU ROSA – Sr. Presidente Maguito Vilela, Srs. Parlamentares membros desta Comissão, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, Srªs e Srs. Deputados, sou do Espírito Santo, capixaba de Sete Costados.

Lembro-me de um programa que teve ampla divulgação na **Rede Globo,** há dez anos, chamado "Lugar de toda pobreza" – na época, até fiz um poesia, mas esqueçam isso, pois, hoje, estamos na época da objetividade –, que retratava ratos, urubus, porcos e seres humanos de todas as idades disputando cada um o seu bocado num lixão da Grande Vitória.

Para termos uma certa referência, na minha fala, sobre a pobreza e a miséria, o meu Estado é o terceiro, conforme o índice Gini, em concentração de renda no Brasil – o primeiro Estado é o Ceará, o segundo é o Piauí e o terceiro é um Estado da Região Sudeste chamado Espírito Santo. Isso não é de hoje, não é do último índice do Banco Mundial, mas já remonta de várias pesquisas do Dr. Romão, PHD do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, que exaustivamente desenvolveu esse tema em trabalhos memoráveis e clássicos sobre miséria e pobreza no Brasil, publicados pelo IPEA.

Nós, da Comissão, viemos para ouvir e aprender com nossos compatriotas cearenses, vereadores, políticos estaduais e federais, Senadores – não posso deixar de mencionar nosso querido Líder no Senado, Senador Sérgio Machado, do PSDB, uma figura extraordinária e que honra não só o seu Estado, mas nosso País. Viemos ouvir e aprender com V. Exªs. Essa é a nossa função.

Agradecemos esse afetuoso e enriquecedor encontro no plenário Treze de Maio.

Queria lembrar, também, que a nossa Comissão está tratando de alguns assuntos de âmbito tanto micro quanto macro, como o problema da renda mínima, há dez anos falado, escutado, esclarecido pelo Senador Suplicy; o assunto do Orçamento Social, da Senadora Marina Silva, e o de benefício/custo nos investimentos sociais. Todos sabem que, conforme último relatório do Banco Mundial e da Unicef, o investimento em uma criança desnutrida com micro e macronutrientes tem uma relação benefício/custo de 86, extremamente superior a qualquer recurso que se aplique em narcotráfico ou em exploração da prostituição.

Estamos tratando de problemas de mineralização dos solos. Existe alguma dúvida depois dos trabalhos de Josué de Castro, há mais de cinqüenta anos, falando da tribuna da Câmara dos Deputados e como Diretor-Geral da FAO de que vitaminas, sais minerais, calorias, proteínas, gorduras e fibras influem tanto no comportamento dos miseráveis que estão nos tugúrios flutuantes deste País, quanto no desempenho da Assembléia Legislativa do Ceará, do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado? Existe alguma dúvida?

Estamos tratando, também, de uma proposta feita por um Prêmio Nobel, que foi aprimorada pela

Deputada Luiza Erundina, a extraordinária ex-Prefeita de São Paulo, a cidade mais importante do Brasil: a de se taxar especulação financeira, os investimentos financeiros de país para país. Somente aí teríamos recursos para trabalhar – com critério, bem se diga – as questões da pobreza e da miséria. Estamos lidando com toda essa complexidade macro e microeconômica. Estava até usando uma palavra da nossa língua: psicobiossocioeconomia, que trata desde comunidades das mais carentes e menores, até as maiores, até as alcatifas de Brasília.

Algumas questões, Sr. Presidente, Srªs e Srs.: é o desenvolvimento econômico e social que acaba com a miséria e a pobreza absoluta e sua faceta mais cruel, a desnutrição infantil? Ou é a desnutrição infantil que começa o processo de real desenvolvimento econômico e social? É uma questão para a nossa Comissão, que tem que ser modificada contra toda a cultura de políticas macroeconômicas do Brasil, porque inúmeros Prêmios Nobéis de Economia já destacaram que não é o desenvolvimento econômico e social que acaba com a miséria absoluta. É o contrário. Se não se tem competência para se acabar com a desnutrição infantil, se não se tem competência para se acabar com a miséria absoluta, meu Deus, como é que esse pessoal quer ter competência para fazer um país gigantesco como este ser desenvolvido econômica e socialmente?! Em nível nacional, isso é chacota! É chacota! É piada! Eu freqüentei universidades do exterior e quando se fala sobre esse ponto, isso é brincadeira! Nunca alcançaremos o desenvolvimento econômico e social se não acabarmos com a desnutrição infantil. Não é o contrário. É a partir dali que criaremos meios para chegarmos lá.

Um outro ponto: é possível, sem se ter competência para se acabar com a miséria absoluta, gerenciarem-se programas monstruosos como o preconizado pelo FMI, Banco Mundial, etc? É uma questão muito séria, também.

Outro ponto: todos que já leram os livros dos nossos luminares da Academia Brasileira de Letras, quase todos os membros de todas as Academias de Letras do Brasil, em seus romances, ensaios, pareceres e artigos, citam a cearense Rachel de Queiroz, que caracteriza muito bem que a elite brasileira é capaz de tudo quanto é peripécia, menos colocar comida na boca das crianças. É capaz de tudo, menos de colocar comida na boca das crianças.

Então, queria dizer-lhes o seguinte: meus amigos, todas essas questões extremamente complexas, durante um determinado período, ficaram sob a responsabilidade de uma pessoa em um Estado brasileiro, o de Goiás, que é o nosso presidente da Comissão, o Senador Maguito Vilela. Muito bem, o Senador Maguito, naquela época, já havia sido Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal. Assumiu o Governo de Goiás, fez um compromisso com seu Deus, com seus semelhantes e erradicou a miséria absoluta e a fome no Estado de Goiás, com todas essas dificuldades. Portanto, calo-me perante essa asserção. Se é que me resta algum tempo, vou ceder ao Senador, para que S. Exª tenha mais tempo de nos ensinar e nos iluminar sobre esse aspecto. E o caracterizo muito bem: é o Presidente da Comissão de Combate à Fome e à Miséria do Parlamento Nacional.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Passo a palavra ao Presidente desta Comissão, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais, Srªs e Srs. Deputados Estaduais, líderes aqui presentes, senhoras e senhores, eu, enquanto presidia, naturalmente fazia as minhas reflexões. Gostaria de convidá-los a fazer essas mesmas reflexões, porque, na realidade, o problema é mais profundo. O Brasil é o grande campeão das desigualdades sociais. Entre os mais de 186 países do mundo, o Brasil é o segundo pior distribuidor de rendas no Planeta.

A impressão que temos é a de que, em função de não ter havido investimentos maciços na educação no passado – e num passado mais recente -, em função de não termos feito a reforma agrária justa, honesta, humana neste País e de não se ter distribuído de forma mais equânime a renda, somos o campeão das desigualdades exatamente por essas razões. Somos uma pátria humilhada, manchada, desacreditada perante os países desenvolvidos do mundo. Talvez por isso, hoje temos milhões e milhões de irmãos vivendo abaixo da linha de pobreza, sem o mínimo de cidadania, sem o mínimo de dignidade humana. Essas reflexões, temos que fazê-las. Se, no passado, não fomos competentes para exigir melhor distribuição de renda, reforma agrária, investimentos maciços na educação, temos agora que cortar esses males pela raiz. E é importante que o Estado do Ceará, através da Assembléia Legislativa, dos Deputados Federais, dos Senadores da República, que o representam muito bem, nos ajude nessa empreitada.

Aqui está a Deputada Federal Luiza Erundina, ex-Prefeita de São Paulo, pessoa pela qual tenho o maior respeito e a maior admiração. Se sairmos daqui com o compromisso desta Assembléia, dos Senadores e dos Deputados, de apoiar esta medida, de colo-

car no Orçamento social da União os R$35 bilhões capazes de matar a fome do nosso povo, se sairmos daqui com o compromisso de que eles apoiarão investimentos maciços na educação, de que apoiarão uma reforma agrária mais condizente com as necessidades do nosso País, sairemos extremamente vitoriosos. E, pelo que conheço dos Deputados e Senadores cearenses, haveremos, sem sombra de dúvida, de contar com o apoio deles para essas iniciativas que tomaremos dentro desta Comissão.

Esta Comissão, integrada por 19 Senadores e 19 Deputados Federais, teve até agora, a missão de ouvir, e ouvimos cientistas políticos, sociólogos, economistas, institutos como o Ipea, bispos, enfim, a sociedade organizada deste País. Finalmente, ouviremos, dia 19, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, o Ministro Paulo Renato, quando iremos lhe solicitar o compromisso de investir mais na Educação. Dia 21, ouviremos o Ministro Pedro Malan, para nos assegurar recursos para o Orçamento Social.

Digo que o Brasil está no fundo do poço. Por quê? Porque 1% dos ricos brasileiros detém 40% de toda a riqueza nacional, enquanto que 99% dos brasileiros detêm 50 ou 60% da mesma riqueza. Assim, 1% dos ricos brasileiros detém 40 a 50% das riquezas nacionais. Como um País desse não tem violência como está tendo, hoje, em todos os Estados? Como um País desse não tem prostituição infanti e altas taxas de criminalidade? Como um país como esse não terá, como tem, um dos maiores índices de analfabetismo do mundo?

Se temos tudo isso a nos envergonhar, a nos humilhar, a nos denegrir como seres humanos, temos que tomar as medidas capazes de solucionar esses graves problemas.

Vejam, Srªs e Srs., que são importantes esses números porque não são meus, são do Ipea e do IBGE: R$130 bilhões é o que se gasta neste País com programas sociais – 130 bilhões! E 30 bilhões são suficientes para erradicar a fome no Brasil. Vejam que o País gasta muito com programas sociais, mas o faz pessimamente, mal, o dinheiro não chega onde é preciso porque fica nas concorrências, nos transportes, nas maracutaias por aí afora.

Ouvi a Senadora Marina Silva dizer que, no Acre, a água é abundante, as terras são férteis e existe pobreza absoluta, miséria e fome. Ouço dizerem que no Nordeste há seca terrível e por isso a fome por lá campeia, mas vou-lhes dizer que no meu Centro-Oeste, especialmente em Goiás, que governei, onde fui Vice-Governador, Deputado Estadual, Federal e Vereador, não existe seca ou enchentes capazes de perturbar a vida dos goianos, mas, tal qual no Nordeste e no Norte, existe fome, miséria absoluta e o mesmo quadro que campeia em todo o Brasil.

Então, o problema não é muito das secas, das águas ou das regiões equilibradas, climaticamente falando. O problema do Brasil é a péssima distribuição de renda; é a má aplicação dos recurso que deveriam ser melhor aplicados na educação; é a falta de uma reforma agrária correta, como fizeram os outros países do mundo.

Enfim, este é o Brasil em que vivemos, mas que é nosso, que amamos e que temos que mudar. Não podemos passar, para as futuras gerações, como se fôssemos a geração dos incompetentes, dos insensíveis. Temos que passar para elas um mundo melhor do que este em que estamos vivendo.

De forma, Deputada, que aqui aprendemos, ouvimos, dialogamos e vamos, sem sombra de dúvidas, encontrar as soluções, porque não são "privilégios" do Nordeste, do Norte ou do Centro-Oeste a fome, a miséria, os barracos de lona preta, os barracos de papelão, os barracos de pau-a-pique não são privilégio de nenhuma Região deste País.

Concluindo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quando Governador de Goiás, fiz uma experiência, pois sabia que a fome desafiava o mundo e tentei desafiar a fome nos meus quatro anos de mandato. Desafiei os goianos e os brasileiros a encontrar uma família passando fome no Estado de Goiás durante os quatro anos do meu Governo.

V. Exªs sabem como fiz esse programa? Com toda a sociedade organizada, com o Lions, com o Rotary, com a Maçonaria, com a Igreja Católica, com os Espíritas, com os Evangélicos, exigindo dos pais, que recebiam uma cesta de 28 quilos de alimentos, um litro de leite e um pão vitaminado para cada filho, que vacinassem seus filhos. E o índice vacinal de Goiás, nesses quatro anos – está registrado –, foi o maior do Brasil. Exigíamos que as famílias apresentassem não a matrícula na escola, mas sim a freqüência na escola. Com isso conseguimos trazer de volta para as salas de aula 19 mil crianças. Foi a maior média nacional de crianças em salas de aula no período em que governei Goiás: 95% era a média de Goiás, enquanto que a do Brasil era de 90%.

Por isso, ao dar este testemunho, quero dizer a V. Exªs que quando quer fazer, faz. É decisão política, é vontade política. Recursos existem, e sempre existiram, para acudir usineiros, banqueiros, latifundiários, para satisfazer o FMI, para pagar os países ricos. Portanto, se sempre existiu dinheiro neste País para os poderosos, há de também existir para matar a

fome do povo, para melhorar a vida dos pobres, para erradicar a miséria no nosso País.

Em meu Governo, enfrentei problemas com os Poderes Judiciário e o Legislativo, mas poderia faltar dinheiro para qualquer outra área, no entanto, não morria sequer um ser humano de fome nas calçadas, nas sarjetas, nos bolsões de miséria, nas favelas de Goiás. É uma questão de opção. É uma questão de priorizar, e nós priorizamos. Agora precisamos priorizar o Brasil. Precisamos e devemos acabar com a fome, pois ela humilha, ela envergonha, ela diminui. A fome é o maior mal que existe no mundo. A morte em decorrência da fome é a mais humilhante de todas as mortes. A morte causada pela fome é inconcebível, e nós temos que acabar com ela, custe o que custar.

Srª Presidente, eu já disse isso em Alagoas, em Pernambuco e vou dizer no Ceará: não votarei o Orçamento da União se não constar recursos para diminuir o sofrimento dos pobres e para erradicar a pobreza deste País.

Srª Presidente, agradeço às Srªs e aos Srs. Deputados, às Srªs e aos Srs. Senadores. Quero dizer que sou otimista, que acredito neste País, acredito na capacidade, na inteligência, nas idéias dos homens públicos do nosso Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA.PRESIDENTE (Marina Silva) – Passo, então, a Presidência para o Presidente Wellington Landim, que irá fazer o encerramento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Landim) – Na reunião desta Comissão especial, eu gostaria apenas de, para se fazer justiça, esclarecer que todos os objetivos a que se propõe esta Comissão foram hoje discutidos aqui na Assembléia Legislativa, quais sejam: propor alterações nas ações governamentais já existentes; propor prioridade para tramitação de proposições legislativas já em andamento; propor um conjunto de programas especiais que combatam os efeitos da pobreza; definir e destacar recursos financeiros destinados a financiar esses novos programas. Tudo foi bastante discutido nesta reunião bastante proveitosa. Aliás, aqui não houve perda de tempo. Vinte cearenses tiveram oportunidade de falar, inclusive vários representantes que desejavam falar, na Presidência do Senador Maguito Vilela, mas, em função da hora, não tiveram a possibilidade. Foram convidadas mais de 50 associações, entidades de classe, vários Senadores que representam o Estado do Ceará, Deputados Estaduais e Federais; portanto, sentimo-nos muito felizes. Foi um dia especial para a Assembléia Legislativa.

Muito obrigado a todos os senhores.

(Levanta-se a reunião às)

18ª Reunião Realizada em 19 de outubro 1999

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e quatro minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Pedro Simon, Paulo Souto, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Paulo Hartung, Osmar Dias, Sérgio Machado, Eduardo Suplicy, Marina Silva, Djalma Bessa e Romero Jucá e os Senhores Deputados Euler Morais, Gastão Vieira, Rita Camata, Roberto Brant, Feu Rosa, Maria Abadia, Xico Graziano, Félix Mendonça, Luíza Erundina, Cláudio Cajado, Fátima Pelaes e Nelson Marchezan, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Presente também o Deputado Osvaldo Biolchi. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. A Presidência procede a leitura do Ofício Nº 074/99-CI, da Senadora Emília Fernandes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, comunicando que foi aprovado na Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1999, que "institui a tarefa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e dá outras providências". Após, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos de nºs 023 e 024/99, de autoria do Deputado Euler Morais e o Requerimento nº 025/99, de autoria da Deputada Luíza Erundina, sendo todos apravados pelos membros da Comissão. Foi dada a palavra aos seguintes Parlamentares: Romeu Tuma, Euler Morais, Pedro Simon e ao Relator, Roberto Brant. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Drº Paulo Renato Souza, Ministro da Educação, convidando-o a sentar-se à mesa de trabalhos e concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para suas considerações iniciais e, a seguir, aos oradores inscritos. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Félix Mendonça, Gastão Vieira, Nelson Marchezan, Marina Silva, Euler Morais, Xico Graziano e Feu Rosa. O Senhor Presidente registra a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao expositor para responder as perguntas, sendo res-

pondidas em bloco de 3 Parlamentares e, após, para suas considerações finais. O Senhor Presidente registra as presenças dos Prefeitos de Alagoas, das cidades de Campo Grande, Sr. Cícero Ferreira Neto; Olho D'Água do Casado, Sr.João Gualberto Pereira; Craíbas, Sr. Edielson Barbosa Lima; Teotônio Vilela, Sr. José Gomes dos Santos; Colônia de Leopoldina, Sr. Severiano José F. de Souza; Belo Monte, Sr. Avânio Feitosa e de seus Assessores. Após, a Presidência agradece a presença do Ministro Paulo Renato pela contribuição a esta Comissão, do Deputado Osvado Biolchi e comunica aos presentes a agenda da próxima reunião dia 21/10 (terça-feira). Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Estamos dando início à 18ª reunião desta Comissão Mista Especial.

Indago do Plenário se há necessidade da leitura da ata ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Pela manifestação do Plenário, está aprovada por unanimidade.

Há alguns expedientes e requerimentos, os quais, antes da chegada do Ministro, vamos submeter à consideração dos senhores e das senhoras.

Da Senadora Emilia Fernandes:

"Comunico a V. Ex.ª que esta Comissão aprovou, em reunião do dia 30 próximo passado, Projeto de Lei do Senado nº 118, que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda, e dá outras providências.

Na oportunidade, os membros da Comissão decidiram também pelo envio de recomendação a esta Comissão Mista Especial para estudo e análise aprofundada do referido projeto, por tratar-se de matéria de alto interesse e relevância social."

Vou passar esse expediente ao Relator, para que S. Ex.ª possa depois discuti-lo com os demais membros, uma vez que já iniciou o seu relatório.

Considero interessante este projeto que foi aprovado. Quando no Governo de Goiás, isentamos os carentes e os pobres de pagamento de energia e água. É uma medida que esta Comissão pode estudar com muito critério.

Requerimento da Deputada Luiza Erundina:

"Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão visite a cidade de São Paulo, para verificar **in loco** a dramática situação vivenciada no seu cotidiano pela população de rua, culminando com a reunião de audiência pública a ser realizada na Casa de Oração do Povo da Rua, com a participação da sociedade civil organizada na luta pela cidadania.

Outrossim, requeiro ainda que seja incluída no roteiro uma visita ao Projeto de Economia de Comunhão, desenvolvido com sucesso pelo Movimento Focolare, da Igreja Católica, experiência que certamente tem muito a contribuir com as ações a serem adotadas por esta Comissão."

Deputada Luiza Erundina, V. Ex.ª gostaria de justificar?

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra V. Exª.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Sr. Presidente, com a visita que fizemos ao Nordeste, constatou-se uma face da pobreza, muito marcada pela presença da seca, pela crise da economia, que se abate principalmente sobre a indústria canavieira no Nordeste, provocando a crise da indústria do álcool. Vimos, portanto, a manifestação da pobreza com aquela face aguda que todos conhecemos ou pelo menos quem tem origem naquela região conhece de perto e sabe que o quadro é mais grave do que há algumas décadas.

Então, ver também a face da pobreza num grande centro urbano, que é fruto, conseqüência, inclusive dessa crise que se abate sobre regiões como o Nordeste, contribuiria para esclarecer que a pobreza e a miséria são fenômenos que hoje se apresentam com muita gravidade, não só em regiões com características rurais, mas sobretudo em regiões periféricas dos grandes centros urbanos.

Além disso, tenho comprovado que o espírito desta Comissão é não ficar só no diagnóstico, na constatação, na caracterização do problema, mas buscar saídas, soluções e alternativas.

Essa experiência de Economia de Comunhão é uma alternativa que apresenta êxito, embora numa microescala. Mas, sem dúvida nenhuma, é uma experiência que já foi testada não só no Brasil, onde nasceu, pois se espalhou em mais de 700 países do mundo. Trata-se de uma experiência que concebe uma economia numa perspectiva em que o capital é remunerado, mas também a força do trabalho tem a sua contrapartida, sua estabilidade como força de trabalho e também na participação dos lucros e da riqueza gerada naquela atividade. E um terceiro elemento que essa experiência envolve é a divisão da terceira

fatia do que se lucra para a comunidade. Então é um outro modelo, baseado na solidariedade, no espírito cristão. Acho que teríamos uma contribuição importante nessas várias alternativas que estão sendo levantadas. Entendo que essa visita seria bastante produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – V. Exª faria uma proposta, um roteiro?

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Sim Senhor, nos encarregaríamos disso, até porque já fizemos contato com as pessoas lá em São Paulo e acho que seria muito produtivo para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Obrigada, Deputada.

O SR. ROMEU TUMA – Gostaria de apoiar integralmente o requerimento da Deputada Erundina, em razão não só dos conhecimentos que S. Exª tem sobre São Paulo. A Deputada realizou um trabalho muito voltado para a pobreza durante sua gestão na prefeitura e também tem conhecimentos dos trabalhos em favor dos pobres e dos miseráveis na área da religiosidade. Então, já trouxe a V. Exª o desejo do Presidente Wanderley Macris, na assembléia, também de levar ao fórum "São Paulo 2000" a discussão que esta Comissão tem apresentado a toda a sociedade brasileira. Acredito que São Paulo tem, vamos dizer, a dificuldade de estabelecer a miséria urbana, que é o que a Deputada Erundina quer trazer, porque estamos muito voltados para toda a miséria que existe no campo, onde há seca, a economia caindo, tudo isso, e a miséria daqueles que se concentram nos centros urbanos. As prefeituras não têm a capacidade - V. Exª foi governador e sabe disso - de acompanhar o fluxo migratório e as dificuldades, as deficiências de viver à beira de rio, com a miséria, com a sujeira, com tudo isso. Acho que é importantíssimo que se conheça esses fatos da cidade de São Paulo, conforme a proposta da Deputada Erundina.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Perfeitamente. Na realidade, o que há é uma transferência, às vezes de pobreza rural para a área urbana e da pobreza urbana para a área rural. Em alguns assentamentos que não têm, por exemplo, nenhuma assistência, aí é a pobreza urbana sendo transferida para a zona rural.

De qualquer forma, vamos aguardar a proposta de roteiro de V. Exª. Mas coloco em votação o requerimento da Deputada Luiza Erundina.

Os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente, sobre o assunto, também encaminhei junto à Mesa alguns ofícios, requerimentos e, no primeiro deles, solicito as gestões de V. Exª junto à Presidência do Congresso Nacional, objetivando a transformação desta comissão mista provisória em comissão permanente, pelo menos durante 10 anos, para que possamos, em conjunto com diversos órgãos, como o IPEA, IBGE e outros, desenvolver um trabalho, buscando o equacionamento dos problemas causados pela fome, pela miséria, inclusive com a definição de indicadores socioeconômicos para avaliação dos avanços do Brasil nessa questão nos próximos 10 anos. É uma proposta, portanto, que nos permitiria dar continuidade, evidentemente, a esse trabalho de visitas aos Estados, a regiões, em que poderíamos, quem sabe, aprofundar ainda mais esse diagnóstico que já está sendo feito pela Comissão.

Então, aqui está também essa nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A proposta de V. Exª é no sentido de criar uma subcomissão, para que ela, permanentemente, acompanhe os trabalhos feitos por esta Comissão e avalie os resultados.

O SR. EULER MORAIS – Não, na verdade, esta Comissão tem um prazo e se encerraria, em princípio, com a apresentação e aprovação do relatório. A minha proposta é que o nosso trabalho começasse, efetivamente, depois dessa aprovação. Entendo que, aí sim, este Congresso terá um papel, pelo menos durante 10 anos, de poder ver as conseqüências do resultado do nosso trabalho.

Então, acredito que seja plenamente justificável uma Comissão Mista Permanente, para que anualmente se faça uma avaliação dos avanços, dos problemas que realmente estão ocorrendo.

Sr. Presidente, também faço outro ofício em que proponho uma visita nossa ao Entorno de Brasília, no dia 4, e uma grande audiência pública no dia 5, que seria a última realizada antes da apresentação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sim, vou conceder a palavra ao Relator, mas antes eu gostaria de dizer que teremos que fazer em outro momento a discussão dessa primeira proposta de uma Comissão Permanente, porque ela merece uma avaliação mais profunda. Quanto à segunda, eu já tenho esse requerimento de V. Exª propondo a audiência pública aqui em Brasília, depois da visita ao Entorno Recanto das Emas, Santa Maria e Águas Lindas.

Águas Lindas é uma cidade que nasceu anteontem, mas já tem 160 mil habitantes. É um negócio assustador. Nasceu no meu Governo, com 30 mil habitantes; hoje está com 160 mil. É a cidade que mais cresce no mundo, mas não tem a menor infra-estrutura. Penso que ela mereceria uma visita nossa. Fica a 30 quilômetros daqui. Esta Comissão precisa realmente conhecer essa cidade.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente, em meu ofício, explicito a iniciativa da nossa Comissão e proponho, se possível, que se convide alguns dos Ministros, sobretudo os relacionados à área social, para que nos dêem o prazer de nos acompanhar, até porque os lugares são bem próximos e acredito que seria possível que eles viabilizassem a visita em suas agendas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente, é lógico. Pode ser que não haja tempo, mas pelo menos vamos dar oportunidade a V. Exª de fazer um roteiro, como a Deputada Luiza Erundina vai fazer. A Comissão tem o maior interesse.

Dessa forma, colocarei em discussão e votação o requerimento do Deputado Euler Morais com relação à visita ao Entorno de Brasília e à audiência pública. Se aprovado, depois faremos a programação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Com relação à discussão do outro requerimento, vamos colocá-la num momento mais oportuno.

Há também um requerimento do Deputado Alceu Collares, solicitando que seja convidado o Presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, para prestar alguns esclarecimentos. Tenho que colocar esse requerimento em discussão, embora minha posição seja contrária a ele. Considero-o desnecessário, porque conhecemos o pensamento do Presidente da Casa. S. Exª já o explicitou em seu pronunciamento e viria aqui repetir tudo o que já sabemos. Não vejo necessidade nenhuma. Se ele viesse, teríamos que trazer aqui mais cinqüenta pessoas que também têm propostas boas. Essa é minha opinião.

O SR. PEDRO SIMON – Com todo o respeito, é até uma obrigação nossa convidar o Presidente para vir aqui. Além do mais, existem fatos novos: S. Exª foi à ONU, levou um documento da maior importância, do maior significado, então a decisão não pode ficar restrita àquele documento. A Comissão deve dar continuidade não sei como àquele depoimento.

Ontem aconteceu um fato excepcionalmente importante, que foi o seminário do PT, com a presença do Sr. Antonio Carlos Magalhães. E até sei da motivação do Deputado Alceu Collares: S. Exª quer saber, entre as manifestações teóricas e a prática, quais são as propostas para a prática. Eu, com toda a sinceridade, entendo que seria muito importante a vinda do Presidente da Casa a esta Comissão, inclusive para o próprio Antonio Carlos Magalhães. Não estou tomando uma decisão no sentido de me colocar numa posição delicada. Pelo contrário. Creio que é muito interessante a sua vinda a esta Casa e, de modo muito especial, repito, a sua ida à ONU.

Um segundo ponto pelo qual a presença dele é importante – e quero dizê-lo a V. Exª – é o seguinte: recebo – e penso que todos os Parlamentares devem estar recebendo -, via **TV Câmara** e **TV Senado**, manifestações de pessoas que assistem a essas reuniões. Há uma pergunta mais ou menos generalizada: "o que vai acontecer, fruto desta comissão, em termos de Orçamento para o próximo ano"?

Portanto, penso que, se não acontecer nada em termos de Orçamento para o próximo ano, vai parecer uma situação de fracasso, uma situação de vazio, de que estamos discutindo a matéria a não sei quantos anos e nada se resolve. Não há nada de imediato, que já pudesse ser realizado no próximo ano.

É por isso que sou favorável à vinda do Presidente do Senado e vou além: deveríamos marcar uma reunião com V. Exª, o Relator; com a Vice-Presidente; com o Presidente da Câmara; com o Presidente do Senado; com o Presidente da Comissão de Orçamento para vermos até que ponto, qual é a fórmula, qual será a novidade que teremos para o Orçamento plurianual do ano que vem.

A ilustre Vice-Presidente tem uma proposta. S. Exª sugere que coloquemos, não se sabe ainda como definitivo, em forma de uma rubrica especial, algo referente ao Orçamento social.

Penso, com toda franqueza, que deveríamos ter uma reunião com o Presidente, dividido em dois tópicos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Eu gostaria de fazer uma proposta, Senador. Discutiríamos esses temas mais polêmicos em outra oportunidade, porque o Ministro da Educação está chegando.

O SR. PEDRO SIMON – Ele está chegando desde as 9h:30!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Já está na Casa, está dependendo desta ...

O SR. PEDRO SIMON – Então, pelo amor de Deus! Estou fazendo tempo desde as 9h, esperando o Ministro. Se ele já chegou, eu me silêncio. No meu tempo de colégio, só havia 15 minutos de tolerância.

Se ele chegou, peço desculpas. Eu estava ganhando tempo. Como diz o gaúcho, "fazendo tempo" para ele vir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exato.

Com relação ao Orçamento a que V. Exª se referiu, o Ministro Pedro Malan acaba de confirmar sua presença nesta Casa, depois de amanhã, dia 21, às 14h.

O SR. PEDRO SIMON – Faço uma proposta a V. Exª e à representação do Distrito Federal, no sentido de que trouxessem uns pobres para a reunião em que virá o Pedro Malan, para termos uma identificação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Perfeito.

Então, o Ministro Pedro Malan falará aqui dia 21, às 14h.

Estão inscritos o Relator, o Deputado Gadelha e o Deputado Nelson Marchezan.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – Quero apenas chamar a atenção para algo que não está sendo devidamente levado em conta nessa sucessão de requerimentos. Esta comissão instalou-se com um prazo certo para concluir os seus trabalhos. Qual é a conclusão dos trabalhos da comissão? É a apresentação e votação do relatório contendo as propostas de uma política permanente de combate e erradicação da pobreza.

Quando nos reunimos pela primeira vez, foi aprovada aqui uma proposta que seqüênciava os trabalhos da comissão. Ontem estava previsto um ciclo de audiências públicas.

Na qualidade de Relator e tendo em vista os prazos estabelecidos a esta comissão, estou terminando o meu relatório. Entendo que o ciclo das audiências públicas não pode prolongar-se indefinidamente. Já estou redigindo – na verdade, já redigi – o relatório. Estou agora na fase de montagem, de checagem, etc.

Vou submetê-lo à comissão e tenho condições de fazê-lo nos próximos oito a dez dias. A proposta da relatoria é consistente com o conjunto de audiências públicas que fizemos aqui e, mais do que isso, consistente com as diversas intervenções que os Parlamentares fizeram. Suponho que essa proposta será, em grande medida, um consenso. Nossa proposta é de um programa permanente.

Portanto, não estou muito preocupado com o Orçamento do ano que vem. A proposta vai ser consubstanciada num projeto de emenda constitucional. É aí que quero colocar as questões de prazo e de urgência que temos diante de nós. Esse projeto de emenda constitucional vai vincular, de modo permanente, uma parcela dos recursos federais para financiar os programas de combate à pobreza. Primeiro, uma vez aprovada a emenda constitucional, o mesmo Orçamento em curso no ano que vem será adaptado para fazer face a isso. Segundo, se nós vamos adotar a fórmula da emenda constitucional, e não há outra forma de assegurarmos permanência e continuidade ao programa, nem há outra forma legal de assegurarmos a vinculação dos recursos, precisamos aprovar esse relatório na Comissão nos primeiros dias de novembro, para que o Senado ou a Câmara tenham tempo de aprovar isso ainda nesta sessão legislativa, restando à outra Casa do Congresso o dever de fazê-lo, por sua vez, em fevereiro e março do ano que vem.

Não posso antecipar, mas, na montagem que fizemos, os recursos só poderão ficar disponíveis para esse programa a partir de maio do ano que vem. Então, estou pronto, estou preparado – inclusive, nem fiz essa viagem porque estou trabalhando com uma equipe grande de pessoas e estamos na fase de redação e de colocar no computador as questões – para que esta Comissão, então, tenha oportunidade não de concordar com o relatório, mas até de desmontá-lo de cima a baixo. Mas será essa a verdadeira participação dos Parlamentares, cada um concordando ou não, alterando, modificando, fazendo as retificações necessárias. O que eu acho é que, a esta altura, não devemos ter mais audiências públicas, a não ser as desta semana – estou excluindo, aí, as visitas, porque elas são uma ilustração ao trabalho da Comissão.

Quero deixar claro que a proposta que vou sugerir é uma proposta macro. Não estou fazendo, aqui, um figurino especificando uma centena de possibilidades de programas, porque isso é uma tarefa executiva. Nossa proposta vai ter um Conselho Nacional de Solidariedade, que, anualmente, tendo em vista essas restrições já estabelecidas por nós, vai fazer o Orçamento anual de erradicação da miséria, tendo a sua disposição um volume de recursos que vai variar de quatro a cinco bilhões por ano. É uma massa importante de recursos, com a qual o Governo, inclusive, já está de acordo.

Tenho trabalhado nas reuniões fora da Comissão tentando costurar essa coisa de recursos, porque não é uma coisa singela. Poderíamos sair daqui com uma belíssima proposta do ponto de vista político e, depois, vê-la torpedeada pela inércia, exatamente porque não iríamos ter a colaboração. Este é um programa que tem que ter a colaboração de todos os

Partidos e do Governo. Eu acho que nós entramos na reta final.

As audiências públicas em São Paulo e no entorno são ilustrativas da realidade da coisa, embora o relatório não precise dessas visitas, porque ele é um relatório que vai ficar circunscrito numa coisa macro. Vamos apenas, na proposta de emenda – como V. Exªs verão a partir da semana que vem, porque todos terão conhecimento prévio do relatório – estabelecer algumas restrições, a maior parte dos recursos em que vai ser empregada, para que eles não se dispersem, não se pulverizem. Esse é o papel da Comissão. A partir daí, a vida é que vai dar detalhe às coisas. Por isso digo que à audiência com o Senador Antonio Carlos pode vir todo mundo. O que acho é que não acrescenta mais nada, porque, em relação ao relatório, eu disse aqui, na sessão passada, e fui mal interpretado pelo Deputado Alceu Collares, não considerei as propostas de criação de receitas feitas pelo Senador Antonio Carlos.

Do meu ponto de vista, aquelas propostas estão relativamente prejudicadas. Nada impedirá que, no debate, a Comissão diga que a proposta do Relator não é boa e nós, então, vamos substituí-la pela do Senador. Mas eu estou propondo uma coisa completamente diferente, que não amplia a carga tributária, aproveita apenas a carga tributária já existente, tributos já existentes, dizendo no relatório que, com o correr do tempo, com a implantação do programa, que já começa enorme do ponto de vista brasileiro, nada impedirá que a sociedade e o Congresso acrescentem ao Fundo novas fontes de impostos, exatamente para ampliar a abrangência e a profundidade. Agora, criar imposto hoje, quando tem uma Comissão de Reforma Tributária, na Câmara, tentando rever todo o sistema tributário, achei, como uma pessoa ligada à área, que não seria uma boa oportunidade, mesmo porque nós conseguimos recursos suficientes para um tamanho de programa que, no caso do Brasil, é inédito, alguma coisa entre R$4 e R$4,5 bilhões, dedicados exclusivamente a programas ligados a essa erradicação.

Agora, de qualquer maneira, a partir de meados da semana que vem, quinta ou sexta-feira, tenho condições de ter o relatório praticamente redigido. Essa é a informação que gostaria de passar para todos e é importante em termos de encaminhamento das reuniões seguintes.

O SR. PEDRO SIMON – Gostaria de dizer a V. Exª, em primeiro lugar, que acho muito importante a declaração de V. Exª, que diz que o Senador Antonio Carlos não tem nada de novo para acrescentar; só o PT não entendeu isso, levou ele para lá. O que acho positivo é que V. Exª diz que não está preocupado com o orçamento desse ano. Perguntaria se não seria interessante colocar uma rubrica, e depois discutiremos no ano que vem. Seria uma janela para depois discutirmos.

O SR. ROBERTO BRANT – V. Exª está perfeito nisso. A janela vai receber os recursos a partir de junho, porque os recursos estão previstos para o segundo semestre, mesmo porque a emenda constitucional não será aprovada antes de maio e fizemos vários exercício. O senhor está corretíssimo.

Agora, quero retificar que não disse que o Senador não tem que dizer nada, é que ele tem uma proposta, junto com outras, de criação de vários impostos. Eu disse que, como Relator, renunciei a criação de novos impostos e, tendo em vista isso, o Senador pode até não ficar de acordo com o meu relatório; claro que ele tem muita coisa a dizer. Como no relatório já temos uma outra fonte de recursos, acredito que discutir a criação de impostos agora não é oportuno, nada impedindo que as pessoas não concordem com isso e queiram criar impostos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Eu só queria me ater ao requerimento, se devemos ou não convidar. O que está em discussão é isso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes.

O SR. MARCONDES GADELHA – Em princípio, Roma locuta, causa finita.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Vamos suspender as discussões deste requerimento, transferindo-a para o final.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com a discussão no final da reunião queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido, com muita honra, o Ministro Paulo Renato para tomar assento à mesa.

Estando presente o Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato, concedemos a S. Exª a palavra para que possa fazer sua exposição. Posteriormente, de acordo com as inscrições, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e Deputados.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Srªs e Srs. Senadores e Deputados, quero, em primeiro lugar, agradecer o convite da Comissão Especial para prestar depoimento nesta manhã.

Gostaria de destacar que me parece que já houve alguns depoimentos nesta Comissão, especialmente do Dr. Ricardo Paes de Barros, que ressaltaram um aspecto muito importante da situação econômico-social do nosso País.

Segundo estudos do IPEA, o fator individualmente mais significativo para a erradicação da pobreza é a educação. Ou seja, o investimento em educação no nosso País assume a condição de fator ou de política mais importante a ser perseguida e implementada, especialmente o investimento na educação básica.

Lembro-me de que o nosso País durante muitos anos descuidou-se do investimento na educação básica, principalmente no ensino fundamental. Na verdade, a partir do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é que se passou a dar atenção ao ensino fundamental, com políticas extremamente importantes, como a aprovação da Emenda Constitucional nº 14, a destinação de 15% da arrecadação de Estados e Municípios para o ensino fundamental, a redistribuição desses recursos de acordo com o número de alunos, a garantia de um gasto mínimo nacional assegurado com recursos da União e toda série de políticas complementares em relação ao ensino fundamental.

Quando assuminos o Governo em 1994, tínhamos 89% das crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental, com essa proporção sendo inferior, em muitos casos, a 80% em vários Estados do Nordeste. Cerca de metade das crianças apenas concluíam o ensino fundamental, e a taxa de conclusão de participação no ensino médio situava-se em torno de 22% dos jovens de 15 a 17 anos, apesar de a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos ser maior. Entretanto, especificamente onde deveriam estar, no ensino médio, apenas 22%.

Não quero cansá-los com números, apenas destacar que, nesses quase 5 anos, observamos mudanças extremamente importantes na área da educação. Em primeiro lugar, destaco que a taxa de escolarização líquida da população nesses 5 anos passou de 89 para 96%. O crescimento da matrícula geral no ensino fundamental foi de 13%; o crescimento na matrícula de 5ª a 8ª série foi de 27% e o crescimento do segundo grau foi de 57% em apenas 5 anos. Cito os dados de 99: em um ano apenas, tivemos uma queda, como deveria ocorrer, na matricula de 1ª a 4ª série, um aumento na matrícula de 5ª a 8ª, de 4,8%, e um aumento no segundo grau de 11,5%, apenas entre 98 e 99. De certa forma, estamos corrigindo o fluxo escolar.

Quero destacar um dado que mencionei em artigo recente, publicado na **Folha de S.Paulo,** que causa impacto. Temos no nosso País 44 milhões de alunos matriculados no ensino básico compreendendo por ensino básico ensino fundamental e ensino médio. Temos apenas 37 milhões de crianças e jovens em idade escolar. Ou seja, temos 7 milhões a mais de alunos do que crianças e jovens em idade escolar.

Temos ainda 4% das crianças fora da escola, de 1ª a 4ª série, e 16% dos jovens de 15 a 17 fora da escola. Isso significa que a repetência no nosso País causou essa situação, porque estamos fazendo um esforço muito maior do que o que seria necessário neste momento simplesmente para garantir 100% das crianças jovens na escola. Portanto, o esforço é por melhoria na qualidade da educação. Não é mais, grosso modo, um problema quantitativo, é um problema qualitativo. Se todos estivessem na série adequada, nós teríamos 100% das crianças e jovens na escola e teríamos sete milhões a menos de matrículas, com, obviamente, possibilidade de melhores salários para os professores, melhores condições de funcionamento das escolas etc.

O esforço que tem sido feito é no sentido de, definitivamente, buscar a universalização do ensino médio. Esse é o objetivo que nós temos que buscar no nosso País. O Presidente Fernando Henrique já declarou que nós temos que buscar nesses anos, até neste governo, 100% das crianças de 7 a 14 anos no 1E grau. Essa é uma meta viável, mas temos que alcançar também, num futuro imediato, a universalização do ensino médio.

Portanto, estamos, parece-me, criando as condições para que tenhamos, no nosso País, satisfeita a condição essencial para a erradicação da pobreza, que é a extensão e a universalização do ensino básico, tal como demonstram os dados e os estudos do Ipea.

Entretanto, nas questões específicas de atendimento das populações mais carentes na área da educação, eu gostaria de citar os resultados do Fundef, a política mais exitosa nessa área. Nós tivemos, no ano de 98, 2700 municípios – os mais pobres do País – recebendo uma receita adicional proveniente da transferência de estados e da transferência da União de mais R$2 bilhões. Um estudo realizado pela Universidade de São Paulo nos demonstra que esses recursos foram utilizados crescentemente para treinamento de professores, investimentos em escolas, melhoria da situação da rede escolar, melhoria salarial dos professores – repito: naqueles municípios que eram os municípios mais pobres. Portanto, a Emenda Constitucional nE 14 e o Fundef, na verdade, estão permitindo focalizar os gastos da educação especialmente nas regiões e nos municípios de maior incidência de pobreza.

Gostaria de destacar outros programas do Ministério que realmente levam a essa focalização. A

merenda escolar é um caso, especialmente a partir do processo de completa descentralização e municipalização que ocorreu durante o Governo do Presidente Fernando Henrique. Foi uma política iniciada no Governo do Presidente Itamar Franco, mas que foi plenamente executada no Governo do Presidente Fernando Henrique. Nós tivemos, de fato, assegurado que a merenda escolar chega com qualidade a todas as escolas, a todos os municípios brasileiros.

E eu quero destacar o Programa de Renda Mínima – em implementação neste ano a partir de lei aprovada no ano passado. O Programa de Renda Mínima se inspirou, acredito, na iniciativa do Prefeito Roberto Magalhães Teixeira, de Campinas, que criou um programa desse tipo com um nome semelhante, vinculado à assistência dos alunos à escola. Esse programa teve grande êxito em Campinas e posteriormente, no Distrito Federal, o Governador Cristovam Buarque adotou um programa de características semelhantes, denominado Bolsa-Escola. Outros municípios tiveram iniciativas semelhantes.

No Congresso, quero lembrar o esforço do Deputado Nelson Marchezan, quem apresentou o projeto original, mais ou menos no molde de Campinas, vinculando a questão da renda mínima à questão da assistência escolar, seguindo, aliás, uma iniciativa que ele já havia tomado como Secretário do Trabalho do Rio Grande do Sul, no final dos anos 60 e começo dos anos 70. Portanto, o projeto aprovado foi aquele de iniciativa do Deputado Nelson Marchezan, que, na verdade, pinça aspectos tanto da experiência no Rio Grande do Sul, como da experiência em Campinas e no Distrito Federal. Temos um projeto que está hoje em franca implementação.

Gostaria de destacar os números desse projeto. Temos, até agora, 573 Municípios com convênios realizados neste ano e 430 em análise, com algumas pendências ainda por parte dos Municípios. Nesses 573 Municípios, temos 298 mil famílias beneficiadas, com um total de 604 mil crianças de 7 a 14 anos freqüentando a escola, e o valor médio do benefício é R$35,60.

Temos disponíveis para os Srs. Senadores e Srs. Deputados as informações da distribuição desses convênios por Estado e o valor médio do benefício por Estado, que é variável. Por exemplo, em Mato Grosso do Sul, temos quatro convênios num valor médio de R$60,00; o mesmo acontece no Pará. Temos, enfim, cifras variáveis de benefício médio.

Gostaria de destacar alguns aspectos na metodologia desse programa que o fazem extremamente focalizado. Em primeiro lugar, assegurar 100% das crianças na escola não depende apenas de um programa como esse; ele ajuda, mas, como disse, é um problema mais da área de educação. Se não houvesse repetências, já teríamos 100% das crianças na escola, como demonstrei anteriormente com os dados globais de 44 milhões de alunos e 37 milhões de crianças e jovens.

Obviamente, programas como o de ajuda às famílias para que as crianças não trabalhem são realmente importantes para alcançar aqueles percentuais marginais de crianças que ainda estão fora da escola, especialmente se estão focalizados em áreas de pobreza e de trabalho infantil. Lembro que, além desse programa, especificamente gerido pelo Ministério da Educação, o Ministério da Previdência, através da Secretaria da Ação Social, desenvolve o programa de erradicação do trabalho infantil exclusivamente dirigido às zonas da cana-de-açúcar, do carvão e do sisal. Mais de 150 mil crianças foram beneficiadas e retiradas do trabalho infantil, inclusive com um valor de benefício monetário maior do que o do nosso programa.

A vantagem de termos programas como esse, tanto o da Erradicação do Trabalho Infantil como o de Renda Mínima, em relação a programas mais universais, é justamente o grau que conseguimos de focalização do benefício, por meio de alguns mecanismos. O primeiro critério é a identificação dos Municípios de menor renda média, por intermédio de estudos do IBGE. Claro que podemos discutir a metodologia, porque teremos um censo no ano que vem e os dados serão aperfeiçoados, mas o critério é esse, e é um critério objetivo: os Municípios de menor renda são os que têm prioridade no atendimento.

O segundo critério é a parceria com o município, exigindo, inclusive, que o município coloque 50% dos recursos. Isso garante a focalização, porque, na verdade, o prefeito está diretamente envolvido e tem um conhecimento local muito mais apropriado do que teríamos, se tivéssemos a pretensão de gerir um programa desse porte nacionalmente, com uma direção nacional.

Esse é um programa que está estabelecido, está com uma metodologia, o nosso Vice-Governador Beni Veras está aqui. Portanto, é um programa que está montado, com uma massa crítica já bastante razoável. Digo isso, porque se realmente houver a disponibilidade ou a intenção de canalizar recursos para atingir os segmentos mais pobres do País e garantir, ao mesmo tempo, condições para erradicar ainda aqueles percentuais marginais que estão fora da escola, este certamente é um programa que pode ser

bastante melhorado do ponto de vista dos recursos para atingir mais rapidamente os municípios que estavam previstos, os que estão previstos pela lei, atingir três anos, ou mesmo para estabelecer, aumentando os recursos, uma diferente relação entre recursos da União e recursos municipais. Agora estamos numa proporção de 50% a 50%. Essa proporção poderia ser diferente, aumentando o benefício monetário, não é?

O que eu quero destacar é que a grande vantagem desse programa é que ele está montado, pronto, é uma questão apenas de ajuste nos seus parâmetros e temos condições de garantir que realmente o dinheiro chegará na ponta, com condições de auxiliar no processo de universalização da escolaridade.

Obviamente, as Srªs e os Srs. Parlamentares têm conhecimento dos demais programas de atendimento de renda mínima ou de garantia de renda mínima que o Governo Federal implementa, tanto o programa da aposentadoria rural como o programa da Loas, não vou me estender sobre os dados sobre isso, apenas gostaria de destacar como parte do esforço do Governo Federal para atacar o problema da pobreza e o problema da miséria extrema em nosso País.

Mas, certamente, acho que a grande vantagem de um programa como esse é que ele focaliza na criança e está focalizado nas regiões de mais baixa renda, está montado, está com procedimentos estabelecidos e pode facilmente ser ampliado.

Quero agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de prestar esse depoimento e me colocar à disposição de todos. Além disso, o programa pode ser manejado com um caráter mais regional, menos regional, com benefícios diferenciados por região da seca ou não. Enfim, isso é uma coisa que eu acho que a própria metodologia de trabalho do programa permite muita flexibilidade.

Mas, como eu dizia, quero agradecer a oportunidade e me colocar à disposição das Srªs e Srs. Parlamentares, para responder as perguntas que forem necessárias, para esclarecer mais os pontos da minha exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Relator, para a sua exposição e as suas perguntas.

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Ministro Paulo Renato, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores. Sr. Ministro, as questões que tenho a colocar são as seguintes:

Estou plenamente de acordo que uma estratégia de procurar a inserção dos pobres na economia e na sociedade tem de partir realmente de uma focalização das crianças pobres, elas têm de ter nutrição, tratamento e educação necessárias, para que elas possam na sociedade que virá, com a virada do milênio, conviver e competir em condições que não sejam de grande desvantagem com as crianças oriundas das demais escalas de distribuição de renda da população.

Agora, eu queria colocar para V. Exª duas ou três questões ligadas a isso. Em primeiro lugar, quando falamos de criança de zero a 14 anos, temos necessariamente de fazer uma distinção entre crianças de 0 a 3 anos, de 4 a 6 anos e de 7 a 14 anos. Parece claro que, se uma criança de 0 a 7 anos não tiver recebido atenção, nutrição, cuidados e até a pré-educação necessária, quando a acolhermos, aos 7 anos de idade, no sistema regular do ensino fundamental, ela certamente será uma criança que já carrega uma dose muito grande de desvantagem. Isso poderá explicar, inclusive, os altos índices de repetência que ocorrem no ensino fundamental entre as populações pobres.

O que vou propor no meu relatório é um tratamento integral e diferenciado ao problema da criança. Então, para a criança de 0 a 3 anos, temos uma proposta. O que não diz respeito ao Ministério da Educação vai dizer respeito ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado de Ação Social.

Considero que o Ministério da Educação, como responsável pela política nacional de educação, assume a criança aos 4 anos. Estou falando em pré-escola, estou falando de um programa que vamos propor de renda mínima para a família, mas que acolha a criança de 4 a 6 anos. E para que ela possa ser acolhida, não basta um programa de transferência compensatória de renda, ela precisa estar entregue a cuidados educacionais especiais.

Portanto, exponho a V. Exª que nossa idéia – a minha idéia, pelo menos – é destacar um pouco dos recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza para suplementar os recursos do Ministério da Educação, para que ele possa ampliar intensamente uma rede de pré-escolas junto com os municípios para essa população. Não é para toda a população de 0 a 4 anos do País, é para a população de 0 a 4 anos que esteja contida no nível de pobreza ou de indigência. Temos todas as estatísticas, temos a distribuição dessa população para o resto do País. É um programa do qual os municípios terão que participar, mas a liderança do processo, mais uma vez, terá que ser do Governo Fe-

deral, mesmo porque, com o tempo, claro que as outras esferas federativas vão se incorporar nele, mas o **start** tem que ser dado aqui no Ministério da Educação.

Portanto, pergunto: V. Exª concorda com essa colocação para trabalharmos nessa direção? Quer dizer, além desse esforço para o ensino fundamental, um esforço muito grande e intensivo para a pré-escola. Porque a pré-escola será o lugar onde vamos acolher essas crianças, alimentá-las e iniciar o processo de educação e de formação cultural.

Segundo ponto: o Programa da Merenda Escolar, pelos estudos do IPEA, depois do Programa de Material Escolar, é o programa mais bem focalizado de todos os programas sociais em execução pelo Governo Federal. Mas, em conversa com V. Exª, ouvi que os recursos não têm sido suficientes. E ouvimos aqui, em algumas audiências públicas, que o conteúdo dessas merendas às vezes não é o necessário. Sabemos que as crianças na faixa de indigência, ou seja, 10 milhões de crianças, mais ou menos, praticamente só têm acesso a uma refeição razoável na merenda escolar. Então, seria possível pelo menos darmos um tratamento diferenciado para essas crianças nessa faixa? Ou seja, a criança indigente teria a oportunidade de ter uma segunda refeição? E aí entro com a terceira questão, que creio ser fundamental, que é a seguinte: fizemos uma experiência em Minas Gerais, num Governo ao qual servi como Secretário da Fazenda, que foi muito ilustrativa para mim. As crianças pobres freqüentam as escolas no horário normal, quatro horas. Quando elas retornam para casa, não vão encontrar ninguém porque, às vezes, a família é constituída só pela mãe. A mãe está trabalhando fora, porque tem que prover o sustento da família. Essa criança se deseduca nesse processo. Ela é entregue a uma série de influências deseducativas. Então, fizemos um programa muito simples, muito singelo, que é o de educação integral dessas crianças vulneráveis. O que significava? Recolhíamos essas crianças nas diversas escolas e as levávamos para um local. O local, no caso, não era nem um prédio, era um circo, uma tenda que fizemos que não necessitava de investimento. Lá, essas pessoas tinham mais quatro horas de educação, não formal, não curricular. Elas tinham uma outra alimentação, tomavam banho, praticavam atividades recreativas, esportes, eram acompanhadas por psicólogas, assistentes sociais, etc. e, no final da tarde, a Kombi ou a Van levava esses meninos para casa. Eu chamaria isso de educação integral. Por quê? Porque a criança das classes superiores de renda têm oito horas de educação por dia, no mínimo: ela vai ao balé, à ginástica, pratica esporte, etc.. A educação integral é fundamental como condição de inclusão. No mundo que virá, uma criança que tiver só aquelas quatro horas de aula fundamental não vai conseguir competir com a outra. Erradicar a pobreza significa dar condições a essas pessoas para que possam competir com o mínimo de desvantagem. O Ministério da Educação, com sua função de agregar, poderia liderar um processo desse tipo? Pela minha experiência, não será necessário tanto recurso. Eram essas as três questões.

Erradicar a pobreza é, em primeiro lugar, escolher o alvo principal: a população realmente indigente. Segundo alvo: a criança de 0 a 14 anos – dar-lhe condições reais de pleno desenvolvimento humano de 0 a 14 anos, para que depois ela possa seguir por si mesma, sem que a família constituída por ela no futuro necessite de programas compensatórios de transferência de renda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Ministro Paulo Renato Souza.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Muito obrigado, Deputado Roberto Brant. Concordo com suas observações, das quais gostaria de destacar alguns aspectos que me parecem importantes.

Primeiro lugar: a educação infantil de 4 a 6 anos. De fato, o Ministério vem liderando um processo de mudança por meio de dois ou três instrumentos importantes. O primeiro deles: pela primeira vez na história do nosso País, definimos um objetivo pedagógico para a educação infantil com a definição do Referencial Curricular da Educação Infantil Nacional, que não existia. Foi um avanço realmente importante. Hoje, todas as escolas de educação infantil sabem os propósitos pedagógicos que devem ser alcançados em cada etapa – não apenas de 4 a 6 anos, mas de 0 a 6 anos também .

O segundo aspecto é a orientação que estamos dando para a criação de pré-escolas municipais. Há um guia que explica aos Municípios como estabelecer um sistema de aprovação, instalação e credenciamento de creches e pré-escolas.

O terceiro aspecto: a legislação brasileira, especialmente a aprovada na legislatura passada, define muito claramente recursos para a educação infantil. E os recursos não são poucos; são relativamente abundantes.

Se combinarmos o que diz a Emenda nº 14, a Lei do Fundef com o que diz a LDB, chegaremos à conclusão de que, dos 25% que os Municípios devem aplicar em educação, 15%, pelo menos, estão reser-

vados ao ensino fundamental. Mas 10% só podem ser aplicados em educação infantil; não podem ser aplicados em outra coisa. Se o Município quiser ter uma escola técnica, deverá contar com além dos 25%. Dez por cento da arrecadação dos Municípios não é pouco dinheiro. Se considerarmos que há cerca de 34 milhões de alunos no ensino fundamental público e 2,7 milhões de crianças na educação infantil municipal, a proporção, em termos genéricos, de recursos reservados para a educação infantil em relação ao número de crianças é maior do que o que está reservado pelo Fundef à educação fundamental.

É claro que há um problema de distribuição, de eqüidade há Municípios mais ricos com pouca população , mas podíamos pensar num mecanismo que chegasse a essa compensação.

Há o programa do FNDE, que infelizmente está com muito poucos recursos pela queda de arrecadação do salário educação. Em função das ações judiciais, houve uma redução significativa no salário-educação e estamos com poucos recursos para programas como esse. Ainda que o salário-educação seja apenas para o ensino fundamental, os recursos de aplicação podem ser usados na educação infantil. Estamos com poucos recursos, para a educação infantil, para programas justamente como o que V. Exª indica de auxílio aos Municípios para construção, instalação e ampliação das escolas. Muitas vezes, o Município pode manter a pré-escola, mas não tem os recursos para imediatamente investir na construção dela. O mecanismo já existe. A sistemática do FNDE, dos PTA's, prevê como um dos itens o apoio à educação infantil. Isso está pronto. Se tivermos mais recursos novamente, a questão pode ser operacionalizada imediatamente.

Sobre a merenda escolar, estou totalmente de acordo. Com relação às regiões de maior incidência da pobreza e nos momentos de seca, podemos simplesmente aumentar o repasse. Destaco também que neste ano o gasto da União com a merenda escolar foi de mais de R$900 milhões. Trata-se do maior orçamento da história para a merenda escolar. Tivemos, no ano passado, cerca de R$780 milhões, no ano anterior R$600 milhões, no ano anterior R$450 milhões. Nunca tivemos orçamentos tão importantes para a merenda escolar. Por quê? Porque universalizamos, descentralizamos. Segundo, tiramos totalmente essa foi uma iniciativa do Governo do Presidente Fernando Henrique a exigência de adimplência dos municípios no Cadim para o recebimento do dinheiro da merenda escolar. A merenda está fora disso. Os municípios, ainda que tenham outros problemas com o Cadim, recebem o dinheiro da merenda. Terceiro, ampliamos os dias letivos pela LDB, de 180 para 200. Portanto, tivemos que aumentar os recursos da merenda em mais de 10% só por esse fator.

Assim, o orçamento da merenda hoje é o maior da história. Podemos aumentá-lo. Esse é um programa que está focalizado, é um programa que não tem mais os escândalos e a corrupção que havia no passado, em razão das compras centralizadas. A mercadoria é comprada localmente. Muitos municípios já estão inclusive escolarizando a merenda. É só dizer: vamos dar mais uma refeição, que colocamos mais dinheiro e sabemos que isso vai acontecer.

Com relação à educação integral, esse é o assunto justamente do projeto do Deputado Nelson Marchezan, que já foi aprovado, que está sendo implementado hoje, é o Programa de Renda Mínima. Esse projeto vai nessa direção, porque, com relação a essa contribuição de 50% dos municípios, em geral aceitamos que o município gaste esse dinheiro com esse tipo de ação, com o complemento da educação, para que a criança possa desenvolver suas tarefas, para que a criança possa praticar esportes, etc. Assim, isso pode ser focalizado dentro do Programa de Renda Mínima.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Vamos passar a palavra ao primeiro inscrito, Senador Eduardo Suplicy. Vamos ouvir três oradores, Ministro: o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Pedro Simon e o Deputado Félix Mendonça. Depois, V. Exª responderá aos três, a fim de que possamos dinamizar mais a reunião.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TURMA – Sr. Presidente, é sobre a colocação que fez o nosso Relator. Sei que o Ministro revolucionou o ensino e tem atacado todas as frentes, dentro das possibilidades econômicas, e com sucesso. O Relator trouxe o problema do menor que, ao sair da escola, pode deseducar-se, porque fica à mercê de uma série de processos anti-sociais. Isso tem ocorrido, principalmente nos bairros mais pobres. Pergunto se dentro desse processo do menor infrator, do menor abandonado as FEBEMs, com toda essa revolução interna e desgaste para os governadores que se sentem às vezes impossibilitados... Esse é um processo que vem de algum tempo. V. Exª foi governador e sabe o que é isso. Não haveria possibilidade de se adotar uma metodologia educacional voltada para esses menores abandonados, infratores, a fim de tentar recuperá-los? O Deputado Brant

expôs esse assunto com muita capacidade, inteligência e conhecimento. Pergunto a V. Exª se não poderíamos, com relação a esse menor, repito, voltar um pouco para a questão. Sei que os governadores têm lutado para resolver isso. Talvez os programas adotados não tenham alcançado o desejo de realização nesse campo pelos atuais governadores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Ministro responderá logo em seguida à pergunta de V. Exª.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, lembramos que vamos seguir a mesma metodologia das reuniões anteriores. Cinco minutos para formular perguntas e naturalmente dar alguma informação.

Chega neste recinto o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães. Convido S. Exª para tomar assento conosco. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Presidente Antonio Carlos Magalhães, Relator, Deputado Roberto Brant, Ministro Paulo Renato de Souza. Em primeiro lugar, uma observação com relação às suas palavras quando registrou que houve, como era de se esperar, uma queda no número de matriculados do 1º ao 4º, até perguntei ao Deputado Eber se ele também esperaria que houvesse a medida. Gostaria de compreender por que isso soa normal, na medida em que V. Exª mencionou que há 4% de crianças fora da escola. Eu pediria que V. Exª nos informasse exatamente qual o número de crianças de 7 a 14 anos que estão hoje fora da escola, do ensino fundamental. O número preciso e por que haveria de ter uma queda quando há tantas crianças ainda fora da escola ao invés de estar-se aumentando. Não me pareceu natural essa evolução. Quero até informar que, ainda ontem, pela manhã, procurei obter os dados. Aliás, eles chegaram em meu gabinete ontem à tarde. No Simpósio realizado ontem, onde se discutiu o combate à pobreza, mencionei dados os quais eu não dispunha, ainda, de documentação senão no final do dia. Mencionei que o Governo Fernando Henrique havia colocado o Programa de Renda Mínima em prática para apenas cerca de 200 municípios e liberado cerca de cinco e poucos milhões, o que me parecia um número muito modesto. Agora, vejo que esse número aumentou para 573 municípios. Segundo o que está obtido junto ao CIAF, em verdade, dos 54 milhões orçados em 1999, o crédito, o empenho emitido foi da ordem de 31 milhões, mas empenho liquidado até agora são 15 milhões. Empenho a liquidar são 15 milhões. Então, a primeira observação que gostaria de formular é a de que acho importante que finalmente o Programa comece a ser deslanchado, mas me impressiona, Ministro, o quão pouco importante é o Programa no que diz respeito ao total do orçamento da União, à disponibilidade de recursos. Basta assinalar que no ano passado, de juros reais pagos, o Governo brasileiro destinou cinqüenta e poucos bilhões de reais. Para este ano a previsão é de gastar sessenta ou setenta ou 7,5% do PIB em juros reais pagos. Então, que se tenha gasto até agora 15 milhões liquidados e mais 15, é uma quantia extremamente modesta. Assim como também o é a quantia total orçada para o Programa de Renda Mínima associado à educação da ordem de 54 milhões. E se uma das principais conclusões desta Comissão é de justamente recomendar ao Governo que melhore, acelere a implantação de programas que garantam uma renda a todas as famílias que não têm o suficiente, inclusive para que as suas crianças estejam freqüentando a escola, a indagação que gostaria de formular a V. Exª é de que maneira V. Exª, como Ministro da Educação, receberia a sugestão desta Comissão, da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão Mista de Orçamento, no sentido de ampliar significativamente os recursos para que mais rapidamente se expanda por todo o Brasil o Programa de Garantia de Renda Mínima?

Na viagem que fizemos na semana passada a Pernambuco, a Alagoas e a Fortaleza, pudemos observar que os pobres de alguns municípios estão hoje sendo atendidos, como por exemplo no interior de Pernambuco – e não todos em cada município –, pelo PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que define R$50 para uma ou duas crianças freqüentando escola; R$100 para três ou quatro crianças na família freqüentando escola; e até R$150 se forem cinco ou mais crianças naquela família freqüentando escola.

Tivemos a possibilidade de conversar com muitas famílias nessas mesmas cidades e percebemos – algumas mães vieram falar conosco – que o programa não é universal para todas as famílias.

Em Pernambuco, alguns municípios que visitamos têm esse programa, outros não têm o PETI. E os Prefeitos reclamam da escassez de recursos.

Descendo para Alagoas, visitamos São José da Tapera, Jaramataia, Campo Grande, três dos municípios onde a mortalidade é das mais altas. E em nenhum desses municípios está sendo adotado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ou o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Perguntamos à Prefeita de São José da Tapera e aos Prefeitos de Campo Grande e Jaramataia, bem

como ao Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas – o Prefeito de Belo Monte –, a respeito da implantação do programa. Disseram que, em Alagoas, não há sequer a possibilidade, porque não estão podendo arcar mesmo com os 50% que lhes pedem, tal a dificuldade em que se encontram.

A economista Lena Lavinas expôs esse assunto, no ano passado, no simpósio sobre o programa de renda mínima – para qual V. Exª estava convidado. Ela fez um estudo já prevendo que muitos municípios brasileiros, os mais pobres, não teriam a possibilidade de dar a contribuição da contrapartida.

Enquanto alguns municípios hoje têm a possibilidade – nos casos de Campinas e Distrito Federal – de iniciar e de ter no seu orçamento o Programa de Renda Mínima, de forma mais generosa, esses municípios, tais como os que visitamos, não estão podendo. V. Exª até mencionou que estaria o Governo disposto a modificar a proporção, mas isso significaria a necessidade de uma pequena modificação na lei. E o Governo Federal poderia, levando em consideração os recursos de cada município, eventualmente, dar uma contrapartida maior e vice-versa se a condição for outra.

Considero muito importante, Ministro Paulo Renato, que possa V. Exª também nos dizer, dada toda a experiência havida até agora, com respeito à formulação do desenho. Acredito que V. Exª tenha consciência de que o desenho de se prover R$15 vezes o número de criança menos metade da renda familiar **per capita** seja um tamanho de benefício que pouca diferença fará para a qualidade de vida das pessoas, para retirá-las da condição de miséria em que se encontram.

E em que medida estaria o Governo Fernando Henrique Cardoso disposto a considerar, dada a premência tão grande que tem hoje a questão, quando o próprio Presidente do Congresso Nacional e pessoas de todos os partidos formaram uma comissão para dizer que o combate à pobreza será prioritário. Um dos instrumentos hoje consensualmente colocados é o de que o Programa de Renda Mínima, associado à educação, é um passo importante. No entanto, em que medida estaria o Governo pensando em colocar este programa como algo muito mais importante, em termos, inclusive, do desenho do benefício?

Esse desenho de benefício – já concluirei, Sr. Presidente – precisa levar em consideração as questões do estímulo ao trabalho. É preciso que os Ministros do Trabalho e da Fazenda estejam preocupados em universalizar o direito à renda mínima, considerando que todo brasileiro, ainda mais se tiver crianças, precisa ter o mínimo de renda e formas para estar estimulado a trabalhar. E isso não foi ainda considerado.

Os próprios economistas do IPEA que aqui estiveram — primeiro, nenhum, quando perguntado, defendeu a fórmula da Lei 9.533 — não fizeram a reflexão suficiente de outro desenho. A proposta que formulo, já apresentada a V. Exª quando o visitei, é a de que o benefício seja uma proporção: 50% da diferença entre o número de pessoas naquela família multiplicado por meio salário mínimo, menos a renda familiar.

Eu a apresentei no dia seguinte àquele em que foi sancionada a Lei 9.533. O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos, já tendo o Senador Ney Suassuna dado parecer favorável. Agradeço se V. Exª puder opinar a respeito, porque a lei até autoriza o Governo a acelerar muito mais.

Nós gostaríamos de propor que seja ampliado o que está previsto no orçamento do ano que vem e no orçamento dos quatro anos para o projeto, mas com possibilidades de universalizar esse direito muito mais rapidamente para todas as famílias brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, lamento pedir novamente que V. Exª conclua, a fim de que tenhamos condições de ouvir todos os inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Para compensar o tempo usado pelo Senador Eduado Suplicy, serei muito sintético. Não há como deixar de reconhecer que o trabalho de V. Exª nesses dois governos – o primeiro e o atual – tem merecido o respeito e a credibilidade de todos nós. É claro que há dificuldades imensas, desde as que se relacionam com a faixa de crianças de 0 a 4 anos – quando praticamente se forma o cérebro –, para a qual há muito poucos programa, até as que dizem respeito às universidades, principalmente as federais, a começar pela do Rio Grande do Sul, que vive a angústia de, pela primeira vez, em sua história, ver seus professores catedráticos demitirem-se para lecionar na URB, na Pontifícia Universidade Católica, tal a diferença de vencimentos existente.

Todas as vezes em que falamos, em qualquer campanha, preocupados com a pobreza, ilustre Ministro, sempre afirmamos, em primeiro lugar, que qualquer projeto ou proposta da sociedade que se queira fazer no sentido de avançar, de desenvolver e de crescer tem que começar pela educação. Jamais

se pode – usam-se todos os argumentos, imaginar que um país cresça preocupando-se apenas em distribuir a renda, em melhorar as condições econômicas da sociedade, se a mocidade, os estudantes não tiverem cultura, educação e não estiverem preparados nesse sentido.

Quando a Alemanha e o Japão saíram destroçados, a forma pela qual se recuperaram foi exatamente via educação; as suas crianças tiveram planos totalmente voltados para a educação. Até que ponto temos, ilustre Ministro, dificuldades inerentes à educação brasileira, que, ao longo do tempo, não desempenha a sua missão como devia. Muitos dos pontos V. Exª está levando adiante no sentido de melhorá-las. E até que ponto deveríamos ter algo a mais, que seria não apenas olhar para a educação classicamente, já que estamos aqui numa Comissão preocupada com pobreza. Pois o que é necessário para que uma criança possa ter educação: alimento mínimo, condições indispensáveis de manutenção. E o que poderíamos fazer, qual é a sugestão, o que V. Exª gostaria que esta Comissão propusesse ao final para que o Governo pudesse adotar?

De mais, o meu carinho, a minha admiração e amizade sempre permanente e o respeito ao prezado amigo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Deputado Felix Mendonça, após as perguntas do Deputado ouviremos as respostas do Ministro Paulo Renato.

O SR. FELIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente do Congresso, Sr. Relator Roberto Brant, meus companheiros.

Sr. Ministro, é consenso geral de todos os debatedores que estiveram aqui, por sinal os mais ilustres, da área econômica e social, que a educação, na verdade, é a grande alavanca do desenvolvimento e meio para o vencimento da pobreza. Não só porque é investimento a um tempo, mas pode ser também transferência, como está acontecendo nos programas expostos por V. Exª. A Emenda nº14 tem sido de grande valia, pois sentimos os prefeitos buscando os alunos nas escolas. Hoje há uma disputa pelo aluno em cada Município. O Fundef e a merenda escolar são outros programas importantes

Quero fulcrar o problema na renda mínima. V. Exª enfatizou o crescimento de 573 Municípios hoje atendidos com a participação do Município e 430 já em andamento. Na verdade, a minha preocupação – quando o Deputado Roberto Brant falou – é com os alunos que estão na escola, a universalidade para o segundo grau que V. Exª busca e já a grande parcela de participação dos alunos no ensino primário. Os alunos de quatro a seis anos, que o Deputado Roberto Brant fez menção no pré-escolar. Mas o problema diria que seria de zero a quatro anos.

Se o Ministério de V. Exª, que tem uma abrangência muito grande, uma integração com os Estados e com os Municípios, pudesse participar de um programa de renda mínima de tal forma que esses recursos chegassem às famílias – como proposto aqui – pobres, que estão abaixo do nível de pobreza ou mesmo na indigência. Isto é, não só levando o aluno à escola mas também verificando aqueles que têm filhos entre zero e quatro anos e fornecendo uma renda mínima para esta família. De tal forma que fôssemos práticos em fazer constar no Relatório do Brant os recursos, para que se fossem canalizados imediatamente, talvez o Ministério de V. Exª fosse o mais apropriado.

É dentro desse princípio que sentimos que é importante não só a aplicação de recursos em educação como também a coerência. V. Exª visitou uma das regiões mais pobres do meu Estado, acompanhado da primeira dama, a Cidade de Paripiranga, e pôde ver o esforço de toda a comunidade no sentido de erradicar a pobreza, embora estivesse centrada lá uma da cidades mais pobres da Bahia, atravessando a região cacaueira, na borda da região, e V. Exª viu que a participação é integral Nesse sentido de coerência, que é buscada por nós, mas queria ouvir de V. Exª qual seria a forma em que participássemos intensamente desse programa. A região do cacau é uma região que sofreu uma praga terrível, essa que V. Exª visitou, e as populações carentes estão mais sofridas do que o normal. Se, como fizeram para a região canavieira, pudessem fazer também um estudo específico para a região, no sentido de atendermos a essa população, esses operários que saíram das fazendas e ocuparam as periferias das cidades lá da região, e também para outras grandes cidades, no sentido de termos também um programa específico para essa região, já voltado para a pobreza, nessa situação. Eram essas as nossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Ministro Paulo Renato para as respostas.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Obrigado. Quero só agradecer a presença do Presidente Antonio Carlos Magalhães, que tem que se retirar agora. Mas gostaria de me referir às questões formuladas inicialmente pelo Senador Romeu Tuma em relação à questão da violência, à questão de como fazer a escola participar do esforço de integração da juventude na vida social. Acho, Senador, que hoje temos condi-

ções, apesar da violência juvenil não ser originada na escola, a violência invade a escola. E temos uma situação, como tivemos recentemente no Rio de Janeiro, escolas fechadas à noite, problemas de crimes praticados dentro das escolas, não é? Em Campinas, recentemente, uma situação muito grave. Não é um problema, devemos reconhecer, apenas do nosso país, é um problema que está crescendo, especialmente nas grandes cidades e em todo mundo, e já há um certo tempo, no nosso país é que o fenômeno é mais recente.

Obviamente, não é um problema que a escola possa resolver por si só, e a solução não está em colocar o policiamento dentro da escola ou fazer a revista dos jovens na entrada da escola ou colocar detentor de metal ou coisa no estilo. É claro que algum tipo de policiamento ostensivo externo na escola, aumentar, isso é muito importante, para criar as condições de segurança geral no bairro, especialmente na proximidade da escola. Mas a escola pode dar uma contribuição muito importante se ela se organizar para proporcionar atividades de integração para os jovens, a integração na área esportiva, na área cultural, nas gincanas, acho que isso está na mão da escola fazer. Hoje temos associações de pais e mestres na grande maioria das escolas urbanas, mais de 70 mil associações de pais e mestres.

Eu, na minha juventude, com 13, 14 anos de idade, dirigia grêmio esportivo, participei de grêmio literário dentro da escola. Acho que essas coisas não custam dinheiro, é muito mais uma questão da escola se mobilizar, buscar o apoio das pequenas empresas do bairro e com isso ela vai poder patrocinar a sua gincana, o seu campeonato, a sua atividade esportiva que leva à integração. Acho que é preciso distencionar o ambiente dentro da escola, e a linha que recomendamos está inclusive dentro do que definimos como parâmetros curriculares nacionais, está justamente essa orientação, e é o que temos procurado dar ,em qualquer oportunidade, como orientação para as escolas atuarem nesse sentido.

Senador Eduardo Suplicy, a questão da primeira à quarta série é simplesmente matemática. O número de alunos de primeira à quarta série é um estoque que é resultado de dois fluxos, um de entrada e um de saída; entrada das crianças de 7 anos no primeiro grau e saída das crianças para a quinta série. Não é isso? Vou lhe dar dois ou três dados que são realmente impactantes, como já mencionei. Como disse, temos 44 milhões de matrículas, entre ensino fundamental e ensino médio, e apenas 37 milhões de crianças e jovens de 7 a 17 anos. Então, se tivéssemos 100% das crianças, e teremos algum dia, e jovens na escola e na idade certa, teríamos 7 milhões a menos de alunos. A tendência vai ser que o número de alunos nas primeiras séries diminua, realmente, e vá aumentando nas séries seguintes, como está acontecendo. No ano passado – não nos últimos quatro anos -, caiu 1.5% e cresceu 4,8% na 5ª e 8ª séries e cresceu 11,5% no segundo grau. Em relação à 1ª e à 4ª séries, o número de alunos – quando falamos de 1ª a 4ª Série, estamos falando de crianças de 7 a 10 anos – é 60% superior ao número de crianças.

Então, no dia em que nós tivermos acertado a idade-série, de 1ª a 4ª série, teremos 60% a menos de alunos, e com todas as crianças na escola.

Essa proporção de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, obviamente, é maior na faixa de 11 a 14 e menor na faixa de 7 a 10 anos. Na faixa de 7 a 10 anos, a proporção deve ser entre 2% e 3%. Entretanto, há 60% a mais de alunos. Portanto, nós poderíamos absorver esses 2% ou 3% e ainda, se tivermos acertado a idade-série, haverá cinqüenta e tantos por cento a menos de alunos, atingindo o total de 100% das crianças na escola. Então temos hoje o problema de acertar o fluxo, acertar o passo, acertar a relação idade/série no ensino fundamental.

Sobre a questão de pouco recurso para o Programa de Renda Mínima, obviamente, como eu já disse na minha exposição, eu gostaria de dizer que o Programa de Renda Mínima hoje está estabelecido, já ganhou uma dimensão razoável, que não é uma dimensão piloto; para continuar crescendo. Ele pode continuar crescendo de várias maneiras: ele pode continuar crescendo acelerando a incorporação de novos municípios; ele pode continuar crescendo mudando a relação contribuição federal/contribuição municipal e, portanto, isso aumentaria o benefício, claramente.

Se a Comissão for identificar recursos adicionais para o Programa de Combate à Pobreza, o Programa de Renda Mínima é um dos candidatos a receber e canalizar, de maneira muito adequada, esses recursos adicionais.

Sobre o tema dos municípios que eventualmente não estão no Programa de Renda Mínima por falta de recursos em contrapartida, eu gostaria de dizer que acho difícil que exista essa situação, dada a flexibilidade da legislação para o cálculo do aporte municipal. Nós aceitamos que o município inclua no cálculo do aporte municipal programas de apoio ao estudante, como eu disse, programas que têm realmente um custo financeiro, um desembolso financeiro do município. Houve a crítica, que considero equivocada, no

sentido de entender que nós estaríamos exigindo a contrapartida dos municípios em recursos financeiros. Não se trata disso. A lei, justamente, proporcionou a condição de que nós tratássemos a contribuição do município como uma contribuição em programas sociais do município. Portanto, ali há uma definição específica dos programas

Em geral – a Drª Sônia está aqui e pode dar um testemunho –, o que tem havido da parte dos municípios que se acercam ao programa é a falta do interesse, ou a falta de possibilidade de organização do município, para levar adiante o programa, que não pode ser, simplesmente, um programa de repasse de dinheiro para o município. Ele tem que exigir os critérios para a distribuição de recursos, e o dinheiro não passa pela Prefeitura; vai direto para família.

Então, muitas vezes essas condições têm levado os prefeitos a não terem tanto entusiasmo com a assinatura de convênio nesse sentido.

Quanto à formulação do benefício, posso dizer que está prevista na lei. Apesar de o valor do benefício ser relativamente baixo, quero dizer que do ponto de vista das famílias nós temos algumas avaliações extremamente positivas. Como o programa começou este ano, não fizemos ainda – pretendemos fazer, ano que vem, uma avaliação sistemática, convidando uma universidade para realizar o estudo do impacto sobre a renda daquelas pessoas. Contudo, a avaliação – um pouco de retorno do trabalho feito – é muito positiva no sentido de que um benefício dessa ordem está causando um impacto positivo nessas regiões, nessas famílias.

Como eu disse, podemos discutir outra fórmula. A meu ver, a própria lei fixou a fórmula, mas essa é uma questão que está nas mãos dos Senadores ou dos Deputados, a quem cabe propor modificações. De nossa parte, poderemos analisá-las, verificar o impacto financeiro, econômico e social de formas alternativas. Penso que, ao simplesmente mantermos a fórmula atual, mudando a relação entre a participação da União e a dos municípios, já teremos um ganho significativo no benefício monetário, porque a contribuição da União é totalmente monetária.

Insisto, porém, que a questão é orçamentária, e não de desejo, de vontade. Desejo e vontade nós temos; o problema todo é realmente viabilizar os recursos. Acho que esta Comissão, juntamente com a Comissão de Orçamento, poderá caminhar nessa direção e proporcionar os recursos suficientes para que possamos ampliar e melhorar o programa.

O Senador Pedro Simon fez algumas observações.

Eu gostaria apenas de destacar que, quanto à referência feita pelo Senador sobre a questão da demissão de professores na Federal do Rio Grande do Sul, não me consta que esteja havendo demissão de professores ativos. Está havendo é migração de aposentados. A pessoa se aposenta na Federal e vai trabalhar – este é o caso. Até porque, apesar de os salários imediatos poderem ser mais altos nesta ou naquela universidade particular, o benefício de perceber aposentadoria integral tem atraído muitos professores para que permaneçam na universidade pública.

Deputado Felix Mendonça, apenas respondendo brevemente, estou totalmente aberto, como disse ao nosso Relator, Roberto Brant, a qualquer solicitação, e podemos atuar não apenas de 4 a 6, mas também de 0 a 3, podemos também canalizar recursos, mesmo porque a própria LDB transfere, a partir do ano que vem, para o Ministério da Educação a responsabilidade da supervisão das creches de 0 a 3. Portanto, a partir do ano que vem, teremos também essa responsabilidade de supervisão das creches, que passam a estar incluídas no sistema educacional, e não apenas, como até agora, como ações meramente assistenciais.

Essa é a forma prática de se atingir imediatamente uma área bem empobrecida, a qual a renda mínima já atinge hoje.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como ouvimos dos prefeitos das cidades que visitamos alguns argumentos de que não teriam o suficiente para a contrapartida, gostaria de me colocar à disposição, até como membro do Comitê Assessor de Gestão do Programa de Renda Mínima, para telefonar aos prefeitos e verificar as dificuldades, pelo menos no caso dos municípios de Alagoas, onde, inclusive, conversamos com o Presidente da União dos Prefeitos dos Municípios de Alagoas, o Prefeito de Belo Monte, Sr. Avânio Feitosa, bem como com os prefeitos de São José da Tapera, de Campo Grande e de Jaramataia. Nesses quatro municípios, pelo menos, não havia a aplicação do programa de renda mínima, por circunstâncias locais diversas, em que pese fossem municípios onde o problema da pobreza é intensíssimo.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Em geral, da Drª Sônia Moreira, que coordena o programa, informa que conseguimos com os municípios mais pobres estabelecer um esquema pelo qual eles não têm qualquer desembolso adicional. E, mesmo assim, alguns desses Municípios não se interessaram. Se V. Exª

pudesse encaminhar os nomes, juntamente com a Drª Sônia, vamos examinar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Faço questão até de telefonar para cada Prefeito e dizer o que a Sônia e o Ministro Paulo Renato estão me informando.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Temos três convênios assinados em Alagoas, em Inhapi, Ouro Branco e Traipu.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Passamos perto das três cidades, mas não foram as que visitamos. Creio que o Prefeito de Traipu, se não me engano, estava no encontro que tivemos.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – O Prefeito de Traipu assinou. O custo total do programa é de R$965 mil; benefício médio, R$38,00; número famílias, 2000.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me, então, Sr. Ministro, uma breve reflexão sobre a questão do desenho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, eu gostaria de fazer uma sugestão logo após a intervenção dos demais.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se V. Exª me permite, ficarei por último só para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente, para concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vou pedir uma breve licença porque tenho de estar na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente. Todos os Deputados e Senadores estão participando simultaneamente de duas ou três Comissões.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nós temos que ser dois, três hoje. Eu gostaria, sem prejuízo dos demais, voltar ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Sr. Ministro, acompanhei a Comissão nas visitas aos Municípios de Pernambuco e de Alagoas. Devo dizer a V. Exª que tive uma grande satisfação, porque, em muito do que foi realizado no MEC, fui seu parceiro dedicado como Secretário de Educação no meu Estado. O que mais nos impressionou é que, se há algo visível na área social, é a educação. Encontramos escolas muito bem construídas dentro do padrão do Projeto Nordeste. Não vimos mais nenhuma conversa de professor ganhando R$30,00, R$40,00 ou R$50,00. Enfim, era visível a nossa satisfação com o que vimos.

Temos também, Sr. Ministro, algumas preocupações que eu gostaria de trazer a V. Exª. Fico feliz em ver V. Exª falar em distorção e idade-série. Lamento dizer que também fiquei triste. Dez entre dez crianças as quais perguntei qual série cursavam tinham distorção idade-série. As respostas eram: tenho 14, estou na 1ª série; tenho 12, estou na 1ª série; tenho 15, estou na 2ª série. No sistema tradicional, em que levamos 12 anos para fazer aquilo que deveríamos fazer em 8 anos, essas crianças chegarão aos 24 anos para completarem a 8ª série. Portanto, quero dizer a V. Exª que, ou nós temos a coragem de ter um grande programa de correção de fluxo a aceleração nasceu no meu Estado, depois V. Exª adotou pelo MEC e está espalhado em vários Estados brasileiros ou, então, nem o Fundef vai trazer os seus efeitos. Essa distorção é que está impedindo que o sistema abra, como V. Exª bem assinalou.

Peço licença a V. Exª porque, daqui a cinco minutos, vou para a Comissão de Educação a fim de lutar para que a proposta do MEC de mais recursos para o Programa de Aceleração de Estudos seja acolhida pela Comissão de Educação. Portanto, é difícil para nós concordarmos que, apesar de todos os esforços feitos pelo Ministério, por cada um de nós individualmente, a correção de fluxo é que continua segurando a melhoria da qualidade do ensino, principalmente nas zonas mais pobres do País.

Com relação à renda mínima, Sr. Ministro, o Senador Eduardo Suplicy expôs, de forma muito clara, que encontramos prefeitos dizendo que não se interessam pelo programa porque o benefício do aluno seria de R$7,50 por mês; R$15,00, ele entraria com 50% na verdade, ele entraria com bens ou serviços e o aluno terminaria recebendo R$7,50 de benefício. Essa é uma questão que eu gostaria de ver esclarecida porque foi uma informação que, de alguma forma, nos chocou a todos.

Com relação à renda mínima, o meu Estado está sendo muito bem beneficiado aqui, Sr. Ministro. Vejo que há um município que acabará recebendo anualmente pela renda mínima, o que ele recebe, por mês, do Fundef, o que é realmente um volume de recursos considerável, mas temo que a qualidade da escola rural que temos não dê ao aluno beneficiado pela renda mínima nenhuma possibilidade de crescer como ser humano. Ele vai receber o recurso, mas vai chegar a uma escola muito pobre do ponto de vista didático, do ponto de vista do ensino e do aprendizado.

Quero então fazer uma sugestão a V. Exª: que todas as escolas da Escola Ativa, que é um dos melhores programas que o Ministério da Educação tem para o Nordeste e, agora, para o Centro-Oeste e o Norte, no ensino rural, pouco divulgado – convoco o Dr. Emílio para fazer uma exposição na Comissão de

Educação sobre ela, porque o Brasil precisa conhecer essa experiência exitosa, que, mais uma vez, surgiu no meu Estado, o Maranhão –, deveriam ser beneficiadas, por indução do próprio MEC, com o Programa de Renda Mínima, porque elas têm um padrão de qualidade muito bom. As experiências têm mostrado. Ao invés de esperar a demanda, no caso da Escola Ativa o próprio MEC fomentaria essa demanda, porque, tenho certeza, haveria um efeito demonstração. Renda mínima de um lado, mas uma boa escola complementando a idéia do Ministério.

Eram estas as observações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria felicitar o Ministro pela sua intervenção. Não só por ela, mas também pelas modificações e pelo tratamento que S. Exª está dando à educação brasileira, que significa uma correção de rumos absolutamente necessária para responder à idéia que se tem da educação como um processo global de inclusão.

Eu queria saudar também a Drª Sônia, que é encarregada do Programa de Renda Mínima. Queria felicitá-los por esse programa que começou tão recentemente, é novo e não estava inserido nos planos propriamente da educação. Talvez esse seja o fato mais importante: a idéia de juntar a educação com o social. Houve, no Brasil, sempre, uma grande diferença: o professor dava educação e a área social fazia assistencialismo. O resumo da história é que tínhamos a escola, com matrícula, com professores, de um lado e, ao final, tínhamos evasão, crianças na rua, com as classes e as escolas disponíveis, sem ser aproveitadas.

A idéia de tentar tratar diferentemente as crianças que são diferentes tem se constituído, recentemente, na melhor experiência para fazer da educação um projeto de inclusão social; tratar diferentemente as crianças que são diferentes, assistindo aquelas que, se não forem assistidas, qualquer que seja o programa, não terão aproveitamento na escola. Serão as que estarão repetindo, as que evadem e as que não estão na escola.

O Ministro Paulo Renato teve a delicadeza de citar uma experiência que fiz, na década de 70, como Secretário do Trabalho, identificando exatamente esses problemas e fazendo com que as crianças fossem assistidas. Elas passaram então a freqüentar a escola, com aproveitamento.

Sr. Ministro, estou me apressando porque o Presidente, além de ser duro no cumprimento do Regimento, é mais duro com os Deputados. Com os Senadores ele é mais folgado.

Eu queria, inicialmente, passar às mãos do Relator o relatório do Plano Nacional de Educação, que, aliás, vem exatamente da observação do Sr. Ministro. A Lei de Diretrizes e Bases e o próprio plano decenal dão um tratamento diferente, hoje, a uma creche de 0 a 3 anos, à pré-escola de 4 a 6 e, depois, de 7 a 14, ao ensino fundamental.

A inclusão social da criança, acabando com a contribuição para o analfabetismo, pode ser feita na linha do programa de erradicação.

Eu gostaria, Sr. Ministro, de fazer uma observação. Aqui no programa, nos dados distribuídos, não vi as crianças de 0 a 14 anos assistidas. A Lei nº 9.533 determina que essas crianças também sejam incluídas no programa de assistência. Então eu queria fazer essa observação. Acho que o número de pessoas atingidas talvez seja maior as já atendidas e maior a proteção, porque o programa prevê isso dentro dessa idéia global.

Queria também, Sr. Ministro, colocar, no rumo que V. Exª fala, que, através do Projeto de Lei nº 1.288, estou recuperando o projeto original. O Senador Eduardo Suplicy sabe que, para aprovar o programa de renda mínima para a educação na Câmara, tive que negociar, tive que fazer negociações. A área econômica e outras áreas do Governo eram profundamente duras nesse sentido. Então tivemos que reduzir de 30 para 15 o **per capita** e de 70 para 50 a participação da União. Nesse projeto estamos recuperando isso, e o meu argumento é exatamente esse: se o programa de assistência social da Drª Vanda dá R$50 ou até R$100, como acabou dizendo o Senador, para uma família, eu fui coligir isso; por que nesse outro programa não se poderia fazê-lo também? Então esse é o argumento que me parece não respondido. Consegui a adesão dos Srs. Líderes, e esse projeto deve entrar com urgência nos próximos dias na Câmara para corrigir esse aspecto da participação da União.

Outra questão que queria também noticiar aqui e pedir talvez a adesão do Sr. Ministro e desta Comissão, é que no ano passado, sem que existisse essa Comissão, nós duplicamos os recursos da área do programa de Renda Mínima. Eram apenas 54 e passamos para 100, graças ao apoio da Comissão de Seguridade Social da Câmara e da Comissão de Educação. Pois bem, dado ao que acho um grande sucesso do programa de renda mínima, porque ele foi

implantado, e dado o trabalho que essa Comissão vem fazendo, vislumbrei a possibilidade não só de fazer aquela emenda que eu iria fazer normalmente, mas de fazer uma emenda ao PPA e ao Orçamento. No Orçamento pondo uma verba de R$1 bilhão para tentar atender 10 milhões de crianças e no PPA uma emenda de R$5 bilhões para os próximos quatro anos na idéia de atender, evidentemente chegar a 15 milhões de crianças nos próximos anos.

E também, um assunto que eu iria abordar depois, é a idéia do Relator, porque há algumas questões que, embora emenda constitucional, se pudermos pôr no Orçamento agora, já asseguraríamos esses recursos e poderíamos fazer esse programa ser realmente um grande programa, abrangente nacionalmente, fazendo realmente a década, sim, da revolução da educação brasileira, pondo todas as crianças na escola, acabando com a evasão, com a repetência e com o analfabetismo, e fazendo, aí sim... E o Ministro citou muito bem, e está bem informado, que se disse aqui que, se mexermos no salário mínimo, se mexermos no desemprego, reduzir, essas coisas têm uma incidência na redução da pobreza, mas o que mexe mesmo, o que faz a revolução é a educação. E eu tenho citado aqui nessa Comissão o trabalho da Faculdade de Ciências Estatísticas do Rio de Janeiro nos bairros do Rio de Janeiro, que constatou que, se você modernizar um bairro, botar um posto de saúde, botar tudo lá, não acontece nada de salário, mas se mexer, se pegar a educação, mexe no salário sim, ergue o salário, aumenta a participação e faz a mobilização

Então acho que estamos aqui com um Ministro, que por conduzir tão bem uma pasta importantíssima, por ter a influência que tem no Governo e tudo mais, quer dizer, eu acho que poderíamos dar um reforço orçamentário profundo nesse sentido...E evidente que as minhas perguntas são nesse sentido, Ministro. Acho que o Ministério da Educação tem agora toda a condição, e acho que essa Comissão, porque ouvi do Relator...Eu não conhecia nada das idéias que o Sr. Relator expôs aqui hoje, e gostei até muito de ouvi-las. Acho que na medida em que casarmos isso tudo, teremos meio caminho andado e, como disse o Ministro, temos programas que, pela experiência de Campinas, de Brasília, agora do Ministério e por outras experiências, não pela minha, a minha só vale para o projeto, mas foi a que me levou a fazer esse projeto, e aqui tinha o projeto do Deputado Chico Vigilante no mesmo sentido, o projeto do Pedro Wilson no mesmo sentido, aqui no Senado tinham os projetos dos Senadores Renan Calheiros e Ney Suassuna, e o projeto maior, que está na Câmara, do Senador Eduardo Suplicy, embora o projeto de S. Exª tivesse um outro sentido e o do Senador José Roberto Arruda.

E, lá na Câmara, há o do Franco Montoro, que chegou depois, e o de outros Deputados. Mas o projeto do Senador Eduardo Suplicy era abrangente e não tratava de educação.

Ministro, aliás, devo confessar publicamente que o Senador Eduardo Suplicy, sem querer, deu uma grande ajuda para aprovar esse projeto.

S. Exª levou à presença do Presidente Fernando Henrique um **expert** mundial em matéria de renda mínima, e esse **expert** falou sobre o rumo do nosso projeto, tratando de educação. Então, S. Exª o fez querendo. Fico muito feliz.

Aliás, no que diz respeito à renda mínima global, quero sempre render as minhas homenagens ao Senador Eduardo Suplicy. Contudo, S. Exª não teve, como eu, a oportunidade de ser Secretário do Trabalho de Assuntos Sociais e de lidar com a pobreza e ver a evasão. Daí a experiência.

Mas, Ministro, o que eu queria, no fundo, era fazer essa grande provocação. Ministro, V. Exª já deu um grande avanço em matéria de educação. Há o programa Toda Criança na Escola, mas, com o Programa de Renda Mínima, poderemos, em dez anos, acabar com o analfabetismo e com o problema da criança fora da escola. Podemos estabelecer 10, 12 ou 8 anos de escola mínima para a educação. Penso que o que V. Exª está precisando é, realmente, desta Comissão e de verbas substanciais objetivas nesse sentido.

Eu queria não só contar com a sua manifesta adesão, mas também com o comando de V. Exª na condução desse processo. Penso que a sua presença aqui serve para nos ajudar na elaboração desse relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, alertando que hoje o Deputado Federal Nelson Marchezan bateu o recorde, inclusive com relação ao Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. MARINA SILVA – Ministro, não vou repetir as afirmações feitas pelo Senador Eduardo Suplicy no que se refere à realidade que encontramos no Nordeste.

Mas podemos observar um fato que foi bastante significativo. No atendimento às crianças carentes, além das razões que o Senador Eduardo Suplicy abordou, há o problema da distância das escolas, e se tenta superar essa distância a partir do transporte

escolar. O transporte é alugado, as crianças são transportadas geralmente em carros inadequados, e os prefeitos estão pagando de R$15 mil a R$19 mil por mês por esse transporte.

Penso que essa é uma saída de receitas da prefeitura que não se constituiu em um patrimônio para a prefeitura. Deveria haver um meio pelo qual essas prefeituras pudessem ficar com esse patrimônio, oferecendo transporte adequado e não aqueles caminhões de carroceria com bancos, em que as crianças, além de enfrentar chuva e poeira, chegam completamente exaustas nas escolas.

Um outro aspecto sobre o qual eu gostaria de tecer comentários é a diminuição do salário-educação. Esse salário está vinculado à folha de pagamentos, ao contrato de funcionários nas empresas, não é isso? Com o aumento do desemprego, é lógico... Não é isso? Qual é, então, a razão...

O SR. PAULO RENATO SOUZA – É uma indústria de ações judiciais. Há 17 mil ações judiciais contra o salário-educação. A arrecadação vinha crescendo. O emprego formal diminuiu um pouco, mas voltou a se recuperar. O problema são as ações judiciais. Como eu disse, há mais de 17 mil ações judiciais, e dezenas de empresas estão contrárias a cada uma delas. Há poucos procuradores para nos defender. Estamos ganhando as ações em segunda e terceira instâncias, mas há uma tendência de os juízes concederem liminares. Ao se conceder liminar, deixa-se de pagar. Já tenho dito que considero essa ação impatriótica por parte das empresas, que podem impetrar a ação se consideram que a legislação está inadequada. Mas que não peçam a liminar! Vamos chegar ao final da ação para vermos o resultado!

Essa é a causa principal.

A SRA. MARINA SILVA – Não tem a ver com o desemprego?

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Não.

A SRA. MARINA SILVA – Um outro aspecto também é com relação ao ensino básico, que, no caso da proposta aprovada na Constituição de 88, seria uma prioridade, uma obrigação do Estado.

No processo de votação da LDB aqui no Congresso Nacional, essa discussão foi bastante polêmica, inclusive foi acompanhada pelo Ministério de V. Exª. O ensino básico ficou fora do Fundef e agora nós estamos com esse programa ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que irá alocar recursos para as ações do ensino médio. Só que essa estrutura que será montada ficará, daqui a mais ou menos três anos, na mão do Estado. Como é que o Estado pretende prover a continuidade desse processo, desse programa, na medida em que teremos toda a implementação da programação; a manutenção dos equipamentos adquiridos, enfim, para que realmente se tenha como prioridade o ensino médio, já que, segundo dados do IPEA, que foram colocados até por V. Exª, a educação se constitui num dos melhores instrumentos de inclusão social? E, ao pensar em inclusão social, temos que pensar nos nossos jovens principalmente, que teriam no processo educativo a possibilidade de ascender socialmente e de serem incluídos.

Uma outra observação que faço, Sr. Ministro, é que nesses municípios mais pobres, mencionados pelo Senador Eduardo Suplicy, realmente as prefeituras alegaram que essa questão da contrapartida se constituiu em impedimento para que eles tivessem acesso a esse benefício. Gostaria de saber se há, da parte do Ministério, a preocupação de fazer o recrutamento dessas prefeituras e, inclusive, de orientá-las diretamente com relação a essas modalidades de contrapartida que não se constituiriam exatamente naquilo que eles estão pensando e que nos colocaram. Isso porque, realmente, o fato de não ser dinheiro para a prefeitura pode levar a um desinteresse, mas o benefício é altamente significativo, inclusive no Nordeste. Na lavoura e colheita de tabaco, as crianças até 14 anos foram proibidas agora de trabalhar, o que gerou uma grande reclamação por parte das mães, que não têm condições de dar conta da família sozinhas trabalhando na lavoura de tabaco. Como foi proibido o trabalho das crianças e não é apresentada uma outra alternativa, o que nós observamos e os relatos que tivemos foi que pessoas estão distribuindo chá de capim-santo no almoço e no jantar para não dormirem com fome. Uma situação realmente dramática!

Espero que esse recurso, esse benefício possa ser levado até as crianças, para que as mães possam colocá-las nas escolas e não passarem pelas dificuldades que estão passando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Ministro, para responder aos três últimos inscritos.

O SR. PAULO RENATO DE SOUZA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Gastão Vieira falou da qualidade da escola e mencionou justamente o Programa Escola Ativa como um programa de escola rural adequado, que está melhorando a qualidade da educação em todo o interior do Nordeste e que, agora, vai se estender. Estou totalmente de acordo. Não tenho outras observações a fazer e justamente acho que a solução

é continuarmos a implementação de programas como o da Escola Ativa para que, ao levar a criança para a escola, ao dar o benefício da bolsa ou da renda mínima, possamos, realmente, ganhar em termos de qualidade na educação.

O Deputado Nelson Marchezan referiu-se basicamente ao benefício, não é? E informa que já tem projeto de lei com um novo cálculo, uma nova fórmula para calcular o benefício e fazê-lo compatível com o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil. Acho extremamente adequado e acho oportuno que o assunto seja debatido juntamente com o Relator desta Comissão para que possamos estabelecer a vinculação de recursos ou a identificação de recursos necessários para, eventualmente, a ampliação do programa. Penso ser ambiciosa, mas extremamente importante, a sua meta de ter no Orçamento do ano que vem R$1 bilhão. Eu quero dizer que o Ministério da Educação agradece se isto for aprovado pelo Congresso e podem estar certos de que nós usaremos e investiremos muito bem esse dinheiro.

O SR. NELSON MARCHEZAN – E use de influência para nos ajudar a aprovar.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Nobre Senadora Marina Silva, a questão do transporte escolar é um dos problemas mais sérios que temos hoje, porque parece-me que muitos municípios vêm promovendo, corretamente, a política de nucleação de escolas, tratando de eliminar aquelas escolinhas de 4 ou 5 alunos que, muitas vezes, funcionam na casa dos professores e trazendo esses alunos para um convívio social. Porque a escola tem, também, a função de socialização da criança, trazendo-a para núcleos maiores. Isto coloca o problema na questão do transporte escolar. Infelizmente, investimos cerca de R$70 milhões financiando prefeituras para aquisição de ônibus – exatamente isto – ônibus próprios com uma contribuição de R$50 mil para cada um. Este ano nós estamos com apenas R$8 milhões no Orçamento. Por quê? Por causa da queda do salário-educação; a diminuição da arrecadação apenas para o Governo Federal é de quase R$200 milhões neste ano. Os Srs. e as Srªs Parlamentares podem imaginar o benefício que teríamos para aumentar verba para educação infantil, para transporte escolar e para aceleração escolar.

Com relação ao problema das ações, nós, em geral, estamos perdendo as liminares na primeira instância, mas com a chegada de duas ou três ações que já chegaram em julgamento do mérito em segunda instância nós temos ganho. Nós estamos com uma ação declaratória de constitucionalidade da Lei aprovada pelo Congresso, em 1996, que tem como Relator o Sr. Ministro Nelson Jobim e S. Exª disse que já está com o relatório pronto, na fila, para uma próxima deliberação do Supremo, que poderá ocorrer na semana que vem

O SR. ROMEU TUMA – Na reforma tributária podemos fazer uma coisa para evitar que haja isso?

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Esta é uma pendência em relação ao passado – ao período de 1988-1996 – o período da Constituição e não é agora. Agora, estaria resolvido com a ação declaratória de constitucionalidade que o Governo impetrou junto ao Supremo e espero que seja resolvido favoravelmente.

Sobre o passado, nós estamos, justamente, esperando trazer alguma ação ao Supremo para se ter uma definição. Nós temos pareceres muito bem fundamentados de alguns juristas e eu tenho muita fé de que a argumentação do Governo é muito sólida; mas o problema, novamente, é um problema de falta de recursos para podermos financiar mais prefeituras. O programa em que nós temos maior pedido de recursos por parte das prefeituras, nos PPAs deste ano, é o que diz respeito ao transporte escolar e a verba que o Ministério dá é para, justamente, comprar o ônibus – e ônibus com certa especificação. Outro dia, estive no lançamento de um ônibus próprio para transporte escolar, lá no Rio Grande do Sul, de uma fábrica gaúcha, realmente é um ônibus de muito boa qualidade. Portanto, existem produtos de qualidade produzidos pela indústria nacional e o problema é, justamente, termos mais recursos para podermos repassar aos municípios para que os mesmos comprem veículos adequados. Mas estou totalmente de acordo com V. Exª, este é um problema que nós precisamos colocar atenção. Inclusive, eventualmente, seria de se considerar dentro da própria possibilidade de destinação de recursos do programa de erradicação da pobreza, justamente, o auxílio ao transporte escolar pela importância que tem na mobilização de crianças para a escola.

Sobre a questão do financiamento do Ensino Médio, nobre Senadora, é, realmente, um tema muito importante que nós temos que procurar uma equação mais definitiva no auxílio do Congresso. Eu acho que nós precisaríamos pensar em alguma fórmula, talvez, semelhante a do Fundef para o Ensino Médio. Penso que isso poderia ser considerado específico para o ensino médio. O Fundef tem uma duração de dez anos justamente porque sabíamos que crescente agora é o problema do ensino médio.

Estou totalmente de acordo. Penso que poderíamos trabalhar com a Câmara e o Senado na busca de uma alternativa para financiamento do ensino médio.

No tocante aos municípios mais pobres, em contrapartida, posso lhe assegurar que temos sido até inconvenientes na insistência com os municípios para que apresentem projetos que facilitem de toda a forma a apresentação da documentação, facilitando o cálculo. Com esse objetivo, mandamos técnicos contratados pelo Ministério às prefeituras para auxiliar os prefeitos na preparação dos projetos. Os formulários são simples. Preparamos os projetos. Realmente, penso que não se pode exigir mais esforço do Ministério no sentido de mobilizar os municípios. E como disse, podemos até trabalhar sem desembolsos adicionais por parte dos municípios, apenas mobilizando os recursos já existentes neles.

Temos já mais de 500 municípios que assinaram, mas penso que, havendo recursos, poderíamos expandir muito mais, obviamente com o apoio dos municípios. Avalio essencial que o programa conte com algum tipo de envolvimento dos municípios. Penso assim porque entendo que isso dá ao programa aquela característica de focalização local que não obteremos se desenvolvermos um programa de gestão nacional.

A SRA. MARINA SILVA – Com relação à questão do ensino médio, V. Exª aventou a possibilidade de um Fundef para o ensino médio. O Governo, na aprovação do Fundef, vetou exatamente o artigo que incluía...

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Não, não é no ensino médio. Tratava-se apenas da questão da contagem da educação de jovens e adultos no cálculo da distribuição dos recursos, mas não na utilização da...

A SRA. MARINA SILVA – Mas isso entraria também e, por conseguinte, prejudicaria o todo.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Não, não é no ensino médio, mas de jovens e adultos no ensino fundamental, ou seja, o supletivo de ensino fundamental, de primeiro grau. Ele não diminui os recursos, apenas influencia a distribuição dos recursos entre Estados e Municípios, mas os recursos do Fundef podem ser usados na educação de jovens e adultos normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela; Sr. Ministro Paulo Renato; Senadora Marina Silva, nossa Vice-Presidente; Deputado Roberto Brant, nosso Relator; demais colegas parlamentares, ao longo das audiências públicas que tivemos nesta comissão, pudemos perceber que o Brasil investe significativos recursos na área social, mas infelizmente investe mal, distorcidamente. A realidade do nosso País quando é que os que mais necessitam não têm acesso aos recursos públicos. Isso ocorre na previdência, na educação e em outros setores.

O SR PAULO RENATO SOUZA – Na educação, principalmente no ensino superior.

O SR. EULER MORAIS – E realmente todos nós sentimos a importância da educação no combate à pobreza, à fome e à miséria em nosso País.

A questão que eu gostaria de levantar, Sr. Ministro, é que alguns setores como o da saúde lutam para ter vinculação de recursos para o financiamento. A Educação, de certa forma, já tem um privilégio. Pelo menos teoricamente, o setor é o mais contemplado. A Constituição assegura 25% de recursos para esse setor. Onde está o furo? Precisamos de mais recursos para o setor de educação. Só assim poderemos assegurar o acesso àqueles que realmente hoje estão excluídos. Que tipo de correção precisamos fazer, inclusive no ensino universitário, para que possamos ter recursos significativos, até mais acessíveis para aqueles que precisam desde o ensino fundamental?

A outra questão que me preocupa é a ênfase muito grande ao ensino formal, quando, na verdade, temos um desafio também da qualificação, do treinamento profissional, que me parece estar em segundo plano. Não encontramos mão-de-obra qualificada em cidades pequenas e médias do nosso interior – bons eletricistas e mecânicos; são todos quebra-galhos. Não há, de fato, oportunidades de formação de mão-de-obra, que não teve acesso ao Segundo Grau ou até mesmo ao ensino universitário. Conseqüentemente, eles não têm uma profissão e condições de prestar um bom serviço à comunidade.

Gostaria de perguntar ao Ministro qual é o problema realmente. São os recursos? Trata-se de redirecionamento de ênfase? É claro que é importante se pudermos investir mais em educação, mas, na verdade, o setor, em relação ao demais – o agrícola, da saúde e tanto mais -, é privilegiado. Aonde é que está a falha? Por que temos um número tão significativo de brasileiros que não têm acesso à educação, seja formal, sobretudo o ensino fundamental, seja o profissionalizante? Essa é a nossa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha. (Pausa.)

Não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Xico Graziano.

O SR. XICO GRAZIANO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Colegas Deputados, ilustre Ministro, nesta Comissão, freqüentemente, assim como outros Deputados e Senadores, peço uma palavra de estímulo à agricultura e ao campo brasileiro. Nesse sentido, quando estamos discutindo, nas questões de combate à pobreza, o viés da educação, gostaria, mais uma vez, como já fiz pessoalmente a V. Exª, de externar que tudo que estamos fazendo pela educação brasileira, que vai muito bem, é pouco quando se trata dos filhos dos nossos agricultores. É verdade que esse programa novo da Escola Ativa, ressaltado aqui pelo Deputado Gastão Vieira, que atende especialmente às Regiões Nordeste e Centro-Oeste, tem sido uma experiência que está sendo ressaltada.

Porém, neste País, fruto da industrialização que houve, do êxodo rural e talvez de políticas equivocadas, chamadas de educação na zona rural do passado, há um certo preconceito de que a escola tem que ficar na cidade e de que as crianças têm que ir para as mesmas estudar.

Hoje, estamos vivendo uma transição. Já até conversamos com o Deputado Relator do Plano Nacional de Educação, Nelson Marchezan, a respeito de como poderíamos levar esse esforço mais próximo dos filhos dos nossos agricultores.

Atrevo-me, então, Sr. Ministro, a sugerir que algo deveria ser específico, ligado a esse Programa de Renda Mínima ou a outros programas do Ministério, para a educação de filhos de agricultores.

Nós, que trabalhamos com agricultura, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, estamos pensando, há tempos, e discutindo um programa de renda na agricultura. Já manifestei ao Relator desta Comissão a minha idéia, ou melhor, a nossa idéia, na Comissão de Agricultura, no sentido de que, se viermos a identificar uma forma de executar um programa de renda para a agricultura neste País, esse auxílio fique condicionado ao fato de os agricultores manterem os seus filhos na escola também. Atrevo-me a sugerir, talvez mais como raciocínio, que o próprio crédito rural neste País poderia estar vinculado ao interesse condicionante, no sentido de forçar o agricultor a colocar os seus filhos na escola.

Por outro lado, temos um problema, que a Senadora Marina Silva aqui já ressaltou, que é a questão do transporte escolar. Se a escola não está na zona rural, como freqüentemente não está, por razões até aceitáveis, o drama do transporte escolar é muito mais sério, no meu ponto de vista, do que muita gente percebe. E percebem principalmente aqueles que trabalham com o interior do Brasil, com a agricultura do Brasil. De tal forma que, além de sugerir que se dê mais atenção à educação na agricultura, para a zona rural, para os filhos de agricultores, eu queria uma palavra do Ministro a respeito desse tópico. Gostaria de manifestar a minha preocupação, o meu apoio à idéia de aumentarmos os recursos que o Ministério tem, do ponto de vista orçamentário, para destinar às prefeituras e melhorar o transporte de seus alunos.

Realmente esse é um problema que afeta todos os Municípios e tem um resultado fundamental sobre a agricultura. E nós aprendemos aqui, trabalhando nesta Comissão, que parte fundamental da pobreza do Brasil está na zona rural. De forma que me associo àqueles que vêem na educação o caminho fundamental para combatermos a pobreza, mas teríamos que ser mais fortes na vinculação não só a programa de renda mínima, mas a algo que vinculasse o agricultor e os Municípios no investimento da agricultura.

Por fim, não posso deixar de reconhecer o trabalho que o Ministro Paulo Renato está fazendo à frente do Ministério da Educação que, sem dúvida nenhuma, reconhecido por nós todos, é dos trabalhos mais importantes que o Governo tem feito neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato, estou aqui com um pronunciamento do Deputado Ubiratan Aguiar, de agosto de 1995, que vou reler para lembrar a todos os presentes da matéria.

Ele lembrava à Casa, naquela ocasião, que o Brasil tinha dois milhões de crianças de sete a quatorze anos fora da escola, depois de por ela terem passado, além de outro um milhão e quatrocentas que nunca tiveram acesso à educação fundamental.

Apenas 24% das crianças de três a seis anos estão sendo atendidas na pré-escola; mais de um milhão de professores da escola básica não possuem qualificação mínima para o magistério; 75% das crianças do ensino fundamental estão atrasados na relação idade/série, vítimas de sucessivas repetências e evasões; 85% dos novos trabalhadores chegam ao setor produtivo nacional sem qualquer preparação prévia para uma ocupação definida. Três anos é a taxa média de escolaridade do brasileiro, uma das mais baixas do mundo. Doze milhões e quinhentos mil jovens de 15 a 19 anos estão fora da escola médio, engrossando as fileiras dos desempregados ou

subempregados às portas do mercado de trabalho sem qualquer qualificação. De cada mil alunos que ingressam na escola fundamental, apenas 63 concluem o ensino médio e somente 8 graduam-se no ensino superior.

Isso o Ubiratan falou em 1995.

Ministro, V. Exª, desde aquela época, tem feito um trabalho extraordinário e melhorou muito esse horrendo panorama que o Ubiratan nos mostrou. O senhor, à frente do Ministério, tem feito um trabalho extraordinário, e nós todos o admiramos. Inclusive houve até uma observação de uma pessoa, outro dia, que disse que o senhor é educado e educado. Em inglês, **educated** é quem tem PHD, é formado etc. Educado, em português é uma pessoa polida, ou seja, **polite**. Assim, V. Exª é um senhor educado e, além disso, muito bom gerente no Ministério. Nós temos um Ministro educado e educado.

Ministro, falei isso aqui e o Deputado Ubiratan é nosso maior defensor da educação nacional , primeiro, para caracterizar que o trabalho de V. Exª no Ministério tem sido irrepreensível. De lá para cá, quase todas as crianças estão nas escolas, melhoraram-se os índices e outras coisas mais. Agora, há um outro ponto que é exatamente o fundo da minha questão. Já está no imaginário brasileiro que Alemanha, Japão e Bélgica, ou seja, esses países destruídos na Segunda Guerra Mundial, levantaram-se pela educação. Eu digo que isso é verdade. Mas, o problema é que nosso conceito de educação é diferente do conceito deles. Quando se fala em criança educada, para eles, é aquela que, previamente, já tem todas as condições de qualidade de vida que as permite ir à escola aprender. Que as permite ir à escola sem ter a sua massa cinzenta mal formada. Ela, então, vai à escola, investe-se de educação e tudo dá certo. No Brasil, temos esse imaginário errado. A Alemanha e o Japão, principalmente, aplicaram muito, mas investiram bem. Quanto às taxas de retorno em todos os investimentos pós-guerra, eles priorizaram os investimentos de taxa de retorno alta ou, então, no caso de investimento social, de relação benefício-custo alto. Aqui no Brasil, estamos em uma situação em que eu próprio estou com um projeto de benefício-custo, rodando na Casa há uns três anos, para ver se chega ao final ou se recebe algum tipo de apoio ao final. Quando se fala naqueles países e em educação, sabemos que a criança entra nas escolas com uma qualidade de vida mínima. Ela possui todos os nutrientes em sua alimentação, a sua família também já possui uma educação básica quanto à alimentação. Hoje, no Brasil, temos esse problema. Por exemplo, V. Exª é Ministro da Educação, nós estamos na Comissão de Fome e Miséria, exatamente abordando aquele pessoal que não chegou ao patamar de iniciar sua educação, senão, não haveria nem fome nem miséria. Nós fugimos do seguinte: o homem, primeiro, foi coletor e predador; depois, estabeleceu-se e criou as vilas, as povoações, as cidades e tornou-se civilizado. Assim, a educação vem depois da saúde e da agricultura. Então, temos de colocar isso na cabeça. A minha pergunta se baseia em um fato concreto, por mim pesquisado, e em um outro fato de que tive informação do próprio Ministério da Educação quando fazia doutorado. A eficiência das crianças que entram em nossas escolas é baixa até hoje. V. Exª força a situação, mas melhorou muito esse panorama que li do Deputado Ubiratan. Infelizmente, ainda é baixa a eficiência. Do professorado, nem se pode dizer. Agora, vou partir para outra ponta, ou seja, mestrado e doutorado. Quando eu fiz o mestrado, de 71 a 73, as pessoas que entravam em curso de mestrado, àquela época, financiadas pelo BNDES que também financiava , pela Capes e pelo CNPq, na metade do curso saíam ou não faziam o mestrado, apenas a pós-graduação. Anos mais tarde, fui fazer o doutorado. A informação que tive da Capes, quando cheguei para fazer o doutorado na Inglaterra, é de que 54% das pessoas que faziam doutorado naquela época, em 1989, não terminavam o curso. Mais ou menos, ficou a mesma coisa quando terminei o doutorado em 1992. O que quer dizer que, quando comparei com os indianos que iam para lá, também com os chineses, a grande maioria deles faz o doutorado, e quase todos o completavam. Era de 95% para cima. E eram casos excepcionais.

Sr. Ministro, V. Exª está fazendo o possível no Ministério, está com uma aceitação muito grande, principalmente no nosso Partido, o PSDB. Está fazendo um trabalho hercúleo em prol da educação nacional, mas o problema da fome e da miséria, erroneamente, não é questão da educação nacional; só se for da educação nacional das pessoas que estão mandando, porque é exatamente esse o problema.

Fiz uma pesquisa intitulada *Combate à Fome, Mineralização dos Solos Brasileiros,* que terei a liberdade de entregar a V. Exª. Ela mostra que os brasileiros não têm a qualidade nem as quantidades mínimas dos minerais e vitaminas para serem consideradas pessoas nutridas. Fiz minha pesquisa considerando a população com renda de zero a dois salários mínimos, mas o pior é que existe uma pesquisa feita em 1996 pela Universidade Federal de Viçosa com a Fundação Getúlio Vargas, demonstrando que até as classes mais altas do Brasil, de alta renda, são des-

nutridas quanto a esses elementos que falei. E o dados que estão aqui, Ministro, são gritantes, uma coisa ridícula!

Complementando o ponto de vista do Deputado Xico Graziano, pergunto a V. Exª o seguinte: existe possibilidade de haver articulação entre o Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde? E penso que essa articulação deveria ser liderada pelo Ministério da Educação.

Vou falar claro: até hoje, com o terceiro milênio às nossas portas, estamos com problemas ridículos de combate a bócio endêmico, avitaminose A e anemia ferropriva. Então, a questão é agricultura, saúde e educação. Eu gostaria de saber o seguinte: é possível o Ministério da Educação liderar um movimento dessa natureza, Ministro Paulo Renato?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Vou passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que formule sua última questão, como último reinscrito. Antes, porém, gostaria de registrar a presença do Prefeito Cícero Ferreira Neto, do Município de Campo Grande, Alagoas; do Prefeito José Adelson Sousa, do Município de Olho D'água, também de Alagoas, que nos recebeu tão bem lá, juntamente com seus assessores; do assessor do Prefeito Avânio e, enfim, de todos os companheiros presentes.

Srs. Prefeitos, falávamos aqui sobre as dificuldades da sua região com relação ao transporte escolar, que V. Exªs tão bem frisaram naquela reunião.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, como último orador. Posteriormente o Ministro responderá à pergunta, e estaremos encerrando esta reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, antes de encerrarmos a reunião, quem sabe o Prefeito de Campo Grande pode nos relatar, e ao Ministro, aquilo que vimos com respeito não só às suas dificuldades, mas também às dos prefeitos de Jaramataia, São José da Tapera e de Belo Monte, relativas à aplicação do Projeto de Renda Mínima, diante daquilo que ouvimos lá?

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Senador, com muito prazer, eu o receberei no meu gabinete hoje à tarde, mas creio que não cabe fazermos aqui uma discussão pública sobre um caso específico do Município. Penso que não tem o menor cabimento isso, mas, com muito prazer, hoje à tarde, no Ministério, eu e a Drª Sônia receberemos V. Exª e todos os prefeitos que estiverem interessados em participar desse debate conosco. Insisto que a metodologia nossa não implica gastos adicionais para qualquer município.

O SR. ROBERTO BRANT – Como adendo para a discussão, na proposta que submeterei à Comissão, fazemos uma gradação dos municípios pela sua capacidade tributária. Estamos classificando todos os Municípios do Brasil e comparando sua receita tributária **per capita** com a média nacional. Aqueles que estiverem abaixo da média nacional terão o dever de uma contribuição muito menor, ou, se for o caso, até nenhuma. E aqueles que estiverem acima terão uma contribuição maior. É uma maneira de tratarmos desigualmente quem é desigual.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Esse foi o pleito dos Srs. Prefeitos e também já consta já do relatório da Comissão.

De forma que eu também, posteriormente, terei o maior prazer em recebê-los.

Eu gostaria de assegurar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a sua pergunta final.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vou insisti, então, Sr. Presidente, em uma reflexão sobre o desenho do benefício do projeto de renda mínima, até porque o Deputado Roberto Brant contempla uma das preocupações que estávamos tendo.

O Deputado Nelson Marchezan nos falou também de uma proposta para melhorar o desenho do benefício. Portanto, eu gostaria de dedicar-me apenas a esse assunto.

Quero ressaltar que, em outubro de 1996, em audiência junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, de fato o Professor Felipe – e estava presente o Deputado Nelson Marchezan – mencionou a importância de se iniciar o projeto da renda mínima garantida. Ele avaliou que era um excelente começo relacionar o projeto de renda mínima à Educação. Então, é um excelente passo.

Ele é um dos fundadores da rede européia da renda básica, que, desde de 1986, vem propugnando para que em cada nação se institua uma renda incondicional; pequena, porém, suficiente para o sobrevivência de todas as pessoas. De tal maneira que não importa a origem, a raça, o sexo, a condição civil ou socioeconômica. Todas as pessoas seriam contempladas, como um direito à cidadania, com uma participação na riqueza da Nação, com uma certa renda. Ele e tantos outros economistas avaliam que é importante que isso se faça por etapas, porque não se consegue chegar a uma situação dessa do dia para a noite. E inúmeras são as experiências, nos diversos países do mundo, que levam em consideração o que ocorreu no passado.

Nos Estados Unidos, por exemplo, houve, desde os anos 30, um auxílio às crianças de famílias dependentes. Contemplava-se com 100% o rendimento que faltava da mãe, cujo marido havia falecido ou deixado a casa e assim por diante. Verificou-se com a experiência que, quando se contemplasse com 100% da diferença; isso resultaria, por vezes, no estímulo para trabalhar que aquela mãe ou aquela pessoa não tinha anteriormente, porque, se tudo o que ela alcançasse trabalhando, ela perdesse com aquele programa, criar-se-ia a chamada armadilha do desemprego ou armadilha da pobreza.

Nos Estados Unidos, pensou-se muito em se criar uma forma de imposto de renda negativo. No ano 75 – e existe até hoje -, criou-se então o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, que é um imposto de renda negativo e incompleto. Ele não provê o complemento para a família que tem renda zero porque não trabalha. Mas se uma pessoa, naquela família, tiver um rendimento por estar trabalhando, e a família não alcançar determinado patamar, ela passa a ter direito a um complemento, que é bem maior, até certo patamar, a fim de tenha direito a receber um complemento que lhe tire da situação de pobreza e possa educar suas crianças.

Esse mecanismo hoje atende acerca de 20 milhões de família norte-americanas. Portanto, mais de 50 milhões de pessoas nos Estados Unidos. E estudos afirmam que esse instrumento tem contribuído para que a taxa de desemprego nos Estados Unidos seja relativamente baixa, especialmente no governo do Bill Clinton. Em 93, ele expandiu, e muito, esse programa. Então, quando ressalto para o Congresso, para meus Colegas, para os Ministros da Educação, do Trabalho, da Fazenda que é importante nos darmos conta desse assunto, é porque nos Estados Unidos há um programa que torna a sua economia mais competitiva porque eles estabelecem, para o trabalhador de relativa baixa renda, um complemento de renda o que nós, hoje, não fazemos. Então, um aspecto importante é aconselhar os efeitos no mercado de trabalho; outro, é estimular que todas as crianças estejam indo à escola, que se erradique o trabalho infantil e que se contribua para melhorar a distribuição da renda. Que a ninguém, no País, seja negado o direito de participar da riqueza.

Então, qual o melhor desenho? Temos, hoje, em prática diversos desenhos e vou rapidamente mencioná-los.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, já se esgotaram os cinco minutos restantes. Gostaria que V. Exª concluísse.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nós temos o bolsa-escola, definido pelo Governo do Distrito Federal, iniciativa de Cristóvam Buarque, que, se me permite o Ministro Paulo Renato, foi concomitante, na sua enunciação, ao de José Roberto Magalhães Teixeira, pois, desde agosto, na campanha eleitoral de 1994, Cristóvam Buarque anunciava que complementaria a renda das famílias com uma renda mínima para que suas crianças estivessem indo à escola, e isso pode-se perguntar às pessoas que acompanhavam a campanha. Eu, inclusive, muitas vezes, fui por ele convidado a estar nos comícios para explicar como seria. Um propósito que se desenvolveu muito da contribuição do economista José Márcio Camargo, mas é verdade que, em novembro de 1994, o primeiro a formalizar um projeto numa Câmara Municipal foi José Roberto Magalhães Teixeira. Com ele estive naquele período, conversei longamente. A segunda votação foi em janeiro de 1995; a implementação começou em fevereiro. Em janeiro de 1995, na primeira semana, Cristóvam Buarque anunciou, em Paranaguá, o início do Programa Bolsa-escola. Ambos têm mérito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, por gentileza, peço a compreensão de V. Exª para concluir a pergunta, porque o Ministro tem compromissos e não podemos mais abusar da sua paciência.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está bom, eu desisto. Entrego ao Ministro as fórmulas que escrevi. É algo fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Tanto é que V. Exª teve 22 minutos. Eu só quero que conclua as perguntas. Sei que é fundamental, mas é importante.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Acho que é fundamental para o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para a Nação, para que o Relator seja esclarecido. V. Exª se lembra, Presidente, que quando perguntei ao Presidente do IPEA, Roberto Borges Martins, sobre essa questão, quando perguntei ao Ricardo Paes de Barros, o que eles responderam? Não pensaram sobre o assunto, não se detiveram, não refletiram a respeito: "Ah, não me importa a fórmula." Essa é uma boa resposta? Como é que vamos decidir se os economistas do IPEA não estudaram, ainda, o assunto? Quem tem a responsabilidade sobre o programa é o Ministro Paulo Renato. Se eu não tiver a possibilidade de contribuir para a reflexão dele, vamos estar prejudicando o trabalho inclusive do Relator e dos companheiros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente. Então V. Exª diga as fórmulas para o Ministro responder.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu direi, só preciso de um minuto e trinta segundos. Primeira alternativa: a bolsa-escola é um salário mínimo por família, mas se tiver mãe e criança ou pai, mãe e oito crianças, do ponto de vista da eqüidade, são justos R$136,00 por dez ou por dois? É uma questão a pensar.

Outra fórmula: R$50,00 por criança, ou R$30,00 por criança, ou "Z" por criança são adequados ou deveríamos pensar nos efeitos sobre o mercado de trabalho porque, aí, a fórmula só pensa na questão de quantas crianças há? Mas há os outros efeitos.

A fórmula de Campinas, do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, é a de complementar em 100% o que falta para atingir meio salário mínimo **per capita**. Então, soma-se meio salário mínimo vezes o número de pessoas na família, menos a renda familiar e se dá 100% do complemento. Mas aí pode haver, o que eu chamei a atenção, armadilha do desemprego, da pobreza. Outra fórmula: se for uma proporção da diferença entre um patamar que se defina, pode ser um salário mínimo, vezes o número, menos a renda familiar, para que sempre haja esse estímulo para que as pessoas trabalhem.

E, finalmente, a fórmula que acredito que ocorrerá. Precisaria de um grande tempo para desenvolvê-la e não o farei hoje. A minha convicção é a de que poderemos, em breve, no Brasil, chegar a conferir a todas as pessoas uma renda básica como um direito à cidadania incondicional, e aqueles que, obviamente, têm mais recursos poderão contribuir. Dessa maneira, não estará havendo o grande problema administrativo. Essa é uma questão importante.

Na experiência da gestão dos Programas de Renda Mínima, em que medida estão ocorrendo problemas para conferir os rendimentos das pessoas no mercado formal, informal e assim por diante? Porque, desse ponto, resultará uma reflexão sobre o melhor desenho.

O Ministro Paulo Renato Souza não precisa chegar a uma conclusão. Só queria contar a V. Exª que estou procurando fazer com que esta Comissão reflita sobre esse assunto. Com sinceridade, não tenho aqui o desenho da melhor fórmula. Quero só contribuir, ajudando todos a pensar, para chegarmos à melhor conclusão.

O SR. ROBERTO BRANT – Faço apenas uma pergunta ao Senador Eduardo Suplicy.

Os Municípios que V. Exª visitou não têm um outro tipo de assistência, como, por exemplo, a Comunidade Solidária, que tem chegado a quase todos os Municípios? Gostaria de obter essa informação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Os depoimentos que ouvimos mostram que, em alguns Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Alguns, sim; outros, não. Posso responder isso a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Alguns, sim; outros, não. E, nesse caso, fiquei preocupado.

O direito à cidadania hoje está parcializado. Algumas famílias pobres, em certos Municípios, têm direitos ora à cesta básica, ora ao PET, ora ao Programa de Renda Mínima, com desenhos diferentes. Então, não se universaliza o direito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Gostaria de registrar ainda a presença do Prefeito José Gomes, da cidade Teotônio Vilela, Colônia Leopoldina, Severiano Freitas, e de Craíbas Dinho Leite, além do Presidente, Avânio Feitosa , Prefeito de Belo Monte.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro para as respostas finais.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Gostaria de me referir, de uma forma um pouco genérica e fora da área da Educação, ao tema que o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Feu Rosa levantam. Ao escutá-los, dá-me a impressão de que não temos nenhum programa assistencial de renda mínima no País. É como se não houvesse nada.

Podemos discutir o programa americano. De que forma se complementa; se estimula os cidadãos a irem para o trabalho e etc. Clinton mudou isso justamente para estimulá-los.

O fato é que temos amplos programas no Brasil que podem estar mal direcionados, equivocados, não tendo uma contrapartida. Entretanto, nós os temos. E temos de partir daqui. Temos o maior programa de alimentação do mundo: o da merenda escolar. Os Estados Unidos não têm programa de merenda escolar de distribuição por parte do Governo Federal, como um programa distributivo.

A aposentadoria rural é um programa de garantia de renda mínima. Quantos beneficia? Mais de oito milhões. Eles contribuíram para isso? Não! Ganham aposentadoria a partir de recurso do Tesouro. Podemos discutir se é justo ou não. Penso que é justo, mas é um programa de renda mínima amplíssimo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não estou contestando esse fato. Também entendo que é mais do que justo. Trata-se de uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – A minha impressão ao escutá-los é que partimos do zero.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. Estou dizendo que é pouco.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Mas é importante sublinharmos esse aspecto. Quando falamos em seguro-desemprego, a quantas centenas de milhares de pessoas estamos fazendo referência? Quando falamos da LOAS, de quantos milhões de pessoas estamos tratando? Quando falamos da erradicação do trabalho infantil e da renda mínima, quantas centenas de milhares de pessoas estamos abordando?

Estou listando – sem ter uma informação precisa dos demais programas, que não pertencem à minha área – programas que atingem facilmente mais de 10 milhões de pessoas. V. Exª lembrou o programa norte-americano, que alcança 20 milhões de pessoa em uma população de 240 milhões. Em nossa população de 150 milhões de pessoas, atendem-se 10 milhões.

O nosso País parte de uma certa base na questão da alimentação, da merenda escolar, etc. Focalizar todos esses temas é importante e poderíamos tentar verificar que segmentos não estão cobertos, levando em consideração o programa da aposentadoria rural. A maior parte da renda em determinados Municípios no Nordeste vêm da aposentadoria rural – há várias matérias na imprensa demostrando esse fato. Faço apenas essa ponderação geral, porque entendo que esse é um ponto extremamente importante.

Voltando a outra questão, o Deputado Xico Graziano fala da educação rural. Lembro, Sr. Deputado, que recentemente o Ministro Raul Jungmann assinou o programa de titulação dos assentados, que justamente vincula a redução da prestação – ou até o seu não-pagamento – ao fato de haver criança na escola. Trata-se de um aspecto que poderia ser ampliado na linha que V. Exª destaca.

No que tange à educação rural, temos de tratá-la com programas que cheguem à zona rural: a escola ativa, o transporte escolar e o treinamento de professores dessa área. Lembro – também mencionando o Deputado Feu Rosa – que tínhamos os dados que o Deputado Ubiratan Aguiar explicitou. Havia mais de 300 mil professores leigos. Hoje, eles são 70 mil em virtude do Fundef, do fato de terem sido contratados professores qualificados, etc. Essa mudança ocorreu na zona rural. Quem é o maior beneficiário do Fundef? O salário médio do professor da escola da rede municipal do Nordeste, na qual estudam dois terços dos alunos, cresceu 50% num ano. Basicamente, isso significa escola rural. Há muitos programas que estão diretamente afetando a escola rural – mencionamos o Escola Ativa e outros.

O Deputado Feu Rosa citou os dados do Deputado Ubiratan Aguiar. Realmente, seria interessante que este último atualizasse esses custos com relação aos dados de 1999 e organizasse novamente essas informações. Então, haverá um contraste.

Destaco apenas que a questão da saúde e da alimentação são muito importantes. A maneira de se dar alimentação adequada e merenda escolar é a escola, e o modo de se obter renda é o Programa de Renda Mínima.

Como disse ao Senador Romeu Tuma, ao abordar a questão da violência, há hoje um sistema escolar abrangente – 96% das crianças de 7 a 14 anos e 84% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola. Estamos chegando a toda a população por meio da escola. Existem mecanismos focalizados que têm a ver com alimentação, distribuição de renda, etc. Esse é o instrumento para lograrmos êxito, fazendo com que seja tudo – ou grande parte – canalizado por intermédio da escola. É basicamente isso.

Senador Suplicy, vou tomar a sua sugestão do cálculo; creio que o Deputado Nelson Marchezan vai levá-lo também em consideração na elaboração do seu projeto, assim como o relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vou enviar o parecer do Senador Ney Suassuna ao meu projeto para reflexão, então.

O SR. PAULO RENATO SOUZA – Vou responder ao Deputado Euler Morais, que indagou sobre a questão dos recursos e sobre a profissionalização.

Quanto à questão dos recursos, creio que, de fato, tínhamos um volume de recursos importante e muito desperdício. Mecanismos como o Fundef focalizaram e ajudaram a diminuir drasticamente o desperdício, melhorando, portanto, a eficiência do sistema. Mecanismos como "dinheiro direto na escola" também ajudaram a fazer com que o dinheiro atendesse a sua finalidade.

Por isso é que eu disse, nas primeiras vezes em que vim aqui discutir o Fundef, que mais recursos sempre é bom. Porém, na situação anterior, mais dinheiro iria aumentar o desperdício; não iria aumentar a eficiência. Agora não, agora estamos com a máquina um pouco mais azeitada, mais focalizada, com a garantia de que o dinheiro realmente está chegando à escola. Hoje, mais dinheiro se traduz em mais benefício para a educação.

Quanto à questão do treinamento profissional: temos um programa no Ministério que é o da ampliação do ensino profissionalizante. Ele tem, justamente, a característica de atingir os três níveis – formação básica, de nível médio e de nível superior -, com apoio

às escolas federais, estaduais e do segmento comunitário. Estamos apoiando, neste ano, mais de cem projetos, com R$200 milhões investidos. Toda semana, uma vez por mês, pelo menos, temos uma leva de novos projetos sendo aprovados. O compromisso dessas escolas é, justamente, proporcionar os cursos profissionalizantes básicos.

Além disso, o Ministério do Trabalho financia a operação, por meio de sindicatos, de associações, de ONG's, dos cursos profissionalizantes.

Essas são as respostas. Gostaria de agradecer ao nosso querido Senador Maguito Vilela, que preside esta Comissão, pela acolhida e pela atenção. Agradeço também ao Deputado Roberto Brant pela sugestão de ouvirmos o Ministro da Educação para fazermos reflexões e creio que, mais do que outra coisa, oferecer-lhe a oportunidade de contribuir para as conclusões da Comissão na implementação de programas de combate à pobreza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Antes de encerrar a reunião, quero, em nome de toda a Comissão, parabenizar V. Exª, Sr. Ministro, pelo brilhante trabalho que realiza à frente do Ministério da Educação. É uma unanimidade no Brasil o reconhecimento pelo trabalho, esforço e a competência com que V. Exª vem comandando a principal pasta deste País.

Agradeço também a presença do Deputado Osvaldo Biolchi e de todos aqueles que aqui estiveram.

Declaro encerrada esta reunião, informando que a próxima reunião será no dia 21, às 14h, com a presença do Ministro Pedro Malan.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

19ª Reunião Realizada em 21-10-1999

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Maguito Vilela, Casildo Maldaner, Marluce Pinto, Agnelo Alves, Paulo Souto, Juvêncio da Fonseca Maria do Carmo Alves, Geraldo Althoff, Paulo Hartung, Osmar Dias, Sérgio Machado, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Marina Silva, Gilberto Mestrinho e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Euler Morais, Gastão Vieira, José Chaves, Marcondes Gadelha, Paulo Marinho, Roberto Brant, Feu Rosa, Maria Abadia, Xico Graziano, Aloízio Mercadante, Félix Mendonça, Alceu Collares, Luíza Erundina, Coriolano Sales e Cláudio Cajado, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Presentes também os Senhores Senadores José Roberto Arruda e José Fogaça e o Senhores Deputados Arthur Virgílio, Jairo Azi, Aroldo Cedraz e Luís Carlos Heinze. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando as leituras das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e são aprovadas por unanimidade. A Presidência procede a leitura de expedientes recebidos. Foi levantada questão de ordem pelo Senador Eduardo Suplicy. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Drº Pedro Sampaio Malan, Ministro da Fazenda, convidando-o a sentar-se à mesa de trabalhos e concedendo-lhe a palavra para dar início a sua exposição. O Senhor Presidente registra a presença do Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, convidando-o a sentar-se à mesa. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para suas considerações iniciais e ao expositor para responder. O Senhor Presidente indaga ao Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães se gostaria de usar da palavra. Após, a Presidência concede a palavra aos oradores inscritos. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Eduardo Suplicy, Djalma Bessa, Roberto Saturnino, Aloízio Mercadante, Alceu Collares, Marina Silva, Feu Rosa, Casildo Maldaner, Félix Mendonça, Euler Morais e Agnelo Alves. Prossegindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Ministro Pedro Malan para responder as perguntas que lhe foram formuladas, sendo respondidas em bloco de 3 Parlamentares e, após, para suas considerações finais. A seguir, a Presidência agradece a presença do Ministro Pedro Malan pela colaboração a esta Comissão e comunica aos presentes a Reunião Administrativa marcada para o dia 27/10 (quarta-feira), às 14:00 hs, na Sala 2, Ala Nilo Coelho. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião desta Comissão Mista Especial.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Aprovada, por unanimidade, a dispensa da leitura da ata.

O expediente do Senador Antonio Carlos Valadares será lido, por ocasião da reunião administrativa. Recebemos também do Professor Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, a seguinte comunicação:

> "Caro Senador Vilela, muito obrigado por sua carta de 24 de agosto. Fiquei muito contente em saber a respeito da Comissão Especial que foi instalada pelo Congresso Nacional brasileiro. É um avanço muito importante e, para pessoas como eu que admiram tanto o Brasil e que se preocupam com a desigualdade que continua a prevalecer na economia, essa é uma notícia realmente maravilhosa.
>
> Gostaria de poder ir juntar-me a esse trabalho que aborda tão importante assunto. Infelizmente, minhas mãos estão totalmente atadas a esses compromissos assumidos combinados com os deveres do meu trabalho, os quais me impedem de ir ao Brasil num futuro imediato. Tenho compromissos inadiáveis até o final deste ano e também nos primeiros meses do ano seguinte. Sinto-me muito feliz nesta posição, pois gostaria de poder ir ao Brasil, país que admiro somente a distância e participar desse trabalho.
>
> Peço desculpas por não poder juntar-me inteiramente, devido às circunstâncias que fogem ao meu controle. Procurarei uma ocasião apropriada para visitar o Brasil, possivelmente julho do próximo ano, mas, nas circunstâncias atuais, frustra-me muito não poder me ajuntar aos trabalhos agora. Desejo sucesso a esse importante trabalho.
>
> Atenciosamente,
>
> Prof. Amartya Sen."

Registro isso, porque, se em julho ou agosto, ainda estiver funcionando esta Comissão, que poderá ser transformada numa comissão permanente para avaliar o futuro das decisões e do próprio relatório, poderemos formalizar o convite novamente ao Professor Amartya Sen.

Destaco que os contatos foram feitos pelo Senador Eduardo Suplicy, inclusive as traduções.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É importante até que esta carta tenha sido lida hoje, porque, em princípio, avaliaríamos como importante se pudéssemos ter tido a oportunidade de um diálogo com o Congresso e com a principal autoridade econômica do País, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Economista Amartya Sen. Aliás, o próprio Ministro Pedro Malan disse-me que gostaria que isso pudesse ser realizado.

O economista Amartya Sen me informou, em conversa telefônica, que foi convidado agora para ir à Índia, à China e, até ao final do ano, estaria totalmente impossibilitado de comparecer à audiência. Todavia, dispõe-se a vir brevemente. Mas, como a sua agenda tem estado extremamente carregada, eu faria uma sugestão ao Presidente Maguito Vilela: que converse acerca do assunto com o Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Exª poderia, então, escrever uma carta, como Presidente da Comissão, como também o Presidente Antonio Carlos Magalhães, para que o economista comparecesse ao Congresso Nacional brasileiro no ano que vem, na data que melhor lhe convier, em virtude de sua agenda ser intensa de compromissos, porque continuará válida a importância de seu depoimento no Congresso Nacional e, como ele manifestou a intenção de vir, assim teríamos a oportunidade de ter a contribuição do Prêmio Nobel Amartya Sen.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço e posso afirmar a V. Exª que acatarei a sugestão. Mais uma vez agradeço à participação de V. Exª nessa intermediação com o Professor Amartya Sen.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a explanação do Dr. Pedro Sampaio Malan, Ministro da Fazenda, que já se encontra, para nossa satisfação, aqui na Mesa. Concedo a S. Exª a palavra para uma exposição pelo tempo que S. Exª julgar necessário e posteriormente concederemos a palavra aos Srs. Deputados, às Srªs Deputadas, aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras, para as perguntas e naturalmente as observações que haverão de ser feitas.

Com a palavra o nobre Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Exmo Sr. Presidente da Comissão Especial, Senador Maguito Vilela, Exma Srª Senadora Marina Silva, Exmo Sr. Relator Deputado Roberto Brant, Srs. Senadores membros da Comissão, demais Senadores, Srs. Deputados Federais, demais interessados no tema, senhoras e senhores, eu, antes de dar início a essa intervenção, gostaria de pedir desculpas por antecipação.

Como é sabido, tenho hoje, às seis horas da tarde, uma reunião com o Senhor Presidente da República e Governadores de Estado, e o Presidente exige minha presença, de modo que lamento, sem prejuízo de um retorno meu a esta Comissão tantas vezes quantas forem necessárias. Infelizmente terei que estar presente a esta reunião hoje às 18 horas, o que limita o tempo disponível para esta troca de idéias sobre um tema fundamental, eu diria que o mais importante para o nosso futuro como país e como sociedade.

Fiz questão de comparecer a esta Comissão principalmente por duas ordens de razões: a primeira delas é porque atribuo uma enorme importância a esta iniciativa por razões que ficarão claras a seguir de, no Congresso Nacional, através de uma comissão mista, Senado e Câmara, estudarmos as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais no País e apresentar soluções para erradicar a pobreza extrema e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais no Brasil.

A segunda razão é porque o Senador Eduardo Suplicy sabe disso, há quase trinta anos esses temas estão presentes, não só em minha atividade profissional como economista, tanto no âmbito do antigo escritório de pesquisa econômica, instituto de pesquisas do IPEA, ao qual estou ligado desde setembro de 1966, como também meus trabalhos nas Nações Unidas, no Banco Mundial e no BID e, além disso, nas minhas atividades como cidadão, em particular nos dois mandatos consecutivos que desempenhei como Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Deixo aqui com o Presidente da Comissão, com o seu Relator, e obviamente estão disponíveis a todos os interessados, três artigos escritos no início dos anos 70 – 1972, 1973 – e 1978, sobre distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento econômico e social no Brasil. Os trabalhos das Nações Unidas – tive a honra de dirigir o Departamento Internacional de Assuntos Econômicos e Sociais em 1984 e 1986, quando passei a representar o Brasil na Diretoria Executiva do Banco Mundial – não levavam autoria, mas eu tinha responsabilidades pela produção dos relatórios sobre condições econômicas e sociais no mundo em desenvolvimento nas Nações Unidas e, obviamente, tanto o Banco Mundial quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento, eram, como são, importantes fóruns para discussão desses problemas econômicos e sociais e sua interação.

Formei, ao longo de mais de trinta anos de atividade profissional como servidor público, uma visão sobre essas interações entre o econômico, o político e o social que carrego e carregarei comigo, porque, na verdade, as pessoas não mudam muito depois dos cinqüenta e seis anos de idade, embora segundo Ortega Y Gasset, são elas e suas circunstâncias. Essas mudam e mudarão.

Nunca aceitei – isso está não em discursos de momento, mas em inúmeros trabalhos, dezenas, talvez centenas de intervenções públicas, muitas delas à época do AI-5 nas fases mais duras do regime militar – a divisão entre o econômico ou o mundo do chamado "econômico", o mundo do chamado político e o mundo do chamado social como se fossem compartimentos estanques ou como se fossem três rios distintos que correm em diferentes leitos, sem comunicação entre si.

Na verdade, deve-se olhar com um mínimo de perspectiva o chamado econômico, o político e o social, braços de um mesmo rio, com origens nas cabeceiras do nosso passado e que fluem na mesma direção, que é nosso futuro como Nação que queremos desenvolvida tanto na dimensão econômica quanto na social, na politico-institucional. Elas têm que evoluir mais ou menos juntas; caso contrário, não há evolução duradoura. Em outras palavras, um país moderno precisa de quatro tipos de "infra-estruturas". Há uma óbvia necessidade de uma estrutura física constituída por investimentos públicos e privados em energia, transportes, comunicações nessas áreas básicas. Existe uma infra-estrutura humana constituída por investimentos públicos e privados naquilo que é o principal ativo de qualquer país, que é sua própria gente, seu próprio povo. Há a infra-estrutura institucional e política que, representa a consolidação de um Estado democrático de direito, respeito às regras de convivência democrática, ampliação e consolidação do espaço para o exercício de cidadania, igualdade perante a lei, democratização de acesso de oportunidades. E, por último, existe a necessidade de uma infra-estrutura administrativa, que é uma capacidade, nos três níveis de Governo, de eficiência na gestão da coisa pública, eficiência e qualidade do gasto público, o fazer mais e melhor com os recursos disponíveis que são aqueles que a própria sociedade entrega ao Governo por impostos e contribuições. Assim, ela tem o direito de exigir uma contrapartida apropriada em termos de quantidade e qualidade dos serviços públicos, em particular na área social.

Em todas as quatro infra-estruturas que acabei de mencionar: a física, a humana, a politico-institucional e a administrativa, o Brasil avançou, vem avançando e avançará. Em todas elas há muito o

que fazer. Trata-se na verdade de um processo histórico que tem lugar ao longo do tempo, mas que pode ser acelerado, com maior vontade política, o que é diferente de voluntarismo político, com maior sentido de direção, de propósito e de foco e com maior solidariedade política e social na busca de objetivos que não são do Governo, mas que são do País em seu conjunto.

É nesse sentido que houve iniciativas como aquela do Senador Antonio Carlos Magalhães, que levou à constituição desta comissão, como a magnífica iniciativa de Herbert José de Souza, o Betinho, em saudosa memória, há alguns anos; como inúmeras iniciativas, muitas anônimas, ainda pouco estudadas e pouco compreendidas que desenvolve a Comunidade Solidária e milhares de ações de indivíduos, organizações não-governamentais da sociedade civil no Brasil, de Prefeitos e de Governadores devem ser entendidas.

O fato é que as preocupações, não só elas, mas as ações concretas de combate à pobreza se multiplicam no Brasil de hoje. É um fenômeno irreversível que veio para ficar definitivamente inserido na agenda do País. A meu ver, há uma razão importante para isso e que está ao nosso alcance equacionar o problema. Para citar Marx, no século passado, as sociedades por vezes só se colocam problemas em que se sentem capazes de resolver.

Acho que chegamos a esse ponto, agora, no Brasil.

Eu me permitiria ilustrar com uma referência a um contexto internacional: na última reunião anual do FMI e do Banco Mundial, o Banco Mundial distribuiu, à larga, resultados de uma pesquisa mais atualizada que estimativas para o ano passado, 1998, de indicadores de pobreza no mundo em desenvolvimento. O Banco Mundial estima que, em 1998, havia no mundo em desenvolvimento, vivendo com menos de um dólar por dia, 1.214.000.000 pessoas. Deste número, 1.091.000.000, segundo dados do Banco Mundial – isso representa 90% do total -, viviam na África e na Ásia. Na América Latina e no Caribe, desse 1.214.000.000 pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, viviam 78,2 milhões de pessoas, 6,4% do total. É bem verdade que, em termos de percentual da população da América Latina e Caribe, o Banco Mundial nota, com o mesmo pesar que nós, que a percentagem ficou em torno de 15 a 16% da população desde 1987 a 1998. Vale dizer, não houve uma redução expressiva do percentual da população vivendo nesse nível extremo de pobreza e de indigência. O percentual é compatível com os dados do PNAD calculados pelo IPEA para 1997, que estimam em 14,8% a percentagem da população vivendo em pobreza indigente, formas extremas de pobreza. É bem verdade que o IPEA nota que esse percentual era de 19,5% em 1993, e, portanto, houve, sim, uma redução expressiva para a qual a redução do imposto inflacionário, que é o mais injusto, iníquo, perverso e cruel de todos os impostos, desempenhou um papel não trivial e não irrelevante.

Mas o problema é que essa questão vem sendo objeto de discussão há muitos e muitos anos. Vejo com um certo pesar e uma certa ironia a idéia de que, de repente, não mais do que de repente, começaram-se a discutir essas questões no mundo desenvolvido. Elas estão na agenda de discussão, já estavam quando eu estava nas Nações Unidas, no início dos anos 80, tendo várias conferências internacionais colocando essa questão na pauta. Há uma, em particular, para a qual eu gostaria de chamar a atenção, que foi a conferência de Copenhague, em 1995, da qual o Brasil participou, da qual o Brasil é signatário e por meio da qual governos, entre os quais o nosso Governo, assumiram o compromisso de reduzir a mais da metade, ou pelo menos à metade, a pobreza extrema em cada uma das suas economias, das sociedades, até o ano 2015.

Não tenho dúvida de que seremos capazes de fazê-lo muito antes dessa data. A razão é a seguinte: a dimensão da pobreza na África, na Ásia, esses números que mencionei anteriormente – de 1.091.000.000 de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, 90% do total, enquanto aqui, na América Latina, e no Caribe, são 6,4% do total – significam que está ao nosso alcance o que talvez não esteja ao alcance, pelo menos no mesmo horizonte de tempo, para alguns países mais pobres da África e da Ásia. Nossa situação é, portanto, distinta em termos da natureza e da magnitude do problema e da nossa capacidade de enfrentá-lo.

Vejo, portanto, esta Comissão, como todas aquelas outras iniciativas que mencionei anteriormente, como levando que maior momento seja conferido a essa necessidade de avançarmos mais nessa área. Mas eu diria que é importante que não percamos de vista a capacidade de situar o Brasil no contexto internacional apropriado, porque eu já viajei muito pelo mundo, conheço vários desses países em desenvolvimento e posso-lhes assegurar que o nosso problema tem uma dimensão que nos humilha e nos envergonha perante parte do resto do mundo, que deveria humilhar e envergonhar as nossas ditas elites muito mais do que faz, mas que ele tem uma dimen-

são que nos permite enfrentá-lo e caminhar no horizonte de tempo apropriado, sem voluntarismos, discursos de palanque, promessas messiânicas e salvacionistas de que é possível resolvê-lo em um par de meses ou em um par de anos.

Vi com satisfação que o Senador Antonio Carlos Magalhães, tanto em seu discurso em que lançou a iniciativa quanto na carta que enviou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, contempla um horizonte de tempo de dez anos e uma estratégia que é preciso tê-la, porque, como já dizia Mao Tse-Tung, "Uma longa marcha começa com o primeiro passo". É preciso, obviamente, ter uma estratégia que se desdobre ao longo desse período, mas sem promessas não-factíveis e fadadas a frustrar expectativas de soluções de curtíssimo prazo para problemas que estão ligados à história do nosso País e da nossa sociedade.

Eu teria muito a falar sobre essa questão de comparações internacionais e farei algumas menções adicionais. O primeiro ponto que eu gostaria de mencionar é que, nestas questões, é muito importante – e me referi aqui a apenas alguns exemplos – que o Brasil se situe em relação e comparativamente ao resto do mundo, para que não tenhamos uma visão equivocada de apresentar o problema como mais difícil ainda de resolver do é, na verdade.

Esse primeiro tópico, lamentavelmente, foi apresentado aqui como sendo uma decisão do Fundo Monetário Internacional, quando, na verdade, o que Michel Camdessus fez apenas foi lembrar aos Governadores, Ministros da Fazenda do Fundo, na reunião anual, que os governos que eles ali representavam haviam assinado, em 1995, em Copenhagen, um compromisso e uma declaração que era essa: reduzir a pelo menos a metade, em 2015, a miséria extrema em suas respectivas sociedades. Isso nós vamos fazer. Tenho estimativas, com base nos dados da PNAD e feitas pelo IPEA.

Tenho orgulho de estar associado a essa instituição. Devo dizer que, infelizmente, sou o único servidor do IPEA de 56 anos não-aposentado na história deste País. Mas, em suma, o IPEA vem fazendo trabalhos nessa área de análise de pobreza, e tenho certeza que as contribuições aqui foram dadas, porque vi vários companheiros meus de trabalho no nesta Comissão, que vêm fazendo trabalhos admiráveis sobre esse tema, que representarão uma contribuição fundamental para o relatório do Deputado Roberto Brant.

O IPEA estima que, em 2015, é possível reduzir a menos da metade esses 14,8% da população brasileira que vivia, em 1997, abaixo da linha de indigência, com crescimentos médios da renda **per capita** no País que estão definitivamente ao nosso alcance. Se conseguirmos também, como esperamos, reduzir o problema da desigualdade na distribuição da riqueza e da renda, não tenho dúvida de que chegaremos a cumprir muito antes da data acordada o compromisso que assumimos em Copenhagen, como Governo. E tenho dúvidas se isso acontecerá em outros países, de outras partes do mundo, onde o problema tem uma dimensão que transcende de muito a dimensão do nosso, embora isso deva ser um magro consolo, porque o nosso problema é nosso e nós é que temos que resolvê-lo, e não derivar algum consolo em saber que ele é muito pior em outras partes do mundo. Pelo contrário, devia ser um acicate para que avancemos mais.

Essas metas que foram indicadas como sendo metas do Fundo, também por um equívoco de leitura, eram metas das Nações Unidas, conferências das quais nós participamos como país, em Copenhagen, Cairo e Bangcoc. A segunda meta, anunciada lá como se fora uma meta do Fundo, é uma meta dessas conferências sobre universalização da educação primária universal em 2015.

O Ministro Paulo Renato, que esteve aqui esta semana, se eu o conheço bem, seguramente haverá de ter chamado a atenção de V. Exªs para o fato de que temos hoje cerca de 96% das crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, na escola, com as diferenças regionais de sempre. Está ao nosso alcance, também, não em 2015, muitos e muitos anos antes, chegar à educação primária universal, com escolaridade de quase 100%, como é no resto do mundo desenvolvido, à luz do progresso que foi feito ao longo dos últimos anos.

O Ministro da Educação, se o conheço bem, também deve ter notado que a taxa de expansão das matrículas no ensino secundário, entre 1994 e 1999, foi da ordem de 57% e que a taxa de expansão das matrículas no ensino superior foi de 28%, entre 1994 e 1999.

O Ministro da Educação, se o conheço bem, deve ter notado também que os indicadores de analfabetismo no Brasil vêm tendo uma evolução expressiva. Em 1950, um entre dois brasileiros de mais de 15 anos era analfabeto; em 1970, um entre três; em 1980, um entre quatro; em 1991, um entre cinco; em 1996, último ano disponível, era um entre sete; e devemos estar agora ou, seguramente, estaremos no ano 2000 com um analfabeto apenas entre mais de oito brasileiros. E é importante olhar a composição

etária aqui, porque, na faixa etária de 15 a 19 anos, apenas 6% são analfabetos; de 20 a 24 anos, 7,1% de analfabetos; entre 25 e 29 anos, 8,1% de analfabetos dados de 1997.

E um fenômeno que reputo da maior importância, um indicador fundamental de desenvolvimento econômico e social em qualquer sociedade é o papel da mulher. No que diz respeito às mulheres, a taxa de analfabetismo, na faixa de 15 a 19 anos, era de 4% em 1997; na faixa de 20 a 24 anos, 5,5%; e na faixa de 25 a 29 anos, 6,4%. Esse fenômeno é extremamente alvissareiro.

Então, estamos muito bem nessas metas e compromissos que assumimos com o País em foros internacionais, no âmbito das Nações Unidas.

Há um outro que também está lá, a terceira meta, que alguns, de novo equivocadamente, leram como meta ou critério de desempenho do FMI: a eliminação da disparidade entre homens e mulheres na educação primária e secundária até 2015. Já eliminamos isso. Não há mais disparidade alguma hoje, no Brasil, entre homens e mulheres na educação primária e secundária.

Quanto à mortalidade infantil, não quero aborrecê-los aqui com números. Não preciso de lembrança de ninguém de que existe uma diferença entre os dados do IBGE e da Pastoral da Criança, e qualquer pessoa minimamente bem informada sabe disso. A Pastoral da Criança desempenha um trabalho extraordinário, opera em Municípios mais carentes e tem suas próprias estimativas de mortalidade infantil. Qualquer análise séria de dados, tanto do IBGE quanto da Pastoral da Criança, mostra uma expressiva redução ao longo dos últimos anos no que se refere a esse aspecto.

O mesmo diz respeito à queda na mortalidade maternal, uma das metas de conferências internacionais, que vem caindo significativamente no Brasil, assim como meta de saúde reprodutiva, acesso por meio do sistema primário de saúde ao serviço de saúde reprodutiva para todas as mulheres na idade reprodutiva, em que temos feito progressos significativos.

Menciono isso porque todas essas questões são absolutamente essenciais para o objetivo de redução da pobreza no Brasil. Fui conselheiro do Comunidade Solidária na sua fase inicial e sempre procurei insistir em que o foco do Comunidade Solidária deveria ser crianças e mulheres. Essas são as duas áreas em que se avança mais rapidamente no combate à pobreza e no evitar que os pobres de amanhã sejam os filhos dos pobres de hoje. Acho que o Brasil tem feito progressos nessa área, e o Ministro Paulo Renato sintetizou numa frase a nossa visão e a do Governo a respeito da questão, dizendo que estamos longe de onde deveríamos estar e queremos chegar, mas certamente estamos melhor e muito melhor do que estávamos há algumas décadas.

O importante é manter o momento, e volto a dizer que esta Comissão e essas iniciativas desempenham um papel importante no sentido de mostrar a vontade política de avançar nessa direção.

Amartya Sen* é um conhecido pessoal meu e do Senador Eduardo Suplicy e foi citado aqui mais de uma vez. Assim, gostaria de mencionar, nessa questão de pobreza e desigualdade, algo que acho fundamental nesse contexto. Refiro-me a dois trabalhos recentes de Amartya Sen. Um livro que o Senador Eduardo Suplicy teve a gentileza e a delicadeza de me presentear. Retaliei lhe presenteando com um livro do mesmo Amartya Sen, mas é um livro cuja leitura considero hoje obrigatória para quem esteja seriamente interessado no tema. Chama-se **Desigualdade Revisitada** e foi escrito já há alguns anos, mas retém uma extraordinária atualidade, principalmente para evitar os estereótipos, os chavões, os discursos puramente políticos no trato da questão de pobreza extrema, indigência e desigualdade na distribuição de renda e riqueza.

Todo o livro de Amartya Sen a que fiz referência é estruturado em torno, primeiro, de um fato óbvio, mas que ele faz questão de ressaltar: temos hoje seis bilhões de pessoas no mundo e cada uma é distinta da que lhe está ao lado. Essa enorme diversidade da condição humana é algo inexorável, inescapável e tem implicações para essa discussão.

A outra pergunta – muito mais importante – na qual Sen estrutura todo o seu livro sobre a questão da igualdade é a seguinte: estamos falando de que igualdade? Essa pergunta é reiteradamente colocada em cada capítulo do livro e faz uma enorme diferença, principalmente para quem está preocupado com o desenho, concepção de programas voltados para o trato da questão.

Qual é o tipo de igualdade que estamos falando? Faz diferença se estamos falando em igualdade na distribuição da renda, da riqueza; em igualdade perante a lei; em igualdade de oportunidades; em igualdade de acesso à educação; em igualdade em termos de não-discriminação por razões de raça, credo, opinião política; em igualdade de capacidade de desenvolvimento, de potencialidades; em igualdade em termos de não se ver privado de capacidade de desenvolvimento porque se nasceu em condições iniciais menos favoráveis do que outros que nasceram

em melhor situação. Uma boa sociedade deveria prover mecanismos para que essa diferença inicial não se reproduzisse e se alargasse ao longo da vida.

Há outro trabalho de Sen, bem mais recente, cuja cópia trouxe para entregar ao meu amigo Eduardo Suplicy. Trata-se de livro editado pelo FMI, no ano passado, em que Sen faz uma resenha da relação entre política econômica e eqüidade e chama atenção para algo que considero absolutamente essencial – de novo, em discussões não puramente políticas e não puramente voltadas para o discurso político, mas de alguém realmente interessado em aprofundar a discussão.

Em uma carta enviada por Sen a esta Comissão, ele diz estar com viagens programadas para China e Índia, dois países que ele compara neste artigo que deixo à disposição da Comissão. Ele compara a desigualdade na distribuição da renda na China e na Índia e diz que uma análise baseada exclusivamente nos dados sobre distribuição de renda indicaria uma clara superioridade ou melhor situação da Índia sobre a China. O coeficiente de distribuição de Gini é mais baixo na Índia do que na China, indicando, portanto, menor concentração de renda. Os 10% mais pobres na Índia recebem uma percentagem da renda superior a que recebe essa mesma camada na China. Os 10% superiores recebem, na Índia, uma proporção menor da renda do que recebem na China. Sen diz que, com base numa simples comparação de dados da distribuição de renda, se fossem essas as únicas coisas para as quais olhasse alguém ao comparar esses dois países, pareceria que a Índia tem uma melhor condição social do que a China. Ele diz que é fundamental que se olhe para muito mais do que esses indicadores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Anuncio com muito honra a presença do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com minhas escusas pelo atraso, anuncio também as presenças do Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo; Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo no Congresso e Senador José Fogaça. Anuncio este nomes porque não pertencem à Comissão e nos honram com suas presenças.

Assegura a palavra ao Ministro.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado. È um prazer receber tão ilustre visitas que se adicionam às ilustres presenças que já contávamos nesta Comissão.

Dizia que Amartya Sen(*), analista tão caro a mim quanto ao Senador Suplicy, nesta comparação que fazia neste artigo que deixo à disposição da Comissão entre China e Índia é preciso ir muito mais além do que a informação sobre a única, exclusiva comparação com distribuição de renda, embora seja importante. Chamo a atenção para o fato de que na Índia quase a metade da população adulta é ainda analfabeta comparada com 19% na China; chamo a atenção que mulheres na Índia mais de 62% são analfabetas comparadas com 27% na China; chamo a atenção para o fato de que 63% das crianças abaixo de cinco anos na Índia sofrem de desnutrição pelos critérios do Banco Mundial para desnutrição, isto é mais alto que qualquer outro país do mundo em desenvolvimento além de Bangladesh(*), a figura para a China é de 17% de desnutrição infantil comparado com 63% para a Índia; chamo a atenção que a mortalidade infantil na Índia, é de 68 mortes por 1.000 nascidos vivos, enquanto que na China é exatamente a metade; chamo que na Índia as crianças filhas dos 40% mais pobres não têm qualquer nível de escolaridade, enquanto os filhos dos 20% mais ricos têm na média dez anos de escolaridade.

Ele chama a atenção neste artigo, assim como no livro anteriormente mencionado, assim como em toda a sua obra, para a importância da consideração de uma série de indicadores na área social e não a tentativa de captar a complexidade de uma situação social de um país, principalmente países marcados por enormes diversidades, heterogeneidades na distribuição, inclusive regional, da atividade econômica, do investimento e do emprego por meio de um indicador que sintetizasse simplificadamente toda a informação necessária para avaliar primeiro a compatibilidade internacional da situação econômica daquele país, segundo a sua perspectiva de evolução ao longo do tempo e a tendência para o futuro.

Ele se pergunta, neste artigo que deixo para a Comissão, como foi possível que a caracterização de problemas de desigualdade tenha ficado tão paralisada no velho território da desigualdade da renda, uma caracterização que nós dá indicadores equivocados sobre um processo muito mais complexo de desigualdades e iniqüidades no mundo e dentro de cada país.

Acredito que o trabalho excepcional que o IPEA e várias organizações da sociedade civil e do mundo acadêmico vêm fazendo, chamando a atenção para estes vários indicadores que procurei mencionar rapidamente aqui sobre situação de crianças, de mulheres, de analfabetismo, na área de educação, de saúde no Brasil e sua evolução e sua comparabilidade internacional são absolutamente essenciais para esta discussão e para o desenho de programas apropria-

dos para lidar com este fenômeno que nos humilha e envergonha, e que agora podemos tratar graças a essa consciência e ao momento político que vem sendo adquirido com essas iniciativas recentes.

Queria falar sobre esta questão, sobre as inter-relações entre pobreza extrema e indigência que está a nosso alcance num prazo muito mais curto do que os que definimos e acordamos e subscrevemos como país nas conferências internacionais que participarmos. E aqui vejo que a questão fundamental, que vi com satisfação que foi discutida aqui nesta Comissão e que é fundamental aprofundar, é o problema que notado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães no seu discurso de lançamento desta Comissão, na sua carta de novo ao Secretário-Geral das Nações Unidas, o Brasil gasta hoje, na área social, cerca de 21% do seu produto interno bruto. Diz o IPEA, confirma a Cepal, é o mais alto nível de gastos na área social na América Latina. Não obstante, temos inúmeros problemas nessa área. E essa é a questão relevante, algo para o qual venho chamando a atenção há anos, não é de agora. Uma coisa é o volume de gastos que se dedica na tentativa de equacionar e resolver um determinado problema; o outro é a composição, a qualidade desse gasto, o foco desse gasto. Notei, novamente, com satisfação, que, tanto no seu discurso quanto na carta, o Senador, citando estudos do IPEA, nota que uma parte expressiva dos nossos gastos na área social na verdade são apropriados mais pelos não pobres do que pelos verdadeiramente pobres neste País. O estudo do IPEA, que chegou à conclusão, tentativa, é bem verdade, puramente um exercício econométrico, que seria possível erradicar a indigência, a pobreza extrema no Brasil com dispêndio da ordem de US$ 35 bilhões a US$ 40 bilhões, se alguém de boa fé o ler com atenção, faz quatro qualificações importantes. Em primeiro lugar, ele diz que não é gastar R$ 35 bilhões a R$ 40 bilhões de uma vez e resolver o problema. São R$ 35 bilhões a R$ 40 bilhões ao ano. Segundo, diz o estudo que são gastos que têm como propósito erradicar a pobreza extrema, vale dizer, trazer ao nível de pobreza aqueles que hoje abaixo dele estão. Terceiro, algo que é fundamental, diz que esse volume de recursos seria apropriado, caso fosse possível, e os próprios trabalhos do IPEA levantam enormes indagações a esse respeito, focalizar esses gastos nos verdadeiramente pobres, fazer com que chegassem a eles efetivamente os gastos realizados com esse objetivo. Quarto e último, não menos importante: o próprio IPEA reconhece que não nenhuma provisão, nessa estimativa, para os custos logísticos e administrativos envolvidos nessa empreitada. Não quero dizer com isso – de novo, volto a insistir – que ela não esteja ao nosso alcance. Eu acho que está. Muito antes de 2015, a que se referiu o nosso compromisso assumido, como país, em Copenhagen, acho que os estudos do IPEA devem ser vistos na sua inteireza – isso inclui a letra miúda (?), inclui todas as qualificações –, para que não nos iludamos, achando que é muito fácil, basta alocar esse volume de recursos e, independentemente da capacidade de focalizá-los onde queremos e independentemente da capacidade administrativa e dos custos administrativos e logísticos, e sabendo que o objetivo é trazer à linha de pobreza aqueles que abaixo dela estão hoje – pelo menos assim é que foi apresentado o estudo do IPEA.

Essa questão é absolutamente essencial, porque todos esses estudos – e eu acho que esse tema deveria ser central, ouvi aqui, com enorme satisfação, o Senador Maguito Vilela mencionar a possibilidade, se esse for o desejo dos membros da Comissão, de não concluir os seus trabalhos, porque esse tema estará conosco por muitos e muitos anos mais, e acompanhá-lo e verificar a eficiência e a eficácia desses programas acho que é um objetivo que faz o maior sentido. E vi, com satisfação, a possibilidade que ele aqui aventou de que esta Comissão não se dissolvesse quando da apresentação do relatório, mas que nós procurássemos uma forma de manter esses temas na agenda, no foco, na discussão, a avaliação da qualidade desses programas, porque eu digo, de longa data, infelizmente, na nossa tradição, toda vez em que se identifica um problema, seja em que área for – social ou não –, a solução instintiva e natural que aparece é "vamos alocar o maior volume de recursos para resolver esse problema". O fato é o seguinte: foi por essas e por outras – não quero dizer que foi só por essa – que passamos de uma inflação de 20% ao ano, no final dos anos 60 e início dos anos 70; para 40% no final dos anos 70; para 100% no início dos anos 80; para 250% em meados dos anos 80; para 1.000% no final dos anos 80; para 3.000 a 5.000% no início dos anos 90. A idéia é de que todas as demandas se fazem por adicionalidade. Adiciona-se um volume de recursos e, obviamente, esses recursos estão limitados pelo volume de impostos e de contribuições que a própria sociedade está em condições de entregar ao Governo, sob a forma de impostos e de contribuições, sob as limitações da capacidade de endividamento público adicional, que são gastos futuros, e resolvemos ou fingimos, como sociedade ou como país, que estamos resolvendo esses problemas quando, na verdade, estávamos utilizando o meca-

nismo perverso e paradoxal da inflação para adequar essas demandas, em termos reais, à capacidade de atendê-las. A inflação era uma enorme droga ou uma enorme cocaína que usamos, como País, como sociedade, para fingir que estávamos resolvendo. Isso é particularmente grave em caso de pobreza, porque não existe país nenhum do mundo e não seremos o primeiro que resolveu o problema de pobreza instituindo impostos sobre pobre, que é o imposto inflacionário.

Se não queremos trazer de volta a inflação, para fingir que estamos resolvendo problemas simplesmente aumentando o volume de recursos e sem poder aumentar, na mesma proporção, impostos, contribuições e o endividamento público, é inexorável que tenhamos de aprofundar essa discussão sobre a composição do gasto público no Brasil. Para quem está interessado em problemas de pobreza e desigualdade, é inevitável aprofundar a discussão sobre a extensão em que o gasto público hoje, no Brasil, na previdência, na saúde, na educação, está efetivamente dirigido aos verdadeiros pobres deste País e não é apropriado, nesse processo, por aqueles que não estão, em definitivo, entre os verdadeiros pobres deste País. Esta, a meu ver, é a grande, a fundamental discussão. Estou seguro que esta Comissão dará uma contribuição expressiva, principalmente se puder dar continuidade aos seus trabalhos.

Acabei de receber um estudo recente do Prof. José Márcio Camargo, que vem aprofundando, junto com vários economistas do IPEA, a questão do foco do gasto público no Brasil. Na previdência pública isso já é conhecido, é cada vez mais notório, exceto por aqueles que se recusam, por razões políticas, a se debruçarem sobre os números , não são os verdadeiros pobres os beneficiados da maioria dos gastos que fazemos. Isso é parte integrante ou deveria ser dessa discussão.

O Ministro Paulo Renato deve ter apresentado um folheto aliás, belíssimo, fico impressionado com a qualidade dos recursos hoje à disposição do Ministério da Educação , que mostra que o ensino fundamental e é fundamental que seja assim recebeu 44% dos recursos globais investidos na educação em 1997. Vem a seguir o ensino superior gratuito, para aqueles que chegam à universidade pública superior, em que sabemos que há muitos que não são pobres. Certamente, não são indigentes aqueles que lá chegam. Esse ensino recebe 17%. Esses 17% são o dobro dos recursos públicos que são utilizados no ensino médio é bem verdade que parte do ensino médio é estadual e da educação infantil. Para resumir, o ensino médio ficou com 50% dos gastos da educação e a educação infantil, 4%, a soma dando 9%; o ensino superior ficou com 17%; e o ensino fundamental com 44%.

Os estudos do IPEA, do Prof. José Márcio Camargo e de vários outros pesquisadores, tanto do Brasil quanto do exterior, mostram que, assim como na previdência, também na educação, temos uma composição do gasto público que, em definitivo, não está dirigida aos verdadeiramente pobres deste País. Isso devia ser parte integrante de qualquer discussão sobre pobreza, pobreza extrema e sobre desigualdade na distribuição do gasto público no Brasil, do qual depende, em parte, a distribuição de renda.

O trabalho recente do Prof. José Márcio Camargo mostra que o mesmo ocorre na área da saúde. Não quero aborrecê-los com números. É um trabalho recente, que ele pede que não cite ainda, porque está aberto a comentários. Mas, neste trabalho, ele mostra que, no caso dos hospitais do SUS, 74% dos pacientes são, na verdade, pacientes dos 20% mais ricos do Brasil, enquanto que os 20% mais pobres representam 17% do total.

Esses são exemplos apenas. Eu não queria aborrecê-los com números, mas eu não queria perder de vista o foco, a questão fundamental, que é uma discussão séria, que é econômica, mas também política, e é bom que assim seja, e social, sobre composição e qualidade do gasto público e tão importante quanto os mecanismos de supervisão e fiscalização desse gasto para combate à fraude, à corrupção, ao desperdício e a outras formas que fazem com que esses recursos, no processo de tentar chegar aos verdadeiros pobres, percam-se. Esses mecanismos de fiscalização e supervisão não devem ser apenas das agências encarregadas da sua execução ou dos Ministérios aos quais estão subordinados, mas têm de ser mecanismos de supervisão e fiscalização da própria sociedade. São exercícios de cidadania o acompanhamento dessa composição, da qualidade e eficiência dos gastos, das fraudes, dos desperdícios e dos vazamentos que têm lugar em termos do objetivo último que se pretendia alcançar.

Digo isso na questão dos programas, então, caminhando em direção ao último ponto que eu gostaria de mencionar, que são programas eficazes para lidar com essa questão. Em primeiro lugar, não há programa, por mais bem concebido que seja, que possa tratar dessa questão. Venho dizendo isso há muito tempo, inclusive em conversas com meu amigo Senador Eduardo Suplicy, com relação a esse programa de renda mínima, que considero excelente idéia, mas sempre insisti em alguns pontos com o Senador, com

base na experiência que vi aqui e em outros Países. O Brasil é um país muito grande, muito heterogêneo, muito diverso. Temos vários países em termos de regiões geo e socioeconômicas dentro do mesmo território continental. É inviável imaginar soluções eficazes para esse problema que não tenham o paradigma da descentralização subjacente a eles.

Tenho falado há anos sobre a idéia que existiu num passado não muito distante no Brasil de que, de Brasília, poderiam surgir grandes programas nacionais concebidos, desenhados, implementados, fiscalizados, supervisionados de forma centralizada por alguma agência localizada em Brasília. Isso sempre me pareceu algo não muito crível ou razoável, dada a dimensão, a complexidade, a heterogeneidade e a diversidade de nosso País. Sempre acreditei em soluções descentralizadas, no âmbito de prefeituras, Estados, comunidades, microrregiões. Agora também existe o papel que entendo de extrema importância, dessas instâncias intermediárias entre a população e o Poder, em seus três níveis. Trata-se das organizações da sociedade civil que se vêm multiplicando entre nós, com inúmeras soluções extremamente criativas por vezes, para tratar de problemas que estão ao alcance delas equacionar. Elas podem contribuir para reduzir a mazela daquela comunidade ou região, sem esperar por raios salvadores provenientes de Brasília.

Já citei mais de uma vez um exemplo que vi na televisão, de dois Municípios contíguos, parece-me que do Estado de São Paulo. No início do mandato de cada prefeito, os dois tinham taxas de mortalidade infantil da ordem de mais de 50 mortos por 1.000 nascidos vivos. Ao cabo de 4 anos, o programa mostrava um dos Municípios em que aquela taxa de mortalidade havia se reduzido a mais da metade, enquanto no outro havia ficado exatamente como estava.

O programa de televisão procurava entender o porquê. E era óbvio, quando se ouvia a entrevista com o prefeito, com alguns vereadores, com as lideranças sociedade local, que eles perceberam que estava ao alcance deles tentar fazer algo para resolver aquela questão.

Foram a Cuba, trouxeram alguns médicos cubanos, criaram um sistema de atendimento que não é caro, de informação pré-natal para mulheres grávidas, informações básicas de cuidados de higiene no momento do parto e no período pós-parto. E então mostraram os resultados.

A câmera corta e passa para o outro Município, para o outro prefeito, e fica claro que ele não tinha o menor interesse naquele tema e naquele assunto, que aquela sociedade não tinha a percepção de que estava ao alcance dela tentar fazer algo para lidar com aquele problema. E a taxa de mortalidade de lá permaneceu.

O primeiro não ficou esperando por uma solução de Brasília. Um percebeu que talvez eles próprios fossem capazes de fazer algo com a capacidade de mobilização, com a solidariedade, com a vontade política, com os recursos que fossem capazes de mobilizar. E o fez. O outro entendeu que não podia, que não precisava ou que não devia sei lá eu, e as coisas ficaram como estavam.

Digo isso como exemplo. Como eu disse, esse tema está definitivamente inserido na agenda, e isso não por preocupação do Governo apenas, mas da própria sociedade em suas várias instâncias, inclusive nessas instâncias intermediárias da sociedade civil é uma indicação de que podemos caminhar mais rapidamente, dado o grau de consciência, desde que o façamos de forma descentralizada.

Conversei muito com o Senador Eduardo Suplicy e com vários outros Senadores sobre esse programa de criança na escola. O primeiro de que tomei conhecimento foi feito pelo Prefeito Magalhães Teixeira em Campinas, há muito tempo. Era um programa que tinha como objetivo colocar a criança na escola, assegurar uma renda mínima à família que a mantivesse, mas, ao mesmo tempo, permitir o acompanhamento dessa família, com assistência social, de saúde, com orientação à família, ou seja, em outros aspectos que transcendiam à simples colocação e à permanência da criança na escola.

Existem hoje proliferando pelo Brasil inúmeros programas de renda mínima concebidos, desenhados e implementados no âmbito de municípios. É bom que seja assim. O ótimo seria que essas experiências bem sucedidas – e a do Governador Cristovam Buarque em Brasília foi uma delas – estivessem sendo apresentadas com uma divulgação mais ampla, com a finalidade de mostrar que é possível fazer, quando há vontade, quando há capacidade de mobilização, solidariedade, compaixão.

Há duas semanas, estive no Sumaré, convidado pelo Cardeal Dom Eugênio Sales para uma discussão desses temas. Dom Eugênio publicou um artigo no **Jornal do Brasil** há alguns dias, listando todas as ações sociais da Arquidiocese do Rio de Janeiro, envolvendo sociedade civil. É impressionante a lista. Eram pelo menos 15 a 20 programas que mobilizam trabalho voluntário da sociedade civil, que, para quem analisa com um discurso político macroeconômico, parece ser algo pequeno. Quando elas se multiplicam

em milhões neste País, deixam de ser pequenas e representam avanços concretos. Essa descentralização e esse papel da sociedade civil parecem ser essenciais.

Participei como conselheiro do Comunidade Solidária desde o seu início. O papel do Comunidade Solidária ainda não foi analisado, entendido e interpretado corretamente. É da maior importância para o País e para seu futuro o que vem sendo feito naquele âmbito, e espero que isso seja reconhecido em um futuro não muito distante.

Já estive dezenas de vezes no Senado e no Congresso Nacional, discutindo macroeconomia, oportunidades em que falei o que não quero mencionar aqui, exceto no que se refere a duas questões relativas aos dois textos a que fiz referência do Senador Antonio Carlos Magalhães.

A inflação baixa por si só. Obviamente, não é a resolução da problemática social de um país. Não obstante – tenho repetido isso ao longo de anos e vou repeti-lo mais uma vez –, não existe a possibilidade de resolver de maneira duradoura problemas sociais na área de pobreza, indigência, desigualdade e de ter uma melhoria sustentada de indicadores sociais em condições de um processo inflacionário que, na verdade, represente a imposição de um imposto sobre os mais pobres.

A inflação baixa é uma condição absolutamente insuficiente, mas necessária para que as verdadeiras questões possam ser discutidas, inclusive a referente à composição do gasto público e do seu direcionamento. Quando há o processo hiperinflacionário, ele mascara, como um véu, não permitindo que essa discussão, tão fundamental para o País e para seu futuro, possa ter lugar.

O Senador notou com propriedade que o crescimento econômico, por si só, embora seja absolutamente fundamental – porque sem ele não há salvação –, não resolve os problemas de pobreza extrema, de indigência e de melhoria sustentada e duradoura de problemas sociais.

Embora não sejam fins em si mesmo, tanto a inflação baixa quanto o crescimento são meios absolutamente indispensáveis para que o País possa, por intermédio de programas bem dirigidos, descentralizados – insisto na minha opinião a esse respeito –, reduzir pobreza extrema, indigência e desigualdade.

Menciono uma visão que tenho de longa data, desde que são quase 30 anos. Falo de um trabalho que, tenho certeza conhece o Senador Eduardo Suplicy. É de um bom economista americano, Arthur Okond. Ele nos chama a atenção para um fato que sempre me pareceu de meridiana evidência. Dizia que a democracia e uma economia de mercado são absolutamente indispensáveis. A sua convivência é absolutamente indispensável para que um país possa tentar a busca de eficiência e aumento de produtividade, sem a qual não há crescimento futuro, o que permite a resolução de problemas sociais, com a busca de eqüidade. Em outras palavras, é preciso democracia para que a busca de eficiência não se faça às expensas da busca por maior eqüidade. É preciso uma economia que tenha força de mercado para que a busca de eqüidade não se faça às custas da busca de eficiência e produtividade, da qual depende o crescimento futuro.

Na história dos países, observamos que nenhum o fez em um par de anos ou em cinco anos. Mas, o fizeram através de sucessivas gerações. Equacionar os problemas de eqüidade e redução, ao mínimo, de pobreza extrema é uma experiência, em que conviveram regimes democráticos e a capacidade de a sociedade se expressar, inclusive, demandando redução de pobreza e desigualdade em uma economia que exista a busca de eficiência e aumento de produtividade, sem a qual não há crescimento futuro e não se melhoram indicadores sociais ao longo do tempo.

Digo isso, porque é uma enorme perda de tempo a discussão que vejo, com freqüência aqui e mal colocada sobre o tamanho do Estado. Nunca foi a opinião deste Governo, não conheço nenhuma pessoa séria neste Governo, do qual participo com orgulho desde o seu primeiro mandato, que tenha defendido a idéia que, às vezes, expressam por aí, em animado discurso de palanque, sobre o Estado mínimo. Creio que o Estado provê um bem público e deve fazê-lo com eficiência. O tamanho do Estado deve ser apropriado, para que faça, com eficiência, aquilo que a sociedade espera dele, em termos de quantidade e qualidade dos serviços públicos colocados à disposição da população.

Portanto, para mim é absolutamente irrelevante essa discussão sobre o tamanho ideal do Estado. O tamanho ideal do Estado é aquele que permite que ele, com eficiência quero sublinhar isso aqui, seja capaz de prover os serviços públicos em quantidade e qualidade, que é o que a população espera. Obviamente, limitado por aquilo que a própria população é capaz de entregar ao Estado sob a forma de impostos, contribuições e autorização para o endividamento adicional, que são os gastos futuros.

A alternativa para isso, espero, que tenhamos sepultado, definitivamente, neste País, que é a tenta-

ção que existe, ainda, em estado latente, entre muitos no Brasil, de "resolver", ou de fingir que está resolvendo esses problemas, às vezes, com o inconsciente inflacionismo de bom coração que, na tentativa de resolver problemas, sem levar em conta essas necessidades que mencionei, pode ter o efeito de trazer de volta a vertigem do processo inflacionário no Brasil; e, portanto, derrotando o objetivo verdadeiro da proposta inicial que era a de ajudar os verdadeiros pobres no Brasil.

Sabemos, por experiência própria e de inúmeros outros países, que não é através da inflação que se resolve o problema do pobre. Não é aqui e em nenhum lugar do mundo. Não inventaremos a roda neste País. Pelo contrário, sofremos muito com a tentativa de pensar que éramos singulares, que éramos diferentes por sermos o quinto maior País em população e extensão territorial, a oitava ou nona economia industrial do planeta e, portanto, poderíamos ter um sistema brasileiro único como a jabuticaba, que não existisse em nenhum outro lugar e que permitisse resolver problemas simultaneamente econômico e sociais com um leve processo inflacionário que, desde que fosse mantido sob controle, em 10 a 20% ao mês, não deveria trazer graves problemas.

Espero que tenhamos aprendido de maneira dura, e não é por aí – e que nos defrontemos com as questões de fundo.

Só para concluir, agora, prometo, Presidente Maguito Vilela, o que procurei fazer aqui, na minha avaliação: pelo menos, sempre tratei dessas questões, procurando situar o Brasil em termos internacionais.

Como é nos compararmos internacionalmente com outros países, em termos de uma gama ampla de indicadores sociais? Não apenas o Coeficiente de Gini, não apenas o coeficiente, é uma gama ampla de indicadores sociais. Como é que nos comparamos ao resto do mundo? Quais as implicações dessa comparação? E daí derivo a idéia: como nós estamos em situação que não é tão dramática, trágica, diria, como é na África e em muitos países da Índia, a nossa situação é administrável. Está ao nosso alcance resolvê-la. E isso é uma coisa que surge das comparações internacionais. A deles, eu não sei se está no horizonte de tempo que estamos contemplando.

A outra coisa é situar a evolução do País, em termos de indicadores sociais, em perspectiva. Vou lhes dar um exemplo apenas mais recente e atual. Ontem, o Ibge publicou a taxa de desemprego no Brasil: 7,4%. E por que Ibge? Porque segue a metodologia da Organização Internacional do Trabalho e, portanto, é comparável internacionalmente.

A informação que queria dar é a seguinte: a taxa de desemprego, no Brasil, segundo o Ibge, nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 1999, nos últimos cinco meses, é menor do que a taxa de desemprego de maio, junho, julho, agosto e setembro de 1998, ano passado.

Não obstante, continuo vendo discursos sobre "uma dramática deterioração do desemprego no Brasil". Eu digo que isso é uma recusa de olhar os números, o que tenho dificuldade de entender. Eu entendo aqueles que dizem: "Não, mas o problema não é estatística, o problema é a percepção, a incerteza, o medo do desemprego futuro." Essa é outra discussão. Isso nós vamos melhorar. O Brasil está retomando o crescimento. Vamos crescer, pelo menos, 4% ao ano, em média, nos próximos três ano, com inflação declinante, sem problema de balanços de pagamento.

Creio que essa tentativa de mostrar, como diz o meu amigo Edward Amadeo, num artigo recente, que o Brasil nunca esteve tão ruim, ao longo de toda a sua história é uma mentira deslavada. Para quem quiser dar-se o trabalho de olhar os números, de boa-fé, haverá de perceber que é falsa essa percepção de que estamos no pior momento da história econômico-social e diplomática brasileira. Não é verdade, e o tempo se encarregará de demonstrar isso àqueles que preferem discursos à análise dos números.

Portanto, penso que é importante colocar em perspectiva, e citei vários indicadores.

O terceiro ponto trata da questão não só do nível, do volume de gastos, porque não é que nós gastemos pouco. Nós temos o mais alto nível de gastos sociais da América Latina, mas é fundamental aprofundar a discussão sobre composição e qualidade do gasto, na previdência, na educação e na saúde.

E, por último, a idéia de programas descentralizados que levem em conta o enorme potencial de ação, em termos de programas específicos, se tivermos criatividade e a capacidade de aprender com experiências bem-sucedidas, tanto no Brasil quanto no mundo, no âmbito do município, da comunidade, da microrregião, do Estado e contando, em particular, como eu conto, com esse fantástico desempenho e desenvolvimento das organizações da sociedade civil, no Brasil.

Era isso o que gostaria de dizer, Sr. Presidente. Peço perdão por ter me estendido em demasia. Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade. Estou à disposição para vir a esta Comissão tantas vezes quantas sejam necessárias, para aprofundar a discussão desse tema, que é absolutamente central para o Bra-

sil e seu futuro, não só como economia, mas como sociedade.

Agradeço à comissão, àqueles que tomaram a iniciativa de constituí-la e de prestigiar os seus trabalhos, por essa iniciativa à qual outras se juntam.

Ao terminar, expresso a minha satisfação pela oportunidade que me dão.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Relator, para as suas indagações, Deputado Roberto Brant.

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Ministro Pedro Malan, não vou fazer propriamente indagações, mas alguns comentários a respeito da exposição com que V. Exª nos brindou.

Em primeiro lugar, para dizer que não me impressiona o súbito prestígio que a questão da pobreza vem ganhando ultimamente no cenário internacional. Por duas razões: a primeira é que essa atenção é claramente cíclica. Há ondas de atenção e ondas de diferença que se sucedem no tempo.

Recordo-me, com muita clareza, de que, quando entrei na universidade, em 1960, um autor muito em voga na época, nos assustava com o livro **Suicídio e Sobrevivência do Ocidente**, em que traçava quase uma visão apocalíptica do mundo que viria, se intervenções radicais não se processassem no domínio do combate à fome, à mortalidade infantil e a esses indicadores de pobreza de modo geral.

Em segundo lugar, porque sou inteiramente descrente da efetividade da cooperação internacional para resolver concretamente os problemas de pobreza, principalmente em Nações como a nossa. Poderia até dar algum crédito em ações desse tipo naquelas nações mais atrasadas da África, em que o espetáculo da pobreza acaba ferindo a dignidade humana dos países adiantados.

Creio que essa é uma questão exclusivamente nacional, mesmo porque a pobreza brasileira é uma desordem na nossa economia e na nossa sociedade, uma desordem que tem características muito próprias. Como V. Exª bem notou, já atingimos um grau mediano de desenvolvimento econômico e, portanto, temos claramente uma situação de excesso de pessoas em condições de privação absoluta. Nenhum país com a renda média como a nossa tem um grau de população indigente desse tamanho, cerca de 15% da população vivendo abaixo desse nível de um dólar por pessoa. E mais ainda, acima da linha de indigência, temos cerca de mais 20 pontos percentuais de população que estão abaixo da linha de pobreza, que ainda está abaixo do valor de R$100,00 de renda familiar por habitante.

Então, não poderia estar mais de acordo com V. Exª e isso me dá muita satisfação, porque, ao longo desses últimos dois meses, o que percebemos aqui foi a formação de um grande consenso intelectual e político a respeito da natureza dessa questão e dos modos de resolvê-la. Essa palavra otimista que V. Exª deixou aqui é de que o tamanho do problema é tal que nos permite perfeitamente solucioná-lo em um horizonte de tempo razoável. Isso coincide com a seqüência de depoimentos que ouvimos aqui de pessoas de diferentes campos ideológicos e de diferentes inclinações intelectuais.

Também estou convencido disso. Nesses dois meses, tenho, junto com os meus companheiros da Comissão, me debruçado nesses depoimentos e em uma vasta literatura que já se acumula aqui no Brasil. Há um pensamento brasileiro sobre as nossas questões de indigência de pobreza.

Estou de acordo com V. Exª sobre tudo isso. Quero apenas marcar alguns pontos, que penso ser fundamentais. Em primeiro lugar, é claro que o desenvolvimento econômico diminui as condições de privação do conjunto da população, mas o Brasil vem crescendo quase que ininterruptamente ao longo de todo esse século, e viramos o milênio ainda com 15% da população abaixo da linha de indigência. Isso claramente está a indicar que o crescimento econômico e principalmente o desenvolvimento econômico, que se seguirá agora após a virada do milênio, são, de tal maneira, que as populações excluídas praticamente ficam às suas portas, ficam às suas margens, e não conseguem penetrar ou incluir-se.

Penso que, hoje, o combate à pobreza, Sr. Ministro, tem de ser visto em uma perspectiva dinâmica, ou seja, em uma perspectiva de incluir essas populações. Esse célebre exercício intelectual que o IPEA fez, de que 4% do PIB seria suficiente para acabar com a pobreza, na verdade, está falando primeiro da pobreza e não da indigência. E a pobreza é um número grande demais para tratarmos dele.

Segundo, é um exercício intelectual que trata de um problema de cobertura de hiato de insuficiência de renda. Ora, o combate à pobreza não se trata de suprir o hiato de renda, embora no presente isso possa se impor, porque estaríamos apenas perenizando as condições de pobreza, que continuaria a reproduzir-se ao longo do tempo. Temos de intervir estruturalmente, como V. Exª observou, para que as crianças pobres de hoje não sejam os pobres de amanhã, ou seja, que eles não leguem aos seus filhos o legado

que seus pais conseguiram e não tiveram a oportunidade de interromper.

Então, estamos aqui, por tudo que ouvi dos depoimentos, mas muito mais pelo que ouvi dos colegas, Deputados e Senadores, formando um consenso que se baseia no seguinte: precisamos definir um foco objetivo e prático para as nossas ações. Se quisermos mudar as condições sociais gerais do Brasil, estaremos atirando para o ar. Então, devemos definir com muita precisão o foco em razão dos recursos disponíveis.

Além disso, a ação de combate à pobreza tem que ocorrer ao largo das políticas sociais universais que já existem e todos os governos, em maior ou em menor grau, têm-se preocupado com os problemas sociais no Brasil. Mas estamos chegando à conclusão de que a pobreza – ou pelo menos a indigência – é um fenômeno muito específico e que as políticas sociais tradicionais, além das graves distorções de focalização, não são, por si mesmas, capazes de erradicar esse mal.

Então, Sr. Ministro, pretendemos constituir um fundo permanente, que tenha longo prazo para produzir plenamente os seus efeitos, e que vise, no presente, aliviar a questão da insuficiência de renda nas famílias pobres, mas, ao mesmo tempo, intervir estruturalmente para que a criança, desde o seu nascimento até 14 ou 17 anos, tenha total atenção, atendimento e oportunidade de educar-se e socializar-se a fim de que, futuramente, ao se encontrar com crianças de outras classes de renda– com as quais vai competir e conviver –, tenha pelo menos um mínimo de oportunidades e concorra com o mínimo de desvantagens possíveis.

É muito importante a sua presença. Sou testemunha do interesse que V. Exª demonstrou ao vir dar seu depoimento. V. Exª passa, a partir de agora, a ser incluído necessariamente no rol das personalidades e das autoridades do país que nos ajudarão a concluir com sucesso o desenho desse problema e a sua completa efetividade. É um momento de grande alegria para todos nós, porque sempre a área econômica do Governo – não deste de que V. Exª participa, mas de qualquer governo, em todas as circunstâncias – tem suas limitações naturais referentes à preocupação com o equilíbrio. Mas vejo que V. Exª retorna às origens ricas da sua juventude intelectual, de cujos produtos tenho sido testemunha ao longo do tempo. V. Exª evidentemente não abandonou suas origens para unir-se a nós. Então, para mim, como relator desta Comissão – e creio que para todos –, esse é um momento de grande celebração.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Comovido, agradeço ao meu amigo Roberto Brant as excelentes palavras. Aproveito a oportunidade para dizer que concordo absolutamente com ele. Essa foi a razão da má interpretação de um comentário que me permiti fazer em Washington numa reunião recente.

O relator, Deputado Roberto Brant, tem toda a razão quando diz que é descrente – como eu – da cooperação internacional para resolver problemas de pobreza em países como o nosso que alcançaram esse grau de desenvolvimento econômico e tecnológico e que têm essa dimensão e essa complexidade.

Apenas farei duas considerações. Para mim, há uma diferença, Sr. Deputado. No que tange à cooperação internacional feita com recursos, não existe um volume de recursos na comunidade internacional que nos permita lidar com esse problema. V. Exª está inteiramente correto ao dizer que estamos descrentes. Na verdade, esse problema é nosso, e temos que resolvê-lo. O futuro deste país – sua economia e sua sociedade – está em nossas mãos, como sempre esteve. Dispomos de recursos para lidar com essa situação na perspectiva de tempo apropriada.

O relator tem razão no que se refere às suas alegações quanto aos países mais pobres. Esse foi o objeto da confusão que se estabeleceu em Washington, onde se discutiu o problema de países paupérrimos e altamente endividados. São 36 no mundo – na América Latina, são Haiti, Guiana e Bolívia – que estavam sendo beneficiados por um perdão de dívida – houve doações inclusive por parte do Brasil. O consenso que se forjou em Washington foi o de que esses países paupérrimos e extremamente endividados, como contrapartida do perdão de dívida que estariam recebendo, deveriam conceber, junto com os organismos internacionais, estratégias de redução de pobreza. A discussão foi restrita a esse grupo de países. Em nenhum momento, falou-se em participação do Fundo Monetário Internacional ou numa estratégia de redução de pobreza no Brasil. Essa não é a função ou a competência deles. Não obstante, seria importante que todos deixassem claro que este problema diz respeito, hoje, à consciência da humanidade. Repugna à consciência da humanidade conviver com certos padrões de pobreza e indigência, onde quer que estejam, que devem ser enfrentados. Nesse sentido, é preciso juntar forças a essa demanda, por uma busca de soluções. Não penso que a saída seja recursos dessas instituições, pois o problema é nosso e

nós é que temos de resolvê-lo. O futuro está nas nossas mãos.

Contudo, a única ponderação, Deputado Roberto Brant, que faria é que acredito que haja uma contribuição que essas organizações podem dar por meio de estudos, análises, em particular de experiências e programas bem-sucedidos em outros países semelhantes ao nosso quanto à dimensão. É a contribuição da cooperação internacional, em termos de análises, estudos, pesquisas e disseminação de informação, de experiências bem-sucedidas, extremamente enriquecedoras. Não posso concordar mais com a observação de que nem a inflação baixa, nem o crescimento econômico por si sós são capazes de equacionar problemas de pobreza e marginalização. É necessário que haja programas adicionais para lidar com aqueles mais excluídos e marginalizados. O nome do jogo é esta frase do Relator: Evitar que os filhos dos pobres de hoje sejam os pobres de amanhã e, ao mesmo tempo, atenuar as conseqüências da situação.

Tenho acompanhado o tema por intermédio do pessoal que trabalha nessa área no Ministério da Fazenda, bem como por amigos do IPEA, que vêm fazendo um trabalho extraordinário a esse respeito. Queria agradecer as palavras do Relator e me colocar mais uma vez à disposição desta Comissão, tendo em vista a proposta que dela emergirá, a preparação do seu relatório final e eventual continuidade dos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Estivemos recentemente em São José da Tapera e em algumas cidades consideradas as mais pobres do Brasil e vimos lá, Ministro, com muita alegria, uma ONG internacional: Visão Mundial, salvo engano, que estava atuando fortemente, inclusive em São José da Tapera, para ajudar na redução da mortalidade infantil.

Vamos ouvir três Parlamentares inscritos. O senhor terá oportunidade de anotar as perguntas, às quais, posteriormente, responderá. Cada um disporá de cinco minutos. Gostaria que todos se ativessem ao tempo, uma vez que o Ministro tem compromisso com o Presidente da República e os Governadores às 18h, tendo que sair daqui às 17h45min. Portanto, temos que nos ater aos cinco minutos, para que todos tenham oportunidade de fazer suas perguntas.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, Senador Eduardo Suplicy, indago do Presidente do Congresso Nacional se deseja fazer alguma consideração. (Pausa.)

Com a palavra, então, o ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado e do Congresso, Relator, Deputado Roberto Brant, o Exmº Sr. Ministro Pedro Malan compareceu aqui inspirado de algum modo, porque resolveu citar Karl Marx e Mao Tsé-Tung. Assim, sinto-me instado a relembrar as recomendações de Che Guevara: "Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás!".

Nos últimos anos, o gasto do Tesouro Nacional com o pagamento do serviço da dívida interna e externa apresenta uma evolução exponencial. Em 1997, o País gastou 3,3% do Produto Interno Bruto. Em 1998, 7,5%, e até maio deste ano, conforme o último boletim do Banco Central, nada menos do que 10,6% do PIB; até maio, 91.740 bilhões de dívida interna, mais 5,679 bilhões dedicados aos juros da dívida externa. No entanto, a proporção de gastos sociais em relação ao PIB manteve-se estável nesses anos, em torno de 20,9% do Produto Interno Bruto.

Esse número é um tanto enganoso, precisamos analisá-los bem. Aí estão insertos os dispêndios com a Previdência, que atingem mais da metade dos recursos e gastos de Previdência. Embora tenha esta uma função social extraordinária, não é bem aquilo que se pensa, quando se fala em gastos sociais, pelo menos há que qualificá-los.

Segundo estudo realizado pelo IPEA, a cada 10% de desvalorização cambial, tem havido um agravamento da pobreza em 2%. A cada incremento de 10% no desemprego, a pobreza aumenta em 5%. Assinalo que considerei importante o ajuste da política cambial. Com respeito, entretanto, à questão da despreocupação que assinalo, com respeito ao agravamento do desemprego, isso sem dúvida tem um efeito importante sobre a pobreza. Essa preocupação é no sentido de urgência de se modificar o quadro.

Outro estudo desse mesmo instituto mostra que os 10% mais pobres da população tiveram ganhos de renda, obtidos nos dois primeiros anos do primeiro mandato, 1995/1996, graças ao processo de estabilização, mas que foram anulados nos últimos dois anos. Ou seja, em que pese ao processo de estabilização, vem ocorrendo um grau de empobrecimento de grande parte da população e a concentração da renda continua extremamente grave.

Como é que o Governo pretende conciliar esse extraordinário aporte de recursos para o pagamento de juros com a estabilidade, um combate à miséria para valer? Ainda hoje, Ministro Pedro Malan, um economista do **The Economist**, um jornalista, me perguntava: "Mas é possível à Oposição aprovar al-

gum projeto no Congresso Nacional?" Depende – respondi. Se forem projetos do tema que aqui estamos tratando, posso lhe contar o que aconteceu com o projeto de renda mínima.

Ainda hoje, nós estávamos de manhã homenageando os 150 anos de Joaquim Nabuco, que a cada dia no Congresso Nacional fazia pronunciamentos a respeito da necessidade da abolição da escravatura, e tantas pessoas procuravam dizer a ele algo como: "Olha, é melhor você aceitar que primeiro tenhamos a Lei do Sexagenário, depois a Lei Áurea, e assim por diante, e vá tomando chá de 'gradualismo'". Joaquim Nabuco não aceitava isso e, em que pese ao seu extraordinário empenho, ao calor das suas palavras, à firmeza da sua argumentação, ele e outros não conseguiram fazer com que o Brasil fosse senão o último a abolir a escravatura.

V. Ex.ª mencionou Mao Tsé-tung, e então lembrei-me da sua parábola, do velho homem que vivia no norte da China, nas montanhas. Todo dia ele subia a montanha, porque aquela montanha atrapalhava a sua plantação, porque o sol não batia direito no lugar da sua plantação, atrapalhava a sua visão, e ele resolveu tirá-la de lá. Todos os dias, subia a montanha com a sua enxada e trabalhava para removê-la. Um velho, seu vizinho, reparando a cena, observou:

"Mas o que você está fazendo?"

"Não está vendo? Estou removendo esta montanha".

"Você não vê que é impossível. Você vai passar anos a fio da sua vida, e a montanha é tão maior que não vai conseguir".

"Eu vou. Virei aqui todos os dias, trabalharei com os meus filhos e depois com meus netos e vou removê-la."

Assim, continuou. Certo dia, os anjos dos céus ficaram tão comovidos com aquela cena que resolveram remover a montanha. Disse, então, Mao Tse-Tung: "Aqui na China também temos três enormes montanhas que atrapalham o nosso desenvolvimento: o imperialismo, o capitalismo e o latifúndio. Se trabalharmos muito, se nós, companheiros de partido, trabalharmos para valer, iremos comover o povo, e o povo da China nos ajudará a remover essas montanhas".

O fato é que, com todos os problemas da China, houve a revolução e ela tem conseguido, em que pese todos os problemas internacionais, erradicar a fome e a miséria há muito tempo e ter taxas de crescimento próximas àquelas que o Brasil já demonstrou ser capaz de fazê-lo. Mas, nos últimos tempos, temos estado um tanto aquém.

Fico pensando nas montanhas que temos para remover: os interesses dos grupos empresariais, que recebem incentivos fiscais; os creditícios extraordinários; o extraordinário serviço da dívida que estamos pagando; o extraordinário poder político das forças internacionais e nacionais que impedem a transformação da presente estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, o tempo de V. Exª está esgotado em dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se eu tiver o breve direito de réplica, peço para concluir após ouvir a resposta do que até agora falei.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente da Comissão, Senador Maguito Vilela, Sr. Relator, Deputado Roberto Branco, permito-me inicialmente fazer justiça à explicação do Sr. Ministro, pela sua ponderação e, inclusive, pela linguagem que utilizou, compreensível, coloquial. S. Exª foi longe, porque nos chegou com absoluta clareza.

Sr. Ministro, esta Comissão vai produzir um trabalho eficaz, tendo em vista o primeiro passo que já proporcionou, que foi a decisão, a vontade política. Esta Comissão está agindo e é composta por representantes de diversas bancadas, e cada uma tem o objetivo comum de produzir um trabalho que sirva de suporte e de base para o objetivo a que se propôs, a erradicação da pobreza. Vale, preliminarmente, adiantar que pior que a pobreza é a indigência, para não usar uma expressão pesada, que é a miséria.

Dado esse primeiro passo da vontade política, Sr. Ministro, eu diria que qualquer programa desse nível acarreta despesa. E esse não acarreta pouca, mas muita despesa. Consultaria V. Exª sobre como formar, organizar essa base financeira mediante uma alteração, uma reforma de tributos, impostos, taxas, contribuições, a criação de um fundo, verbas orçamentárias, que, adotada essa fórmula orçamentária, sabe V. Exª que é uma autorização e que não tem, portanto, o respaldo adequado e a segurança para dispor dessa importância.

V. Exª, na sua palestra, na sua conferência, fez referência, indiretamente, a um dos meios para o aumento da receita e citou o combate, a elisão, a evasão, a sonegação, a fraude e, por outro lado, o combate ao desperdício. Não há dúvida nenhuma de que essas fórmulas, esses itens vão ajudar bastante, porque os recursos, as receitas serão fortemente alimentadas.

Atente, por outro lado, V. Exª que se trata de uma verdadeira revolução social no País e que isso envolve a mudança de mentalidade e, sobretudo, de cultura. V. Exª sabe que uma geração dura em torno de 25 anos. Então, não é possível, não é fácil, de imediato, cuidar disso. Entretanto, há de se prever que, nesse processo, nesse programa, haja uma primeira fase, que seria praticamente assistencialista, sobretudo dirigida para os indigentes. E, nessa primeira fase, a atuação há de ser muito mais socialista do que propriamente educativa. Lembrando dos exemplos a que V. Exª se referiu, urge divulgar essas experiências. O que acontece? Um município desse parte para uma experiência exitosa, mas fica isolado. É uma experiência que fica em compartimentos estanques e não se espraia, não se espalha pelo País todo. Sofremos também dessa dificuldade, da falta de comunicação, da falta de **marketing**, vamos dizer assim, de modo que essas experiências e essas práticas sejam espalhadas por todo o País e que sirvam de exemplo para as demais comunidades. Nesse trabalho que a Comissão haverá de fazer, há de se ter também, Ministro, como necessidade a comunicação, a mais ampla possível, para que mova a mentalidade do nosso povo, para que se fixe que não se trata de um trabalha somente do Governo Federal, do Governo Estadual, dos Prefeitos, mas que seja uma campanha que conscientize a população, desde o munícipe, e que alcance todos os brasileiros para que nos convençamos de que se trata, Sr. Ministro, de uma campanha, de uma revolução social e de um trabalho de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O tempo de V. Exª já está esgotado há dois minutos. Gostaria que V. Exª concluísse.

O SR. DJALMA BESSA – Vou concluir, Sr. Presidente.

Todos nós precisamos ser responsáveis por esse programa e por essa campanha. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o ilustre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Presidente Antonio Carlos Magalhães, Presidente Maguito Vilela, Presidente Marina, Relator Roberto Brant, Ministro Malan, escutamos os elementos que V. Exª trouxe, Ministro. O economista José Márcio Camargo, anteriormente, também já tinha nos informado a respeito da distribuição da apropriação dos gastos sociais, que parece, por todos esses elementos, uma apropriação injusta na sua distribuição. Mais da metade seria gasto, apropriado, pelos 40% mais ricos.

Quero dizer a V. Exª que estamos com a maior disposição para discutir isso e enfrentar a correção necessária, porque queremos corrigir injustiças. Mas há injustiças muito maiores, que precisam também ser corrigidas para que se implemente um espírito de aceitação, por parte da sociedade e dos partidos políticos, dessas correções necessárias.

O Senador Suplicy, de certa forma, já se referiu a isso. Uma parte substancial do gasto público, que é referente aos gastos com juros e encargos da dívida, se computarmos não apenas o dispêndio de caixa, mas tudo aquilo que é rolado sob a forma de crescimento da dívida e tudo mais, resultará num montante mais ou menos igual a esse percentual dos gastos sociais que é apropriado pelos 40% mais ricos. Só que esse gasto governamental é apropriado pelos 1% ou 2% mais ricos, no máximo. Isso é um terrível desbalanceamento, que nos constrange a nos dedicarmos à correção daquela outra injustiça, cujo grau é muito menor do que o desta, que é mais gritante e mais chocante.

Há também a questão da captação dos recursos, que deveria ser muito maior entre os 5% mais ricos dos brasileiros, e há uma resistência. Também não posso aceitar que digam que a sociedade não está disposta. Quem não está disposta é a elite endinheirada; é a mídia que serve a essa elite e é o próprio Governo, que se conforma com essa situação.

O esquema clássico de captação dos mais ricos é através dos Impostos de Renda e de Patrimônio. Essa é a fórmula socialdemocrata. Não é uma fórmula socialista, não; é a fórmula clássica da socialdemocracia. E o Governo se diz imbuído de uma filosofia socialdemocrata.

Não quero me referir ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Esse tributa a empresa, que, por sua vez, repassa ao consumidor, e não sabemos direito quem vai pagar. Mas o Imposto de Renda da Pessoa Física é muito benevolente com os ricos. Na hora de captar um pouco mais, eleva-se a alíquota máxima de 25% para 27%, quando poderia ser mantida a de 25% e criadas novas de 35%, de 45% ou de 55%, como já foi neste País.

Não posso aceitar que isso seja uma vontade expressa da sociedade, já que toda a sociedade não está absolutamente informada sobre isso. Isso é uma resistência da elite endinheirada, como eu disse, apoiada pela mídia, que defende os seus interesses.

O que pedimos – não falo em meu nome, mas em nome dos companheiros de Partido, com os quais tenho conversado, e até em nome de companheiros de Partidos irmãos de pensamento – queremos exa-

tamente uma correção dessas distorções de injustiça, mas que vá ao fundamental, que pode ir também à questão da Educação, da Previdência, da Saúde, onde há distorções, mas que parta do fundamental, como exemplo e como aumento da nossa capacidade de dialogar com os setores que deverão contribuir também nessas correções.

Então, eu gostaria de ouvir um comentário de V. Exª sobre isso. Esse exemplo que dei é gritante, porque foi ontem aprovada pela Câmara, por uma proposta de Governo, a manutenção da alíquota de 27,5%, que vai penalizar a classe média. Por que o Governo não manteve a de 25% e não criou 35%, 45%? E não apenas para salários! Não apenas para salários, mas para a renda bruta total de pessoas físicas, porque aí é que se corrige as desigualdades, e não através de um imposto muito mais fácil sobre as empresas, que penaliza a produção, deprime a capacidade produtiva das nossas empresas, afeta nossa competitividade e acaba sendo repassado para a população.

Eu gostaria de ouvir um comentário de V. Exª sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan, para responder aos três Senadores, Eduardo Suplicy, Djalma Bessa e Roberto Saturnino.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado. Quero agradecer aos três Senadores. Vou procurar limitar-me aqui às questões levantadas, que permitiriam longas digressões, mas vou procurar sintetizá-las.

O Senador Suplicy menciona, como acabou de fazer o meu amigo Roberto Saturnino, a questão dos gastos com juros e serviço da dívida. Eu queria fazer um comentário a esse respeito.

Os gastos com juros e encargos da dívida não são gastos permanentes, que se renovam ano após ano, de forma crescente. Tivemos dificuldades transitórias, passageiras, temporárias, mas esses juros vão baixar, estão baixando, continuarão a baixar e os senhores ficarão, espero, agradavelmente surpresos, quando saírem as estatísticas, a partir de fevereiro e março do ano que vem, quando verem o quanto vai baixar o déficit nominal, consolidado do setor público, incluindo o pagamento de juros nominais, devido ao fato de que o efeito da desvalorização que estará sendo captada nas estatísticas que carregam o período de 12 meses no **carry over** sairão os meses de janeiro e fevereiro. Teremos uma queda extremamente abrupta por um fenômeno que já é conhecido agora do déficit nominal. Os juros têm um componente que não é recorrente, crescente ao longo do tempo, embora possa ser para quem olha um curto período de tempo.

O outro comentário é o seguinte: Esse déficit da Previdência a que me referi, se pegarmos apenas – só para pegar um exemplo, mas poderíamos usar outros de outras áreas – não é o gasto, já é o déficit que estou mencionando aqui, da União, dos Estados e dos Municípios, neste ano de 1999, essa soma dá algo em torno de R$36 bilhões de déficit, que é coberto, como foram o dos anos anteriores, ou por impostos ou por aumento do endividamento, seja da União, seja dos Estados, seja dos Municípios. O aumento desse endividamento significa maiores juros. Então, nessa conta de juros, a que os dois fizeram referência, é preciso incluir o componente dos juros que são derivados do aumento da dívida pública que teve que ser realizado para cobrir os déficits passados, porque fomos, como ainda estamos, incapazes, como país, como sociedade, de equacionar um problema que sabemos que é estrutural, e problemas estruturais demandam soluções estruturais.

A alta temporada das taxas de juros não é um problema estrutural da economia brasileira. Eles vão baixar e os senhores me convidem para vir aqui em março do ano que vem, assim que as estatísticas de março tiverem saído, já fevereiro e março, para mostrar a queda do déficit nominal, incluindo os juros nominais. Portanto, ele não é um problema estrutural, recorrente. A Previdência o é, e temos que enfrentá-la. Enquanto não for enfrentada, vamos ter um déficit anual, que é parte esse gasto e é parte também do pagamento de juros a uma parte que deve ser imputada à nossa capacidade de equacionar o problema. Portanto, tem-se que lançar mais papel no mercado e pagamento de juros.

É lamentável que tenhamos tido de elevar os juros e suas conseqüências. Não somos defensores do calote e não seremos. Outros sugerem que talvez essa seja uma solução. Deixam de pagar a dívida porque sobram recursos para investir no social. Esse é um enorme equívoco. Os problemas criados pela recessão, pelo desemprego são de tal magnitude que não se está resolvendo problema social, pelo contrário, está agravando-o. Esse é o comentário que eu gostaria de fazer.

Senador Eduardo Suplicy, perdoe-me pelo ato falho. V. Exª mencionou a expressão "agravamento do desemprego". Peço-lhe, encarecidamente, que, por favor, olhe as estatísticas dos últimos cinco meses do IBGE e compare-os com os últimos cinco meses do ano passado. É difícil falar em agravamento do desemprego a não ser que se queira mencionar ou-

tras estatísticas ou um problema de receio que, entendo, existe. Este foi um ano de grandes incertezas, volatilidades. É possível que o receio tenha aumentado. Mas não é o que dizem as estatísticas do IBGE.

Sobre renda mínima, nós temos programas de renda mínima operando no Brasil. No Regime Geral do INSS, aposentadorias rurais, neste ano, representam quase R$10 bilhões, que atendem a mais de seis bilhões de pessoas. É o maior programa de renda mínima do mundo de que tenho conhecimento em termos de volume de gasto e do número de pessoas que cobre. A Lei Orgânica da Assistência Social LOAS representará, no ano que vem, quase R$1,9 bilhão. Há o programa de renda mínima vitalícia de mais R$1,5 bilhão. Há outros programas de seguro desemprego. Já existem programas que, por qualquer outro nome, são de renda mínima em funcionamento. Sempre fui defensor da sua iniciativa e sempre lhe disse que devíamos trabalhar para fazê-lo de maneira descentralizada. O que procurei mencionar anteriormente.

Sobre a magnífica parábola do velho chinês que removia montanhas com a força da sua convicção e visão de longo prazo, eu já não poderia concordar mais. Todos nós brasileiros temos enormes montanhas a remover por muitos e muitos anos à frente. Uma delas é a mencionada por V. Exª e que nos traz a essa discussão: a fome e a miséria. Eu poderia citar inúmeras outras. O único cuidado que se deve ter é, na tentativa de se remover uma montanha, não se erigirem outras montanhas para cuja remoção gerações futuras tenham de trabalhar.

Senador Djalma Bessa, agradeço, em particular, sua confiança da qual compartilho de que esta Comissão produzirá um bom trabalho, sabendo que temos um Presidente como o Senador Maguito Vilela e um Relator da qualidade do Deputado Roberto Brant. Concordo: pior do que a pobreza é a miséria! V. Exª nota que qualquer programa desse nível tem de dispor de recursos. Em qualquer parlamento do mundo, a discussão sobre prioridades é a essência tal como se expressa num orçamento. Estou seguro de que este Congresso haverá de buscar expressar, nas prioridades do seu orçamento, a importância dessa questão. Fico satisfeito em saber que V. Exª, como eu, acredita que o combate à fraude, ao desperdício, corrupção, evasão, elisão gerará resultados no futuro. É importante a divulgação de experiências, a comunicação. Não poderia concordar mais com V. Exª quando diz que a responsabilidade é nossa. Às vezes, eu falo: "Quando digo 'nós', não é o Governo ao qual tenho orgulho de pertencer ; mas nós brasileiros". Esses problemas só serão resolvidos com mobilização da sociedade. O País tem de se mobilizar nessa direção.

Meu amigo Senador Roberto Saturnino, agradeço o registro que fez logo na partida da disposição para discutir composição e estrutura de gastos. Não há dúvidas de que existem inúmeras injustiças neste País. Já comentei a questão dos juros. Rolagem não é gasto. Para concluir, mencionarei dois problemas: primeiro, V. Exª mencionou a apropriação por parte dos 2% mais ricos no Brasil. É possível espero não estar cometendo erro que, nesta sala, todos, talvez com exceções que possam ser contadas nos dedos, estejam entre os 2% de maior rendimento da sociedade brasileira. Todos, inclusive o pessoal lá de trás, com as exceções que podem confirmar a regra. Portanto o meu comentário é que V. Sª mencionou a idéia de resistências da elite endinheirada e da mídia a seu serviço ou da mídia que lhe dá apoio ou defende os seus interesses. Queria fazer justiça dizendo que não acredito que a mídia esteja a serviço da elite endinheirada ou que defenda os seus interesses.

Na verdade, essa resistência não é – V. Sª mencionou a questão do aumento dos impostos – da elite endinheirada. Vou lhe dar um exemplo. Este projeto que foi apresentado aqui, houve um substituto e um Deputado, se não me engano, sugeriu exatamente essa escala progressiva de alíquota de imposto de renda, ao mesmo tempo em que elevou o limite de isenção e alterou algumas alíquotas intermediárias. Fizemos os cálculos na ponta do lápis para ver a estimativa, ela levava a uma perda de arrecadação, perda de arrecadação supondo que todos aqueles que se enquadrassem nessas alíquotas de 45% estariam efetivamente contribuindo.

Na verdade, quem recebe imposto de renda na fonte tem dificuldade de dele fugir, mas quem não o faz tem, Senador, inúmeras, e tanto maiores possibilidades de se evadir do fisco quanto mais alta é a alíquota. Já vimos esta experiência em vários países. É possível transferir pessoa física para pessoa jurídica; transformar-se numa microempresa individual e portanto não estar sujeito a essa alíquota. É uma questão que tem que ser feita. Entendo o apelo, em princípio faz um enorme apelo. Por que não taxar com alíquotas extremamente elevadas aqueles que maior nível de renda? Mas estamos interessados na eficiência operacional. Vai funcionar do ponto de vista de efetivamente arrecadar e ter o efeito social almejado? É uma questão sobre a qual temos dúvidas que não são triviais mas estamos dispostos a continuar conversando sobre o assunto.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Quer dizer, a eficiência é só sobre a classe média.

O SR. PEDRO MALAN – Não é, não é só sobre a classe média.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Havia prometido uma pequena réplica ao Senador Eduardo Suplicy. V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Reconheço que os últimos dados do Dieese inclusive e do IBGE mostraram uma ligeira melhoria do desemprego, algo em torno de 7% e 7,8% do IBGE mas ainda é muito maior do que os índices de 1995, quando era da ordem 4,5%, 5%, estava me referindo à questão dos anos, como o problema vem se agravando.

O que gostaria de ressaltar é que V. Exª, Ministro Pedro Malan, mencionou que preferiria que houvesse uma descentralização da destinação dos recursos via Municípios.

O SR. PEDRO MALAN – Da implementação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas é importante observar que na hora de decidir, e rapidamente, a destinação de recursos para instituições financeiras, por exemplo, para o Proer e Proes, para grupos empresariais como aqueles que obtêm incentivos fiscais creditícios, os que recebem recursos do BNDES para privatização, e assim por diante, são recursos de extraordinária monta que são destinados pelo centro do poder de Brasília e inclusive os incentivos fiscais creditícios.

Quanto, por exemplo, para o Programa de Renda Mínima, o que tem sido, e V. Exª tem mencionado ser favorável, o que destinou em 1999, dois anos após a provação do projeto aqui, tão restrito, limitado, foi, segundo informou o Ministro Pedro Malan anteontem, R$31 milhões neste ano de 1999. Compare-se então este valor ao valor que é destinado para outros tantos programas, e aí vamos ver que falta muito de vontade e determinação política.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Vou tentar ser muito breve. Há anos que nas inúmeras vezes que venho às duas Casas do Congresso, ouço discursos do tipo: o Governo joga dinheiro fora para salvar banqueiro falido, o Proer... Já expliquei dezenas de vezes, isso virou um debate puramente político. Eu vou rapidamente só mencionar mais uma vez que o objetivo do Proer não foi jogar dinheiro fora para salvar banqueiro falido, o objetivo do Proer foi salvar o sistema financeiro nacional, um objetivo que acho que todo governante responsável tem obrigação de fazer. É assim que faz qualquer país do mundo quando defrontado com a possibilidade de uma crise bancária. E acho que podemos ter essa discussão numa outra ocasião. Mais uma vez, já tivemos dezenas de horas de debate sobre essa questão. Acho que fizemos o que tinha que ser feito nas circunstâncias. Lembro-me bem de um anúncio que foi feito há tempos atrás, que apresentava um casal de idosos caminhando e os dizeres "o Sr. Fulano e a Srª Beltrana não sabem o que é o Proer". Graças ao Proer, eles também não sabem o que é uma crise bancária, que os afetaria de uma maneira muito mais dramática.

Sobre o programa de renda mínima, Senador, é o seguinte: embora não tenho este nome, o programa de pagamento de aposentadoria rural para quem não contribuiu, que atinge mais de 6 milhões de pessoas, gasta quase R$10 bilhões por ano, é um programa de renda mínima. O LOAS pode ser visto como um programa de renda mínima. Assim é que ele é interpretado em outras partes. A renda mensal vitalícia – 1,5 bilhão – é um programa de renda mínima, embora não tenha esse nome. Desse modo, acho é possível e desejável criar um programa de renda mínima que tenha esse nome, desde que levemos em conta todos os outros programas e recursos que já são utilizados, que têm, para todos os efeitos práticos, assegurar a renda mínima a milhões e milhões de brasileiros. Então, vamos fazer uma consolidação. Estamos abertos a essa discussão. Não dá para pegar um programa e dizer que só se gastou tanto nesse programa. Porque este Governo tem inúmeros programas que, na verdade, são programas de renda mínima. A última coisa que eu...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Só ficarei sossegado quando houver 160 milhões assegurados com a renda mínima.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Senador Suplicy, vamos deixar o Ministro concluir.

Com a palavra, o Ministro, para concluir.

O SR. PEDRO MALAN – Eu já concluí, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra, o ilustre Deputado Federal Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, Sr. Ministro, não sei se saúdo o Ministro ou o economista, porque convidamos o Ministro e ouvimos, predominantemente, o economista. Isso tem sido comum neste Governo. Muitas vezes, o sociólogo fala pelo Presidente e analisa, inclusive, o desempenho do Presidente. E como economista, citando Marx, Mao-Tsé-Tung, a concessão mais conservadora foi Amartya Sen. Como Ministro, os últimos pronuncia-

mentos sobre a pobreza estavam à direita do pronunciamento de Camdessus. Eu queria dialogar com o Ministro, que eu acho que é mais oportuno para esta Comissão, evidentemente incorporando a contribuição que o economista tem e teve, ao longo da história econômica, para a reflexão que esta Comissão tem pela frente. Eu queria, em primeiro lugar, dizer que, nos anos 70, que V. Exª também foi parte desse debate, a tese de que era preciso crescer para distribuir demonstrou, para a história econômica, que a desigualdade da renda e da riqueza do Brasil não se alterou, ainda que, evidentemente, a qualidade de vida de uma parcela importante da população tenha melhorado diante da retomada do crescimento, da pressão do emprego sobre o salário e os benefícios que a evolução que o Produto Interno Bruto trouxe. E o PIB cresceu, nos anos 70, 8,4%. Nos anos 80, o Produto Interno Bruto caiu para 3,1%, e tivemos o quadro de estagflação, quer dizer, inflação e recessão, instabilidade, onde, evidentemente, a desigualdade, a pobreza e todos os indicadores sociais aumentaram. Nos anos 90, estamos tendo a década roubada. O Produto Interno Bruto cresceu 1,7%. É quase a metade do que chamávamos de década perdida nos anos 80. V. Exª esteve à frente da área econômica por quase seis anos dessa década. Se analisarmos os indicadores econômicos relevantes, os fundamentos macroeconômicos do País, todos se deterioraram, Ministro Malan! E o Brasil tem que discutir isso com transparência e franqueza para discutir o que fazer com a pobreza. O balanço de pagamentos está totalmente vulnerável, saímos de um déficit de transações correntes de US$35 bilhões no ano passado. O dólar está batendo R$2 hoje. A dívida pública cresceu 520% nesses quatro anos e meio. A remessa de lucros para o exterior cresceu 165%. Sobre o problema da taxa de juros, o último trabalho do Banco Central ainda reafirma que estamos com uma das maiores taxas de juros da economia internacional. E isso foi durante todo esse período, para não falar sobre o spread bancário, que o trabalho é muito bom. Mostra que, só no cheque especial, o lucro líquido dos bancos hoje é de 53%, isso o que eles declaram nas informações oferecidas ao Banco Central.

Nesse cenário, a situação social é trágica, Ministro, ao contrário do que V. Exª imagina. Os depoimentos que tivemos aqui, como o de Dom Mauro Morelli e os de outros, mostram a gravidade da situação social que estamos atravessando.

Quando se fala que o desemprego caiu cinco meses, está em 7,4%, e que o IBGE é uma metodologia internacional, temos que ver que essa metodologia internacional não reflete a situação do mercado de trabalho no Brasil, porque só é considerado desempregado quem procurou emprego na última semana e quem não tem nenhuma outra fonte de renda. Para países que têm uma cobertura universal do seguro-desemprego, esta é uma metodologia adequada. No nosso caso, não. O desemprego oculto, o desemprego disfarçado, o subemprego não aparece no desemprego aberto, na taxa do IBGE. E mesmo a taxa de desemprego do IBGE, quando esse Governo iniciou, era de 5,6%; hoje, ela está em 7,4%. As dos últimos cinco meses são as maiores de toda a história documentada. Pelo DIEESE, a taxa chega a 20% nas grandes cidades, porque o DIEESE trabalha com um período de um mês. A pessoa tem de ter procurado emprego durante um mês e pode ter alguma fonte de renda adicional, desde que não seja 20% da renda anterior que o cidadão tinha. Prefiro irmos mais a fundo na comparação.

Eu queria concluir a minha afirmação com mais duas ponderações. Se considerarmos a economia informal, os trabalhadores sem carteira de trabalho ou por conta própria passaram de 47,7% para 50,7%. Metade dos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada nesse País. Essa é a situação do mercado de trabalho real. Por isso, a pobreza atinge a proporção que estamos analisando. Ela é completamente incompatível com o PIB per capita deste País e ela é a expressão da desigualdade da renda e da riqueza da nossa sociedade. Não basta uma moeda estável para resolver o problema da desigualdade da renda e da riqueza. Precisamos, portanto, discutir um outro modelo de desenvolvimento e discutir medidas emergenciais que sejam capazes de enfrentar essa questão.

Faço três perguntas bem objetivas ao Ministro. A primeira é em relação à reforma tributária. Por que a resistência desse Governo em avançar na progressividade da estrutura tributária? Há consenso e há convergência nessa Casa sobre a simplificação, a desoneração da exportação, a não-acumulação de impostos. Eu diria que tudo isso é um consenso. Por que não a progressividade? V. Exª citou tanto os marxistas e eu citarei um liberal, Stuart Mill, que, há duzentos anos, defendia, com ênfase, a progressividade dos impostos, sobretudo no imposto sobre as heranças, que, no Brasil, é absolutamente marginal na taxação da renda. Por que não a progressividade no imposto sobre a renda? Por que não a progressividade no imposto sobre a herança? Por que não a taxação dos patrimônios, das grandes fortunas, como instrumento de compensação da desigualdade brutal do nosso País? A elite brasileira precisa ter mais solidari-

edade social, precisa assumir a pobreza como tema central da construção de uma economia de maior justiça, de maior solidariedade em nosso País.

A segunda questão é qual a disposição desse Governo em avançarmos na idéia de um orçamento social, de verbas e programas estabelecidos e vinculados, no âmbito do Orçamento? Estamos para votar uma vinculação específica na área da saúde e a negociação com o Governo não progride. A proposta que fazem, para o orçamento da saúde do ano que vem, é um crescimento de 5% no compromisso com a saúde. Como a inflação, seguramente, será superior a isso, evidentemente, vamos ter crescimento real na verba da saúde. Então, qual o compromisso com a idéia de um crescimento social?

A terceira pergunta é em relação ao Prodea, que é o programa de distribuição emergencial de alimentos, que distribui uma cesta básica de 555 calorias, que são quase calorias de um SPA, que vai de 300 a 600 calorias. São calorias de fome. O Governo cortou os recursos programados e oito milhões e seiscentas mil pessoas deixaram de receber, no primeiro semestre, a cesta básica mínima que estava programada. Houve uma moção unânime aprovada nesta Comissão em relação a isso. O Governo vai ou não liberar esses recursos? Quero lembrar a V. Exª que as crianças de 0 a 3 anos e só 22% das crianças abaixo da linha da pobreza estão em creches. É nessa faixa etária que se está conformando 75% da capacidade intelectual da criança. A subnutrição traz danos irreparáveis.

Portanto, esse é um programa emergencial, essencial, inadiável, que é o mínimo que esta Comissão deveria fazer com os que menos têm e mais precisam do Poder Público.

Para concluir, a questão da educação. Entendo que, se a alimentação é a urgência das urgências, a educação é a prioridade das prioridades. Qual a disposição no PPA e no Orçamento da União deste ano que se inicia de avançarmos no Bolsa-Escola? Trata-se de um programa essencial para universalizar o ensino fundamental. Precisamos colocar isso como tarefa fundamental do País neste próximo período, porque, com R$100 milhões, só 0,3% das crianças estão tendo acesso a esse programa municipalizado. Isso é muito apropriado, mas precisaríamos aumentar as verbas no Orçamento e no PPA para garantir a universalização do ensino fundamental.

Com a certeza de que a contribuição de economistas ajudará na reflexão deste trabalho, espero que o compromisso do Ministro possa fazer avançar o combate à pobreza, à miséria e à desigualdade, o que só acredito que será possível com outro modelo de desenvolvimento, que crie um mercado de consumo de massa, que distribua renda, riqueza, poder e cultura. Neste momento, é necessário que se tomem pelo menos medidas emergenciais na educação básica e no combate à fome alguns censos, como o caso de Minas Gerais, falam em 18% das crianças nesse estado de subnutrição infantil. Que não assistamos passivamente a esse quadro e que possamos sair desta Comissão com compromissos mínimos de programas emergenciais de combate à pobreza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) Com a palavra o ilustre Deputado Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadora Marina Silva, eminente Ministro Pedro Sampaio Malan, tenho uma oportunidade única, porque, de longe, tenho feito algumas críticas a V. Exª, e não há coisa melhor do que falar mal dos outros pelas costas. Chego a chamá-lo de mongólico não é pelo problema dos olhos ,: com o olhar perdido no horizonte, cultivando a insensibilidade no meio da miséria. E verifiquei que o ilustre Ministro tem a resposta adequada e correta e por isso é Ministro. Ministro deste modelo econômico tem de se virar se eu estivesse no meio do meu povo "como bolacha em boca de velha".

Mas o modelo econômico é que transformou o País e não é só este País, é também a Ásia e a América toda em um grande prisioneiro. Quantas e quantas vezes as tentativas foram formuladas sem qualquer tipo de resultado? E me vem uma pergunta: por que se fez um esforço tão grande durante quatro anos e dois meses para manter a estabilidade da moeda aquela que, em julho de 1994 iniciou-se com aquela moeda intermediária, a URV, e depois passou a valer mais do que o dólar?

Aliás, o Fernando Henrique foi muito mais realista do que o Menem. Este estabeleceu 1 dólar para 1 peso. Aqui, arrancamos com 0,82 para 0,86, ou seja, a "balaca" do brasileiro era muito maior do que a do argentino, e isso, sem dúvida alguma, é um fator importantíssimo.

Nenhuma das nações que seguiram esse modelo deu certo. Eu gostaria que o Ministro me dissesse qual foi a nação que, submetida à receita do Consenso de Washington, resolveu alguma coisa, minimizou a pobreza. Agora o Fundo Monetário... Ainda bem que V. Exª deu uma explicação sobre aquelas declarações que fez quando estava à frente de 182 Ministros da Fazenda de 182 países, quando disse que o Fundo não estava preparado para examinar o problema social.

Mas, no outro dia, eu já vi, para satisfação do Brasil, do povo faminto, que a interpretação dada por V. Exª não era bem a que a imprensa havia dito: que o Fundo não estava preparado para encaminhar ou, pelo menos, estudar ou detectar o problema social.

Mas o Presidente do BIRD disse que era preciso humanizar a globalização, a não ser que não tenham dito e seja culpa dessa mídia que está aí, porque às vezes fica fácil culpar a mídia.

Gostaria de dizer também a V. Exª que Niko, um grego naturalizado francês, elaborou um estudo clássico a respeito da crise do Estado. Esses aparelhos que estão no campo da mídia, no campo econômico, no campo de pressão são destinados – o Sr. Aloízio Mercadante sabe muito melhor do que eu, porque é um grande economista – à manutenção dos interesses e dos grandes privilégios das minorias ricas. Pode ser que consigamos, com esse esforço, avançar um pouco e fazer uma justa distribuição de renda. É da essência do capitalismo. O Senador Eduardo Suplicy falava nas montanhas do escravismo, do feudalismo e do capitalismo como instrumentos que não possibilitarão qualquer tipo de atendimento à fome, à miséria, à exclusão social que se estão agravando no Brasil, principalmente depois do real.

Vamos perguntar ao Ministro quais foram os instrumentos que convenceram o Presidente Fernando Henrique Cardoso a determinar que a moeda fosse superdesvalorizada, quando o instrumento de defesa, no campo político... Aliás é bom que se faça uma análise também das críticas do Ministro sobre o uso do palanque. Ora, se não fosse o palanque, não haveria democracia. Sei que os burocratas se dão bem em qualquer tipo de regime. Um deles, o Delfim Netto, que era meu amigo, passou um ano inteiro dizendo que eram 12%, embora já estivesse em 26%. Outra do Delfim Netto está-se repetindo agora: ele queria que crescesse o bolo para dividir depois. O bolo cresceu, a ditadura comeu o bolo, e o povo ficou pobre. Não teve qualquer tipo de redistribuição de renda, como não está tendo agora. A concentração de renda continua de maneira muito acentuada.

Acompanho o Dr. Aloízio Mercadante, no momento em que V. Exª, de maneira muito faceira e meio balanqueira, fez uma comparação dos últimos cinco meses do programa do desemprego. As taxas, segundo o IBGE, já estão razoavelmente melhores. V. Exª referiu-se a uma perspectiva e ao ano 2015. Há pessoas, conforme falava Betinho, cuja esperança é o prato de comida.

Vim faceiro a esta reunião, porque achei que o homem do dinheiro fosse abrir a mão para que tivéssemos um projeto de emergência, assim como os banqueiros o tiveram, para não irem à falência, para que o sistema financeiro nacional não fosse estrangulado, principalmente o sistema financeiro internacional, que estava de olho nas nossas finanças. Ele entrou para todo mundo, e hoje vivemos a colonização financeira, que é a chamada globalização. Tenho que expor dessa forma, porque não há tempo para um debate mais demorado, mais calmo e profundo. Assim como os bancos foram socorridos – não vou discutir se foi correto ou não, mas vou admitir que a sinceridade de V. Exª tem assento nas realidades econômicas do mundo em que estamos vivendo – por que não criar um pró-fome? Por que não arrumar alguns milhões de reais para financiar projetos emergenciais que atendam aquilo que o grande Betinho dizia: "a esperança é o prato de comida"?

Eminente Ministro, há pessoas passando fome no Brasil. Há pessoas sofrendo com esse salário mínimo, que é a vergonha nacional e o roubo oficializado por todos os governos contra 30 milhões de trabalhadores. Como comer? Onde viver? Como alimentar os filhos? Como transportá-los? Como cuidar da saúde? Como fazer isso tudo, com um salário de R$136,00?

Deixo essas colocações sem muita expectativa, porque o Ministro, com o modelo que nós temos, somente prevê melhoras em 2.015. Mas queremos ver se esta Comissão consegue adotar algumas medidas emergenciais. Já estou acreditando em alguma coisa, Senador Maguito Vilela e eminente Relator. V. Exª está falando sobre um fundo. Talvez, seja isso. Quem sabe não é por aí! Eu nunca vi um Ministro da Pasta da Fazenda abrir a mão. Se V. Exª o fizer, será a grande exceção no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senadora Marina Silva, Vice-Presidente desta Comissão. Alerto ao Deputado Alceu Collares que o direito que S. Exª teria à réplica já foi utilizado.

O SR. ALCEU COLLARES – Essa é uma forma muito boa de consolar-me, e eu a aceito.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, Maguito Vilela; Sr. Ministro, Pedro Malan; nosso Relator, Roberto Brant, sempre que os Ministros comparecem ao Senado, sinto que há duas realidades no País. Inclusive, o Ministro Paulo Renato é mestre em fazer isso. Ao visitar a realidade do Brasil real, deparamo-nos com uma situação que, às vezes, não condiz com as publicações sofisticadas e bonitas que recebemos nestas Comissões. Elas são bem adversas dessas informações, muito embora importantes.

Com isso, fico com a nítida impressão de que, em função de não sermos capazes ou de não termos a humildade de construir o caminho do meio, é fundamental que uma parte fique em um extremo, dizendo que melhorou e que há muita coisa boa, e que uma outra parte fique em um outro extremo, dizendo que realmente a situação está cinzenta, porque pretos somos eu e Alceu Collares.

Eu diria também que, nessa situação de extremo – o Deputado Alceu Collares falou sobre a questão do palanque –, o discurso de palanque deve ser motivo de preocupação. Não sou uma pessoa que tem erudição econômica. Sou uma professora secundária que chegou ao Senado. Creio que temos de nos preocupar com o discurso fácil de palanque, até porque, nele, as pessoas se permitem dizer que, no primeiro **round**, será feita a estabilidade econômica e que, no segundo, ocorrerá o crescimento econômico, serão estabelecidas as políticas sociais e serão feitos os investimentos naqueles setores que foram preteridos em função da primeira etapa do processo. Aí, quando se passa o palanque – não é preciso nem mesmo de um ano –, alguns meses depois, deparamo-nos com a dura realidade de que o discurso de palanque não tinha a frieza e o rigor acadêmico das cátedras.

Sr. Ministro, eu também me preocupo muito com o discurso de palanque. Talvez por isso é que nos tenhamos deslocado até alguns municípios dos rincões de pobreza deste nosso País. Fomos a Campo Grande, São José da Tapera, Ajaramataia. Fui até Mato Grosso do Sul, a Pananbizinho e a Taquara. Lá observamos situações extremas de pobreza. Se eu chegasse ali com essas publicações, o povo acharia que eu era completamente louca, porque esse Brasil não existe naquela realidade, naquelas casas em que entramos, no rosto daquelas mulheres e das crianças que colhem tabaco, apesar de os fiscais terem ido lá e dito que eles não podem fazer isso por terem apenas 12 anos. Contudo, eles não têm bolsa-escola, não têm renda-mínima. E as mães, praticamente chorando, diziam que não podiam sustentar oito filhos e que agora os seus filhos não podiam trabalhar. E estão corretos os fiscais: as crianças não devem trabalhar, mas sim devem ir às escolas. Infelizmente, na falta de alternativa, o que resta às mães? Resta a dura realidade da fome e do desemprego.

Então, esse Brasil real talvez não seja o dos palanques. Não é o Brasil das colinas, mas é o Brasil do vale, onde a situação é muito difícil e onde se precisa ralar muito para chegar ao palanque ou ao topo da colina.

Há um outro aspecto que também considero importante. Quando fazemos essa análise, alguns, com justa razão, fazem todas as admoestações necessárias para não fazermos o discurso fácil dos palanques, mas para procurarmos os caminhos pelo rigor da pesquisa, dos dados que, de uma forma muito correta, foram-nos colocados aqui pelo IPEA e por vários técnicos de universidades. Está correto o raciocínio que teme o discurso fácil do palanque para resolver problemas tão complexos.

Tem-se um outro extremo quando, diante do medo da frieza do discurso difícil das cátedras, enveredа-se apenas pelo viés da realidade. Como não tenho a oportunidade da cátedra, envieso sempre pelo caminho da realidade. E a realidade, realmente, é muito difícil de ser vivenciada. Lembro o caso daqueles índios do Mato Grosso do Sul, da forma como eles se apresentaram. Inclusive, fiquei sabendo depois que eles tinham uma estratégia para me seqüestrar. Foi interessante esse episódio. Fui visitar a primeira comunidade, conversei com os índios e lhes disse que, naquela situação, seria impossível uma comunidade indígena reproduzir a sua cultura, os seus costumes, as suas práticas econômicas, políticas e sociais: trezentos índios em sessenta hectares de terra, recebendo cesta básica mês sim, mês não.

Quando cheguei à outra comunidade – 180 que ocuparam o território de uma fazenda que antes era deles -, fiquei sabendo que um índio da primeira comunidade que visitei havia lhes dito: "Não seqüestrem a senadora não, porque ela é até um pouco parecida com a gente. Nem parece senadora." Foi assim que eu escapei do seqüestro – foi o que me informou a assessoria depois. Fiquei impressionada.

O Brasil real – lá de Alagoas, lá da Zona da Mata; lá de Mato Grosso do Sul – precisa de uma resposta que não se baseie tanto na frieza dos números, mas que tenha, sim, o rigor da nossa pesquisa, da nossa capacidade, dos nossos economistas.

Fico feliz ao ouvir a alma do economista falando. Quisera o Ministro fosse guiado pela alma do economista que citou aqui ou pela de tantos nomes com os quais nós concordamos. Dessa história de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo o povo brasileiro está realmente cansado. Se a fórmula fosse outra, as coisas seriam diferentes. Ocorre-me, a propósito, a fórmula daquele índio que achou um lindo taperebá e o levou para os dois filhos que tinha. No dia da partilha, o mais velho, quando o pai saiu de casa, deu um pedaço bem pequenininho para o menor e comeu a parte grande. Quando chegou o pai, o pequeno reclamou. No outro dia, o pai disse para o menor: "Vamos

fazer diferente. Você vai escolher o pedaço que quiser e deixar o outro para o seu irmão." O pequeninho, sabidamente, pegou o maior pedaço e deixou o menor para o irmão mais velho. Chegando o pai, ouviu a mesma reclamação. Então disse: "A partir de amanhã, a partilha vai ser diferente: um de vocês vai partir, mas o que não partiu tem o direito de escolher o pedaço que quiser". Não havia escolha. Teve que partir bem no meio, porque, senão, quem tinha o direito da escolha ia ficar com a maior parte do taperebá.

Essa idéia é pertinente à discussão sobre a pobreza, a gente tinha que pensar um pouco assim. Se a democracia neste País funcionasse, seria dado o direito de escolher o pedaço que mais lhe apraz à maioria, que infelizmente é de pobres. Dessa forma, haveria a possibilidade de uma escolha justa, já que quem faz a partilha somos nós, é o Congresso Nacional, é o Ministro da Fazenda, é o Ministro do Planejamento, é o Ministro da Educação.

Quero dizer, Ministro, que sou otimista. Mesmo com toda essa realidade, sou otimista e ouso sonhar que é possível fazermos alguma coisa para diminuir o sofrimento do povo brasileiro a partir de medidas concretas e eficazes de erradicação da pobreza. Sou otimista, inclusive a ponto de não me importar com quem está pautando esta discussão. Não quero saber quem é o pai da criança. Quando se está morrendo afogado, se alguém joga uma corda, não importa quem a está jogando ou de que ela é feita. Se essa corda é de ouro ou é de vime, não faz diferença. É uma corda. Você se pega na corda e se salva.

É isso o que está acontecendo com o povo brasileiro. Não importa se é o FMI que está dizendo que tem que cuidar de pobre, não importa se é o Eduardo Suplicy, se é o Senador Antonio Carlos Magalhães. O problema é que essa realidade dura está posta para o povo brasileiro e precisa de uma resposta.

Diante disso é que faço as seguintes indagações. O senhor, aqui, fez uma referência à questão de que é possível, mais ou menos no prazo de 15 anos, daqui para o ano 2015, obter-se resultados satisfatórios com relação à pobreza de acordo com a Cúpula Social de Copenhague. Também elogiou o esforço da sociedade, de prefeituras, enfim, de organizações que hoje estão lidando com a questão da pobreza.

Pergunto: V. Exª compreende que já é chegado o momento de o Brasil também entrar nessa discussão, talvez apresentando para o povo brasileiro, a partir deste debate, que não é só desta Comissão, a idéia de um orçamento social em que os recursos para as ações de erradicação da pobreza possam ficar carimbados dentro do orçamento social, sem prejuízo de alguns investimentos feitos em saúde e educação, que já são estruturais da política do nosso País? V. Exª acha que isso é possível, para haver a focalização, para ter nome, endereço e telefone, dentro das ações de prioridade do Governo? Qual seria o volume possível, necessário, sem sermos escravos do possível, para essas ações de erradicação da pobreza?

Um outro aspecto que acho interessante, já concluindo, é que o Governo, por uma série de medidas, está acabando com a aposentadoria rural. A aposentadoria rural é um instrumento de distribuição de renda para as populações mais pobres do interior deste País. Hoje, sob a alegação de que eles não têm comprovação de que são trabalhadores rurais, sob a alegação de que não têm nota fiscal, não têm registro da terra, milhares, milhões de trabalhadores tiveram suas aposentadorias cortadas. Dentro dessa lógica de que o Governo está fazendo alguma coisa, sinto que há um processo inverso em que o que foi feito está sendo desfeito e o déficit está bem maior em relação a tudo.

Essas são as indagações que faço. Para mim, o fundamental é a idéia de carimbarmos os recursos necessários para o atendimento das políticas sociais que só poderão ser geradas e gestadas em uma parceira entre o Governo, a sociedade e o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Agradeço aos Deputados Aloizio Mercadante e Alceu Collares, que disse que, infelizmente, teria que se retirar para tomar um avião. É uma pena, porque responderei de qualquer maneira. Mas preferiria responder olhando para S. Exª. Agradeço, também, à Senadora Marina Silva, a quem acho que devemos todos uma enorme homenagem pelo papel absolutamente fundamental que teve na iniciativa de criação desta Comissão, assegurando seu efetivo funcionamento.

Como sempre, são inúmeras as perguntas fundamentais. Peço desculpas, de antemão, pela linguagem um tanto telegráfica.

Deputado Aloizio Mercadante, peço desculpas, em particular, a V. Exª, pois não gostaria de ser mal interpretado se alguma palavra soar fora de lugar. Mas V. Exª mencionou que a única concessão que fiz aqui foi a citação de Amartya Sen. Penso que não há concessão alguma. É um grande especialista no assunto, cuja leitura acho indispensável.

Como V. Exª disse, eu, como Ministro, estou à direita do pensamento do Sr. Michel Camdessus.

Perdoe-me aqui a franqueza, mas acredito que V. Exª não leu o discurso do Sr. Michel Camdessus. Se leu, não entendeu. Sugiro que o leia de novo.

Sobre os anos 70, ouvi, agora, um comentário da Senadora Marina Silva, o mesmo feito pelos Deputados Aloizio Mercadante e Alceu Collares, que é o seguinte: nos anos 70, teria prevalecido a tese de que era preciso crescer para distribuir. Sei que ninguém é obrigado a ter memória. Essa é a razão pela qual eu trouxe os artigos que escrevi nos anos duros do AI-5, em 1972, 1973, o que afetou a minha carreira profissional durante alguns anos, exatamente questionando essa tese de que era necessário crescer primeiro, para, só então, depois do crescimento assegurado, distribuir.

Peço que aqueles que me acusam sem saber disso, que, pelo menos, tomem conhecimento de que é uma posição que tenho há dezenas de anos – não em discursos, mas em artigos escritos e em várias intervenções públicas.

Sobre a questão dos anos 80, não gastarei tempo discutindo se se trata de década perdida. Penso que não, porque países, pessoas e instituições aprendem com a experiência. Aprendeu-se muito nos anos 80 – apesar dos erros e confusões.

No que tange à década de 90, o Deputado Aloízio Mercadante cunhou um nome para esse período: a década roubada – não sei por quem. A década de 90 é marcada por três anos consecutivos – os três primeiros – de redução do produto interno bruto **per capita**. Se tomarmos como exemplo a fase de 1993 a 1997, houve uma taxa de crescimento real do PIB real próximo de 4%. É o mesmo índice dos próximos três anos. Os anos de 1997 e 1998 foram peculiares, marcados por uma crise internacional sobre a qual não temos controle.

Discordo radicalmente da afirmação de que todos os fundamentos da economia brasileira se deterioraram. Mas não falarei sobre detalhes dessa questão. O tempo mostrará que o problema de balanço de pagamentos estará equacionado ao longo dos próximos anos. O referido Deputado mencionou déficit em conta corrente em torno de US$35 milhões – foi aproximadamente US$33,6 milhões no ano passado. Neste ano, o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente, Sr. Deputado, será US$8 milhões a US$9 milhões a menos em relação ao que ocorreu no ano passado. Trata-se de uma balança comercial que terá feito uma avaliação de US$5,5 bilhões. Houve um pequeno déficit neste ano, mas a balança será superavitária no próximo ano – as amortizações programadas serão US$15 bilhões a US$20 bilhões menores do que as deste ano.

Não conheço nenhum país do mundo que tenha uma base produtiva diversificada como a brasileira, que experimente uma depreciação cambial como a que experimentamos, sem que isso traduza, ao longo do tempo, em aumento da produção exportável e doméstica competitiva com importações. No futuro, que espero não muito distante, haverá ocasiões em que testaremos a sua hipótese – de uma deterioração continuada nessa e em todas as outras áreas – e a minha hipótese – que não diz respeito a uma deterioração continuada nessa e nas outras áreas econômicas e sociais do Brasil.

Reconheço que a situação social é trágica em relação à nossa capacidade de lidar com ela. A consciência que temos – e os trabalhos desta Comissão são um exemplo disso – é incompatível com o grau de desenvolvimento econômico, tecnológico e com a nossa noção de dignidade humana. Por essa razão, podemos hoje tratar dessas questões. Esse grau de consciência não existia no passado, porque – entre outros motivos – todos nós nos embriagávamos com a inflação, que não nos permitia perceber essa situação com clareza – além de problemas de comunicação moderna.

Não discutirei sobre os indicadores do IBGE. Trata-se da metodologia da Organização Internacional do Trabalho. O índice de setembro foi 7,4%, que é menor do que o do ano passado – como foram menores os índices de maio, junho, julho e agosto. Essa é a informação. Não quero extrair mais nada, além do reconhecimento de que não houve uma deterioração de 1998 para 1999 quanto a essa questão. É o discurso que continuo a ouvir. Penso que é importante irmos mais a fundo na comparação. No que diz respeito a trabalhadores sem carteira, parte desse tema refere-se a uma discussão sobre legislação trabalhista no Brasil, que deveríamos aprofundar também.

Em suma, concordo com V. Exª. Há muitas questões que precisamos discutir mais profundamente. Sinto-me quase pessoalmente ofendido quando alguém repete, na minha frente, que não basta a moeda estável para assegurar a eliminação da pobreza. Digo isso há anos e é problemático ouvir esse assunto. Nunca afirmei, em nenhum momento, no palanque ou fora dele, tampouco em trabalhos escritos, que era suficiente a moeda estável para que o problema da pobreza fosse resolvido. Ao contrário, disse que era fundamental que tomássemos outras medidas, porque a moeda estável era uma condição absolutamen-

te insuficiente, embora totalmente necessária para que pudéssemos tratar de outros problemas.

No que se refere às perguntas específicas, não poderia concordar mais. Também defendi, durante todo o período em que passei no Comunidade Solidária, posição no sentido de que o investimento fundamental é o que se faz em criança, desde a mais tenra idade, naqueles anos de formação. Concordo integralmente com o que foi dito pelo Deputado Aloízio Mercadante sobre a importância de se investir em creche. A educação é a maior prioridade. Não temos nenhuma divergência quanto a esse tema.

No que tange às três perguntas – reforma tributária, pensei, quando o Deputado começou a falar, que seria esta que gostaríamos que o Brasil tivesse: um Imposto sobre o Valor Agregado, Legislação Federal, Justiça Federal, que substituísse a parafernália de 27 cartapácios de Legislação Estadual, de ICMS, com todo esse caos de impostos interestaduais e intraestaduais, que se prestam a todo tipo de sonegação, evasão, elisão fiscal, planejamento tributário, e distorcem a produção. Gostaria de eliminar esses impostos em cascata que incidem sobre a produção. Haveria apenas uma estrutura com um IVA, um imposto tipo **excise tax**, imposto sobre alguns produtos especiais, e um imposto de vendas e consignações no âmbito municipal.

Mas não era isso, era uma discussão sobre progressividade na tributação, algo que deve ser discutido. Já fiz um comentário sobre isso, em resposta à pergunta do Senador Roberto Saturnino. É fundamental discutir a operacionalidade e não o desejo de que houvesse uma estrutura bastante progressiva.

Quanto à questão do orçamento social, feita tanto pela Senadora Marina Silva quanto pelo Deputado Aloizio Mercadante, qualquer Congresso, qualquer Parlamento pode tomar uma decisão dizendo que determinada parcela dos recursos orçamentários é obrigatoriamente vinculada ao programa tal, **a**, **b** ou **c**. O problema é fazer essa avaliação no contexto de uma discussão sobre as outras obrigações, demandas e pleitos da sociedade. Exemplificando, tenho dezenas e dezenas de horas com todos os Governadores, de conversas com todos os Governadores já. Inúmeros deles gastam com pessoal, ativos e inativos, 81%, para citar o caso mais recente, de um Governador de Oposição. Oitenta e um por cento de toda a sua receita líquida real é gasta com ativos e inativos, e 13% com a dívida. A soma é igual a 94% do total da sua receita. Sobram 6% para todo o investimento, todo o custeio da máquina do Estado e todos os gastos que não sejam pagamento de pessoal, ativo e inativo. A idéia é vincular...

O SR. ALCEU COLLARES – Perdão, Ministro, sobra quanto dos recursos, fora o custeio?

O SR. PEDRO MALAN – Eu não sei se somei certo. Oitenta e um por cento de folha dos ativos e inativos, sendo estes 41%, crescendo ao longo do tempo, e 13% de dívida. Oitenta e um mais treze somam noventa e quatro. Sobram seis. Penso que não errei. Seis por cento para tudo: investimento, custeio de todo o resto da máquina. E os Governadores dizem, com propriedade: "É difícil fazer investimentos e custear a máquina só com 6% da receita. Então, quero reduzir a dívida." Ainda que o fizessem, continuariam com um valor extremamente reduzido.

Portanto, toda essa discussão sobre vinculação, seja no âmbito estadual, seja no âmbito municipal, seja no federal, tem de ser vista à luz de um fato absolutamente fundamental: existem limitações dadas pela carga tributária e pela capacidade do aumento da dívida pública. É uma discussão política no sentido maior, porque considero perfeitamente natural que representantes de partidos políticos proponham muito claramente à sociedade: "É isso que nós queremos fazer. Para tal, vamos aumentar a carga tributária em tanto por cento, aumentar a dívida pública em tanto por cento ou dar um calote nela em tanto por cento, na suposição de que isso resolve o problema, ou vamos, se isso não for suficiente, aceitar uma inflaçãozinha de x% ao ano." Que digam isso claramente à sociedade, para que ela decida se quer viver aquele experimento ou não.

O problema é que isso tem de ser discutido amplamente. Não é discussão de um grupo reduzido de pessoas. Vinculações, principalmente escritas na Constituição, que são vistas como cláusulas pétreas, eu, pessoalmente, que sou um democrata, vejo como problemáticas. Hoje estamos aqui. Há um Congresso eleito. Vai haver outro Congresso daqui a quatro anos, mais outro daqui a quatro anos, mais outro depois de quatro anos. É possível que, num país dinâmico, diversificado como o Brasil, em que as coisas mudam, alguma legislatura futura tenha outras prioridades. O País muda. As sociedades são dinâmicas. Alguém pode dizer: "Não, isso aqui foi petrificado há algumas décadas, quando uma legislatura decidiu que x% dos recursos tinham que ser obrigatoriamente, e para sempre, vinculados a esse programa. A sociedade não pode mudar prioridades." Acho que é pouco democrático, olhando a médio e longo prazo, que se comprometam legislaturas futuras ou priorida-

des futuras do nosso País. Mas, enfim, é uma discussão para a qual estamos sempre abertos.

Sobre o Prodea, Deputado, o que aconteceu ali foi um velho e repetido paradoxo de prioridades invertidas, que é comum, infelizmente, na administração pública federal. Ministérios que têm os seus gastos prioritários, realizam-no rapidamente e depois ficam esses grandes programas de grande visibilidade pública, e aí não é possível, porque a imprensa cobra, diz: "Mas como é possível que estejam faltando recursos para tal?" É porque os recursos que deveriam ter sido utilizados para tal, foram utilizados em outras coisas, prioridades que não eram as prioridades que deveriam ter sido, portanto há uma escassez de recursos, foi isso o que aconteceu neste caso específico, o problema já está resolvido e não se repetirá.

Sobre o Deputado Alceu Collares, eu gostei muito da discussão que S. Exª me fez, poética, olhar perdido na imensidão do horizonte, marcado pela insensibilidade diante da problemática social do País. É um prazer ouvir o Deputado, vou dizer-lhe isso por telefone depois, dizer-lhe o que respondi às suas perguntas. S. Exª perguntou por que se fez um esforço tão grande para segurar a estabilidade por quatro anos e pouco? Há uma idéia que eu sinto assim: "Olha, será que era necessário? Nós não estávamos melhor com uma inflação de 1.000%, 2.000%, caminhando para 5.000%, antes de 1994, 1995? Será que valeu a pena o esforço para trazê-la a um nível civilizado?"

Aí é uma pergunta política, pergunta política que foi respondida em 1994, em outubro, pela maioria da população brasileira, e de novo, em outubro de 1998, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito em primeiro turno com 15 milhões de votos sobre o segundo colocado. Essa pergunta será feita de novo em outubro de 2002, e democraticamente a população brasileira decidirá sobre quem ficará responsável pela gestão da coisa pública no Brasil a partir de 2002. É assim que se resolvem as coisas em democracia, respeita-se o prazo de convivência democrática. Um presidente é eleito por quatro anos e, a não ser que ele tenha roubado ou que seja impedido, vai cumprir o prazo na sua inteireza, e aqueles que pretendem se apresentar como alternativas críveis ao exercício do poder, façam-no submetendo-se ao escrutínio popular na época aprazada, e não em tentativas de fazê-lo antes da hora por meios transversos.

Eu discordo radicalmente do Deputado Alceu Collares quando diz que todas as nações que seguiram este modelo, que não sei qual é, não deram certo. S. Exª disse: "É o Consenso de Washington, essa **interlock**, que ninguém sabe o que quer dizer exatamente, porque houve um economista acadêmico, amigo meu, John Williamson, de um instituto de Washington, que resolveu, uma vez listar, fazer uma listagem de coisas que ele pensava, em torno da qual estava havendo uma grande convergência no mundo em desenvolvimento, e teve a infeliz idéia de chamar esse artigo, publicado num livro de uma conferência acadêmica – ele é um acadêmico também – "O Consenso de Washington", no sentido de **marketing** – penso que ele certamente tinha.

Ali há coisas que são obviedades hoje na maioria dos países, embora ainda não totalmente aqui, como por exemplo manter a inflação sob controle é responsabilidade de qualquer governo sério e responsável em qualquer país do mundo. Não tem nada de esquerda, de direita, não tem coloração política nessa decisão. Austeridade fiscal, respeitar restrição orçamentária é responsabilidade de qualquer governo sério e responsável em qualquer país do mundo; não há esquerda, direita, coloração política, é uma convergência de quem quer que tenha o mínimo de responsabilidade em gestão da coisa pública.

Àqueles que ainda julgam que isso tem alguma relevância, deixo aqui com a Comissão, farei chegar à Comissão, aos interessados, ao Deputado Alceu Collares e a outros que pensam da mesma maneira um artigo meu que completa dez anos de idade neste mês, escrito em novembro de 1989. Chama-se exatamente "Uma Crítica ao Consenso de Washington", está publicado em português na **Revista de Economia Política**, editada pelo ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira há dez anos, disponível a quem quer que procure saber o que eu entendia, que é a mesma coisa que hoje, em termos de minhas críticas ao Consenso de Washington. Portanto, é um tanto incômodo ouvir até hoje certo tipo de discurso: "Ah, mas o Ministro defende o Consenso de Washington". Por favor, leia o que escrevi, que é o mesmo que entendo hoje. Não me arrependo de nada do que escrevi, isso se aplica aos artigos que deixei aqui escritos há 27, 28 e 25 anos sobre distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento econômico no Brasil. Isso é o que penso e que continuarei dizendo.

Sobre as expressões que ouvi aqui como "humanizar a globalização", gostaria de dizer que ela foi dita por Michel Camdessus em um discurso que fez para uma assembléia-geral de 183 Ministros da Fazenda. "Humanizar a globalização" e "ouvir o grito das ruas ou dos pobres" são expressões bonitas que constam do discurso, que deve ser lido em sua inteireza.

O ex-Senador Alceu Collares fez um comentário que entendo estar absolutamente correto. Não tenho

nada contra discurso de palanque porque, às vezes, também o faço. Quando fazem um discurso que considero de palanque, respondo com outro semelhante, o que é próprio da democracia. A Senadora Marina Silva disse algo que é extremamente importante; ela falou do medo que tinha do discurso fácil de palanque. Eu também tenho medo do discurso fácil das cátedras.

Devemos nos rebelar contra os discursos fáceis. Dou um exemplo de discurso fácil que ouço há anos e, certamente, continuarei ouvindo. Aquele que o profere diz:: "sou contra a fome, a miséria, a pobreza, a opressão, a violência, a injustiça, a exclusão, a impunidade, a desigualdade, a corrupção, a fraude. Também sou contra tudo isso e não tenho qualquer problema para fazer um discurso eloqüente sobre isso.

O passo seguinte, que ouço com freqüência, é a responsabilização que se faz deste Governo por não ter resolvido tudo isso no curto espaço do seu mandato. Portanto, ele é responsabilizado por essa litania de palavras e de discursos sobre as coisas reais que temos de enfrentar. É um discurso fácil listá-las todas, dizer-se contra elas, responsabilizar o Governo Federal por não tê-las resolvido e afirmar um discurso – também afirmo – a favor da ética, da responsabilidade, da moralidade pública, da cidadania, o que também posso fazer e dizer que o Governo não é partidário dessa litania de coisas. Parece-me que a Senadora quis dizer isso quando falou do medo do discurso fácil de palanque. Digo que também tenho medo do discurso fácil das cátedras, que não têm responsabilidade pelo que dizem nem pelas implicações dos seus atos.

Nesse sentido, comento o que disse o ex-Senador Alceu Collares, quando citou Betinho, "esperança é um prato de comida". A minha esperança para o brasileiro é muito mais que um prato de comida; é um prato de comida e uma democracia consolidada; é desenvolvimento, que seus filhos estejam na escola e cheguem à universidade, que os filhos dos pobres de hoje não sejam os pobres de amanhã. Não se trata somente de um prato de comida, é muito mais o que legitimamente podemos ter neste País.

Com relação ao salário mínimo, tive a oportunidade de mencionar várias vezes que é um salário inaceitável, mas queria lembrar ao Senador, se estivesse aqui, que o salário mínimo no dia em que lançamos o Plano Real era de R$64,79. A cesta básica custava R$106,95. Portanto, o salário mínimo era um pouco mais de 60% do custo da cesta básica. Hoje ele é mais do que a cesta básica, ou seja, R$136,00 contra R$130,00.

O valor parece tão irrisório, R$136, mas quero lembrar que há pouco mais de seis anos, em julho de 1993, o salário mínimo era quatro milhões, seiscentos e oitenta mil, novecentos e trinta cruzeiros, que era a moeda da época. Parecia um grande salário, mas o poder de compra dele, que é o que importa, era o equivalente às 64 URVs em que foi convertido em 1º de março de 1994. O que conta é o poder aquisitivo do salário e o número de pessoas que dependem dele para sobreviver, o que vem diminuindo, e não aumentando, no Brasil.

Por último, quero registrar o meu desconforto com dois comentários dizendo que eu havia me referido a 2015 como um dia em que talvez o nosso problema estivesse equivocado. Por favor, a maioria me ouviu. 2015 surgiu quando mencionei que não foi Michel Camdessus, mas as Nações Unidas que, numa conferência internacional, em Copenhague, ao definir conjuntamente o objetivo de reduzir pelo menos à metade a pobreza extrema, disse que essa era a meta a ser alcançada em 2015.

Não mencionei que tenho metas e objetivos para 2015. Eu disse, na verdade, que, em várias dessas coisas, nós já estamos lá. Não precisamos esperar 2015, já chegamos lá. E, nas outras, vamos chegar muito antes.

A Senadora Marina Silva mencionou duas realidades deste País. Na verdade, há muito mais. Este é um país de contrastes, um país de inúmeras realidades e diferenças em sua magnífica diversidade – há uma unidade na diversidade. No Brasil, não há apenas duas realidades, óticas ou maneiras de ser; há inúmeras realidades. Penso que é extremamente simplificada a visão de que há a ótica do Brasil real, da qual alguns têm a percepção, e a ótica do Brasil fictício, que é a que se atribui indiretamente a nós. Parece-me que a frase do Ministro Paulo Renato, que citei aqui, aborda com clareza a questão. Trata-se de um reconhecimento dessa diversidade. S. Exª disse que estamos – e isso vale para qualquer dimensão da discussão do problema social que tenhamos – muito longe de onde deveríamos estar e queremos chegar, mas estamos melhor do que estávamos. É só isso. Isso vale para a esmagadora maioria dos indicadores sociais no Brasil quando se olha em perspectiva, sem comparar um determinado mês deste ano com o mesmo mês do ano passado.

Olhando para um horizonte de tempo mais longo, a tendência é de melhora e não de piora. Portanto, a frase do Ministro de que "estamos muito longe de onde deveríamos estar e queremos chegar, mas melhor do que estávamos" me parece apropriada para contem-

plar essa nossa magnífica diversidade, sem a necessidade de distinguir um Brasil real de um lado e um Brasil fictício de outro, com os dois se contrapondo.

Discordo da idéia de que nunca achamos que precisava haver a estabilidade consolidada para só depois tratarmos do crescimento, do desenvolvimento e de problemas sociais. Não é isso. Nunca dissemos isso. Tenho um artigo recente que foi publicado em dois livros: um do Ministro Velloso, que foi publicado no Fórum Nacional, no ano passado; e outro que foi publicado num livro de vinte anos, que trata de política econômica, com a contribuição dos Presidentes do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, chamado **Três Finais de Década**, em que há artigos meus sobre o final dos anos 70, 80 e 90. Quem os ler verá que não acredito nessa idéia de tratar primeiramente da estabilidade para depois tratar do resto.

Sobre discursos fáceis, sejam os de palanques, sejam os de cátedra, já disse o que tinha a dizer. Sobre a visita, Senadora, feita ao Município de São José da Tapera, a Campo Grande e a outros, lamento não ter podido acompanhá-los. O convite me chegou 24 horas antes do preparativo para viajar. Espero ter oportunidade de fazê-lo numa futura visita da Comissão.

Sobre a questão do rigor da pesquisa e frieza dos números, chamo a atenção para um desses artigos que deixei com a Comissão. Existe uma discussão que é teórica entre economistas que remonta – Suplicy o sabe – a David Ricardo. Existe uma discussão, que é empírica, entre estatísticos e economistas. Existe uma discussão de política econômica: como lidar com esses objetivos conflitantes de política econômica? E há uma discussão sobre essa questão – vamos reconhecer – que é explicitamente política, e essas coisas, que não devem ser necessariamente misturadas, às vezes o são.

Sobre as indagações da Senadora Marina Silva a respeito do orçamento social, penso que isso é possível desde que seja uma discussão que leve em conta todas as demandas existentes e não uma vinculação que deixe despesas que devem ser feitas obrigatoriamente sem recursos, portanto fazendo com que, de novo, haja o retorno da inflação ou o aumento do endividamento ou o aumento de impostos. Mas essa é uma discussão mais política do que puramente técnica. É uma decisão política e não uma decisão técnica. O volume de recursos possíveis é o volume de recursos que se queira subtrair de outras áreas para expandir o volume de recursos que se deseja nessa área. Mas devo dizer que não é que o Brasil gaste pouco nessa área. O Brasil, como é sabido, é um dos países que mais gastam na área social na América Latina. É por isso que digo que o importante é a qualidade do gasto.

Sobre a aposentadoria rural, o que tenho a dizer é que, neste ano, os gastos vão ser da ordem de quase R$10 bilhões e beneficiarão mais de seis milhões de pessoas. Eu não estava ciente – devo dizer – de problemas de reavaliação de cadastro de aposentadorias rurais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Ministro já havia nos informado do seu encontro com o Presidente e com os Governadores.

Sr. Ministro, eu gostaria de sugerir que os quatro inscritos fizessem as perguntas. Depois V. Exª poderia responder por escrito. Caso contrário, iremos trazer problemas para o Ministro. Eu gostaria, então, que os Deputados e o Senador Agnelo fizessem as perguntas e que o Ministro anotasse, para depois respondê-las. Seria possível, Ministro?

O SR. PEDRO MALAN – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Vice-Presidente Senadora Marina Silva, nobre Relator Roberto Brant, gostaria de dizer que gostei muito da exposição do Ministro Malan sobre a fome, a pobreza e a miséria no panorama da economia, da sociologia e do trabalho que, junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, S. Exª tem feito à frente dessas políticas que o Brasil precisa ultrapassar. Pegarei as notas taquigráficas para ler e citar, quando apropriado. Acredito que tenha sido uma das melhores exposições sobre a matéria.

Gostaria de dizer a V. Exª que não estamos numa comissão comum. Para exemplificar, o Presidente da Comissão foi Governador de um Estado onde ele erradicou a miséria absoluta e a desnutrição infantil.

Sr. Presidente, a minha argumentação é composta de quatro itens, até chegar à pergunta final.

Não há melhor investimento do que colocar leite na boca das crianças, como Churchill falou, em 1936, em alguns dos programas de rádio da BBC. Em 1996, um estudo feito pelo Banco Mundial mostra relações de benefício e custo, em certos programas de combate micronutricional para crianças carentes, da ordem de 86 por 1; uma coisa fantástica. Cortamos pela metade e, mesmo assim, fica melhor do que exploração do lenocínio e tráfico de drogas, que são coisas muito lucrativas para os bandidos.

Ministro Malan, os termos miséria absoluta, miséria e pobreza compõem uma gradação para quem trabalha nessa área, mas a miséria absoluta mais cruel é a desnutrição infantil. Se não tivermos organização social para acabar com a desnutrição infantil, a miséria absoluta mais cruel, teremos competência para chegar ao Primeiro Mundo? Em outras palavras, Ministro, chegaremos ao desenvolvimento econômico-social sem erradicar a desnutrição infantil? A mobilização da sociedade para acabar com a desnutrição infantil é condição para alcançarmos o desenvolvimento? Essa é a minha pergunta.

Gostaria de passar a V. Exª o último documento que publiquei sobre o combate à fome, que é a minha visão atual das causas da crise brasileira, que se perpetua com a loucura dessa fome e dessa miséria há 50 ou 60 anos, sem resolvermos nada. O nome da publicação é: "Combate à Fome – Mineralização dos Solos Brasileiros", e peço a V. Exª, se possível, para tecer depois alguns comentários a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Eu gostaria de alertar V. Exªs de que o Ministro realmente tem que estar no Palácio às oito horas. Não podemos, de maneira nenhuma, prejudicar a audiência do Presidente com todos os governadores. Gostaria de solicitar aos Srs. Senadores e Deputados que fizessem simplesmente as perguntas, senão terei que encerrar a reunião.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, Sr. Ministro e demais componentes da Mesa, resumo numa ponderação aquilo que tenho dito desde que governei o Estado de Santa Catarina e desde a campanha rumo ao Senado, em 1994, defendia isso. Quem sabe até vai servir para a Comissão, para o Relator; o Presidente da Comissão, quando Governador, adotou a idéia em Goiás.

Sabemos que hoje, nos grandes centros urbanos, o desemprego é maior, percebe-se isso.

Sabemos que os grandes centros urbanos, as grande metrópoles, detêm três grandes problemas: moradia, saneamento básico e segurança. São três questões fundamentais. Se partirmos para a tese da interiorização do desenvolvimento – e já existem hoje leis de fomento à interiorização –, se usarmos os mecanismos, como o BNDES, e incentivarmos a descentralização do desenvolvimento, quer dizer, a interiorização, vamos formar diques para que, nas menores localidades deste País, exista desenvolvimento. Estaremos ajudando, com isso, a minorar esses problemas fundamentais existentes nas grandes metrópoles, como o acúmulo de gente. Se usarmos instrumentos da área econômica e de diversas áreas do Governo, vamos descentralizar, ajudar a ocupar o País de forma mais eqüitativa.

Pretendo detalhar essas idéias na Comissão, porque não temos tempo agora, e quem sabe o Relator, eminente Deputado Roberto Brant, possa aproveitá-las, levando-as ao Governo, para que se adotem medidas nesse sentido. Eu gostaria de deixar registradas algumas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, para perguntas.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro,**(inaudível, fora do microfone)** ...sem dúvida, foi a parte mais importante para o ganho, sobretudo das classes menos desenvolvidas. Tanto é assim que foi – e V. Exª até citou isso – respondida pelo povo nas duas eleições subseqüentes para Presidente da República, porque, na verdade, isso trouxe um grande benefício para o povo.

Sabemos que esse sonho foi realizado, mas ele trouxe algumas distorções, e uma delas quero citar aqui para fazer a pergunta a V. Exª.

Quando se fez a Lei nº 9.249, depois modificada pela Lei nº 9.430, pensava-se em corrigir distorções da inflação. Quando estabilizou-se a economia, essa lei continuava a dar 50% sobre o patrimônio líquido das empresas, 50 maiores bancos, 200 maiores empresas. Isso acarretou uma renúncia fiscal de cerca de R$2,617 milhões, quase completando os R$3 milhões. Achei que essa distorção, em razão do grande sucesso que se conseguiu fazendo essa modificação, seria corrigida, talvez para a metade do benefício, e que esses recursos seriam encaminhados para o programa da pobreza sem que isso alterasse em nada a estabilidade da moeda. Essa é uma pergunta objetiva.

E se pudesse encaminhar isso para a irrigação no Nordeste – Ortega Y Gasset diz que o sonho é parte da realidade –, gostaríamos que isso acontecesse, porque isso geraria pelo menos 300 mil hectares irrigados que dariam nove mil empregos, geraria uma produção agrícola que daria ao nordestino mais de 2.200 calorias que precisamos. Essa pergunta é referente à alimentação, ao desenvolvimento.

A outra pergunta é sobre habitação, é uma pergunta também objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Deputado, infelizmente, o tempo está esgotado. Faço um apelo a V. Exª, no sentido de fazer as perguntas

por escrito, para não trazer constrangimento ao Ministro com o Presidente da República.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – S. Exª vai chegar atrasado, vai ficar ruim. Vai ter que chegar antes do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Deputado Euler e o Senador Agnelo Alves concordam em fazer a pergunta por escrito, ou acham que fariam assim bem objetivamente?

O SR. AGNELO ALVES – Peço licença a Senadora Marina Silva para que eu faça de suas palavras as minhas no essencial.

Dentro desse quadro, pergunto ao Ministro Pedro Malan quando o Estado brasileiro voltará a ter condições de investir? Lembro-me de que o Brasil teve dois momentos de desenvolvimento: no Governo JK e nos governos militares, quando se investiu e muito pelo Estado.

Quanto aos números, dispenso-me porque não tenho facilidade de decorá-los. Só decorei até hoje a data do meu nascimento e é exatamente a que eu gostaria de esquecer. Não por que tenha medo da velhice, mas porque, a cada dia que envelheço mais, sinto-me mais jovem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Ministro Pedro Malan, como já perdi meu vôo, serei bem objetivo.

Concordamos quando V. Exª diz que só estabilização e crescimento não resolvem o problema da pobreza. Chegamos à conclusão com V. Exª de que há um reconhecimento de que os gastos sociais estão distorcidos a despeito do volume significativo. Temos de encontrar solução.

As minhas colocações são as seguintes: primeiro, envolvimento da sociedade civil. Hoje, na Câmara dos Deputados, prestamos homenagem ao Betinho em comemoração ao Dia Internacional da Alimentação. Betinho é um exemplo de que a sociedade civil se envolve, desde que o Governo apresente também projetos sérios, com credibilidade. Minha primeira pergunta: é possível formarmos uma comissão conjunta para corrigirmos essas distorções nos gastos sociais aplicados no Brasil para que cheguem aos que precisam, aos mais pobres? Segunda: é possível criarmos de fato, como a Senadora Marina Silva colocou, um orçamento social ou um fundo bem explicitado, com indicadores sócioeconômicos, a fim de que anualmente possamos fazer uma avaliação nos próximos 10 anos da nossa evolução?

Por fim, Ministro Pedro Malan, faço-lhe um convite. Sei que V. Exª é muito ocupado. Esta Comissão, no dia 4 de novembro, terá sua última oportunidade antes de se tornar permanente, o que defendo de fazer uma visita ao entorno: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Recanto das Emas e etc. Convidamos V. Exª e outros Ministros da área social para nos acompanharem. Não faremos nenhum proselitismo, mas veremos a realidade de perto porque teremos mais tempo para dialogar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Ministro Pedro Malan, em nome de toda a Comissão, dos Deputados Federais e dos Senadores, agradecemos a tolerância e a paciência com que V. Exª nos ouviu. Agradecemos sua disposição de, se for o caso, voltar a esta Comissão. Creio que nem haverá tempo para isso.

Peço-lhe que, se necessário, receba a executiva da Comissão, o Relator, a Vice-Presidente e qualquer um dos seus membros para dialogar a respeito do relatório que será feito.

Teremos mais duas audiências públicas, em São Paulo e em Brasília, depois de visitarmos os bolsões de pobreza aqui do entorno, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Recanto das Emas e Santa Maria. Gostaríamos da sua disposição em comparecer numa dessas audiências.

Agradecemos muito V. Exª por ter feito aqui grande exposição, ajudando-nos a fazer um relatório final à altura do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, podemos ter uma breve reunião administrativa logo em seguida, ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan para suas considerações finais.

O SR. PEDRO MALAN – Agradeço os Deputados Feu Rosa, Félix Mendonça, Euler Morais, os Senadores Casildo Maldaner, Agnelo Alves. Tentarei enviar resposta por escrito a cada um de V. Exªs. Lamento não ter oportunidade para responder.

Por último, agradeço, mais uma vez, à Senadora Marina Silva, ao Senador Maguito Vilela, ao Relator, Deputado Roberto Brant, a todos os Senadores e Deputados que fizeram perguntas, sempre pertinentes. Desculpem-me se, às vezes, deixo-me levar um pouco mais pela emoção, mas somos todos seres humanos.

Muito obrigado a todos e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h03min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL

CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 037, DE 1999-CN

Destinada a Estudar as Causas Estruturais das Desigualdades Sociais e apresentar Soluções Legislativas para Erradicar a Pobreza e Marginalização e Reduzir as Desigualdades Sociais e Regionais".

20ª Reunião Realizada em 27 de outubro 1999

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e dez minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Marina Silva, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Juvêncio Fonseca, Romeu Tuma, Geraldo Althoff e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Roberto Brant, Feu Rosa, Xico Graziano, Paulo Paim, Nelson Marchezan, Euler Morais, Gastão Vieira, José Chaves, Maria Abadia, Félix Mendonça e Luíza Erundina, membros da Comissão Mista Especial,"destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Aberto os trabalhos, a Senhora Senadora Marina Silva, no exercício da Presidência indicou para funcionar como Relator Ad Hoc, o Senador Pedro Simon, que a seguir passou a leitura dos Requerimentos nº 026/99, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, nºs 027, 028 e 029/99, de autoria do Deputado Euler Morais, sendo os mesmos aprovados. Em prosseguimento assumiu a Relatoria o seu titular Deputado Roberto Brant, que passou a leitura dos Requerimentos nº 030/99, de autoria da Deputada Luíza Erundina e Requerimento nº 031/99, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que também foram aprovados pelos membros da Comissão presentes. Foram apresentados pela Deputada Luíza Erundina o Roteiro da Viagem a São Paulo e da Audiência no Rio de Janeiro com o Prof.º Celso Furtado, que também foram discutidos e aprovados. Na pauta foi discutido o Calendário Final da Comissão que incluía a visita ao Entorno e Audiência em Brasília, ficando sobrestado para a reunião administrativa que acontecerá no dia 04/11. Não havendo nada mais a tratar, a Senhora Presidente, declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 20ª reunião desta Comissão Mista, desejando a todos uma tarde bastante profícua e objetiva, já que há sessão do Senado, inclusive com votação nominal. Convido o Senador Pedro Simon para ser o Relator **ad hoc** desta tarde, em função da ausência do Deputado Roberto Brant.

Estou dando oportunidade, a cada momento, aos Senadores que estão em nossa Comissão. Já foram relatores **ad hoc** o Deputado Euler, o Deputado Félix, além de alguns Senadores. Agora essa oportunidade é dada ao querido Senador Pedro Simon.

Indago dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Em sendo dispensada a leitura da Ata, eu a considero aprovada.

Há expediente a ser lido. Trata-se de vários requerimentos.

Peço ao Senador Pedro Simon que faça a leitura do expediente, já que a Presidente tem problemas visuais.

São requerimentos sobre os quais teremos que deliberar.

O SR. PEDRO SIMON – Srª Presidente, como é do conhecimento do Senado Federal, tenho sido, ao longo do meu mandato, um dos maiores defensores da adoção de programas sociais que priorizem a erradicação da pobreza em nosso País. Tive inclusive oportunidade de fazer a esta Comissão, tão brilhantemente presidida por V. Exª, na qualidade de um dos seus membros, várias sugestões decorrentes de projetos de minha autoria que tramitam nesta Casa e que visam corrigir, em diversas áreas sociais, injustiças que espero não mais aconteçam após a conclusão dos trabalhos e aceitação pelo Congresso do relatório a ser elaborado.

Assim, fazendo a leitura, no **Diário do Senado Federal**, do requerimento que redundou na criação desta Comissão, verifiquei que nele não consta a minha assinatura, apesar de ser totalmente favorável a esse trabalho meritório em favor dos mais pobres. Essa iniciativa do Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encontrou o apoio e o entusiasmo dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Por essa razão e inspirado pelo espírito público de quem sempre serviu prioritariamente às classes mais humildes do meu Estado de Sergipe, solicito a V. Exª conceder-me a oportunidade para que meu nome possa constar do requerimento em apreço como um dos seus signatários, uma vez que, quando

fizerem a história do Senado e desta Comissão, gostaria que ficasse registrado aos pósteros que contribuí com a minha assinatura e com a minha participação para o funcionamento de uma Comissão que pelos seus elevados objetivos merece o respeito e o acatamento de um Senador representante de uma das regiões mais pobres do nosso País.

Atenciosamente,

Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) – O pedido do Senador é no sentido de que, de acordo com meu entendimento, possa ser considerada a sua assinatura como um dos requerentes da Comissão. Devo esclarecer que o requerimento foi feito e no dia seguinte foi aprovado numa sessão do Congresso Nacional. Daí não existir a assinatura de alguns Srs. Deputados e Srs. Senadores que, embora concordando com o requerimento, não tiveram a oportunidade de assiná-lo, em função da sua aprovação, no período em que porventura não se encontravam em Brasília ou estavam em outras atividades.

Assim, a Comissão registra o interesse e a vontade de nosso querido Senador em ser um dos assinantes do requerimento. Essa manifestação é motivo de orgulho para nossa Comissão.

Este é o entendimento da Mesa a respeito.

Indago dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados se gostariam de fazer outras observações.

O SR. ROMEU TUMA – Desejo apenas concordar com V.Exª; ou seja, a própria Ata, ao registrar essa manifestação da vontade do Senador, sem dúvida nenhuma fará parte do relatório final Todos que quiserem se manifestar a favor da Comissão o farão dessa forma elegante como fez o Sr. Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – De acordo.

Há mais um expediente a ser lido.

O SR. PEDRO SIMON – Cumprimentando-a cordialmente, venho à presença V. Exª para solicitar gestões junto à Presidência do Congresso Nacional, objetivando a transformação da Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza em Comissão Permanente das duas Casas do Congresso Nacional, para que, em conjunto com diversos órgãos do Poder Executivo, como o IPEA, o IBGE, dentre outros, possamos realizar trabalho conjunto visando a busca de soluções viáveis ao equacionamento dos problemas causados pela fome e a miséria, inclusive com a definição de indicadores socio-econômicos para a avaliação dos avanços do Brasil nessa questão nos próximos dez anos.

Necessário se faz a afirmação da importância dos trabalhos da Comissão não só na busca dos fatores resultantes da fome e da miséria como também mostrando relações e soluções que visem erradicar essa triste realidade do cotidiano do povo brasileiro.

Na certeza de que V. Exª dispensará a sua melhor atenção,

Deputado Euler Morais

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Está em discussão o requerimento do Deputado Euler Morais.

Os Srs. Deputados e Senadores que gostariam de discutir o requerimento poderão fazê-lo agora, mas a sugestão é de que esta Comissão seja transformada em uma Comissão Permanente.

Faço apenas um esclarecimento e gostaria de saber se o meu entendimento é o dos demais membros da Comissão. Creio que esse requerimento será aprovado indicativamente, mas, para se transformar numa Comissão Permanente Mista do Congresso Nacional, deverá necessariamente ser aprovado o requerimento em uma sessão do Congresso Nacional, da mesma forma como foi aprovada a constituição desta Comissão temporária.

Esta Comissão, como parte do todo, não tem competência para decidir sobre a constituição de uma Comissão permanente. No entanto, ela poderá aprovar indicativamente a fim de que a referida proposição seja levada à apreciação do Congresso Nacional.

Indago se é esse o entendimento do Plenário, colocando a matéria em votação, de acordo com essas observações.

O SR. EULER MORAIS – Srª Presidente, Senadora Marina, creio que o espírito do nosso expediente foi exatamente esse, tanto que utilizamos a expressão "gestões" junto à Presidência do Congresso e, se for necessário, evidentemente, poderemos providenciar um outro ofício, desde que aprovado por esta Comissão, para que, aí sim, na instância competente, presidida pelo Presidente do Congresso, possa ser deliberado, sobretudo após a apresentação do relatório.

Todavia, creio ser importante já discutirmos essa questão de antemão, porque acredito que seria muito frustrante para nós ficarmos apenas na entrega de um relatório quando, na verdade, depois de diagnosticar, de sugerir uma série de políticas, não tenhamos a perspectiva de podermos, como Congresso, de acompanharmos, avaliarmos durante quem sabe uns dez anos o que haverá de resultar do nosso trabalho.

Esta, a nossa motivação. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Indago dos Srs. Senadores e Deputados se mais alguém deseja se manifestar sobre o requerimento. (Pausa.)

Deputado Alceu Collares, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALCEU COLLARES – Tenho a impressão que a idéia do Deputado é a melhor possível, mas não sei qual foi o trabalho que fizemos para merecer a transformação de provisório em permanente.

A meu ver, é adequado que façamos todo o nosso trabalho. A idéia é generosa e é correta, mas me parece que, antes de transformar, em meio aos nossos trabalhos... Não sabemos ainda quais serão as dimensões dos resultados para transformar esta Comissão Mista em uma Comissão Permanente. A idéia é boa, mas penso que essa consideração deveria ficar para o final dos nossos trabalhos. De outra parte, V. Exª tem razão: só o Plenário pode tomar uma decisão para transformar uma Comissão Mista em uma Comissão Permanente.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Concordo com os dois Deputados.

De público, gostaria, a exemplo do que fiz pela manhã com V. Exª, de deixar registrado o trabalho que a CAS tem feito em razão de alguns fatores, de alguns projetos que estão sendo discutidos sobre o tema pobreza. Temos uma Comissão Permanente – e, se não me engano, há uma congênere na Câmara também – que tem feito um trabalho excelente. A Senadora é Presidente da Comissão e tem levado a sério o seu trabalho, e um dos objetivos principais é discutir os projetos contra a pobreza, fazendo-se pressão sobre o Governo no sentido de que promova investimentos na área social. Tenho a impressão de que a Câmara também tem a Comissão Permanente. Então, fazermos reuniões conjuntas dessas comissões permanentemente para que os assuntos de interesse das duas Casas possam ser discutidos. Talvez o Deputado Collares tenha razão e não seja oportuno agora se buscar uma Comissão Permanente, quando ainda não se tornou patente e evidente o que essa Comissão teve como missão para discutir e apresentar como relatório final. Concordo. É importantíssimo que alguma coisa fique encaminhada, mas acho que as comissões permanentes da Casa têm feito um trabalho sério a esse respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Srª Presidente, acho o requerimento excelente, e muito mais importante ainda a Comissão Permanente estudando a questão da miséria. Aqui é um foro de discussão das questões não só da miséria mas das questões nacionais em geral. Colocado, como afirmou V. Exª, recebendo esse requerimento como indicativo da criação da Comissão satisfaz os dois requerimentos, como disse o Senador Tuma. Não se decide hoje, vai-se decidir depois de terminar o período desta Comissão, e o Plenário, já com informações maiores, pode perfeitamente decidir sim ou não em razão dos argumentos aqui expendidos. Acho que é perfeitamente possível.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Euler Morais, com as observações feitas pela mesa e pelos Srs. Senadores e Deputados.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Quem é contrário, manifeste-se.

O SR. – Voto contra.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – V. Exª vota contra, mesmo como indicativo?

O SR. – Mesmo como indicativo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Então, está registrado o voto de V. Exª. Há um outro requerimento a ser lido, também do Deputado Euler Morais.

O SR. PEDRO SIMON – "Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de V. Exª para solicitar, após a discussão e votação do relatório final da Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza, sejam tomadas providências com vistas à realização, por parte dos membros da Comissão, de visitas junto a diversos organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial – BIRD, ONU, FAO e governamentais, ONGS, com trabalhos voltados para o combate à fome e à pobreza, para, dentre outras atividades, analisar e discutir a implementação de programas e ações sobre essa urgente e preocupante questão social. Outrossim, seria de grande valia para os trabalhos desta Comissão a realização de visitas periódicas a diversos Estados do nosso País no molde da que foi realizada no dia 10 de outubro passado, em períodos de dois meses para cada visita, a fim de que possamos ter uma idéia da real situação em que se encontra o povo brasileiro nas diversas regiões do nosso imenso País, buscando causas e propondo soluções. Deputado Euler Morais."

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Antes de colocar em discussão e votação, a mesa gostaria de fazer alguns comentários. Primeiro, o prazo desta nossa Comissão se encerraria no dia 10 do mês que vem. Foi feito um pedido de adiamento, pela necessidade da consolidação do relatório, para o dia 18 do

mesmo mês. Considero que esse trabalho de visita aos Estados e a esses organismos internacionais talvez não seja mais possível em função do prazo da Comissão. Se porventura a Comissão se constituir numa Comissão Permanente, então, teríamos como trabalho da Comissão uma série de outras atividades, inclusive esta que está sendo proposta. Portanto, sugiro que esse requerimento seja sobrestado para uma posterior manifestação a seu respeito, em função de que não há mais tempo hábil, sob pena de a Comissão aprovar um requerimento e parecer que não houve o encaminhamento adequado para as deliberações do Pleno.

O SR. EULER MORAIS – Srª Presidente, no afã de prestar a nossa contribuição a esta Comissão, talvez eu tenha me omitido. O objetivo é contribuir com o desdobramento que esperamos dos trabalhos desta Comissão. Evidentemente, teremos que cumprir o ritual de entregar o relatório em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Gostaria de deixar, como sugestão, que esta Comissão tivesse o cuidado de, evidentemente, desde já, programar a entrega do relatório ao Presidente da República. A Comissão, no meu entender, deveria, com antecedência, programar isso e, se possível fosse, deveria reunir-se até mesmo os governadores, para que pudéssemos também entregar a eles o relatório.

Acredito que o produto que sairá daqui, independentemente da consideração do Deputado Alceu Collares, será de alto conteúdo. Confio no Relator e confio, sobretudo, nos membros desta Comissão, que deram excelentes contribuições, além das audiências que foram realizadas.

Portanto, creio que não vamos ficar apenas...

O SR. PEDRO SIMON – No Presidente e no Vice também, não confia?

O SR. EULER MORAIS – É claro. Na Presidência, na direção da Mesa.

Creio que não poderemos nos contentar em ficar apenas no relatório. Temos que já pensar nos desdobramentos, em ter propostas políticas, que serão objeto de um entendimento suprapartidário.

Por isso, mesmo que o meu ofício seja indicativo, a minha proposta é de que tenhamos em mente, primeiro, a possibilidade de termos uma comissão permanente; em segundo lugar, se tivermos uma comissão permanente, que tenhamos já em mente que, após a aprovação do relatório ainda teremos uma missão: entregar esse relatório não só ao Presidente da República e aos governadores, mas também ao Poder Judiciário, para que a sociedade civil tome conhecimento do diagnóstico, dos compromissos, dos planos, dos programas estabelecidos. E depois podemos levá-lo até mesmo a fóruns internacionais, porque acredito que o Congresso Nacional tenha representatividade para dizer o que fez, o que realmente avaliou da situação em nosso País e, se for o caso, até mesmo para buscar parceiras, cooperação com entidades não-governamentais aqui no País, para que possamos enfrentar esse problema que é a pobreza.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Entendi perfeitamente a intenção, o espírito da proposta de V. Exª.

Antes de passar a palavra ao Senador Saturnino, eu gostaria de dizer algo. Longe de mim ser legalista enquanto Presidente da Mesa, mas se a Comissão se dissolve no dia 18, nós não podemos deliberar sobre a operação de um corpo que não mais existirá. A operação desse trabalho, enquanto indicativo, seria para pessoas que se articulariam para fazê-lo ou não. Acho melhor que façamos o sobrestamento do requerimento, para que, havendo uma posterior aprovação da comissão permanente, aí, sim, ele seja apreciado. Porque senão estaremos deliberando a respeito de algo sobre o que não teremos governabilidade.

Passo à palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Srª Presidente, pelo que entendi acho que a proposta do Deputado Euler Morais é muito importante e interessante. É uma coisa distinta do acompanhamento. Uma coisa será o acompanhamento, feito então por uma comissão permanente, na qual esta Comissão Especial se transformará – estou certo de que haverá aprovação, pelo plenário, dessa proposta, e acho muito importante.

Na medida em que propomos ações legislativas e ações do Executivo, é importante acompanhar os resultados durante um bom período, e esta Comissão, transformada em permanente, teria esse objetivo, evidentemente com reuniões muito menos freqüentes. Mas uma coisa é o acompanhamento dos resultados parciais que as nossas proposições vão conseguindo obter. Outra coisa é o que propõe o Deputado, que seria um desdobramento da simples apresentação do relatório.

Ele tem razão na medida em que é importante que a Comissão dê à sociedade um conhecimento mais amplo do que aquele que resultará do noticiário feito através da mídia.

Ir ao Presidente da República, ir aos governadores, fazer essa entrega eu acho que ainda é um trabalho desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Quanto a isso não há divergência, como desdobramento. O problema é que S. Exª apresentou um requerimento sugerindo a visita de membros da Comissão a instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, o BIRD, a ONU e a FAO. Então, nesse caso, quanto a essa entrega do relatório, faz parte do nosso trabalho entregarmos o produto final.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Penso que sim. É claro que visita a outras instituições fora do País será um ... Mas o desdobramento interno, dentro do País, ao Presidente da República, aos governadores, acho que isso podemos fazer e podemos aprovar hoje a proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – A Deputada Erundina está inscrita, depois o Deputado Collares e V. Exª novamente, fazendo um apelo para que possamos ... Temos a Ordem do Dia, com sanções administrativas.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Serei breve, Srª Presidente.

Queria indagar da Mesa se essas propostas, se esses requerimentos, não se constituiriam em propostas a serem de alguma forma incorporadas ao relatório e submetidas evidentemente à discussão e à aprovação pelo Plenário, quando da versão final do relatório. Acho que é uma expectativa não só dos membros da Comissão, mas da sociedade, que o resultado dos trabalhos vão se traduzir num plano de ação concreta, não só por parte do Executivo, mas sobretudo por parte do Legislativo. Indagaria se essas e outras propostas não poderiam ser apresentadas aqui como questões a serem incorporadas, decididas evidentemente quando da votação do relatório final, como propostas de encaminhamento de continuidade, não necessariamente a Comissão assumindo a tarefa de concretizá-las, mas como propostas incorporadas ao relatório final e, evidentemente, submetidas ao pleno desse coletivo. Depois, se aprovadas, iremos ver quais os encaminhamentos e as iniciativas concretas que tornarão efetivas e eficazes as propostas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Bem, quanto às sugestões de criação da Comissão Permanente, com certeza ficarão no relatório final como indicação, já que é o fórum adequado para a decisão, que seria o encaminhamento ao Relator e à sua incorporação. Quanto à visita aos órgãos de cooperação multilateral, acho que é um trabalho mais específico da Comissão Permanente, se por ventura for aprovado. Ficaria como uma indicação.

Acho que respondi parcialmente a pergunta.

O SR. PEDRO SIMON – Essa proposta da Deputada acho que está correta, não é o momento de apreciar agora. Encaminha para o Relator e na hora que vier o parecer final discutimos a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Teríamos um acordo assim então, Deputado Euler? Encaminhar ao Relator, no momento da aprovação do relatório poderíamos nos pronunciar sobre a matéria, deliberar.

O SR. EULER MORAIS – Um complemento, Srª Presidente. Eu só faria a insistência de que a nossa Comissão quem sabe não considerasse o trabalho concluído, apenas com a entrega do relatório aqui, mas que a sua missão fosse concluída, mesmo que tivesse que prorrogar o prazo, com a entrega desse relatório pelo menos ao Presidente da República, aos governadores, ao Poder Judiciário, porque aí eu acho que teremos cumprido nosso papel.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Isso já está intrínseco, não tem como existir um relatório fechado.

Com a palavra o Deputado Collares.

O SR. ALCEU COLLARES – Queria só formular uma pergunta à Mesa. Saber se aquele requerimento que fiz pedindo o depoimento do Senador Antonio Carlos, que tem um projeto de emenda constitucional; o depoimento do eminente Senador Suplicy, que tem também uma emenda constitucional ou Renda Mínima; e do Deputado Paulo Paim, que tem projetos a respeito de salário mínimo; eu tenho outro; são dez proposições que existem. Se esses requerimentos já foram decididos, porque faltei algumas reuniões. Se não foram, quando serão submetidos à deliberação desta Comissão.

Com relação às indicações do Deputado Euler quero dizer primeiro que não sou contra e nem tenho ainda um juízo feito a respeito do trabalho da Comissão, até porque estamos realizando essa atividade. Não sei qual será o resultado.

Segundo, a Comissão extinta é uma comissão mista ou comissão permanente do Congresso ela tem existência **interna corporis** do Congresso Nacional. No momento em que fizermos o relatório vai a plenário, e o Plenário do Congresso Nacional – porque ela é mista, nem é do Senado, nem da Câmara – foi que decidiu pela institucionalização de uma Comissão Mista. Conseqüentemente, toda a atividade externa deve ser feita depois pelo Congresso, com o trabalho feito pela própria Comissão. No meu entendimento, quando termina, a Comissão perde a alma, o espírito e o corpo e desaparece. Ela não pode ter presença ou representação externa, a não ser que se constitua

uma Comissão permanente. E a cada vez que isso ocorre é necessário pedir uma autorização ao Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Acredito que isso está resolvido, porque o entendimento da Comissão – não sei o que pensa o Relator – é o de que os trabalhos necessariamente terão de ser entregues ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente da República, a quem de direito. Esse produto será disponibilizado com uma articulação política que será maior que a Comissão, envolvendo os partidos e, inclusive, as instâncias e instituições da sociedade; espero que estas também possam estar mobilizadas para o momento desse relatório.

O SR. ALCEU COLLARES – Mas entendo que é o Congresso Nacional que vai fazer isso e não a Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exato. Como falei anteriormente – e V. Exª agora secunda -, esta Comissão dissolve-se no dia 18, mas fica um requerimento do Deputado Euler Morais como uma indicação e um acordo, com a observância de que o produto final será entregue a quem de direito.

Desculpe-me, Deputado Collares, o requerimento de V. Exª estava constando como o último item da pauta e seria deliberado agora.

O SR. PEDRO SIMON – O requerimento diz:

> "Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, venho a presença de V. Exª para solicitar que seja agendada visita por parte dos membros da Comissão Mista Especial à região do Entorno de Brasília, bem como a algumas das cidades satélites que compõem o Distrito Federal, no dia 4 de novembro do ano em curso, bem como gostaria de sugerir a realização de uma grande audiência pública em Brasília, no auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no dia 05 de novembro do corrente ano.
>
> Desnecessária se faz a afirmação de existência nos arredores da Capital da República de inúmeras famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, o que permitiria aos membros desta Comissão e de outras entidades – como o Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan; o Ministro de Estado da Saúde, Senador José Serra, e o Sr. Ministro de Estado da Previdência, Senador Waldeck Ornellas – constatar a preocupante e urgente situação em que se encontram tais famílias, as quais necessitam de políticas e de programas voltados para as mesmas.
>
> Atenciosamente,
>
> Deputado Euler Morais"

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Indago ao Deputado Euler Morais: aprovando esse requerimento, estamos convidando os Ministros aqui citados para uma audiência pública no Centro de Convenções?

O SR. EULER MORAIS – Na verdade, o que propusemos foi uma visita à região do Entorno.

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) – Quanto a isso, não há dúvida.

O SR. EULER MORAIS – Com a presença dos Ministros. Na audiência pública, penso que não haveria necessidade disso, porque teríamos a oportunidade de fazer uma audiência aberta para a população, um evento com uma participação bem mais significativa de todos os segmentos organizados da sociedade, especialmente os do Entorno da Grande Brasília, que teriam a oportunidade de conhecer realmente o que está sendo discutido e proposto e de ouvir populares. Então, essa era a idéia.

Está aqui conosco o Secretário do Distrito Federal da área social, cuja solicitação foi feita por meio da Presidência, do Senador Maguito Vilela, para que pudesse colaborar com a nossa Comissão no sentido de organizar essa visita, na qual poderíamos visitar alguns bolsões de pobreza e observar algumas experiências que estão sendo desenvolvidas aqui no Distrito Federal e nas proximidades de Goiás. A Comissão, assim, poderia salientar melhor o seu trabalho. Aqui há uma realidade de pobreza chocante, como há em todas as outras partes do Brasil. E seria uma oportunidade para que o Ministro Pedro Malan, o Ministro da Previdência e Assistência Social e alguns outros que a Comissão entender que sejam pertinentes. Acompanhem, penso que estaríamos fazendo um bem em tirarmos esses Ministros um pouco dos seus gabinetes e fazê-los andar pelas periferias da nossa Grande Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra o Deputado Juvêncio. Em seguida, o Deputado Paim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Srª Presidente, parece-me que, no início do funcionamento desta Comissão, foi aprovado um calendário: audiências públicas até tal data, depois seria o calendário final, que vai ser aprovado hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Sim, exatamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Então, já não cabem mais audiências públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Esse calendário já contempla essa visita ao Entorno e essa audiência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Justamente. E há também o requerimento do nobre Deputado. Parece que está na discussão das duas opções da visita ao Entorno que se encaixaria para discutir essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exato.

Com a palavra o Deputado Paim.

O SR. PAULO PAIM – Srª Presidente, queria mais um esclarecimento. De fato, também faltei a algumas reuniões e continuo tão preocupado como no primeiro dia que iniciamos os trabalhos nesta Comissão. A pergunta que faço: já que vai terminar no dia 18, é se nós, Deputados e Senadores, precisamos – olhe bem o questionamento que estou fazendo, não é especificamente nesse requerimento – viajar pelo Brasil ou pelo Entorno de Brasília para descobrir a pobreza, confesso que fico meio perplexo. Se não temos clara a situação de miséria do nosso povo, quem tem?

Estou ouvindo, aqui na Comissão, quanto à resistência, o que faz sentido, mas quero ver a hora em que vamos começar a debater o que vamos fazer de concreto nesta Comissão, quais são as nossas propostas, e votar contra ou a favor. Todo sabem a minha posição em relação ao salário mínimo. Se perder, perdeu; mas é democracia, vamos adiante. Quero ver o que vai sair daqui. Estou preocupado se se vai fazer outro roteiro de visita, de agenda, um ato público, o que é bom para **marketing**.

Então, eu estou um pouco preocupado. Queria ver para onde é que afunilamos, já que a pauta de hoje refere-se à discussão e encaminhamento final da Comissão, que se encerra no dia 18.

O SR. – *(Fora do microfone)*

O SR. PAULO PAIM – Exatamente. O que é que nós podemos fazer aqui nesta Comissão, o que estamos extraindo daqui? Quero sair com um documento. Aí sim, vou até divulgar no meu Estado, onde eu puder, o que saiu desta Comissão. Agora, quanto a fazer mais visitas, estou um pouco preocupado. É só isso. Mas estou aberto a ouvir outras sugestões.

O SR. EULER MORAIS – Peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Passo a palavra, então, ao Relator, porque foi feita uma indagação, inclusive, que envolve o relatório.

Agradeço a colaboração do nosso Senador Pedro Simon, como relator **ad hoc**.

O SR. EULER MORAIS – Para uma questão de ordem, eu poderia só adicionar um esclarecimento? É sobre o assunto. Já que é um requerimento nosso, penso que seria importante salientar que a nossa proposta não é apenas de uma visita. Poderíamos fazer tantas quantas fossem necessárias pelo Brasil afora. Apenas estamos propondo fazer uma visita, verificando uma experiência de trabalho que está sendo implementada no sentido de efetivamente combater a fome, a miséria e a pobreza. Nesse sentido, esta Comissão não teve a oportunidade de fazer uma visita semelhante. O que estamos propondo é: aqui há um bolsão de pobreza, o que está sendo feito? Essas ações estão sendo efetivas, resolvem ou não? Como é que a população está recebendo? E está aqui perto de nós, por isso é que propusemos, porque está fácil de fazermos. Não para ver a pobreza, mas para saber como o Governo está indo ao encontro dessa pobreza para resolver alguns problemas fundamentais.

Então, essa é razão da nossa proposta. Não é apenas para ir ver a pobreza, mas um conjunto de ações que, evidentemente, o Relator, sobretudo, poderá considerar se são válidas ou não, para serem incluídas, inclusive, no relatório.

O SR. ROBERTO BRANT – Posso usar da palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – A relatoria desta Comissão é diferente das comissões normais que se constituem no Congresso. Nas outras comissões, há um projeto de lei que é debatido, e o relator relata sobre aquele projeto, fazendo um substitutivo, etc. Aqui saímos praticamente do nada, se é assim que podemos dizer. O que tenho de comunicar à Comissão é que, baseado nas audiências públicas feitas aqui, e, em grande medida, nos questionamentos e nas observações feitas variadas vezes pelos colegas parlamentares, o meu relatório, na verdade, está pronto; até cheguei tarde porque estava trabalhando com a equipe que está digitando. Então, na verdade, a proposta do relator está praticamente pronta. Por questões mecânicas, somente poderei apresentá-lo na segunda-feira, porque há gráfica, etc, mas já está esbo-

çado para discussão e deliberação, como o Deputado Paulo Paim colocou e certamente outros colocaram. Inclusive o nível em que estou colocando a coisa, como não poderia deixar de ser, é o nível macro, porque não vamos aqui dar receitas para enfrentar situações. Então, por exemplo, sempre achei que essas visitas são ilustrativas, mas dispensáveis, porque eu não vou propor que determinado conjunto ou segmento da população seja tratado dessa ou daquela maneira.

O que vamos tentar é criar um fundo, separar recursos públicos que, a meu ver, estão sendo usados de uma maneira inadequada no combate à pobreza, vincular isso constitucionalmente e estabelecer quais são as nossas prioridades – a população indigente, que são 24 milhões de brasileiros, as crianças de 0 a 14 anos, que são os pobres do futuro, quer dizer, o meu relatório baseia-se nesse nível, não passa desse nível, pedindo um reforço da reforma agrária no Nordeste, por exemplo, porque 30% dos pobres estão no Nordeste rural.

Então o meu relatório vai ser nesse nível e, para esse efeito do meu relatório e do debate, essas visitas realmente ilustram, mas não vão acrescentar nada, tanto que não estou aguardando as visitas para fazer o relatório. Deram-me o prazo até dia 09 para apresentar o relatório, e poderia apresentá-lo até um pouco antes, dia 04 ou dia 05, por motivos mecânicos ainda. De qualquer maneira, vou cumprir o prazo que o Presidente me deu, estabeleceu. A proposta para debate já está praticamente pronta. Concordo que essas visitas, na verdade, ilustram, mas não vão dar um ingrediente novo. Nem nós precisamos tanto ver a pobreza, e uma vantagem que os políticos têm sobre os técnicos é que para se eleger são obrigados a conviver com os pobres...

O SR. ALCEU COLLARES – Ter uma noção pelo menos do que é a pobreza no Brasil...

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Penso que o Relator está absolutamente certo. No dia 10, S. Exª apresenta o relatório preliminar, e não só essas visitas, porque nós já conhecemos, cada Deputado conhece em seu Estado o estado de pobreza em que vivem as populações mais carentes, como também ouvir, se tivermos interesse, por exemplo, Celso Furtado, independente de uma audiência aqui na Comissão. Poderíamos ouvi-lo, porque ele tem realmente uma consciência perfeita do que acontece aqui, mas de tal forma que S. Exª pudesse cumprir esse calendário, que é importante.

No dia 10, S. Exª apresenta o relatório preliminar, nós o examinaremos e, no dia 11, a apresentação da redação final do relatório, quando caminharíamos mais rápida e agilmente para a solução do problema. Essa é a sugestão que faço à Presidenta, no sentido de que S. Exª ponha em votação o calendário final da Comissão de Combate à Pobreza.

O SR. ROMEU TUMA – Peço a palavra por uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Para uma questão de ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Se eu entendi o relator, com quem concordo, se a proposta dele é a suspensão de todas essas visitas externas da Comissão, até por problemas econômicos, não sei se esta seria a sugestão...

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Não seria esta a sugestão. A sugestão é realmente apresentar aqui o relatório no dia 10 e o relatório final no dia 18. Tudo que se possa fazer nessas outras reuniões será feito, mas que não se saia dessas duas datas, que são básicas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, observo que esses requerimentos, de certa forma, já foram aprovados pela Comissão, a novidade agora é o requerimento. No caso Celso Furtado já havia sido aprovado, o que faltava era uma data, porque ele tem problemas de saúde e não pode vir a Brasília. Está sendo acordada com o Senador Eduardo Suplicy a ida de alguns Srs. Parlamentares para ouvi-lo no Rio de Janeiro, inclusive temos Deputados que são próximos, como o Deputado Feu Rosa, do Espírito Santo, enfim Deputados do Rio, Senadores também, enfim haverá a procedência.

Com relação a essa visita ao Entorno, que está sendo proposta também pelo Presidente e pelo Deputado Euler Morais, acho que talvez depois pudéssemos deliberar ou tratarmos melhor disso. A aprovação da visita está de acordo, mas temos um problema, que é o formato da visita. Talvez tenhamos que discutir melhor. Por exemplo, na ida ao Nordeste, as audiências públicas tinham um caráter, digamos assim, de tratar com as entidades da sociedade civil. Não era um caráter de mobilização de um amplo contingente para assistir ao trabalho da Comissão. Eu não sei, mas temos que discutir melhor a química dessas audiências, para que não seja também um momento sobre o qual as pessoas podem pensar que a Comissão está se portando como um instrumento de mobilização política. Não seria bom haver uma interpretação dessa natureza. Penso que devemos ter

o devido cuidado na realização das audiências públicas. Sei que não é essa a intenção do Deputado, conheço a proposta, mas temos que ter cuidado para que as pessoas não fiquem achando que estamos criando uma galera para assistir ao trabalho da Comissão. Isso ficaria ruim para a Comissão e ruim também para o resultado da nossa audiência pública. Penso que devemos aprovar a visita ao Entorno e discutirmos o melhor formato de como faremos a audiência pública com o Deputado Euler Morais. Se, de repente, essa audiência acontecer em um ginásio, com milhares de pessoas, poderá haver uma interpretação de que estamos recrutando galera para assistir à Comissão. É uma observação que faço. Então ficaria aprovada a visita ao entorno e o fato de discutirmos com o Deputado para pactuar uma proposta de realização da audiência pública. De acordo, Deputado Euler Morais? Tudo isso dentro deste calendário porque não haverá mais tempo hábil. ...

O SR. EULER MORAIS – Mesmo porque a Comissão termina dia 18, é o prazo fatal.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exatamente, o requerimento da Deputada Luiza Erundina, propondo um calendário ...

O SR. ROBERTO BRANT – Quer que leia?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Por favor.

O SR. ROBERTO BRANT – Requerimento da Deputada Luiza Erundina.

Requeiro, nos termos regimentais, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para esclarecer esta Casa a respeito do acordo celebrado entre o Governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, referente ao empréstimo internacional de ajuda ao Brasil da ordem de US$4,5 bilhões destinados aos programas sociais, fornecendo os seguintes elementos e informações:

1 – cópia do contrato celebrado com o BID e o seu inteiro teor;

2 – respectivo cronograma físico-financeiro;

3 – montante dos valores liberados para os programas da rede de proteção social.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Em discussão.

Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Salvo engano, essas informações devem estar no que foi transmitido para a Comissão de Assistência Social sobre esse programa de rede de proteção social. Houve uma certa dúvida, pretendeu-se diligência para que ficasse tudo devidamente esclarecido. Foram prestadas essas informações e a operação de crédito foi aprovada. É possível até que já esteja indo para o plenário no sentido de ser aprovada. De maneira que a minha intervenção é para verificar se, no estudo do exame, da discussão e votação desse projeto, essas informações já não estão prestadas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Mesmo que estejam prestadas, a requerente tem o direito de obtê-las. Penso que nós nos pronunciamos sobre o requerimento; aliás, é um pedido de informação, então não há problema algum.

Os Srs. Senadores e Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Já estou ficando um pouco mais esperta. Não dou mais a chance...

(Fora do microfone)

O último requerimento, que é o do Deputado Collares.

O SR. ROBERTO BRANT – Requerimento do Deputado Alceu Collares. Solicita a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães para discutir as causas da pobreza no Brasil e dar sugestões.

Requeiro, na forma regimental, a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado o Exmº Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, para discutir as causas da pobreza no Brasil e dar sugestões capazes de combater e erradicar a miséria.

Justificação:

I – Esta Comissão já ouviu, em dez reuniões ordinárias, o depoimento de economistas, professores, especialistas e técnicos com conhecimento fundado na experiência, elementos essenciais ao conhecimento mais profundo da pobreza brasileira.

II – Esta Comissão é integrada por representantes do povo, que, com experiência de parlamentares, prefeitos, governadores, empresários, profissionais liberais, trabalhadores etc., trazem o conhecimento profundo sobre a exclusão social em nosso País.

III – As lideranças políticas, empresarias e de trabalhadores estão denunciando há décadas o sofrimento que atinge milhões e milhões de pessoas.

IV – Todo debate a respeito da fome e da miséria, com algumas exceções, tem ficado apenas no discurso; os pobres ainda não viram a presença de medidas que efetivamente vão de encontro a esta situação.

V – Tenho a convicção de que, embora eficientes e eficazes as informações que os depoentes nos transmitiram, impõe-se que esta Comissão possa objetivar

sugestões de projetos e programas possíveis de minimizar a miséria que atinge milhões de brasileiros.

É urgente; deixar para o próximo ano poderia ser tarde demais. É tempo de ação, a necessidade está aí. Michel Camdessus, Diretor Gerente do FMI.

VI – É urgente que esta Comissão elabore plano emergencial capaz de atender o mínimo das necessidade sociais, vitais e básicas do povo pobre, para ser levado ao Governo imediatamente.

VII – É urgente que esta Comissão examine os projetos que tramitam na Casa, principalmente as emendas constitucionais do Presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, o Projeto de Renda Mínima do Senador Eduardo Suplicy, as alterações do salário mínimo, do Deputado Paulo Paim, Alceu Collares e outras proposições que também tratam do assunto.

Que fantástico! É verdade, sim, senhor, os ricos estão falando dos pobres. Camdessus anunciou que a prioridade agora é humanizar a globalização. "Finanças sólidas envolvem claramente instrumentos sofisticados, padrões e mercados que funcionem de forma tranqüila, mas, no fundo, finanças e mercados têm a ver com as pessoas, são para as pessoas", disse ele. Acrescentando, de forma surpreendente, que o FMI e os governos precisam ouvir o grito dos pobres.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Está em discussão o requerimento do Deputado Collares.

O SR. ALCEU COLLARES – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALCEU COLLARES – Acredito que o Senador apresentou uma emenda que tem um objetivo, sem dúvida alguma, social. Eu, pelo menos, não conheço a dimensão de uma emenda constitucional como esta do Senador. O problema vem sendo discutido há cinqüenta anos e se tornou relevante quando alguém de um Partido como o PFL, supostamente considerado conservador – eu não o considero assim -, a apresentou.

O Senador, em um determinado momento, apresenta ao Congresso Nacional uma emenda com uma dimensão social muito grande. Considero o Senador um homem de bem, leal, autêntico, sincero, ele não fez isto por ser época de eleição – o que não é –, e certamente não o faria se fosse.

Gostaria de ouvir o Senador para saber as fontes capazes de suportar, durante dez anos, a tentativa de combate e erradicação da pobreza. O Senador, depois de apresentar esta emenda, já participou de vários fóruns e o último foi um Seminário do PT. Ele tem dado uma atenção muito grande. Depois do discurso que fez no plenário do Senado, depois da sua justificava, ele recolheu um material muito rico que pode ser utilizado até para fazer algumas alterações no fundo que está sendo sugerido.

Outras sugestões para enfrentar este problema foram feitas pelo Senador Suplicy, que há onze anos vem defendendo o Programa de Renda Mínima; estabeleceu-se um processo de renda mínima do Deputado Nelson Marchezan, que está em execução e cujos resultados estão sendo avaliados. Outras sugestões foram feitas. O Deputado Paulo Paim vem, há 14 ou 15 anos, tentando. Antes fui eu que cheguei a ser chamado de "Deputado salário mínimo". Então, temos que dar oportunidade para ouvir essas criaturas, esses representantes do povo que poderão dar, quem sabe, alguma contribuição válida para a Comissão. Folgo em saber que o Relator está se encaminhando para um fundo; não há outra alternativa. Certamente, esse projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães deverá ser examinado na sua dimensão, porque aponta, em princípio, algumas fontes de financiamento para essa hora diferente da Nação brasileira. Atender ao pobre a partir daqui do Congresso, com projetos específicos, sejam eles emergenciais ou permanentes, é um momento muito importante da classe política.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Considero o requerimento do Deputado Alceu Collares interessante pelo seguinte aspecto: nossa Comissão foi criada para apresentar soluções legislativas para a erradicação da pobreza e da marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Parece-me, Sr. Relator, que o final do relatório seria a apresentação de alguns projetos de lei. E o nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, certamente, com seu depoimento, nos dará um norte segundo a consciência de S. Exª, Presidente do Senado, e as razões por que fez esse pedido e instalou esta Comissão. Acreditamos serem importantes esses depoimentos, inclusive os do Senador Eduardo Suplicy e o do Deputado Paulo Paim. São três pessoas de importância, dentro de teses diferentes uma da outra que se integram entre si e que talvez dêem razão de ser a esse relatório final da nossa Comissão.

É o meu ponto de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra ao Deputado José Chaves.

O SR. JOSÉ CHAVES – Srª Presidente, tenho me preocupado bastante, inclusive na visita feita ao

Nordeste, em não fazermos desta Comissão um palanque eleitoral e sobretudo não partidarizarmos a questão da fome e da miséria no nosso País. É uma preocupação grande. Em alguns instantes, não só nesta Casa, neste local, mas fora dele, senti uma profunda disputa, senão partidária, ideológica, para se chegar ao caminho para resolvermos o problema da fome no nosso País. Isso é muito ruim para o objetivo da Comissão. No caso da proposta do Deputado Alceu Collares, parece-me da maior importância ouvirmos o maior líder, aquele que encabeça essa questão do combate à pobreza. Esta Comissão sairia capenga, usando uma expressão chula, se não ouvisse o Senador Antonio Carlos Magalhães. Não digo ouvir tecnicamente. Eu mesmo participei do fórum no BNDES, e o Presidente do Senado fez suas propostas. Ouvir S. Exª enaltece a Casa e enobrece sobretudo o projeto. É da maior importância a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, e esta Comissão, se votasse unanimemente um convite a S. Exª, estaria exercendo um grande papel político para o objetivo defendido por S. Exª, pelo menos nesses últimos tempos, não com exclusividade, que eu diria ser da sociedade como um todo, mas S. Exª, por sua dimensão política, levantou problema, e teríamos obrigação de ouvi-lo e nos engajarmos politicamente, sobretudo na concepção de que não temos uma Comissão partidária. Estou a cavaleiro, sou Deputado pelo Estado de Pernambuco, pertenci ao MDB e hoje pertenço ao PMDB, então estou a cavaleiro para defender a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães aqui.

Esse o depoimento que eu queria dar, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – O Sr. Relator deseja se manifestar.

O SR. ROBERTO BRANT – Bom, Srª Presidente, eu jamais poderia fazer qualquer restrição a que a Comissão ouvisse qualquer personalidade, é sempre uma contribuição o que se traz de novo. O que tenho a dizer é o seguinte: no nosso relatório examinamos cem proposições legislativas, cem projetos de lei apresentados à Câmara e ao Senado, tratando de problemas relativos ao combate à pobreza, alguns deles tratando mais diretamente e outros mais indiretamente. Desses projetos, há grupos de temas. O projeto de emenda constitucional do Senador também examinamos e estamos acolhendo parcialmente; quer dizer, o parecer acolhe parcialmente porque estamos divergindo quanto à indicação das fontes que S. Exª colocou. Estamos preferindo essa proposta, que poderá ser confirmada ou não, de não criar impostos novos, mas usar o sistema tributário já existente. E do Senador Suplicy, que tem vários projetos sobre transferência de renda mínima, consideramos que o desenho do relatório acolhe, em grande medida, não o princípio global que o Senador sugere, que é dar renda ao cidadão; ou seja, todos os brasileiros, de qualquer condição, teriam uma renda porque, dada a insuficiência de recursos, essa renda dada seria mínima. Mas grande parte do projeto que estamos propondo é um projeto de transferência de renda mesmo.

Então, o nosso parecer em relação à emenda do Senador é que a estamos acolhendo parcialmente, para dar exemplo de dois casos. E o que eu poderia sugerir seria o seguinte: quem sabe se essas intervenções dele não seriam mais oportunas após o relatório? Porque vou apresentar o relatório dia 9. Vamos supor, por exemplo, não é o caso, que eu estivesse acolhendo **ipsis literis** o projeto ou as várias proposições do Senador Suplicy ou do Deputado Paulo Paim ou do Deputado Alceu Collares. Não haveria nem muito debate por parte deles. Então, encaminho nesta direção: que eles, se quisessem, se manifestassem formalmente após a apresentação do relatório.

O SR. ALCEU COLLARES – Há uma divergência. Se por ventura ele viesse aqui e nos convencesse a respeito dessa divergência, defendendo a contribuição do cidadão ou se ele se sujeitasse – e V. Exª pudesse dar o relatório por antecipação – a preparar uma resposta ou uma contestação onde há divergências sobre as fontes de recursos? Tenho muito receio que se possa fazer qualquer programa no campo da pobreza, principalmente da área de emergência, porque é para amanhã a coisa, sem se criar algum tributo, principalmente sobre a riqueza do País.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Senador Juvêncio da Fonseca tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Srª Presidente, parece-me que depois de apresentado o pré-relatório não seria mais ouvido praticamente ninguém.

O SR. – Seriam ouvidas as proposições dos Parlamentares e membros da Comissão que iriam propor modificações.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Só para que não haja depois, na época, uma dificuldade de encaminhamento. Se forem ouvidos os três, aí poderá haver requerimento de ouvir outras pessoas. Então, seria interessante que isso ficasse esclarecido e disciplinado a partir de hoje.

O SR. – É após o relatório preliminar?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Pela ordem, vamos só manter um pouco a disciplina. O Senador Pedro Simon está pedindo a palavra. Se mais alguns dos Srs. Deputados ou Senadores desejarem inscrever-se... Em seguida, falará o Deputado Félix Mendonça; depois o Deputado Gastão Vieira.

O Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Srª Presidente, não estava me dando conta de que os trabalhos da Comissão já se encerrariam agora, dia 18. Se analisarmos que semana que vem praticamente é uma semana perdida, vamos verificar que temos menos de 10 dias. Com todo respeito, acho que a Comissão não tinha como não fazer o trabalho que fez: as viagens, ouvir as pessoas que ouviu, mas, na verdade, restou muito pouco tempo para fazermos as reuniões e na ordem prática dizer o que vamos fazer, que é o que o Paim, de certa forma, falou e o que o Collares também falou. E quais são as nossas conclusões?

Então, eu até tinha pensado, vim com a idéia, mas como já tem um requerimento, de propor que esta Comissão fosse até o encerramento do Congresso, no dia 15 de dezembro, e que esse espaço até o dia 15 de dezembro fosse mais um espaço de discussão interna conosco, para colocar no papel o que vamos fazer. A conclusão de que faremos um fundo de combate à pobreza, proposta, se não me engano, da Senadora Marina, é unanimidade, não há dúvida nenhuma nesse sentido, mas, como diz o Senador, podemos aprofundar, ver mais ou menos alguma coisa a mais. Se pudermos ter algumas reuniões de trabalho, não para ouvir, porque não tivemos nenhuma reunião de trabalho, nem com o Executivo, nem com parlamentares; tivemos reuniões para ouvir o que eles pensam. Por exemplo, não preciso mais ouvir o Suplicy para conhecer o seu projeto de renda mínima, sobre o qual devo ter ouvido um mil e seiscentas vezes. O Paim conheço a vida inteira e sei as idéias de cor e salteado. O fato novo está aí, é o Dr. Antonio Carlos, que realmente defende idéias que não conhecemos há mais tempo. Creio que o Dr. Antonio Carlos ... até acho bacana: é o Lula convidando ele lá, agora é o Collares insistindo para vir aqui, é um negócio meio estranho.

O SR. ALCEU COLLARES – V. Exª não estava aqui, Senador, quando o eminente Ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez declarações, as mais amistosas, as mais fraternas, as mais generosas para com o Senador Suplicy. A impressão que me dava, e sou lá do Rio Grande, era de um alambrado, um de cada lado trocando gentilezas. E fiquei com inveja, porque não era comigo.

O SR. PEDRO SIMON – É o que estou sentindo, parece mais ou menos o que estou sentindo e o PMDB também. O PMDB de Pernambuco também não gostou, entrou na jogada. Já que o PT entrou, já que o PDT entrou, o PMDB de Pernambuco não quer ficar fora.

Com toda a sinceridade, acho, em primeiro lugar, que daria até para analisar se não seria o caso de pedirmos, independente de qualquer outra coisa, a prorrogação até o dia 15 de dezembro. É uma interrogação que faço.

Segundo, principalmente se não, com todo carinho, acho que o Antonio Carlos vai vir aqui dizer o que sabemos, o que conhecemos, é muito bacana, mas podemos até chamá-lo para cá para uma das reuniões de trabalho que vamos ter. Então vamos trabalhar. O que vamos fazer? Vamos fazer isso, aquilo, como é o projeto, como não é. Acho que ele mesmo gostaria mais de ir para uma reunião de trabalho. Devemos ter uma meia dúzia de reuniões de trabalho, que é o que o Paim está falando, quer dizer, uma reunião de trabalho para saber o que vamos fazer. Acho que é isso, acho que é aquilo.

O SR. ALCEU COLLARES – Senador, V. Exª me dá um aparte? A minha intenção, além de conhecer a real sinceridade do autor da emenda, que não coloco em dúvida, é conhecer a sinceridade dos partidos que dão sustentação política ao Governo, quando tem um de seus membros, um que integra, um líder de um partido que apresenta uma emenda para resolver o problema da pobreza que é exatamente política, muito mais política do que técnica. Por isso considero essencial que a presença do Senador aqui coloque em pratos limpos o que o governo efetivamente está pensando. Ele gostaria de aprovar ou não a emenda do Senador? Pode parecer por aí que foi apenas uma jogada política, eu não considero assim.

O SR. PEDRO SIMON – Concluo. A proposta que faria, principalmente se o meu amigo Collares concordasse, é que nós, esses e outros, viéssemos para uma reunião de trabalho. E vou marcar, das duas até não sei que hora da madrugada, as propostas em cima do que o relator apresentar, a proposta minha, do Paim, do Collares, de cada um de nós, no sentido do que vai concluir daí. E nessa reunião acho muito importante estar sentado aqui o Senador Antonio Carlos e a hora que ele vai falar, debater conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Vou ler a lista dos inscritos. Estão inscritos ainda o Deputado Gastão Vieira, o Deputado Félix Mendonça e eu estou inscrita também. E precisamos deliberar, porque há votação no Plenário. Estamos fazendo apenas um apelo para que sejamos objetivos nas nossas exposições.

Com a palavra o Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Serei breve, Srª Presidente. Em primeiro lugar, quero concordar com o Senador Pedro Simon no sentido de que se possa estender o prazo desta Comissão até o dia 15 de dezembro. Por quê? O relator Roberto Brant descreveu de uma forma geral o seu relatório, e tenho certeza de que a grande maioria não faria diferente. Mas há algo que me preocupa, neste relatório. Exemplo: nós precisamos testar se os programas sociais já existentes estão respondendo às expectativas da sua criação. E, se não estão respondendo, por que não? Em terceiro lugar, quanto de dinheiro já se colocou nesse programa para o resultado que nós obtivemos? Vamos dar um exemplo: eu sou um fã incondicional do projeto de proteção de renda mínima do Deputado Nelson Marchezan, mas encontrei agora 10 prefeitos do Maranhão que me disseram o seguinte. "Deputado, eu estou com duas parcelas, mas não apliquei, porque eu não sei o que fazer." Eles têm o dinheiro, mas não compreenderam claramente como deve ser a contrapartida, como deve ser distribuído, que escolas serão escolhidas. E o dinheiro está parado no banco.

Agora mesmo, no Pará, no Piauí, no Maranhão, está sendo descoberta uma rede enorme de notas fiscais frias, que, provavelmente, são aquelas notas que vão na prestação de contas dos recursos federais, principalmente da área do Fundef.

Então, eu gostaria que houvesse um espaço no relatório para que fizéssemos dos nossos trabalhos exercícios dos principais programas de combate à pobreza e, na medida do possível, apropriássemos aquilo que estivesse realmente dando certo, quais são os obstáculos, onde não está dando certo, o porquê, etc. Para isso, nós precisaríamos de mais um prazo, para que o Relator pudesse fazer esse mapa dos diversos programas.

Era esta a minha intervenção. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Srª. Presidente, estamos assistindo uma demonstração de civilidade, aliás é a civilização política brasileira no avanço que até nos causa alegria e perplexidade: Deputado Alceu Colares, Senador Pedro Simon, a presença de Antonio Carlos Magalhães, quando ele diz que queria a participação de todos, do PT, do Projeto do Paulo Paim, do Projeto de Suplicy, enfim, de todos eles.

A minha sugestão é que, já que vamos ouvi-los, e para encerrar, no dia 10, haverá a apresentação do relatório preliminar. Não é o definitivo. O definitivo será para o dia 18. Então, acho que poderíamos ter aqui o Senador que, em seu discurso, enriqueceu muito com seu conhecimento, e sugestões vindas de todos os lugares do Brasil, inclusive as propostas já existentes na Câmara e as que já chegaram.

A presença de Antonio Carlos, sem dúvida, enriquece esta Comissão e, como disse o Governador Alceu Colares aqui, é com muita alegria que acolhemos essa proposta. Como também já sabemos e conhecemos as coisas que o Senador Suplicy propõe e os conhecimentos, como também Paim, que depois do Deputado Alceu Colares já fez mil intervenções no sentido do salário mínimo. Creio que, hoje no Brasil, já pagamos mais do que o salário mínimo àqueles empregados. O salário mínimo, na verdade, é referência para o sistema previdenciário; não é mais para os contratados pelas empresas. Felizmente, hoje, no Brasil, os empregados das empresas já ganham mais. Mas, sem dúvida, é uma referência e se essa referência melhorar, também melhora a condição de vida daqueles que mais sofrem.

É essa a intervenção, sugerindo que no dia 10 fosse apresentado o relatório e, logo depois, convidado...

O SR ALCEU COLLARES – Mas, Senador, acho que pode concordar com o Relator, depois pode ser feita a audiência, e ele altera naquilo em que ele se convencer.

A SRA. MARINA SILVA – Eu estou inscrita também. Eu gostaria de fazer uma observação. Primeiro quero aqui, falar, com a tranqüilidade de quem foi autora do requerimento que criou esta Comissão, no bojo da discussão do projeto apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, com a visibilidade que teve, como muito bem colocou o Deputado Alceu Colares.

O propósito da Comissão era não diminuir a iniciativa do Senador, mas, para que não ficássemos, até por uma relação preconceituosa, discutindo quem era o autor do projeto que iria acabar com a pobreza, diluir essa discussão, no bom sentido, para que ela fosse um produto de preocupação do Congresso Na-

cional, da sociedade brasileira e, espero, do Governo brasileiro.

Ora, a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, ou de quem tem proposta nos fóruns da sociedade, é altamente legítima. Nesta Casa também, só que ela já está imbricada em todas as ações da Casa: nas Comissões em que está tramitando a matéria, no Plenário, na discussão do Congresso Nacional.

Se nós trouxermos de forma particularizada, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Deputado Paulo Paim, meu companheiro, o meu querido Suplicy, nós estaremos abrindo um precedente na Comissão, pelo destaque político merecido dessas figuras em relação aos demais parlamentares que também têm propostas. Na discussão do Fundo, por exemplo, só seria legítimo, do ponto de vista da democracia, se nós trouxéssemos também quem tem outras propostas de Fundo. Então colocaríamos o Senador e mais as outras propostas.

Pelo que eu sinto, a intenção do Senador Antonio Carlos Magalhães é exatamente de que nesta Comissão faça-se a diluição. E concordo inteiramente que a discussão seja de trabalho, inclusive uma discussão interna **corpori**, para verificarmos a melhor forma de viabilizarmos as propostas e não simplesmente fazermos uma discussão política, em que podemos até dizer coisas que depois não se viabilizem e criar um problema para as figuras que estão operando esse processo.

Creio que é o momento da Comissão buscar primeiramente a construção das propostas, com o Deputado Paulo Paim, com o Senador Eduardo Suplicy, com o Senador Antonio Carlos Magalhães e com os que tenham propostas. Em seguida, se for possível, um produto consensual, abrindo um debate para colocarmos à sociedade o nosso consenso. Para que não seja apenas um momento; no debate do Senador, em São Paulo, essas questões já foram colocadas a público. Este é o momento de viabilizarmos política e concretamente as propostas que estão nesta Casa.

A minha divergência não é para cercear a presença do Senador discutindo a matéria. Pelo contrário, é de fazer com que esse debate seja profícuo, de acordo com o que pensa o Senador e com os interesses desta Comissão.

O SR. ALCEU COLLARES – Senadora, por favor, se me permite, eu acho que esta Comissão funciona como órgão de assessoramento técnico para as grandes proposições que aqui tramitam. Não trazer o Senador dá a impressão de que estamos com inveja porque ele apresentou o projeto. Estamos discutindo, discutindo, vai ao Brasil, vai ao PT, vai em toda parte, mas não vem à Comissão. Parece-me que este grande projeto e todas as proposições a que V.Exª se referiu podem vir. Eu não tenho medo de discutir politicamente em qualquer setor, abertamente, transparentemente, porque nunca fiz política baixa. Sempre que discuto, em qualquer parte, sou um homem extremamente sincero e, à vezes, até sou burro por isto, por dizer o que eu sinto.

Creio que este órgão aqui não passa de um órgão de grande assessoria técnica e política às grandes proposições que tramitam no Congresso. E, entre elas, não há nenhuma com a dimensão da do Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. MARINA SILVA – Eu só queria esclarecer que, primeiro, não houve, pelo menos da minha parte, ou de algum dos senhores, nenhum tipo de acusação à política que V. Exª pratica. Eu, pelo menos, não me dirigi nestes termos.

Em segundo lugar, creio que uma reunião administrativa da Comissão para se debruçar sobre os projetos, inclusive do Senador, não significa que a Comissão esta tirando média; pelo contrário, é um mérito bem maior do que uma discussão meramente política.

Depois dessa discussão, já que V.Exª está colocando que é uma Comissão auxiliar, de assessoria técnica, depois de nos debruçarmos tecnicamente sobre o projeto, teremos condições e competência para debatermos publicamente. A não ser que coloquemos a carroça antes dos bois, que façamos antes a discussão, sem ter um detalhe técnico.

O SR. ALCEU COLLARES – Vamos fazer uma correção: carroça não tem boi. É carroção ou carreta.

A SRA. MARINA SILVA – V. Exª deve respeitar, pois este País é multicultural, multirracial, portanto, deve-se respeito às diferenças regionais. Pediria à Comissão, por favor, que se atividesse aos trabalhos um pouco mais, de forma mais tranqüila, e podemos votar, então, ou tirar uma deliberação com relação a esse convite. Se é para colocar em votação a vinda do Senador em uma audiência pública, então, os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram, e os que são contrários se levantem. Acho que não é esse o encaminhamento. Acho que deveríamos fazer um entendimento do encaminhamento desse debate.

O SR. ALCEU COLLARES – Senadora, V. Exª não pode dar interpretação ao meu requerimento. V. Exª está interpretando o que eu quero. Eu quero que ele venha numa audiência pública. Posso ser derrotado, mas V. Exª ponha em votação!

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exatamente. Eu estou pedindo, Deputado Collares, se V. Exª...

O SR. ALCEU COLLARES – Vou-lhe avisar o seguinte: não me ofenda, mas eu também, Senadora, peço escusas. Eu não digo o que estou pensando.

O SR. PEDRO SIMON – E eu digo: não provoque, também.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Não, mas já foi tão adiado...

O SR. ALCEU COLLARES – Então, deixe o Relator depois ver qual é o dia que pode ser. Pode ser depois.

O SR. ROBERTO BRANT – Eu propus: aprovamos esse calendário. Acho importante aprovarmos esse calendário. Propus o dia 10.

O SR. ALCEU COLLARES – Eu sei, mas o requerimento, se não querem votar, um dia vamos votar, nem que seja noutra encarnação .

O SR. ROBERTO BRANT – Eu propus o dia 10.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Só um instante, Deputado Collares. Espero que o fato de eu ser mulher não deixe alguns tão à vontade para tentar fazer assim com os trabalhos.

Então, só queria dizer o seguinte: não estou dando algum tipo de interpretação; estou buscando, se é possível, um acordo. Se não é possível o acordo entre os diferentes entendimentos que temos nessa discussão, então, coloca-se o requerimento de V. Exª em discussão. Não estou fazendo aqui algum tipo de interpretação; estou fazendo um apelo.

O SR. ALCEU COLLARES – Eu sou de achar que Presidente não deveria interferir no debate. Mas V. Exª tem razão e pode fazê-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Não estou interferindo no debate; estou dando os encaminhamentos.

O SR. ALCEU COLLARES – E quem vai decidir é o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exatamente. V. Exª é que está querendo debater com a Mesa, então é V. Exª que está furando um pouco o protocolo.

O SR. ALCEU COLLARES – O Regimento.

O SR. ROBERTO BRANT – Eu propus o dia 10 para essa reunião, se houver.

O SR. PEDRO SIMON – Nem sempre (inaudível) Bagé é do Rio Grande do Sul. Bagé é um caso à parte. Não é o Rio Grande. Lá, é cavalaria.

O SR. – Senadora, só uma questão de ordem. Nós, depois, vamos deliberar sobre o calendário, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exatamente, sobre o calendário.

O SR. – Eu acho que deveríamos deliberar sobre o calendário, aprovar o calendário.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Só um instante.

Então, fica o entendimento de que esse requerimento será colocado, num momento posterior, para deliberação.

O SR. – Isso. Mas aprovamos o calendário.

O SR. ALCEU COLLARES – Mas, se for para deliberação, faço questão, se não puder votar agora, que vote em outra oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exato.

O SR. ALCEU COLLARES – Mas o Relator está tendo a minha confiança no sentido de que, aprovado o requerimento, S. Exª faça a convocação quando quiser. Mas depois do relatório.

O SR. EULER MORAIS – Senadora, só para contribuir nisso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Sim.

O SR. EULER MORAIS – Não seria possível também acatar a sugestão do Senador Pedro Simon de que os nossos trabalhos pudessem ser prorrogados?

O SR. ROBERTO BRANT – Não vamos decidir isso aqui, agora, não

O SR. EULER MORAIS – Porque daria oportunidade, depois, de resolver a urgência.

O SR. ROBERTO BRANT – Fica a questão na cabeça de todo mundo. Não vamos discutir isso agora, em cima.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Exato.

Os Senadores e Deputados que estão favoráveis a essa proposta de calendário apresentada pelo Presidente Maguito e pelo Relator, Deputado Brant**, estão de acordo.

Eu agradeço, então, pelos trabalhos de hoje.

(Levanta-se a sessão às 15h53min)

21ª Reunião Realizada em 4-11-1999

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Pedro Simon, Agnelo Alves, Juvêncio da Fonseca, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Marina Silva e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Rita Camata, Marcondes Gadelha, Roberto Brant, Xico Graziano, Paulo Paim, Félix Mendonça e Nelson Marchezan, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Não há leitura de expediente a ser lido. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se a Discussão e Aprovação do Calendário Final e Discussão da Programação das Visitas ao Entorno e Audiência Pública em Brasília. Após, o Senhor Presidente concede a palavra à Vice-Presidente, Senadora Marina Silva para apresentar sua proposta alternativa e posteriormente colocadas em discussão e votação as duas propostas, do Deputado Euler Morais e da Senadora Marina Silva, sendo aprovadas pela maioria dos membros, com exceção da Audiência Pública em Brasília. Em seguida, a Vice-Presidente, Senadora Marina Silva sugere aos membros que manifestassem o que gostaria de ver contemplado no Relatório Final da Comissão, a título de contribuição. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Marcondes Gadelha, Euler Morais, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Juvêncio da Fonseca e Agnelo Alves, sendo aparteados pelos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e o Deputado Euler Morais. O Senhor Presidente registra a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao Relator, Roberto Brant, para responder aos questionamentos levantados pelos Parlamentares sobre o Relatório a ser apresentado e, após, explicitou os principais pontos que conterá no seu Relatório. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Antônio Carlos Magalhães que falou sobre a Emenda apresentada na Comissão de Assuntos Sociais, solicitando inclusão de verbas no "Orçamento Social." Após, o Senhor Presidente sugeriu que 4(quatro) Parlamentares fizessem acompanhar a Emenda junto ao Relator do Orçamento. São eles: Senadora Marina Silva e Pedro Simon e os Deputados Marcondes Gadelha e Rita Camata. Usou da palavra ainda o Senador Djalma Bessa. Ao final, o Senhor Presidente comunica aos presentes a reunião dos Parlamentares designados para terça-feira, dia 09/11, às 17:00 hs, com o Relator Geral do Orçamento e agradece a todos os presentes. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião desta Comissão Mista Especial.

Indago aos Srs. Senadores e Deputados se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada? (Pausa)

Aprovada, por unanimidade.

Não havendo expediente para ser lido e como a finalidade desta reunião é discutir e aprovar o calendário final, há uma proposta de reunião administrativa. Aliás, são propostas duas visitas antes da discussão do relatório. É proposta uma visita, no dia 9 de novembro, terça-feira, ao Entorno. No dia 10 de novembro, será feita a apresentação do relatório. No dia 11 de novembro, serão feitas visitas a São Paulo, segundo proposta anexa – logo vamos dar conhecimento disso. No dia 13, sábado, às 10 horas, haverá uma audiência no Rio com o Professor Celso Furtado. Do dia 13 ao dia 17, estaremos com tempo disponível para a apresentação de sugestões e para a discussão e a votação do relatório final.

Essa é a proposta que gostaríamos de apresentar. Mas a palavra está livre para que sejam feitas outras propostas. Primeiramente, concederei a palavra ao Relator. Posteriormente, falará a Vice-Presidente. Depois a palavra estará franqueada aos demais Parlamentares.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Roberto Brant.

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Presidente, estou plenamente de acordo com esse cronograma e, de minha parte, poderei cumpri-lo. No dia 10 o relatório será apresentado aqui. Se eu puder distribuí-lo no dia 9, eu o farei, para, no dia 10, fazermos a sua apresentação formal aqui. E temos condições de dar parecer sobre as sugestões nos dias 16 e 17, para que haja a discussão e a votação da matéria. De minha parte, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Vice-Presidente, Senadora Marina Silva, apresenta uma programação alternativa. S. Exª propõe uma visita, no dia 9, à cidade de Águas Lindas. Às 9 horas seria a saída do Senado Federal; às 10 horas seria feita a visita; e às 12 horas seria o retorno. E aí exclui Santo Antônio do Descoberto e Cidade Estrutural.

Propõe também uma audiência pública no Senado Federal, na Sala da Comissão, Ala Nilo Coelho. Na audiência, haveria a apresentação do programa implementado pelo Governo do Distrito Federal. O segundo item seria um debate. Num primeiro momento, seria feito um comentário pelo Sr. Relator ou pelo Presidente dos trabalhos. Num segundo momento, seriam abordadas questões e seriam feitos comentários por parte dos Srs. Deputados e Senadores. Num terceiro momento, questões e comentários seriam apresentados por seis entidades a serem definidas.

A justificativa à cidade de Águas Lindas de Goiás é a seguinte:

"A programação prevista atende à deliberação da Comissão Mista de Combate à Pobreza, que foi a visita ao Entorno do Distrito Federal. E a visita a cidade Águas Lindas permitirá que os membros da Comissão travem contato direito com segmentos da sociedade que têm enfrentado problemas de habitação, saneamento, alimentação, saúde, educação e transporte."

Ainda dento da justificativa, trata da audiência pública:

"O funcionamento proposto procura evitar que o evento perca seu objetivo básico de informar tecnicamente os Membros da Comissão Mista, evitando-se que se perca a oportunidade de aferir a relevância do instrumento público de combate a pobreza implementado no DF.

A realização da audiência pública no Congresso Nacional permitirá que a **TV Senado**, juntamente com a imprensa especializada, que vem acompanhando os trabalhos, possa dar continuidade à programação de cobertura dos principais eventos da Comissão."

Essa é a proposta alternativa, que, naturalmente, está também em discussão. (Pausa)

O SR. *(fora do microfone)* – Há diferença entre uma e outra?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Há diferença, porque haveria uma visita a Águas Lindas e ao local mais pobre de Brasília, a chamada Cidade Estrutural. Aqui é a Capital, e penso que...

Em discussão as duas propostas.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – A primeira proposta, que já havíamos discutido aqui preliminarmente, era a idéia de tomarmos conhecimento um pouco sobre a própria pobreza que existe aqui, no Distrito Federal, que é também grave. Então, tínhamos inicialmente pensado em fazermos uma ou duas visitas ao Distrito Federal, onde temos alguns bolsões de pobreza sérios.

Em relação à visita às cidades de Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto, que são próximas, a intenção é sairmos daqui às 8h30 e retornarmos por volta de 12h30. Se cumprirmos, conforme já fizemos em outras programações, o roteiro proposto, com certeza até as 13h já estaremos retornando, tendo uma idéia sobre o que realmente se passa não só em Brasília, mas nos arredores. Será uma pequena ilustração da problemática social que está muito perto da nossa Capital, do poder de decisão; portanto, acho importante termos a oportunidade de fazer essa visita.

Então, gostaria, se fosse possível, já que estamos, inclusive, acatando sugestões de visita a São Paulo e ao Rio de Janeiro, que nós pudéssemos também acolher essa nossa proposta, que visa, tão-somente, sem qualquer outra conotação senão não a de atender ao propósito desta Comissão, verificar realmente a situação não só na nossa Capital do Distrito Federal, mas também aqui, no Entorno de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Bem, eu gostaria de fazer uma ponderação à Vice-Presidente: tanto a Cidade Estrutural quanto Santo Antônio do Descoberto estão no caminho para Águas Lindas. Santo Antônio do Descoberto é administrado por um padre, Padre Getúlio, que tem um programa interessante chamado "De fome, não". Quer dizer, de fome não se morre aqui. Ele mesmo, o Padre, a Prefeitura, distribui em torno de 1.200 cestas de alimentos para os famintos, para as famílias que chegam lá do Nordeste e de outros lugares. Trata-se, portanto, de um programa interessante, e o Padre Getúlio teria muito interesse em receber a Comissão. Considerando que o Município está no caminho, acho que não teria problema. A Cidade Estrutural também é caminho. Vamos descer lá, visitar algumas casas, que são paupérrimas e que estão aqui, no Distrito Federal. Faríamos isso praticamente no mesmo tempo, sem muita alteração.

Agora, com relação à audiência, são sei. Acho que poderia ser feita aqui mesmo. Não vejo maiores problemas. Aqui nesta mesma sala.

O SR. EULER MORAIS – S. Exª propôs no auditório do Senado, não?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Acho que no auditório não. No auditório não...

A SRA. MARINA SILVA – Eu me inscrevo, então, para falar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra a Vice-Presidente, Senadora Marina Silva.

O SR. EULER MORAIS – Eu tinha entendido que a proposta dela era no auditório.

A SRA. MARINA SILVA – Primeiro, de acordo com o requerimento aprovado inicialmente, estava citado o Município de Águas Lindas. Então, eu tentei traduzir do requerimento para uma proposta de funcionamento da Comissão. Em segundo lugar, recordando-me da visita que fizemos à Zona da Mata, se realmente é caminho, nós poderíamos realizar a visita ao Município de Águas Lindas, e, talvez, no retorno, ir fazendo as paradas. Não sei, para mim, teríamos que ver uma forma para que seja realmente uma visita substancial. O Município de Águas Lindas, pelo que vejo, consegue ilustrar bem a situação de pobreza nos mais diferentes ramos da vida humana, na parte de saneamento, na parte de moradia, enfim, em todos os aspectos. Então, nós visitaríamos uma realidade de pobreza aqui, do Entorno. Mas eu estou aberta para que façamos a discussão, já que é caminho, e poderemos fazer aquilo que fizemos nos Municípios do Nordeste.

A minha discordância — e aí eu quero reivindicar à Comissão, fazendo, inclusive, algumas ponderações com relação à audiência pública. Até agora a audiência pública tem sempre o papel de trazer informações, sejam elas técnicas ou de experiências de administrações, como as do Governador Cristovam, da Prefeitura de Campinas, no espaço da Comissão – é porque mesmo nos lugares em que nos deslocamos, fizemos essas audiências de forma pública, ao mesmo tempo, salvaguardando a possibilidade de um debate para informar e dialogar com a Comissão, como na Assembléia Legislativa de Pernambuco, na Assembléia Legislativa do Ceará e num auditório – para uma audiência pequena – em Alagoas.

Já que estamos no Congresso Nacional, com referência à audiência pública que trata da questão da pobreza, penso que o adequado seria o espaço aqui. Por que não advogo seja no auditório, ou no espaço de convenção? Exatamente porque aqui dentro da Comissão poderemos dar esse caráter e valorizar a experiência que está sendo realizada pelo Governo do Distrito Federal, para que os técnicos possam expor, para que os Srs. Senadores possam perguntar. Se decidirmos por um auditório, em que a audiência é aberta, mas se, a princípio, já há uma disposição de mobilizar contingentes de pessoas, penso que isso pode dar um caráter à Comissão que venha a ser mal interpretado. Temo por isso, pois até este momento, as pessoas têm reconhecido no nosso trabalho que não há nenhum tipo de identificação com qualquer manifestação política, seja ela de ordem partidária ou tendencial, visto que política não é só nos partidos.

Acredito que, ao final da Comissão, o cuidado para que se termine com esse trabalho da maneira como estamos realizando é fundamental. Ao mesmo tempo, estaremos valorizando uma experiência institucional dentro do espaço institucional da Comissão, onde as entidades, o Governo e os seus técnicos poderão se manifestar e os Srs. Senadores poderão dialogar com eles.

O SR. ROBERTO BRANT – Penso que finalmente as duas propostas praticamente convergem. Passaríamos por todas aquelas cidades, mesmo porque elas estão no caminho, e depois haveria uma audiência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Na realidade, pensou-se num auditório maior como o da Câmara ou do Senado, porque existia a intenção de se convidar toda a sociedade organizada, a CNBB e muitas entidades de Brasília e do Entorno. Eles consideraram este espaço pequeno e até mesmo no Senado. Mas não seria mobilizar pessoas de um modo geral, e sim mobilizar autoridades mesmo, como o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Governador do Distrito Federal, o Presidente da Assembléia Distrital. Enfim, é um número significativo de autoridades. Não sei se comportaria. Concordo com V. Exª. Penso que aqui teria um caráter mais próprio. Mas continua em discussão.

Agora, Águas Lindas mostraria realmente uma realidade terrível neste País. Mas Santo Antônio do Descoberto tem uma experiência que acredito que o padre poderia...

O SR. *(fora do microfone)* – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exato, visitas rápidas. E a cidade estrutural também está no caminho e é uma outra realidade.

A SRA. RITA CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à Deputada Rita Camata.

A SRA. RITA CAMATA – Sr. Presidente, não vejo nenhuma dificuldade. Penso que as propostas quase que se complementam. Que pudéssemos cumprir o roteiro previsto de todas as visitas e essa

agenda da audiência pública às 15 horas. Agora, aqui na Comissão. Vejo que o momento de termos mais convidados talvez fosse com o relatório, não numa audiência que está praticamente encerrando. Pelo que entendi do roteiro, antes do relatório, seria a última reunião desta Comissão. Então, penso que a proposta desta audiência pública ocorrer na Comissão é razoável. Na conclusão do relatório, dependendo da Comissão, seria interessante termos uma boa representatividade da sociedade também nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Perfeito.

Continua em discussão.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o autor da proposta, Deputado Euler Morais.

O SR. EULER MORAIS – Sugiro que fiquemos no dia 9 apenas com a visita. Depois, devemos avaliar – se for o caso, depois da conclusão do relatório – a possibilidade da apresentação do relatório para um público maior e com transmissão de TV, talvez até para difundir um pouco melhor o resultado de nosso trabalho.

O SR. ROBERTO BRANT – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EULER MORAIS – Pois não.

O SR. ROBERTO BRANT – Não na conclusão, mas depois de votado, porque, na verdade, estaremos sujeitos a uma interferência estranha. Uma vez votado, podemos apresentar o trabalho da Comissão

O SR. EULER MORAIS – Exatamente, já para divulgação, talvez até pudéssemos pensar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Nesse caso, só faríamos as visitas, sem audiência pública.

O SR. EULER MORAIS – Só as visitas, porque, se fizermos as audiências públicas no mesmo dia, acabará sendo muito cansativo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Poderemos, então, fazer só a visita, sem as audiências públicas, e deixar para convidar todas essas autoridades para o dia da apresentação do relatório.

O SR. EULER MORAIS – Não, depois de aprovado o relatório. Uma apresentação solene, com público. É essa a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A sugestão de V. Exª já está anotada.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, estou vendo aqui uma proposta de calendário até o final dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Há também outra, Senador, da Senadora Marina Silva. Por favor, que esta proposta chegue ao Senador.

O SR. PEDRO SIMON – Concordo com todas essas viagens e acho que são altamente produtivas. Serão boas para que tenhamos conhecimento da situação que vivemos lá fora. Mas estamos chegando ao final dos nossos trabalhos e, ao que me parece, sem conclusões. Não teria crítica alguma a fazer ao que fizemos até aqui. Foi correto. Não teria nenhuma crítica a fazer às propostas que estão sendo feitas aqui. Mas a mim está parecendo um pouco eu não diria decepcionante, mas está faltando algo. Não tivemos um debate mais amadurecido sobre o que vamos fazer. Tivemos aqui pessoas importantes, pessoas que apresentaram experiências significativas; tivemos aqui técnicos de várias instituições, que mostraram estudos, pesquisas, conclusões e demonstrativos da realidade do País. Saímos para ver experiências concretas, objetivamente conduzidas, e saímos para ver situações degradantes que existem nesse País. Mas o que vamos fazer?

Perdoem-me, mas estou achando que estamos todos nas mãos do Relator, e não estamos sendo muito amigos do Relator. Acho que não estamos cumprindo a nossa parte com o Relator. Na minha opinião, deveríamos debater mais, discutir o que fazer, qual a experiência a adotar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Os desdobramentos.

O SR. PEDRO SIMON – Exatamente.

Por isso, criou-se uma expectativa...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Mas está definido no calendário um prazo para que se ofereçam sugestões, propostas e emendas para o Relator.

Sr. Presidente, sugestões, emendas, apartes fazem parte de qualquer relatório de qualquer comissão de qualquer assunto que se fale. Mas aqui, pelo menos a tentativa que se fez, a expectativa que se armou é de que seria uma comissão diferente; é de que se trataria, pela primeira vez, de uma sintonia geral de todos os partidos, de toda a sociedade, no sentido de que dessa vez olharíamos para a pobreza. Vamos fazer alguma coisa concreta com relação à questão. Não digo erradicar, mas é questão de enfrentar de frente a pobreza. E eu, pelo menos, sinto que não dei a colaboração que deveria, com toda a sinceridade. Primeiro, porque não me sinto capaz. Segundo, porque....

Agora, eu gostaria que fôssemos ativados, no sentido de haver algumas reuniões, Sr. Presidente, entre nós, para analisarmos as conclusões que rece-

bemos, o pensamento de a, b ou de c e fazermos aqui um debate sobre o que fazer.

A Senadora Marina Silva apresentou uma emenda, conseguindo uma emenda de uma Comissão, se não me engano, de Economia do Senado, uma verba pequena. E agora vamos tentar conseguir com o Relator que essa verba seja aumentada. Então teríamos para o ano que vem, dentro do Orçamento, uma verba criando o Fundo Específico da Pobreza. E incidiria – é uma tese que está se discutindo, vamos ter que debater, o Relator inclusive já falou nessa mesma tese, nós depois criaríamos uma regulamentação, quer dizer, votaríamos uma regulamentação dizendo: a verba tal, 5, 6, 10 bilhões, que está em tal lugar, será administrada dessa maneira. É o tal do orçamento social dentro do Orçamento. Quer dizer, dentro do Orçamento teríamos o orçamento social. E nesse orçamento social teríamos a participação da sociedade na fiscalização, já que o que se comenta não é tanto a falta de verba destinada à pobreza, mas é a falta de destinação. É a saída pelos canos e pelos lados desse negócio.

Então, o que acho, Sr. Presidente, é que se precisa de um pouco mais de tempo para expor, para debater, para discutir, para pensar, para ter uma saída. Eu tenho medo de que seja apenas uma Comissão, Sr. Presidente: terminou, apresentamos o relatório, acabou. Se depender de mim, voto a favor de ser uma Comissão Permanente. Acho que deveria ser.

Então, o que eu estou apenas acrescentando – e talvez esteja até dizendo bobagens, perdoem-me, quer dizer, mas a sinceridade é a melhor possível, a vontade é a melhor possível –, o que eu estou sentindo é que sempre estamos trabalhando – vamos ao Entorno, vamos a São Paulo, vamos ao Rio. Acho que tudo é ótimo. Dou nota 10 para tudo o que está sendo feito. Nada iria ser diferente do que está sendo feito. Vieram as pessoas aqui, acho que foi correto. Vieram os Prefeitos contar as experiências, foi muito positivo. O que eu acho é que falta a nós, agora, ter o nosso trabalho em tempo de tentar bolar alguma coisa que eu não sei o que é. Sinceramente, não sei, mas gostaria de participar no esforço coletivo, tentando chegar lá.

Perdoe-me, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO BRANT – Posso?

O SR. PEDRO SIMON – Agora dou o aparte, com todo o prazer.

O SR. ROBERTO BRANT – Apenas recapitulando um pouco. O problema é na forma do nosso programa de trabalho. Convocamos aqui especialistas da área universitárias, agências governamentais e autoridades que estão atualmente no Poder e também que já deixaram.

Bem, ao longo desse tempo aqui, fui recolhendo todas essas visões, e mais do que isso, houve debate, e todas as nossas reuniões demoraram quatro, cinco, seis horas, e todos esses debates me permitiram, depois de destacada aquela superfície, de chegar a uma substância consensual. Então, terça-feira, estarei com o relatório pronto. Só não está pronto hoje porque faltam alguns detalhes de natureza jurídica quanto à Emenda Constitucional que vai ser proposta. Mas tenho certeza, nesse ponto, não que vão acatar o relatório, mas que vão encontrar no relatório realmente uma recomendação global de solução. E que não é criação minha. Não tem nenhum impressão digital minha no relatório. Na verdade, o meu papel foi mais de escrevinhador e de organizador dessas informações e desses consensos. Acho que, em grande medida, essas preocupações vão estar atendidas, mesmo porque vamos trabalhar num nível bastante agregado, bastante macro, como não podia deixar de ser. Mas está se criando ali os elementos de controle e fiscalização, está se criando ali o Conselho que vai planejar as atividades e está se cravando ali, constitucionalmente, os recursos anuais para o programa. De sorte que, inclusive, os recursos – como se verá na leitura do relatório e na leitura da Emenda – já vão estar disponíveis a partir de 1º de julho do ano que vem. Então basta ter uma janela no Orçamento para que os recursos fiquem disponíveis. Agora, por que é em julho? É por causa da natureza dos tributos que nós escolhemos.

Agora, se quiséssemos fazer antes também nem haveria muito tempo. Vou explicar por que: o Senado vai examinar a emenda constitucional em primeiro lugar, porque é a vez do Senado. Então, saindo da Comissão Mista, vai direto para o Plenário do Senado; o Senado aprovaria neste ano e vai para a Câmara dos Deputados. A Câmara, no ano que vem, terá os meses de fevereiro, março e abril para aprovar. Antes de maio, então, esses elementos legais não estariam prontos; além disso, o programa é universal – ele vai atingir, pelo menos, 5 milhões de famílias – e não será implantado instantaneamente. Acredito que o calendário é compatível com as preocupações. E essas suas preocupações são nossas também, Sr. Senador; acima de tudo, foram as minhas desde o primeiro dia aqui, porque esta Comissão é diferente. Ela não está examinando um projeto de lei para dar parecer. Ela parte do nada. Então, partindo desta coisa para criar um esquema...

O SR. PEDRO SIMON – Partindo do nada estava bom....

O SR. ROBERTO BRANT – Eu estou dizendo do nada institucional, do nada legal.

Acredito que quarta-feira – se eu puder, na terça-feira, mandarei para o gabinete de V. Exª – nós passaremos a discutir sobre uma coisa muito concreta, e como é uma resenha de tudo o que foi feito aqui, como não é uma criação intelectual minha, sei que terá muito mais consenso do que se poderia esperar em outras circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Eu entendi as preocupações do ilustre Senador quando disse que estava dizendo besteira. Não, ao contrário, V. Exª só fala coisas sérias, muito sérias, e tem dado uma contribuição muito grande a esta Comissão, principalmente nos debates. A preocupação de V. Exª procede, mas eu entendo também que o Sr. Relator, sempre muito atento, participou de todas as audiências, fez comentários não só sobre os pesquisadores e professores, mas também sobre o Bispo D. Mauro Morelli e sobre os ministros. S. Exª fez observações com relação a todas as palestras feitas aqui, e é lógico que S. Exª, como Relator, terá a oportunidade de interpretar aquilo que ele ouviu não só daqueles que foram convidados, mas também dos Srs. Senadores, das Srªs. Senadoras, das Srªs. Deputadas e dos Srs. Deputados. E nós temos que dar este voto de confiança para S. Exª fazer essa interpretação, que será o próprio documento. As preocupações de V. Exª procedem, Senador Pedro Simon. Então, após S. Exª fazer a explanação sobre o Relatório e sobre tudo aquilo que viu, aí, sim, ele vai dar oportunidade a todos nós de acrescentar, reduzir, apresentar novas sugestões. E esse é o grande momento que V. Exª está esperando, de um debate mais intenso, mas já em cima de uma peça articulada por S. Exª; e, sem dúvida nenhuma, tem que ser articulada por S. Exª.

Com a palavra o nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, desejo, primeiro, expressar a minha satisfação pela eficiência do Relator, que está consciente do seu trabalho; tenho certeza de que trará para nós uma peça muito importante.

Sr. Presidente, quero dizer que, quando S. Exª entregar o Relatório, nós, no momento, estaremos nas grandes discussões. O prazo para as emendas e sugestões é até dia 16; o Relatório final, dia 18. O prazo final é, realmente, o dia 18?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – É dia 10; teremos mais 8 dias.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – O prazo fatal para apresentação de sugestões e emendas é dia 16.

O SR. ROBERTO BRANT – Mas é uma questão de cinco ou seis dias.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Mas nesses cinco ou seis dias ninguém vai discutir nada, e o Presidente diz que o grande momento da discussão é a partir da apresentação de sugestões e emendas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Será na terça e na quarta-feira, dois dias. Se nós não esgotarmos na terça, teremos quarta. Temos dois dias para discutir.

O SR. ROBERTO BRANT – Embora o relatório possa chegar a 120 páginas, na verdade a proposta final se consubstancia em um projeto de emenda constitucional de duas páginas. Não há tanto elemento assim para efeito de emenda legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, o Deputado Brant, que está com a incumbência de produzir esse relatório com as contribuições aqui oferecidas, tem uma responsabilidade muito grande, e a nossa ansiedade com relação ao relatório refere-se exatamente ao fato de podermos ajudar até naquilo que, por ventura, venha a escapar da perspicácia e da competência do nosso Relator.

Mas o momento atual, e o Relator muito bem sintetizou isso, embora tenha um diagnóstico, um processo político que aqui foi realizado, como peça legislativa é bastante resumido. Agora, quanto ao resumo dessa peça legislativa, não importa se o seu conteúdo tiver realmente um marco diferencial naquilo que tem sido o tratamento à pobreza, e é isso que penso que o nobre Senador Pedro Simon acaba de observar. Todas as propostas que pudermos aqui, por mais criativos e inventivos que sejamos, apresentar, com certeza, de alguma forma pulverizada ou pontual já estarão incluídas em algumas dessas propostas que já existem, quer da sociedade, quer do Legislativo ou do Executivo, em algum lugar.

O grande resultado, insisto, desta Comissão é o produto político e de determinação que será gerado a partir da discussão que já está nos meios de comunicação, nas entidades, particularmente na CNBB, enfim, a partir das discussões que estão envolvendo um leque amplo de entidades que estão acompanhando nosso trabalho dentro do Congresso Nacional, e considero uma grande vitória termos sempre aqui Srs. Deputados e Senadores discutindo esse tema. É difícil o Congresso reunir-se de forma afirmativa. Geralmente só se reúne de forma negativa, ou seja, para

cassar os precatórios, os banqueiros que roubaram ou não-sei-quem que fez não-sei-o-quê. Isso é importante. Mas dessa forma é inédito no Congresso Nacional. Estamos trabalhando um produto afirmativo para a sociedade, e isso é algo novo.

Então acredito que a idéia, com o nome que batizamos aqui para facilitar o debate, do orçamento social é de destacarmos um volume de recursos que faça com que o Governo tenha recursos adicionais para um programa em parceria com a sociedade. Essa idéia pode ser a do fórum que estamos aqui defendendo, acho que de forma conjunta, sem nenhum tipo de divergência. Que esse fórum, do meu ponto de vista, possa ser um fórum paritário, onde o Governo e a sociedade estejam representados para fazer o gerenciamento, o acompanhamento das políticas, a avaliação com a participação do Congresso Nacional.

Estou bastante otimista no sentido de que, preocupados com isso, nós, um grupo de Srs. Senadores, inclusive com a participação do Sr. Senador Presidente do Congresso Nacional, nos dirigimos à Comissão de Assuntos Econômicos e apresentamos essa emenda singela, de R$1,5 bilhão, para viabilizar, caso contrário perderíamos o tempo. E o Relator agora o que fará?

O SR. PEDRO SIMON – Janela tem

A SRA. MARINA SILVA – A janela tem e acho que a grande função agora desta Comissão é criar um grupo de trabalho para ajudar o nosso Relator. Inclusive acabo de falar com o Presidente Antonio Carlos, que estava em uma reunião agora com o Governador da Bahia, que disse que está se dirigindo para cá para que possamos discutir, e S. Exª se dispõe a ajudar, no sentido de fazer dessa janela orçamentária uma porta orçamentária para o orçamento social. Teriam que ser recursos da ordem de, talvez, R$6 a 10 bilhões. Não sei como vamos viabilizar isso, mas os programas serão adicionais. Não serão recursos para depois dizer: Não, isso aqui está no orçamento social, sai dinheiro da saúde, da educação. Não, todos os programas tradicionais, históricos, estruturados permanecem, e vamos apresentar uma proposta de orçamento social para a realização de programas adicionais, que não são apenas programas emergenciais, mas sim de médio e de longo prazo, também dentro de uma visão estrutural. Então nesta reunião administrativa aqui estamos ajudando a produzir um rumo concreto para essa peça, que considero importante, e depois poderemos inclusive ter um debate com a sociedade sim, uma audiência pública, já tratando da criação desse fórum, como ele pode ser traduzido, quer dizer, dar um encaminhamento político, porque senão vamos terminar e não aconteceu nada, ficou tudo do mesmo jeito. O povo discutiu a pobreza, "fez o **tour** da pobreza", como alguns dizem, e não conseguimos nada.

Então, acho que, se formos capazes, nesta reunião administrativa, de darmos os elementos de abertura para essa porta orçamentária, pela janela que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado já abriu, já começo a ficar um pouco otimista em relação aos resultados desta nossa Comissão, que conseguiu colocar para a sociedade e os meios de comunicação algo que está na agenda, porque a pobreza se impõe quanto miséria, mas não estava na agenda quanto produto para uma discussão e resolução política sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, cumprimento a disposição de todos aqui no sentido de aperfeiçoarem e proporem medidas para erradicar a pobreza no País. Gostaria de encaminhar ao Relator, o Deputado Roberto Brant, para a sua consideração, o texto final do Projeto de Lei nº 585, de 1999, que, aprovado, em caráter terminativo, pelo Senado Federal, na semana passada, altera a fórmula do benefício de renda mínima, associado à educação, conforme o texto proposto pelo Senador Ney Suassuna, que foi o autor do parecer sobre a proposta.

Avalio como importante o exame feito pelo Relator deste PLS, que vai agora para a Câmara, pois se refere a um aperfeiçoamento da Lei nº 9.533, que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que adotarem Projetos de Renda Mínima associados à educação ou bolsa-escola.

Recordo que o Ministro Paulo Renato de Souza, quando aqui esteve, ressaltou que poderia o Congresso Nacional aperfeiçoar a Lei nº 9.533, porque estava inteiramente aberto para isso. Também a Secretária Vanda Engel, ainda anteontem, disse-me que estaria de acordo com este aperfeiçoamento contido na proposição.

Então, encaminho a V. Exª e também ao Presidente uma cópia para exame.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A matéria continua em discussão.

Continuam em discussão as duas propostas.

O Deputado concorda em fazer as duas visitas e deixar ...

O SR. EULER MORAIS – A questão da audiência pode ficar programada para depois do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Em votação, então, já que houve fusão das propostas do Senadora Marina Silva e do Deputado Euler Morais.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARINA SILVA – Só gostaria de fazer uma observação, porque a discussão está aberta, e estão presentes os Srs. Senadores e Deputados. Creio que este momento é ímpar. O Relator vai, de certa forma, enclausurar-se para tentar produzir um relatório, que nos será apresentado no prazo de uma semana, para que tenhamos o período para lê-lo, duas sessões para debatermos e apresentarmos propostas, modificações ou textos alternativos.

As explanações do Senador Pedro Simon, do Deputado Roberto Brant e minha, parece-me que servem como uma sugestão, porque, neste momento, é que estaremos colocando para o Relator um pouco das nossas expectativas com relação a este Relatório, para que não sejamos 100% surpreendidos, se for o caso. Trata-se de um momento em que vamos estar ajudando o Colega a ter, de certa forma, um eixo para a produção do seu Relatório. Assim, considero muito rico e talvez possamos economizar um pouco de tempo na discussão do relatório propriamente dito se identificarmos quais são aqueles pontos que cada um gostaria de ver contemplado ou aquela linha de raciocínio ou qual seria o produto final dessa discussão. Já que estamos em número reduzido, há espaço significativo para que possamos dar essa contribuição ao Relator.

Não sei se é para esperar o Senador. Independentemente da vinda do Senador aqui, esta é uma discussão importante. Pelo menos considero que tenha dado a minha contribuição e acho que a contribuição dele também é importante. Se ninguém tem contribuição, entendo ser perfeitamente possível ele se encontrar com o Relator e colocar a sua posição.

O SR. ROBERTO BRANT – Deixe-me apenas fazer um aparte com relação a isso. Na verdade, o relatório que está praticamente escrito não é uma criação intelectual minha, nem poderia ser, porque, como o próprio nome indica, trata-se de uma síntese das idéias que circularam por aqui.

Quando o relatório for entregue, pode-se perceber que recolhi as idéias que circulavam aqui, sintetizando-as, não apenas das autoridades e dos professores que estiveram aqui, fazendo exposições, mas pela participação de todos nos debates. Creio que a síntese fundamental de todos esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Marcondes Gadelha, posteriormente, Euler de Morais.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, considero muito feliz a sugestão da Senadora Marina Silva, no sentido de que tenhamos alguma discussão preliminar ou que venhamos a suscitar expectativas, pelo menos quanto àquilo que acalentamos possa ser eventualmente tratado no parecer do Relator.

Teria duas observações, uma delas de ordem genérica, sobre a minha expectativa a respeito do preâmbulo, do texto inicial do Relator, e uma outra mais pontual, sobre medidas a serem tomadas.

Espero que o Relator resolva de uma vez por todas um questionamento que existe sobre o impacto das medidas redistributivas sobre o processo de crescimento econômico. Trata-se de um conflito que sempre permeou a sociedade brasileira: crescer o bolo ou distribuí-lo? Ou seja, que possa ser mostrada – essa é uma opinião pessoal – que há uma dinâmica keynesiana na redistribuição, nesse processo de enfrentamento da pobreza, da miséria, da indigência, com ampliação do mercado interno, e que o processo de crescimento econômico possa se dar por esse caminho também, independente de outras medidas concentradoras que, historicamente, este País tem adotado. A História do Brasil é uma história de concentração de renda, nunca se tentou o caminho alternativo de buscar o crescimento via distribuição de renda.

Não sei qual é a opinião do Relator sobre essa matéria. Esse é um problema pendente, uma questão antiga, mas tenho a impressão de que se isso for resolvido favoravelmente à idéia keynesiana de se buscar desenvolvimento via distribuição também, poderá fazer com que a sociedade toda e o próprio Governo aceitem essas propostas e que outras sejam acrescentadas, de forma que possamos, ao final, mergulhar de ponta-cabeça nessa questão, para resolvermos o problema da pobreza, certos de que isso não vai gerar inflação, não vai diminuir o ritmo de crescimento econômico, nem criar problemas fiscais, enfim todas essas queixas que se fazem contra distribuição de renda neste País. Que a iniciativa de resolver o problema da pobreza – não apenas enfrentá-lo com panos mornos – seja um gancho para o crescimento econômico, e não o seu oposto.

A outra questão, de natureza mais pontual, é saber se o Relator pensa em contemplar alguma medida que diga respeito à isenção de impostos sobre produtos de consumo das camadas mais pobres da população. Há um estudo nesse sentido, estabelecendo

que a isenção de impostos sobre determinados produtos padrões de consumo, da cesta básica, daria resultado em termos de redução do número de pobres, ou seja, faria com que alguns ultrapassassem a linha de pobreza e se situassem em um patamar mais confortável.

Esse estudo foi publicado na **Gazeta Mercantil**, mas não sei se chegou ao Relator. V. Exª pensa em contemplar algo nesse sentido?

O SR. ROBERTO BRANT – Estou inteiramente de acordo quanto a primeira questão levantada.

Em meu relatório, esse assunto é tratado mais de uma vez. Está absolutamente claro que o padrão de crescimento econômico brasileiro é marcado por profunda desigualdade. Para reduzirmos substancialmente o nível de pobreza no Brasil, teríamos que crescer por duas ou três décadas a taxas acima das históricas dos últimos 20 ou 25 anos.

Na verdade, o Brasil tem um excesso de pobres, de indigentes, tendo em vista a renda média que o País já alcançou.

É evidente que o centro do problema da pobreza brasileira é a desigualdade, e não a insuficiência de renda. Há países que são efetivamente pobres, como o Paquistão, o Sri Lanka, Bangladesch, a Índia, etc. O Brasil não precisava obter esses graus de pobreza. De outra parte, é claro que uma distribuição de renda que privilegiasse os segmentos mais pobres da sociedade produziria um tipo de desenvolvimento econômico que ofereceria muito menos limitações.

Todos sabemos que temos limitações cambiais ao crescimento econômico. Se houvesse crescimento econômico, mantida a atual distribuição de renda – se crescêssemos 5%, 6% ou 7% ao ano –, causaríamos uma séria pressão sobre a balança de pagamentos. Essa é uma das razões pelas quais quando há uma crise cambial, o País é obrigado a promover quase que uma recessão interna para obter o reequilíbrio. O crescimento da demanda agregada, com ênfase nos segmentos mais baixos, é praticamente quase todo voltado a produtos fabricados no mercado interno. Tudo tem efeito altamente positivo.

Estou totalmente de acordo.

Quanto ao problema da isenção, tomei partido, no relatório, de não propor nem o aumento da carga fiscal que existe hoje. No momento da entrega do relatório, faço questão de falar sobre isso. Estamos fazendo algumas mágicas, mas não vamos alterá-la. Da mesma forma, não vamos reduzir a receita pública. Não que isso não seja relevante, mas é algo que tem que ser tratado em um contexto muito mais genérico. Não podemos tratá-lo de uma maneira muito pontual.

Fui Secretário da Fazenda de Minas Gerais por muitos anos e sei que o principal imposto que incide sobre bens de consumo popular é exatamente o dos Estados, que é o ICMS. Há muita dúvida entre os tributaristas se uma redução de imposto se transmite aos preços ou não. Depende muito das condições de oferta e demanda do produto especificamente.

Independentemente dessa dúvida de natureza substantiva, deixei de propor medidas que afetem a receita e a despesa dos entes públicos. Estamos criando um destaque de recursos para formar um fundo. São recursos que já existem. Não estou propondo qualquer extravagância fiscal. Além disso, apresento algo que V. Exª expôs aqui mais de uma vez: o problema da transferência regional de recursos. No programa que estamos sugerindo, mais de 50% dos recursos serão alocados para o Nordeste, só para a Região Nordeste, pois é exatamente lá onde estão 52% dos pobres e 55% dos indigentes do País. Como o programa que estamos propondo é extremamente focado, visa atingir onde vive e sofre a família pobre, então esses recursos serão deslocados grandemente para a Região Nordeste. Isso é um esclarecimento que estou prestando mas que deriva mais de uma vez V. Exª tratou do problema aqui, seja do problema das creches de Santa Catarina como do problema de distribuição dos recursos do Pronaf, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – V. Exª gostaria de fazer alguma observação, Sr. Deputado...

O SR. MARCONDES GADELHA – Não, estamos mais ou menos de acordo. Só esclarecer um pouco mais a minha preocupação, talvez não seja tarefa para esta Comissão colocar o problema do enfrentamento à pobreza como uma questão ínsita do próprio modelo econômico, a pobreza como parte do tecido social e do conjunto da economia e não como um compartimento a ser tratado, como um bolsão que vamos criar aqui um pacote de recursos para resolver esse problema desse bolsão, mas que o próprio modelo econômico envolvesse a promoção social e humana e a melhoria de uma forma difusa também, independente dessas medidas de focalização que o relator colocou, que são fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Euler de Morais.

O SR. EULER MORAIS – Só duas questões relativas ao relatório que seriam importantes e tenho certeza de que o relator deve estar atento, mas, quem sabe, a forma como estão sendo explicitadas. A primeira é que vimos o problema do desperdício e da má

focalização dos gastos sociais, gastos relevantes mas que não chegam ao público realmente mais carente e mais pobre. Que iniciativas, que medidas poderemos ter, talvez daqui para julho, enquanto se viabiliza a questão orçamentária para recursos adicionais, a revisão, a reavaliação, o redirecionamento desses programas atuais do Governo que precisam ser refocalizados. Esse é um ponto que não pode passar, vamos dizer, a largo da nossa Comissão, porque me parece, foram bem enfatizados e que há necessidade de correção. A questão da educação, da previdência, seguro-desemprego e outros programas que acabam não chegando ao público a que se destina.

A segunda questão, Sr. Deputado, é com relação à cronologia de ação. Prever o estabelecimento de algumas metas, quem sabe, num horizonte de 10 anos, se vamos ter uma priorização de medidas envolvendo desde medidas mais emergenciais até as medidas mais estruturais, enfim, desde o combate à fome, que é o problema mais crítico e emergencial, o problema das crianças, seja envolvidos no trabalho infantil, seja as crianças abandonadas na ruas, etc, até chegar ao problema realmente realmente mais fundamental que envolve moradia, saúde e outras questões.

O SR. ROBERTO BRANT – Um dos capítulos do relatório é gasto público, gastos sociais e pobreza no Brasil. Então enfrentamos o problema da apropriação dos gastos sociais pelas parcelas não pobres da população. Mas como vai ficar claro no relatório, ficou claro em todos os depoimentos aqui, metade dos chamados gastos sociais no Brasil são previdências, sistema geral de previdência, mais previdência pública, quer dizer, do total de R$135 bilhões gastos em 1987, R$65 bilhões eram os gastos totais de previdência. Previdência, saúde e educação representam 85% de todos os gastos sociais, então na forma de focalização, nós temos de centrar. No caso da previdência, o que é específico de pobre que é, por exemplo, da previdência geral, que é previdência rural, é altamente bem focalizado, é tão bem focalizado que, quando estudamos os diversos segmentos etários na distribuição de renda, percebemos que a parcela onde há menos proporção de pobres em todos os grupos etários brasileiros é o grupo de idosos, por incrível que pareça. Há mais crianças e há mais adultos pobres indigentes do que idosos, exatamente porque há seis milhões de idosos que são abrangidos, alcançados pela previdência rural e, além disso, tem os benefícios de prestação continuada que pega mais alguma centenas de milhares deles. Então, é um programa que é bem focalizado. O que é mal focalizado, de um modo geral, é a Previdência pública. Agora, não cabe a esta Comissão propor a modificação da Previdência pública, isso é um debate nacional que está envolvendo todos os segmentos. Eu estaria fazendo mais um pouco de discurso. Eu não tratei desses problemas, nós apenas mostramos os números e dissemos: no caso da educação, o ensino fundamental é muito bem focalizado no Brasil. O que não é bem focalizado? O ensino médio e o ensino universitário. Está lá a denúncia, mas não estou propondo, também, que se fechem as universidade federais, porque essa não seria a solução, e nem vou tratar, agora, de pagamento de anuidade da escola federal, porque isso é um tema que tem que ser examinado lá. Todos os problemas do País acabam caindo aqui, de alguma maneira, mas nós devemos selecionar aqueles que são mais específicos para ganharmos em objetividade.

Na saúde é a mesma coisa. O SUS, na rede pública, é altamente bem focalizado, nós temos tabelas e temos gráficos mostrando isso. Onde o SUS é mal focalizado é na rede privada. Está lá a denúncia. Eu não vou propor, especificamente, um redesenho do SUS, porque acho que não tenho competência e nem a Comissão foi constituída para isso, mas a denúncia está lá, quer dizer, é um capítulo do relatório: "Gasto social no Brasil e pobreza."

Então, sob o ponto de vista da cronologia, como nós mostramos no relatório, ele desemboca em uma proposta de emenda constitucional. Essa proposta de emenda constitucional cria um fundo, cria um conselho para gerir o fundo, cria umas vinculações de recursos para o fundo e estabelece a forma como o fundo vai gastar esses recursos, porque nós temos que dar algumas linhas gerais, porque senão essa coisa vai se pulverizar. E, na emenda constitucional, vai-se dizer, também, que esses recursos não se confundem com os recursos correntes que já são usados na área social, porque senão nós aumentamos o recurso aqui e eles diminuem em outra parte. Quer dizer, esses recursos formam, realmente, um todo impenetrável, um todo separado.

Qual a cronologia? Se nós aprovarmos o relatório até o dia 18, o Senado Federal tem a primazia para examinar a emenda constitucional. Segundo os regimentalistas do Senado, como passou por uma comissão mista, essa proposta de emenda constitucional pode ir diretamente para o Plenário do Senado. Então, o Senado poderia aprovar essa emenda constitucional ainda nessa legislatura, restando à Câmara aprová-la na legislatura do ano que vem. Se aprovar até março ou abril, aí serão as etapas de constituição

do Conselho, enfim, início da assinatura de convênios com Estados e Municípios, e isso vai demandar meses.

O horizonte do programa são dez anos e o objetivo do programa é eliminar, nesses dez anos, o grau de indigência da população brasileira e não o grau de pobreza. Quer dizer, que esses 24 milhões de brasileiros, são mais ou menos cinco milhões de famílias, daqui a dez anos não sejam mais pobres; principalmente, que os seus filhos não sejam mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Registro, com muita honra, a presença do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães. Nós estávamos em uma reunião mais fechada. Eu consulto a V. Exª se devemos continuar assim, permitindo apenas as cenas?

Vamos continuar com a reunião fechada, permitindo apenas os fotógrafos e cinegrafistas que fazem as cenas, para continuarmos na discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – As reuniões fechadas se justificam quando há razões muito significativas para reserva, mas esta reunião administrativa, em que se estão trocando idéias sobre proposições, me parece uma reunião rica de proposições e para que a população possa conhecer o trabalho. Não há motivo para continuarmos com a reunião fechada. Eu sugeriria a V. Exª que abrisse a reunião, tornasse-a inteiramente transparente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Senador, entendo a preocupação de V. Exª, mas nós já estamos começando a discutir alguma coisa. Alguns Senadores e Deputados já estão indagando do Relator se está ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Melhor ainda! Melhor ainda! (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Não, não. Acho que S. Exª tem o momento exato de divulgar o relatório, acho que não pode haver divulgação anterior. Por isso, determino que, após as cenas, continuemos com a reunião mais fechada.

Primeiramente ouviremos os inscritos, e, depois, concederemos a palavra ao Presidente do Senado.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente, tomo a liberdade, tendo em vista estar presente o ilustre Presidente do Senado, que, na verdade, suscitou o desdobramento para a criação desta Comissão, de convidar S. Exª, o que muito nos honraria, a participar desta visita que está programada para terça-feira, próximo a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Formularemos o convite ao Sr. Presidente do Senado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como sugerido pela Senadora Marina Silva, no sentido de formularmos sugestões ao Relator, gostaria de aproveitar a oportunidade para me aprofundar na questão que há pouco levantei.

Conforme V. Exª tem notado, nas inúmeras ocasiões em que aqui estiveram presentes economistas, uma das principais questões que tenho levantado é qual seria o melhor desenho de um Programa de Renda Mínima associada à educação ou à bolsa-escola?

Foi aprovado na semana passada o Parecer do Senador Ney Suassuna que modifica o desenho da fórmula prevista na Lei nº 9.533. Por que aquela forma é tão restrita, modesta e não atende ao bom-senso na avaliação que fiz? Porque, para aquela família cuja renda não alcance meio salário mínimo **per capita** e que tenha crianças até 14 anos e que estejam freqüentando escola, se destinaria um benefício igual a quinze reais vezes o número de crianças menos metade da renda familiar **per capita**.

Ora, tive a oportunidade de demonstrar que este desenho significa, por exemplo, para uma mãe e criança, família constituída de duas pessoas, daria um benefício até negativo. Por esta razão, o Governo anuiu que deveria ser, pelo menos, de quinze reais por família o benefício. Mas mesmo assim ainda continua muito modesto e restrito.

O que tivemos a oportunidade de ver nas visitas a Alagoas e Pernambuco? Que o Governo, hoje, tem desenhos diferentes de propostas que caminham paralelamente. Assim, no Estado de Pernambuco, vimos a aplicação do programa de erradicação infantil que define, para uma família com duas crianças, cinqüenta reais; com quatro crianças, cem reais; com cinco ou mais, cento e cinqüenta reais. E pode ser que num município ao lado, onde seja aplicado o denominado PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mais a Lei nº 9.533, o benefício seja este tão restrito e modesto.

Então, uma sugestão é que haja uma uniformização de programas com objetivos semelhantes. Segundo, que se melhore a equação do benefício na direção de maior racionalidade, em que se procure, ao mesmo tempo, promover a presença das crianças na escola, a eliminação do trabalho infantil, a erradica-

ção da pobreza, a melhor distribuição da renda, e que todos esses objetivos possam ser alcançados, e, ao mesmo tempo, se pense na elevação do nível de emprego, um formato que elimine os riscos das denominadas armadilhas da pobreza, das armadilhas do desemprego. E, na experiência dos diversos programas internacionais, os diversos economistas que os têm analisado, têm procurado ressaltar este aspecto: procurem adotar uma fórmula que sempre estimule as pessoas ao progresso, ao trabalho. Existe também o problema administrativo em que tem que se pensar, ainda mais quando metade, aproximadamente — conforme os economistas que aqui expuseram —, da força de trabalho está no mercado informal, e sobretudo os mais pobres estão significativamente na informalidade, temos que considerar que vamos ter que levar em consideração os rendimentos, inclusive, dos que estão no mercado informal. Ora, se, para as pessoas que detêm grande patrimônio, nós confiamos nas suas declarações para fins de que eles paguem o imposto de renda devido, será que não poderíamos confiar nos mais pobres sobre os seus rendimentos e até termos formas de esclarecer que se declararem os seus rendimentos — mesmo os informais, pode ser o de vender a pipoca, de tomar conta do carro, de vender doce na esquina, etc., ou as mais diversas atividades, mesmo no campo —, vamos ter que chegar a uma definição sobre isso.

Então, a proposta que encaminho ao relator, Roberto Brant, leva em consideração a proporção da diferença entre número de pessoas na família multiplicado por meio salário mínimo (que é o patamar definido na lei), menos a renda familiar, de tal forma que sempre haja o estímulo para a pessoa trabalhar e progredir. Com respeito às questões relativas a onde começar, se, porventura, o Deputado Robert Brant tenciona introduzir um mecanismo de gradual expansão do programa, uma alternativa, por exemplo, para, pensar, é que se inicie, no primeiro ano, nos Estados de menor renda **per capita**, como, por exemplo, Piauí, Tocantins e Maranhão; no segundo ano, nos demais Estados da Região Nordeste, Norte de Minas, e progressivamente. Quem sabe em cinco ou seis anos se proponha um cronograma de introdução gradual e universalização desse direito para todas as famílias.

Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente, no sentido de que estou hoje convencido de que, para resolvermos esses problemas administrativos da armadilha da pobreza, da armadilha do desemprego, para se evitar o estigma de qualquer pessoa ter que declarar rendimento, poderemos chegar a um estágio — isso para um futuro, quem sabe, breve — em que se garanta a todas as pessoas uma soma de reais por mês de maneira incondicional. Não importa origem, raça, sexo, condição civil ou sócio-econômica; todos receberiam tantos reais por mês, como direito à cidadania, e isso é fruto do desenvolvimento intelectual de todas as pessoas, intelectuais, filósofos e economistas, que têm pensado. Por que não haveria, então, a armadilha do desemprego? Porque, a partir desse montante, já garantido a todos, a pessoa estaria disposta, sabendo que trabalhando mais receberia mais, e assim por diante, mas aquela sua renda mínima seria garantida como algo incondicional, ninguém retiraria, trabalhando ou não trabalhando, o que quer que fosse, todos teriam esse direito como um direito inalienável de participar da riqueza da Nação. Mas esse estágio não é factível num prazo tão curto. Então, relacionar o direito a renda mínima às oportunidades de educação é um passo muito positivo, e sobre isso há concordância.

Sobre o melhor desenho é que eu faço as sugestões presentes, porque a forma de se prover apenas um salário mínimo para a família – não importa se ela tem mãe e criança, ou mãe, pai e dez crianças, ou mãe, pai e oito crianças – significa R$68,00 se for para uma família de duas, ou R$13,60 se for para uma família de dez pessoas. Então, a fórmula aprovada em caráter terminativo no Senado leva em consideração essa questão de maior eqüidade para famílias de qualquer tamanho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Paulo Paim.

Vamos ouvir o Deputado Paulo Paim, os Senadores Juvêncio da Fonseca e Agnelo Alves e, depois, o Relator.

O SR. PAULO PAIM – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator, confesso que tenho um pouco de dificuldade de discutir de forma preliminar um relatório que não recebi nem de forma preliminar. Quero aqui expressar a minha dificuldade, porque fico no campo da futurologia: pode, não pode, quem sabe, porém. Posso fazer aqui uma elucubração longa de tudo aquilo que imagino possa ou não estar no relatório. Então, tenho um pouco de dificuldade, mas vou entrar com uma pergunta específica, sem defender aquilo que acredito que deveria estar no relatório, o que seria muito mais profundo. Faremos isso, então, no dia em que V. Exª apresentar o relatório à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Deputado, era esse realmente o espírito da Comissão: promover essa discussão depois, mas surgiu a proposta

do Senador Pedro Simon para aproveitarmos o momento, visto que já definimos a reta final, e fornecer sugestões, e o Relator acatou. Então, estamos aqui justamente para acolher sugestões.

O SR. PAULO PAIM – Dobro-me tranqüilamente. Só tenho um pouco de dificuldade, porque não conheço o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Ninguém o conhece.

O SR. PAULO PAIM – Mediante essa dificuldade, volto à primeira reunião de que participei nesta Comissão. Um dos critérios que estipulamos aqui que o Relator deveria levar em consideração, e que a Comissão discutiria, são os projetos que existem na Casa, de cunho social, que vão na linha do combate à pobreza. Então, quero saber que tratamento o Relator pretende dar aos projetos que vão nessa linha? V. Exª disse outro dia que são mais de cem projetos. Eu poderia enumerar quatro ou cinco, só para simplificar, mas nem vou falar do salário mínimo, nem vou falar da renda mínima, nem da bolsa-escola.

Vou falar de uma lei específica que existe, e há projetos na Casa alterando-a. V. Exª chegou a tratar dessa questão. Há uma lei que diz que, neste País, a família que tiver um deficiente físico só terá direito a um salário mínimo se comprovar que a renda **per capita** da família não ultrapassa ¼ do salário mínimo – diríamos mais ou menos US$15,00. Entendendo que a tal linha de miséria absoluta, dita pelos organismos internacionais, é em torno de US$30,00 e que, no Brasil, para ter direito ao salário mínimo, a pessoa não pode ganhar mais do que US$0,50, como V. Exª está tratando essa questão? Ou, pelo menos, aponta que essas leis que existem devem ser modificadas? E as outras tantas que estão tramitando na Casa? Eu poderia enumerar quatro ou cinco. V. Exª já sabe muito bem quais vou enumerar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr. Relator, um momento de satisfação para um parlamentar, para um governador, para um prefeito é quando ele vê inserido no Orçamento um recurso para um serviço, para uma obra. Todo o nosso trabalho cria o fundo e separa recursos para a área social, para a miséria, para o combate à pobreza. Como está sendo tratada no relatório a liberação desses recursos? É no momento em que o Governo Federal quiser? É por duodécimo? É todo mês? Porque, se não acontecer isso, como tem dito quantas vezes a própria Senadora Marina Silva: "a fome não espera". E estamos aqui trabalhando justamente em cima da pobreza. Acho que esse ponto é muito importante para ser esclarecido para nós hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Agnelo Alves, último inscrito.

O SR. AGNELO ALVES – Sr. Presidente, serei breve. Sou de uma região em que ter dez, vinte, quinze filhos, vinte filhos, ganha R$60,00 por mês e recebe atrasado nas frentes de trabalho chamadas produtivas, que não produzem absolutamente nada.

Com todo o respeito que o Senador Eduardo Suplicy merece, e tenho por S. Exª uma grande admiração, penso que o Estado deve incentivar até dois filhos. A partir do terceiro, deve distribuir gratuitamente o que chamam de limitação – não sei bem o nome, porque já passei desse tempo – por meio de pílulas anticoncepcionais, porque uma família não pode ter mais do que três filhos... Os ricos não têm; os pobres não devem ter.

Outro assunto que queria falar para V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª me permite um aparte?

O SR. AGNELO ALVES – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Famílias muito pobres, às vezes, têm muitos filhos até porque não têm a renda suficiente. Então, se garantirmos às famílias uma renda pelo menos suficiente para as suas necessidades vitais, elas terão direito a maior informação, inclusive sobre como realizar um planejamento adequado de quantas crianças devem ter. De maneira que há uma correlação entre níveis de renda e números de crianças na família. Às vezes há exceções. Eu mesmo tenho onze irmãos. Meus pais tiveram onze filhos, mas foi uma opção de meus pais. Eu só tive três.

No entanto, há também que se assinalar esse aspecto. Garantir uma renda mínima poderá significar, inclusive, maior possibilidade de as famílias hoje tão carentes terem o direito ao acesso a mais informações para o planejamento do número de crianças.

O SR. AGNELO ALVES – Respeito, mas mantenho o meu ponto de vista.

Em segundo lugar, o Estado precisa voltar a investir, principalmente nessas áreas onde a pobreza é absoluta. Temos de proporcionar ao Estado condições de investir e dar emprego. Dando emprego à população, ela descobrirá como participar do mercado. O Estado brasileiro deixou, há muito tempo, de ser investidor. Não há nenhuma grande obra conhecida em andamento neste País.

Não se fazem mais hidrelétricas, não se fazem mais grandes estradas. Não se faz nada. O Estado, hoje, está única e exclusivamente pagando a roleta

dos agiotas internacionais. Essa é a realidade. Quando o Governo anuncia superávit primário, fico triste, porque é sinal de que contingenciou mais verbas que seriam para obras, porque os juros do mercado internacional ele não deixa de pagar. Então, contingenciou uma obra a menos, menos emprego e fala em superávit primário. Para mim, isso é motivo de tristeza absoluta. Esse é o segundo ponto.

E o terceiro ponto, Sr. Presidente, é muito importante. Há muitos programas de ajuda à pobreza. Quando digo pobreza, não é só a pobreza, é a miséria. A pobreza, de modo geral, ocorre neste País. Ouço falar que este País é rico desde os meus tempos de menino, lá em Angicos, no Rio Grande do Norte – V. Exªs provavelmente nunca ouviram falar onde fica. Até hoje, só vi um momento de apogeu, aliás, dois: o do Governo Juscelino Kubitschek e, posteriormente, do milagre brasileiro do tempo dos governos militares, até antes de Geisel.

Sendo assim, Sr. Presidente, volto a insistir: só tenho essas duas sugestões a fazer, quais sejam, o Estado voltar a ser investidor nas áreas de pobreza, fazendo banheiros, casas, calçamentos, fazendo o que for para dar... Citaria ainda uma terceira condição: o Governo deixar de comprar leite em pó na Austrália, nos Estados Unidos, e passar a comprar leite da teta da vaca, na porteira dos currais, para distribuir às crianças e incentivar a criação de gado e de emprego para o vaqueiro, para o tirador de leite, etc. E isso deve ser feito por meio de uma campanha, ou seja, de uma decisão de governo.

Hoje, apenas conhecemos o Governo quando se fala em pagar débitos, despesas, empréstimos provenientes de agiotagem e juros. É só o que ouvimos no que tange à atividade governamental. Sobre obras e ações não temos notícia. Faz-se mister uma decisão política, unindo-se o Governo, o Congresso e o Poder Judiciário – todos, numa só vontade, para que tudo o que fizermos neste País, a partir de agora ou do instante em que essa campanha for deflagrada pelo Presidente do Congresso Nacional, seja para criar empregos e mais nada. Com isso, este País voltará a sonhar – virtude que infelizmente perdemos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Antes de conceder a palavra ao Relator para fazer as suas ponderações quanto aos três últimos inscritos, concedo a palavra ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Apenas reitero meu ponto de vista favorável à declaração da Senadora Marina Silva, em relação ao orçamento social como parte do Orçamento que estamos votando no Congresso.

No encontro do PT em São Paulo, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva* declarou que a Senadora Marina Silva tinha uma proposta extremamente boa e que ele fazia questão de assinalar naquela hora o seu apoio. Em seguida, apoiei da mesma forma a existência desse orçamento social, o que significa conter, já nesse Orçamento, as verbas indispensáveis para funcionar o Fundo de Erradicação da Pobreza e dar conseqüência aos trabalhos desta Comissão.

Reuni-me com a Senadora Marina Silva e com os Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy e procuramos verificar como isso seria possível – naquele dia, o Presidente da República estava viajando, assim como o Deputado Roberto Brant. Precisávamos elaborar uma emenda para que dela pudesse surgir uma emenda maior – que denominamos janela. Conseguimos fazer isso na Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se de emenda modesta em relação ao nosso projeto de R$1,5 bilhão, mas esse valor subiria em razão daquilo que fosse resolvido com relação a recursos por esta Comissão – fato que deve ocorrer, provavelmente, nesta quinzena de novembro ou no início da próxima.

Penso que esse tema é extremamente importante. Sem isso, nada funcionará. Evidentemente, quanto a esse orçamento social, todos os membros da Comissão têm centenas de propostas válidas, mas elas devem ser selecionadas quanto à sua viabilização. Então, nesse fundo estariam os recursos.

O Senador Juvêncio da Fonseca, com muita propriedade, abordou um assunto relevante. Não se trata de verba a ser contingenciada. Além disso, não está essa concessão à mercê da vontade do Governo. Há que ser dada. Se isso legalmente não puder ocorrer no próprio orçamento, é necessário haver um pacto entre o Congresso – Câmara e Senado – e o Governo para o cumprimento da liberação de toda a quantia do orçamento social.

Então – conversei, aqui, há pouco, com a Senadora Marina –, acredito que criar um grupo de trabalho é demasiado para isso; não é necessário, até porque a Comissão já existe para isso. Agora, deve haver três ou quatro parlamentares das duas Casas do Congresso trabalhando junto ao Orçamento para dizer a pretensão da comissão e lutar por aquilo que for aprovado no relatório Roberto Brant em relação a recursos para esse fundo.

Acredito que, se fizermos isso, vamos, realmente, ter a segurança de que o grupo, o fundo e o Congresso vão funcionar, adiantando-nos até ao próprio

Executivo nas medidas de erradicação da pobreza. Fora daí, vai ficar difícil e não poderemos falhar neste ponto até para dar uma confirmação de que a nossa luta é do Congresso e o Congresso dá, como prioridade, esse tema. Daí porque eu queria pedir ao relator que apoiasse essas medidas em relação ao orçamento social que nós já estamos trabalhando em função dele e, ao mesmo tempo, essas prioridades ficariam ou para o relatório final ou depois a própria Comissão, que, ao meu ver, não deve se dissolver, deve ficar sempre atuando, até para fiscalizar também o emprego dos recursos. Não poderá ser uma comissão permanente, mas encontraremos uma maneira regimental de fazê-lo.

Essa era a proposta que teria, porque essa emenda, evidentemente –, não diria desclassificada – pode até ser modificada totalmente, porque queremos muito mais em relação ao fundo. E vamos obter, até mesmo com a anuência do Executivo, muito mais para tomar essas medidas. Então, que se designe três ou quatro parlamentares para fazer isso.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Felicito V. Exª exatamente por isso, porque foi uma decisão importante que se conseguiu na Comissão de Economia, como disse V. Exª, que haja uma emenda, que um parlamentar, inclusive, concordou em ceder. Então é exatamente uma emenda de um bilhão e meio, que é o máximo que pode ser, para o futuro fundo.

Poderíamos colocar também, na lei do Orçamento, um artigo pelo qual diremos que a verba – que vamos tentar aumentar agora – será, na sua execução, de acordo com lei que será aprovada. Não dá para botar no Orçamento, não dá para se decidir até lá como vamos fazer, mas se colocarmos no Orçamento um artigo que diz que aquela verba que está ali será administrada de acordo com lei que regulamentará não sei o quê, abriremos uma porta para depois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Creio que esse ponto é o ideal, se conseguirmos será o ideal, mas não conhecemos o funcionamento das duas Casas, principalmente da Câmara, e muitos vão querer montar, nesse dispositivo, outras pretensões. Esse é o perigo. Porém, acho que a idéia é perfeita.

O SR. MAGUITO VILELA – Mas vai depender muito do trabalho dos quatro, dois da Câmara e dois do Senado, que ficarão acompanhando ...

O SR. PEDRO SIMON – Um pouquinho também do Presidente do Congresso.

O SR. MAGUITO VILELA – Com relação ao Presidente, podemos contar com ele mil por cento. Não tenho dúvida quanto a isso.

A SRA. MARINA SILVA – Apenas para um encaminhamento : creio que a idéia de constituir uma comissão para viabilizar esses recursos que já existem, essa janela de um bilhão e meio, se a gente pensar para o programa que queremos fazer é pouco, mas um bilhão e meio é muito dinheiro se considerarmos a realidade de vários estados e prefeituras deste País.

Então, para fazermos essa janela orçamentária, o programa, inclusive na própria emenda, já inserimos na justificativa a criação de um programa voltado para medidas de erradicação da pobreza. Já sinalizamos para a idéia de uma lei, como o Senador Pedro Simon acabou de dizer. A sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães de se formar uma comissão de quatro Parlamentares, com a presença do Relator, que é imprescindível, para um trabalho junto ao Relator do Orçamento. Aí sim, estaremos viabilizando concretamente todas essas propostas, que são inúmeras. Depois, o fórum que será criado irá decidir quais são os programas prioritários, à luz inclusive daquilo que estamos propondo como comissão, mediante um relatório. Considero fundamental o trabalho, porque tem data e horário marcado para encerrar qualquer tentativa de viabilizar propostas para o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Alguém deseja comentar o que foi discutido?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, também vou encaminhar ao Relator, Deputado Roberto Brant, a cópia do projeto que cria o Fundo Brasil de Cidadania, com parecer favorável do Senador Álvaro Dias, que está relacionado com o fundo proposto pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para que S. Exª possa estudá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Relator para falar sobre essa questão e as apontadas pelo Deputado Paulo Paim e pelos Senadores Juvêncio da Fonseca e Agnelo Alves.

O SR. ROBERTO BRANT – Senador Eduardo Suplicy, estamos contemplando um programa de inclusão de crianças de zero a 14 anos, acompanhado de um programa de transferência de renda. Não é um benefício sem contrapartida, porque, no meu conceito, estamos, de certa forma, remunerando a mãe de família para que ela possa dedicar-se, junto com a sociedade, aos cuidados dessa criança, que almejamos possa no futuro integrar-se plenamente na sociedade e na economia.

No relatório, V. Exª terá oportunidade de ver que avanço em alguma coisa nesse desenho, mas deixamos uma parte dele porque, como V. Exª sabe muito

bem, essa é uma matéria cheia de nuanças. Estamos deixando um pouco da definição a cargo do que estou chamando Conselho Nacional de Solidariedade, que vai planejar as ações do Programa de Combate à Pobreza e à Indigência. Mas já estamos definindo alguns parâmetros.

Essa questão de ser por número de família ou não estou deixando um pouco no meio do caminho. Estamos preferindo a hipótese de um valor que não é pequeno, é muito maior do que o programa atual para a família como um conjunto, deixando um válvula aberta para, no caso em que a família seja muito numerosa, que possa haver um adicional. Mas não para o filho, para não darmos a idéia de que estamos fomentando um pouco o crescimento demográfico. Mas, evidentemente, a família numerosa é um fato da realidade. Então estou deixando em aberto esse ponto.

Quanto à exposição do Deputado Paulo Paim, estamos adotando claramente aquele projeto, porque está diante de nós a população pobre do Brasil. São 65 milhões de pessoas. E há uma população indigente que vive abaixo daquela renda mínima para garantir a sobrevivência alimentar das pessoas. Então optamos por, na primeira fase do programa, focalizar a população que está abaixo da linha de indigência, que é a população que tem uma renda familiar **per capita** abaixo de R$40,00, que é o dado definido pelo IPEA, pelo IBGE e pela CEPAL. Isso está em contradição com o critério atual do benefício de prestação continuada. Então estamos pedindo vivamente que isso seja alterado na forma de mais um projeto, para pelo menos passar para um terço do salário mínimo, porque estaríamos dando o mesmo tratamento no programa que estamos propondo ao benefício de prestação continuada que está lá. Evidentemente, no futuro, isso deverá evoluir. Mas, no primeiro momento, estamos recomendando a aprovação. Isso consta do relatório.

Quanto ao problema do fluxo de recurso, V. Exª verá no relatório que escolhemos uma fonte tributária exatamente por causa da regularidade do fluxo de arrecadação dela. E, como vai haver uma vinculação constitucional, vai estar cravado na emenda constitucional que aquele recurso só pode ir para o fundo de erradicação da pobreza. Supomos que, com tantos resguardos, salvaguardas e cautelas, esse fluxo não poderá ser interrompido porque grande parte do programa é de transferência de renda para família indigente. Quer dizer, não pode haver interrupção disso por um ou dois meses.

O Senador Agnelo Alves está certo. A falta de emprego, a maneira como evolui a economia brasileira afeta gravemente as condições de pobreza e de indigência do País, mas nós, no relatório, estamos deixando de fazer recomendações de caráter macroeconômico, senão teríamos, praticamente, que propor uma política econômica para o País, que, desde o primeiro momento, na minha primeira fala, quando assumi a Relatoria, eu disse que ia procurar reduzir o foco da nossa ação exatamente para sermos muito práticos, muito objetivos e produzirmos um resultado palpável. Evidentemente que compartilho inteiramente com essa preocupação. Se tivéssemos crescendo a 7% ao ano, e a taxa de emprego fosse capaz de atender toda população que chega ao mercado de trabalho, evidentemente que o grau de pobreza e de indigência seriam menores. O que estou dizendo, afinal, é o seguinte: que esperamos que o Brasil volte a crescer nos índices onde, historicamente, cresceu até hoje, e que, a par disso, vamos desencadear um programa focalizado, quer dizer, uma ação macroeconômica e uma ação ligada diretamente à erradicação desses níveis de indigência que são incompatíveis com o grau de desenvolvimento que o País atingiu e que, agora, é o assunto que veio para o coração da política brasileira, e penso que de lá não vai sair. Penso que, se esta Comissão não produziu nada, só o fato de ter trazido esta questão para o centro da vida política nacional, nenhum Presidente da República mais vai poder apresentar um programa de governo cujo primeiro ou segundo item não seja uma diminuição precisa do número de pobres e de indigentes, inclusive com o número, que vai passar de 14,5% para 8% dentro de 4 anos. Essas serão metas que a sociedade vai começar a cobrar de seus Governos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Relator disse que esta é uma agenda que está no coração do Brasil; eu diria que está no coração do mundo. Estive durante 7 dias na ONU, estavam lá cerca de 180 países reunidos, e quase todos, por meio de seus representantes, falavam na erradicação da pobreza. Impressionante a preocupação do mundo, hoje, com a erradicação da pobreza.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, quero dirigir uma palavra final ao Relator. Primeiro, quero expressar a nossa confiança de que S. Exª fará um trabalho que há de ser um marco na história do enfrentamento do problema da pobreza. Penso que não podemos deixar por menos essa idéia. Ela tem que ser um marco. E faço uma exortação ao Relator, no sentido mesmo de que seja afoito, que não

hesite em ser original, até porque até agora, na história deste País, ninguém apresentou nada consistente em termos de enfrentamento da pobreza.

Quando esta Comissão foi criada, criou-se também uma expectativa imensa em torno do resultado do seu trabalho. "Agora vai", é o que todo mundo dizia, "agora, vamos ter uma solução". Quer dizer, definitivamente, a questão ganhou um espaço imenso e gerou uma expectativa muito grande, que não podemos defraudar. É preferível que seja feito um relatório audacioso, original, até mesmo de exeqüibilidade difícil a ficarmos abaixo dessa expectativa, a fazermos algo que todo o mundo já fez e que não levou a resultado nenhum. Além disso, se não pudermos executar de imediato, um dia, alguém executará essas idéias que o Relator vai trazer aqui, porque, conscientemente, acha e sabe que esta é a solução, que este é o caminho.

Vou dizer com franqueza uma preocupação que tenho na apresentação do seu relatório: a idéia de constituir um fundo é uma coisa que deve ser vista com cuidado pelo menos na apresentação. Não sei ainda o conteúdo, não tenho idéia, mas a primeira coisa que vai cair na cabeça da opinião pública vai ser: mais um fundo neste País para fazer a festa e a alegria dos gestores para permitir desvios, desfocalização, fraude, etc., como tantos outros fundos que foram criados neste País de Macunaíma e que sabemos no que tem resultado. Mas, se a idéia original, a que presidiu os trabalhos, que vem das idéias do IPEA, seria de criar mecanismos de coerção, para refocalizar os gastos sociais que estão aí. Parece que estamos abandonando essa idéia, existem R$135 bilhões na conta social deste País, e vamos criar um fundo paralelo para não nos expormos às dificuldades políticas de forçarmos essa refocalização dos recursos que aí estão.

Se a solução for um fundo, será fundamental que o Relator apresente logo os anticorpos contra a corrupção, contra o mau uso desse fundo, contra o desvio, contra a descrença que poderá gerar quanto à sua execução, porque este País acostumou-se com a idéia de corrupção, pensa que isso é coisa corrente e que fatalmente esse fundo vai acabar...

O SR. PEDRO SIMON – Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. MARCONDES GADELHA – Pois não; tu és Pedro e sobre esta pedra...

O SR. PEDRO SIMON – A manifestação do Deputado Marcondes Gadelha é da maior importância, sob dois ângulos. O segundo deles, que penso não ficou claro aqui, é o da pergunta que faz o Senador Gadelha: "Se se criar o tal do orçamento social, ou coisa que o valha, o fundo, isso quer dizer que não discutiremos mais os cento e tantos bilhões destinados no orçamento?

Julgo que temos de ter uma resposta para isso. Creio que isso é da maior importância.

O SR. MARCONDES GADELHA – Pelo que entendi do Relator, ele disse: não vamos mexer no que está posto em termos de orçamento social. Vamos criar paralelamente, ou seja, vamos conviver com essa situação, porque ela é difícil politicamente.

O SR. ROBERTO BRANT – Eu posso qualificar? Não é isso.

Eu disse o seguinte: dos 85% do chamado orçamento social – educação, saúde e previdência social – 52% referem-se à previdência social, geral ou previdência pública. Estamos fazendo uma análise no relatório da desfocalização desse programa. Está feita a denúncia, mas não vamos fazer uma Reforma da Previdência aqui na Comissão. O relatório contém alguns diagnósticos e algumas denúncias de caráter geral e uma ação concreta e focalizada. Não vamos virar as costas para essas desfocalizações, porque na verdade essa questão vai estar permanentemente em debate no Brasil.

Por outro lado, os programas de menor impacto financeiro são os mais bem focalizados, que são a previdência rural – que cito aqui –, os benefícios de prestação continuada, o programa de merenda escolar, o programa de distribuição de material escolar, o SUS do setor público e o ensino fundamental. São programas bem focalizados, estudados um a um. Os mal focalizados são o ensino superior...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso dá quanto em dinheiro?

O SR. ROBERTO BRANT – Vou lhe dar por alto: o gasto social Brasil total é de R$135 bilhões. O Previdência Rural gasta R$6 bilhões, o mais alto; o Benefício de Prestação Continuada, R$1,5 bilhão; a Merenda Escolar, mais ou menos R$1,5 bilhão; Material Escolar é menos de R$400 milhões. Esses que citei totalizam R$9,5 bilhões, que podem chegar a R$10 bilhões ou R$11 bilhões. Como se observa, de R$135 bilhões, é menos de 10%.

Por outro lado, foi dito o que está desfocalizado: é o Ensino Superior, que gasta R$45 bilhões, é a Previdência Pública – Estados, Municípios e União. Isso foi mostrado.

Então, essa questão da corrupção e tudo o mais é importante. Esse fundo vai ser gerido não pelo aparelho estatal, mas por um conselho da sociedade civil junto com o Governo. E estamos prevendo especifi-

camente a montagem de um mecanismo de controle próprio, só para isso, para o qual deverá ser retirado do fundo cerca de 0,5%, porque não podemos contar com o Tribunal de Contas nem com o Ministério Público. Temos de montar um mecanismo, porque não basta o controle, não é suficiente constatar se o recurso foi roubado ou não. É mais do que isso: é verificar se foi escolhida a família certa lá no Município, se a escola que ela está freqüentando é boa, se a creche em que a criança fica é adequada, se a merenda que ela come é satisfatória, porque não adianta nada eu fazer um programa de nutrição infantil se a comida da criança é inadequada.

Então, trata-se de um controle substantivo do programa, que tem de ser montado. Nós tínhamos prometido não montar nada, mas será necessário estruturar um mecanismo de controle, subordinado a esse conselho e com funcionamento em caráter permanente.

O SR. MARCONDES GADELHA – O sistema de avaliação?

O SR. ROBERTO BRANT – Sim, um sistema de avaliação permanente, que não é só contábil e orçamentário, porque, quanto a este tipo de controle, sabemos quantos elefantes passam dentro dele.

Além do contábil e orçamentário, tem que haver o controle para se saber se no Município não está havendo manipulação política das famílias, enfim todas essas coisas. Vamos aprender com a execução do programa. Daremos aqui, digamos, o pontapé inicial, o ponto de partida. Na verdade, vamos ter de acompanhar isso, porque o programa é para durar dez anos. Se ele der certo, vai durar mais, porque vai atingir, agregar novas camadas da população que não estão sendo atingidas nesse primeiro momento. Mas recolho essas observações e acho que elas, na medida do possível, têm que estar incluídas no relatório – ontem foi possível –, porque tem coisa que a gente pode apenas citar, mas não consegue exprimir em termos legislativo, porque se não também tínhamos resolvido vários problemas que passa entre nossos dedos, mas na verdade é prática disso.

V. Exª colocou muito bem, se a sociedade estiver acordada para esse problema e se esse programa for adotado por toda sociedade é claro que ele vai dar certo. Se não adotar esse programa ele pode se perder nos escaninhos da burocracia pública brasileira.

O SR. MARCONDES GADELHA – Encerro, reiterando, uma vez mais a minha confiança, a minha expectativa forte nesse trabalho do Relator.

Insisto num ponto: o trabalho desta Comissão não pode ser apenas um trabalho a mais, demonstrando que as elites se debruçaram sobre a questão da pobreza e estão apaziguadas, aqui na sua consciências, porque simplesmente estudaram o problema e apresentaram uma solução a mais; esta tem que ser a solução agora, mesmo que essa geração não possa executar, tem que ficar como idéia definitiva para se resolver esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Como foi feita uma última proposta para que parlamentares acompanhassem a questão do Orçamento, as emendas, gostaria de sugerir à Vice-Presidente, Marina Silva, ao Relator, Roberto Brant, ao Senador Pedro Simon e à Deputada Rita Camata que acompanhem as questões junto ao Orçamento além, naturalmente, da Presidência, porque tenho interesse em estar acompanhando.

Gostaria de saber se todos concordam ou se gostariam de fazer alguma sugestão. (Pausa.)

O SR. EULER MORAIS – São dois deputados e dois senadores? Rita Camata e eu?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – E Roberto Brant.

O SR. EULER MORAIS – Eu não sou o quinto membro?

A SRA. MARINA SILVA – Não, você é **hors concurs**.

O SR. EULER MORAIS – Não é **hours concurs**, é porque se há dois deputados e dois senadores, eu aceitaria.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exato, poderia ser.

A SRA. MARINA SILVA – Creio que para nós é até difícil ficar indicando os deputados.

O SR. ROBERTO BRANT – Sugeriria os deputados que estão mais aqui. O Deputado Euler, por exemplo, não faltou nem uma vez a uma audiência pública aqui, tem mostrado interesse, assim como o Deputado Marcondes Gadelha.

A SRA. MARINA SILVA – Por mim qualquer um dos dois está ótimo; é só uma questão de... Se se fizer uma queda-de-braço, tenho medo de que o Euler perca, então vocês decidem.

O SR. *(fora do microfone)*

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Senador Marcondes Gadelha.

O SR. EULER MORAIS – É porque Rita Camata e Marcondes Gadelha são de Partidos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Relator tem uma reunião agora, mas como o Senador Djalma Bessa é o último orador inscrito, concedo-lhe a palavra.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente serei muito breve, mas não posso prescindir de aplaudir o nosso Relator. Pelos seus pronunciamentos, haveremos de presumir que saia realmente um trabalho enxuto, objetivo, portanto realista.

A minha observação chega a ser o óbvio, mas as vezes é justo sublinhá-lo. É a sugestão de que se incluísse nesta proposta de emenda constitucional referências à lei: o cumprimento dessa norma está sujeito à lei complementar. Há um certo perigo, que é da norma ficar dependendo desta lei.

Então veja bem, já sublinhei, portanto, o que é óbvio, para que o máximo possível seja auto-aplicável, para nada depender de lei complementar ou de qualquer outro dispositivo.

O SR. ROBERTO BRANT – Posso até lhe adiantar o seguinte: uma coisa ou outra que poderia ser objeto de lei ordinária, mas optamos: já que a emenda vai constar das Disposições Constitucionais Transitórias, elas podem conter mais coisas. Então, estamos tentando colocar tudo aí, porque se dependermos de lei complementar ou de lei, vamos ficar um ano e meio mexendo com isso.

O SR. DJALMA BESSA – Exato, V. Exª me tranqüiliza sobremodo.

Outra observação também é apenas de caráter didático: começa se usar uma expressão que vai sendo usada, usada e fica a interrogação. Isso significa o quê?

Pois bem, orçamento social.

Tem-se falado aqui insistentemente em orçamento social. A lei orçamentária anual composta – está na Constituição – do orçamento fiscal, do orçamento de investimento e do orçamento da seguridade social. Teremos um terceiro orçamento, que é o orçamento social, ou esse orçamento social é uma expressão que reúne, engloba, alcança os dispositivos sociais não apenas da Constituição como do próprio orçamento?

A SRA. MARINA SILVA – Bem, entendo assim: cria-se um programa dentro do orçamento, no qual haverá verbas que não poderão ser remanejadas para outro fim que não seja para aplicação na área social nos programas uma vez definido. E, em sendo criado esse programa, poderemos batizá-lo politicamente, não é? Então, creio que não é um terceiro orçamento, enfim, mas uma expressão para ficar demonstrado que, além dos programas estruturais que já temos, com todos os problemas que o Deputado Marcondes Gadelha acabou de mencionar, que precisam ser reparados com certeza, teremos um programa adicional. Talvez a oportunidade de fazermos um programa enxuto, com fiscalização, com controle, com participação da sociedade, até para ser um piloto demonstrativo de como se pode estar utilizando recursos na área social de forma a ter retorno, não só do ponto de vista de assistência, mas até estrutural mesmo, como muito bem indagou ainda há pouco um dos Srs. Deputados.

O SR. ROBERTO BRANT – Na verdade, estou denominando esse orçamento de orçamento de erradicação da pobreza, porque muitas coisas sociais que já estão no orçamento não vão estar aí. O sentido que a Senadora Marina Silva colocou é para delimitarmos uma área de ação, porque senão colocaremos recursos aqui num determinado programa e eles vão retirar outros, em outros tipos de programas. Isso não queremos. Queremos que sejam programas adicionados ao conjunto.

O SR. DJALMA BESSA – Essa engenharia política, V. Exª há de exercê-la com o máximo de habilidade e de inteligência. É claro e é óbvio que, se incluir 1 bilhão, 2 bilhões, 3 bilhões no orçamento não basta, porque fica apenas mais uma dotação autorizativa. É preciso que haja respaldo, força, obrigatoriedade a essa importância, a essa quantia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço a todos. Aproveito para comunicar uma reunião já com todos, com o Relator Roberto Brant, a Senadora Marina Silva e o Deputado Marcondes Gadelha, para terça-feira, às 17 horas, com o Relator-Geral do Orçamento. Vou confirmar ainda o local, mas a será na terça-feira, às 17 horas, a reunião da Comissão com o Relator-Geral do Orçamento.

Está encerrada a reunião, com os meus agradecimentos.

(Levanta-se a reunião às 16h41min)

COMISSÃO MISTA

Reunião Realizada em 10-11-1999

Aos dez dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e quarenta minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Maguito Vilela, Pedro Simon, Agnelo Alves, Paulo Souto, Romeu Tuma, Paulo Hartung, Osmar Dias, Geraldo Melo, Sérgio Machado, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Marina Silva, José Alencar e Djalma Bessa e os Senhores Deputados Euler Morais, Gastão Vieira, Rita Camata, Marcondes Gadelha, Roberto Brant, Feu Rosa, Maria Abadia, Paulo Paim, Romel Anízio, Félix Mendonça, Alceu Collares, Luíza Erundina, João Henrique, Cláudio Ca-

jado, Eduardo Barbosa, Fátima Pelaes e Nelson Marchezan, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Maguito Vilela declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Não há leitura de expediente a ser lido. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se a Apresentação do Relatório Preliminar do Senhor Relator Roberto Brant, que passa a explanar sobre o seu Relatório. Após, o Senhor Presidente fez um breve relato das visitas ao Entorno e parabenizou o Relator Roberto Brant pela capacidade e eficiência a elaboração do Relatório. A seguir, a Presidência concede a palavra à Vice-Presidente, Senadora Marina Silva que também falou sobre o Relatório e da importância desta Comissão. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Eduardo Suplicy, Marcondes Gadelha, Roberto Saturnino, Alceu Collares, Cláudio Cajado, Casildo Maldaner, Feu Rosa, Félix Mendonça, Euler Morais e Agnelo Alves. Pela ordem, o Senhor Presidente concede a palavra à Vice-Presidente, Senadora Marina Silva. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator, Roberto Brant para responder as indagações feitas acerca do Relatório ora apresentado. Após, o Senhor Presidente lembra aos presentes das visitas e audiências públicas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e comunica a próxima reunião dia 16/11, às 14:00hs para Discussão, Votação e Apresentação de Sugestões do Relatório Final da Comissão. Ao final, o Senhor Presidente agradece a todos os presentes, não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Declaro aberta a reunião.

Indago a V. Exas. se me permitem dispensar a leitura do relatório e fazer uma síntese das considerações, porque, na verdade, isso aqui é um calhamaço.

O SR. ROBERTO BRANT – Em primeiro lugar, faço uma síntese das audiências públicas que tivemos aqui, que foram fundamentais, porque o conteúdo dessas audiências públicas influenciou grandemente o desenho das políticas que são aqui sugeridas. Então, aproveitamos as notas taquigráficas que estão estabelecidas com bastante fidelidade. A nossa obra é a seleção dos temas que nós transcrevemos.

Em segundo lugar, nós fizemos algo que considero importantíssimo que foi uma foi uma análise das condições de pobreza no Brasil. Essa análise corresponde, em grande medida também, a esses depoimentos que tivemos aqui e a uma soma enorme de relatórios que existem aí produzidos por professores universitários, por acadêmicos e por pesquisadores.

A nossa fonte fundamental foi o Ipea. O Ipea – uma semana depois que nós constituímos essa comissão – realizou um seminário, no Rio de Janeiro, sobre desigualdade social, distribuição de renda no País. E produziu-se ali cerca de 40 relatórios de diversas natureza, abordando o problema da pobreza. Quem se debruça sobre esse documentos vai se surpreender pelo grande grau de homogeneidade dos conceitos estabelecidos. Na verdade, há um consenso muito grande sobre a definição de pobreza e quais são as determinantes e as soluções para tentar combatê-la ou erradicá-la.

Ficou claro nessas condições de pobreza dois aspectos fundamentais: primeiro, há um grau de pobreza excessiva na sociedade brasileira. Quer dizer, hoje, nós ainda temos um terço da população vivendo abaixo da chamada linha de pobreza. E uma linha de pobreza que nós optamos aqui por acatar uma linha definida pelo Ipea e pelo IBGE, que é uma linha modesta de R$80 de renda familiar por habitante – ela foi calculada como sendo o dobro da linha de sobrevivência, da linha de indigência que é de R$40 de renda familiar por habitante – que é o valor de mercado necessário para que as pessoas possam adquirir uma cesta de alimentos que compõe o nível mínimo de sobrevivência estabelecido pelos padrões internacionais, que está em torno de 2.000 mil calorias por habitante/dia.

Então, o grau de pobreza na população é muito brande. E o grau de indigência, que é menor, mas ainda é excessivamente alto. Quer dizer, nós temos 15% da população brasileira vivendo abaixo da linha de indigência, ou seja, em condições críticas de sobrevivência física. E esse eu acho que é o grande escândalo da sociedade brasileira. Essa população corresponde a 24 milhões de pessoas, 51% delas vive no Nordeste. Há Estados brasileiros, como o Piauí e o Maranhão, em que um terço dessa população está abaixo da linha de indigência. E, de certa medida, quase o Ceará e Pernambuco; e um pouco também, a Bahia. Mas apesar disso, a pobreza e a indigência es-

tão espalhados por todo o território brasileiro. Um dos pontos fundamentais da presença de pobres e indigentes no Brasil é a região metropolitana de São Paulo e a região metropolitana do Rio de Janeiro. Quem conhece as suas periferias verá que esses dados realmente não fogem da realidade.

Um outro ponto saliente a estabelecer é o seguinte: que a causa dessa pobreza não é insuficiência de renda. Porque há países, como o Paquistão, como a Índia e, de certa maneira, até como a China, que têm populações vivendo com níveis de renda muito baixo. Mas que, mesmo se a renda total do país fosse distribuída da maneira mais igualitária possível, mesmo assim, o nível de pobreza seria muito grande. O que é exatamente o oposto da situação do Brasil que se houvesse uma melhor distribuição de renda, nós não precisaríamos ter níveis de pobreza tão elevados.

Na verdade, países com a renda média do Brasil, em média no mundo, têm apenas 10% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza e zero da população vivendo abaixo da linha de indigência. Então, o Brasil, na verdade – de todos os países dos quais nós temos dados – é o país mais desigual do mundo. Ele só se compara com a África do Sul e Malawi e perde para todos os países da América Latina: Guatemala, Honduras, Panamá, enfim. Nós podemos escolher à vontade.

Nós reproduzimos no relatório, onde há gráficos e bastante informações que demonstram com muita clareza que, no Brasil, há o que nós podemos chamar de excesso de pobres, de excesso de miseráveis e excesso de indigentes. E é esse excesso que nós consideramos que é dever primordial do Estado enfrentar esse excesso.

Em seguida, adicionamos ao relatório dois anexos que mostram a estrutura da pobreza e da indigência no Brasil por unidade federativa, numa seqüência de anos. Escolhemos alguns anos; é uma escolha aleatória, mas que tem uma razão de ser. Escolhemos o ano de 1990, que é o início da década; o de 1993, que é o que precede o Plano Real; o ano de 1995, que é o ano pós-Real, em que há um impacto de diminuição; e, finalmente, o de 1997, o último ano sobre o qual temos informações.

Tais informações, colhidas pelo PNAD, foram organizadas, a meu pedido, pelo IPEA. São fornecidas as informações por unidade federativa, ao longo da década. É feita uma distinção entre zona urbana, zona rural e zona metropolitana. Realmente há uma fotografia, que considero definitiva, da evolução e do estado atual da pobreza e da indigência nas populações brasileiras.

Os títulos dos Anexos I e II do Capítulo II são "Análises das Condições de Pobreza no Brasil" e "Análises das Condições de Indigência", respectivamente.

No Capítulo III, examinamos o problema dos gastos sociais no Brasil e a pobreza, a fim de verificar que o Brasil é um dos países que mais gastam, em termos relativos, na área social na América Latina. Da despesa pública total, por volta de R$240 bilhões – incluindo União, Estados e Municípios –, quase metade é gasta na área social, ou seja, R$135 bilhões. Aliás, esse valor corresponde a um pouco mais da metade, a 53%. Mas os dois principais focos de gastos, que são as Previdências Privada e Pública e a Educação, são extremamente mal focalizados.

Mostramos aqui a evolução desses gastos, a forma como eles se distribuem nas diversas categorias – Previdência, Saúde, Educação e outros itens –, e estudamos um pouco o grau de focalização dos programas. Chegamos à conclusão óbvia de que o Brasil, com o que gasta, deveria ter um nível muito menor de pobreza e de indigência. A verdade é que a maior parte dos recursos desses programas é apropriada pelos segmentos não pobres da população.

Apenas faço uma ressalva, pois é muito perigoso exagerar certas afirmações, que posteriormente podem ser exploradas. Estou dizendo que as políticas de gastos sociais universais, apesar de não atingirem os indigentes, são benfazejas, pois, se considerássemos o Brasil em uma outra perspectiva, chegaríamos à conclusão de que quase 70% da população poderiam ser considerados pobres, porque a renda por habitante é menor que R$240, ou seja, dois salários mínimos. Na verdade, esse segmento da população não é pobre nem indigente para os termos que estamos utilizando aqui, mas vive em extrema vulnerabilidade econômica, com extremo risco econômico. E essa população é a principal atingida por ondas de desemprego, de recessão.

Desse modo, estamos dizendo aqui, com muita clareza, que tais políticas sociais, de modo geral, não têm atingido os segmentos da base da pirâmide social brasileira. Mas, de qualquer maneira, são programas bem-vindos, com exceção, na minha opinião, do referente à Previdência Pública, pois esse, realmente, atinge mesmo a população com renda muito mais elevada.

Finalmente, no Capítulo IV, elaboramos um parecer sobre as proposições em tramitação. E aqui preciso qualificar esse parecer. Há mais de uma centena de proposições que versam sobre diversos problemas, como renda mínima, salário mínimo, entre

outros. Muitas delas foram importantíssimas para a aprovação do projeto, que afeta de alguma maneira o problema da eliminação da pobreza e da indigência.

Mas o que fizemos foi recomendar que alguns deles tramitassem em regime de prioridade. Alguns outros, deixamos de recomendá-los, sem dar parecer sobre o mérito. Por exemplo, há uma série de proposições tributárias. Parti de dois conceitos básicos ao cunhar nossa proposta. O primeiro deles é o de que matéria tributária, que envolve sistema tributário, deve ser vista de maneira sistêmica. Ou seja, intervenções pontuais no sistema tributário podem causar mais danos que benefícios. Além disso, há na Câmara dos Deputados, em fase final, uma Comissão destinada a apreciar o sistema tributário brasileiro e a propor uma ampla revisão desse sistema; a votação terá início na próxima semana. Essa Comissão está propondo uma grande modificação no sistema tributário brasileiro. Assim, se esta Comissão começasse a estudar imposto por imposto, permaneceríamos durante meses debatendo a lógica, a pertinência e a coerência da modificação tributária, perdendo de vista o nosso rumo. Quando assumi a relatoria, eu disse que a minha preocupação fundamental era não me perder nesse espaço infinito que é o problema da pobreza, que cabe em qualquer perspectiva que se queira adotar. Então, adotamos essa posição de não intervir no sistema tributário. Estou recomendando que se examinem alguns impostos que estão propostos, mas não estamos dando parecer de conteúdo sobre eles. Essa é a natureza dos pareceres que dou sobre as proposições.

Finalmente, a finalidade do parecer é a definição da proposta que recomendamos para combater o problema da pobreza. Essa proposta, evidentemente, baseia-se nesses fundamentos todos que expus até agora. É o capítulo 5.

Qual é a conclusão de quem examina e reflete sobre a questão? É que o Brasil tem pobres e indigentes em excesso; ou seja, a renda nacional e os recursos apropriados pelo setor público são mais do que suficientes para combater de maneira efetiva a pobreza. Essa é a primeira conclusão. A segunda conclusão é que os gastos sociais, da maneira como são desenhados e aplicados, embora sejam úteis para uma parte ponderável da população, não têm sido capazes, por inadequada focalização, de eliminar ou erradicar a pobreza. Gastamos muito para mantermos ainda os graus de pobreza e de indigência que temos. A conclusão a que chegamos é que isso só seria possível com um conjunto de programas e de ações que fossem exclusivamente focalizados na população que se deseja ter como alvo.

Defrontei-me, então, com a primeira grande opção. A nossa Comissão chama-se Comissão de Combate à Pobreza. Pelos critérios definidos pelo IPEA, pelo IBGE e pela CEPAL, com a linha de pobreza de R$ 80,00 de renda familiar por habitante, teremos 55 milhões de pobres no Brasil. É um universo extremamente grande e que demandaria recursos que, à primeira vista, são assombrosos. Em segundo lugar, a própria forma de gerenciar qualquer programa que atinge uma população dessa natureza, porque 55 milhões de pessoas significam a população de um país grande no mundo. Pensamos que devíamos – como em tudo na vida – começar pelo início, definindo uma prioridade, uma urgência. Se o recurso não é abundante, e se a experiência administrativa em lidar com o problema não existe, devíamos baixar o âmbito da nossa ação. Optamos por escolher as populações que vivem abaixo da linha de indigência, que, mesmo assim, é uma população numerosíssima. Como eu disse, são 24 milhões de pessoas; 4,5 milhões de famílias. Optamos por centrar o foco nesse universo, porque um foco largo demais é a mesma coisa de não focalizar nada. Correríamos o risco de estar incorrendo nos mesmos erros, nos mesmos vícios e nas mesmas inadequações das políticas públicas de um modo geral. Então, selecionamos a população pobre. Pela estrutura do relatório, vimos a quantidade de indigentes em cada Estado do País; quantos vivem na zona rural e quantos vivem na zona urbana. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que examinamos – o IPEA tem dados sobre isso, mas não estão aqui no relatório – um chamado hiato médio de insuficiência de renda. O que isso quer dizer? Dentro da população indigente – aquela cuja renda não chega a R$40,00 –, temos a renda por família e o que falta, efetivamente, para que a média dessas pessoas atinja pelo menos esse nível. Com base nisso, estamos propondo um programa que tem dupla direção. A primeira direção é a transferência direta de renda, porque, por mais que se queira criticar esse tipo de ação, no presente, não há outra maneira de aliviarmos as condições de pobreza em que vive essa população. Se o pai de família, se o conjunto da família, vive com condições críticas de sobrevivência física, ninguém esperará que ele possa, eventualmente, participar com a sociedade no processo de criação e desenvolvimento humano de seus filhos. Então estamos propondo uma transferência direta de renda para essas famílias.

Tivemos que começar a estudar o tamanho do problema. O IPEA fez várias simulações para efeito de medir qual seria o recurso necessário para essas transferências de renda. Para a população indigente, ou seja, que tem uma renda familiar per capita de até um terço de salário mínimo, se fôssemos dar, por exemplo, uma transferência mensal de renda de R$35,00 por mês, custaria R$1,7 bilhão. Se quiséssemos dar, em contrapartida, R$100,00 por mês, custaria R$4,68 bilhões. Tendo em vista as fontes tributárias sobre as quais falarei no final, optamos, como sugerimos no relatório, por uma transferência, por família, de R$75,00 por mês, o que corresponde a um gasto anual de R$3,51 bilhões, durante dez anos. É uma transferência de renda que visa praticar uma ação compensatória no presente, mas que deve estar estritamente vinculada a uma política de caráter estrutural, que é uma política voltada para o desenvolvimento humano das crianças de zero a catorze anos. Estamos sugerindo que elas sejam segmentadas, porque o tratamento dado a cada segmento é diferente: de zero a três anos todo esse bônus é dado à mãe e não ao pai. Essa velha polêmica que se está estabelecendo em Brasília, agora, é perversa, porque certamente está abrangendo meia dúzia de casos para inviabilizar todo um programa. O México está adotando um programa semelhante a esse, porque a mãe tem responsabilidade no gasto, além de tirar o caráter de esmola dessa transferência de renda. A mãe está sendo remunerada para não trabalhar fora e para poder dedicar-se e cooperar com a sociedade no esforço do desenvolvimento humano das crianças dentro de suas famílias e, muitas vezes, nem são filhas dessas mães, o que é muito comum nas famílias pobres. Isso é vinculado a um esforço de nutrição dessas crianças de zero a três anos e estamos propondo recursos para que se universalize creches nos municípios para todas as crianças em situação de indigência. Não adianta eu querer dizer que vou universalizar para todas as crianças, porque isso envolve bilhões e bilhões de reais e é com o tempo que a sociedade vai adquirindo consciência do problema. Sugerimos não apenas creches como também cestas de nutrição infantil, mais a transferência de renda para a mãe.

De quatro a seis anos a pré-escola obrigatória. Os municípios terão de oferecer isso como contrapartida do programa, mais merenda, que é dada pelo Governo Federal, mais a transferência de renda de R$75,00.

De sete a catorze anos, a transferência de renda de R$75,00, mais a matrícula na escola e a obrigação do município de proporcionar aos estudantes um tempo extracurricular de atividades educativas ou recreacionais. Já existem várias experiências nesse sentido.

Como se vê, esse é um programa que vai envolver grandemente Estados e Municípios; sem a participação deles, nada será possível. Para podermos fazer tudo isso, precisaríamos constituir um Fundo que teria de ter recursos permanentes, porque se uma ação dessas é interrompida por causa de uma crise fiscal ou por um problema recessivo na economia, põe a perder todo o capital acumulado no passado. Assim, estamos propondo um Fundo Constitucional de Ação à Pobreza, que será constituído basicamente por duas fontes: a primeira é de 0,08% sobre a movimentação de ativos financeiros. Afirmei, desde o princípio, que não iríamos propor aumento de imposto e, de fato, estou cumprindo rigorosamente a promessa, ocorre que essa alíquota já existe hoje, mas irá vencer dia 18 de junho do ano 2000. Então, estamos propondo aqui – e já obtive o aval do Governo para isso – que essa parcela seja prorrogada por dez anos e será exclusiva para o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, o que dá 3,8 a 4,2 por ano, conforme o grau em que estiver andando a economia.

A segunda fonte de recurso será um adicional do IPI ou do imposto que vier a substituí-lo sobre bens supérfluos, sobre cigarros e sobre bebidas alcóolicas. Isso está previsto em mais ou menos uns seiscentos a setecentos milhões, dependendo da lista de produtos supérfluos que terá que ser feita pelo Ministério da Fazenda; não podemos avançar nisso agora. Com isso, temos, de recursos federais, algo em torno de R$4,5 bilhões, que dá R$3,5 bilhões para atender as transferências de renda e mais R$1 bilhão para programa de construção e funcionamento de creches e de pré-escolas, para frentes de trabalho nas regiões metropolitanas – que estamos propondo pelo menos uma parte, porque há problema de desemprego – mas desde que a frente de trabalho se ocupe com a construção de equipamento urbano comunitário ou habitação popular. Pode-se aplicar também à habitação popular, mas para a população carente; e, finalmente, para ajudar o Banco da Terra no Nordeste, porque lá realmente a pobreza é muito grande e quase metade dela tem origem rural. Sendo assim, no Nordeste realmente a reforma agrária, ao lado da educação, tem uma urgência extraordinária.

Esses recursos serão administrados por um Conselho – que estou denominando Conselho Nacional da Solidariedade – que terá nove membros, será ligado à Presidência da República, e terá pelo menos quatro membros representando a sociedade civil.

Esse Conselho é que irá autorizar o gasto dos recursos, definir as populações que serão atingidas, as prioridades, ou seja, onde irá começar a distribuição, por exemplo, se irá começar no Piauí ou na grande São Paulo, e irá propor ao Congresso Nacional, anualmente, o orçamento desses recursos do Fundo e, finalmente, vai ter um núcleo de acompanhamento. Porque o calcanhar-de-aquiles desse programa é o seguinte: Esse dinheiro vai ser bem empregado? Não é no sentido jurídico e contábil, não. Ele vai produzir o resultado? Quer dizer, a creche é de boa qualidade? A cesta de nutrição infantil contém as proteínas necessárias? A escola é razoável? A família está sendo assistida? Quer dizer, há problemas na família? Está havendo desvio de dinheiro?

Então, esse comitê vai ter que existir e vai ser financiado, em parte, por uma pequena parcela do recurso do Fundo. Porque não temos nada na estrutura do Governo Federal e nem Estadual que possa fazer esse controle. O Tribunal de Contas nem se pode pensar. E o êxito desse programa vai depender dessa avaliação de resultados substantivo.

Esses são os pontos fundamentais, o Relatório está aí, todas as pessoas poderão lê-lo a partir de hoje e, na semana que vem, recolheríamos as sugestões.

Parti de dois pontos no problema da escolha dos recursos. Duas limitações eu me impus: a primeira, não aumentar a carga tributária brasileira, que já pesa sobre a sociedade e a economia brasileira, porque é alta, dado o grau de serviço que o Estado propicia, que está hoje entre 30% e 31%. Então, estamos mantendo essa palavra, porque estamos apenas prorrogando o imposto que hoje já existe. O segundo ponto foi não criar embaraços para a política de equilíbrio fiscal, porque consideramos aqui – e estamos repetindo aqui o que disse o Governador Cristovam Buarque, que é insuspeito para isso, e o próprio Senador Roberto Saturnino deu um aparte naquela oportunidade – que a estabilidade econômica é um ingrediente importante. Porque quem paga a conta da instabilidade, em primeiro, segundo e terceiro lugares, é o pobre, é o indigente. Portanto, não quisemos criar nenhuma extravagância fiscal que pudesse ser um estigma contra o nosso programa.

Agora, o que estou expondo aqui é que isso é um ponto de partida. Colocamos ainda como um recurso possível para o Fundo dotações orçamentárias. Para quê? Isso vai ficar em aberto. Se daqui a um ou dois anos a sociedade achar que o programa está funcionando, que o recurso é insuficiente e que tem que atingir camadas que estão acima dos R$40 **per capita**, se isso é o desejo da sociedade, ela acrescenta outra vinculação, faz outro imposto. Mas, acho que, para quem tem zero hoje – porque o Brasil tem zero de programa focalizado especificamente para esta população –, estamos partindo com uma base muito grande. Mesmo porque a esses recursos somaram recursos estaduais e municipais.

Estou sugerindo aqui uma forma de graduação, quer dizer, quando um município é muito necessitado e tem pouca renda, mesma coisa se diz para o Estado, ele terá uma contribuição marginal ao processo. Agora, se o município é rico, ou o Estado é rico, e o tamanho da sua necessidade não é tão grande, ele terá que participar mais. Quer dizer, vamos colocar o Piauí num extremo e Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro no outro. Então, essa graduação vai ser feita pelo conselho. Esse conselho vai ter que ser nomeado, ir aos detalhes do programa, fazer convênios com os Estados, com os municípios, etc..

Consultei os "regimentalistas" do Senado e eles disseram que, se a Comissão Mista aprovar a proposta que está aqui, que é uma emenda constitucional, ela vai direto para o Plenário do Senado, não passa por Comissão Especial, não passa por nada. O nosso sonho é que, se aprovássemos aqui com as modificações que houver e se o Senado aprovar este ano ainda, nesta Sessão Legislativa, essa emenda constitucional, dificilmente os inimigos da idéia prosperarão na Câmara dos Deputados no ano que vem, quando a emenda seguir para lá. E chamo inimigos da idéia aqueles que possam desfigurá-la, porque uma maneira de ser contra uma coisa é desfigurá-la ou ampliá-la de uma tal forma que ela se torna inviável. Então, nossa esperança é que, se aprovássemos a proposta com as retificações que forem necessárias e o Senado pudesse apreciá-la e aprová-la este ano, já viraríamos o ano de 1999 com praticamente metade do caminho pavimentado e, no ano que vem, a partir de fevereiro, a Câmara examinaria a emenda constitucional.

Essa emenda constitucional não tem o aval do Presidente da República, mas foi negociada com vários segmentos do Governo, e eu poderia dizer – não formalmente, porque não sou porta-voz do Governo – que eles não vão se opor, colocar nenhuma dificuldade, vão nos ajudar a aprová-la, pelo menos é essa a palavra que temos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Antes de passar à lista de inscrição, faço um pequeno relatório a respeito da nossa visita, ontem, a dois bairros aqui de Brasília e duas cidades aqui do Entorno. Gostaria de receber a atenção dos senhores e das senhoras que não puderam estar lá. Primeiro, fomos visitar

a chamada cidade Estrutural que está a 15 quilômetros daqui. Estavam presentes o Deputado Nelson Marchezan, o Senador Suplicy, que chegou um pouquinho atrasado. Infelizmente, houve lá uma distribuição de cestas, contra a nossa vontade – e deixei isso bem claro. Não houve a participação de membros da Comissão, pois fomos lá apenas fazer uma visita a essa cidade chamada Estrutural. O que é a cidade Estrutural? Moram lá aproximadamente cinco a seis mil pessoas em casas de papelão, em casas de lona preta, casas de pau-a-pique. O que essas pessoas fazem lá na cidade Estrutural? Por isso é que eu queria que um grande número de pessoas fossem fazer essa visita. Essas pessoas simplesmente vivem em função do lixo, do lixão. Lá existe um lixão enorme e essas quatro, cinco mil pessoas disputam, com os animais, o lixo de Brasília. Essa cidade – o nome é até interessante: Estrutural – vive única e exclusivamente do lixo. Eu não vi nada igual em lugar nenhum do Brasil e até do mundo nada parecido com a cidade Estrutural. Fomos também ao Cruzeiro. Cinco mil habitantes que disputam lixo diariamente! A habitação é de papelão, é de lona preta, o esgoto é a céu aberto. É uma coisa horripilante.

Fomos também a Águas Lindas. Eu chamo a atenção também para essa cidade, que tem 170 mil habitantes. Ela foi emancipada no meu governo, com 40 mil habitantes há 3, 4 anos. Essa cidade, com 170 mil habitantes, não tem água, não tem esgoto, não tinha energia elétrica. Nós conseguimos fazer, na época, uma subestação lá. Atualmente, ainda que precariamente, há energia em todos os lugares. Mas não tem água, não tem esgoto, a cisterna funciona aqui e a fossa funciona ali. Assim, a comunicação entre água que se bebe com a fossa é muito fácil. Nós vimos isso lá. As cisternas são extremamente profundas, muitas delas estão abertas. Crianças e idosos estão sujeitos a caírem nelas. Milhares de pessoas vivem lá em cubículos.

O mais grave dessas cidades – eu queria chamar a atenção para isso – é que a água que abastece 60% das residências de Brasília vem das imediações dessas cidades. Essas cidades estão crescendo em direção a esse lago. É lógico que vai haver problema seriíssimo de contaminação. Está havendo uma perlenga entre os dois Governos, o do Distrito Federal e o de Goiás. O Governo do Distrito Federal quer colocar água em toda a cidade de Águas Lindas e o Governo de Goiás não permite, pois acha que é uma invasão de competência. Quer dizer, uma bobagem sem tamanho, porque é preciso resolver o problema do povo. Se Goiás não tem condições e o Distrito Federal tem... O importante é resolver o problema, até porque quem está ameaçada é a população de Brasília, que corre o risco de amanhã ver esse lago contaminado. Esse é um problema seriíssimo também.

O que fomos lá ver foi a situação de pobreza, de indigência da população, que é realmente um negócio assustador.

Em Santo Antônio do Descoberto, a 20 quilômetros daqui, a situação é dramática. A cidade é administrada por um padre, que se tem esforçado muito...Ele criou um programa lá chamado "De fome não! Quer dizer, de fome ali ninguém morre. Ele distribui ali em torno de 1200 refeições diárias, ele e a prefeitura, com parcos recursos. Ele fez uma exposição a respeito Lá também há um córrego dentro da cidade, esgoto, não há canalização, não há nada, quer dizer, um esgoto muito próximo de Brasília. É realmente ... esses números não nos assustam, porque é a realidade do Brasil, infelizmente. É importante que caminhemos e conheçamos esses bolsões de miséria, essas favelas, a periferia das cidades. De forma que acho que foi também uma visita extremamente positiva.

Com relação ao relatório, eu que já tive a oportunidade de folhear e até ler rapidamente, quero dar a minha impressão com relação a essa relatório, na realidade o Relator foi felicíssimo, ele soube interpretar tudo o que houve aqui. É um relatório objetivo, eficientíssimo, é lógico que receberá sugestões para o aperfeiçoar.

Em primeiro lugar quero cumprimentar o Relator pela capacidade, pela competência com que elaborou esse relatório. Ao me dirigir ao Relator, para o cumprimentar pelo trabalho eficiente, pela sensibilidade que teve para com todos esses problemas, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, primeiro inscrito.

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pela ordem a vice-Presidente, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Antes de passar a palavra aos colegas, gostaria de também fazer algumas considerações.

Durante todos esses três meses que trabalhamos juntos na Comissão, acho que foi bastante profícua a ação de cada um, independentemente dos pontos de vista que temos, das teses que venhamos a defender, mas considero que a criação desta Comissão foi um momento importante, está sendo um momento importante na vida de o Congresso Nacional.

O trabalho aqui apresentado pelo nosso Relator, Deputado Eduardo, não, Roberto Brant, com certeza – já estou fazendo a fusão, o que é um bom co-

meço – é um relatório que teremos até os dias 16, 17, que será a sua aprovação, para tecermos considerações. Ele fez um esforço enquanto Relator e agora teremos que fazer um esforço enquanto membros da Comissão para observarmos quais as mudanças que, por ventura, gostaríamos de que fossem feitas nesse relatório, no sentido de que, democraticamente, possamos discutir aqui na Comissão no momento da sua deliberação.

Acabo de ter acesso ao relatório, estava em viagem por problema de saúde na família, infelizmente não foi possível interagirmos nesses dias em que me ausentei, razão pela qual não pude estar presente ontem na audiência pública.

Uma primeira indagação e sugestão que faço ao nosso Relator é da disponibilidade do texto apresentado em disquete, porque já temos o interesse em trabalhar já encaixando as coisas, o que facilita o nosso trabalho, até para podermos visualizar o espaço onde gostaríamos de fazer as sugestões.

Depois, seria a definição do horário das reuniões que teremos, Sr. Presidente, nos dias 16, 17 e 18, para que possamos sair daqui já claramente com as ações que vamos realizar, os horários.

Um outro aspecto interessante é o fato de que esta Comissão terá de... Inclusive o nosso Presidente poderia dar um informe de que na última reunião que tivemos tiramos uma pequena comissão para conversar com o Relator do Orçamento. Infelizmente não foi possível essa reunião, mas o Senador Maguito conseguiu marcar um outro horário, que é às 17h de hoje. É fundamental esse momento também para a nossa Comissão, porque se todas as propostas não forem transformadas em recursos necessários para a viabilização das mesmas estaremos chovendo no molhado. Assim, penso que esse é um momento importante e que deve ser registrado aqui. Considero que a sociedade civil também tem interesse no conhecimento desse relatório – temos inclusive a manifestação de algumas entidades, como a CNBB, que estão acompanhando esta Comissão e que querem uma cópia do relatório – e acredito que possamos fazer essa disponibilização.

Por enquanto, eram essas as observações que gostaria de fazer e já me inscrevo para um posterior debate.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela.) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – Esse relatório, na verdade, foi impresso de madrugada, está sendo colocado na Internet e ficará disponível para todos. Só tiramos oitenta cópias, que foi o possível.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela.) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Sr. Relator, Deputado Roberto Brant, Senadora Marina Silva, Vice-Presidente, gostaria de cumprimentar o trabalho do Relator pela maneira como estudou todos os assuntos que foram expostos aqui perante esta Comissão mista. Ainda não tive tempo de ler o relatório que acaba de nos ser encaminhado e avalio que iremos ter a oportunidade de fazer uma análise de profundidade e encaminhar inúmeras sugestões; assim, irei fazer uma análise dos detalhes do relatório quando tiver oportunidade de lê-lo na sua íntegra, tendo agora apenas feito uma leitura dinâmica dos itens para saber um pouco dos principais temas tratados pelo Relator, Deputado Roberto Brant.

Tenho algumas indagações tendo em conta aquilo que foi exposto oralmente.

Uma questão refere-se à Proposta de Emenda à Constituição que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, a contribuição social sobre a movimentação e transmissão de valores e créditos de natureza financeira e dá outras providências, onde não vi explicitado algumas das sugestões que V. Exª mencionou aqui na exposição oral. Por exemplo: quando observou que está propondo que, pelos próximos dez anos, destine-se uma contribuição a cerca de 4,5 milhões de famílias – aquelas famílias que tenham crianças de zero a catorze anos. Essas famílias teriam até qual nível de renda? Não me lembro de V. Exª ter mencionado. V. Exª estabeleceu um nível oficial? Esta é uma informação que gostaria de saber. V. Exª mencionou que cada uma dessas famílias obteria, em média, uma contribuição da ordem de R$75,00 a R$80,00 por mês e gostaria de saber exatamente onde é que está isso aqui, porque, na Proposta de Emenda à Constituição, não vi uma referência direta a esta proposição expressa oralmente.

No que diz respeito à constituição e à administração dos recursos de um Fundo, quero depois expor mais alongadamente e fazer sugestões a respeito, se iremos ter um Conselho que irá administrar um Fundo, aqui denominado Conselho Nacional de Solidariedade, composto de nove membros nomeados pelo Presidente, sendo quatro representantes da sociedade, e seu funcionamento será regulamentado por ato do Poder Executivo, penso que vamos poder aqui discutir os critérios de designação. Em princípio, isso poderia ser considerado algo positivo, mas o que poderíamos assegurar, inclusive nesses dispositivos, é que, se for estabelecido um fundo e um conselho

para administrá-lo, precisamos garantir uma forma de total transparência na maneira como esses recursos serão administrados, de maneira diferente daquela que tem caracterizado a administração dos fundos sociais, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A história da administração desses fundos, que nominalmente pertencem aos trabalhadores, ao longo das últimas três décadas, é um absurdo.

Quando iniciei o meu primeiro mandato no Senado, em 1992, tivemos uma CPI sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Estávamos em meio ao Governo Fernando Collor. Ali, acabamos descobrindo que os recursos do FGTS eram administrados, sobretudo, para os amigos do rei, para os amigos do chefe do Poder Executivo; administrados de perto pelo Palácio do Planalto. Então, boa parcela dos recursos ia para A ou B ou C. Depois, verificou-se que eram todos as pessoas mais próximas – até com amizade pessoal – ao Presidente que recebiam recursos a juros subsidiados para realizarem empreendimentos.

Se aquilo ocorria anteriormente, o que aconteceu há duas semanas, quando também o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com recursos via BNDES, é destinado a uma grande empresa norte-americana para que ela adquira o controle de uma empresa hidrelétrica pública, com recursos a taxas menores que a de mercado?

Perguntei ao representante da Central Única dos Trabalhadores, no FAT, se porventura ele foi ouvido a respeito. Absolutamente!

Então, eu gostaria de dar um exemplo de um funcionamento diferente. O Alasca, por exemplo, tem o Fundo Permanente do Alasca, que administra recursos que pertencem a todo o povo do Alasca e que, a cada ano, distribui um dividendo igual para todas as pessoas ali residentes há um ano ou mais. É o lugar do mundo onde há o direito a uma renda básica para todos os habitantes. E é, aliás confome V. Exª aqui propõe, o Governador eleito diretamente quem tem oportunidade de designar seis membros do Conselho de Administração, do Board of Trustees, que, por sua vez, em diálogo com o Governador, designa o Diretor Executivo.

Tive a oportunidade de acompanhar como funciona. Reúne-se o Conselho, o Diretor Executivo, numa sala oval, mas há cadeiras, na forma de um auditório, em volta. As reuniões são presenciadas por quem tiver interesse – podem ser os Parlamentares da Assembléia Legislativa. E mais: as reuniões do Conselho são transmitidas pela TV a canal aberto para quem quiser assistir.

O procedimento é de transparência imediata na administração daquele fundo. Em 1980, havia U$1 bilhão; no ano passado, U$23 bilhões. Ele foi pagando, gradualmente, primeiro U$300, depois U$400 e, no ano passado, U$1.540 por pessoa, como um direito de partilhar da riqueza daquele Estado.

Cito esse exemplo porque acredito que deveríamos assegurar meios de transparência na administração, de forma muito clara, que sejam diferentes daqueles que, infelizmente, têm caracterizado a administração de fundos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sr. Senador, minhas escusas, mas eu gostaria de anunciar que o Congresso Nacional está tendo uma sessão em homenagem a Rui Barbosa. Portanto, se houver, dentre V. Exªs, alguém inscrito ou que queira participar daquela sessão, esteja à vontade, já que ela não impede que continuemos a nossa reunião.

Infelizmente, temos de disciplinar o tempo para que cada um faça a apreciação preliminar, deixando para a próxima reunião um maior aprofundamento da questão.

Concordo plenamente com V. Exª. Realmente, precisamos encontrar meios de dar total transparência. Mas, a meu ver, essa é uma segunda etapa. Em primeiro lugar, temos que ver se há unanimidade com a criação do fundo. Os detalhes, penso eu, vêm posteriormente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, ainda não terminei a minha exposição preliminar. V. Exª poderia me dizer quantos minutos a mais ainda tenho? Irei respeitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – V. Exª pode concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Deputado Roberto Brant não definiu a maneira como cada uma dessas famílias vai ter esse benefício, em média, da ordem de R$80,00 para os próximos anos.

Informo à Comissão Mista que o Senado Federal aprovou, em caráter terminativo – e ontem acabou o prazo para recurso, portanto está aprovado pelo Senado Federal –, um novo formato de benefício do Programa de Garantia de Renda Mínima, que vai para a Câmara de Deputados para apreciação. O formato é que se leve em consideração o número de pessoas da família, o patamar abaixo do qual aquela família terá o direito ao benefício e um mecanismo tal que se represente a proporção da diferença entre o número de pessoas vezes meio salário mínimo, que é o patamar definido, menos a renda familiar. Portanto, Deputado Roberto Brant, isso está aprovado e pode ser examinado com atenção. Espero, sobretudo, que a

Câmara dos Deputados e o Congresso examinem a maneira de se aperfeiçoar a aplicação da Lei 9.533, que autoriza o Governo Federal a financiar em 50% os Municípios que adotarem Programas de Renda Mínima associados à educação.

Chamo ainda a atenção de V. Exª a respeito de uma observação feita aqui. Um dos pontos que já pude detectar é que V. Exª menciona que o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, se posicionou contra o Projeto de Garantia de Renda Mínima...

O SR. ROBERTO BRANT – Senador, eu não declarei isso. Eu fiz uma síntese das audiências de S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Certo. O que eu gostaria de chamar a atenção é a respeito da forma como aqui foi registrada, na minha avaliação, que não condiz inteiramente com o que S. Exª expressou naquele dia, bem como no Seminário Internacional sobre o Projeto de Garantia de Renda Mínima, realizado no ano passado. Uma coisa é dizer que S. Exª avalia que o Governo Federal deve estar realizando ações de maneira descentralizada; a outra é como aqui ficou constado – eu sugeriria um aperfeiçoamento da redação com maior fidelidade ao que S. Exª colocou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Exª que conclua, senão os demais Parlamentares não terão oportunidade de fazer também suas observações.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, as demais observações, eu as farei na próxima reunião.

Ressalto, reiterando o que já disse ontem, na tribuna do Senado e que o Presidente Maguito Vilela mencionou, que fomos surpreendidos quando chegamos à Vila Estrutural e observamos o Governador Joaquim Roriz estar fazendo uma distribuição de cestas básicas, quando a Comissão estava lá para examinar a outra situação. Porque, no meu entender, isso foi realizado no dia seguinte ao anúncio de que o Governador Roriz vai terminar com a sistemática do Programa de Bolsa-Escola. E, aliás, o relatório do Deputado Roberto Brant reconhece e recomenda a expansão de programas de renda mínima associados à educação ou de Bolsa-Escola, que podem ter um tratamento quase de sinônimos. Portanto, considero, primeiro, um atraso, um retrocesso a instituição da cesta básica, ao invés do Programa Bolsa-Escola.

Estamos recomendando ao Governador Joaquim Roriz que repense essa decisão. Mas, sobretudo, qualquer benefício às famílias tem que ser visto, e acho que esse é o propósito do relator e da Comissão, como um direito à cidadania, nunca a dádiva do Governador, do Presidente, do Senador ou do Deputado, dos membros desta Comissão.

É isso que gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o relator para fazer as suas considerações.

O SR. ROBERTO BRANT – Senador Eduardo Suplicy, o relatório conclui-se com duas peças: uma proposta de emenda constitucional e a definição de uma proposta. Eu não podia pegar todos os elementos da proposta e pôr dentro da emenda constitucional, porque estaria congelando. Primeiro, quase que eu escreveria uma Constituição nova.

Na verdade, estamos deixando para a Constituição o que é estritamente constitucional, que são os recursos: a vinculação de recursos, a criação de fontes tributárias e a forma de gestão desses recursos. Então, deliberadamente, não quisemos engessar dentro da proposta constitucional a forma do programa. Agora, se o relatório for aprovado, vai aprovado uma definição da proposta. E se ela for alterada aqui, será alterada no relatório, porque na ata de aprovação vai constar que foi essa a proposição que fizemos. Eu não podia ir além disso, porque senão teria que propor aqui um projeto de lei extenso e o partido que tomei foi de deixar que, muito além desta Comissão, a sociedade civil, os governos, todo mundo possa trabalhar no desenho definitivo, lá na implantação. Apenas os princípios gerais estão fixados aqui. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, o valor de 75 a 80, a média, deixei em aberto algumas válvulas. Estou sugerindo esse valor pelo tamanho do fundo. Tomei o partido de que o recurso seja por família e não por membro, porque, francamente, no meu ponto de vista, como esse programa é por um prazo de dez anos, não devemos incentivar a constituição de famílias muito numerosas. Mas, como a família numerosa é um dado da realidade – ninguém vai matar as crianças –, então está escrito aqui que o conselho poderá alterar. Em famílias excepcionalmente numerosa ele cria um adicional, mas não que seja proporcional a cada membro. A idéia é a família como núcleo, é a família que recebe. Então, esse foi um partido que tomei.

A nossa proposta aqui é muito diferente do Projeto da Bolsa-Escola do Ministério da Educação, primeiro, pelo valor. Lá não se gasta nem R$100 milhões com tudo isso. Nós, aqui, estamos propondo uma universalização. Quando se fala em universalização, tende-se a abrir mão de certas coisas. Segundo, lá os municípios têm uma carga extremamente pesada. O Governo Federal contribui se os municípios fizerem o programa. Aqui estamos invertendo o

papel. Aqui é a União que banca o programa. Isso é dever da sociedade, como ela é organizada no Brasil, os Municípios e os Estados vão participar de uma maneira muito graduada.

Por exemplo, 60% da população do Maranhão e do Piauí são pobres, quase 40% são indigentes. O Estado do Maranhão e do Piauí não terão condições de entrar com 30% ou 40%.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nesse sentido, V. Exª está muito mais para Eduardo do que para Pedro.

O SR. ROBERTO BRANT – Muito mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Do que o que o Pedro Malan aqui falou.

O SR. ROBERTO BRANT – Esse programa tem o cunho de distribuição de renda, explicitamente. Uma transferência de renda mínima, no presente, acoplado a um programa estrutural de desenvolvimento humano das pessoas no futuro.

O nosso propósito não é achar que o programa vai nascer e morrer com esse tamanho. O meu sonho, a nossa esperança é que esse programa se multiplique muito para frente. Mas é um ponto de partida muito fecundo. Acho que se quisermos ficar grande demais agora, corremos o risco de nem começarmos. Então, em primeiro lugar, essa foi a escolha que eu fiz. Segundo, quanto ao problema do conselho. Apenas disse que vai ter um conselho, composto de pelo menos quatro membros da sociedade civil. Haverá uma lei para regular a sua organização. Não adianta cunhar essas formas de transparência na emenda constitucional, porque vamos ser muito detalhistas. É evidente que esse fundo tem de ser totalmente diferente do FAT e de outros fundos que estão aí. Trata-se de algo muito sério, porque é a primeira vez que está destacando recursos para atender à população mais miserável deste País.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Só uma pequena intervenção: penso que, se vingar aquela idéia de termos uma comissão permanente para acompanhar, essa própria comissão pode estruturar a forma de trabalhar esse fundo.

O SR. ROBERTO BRANT – O desenho disso, Senador, vai surgir da vida, da realidade da execução do programa. Então, isso tem de ficar relativamente em aberto, seguindo-se apenas os princípios gerais. Por exemplo, três quartos do fundo têm de ir para a transferência de renda, porque isso é o caro. Com R$200 milhões; R$300 milhões por ano, é possível universalizar-se à creche no Brasil inteiro. No entanto, para aumentar um real nessa transferência de renda, há um aumento de quase R$300 milhões por ano. Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, antes de mais nada, uma questão formal: se quisermos pedir vista do voto do Relator, devemos pedir agora sobre o voto preliminar ou temos de esperar o voto definitivo?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Teria de ser agora.

O SR. MARCONDES GADELHA – Agora. Então, formalmente creio que todos que vão debruçar-se e apresentar alguma sugestão estão pedindo vista de alguma forma.

A SRA. MARINA SILVA – Pedido coletivo.

O SR. MARCONDES GADELHA – Isso, um pedido coletivo.

Sr. Presidente, quero louvar o trabalho do Relator, um trabalho realmente brilhante, exaustivo e, sobretudo, um trabalho montado com muita racionalidade. Creio que esse documento será uma referência definitiva sobre questões de pobreza no Brasil. O Deputado Roberto Brant logrou redigir um texto que será base operacional para inúmeras ações daqui por diante, mesmo as que venham a ser executadas à margem de tudo que fizemos aqui ou por esse conselho que vai gerir o fundo sugerido. Desse modo, parabenizo o Deputado Roberto Brant.

A minha linha de preocupação está mais ou menos de acordo com o que foi exposto pelo Senador Eduardo Suplicy. Em primeiro lugar, uma preocupação com a constituição do fundo em si mesmo. Não sei se era esse o propósito original desta Comissão, quando foi criada, ou se era o espírito inicial à luz do que foi sugerido por diversos técnicos que aqui se apresentaram. Pretendia-se, inicialmente, promover uma refocalização dos diversos programas sociais que aí estão e que lidam com um volume de recursos incomensuráveis. Nós estamos aqui pescando oitocentésimos na CPMF e uma alíquota adicional para compor alguma coisa como R$4,5 milhões, quando temos, à nossa frente, cerca de R$135 bilhões gastos em diversos programas sociais. Quer dizer, uma refocalização desses recursos ofereceria muito mais massa crítica para se trabalhar e estaria muito mais dentro das idéias aqui trazidas pelos técnicos, principalmente pelo Ipea. Não se falou em criação de impostos, não se falou em tratar a pobreza **a latere**, fora do contexto geral da economia do País. Pensava-se em criar, dentro do modelo econômico do Brasil, mecanismos de coerção para forçar a refocalização do

recurso, ou seja, criar uma refocalização compulsória ou automática desses recursos. Esse era o espírito original. Creio que esse espírito está-se perdendo aqui com essa idéia, mas não vamos chorar sobre o leite derramado, até porque imagino que o relator teria uma dificuldade muito grande, dada a exiguidade do tempo, para promover essa refocalização sobre um contexto tão amplo e tão variegado de ações em cima das quais teria de incidir.

Fica estabelecida uma coisa delicada, mas importante para todos e para a Nação. Estou entendendo que se optarmos por criar um novo fundo, estamos aceitando implicitamente que é impossível politicamente reorientar os recursos que já existem na área social. Os técnicos do IPEA diziam que poderíamos erradicar pelo menos a miséria, e nesse ponto o relator foi muito preciso, soube focar bem a questão da indigência, com um processo de refocalização.

O problema é puramente político, saber de que maneira operaríamos essa transferência efetiva de recursos dos mais ricos ou dos menos pobres para os mais pobres. Está visto que é difícil trabalhar este tema e por isto aceitamos um mecanismo já corriqueiro que é a criação de um fundo, perdemos em originalidade ao instituirmos um fundo, mas se está é a solução mais simples ou a única possível, como disse o relator, por mil razões, então que este fundo traga algumas amarrações importantes à luz da própria idéia do relator.

O relator, quando especificou os seus mecanismos de focalização, foi extremamente feliz, focalizando a família, as crianças, os indigentes, o seu bônus de solidariedade é uma peça muito bem concebida. Eu pensava que isto devia, de alguma maneira, como o Senador disse, estar amarrado dentro do processo, não poderíamos deixar a gestão desse fundo inteiramente ao talante deste Conselho Nacional de Solidariedade, deixar essas questões em aberto, porque esta Comissão foi criada para fechar questões, não para deixar em aberto e para que outros decidam como será a refocalização dessas propostas.

O Senador foi ameno, ele, na sua linguagem, se preocupou com a má operacionalização, com o desvirtuamento ou coisas deste tipo, mas falo mesmo em corrupção, na possibilidade grande de corrupção na utilização desse fundo, se ele fica solto. O § 2º do art. 76 diz: compete ao Conselho Nacional aprovar o planejamento das ações de combate, definir o universo dos beneficiários, autorizar a aplicação dos recursos, submeter o orçamento ao....

Enfim, tudo será definido quando o relator já tem a sua definição que é excelente. Compreendo que S. Exª não quisesse fazer um texto extenso, ter que fazer um projeto de lei complementar para definir todas essas coisas, mas poderia pelo menos estabelecer em algum ponto que, dos recursos amealhados com esses impostos ou com a prorrogação da CPMF, 80% seria para transferência de renda, isto cabe em um artigo ou dois, e 20%, desse um bilhão, seria para construções ou coisas que... Mas já estabelecer algum tipo de amarração, não deixar solto.

Penso que estamos efetivamente criando impostos, não vou tentar tapar o sol com a peneira, alguns reclamarão. Ao se fazer a prorrogação da CPMF estaremos criando imposto, porque ele deixaria de existir e com a sua prorrogação estaríamos recriando-o. Há um imposto sobre supérfluos conforme um adicional, uma lista a ser definida, então estamos introduzindo elementos novos nesse conceito. Penso que se é assim, se temos que incidir sobre política tributária, o mecanismo de focalização seria mais eficaz e seria automático se isentássemos de imposto determinado produto. Por exemplo, há um estudo do próprio IPEA que diz que se isentarmos de imposto 39 produtos alimentares, tiraremos 530 mil pessoas da linha de indigência automaticamente. Isso é uma focalização automática e indolor, que não exigirá policiamento nem esforço e está inteiramente refratário, infenso à corrupção ou tráfico de influência ou jogo de qualquer natureza. A outra alternativa de fazer a refocalização via fundo deixa de ser automática, está sujeita à falha humana, a uma série de outros problemas. A refocalização direta tem mecanismos, como esse que sugeri por acaso, mas há outros que a perspicácia, a competência e a experiência de V. Exª encontrariam para promover essa refocalização automática que independa de uma terceira entidade, que é o fundo e de seus gestores.

Enfim, Sr. Presidente, penso que o Relator fez um trabalho belíssimo, suas idéias estão perfeitas mas devem ser amarradas. Não devemos deixar as coisas tão soltas. Reservo-me para um comentário mais aprofundado quando tivermos a releitura disso, não sei a data que foi marcada, teremos que fazer uma análise mais aprofundada, mas deixo já essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concederei a palavra ao Relator, pois penso ser importante que o Relator responda no momento, para que as coisas fiquem bem esclarecidas.

Concedo a palavra ao ilustre Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – Sobre o problema do projeto de emenda constitucional e do restante das nossas proposições, entendo que o que esta Co-

missão aprovará será o Capítulo V, que é o conjunto de recomendações do qual faz parte a emenda constitucional. Então, na ata de aprovação, estará estabelecido que aqueles critérios estão aprovados e isso vale. Do contrário, eu teria que colocar tudo num projeto de lei, que é uma coisa complicadíssima. Pensei nisso muitas vezes e voltei atrás para não congelar algo que talvez possa ser aperfeiçoado. Poderíamos fazer uma vinculação de que seriam 2/3 ou 3/4 para transferência de renda e o restante iria para uma listagem.

O SR. MARCONDES GADELHA – Desculpe-me, mas isso já acontece com a própria CPMF, quando é dividido o recurso da seguridade.

O SR. ROBERTO BRANT – Não deveríamos ir muito além disso porque estaríamos criando uma camisa de força constitucional. Esse é o primeiro ponto. Aprovaremos aqui uma política de ações e esse conselho estará vinculado a isso. É assim que estou entendendo.

Quanto ao problema da focalização via tributária, por acaso fui Secretário da Fazenda de Minas e estive no Confaz por quatro anos. Para um Estado como Minas Gerais isentar os produtos agrícolas, embora a produção agrícola seja grande, é irrelevante. Percebi que Estados como Goiás, como Mato Grosso do Sul, como Mato Grosso e como Tocantins, se isentarmos 30 produtos alimentares, terão suas bases tributárias acabadas. Por isso, disse no relatório que é muito perigoso mexer em matéria tributária, a não ser que se trate somente o problema tributário. Teria que haver uma compensação para esses Estados.

Já posso adiantar, pois sou membro da Comissão de Reforma Tributária na Câmara, que está preparando um projeto de reforma constitucional, que haverá uma chamada alíquota super reduzida para os alimentos da cesta básica. Lá é o local próprio para se fazer isso, por quê? Porque se calculará a perda de receita de vários Estados e eles serão compensados em um fundo. Essa é a armadilha do problema da isenção pura e simples, porque o Sistema Tributário Brasileiro tem essa característica. Em Goiás, por exemplo – lembro-me na época, o Secretário da Fazenda era o Harley Margon – eles não deixavam nem reduzir tarifa de milho, de arroz e de carne, porque, na verdade, eram a base tributária do Estado. Por isso é que optei por não mexer em matéria tributária.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Se existisse uma fórmula de isentar só esses produtos que são destinados às famílias pobres...

O SR. ROBERTO BRANT – Não dá, porque na verdade ele acaba sendo abatido para as famílias ricas. Não é tão focalizado assim e há dúvida sobre se o abatimento tributário redunda em diminuição de preço ou não. Isso dependerá das condições de oferta e demanda. Não discutirei isso. Levanta-se uma questão que é generosa, mas que tem muitos complicadores. Então, vou estudar essa possibilidade de segurarmos um pouquinho no fundo de hoje até terça-feira, porém não podemos segurar demais porque os administradores, no futuro, não podem ficar muito atados.

De qualquer maneira, acho que vamos aprovar uma proposta, seja essa ou uma variante em torno dela, porque é uma matéria que terá efeito. Esse conselho não poderá ignorar, porque a marca é essa, o desenho da proposta é esse.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero também iniciar a minha intervenção cumprimentando o Relator, mas cumprimentando-o de verdade e não protocolarmente, porque o trabalho está excelente, muito bem feito. E com o tempo reduzido que teve, devido à atribulação da nossa vida parlamentar, o Relator apresentou uma proposta que vai preencher, a meu juízo, plenamente os objetivos desta Comissão.

Ao optar pela criação de um fundo para exercitar uma transferência direta para a população indigente do País, o Relator está operando numa forma bastante objetiva, que produzirá efeitos sociais que poderão melhorar a vida da população, sob o ponto de vista humano, e produzirá efeitos também sobre a economia do interior, pois o comércio da pequena cidade vai se beneficiar enormemente. Tal medida trará efeitos muito importantes sobre a economia brasileira de um modo geral. Portanto, o meu voto está garantido, com muita alegria e regozijo.

No entanto, gostaria de melhorar a proposta do Relator dentro do meu ponto de vista. Acredito que seria importante garantir que essa transferência de recursos para a população indigente tivesse origem na população mais rica do Brasil, quer dizer, nos 10% mais ricos. E a composição da origem do fundo não garante isso plenamente, porque os recursos da CPMF sobre movimentação financeira têm uma grande participação da classe média, embora, pelo menos, 50% ou mais são dos 10% mais ricos. Da mesma forma ocorre com o adicional do imposto sobre supérfluos. A inclusão do cigarro e da bebida retirará mui-

tos recursos da classe média e até um pouquinho da classe pobre.

Então, gostaria que tivesse na composição desse fundo alguma coisa que representasse uma transferência nítida, clara, efetiva dos mais ricos para os mais pobres. Compreendo a atitude do Relator de não querer mexer em nada que seja objeto da reforma tributária, mas sei que o projeto da reforma tributária não vai contemplar a proposta de um imposto sobre grandes fortunas, do ex-Senador Fernando Henrique Cardoso. O argumento é sempre este: isso não é muito eficaz, pois produz pouca renda. Se se acrescentasse às fontes que o Relator determina – os 8 centésimos sobre a CPMF e o adicional – uma parcela efetivamente tirada dos ricos, através da aprovação do imposto sobre grandes fortunas, esse fundo estaria garantindo de uma maneira bastante clara, efetiva, insofismável um processo de transferência de renda da população mais rica para a mais pobre e necessitada.

Compreendo também a prudência do Relator em não querer elevar a carga tributária e manter a carga existente. O argumento argumento de que carga tributária brasileira é muito elevada, eu nunca concordei com ele, porque carga tributária de 30% o Pib, em muitos países têm, exatamente, os países que atingiram um nível de distribuição de renda mais equitativo. Então, não é uma carga excessiva.

Agora, o que é excessivo, no Brasil, é o gasto de recursos públicos com custos financeiros, com juros, quer dizer, o Brasil paga de juros, da dívida pública, quase 20% do seu Pib. Nenhum país paga isso. Então, comparar cargas tributárias com situações diferentes, eu acho que enquanto o Brasil tiver no seu orçamento uma carga tributária tão pesada I(de custos financeiros e custo de rolagem da dívida), vai ser necessário que a carga tributária seja elevada um pouco mais. Agora, é importante que essa elevação tenha origem naqueles que se beneficiam do pagamento dos custos financeiros, porque esses custos financeiros vão beneficiar exatamente 1% ou 2% dois brasileiros mais ricos.

Então, são esses que deveriam sofrer um pequeno acréscimo de carga tributária para compensar aquilo que eles recebem de benefício. E neste caso, o Imposto sobre Patrimônio e Grandes Fortunas iria, exatamente, se encaixar perfeitamente dentro desta concepção de transferência de renda que o Relator muito bem quis colocar na sua proposta.

Enfim, quero insistir de que o trabalho é excelente e que o Relator preencheu, completamente, os objetivos da Comissão, apenas, na discussão e no aperfeiçoamento , eu gostaria de avançar essas considerações que avancei.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Com a palavra o nobre Relator, para tecer considerações a respeito da fala do Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO BRANT – Quero agradecer, , porque partiu do Senador Roberto Saturnino. Desde pequeno acompanho a vida pública dele. Então, para mim, é uma coisa que me é muito grata, mas quero só reeditar que essa é uma obra coletiva, porque, na verdade, o que fizemos aqui, foi sintetizar as coisas que recolhemos dos depoimentos e dos debates etc. Estou inteiramente de acordo com o ideal de que num programa de transferência de renda fosse acoplada uma maior eqüidade tributária. Eu não negligenciei esse aspecto.

Agora, quero apenas fazer dois comentários a respeito: primeiro, que o CPMF como ele pega a economia informal, de qualquer maneira , é um imposto que eu acho que ele tem uma grande carga de eqüidade na economia brasileira. Cada vez mais, a economia brasileira é dominada por um setor que não paga imposto nenhum. Então, nesse ponto de vista, produz eqüidade. Agora, por quê, não coloquei Imposto sobre Grandes Fortunas ou coisa parecida? Foi uma escolha política, Senador. Porque, se eu colocasse Imposto sobre as Grandes fortunas, aqui, eu iria transferir toda a polêmica do combate à pobreza, para a criação do imposto.

Logo que essa coisa começou, há uns 3 ou 4 meses atrás, eu percebi, o **Estado de S. Paulo**, por exemplo, que é um Jornal importante, ele fez dois editoriais contra a preocupação de combate à pobreza, fazendo, exatamente, ênfase de que estava se querendo criar carga tributária, querendo se criar imposto, etc, e depois, várias personalidades do estabelecimento econômico brasileiro, o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, enfim, as pessoas de sempre, eles trataram do problema só, simulado , tributário.

Então, por uma questão de cautela, eu acho o seguinte, que como estamos dando o primeiro passo, no sentido de que isso é um processo que vai se estender ao longo de muitos anos, então, eu achei que devia preservar o primeiro passo de polêmicas que poderiam por a perder, o essencial. Então, foi mais ou menos, essa a minha – estou fazendo, aqui, uma confissão, porque eu me defrontei com escolhas, e estou querendo justificar isso – não, que eu seja contra; mas, se nós pudéssemos casa isso com eqüidade, realmente, estaríamos avançando muito mais.

Agora, eu acho que essa não é uma batalha perdida, porque ela está apenas adiada. Cria-se o Fundo

, começa-se um trabalho, a população começa a depor, porque, na verdade, a população brasileira é descrente dessas coisas. Eles vão dizer que estamos criando mais um Fundo, que esse fundo: o dinheiro não vai pra essa finalidade, que isso vai ser desviado pelos políticos, etc. Mas, se a realidade demonstrar que não é isso; que a coisa vai funcionar, aí, a gente vai ter mais , vai aumentar o grau de solidariedade com a população, pra que fique mais disponível, para admitir outras etapas. Porque eu acho quem o Brasil só estará livre da pobreza, quando ele estiver numa etapa muito mais avançada do que essa que ele está propondo aqui. Estou dizendo que tivemos que escolher os indigentes. Mas, no futuro, vai ter que se agregar as populações que estão logo acima da faixa de indigência e que também são pobres. Essa foi a razão da escolha.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Entendo também que essa pode ser uma batalha na qual, no futuro, poderemos ter êxito. Acredito que podemos iniciar, já, uma luta para taxar as grandes fortunas, independentemente...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Quero dizer que compreendo perfeitamente e que não discordo das considerações do Relator sobre a avaliação política, que é fundamental. Não podemos botar a perder a proposta por querer avançar mais do que politicamente é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – No entanto, o meu papel é esse e acho que, no futuro, a gente vai avançando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Perfeito. Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nobre Relator, também não vou fazer elogio algum, porque tenho convicção de que o Deputado Roberto Brant está tendo a oportunidade grandiosa, que Deus está lhe dando, de fazer um trabalho para o povo brasileiro. Conseqüentemente, nem elogio nem crítica merece. Merece ele mesmo fazer um agradecimento de ser Deputado, estar estudando essa matéria neste momento, para uma comunidade tão carente e tão pobre. Acho que isso é uma dádiva que o Deputado está tendo. É desse enfoque que eu quero começar a minha tentativa de interpretação do relatório. Também concordo que o relatório é dotado de algumas deficiências que poderiam ou não ser examinadas, principalmente essa que o Deputado Marcondes Gadelha está colocando: uma revisão de programas sociais. Eu não saberia explicar para o meu povo, para a gente que se aproxima de mim, como é que fizemos uma comissão mista para estudar essa matéria e não fomos capazes de fazer uma avaliação crítica de todos os programas sociais em execução. São R$ 130 bilhões que estão sendo bem ou mal-empregados, mal executados, mal administrados. Creio que esse relatório, se não colocar essa colocação feita pelo Marcondes, começa como se estivéssemos iniciando tudo daqui para a frente, como se tivéssemos tentado resolver o problema da pobreza sem uma avaliação das tentativas anteriores, que foram feitas e que foram objeto de deformações, objeto de distorções, objeto, algumas, até, de corrupções. Então, essa é a primeira colocação que eu faço ao nobre Relator e gostaria também de dizer que não é possível que façamos também um trabalho desta Comissão, e com ela concordo que se transforme num instrumento permanente, sem que se tenham algumas sugestões bastante fortes. E ela, indiscutivelmente, vai para a reforma tributária. Por exemplo, há um instituto de tributos no Brasil que nunca foi utilizado e através do qual grandes fortunas foram feitas. As obras públicas realizadas no Brasil desde o Império têm, em nossas Constituições, um instrumento — um imposto, um tributo — chamado contribuição de melhoria. Ora, o quanto de dinheiro teríamos aí de grandes obras que foram realizadas. Mais do que isso, é preciso também — e nisso o Senador Saturnino tem razão — que nós localizássemos a probabilidade de as grandes fortunas terem uma contribuição para o nosso trabalho aqui. Se não acenarmos, pelo menos, com essa possibilidade, acho que ficamos muito na dependência de todas as contribuições que V. Exª conseguiu — que foram válidas. Mas R$ 4 bilhões são como que uma gota d'água no oceano das necessidades populares deste País. De qualquer maneira, eu quero dizer que o relatório deve ser aprovado e deve ser colocado como fez aqui a CPI do Narcotráfico. Já foram feitas outras CPI's do Narcotráfico. Mas o momento, as circunstâncias, os valores, eu diria até, como Ortega & Gasset, as circunstâncias desta CPI é que levantaram o problema de tal maneira, ela não vai resolver, mas está colocando para o Presidente da República, provavelmente um momento de grande oportunidade para resolver ou tentar resolver. A pobreza tem a mesma dimensão, só que é o lado escandaloso de uma República, de um País, de uma Nação como o Brasil.

Eu gostaria que, além disso, tivéssemos estratégias de funcionamento. Por exemplo, ao invés de imposto incidente sobre as grandes fortunas, por que não sugerir o empréstimo compulsório das grandes

fortunas, dos grandes bancos? Os bancos tiraram agora R$10 bilhões de lucro! São R$10 bilhões em menos de um ano! Há alguns bancos que ganharão R$2 bilhões. Mas penso que devemos levar uma proposta como essa ao Presidente, porque entendo que esta Comissão deve apresentar ao Presidente esse relatório.

Quero cumprimentar o Sr. Relator, o Sr. Presidente, e a eminente Senadora pela oportunidade desta Comissão. O passo é importante. Outro dia ouvi uma menção do Ministro da Fazenda sobre uma frase de Mao Tse-Tung: "Uma grande marcha começa com o primeiro passo". Talvez o primeiro passo seja este: aprovar o relatório de V. Exª. Mas eu sugeriria algumas alterações, principalmente em relação ao empréstimo compulsório. Podem ser dados títulos àqueles que, porventura, tenham que fornecer esse empréstimo durante um ano ou dois, uma década ou mais; se sua família empobrecer e vier a precisar, terá os títulos capazes de fazer a cobrança. Isso evitará que o seu patrimônio venha a ser de tal maneira atingido a ponto de empobrecer essas pessoas, deixando-as sem condições de sobrevivência.

O empréstimo compulsório seria em caso de calamidade pública. A fome é uma calamidade pública. A fome é isso que V. Exªs viram quando foram ao Rio Grande, ao Amazonas. Lixões há em toda parte, e irmãos nossos vivem comendo o resto que vai para o lixo. Não podemos deixar de ter medidas emergenciais, porque toda a tarefa de V. Exª – muito bem exposta, a Comissão está fazendo um trabalho belíssimo – vai depender ainda de uma aprovação de emenda, o que só poderá ocorrer no ano que vem. Não há como aprovar neste ano. Não vamos nos enganar! No ano que vem haverá um debate, uma discussão, e será ano de eleição municipal. A eleição é uma das atividades mais lindas da democracia, mas ocupa, possui um custo operacional, faz com que o Deputado Marcelo, o Deputado Alceu Collares, a Senadora Marina Silva tenham que ir aos seus Estados dar sustentação para a realização dessa realidade extraordinária que se chama democracia.

Eu gostaria que V. Exª apresentasse um plano emergencial, um programa emergencial para, amanhã, o pobre poder dizer que os Deputados e os Senadores trouxeram algo para comer dentro de casa. Um plano emergencial. A assessoria técnica, tenho certeza, dará condições. O empréstimo compulsório, uma declaração de calamidade pública no campo da pobreza... Aliás, o relatório do BIRD está revelando isso. Com uma grande abrangência, está efetivamente registrando que vivemos em situação de calamidade pública com relação à pobreza que atingiu algumas camadas nossas.

Outra proposta é a descentralização. Tenho a impressão de que V. Exª, com a proposta de um Conselho, de concentrar nas mãos da União, atingirá a Federação Brasileira, o federalismo. Tenho a impressão de que ele não vai funcionar, Senador Roberto Saturnino, só em cima, na cúpula. Todos esses fundos que são dirigidos pela União não têm, primeiramente, a capacidade de promover a participação permanente do Município brasileiro e do Estado. Penso que V. Exª podia se preocupar com a descentralização da aplicação e da implantação desse fundo. Não deixar somente para meia dúzia de pessoas que, talvez, bem-intencionadas, não têm a dimensão da miséria que atinge os lares brasileiros.

Só queria fazer essas observações e dizer que V. Exª está aproveitando bem a oportunidade que Deus lhe dá. Que possamos todos nós dar uma contribuição, por mínima que seja, ao povo da Estrutural. Em todas as cidades há lixões, em todas as cidades há irmãos nossos colhendo lixo, não para vender a garrafa, o plástico, o tecido, o lixo orgânico, mas para comer o resto que sobra.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – O Relator fará os seus comentários.

O SR. ROBERTO BRANT – Eu vou responder de trás para frente.

Governador Alceu Collares, dou muito ênfase à descentralização na proposta, porque, na verdade, o Conselho vai definir políticas gerais, mas a execução é do Município. Só o Município tem condição de executar esse programa. Os Estados vão intervir para dar alguns recursos. Então, está na proposta que a filosofia principal é de descentralização.

O SR. ALCEU COLLARES – Por que V. Exª não faz como na saúde, em que há os Conselhos Municipais de Saúde, que estão prestando relevantíssimos serviços?

O SR. ROBERTO BRANT – Na verdade, os Municípios já têm hoje os chamados Conselhos de Assistência Social. Foi até uma questão que me foi mencionada pela Secretaria de Estado de Assistência Social. Hoje temos a LOAS, a Lei Orgânica de Assistência Social; então todo Estado e todo Município têm. A nossa idéia foi não criar coisa nova e usar essas comissões, mas, se não for descentralizado, não precisa nem começar. Estou plenamente de acordo.

No segundo ponto, em relação ao problema do calendário, V. Exª tem toda razão. Os regimentalistas do Senado consideram que essa emenda possa ir direto ao plenário do Senado e, então, o Senado poderia aprová-la nesta sessão legislativa. Restaria a Câmara aprovar, por volta de março ou abril. De qualquer maneira, a montagem desse programa vai de-

mandar alguns meses, para montar o Conselho, as formas de atuar, os controles etc. Então, realmente, é algo para o segundo semestre.

Com relação ao empréstimo compulsório, vale o mesmo argumento que apresentei ao Senador Roberto Saturnino. Eu evitei coisas polêmicas. Não que eu tenha pensado no assunto, mas o argumento é o mesmo. O Brasil tem a tradição de nunca pagar os empréstimos compulsórios. Se eu colocasse alguma coisa aqui, teria dois defeitos: primeiro, ia trazer toda a polêmica para isso e, segundo, também ia precisar de tempo para tramitar.

Penso que, quando terminarmos o nosso trabalho, podemos considerar a sua proposta de uma comissão multipartidária, acima das divisões ideológicas do País, ir ao Presidente da República, levar essa questão, que vai ter de entrar na agenda do Brasil. O Presidente da República é quem tem meios executivos de fazer coisas de emergência, enquanto se montam essas coisas aqui, porque o Governo tem meios de manipular o dinheiro de um semestre. Seria uma boa oportunidade, porque estaremos iluminados pela mídia, e seria uma oportunidade de colocarmos também o Executivo nessa luta, porque, até hoje, a participação do Executivo nisso aqui foi a presença dos Ministros aqui e alguns entendimentos meus com o Chefe da Casa Civil. Na verdade, eu não tratei oficialmente essa questão com o Governo, porque penso que era tarefa do Legislativo.

Quanto à focalização dos gastos sociais, há um capítulo no relatório que fala sobre isso, de uma maneira até bastante denunciante. O capítulo é: Gastos Sociais e Pobreza no Brasil. Estamos propondo realmente uma refocalização, mas não tínhamos condições técnicas de propor coisas específicas. Na verdade, quase metade dos gastos sociais no Brasil são com Previdência, pública e privada. É uma questão que está na agenda nacional também. E uma parte grande dela é com a educação superior. A União gasta 80% de tudo que ela tem para a educação nas universidades federais, que são poucas e têm poucos milhares de alunos, se compararmos com o ensino fundamental. Temos um capítulo que é uma denúncia de como os recursos sociais no Brasil são apropriados pelos não pobres. Não é que sejam mal apropriados – estou fazendo uma ressalva –, porque tem a sua finalidade, mas os excluídos não participam dessa ceia.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO – Muito obrigado, Srª Presidente.

Eu gostaria de, fazendo coro aos demais membros desta Comissão, ressaltar o brilhante trabalho do nobre Relator, Deputado Roberto Brant. Aliás, não foi surpresa. Todos nós que conhecemos V. Exª e o seu trabalho nesta Casa já o admiramos muito.

Eu queria, Sr. Presidente, Sr. Relator, fazer duas observações e duas indagações, de igual forma. A primeira preocupação que tenho – e eu me reservo ao direito de discutir no momento oportuno, ou seja, na votação final do relatório – é com relação à questão da estrutura do Conselho. E dentro da estrutura do Conselho, preocupa-me muito a fiscalização.

Tenho visto, e já exerci a condição de Prefeito Municipal...Muitas vezes, quando fazemos convênios com o Governo do Estado e o Governo Federal, não existe por parte daquele ente que convenia a necessária fiscalização do cumprimento das metas, o que é algo extremamente prejudicial, porque quando a gente faz o convênio para determinado objetivo e não cumpre por falta de fiscalização, o objetivo final é extremamente prejudicado. Então, entendo que na configuração da estrutura do Conselho e das suas atribuições – deve dar-se, no meu entender, através de uma lei complementar ou propriamente lei ordinária – devamos nos debruçar sobre essa questão, ou seja, a forma de fiscalizarmos as metas a serem aplicadas aos Estados e Municípios.

E de igual forma acho que, no que se refere à criação do Fundo, é o **start**, o ponto de partida. Mas também devemos – e aí sugiro diretamente a V. Exª, Relator Deputado Roberto Brant – acoplar à criação do Fundo programas de Governo, seja das esferas estaduais ou municipais. Se houver na pessoa do governante o interesse efetivo de erradicar e combater a miséria e a pobreza nas suas localidades, nas suas regiões, o Governo tem que estar comprometido, apoiando através de programas de Governo.

Trago nesse momento o exemplo do Governo do Estado da Bahia. Nesta semana, na segunda-feira, o Governador lançou um programa denominado Faz Cidadão, que nada mais é do que, identificados os 100 Municípios mais pobres do Estado da Bahia, tentar fazer com que inicialmente os 50 Municípios, de acordo com os índices estipulados pelo Governo através da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social, tivessem ações articuladas por parte da Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Indústria e Comércio, ou seja, que o próprio Governo, através de várias ações, conseguisse trazer para os Municípios índices melhores ao longo de um ou dois anos. E isso eu explico da seguinte forma. Se fazemos a transferência direta àqueles que estão realmente necessitados, tomando por base e como exemplo os Estados do Nordeste, veremos que às vezes facultamos o recebimento de certo valor pecuniá-

rio, valor financeiro, mas a pessoa que mora no campo, que não tem, por exemplo, nem água para beber, continua passando por sérias dificuldades, ao passo que, se tivéssemos, ao lado do repasse financeiro, uma mobilização de Governo para, por exemplo, perfuração de poço que facilitasse a criação de bichos ou de uma cultura de subsistência, já estaríamos, com esse programa, melhorando sensivelmente ao longo dos anos a qualidade de vida daquela pessoa e da sua família.

Então entendo que essa questão é importante, mas devemos também comprometer os Governos estaduais e os Governos municipais com programas votados para isso. Não sei como, Deputado Roberto Brant, podemos amarrar esse tipo de recomendação, talvez em um segundo momento, na elaboração da lei de criação do Conselho Nacional de Solidariedade, mas acho importante não nos restringimos apenas à criação do Conselho e à administração do Fundo. Temos que fazer com que os Estados e Municípios promovam programas integrados para a erradicação e o combate à miséria.

Trago o exemplo do Estado da Bahia, do Faz Cidadão, que é um exemplo extremamente vitorioso, possível, pragmático. Todos aqueles que desejam estabelecer convênios com esse fundo terão que fazê-lo não apenas na criação de seus conselhos que já existem através da LOA, mas também através de programas do próprio Governo.

Trago ainda como indagação a V. Exª, Sr. Relator, duas questões. Primeiro, nas duas fontes de receita do Fundo, V. Exª coloca a questão da CPMF e do IPI sobre produtos supérfluos. Queria saber em uma e em outra qual é o valor estimado da arrecadação? Associado aos fundos criados pelos Municípios e Estados, teremos um valor agregado de maior porte, mas, diretamente com relação a essas duas fontes, qual é a previsão que se tem de receita? Segundo ponto, segundo o §2º do art. 1º, "compete ao Conselho Nacional de Solidariedade aprovar o planejamento das ações de combate à pobreza, definir o universo dos benefícios, autorizar a aplicação dos recursos e submeter o orçamento ao Congresso Nacional.

Essa remessa do orçamento ao Congresso Nacional é, necessariamente, para ser discutido e aprovado. Ou seja, nós não podemos amarrar. E eu já ouvi alguns colegas aqui exporem essa preocupação: se o Congresso irá votar, nós vamos ter que direcionar quais as áreas. Então, preocupa-me de certa forma essa locação, pelo menos de fixação de um mínimo de 80% ou de 70% dos recursos para o repasse direto, porque, num segundo momento, nós podemos estar vendo que esse recurso no segundo ano já não estaria sendo necessário e, sim, investimentos nas áreas de creches, e outras áreas correlatas ao combate à pobreza.

Então penso que nós não nos esgotamos, Sr. Presidente, caro Relator e membros da Comissão, nossa discussão apenas na elaboração da PEC da criação do Fundo e, sim, de forma paulatina, mesmo porque teremos que apreciar os orçamentos anualmente.

Eram essas colocações que eu gostaria fazer e irei trazê-las por escrito, para que essas sugestões sejam possivelmente aceitas pelo nobre Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Antes de passar a palavra ao nobre Relator, gostaria de dizer a todos os Srs. Deputados e Senadores que já determinei a distribuição dos procedimentos para apreciação do relatório final. Espero que todos possam já estar com esse documento em mãos e possamos segui-lo de forma bem disciplinada.

Com relação ao pedido de vistas coletivo feito pelo Deputado Marcondes Gadelha, concedo dizendo que o dia 17 será a votação final.

Com a palavra o Relator, ilustre Deputado Roberto Brant.

O SR. ROBERTO BRANT – Vou responder do fim para o começo.

Eu já estava convencido, pela colocação do Deputado Marcondes Gadelha, sobre a necessidade de amarrar um pouco. Agora, V. Exª me deu o argumento final. Porque é evidente que o Conselho não pode se sobrepor ao Congresso. Então o Conselho vai submeter ao Congresso, anualmente, a Proposta de Orçamento, que, evidentemente, poderá ser alterada. Com esse argumento nós não temos saída, vamos ter que vincular na Emenda Constitucional a repartição dos recursos. Ponto um, estou de acordo.

Segundo, previsão de recursos das fontes. No atual estágio de funcionamento da economia brasileira, esses recursos dariam alguma. O CPMF dará de 3,8 a 4,2 bilhões. Os cinco pontos adicionais sobre bebidas e cigarros já foi calculado, dá R$ 250 milhões por ano.

Os cinco pontos percentuais sobre produtos supérfluos não podem ser calculados porque nós não temos a lista, que vai ter de ser elaborada pelo Ministério da Fazenda oportunamente. Mas, de qualquer maneira, esse Fundo não terá nunca menos que quatro e meio bilhões de reais na fonte federal.

Quanto ao problema de integração com Estados e Municípios, está no relatório. O problema é que o relatório é grande, tem um capítulo só dizendo isto: que esse programa só pode ser executado e ter êxito se for uma integração total entre Estados e Municípios. E mais do que isto, com as entidades da sociedade ci-

vil. Ninguém pode imaginar um programa que atinge 24 milhões de pessoas monitorado aqui de Brasília. Isso é a Sociedade São Vicente de Paulo, é a Igreja, são as APAEs... Eu apenas estou dizendo que entidade para participar disso tem que, primeiro, ter tradição no setor. E eu coloco até as três condições, porque não podem ser entidades indicadas, que tenham tradição no trato do problema, porque se não vai se criar instituição filantrópicas **ad hoc** só para se habilitar ao programa. Não pode. Tem que ser instituições com tradição, idoneidade, etc.

Agora, quanto ao controle, é um capítulo do relatório. Vou até, rapidamente, dizer o que eu escrevi: "O desenho das ações pode estar corretos, os recursos podem ser suficientes e desembolsados regularmente, mas os resultados podem frustrar-se e os objetivos finais não serem atingidos. Para ser eficaz, essas ações necessitam de acompanhamento e avaliação permanentes que incluam não apenas os aspectos formais da aplicação regular e correta dos recursos públicos sob o ponto de vista contábil e legal. É indispensável o controle dos aspectos substantivos, que incluem: seleção de famílias, avaliação das suas condições de vida, avaliação da qualidade das instituições locais, creche, pré-escola, escola fundamental, avaliação do rendimento das crianças, envolvimento das comunidades e tantos outros elementos que influirão nos resultados finais. Para isso o fundo vai dedicar uma pequena parcela dos seus recursos para montar esse sistema, porque não há paralelo no Brasil e em nenhum outro país do mundo. Vamos ter de começar do zero. Esse Conselho terá uma secretaria técnica para ajudar. Mas ele terá um núcleo de acompanhamento e controle que terá de estar permanentemente em todo o Brasil. Isso terá de ser criado.

Esse é o ponto que considero nº 1 da questão.

Nós, aqui, estamos dando o primeiro passo; destacando o recurso e dando uma filosofia. É a execução à vida. É a realidade que vai determinar a medida do êxito ou do fracasso do programa.

Então, estou inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marchezan. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Félix Mendonça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobre Relator, prezados Colegas, é claro que não vou emitir uma opinião mais detalhada neste momento, até porque, há pouco, tive a honra de ser guindado como membro desta Comissão no lugar do nobre Senador Renan Calheiros. E não tive oportunidade de participar, desde o início, dos trabalhos, eu diria até extraordinários, desta Comissão.

É lógico que, pelo relatório aqui distribuído, poderemos, nos próximos dias, oferecer sugestões de acordo com os prazos aqui estipulados para ver como poderemos colaborar em relação ao relatório apresentado.

De antemão, eu gostaria de externar uma preocupação. Ao analisarmos este relatório, ao nos deter no mesmo é que chegaremos à conclusão se ele merece ou não.

Sempre defendi a tese de que devemos defender a descentralização das ações sociais no País para interiorizar o desenvolvimento; interiorizar as ações sociais em todos os sentidos, para se evitar com isso que as nossas grandes metrópoles tenham cada vez mais problemas. Hoje eu defendo a tese de que as grandes metrópoles detêm três vezes os problemas sociais. O problema de infra-estrutura o que atinge? Moradia e segurança. São três grandes problemas.

Se interiorizarmos, se procurarmos formar diques e fazer com que as pessoas sintam-se bem onde estiverem, quer dizer, sintam-se bem com educação, com saúde, com emprego e com a sua moradia, se usarmos os instrumentos da interiorização, estaremos aliviando as grandes metrópoles. Este, então, no sentido macro, é o ponto de vista que defendo. Em todo caso, iremos analisar se é possível se inserir alguma medida nesse sentido, e eu tentarei apresentá-la.

Para finalizar a minha participação, que é breve, quero dizer, Sr. Presidente Maguito Vilela, que, na pessoa de V. Exª; na pessoa da Vice-Presidente, a Senadora Marina Silva; e na pessoa do Sr. Deputado Roberto Brandt – e, ao me referir aos três, estou-me referindo aos demais membros da Comissão –, eu gostaria de deixar aqui um voto de louvor. Eu nunca vi uma Comissão funcionar com uma eficiência como esta! Ela foi instalada há poucos dias, se comparada com outras Comissões no Congresso Nacional, e já tem seus efeitos; vai para o Rio de Janeiro, vai para o Nordeste. Ainda ontem, cheguei atrasado de Santa Catarina, mas em torno das 8h, eu já estava no contorno de Brasília, visitando aqui, visitando lá, e já com o relatório apresentado, ou seja, já com algo prático e eficiente.

Nesses momentos finais, eu gostaria de trazer à Comissão um voto de louvor para algo que, de antemão, já se vê que é procurar ir ao encontro daquelas pessoas que mais precisam; ou seja, das pessoas que têm menor poder aquisitivo neste País – e que são milhões! O Congresso Nacional está se acordando para isto, para ir ao encontro e dar o primeiro passo.

Sr. Presidente, antes de emitir qualquer opinião, uma vez que temos prazo para inserir no relatório alguma proposta, desde já transmito ao Relator, a V. Exª e aos demais membros os nossos sinceros cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço as palavras elogiosas de V. Exª; elas realmente nos comove. Esforçar-nos-emos, ao máximo, para que, ao final, tenhamos uma peça que venha ao encontro dos anseios do povo brasileiro.

Concedo a palavra do Deputado Relator Roberto Brant.

O SR. ROBERTO BRANT – Nobre Senador Casildo Maldaner, quero dizer a V. Exª que foco do relatório está voltado para a população indigente, que soma, hoje, no Brasil, cerca de 23,6 milhões de pessoas – grosso modo, 24 milhões de pessoas. Quase metade dessas pessoas estão na zona rural, Senador. Cerca de 10,4 milhões de pessoas estão na zona rural, ou seja, 45% dos indigentes, enquanto que 10 milhões estão nas cidades menores e só 3 milhões na região metropolitana. É por esta razão que sugiro, no relatório, que o Programa comece onde está a maior concentração de pobreza. Assim sendo, indubitavelmente, o Programa tem que começar, a meu ver, no Nordeste, mais especificamente na zona rural e, a partir daí, caminharmos em direção à zona urbana e, por último, à zona metropolitana.

Se eu fosse tratar da pobreza, a equação não seria exatamente esta, uma vez que há grande concentração de pobreza nas regiões metropolitanas, mas realmente a indigência nas grandes cidades é muito menor do que o é na zona rural e nas pequenas cidades. E como o Programa é para 24 milhões de pessoas, não passa pela cabeça de ninguém que isso vá ser implantado da noite para o dia, atendendo todo um universo. Deste modo ele vai ter que progredir – e V. Exª tem razão –, mesmo porque temos que focar exatamente onde está concentrada essa população que queremos atingir.

Esse relatório é farto em dados, e fiz questão de mostrar todos os dados que passaram pela minha frente – sem querer ser cansativo, quero dizer que há oito tabelas que mostram a estrutura da pobreza e da indigência no Brasil por Unidade da Federação, por zona urbana, por zona rural. Existem dois anexos que corroboram esses dados, inclusive com a evolução desses dados no período compreendido entre 1990 e 1997. Veremos que o Brasil tem até melhorado um pouco, porém menos que o necessário.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Federal Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Relator, alio-me aos nobres colegas Deputados e Senadores no elogio a V. Exª por esse trabalho meticuloso e abrangente, também com relação à questão da nossa proposta aqui, iniciada pela proposta de emenda constitucional do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Li rapidamente o relatório, pois o recebemos agora. Mas quero fazer algumas considerações, às quais as enviei pessoalmente a V. Exª.

Quanto à primeira questão, eu a dividiria em três aspectos: o primeiro, é a questão conceitual; o segundo, seria a questão política e o terceiro, a questão programática. Observe V. Exª que não estou falando em fundos, em dinheiro, em repartição de fundos, descentralização ou algo parecido. Por quê? Porque primeiramente o brasileiro – e aqui não podemos ser melhor do que nosso povo, afinal viemos dele – precisa estar consciente de que existe pobres, indigentes, pobres dos pobres, os mais miseráveis dos pobres. Quais são os mais miseráveis dos pobres no Brasil? São os desnutridos infantis, que precisam de uma conceituação no combate à miséria e à fome. E penso que a nossa Comissão está no ponto, devido ao gabarito e ao interesse de todos que aqui vieram e estão participando com o intuito de chegar a essa conclusão. Então, que conclusão é essa? Primeiro, estamos com os mais miseráveis dos miseráveis, vítimas da desnutrição infantil: as crianças que, quer estejam na barriga das mães pobres e carentes, quer tenham até 6 anos de idade e que tenham problemas multicarenciais micro e macronutricionais. O que quero dizer com isso? Nessa fase que devemos decidir, na Comissão, no meu entender, na questão conceitual, que é o seguinte: a desnutrição infantil é anterior ao desenvolvimento econômico ou este é anterior á desnutrição infantil? Porque caracterizei muito bem que existem alguns congressos da ONU, UNICEF e FAO que já declararam que, para se ter o desenvolvimento econômico e social, primeiramente, há que se acabar com a desnutrição infantil. O desenvolvimento econômico e social, em nível macroeconômico, apesar de todos os esforços que têm sido feitos em alguns países do mundo, não chega lá se não se acabar com a desnutrição infantil.

Primeiro, se a desnutrição infantil acabar ou diminuir extremamente, criar-se-ão os mecanismos para que possamos chegar ao desenvolvimento econômico-social, vai ser mais fácil chegar lá. Se não se chegar a essa conclusão – acredito que a nossa Comissão tem gabarito para entender essas coisas –, estaremos patinando eternamente nessa luta de quem é que gasta mais ou menos, quem é que vai ficar ou não com o bolo, se se gasta muito ou não com

a área social. Assim, conceitualmente, considero isso importante para a nossa Comissão.

O segundo ponto a ser considerado é o político. Há muita coisa no relatório de V. Exª que nós, do PSDB, da base governista, vamos ter de evidentemente concordar, porque a Comissão é um órgão político, em uma Casa política, e os nossos partidos vão ter de trabalhar essa questão. V. Exª é de um partido; nós estamos em nossos partidos políticos. Como o Relatório é político, devemos ter as nossas relevâncias, para mais ou para menos, com relação ao que está inserido no relatório.

Finalmente, a terceira questão é a programática. Dentro dos programas de combate à pobreza, como chegaremos lá? Sugeri que, na nossa Comissão, fosse criado um mecanismo, porque o combate à pobreza envolve basicamente três Ministérios: Saúde, Agricultura e Educação. Sabemos como é a estrutura gerencial do Brasil; é muito difícil a interferência de um no outro. Se não tivermos uma grande força nesta Câmara e neste Senado para que possamos tirar os estanques desses ministérios, jamais faremos uma política séria de combate à desnutrição infantil e à pobreza no Brasil e, daqui a 15 anos, outra Comissão vai-se reunir.

Então, Sr. Relator, eu queria caracterizar muito bem isso, porque senão seguirmos determinados parâmetros – evidentemente não tenho a verdade na ponta da língua, estou aqui para discutir com os Colegas –, não chegaremos a qualquer conclusão jamais. Faremos o Fundo. Vai haver aquela confusão de que o Prefeito do Partido A está usando do dinheiro para combater a miséria, e o do Partido B não está, ficando aquela loucura em um nível que o pobre não merece, e nossa Comissão poderá transformar-se em um fiasco.

Assim, enviei correspondência ao nobre Relator e a cada Membro da Comissão. Acho completamente fora de sentido falarmos de pobreza e miséria, sem caracterizarmos o que seja isso. Uma pesquisa de 1996 caracterizou, em todas as linhas, que, da classe A à classe E, no Brasil, existem deficiências micronutricionais. Então, sugeri a mineralização do solo. Penso que, se não melhorarmos a qualidade física, psíquica, mental e emocional do brasileiro, não conseguiremos nunca chegar ao desenvolvimento econômico-social.

Esse é um outro ponto que também está inserido na parte programática. Gostaria que, além de elogiá-lo, que V. Exª relevasse também esses pontos, porque, de novo, colocaremos isso por escrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – O Relatório, infelizmente, só ficou pronto às 9 horas da manhã. De modo que muitos dos pontos que V. Exª coloca estão tratados adequadamente.

Por exemplo, a questão da nutrição infantil é uma peça fundamental na proposta do relatório. Vou até ler um texto, já na proposta final:

"Crianças entre 0 e 3 anos, vivendo em famílias cuja renda está abaixo da linha de indigência, são insuficientemente alimentadas e tratadas, o que prejudica de modo permanente o seu desenvolvimento orgânico e, em especial, o desenvolvimento de suas células cerebrais, o que as tornará, de modo irremediável, inaptas para as etapas posteriores de educação e socialização.

Essas crianças, mesmo quando alcançadas ulteriormente pelo sistema educacional, terão déficit de entendimento e compreensão que as colocarão sempre em desvantagem.

Tais crianças vão ser tratadas da seguinte forma: suas famílias terão um bônus de solidariedade, com um valor médio de R$75,00, receberão uma cesta de nutrição infantil e serão pesadas e avaliadas mensalmente. Por quê? Porque é no posto médico que a mãe receberá o bônus. Ela terá de ir ao posto todos os meses. Como vamos montar esse programa na prática? Não somos nós, do desenho constitucional, que vamos fazê-lo, mas está tudo aqui.

Evitamos fazer recomendações genéricas, como V. Exª citou. Resolvemos focar nossa preocupação, fazendo um programa de transferência de renda aliado ao desenvolvimento, à socialização e à educação das crianças da população indigente. Estamos definindo quem é pobre e quem é indigente. Determinamos a linha de pobreza e a linha de indigência. Estamos definindo com bastante precisão a população a ser atingida nessa primeira fase.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy, que deseja fazer uma comunicação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Tendo em vista que V. Exª e também a Deputada Luiza Erundina acharam positiva a sugestão, gostaria de dizer que, na visita que faremos sexta-feira a São Paulo, estamos incluindo – se todos estiverem de acordo – das 10h15min às 12h15min, uma visita à Cadeia de Pinheiros, onde estão os menores da Febem. Queremos estabelecer um diálogo com os menores, tendo em vista que seu problema constitui-se num dos mais graves já registrado no País, de extraordinária repercussão. A sugestão que estou formulando é para que tenhamos um diálogo com os menores, que pode ser no pátio do "Cadeião", e que demonstre que os mem-

bros desta Comissão resolveram ouvir um pouco de suas histórias e de suas condições.

Lembro-me de que o Governador Mário Covas resolveu desativar inteiramente as instalações da Febem na Imigrantes, transferindo alguns dos menores para outras instalações, boa parte para o "Cadeião" de Pinheiros, que não é um lugar adequado. Sob o ponto de vista legal, é um lugar provisório. Não se tem registrado qualquer tipo de abuso ou violência contra os menores naquele local, mas não é a instalação mais adequada.

Sendo acatada a sugestão, gostaria de dizer que a visita será, então, inserida em nosso cronograma de visitas para a sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A sugestão de V. Exª foi acatada.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Gostaria ainda de indagar o Relator, Dr. Roberto Brant, sobre uma questão mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Antes de V. Exª indagar o Relator, quero determinar à Secretaria que tome as providências necessárias para incluir a visita à Febem. Gostaria que, previamente, consultassem o Governador Mário Covas sobre possíveis impedimentos.

Houve uma falha minha. O Deputado Felix Mendonça também estava inscrito e, no momento em que foi chamado, não se encontrava. Em função do retorno de S. Exª, gostaria de dar-lhe a mesma oportunidade que dei aos outros. O Deputado Felix Mendonça estava prestigiando seu conterrâneo Rui Barbosa.

Concedo a palavra, então, ao Deputado Felix Mendonça.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Fico na repescagem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. FELIX MENDONÇA – Quero, aqui, elogiar o pragmatismo do nosso Relator, Deputado Roberto Brant, sobretudo quando ele coloca em evidência a parte mais sofrida da população, a parte da indigência. Ele sabe, na realidade, que não podemos atingir a todos. Ele, no seu relatório, mostra isso e transforma, assim, o seu projeto num projeto viável, porque também busca encontrar, no seu projeto, fontes que não aumentem os impostos, o que quer dizer. E também ele participou, aqui, ativamente, mas, sobretudo, buscou o apoio do Poder Executivo lá, exatamente, nos órgãos mais ligados a esse setor. Esse pragmatismo nos dá a idéia de que o idealismo de V. Exª e a competência se juntam a essa forma para fazermos e levarmos, ainda este ano, para Plenário, esse projeto.

Quanto a isso, sem dúvida, o Presidente tem colaborado conosco, a Vice-Presidência, no sentido de que, ainda este ano, possamos aprovar esse projeto que tem dado resultados já imediatos. Na Bahia, por exemplo, o Governador da Bahia, fez um programa, um programa de grande envergadura, o programa "Faz Cidadão", que já deslocou para os cem municípios mais pobres da Bahia todos os recursos disponíveis no Estado, já com distribuição de ambulâncias, com médicos, com alimentos, enfim, com toda a sistemática de distribuição direta para a área de pobreza e com uma sistemática de uma lógica de desenvolvimento. E criando uma inovação, que é o agente promotor, jovens treinados para levantar o nível de conhecimento e de emoção em que vive a pobreza, de tal forma que ela sinta também a vontade de sair da pobreza e participar com a comunidade inteira, de cada município desses, orientada por esses jovens que são agentes de promoção do desenvolvimento, no sentido de que se faça, digamos assim, esse passo a mais para vencer a pobreza, o que quer dizer, os recursos do estado designados para esses cem municípios onde a pobreza é mais clara. E tecnicamente foi identificado. Não há política nisso. A política aí é da pobreza.

É sem dúvida que vamos, aqui, atingir o nível da indigência, imediatamente, conforme está no nosso projeto. E, depois, o nível da pobreza em si, estaremos atingindo já uma grande parte.

É claro que essa linha de pobreza é uma linha móvel. Eu estava vendo numa reportagem na **Folha de S.Paulo**, sobre a pobreza nos Estados Unidos. Essa linha, no caso dos Estados Unidos, desloca-se de tal forma que é dez vezes a linha de pobreza que identificamos para nós, brasileiros. Para você ter uma idéia do que é dez vezes, se eu tiver a altura dez vezes maior do que eu, eu estarei na altura de um edifício de cinco andares, quatro andares. Por aí, você tem a idéia de qual é a dimensão, qual é, digamos assim, o GAP entre a linha de pobreza nossa e a linha de pobreza num país desenvolvido. O que quer dizer, isso aí é o nosso primeiro passo, que queremos que essa linha de pobreza, que define o nível atual, seja cada vez mais elevada. E, sem dúvida, vamos conseguir isso com o trabalho que esta comissão fez, que esta comissão realizou. Esse trabalho é, sem dúvida, um esforço de todos. Essa idéia de Antonio Carlos Magalhães, de fazer esse projeto, de Marina Silva, de fazer esta comissão, esta comissão que está presidida por Maguito Vilela, que tem experiência e vivência no trabalho, e pelo relator, como vem-se colocando, aqui, de forma pragmática, é, sem dúvida, aquilo que todos os parlamentares nos perguntam: isso é, na verdade, eficiente? Isso vai ser objetivo? Vai ter resul-

tado? E podemos dizer nesta Casa que, sem dúvida, vamos ter resultados eficientes, eficazes, e vamos dar uma grande contribuição para a melhoria do nível de pobreza deste nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedemos a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ROBERTO BRANT – Apenas para ressaltar que foi muito bem colocado que a linha de pobreza é uma linha móvel. E escolher a linha de pobreza já é um sinal da nossa pobreza, porque quando escolhemos uma linha de indigência de R$40 de renda familiar **per capita**, considerando que o dobro disso é que é a linha de pobreza, R$80, na verdade, isso é muito baixo. Mesmo quem tenha uma renda de o dobro ou o triplo disso não terá acesso aos bens fundamentais da vida moderna.

Essa é uma luta permanente de gerações e gerações. O dia em que tivermos uma linha de pobreza, uma linha de indigência, em que as pessoas já terão as condições fundamentais de sobrevivência segurados, aí o País realmente terá dado um grande salto, mas é um salto que não termina nunca, porque é como a condição humana: ela só se sacia com a eternidade.

A SRA. MARINA SILVA – Isso significa que a nossa linha de pobreza já é uma pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exatamente.

Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, gostaria de lembrar que teremos sessão daqui a pouco. Temos a viagem para São Paulo ainda hoje. Amanhã e depois esta Comissão estará em São Paulo, com uma programação bastante extensa. Sábado, pela manhã, no Rio de Janeiro, concluindo, portanto, o ciclo de audiências públicas.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar após o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como primeira sugestão, sugiro encaminhar, de pronto, o relatório do Deputado Roberto Brant para o Prof. Celso Furtado, para que ele possa receber e, quem sabe, fazer uma reflexão quando da audiência no próximo sábado. Queria muito recomendar ao Deputado Roberto Brant que nos esteja acompanhando. Faço essa sugestão, mas se não for possível, teria oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Ele já garantiu a remessa do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Segundo, na medida em que o Deputado Roberto Brant assume, no seu relatório, que a linha de pobreza é de R$80 **per capita**, conforme sugestão do IPEA, a linha de indigência, de R$40, e como tem por objetivo que, no mais breve espaço de tempo, não haja mais indigentes, ou seja, que possamos providenciar a transferência de recursos necessários para todas aquelas famílias em condições de pobreza de tal forma que, pelo menos, não haja mais qualquer família com remuneração inferior ao nível de indigência, então o formato adequado de atingir tal objetivo seria exatamente a proposta tal como foi aprovada pelo Senado, ou seja, cada família cuja renda não atinja o patamar definido no seu relatório passaria a receber um complemento de renda, calculado exatamente para que nenhuma família obtenha menos que "x" reais.

Gostaria de assinalar que o objetivo pode ser alcançado por essa situação, ainda que venhamos a debater isso em maior detalhe. Também gostaria de dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, e penso que dos demais Partidos de Oposição, vamos estar apresentando sugestões na linha do que disse o Senador Roberto Saturnino, no sentido de se ter um fundo com uma tributação que leve em consideração o princípio da progressividade. Ou seja, aqueles que detêm mais possam contribuir para a erradicação da pobreza.

Gostaria de fazer uma indagação: quando V. Exª propõe 0,8 de CPMF, está considerando que a CPMF porventura existente nos próximos dez anos seja apenas de 0,8% ou a proposição é de uma CPMF inferior a 1%, de 0,8%, conforme aqui está proposto e para apenas esta finalidade? Se, no seu ponto de vista, seria essa a sua proposição e por que essa pergunta? Porque a CPMF, até na experiência recente do Brasil, quando colocada em forma exagerada acaba por resultar em certas distorções no sistema econômico.

O SR. ROBERTO BRANT – Deixe-me apenas responder a esta questão, que foi um assunto muito debatido dentro do Governo.

Hoje, a CPMF é de 0,38%, até 18 de junho do ano 2000.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na sua proposição, seria 0,08%?

O SR. ROBERTO BRANT – Não. Seria 0,8% e a partir de 30 de junho. Essa parcela de 0,8% deixaria de existir dia 19 de junho do ano 2000. Como não queria afetar a forma de financiamento do setor público como está, peguei esse recurso com o qual não se conta a partir do dia de 19 de junho. Mas se a CPMF continuar sendo, para o Governo, de 0,30%, não é problema nosso. Ficaria 0,30% mais 0,08%, ou seja, 0,38% no total. Se a CPMF for extinta, ficará de 0,8%. Está certo?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas seria 0,80% ou 0,08%?

O SR. ROBERTO BRANT – É 0,08%, claro. Hoje são 0,38%, até dia 18 de junho, quando passará a 0,30%. Estamos impedindo que esses 0,08% caduque e passe a vigorar por dez anos para alimentar esse Fundo.

Se o CPMF for acolhido na reforma tributária e se mantivesse com sua alíquota normal, que é de 0,3%, então a população vai pagar o que já paga hoje, que é 0,38%. Por isso é que disse que não estamos acrescentando carga tributária adicional.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela.) – Gostaria de alertar que essa foi uma apresentação preliminar e penso que todos irão se debruçar nesse relatório. Devemos encerrar a reunião, mas não sem antes, naturalmente, ouvir a questão de ordem da Senadora Marina Silva e uma observação do Deputado Euler Morais.

A SRA. MARINA SILVA – Serei breve, Sr. Presidente.

Primeiro, gostaria de falar com relação aos horários das reuniões do dia 16 e 17. Gostaria que já pudéssemos aqui instituir, porque vamos ter que trabalhar mais ou menos dentro de uma disciplina, tanto das nossas atividades nas Comissões e Plenário quanto nos debruçar sobre o relatório, que é muito grande.

Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar o Relator pelo trabalho que fez e registrar que, – ainda não entrando no mérito das questões, embora algumas já sejam de conhecimento pelos debates que aqui tivemos durante esses 90 dias – na linha do que colocou o Senador Suplicy, nós, dos Partidos de Oposição, estaremos nos reunindo – inclusive com outros senhores parlamentares que até formaram um espírito de cooperação acima dessa idéia de Oposição e Governo – para apresentarmos sugestões em cima do relatório, porque durante toda essa discussão, nós, pelo menos um grupo de parlamentares, já trabalhamos com a idéia de se fazer um destaque no orçamento para o ano 2000, tanto é que colocamos uma Emenda abrindo uma janela orçamentária no valor de R$1,5 bilhão, há a proposta de uma reunião com o Relator da Comissão de Orçamento para fazermos a ampliação desses recursos, porque, se ao fim, tudo isso aqui for aprovado e não tiver recurso para a realização dessas demandas, a esperar ainda pela aprovação das leis, vamos estar tendo um retardamento nas ações. Considero isso fundamental. Então, o debruçar-se sobre esse relatório significa uma contribuição para que os trabalhos dessa Comissão possam efetivamente estar dando à sociedade brasileira uma oportunidade de debater.

Uma outra sugestão que coloco é que as entidades que estão acompanhando a Comissão – a CNBB, inclusive, já manifestou o desejo de ter acesso ao relatório –enviarão observações e contribuições, o que considero justo, porque, afinal de contas, estamos propondo recursos que serão geridos por um conselho. Esse conselho terá a representação da sociedade civil, que está querendo saber quais os tipos de propostas que estamos apresentando.

Então, como o Sr. Relator já nos deu o disquete, estou encaminhando-o à CNBB, que o encaminhará às entidades que queiram conhecer o relatório final.

A Comissão, nesses cinco dias, ainda que seja pouco, tem de estar aberta a receber as contribuições para o nosso relatório, já que teremos três dias para debatê-lo e aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao Deputado Euler Morais. Peço a V. Exª que seja breve, porque temos ainda muitos compromissos.

O SR. EULER MORAIS – Sr. Presidente, normalmente tenho sido o último a falar e tenho procurado ser breve.

Agradeço a oportunidade e quero, pelo menos, fazer uma manifestação. Em primeiro lugar, cumprimento o nosso Relator que, tenho certeza, fez um grande esforço para traduzir o trabalho desta Comissão, bem conduzido pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.

É claro que não nos aprofundaremos, Sr. Relator. Sei que isso já representa um grande passo, um grande avanço, uma grande referência, mas o trabalho desta Comissão quase que se inicia agora. No meu entender, não podemos ter a perspectiva de pensar que esta Comissão está concluindo o seu trabalho, ainda que apresentando algumas emendas, sugestões e aprovando seu relatório, tampouco transferindo eventualmente o acúmulo de experiência, de responsabilidade e de sensibilidade que adquirimos para um conselho que está sendo proposto.

Continuo a defender a idéia de que consideremos a possibilidade de que haja uma comissão, se não permanente, pelo menos com um prazo temporário de dez anos. Não sei se a sugestão deveria ser incluída no relatório ou se esse assunto seria discutido depois, na finalização do nosso trabalho.

No entanto, quero ressaltar, Sr. Relator, que considero, pessoalmente, sem nenhuma crítica, que o nosso relatório ainda apresenta algumas lacunas que precisarão ser realmente esclarecidas.

Primeiro, ao se propor a criação de um fundo com 75% dos recursos destinados a bônus de solidariedade, e os demais 25% sem uma indicação tão cla-

ra de quais as outras ações necessárias para complementar o esforço de erradicação...

O SR. – *(Intervenção fora do microfone)*

O SR. EULER MORAIS – Vejo aqui. Está expresso na página 119 o seguinte: "Os recursos seriam destinados à implantação e à operação de creches, pré-escolas, condições habitacionais, frente de trabalho, aquisição de terra". Considero isso, com toda a sinceridade, ainda muito genérico. É claro que há uma preocupação importante com a criança, mas a pobreza não pode se restringir apenas à criança. Temos famílias em que há adultos que não estão sendo contemplados e que estão passando fome.

Precisamos, também, explicitar como vamos nos defrontar cronologicamente, nesses dez anos, com a questão da fome das famílias. Quer dizer, estamos analisando um aspecto estrutural de investirmos na criança, o que é extremamente importante. Mas penso que essa questão precisa ficar mais explícita.

O segundo ponto é a questão da aquisição de terras no Nordeste, feita de forma explícita. Esta Comissão deveria também dar alguma contribuição no sentido de clarificar qual a diferença, qual a ação necessária. O próprio INCRA e o Ministério da Reforma Agrária têm recursos para a aquisição, e não só para a desapropriação. Estaremos somando aos recursos do Ministério ou seriam recursos à parte?

Queria apenas fazer essas observações iniciais, porque temos de considerar a questão das famílias com idosos, que, às vezes, não têm realmente filhos em condições de se apropriarem dessas possibilidades de benefício. Temos de definir qual é a cronologia de enfrentamento da fome, da indigência e da pobreza. Estabelecemos dez anos, mas há ainda alguma referência, porque não podemos deixar para o conselho, que não participou dessa reunião, internalizar talvez um pouco a experiência do que aqui nós vivenciamos.

Portanto, são algumas primeiras observações. Cumprimento-o pelo seu esforço com a certeza de que o senhor procurou ser o mais fidedigno possível quanto a tudo aquilo que foi aqui discutido.

Uma última observação: fiquei em dúvida na apreciação das propostas que estão transitando nesta Casa quanto aos desdobramentos que elas terão **a posteriori**, na medida em que poderão ser aprovadas ou não; se a Casa terá o foro – quem sabe a própria Comissão – para ajudar a analisar tais propostas, se elas virão a ser coerentes ou não com aquilo que a Comissão estará aprovando no seu relatório.

O SR. ROBERTO BRANT – Em primeiro lugar, quanto à questão da fome, está implícito: para que é a transferência de renda pelo bônus? Para complementar o iato de insuficiência de renda. Que iato de insuficiência de renda é esse? É a parte da renda que falta para inteirar que a pessoa chegue a linha de indigência, que é considerada, teoricamente, capaz de propiciar à família os alimentos para ela se manter com as 2.000 calorias diárias.

Então, na verdade, apenas, não coloquei o problema da fome como explícito, mas, em vez de dar cesta básica, estamos dando uma renda que a família vai usar, predominantemente, para complementar suas necessidades nutricionais.

Então, na verdade, está embutida. Foi a mesma crítica que o Senador Antonio Carlos Magalhães me fez. Mas o bônus é para a família, não é para as crianças. Agora, entre escolher família com criança ou sem criança, foi uma escolha que fiz. E assumo porque trata-se de uma política estrutural de incluir essas pessoas.

Para as pessoas idosas, acima de certa idade, tem-se o benefício de prestação continuada na LOAS. Estamos sugerindo, aqui, que se aumente o limite para que as pessoas possam se habilitar para esse benefício: em vez de ser como é hoje, que é ¼ de salário mínimo, que seja 1/3 do salário mínimo para ficar compatível com o grau de focalização que temos na população indigente.

Então, na verdade – e o Deputado sabe muito bem –, a regra básica da economia é que você tem "N" necessidades; você tem de escolher. Se nós tivéssemos recursos indefinidos ... Na verdade, a idéia foi de um programa estrutural mesmo para evitar que a pobreza se reproduza no futuro. Essa é a filosofia do relatório. Só que essa não é a única ação contra a pobreza, não estamos abarcando todas as possibilidades. Esse conceito de erradicação da miséria ... só se erradica a miséria por meio de programas estruturais; tratados velhos que não têm mais chance de inclusão na sociedade, não é mais erradicar a miséria; é fazer-se um programa assistencial, que é necessário.

Creio que o Governo tem que continuar fazendo isso, porque são seres humanos, como as crianças. Mas a visão do programa, aqui, foi estrutural; ou seja, entrar no fundo do problema estrutural e tentar, com os recursos que existem, atender a isso. Nada impede que esse programa se amplie; esse programa tem que se ampliar todos os anos – essa é a verdade – para atender essas outras faixas, mas, na verdade, não foram omissões, foram escolhas deliberadas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – O nosso último Senador inscrito é o Senador Agnelo Alves, a quem concedo a palavra.

O SR. AGNELO ALVES – Srª Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, quero, inicialmente, felicitar o trabalho feito pela Mesa; o Presidente Maguito Vilela; a Vice-Presidente Marina Silva; o trabalho extraordinário do Relator, que não deve ter sido fácil.

Assaltam-me duas preocupações: primeiro é que não podemos nos iludir: no próximo ano, vamos ter eleições municipais. Os recursos que chegarão aos prefeitos, principalmente nas cidades mais pobres – mais pobres mesmo – poderão ser transformados em arma contra a pobreza na medida em que se transformarão em armas a favor do prefeito. Conhecemos, como ninguém, a cultura política brasileira: vai ter direito a família que for do partido do prefeito. Disso ninguém tenha a menor dúvida. Então, que castigo, que punição, que vigilância, o Relator proferiu aqui anteriormente, que disse não ter nenhuma ilusão de que qualquer vigilância vai ser inútil a partir do Tribunal de Contas. Se vamos pôr recursos nas mãos de Prefeitos de cidadezinhas paupérrimas, não tenhamos dúvidas de que, se os Prefeitos forem do PFL, vão ter direito somente famílias do PFL. Igualmente, se os Prefeitos forem do PMDB, serão beneficiadas apenas famílias do PMDB. Isso ocorrerá com todos os Partidos, sem exceção. E todos nós sabemos disso aqui. Conhecemos como ninguém essa cultura. Então, quero saber qual será o lado punitivo para um Prefeito que cometer um deslize, a fim de haja uma apuração rápida que elimine o crime e puna o criminoso. Sem essa providência, não tenhamos a menor dúvida, vamos apenas engordar os que já estão ricos, enganando os pobres.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, é que não se crie nenhum novo órgão para gerir esse fundo, porque, senão, vamos ter novamente uma árvore cheia de jabutis. E se V. Exªs não sabem o que é jabuti, ele é uma espécie de cágado, que não sobe em árvore. Se ele está lá, alguém o colocou. E, para derrubá-lo, é preciso saber quem o colocou lá, já dizia o Senador Vitorino Freire. Logo, se não fizermos constar na lei que o órgão não pode ter nenhum funcionário novo nomeado, mas tão-somente requisitado, se se fizer necessário entre o funcionalismo já existente, vamos ter, então, completado o quadro.

Dois aspectos, portanto. A árvore de jabutis e os recursos engordando os ricos e explorando os pobres. Os Prefeitos vão usar esse dinheiro na reeleição. Eram essas as observações que queria fazer, pedindo a V. Ex.ª que veja o meio de fazer com que a solução seja rápida, coercitiva e punitiva.

O SR. ROBERTO BRANT – Como sempre as observações de V. Ex.ª são muito pertinentes. Se esse programa fosse um fundo para distribuir recursos para as Prefeituras do Brasil escolherem as famílias e atendê-las, não deveríamos nem estar reunidos aqui, Senador. O nosso relatório deixa muito claro que a execução é feita lá no Município, não pela Prefeitura, mas, fundamentalmente, pelas entidades de sociedade civil, pelos Conselhos Municipais de Assistência Social existentes, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social no Brasil. Os detalhes a que o senhor está-se referindo, como será a punição, isso vai ter de ser feito depois da constituição do fundo. Quer dizer, eu não poderia enquadrar tudo isso aqui numa emenda constitucional. Mas o senhor tem total razão. Se for para transitar por esse caminho do convênio por estar passando por município, tudo isso que o senhor está dizendo vai acontecer em pelo menos metade dos casos. No entanto, esse programa vai ter um núcleo de fiscalização. O dinheiro do fundo vai servir para montar um núcleo de fiscalização visando cobrir o Brasil inteiro, a fim de analisar os aspectos formais e substantivos. Mas esperamos que a execução do Programa seja feito por entidades da sociedade civil e supervisionado pelos Conselhos Municipais. O Prefeito vai participar é claro, como já participa do SUS, mas não como última palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Gostaria de relembrá-los das reuniões de São Paulo amanhã e depois de amanhã e no sábado, pela manhã, no Rio de Janeiro, finalizando com o Economista Celso Furtado.

O SR. EDUARDO SUPLICY– Qual o horário da reunião do dia 16?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Às 14h. Estou convocando reunião para o dia 16, às 14h, para naturalmente continuarmos a discussão e a votação do relatório final.

Agradecendo a todos os Srs. Deputados e Senadores, encerro a presente reunião

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sérgio Prado, da Organização Verde Ver, propôs que se encaminhe ao Relator o projeto do Senador Carlos Bezerra "Brasil Águas Limpas". O Pe. Júlio Lancelotti sugeriu uma ligeira mudança de horário na visita à cadeia de Pinheiros às 13h, então para...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Acabei de falar com o Padre também e disse-lhe que naturalmente a Comissão acatará as determinações feitas por ele em função da tensão existente na Febem. Eu gostaria que V. Ex.ª adequasse os horários e a forma de fazer as reuniões.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Muito obrigado e encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h15min.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretoria da SGAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.357, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017605/99-7,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO DE ASSIS BERNARDO, matrícula 2617, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 1999.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.358, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para promover exame de todas as fitas arquivadas na TV Senado, bem como, decidir a destinação desse material.

Art. 2º Designar para compor a Comissão na qualidade de Presidente a servidora **Marilena Chiarelli,** matrícula 4920; e como Membros: **Deraldo Rodrigues Goulart,** matrícula 5426; **Max Fabiano Barros Gomes,** matrícula 5440; **Edna de Souza Carvalho**, matrícula 5405 e **Leila Daher**, matrícula 5196.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.359, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **RAULINO WANZELLER**, matrícula **2321**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05,** de **SECRETÁRIO DE GABINETE**, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir **de 1º de outubro de 1999**.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.360, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

MULLER MARTINI DO BRASIL LTDA. – Contrato de aquisição e instalação de um alimentador completo de capas abertas para a máquina automática alceadeira/grampeadeira e corte trilateral de livros, revistas e cadernos, marca Muller Martini, modelo 321 - (Processo nº 1414/99-2) - **Titular**: **JOSÉ FARIAS MARANHÃO**, matrícula **0741**; **Substituto: LEOVIRGILDO BARROS SILVA FILHO**, matrícula **3488**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.361, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

M. T. SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. – Contrato para execução de projetos de instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas

(SPDA) - (Processo nº 1322/99-0) - **Titular**: **LÊNIA DE AZEVEDO MAIA PACHECO**, matrícula **3212**; **Substituto: ANTONIO MESQUITA FERNANDES**, matrícula **3037**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.362, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

Magia Gostosa Alimentos LTDA. – Contrato para concessão de espaço físico, localizado no bloco VII da SEEP, para exploração do serviço de restaurante e lanchonete - (Processo nº 1243/99-3) - **Titular**: **CLÁUDIA LUCIANA DE LAMOUNIER BICALHO**, matrícula **3875**; **Substituto: VERA LUCIA MACHADO BARROSA**, matrícula **3967**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.363, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MURILLO EDUARDO F. S. PORTO, matrícula nº 2094, e JOÃO RIOS MENDES, matrícula nº 4959, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 069/99, celebrado entre o Senado Federal e a MAGNATEL - AGÊNCIA E COMÉRCIO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E CINEMA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.364, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 5247, e LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3245, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 065/99, celebrada entre o Senado Federal e a ELEVADORES ATLAS S.A.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/11/99
Diretor da SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.365, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552, e CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 066/99, celebrado entre o Senado Federal e a PAPER HOUSE DECORAÇÕES LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretoria da SAFES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.366, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552, e CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 067/99, celebrado entre o Senado Federal e a SAN DECORAÇÕES E REFORMAS LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.367, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor JOSÉ CARLOS VALÉRIO, matrícula nº 5472, como gestor substituto do contrato nº 021/96, celebrado entre o Senado Federal e a EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.368, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ALDO RENATO BERNARDES ASSIS, matrícula nº 5305, como gestor substituto do contrato nº 57/99, celebrado entre o Senado Federal e a TELAVO IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/1999
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.369, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FRANCISCO JOSÉ VASCONCELOS ZARANZA, matrícula nº 5014, como gestor substituto do contrato nº 056/99, celebrado entre o Senado Federal e a ÁUDIO MERCANTIL LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99

Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.370, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FRANCISCO JOSÉ VASCONCELOS ZARANZA, matrícula nº 5014, como gestor substituto do contrato nº 073/98, celebrado entre o Senado Federal e a PANAVÍDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 26/11/99
Diretor da SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.371, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FRANCISCO JOSÉ V. ZARANZA, matrícula nº 5014, como gestor substituto do contrato nº 04/99, celebrado entre o Senado Federal e a EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.372, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FRANCISCO JOSÉ V. ZARANZA, matrícula nº 5014, como gestor substituto do contrato nº 134/98, celebrado entre o Senado Federal e a PANAVÍDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.373, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor AGNALDO SCÁRDUA, matrícula nº 4068, como gestor substituto do contrato nº 133/98, celebrado entre o Senado Federal e a PANAVÍDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SEAFES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.374, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor AGNALDO SCÁRDUA, matrícula nº 4068, como gestor substituto do contrato nº 143/97, celebrado entre o Senado Federal e a PANAVÍDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.375, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora ADRIANE ALVES AGUILERAS, matrícula nº 4252, como gestora substituta do contrato nº 035/99, celebrado entre o Senado Federal e a PROJEDADOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor SSP/ES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.376, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora ADRIANE ALVES AGUILERAS, matrícula nº 4252, como gestora substituta do contrato nº 0112/98, celebrado entre o Senado Federal e a VIDEO MART .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.377, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora ADRIANE ALVES AGUILERAS, matrícula nº 4252, como gestora substituta do contrato nº 059/98, celebrado entre o Senado Federal e a VIDEODATA .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretora SEAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.378, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor DEMÉTRIUS BICALHO FELIX DE ALMEIDA, matrícula nº 5465, como gestor substituto do contrato nº 0135/97, celebrado entre o Senado Federal e a ORACIL LEGUIZAMON LIMA

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/ 11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.379, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor JOSÉ VALDO CAMPELO JÚNIOR, matrícula nº 5466, como gestor substituto do contrato nº 0115/97, celebrado entre o Senado Federal e a CONSAT.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.380, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor JOSÉ VALDO CAMPELO JÚNIOR, matrícula nº 5466, como gestor substituto do contrato nº 063/98, celebrado entre o Senado Federal e a ORACIL LEGUIZAMON LIMA .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 25/11/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.381, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor TARCIZIO SAMPAIO GRANGEIRO, matrícula nº 3041, como gestor substituto do contrato nº 092/97, celebrado entre o Senado Federal e a NAGASAN .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. Marluce Pinto
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. (Vago)
4. Ney Suassuna	4. (Vago)
5. Amir Lando	5. (Vago)
PFL	
1. Geraldo Althoff1.	1 José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Paulo Souto	3. Djalma Bessa
4. Juvêncio da Fonseca	4. Freitas Neto
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Antero Paes de Barros
2. Osmar Dias	2. Luzia Toledo
3. José Roberto Arruda	3. Romero Jucá
Bloco de Oposição	
1. Lauro Campos	1. José Eduardo Dutra
2. Heloísa Helena	2. Marina Silva
3. Jefferson Peres	3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	ROBERTO FREIRE–PPS (*)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1.	RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2.	JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2.	FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7.	VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8.	VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1.	ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2172	1.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247	3.	ROBERTO FREIRE–PPS (*)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	4.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5.	JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfiliou-se do PSDB em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (*)	PE	2161/2167	2.	MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(*) PPS retira-se do Bloco. em 05/10/1999.
(1) Desfiliou-se do PSDB em 17/8/1999.
(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)
Secretário: Altair Gonçalves Soares
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8.	VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	2.	OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3.	VAGO		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1.	GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2.	ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5.	JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1.	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(*) PPS retira-se do Bloco. em 05/10/1999.

(1) Desfiliou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ-2431/37
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.
(1) Desfiliou-se do PSDB em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

	PMDB
JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50
	PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17
	PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95
	(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30
	PPB
LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS — **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COST**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES — **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3.	EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfiliou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7.	VAGO		
VAGO			8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6.	FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5.	VAGO		

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1.	EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2.	TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164	4.	ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Representantes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (1)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

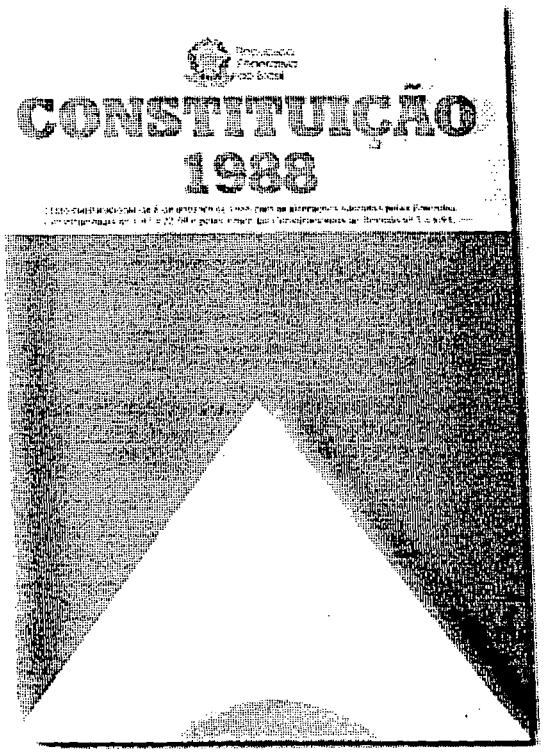
MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	**UF**	**GAB**	**FONE**	**FAX**	**NOME**	**UF**	**GAB**	**FONE**	**FAX**
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - **FAX:** (55) (061) 318 2154
http//**www.camara.gov.br** (botão de Comissões Mistas) e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988



Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

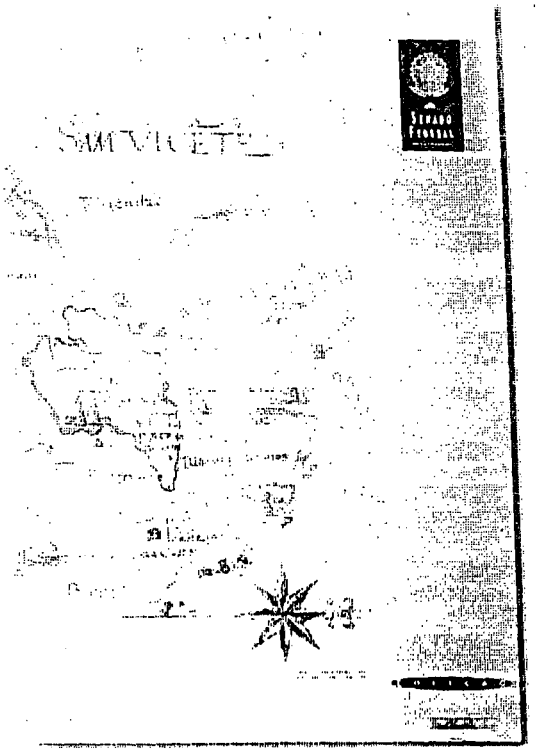
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos



Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R$ 60,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

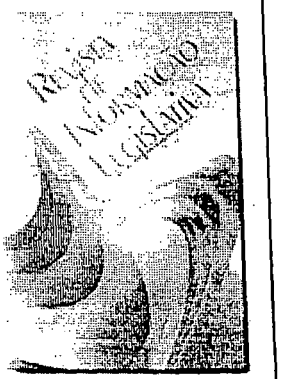
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

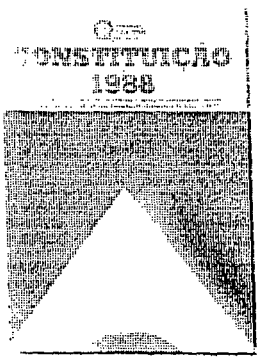
Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R$ 10,00

Edições anteriores: R$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988
Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

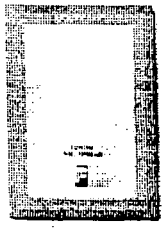
Conheça algumas de nossas publicações

O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 504 PÁGINAS